



**PURCHASED**

**ARCHIVO**  
**PORTUGUEZ-ORIENTAL**



# **ARCHIVO PORTUGUEZ ORIENTAL**

**J.H. DA CUNHA RIVARA**

---

***6 FASCICULOS EM 10 PARTES***

---

**FASCICULO 1 EM 2 PARTES**

**FASCICULO 2**

**FASCICULO 3**

**FASCICULO 4**

**FASCICULO 5 EM 3 PARTES**

**FASCICULO 6**

**FASCICULO 6 SUPPLEMENTOS PRIMEIRO & SEGUNDO**

# **ARCHIVO PORTUGUEZ-ORIENTAL**

**J.H. DA CUNHA RIVARA**

---

**6 FASCICULOS EM 10 PARTES**

---

**FASCICULO 3**



**ASIAN EDUCATIONAL SERVICES**

**NEW DELHI ★ MADRAS ★ 1992**

**ASIAN EDUCATIONAL SERVICES.**

\* C-2/15, S.D.A. NEW DELHI-110016

\* 5 SRIPURAM FIRST STREET, MADRAS-600014.

930.109469

R 618a

V.3

**THE ASIATIC SOCIETY**  
CALCUTTA-700016

Acc. No. 54572.....

Date 16.5.95.....

Price: Rs. 6500 (Set)

First Published: Goa, 1861

AES Reprint: New Delhi, 1992

ISBN: 81-206-0777-5

81-206-0782-1

SL No. 020721

Published by J. Jetley

for ASIAN EDUCATIONAL SERVICES

C-2/15, SDA New Delhi-110016

Processed by APEX PUBLICATION SERVICES

New Delhi-110016

Printed at Gayatri Offset Press,

A-66, S. No. 2 Noida, Distt. Ghaziabad (U.P.)

# **ARCHIVO**

## **PORTUGUEZ ORIENTAL.**



**FASCICULO 3.º**

**QUE CONTEM**

**AS CARTAS E INSTRUCCOES**  
**( QUE RESTAM )**

**REIS DE PORTUGAL**

**AOS**

**VICE-REIS E GOVERNADORES DA INDIA**

**NO SECULO XVI;**

**E TAMBEM**

**S PROVISOES, ALVARÁS REAES,**  
**E OUTROS DOS VICE-REIS**

**COMPREHENDIDOS NA MESMA EPOCHA**

**COPY-REPRODUCIDO DO ARCHIVO DO GOVERNO GERAL DO ESTADO DA INDIA.**



**NOVA-OLIA**



**IMPRESSA NACIONAL**

**1861.**

### **ADVERTENCIA**

**Quando se cita Livro sem mais declaração, entenda-se sempre Livro das *Monções*.**

# PROLOGO

---

**E**STE 3.<sup>o</sup> *Fasciculo do Archiro Portuguez Oriental* contém principalmente os Documentos, que nos *Livros das Monções* restam, pertencentes ao seculo XVI.

Chamamos na India em linguagem official *Livros das Monções* aos que são formados das Cartas originaes e mais Papeis da correspondencia entre o Governo Real de Portugal, e o Governo do Estado da India, porque só em cada *monção* era mutuamente expedida e recebida essa correspondencia.

Infelizmente não ha serie de documentos desta especie, senão do anno de 1584 por diante. Anteriores a este anno só apparece um documento avulso do anno de 1568 (a), e outro do anno de 1583 (b).

Todavia a existencia daquelle documento de 1568 deu occasião a se levantar irreflectidamente uma tradição não verdadeira, e que sem maior exame tem sido até agora acreditada, por se não ter attendido bem aos documentos da mesma collecção. Cremos que a base sobre que assentou a tradição, a que nos referimos, foi a auctoridade do Desembargador Secretario do Estado Diogo Vieira Tovar e Albuquerque, quando no Prologo do seu *Index alfabetico, chronologico, e remissivo dos Livros das Monções* existentes no seu tempo, (c) diz—

---

(a) São as *Instrucções* dadas ao Vice-Rei Dom Luis de Ataide, papel que forma o numero 1.<sup>o</sup> deste *Fasciculo*.

(b) He o numero 2.

(c) Este *Index* conserva-se manuscripto, na Secretaria do Governo da India.

==,, Este Index comprehende as ordens e conta  
 ,, acima mencionadas desde o anno de 1568 até o de  
 ,, 1811; faltaõ as que se comprehendem nos 60 pri-  
 ,, meiros livros, que abrangiaõ desde o principio da  
 ,, conquista até aquelle anno de 1568, porque estes  
 ,, livros foraõ remetidos á Corte em 1774, e apezar que  
 ,, da Corte se expedio ordem para elles se tornarem  
 ,, a enviar a esta Secretaria, nunca vieraõ. etc.==

Fundado sem duvida nesta auctoridade disse o ou-  
 tro Secretario do Estado Claudio Lagrange Monteiro  
 de Barbuda, nas *Notas*, que accrescentou ás *Instrucções*  
*d'ElRey D. José, de 1774*, que fez imprimir no anno de  
 1841, ( pag. 72 das ditas *Notas* ), o seguinte:

,, Quanto aos Tractados anteriores áquella epocha  
 ,, (1615) e que constam da historia, suppomos que es-  
 ,, tarãõ registados, ou incorporados nos Livros antigos  
 ,, da Secretaria, que se enviãram para Lisboa, por ordem  
 ,, do Governo, e nos quaes estava colligido tudo quanto  
 ,, era de maior interesse, desde a conquista até 1568.  
 ,, Por Carta Regia de 10 de Fevereiro de 1774 se  
 ,, mandaram remetter para a Côte todos os Livros an-  
 ,, tigos da Secretaria de Goa; o que se cumpriu em 21  
 ,, de Abril de 1777, remettendo-se os 60 Livros mais  
 ,, antigos.—O Aviso Regio de 2 de Abril de 1778 man-  
 ,, dou suspender esta remessa, e prometteu reslituirem-  
 ,, se os que já tinham hido; mas cá naõ chegaram; e  
 ,, naõ sabemos onde param!—,,

Encostado ainda á mesma auctoridade o Sr. Felipe  
 Nery Xavier, Official da Secretaria do Governo Geral  
 da India, no 1.º Vol. do *Gabinete Litterario das Fon-*  
*tainhas*, 1846, publicando as *Instrucções a D. Luis de*

*Attaide* ( d ) repetio na *Nota*, de pag. 42:—Este he o  
,, mais antigo documento (*sui generis*) que existe na  
,, Secretaria do Governo Geral, por falta dos sessenta  
,, primeiros Livros, que foram levados para Portugal—,,  
E assim o diziam todos, como cousa que não soffria  
a menor contradicção. ( e )

Porem os documentos, guardados na propria collec-  
ção das *Monções*, dizem o que se segue:

### *Carta d'El Rey ao Governador.*

Dom José Pedro da Camara, Governador e Capitão General  
do Estado da India. Amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar.  
Occorrendo aos grandes e disformes abusos que de longo tem-  
po se haviam introduzido na forma do governo do mesmo Es-  
tado da India pela carta de Ley de 15 de Janeiro proximo pre-  
cedente: e havendo-lhe estabelecido huma nova forma: cassei,  
e aboli todas as Leis, Regimentos, Ordens, e costumes porque  
se governava o mesmo Estado. Em consideração do que ten-  
do ficado nelle inuteis as referidas Leis, e Ordens preteritas:  
Sou servido que remettais a este Reino, e á Secretaria de Es-  
tado dos Negocios do Reino: por huma parte todos os livros  
e papeis pertencentes ao Governo, e Secretaria do mesmo Es-  
tado sem excepção alguma: por outra parte todos os papeis das  
posses, juramentos, e assentos da Relação por mim abolida:  
por outra parte tudo o pertencente á administração do Gover-  
no Ecclesiastico pelo que diz respeito á chamada Junta das  
Missões, e exercicio da direcção e protecção do Meu Alto e Su-  
premo Poder: por outra parte todas as Leis Municipaes, todos  
os Regimentos, Alvarás, Cartas, Resoluções, e Ordens, que  
pela sobre dita Carta de Ley se acham cassadas e extintas: e  
pela outra parte todos os Livros dos registos dellas: exceptuan-  
do só, e unicamente aquellas Leys, Alvarás, e disposições par-  
ticulares, de que no Paragrapho Quarto da mesma Carta de

---

( d ) He o já mencionado 1.º Documento deste *Fasciculo*.

( e ) Diz-nos o Sr. Felippe Nery Xavier que depois do que es-  
crevera no *Gabinete Literario*, conhecera ser falsa a tradição,  
mas que ainda não tivera oportunidade de o fazer conhecer ao  
publico



## VI

Lev fiz menção. O mesmo fareis observar a respeito de Dio, Damao, e Macao. Escrita em Salvaterra de Magos em dez de fevereiro de 1774.

REY.

Para Dom José Pedro da Camara.

(Livro 132, fl. 68)

*Resposta.*

Senhor—Desejando eu dar inteiro cumprimento a esta Real determinação de V. Magestade na remessa de todos os livros e papeis nella mencionados, a arribada de Náo N. S.<sup>a</sup> do Monte do Carmo, que devia seguir a viagem para esse porto, vendo-me por esta causa precisado a supprir a sua falta com o Navio mercante pertencente a Luis Cantofer, que girando nos portos da Asia, retira a sua propria carga para os de Portugal, me embarçou a execucao desta tão importante diligencia; especialmente quando me constou que em alguma accomodação que lhe restava, somente podia conduzir as fazendas do emprego de producto do Tabaco, e muito pouca porção dos negociantes desta Praça. A muito alta e muito poderosa Real Pessoa de V. Magestade Fidelissima Guarde Deos felicissimos annos. Goa 27 de Fevereiro de 1775

(Rubrica do Governador)

(Livro dito, fl. 69)

*Para o Secretario de Estado Martinho de Mello e Castro*

Ilm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Sr.

Sendo preciso ver os Livros da Secretaria porque nelles se achão muitas Cartas e Tratados com os Reys e Regulos da Asia, que serão necessarios para os casos occurrentes, ainda se não poudo concluir a sua revista, e na monção proxima se hande remeter todos na forma de ordem de S. Magestade; o que participo a V. Ex.<sup>a</sup> para que o dito Senhor seja servido de approvar esta deliberação. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Goa 6 de Maio de 1776.

(Rubrica do Governador)

(Livro 156, fl. 184)

*Para o Sr. Marquez de Pombal.*

Illm.º e Exm.º Sr.

Da Relação junta constão os Livros da Secretaria deste Governo que se remetem, e são 60, dos quaes ficarão algumas copias de Tratados e Convenções com as Regulas, do Padroado do Real Convento de St.ª Monica, e de algumas resoluções, que parecerão precisas para os casos occorrentes, em que pelas novas ordens se não dava providencia, e de algumas noticias das Terras d'Azia, que parecerão interessantes.

Na monção proxima se remetterão os que restão. Deos Guarde a V. Ex.ª muitos anos. Goa 21 de Abril de 1777.

( Rubrica do Governador )

( Livro 153, f. 256 ).

*Relação dos Livros das Ordens Reaes, que estão revistos,  
e se remettêm na presente monção de 1777  
para o Reino de Portugal, na forma da  
Ordem de S. M.*

Annos	Livros	Annos	Livros
1606	1	1626	1
1607	1	1627	1
1608	1	1628	1
1609	1	1629	1
1610	1	1630	1
1611	1	1631	2
1612	1	1632	1
1613	1	1633	1
1614	1	1634	1
1615	1	1635	2
1616	1	1636	1
1617	1	1637	3
1618	1	1638	4
1619	1	1639	1
1620	2	1640	1
1621	1	1641	1
1622	1	1642	1
1623	1	1643	4
1624	1	1644	1
1625	1	1645	1

1646	2	1649	1
1647	Falta	1650	Falta
1648	2	1651	1

Feliciano Ramos Nobre Mourão.

*Aviso do Secretario de Estado ao Governador.*

A Sua Magestade foi presente humá Carta de Dom José Pedro da Camara em data de 21 de Abril do anno proximo precedente, com humá Relação dos Livros da Secretaria do Governo da India remettidos para esta Corte, os quaes na Monção proxima seguinte se tornaraõ a mandar para esse Estado; e no caso de haver ordem para se continuarem estas remessas, ordena a mesma Senhora que ellas se suspendam. Deos Guarde a V. S.<sup>a</sup> Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 2 de Abril de 1778. Martinho de Mello e Castro.

Senhor Dom Frederico Guilherme de Sousa.

(Livro 159, fl. 347)

*Para o Secretario d'Estado Martinho de Mello e Castro.*

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Sr.—Em Carta de V. Ex.<sup>a</sup> de 2 de Abril de 1778 manda S. Magestade que havendo ordem para a remessa dos Livros da Secretaria, se suspenda, e que os remettidos pelo meu antecessor se tornaraõ a mandar para este Estado.

Executarei a Real Ordem, e he conveniente que tornem a vir os Livros da Secretaria que se remetteram, porque nelles se acham muitos monumentos precisos em muitas occasioes e he justo que naõ falte no Estado a memoria delles. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Goa 1.<sup>o</sup> de Janeiro de 1780.

(Rubrica do Governador)

(Livro dito, fl. 348)

A<sup>a</sup> vista destes documentos naõ deixa de causar admiracão escrever o Secretario Tovar e Albuquerque que os 60 livros que foram para Lisboa abrangiam desde a conquista até o anno de 1568; 2.<sup>o</sup> que foram remettidos á Corte em 1774. E considerando que este Secretario fez o *Index* de toda a collecção das Monções naõ he tambem pouco de admirar que diga que

a serie desta collecção se continua desde 1568 ate aos seus dias.

O Secretario Claudio Lagrange caio no mesmo erro em quanto a data dos Livros remettidos a Lisboa; e o que mais admira neste auctor he citar a verdadeira data da carta de remessa (21 de Abril de 1777) passando todavia para elle desapercibida a *Relação* que a acompanha, e ainda hoje esta encostada á mesma carta.

Diz ainda o Secretario Lagrange, e he cousa corrente na India, que se ignora onde param hoje aquellos 60 Livros remettidos a Lisboa, que de feito não foram restituídos a Goa, apezar da promessa feita no Aviso de 2 de Abril de 1778. Nós porem podemos dar aos amadores da historia da India a boa nova de que os ditos Livros se conservam perfeitamente encadernados no Archivó Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, sob o titulo de *Documentos da India*.

E ainda acerca do que diz o Secretario Lagrange observaremos que a collecção de Tratados, que existe na Secretaria, contem alguns anteriores a 1615, taes são, os Tratados com o Idalxá em 1572, em 1575, em 1576, em 1582. Não fallando de outros ainda mais antigos, que estam registados no Cartorio da Fazenda; e que nós temos visto.

Mas tornando aos 60 Livros que foram para Lisboa; sendo certo que elles não eram os mais antigos da collecção; resta saber como se acha hoje o corpo das *fontes* no Archivó da India marcado com numeros seguidos e não interrompidos, começando pelo numero e correndo até o numero 234. Para explicar isto, só nos podemos valer de alguma conjectura. A remessa dos referidos 60 Livros em 1777 foi sem duvida feita

no presupposto de que esses eram verdadeiramente os mais antigos, que existiam; porque os documentos de data anterior jazeriam avulsos e ignorados em algum escuro recanto do archivo. Depois, em tempo para nós incerto, mas talvez no do Secretario Tovar e Albuquerque, sendo aquelles papeis velhos descobertos, foram reduzidos a Livros, sem todavia se guardar ordem alguma, como agora se acham, e por occasião da formação do *Index* numerados com os seus actuaes numeros, que são os a que o mesmo *Index* se refere. Antes desta epocha, qualquer que ella seja, tudo indica que os Livros das *Monções* se distinguiam somente pela indicação do anno a que pertenciam e não por serie de numeros seguidos.

He tambem provavel que muitos Livros que ha na India compostos de documentos pertencentes a epocha dos que foram para Lisboa, fossem depois formados de papeis avulsos que se foram descobrindo, e talvez estes papeis faltem na collecção de Lisboa.

O mesmo golpe que o Marquez de Pombal deu nos archivos civis da India deu tambem por outra Carta Regia da mesma data de 10 de Fevereiro de 1774 nos archivos ecclesiasticos. Manda pois ao Arcebispo D. Francisco da Assumpção e Brito que logo emasse, encaixote, e remetta com toda a segurança pelos primeiros navios, que forem partindo, todas as Bullas, Breves, Rescriptos da Curia de Roma, que della foram expedidos para esta Metropole de Goa, e Igrejas suas filiaes desde a invasão dos denominados Jesuitas, até ao fim do governo do Santo Padre Clemente XIII:—2.º todas as Cartas Regias, Alvarás, Resoluções, Provisões, e mais Ordens, que no mesmo periodo foram expedidas a esta

Primacial, Dioceses, e Prelazias della pela Secretaria de Estado, Mesa da Consciencia, Conselho Ultramarino, e pela inventada e capciosa Junta das Missões de Lisboa, etc.—3.º todos os registos, que na Camara Ecclesiastica, e Secretaria Archiepiscopal existirem de tudo o referido:—4.º todos os outros registos e papeis das Pastoraes, Mandamentos, Provisões, e Disposições dos Metropolitanos desde a referida epocha infeliz até ao fim do governo do Arcebispo D. Antonio Taveira. Exceptua porem as Bullas das fundações do mesmo Arcebispado Primaz, e das Dioceses de Cochim, Cranganor, Malaca, Macáo, e Prelazias da Costa Oriental da Africa.

O Arcebispo foi mais pontual no cumprimento desta ordem do que o Governador na que lhe dizia respeito. Porque não somente enviou os papeis das repartições, que immediatamente lhe eram sujeitas; mas ainda os que poude das Ordens Religiosas. A Circular do Arcebispo aos Prelados maiores, que ainda se conserva nos cartorios de alguns Conventos, dizia assim:

Depois que ElRey meu Senhor tanto por Carta firmada de Sua Real Maõ como pelas sabias, e paternaes Instrucçoens que foi servido dar-nos para bem podermos reger esta Metropole nos fez ver que o unico meio que lhe ficou livre para salvar os pequenos restos do antes vasto, opulento, e magnifico Estado da India Oriental consistia em apartar, e remover delle as ruinas que os perniciosos antecedentes abuzos-tinhaõ amontoado para assim fazer lugar á nova fundação com que o mandara reedificar e erigir ultimamente: cassando, e abolindo com este importante objecto todas as Leis, Regimentos, Ordens, Resoluções, Registos dellas, e Costumes, que até agora debaixo das apparencias de o regerem, destruirão o referido Estado. Foi servido o mesmo Senhor por outra sua carta firmada taõbem de seu Real Punho ordenar-nos remettessemos a Sua Real Presença.—Todas as Bullas, Breves, e Rescriptos da Curia de Roma que della foraõ expedidas para esta Metropole e Igrejas suas filiaes desde a invazão dos denominados Jesuítas até o fim do governo

de S. Padre Clemente 13 inclusivamente: como taõbem todas Cartas Regias, Alvarás, Resoluções, Provisões, e mais Orde que no mesmo periodo do tempo foraõ-expedidas á Sé Primial de Goa, Dioceses, e Prelazias della pelas Secretarias Estado; pelo Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens; pelo Colho Ultramarino; pela inventada e capciosa Junta de Missõ de Lisboa; ou por outros expedientes quaesquer que elles fo sem: e por fim todos os outros Registos, e papeis das Pastoraes Mandamentos, Provisões, e Disposições dos Metropolitanos noss. Predecessores, desde a referida Época infeliz athé o tempo, e que tomámos posse deste Arcebispado. O que tudo participam a V. P. Rm.<sup>a</sup> para que em observancia das ditas Reaes Order fazendo colligir com toda a brevidade o que houver pertencer te ás classes assima indicadas nesse Convento (remetendo a mesmo tempo esta ao outro, e ás cazas, em que existirem ig dividuos do seu sagrado Instituto para obrarem conforme a e la o que devem) reduzido a cathalogo, e emmassado com titulo separados, no-lo remeta para tudo ser por nós dirigido ao mesm Senhor. Deos Guarde a V. P. Rm.<sup>a</sup> Lisboa 30 de Janeiro de 1775

*Arcebispo Primás.*

Rm.<sup>a</sup> P. Preposito da Congregaçaõ de S. Felipe Nery de Goa

E com effeito mandou o Arcebispo para Portugal to dos os papeis que poudes, e hoje raro he o document que nas repartições ecclesiasticas da India se acha anterior á epocha indicada na Carta Regia. Estes documentos ecclesiasticos he que se ignora aonde param, provalmente jazem mais ou menos esquecidos em algum archivo de Lisboa.

Em quanto ao nosso *Fasciculo*; pareceo-nos opportuno pôr a par dos documentos das *Monções* os Alvarás dos ViceReis, relativos aos mesmos annos; pois estes Alvarás, alem de terem o mesmo valor legislativo que as Ordens da Corte; saõ tambem em grande parte complemento e execuçaõ dellas. Facil he de ver pelo exame chronologico dos documentos, que se perderam muitas cartas das *Monções* relativas á

epocha comprehendida neste *Fasciculo*; e igualmente que os Alvarás dos ViceReis, existentes no Livro delles, que hoje tem o n.º de 1.º tambem não são todos quantos nos respectivos annos se promulgaram, antes parece que este Livro contem só a compilação de alguns Alvarás mais usuaes. Mas nós não podemos supprir aquellas faltas. O Sr. Joaquim Pedro Celestino Soares n'uma miscellanea, que intitolou—*Bosquejo das Possessões Portuguezas no Oriente*—de que só conhecemos o 1.º vol. impresso em 1851, e o 3.º impresso em 1853, dá-nos noticia de um *Registo de Cartas para a India* existente no archivo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, comprehendendo desde 1589 até 1596, e pelas suas citações deprehendemos que a serie de cartas dos annos, a que o mesmo registo se refere, he a mais completa do que nos archivos de Goa. Desse registo podia-se tirar um curioso supplemento a este nosso *Fasciculo*. He porém digno de notar que nem em Lisboa, nem em Goa se conservam as Cartas da India para Portugal, desta epocha, mas só as que foram expedidas de Portugal para a India.

O systema pelo qual trasladámos os documentos foi este. Desfizemos as abreviaturas, escrevendo as palavras por extenso; evitámos as letras grandes fóra de proposito; e puzemo-las aonde eram totalmente necessarias segundo as regras hoje adoptadas. A demais orthographia conservámo-la com bastante fidelidade á vista do original, ou do registo donde trasladámos. As cartas das *Monções* estão escriptas com diversa orthographia nas differentes vias; e não he raro ainda que o mesmo escrevente, na mesma pagina, escreva a mesma palavra por diversos modos.



Por isso pode uma vez ou outra haver alguma pequena e insignificante differença nesta parte entre a nossa copia e o original.

Entramos nestas miudezas, porque vemos alguns es-  
crupulosos conservar nas suas copias, ás vezes cheias  
de crassissimos erros substanciaes, os horrores dos bre-  
ves antigos, impossiveis aliás de reproduzir na typogra-  
phia com fidelidade, e emaranhar o texto no labyrintho  
das letras grandes desordenadamente envoltas com  
as pequenas; de forma que fazem um papel repugnan-  
te a ler, e quasi impossivel de entender.

Apezar da nossa diligencia estamos certos de que  
nos escapariam não poucos erros e falhas; mas con-  
fiamos que será para nós indulgente quem souber que  
não achámos em Goa pessoa que podesse auxiliar-nos  
nestes trabalhos com satisfação nossa; e que toda a ma-  
teria dos nossos *Fasciculos* tem sido copiada por nossa  
mão, e por ella tem corrido todas as provas typographicas.

Por ultimo pareceo-nos que não seria desagradavel ao  
leitor, amante das antigualhas paleographicas e diplo-  
maticas, achar aqui o *Inventario* dos livros e papeis da  
Secretaria da India, que foram entregues no anno de  
1590 pelo Secretario Duarte Delgado de Varella ao seu  
successor Antonio de Moraes de Oliveira, e deste pas-  
saram no anno de 1592 ao Secretario Luis da Gama,  
e he este:

*Traslado do emuentairo dos livros he papeis da Secre-  
taria da Yndia que foram entregues a Antonio de  
Moraes d'Olliveira pelo Doutor Duarte  
Dellgado de Varella.*

It. Vinte e simco liuros das mercês geraes he do clauheiro,  
comessados do, tempo do Conde do Redonde em que se fizeram,

e com d'elles atue o presente, com seus annexos.

It. hum liuro das tempas.

It. Simco cadernos d'ordinarias de Dom Luis detaide, Fernão Telles, Dom Francisco, Dom Duarte, he o Senhor Guouernador.

It. Hum caderno que o VisoRey Dom Luis fez no tempo da guerra do prouimento que deu pera as mezas que então se dauão.

It. Dous liuros em que se registatão has mersês que ho Comde Dom Luis, e Dom Francisco Mascarenhas, Dom Duarte fizeram per alluará de Sua Magestade que pera iso trouuerão, comuem a saber, hum o dito Dom Luis, e o outro de Dom Francisco e Dom Duarte.

It. Hum cadernozinho do Regimento do sellairo que se ade leuar.

It. Dous liuros dos acordos que se tomãõ neste estado pelos VisoReis e Guouernadores.

It. Outros dous, comuem a saber, hum do contrato das paes que neste estado se fizeraõ, e outro das menagens que se tomaõ aos capitaes das fortalhezas.

It. Nove liuros dos Registos gerais do tempo do VisoRey Dom Duarte, e o derradeyro meado com o Senhor Guouernador Manoel de Sousa Coutinho.

It. Quatro liuros gerais do Comde Dom Francisco.

It. Dous liuros do Guouernador Fernão Telles, e o primeiro delles meado co Conde Dom Luis.

It. Tres liuros de Dom Luis dataide da segunda vez, em que entra o meado asima de Fernão Telles, e outro meado com Dom Diogo de Menezes, que he o deradeiro.

It. Dous liuros de Dom Diogo de Menezes, hum meado com Antonio Moniz, e o outro ynteiro de Dom Diogo.

It. Sesenta e tres liuros dos Registos gerais do tempo do Guouernador Nuno da Cunha, em que se principiaraõ, e dos mais VisoReis e Guouernadores que se sosederaõ até o Guouernador Antonio Moniz.

It. Dous liuros, hum que fez ho Arcebispo Frey Vazente feito em auzensia do Conde Dom Francisco, e outro de Dom Dionis Pereira Guouernador do Sull.

It. Hum liuro do Comde Dom Luis e Fernão Telles das prouisões que se registaraõ per despacho da Rollaçãõ.

It. Quatro liuros mais pequeninos em que se lansaõ mersês de dinheiro do tempo de Garcia de Sá, Dom Affonso de Noronha, Dom Costantino, e Antonio Moniz.

It. Oyto liuros dos Registos gerais do tempo do Senhor Guvernador Manoel de Sousa Coutinho.

*Listas.*

It. Numa lista do anno de setemta e tres

It. Outra lista de setemta e simquo.

It. Outra de setemta e oito.

It. Outra de oytenta e hum.

It. Outra de oitenta e dous.

It. Outra de oitenta e tres.

It. Outra de oitenta e quatro.

It. Outra de oitenta e quatro.

It. tres mais de oitenta e simco.

It. Outra de oitenta e sete.

It. E asy mais sento e nouenta he quatro maços de sertidões de seruigos de pessoas particulares com os despachos que estaõ em segredo.

Hos coais liuros e listas he mais papeis tudo foi entregue ao dito Antonio de Moraes d'Olliveira, e elle os recebeo, se asinou aquy comigo José Correa escriptvaõ que ho escrepvy.—*José Correa*  
—*Antonio de Moraes.*

Hos coais papeis e liuros tudo foy entregue ao Senhor Luis da Guama Secretario deste Estado, e pelos receber se asinou aquy comigo José Correa que ho escrepuy. (NB. Faltam as assignaturas).

O qual rol vay aquy tresladado do proprio que fica em poder do escriptvaõ que esta sohescrepveo bem e fiellmente sem acrescentar nem demenohir cousa allguã que duuida faça, e vay concertado com houtro ofisial aquy asinado no comserto, em Goa oje vinte e tres dias do mes de Dezembro etc.—José Correa escreuam ho soescreui ano do nacimiento de noso Senhor Jhũ Xpõ de mil e quinhentos e nouenta he dous anos. Pg. nada.—*João Pinto da Amd... José Correa.*

(Livro 1.º fl. 155)



# ARCHIVO PORTUGUEZ-ORIENTAL.

## FASCICULO 3.º

### I.

#### *Regimento geral.*

**E**u elRey faço saber a vos Dom Luiz da Taide, do meu conselho, que ora emuo por meu Visorrey das partes da India, que considerando en nas cousas de que deueis de lenar meu Regimento, e do que aveis de fazer nas dittas partes, asi no que toqua a bom assentto das cousas do trato das mercadorias, como da paaz e da guerra, ouue por bem vos dar o Regimento seguinte:

I. Primeiramente vós lenaes minha carta patente para Dom Amtaim de Noronha, que ora estaa por meu Capitam mór e Visso Rey das dictas partes, pela qual lhe mamdo que vos entregue a ditto capitania mór e governança, e se venha nesta armada que lenaes com as náos que vam para vir com a carregua, e por virtude da dita minha carta lhe requerereis a ditto Capitania, e tomareis a posse dela, pasamdolhe vossa certidam em publico de como nos entregua a ditto capitania com declaraçam do estado em que toda a India estaa, e das fortalezas, náos, e nauios, e artelheria, e de todas outras cousas com que vós entreguar, porque asy ey por meu serviço que se faça.

II Vós lenaes meu poder pelo qual vsareis dlo poder, jurisdicçam, e alçada, que por elle vos dou, e asy bem como espero de vós que façaes.

III. Depois do dicto meu Capitam mor e VissoRey vos entreguar a ditto Capitania mór e governança, vós ajuntareis os capitães das fortalezas que ahi ao tal tempo estiuerm, e as pessoas que por minhas promissoes forem promissas das capitancias delas, e asy capitães das náos e nauio-

que se ahy ao tal tempo acertarem, fidalguos, canaiveiros, escudeiros, e outros meus criados, e lhes notefiquay e fazeys ler o poder e jurisdicção que vos dou, e os amoestareis com as melhores palauras que vos poderdes a todos servirem a deos e a mim, esforçandoos a todo bem fazerem, e dando-lhes boa esperança do galardão de seus serviços e trabalhos como sempre foiguo de o dar áqueles que me bem servem, como de todos deuo de confiar que o façam, e com todas outras lembranças e amoestações que vos bem parecerem, e assy bem como confio de vós que o sabereis fazer.

IV. A principal causa por onde ElRey Dom Manuel, meu Bispo, que sancta gloria aja, quiz emtemder no descobrimento da India foi para nela se fazer a nosso Senhor muy grandes serviços no acrescentamento de sua sancta fee, e trazer ao verdadeiro conhecimento dela as gentes das dictas partes, em que tanto se trabalhou e trabalha que desde aquelle tempo atéguora sam trazidos a ella e feitos christãos muy grande numero deles, e cada dia se trazem, nosso senhor seia louvado. E como fosse sempre ante ele, e elRey meu senhor e avô, que sancta gloria aja, e seia ante mim a mais principal cousa daquellas partes, e pela qual somente procurey e precturo, e por ella tantos vassallos meus sam mortos, e tam grandes trabalhos passados, e tamanhas perdas recebidas, que tudo he bem empregado, pois os tisouros que disso se tiraram sam grande numero d'almas convertidas, e tantos serviços feitos a nosso senhor no acrescentamento de sua fee e louvor de seu nome, e he razão e muy grande obrigação minha querer eu que como tam principal, e maior de todas seia de meus Capitães mores e governadores oída e favorecida e gramgeada de tal maneira que se efectue e alcance o fim deste meu desejo, e saibam eles que este he o maior contentamento que daquellas partes posso receber, e o maior serviço que me nelas podem fazer; e confiando de vós que assy o fareis, vos encomendo muito que o mais principal cuidado de todos os vosos seia em procurardes e ordenardes que a commersam das gentes das dictas partes se faça e continue, tendo os ministros que nela em-

temderem tal modo nisso que todòs os que se converte-  
 rem seia com tanta temperança e amor como a mesma  
 obra require, nam emtreinando nela por nenhuma via es-  
 coadalo nem força alguma; porque quando desta maneira  
 se fizesse, mais seria deservir a Deos, e impedir os que  
 buscarem sua fee, que trazelos a seu serviço, e ao conhe-  
 cimento dela; e daqueles que se converterem, e a que  
 nosso senhor der sua graça para o fazerem, deveis de ther  
 muy grande cuidado de ordenardes como seiam emsina-  
 dos e doutrinados em todas as cousas necessarias a ver-  
 dadeiros christaõs, e de receberem sempre em suas pes-  
 soas, e no que lhes toquar, tanta honrra e fabor e bom  
 tratamento como he rezam que lhe façam, asi pelo eles  
 merecerem, como pelo bõ exemplo que será para todos  
 os outros, os quaes comuem que veiam claramente neste  
 modo que aveis de ther com os que se tornarem christaõs  
 que não somente ganhão a saluaçam para suas almas,  
 mas ainda recebem grandes proveitos e fauores para suas  
 cousas. E porque os ministros que nessas cousas emtem-  
 derem, asy os Clerigos Reformados que a isso de qua  
 emuey, como os frades, e quaesquer outros Religiosos,  
 comuem muito serem ajudados e fauorecidos para que  
 nisso emtemdam com melhor vontade, e passem com mór  
 animo os trabalhos que nisso leuarem, que nam podem  
 deixar de ser muy grandes por terras muy apartadas e  
 alonguadas huñas das outras, vos emcomendo muito  
 que asy em suas pessoas particularmente, como em todas  
 suas cousas, e em suas necessidades sejam de vós sempre  
 muito homrados, fauorecidos, bem tratados, e socorridos,  
 e lhes mostrareis muito contentamento em tudo como he  
 rezam que o tenhaes de obras tam sanas, e de tanto  
 serviço de nosso senhor; porque de o fazedes asy, como  
 tenho per certo que o fareys, ey de receber sempre muy  
 grande contentamento, e asy o receberey de muy parti-  
 cularmente me aviaardes sempre do que em toda esta ne-  
 gociacam passa, e os ministros que nela emtemdem, e  
 o fructo que se faz, e os que se convertem, e como sam  
 tratados e emcinados, e a maneira que nisso se them, e o  
 proveito que fazem, e toda outra particularidade (sic)

porque quanto mais particularmente me derdes esta informação, mais serviço me fareis.

V. O ensino de todos os que se converterem, e o que nisso ham de fazer aquelles a que for cometido o cuidado disso, as quaes deuem sempre de ser pessoas de muita virtude, e boõ exemplo de vida, vos emcomendo muito para que tenhaes muita lembrança de sempre queredes saber e como o fazera, e o fruto que se segue disso, e como sam tratados e providos os que aprendem, porque venhose que tendes disso especial cuidado, e quereis ther com elles conta particular como deve ser, trabalharam pelo fazerem milhor. E porque do Collegio da Comuersam, que se fez em Goa, se segue muy grande serviço de nosso Senhor, e nele aprendem, e se ensinam aqueles que nominamente se convertem, vos emcomendo muito o boõ promimento de todas as cousas que a ele forem necessarias, tendo muita lembrança disso, e de ordenar que se faça de tal maneira que sejam de tudo bem providos, como he necessario e comuem.

VI. As cousas das Igrejas desas partes, e como sam servidas e ministradas, e os ornamentos que them, e como vivem os clérigos delas, posto que a vós não toque o particular cuidado disso, pois o he do Arcebispo de Goa, e Bispos de Cochim e Malauca, a que pertence particularmente entender nestas cousas, e reformar e ordenar as que tiuerem disso necessidade, todavia comueu a vós tomardes informação das ditas cousas, e entender nelas geralmente, e lembrardes ao Arcebispo e Bispos que as prouejam (sendo necessario), como tenho por certo que o eles farão sempre. Emcomendouos muito que o façaes assy, e que sciam de vós muito favorecidos e bem tratados, e recebaõ omra todas as pessoas ecclesiasticas, principalmente as que tiuerem calidades. asi pelo exemplo de suas vidas, como per seus carregnos em que cãiba fazerdes-lhe nisso mais differença; e aos Capitães das fortezas, assy no tempo que para elas partirem, como em quanto nelas estiuerm, lhes emcomendareis muito em carreguadamente as ditas cousas, e o boõ tratamento dos Vigairos e Beneficiados das Igrejas das fortezas, e que

vos avisem sempre de suas pessoas, e de como elas são servidas, e particularmente elles servem seus carreguos, e da informação que tiverem de suas vidas, para que aquelles que o nam fizerem como deuem e são obriguados, sejam logo tirados pelo Arcebispo e Bispos de seus carreguos, e castigados de suas culpas conforme aos merecimentos delas.

VII. Das casas misericordias ( *sic* ), e ospitaes dessas partes pelos muy grandes serviços que neles se fazem a nosso Senhor, e obras de caridade que se neles cumprem; comvem muito terdes muy grande lembrança, así para particularmente saberdes o que em cada huã delas se faz, e os officiaes se servem bem e verdadeiramente seus carreguos, e a maneira que them em gastar suas esmolas, como em serem bem providos das que lhe dou de minha fazenda, e inteiramente paguos das que lhe dam ou deixam por seus falecimentos algũas pessoas. Muitos vos emcomendo que tenhaes disso muy grande e especial cuidado, e que os officiaes que nelo bem servirem sejam favorecidos de vós em suas pessoas, para folgarem de o bem fazer, e ser exemplo aos outros que nouamente entrarem nos ditos carreguos.

VIII. As cousas da justiça de ser feita e guardada inteira e igualmente a todos asy christãos como mouros e gentios vos emcomendo muito em particular porque he cousa de muy grande obriguacão minha e de muito meu serviço; e así vos emcomendo muito em particular que procureis por particularmente saberdes como a fazem os ministros dela e servem seus carreguos, e se guardam inteiramente o que são obriguados, e se leuão mais salarios ou pennas às partes do que lhe denem levar, e se lhe fazem nisso ou em qualquer outra coisa escandalos ou sem rebõs, e se vinem bem, e dam de sy o exemplo que deuem, e aqueles que tiverdes informacão que nam fazem o que deuem, ou são culpados em cada huã das sobreditas cousas. mandareis castigar conforme as suas culpas, e se por elas vos parecer que os deuois de urar ou suspender de seus carreguos, falloes na maneira que vos bem parecer e for meu serviço, e sempre



assy dos que me bem servirem ou fizerem o contrario folgarey de me avisardes.

IX. Huã das cousas mais principaes em que me aveis de servir he em ordenardes como todas minhas fortezas dessas partes estem sempre providas de todos os mantimentos necessaries e gente necessaria para sua defensam, e assy darteelharia, bombardeiros, moniões, e armas, e de toda outra cousa que para defensam e segurança dela comprir, e aos Vedores da fazenda que hão de hir visitar as dittas fortezas ao tempo que tenho mandado que o façam, verão o como estam providas das dittas cousas, e a necessidade que nelas ha, e o recado em que estaa a artelbaria e armas, e toda outra cousa desta calidade para as fazerem poêr em toda boa arrecadação de tal maneira que se nam dane nã perqua, e leuaram recado vosso para o que falecer das dittas cousas e prouerem logno na maneira em que for necessario, para que em nenhuũ tempo posam estar em nenhuã necessidade, seão assy bem providas das sobre ditas cousas como conuem que seia. E por que será meu serviço visitardes vós as da India, e por vós mesmo verdes como elas estam, e a necessidade que ha em cada huã delas, vos emcomendo muito que quando boamente poderdes, e nam vos parecendo que sereis necessario para outras cousas de meu serviço, as visiteis por vós mesmo, tendo lembrança de quando o fizerdes ser com aquella armada que requerer a autoridade do carreguo que tendes, e credito que se deve ther de vossa pessoa; nam fazemlo poreu nisso tam grande despesa que seia mór inconveniente a meu serviço; e tenho por muy certo que em tudo thereis o resguardo que comuem; e olhareis o que mais comprir a meu serviço.

X. A guarda da pimenta que se nam leua para parte alguma e este toda em minha mão importa tanto a meu serviço que nenhuã cousa desta calidade me pode mais importar, pois dela se tira o com que a India se sostem; pello qual vos emcomendo muito que como sobre cousa tam principal prouejacs e tenhaes muy grande cuidado, mandando guardar a certa de tal maneira

que por nenhũa modo possa sair pimenta alguã para nenhũa parte; e se para isso comprir fizerdes alguã armada, falaeyes na maneira que vos bem parecer, e for meu serviço.

XI. Eu tenho mamdado que se apreguoasse em Cochyl e em Calecut, e em todos os portos do Malabar que nenhũa pessoa de qualquer calidade que fosse asy echristão como mouro e gentio fosse ousado de carreguar nenhũa pimenta, pouca nem muita, nem a tirar fóra do Malabar, que a não ou navio ou parão, ou qualquer outro navio em que fosse achada de meyo quintal para cima fosse queimado, e toda a fazenda que nela fosse achada perdida para mim, e as pessoas dos mouros que nestas náos e navios foẽ achados forem captiuos, e deles se vsase como de captiuos de boa guerra; e que me prazia fazer mercê ao Capitão que o tal navio ou náos tomase cõm a dita pimenta da terça parte da fazenda que fosse achada nos taes navios, mamdonos que posto que seia notteffiquado e apreguado, torneis a mandar notteffiquar e apreguar o conteudo neste Capitulo, e guardar inteiramente o que por ele mamdo que se faça, e dar a execuçam as penas nele conteudas naquelles que nelas entorresem e forem comprehendidos. Porém declaro que anhandose a pimenta em alguũ navio que não chegue ao dito meyo quintal, não se perderá mais que a mesma pimenta, e a pessoa a que for achada sendo mouro seja captiuo.

XII. Por que a pimenta que vem a estes Reinos comvem que seia toda muito limpa e seque e asy boa que não possa aver nela quebra de que eu seia deservido, vos encomendo muito que proveiaes nisso de tal maneira como se faça asy; e por que o que cumpre mais a meu serviço he aver dela tanta soma que para estar seque e iunta ao tempo de fazer a carregna, e nam aver para isso falta della, vos encomendo muito que trabalheis por se asy fazer como de vós o comho, e por certo tenho que entendeis bem o que nisso vay a meu serviço.

XIII. Vos encomendo muito que sempre trabalheis

de com todos os Reis e senhores da India, e asy das outras partes de fóra dela ther toda boa paaz e amizade, e nela os conseruar, e escusar a guerra, e vos aprouciardes do trato daquelas cousas que em suas terras e senhorios ouuer que forem proueitasas, sem os costringerdes a pagar nenhũs tributos nem parias, resaluardo mouros imiguos de nossa fé que nam forem daqueles laguares que em minha paaz e amizade estinherem: e quando os taes em minha paaz e amizade nam quizerem asemtar sendo para isso requeridos e feito cõ eles todo comprimento necessario, em este caso lhe fareis e mandareis fazer todo male dano que se lhe com segurança poder fazer para se asemtarem em meu seruiço e senhorio; e cada vez que no de paaz e amizade se quizerem asemtar, os recebereis a ela, mostrandolhes que como asy o quizerem fazer vos mandando que os recebaes, porque veiam e conheçam que minha vontade nam he guerra senam que sejam bem tratados e recebam proueito de minhas mercadorias e minhas feitorias das que se ouuerem mister para ella.

XIV. Muita vos encomendo o bom tracto da jente para ser de vós tratada como he razam, porque asy tenham mais amor e vontade de me servir, e de inteiramente lhe ser ministrada justiça, por (a) delhe asy ser feito se segue muito meu seruiço. E asy mesmo vos encomendo e mando que acerqua do castigo daqueles que algũs erros e malefícios cometetem tenham grande cuidado para cada huũ aver sua emmenda segundo cõ direito e justiça merecer.

XV. E asi vos encomendo a jente da terra asy christãos como jentios e mouroos, que na terra vivem, para a todos ser guardada: inteiramente razam, verdade, e justiça, e se lhe fazer fauor cõmo justo e onesto seia, nam consentindo que lhe seja feito mal, dano, nem sem razão, porque do asy lhe ser feito muito proueito se segue em meu seruiço, e principalmente de se folgar com minha jente na terra, e ainda seiam de vós

recebidos e tratados com todo fauor e guasalhado e bom tratamento.

XVI. Vos emcomemdo muito e mando que tenhaes grande especial cuidado de se guardar a verdade nos tractos venddas e compras que aintre minhas jentes e os mercadores da terra se fazem, encurtandose os.....e longuras e escandalos, escusando demandas quanto possivel for, e sabida a verdade se faça justiça, porque desta maneira sey que a justiça se fará melhor, e em especial naquelas cousas que peramte vós se onuerem de julgar.

XVII. Porque he razam que aqueles que se tornarem christaõs sejam sempre em todas suas cousas fauorecidos com justiça, ey por bem por mais.....christandade que os ditos christãos e y homens como molheres quando forem comprehendidos em cousas tues per que com justiça deunam ser castigados que nam seia procedido.....

.....(a)

XVIII. ....

.....(b).....

sey mamdeis nisso falar aos reis e Senhores dos lugares .....mandamdolhe dizer como en são

(a) Como o papel está corrupto e consumido neste lugar, não se pode ler o resto deste Capitulo. Aproveitaremos porem o extracto á margem feito pelo próprio D. Luiz de Ataide, que he o seguinte:

= Que os christaõs da terra sejam bem tratados, e que contra elles se não proceda rigorosamente; e que sendo culpados em cousas leues passe por ellas sem os castigar com os amnestar; e que nos casos de morte, e outros graues maleficios se faça dellles comprimento de justiça=

(b) Pela mesma causa se não pode ler o principio deste Capitulo, cujo extracto á margem diz:

= Que não consinta que os Reis e Senhores das terras onde vinem christãos lhe tomem as fazendas, e tendo-as tomadas lhas tornem. Que faça represalia em quaesquer cousas onrendas dos Reis e Senhores que tomarem aos christaõs a seu, e a y em suas mãos e pessoas, e que se notifique aos christaõs da terra=

informado que se faz o que.....aos que asy se tornam christãos, e que lhes roguo emcomendo que tal não façam, antes por meu serviço sejam favorecidos e bem tratados, que mais razam he que se faça asy aos que se tornam christãos do que aos mouros que são inimigos de nossa fee e de meu serviço, e que certo eu não esperana deles que asy se fizesse sobre cousa de que eu recebo tanto comtemtamento, e que se alguã fazenda he tomada a alguũ dos sobreditos lha mamde logo tornar. E se eles o não prouerem e fizerem asy ao diamte, mandouos que lho não comsintaes e proueda niso de maneira que não somente se não faça, mas que aqueles a que foi feito seja tornado o seu mamdamdoos requerer para isso, e não o queremdo eles fazer, e nanguando a restituição do que asy tiurerem tomado das ditas pessoas, então mamdareis que se lhes faça por isso represarias em quenesquer cousas ou remdas suas ou náos e pessoas suas. Mamdayo, nottefiquar asy a todos os christãos da terra.

XIX. Para que se conseguise meu desejo, acerqua da christandade dessas partes, tenho mamdado que em cada forteleza se ordenase huã pessoa.....e de.....que tiuese cuidado de procurar por todos nouamente conuertidos á fee para que fosem omrados, favorecidos, e bem tratados, e lhes não fosa feito agrauo, nem sem razão.....comprise requere-se ao meu gouernador.....( a ).

XX. ....( b ).

XXI. Vos mamdo que nam deis nenhuũ seguro a nenhuã não nem nauio da India que.....a Pacer e di para deintro, nem nauios do dicto Pacer, porque o ey por

( a ) O resto deste Capitulo está consumido. O extracto a margem he este:

= Que em cada forteleza haja uma pessoa que tenha cargo dos christãos, e que escreua a Sua Alteza quem são. =

( b ) Está todo consumido.

O extracto he:

= Que faça guardar os seguros das pessoas que tiuerem poder para os dar. =

muito meu serviço, e vos mamdo que todas as náos e náulios.....do dito Pacer, e dele forem os mandeais tomar e fazer neles presas, e aos meus Capitaes das fortalezas da Índia mandareis que nam dem os ditos seguros como vos mamdo que o façaes.

XXII. Asy mesmo vos emcometendo muito o bom reedado das fazendas dos defuntos, e de mandardes ao prouedor mbr ou prouedores.....que tenham grande cuidado de fazerem seus inuentarios com toda fidelidade em todo o que tenho mandado por meus regimentos, porque alem de nisso comprirdes com a obrigação que temdes per bem de voso carreguo, me fareis nisso muito serviço.

XXIII. Ey por bem e vos mamdo que se nam pague soldo alguã alguã pessoa sem ser feito alardo das armas, e cada huã as mostrar, e sendo as ditas armas vistas, e sendo certo, que sam daquelle, lhe será paguo o dito soldo.

XXIV. Vos emcomendo muito que sempre mescrueas a gente que convosco anda na Índia, e a cidade dela, e armada que ha, e artelbaria que nela anda, e asy me emeias os rões do que os vedores da fazenda acharem que ha das ditas cousas em cada huã das fortalezas que hañde visitar nos tempos em que ey por bem, e lhe.....para que de todas as sobreditas possa ter uão particular.....como a meu serviço compre que tenha.

XXV. Porque são certificado que lá da Índia ha muita gente sem proueito asy como capateiros, alfaiates, e outros mecanicos.....(a).

XXVI. Me escrenereis as pessoas que fiam por capitaes das fortalezas, alcaydes móres, feitores, escrivaes das feitorias, e todos os mais que nellas ha ordenados

(a) e restituir não se pode ler pela razão sobredita.

(b) extracto á margem he este :

= Que os capateiros, alfaiates, e outros mecanicos, e os christãos novos, e aleijados mande ir para o Reino, e asy a outra (gente) que não prestar para servir, e parecendo bem que fiquem, que se satisficados do soldo.=

declararão cada huũ por nome, e se estão nas dictas alcaidarias e officios por minhas prouisoões que diso leuassam, ou o modo em que nelas emtraram. Vos mamdo que em todas as armadas, prazendo a Deos, sempre por vossa carta me deis conta e razam de todas estas cousas e de cada huũa delas muito declaradamente para .....e com vosso recado prouer nelas asy como for mais meu seruico, e tereis diso gramde e especial cuidado e lembrança porque todas estas cousas importam e relenam muito a meu seruico.

XXVII. Se pela.....que a gente que laa na India anda nam he tamta ou nam..... como comuem para as cousas de meu seruico, auisarmeis asy mesmo em cada armada do que disso vos parecer que deuo fazer por meu seruico, e asy mesmo das armadas que laa ha, e das que vos parece que se deue prouer, e do estado de todas as cousas, para que acerqua de tudo prouesia asy como for mister, e por minguea de o nam saber nam deixar de ser prouidas em seus tempos devidos. Tomay de tudo isto tal lembrança como a necessidade de todo o requiere, e nam venha armada em que de tudo me nam deis inteira comta.

XXVIII. Pola necessidade que lá se them de bombardeiros, e pola que qua ha deles para minhas armadas comuem dar niso tal ordem como os aia laa, e se possa escusar.....de que vem pedirem-se de laa. Alem do proueito que se faria para minha fazenda.....tirar da despesa que se com eles faz e sua ida.....e para laa milhor se poder auer deueis dordenar como .....costume do que se faz em Lixboa; e huũa pessoa que tenha cuidado.....fazer hir a ela, e pera os que quizerem ser recebam nisso fauor e proueito; ey porbem que em cada huũ anno possaes mandar passar do soldo de homees darmas ao de bombardeiro até cincoemta homẽs.

( a )

(a) O extracto deste Capitulo á margem diz:

= Que aja barreira de bombarda, e hãa pessoa que della tenha cargo, e que cadano se possa assentar por bombardeiros 50 homẽs dos que reuencem soldo.=

XXIX..... (a)

XXX. Ey por bem .....

ordenados por nenhum respeito que para iso aia, pelo qual vos pareça que com razam e por meu seruiço se deua fazer, tirando os cincoenta bombardeiros que atrás neste Regimento ey por bem que acrescenteis em cada huũ anno, e asy mesmo vos mando que nam mandeis ascantar a nenhuũ escrauo em soldo. (b)

XXXI. Mando que nenhuũ Capitam de não, nem nauio, gualee, ou outro de qualquer calidade que seia se nam pague de nenhuũa fazenda minha que na tal não ou nauio trouner, asy de presas que se façam, como de qualquer outra calidade de soldo nem dontra nenhuũa sorte que seia, nem de nenhuũa outra pessoa que lho a ele deua, nem asy mesmo de nenhuũa pessoa que com ele va e amde na tal não ou nauio, porque nam quero que por modo alguũ o posa fazer. E toda a fazenda minha que receber entreguará áqueles feitores e officiaes que por vós meu Capitam mór e VisoRey e pelo veador de minha fazenda lhe for mandado para da mão dos dictos officiaes se dispernder naquelas cousas que por vossos mandados ou do meu veador da fazenda for ordenado. e por modo alguũ nam faram outras despesas, e se as fizerem nam lhe seraõ leuadas em conta, mas ey por bem que pelo mesmo caso perqua a capitania da tal não e nauio em que amdar. E para ser notorio vos mando que asy o façaes apreguoar e nottefiuar.

XXXII. Vos lembro e encoinnendo muito e mando que nos prouimentos das capitancias das fortelezas, alcaldarias móres, capitancias de náos.....

(a) Todo consumido. O extracto á margem diz:

= Que a jente seja paga de seus soldos e mantimentos aos meses depois da carga das náos ser feita.==

(b) O extracto á margem he este:

= Que não acrescento soldos tirando a bombardeiros de que atrás se falla.==



sorte de navios.....(a)

XXXIII. Porque.....  
conuenientes para os ditos carreguos vos.....  
quando das ditas capitancias ouuerdes de prouer seja em  
pessoas de confiança e experimentados, e em que as  
calidades que para taes carreguos conuem. (b)

XXXIV. Eu sam informado e certificado.....  
.....vem a Cananor e Cochim e por todos  
os lugares daquela costa, d'Ormuz.....  
outras partes domde vem para se venderem em Narsinga  
e nas outras partes que them necessidade deles, se se le-  
uarem a Goa se faria muito meu seruiço na pague dos  
direitos que para mim deles se arrecada, e que aprouci-  
taria muito ao trato de Goa, e ainda que se seguiria gran-  
de proveito para aqueles Reys que o ham mister therem  
de mim grande necessidade, e folgarem mais de estar  
em minha paaz e amizade, fóra outras cousas proveitosas  
que se seguiriaõ, e de muito meu seruiço, pelo qual ey  
por bem e mamdo que todos os caualos vam a Goa e  
nam sejam leuados a outra parte, sob pena daqueles q-  
a outra parte os leuarem os perderem e serem tomados  
por minhas armadas para mim, e asy se perderaõ os na-  
uios em que forem, e asy vos mamdo que o façaes not-  
tefiquar em Cochy e em Cananor e Calecut, e em todos  
os outros lugares daquela costa para que a todos seja  
notorio, e se nam possa aleguar ignorancia. E mamdo  
que asy o façaes cumprir e guardar porque asy me ey per  
muito meu seruiço. E porque Dom Gracia de Noronha  
sendo Viso Rey dessas partes fez contrato com o Ina-  
samaluco sobre certos caualos que lhe auia de mandar  
dar em cada huũ anno para sua terra, como veeis pelo  
dito contrato, se o tempo dele ainda dura, guardareis  
e comprireis o que pelo dicto contracto este acatando:

---

(a) O resto do Capitulo está consumido. O extracto a margem diz:  
= Que os cargos que vagarem se dem aos creados de Sua A.  
e depós elles aos outros.=

(b) O extracto a margem diz:  
= Que se prouejam pessoas de confiança de capitães, das  
e navios quando se ouuerem de prouer =

XXXV... .. (a ).

XXXVI. Eu sam certificado que as mercadorias em que os mercadores de Ormuz que trazem os caualos a Guoa tomam pagamento dos caualos que vendem lhes fazem tomar por aualiação, e que perdem nisso muito, e lhes he feito agrauo, e de se assy fazer ey o por mal feito: pello qual vos mando que loguo como embora chegar-des vos imfformeis disso, e achamdo que se lhe faz, manday que tal se nãu faça, asi ao Capitaõ da forteleza como a meus feitores e officiaes, e que os preços das taes mercadorias seia a prazer das partes, e nam por aualiaçam, nem se faça em outra maneira, e temde cuidado de saber se se guarda asy, para que nam se guardando deis por isso aquele castigo a quem achardes culpado como vos parecer razam, e que nenhuũ meu Capitaõ, feitor, corrector, nem escriuaõ, nem outro nenhuũ meu official, nem da cidade, se nam ematremeta nas compras e vendas dentre os mercadores, e liuremente os leixem comprar e vender por os preços que amtre eles for concertado sem eles nisso entreuirem nem therem que ver, porque asy o ey por meu seruiço, e asy vos mando que o façães cumprir e guardar.

XXXVII. E asi estes mercadores que trazem os capitales a Guoa, que he cousa em que recebo muito seruiço, como quaesquer outros que á dicta cidade trouxerem quaesquer outras mercadorias, e asi a todas as minhas feitorias dessas partes, vos emcomendo muito e mando que sejam de vós fauorecidos, e asi ordeneis que o sejam de todos meus capitães feitores, e officiaes agualhiados, homrados, fauorecidos, e bem tratados, e lhe seia inteiramente guardada verdade asy no que toquar á compra e venda das mercadorias, como em toda outra cousa, e lhe não sejam feitos agrauos nem sem razões, e cousas que nam deuan, por tal que vendm que coureiros se them esta maneira folguem de trazer e acudir com as mer-

---

(a) Só se lem poucas palavras deste Capitulo. O extracto á margem diz:

= Que em Ormuz se tome fiança quaos cauallos uenhã a Guoa, e que cadano se saiba se as fianças se cõpiram. =

cadorias aos lugnares onde delas ouuer necessidade, de que se seguirá muito meu seruiço, e desseruiço fazendo-se pelo contraio: e vós mamday lembrar aos ditos capitães e officiaes que asi o façam.

XXXVIII. Ey por bem e mamdo que os mercadores que vierem a Guoa que quizerem comprar e vender sem corrector, que o posam fazer, e lhe nam seia feito nisso comstrangimento alguũ, paguamdo eles porem a corretagem, que he huũ pardão somente, nem comsimtaes que mais se lhe leue; e tambem se ha hy outros direitos ordenados que mais aiam de pagar, nam comsimtaes que se lhe leue mais que o por mim ordenado, e ao corretor da dita cidade mamdareis que nam constanja aos ditos mercadores a comprarem e venderem....sob aquella pena que vos bem parecer, a qual será..... encorrer.

XXXIX. Por alguũs respeitos de meu seruiço que me mouem mamdo que nenhuũ meu feitor nam compre arroz, açuquar, salitre, breu, orraqua .....nem outra nenhuũa cousa de mantimentos a nenhuũ portuguez que as ditas cousas tenha para veinder porque naõ quero que o façam, soo pena que se o fizer perqua pelo mesmo feito sua feitoria, e seia posto por nós outro em seu lugar .....e por que seia notorio esta defeza o mamdareis apreguar e notefiquar, e vós thereis gramde lembrança, e o meu Veador da fazemda em seus tempos mamdar comprar as ditas cousas e fazer o prouimento delas.... ....omde se trazem asy para o que for necessario para as fortalezas estarem prouidas, como para a jemte das armadas.

XL. Porque sam certificado que alguũs meus feitores them feitorias suas por amtrepostas pessoas em alguũas partes em que ha tratos posto que lhe seia defeso por mim que nam tratem, mamdo que os ditos meus feitores por si nem por emtreposta pessoa não tratem nem tenham feitorias em nenhuũa parte que por eles comprem nenhuũa mercadoria nem mantimentos, nem outra alguũa cousa sob pena que semdolhe prouado perderem pelo mesmo feito suas feitorias, e nam seiam a elas mais

tornados sem meu especial mamdado, alem da mais pena que bem parecer, avendo respeito á calidade da culpa, e vós poreis em seus luguares outras pessoas que saibão bem servir até eu prouer de feitores. E porque seia notorio a todos o fazei apreguoar e notefiquar.

XLI. Ey por bem e vos mamdo que do cabedal que de qua for em todas as armadas, e asy de todo o dinheiro das minhas remdas dessas partes se nam faça despesa alguãa até se não comprar toda a pimenta que for necessaria para a cargua que ouuer de vir nas náos daquele anno, e depois de toda comprada se paguaram os soldos á gente que lá amda, os quaes não seraõ paguos senaõ por vossos mamdados somente, asy como por meu regimento tenho ordenado que se faça.

XLII. Porque posa saber a verdade da maneira que them os capitaes das náos e nauios de minhas armadas, e se fazem cousa alguãa contra minha defesa ou cousa imdiuida, vos mamdo que da torna viagem que as ditas náos vierem a Cochy ou a qualquer outro porto omde vierem, se tire inquirição por toda a companhia da dita não se fizeram alguãa tomadia ou presa de gentes que lhe seia deseso, ou quebraram alguũ seguro que a alguãa fosse dado por quem tiner meu poder de os dar, ou fizeram alguãa sem razão ( ? ), e achamdo nisso em alguãa culpa o capitaõ, mestre, e companhia da não ou nauio day á execuçam as penas que por mim. .... em direito vos pareça que o merecem, fazendo restetuir ao danefiquado todo mal e dano que lhe fose feito, e temde diso tal cuidado que se nam posa fazer cousa mal feita de que não sejaes sabedor, e inteiramente seia loguo castigado com restetuição do damno a quem de de-reito se deua fazer como ditto he, e não sendo presemte a parte a quem se o tal damno fizer mamdareis depositar a restituçam do dano que lhe asi for feito em mãõs de pessoas abonadas para lhe ser entregue tanto que vier, e asi mesmo se saberá no nauio que fose a tratar a alguãas partes, se alenamtarão os preços das mercadorias, ou fizerão nisso outra alguãa cousa com que danasem o trato, e se se achar que o fizeram, o estranha.

reis na maneira que vos parecer que o caso merece; dando o castigo aos que achardes que nisto tiveram tal culpa per que o mereçam, e averá mandado vosso e todas as fortalezas que se fação as mesmas diligências em qualquer nao ou nãio que á elas for ther.

**XLIII.** A repartição que se hãde fazer das presas he a seguinte, a saber, que das presas que fizerdes tirareis de vinte huũ do monte mór, e daquelle que for cobrado e recadado das dictas presas, e carregnado em recepta sobre o ofeial delas, e isto naquelas presas em que fordes em pessoa ou á vista, e daquelas em que vos nam acertardes em pessoa, ou nam estiuerdes á vist., só quero que ajas ametade, e a outra ametade aja o Capitaõ que emtiardes ou for na frota que as dictas presas fizer.

E tirando asi de vinte huũ para vossa joia do monte mór, como dito he, emtam se tirará para mim o quinto verdadeiramente;

E tirado o dicto quinto se tirará para mim as duas partes pela armaçã.

E tiradas as ditas duas partes, a outra parte que fica se repartirá pelos Capitaes e gente darmada.

A saber :

Avereis vós alem da ditta joia que aveis de tirar na maneira que dito he das presas em que fordes, ou á vista, e nam em outra maneira, vinte e cinco partes..... xxv partes.

E cada huũ dos Capitaes dos nanios dalto bordo dez partes..... x partes

E cada hum dos Capitaes das caravelas, seis partes ; ..... vj partes

E cada hum dos Capitaes das guales. vj partes

E cada.....mestre e pillo. quatro partes..... iiij partes

E cada mestre somente tres partes.. iiij partes

E cada marinheiro armado parte e meia..... j parte e meia

E cada homem darmas huũa parte e meia..... j parte e meia

E cada grumete huũa parte..... j parte

E cada marinheiro duas partes. . . . ij partes

E cada espingardeiro duas partes. . . ij partes

E cada bombardeiro duas partes. . . ij partes

E cada besteiro duas partes. . . . . ij partes

E nam averam partes algũa saluo aqueles Capitaes, pessoas, e companhia que forem no feito que se fizer, ou estinerem á vista segundo que sempre se costumou.

As presas que prazendo a Deos se fizerem vos mando que seão postas em todo bom recado, e será tudo entregue ao feitor delas perante seu escrivain, e tudo carreguara sobre ele em recepta, e tendo tal maneira que se não sen-gue corra algũa, e tomy disto aquele cuidado que de vós confio, e naquilo que a mim pertencer do meu quinto e partes pela animação prouera o meu veador da fazenda para se arrecadar segundo por bom le seu officio o deve fazer.

XLIV. Vos mando que nas naos que vam ordenadas para ir o vir com carregnas das especiaras, não tomeis nem mandeis tirar nenhũas armas nem artilharia das que letrarem.

XLV. Eu ey por muito meu seruiço, e bem de justiça que no tempo em que os Capitaes das minhas fortalezas dessas partes sairem de suas capitancias por entrarem outros em seu lugar, e asy os feitores e escrivães das feitorias, se tire deles inquirçam de como servirão seus officios, e se inteiramente compriram e guardarão seus regimentos que por mim lhe sam dados, e se façam logo com eles judiciais, (sic) e vejam jurar testemunias, e que acabadas de tirar sejam cerradas e aseladas, e emuiadas a este reino nas armadas que vierem por duas vias, para eu, as mandar ver, e se fazer o que for justiça, porém se em algũa maneira toqnase a algũa parte que laa fiquo o que contra meu regimento se prouase que fizera, serão laa ouvidos com as tuas partes, e antes de sua partida, deles se faça comprimento de justiça.

XLVI. Outrosy que sejam dados preguões de minha parte que se, alguem se sentir agrauado dos ditos capitaes, feitores, e escrivães. . . . . contra justiça se lhe fizesse, ou lhe forem devedores, em algũa cousa, o vão

requerer ao Ouvidor que com os sobreditos os ouvirá e lhe fará comprimento de justiça. Porem vos mamdo que quando ao diamte depois de serdes em pose da capitania mór e gouernança alguũs capitaães officiaes (*sic*) mamdar vir por irem outros, ou eles vierem por alguũs casos, o mamdareis asi cumprir, e tirarseam até trimta testemunhas. e isto cometereis ao Ouvidor da India que o faça, e mamdouos que com todo boõ cuidado se faça isto, porque o ey por muito meu seruço.

XLVII. Por alguũs justos respeitos que me a isso mouem, ey por bem e mamdo que por nenhuũ caso que aquecer possa se nam mate por justiça em Malaqua nenhuũa pessoa principal da dita cidade, a saber Rey nem Senhor da terra, nem seus filhos, nem gouernadores e officiaes principaes que forem postos por meus capitaães, nem mercadores ricos, e somente fazendo ou cometendo algum caso ou casos per que mereção pena de morte me sejam emuiados presos a muito bom recado a meus reinos na primeira passagem que para elles vierem com os autos de suas culpas cerrados e aselados para os ver e mamdar fazer justiça asi como me bem parecer; e se for caso que parecer que as fazendas dos taes se perdem para mim por alguũs erros que tenham cometidos, ey por bem que se socrestem e embarguem e se faça deles imuentairo, e sejam postas em todo bom recado, e me seja emuiado o treslado do dito emuentairo com os autos de suas culpas para mamdar o que c'elas se faça.

XLVIII. Eu saõ informado que á ilha de Guoa vem Jogues que trazem bullas dos paguodes dos idolos dos jemtios, as quaes diz que dam grande toruaçam a se os gentios da dita ilha comuerterem a nossa sancta fee, pelo que vos mamdo que mamdeis os dittos Jogues nam sejam comsemtidos na ditta ilha nem nas outras ilhas darredor dela, e para asy se fazer ponhaes aquelas penas que vos bem parecerem, as quaes mamdaydar a execuçam naqueles que nelas mais forem achados; e para ser notorio o mamday apreguar.

**XLIX.** Porque se faça inteiramente justiça das pessoas que vem para estes reinos nas cousas ciueis de que algũas pessoas se podem queixar assy os christãos portuguezes, como a gente da terra, vos emcomendo e mamdo que loguo como embora cheguardes á India mamdeis apreguoar por todos os lugares omde tiuer gente e feitorias, que estem da maneira que posam a eles hir e vir recado até á partida das náos, que mamdo que todo christão portuguez, mouro, ou gentio a que o capitaõ mór da India que vós socederdes, ou o capitaõ da forteleza, ou de náos e nauios, ou outra pessoa que para qua se ouuer de vir, deuer alguũ dinheiro ou mercadoria, ou lhe tiuer alguã outra obriguacão de fazemda, o uenha demandar e requerer por todo mez de nouembro para lhe ser feito comprimento de justiça.

**L.** Porque de náos que vem da India com a carregua da especiaria, que fazem seu caminho por demtro, se segue muito meu desseruiço em toquarem Moçambique, mamdo que nenhuũ Capitam de náoe que venha com carregua minha da India para estes reinos nam vá a Moçambique saluo semdo em extrema necessidade, e quando com necessidade fose, em tal caso lhe mamdo que o mais em breue que seia possiuel se despache e partam, nam fazendo mais demora que aquella que de necessidade nam poderem escusar sob pena.....alli sem necessidade, ou posto que com ela se vam, se detiuerem alli mais tempo daquele que necessario for, perderem por isso todo ordenado de sua capitania, e quintaladas se as tiuerem, e nesta mesma pena quero que emcorram o pilloto e mestre; e vós a todos os capitaes das náos que depois de vossa chegada á India prazemdo a nosso Senhor de laa partirem para estes reinos o mamday notefiquar, e se fará disso auto, e alem disso o mamday apreguoar e notefiquar para que a todos seia notorio, e daquy em diante em todas as viagens se guarde asy sob a dita pena.

**LI.** A minha cidade de Malaqua como sabeis them sempre com os Reis e senhores seus vesinhos continua guerra, e por essa causa o tracto dela está muy danelluado, e nam ha nela tantos mercadores como soya, e



para o que toqua á dieta guerra sendo necessario se fazer por meu serviço, ou nam se ayendo de fazer, e assy em todas as outras de meu serviço. naquellas partes, nam me pareceo que vos podia dar regra certa nem detreminação do que acerqua das ditas cousas onueeis de fazer, somente tudo o que toqua á dita Cidade, paaç ou guerra, guarda da costa e trato, leixo a vós que em cada cousa pronejaes e mandeis que se faça o que mais meu serviço vos parecer, tomando inteira informação das cousas e da necessidade delas, e acodindo ao que cumprir em seus tempos em tal maneira que se proneia o necessario em seu tempo devido, e escrevermeis declaradamente todo o que em cada cousa das sobre ditas proverdes e fizerdes.

LII. E porque Malaqua he cousa em que tanto serviço e proueito posso receber, como creio que sabais, sendo prouida de todas as cousas, que para seu bom prouimento lhe forem necessarias, vos encomendo muito e mandando que tenhaes dela indito especial cuidado e lembrança para se lhe fizerem seus prouimentos em os tempos que se ouuerem de fazer, e daquellas cousas que virdes que comuem segundo os recados e nouas certas que tiverdes, assi para o que cumprir e for necessario para a guerra, se a tiuer, como para a paaç e aseseño dela e das cousas do trato e mercadorias, que nam aia nisso falecimento algum.

LIII. Porque a cidade de Guoa he a mais principal que na India ha, e dos mercadores e naturaes dela sam sempre em todas as cousas muy bem servido. me parece que nela milhor do que em nenhũ outro lugar podeis inuerner, pella qual ey por bem que assy o façaes. E porem se vos parecer meu serviço inuernarles em qual quer outra cidade das que tenho nassas partes leixo a vós que o façaes como vos parecer milhor, e mais meu serviço.

LIV. Porque sam informado que na India, e nas outras partes fora dela ha officios e carreguos sobrejs e sam necessitado, no que alcun dos guastos que com os sam deservido em outras cousas, ey por bem que aquelles

que vos parecerem sobejos, e de que nam ouuer necessidade os posaes tirar, e os nam aia ahi mais, e porque isto importa a meu serviço, tem-le disso toda lembrança.

**LV. Alçada dos Capitães das fortalezas da India.**

Posto que os Capitães das fortalezas da India leuem declaradas nas cartas de suas capitánias os poderes e alçada de que nelas hanno de usar, ouuo por bem e meu serviço a lenardes neste Regimento, para saberdes os poderes que lhe dou, e de que deuem usar em suas capitánias, que sam os seguintes.

Nos casos crimes lhe dou poder e alçada em todos os casos até morte natural inclusive, e sobre todas as pessoas de qualquer sorte e condição que sejam, e suas sentenças, juizos, e mandados em qualquer condenação que sobre os taes fizer por suas culpas até a dita morte natural inclusive, mamdo que deim a executam sem deles aver mais apelaçam nem agrauo, resaluamto porem que o dicto poder e alçada se nam entemderá em nenhũa fidalguos, nem no alcaide mór da fortaleza, nem meu feitor da feitoria dela, nem nos escriuaões da dicta feitoria que eu de qua emniar, nem nos Capitães das náos ou nauies que na dicta fortaleza tiver. Estes porem quando alguns casos crimes cometerem per que com justia deudo ser presos, os premdrá, e faram autos de suas culpas, e os embraxam cerrados e aselados a vós, ou ao meu Capitão Mór e Viso Rey para acerca deles, e dos seus casos pronordos como vos parecer justiga.

Nos feitos civeis dante partes lhe dou poder e alçada até comtia de cincoemta mil reis, e ate esta comtia se darão suas sentenças a executam sem mais aver apelaçam nem agrauo e se algum feito passar dos dntos cincoemta mil reis em qualquer comtia que seja, combterá dole e julgue o que cam direito lhe parecer, dñdo semente nos taes feitos agrauo para vós, dñdo Capitão mor, o qual as partes iram seguir dentro do tempo que lhe asinar, e se as partes nos taes feitos nam quizerem agrauar, darã a executam suas sentenças.

Poderam poer penas de dinheiro até cincoemta mil

zados nos casos em que virem que cumpre serem postas por meu serviço e bem de justiça, e as mãe executar naquelas pessoas que nelas emcorrerem sem mais delas aver apelaçam nem agrauo.

Porque podem aquecer alguũs casos per que seia comprido por meu serviço e bem de justiça comdenar alguũas pessoas nobres culpadas em alguũas penas de dinheiro, lhe dou poder que quamdo alguũs aquecerem porque lhe parecer que deuem ser castigados aquelles que neles forem culpados, eles os poderaõ condenar em pena de dinheiro avemdo respeito ás calidades das pessoas que forem em suas culpas, e esto até duzentos cruzados, e daquy para baixo nas comtias que bem visto lhe for avemdo os sobredictos respeitos, as quaes penas mandará executar sem mais dele aver apelaçam nem agrauo. E todas as penas de dinheiro aquy conteudas apropiio para despesa do ospital da forteleza omde for, e para ele as mandaram os capitaẽs executar.

E isto quamto aos Capitaẽs das fortelezas da Imdia e das outras partes, tiramdo os Capitaẽs de Malaqua e de Maluquo por estarem muy lomge, que nos feitos ciueis amtre partes them jurdiçam e alçada até cem mil reis pelo modo atrás declarado, e nos feitos crimes e penas de dinheiro que poderá poêr, e asy comdenar alguũas pessoas em penas de dinheiro naõ them mais jurdiçam nem alçada que cada huũ dos dictos capitaẽs das fortelezas da Imdia no modo atrás declarado.

LVI. Porem semdo caso que alguũas pessoas que seiam prouidas de capitánias de fortelezas nam leuem em suas cartas das ditas capitánias declarado o poder e alçada de que ham de usar, darlheis o trellado do dicto poder e alçada aquy declarado asinado por vós, para por ele usarem como ditto he.

LVII. Porque bem saibáes o poder e alçada que tenho dada aos Capitaẽs móres das náos que em cada hum anno vam para a Imdia, ouue por bem asy mesmo volo mandar declarar neste Regimento, do qual poder ey por meu serviço que usem os Capitaẽs móres das armadas que laa fixerdes na India, e em que nam for vossa pessoa.

e lho mandareis dar por vosa carta asinada por vós.

Nos casos crimes lhe don poder e alçada até morte natural inclusiue, e sobre todas as pessoas de qualquer sorte e condiçam que sejam, e suas semtemças, juizos, e mandados em qualquer condenaçam que sobre os taes fizerem por suas culpas até a dicta morte natural inclusiue, mandto que dein á execuçam sem deles aver mais apelaçam nem agrauo, resaluando porem que o dicto poder e alçada acima declarada se nam emternda nos Capitães das dictas náos de sua comserua, nem nos fidalguos e caualeiros, e outros meus criados, nem nos escriuaes das dittas náos, e porem quando estes fizerem algũs crimes per que com justiça deam ser presos os mandará prender e fará auttos de suas culpas como escriuam da não em que for, e os leuará á India, e os entreguará a vós meu capitam mór e viso Rey dela para acerca deles e de seus casos prouerdes como vos parecer justiça.

Item. nos casos ciueis lhes don poder que posam julgar sobre as pessoas que vam nas dittas náos atee cincoemta mil reis, e atee a dicta contra dará suas sentenças á execuçam sem apelaçam nem agrauo, e dos que mais pasarem de cincoemta mil reis julguará o que com justiça lhe parecer, dando somente agrauo para o dicto Capitão mór, e poderá poer penas de dinheiro atee cincoemta cruzados nos casos em que vir que cumpre por meu seruiço serem postas, e as executará sem mais apelaçam nem agrauo, e asi de degredo por quatro annos para os luguares dalem.

Item. no poder que asi lhe dou nas penas acima declaradas, attee morte natural inclusiue, ey por bem que nam usem disso, somente quando alguũ cometer tal caso per que mereça morte, o prenderá, e com os auttos e inquiriões de suas culpas que sobre isso fará, os entreguará ao meu Capitam móre Viso Rey para nisso fazer o que lhe parecer justiça, e porem ele dicto Capitam mór e Viso Rey nam mandará dar á execuçam as penas que pelo dicto Capitam mór darmada forem postas que em sua alçada nam couberem, se nam aquellas ou parte delas que lhe parecer justiça.

**LVIII.** Pelos grandes inconuenientes que se seguem dos Capitaães sairem fora de suas armadas e leixarem nelas com os dittos carreguos outras pessoas, vos mando que quando proverdes alguãs Capitaães dalguãs armadas, lhe defendaes muito apertadamente nos Regimentos que lhe derdes que nãõ sayão delas; e porque pode acontecer alguũ caso per onde lhe seia necessario sairem das dittas armadas, ey por bem e vos mando que nos dictos Regimentos limiteis loguo os poderes de que aiam de usar as pessoas que elles em sua abseincia deixarem por Capitaães da ditta arma.

Scripta em Lixboa a xxbij de feureiro. Pamtalyam Re-bello a fez de mil e quinhentos sesemta e oito.

REY.

Regimento. que leua o Viso Rey Dom Luis da Taide.

(Livro 1.º fl. 137)

## 2.

Conde Visorey, amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Dom Francisco principe das Ilhas de Maldina me pedio que por seu respeito fose seruido fazer merce a Pero Garces e Joaõ Garces seus criados, a hũ do officio de escruiaõ da feitoria de Cochim, e ao outro de contador dos orfaõs, ambos em vida. E por fazer merce ao principe, ey por bein vos informeis destes seus criados, e achando terein as calidades que se requerem pera estes carguos, que pera elles pede, prouereis cada hum por tres annos de cada hum dos ditos carguos na vagante dos prouidos amtes da feitura desta carta. E isto naõ sendo o carguo de contador da apresentaçãõ da cidade, porque minha temçaõ naõ he tirar ha cidade as liberdades que tiuer. E sendo da apresentaçãõ da cidade podeis prouer o criado de Dom Francisco pera que pretende o dito carguo doutro equualente a elle, o que asy fa-

reis, e cumprireis cõforme a esta carta, porque asy o  
averey por meu serviço. Escrita em Lisboa a xb de fe-  
vereiro de 583.

REY.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Francisco Mascarenhas Conde da  
Villa da Oria, do meu conselho, e Visorrey das partes da  
India.

(Livro 2.º fl. 1)

### 3.

Viso rey amigo. Eu ElRey vos ennio muito saudar  
Fernando de Aranda que, o ano presente vay pera as  
partes da India, hey por bem que em quanto nellas an-  
dar, e não for prouido de outra cousa, aja cadaño pera  
ajuda de sua sustentaçã cincoenta mil reis, de que lhe  
faço merce por justos respeito. Pello que vos encomen-  
do e mando que lhos façais assentar onde delles aja bom  
pagamento. Escrita em Madrid a onze de fevereiro de 584.

REY.

Pera o VisoRey da India.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—Ao Visorey da India

(Livro 2.º fl. 9)

### 4.

Viso Rey Amigo. Eu ElRey vos ennio muito saudar.  
Dona Britiz de Vela...my de Don Pedro de Menes-  
ses, que Deos pordoe, que faleceo em Dia estando por

Capitaõ, me enuiou dizer que por nam ficarem filhos dante o dito Dom Pedro e Dona Luisa Continha sua mulher, e serem casados per carta dametado, era ella Dona Britiz herdeira uniuersal do dito Dom Pedro seu filho, e lhe pertenciam as duas partes de sua fazenda por elle testar de sua terça.....tudo estana em posse a dita Dona Luisa sua nora. Pelo que me pedia houuesse por bem de vos encomendar este negocio, e que se fizesse justiça nelle. E porque isto seja de tanta obrigaçaõ vossa com que creio cumprireis como deueis, me pareceo todunia escreuernolo e encomendaruos que deis ordem como neste negocio se proceda com breuidade, e se faça nelle inteiramente justiça, porque receberey disso muito contentamento, e do que se fizer ine auisareis. Scritta... a 11 de março de 1584.

REY.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do estado, seu VisoRey das partes da India.

(Livro 2.º fl. 3)

## 5.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Dom Johaõ da Cruz, notario da See Apostolica, natural da Serra de Cochim, vay este anno para..... com intento de aproueitar na edeficaçam da christandade da pouoaçaõ de Saõ Thomé, e daquella Serra donde elle he natural, e lhe fiz merce de trezentos cruzados cada anno. Encomendouos muito vos informeis de como elle procede nesta materia, e mo escreuaes, e o fauoreças no que para este effeito for necessario, mandandoo aduertir do que cumprir. para que com seu exemplo e doutrina..... na christandade da Serra daquellas partes, e na conuersam do gentio, o fructo que se pertende. Scritta em Lisboa

a 16 de Março de 1584. E dos ditos trezentos cruzados leua a prouisaõ minha que lá vereis.

REY.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do estado, seu Viso Rey da India—1.ª via.

(Livro 2.º fl. 5)

## 6.

Eu ElRey faço saber aos que este Aluará virem que eu sou enformado que sendo defeso que nenhnm fidalgo nem outra algũa pessoa se possa vir da India para estes Reinos sem licença do meu Visorey ou Governador daquellas partes, alguũs o naõ cumprem asy, e se embarcaõ sem a dita licença, o que he muito contra meu seruiço e muito contra o que conuem ás mesmas pessoas; e querendo nisso prouer hey por bem e mando que daqui em diante pessoa alguma de qualquer qualidade e condiçaõ que seja que andar em meu seruiço nas ditas partes da India se naõ embarque nem venha delas para estes Reinos sem licença do dito meu Visorey ou Governador, que quando lha der passará disso sua prouisaõ, per elle assinada, sendo certo que vindosse sem a dita licença assinada pelo dito Visorey ou Governador, lhe naõ hade ser aceita sua petiçaõ, nem se lhe dará despacho sem elle dar informaçaõ de seus seruiços. E posto que eu tenho assentado de mandar á India os despachos das pessoas que naquellas partes me seruem, e dou agora nova ordem pera se isso assi poder melhor cumprir daqui em diante por as ditas pessoas naõ deixarem de.....o seruiço, e escusarem o trabalho de virem cá requerer..... alguũs pessoas tiuerem causas bastantes para deuerem .....as verá e lhe responderá conforme a ellas. Noteficoo asy ao meu Visorey ou Governador das ditas



partes, e lhe mando fãça publicar.....  
 defesa na minha chancellaria da cidade de Goa.....  
 .....della sellado com o meu sello e asinado  
 por elle nos.....da dita cidade; e enuiar outros  
 trelados feitos na mesma.....das  
 as fortalezas e cidades da India para se publicarem  
 .....noticia de todos.  
 A qual ey por bem e mando que se cumpra .....daqui,  
 em diante inteiramente como dito he, e derogo.....  
 outras prouisoões que sobre esta materia sejaõ passadas..  
 .....uisaõ que mandou passar o senhor Rey Dom....  
 .....feita nesta cidade de Lisboa aos dese-  
 seis dias do mez de Março do anno de mil quinhentos e  
 sessenta e oytto, porque esta somente ey por bem e man-  
 do que fique em sua força e vigor, e se cumpra e guar-  
 de juntamente com esta que se publicará na minha chan-  
 cellaria, e registará nos liuros de minha fazenda da Caza  
 da India para se saber como asy o tenho mandado. A  
 qual quero que valha, tenha força e vigor como se fosse  
 carta feita em meu nome, por mim assinada e sellada  
 com o meu sello, sem embargo da Ordenaçaõ do 2.º L.º tit.  
 xx. que diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais  
 de hum anno passem per cartas, e passando per Aluarás  
 naõ valhaõ. E esta mandei passar por tres vias. Sebas-  
 tiaõ d'Alpharo a fez em Lisboa a desassete dias do mes  
 de Março de mil quinhentos e oytenta e quatro.

REY

Miguel de Moura

(Livro 1.º f. 1)

7.

Viso Rey amigo. En El Rey vos enuio muita saudade.  
 Dom Fernando de Momroy (que Deos perdoe) seruió  
 nessas partes muitos annos com muita satisfaçaõ dos se-  
 nhores Reis meus predecessores (que estaõ em gloria), e  
 hora por parte de Dom Francisco de Momroy seu irmão

morador em Beluis deste Reino de Castella, fuy emformado que o dito Dom Fernando faleceo sem filhos, e fez seu testamento em que testou de sua fazenda em conthia de mais de cem mil cruzados, e que o deixou por hum de seus herdeiros ou herdeiro in solidum, e que a fazenda ficou em maõ de differentes pessoas, sem até agora ser enuiada á Casa da India, nem ser enuiado o testamento do dito Dom Fernando, hauendo mais de quatro annos que hee falecido. Pello que vos encomendo muito que vos enformeis deste negocio, e mandeis fazer comprimento de justiça ao dito Dom Francisco, ou seus procuradores, para que o testamento e fazenda se enue a Casa da India a Lisboa segundo ordenança, não consentindo que as pessoas que a tem em sy a detenhaõ, e pessuaõ com dilacões, senaõ que em tudo se lhe faça justiça cõ breuidade, como de vós confio. Escrita em Madrid a 19 de março de 84.

### REY

Pera o Viso Rey da India

(*No sabrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do estado, e Visorey das partes da India.—1.º via

(Livro 2.º fl. 11)

### 8.

Viso Rey Amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Sou informado que nas partes da India anda ha muitos annos Jeronimo Correa, e tem sua mulher nesta cidade, e não vem fazer vida com ella como he obrigado. Encomendouos que o façaes embarcar nas primeiras naõs que

pera estes Reinos vierem, porque o ey assi por meu seruiço. Scritta em Lisboa a 24 de Março de 1584.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

1.<sup>a</sup> via—Para o VisoRey da India.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—ADom Duarte de Meneses do seu conselho do estado, Visorey da India.

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 7)

9.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. O arcebispo Dom Frei Vicemte da Fomsega mescreueo que achara esa terra em muita necessidade de ministros ecclesiasticos, e que á falta delles estanaõ muitas Igrejas das fortalezas dese Estado sem Vigarios nẽ confesores, pedindome que deste Reyno fosse allgũs, e pela muita falta que deles ha se naõ pode ordenar que fosse nestas naõs, e se emtemder que com muito trabalho os persuadiraõ a hirem em outras allgũas. Ihe escreuo que a verei por seruiço de Deos e meu ordenarse hũ Syminario nesa cidade de Goa, do que se possaõ tirar os ministros necesareos ás Igrejas dese estado, e que vos peça pera iso ajuda e fauor necesareo; pelo que vos emcomendo que como a cousa de tanta emportancia, e a que eu eston taõ obrigado, trabalheis por dar toda a ordem e remedio necesareo pera se efectuar, e emtretanto pedirei da minha parte aos preladados dos mosteiros desa cidade que com os Religiosos delles acudaõ a estas necessidades de tanta obrigaçaõ, aos quaes mandareis dar os ordenados que per meu regimento haõ daver os ministros que residirem nestas Igrejas em quanto nelas atualmente servirem.

II. Tambem me escreneo o dito arcebispo que pela casa de Sam Domingos estar em sitio muito decentio, e serem falecidos nela muitos Religiosos comuinha pasarse o Collegio e estudo que tem para outra parte para aver Religiosos letrados, de que nessas partes ha muita falta, e me pede hũ aluitre dos que custumaõ a dar os meus Viso Reys, o qual me naõ nomea, e asy pede para os ditos Religiosos a renda dos pagodes desa Ilha de Goa, que se applicon para os miuinõs orfaõs e gentios em sua comuersaõ, de que estaõ ã pose os padres da Companhia, que depois se pasaraõ a fazer cristandade nas terras de Salcete. e por naõ largarem a dita renda dos pagodes de Goa aos Religiosos de Sam Domingos que lhe socede-raõ na cristandade da dita Ilha, ficãõ padecendo muitas necessidades: pelo que vos ãcomendo que vos ãformeis destas rendas dos pagodes, ouuindo sobre este caso os di-tos padres da Companhia, e vindo as provisõeõs que tem, e mandeis ver no regimento que per meu mãdado fez Diogo Velho, meu Secretario, seruiudo me nese estado de Veedor de minha fazenda, o como ficaraõ repartidos os ditos rendimentos na dita Ilha, e de tudo me avisareis com voso parecer para mandar niso prouer como for mais seruico de Deos e meu.

III. Na carta geral vos escreto sobre a emformaçaõ que me deu o Viso Rey das pazes que com ese estado tinha feitas El Rey de Jor per meio de seus ãbaixadores que foraõ contratadas neza cidade de Goa, e de quanta importancia era ter este Rei seguro namizade dele de tal maneira que fique de todo quebrando com o Dachem. E por ter allgũs ãformaçoẽs e ãespecial da Cidade de Malaga que este Rey cometeo estas pazes com animo deferente, e que sua temçaõ he fazer se poderoso, para quando o tempo lhe der lugar se ordenar conforme a reus intentos; vos ãcomendo que na sua amizade pro-cedaes coõ o resguardo e consideraçaõ que este caso pe-dir, procurando nã ter verdadeiras ãformçoẽs, porque naõ responde amizades feitas a taõ pouco tempo lam-car: mudo o dito Rey de Jor de toda a fazenda que vi-nha na nao da Ilha que deu em soco junto de sua

fortaleza, que não quis tornar numqa semdelhe mada-  
da pedir pelo capitaõ Roque de Melo, e asy me escreuõ  
terẽ auiso de fazerem os Jaos armada pera hirem sobre  
a fortaleza de Maluco chamados por elRey de Ternate,  
o qual se presumia que tambem estaua cõfederado com  
elRey de Tidore; e que diso tinhaõ dado cõta ao dito  
Viso Rey, no que creio que tereis prouido como conuem,  
e nas naos que esteano espero me avisareis do estado  
em que ficam as cousas de Maluco, e as pazes que se  
trataraõ com elRey de Jor. E por ser ãformado que a  
dita não que se perdeu foy por culpa e descuido dos  
que vinhaõ nella, vos ãcomemdo que particularmente  
mamdeis deusar sobre os culpados na perdiçaõ desta  
naõ, e os castigueis cõforme ao que a calidade desta cul-  
pa merece.

IV. Os moradores da dita fortaleza de Malaqa se  
queixaõ que os capitaes daquela fortaleza lhe não guar-  
daõ suas liberdades, mas antes por mui pequenas cou-  
sas os prendem e afromtaõ, e lhe fazem outras anexaçõs  
grandes que não poso crer: ãcomemdouos que tomando  
deste caso bastante enformaçaõ ordeneis como as  
moradores desta fortaleza lhe sejaõ guardadas suas liber-  
dades inteiramente não comsemtindo que lha seja feito  
agrauo nẽ sem justiça allgũa, porque alem do respeito  
destas desordens ser tanto de vossa obrigaçaõ me auerei  
de vós por bem seruido ã o prouedes asy nesta forta-  
leza como nas mais dese Estado.

V. Sou ãformado que os Viso Reys que té ora foraõ  
dele fixeraõ muitas merces de minha fazenda com a for-  
ma de meus regimentos, porque somente os podem fazer  
até comtia de doze mil cruzados, queremdelhe pôr nome  
de ordinarias, e outrosy dauaõ por aluitres as diuidas que  
ficauaõ deuenndo os feitores e thesoureiros dese estado  
que dauaõ comta do dinheiro que tinhaõ recebido de mi-  
nha fazenda que direitamente pertence a ela posto que  
a recadaçaõ das taes diuidas se dilatase per culpa dos  
ditos Viso Reys ou dos vedores de minha fazenda. e  
que as comdenaçõs pera o fisco real no caso da erezia  
e outros casos, e das residencias que se tomuaõ que ã

direito pertencem a minha fazenda taõbem as dauaõ per aluitres, e que se yemdiaõ as diuidas velhas que se deuem nela, e asy os cargos da justiça e da fazenda por dinheiro, e se guardauaõ até qui muito mal as prouisoões dos senhores Reys meus antecessores e as minhas, e se criauaõ officiaes desnecessarios a que se dauaõ exceuiuos ordenados á custa de minha fazenda, deixando de os pagar aos que saõ por mim prouidos e me seruem, paõ comsentimdo que se registem as prouisoões que se pasaõ destas mercês e ordenados. E porque tudo isto saõ cousas de que me ey por muito deservido, e ey de mamdar tomar muito particular eõformaçaõ e residencia delas, me pareceo deueruolas apomtar lembrandouos que de correte nese estado estas desordens he a principal causa de serem muito mal pagos os soldados que me seruem nele, e aver tamias queixas dos prelados e ministros das igrejas, ospitales, e misericordias desas partes sobre lhe deuerem muito de seus ordenados, e naõ posso cuidar que os Viso Reys dese Estado procurem por estes respeito de afastar de sy os ministros que daqui maõdo, e buscar outras pessoas com que fazem as cousas da obrigaçaõ de seus carregos, o que naõ creio que será em yeso tempo. Pelo que vos emcoõmeindo que se naõ uze mais destas desordens tanto cõtra meu seruiço e de minha fazenda, e que quando algũ destes ministros tines faltas per omde naõ deua servir nos cargos de que os tenho prouidos, me auiseis pera niso mamdar o que for mais meu seruiço.

VI. Eu tenho comcedidas a allgũas pessoas cartas de comenda pera vós as quaes as mesmas pessoas a que se daõ leuaõ na maõ pera por sy as apresentarem, e porque poderá ser irem allgũas delas em tal forma que vos pareça pela eõformaçaõ que de mais perto temdes de seus seruiços lhe naõ deueis comceder o que leuarem pelas ditas cartas, ou se lhes deue moderar e allgũ modo, me pareceo de ueruos escreuer sobre esta materia, e significaruos que nestes casos podereis fazer o que virdes que mais comtrem a meu seruiço. cõforme ao merecimento de cada hum, e do que nisto achardes e fizerdes me auisareis mui particularmente

VII. Tambem sou efformado que quando os prouidos las fortalezas dese estado per minhas patentes vão em-trar nelas pedem aos Visoreis muitas prouisoês, todas affim de seus particulares yinterêses e ã dano dos moradores das ditas fortalezas, e finalmente contra o seruiço de Deos e meu, e porque não he justo que pelos proueitos dos capitães das taes fortalezas fiquê os moradores delas sem o remedio que he razaõ que tenhaõ resedindo nelas, e tendo obrigação de as defender, vos ãcomendo que com muita consideraçã e advertencia paseis taes prouisoês, tendo sempre muito respeito ao bem comum de meus vasallos e ao que comuê ao remedimêto de minhas allfamelegas.

VIII. Matias Dalbuquerque Capitão da fortaleza dormus me escreueo que pelos quatrocentos soldados que são ordenados á dita fortaleza serem os mais deles inutilles que pera nhuã cousa aproueitaõ, e que amdaõ cento e vinte çharcados nas galiotas que daõ guarda aos navios que vão do Cimde ão fazendas á dita fortaleza, ficana muito soo, e que procurando por estes soldados se recolhetê dentro nela ( pera o que lhe mandara de nono concertar casas pera sua viuemda, e lhe ordenara dons pardaos e meo de seu mâtimento cada mes e seus quarteis pagos ) os não pudera persuadir que se agazulhasê dentro na dita fortaleza, e me pede que pera se isto effectnar mande que da gente darmas que for deste Reyno se prouea dos soldados neccsarcos que ãtendo que sôlgaraõ de residir nela mandandoos logo ã chegando a esas partes, e que desta maneira ficaria melhor prouida a dita fortaleza, e se atalhariaõ muitos males e desordens que comettem os soldados uinendo na cidade. E por esta materia ser de muita consideraçã pelas rezõs que aponta, vos ãcomendo lhe deis o remedio que virdes que mais comtê ao seruiço de Deos e meu.

IX. Taõbem me escreue que por falecimêto de Rex Nordin que foy guazil naquele Reyno, lhe ficara hũ filho legitimo de pouca idade que dá de sy grandes esperanças, que se chama Rex Dilamixa, o qual fora metido do pose do jnizadego dallfamelega daquella fortaleza por prouisoês do Comde Dũ Luis detaide, de que ora está ã

pose Rex Xaraso seu irmão, a quê Fernão Telles de Menezes governando esse estado a mandou dar : e por este Rex Dalmixá ser filho legitimo lhe parece meo serviço mandar a Rex Xaraso que segue o dito cargo lhe dese de dous até tres mil pardãos cadaão pera seu sustentamento, e por que Rax Bixay may do dito Rax Delamixá se me queixon por sua carta do dito seu filho ser tirado da pose do dito cargo indinidamente, eu lhe escrevo que vos mando que a ouqueis, e vos eformeis do que requer, pelo quo vos encomendo que asy o façaes, e lhe gnardeis inteiramente sua justiça, prouendo ao Rax Delamixá seu filho conforme a razão que tiver, por que diso me averei por bem servido de vós.

X. E por me ser pedido por parte do Santo Officio que mandase dar ordem como hum dos Desembargadores da Relação desa cidade de Gon., qual os Inquisidores apontasê, servise de procurador dos prezos pelo Santo Officio, por se não acharem nesa partes outros letrados christãos velhos de que se possa confiar o segredo dele, vos ecomendo que ordeneis como o desembargador que vos eles nomearê corra com esta obrigação tanto de serviço de Deus e meu como tereis entendido, e tereis particular lembrança de por este respeito lhe fazer merce, e posto que tenha escrito ao Viso Rey Dom Francisco sobre o pagamento dos officiaes do Santo Officio, e por minhas instruções que tenastes o ano passado volo tenha ecomendado particularmente, vos torno a ecomendar que tenhaes e seus pagamentos a cûta que couê; e que todos os bens confiscados e que se confiscarê daqui em diante se despendaõ e pagamento destes ordenados se se fazer outra allgãa despesa deles até serem pagos, e não bastando em todo ou em parte pera estes pagamentos, se acabaraõ de fazer por minha fazenda.

XI. O Bispo de Cochim, me escreveu como ele e o cabido da See da dita cidade, e os mais ministros das igrejas do dito bispado, eraõ muito mal pagos de seus ordenados, e se lhe deuão deles mais de quarenta mil pardãos dos annos atraz, pedindo-lhe mandasse fazer boõs pagamentos; e posto que por minhas instruções vo-



tenha êcomendado o pagamento dos prelados e ministros das igrejas dese estado, vos torno de novo a êcomendar o pagamêto do dito bispo, sec, e ministros ecclesiasticos de sua obrigaçã. E cy por bem e mandado que lhe sejaõ pagos seus ordenados pela remda do betre desa cidade de Goa, omde os senhores Reis meus antecessores lhos tinhaõ mandados pagar, de que lhe foraõ pasadas prouisoês. E por ser êformado que a dita remda do betre está ê muita deminuiçã do que antes remdia, vos êcomemdo que o que faltar nela pera cõprimêto de seus pagamêtos lhe ordeneis ê hũa das outras remdas desa cidade e Ilha de Goa omde melhor possaõ ser pagos. E quanto a muita comtia de dinheiro que lhes he deuvida dos anos atrás me auerei per bem seruido de vós dardê-lhe allgũ remedio pera se lhe ir pagãdo, e espero saber per vosas cartas e do dito bispo como fica prouido inteiramente nestes seus pagamemtos.

XII. Nicoláo Petro Cochino, que mandei per Veedor da fazenda da carga das náos, me fez allgũas lembranças sobre a materia da pimentã, e posto que por minhas instruções vos tenha êcomendado o que nelas apomta, saõ de tamta emportancia que me pareceo meo seruiço tornaruolas a emcomendar, e que todos os anos ordeneis como se faça a carrega de hũa das náos deste Reino nos portos do Canará pelas rezoês que nelas vos mandei apomtar, e que se já naõ está tirada a deuasa das pessoas que trataõ em pimentã nesas partes com tamta densidad, que he a principal occasiã pera faltar pera a carrega das náos, a mãdeis logo tirar, por ser cousa de tamta importancia como tereis êtendido.

XIII. Tambem me escreueo que na cidade de Cochim se pagaõ de ordinarias desoito mil pardãos ê cada hum ano, pera o que naõ tem mais rendimêto aquela seitoria que cimco mil; e posto que tenho já dado ordem ao pagamento do Bispo e Cabido e mais ministros ecclesiastico daquela cidade pera o averem pelas remdas da cidade de Goa, vos êcomemdo que pera as mais ordinarias que ficaõ ordeneis como sejaõ pagas, temdose particular cõtaõ os pagamêtos das fortalezas de Condaõ e Oranganer.

XIV. E así me escreue que achou a ribeira daquela cidade tão desbaratada e cheia de casas de pedra e cal que se fizeraõ em chaõ que os Viso Reys e Governadores dese estado deraõ a allgũas pessoas, naõ considerando quãto euporta a meu seruiço estar a dita ribeira despejada pera o apercebimento e concerto das náos que vaõ deste Reino, e pera nela se fazerẽ outras e os nauios que sãõ necessarios pera a comércuação dessas partes, pelo que vos emcomendo que tomeis particular eformação de como foraõ dados estes chaõs, e por que prouisoẽs, e quãto tempo ha, e o dano que recebe a dita ribeira por respeito das ditas casas, e de tudo me ayiseis com voso parecer pera prouer neste caso como for mais meu seruiço. E ao dito Veador da fazemda vos ecomendo deis todo tauor e ajuda necessaria nas cousas de meu seruiço, e que com ele tenhaes a cõta que he rezaõ e se deue ter com as pessoas que bem seruem, e lembreis a Dom Jorge Baroche Capitaõ daquela fortaleza o deixe correr inteiramente com a obrigação de seu cargo, e tenha cõ ele aquella conformidade que he rezaõ, e lhe emcomendo na carta que lhe escreuo.

XV. O Bispo de Macão me escreueo que ele e os ministros eclesiasticos que o ajudauãõ naquelas partes eraõ mal pagos de seus ordenados, e por ese respeito o deixauãõ, e posto que por minhas instruções que leuastes, vos ecomeidei o pagamẽto dos ministros eclesiasticos dese estado, volo torno ora a emcomẽdar, e que no pagamẽto deste Bispo e seus ministros deis toda a ordem que for posiuel, e como tenha os que lhe sãõ ordenados, e a ele escreuo que así desta materia como das mais vos dê conta pera prouerdes em tudo comõ vos parecer seruiço de Deos e meu.

XVI. Por ser eformado que os moradores da cidade de Malaga tem muito trabalho na defemsaõ dela pelas cõtinuas armadas que o Bãhem sobre ela manda, desciando por ese respeito lhes fazer mercẽ ey por bem e vos mandando que os officios que vagarem nesta fortaleza, de que os prouidos sãõ forem presentes, deis as seruemtias deles aos ditos moradores que forem be-

nermeritôs e men serviço amtepomdo sempre os que forem meus criados, pera o que lhes pasareis as prouisoões necessarias, e que a pessoa que se prouer do cargo de onnidor da dita fortaleza não seja da obrigaçã do capitão que onner de residir nela, pera que liuremente e sê respeitos nhã possa administrar e fazer justiça; e de o asy comprirdes me averei por bem servido de vós.

XVII. O pronedor e irmaõs da Misericordia desta cidade se me queixaraõ por sua carta de algũas cousas que por eles vos seraõ apontadas; ecomendouos que os ouçaes, e lhe deis todo o fanor e ajuda pera que possaõ bem cumprir cõ as obras de sua obrigaçã, que saõ tam dinas de ser favorecidas e ajudadas como sabeis.

XVIII. Jorje Florim dalmeida, que foi feitor nesta fortaleza me escreueo que por hã regimento antigo que nela avia tem obrigaçã os mercadores asy portugeses, jaos, como de quaesquer outras naçoões que forẽ, pagarẽ do crano, nós, e maça que á alfamdega dela trouxerẽ os terços pera minha fazenda, e que de muitos anos a esta parte se não recolhem os taes terços por conta dela, e os leuaõ e arrecadaõ os capitães da dita fortaleza; e porque não he decente que fazendo-se tantas despesas na defensaõ desta cidade como vos seraõ presentes, se deixẽ darrecadar nalfamdega dela os direitos que me pertencẽ; vos ecomendo que mui particularmente vejais os regimentos e prouisoões per onde se pagaõ estes terços a minha fazenda, e saibais a causa porque se não recolhẽ agora por ellã e os leuaõ os capitães, e de quantos anos e esta parte, e as prouisoões que tẽ pera os poderem lenar, e o que poderaõ emportar e cada hum mo; e das prouisoões que tocareẽ a esta materia me enlaais os treslados cõ toda a mais eformaçã que dela tiverdes, e voso parecer, pera nisto proner como for meu serviço.

XIX. Dom Anrique Bemdarã desta cidade de Maryca me pede por sua carta algũas cousas a que lhe não mandei responder por não ter ymda eformaçã vosa do que sobre ele vos mandei apontar nas instruçoēs que leuastes, e porque a tenho boa do modo e que procede e

meu serviço, se nas náos que este ano espero ma não temdes mandada, vos êcomemdo que o façaes pera cõ ela e voso parecer lhe fazer a mercê que seus serviços merecem.

XX. Diogo Dias de Boavista morador nesta fortaleza sou êformado que foi com cartas minhas ás Filipinas, e que ha muitos anos que me serue nesas partes: emcomendouos que o fauoreçaes ê tudo o que poder ser, e me êformeis de seus serviços pera lhe fazer a merce que por eles merecer; e escreuerilheis como vollo asy êcomêdo, e que recebi a sua carta.

XXI. Per hũa carta particular vos escreuo sobre a materia do Dacheu, e o que ey por meu serviço que façaes com Ruy Gonçalves da Camara, e porque na que lhe escreuo ê resposta dallguãs cartas que tine suas nas náos do ano pasado lhe torno a dar licença pera que se posa vir pera este Reino narmada deste ano presente; ey por bem que vagamdo allgũa capitania das náos da dita armada lha deis pera poder vir melhor agazalhado, e não na avemdo lhe deis boõs gazalhados na não em que se êbarcar, e vos êcomemdo que asy o cumpraes, e ê todo que se offerecer tenhaes cõ elle a cõta que he rezaõ.

XXII. A Raynha das Ilhas me escreueo nas náos do ano pasado com a descõsolação da morte del Rey seu marido aqueixamdo-se de lhe não serem dadas ê sua vida cartas minhas, e pedindome mercês pera suas filhas; e queremdo-lhe responder me pareceo pela enformação que me foy dada que poderia ser que quando estas náos chegassẽ ter ela feito algũa mudança de sy, e seria mais cõveniente deixaruos o officio que com ela se ouuera de fazer de minha parte; pelo que vos êcomemdo que estamdo ê estado que deua ser tratada como molher del Rey seu marido a mandeys visitar de minha parte cõ a occasiã de seu falecimento, e com o recado que vos parecer que se lhe deue de dar dizemdo-lhe que sempre mandei escreuer a seu marido, e que o ano pasado lhe foy carta minha de consolação sobre a morte do príncipe seu filho, e êtemdereis o que pre-

temde pera sy e pera suas filhas, e o que será rezaõ que se lhe comceda, e de todo me avisareis; e fazêdo allgũa mudança de sy tal que vos pareça que se deue ter comta com o remedio de suas filhas, o fareis, e as poreis omde milhor e mais recolhidamente poderem estar.

XXIII. Com as instrucções e despachos que vos mamdei dar quando o ano pasado de qua partistes leuastes cartas minhas pera os Reys da Etiopiã, Persia, e China, a que taõbem escreuy os anos atrás, e ã hũa das vosas instrucções vos êcomemdei o officio que por meu seruiço avia que fizeseis cõ estes Reis êuiamdolhe com minhas cartas recados meus na forma e modo que vos parecesse que mais conuinha pera se eles persuadirẽ ao que deles pertendo. E posto que ymda ategora naõ tenho reposta alguã destas cartas, vmdo todavia o efeito que elas começaraõ a fazer, pois elRey da Persia, com a primeira minha que recebeo me êuia seu êbaixador, me pareceo que taõbem este ano vos deuia mamdar outras cartas pera estes tres Reis, pera lhas mamdardes ou sospemderdes como virdes que mais conuẽ segimdo ã huã cousa e outra o que temdes êtemdido de minha temçaõ e yntemto nestas materias.

XXIV. Posto que por minhas ynsturcções que leuastes vos tenha muito êcomemdado elRey de Geilaõ por ser christaõ, e pobre, e pela doaçaõ que tẽ feito a esta coroa daquele Reyno, he rezaõ volo torne a emcomemdar pera que sempre cõ ele se tenha comta per obras e demonstraçoẽs ã que o ele emtemda e conheça, e lhe faças fazer seus pagamẽtos aos tempos devidos. E porque ora me pede licença pera mamdar cimcoẽta quimtaes de canela a este Reyno, e esta materia he de consideraçaõ he exêplo, a remeto a vós pera que vos êformeis da necessidade ã que está este Rey, e se ha outro modo de se acudir a ela, e naõ no avemdo e parecemdonos que se lhe deue de deferir ao requerimẽto desta canela me aviseis de quãtos quimtaes lhe deuo comceder a tal licença cõ tudo o mais que sobre ysto se oferecer.

**XXV.** El Rey de Cananor me escreueo que auia muitos anos que lhe não pagariaõ trêzentos cruzados que tinha de temça e cada hum ano dos senhores Reys meus antecessores, e lhe não pasauaõ tantos cartazes como lhe custumauaõ a dar, e que os mercadores meus vasallos e e especial os moradores daquela fortaleza lhe não pagauaõ os direitos que lhe pertenciaõ das fazendas que leuauaõ áquele porto, antes as desemcaminha-uão e dauaõ aos mouros seus vasallos. Emcomendouos que vos eformeis das prouisoões que tem da dita temça e cartazes que requiere, tendo a aduertencia que quando se ergeo o preço á pimemta que se faz em Cochim, e foi dada ao Rey desta cidade a copa que ha e cada hum ano de minha fazenda, se obrigou a pagar as temças que se damtes dauaõ per conta dela aos Reys e senhores daquelas partes por respeito da pimemta que dauaõ pera a carga das náos, e dahi por diamte se não pagaraõ mais, e a eformação que desta temça, e cartazes achardes me euiareis cõ voso parecer, e no que toca aos direitos deste Rey de Cananor escreneis ao capitaõ desta fortaleza não comsymta que lhos leuem.

**XXVI.** Os moradores da cidade de Damaõ me enuiaraõ apresenter hũs apõtamentos dalguãs cousas que me requerẽ, e porque o ano pasado vos ecomemdei muito particularmente esta fortaleza e espero que nas náos deste ano me eformeis do estado e que achastes, me pareceo lhe não deuia mandar responder até ver o que nesta materia me escreneis: pelo que vos ecomemdo que se já me não temdes dada esta eformação o faças nas primeiras náos.

**XXVII.** Eu escreuo aos Reys de Bumgo e de Arima e a Dom Bertolameu as cartas que vaõ nestas vias, de que vos enuio a copia, e huã das vias vay na náos de Malaqua, emcomendouos que lhas euiéis a bom recado per via dos Padres da Companhia, ou como vos melhor parecer, e lhe escreuais taõbem pera os animardes, e nomderem que vos saõ por mim ecomendados. Escrita

em Lisboa a xj de Feuereiro de mil bclxxxv (1585). E eu Diogo Velho a fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

2.<sup>a</sup> via ( *No Sobrescripto* )

Por ElRei.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, seu VisoRey nas partes da India.

2.<sup>a</sup> via. ( Livro 3.<sup>o</sup> fl. 110 )

## 10.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Juliana Carualha molher de Janamendes Camelo que faleceo nesas partes me êuiou dizer que Antonio Monis Barreto governando esse estado lhe dera licença em meu nome, pera se vir pera este Reyno com o dito seu marido em hũa das náos darmada do ano de 75, nas quaes lhe mandaua dar gazalhados, pedimdo me que por quão não ouuera efeito a dita licença, e o dito seu marido era falecido, ouuêse por bem que ela se pudese vir nas náos darmada deste ano presente. E avendo a yso respeito, ey por bem de lhe dar licença peraque se posa vir nas ditas náos; e avendo nelas allgũs gazalhados per conta de minha fazemda lhe dareis os que forem comuinientes pera sua pesoa, e não os avendo lhe mandareis dar cem pardãos de tamgas, de que lhe faço mercê pera ajuda de os comprar. Escrita de Lisboa a xx de feuereiro de mil bclxxxv ( 1585 ). E eu Diogo Velho a fiz escreuer.

REY. ( a )

Miguel de Moura.

Carta pera o Viso Rey. Pera V. Magestade ver toda.

( *No sobrescripto* )

---

( a ) Pelo costume que ElRey tinha de assignar—*Yo elRey*—assim se assignou nesta carta; mas depois elle mesmo riscou as palavras—*Yo el*—e deixou a palavra—*Rey*.—

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e Viso Rey da India.

(Livro 2.º fl. 15)

## II.

Viso Rey Amiguo. Eu ElRey vos êvio muyto saudar. Manoel Caldeyra comtratador das náos da India me apresentou hũs apomtamentos de alguãs cousas de que se agraua de Nicoláo Petro Cochino, Veedor da fazenda da cargua das náos, os quaes ouue por meu seruiço que vos fosse lá apresemrados. Emcomendouos que os vejaes ouuindo sobre as queixas que nelas se contem a Nicoláo Petro Cochino, e aos proeuradores de Manoel Caldeyra, e prouereis em tudo de maneyra que secem as queixas, e se cumpra o comtrato das ditas náos na melhor ordem que puder ser de modo que não aja dilação na cargua, e partida das náos, e na carregua, e arumações dellas se goardem os regimentos e prouisoões que são passadas, e procurareys de os concordar de maneira que amtre todos aja a boa correspondencia que cumpre a meu seruiço, e bem do comtrato, mandando ter muyta aduertencia que as pessoas que se meterem por goardas das ditas náos, cumpraõ com verdade a obrigação de seus cargos, e não vendaõ os lugares, e gassalhados dellas, e nas primeyras náos me avisareis do que sobre esta materya fizerdes.

II. Sou emformado que Nicoláo Petro Cochino ordenou hum pezo nouo ê Coehim, no qual faz pesar todas as drogas e fazemdas que se embarcaõ nas náos que vem pera este Reyno, e se leua ás partes simquo reis de cada quintal que se pesa nele; e porque me foraõ feitas muitas queyxas desta noua obrigação, e se emtemde que não taõ somête he opressão das partes, mas poderá causar retardarse a cargua e despacho das náos, vos emcomêdo que vos informeis deste caso muyto particularmente ouuyndo sobre ele o dito Nicoláo Petro Cochino, e as partes a que tocar, e o que nele vos parecer mayns meu seruiço e menos opressão para as partes, o dareys á



execução, avisam d'ome das rezoês em que vos fundardes.

III. Foime dito que será meu seruiço. fazeremse nestas partes allgũas náos pera seruyrem nesta viagem da India, asi pela espiriencica que se tem das que se lá fazem durarem muyto mais tempo que as que se fazem neste Reyno, como taõbem por serem menos custosas e mais fortes, e irem faltando as madeiras pera as ditas náos; emcomendouos que vos informeis se averá pessoas nese estado que queiraõ fazer algũas per contrato asi nas partes do norte como ã Cochim, que sejaõ de quinhentas té seiscentas toneladas, e o preço porque daraõ acabadas cada hũa das ditas náos, e o que poderá custar posta á vela; de que me avisareis.

IV. O Viso Rey me escreueo o ano pasado que pelas queixas que auia dos Reys comareãos da Costa de Melimde pelas sem rezoês, tiranias, e roubos, que lhe fazem os capitães móres daquela costa, trabalhára por dar remedio a elas, e o naõ podéra dar, sendo elas de calidade que arreceaua que estes Reys chamasem Turcos pera se valerem deles; e posto que mandey que os despachos que se desem desta capitania, fosse a pessoas que comprindo ynteiramente com sua obrigação a seruisessem, sem darem occasiaõ a estas queixas, e sou emformado que ha muytas pessoas prouidas desta costa, vos emcomendo que os que forem servir esta capitania amoesteys que procedaõ de tal maneyra que se naõ aqueixem mais os ditos Reys nẽ os visinhos da dita costa, e dos ditos capitães mandareys tirar residencia tamto que viessem de lá, pera procederdes contra os que achardes culpados como vos parecer men seruiço, e avisareis aos ditos Reis que vos mandem apresentar os agraos que lhe foraõ feitos, e per que capitaes, e ao capitaõ de Moçambique emcomendareys taõbem ysto muyto particularmente, e eu volo tenho emcomendado na terceyra ynstrução que leuastes, capitula seys.

V. Per ordem do Arcebispo de Lisboa Inquisidor geral d'este Reyno se mamda vir ham preso que está na Inquisição desa cidade de Goa, que vos será lá nomeado pelo Inquisidor dessas partes, ao qual sy por

serviço que mandeys dar embarquação nestas náos, e que lhe seja dado regra pera a viagem á custa de minha fazenda, por ser informado que he este preso muyto pobre, e mo pedir asy o dito Imquisidor geral.

VI. Posto que por muytas vezes tenho mandado aos Viso Reys dese estado que dessem toda a ordem necessaria pera o dinheiro dos defuntos que nele falecem se arrecadar pelo Prouedor mór deles, e se mandar em cada hum anno a este Reyno cõforme a seu regimento, sou informado que não comprirão numqua com esta obrigação, mas antes obrigauão ao dito Prouedor mór que o dese a partes sobre fiança, e muyto dele dando peraluitre ás pessoas que queryão, o que he muito contra o serviço de Deos e meu; pelo que vos encomendo e mando que daqui em diamte se ordene isto de tal maneira que o dito Prouedor mór dos defuntos posa liurementemente mandara este Reyno em todos es annos o dinheiro que ouuer dos ditos defuntos, e se não dê mais a pessoa alguã com fiança, nem sem ela, pera o que mandei passar a prouisaõ que vos será apresentada pelo dito Prouedor mór, a qual ei por bem que goardeis inteiramente como nella se comtem. Escri-ta em Lisboa a xxij de feuerreiro de M. D. LXXXV. E eu Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Carta pera o Viso Rey. Pera Vossa Magestade ver.

2.ª via.

(No sobrescripto)

Por El Rey.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, seu Viso Rey das partes da India.

2.ª via.

( Livro 3.º f. 118 )

12.

Viso Ray amigo. Eu El Rey vos emuo muito sandar. Foi me dada hũa carta do Viso Rey Dom Francisco Mascarenhas sobre os serviços de algũas pessoas, a que dei.

xe y de responder por a ordem que vos dey de verdes la seus papeis primeiro, e me auisardes dos merecimentos de cada hum, e do que vos parecesse que se lhes denia responder cõ parecer do Arcebispo, e de dous fidalgos, como se conthem no ultimo capitulo da iij.<sup>a</sup> instrução que leuastes; pello que vos encomendo muito que ponhaes em exequção o que acerqua deste particular se conthem na dita instrução de maneira que entendaõ que se tem lembrança de seus seruiços, e que escusem de vir qua requerer, pois disso lhes resulta trabalho e despesa, e fazem falta em meu seruiço, e quando por alguõs respeito s derdes licença a algũa pessoa pera vir ao Reyno, lhe dareis tambem a informação na mesma forma, porque sem ella naõ lhe será recebida sua petição, e cumpre a meu seruiço que isto seja notorio a todos, e nesta conformidade vos encomendo muito que procedaes nesta materia. Escrita em Çaragoça a xv de março de M. D. lxxx e cinco.

REY.

Pera o Viso Rey da India sobre despachos das pessoas.....

4.<sup>a</sup> via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses seu Viso Rey das partes da India do seu Conselho do Estado.—4.<sup>a</sup> via.

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 17)

13.

Viso Rey Amigo. Eu elRey vos enuio muito saudar. As quebras da pimenta vaõ em tanto crecimento que naõ deixa de se presumir que no peso e carga ha engano, e parece cousa fora de ordem naõ hauer quem a receba pera se lhe carregar em receita, e dar qua conta della, pello que escreuo ao Cardeal Archiduque meu sobrinho e irmão que mande hũa pessoa de confiança em cada não pera tornar nella que receba a pimenta, e a veja

pesar, e meter na naao pera qua a entregar na casa da India, advertindo as tais pessoas que fazendo o contrario que haõ de ser castigados como merecerem, e porque he ysto taõ perto da partida das náos que pode ser que naõ aja lugar de mandar as ditas pessoas, vos encomendo muito que tanto que as náos chegarem vos mandeis informar se vaõ nellas, e naõ indo, que as enfeiais vós tais que o bem saybaõ fazer, advertindoos de todo o sobredito, e do mais que vos parecer que o negocio require, porque nisso me haurey por bem servido de vós e vollo agradecerey muito. Escritta em Çaragoça a xv de março de M. D. lxxxv.

## REY.

Pera o Viso Rey sobre as pessoas que haõ de receber a pimenta na India e vir nas náos com ella. 4.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses seu Viso-Rey das partes da India do seu Conselho do Estado.

4.º via.

(Livro 2.º fl. 27)

## 14.

Viso Rey Amigo. Eu ElRey vos enuio muyto saudar. Bras Ferreyra me êuyon dizer que yndo por embaixador ao Idalcão por mñlado de Antonio Moniz Barreto governando esse estado, lhe foraõ tomados algũs cavalos e outra fazenda, de que té ora naõ pudera aver pagamento, e que nas pazes que o Conde Dom Luys dataido fez cõ elle, se pusera per cõdição que pagnase o que lhe asy fora tomado, pediudome o mandase prouer; pelo que vos encomendo que vos emformeys particularmente da perda que teue, e o que jodia èportar, e causa porque a recebeo, e se ao tal tempo estava ynda por embaixador, e constandonos por verdadeira enformação serlhe tomada a fazenda que diz, procurareis pelos modos mais seguros e decentes a meu serviço como o dito Bras Fer-

reyra seia pago do dito Idalcaõ, mandandolhe vós falar nisto cõ as rezoẽs da justiça da parte, ou metemdo-se esta restetuiçaõ ãe algũs capitulaçoẽs se as fizerdes cõ o dito Idalcaõ cõforme ao que o dito Bras Ferreyra diz que tinha asentado o Conde D.º Luis dataide; e parecendo-nos difficultosa esta restetuiçaõ, ou que de se procurar se possa seguir algũs ynconvenientes a meu seruiço, em tal caso o satisfareys da perda que vos constar que teve per algũm aluitre, ou outra coisa yquivalente nessas partes, que naõ seja das rendas desc estado; e do que nisto fizerdes de huã maneyra ou dontra me avisareys. Escrita em Lisboa a Xb. de Março de M. D. LXXX e cinco. Eu Diogo Velho a fiz escrever.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey sobre Bras Ferreyra.

Pera Vosa Magestade ver.

2.º via (No Sobrescripto)

Por ElRey—A Dom Duarte de Meneses do sen Conselho do Estado sen Viso Rey nas partes da India.

2.º via.

(Livro 2.º fl. 29)

NR.

No mesmo L.º fl 31 está outra 2.º via com data de xij de Março. E a fl 33 a 3.º via com a mesma data de xij de Março.

## 15.

Viso Rey Amiguo. Eu ElRey vos enuio muito saudar Pera o contracto nouo da pimenta continha yr nestas naõ cabedal pera se fazer no inuerno a mais que pudesse ser, como he costume, e porque antes da partida dellas naõ se pode concluir o dito contracto, por se naõ poder a occasiaõ de se fazer a pimenta mandei ver se com justiça podia mandar empregar nella ametade dos sobejos dos cabedais que estaõ nessas partes, que per-

tencem a minha fazenda por o assêto que se tomou com os contractadores sobre os ditos cabedais, de que se vos enuiará a copia. E porque, como por ella vereis, se havião de empregar todos os ditos sobejos em drognas para minha fazenda hauer ametade dellas, e os contractadores a outra metade forra de direitos, pareceo que com justiça podia tomar em dinheiro a metade que pertence a minha fazenda, e que resulta em beneficio dellas, pois em effeito escusou o trabalho de comprar e beneficiar a metade que toca a minha fazenda, e comprando a sua somente a compraraõ e venderaõ em preços mais favoraveis, e isto ficando-lhe liberdade de empregar a sua parte nas ditas drognas sem paguarem direitos dellas. Pelho que vos encomendo muito que mandeis dar toda a boa ordem que puder ser para que no innerno depois de partidas as náos para o Reyno se empreguem em pimenta toda a parte do cabedal que me pertencer, que deuem ser ao menos setenta e cinco mil cruzados, antes mais que menos, como vereis por a conta dellas, que irá neste despacho para mandardes cotejar com os liuros de lá, communicando tudo com Nicoláo Petro Cochino, e cometendolhe a execuçaõ disso por a ordem que com elle assentardes, e conforme a seu regimento, do qual confio que fará effectuar tudo como couvem a meu serviço, para o que ordenareis e passareis as prouisoões, que vos parecerem necessarias. E porque sou informado que o cabedal anda fóra dos cofres de maneira que não havia nelles dinheiro para a cargna das náos quando Nicoláo Petro Cochino chegou a Cochim, lhe escrevo que faça noteficar aos seitores dos contractadores que lhe entreguem todo o que pertence a minha fazenda de maneira que se possa empregar em pimenta tanto que se as náos partirem, e que não lhe dando-se entregará por o cabedal que uay nestas náos que tocar á parte dos ditos contractadores, mandando de tudo fazer agtos bem declarados, e de maneira que sempre se veja que se procedeo com elles conforme a direito, e que lhes não fica rezaõ de agrão, e assi vos encomendo muito que o fa-

çais effectuar. E sendo esta materia de tanto meu serviço tenho por certo que tereis della a lembrança necessaria, e escuso emcomendaruola com mais palauras. Escrita em Çaragoça a 16 de Março de 585.

REY.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey—A Dom Duarte de Meneses seu Visorey das partes da India do seu Conselho do Estado—2.<sup>a</sup> via.

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 19)

4.<sup>a</sup> via—L.<sup>o</sup> dito fl. 24.

*Tertado do asemto, que se nesta caza fez sobre o dinheyro dos cabedaes da pimenta (a)*

Em xxij de março de Bclxxxb (1585) foraõ chamados a esta casa da India Joam Bantista Reuciasco, Antonio Fernandes d'Elnas, Tomas Ximenes, e Luis Gomes per si, e' como procuradores dos mais seus acosiados, e sendo presentes o provedor e officiaes da caza da India, e assy o Doutor Francisco Carneyro procurador da fazenda de Sua Magestade, peramte todos foi lida a conta dos cabedaes atras escrita da pimenta que elles eraõ obrigados mandar a India nos cymquo annos, que eraõ corrydos de seu comtrato, que comensaraõ ho anno de Bclxxx (1580) e acabaraõ por vimda das naos que vieraõ ho anno passado de Bclxxxiiij (1584), e pela ditta se achou que elles eraõ obrigados mandar as ditta partes tanto dinheyro nos dittos que lá se fizessem hum conto duzentos sesemta e cymquo mi' xerafins de trezentos reis o xerafi pera compra dos cemto e cymquoemta mill quintaes de pimenta que nos dittos annos heraõ obrigados comprar a rezaõ de trimta mill quintaes por annõ, como se uio pelas contas que das ditta partes (sic), e preços que os dittos annos a ditta pimenta custou, dos

(a) Posto que com data um pouco posterior, parece este documento ser um dos que acompanharam a carta antecedente.

quoaes abatydos hum conto oytenta e sete mill quaa-  
trocentos e homze xerafins, que se auiaõ despemido  
na compra da pimenta que hos ditos cymquo annos se  
comprou nas ditas partes, e assey alguãs desperas que  
fizeraõ per conta do ditto cabedal.....que a este  
reyno tornou a arribar do que emuiauaõ às ditas  
partes, e o que se perdeu na não São Luis, achoussse  
pella ditta conta que ficauaõ na Imdia cento setemta  
e sete mil quinhentos oytenta e noue xerafins; e logo  
pello ditto Doutor Francisco Carneyro foi ditto aos dit-  
tos contratadores que elles eraõ obrigados fazer bom o  
ditto dinheyro na Imdia pera se delle fazer emprego  
em drogas e mercadorias, e auer a fazemda de Sua  
Magestade a metade do procedido dellas conforme ao  
assemto que sobre isso he feito, e atrás neste liuro fica  
registado. E não se achamdo nas ditas partes toda a ditta  
comthia portestaua de a auer de suas fazemdas como se ue-  
ra empregado na forma do ditto assemto com todas as per-  
das e danos que por isso vierem a fazemda do ditto Senhor;  
e ellos ditos contratadores responderaõ que o dinheiro  
que pella ditta conta se mos.....de pois da partyda  
da armada que ueo ho anno passado de Belxxxiiij (1584)  
.....no cofre de São Francisco de Cochim como em po-  
der dell Rey de Cochim.....o vedor da  
fazemda daquellas partes.....  
que nas dittas partes e pessoas fazem bom a ditta com-  
thia, e que saltando algũa parte, a sopriarõ, e sobejando  
lhe será entregue. E por quomto na conta atras escri-  
ta está hũa adicaõ per que lhe são leuados em de-peza  
e abatydos dos ditto cabedacs nouemta mill xerafins  
pellos oymquoemta e quatro mil cruzados de dez reales  
o crusado, que arribaraõ ho anno de Belxxxij (1582) na  
nao São Filipe, e na nao de Maluca sobre que pende  
demanda, se fez deelaracaõ que não auendo melhora-  
mento do despacho que sobre este dinheiro soy dado  
na meza da fazemda, em tal paxo seraõ obrigados fa-  
zerem bõs hos ditos nouemta mill xerafins na Imdia pera  
se delles fazer emprego conforme a mais cõthia dos



sobejos do ditto contrato; declararaõ hos ditos contrata-  
dores que hem caso que sejaõ condemnados nos ditos  
cymquoenta e quatro mill cruzados os entregariaõ nes-  
ta caza pera hos mandarem ás dittas partes, e com isso  
ficariaõ desobrigados delles. E assynaraõ aquy todos no  
ditto dia.—Foy concertado: ... asento com o proprio que  
fica nesta casa omde todos asynaraõ. Oje 25 de Março  
de 585.—*Fernão Rodrigues Dalmada—Luis Lopez—* ?  
*Soares.*

(Livro 1.º fl. 7.)

## 16.

Viso Rey amigo. Eu El Rey uos enulo muito saudar.  
Depois de assinar a carta geral em que daõ ordem no  
capitulo 24 pera naõ duixardes desembarcar as pessoas  
da nação que fossem nas naaos, e os fizessis tornar pera  
o Reyno, e que os que lá andaõ servindo de soldados  
fizessis tambem embarcar e os naõ permitissem andar  
nesses estados, me pareceo aduentiruos que sobresteis na  
exequção disso no que toca aos que lá andaõ servindo,  
por alguns respeitoes que se me offereceram de serviço  
de Deos e meu. E quanto aos mais, se a ordem, que uos  
dey na dita carta, e a que já lá tendes uos parecer con-  
tra meu serviço, podereis tambem sobrestar até me au-  
sardes, e assy uos encomendo, e mando que o façaes,  
sem embargo do que se contem na dita carta. Escrita em  
Çaragoça a 16 de Março de 1585.

REY.

Ao Visorey sobre os da nação — 2.ª via (a)

(No sobrescripto.)

(a) O extracto, que na India poseram nas costas desta carta  
(a semelhança de todas as outras desse tempo), he este = *Dês*  
*Christão neno, peno, seu, remedio =*

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses, seu Visor-Rey das partes da India, do seu Conselho do Estado.

2.<sup>a</sup> via

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 23)

## 17.

Eu ElRey fago saber a vós meu Visor Rey e governador das partes da India, e ao Veedor de minha fazenda em elas da carregua das naos, que en ouue por bom que os contratadores da pimenta pesão trazer empregados em drogas e outras fazendas a comtia do dinheiro que nessas partes estiuier do sobejo dos cabedaes da dita pimenta que pertemse a sua amoade, e porque cumpre a meu seruiço verificar-se a comtia e custodas fazendas que os ditos contratadores carreguarem em cada hum anno. e se he do proprio dinheiro do remaneceimento dos cabedaes que cabe a sua parte, ou alheo, ey bor bem e vos mando que se ordene na foiterya da cidade de Cochim hum liuro em que se registre e asentem as fazendas que deste cabedal mandarem em cada hum anno, com declaraçã do peso, comtia, e calidade delas, e do custo e despesas que fiderem até serem embarcadas, e os assentos que se no dito liuro fizerem serão assinados pelo Veedor da fazenda da carregua das ditas naos, e delles virá o traslado no caderno da cargua das em que se embarbarem as ditas fazendas com a dita declaraçã do peso, comtia, e calidade delas, e do custo e despesas que fizerem até serem embarcados como dito he. E por este mando ao provedor e officiaes da casa da India que tanto que as ditas fazendas a ela tierem as lancem em hum liuro separado pela carregua que se delas fez na India com a mesma declaraçã conforme a comtia do Veedor da fazenda da carregua das naos que hãde vir no dito caderno, para se em todo o tempo saber a comtia que empregará os ditos contratadores da metade do sobejo dos cabedaes que pertemse a sua parte, e não poder carregar máis comtia da que lhe pertence para

dita maneira, e a dita fazenda antes que lhe seja entregue se pesará na dita casa pera se ver se he mais da que se carregou na India. e achandose mais pagaráõ dela os direytos que pertencerem a minha fazenda. Noteficoo asy ao dito Viso Rey, e governador, e ao veedor dela da carregua das naós, e ao provedor e officiaes da casa da India, e lhes mandó que cumprão e goardem este mecratuará, e o façaõ comprir e goardar ynteiramente como se nele contem, que será registado na dita cassa e no principio do liuro em que ey por bem que se lancem as taes fazendas, e asy nos liuros da feitoria de Cochim, pera se em todo o tempo saber que o ouue asy por meu seruiço; o qual quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta em meu nome por mim asinada e passada pela minha chancelaria, posto que por ella não pase, sem embargo da ordenaçã do 2.º Liuro, titolo vinte, que o contrario dispoem. Manoel de Torres o fez em Lisboa a xxx de Março de M. D. LXXXV. E eu Diogo Velho o fiz escreuer.

### O CARDEAL.

.....do em que Vosa Magestade ha por bem que os contratadores da pimenta embarquem da India pera este Reyno o sobejo dos cabedacs que lhe pertencer empregados em drogas e outras fazendas.—Pera Vosa Magestade ver.

( Livro 1.º fl. 5 )

## IS.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos ênio muito saudar. Posto que leuastes a cargo asy por escrito como de paura o particular cidadão que vos êcomemdei que tiueseis de ymquirir e êtender se avia nessas partes algũas pessoas suspeitosas a meu seruiço do tempo das allterações passadas, asy Seculares como Religiosos, me pareceo tornarnos a êcomemdar de nouo esta materia pela ymportancia dela, e pera que nas ruas desta ar-

mada ordeneis que se faça particular dilligencia sobre as pessoas que nela vão em toda disimulaçã e segredo pera entenderdes se ha allgũs destes sospeitosos, e achando, que o são, ou avenus nenas partes dos que nelas estão, os fareis embarcar pera o Reyno, e me avisareis nas vias de quẽ são, e do que achastes contra eles. cõ tudo o mais que vos parecer que sobre isso me deveis escrever. Escrita em Lisboa a ij de abril de mil belxxxv (1585) E ou Diogo Velho a fiz escrever.

O CARDEAL.

Miguel de Monra.

Para o Viso Rey—Pera Vossa Magestade ver.—3.ª via

(*No sobrescripto*)

Por ElRey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Viso Rey da India. 3.ª via.

(Livro 2.º fl. 25)

## 19.

VisoRey, Amigo. En ElRey vos envío muyto saudar. Vendo com quanta continuação correo todos estes anos o despacho das pessoas que me servẽ nenas partes, e as muytas rezoẽs que ha asy por ysto como por outros respeitos de muyto meu seruiço, e bem das mesmas partes pera por ora se suspender o despacho delas, asmetey que este anno o não ounese, crendo que até dos may ynteresados nesta materya não poderá deyxar de ser ela tão bem entẽdida como são vistos e considerados os justos respeitos que a ysto me monerã, que me pareceo escreuervos por esta carta pera o saberdes, e dizerdes ã particular e geralmente omde e como vos melhor parecer, de maneyra que todos vejaõ que a causa principal de se deferir por ora a resposta que ã seus requerimentos podem esperar os que a pretendem, he pera lhe poder ser dada a tẽpo may conveniente, e ã que a mereces que lhe fizer seja mayor, porque sempre o meu

yntemto e vomtade será fazela aos que me seruem, com forme a lembrança que he rezaõ que de seus seruyços tenha, e vos êcomêdo muyto que na que me fazeis delle continueys sempre conforme a vosa obrigação certificando lhes quanto mays lhes hade montar fazerdes por eles este officio com me fiquarẽ servindo nessas partes, que virem elles requerer por sy ao Reyno. Escrita ẽ Lisboa a xb de Janeiro de M. D. Lxxxvj.

REY.

Miguel de Moura.

Carta pera o Visorey da India.

Pera Vossa Magestade vcer.

3.<sup>a</sup> via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorey da India. 3.<sup>a</sup> via.

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 37)

## 20.

Visorrey amigo. Vi a carta que me escrevestes sobre o estado ẽ que até ẽtaõ tinheis ẽtendido que estanaõ as fortalezas dessas partes, e quaes eraõ os capitaes que nelas residiaõ, e foy bem feito e conforme a vossa obrigação avisardesme de tudo como o fareis sempre, tendo taõ particular cuidado do que toca á fortificação de cada hũa das ditas fortalezas, como sabeis que conuem, e vollo tenho taõ ẽcarregadamente ẽcommendado por minhas ynstruçõs e cartas, e taõbem folgei de me ẽuiardes ẽformaçãõ das pessoas de que na mesma carta madaes que me seruem nessas partes, de que terey lembrança ( tornandoma vós taõbem a fazer ) como estituer ẽdespacho da India, que este ano naõ ha pelos rêspeitos que vos escieno per outra carta. E quando me asy ẽuiardes estas emformaçõs virá juntamente com elas o vosso parecer e das pessoas de que vos tenho

mandado que o tomeis sobre o merecimêto de cada hum conforme tudo á ordem que sobre esta materia vos tenho dada pera nela me poder melhor resolver, êtendendo os que me seruê nessas partes que com vossa êfôrmaçãõ e parecer lhes ey de mandar responder a seus requerimertos, e que pera ysso naõ he necesario virê eles apresenta-los per sy no Reyno.

II. Mandey ver os contratos que se fizerãõ com elRey de Cochim sobre o asento da alfandega daquela cidade, e o que sobre esta materya me escreuestes, e asy a queixa que elRey de Cochim me faz do segundo contrato que com elle fizestes ; e entendy que no primeiro contrato que com ele se fez pelo Conde Dom Francisco lhe concedeo que os casados daquela cidade lhe pagassem de direitos de todas as mercadorias que a ela trouxesẽ a seys por cento de êtrada, e outro tanto de saida, pagando dantes a quatro por cento das drogas e roupa somente, sem serẽ ouvidos, que foy occasiãõ das ymquietaçõs que ouue. E que ele antes de vossa chegada a a essas partes fora á Camara daquela Cidade e disera nela pois os moradores estauãõ agrauados daquelle contrato feito pelo Conde Dom Francisco, ele naõ queria senaõ o que fosse rezaõ, e depois asentou com vosco fazerse o segundo contrato e que cõsentio e asinou. E porque sempre folguey de e tudo se guardar justiça a este Rey vos êcomendo que pretendendo ele ter algum direito o ouçaes com os casados sobre os ditos direitos serem mayores, que he o que ele pretende, e vejaes e Relaçãõ com os desêbargadores dela sendo vós presente a razaõ que tem, e lhe fâçaes fazer no casso comprimêto de justiça.

III. E quanto ao officio de Juiz desta alfandega e que se consentio nomearse por apresentaçãõ delRey de Cochim ao Licenciado Francisco de Frias e sua vida, que no segundo contrato fica declarado que o aueria avendoo eu asy por meu seruico ; e o naõ ficou seruindo por respeito de o asy pedirem os moradores, e en ora mado que se venha pera este Reyno, ey por bem que este officio

se não dê a vida aos que dele ouuerẽ de ser providos, se não de tres a tres annos, e que a dada dele e dos mais officiaes dalfandega seja minha, e não do Rey de Cochim, que somente poderá ter nela dous officiaes seus gentios pera que escrevaõ e lhe arrecadem seus direitos.

IV. Das inquietações e motins feitos pelos moradores daquella cidade sobre a materia da alfandega a tempo do Conde Dom Francisco me õuue por muyto deseruido; e posto que o caso mereça o castigo que he razão, por me escreuerdes que connẽ a meu serviço não mandar proceder nissa como o caso requeria, o deixo de mandar fazer por ora. E entendaõ de vós os moradores que o faço por vosso respeito, e creio que dareis nestas consas o remedeo que per vosas cartas me escreueis; e que quando e como vos parecer que conuem tirareis de Cochim os mais culpados no caso.

V. E quãto ao contrato das pazes que o Conde Dom Francisco Mascarenhas fez com o Çamorim, e me dizeis que ficas indeterminado nelas pelas rezoões que a vossa carta me apontaes, mandei ver os pareceres que sobre esta materia vos foraõ dados pelos Capitaẽs e fidalgos desas partes, e asy algũas cõformações de pessoas que o anno pasado vieraõ delas; e ey por bem que comprindo o Çamorim as condições com que se fizeraõ as guardeis, tendo respeito às ter juradas o Conde Dom Francisco a meu nome, e entregando os arrefens que tem promettidos pera estarem na cidade de Cochim, ou na de Goa pela pouca segurança que se etende que averá nestas pazes estando estes arrefens a Tanor. E que a feitoria que pede que se faça a Calcuttã se ordene na fortaleza de Panane depois de feita, por quãdo arriscada ficará a Calcuttã por qualquer inquietação que sobrevier, obrigandosse a dar nela pimenta pera carga de duas náos como promete no dito concerto. E que os cartazes que lhe são concedidos os dê o capitão que residir a Panane, e não o feitor. E edificandosse esta fortaleza a parte que possa ser bem socorrida quando for necesario. E antes que se comece a edificar me avisareis do sitio em que

vos parecer meu serviço que deue estar, e do custo que se pode fazer é cada hum ano cõ o capitão e gente de gornição que nela hade resedir, trabalhando todo o possível por se derrubar a fortaleza de Cunhale antes que se comece esta de Panane pelas rezoões que se apõtaraõ nos pareceres que mãdey ver. E que être elRey de Cochim nestas pazes, e naõ se comcordãdo nelas com o Çamorim, e avendo guerra antre eles, o possa en mädar ajudar e sanorecer pelas rezoões que pera yso ha. Pelo que vos êcomendo prossigais nesta materia como a ymportancia della o pede, e como o leuastes perminhas ynstruçõs quãdo deste Reyno partistes. Escrita é Lisboa ao derradeiro de Janeiro de mil belxxxvj ( 1586 ).

VI. E procurareis ( tendo nisso o modo que vos melhor parecer ) por se aver a artelharia de Challé, procedendo nisso conforme ao que vos tenho mandado.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.

Pera Vossa Magestade ver.

( Livro 3.º fl. 150, 1.º via—Livro dito fl. 124, 3.º via )

## 2I.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos êuie mnyto saudar. Os moradores da pouoação de Manar me escreuerãdo nas náos do ano passado que por estar tão vizinha do Rajú ymigo desse estado, tinha necessidade de se fortificar e aver nela algũs navios de remo, o que naõ podia suprir o rendimento da pescaria, por naõ emportar mays hũs anos por outros que noue iny pardãos, valendo as despesas que se faziaõ é cada hum ano de xbiij para xx mil pardãos. E posto que nas cartas do ano passado vos tenho êcomendado esta pouoação, e que vos êformaseis se tem necessidade de se fazer em outra parte pella muita falta que tã de agoa é caso que



a cerque o Rajú, e me avisaseis; volla torno ora de nouo a encomendar, e que me êueis muy particular êformaçaõ do que vos parecer que he necessario que se lhe faça pera com ela me resolver, e mandar nisso o que ouuer por meu sêruiço.

II. A camara da Cidade de Baçaim me escreueo que o Conde Dõ Luis Detaide sendo Visorrey dese estado lhe ympusera cõtra vontade do pouo dela hum trebuto nouo nos mantimentos que daquela cidade e seus portos saysem, pera fora, e hum por cento das mercadorias que êtrasem e saysem, e que andauaõ ora arrendados os taes direitos em quatro mil quatrocentos cincoenta pardãos, os quaes applicara pera a fortificaçaõ daquela cidade tirãdo lhe doze mil pardaos que lhe estauaõ dados por elRey Dom João meu senhor, que santa gloria aja; e que avemdo mais de trinta anos que he começada, corre com tanto vagar que não ha nela baluarte acabado, nem pano de muro fechado: pedindome lhe mandase perfazer das rendas dese estado o que faltaua pera aver e cadano os ditos doze mil pardãos como dantes tinhaõ pera a dita obra e fortificaçaõ yr por diante: e asy me pedem mais que mande prouer aquela fortaleza de artelharia, porque sendo tamanha e taõ fronteira aos ymigos naõ tinha ao presente mais que sete peças; e aqueixase taõbem que por respeito das sarrafagens que o dito Conde Dom Luis acrecentou nas moedas e que se pagaõ a minha fazenda os foros das aldeas daquela cidade, estaõ os moradores dela e muita pobreza, dizendo que naõ foraõ ouvidos quando se lhe fez o tal acrecentamento. E porque nas náos do ano passado vos mãdey escrever o muito que ymporta correrse com esta fortificaçaõ e acabarse a obra dela, e arrecadarem-se as diuidas que se lhe deuem: e asy sobre a queixa que os moradores daquela cidade fazem sobre as ditas sarrafagens, e vola tenha encomendado na segunda e terceira ynstruçõs que leuastes, volo torno de nouo a encarregar, e que me enueis as informaçoẽs que nestas materias tiuerdes, posto que o teyhaes feito nas náos que se esperaõ este ano, pera com

elas e voso parecer mandar responder a esta cidade o que ouuer por meu serviço. E encomendouos que mandeis proper esta fortaleza da artelharia necessaria como requiere a ymportancia dela como confio que fareis.

III. A Camara da cidade de Damaõ me enviou hũs apontamentos em que me pede que lhe faça merce de hũa viagem de Japaõ pera a poderem vender pera com esta ajuda se acabar de fortificar aquella cidade; e mandar lhe passar carta e que a aja por cidade, e lhe conceda os privilegios da cidade Devora; e que o Conde Dom Francisco proveo o officio de Juiz dos orfaõs da da mesma cidade que era de sua apresentaçã: e aey me fazem lembrança que as aldeas e terras, que ficaõ por môrte dos moradores daquela cidade, as daõ os capitães a criados seus que não tem caualos nem armas, nem cumprem com as obrigações dellas, deixando de as dar aos filhos e mulheres dos que morrem em meu serviço, pedindome a presentaçã dellas: e queixase esta cidade que de doze anos a esta parte padecem muitas opresões por causa dos Visorreis darem aos capitães que vão entrar naquela fortaleza prouisoã pera tomarẽ todo o dinheiro dos orfaõs, tratandoos na execuçaõ disso com muito rigor e escandalo, pedindome mande que se lhe não tome este dinheiro, e que ande nos moradores daquela cidade pera remedearem suas necessidades e pobreza (a). E aey me dizem que as aldeas e terras da dita cidade per regimento haõ de ser aforadas cõ obrigaçaõ de caualos e espingardas, e a pessoas que residã nellas: e que os VissoReys per suas prouisoões tem tirado muitas obrigações destas, e que comem o rendimento daquellas terras pessoas que viuem e Baçaim, Goa, e em outras partes, que he e muito prejuizo de meu serviço e defençaõ daquela cidade. E finalmente me pedem nos ditos apontamentos lhe mande cumprir hum contrato que fizeraõ com o Conde Dom Luis detaide sobre as guar-

---

(a) Aqui diz á margem uma cota de letra contemporanea  
 = e se perderem os orfaõs =.

das daquelas terras : e lhe mandei responder que pera seus requerimentos poderem correr em melhor forma vos denem falar neles, ou presentarnos estes apontamentos; pelo que vos encomendo que ouçaes os moradores desta cidade, e tendouos já eu mandado dar ordem sobre algũas das cousas que eles pedem, lhe respondeas conforme a isso, e das que ynda não estinerẽ resolutas tomeis informaçã e ma enizeis com vosso parecer, pera ã tudo mǎdar prouer como for meu serviço, e no que toca ao dinheiro dos orfãos prouereis conforme ao que nisso vos tenho mandado por minhas cartas e ynstruçõs que leuastes. E quanto a obrigaçõ que os possuidores das aldeas tẽ de cõ elas terẽ canulos, fareis cumprir o regimento que sobre yssõ he feito ynteiramente sem per nhũ caso dispensar nelle pelo muyto que ymporta a guarda e defençã daquela cidade não se quebar.

IV. Per vosa carta me dizeis que com a materia da conuersão tereis tanta conta como he a obrigaçã que eu tenho de vola ãcomendar, e que a elRey de Cochim salastes particularmente nela; e que posto que vos respondeo que folgaria sempre de a fauorecer, tinheis sabido que secretamente a hia encontrando asy por ser bramene r. r, como por lhe parecer que estendemose a conuersão em seus vassallos, e rednizindose os christãos da Serra, que taõbem o saõ, nos costumes da Igreja Romana, podera ser occasiã de perder seus Reynos; pelo que me pareceo serviço de Deos e meu (suposto o que delle me escreueis) ãcomẽtarlhe ãcarocidamente o que toca a conuersão dos gentios a nossa sãta fee. ã carta particular, pera que a não ympida aos que alumiados per noso senhor quizerem vir ao conhecimento dela; e vos ecomẽdo que de vossa parte o prouereis, e que sobre ysto lhe façaes as lembranças que vos parecerem necesarias.

V. Foy me apresentada hũa pattente feita ã meu m. e asinada por vós, e ontra do Conde Dom Francisco Mascarenhas do tempo do seu governo, ambas do cargo de escriptã da fazenda ã Goa a Rodrigo Monteiro, e suposta a emformaçã que tenho de seus serviços e o que

vy pelas mesmas patentes, ouue por bem de lhe fazer a merce que sabereis, e juntamente ouue por meu seruiço mandatuos advertir que escenseis passar patentes dos cargos pera que não tiuerdes ordein minha pera os poder prouer, ynda que seja com presoposto de as partes me pedirem confirmação deles, e quando entenderdes que em alguãs pessoas ha seruiços e merecimêto pera lhe eu deuer fazer merce, me fareis disso lembrança por vossas cartas, e vereis taõbem suas petições no modo ê que vos tenho mandado que o façaes, pera com vossa êsformação e parecer lhes fazer a merce que ouuer por bem.

VI. Dona Violante Caldeira mulher de Dom Aluaro de Castro que Deos perdoe me emuyou dizer por sua carta como o dito seu marido falecera na fortaleza de Maluco, de que lhe eu tinha feito merce, sem estar nela maye que corenta dias, e que lhe mataraõ Dom Christouão seu filho com Dom Gilianes Mascarenhas, pedindome a dita fortaleza pera cazamento de hũa sua filha, e algũa tença pera sua sustentação: eu lhe mandei responder á sua carta e não a seu requerimento, por este ano não aver despacho da India pellas rezoês que por outra carta minha vos escreuo, e lhe mando escrever que vos apresente suas auçõs, que vos encomendo vejaes, e o que alega e pede, tendo nisso a forma e modo que leuastes por minha ynstrução sobre os requerimentos das pessoas que pretendem despacho, e me êntracis a vossa êsformação e parecer pera lhe mandar responder, e a ella o mandareis taõbem asy dizer de minha parte, e entre tanto vos êcomendo lhe deis todo o fauor que ouuer lugar e for rezaõ no que se offerecer conforme a sua calidade e procedimento e aos seruiços de seu marido e filho. Escrita em Lisboa a sete de feuerreiro de mil quinhentos oitenta e seys.

REY.

Miguel de Moura

Pera o Viso Rey—Pera Vossa Magestade ver,

( *No sobrescripto* )

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses do seu conselho do Estado, e seu Viso Rey da India.

( 1.ª via L.º 3.º fl. 144—3.ª via, fl. 138—4.ª via fl. 130 )

## 22.

Viso Rey Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Ayres Falcaõ fidalgo de minha casa me mandon apresentar hũa certidão vossa, feita a tres de dezembro de 84, de como aceytava o despacho que lhe foy na lista, feita a virtedous de março do mesmo ano, da capitania de Cofala, pera pela dita certidão se lhe passar carta em forma: e porque por falta de quem o requeresse, poucos dias antes da partida das naos se apresentou a certidão estando eu em Valença onde não hãya ordem de se poder fazer a carta: Hey por bem que vos lha passeys em meu nome, seyta pollo secretario desse Estado com o traslado do capitulo da lista inserto nella, e cõforme a elle, a qual carta virá registada ao Reyno de verbo ad verbum no liuro das merces de vosso tempo pera sempre se sabet como assi o ouue por bem. E sendo caso que a alguil das outras pessoas conteudas na lista do dito ano, e dos outros, cayba entrar no cargo de que for provido sem let carta, segbireis a mesma ordem; e alem de virem registadas no liuro das merces, me avisareis disso na carta geral. Escrita em Almança a dous de março de 1586.

REY

Pera o Viso Rey da India.

1.ª via

( *No sobrescripto* )

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses, do seu Conselho do Estado, e seu Viso Rey nas partes da India.

( Livro 2.º fl. 19 )

## 23.

Viso Rey, Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar.

Pellas duas naos São Francisco e São Alberto, que são as que soamente viaçãõ ho anno passado de 86, receby vossas cartas, e por ellas vy o que tendes feito em meu seruiço, e como nelle procedeis conforme a uosa obrigaçãõ e a muita e particullear confiança com que vos mandey a ese estado, crendo que nelle farieis o que tenho entendido que em huã cousas tendes feito he em outras esperanças de fazer, de que receby aquelle contentamento que he rezaõ que tenha de taes seruiços como são os uossos, e por muy certo tenho que a elles tereis ja acrescentados outros, e os proseguireis sempre de tal maneira que mereçães por elles fazermos as merces que sera rezaõ, e de que eu sempre terey muita lembrança.

II. Posto que me escreuaes que as materias da pimenta são da obrigaçãõ de Nicollao Petro Cochino, Veeder da fazenda de Cochim, e elle nellas proceda com dilligencia e zello de meu seruiço, hem sabeis vos que pela importancia de que são, he esta hũa das principaes obrigaçõs dos Viso Reis, sendo a pimenta a substancia da India taõ necessaria pera se acudir as cousas substanciaes della: pello que vos encomendo com todo ho emcaresimento que isto pede que por todos os modos e meynos possiveis e descentes a meu seruiço procureis quanto em vós for que não falte pimenta pera a carga das naos asy no peso da cidade de Cochim como nos portos do Canara, em que se fez a pimenta que trouxe ha nao São Francisco, e que qua se tem por boa, e de menos quebras, procurando que se faça muita cantidade no inverno, de que resultará embarcarsse a pimenta mais seca e com poucas quebras. e as naos partirem a tempo que possãõ fazer sua viagem com menos risco e trabalhos dos que tem quando partem tarde; e a este preposito de as naos averem de partir cedo me parece por cima de ter por certo quaõ presente vos sera materia taõ entendida, e em que tanto vay, encomendarnolla de nouo tendo ha experiencia mostrado a segura e breue viagem que fazem as naos que partem cedo, e o que as

mais das vezes acontece ás que partem tarde, como a não São Lourenço, que queira Deos que inuernasse.

III. E porque me escreneis que Nicollão Petro procede com ElRey de Cochim e outros Reis de que espera pimenta per uia de braindura e dadiuas fazeindolhe em tudo a vontade, e que não temdes este caminho por bom pera aquella gente, e vos parece que se querem antes por mal que daquella naneira, por uzarem sempre de suas imuenções e manhas, eneomendouos que nesta materia procedaes conforme aos tempos e hocações de tal maneira que se consiga averse toda a pimenta necessaria pera as náos.

IV. Pellas náos que deste Reyno partiraõ ho anno passado vos mandey escrever como ficaua feito nouo contrato sobre o trazer da pimenta a este Reyno com João Baptista Revalasco, de que nas mesmas náos se vos enuiou a copia do mesmo contrato, e nellas f y o dinheiro necesario pera a compra dos trinta mil quintaes de pimenta que he obrigado a comprar em cada hum anno; e porque forçadamente ha daver muytos sobejos dos cabedaes que foraõ no tempo do contrato passado da parte que pertence a minha fazenda, que os procuradores dos contratadores allegaõ que entraõ no que deue ElRey de Cochim, vos encomendo os mandeis pôr em arrecadação na melhor ordem que vos parecer asy do Rey como dos procuradores dos contratadores, guardandose a todos justiça, e pois elle ja veio em se pagar aos mercadores no pezo de Cochim a pimenta que a elle trazem, se deue de continuar o pagamento nesta ordem, e escusarse dar o dinheiro a ElRey nem a seus Regedores, e desta maneira se atthará não lhe fiquar tanta soma de dinheiro na mão da compra desta pimenta, e taõ duuidossa de se arrecadar como me escreneis.

V. E posto que nas náos do anno passado se nao ordenaraõ pessoas a que se entregase a pimenta, que se nellas carregou pera cá darem conta della pellas razões que em nossa carta apontaes, são tantabhas as quebrar

que se achão nella, aymda que a descarga se fáz com todo o resguardo e vigillancia necessaria, que ey todavia por men serviço que se guarde a ordem que vos tenho mandado escrever sobre o recolher e entrega da pimenta nas náos, pello muyto que importa a minha fazenda atalhar-se a estas quebras.

VI. Por uosa carta enteny que por não chegarem ho anno de oitenta he-cinco a essas partes mais que duas náos, e tardar a não-São Lourenço, tinheis feito delligencia pera se aver de comprar outra, e que pera semelhantes subcesos vos parece meu serviço fazerem-se nesas partes duas ou tres náos pera virem a este Reyno quando não chegarem a esse estado as que de cá forem, como aconteceo naquelle anno, e tem acontecido em outros, e por estas rezoës, e asy pella falta de madeiras que ha neste Reyno, como pello muito mais tempo que duraõ as náos que se fazem nesas partes, tenho mandado que no contrato que se ora novamente hade fazer das náos se metta por condiçaõ fazerem-se alguãs nesas partes, e se dêe ordem como deste Reyno vá ha artilharia, bombardeiros, e marinheiros necesarios pera as viagens que ouuerem de fazer.

VII. Posto que da diuisaõ que dizeis que tem entre sy alguãs Reys vesinhos amigos dese estado resulte algum impedimento pera a negoceação da pimenta, todavia por ser materia de tanta importancia como tereis entendido, vos torno ha encomendar muyto emcarecidamente que en todas as cousas e dependencias da carga della façaes as preuenções posiuéis pera que as náos possam partir pera este Reyno tambem carregadas e a taõ bons tempos como he necessario.

VIII. Tive contentamento de saber por uosa carta que os ministros do Santo officio da Inquisiçaõ tem o cuidado devido de comprirem com suas hobergaçoës, como he razãõ, e que ho Inquisidor Ruy Sobrinho procede bem com as de seu cargo, e dá de sy bom exemplo, e da me escrevendo a mesma informaçaõ do Licenciado Andre Fernandes, Deputado daquella mesa, e descom-



bargador da Relação, e de mandardes fazer bom pagamento aos ministros do Santo Officio, e vos encomendo que sey o vades continuando ao diante, e os saupreças no que se oferecer pera comprirem inteiramente com as obrigações de seus cargos, e entendaõ elles de vos como vollo asy sempre encomendo.

IX. E por as materias da justiça serem de tão grande fundamento pera todo bom gouerno, e porisso volla encomendar tanto, e asy hos ministros della, folgey de me escreuerdes que procedem em suas obrigações com ha inteireza e verdade que comuem, e vos torno a encomendar os façaes senpro proceder como deuem, e pelle boa emformação que delles me daes, a que dono deferir antes que a outras, que não fultaõ, de desordens, em que espero que tereis prouido, Ey por bem de fazer meoce aos desembargadores da Relação desse estado que ajão em cada hum anno cem mil reis mais cada hum delles allem dos ordenados que ora tem, em quanto ho ouuer por bem e não mandar o contrario, e nas assinaturas não averaõ acrescentamento nouo, e as averaõ da maneira que até aquy as levaraõ.

X. E porque em uosa carta me dizeis que posto que he Veedor da fazenda Janalires Soares he bom homem e continuo em seu officio, lhe faltaõ muitas partes para tamanho cargo, e o mesmo me diuiz pello Secretario João de Faria, ouue por men seruiço mandar vir o dito João de Faria pera este Reino, e posto ho muito tempo que le está, e prouer em seu lugar no dito carregamento o Doutor Duarte Delgado que serue da Ouvidor geral do Crim (a), de quem confio que me servirá nella de maneira que vos ajude e descançe nas obrigações do seu cargo, e antea de mandar vir pera este Reino a Janalires Soares, me pareceo meu seruiço encomendardes me escreuaes as causas e defeitos particulares que nelle ouder, por que me não deue servir nessa carreira em que esto.

---

(a.) Ao levar a carta delixaram em branco o lugar, onde depois escreveram o nome, que vai em italiano.

**XI.** Tive contentamento de ordenardes mesa pera as informações que vos mandey que tomasseis dos fidalgos e pessoas que me servem nessas partes, pera com ellas e vovo parecer lhes mandar cá no Reyno dar os despachos que ouner por meu serviço, e de assistirem nellas ho Arcebispo com quatro fidalguos como lenastes por meu regimento; encomendouos que as quatro pessoas que enllegredes pera estas informações em que haõ de concorrer com ho Arcebispo tenhaõ muyta experiencia e inteiresa e as mais partes que se requerem em materia de tanta substancia, e que nas taes informações se declare muito particularmente a callidade das pessoas e dos serviços que tem feitos, e em que partes os fizeraõ, com as mais declarações que uos parcerem necessarias, e que as partes se naõ dem as suas informações na maõ, e venhaõ nos cadernos que emuiardes a este Reino, declarandolhes somente como vem nelles pera mandarem requerer seus despachos e tirarem suas prouisoões, que naõ ey por meu serviço que se lhe pasem lá a esse Estado por alguõs justos respeitoos, mas que se guarde nesta materia a ordem que se té quy tene.

**XII.** E quanto ao que me escreueis sobre aver gallés ou gallenõs nesse estado, ey por bem pellas rzoões que apontaes que aja o numero de gallés he gallenõs que vos parecer mais meti serviço e que seraõ de melhor efeito pera as armadas e socorros que se fazem nessas partes; encomendouos que me auiseis das galles e galliões que ha chastes feitos quando vos foy entregue esse estado, e dos nauios desta callidade que depois mandastes fazer, com que conuem que se tenha sempre muita conta, pois ha força das armadas comerste a reputação e conseruação dese estado.

**XIII.** Tiveõs bom fundamento em naõ dar licença á Camara de Goa que mandase a este Reyno a pessoa pera que tolla pedio, e foy bem feito confirmardeslho em meu nome os preuilegios que tem; encomendouos que ha fauoreçades ao que for rezaõ e as pessoas da governança della, e folgatey de me avisardes pera que

cousas e feito queria mandar a dita pessoa.

XIV. Porque da fugida de Snfocio pera a terra firme tine desprazer, e asy do que me escreueis que depois lhe sobcedeo, vos mandey escreuer ho anno passado tomaseis muito particular informaçã do modo em que foy e das pessoas que foraõ nella culpados, e espero que sobre esta materia me respondeas pellas primeiras naos, e se naõ tiuerdes feita ha delligencia que vos mandey, vos encomendo a façaes com toda ha brevidade posiuel.

XV. Sobre a vinda dos Cristaõs nouos pera este Reino e defeza de seu trato e dos respondentes desta naçaõ que lá andaõ, vos encomendo que vejaes ho que vos tenho escrito nas naos do anno passado por duas cartas minhas deferentes hũa da outra, e conforme a ellas e ao que virdes que comuem a meu serviço procedaes neste negocio como espero de vosa prudencia pera se poder conségir o que comuem sem escandalo nem alteraçã.

XVI. E porque sempre averei por meu serviço favorecerdes as cousas da Cristandade nessas partes como a mais principal de minha obrigaçõ em todas, vos encomendo que os Cristaõs da terra tenhaõ em nós ho favor e ajuda naquellas cousas em que entenderdes que conuein que se lhe dee, conformandonos com o seu talleto, minor, e inclinaçõs.

XVII. Por a fortalleza de Malaca ser taõ importante a este estado tine contentamento da ordem que tendes dado nas cousas della, e sobre a materia das drogas encomendouos que della tenhaes taõ particullar cuydado como comuem e he fezaõ que se tenha de fortaleza que taõ amende he visitada dos imiguos, que tem por vesinhos e sendo elles no que sabeia.

XVIII. Entendy por vosa carta como ho Raju cattivernal de peçumba que lhd doraõ, e que naquelles dias ouuera treguas antre o Capitaõ da fortaleza de Ceillaõ e elle, e que mandandonos embaixadores não consentira o Capitaõ que fossem a vos e ficanaõ de guerra, cum que naõ pesaõ ao mesmo Capitaõ nem aos moradores daquella fortaleza. E porque será meu serviço ter par.

tiular enformaçã da caussa porque naõ consentio irem a vós hos embaixadores do Raju, e de vir bem ao Capitaõ a guerra, vos encomendo me emuieis toda a enformaçã que destas materias tiuerdes, e do que se deue prouer pera naõ estarem os cerques e inquietaçõs desta fortaleza (em cuja defensaõ se consume tanta parte do rendimento dese estado) na vontade dos capitaes pellos proueitos que por esta uia pretendem, e naõ he minha tençaõ que pera remediardes estas cousas espe-reis por reposta minha, senaõ que de tal maneira pro-nejaes nellas que tenhaõ com a breuidade, que conuem, ha emmenda que requerem, como creio que o tereis já feito neste caso.

XIX. E porque me escreueis que por o tempo vos naõ dar llugar naõ entendestes na fortificaçã de Manar que he bem necessaria por estar taõ vezinha do Raju, de cujas embarcaçõs sou emformado que he muitas vezes molestada, emcomendouos lhe ordeneis a fortificaçã de que tiuer mais necesidade, tomando nesta materia enformaçã e parecer do engenheiro Joaõ Bautista que nesas partes me anda seruindo.

XX. E por ser informado que faleceo Jorje Toscano Capitaõ da fortaleza de Cananor, fiz merce da Capitania desta fortaleza a Dom Fernando de Meneses que neste Reino amdaua requerendo, em lugar da Capitania de Baçaim de que era provido, em quanto naõ entrar em hũa viagem da China de que lhe tambem fiz mercê, ha-vendo respeito a seus seruiços e callidade, e ha ser alleijado do braço deryto.

XXI. Em quanto ha naõ vos parecer necessario visitar-des as fortalezas do norte em pessoa pellas razõs que apontaes em vossa carta, en o tenho asy por meu seruiço, e vos encomendo que neste particular façaes o que vos tenho mandado escrever pellas náos do anno passado.

XXII. Tive contentamento de espedirdes ho embaixa-dor do Equebar, que achastes nesa cidade, e do bom tratamento que lhe fizestes, e de procurardes saber seus desenhos pera acodirdes ha fortaleza, e terras de Da-

maõ, e asy ás mais dese estado, a que entenderdes que pode hofender, porque aynda que he imiguo de lomje, toda ha preuenção que com elle tiuerdes será necessaria. Encômendonos que nesta materia sigaes a ordem que vos tenho mandado dar nas Instruções que leuastes, e me auisareis do sobceso que ouuer em todas as cousas dos Mogores, e en especial nas que estão mouidas antre elles he o nouo Rey que se alenanton em Cambaya.

XXIII. E asy tiue contentamento das delligencias que mandastes fazer sobre a recadação da fazenda que ficou por morte do Conde datougea, que Deos perdoe, que vos torno a encomendar pera que venha a boa arrecadação; e asy de dardes ordem pera o prouedor moor dos defuntos cumprir inteiramente com as obrigações de seu cargo emuiando a este Reyno todo o dinheiro que delles for recolhendo conforme a seu Regimento, como tambem vollo tenho encomendado nas Instruções que leuastes.

XXIV. Do Rey das Ilhas de Maldina proceder inquietamente, e terse com elle trabalho na cidade de Cochin omde está, como me esoureis, tiue descontentamento. Encomendouos que vades remedeando suas mocidades, pera que se atalhem, dando ordem como recolha suas rendas, comtanto que pague a minha fazenda hos quinhentos bares de cairo de pareas que seu pay pagou sempre. E porque en vosa carta me dizeis que será meu serviço recolheremse as rendas destas Ilhas pello Veedor da fazenda de Cochim, e satisfazerse a este Rey a parte que tem nellas, me auisareis do que monta a renda que recolhe este Rey; e em caso que se tomase pera a minha fazenda por rezaõ do cairo que podera ser necesario pera as armadas, e para as náos da carreira que se la fizerem, em que se lhe pode dar satisfação e quyvallente a ella.

XXV. E tenho por de muito meu serviço encomendades a João da Silva Pereira Capitaõ da fortaleza de Malaca que promese os officios que vagassem nella nos moradores daquella cidade que fosem pera isso, pois estão oferecidos de continuo aos cerquos e molestias dos Dachens; e de mandades a ella por Ouvidor pessoa de

que me escreueis que tendes tanta satisfação. Encomendouos que asy nesta fortalleza como nas mais desta calidade se provejaõ os officios que nellas vagarem por esta ordem. E que com Dom Amrrique Bendará de Malaca mandeis que se tenha a conta que por seus seruiços e pessoa merece. E o Ouvidor qua o anno passado mandei a esta fortaleza servir, nella seu cargo conforme a ordem que tenho dado para todas as fortalezas.

XXVI. Por ter por emformaçaõ que naõ fundirá nada ha ElRey de Ceillaõ a licença que me pede pera poder mandar a este Reyno sincoenta quintaes de Cañella forros de direitos, e que poderá acontecer usar outrem deste aluitre, hey por bem de lhe fazer merce em lugar delle de mil cruzados por hũa vez somente, que lhe mandareis dar das rendas dese estado.

XXVII. E pelas rezoẽs que en uosa carta me apontaes pera naõ aver capitaõ na pouoaçaõ de Macao que tenho por boas, ey por meu seruiço que ho naõ aja, e se governe pelloes capitaões da viagem da China e Japaõ, como até aquy se fez, e vos escrevy nas naas do anno passado. E como está taõ remota e afastada dese estado me pareceo emuiar a ella por Ouvidor o Licenciado Alexandre Rabello pella boa emfórmaçaõ que delle tenho, pratica, he experiencia que elle tem de semelhantes cargos, em que me seruió nas Indias da Coroa de Castella.

XXVIII. Tive contentamiento de mandardes fazer as delligencias que me escreueis sobre as dinidas que ho Idalxá dene a Bras Ferreira, e a ontras pessoas, e me parece bem a ordem que tendes dada pera se pagarem, e vos encomendo que asy o façaes, se inda estiuierem por cobrar.

XXIX. He de tanta importancia pera a comseruaçaõ dese estado (allem da hobrígacaõ que tendes de a todos se fazer inteiramente justiça) naõ se fazerem sem rezoẽs aos Reis vesinhos delle, que tenho por muito necessaria a satisfação que destes ao Rey de Mellinde das queixas que vos mandou dar dos Capitaõs daquella costa. Encomendouos que os que foram despachados com este cargo.

os aduirtaes pera que asy cumpraõ com o que denem que as não possa aver delles.

XXX. Folgey de saber a satisfiaçaõ que receberaõ os fidalguos e pessoas que me seruem nessas partes dos despachos que lhes mamdey dar ho anno de oitenta e cinco, e posto que este ano não aja despacho, tiue lembrança de lhes fazer as merces que mereis pella lista que vai nas náos deste anno.

XXXI. E porque me escreuestes que mandastes Agostinho de Soutomayor mineiro resedir em Baçaim por vos dizerem que ha naquellas partes muitos sinaes de ferro, e asy de cobre, e prata, folgarey de me avisardes se achou algũa cousa destas. E porque sou informado que a sua estada nessas partes he de pouco effeito, he he casado na Noua Espanha, e sua mulher padece necessidade, vos encomendo que ho façaes vir pera este Reyno nestas náos, e o acomodeis nellas como vos bem parecer.

XXXII. E quanto ao que me escreueis que vos pede ho engenheiro mór Joaõ Bautista que lhe mandeis pagar sen ordenado a rezaõ de dez reales o cruzado pella valia deste Reyno, correndo nessas partes ha oyto reales, a cujo respeito se pagaõ nellas os mais ordenados, não ey por meu serviço que com elle se faça novidade em seus pagamentos. Mas parecendouos que por seus serviços se lhe deue fazer mais mercê, ey por bem que aja dozentos cruzados nas rendas dese estado por hũa vez somente.

XXXIII. Sobre o Lecemceado Francisco de Frias, e o officio de Juiz dalfandega de Cochim de que estaua prouido, vos tenho mandado escrever pellas náos do anno passado o que ey por meu serviço, como tereis visto. Sobre o mais que toca a dita alfandega vos escreuerey por outra carta o que niso ouuer por bem que mais façaes.

XXXIV. Tiue particular contentamento de saber a grande comuersaõ que he feita nas lhas de Solor por meyo dos Relligiosos de Saõ Domingos, e vos agradeço o fauor que lhe days pera proseguirem nella, e vos encomendo que asy a estes Relligiosos come aos mais que se occuparem nesta obra tanto do serviço de Deos e de

mynha obrigação, os ajudeis e fauoreças como eu de vós o tenho por certo.

XXXV. E porque sou enformado que ha causa porque ha tanta falta de artilharia nese estado he pellos Capitães das fortalezas delle a trazerem em náos de seus tratos, nas quaes se tem perdida e consumida muita, e os almoxarifes dos meus almazens desas partes ha emprestarem e alugarem, como o tereis já visto por experiencia, e pollas Instruções que leuastes vos encomendey deseis remedio ha esta tão grande desordem, e aguora de nouo vos torno ha encarregar que as defesas que sobre ella me escreueis que tendes feitas e publicadas se dem ha excusaõ na forma que apontaes conforme a justiça e ao bom gouerno com todo o rigor que esta materia pede, pois tão pouco tem até aguora aproneitado os outros remedios que se procuraraõ, que não foraõ de nenhum effeito, nem parece que ho auerá senaõ com procedimento riguroso que tão justificado será em materia em que ha culpas tão graues he tão dinas de exemplar castigo.

XXXVI. E porque me escreueis que não são bastantes os doze mil cruzados que são ordenados pera as merces que haõ daver os fidalguos e mais pesoas que me seruem nesse estado, sendo applicados os sonegados, abintestados, e descaminhados pera a obra da See dessa cidade, que dantes se despendiaõ com os mesmos fidalgos e soldados: Ey por bem que posaes despende mais oyto mil cruzados em cada hum anno nestas merces allem dos doze que já estão ordenados pera ellas, pera serem vinte mil cruzados por todos, em quanto durar a obra da See a que estão applicados os ditos sonegados, abintestados, e descaminhados, e os VisoReis dese estado não poderem dispôr delles. E por outra carta minha vereis o que ordeno sobre os ditos abintestados.

XXXVII. Ho Regimento que mandastes fazer sobre não tratarem os officiaes desas partes ( a ), e outras cou-

---

( a ) Diz á margem por letra contemporanea—*Nam os Capitães devião trazer, se fosse possível.*



sas que me enuiastes, tenho mandado ver, he em outra carta vos mandarey escrever o que ouner por bem que se faça no comprimento delle.

XXXVIII. Tine contentamento de saber quanto procurastes ho emparo das orffaãs que naõ deste Reino, e que as ydes casamdo com pessoas homradas dasas partes, e as promesas que em meu nome lhe fezestes vou vendo, e lhe mandarey responder a ellas como ouner por meu seruiço; e vos encomendo muyto que procedaes nesta obra de tanto seruiço de Deos como he rezaõ, e eu de vos comfio.

XXXIX. Tenho por muito acertado mandardes nas armadas dasas partes comfesores, e asy a algũas fortalezas omde os naõ ha, pello muyto que comuem ser isto asy. Encomendouos que procedaes nesta materya como me escreueis, e nas naõs que forem deste Reyno mandarey que vaõ Capellaes como sohia a ser pellas rezoes que em uosa carta apontaes.

XL. Muito vos agradeço o cuidado com que procuraes as peças que escreueis que desejaes de me emuiar; e allem do que sobre isto tendes a cargo, receberey contentamento de me emuiardes algũs animaes, e passaros, e outras cousas estranhas neste Reino, como mais particularmente vello escreuera de minha parte Miguel de Moura, do meu Conselho do Estado, e meu Escriuaõ da puridade, como o tem feito hos annos passados.

XLI. E quanto aos presentes que se mandaõ a esse estado, que os Padres da Companhia largaraõ por dous mil cruzados que se lhe daõ a custa de minha fazenda, de que se mostraõ queixosos: ey por bem que daquy em diante ajaõ hos ditos presentes como dantes auiaõ, e se lhe naõ dem os dous mil cruzados de minha fazenda.

XLII. Tine contentamento de emuiardes a meus al, mazens as trinta pipas de salitre que vem na não São Louremço que naõ he chegada a este Reino, que parece qué emuernaria; e por ser cousa tão necessaria pera minhas armadas, e de que ha muyta falta neste Reyno, vos encomendo muyto encarecidamente que ho mandeys

desas partes sempre, e que em todo o caso não venha nenhũa não sem elle, procurando-se ho mais he melhor que poder ser, porque vindo refinado pejará menos lugar nas náos, e poderaõ trazer mais cantidade. Escrita em Lixboa a dez de Janeiro de MDLxxx e sete.

REY.

Miguel de Moura.

Pera ho VisoRey. Pera V. Magestade ver. 2.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorey da India. 2.º via.

(Livro 3.º fl. 188)

## 24.

VisoRey, Amiguo. Eu ElRey vos emuiio muyto saudar. Por vossa carta de trinta de dezembro de 85 soube como ha não São Francisco das da armada que naquelle anno partia deste Reyno pera essas partes chegou a esa Cidade de Goa em vinte doutubro do mesmo anno, e as náos Santo Alberto, e São Lourenço foraõ ter a Cananor, e ha Cochim no mes de nouembro seguinte. E porque a causa principal destas náos chegarem taõ tarde foy por partirem deste porto de Lixboa com taõ roim tempo que lhe sobreveio, que as detene ha vista desta costa muytos dias; e cumpre tanto como sabeis partirem de cá e delá a seus tempos devidos, mamdo dar ordem como deste Reyno partaõ quando comuem; e vos encomendo que as façaes partir dessas partes taõ cedo que possaõ bem fazer sua viagem, e vir com ajuda de Deos a saluamento. E tñe contentamento de Antonio Godinho de Sousa hacoõdir tambem ha não Santo Alberto que me escreueis que esteue muyto arriscada nos baxos de Chilão, e que com sua ajuda ha liurou Deos delles, o que lhe mando agradecer por minha carta.

II. Posto que as necessidades em que se haõto esse es-

tado me sejaõ taõ presentes como he rezaõ, vendo juntamente as muytas despessas que saõ feitas nas armadas que ordenastes, saõ todavia taõ precisas as destes Reynos, que vós muyto bem sabeis quaõ grandes e de que callidade saõ, que se vos naõ pode até agnora emuiar nenhum dinheiro; mas tanto que o tempo der lugar ha poderdes ser milhor prouido, terey diso lembrança. E espero que cheguem as náos que dessas partes haõ de vir ha taõ bom tempo, e tambem carregadas que vos possa mamdar prouer como pedis. E porque sou informado que nesas partes se deue muito dinheiro ha minha fazenda, vos encomendo muyto ho mandeis pôr em boa arrecadação, pera que com elle possaes hacudir ha alguma parte das despessas desse estado.

III. Vy vossas cartas que me emuiastes por terra, e chegaraõ antes da vimda das náos do anno passado, e vos agradeço o que fizestes nas materias de que nellas me destes conta, que he tudo conforme ha muita confiança que de vós tenho. E porque da fortalleza que dizeis que faz ho Dachein en Pera podem resultar muytos dannos ás náos e gallioes que forem da India pera a fortaleza de Mallaca, e ás mais partes do Sul, e asy ás que della vierem pera ha India, vos encomendó muyto que trabalheis por impedir fazerse esta fortalleza na forma que enterderdes que mais comuem pera isto ter effeyto, e se atalharẽ as perdas e dannos que receberaõ meus. vasallos tanto contra a reputação dese estado, se aquella fortalleza se fizesse e comseruase.

IV. Foy bem feyto mandardes Artur de Brito Capitão da viagem de Malluco por embaixador ha ElRey de Ternate, e com presentes pera elle, e pera os Reis vizinhos, e folgarey que me aviseis do effeito que teue esta embaixada. E porque na armada que ho anno de 85 foy pera essas partes vos mandey escrever que naõ avia por meu seruiço terem os Castelhanos commercio nenhum nas partes da China e Malluco, nem os Portuguezes nas Fellipinas, como entendeis que comuem, senaõ soomepte boa correspondencia hũs com os outros; e asy ho man-

dêy escrever ao Viso Rey daquelas partes que ho avia por meu serviço, vos torno ha encomendar ho faças asy guoardar inteiramente no que vos toca pello muyto que sou informado que importa a ese estado.

V. E porque tiue informaçaõ que ymdo Duarte Pereira de Sampayo tomar posse da Capitania da fortaleza de Tidore de que foi prouido tinera com elle differenças Dioguo dezambuja que entaõ estava na dita fortalleza, vos encomendo que mandeis denassar das pallauras e dyferenças que niso oune, e achandose culpado Dioguo dazambuja na denassa que se tirar de culpas que mereçaõ prisaõ, ho mandeis ir preso ha India, e de tudo ho que sobre esta materia achardes me avisareis.

VI. E quanto ao que me escrencis que ha clarcza e resolluçãõ com que trataes as materias delRey de Cochim ho persuade ser mãis amiguo dese estado he vosso, e que por vos escrever algũas vezes sobre lhe mandardes dinheiro, gente, e muniçoẽs pera a guerra do Camorim lhe mandastes quatro mil pardãos e algũas muniçoẽs, e escrevestes ao Capitaõ e á Camara de Cochim que ho ajudasem e acompanhasem, folgára de me avisardes se lhe destes este dinheiro e mais cousas, ou lhas emuiastes por emprestimo; pello que vos encomendo que de tudo me aviseis muyto particularmente, e faças sempre en particular en todas as materias desta callidade respondendo ás objeições dellas de maneira que pera se entenderem claramente naõ seja necesario mais informaçaõ como ha que agora vos escrevo que me emuiçis; e asy vos encomendo que as muniçoẽs que se derem desse estado seja con tanta consideraçaõ como comuem; e que com a fortificaçaõ daquella cidade corraes com o resguardo e da maneira que vos mihõr parecer, pera naõ aver descontentamentos com este Rey, que sempre se deuem escusar; e me aviseis se de lhe comceder ha viagem da China que pede poderá resultar pagar elle do proveito della o que dene dos cabedaes da pimenta. E pella boa enformaçaõ que me daes de Itacanachamena seu Regedor, e que corre bem con todas as materias de meu serviço,

e que he a sua ajuda importante pera a carga da pimenta, ey por bem de lhe fazer merce de dozentos pardaos de tença em cada hum anno en quanto ho ouuer por bem, e naõ mandar o contrairo. E eu lhe escreuo, e a carta ira nestas vias com a copia della.

VII. Do modo em que procedestes na materia das paizes, que asentastes com ho Camorim tinue contentamento; e pois dellas resultaõ halem dos beneficios geraes de meu seruiço taõ ntilles a meus vassallos ficarem as forças dese estado mais liures pera se poder enpregar en tantas outras cousas importantes á conseruação e aumento delle, vos encomendo que de vosa parte as taças guardar inteiramente, e trabalheis por se leuar a ante a fortaleza que fazeis en Panane fortificandoa de tal maneira que se já naõ for acabada (posto que se naõ fora começada ynda ounera nisto que comsiderar) fique taõ defensauel como comuem á reputação dese estado. E eu respondo a carta do Camorim no modo em que vereis pella copia da minha que com ha propria ira nestas vias.

VIII. Easy tinue contentamento da armada que mandastes fazer pera ho estreito, e de nomeardes nella por Capitão moor Ruy Gonçalves da Camara pellos intentos que vos a iso moueraõ, que tinue por acertados; e espero que della resultem taõ bons subcesos que me aya por bem seruido, e por muy bem empregados os gastos que nella fezeistes, a que sempre deuem preceder taes considerações que seja o descurso dellas tam bem visto como o creio de vos en tudo.

IX. Tenho por muito necessario procurardes saber sempre os desenhos dos Reis yezinhos dese estado pera vos acharem apercebido, e poderdes com tempo hacoirdar as fortallezas delle com todas as preumções necessarias nos cercos e trabalhos que se offererem. E soy bem feito trazerdes espias em Cambaya e no Bellagate pera vos aduertirem das determinações do Mogor e de mandardes con tam boa armada como me escreueis de que soy por Capitão Mór Ruy Gomez da Giza prouide ha visitar as fortallezas do norte, e de avizardes ha Mo-

noel de Miranda Capitão de Dio do descuido com que comsentia a gente e capitães de Mudafar naquella fortaleza; e vos encomendo que nestas materias procedaes sempre com ha vigillancia e consideraçaõ que conuem como fazeis. E tenho por boa a vossa lembrança que cumpre a meu serviço e segurança dese estado prouenirse as fortalezas delle, e principalmente as tres e esta de Dio em pessoas de mnyta experiencia e partes, no que mandarey ter toda aduertencia necessaria, tendo mais conta com ha defensaõ e segurança dellas que com outros respeitoos.

X. A armada que mandastes fazer pera hacudir as fazendas do jumco que veyo dar em Nagapataõ pella imformaçaõ que tiuestes de irem algũs cosairos malauares demandallo haquella costa. foy muito acertada, e vos encomendo que en casos semelhantes, procedaes sempre de maneira que se comsigna ho que entenderdes que mais conuem a tudo. E per carta de Dom Joaõ Ribeiro Bispo de Malaca soube que o junco em que se embarcou o Bispo da China pera ha India, de que me escreueis que se naõ sabia parte, tornou harribar aquella fortaleza com o mesmo temporal com que foy ho outro a Negapataõ.

XI. Tive por bem. reyto. mandardes os dous galliões como me escreuestes ha fortaleza de Malaca pera com os mais nauios darmada daquella fortaleza andarem em guarda della, pois he agora tantas vezes visitada do Daquem; e asy folguey de saber que foy tam bem prouida a fortaleza de Ceillaõ como dizeis, que he conforme ao pranto cuidado que de tudo tendes. Emcomendouos que me aviseis do effeito que fezeraõ estes dous galliões, porque sou imformado que naõ foraõ de nenhum has armadas que os annos passados foraõ aquella fortaleza, e que só serviraõ dos capitães della trazerem mnytas merxadorias a fretes nos meus galliões; custando tanto ho ha percebimento delles a minha fazenda; pello que vos encomendo naõ comsintaes se procurem estes proueitos em mynhas armadas, pois delles resulta tanto discredito deos

estado, e se não comsegrir ho bom effeito pera que se armaõ. de que ho anno passado vos avisey.

XII. E tiue contentamento de mandardes visitar por Joaõ Bauptista Engenheiro Mór as fortalezas do norte, e se comsegrir de sua yda fazerse tanta obra e taõ acertada nas fortificações dellas como me escreueis, e que esperaes que se acabaraõ com breuydade. E porque principalmente se deue procurar fortificar-se ha fortaleza de Damaõ por estar mais fraca, vos encomendo que tenhaes della particular lembrança; e sobre ha viagem da China que pedem os moradores desta Cidade, espero nas primeiras náos reposta vossa para com ella me resolver, e lhes mamdar responder a isto como ouuer por meu scruiço. E tenho por cousa muito necessaria pera a comseruação dese estado trabalhades por vnir os Reis vizinhos contra ho Equebar, pera que lhe resistão, e se atalhem os trabalhos que muytas vezes daa áquella fortaleza de Damaõ. E vos encomendo que nas materias desta calidade tenhaes seupre aquella vigilancia que comuem.

XIII. Foy bem feito mandardes com Dom Jorge de Menezes Alferes Mór os soldados que me escreueis que foraõ pera vigia e defensão da fortaleza de Mosambique; e tiue descontentamento do desastre acontecido aos moradores delle que os negros mataraõ recolhendose taõ descuidados como me escreueis: pello que vos encomendo a vigilancia que he rezaõ que se tenha naquella fortaleza, e en todas as mais: e ao Alferes Mór mamdey escrever quanto impòria a comseruação daquella fortaleza, e que de tal maneira proceda na guarda della que lhe não aconteçaõ semelhantes desastres nem outro algum. E pareceome meu seruiço mandarnos lembrar quanto inporta segurar-se a Ilha do Comaro, pera que nella não entrem turcos nem mouros, de que possa restituir perjuizo algum. E vos encomendo vos informeteis do que será meu seruiço ordenar-se nesta Ilha, porque sou informado que se tira della muyto gengibre, e pode dar outros proueitos.

XIV. E porque o descobrimento da Ilha de São Lourenço tenho por cousa de muita ymportancia, e sou informado que foraõ emuiados a ella algũs Padres da Ordem de São Domingos pera ally começarem a plantar a vosa santa fée; e que en tempo que guouernaua esse estado Antonio Moniz Barreto ha mandou descobrir por hum Francisco Rodrigues Momdragão pella banda de leste, vós encomendo que particularmente vos informeis se se proseguio este descobrimento, e do fruito que naquellas partes tem feito os Rellegiosos de São Domingos; e o que em ambas estas cousas comuem fazerse, em que procedereis como virdes que mais comuem

XV. Ordenarensse os moradores da pouoação de Macão con guouerno de Camara e menistros della, como o tem as cidades dese estado, me parece que comuem pera melhor se comseruarem; e asy lho deneis aprouar. E por que sobre as materias de que me auisaes que se queixaõ, e me escreuestes por Fernão de Aranda que veyo por terra, tenho provido como vollo escreuo por esta Carta, e outras que vos mandey escrever nos annos passados. não he necesario tornarvillo a referir.

XVI. Receby desprazer de não achardes despostos os moradores da cidade de Chaul no que toca ha alfandega della; e porque tenho por informaçã que será muyto importante a mynha fazenda ordenar-se esta alfandega pello muito rendimento que della resultará a esse estado, vós encomendo vades despondo as cousas que tocarem a esta materia com o tento e resguardo necesario conforme ao que vos mandey escrever ho anno de oitenta e cinco, e ao que leuastes pella segunda Instrucção que vos mandey far quando deste Reyno partistes. Escrita em Lixboa a xxj de Janeiro de MDLxxx e sete. E sobre esta materia da alfandega de Chaul vos mandarey escrever mais particularmente o que ouner meu verulgo que della façais.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey. Pera V. Magestade ver.

2.º vis.



(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dô Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India. 2.ª via.

(Livro 3.º fl. 162)

## 25.

Viso Rey, amigo, Eu ElRey vos envio muito sauda. Por ser informado que as fazendas dos abintestados, que estão applicados pera as obras da See dessa cidade de Goa se não arrecadaõ, e o Arcebispo por sua carta me pede que em recompensa delas lhe faça merce de tres mil cruzados en cada hum anno pagos na alfamdega della pera a dita obra, vos encomendo que vos informeis muyto particularmente da contia de dinheiro que se tem arrecadado pera as ditas obras, e o que monta nos abintestados que estão arrecadados depois que se applicaraõ pera ellas, e me aviseis. E ey por bem que daquy em diante se recolhaõ as ditas fazendas destes abintestados per vossa ordem, e o dinheiro que se nellas fazer se tenha a todo bom recado sem se bulir nelle com fiança nem sem ella, e o mandeis a este Reyno per letra de pessoas abonadas pera se entregar ao tisonreiro dos defuntos a que pertence conforme ao que se vssa nas fazendas dos abintestados de Guiné.

II. O Arcebispo Dom Frey Vicente da Fonseca me escreueo nas nãos dos annos passados que as Igrejas dessas partes estauaõ muyto pobres e tinhaõ necessidade de se prover na fabrica dellas, pedindome lhe mandasse applicar pera ysso algũa renda, e que os feytorez das fortalezas desse estado fizessem nellas as despesas que lhe fosse mandado pelos Prellados e seus visitadores. E posto que ho anno passado vos mandey escreuer particularmente ferezeis reparar estas Igrejas, me pareceu tornauos de nouo ha encomendar que fazedosse as visitações com a consideração que comuem, as façaes cumprir, pera que as Igrejas desse Estado sejaõ tambem re-

pairadas e prontas do que tiverem necessidade como he rezão que sejaõ.

III. Sou informado que nos Capitaes das fortalezas desse estado, e ministros da justiça delle á muytas desordens em danno de minha fazenda, e em muyto de meus vasallos, e por ser materia a que tenho obrigaçãõ de mandar prouer, posto que em geral me escreuaes que os ministros da justiça cumprem com sua obrigaçãõ, todavia sera meu serviço maõdar tomar particular informaçãõ de como cada hum delles procede. Pelo que vós encomendo ordeneis como hũa pessoa de cõfiança em que correiaõ as partes que comuem tome informaçõs particulares por escrito dos ditos capitaes, e ministros da justiça como o segredo que entenderdes que he necessario, pera o que lhe dareis a ordem que vos parecer, as quaes me emuiareis pera nesta materia mandar prouer como ouuer por men serviço.

IV. Pello muyto que ymporta aver a vegia necessaria nas náos que vãõ deste Reyno quando estaõ á carga na barra de Cochim, mandey passar a pronisaõ que se vos emuiou na armada do anno do 85. pera que os marinheiros e officiaes das ditas náos as vegiassem asy nessa barra como na de Cochim, que tereis vista. E porque ho Veedor da fazenda Nicolao Petro me escreue que a descendaõ de vigiar as náos, e poderá acontecer por esse respeito algum desastre nellas, vos encomendo mandeis guardar esta pronisaõ taõ inteiramente que per nenhum caso falte esta vegia

V. Ho dito Veedor da fazenda me escreue que tem começada hũa cassa sorte no peso da pimenta de Cochim a qual podia servir de fortalleza em tempo de necessidade, de que vos tinheis satisfacãõ; e que em Coullaõ ordenara hũa cassa pera recolhimento da pimenta, e fora aquella fortalleza quietar os Reys vezinhos que estaaõ divididos por respeito de se poder aver pimenta para si tiõs. E porque creio que procede em sua obrigaçãõ com zelo de meu serviço, vos encomendo que nestas obras ho fauoreças e ajudeis pera me poder servir nelas como

comuem, e ordeneis como elle possa pagar os materiaes e achegas que mandou pera se começar a fortalleza de Panane. como creio que ho tereis feyto.

VI. E porque elle me pede licença pera se vir pera este Reyno, pella boa informaçã que tenho de como procede bem nas obrigações de seu cargo, ouue por meu serviço suspenderlha; pelo que vos encomêdo que com elle eseu tratamento tenhaes a conta que he rezaõ, e se deue ter com as pessoas que me bem seruem, e en taes cargos. E pello cuydado que tem de procurar pimenta pera a carga das nãos, e despesa que fez nas ydas do Canará e Coullaõ, ey por bem de lhe fazer merce de mil cruzados por esta vez soamente, que lhe mandareis dar do rendimento desse estado (a).

VII. Tambem me escreue Nicoláo Petro que os Reis de Coullaõ trataõ mal e avexaõ os cristãos que residem em suas terras, a que o capitaõ daquela fortaleza naõ pode acudir por estar deneficada e caída; e porque della resulta tanto proneyto a minha fazenda por rezaõ da pimenta que se nela faz, e com a fortificaçaõ della me escreue que se podem aproneitar duas legoas de terra junto dela, que se poderaõ dar aos christãos da terra com obrigaçaõ de prantarem arvores de pimenta que poderaõ dar dous mil bares, e aver outras comodidades e proueitos pera aquella cristandade, vos encomendo que deis isto á execusaõ naõ avendo incomuenientes que ho inpidã, que por ora se me naõ offerecem.

VIII. E asy fez lembrança que será meu serviço fazeremse fortallezas nos rios de São gicer e de Barcelos

( a ) A'margem está esta

*Verba*

==Em vertude deste Capitulo ouue já o Vedor da Fazenda Nycoláo Petro Cochyno os myl' cruzados que por este Capitulo Sua Magestade lhe faz merce, pagos no Feitor de Cochy Francisco.... per mandado feito a xxij de Julho de 88. E por tanto se pos aqui esta verba oje xxx de Julho de 88. (assignado)..... de Varejaõ.==

de que resulte muyto rendimento a minha fazemda pelas rezoões que aponta, polo que vos encomendo que sobre estas materias ho ouçaes como ya o deueis ter feyto, e tomeis particularmente informaçã que me emuiareis, pera com ella e vosso parecer vos mandar escreuer o que ey por meu seruiço que façaes nellas.

IX. Sou informado que Damiaõ de Solis, que seruiõ de feitor na cidade de Cochim e ficaua seruinndo de Juiz da alfamdega della, naõ procede bem no dito cargo, e he muyto prejudicial nelle a minha fazenda, pelo que ey por bem que tanto que esta receberdes naõ sirua o dito Damiaõ de Solis mais o dito cargo, e naõ yndo deste Reyno pessoa que aya loguo de entrar nelle prouida por minha prouissã, ho prouereis em algum criado meu de calidade e partes pera isso necesareas; e vos encomendo que trabalheis por se naõ prouerem estes cargos nem nenhũs outros de minha fazemda em pessoas da naçaõ, porque sempre me auerey por deseruido disto, auendo outros criados meus que nessas partes me seruem em que mylhor podem caber.

X. He de tanta ymportancia a fortalleza d'Oñmuz, e taõ necessaria pera suprimiento das despesas desse Estado o rendimento da alfamdega dela, que sempre será meu seruiço terse muyta conta com ha defemessaõ e conseruaçaõ desta fortalleza, na qual sou informado que hos marcadores comcederaõ hum por cento de todas as fazemdas que trazem aquella alfamdega, pera com o rendimento delle se poder trazer hũa armada naquele estreito com que se segurassem as fazendas que nela vem pagar direitos; e porque sou informado que com este rendimento se traziaõ armadas duas galés que eraõ de muyto e feyto pera este yntento, e ora as naõ ha, recolhemdo se sempre este rendimento do hum por cento, vos encomendo muyto emoesadamente que deis ordem com que aja estas duas gallés pera guarda o defemessaõ dos nauios que nauegaõ fazemdas pera aquella alfamdega, pera que o possaõ fazer com a seguramça que comueem, e vos ynfomeis muito particularmente de que ymporta este

rendimento do hum por certo e o em que se gasta não avendo estas gallés que dantes avia, e do que nisto fizesdes me avisareis. E porque Matias dalbuquerque me escreue que eraõ perdidas tres fustas com temporal que lhe deu das que andauaõ naquele estreito sendo capitã delas hum Alvaro do Avellar, vos emcomendo que façaes reformar esta armada de tal maneira que possa comsegir ho effeyto pera que se faz.

XI. O prouedor e irmãos da Misericordia da cidade de Goa me pediraõ lhe mandasse fazer pagamento dos mil pardãos de soldo que haõ daver per prouisoẽs em cada hum anno, e dos omze pardãos que se lhe costuma dar de esmola todas as sextas feiras do anno nos basarucos que se lauraõ na ribeira dessa cidade, e posto que os annos passados vos tenha emcomendado lhe mandeis fazer pagamento destas esmolas, vollo torno de nono ha encomendar. E porque se queixaõ que os Padres da Companhia fazem hũa cassa no meo da cidade, com que lhe empedem as esmolas com que se sustentãõ os pobres que se remedeiaõ por aquella cassa da Misericordia, tratareis este negocio com ho Provincial dos ditos Padres da Companhia pera que não lhe sendo necessaria se escusse. E de se fazer esta cassa se me emuiou tambem queixar ho Costodio de São Francisco, pelo que vos encomendo que vejaes este negocio, e com satisfaçaõ das partes tomeis resolução nelle. E ahy me pedem que aya por bem que ás orfaãs da obrigação daquella cassa da Misericordia lhe faça merce de algũas feitorias e escreuaninhas das fortalezas desse estado casando com pessoas benemeritas; e posto que estes carguos ey por bem que se dem soamente pera casamento das orfaãs que vaõ deste Reyno; hoferecendosse todavia casar algũa orfãa filha de criado meu que me tenha servido nesas partes com pessoa benemerita, e de calidade, mo escreuereis pera com uossa informação è parecer lhe mandar por esse respeyto fazer a merce que ouuer por bem.

XII. O Licenccado Gaspar de Menelão a que mandastes correr com as devasas da pimenta me escreueu

que no rio de Barcellor ha hũa ylha da banda do Coquely cercada dagoa que remde dez mil pagodes ao Sãocarnão, Boto, senhor dela, e que cortamdolhe trinta passos de terra de hũa ponta que vem ter a costa, se podia ordenar hum sorte nela muyto defemsauel com hũa alfamdega de muyto remdimento, alem de se poderem haver pera minha fazemda os dea mil pagodes que esta ilha ora remde, e porque sobre esta materia me escreue tambem o Veedor da fazemda de Cochim vos encomendo que a trateis e partiqueis com pessoas que ha bem entendaõ, e me emvieis ha informaçãõ que disso tomardes com vosso parecer, pera vos mandar escreuer o que ouuer por bem.

XIII. O padre Costodio da Ordem de São Francisco me emuiou dizer que os Padres da Companhia fazião agora hum collegio em Vaýpim Cotta junto ao de Cramganor, que está debaixo de sua administraçãõ, e em prejuizo dele; encomendouos que tomada ha informaçãõ neceçarea e ouuidas as partes os acomodeis de maneira que naõ possa aver deferença antre elles. E o mesmo padre Costodio me pede faça esmolla ao seu Comuento de hũas casinhas pequenas que estão ao pee do seu dormitorio-omde diz que estão hũas tauernas, pela inquietaçãõ que os Religiosos daquelle Comuenta recebem da gente que a ellas vay, e sendo asy como diz de que vos informareis, ey por bem de lhes fazer esmolla das ditas cassas as quaes poderaõ meter dentro da cerca do dito mosteiro, e naõ pertemceendo a mynha fazemda se pagaraõ á custa dela ha pessoa cujas forem.

XIV. Por algũas cartas do anno passado fuy informado que hũa das principaes causas porque ha tanta falta de pimenta no pesso de Cochim era por deuer El-Rey de Cochim muyto dinheiro dela aos mercadores que a trazem, e lha pagar com mercadorias em mayores preços do que valem; e posto que viesse em se pagar aos mercadores no pesso ao tempo da entrega desta pimenta, lhe manda tomar algum deste dinheiro na ponaçãõ de Cochim de cima, e os obriga a venderem esta pimen-

ta ás boyadas que a leuaõ pela terra dentro ; e porque esta materia he de tanta consideraçaõ como sabeis, e a que será meu seruiço acodir-se com o remedio necessario, vos encomendo vos informeis muyto particularmente do como este Rey corre nella, e procureis como se traga ao pezo toda a que se poder aver atalhamdo leuar-se pella terra dentro ; e do que sobre isto fezerdes me avisareis. Escrita em Lixboa a seis de feuerreiro de MD-Lxxx e sete.

### REY

Miguel de Moura.

Para o Viso Rey.—Para V. Magestade ver.—4.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu conselheiro do Estado, e seu Viso Rey da India. 4.ª via

(Livro 3.º fl. 172 ; (a))

## 26.

VisoRey, amigo. Eu ElRey vos emuo muyto saudar. Receby vosas cartas de 13 de Dezembro de 85, e de 11 de Janeiro do anno pasado, e uy o que nelas me escreueis sobre a fortaleza que mandastes fundar em Panane por Ruy Gonçalves da Camara, e ordem e moddo com que o fizestes, que he conforme á muita confiança que de vós tenho, e naõ sendo aynda acabada, o que creio que estará feito, vos encomendo que façaes yr continuando na obra della até se acabar. E asy tiue contentamento da armada que ordenastes pera o estreito de que foy por capitaõ mór o mesmo Ruy Gonçalves, e os yntentos com que a mandastes e escreuestes ao Ka Rey da Persia e ao Preste Joaõ que tudo ouue por de muito men seruiço ; e espero que nas náos deste anno me escreuaes taõ boas nouas dos succesos della que possa ter doles

---

(a) Na Nota a pag. 63 a assinatura final deve ler-se—Duarte Delgado de Vazjão.—

muito contentamento, e me pareceo deuernos advertir que pelas necessidades que me escreueis que tem esse estado, e por todos os outros bons respeitoes se deuem ordenar estas armadas com tanta consideração como conuem, e creio que precederá sempre em todas as cousas que forem ordenadas por vós.

II. E porque me escreueis que hum dos principaes yntentos que vos moueraõ a mandar aquella armada ao estreito foy pera fazerdes entender ao Xa Rey da Persia que a mandastes por quebrantar as forças que o Turco tynha naquelas partes, e creio que conforme a ysto tereis feito com ele todos os bons officios pera conseruação de sua amizade, me pareceo meu serviço continuar com o que lhe tenho escrito, e lhe mandar agora outras cartas na mesma conformidade das passadas acrescentando nelas o desprazer que tme de não chegara mim o seu embaixador, como volo tenho mandado escrever per outra carta com que vay a copia da minha pera o dito Rey da Persia, em que lhe taõbem digo quanto contentamento tme cõ as nouas que me escreueis de ser desbaratado o exercito do Turco pelos seus capitaães ( o que Matias dalbuquerque me certefica per suas cartas ), e encomendouos que de todas as que tuerdes daquelas partes me aviseis.

III. Foy boa a ordem com que procedestes com os dons Ytalianos que vos enuiou Matias dalbuquerque d'Ormuz, e o bom tratamento que lhe fizestes, e de os mandardes pôr em hum porto do estreito do mar Roxo com as cartas que leuauõ pera o Preste, e de obrigardes ao capitão do nauio em que foraõ que subresse das galés de Moça e nouas do mesmo estreito, e vos encomendo que tenhaes particular cuydado de as procurardes sempre daquellas partes e dos desenhos dos Turcos que nelas ha, pera conforme a yssso yrdes ordenando as precauções necessareas pera atalhardes o que sem ellas poderie soceder.

IV. Tme contentamento de me escreuerdes que se convertora a nossa santa feo a nora del Rey de Ormuz, grã



de Rax Delamixa guazil, daquelle reyno, e do bom officio que com ella fizestes. Encomendones seu emparo e casamento e que seya, com pessoa com que se conserve nesta sua conuersaõ, e conforme a opiniaõ que tiuerdes de como está, nas cousas da fé, fazendo para este effeito a eleiçaõ da pessoa com que vos parecer que será mais meu seruiço casardella.

V. E quanto a elRey d'Ormuz se lhe averem de dar tutores como parecia ao Conde Dom Francisco Mascarenhas gouernando esse estado e a Matias dalbuquerque, por entender por vossa carta que os Capitaes daquela fortaleza tem muita jurdiçaõ nele, ey por meu seruiço que se lhe naõ dem, e por mo vós assy escreuerdes; e vos encomenda que naõ consintaes que lhe seyaõ feitos nhũs agrauos, e se lhe tenha o respeito que he rezaõ, como volo tenho mandado escrever pelas naõs do anno passado.

VI. E quanto ao que me dizeis que porachardes boa enformaçaõ de Simaõ da Costa, corretor mór d'Ormuz que estava seruindo naquella fortaleza de Veedor da fazenda o prouestes de superintendente dela sem ordenado, naõ avendo por meu seruiço que seruisse de Veedor da fazenda por vos ter mandado per minhas ynstruçõs que os naõ aya nas fortalezas desse estado, o tenho por bem feito pelas rezoẽs que me apontaes; e folguei de ver a advertencia que tendes em naõ aver Veedores da fazenda.

VII. E pois vos parece que o guazil d'Ormuz naõ deue dar nhũ pensã a Rax Delamixa seu yrmaõ do ordenado de Juiz dalfandega daquela fortaleza sobre que trazem demanda em quanto se naõ determina, vos encomendo que façaes detriminar esta causa com muita breuidade, e se lhe guarde ynteiramente sua justia.

VIII. Tiue contentamento de entender per vossas cartas o cuidado com que procurais saber nouas de Sués e das cousas do Preste Joaõ, e me avisardes como desbaratam o Barnagaes aleuantado e outro capitã turoe que resedia e suas terras, e se conuerteraõ a nossa santa fé os trezentos geniceros, e ficauão á sua obediencia: eu

lhe mando escrever quanto me alegraraõ as boas novas que soube de suas vitorias, e vos encomendo que ordedeis como lhe seya dada minha carta, e que sempre me aviseis das cousas daquelas partes que entenderdes que sera meo serviço ter dellas enformaçaõ.

IX. Tive desprazer de fogirem os quatro ymgreses que me escreneis que Matias dalbuquerque mandon d'Ormuz presos a essa cidade de Goa em tempo do Conde Dom Francisco Mascarenhas, e que se foraõ per diferentes partes, e tinheis enformaçaõ que dous deles eraõ mortos, e os outros dous vivos. E porque conuem entenderse a causa de sua yda a essas partes, vos encomendo que trabalheis pelos aver a maõ, e se tenhaõ a bom recado, e que mandeis tirar devasa das pessoas que foraõ culpadas em sua fugida, e procedaes contra elles, e do que nisto fizerdes me avisareis.

X. E tenho por muito bem feito ordenardes de se fortificar o sitio de Mascate que vos tenho taõ encomendado per minhas cartas e ynstrucçoẽs pelas causas que nelas vos mandey apontar, e terei contentamento de me escreuerdes se esta ya acabada esta fortificaçaõ, se pelas nõs deste anno o naõ tiuerdes feito, e se ficou nela por Capitaõ Francisco Velho que me dizeis que tinheis ordenado pera esse effeito, e o tempo per que o prouestes. E folguei de saber como tinheis ordenado mandar com João Gomes da Silva á fortaleza d'Ormuz a gale e navios que me escreueis pera defensaõ dela. E posto que per outra carta minha vos tenho mandado escrever que aya naquella fortaleza a armada que conuem pera segurança das fazendas que vaõ a ella, vòlo torno de nouo a encomendar.

XI. Tive por muito bem feito mandardes a Gonçalo de Sena e a Nunelvez datougua nos dous navios que foraõ com outros dous da cidade de Cochim em companhia do Veedor da fazenda Nicolão Petto Cochino pelo respeito que me escreneis da segurança da fortaleza de Coulaõ, e de se conseguir taõ bom effeito de sua yda como me dizeis e ele me significa por suas cartas; e porque sem-

pre conuem terse muita vigilancia nestas matèrias, volas encomendo pera que prosigaes nelas conforme ao que requiere a emportancia dellas.

XII A eleição que fizestes de Ruy Gomes da Grã em lugar de Dom Jeronimo Mascarenhas pera assis-tir com gente na fortaleza de Panane tlie por taõ bem feita como espero de vós que as fareis em todas as cousas de tanta ymportancia em meu seruiço, e comfio que procederia taõ bem nisto como dele espero que o faça sempre em todas as cousas de que o emcarregardes.

XIII. Por outra carta minha vos mando escrener como ey por bem dar licença ao Licenciado Joaõ de Faria que serue de Secretario desse estado pera se poder vir pera este Reyno nas nãos deste anno pellas causas que vos mandey declarar, pelo que vos encomendo que dos gazalhados que nas ditas nãos se podem dar per conta de minha fazenda lhe mandeis dar gazalhado conuiniente pera sua pessoa e matalotagem.

XIV. ElRey Chamganate de Coulaõ me enuiou dizer por sua carta lhe mandasse pagar as dadiuas acostumadas que lhe té ora naõ saõ pagas, e lhe enuiasse nũa prouisaõ pera lhe serem pagos nalsandega de Cochim quinhentos cruzados que lhe eraõ devidos das ditas dadiuas até o anno de 84, e que naquela fortaleza está em costume seruir de lingoã hũ gentio seu vasalo, e que seruiu sempre nela e em Calecoulaõ, e que hum Pero Gomez pera quem me pedira lhe fizesse merce do dito cargo naquela fortaleza seruia somente ametade, e a outra ametade dera o Veedõr da fazenda Nicolão Petro a outra pessoa; pedindome ouuese por bem que o seruise todo per ynteiro o dito Pero Gomez. E porque sou enformado que todas as anças e dadiuas que os Reis da pimenta tinhaõ se tiraraõ ao tempo que se alevantou o preço dela a rezaõ de Xbiiij<sup>o</sup> Santomés e meio o bar, vos encomendo que muito particularmente vos enformeis d'esta materia pera com uossa enformação e parecer lhe mandar responder a ella como ouuer por bem. E porque o anno pasado a requerimento dos Padres da Companhia sz

merce a dous christãos daquelas partes dos officios de linguas dos pesos de Conlaõ e Calecoulaõ, sendo estes os que pede este Rey, mandareis fazer com ele o officio que vos parecer por via do Veedor da fazenda de Cochim peraque se naõ escandalize conforme a necessidade que entenderdes que delle ha pera a carga da pimenta, e escreuo a este Rey a carta que vereis pera lha enuiardes ou suspenderdes como vos parecer mais meu seruiço.

XV. Manoel Pereira de Lacerda, Lionel de Brito Coutinho, e Jeronimo Carualho Fogaça me escreuerão pelas náos do anno passado, e por naõ serem capitaes de fortalezas nem tratarem em suas cartas de cousas particulares de meu seruiço, me pareceo que não requeriaõ repostas senaõ a que merecem por seus seruiços nos requerimentos que tiuerem. E tendo eles procedido de maneira que vos pareça que lhe deueis dizer de minha parte que me ey por bem seruido deles o fareis, tendo nisto o moddo que virdes que mais conueni.

XVI. Sou enformado que na fortaleza de Malaça se yntroduzio de algũs annos a esta parte daremse mantimentos aos soldados que nela residem alem de seus soldos ordinarios contra forma do Regimento da dita fortaleza, encomendouos que vos enformeis da causa per que se ora daõ, e naõ sendo tal que vos pareça que será meu seruiço e necesario pera a defensaõ daquela fortaleza darense estes mantimentos, se escusem pello muito que de minha fazenda se despende neles. Escrita em Lisboa a 13 de feuerreiro de 1587.

REY.

Miguel de Moura.

Perã o Viso Rey da India.

1.ª via

(*No sobrescripto*)

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Viso Rey da India.

1.ª via.

( Livro 3.º fl. 202 )

## 27.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Os Religiosos da Ordem de Sancto Agostinho dessas partes me imuiaraõ dizer que por serem muito pobres se naõ podiaõ sustentar, pedindome lhes mandase fazer algũa merce pera ajuda de sua sustentaçãõ; e porque antes de lhes mandar responder a este seu requerimento me pareceo meo seruiço ter vosa imformaçaõ, vos emcomendo vos emformeis das casas que ha nessas partes desta Ordem, e dos Padres que residem nelas, e se he bastante o prouimento que cada hũa tem pera sua sustentaçãõ, e se alem dele será necesario mandarhe dar algũa ordinaria em cada hum ano per conta de minha fazenda conforme as casas e lugares em que estiuerm, e o que haõ por comtadela, e porque prouisoẽs e mandados: informandouos outrossy do que tem de minas Ordens de São Domingos e São Francisco desas partes cadano pera sua sustentaçãõ; e de tudo me emuiareis muito particular informaçãõ pera com ela e vosso parecer mandar nesta materia o que ouuer por bem. E emtretanto prouereis de minha fazenda esas casas de Sancto Agostinho conforme as suas necesidades, e ao que vos parecer. Escrita em Lixboa a ij de Março de MDLxxxbij. E do que lhe asi derdes conforme ao que vos por esta escreuo me avisareis tambem.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.º via.

(*No sobrescripto*)

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e VisoRey das partes da India. 2.º via.

( Livro 3.º fl. 278 A. )

## 28.

Vis Rey amiguo. Eu ElRey vos emuo muito saudar.

Mandey ver o Consilio prouincial que nesas partes se celebrou o anno de 85, e todos os Decretos dele; e posto que minha tençaõ he que se dê a sua deuida execuçaõ em todo o que for seruiço de nosso Senhor e men, e bem desse estado, me pareceo que se denia sobrestar nela em alguma cousas que aqui yraõ apontadas até ver vossa emformaçaõ e parecer. pera que feitas todas as diligencias necessarias pera se entender bem o que mais convem, mande o que for melhor pera tudo; e nesta conformidade escreuo tãobem ao Arcebispo: as quaes co são as seguintes.

II. No Decreto 3.º da Acçaõ 2.ª em que se contem que pelos ynconvenientes que ha em aver na cidade de Ormuz sinagogas de yndens, mesquitas, e templos de mouros e jentios naõ somente de estrangeiros, mas naturaes, e outros menistros da ydolatria, que estes templos e sinagogas se denem derribar e destruir, primoipalmente hum que se edificou no meio da cidade yunto da fortaleza: pareceome que no que toca aos mouros se naõ deue ymnouar cousa algũa do que ategora se usou, nem vós o comsintaes; e que qanto ao mais que se contem no dito Decreto vos emformeis do modo que nyaso se corre e correo. ategora com os ynfeis, e residentes em Ormuz, e o estado em que estas coussas estaõ, e se convyem prouersse em algũa delas, e em que forma, e de que achardes me anysareis muy particularmente por vossas cartas, e con voso parecer.

III. No 4.º 5.º e 7.º Decretos da mesma Acçaõ em que se me pede mande prohibir sob graues penas aos brahenes e outros ynfeis meus subditos naõ ydesiquem em seus reinos comarcãos templos de ydolos que nesse estado lhe foraõ destruidos, nem os sortentem com o dinheiro que ganhaõ, e que os ditos brahenes naõ tragaõ os fios que seõ a trazer dependurados do ombro direyto ao ombro esquerdo, e que ao menos os tragaõ cubertos de maneiro que se naõ veyã: e que se faça ley com graues penas que naõ tornem a gentiliãdo os ynfeis meus

suditos que de sua liure vontade pedem o sacramento de baptismo, e em quanto se ynstruem e ynsinaõ na doutrina christaã tornaõ a retroceder, e fazem alguãs serimonias: pareceome que antes de prouer no que se me pede me deueis auisar do que vos parece que conuem que nisto se faça, e se resultaraõ ynconuenientes ao estado de se executar o que se contem nos dytos Decretos. Emcomendouos que assy o façaes, e naõ consintaes que entretanto se faça nouidade alguã.

IV. E porque no Decreto 10 da mesma Acçaõ em que se me pede mande proibir que se naõ'façaõ em publico as serimonias que os yentios costumaõ fazer em seus casamentos pelo escandalo que recebem os nouamente convertidos: me pareceo que se deuia niso prouer; e asi vos emcomendo que paseis as prouisoões necessarias com as penas que vos parecer por que defendaes que os gentios naõ façaõ estas serimonias em publico, mas fazendoas eles em secreto lho podereis premetir, e naõ proceder contra eles.

V. No Decreto 12 da mesma Acçaõ em que se me pede cometa aos prelados a execuçaõ da ley que fez o Senhor Rey Dom Sebastiaõ meu sobrinho, que Deos tem, pera se tomarem os filhos orfaõs dos ynfieis até ydade de 14 annos, a qual execuçaõ está cometida aos juizes dos orfaõs: pareceome que lho naõ deuia conceder; e podereis responder de minha parte que requieraõ a execuçaõ da dita ley ás minhas justiças, e vós ordenareis como elas asy o cumprãõ.

VI. Tãõbem se me pede confirmaçaõ do Decreto 15 que defende que os yudeus naõ possaõ entrar nas fortalezas nem cidadea desse estado; e que quando por alguãs causas lhe for necessario averem de entrar em Cochim ou em outras, naõ entrem em nhuã casa salvo a do prelado, ou do guernador, na alfandegua, Relaçãõ, e audiencias publicas; e naõ me pareceo que comuinha a meu seruiço confirmar este Decreto, nem vós consti-

taes que se dê á execuçaõ. (a) Somente defendereis que os Judeus naõ entrem nas fortalezas.

VII. Taõbem me parece que se naõ deue executar o Decreto 21 da mesma Acçaõ que trata dos infieis que passaõ pelas cidades e fortalezas a mim sogeitas com escauos taõbem ynfiéis, e que se podem yr fazer mouros; nem a lei que nesta conformidade diz o Decreto que he feita; nem aver nisso nouidade alguã fóra do que até qui se costumou, até me vós ymformardes do que neste particular se faz com vosso parecer pera eu mandar o que mais convem.

VIII. No Decreto 29 se contem que aos pupillos e menores deyxão seus paes fazenda pera sua sustentaçã, e que se gasta nas diligencias que os ynzies dos orfaõs sobre ysso fazem; e que eu mande prouer nisso; emcomendonos que vos emformeis do que nisto passa, e me aviseis com vosso parecer pera mandar prouer como convem.

IX Na Acçaõ terceira no Decreto 8 se pede que ao Arcebispo de Arngamale se dê hum companheiro Religioso de autorydade pelas causas no dito Decreto declaradas, e pareceome que seria mais a preposito darenlhe seis Religiosos da Companhia de Yessu, ou os que boamente puder ter; e sobre ysso escreveu ao seu Pronincial, e a vós emcomendo deis a este negocio toda ayuda e fauor para que aja effeito.

X. No Decreto primeiro da Acçaõ 4.ª se trata do Seminario dos Clerigos pera bom gouerno ecclesiastico dese Estado fundadõse no Conselho Tridentino: encomendonos muito que vos ynformeis muito particularmente, e me ayuseis do que vos parece.

XI. No Decreto 7.ª da Acçaõ 5.ª em que se pede que vós mandeis pôr preço ás mercadorias que vem de Ma-

---

(a) As palavras que se seguem neste capitulo saõ escriptas de outra letra, e visivelmente depois de concluida a Carta. Donde se colhe que houve grande debate nos conselhos de S. M. sobre esta materia.



laça, e doutras partes; como não seja materia do Conselho fareis nisto o que vos bem parecer, e que mais convem a bom governo desse estado.

XII. E no Decreto 8 da mesma Acção se me pede mande prouer nas muitas e graues yniustiças que os capitães das fortalezas e viagens fazem nessas partes em muyto deseruiço meu e dano do pouo; e que mande tirar disso devasa com muyta diligencia, e porque este particular he materya de ystiça que toca tanto a minha obrigação, vos encamendo muito que prouejaes niso como entemdeys que conuem, e me auiseis que yniustiças são as que os ditos capitães das fortalezas e viagens fazem, e como vos parece que eu deuo niso mandar prouer.

XIII. No 2.º Decreto da Acção 3 me pedem faça merce de mil cruzados pera ajuda da sustentação dos Sacerdotes que administração os sacramentos em algumas parochias em que ha congregação de christãos, e não ha dizimos de que bastantemente se posão sustentar, os quaes hey por bem que por esta vez se dem dos rendimentos desse estado pera esse effeito, que mandareya entregar ao Arcebispo de Goa para ele os aplicar ou repartir pelos ministros das ditas parochias que lhe parecer que mays conuem. Escrita em Lisboa a cinco de Março de M. D. Lxxxvij.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver.—2.º via,  
(*No sobrescripto.*)

Por ElRey—A D.º Duarte da Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India, 2.º via.  
( Livro 3.º fl. 275 )

29.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. A materia da matricula dessas partes he bũa das cousas

de mayor ymportancia delas, como sabeis, e estaa de todos entendida sem ategora se lhe acabar, de dar o remedio de que ha tantos annos que se trata, e antes que deste reino partiseis pratiquei esta materia em conselho sendo vós presente, e a leuastes por ynstruccaõ (sobre que taõbem depois vos esereuy) a que me respondestes, com a vinda das náos do anno de 86 que hieis tratando de reduzir a gente d'armas dessas partes em ordem de bandeiras, que he o que se apontaua por melhor remedio de todos, asy pera a aver prestes e certa pera meu seruiço, como pera se euitarem os grandes ynconvenientes da matricola em tanto perjuizo das conciencias de muitos, e em tanto dano de minha fazenda; e porque nas vias do anno passado me não escreueis sobre esta materia, vos encomendo muito que o façaes sempre, e espero que nas náos que haõ de vir este anno me auiseis de terdes feito nisto tudo o que vos mandey, que será hum dos particulares seruiços que me podeis fazer, e de que mais satisfação e contentamento receberey.

II. Per carta de Luis de Goes de Lacerda, Prouedor mór dos defuntos dessas partes, emtendi as causas porque se não arrecadauã suas fazendas conforme a obrigaçaõ que ele tem de o fazer, de que yá vos terá dado conta, e nelas tereis prouido como convem a meu seruiço e bem dos erdeiros dos defuntos pera lhe virem suas fazendas a este reino, como sou emformado que nas náos do anno passado começaraõ a vir; e porque na mesma carta se queixa que corremdo com a deligencia que lhe mandey fazer sobre a recadaçaõ da fazenda que ficou do Conde datouguia, fora ameaçado por esse respeito na ygreja de São Paulo onde estaua ouuindo missa, de que logo vos dera conta. vos emcomendo e mândo que me escreuaes o que nisto passa e prouestes, e como se procedeo contra os culpados, em que cumpre se faça o que o caso merece com a demonstraçaõ que ele pede.

III. Baltesar de Sousa Capitão da fortaleza de Cran-ganor se queixa que por aquela fortaleza estar mal prouida de gente, muniçoẽs, outras cousas necessarias pera

a defenſaõ dela, lhe naõ tem tanto respeito os Reys veſinhos como atequi tiñeraõ, e he reſaõ que ſeja : em que creio tereys prouido como conuem, e vos encomendo que aſi o façaes.

IV. O Biſpo de Cochim me emuiou dizer que ſe lhe naõ goardauaõ as prouiſoẽs que mandei paſſar pera lhe ſerem pagos ſeus ordenados e dos miniſtros daquelle Biſpado na renda do betre deſſa cidade de Goa, e que lhos mandauéis pagar nas rendas dalfandegua de Cochim; e poſto que me parece que pelo muyto rendimento que tem poderaõ ſer muito bem pagos, vos encomendo que auendo algum ynconueniente pera deixarem de o ſer lhe façaes conprir as prouiſoẽs que tem, e trabalheis como ſejaõ taõ bem pagos de ſeus ordenados como volo tenho já mandado per minhas cartas e ynuſtruçoẽs que leuaſtes.

V. E porque ſou ymformado que quando o galeaõ da carreira de Maluco vem daquelle fortaleza com orauo que ſe nela carregua, de que pertence a minha fazenda os terçoſ e choçois, ſe tomaõ deles a mayor parte na fortaleza de Anboino com occaſſiaõ de ſer neceſſareo o dito orauo pera prouimento dela, que ſe hñde ao capitaõ e officiaes da dita fortaleza e do meſmo galeaõ por preçoſ muito baixos, em que minha fazenda recebe notauel perda, vos encomendo que trabalheis quanto en vós for por tirar eſte abuſo tanto contra meu ſeruiço, dando ordem como aquella fortaleza ſeja prouida a tempo conueniente pera que de todo ceſe eſta occaſſiaõ que procuraõ pera ſe aproueitam deſte orauo, e venha todo a eſſa cidade de Goa, omde ſempre veio pera ſe nela recolherem os ditos terçoſ e choçois que pertencem a minha fazenda.

VI. E porque aerei por conſa muyto util a ela contrataremſe eſteſ terçoſ e choçois com os capitaõſ prouidos das viagens de Maluco, como ſou ymformado que algũas veſſes ſe contrataraõ, com que ſe poderá atalhar aſ deſordens que atequi niſſo ouqẽ, vos encomendo muito particularmente vos emformeis de poſſoas de experiencia neſtas viagens, e parecendouos que ſerá meu ſeruiço e proueito de minha fazenda fazeremſe os taes

contratos, os façaes, e me aviseis do modo em que nisso procederdes. Escrita em Lisboa a 6 de Março de 587.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—1.ª via.  
(*No sobrescripto*)

Por El Rey—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India. 4.ª via.  
(Livro 3.º fl. 154)

### 30.

Viso Rey amigo. Eu El Rey vos annio muito saudar. Sendo eu informado de algũas cousas desses estados em que conuinha a meu serviço que se prouese por a muita importancia de que saõ, vos quiz avisar dellas por esta carta, porque ainda que tenho por muy certo de vossa prudencia, e da muita vigilancia e cuidado com que procedeis em tudo o que toca a vossa obrigaçaõ, e ao bom governo e conseruaçaõ desse estado, que tereis provido nas mais dellas ou em todas como visseis que a necessidade dellas o pedia; naõ me pareceo que deuia deixar de vallas escreuer, pera que se tiuerdes já dado remedio nas que o requeriaõ, se vos acrecente o gosto que com rezaõ deneis ter de terdes prevenidas todas as informações que se me podiam dar, e se por falta de vallas naõ darem a vós, ou por outros impedimentos o naõ tiuerdes feito, pronejaes em tudo da melhor forma que vos for possivel, como confio de vós que o fareis sempre.

II. Primeiramente sou informado que todas as fortalezas do norte estaõ muy danificadas, e com muito pouca ou nenhũa vigia, e que isto procede do muito descuido e negligencia dos Capitães dellas que attendem mais a seus tratos e mercadorias que ao que conueem a meu serviço, nem á conseruaçaõ da fortaleza de que tem dadão monagem, e que com tyrantzarem os mercadores que a elas vem, e vadarem que nenhũa pessoa trate nem na-

uegue suas mercadorias, senão nas suas naos, ou depois de ellas carregadas, levando elles os fretes dobrados, se empobrecem meus vassallos, e as minhas alfandegas rendem menos, e as dos inimigos se vão acrescentando e enriquecendo por se passar a ellas. O trata, fingindo os mercadores mouros e gentios de vir aos meus portos por rezaõ das vexações e perdas que recebem dos capitães; e que isto mesmo passa em Malaca, e com muito mais deusssidão por estar mais longe de vos, onde o dano fica sendo mayor, porque tudo o que escorre de Malaca vay dar no Achem e em Pôr, que são inimigos tam prejudiciaes como sabeia.

III. E que de se prouerem as Capitãrias de Bacaim e Damaõ com a madeira procede não se poderem fazer os navios de minhas armadas senão muito caros, e com mores difficuldades, comprandose a madeira aos capitães das ditas fortalezas a muito maiores preços do que poderiaõ valer, se elles não tivessem os tratos delas.

IV. E que conuicia muito a meu serviço ordenarse hũa armada de seis navios aventureiros como a ouue ja em outros tempos, de que resultaram muito boõs effeitos, e que em Mangalor e Bracalor, e outros lugares vezinhos que dão arroz se ponha guarda de oyto navios, que inuernem no ditto Mangalor, para que em Agosto sayão ao mar, e tomem a navegação aos coscários e Malauares, e que com isto podia ser a armada do Malauar de menos navios, porque auendo as ditas duas armadas ficaria ella servindo somente de impedir a carga das naos de Mequa.

V. E que os Capitães mores das armadas que se mandão a Malaca o principal cuidado que tem he grangear fretes pera a sua nao per meo do seu feitor, procurando com os mercadores que mandem nella sua fazenda, e que tanto que chegaõ a Malaca mandão buscar fazendas a Pôr nos navios da armada que tambem trazem de lá fretes até Malaca, onde estão surtos até a monçaõ de se tornarem para a India com fretes que seu feitor grangea; e quando isto não basta, defende o capitão mor que nenhuma nao tome carga ate a sua nao ser carregada; e que

com estas desordens se não segue ha annos fructo algum das armadas que se mandaõ a Malaca, podendo esperarse dellas muitos e buõs effectos em acrecentamento daquella fortaleza e perda dos inimigos que tem tam vezinhos.

VI. E que por o commercio se ir passando dos meus portos aos dos inimigos pelas rezoões acima dittas tem crecido muito Dabul onde vão os mercadores estrangeiros que navegaõ com cartazes, e algũs cavalloes de Ormuz; e que por ser este porto muy capaz e muy aparelhado pera colheita de inimigos estrangeiros se devia fazer nelle hum forte em hum morro que estaa sobre a barra da banda do sul com conraçaatê o rio, com que fique senhoreada a entrada delle.

VII. E que por se ter passado o tracto de Dio a Chaul, porque o Nisamaluco franqueou as entradas e saídas do mar a conta de acrecentar os direitos da terra, e que esta liberdade chamou altas fazendas, se devia isto remediar com se mandar que este commercio se torne a Dio como dantes soia ser, quando não se ptdesse fazer al-fandoga em Chaul, que seria o milhor de tudo.

VIII. E que por agora aver muitos fidalgos nessas partes que andaõ em meu serviço, e quererem os mancebos e pobres ter tanta casa e despesa como os velhos e ricos, com que se indiuiaõ e empenhaõ, e de que procedem desordens com que se impossibilitaõ pera meu serviço; vos encomendo muito que provejais nisso em alguma forma conueniente pera se dar a isto remedio; e que o mesmo façaes em todas as cousas sobre que nesta vos escreui. E posto que pudera apontarvos em algũas o que me parecia, tme por milhor deixar tudo em vossa prudencia, porque por as taxas entre mãos podereis bõm ver o que se nellas deue e pode fazer. E do que em tudo vos parecer e tinereis feito me avisareis particularmente per vossas cartas. Escrita em Madrid a treze dias do mes de Marco de mil quinhentos e oitenta e sete annos.

REY.

Pera o Viso Rey da India.

2.º via.

(Livro 3.º fl. 180)

## 31.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emujo muito saudar. Antonio darauió de Carualho que o anno passado veio desas partes, e ora torna pera elas nas náos deste anno, me apresentou hũs apontamentos largos sobre a ylha e fortaleza de Ceilaõ, em que aponta a ordem em que lhe parece que será meu seruiço fazer-se guerra ao Rayú, e yrse despondo esta materia de maneira que se posa conquistar aquella ylha; e lembra yuntamente que será de muita ynportancia fazer-se hum forte na ponta de Gualle da mesma ylha pela virem demandar todas as náos que vem de Bernguala e das mais partes do sul; os quaes apontamentos me pareceo meu seruiço enviarno-los com as vias pera que os veyaes e oucaes sobre eles ao dito Antonio darauyo, e depois de o verdes praticardes com pessoas de esperiencia daquela fortaleza e com as mais que vos parecer se será bastante remedio o que diz das nyto fustas com os trezentos soldados, com que se afirma por-se fazer o effeito que aponta; e achando que se pode conseguir este yntento, dareis pera isso a ordem que vos parecer. E sobre o forte de que trata que se deue fazer na ponta de Gualle, taõbem vos enformareis, e do que achardes, e vos parecer mais meu seruiço me avisareys. Escrita em Lisboa a xxj de Março de M. D. Lxxxvij.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey. Pera Vosa Magestade ver—4.ª via

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado  
e seu Visorrey da Imdia. 4.ª via.

(Livro 2.º fl. 39)

## 32.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. He de tanto ymconueniente pera minha fazemda fazerem os Vysoreis desse estado merces em meu nome aos Capitães môres e Capitães das naaos que deste Reino vão pera essas partes assy do rendimento dele (avemdo tantas cousas e tão ymportantes pera que he necessario) como em aluitres de que neste Reyno não ayão de pagar direitos, e vão em tanto crescimento, que me pareceo mandaruos escreuer que não hey por meu seruiço que daqui em diante vós nem vossos sucesores façaes nhũas merces aos Capitães môres e Capitães das náos como atéqui se fizeraõ, porque qando eles chegarem a este Reyno eu mandarey conhecer das rezoões que cada hum tiuer quando as alegarem pera lhes mandar responder como ouner por bem; pelo que vos emcomendo e mando que assi o cumpraes e guardeis inteiramente, e que façaes registrar esta minha carta no principio do liuro das merces, de que tem cargo o Secretario desse estado, e nos liros dos contos dele pera os Visorrey e gouernadores que vos succederem saberem como o assy tenho mandado. Escrita em Lisboa a vinte e hum de Janeiro de mil quinhentos oitenta e oyto.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.º via.

*(No sobrescripto)*

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.º via.

*(Livro 1.º fl. 9)*



## 33.

Visorey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. Recebi as vossas cartas de dezembro de 86 pelas naos Santhome e Nossa Senhora da Conceição que somente chegaram a este reyno da armada em que o mesmo anno foi por capitão mor Dom Jeronimo Continho, e por ellas entendi o estado em que ficaram as cousas dessas partes, nas quaes espero que tereis dado o remedio que mais compree com a consideração, modo, e diligencia que a importancia delas requeria, e o tenho por certo de vossa prudencia, e do que tenho entendido do vosso bom procedimento.

II. Das armadas que os dous annos de 85 e 86 foram para essas partes, sendo de cinco naos cada uma, não chegaram a este reyno mais que duas em cada uma delle, e como a principal segurança desta viagem depois de Deos está em as naos partirem cedo de Cochim, que he cousa muito entendida e esperamentada, e aver muita pimenta feita de inverno para o poderem fazer, me pareceo por cima de vos não poder dizer nisto de noua cousa que vos não seja presente tanto pelo que tendes entendido de minhas instruções e cartas, como pelo que a experiencia vos tem mostrado, encomendavos que deis para isso de vossa parte todo o bom aviamento como sou certo que fazeis, e tive contentamento do que destes ás náos da armada do mesmo Dom Jeronimo, e que assim o façaes sempre, e mandeis que as naos venhaõ tam bem apercebidas como comuem para se poderem defender dos cosairos que as cometerem; e porque não importa menos á segurança da viagem das mesmas naos não virem sobre carregadas conforme ao Regimento que sobre ysso he feito, que tão mal se cumpre, vos encomendo que muito de proposito trateis de o fazer inteiramente goandar, porque ynda que isto, e o que toca á carga da pimenta pertença particularmente ao Veedor da fazenda de Cochim, todavia sendo estas cousas tão principaes, ao meu Visorey pertencem mais

direitamente pera lhas eu encaminhar, e lhas dar o agradecimento, e ele me dar conta delas.

III. E quanto ao que me escreveis que hũa não de cartax do Samorim arribara na entrada do ynnerno do anno de 86 a fortaleza de Coulo com muita quantidade de pimenta e gengibre, e que as pessoas que hiaõ nella receberaõ bom tratamento do Capitão daquela fortaleza, e do Veedor da fazenda Nicolao Petru Cochino, posto que tenho por bem feito mandardes lhas entregar as mercadorias que vinhaõ na mesma naao, e o bom modo que com a gente dells tinesaõ meus officiaes, puderaõ escusar darelhas taõbem a pimenta, que fora mihor por todas as vias recolherse pera a carregua das naaos, pois he de crer que a pimenta desta naao se auia de leuar ao estreito de Mequa, que he em tanto perjuizo da que vem a este Reyno, e de meu seruico, alem da reputaçã que nisso se perde; pelo que vos encomendo que em casos semelhantes se não faça mais entrega da pimenta que as taes naaos trouxerem, e se tome por perda, ynda que por alguns boõs respeitoõ se ayaõ de entregar as outras mercadorias como se agora fez nesta naõ, porque pimenta sempre deue ficar eceituada.

IV Sobre a demanda que Ayres Falcaõ teue com Dõ Manoel da Sousa sobre querer antes entrar logo na fortaleza de Dio de que era prouido, que esperar a de Cofala, de que lhe tinha feito merce, vos mandey escreuer o anno pasado o que auia por meu seruico que fizestes com Dom Manoel pelas razõs que em vossas cartas me apontastes de naõ ter as partes que comvinha aquella fortaleza; e a ele taõbem mandey escrever que se viesse pera este reyno, como creio que virã nas naaos que se esperã este anno; e que Ayres Falcaõ deua acabar de servir os tres annos por inteiro na mesma fortaleza de Dio pera naõ entrar na de Cofala; e porque antes de chegarem as naaos em que me escrevestes como ficaua servindo em Dio tinha yá tirado a patente de Cofala, lha mandareys pedir e a compereis; e tendo alguns registros nestas partes se otaõ nelas verbas como os se mandã por neste Reyno.

V. Per vossa carta soube como era falecido o Licenciado Paulo Affonso, que deste Reyno foi prouido com o cargo de Ouvidor Geral do crime desas partes, e como prouestes nele o Doutor Duarte Delgado; e porque nas náos do anno passado vos mandey escreuer como ayla por meu seruico que ele ficasse seruindo de Secretario desse estado por mandar licença ao Licenciado João de Faria pera se vir pera este reyno nas mesmas naaos, e vos nomeey os letrados que auya por meu seruico que seruisem os officios donuidores do crime e ciuel, e assy de Juiz dos feitos da Coroa e fazenda, como o tereys yá posto em efeito, escuso tornaruo lo a mandar referir nesta.

VI. Tive por bem feito o officio que fizestes com o Licenciado Francisco de Frias sobre se embarcar pera este reyno, e o modo com que procedestes nesta materia com ElRey de Cochim, que he cõforme ao que vos mandei escreuer pelás vias do anno de 86; e a não em que sou emformado que se ele embarcou não chegou ynda a este reyno, e se entende que envernarya em Moçambique; mas sendo casso que tornasse á Yndia, ou que nela se não embarcasse o dito Francisco de Frias, e estê ynda nessas partes, o que creio não será, o fareis embarcar nestas naaos pelo moddo que tiuestes na outra sua embarcação. E emcomendouos que no que tōca ao officio de Juiz dalfandegua de Cochim e mais cargos dela gardeis o que vos tenho mandado escreuer o mesmo anno.

VII. Tive contentamento de saber com quanto cuidado folgaes de prouer as Ygreias desse estado de ornamentos e mais cousas necessareas por ser cousa tanto de minha obrigaçãõ, e de que comuem terse sempre muito particular lanbrança, e assy vos emcomendo que a ienhães daqui em diante, e que a recadaçãõ das rendas das terras de Bardes, de que o Arcebispo dessa Cidade e mestros das Ygreias dela haõ daver pagamento de seus ordenados, vá correndo como atégora correrãõ sem niso se fazer nhũa mudança. E folgei de saber o bom tratamento que fizestes aos Sacerdotes que deste reynó foraõ o anno

de 86, como he rezaõ que o façaes sempre aos que procederem conforme a suas obrigações.

VIII. Tenho por de muito serniço de Deos e meu o modo em que se procedeo com o Arcebispo damgamale, quando veyo ao Sinoddo de Goa, e de hir enmendado em algũs abussos vsados naquela Cristandade da Serra, e assy de mamdardes acodir às afrontas que El Rey de Paru fez às Ygreias dela, e aos Padres da Companhia de Jesu, que naquelas partes residem, e vos emcomendo que trabalheis por se de todo queitar aquela Cristandade, e se pôr em efeito o Siminario damgamale pelo muyto fruito que espero que com ele se faça nesta Cristandade.

IX. E quanto aos presentes que se mandaõ a esse estado e se arrecadaõ pelos Padres da Companhia de Jessu, pelos quaes Fernaõ Teles de Menezes sendo governador lhes deu dous mil pardãos cada anno, e por se queixarem a min que valiaõ mais os ditos presentes que a dita contia, vos mandei escreuer nas naos de 86 que lhos fizeseis tornar pera eles os arrecadarem como dantes, e que naõ ounesem mais de minha fazenda os ditos dous mil pardãos; e ora me escreueis que lho tendes dito, de que se naõ mostraraõ contentes, tendosse queixado de ficarem enganados nos dous mil pardãos, pelo que vos mandey que se lhe tornassem os presentes; ey por bem que nesta materia se proceda conforme ao que vos tenho escrito o mesmo anno, e se naõ faça nela nhũa outra mudança.

X. He de tanta ynportancia a esse estado aver nela muita cantidade de cobre da China, assy pera se poder correr com as fundiçõs da artelharia necesarea como pera se bater moeda na ribeira de Goz pera pagamento dos officiaes que nela trabalhaõ em minhas armadas, de que se segue tanto proveito de minha fazenda como te-reys entendido, que en todos os annos parados vos mandei escreuer que fizescis contratos deste cobre com pessoas que se obrigatem ao trazer, e trabalhaseis que os mercadores que viessem da China trouxessem tanta can-

tidade dele que bastasse pera pagamento dos direitos que deuessem em minhas alfandegas das fazendas que trouxerem daquelas partes pera tambem por esta vya se poder aver mais cobre, pelo que vos encomendo que trabalheis per todos os modos posiueis com que se traga todo o que puder ser, e por se elektuar o comtrato que me escreueis que fazieis com Antonio Caldeira que Janalurez Soares Veedor da fazenda e algũs Religiosos ympidiraõ pelas rezoẽs que apontaes em vosa carta, que naõ sã bastantes pera se deixar de fazer este contrato todos os annos. E quanto aos 12 quintaes de cobre que pedem os Padres da Companhia pera poderem trazer da China cada anno por tempo de dez annos forros de direy-tos, naõ hey por meu seruiço de lhes conceder, nem de dar-lhes licença a nhũa pessoa que o possa laurar em moeda por sua conta na mesma ribeira nem fóra dela aynda que sejaõ Religiosos, pois me escreueis que sã tantas as necesidades desse estado a que minha fazenda naõ pode acodir, que sempre será mais comuenyente ter ela os proueitos desta moeda, que comcederensse ás partes.

XI. E assy hei por escusado comceder aos ditos Padres da Companhia que andaõ na Serra antre os cristãos de Santhome o acrecentamento que pedem de seus ordenados, e que por ora se deuem contentar com os quinhentos cruzados que me escreueis que lhe déstes em meu nome; e ey por bem que tendo ao diante necessidade, os proueyas no modo que deue ser, e como vos parecer mais meu seruiço.

XII. E quanto ao que os ditos Padres me requereraõ sobre lhes mandar pagar todas as merces e esmolas que nesse estado tem de minha fazenda nos lóros que pagão á mesma fazenda das aldeas e mayns propriedades que tem nessas partes, me pareceo meo seruiço naõ lhes mandar responder até naõ ver a deligencia que me escreueys que tendes mandada fazer pelo Juiz dos feitos sobre este particular. que espero me ennieys nas primeiras naos, pera com ela me resolver aisto como ouner por bem.

XIII. E posto que os annos passados vos escreui que teria contentamento de entregardes a superintendencia e administração do ospital de Goa aos Padres da Companhia de Jessu, vendo ora por vossa carta as rezoões que tñeraõ pera o não aceitarem, e o bom modo em que nele procedem o Prõvedor e Irmãos da Misericordia da mesma cidade, a que o tendes entregue: hey por bem que elles corraõ com administração do dito ospital, e vos emcomendo tenhaes sempre muito particular cuidado dele, pois he o principal remedio dos soldados pobres que adoecem nesses partes, e que trabalheis que as eleições dos Prõvedores sejaõ em pessoas taes quaes comuem pera boa administração do mesmo ospital, e das mayes obras que concorrem naquella casa da Misericordia.

XIV. He de tanta ymportancia a fortaleza de Malacca pera a cõservação desse estado que sempre será necessario terse muita conta com ella, e despecial agora que El Rey de Jor se tem declarado por ymigo estando taõ vassinho e com tanto poder como me escreueis, e que se pode arrecear tanto ou mais que o Dacchem, e foi muito acertado mandardes aquella fortaleza Dom Antonio de Noronha com os trezentos e cincoenta soldados em dous galeões e quatro naos pera se ajuntarem á mais armada que andaua naquellas partes; e espero que pelas náos deste anno me esereuaes que foi este socorro de tanto effeito que com rezaõ possa cuidar que não poderá este Rey de Jor leuar adiante os yntentos com que pretende ympedir a nauegação do estreito de Cincapura, e que não venhaõ áquella fortaleza as naos e juncos com as drogas e mercadorias que a ella sempre vieraõ pagar seus direitos; e sou emformado que os obriga a yrem com estas mercadorias a hũa alfandegua que tem feita na fortaleza de Jor: pelo que vos emcomendo tenhaes muito particular cuidado de atalhar a ysto como a calidade e a emportancia deste materya require, trazendo sempre naquella fortaleza a armada necessaria pera poder reprimir assy este imigo como ao Dacchem; e que man-

deis a ela o engenheiro Joaõ Bautista pera que vessite a fortificação que se está fazendo naquela fortaleza, e deixe ordenado o que ao diante nela se ouner de fazer, e me avisareys do estado em que a achar o dito Joaõ Bautista com relaçaõ e traça do que nesta fortaleza estiuier feito e se ouner ymda de fazer.

XV. Foi bem feito mandardes a armada em que foi Antonio de Sousa Godinho por capitaõ mór a segurar o comercio que tem meus vasalos nas partes de Bengala e Pegu, e pera lançar delas as gualés do Dachem que me escreueys que o pretendem; e espero que nas náos deste anno me escreuaes o bom effeito que esta armada fez naquelas partes; e emcomendouos que se não tiuerdes ymda mandada a ElRey do Pegu a carta que lhe mandei escreuer, o façaes logo continuando com sua amizade pelo muito que ymporta á conseruação da fortaleza de Malaca, e á quietação desse estado ter este Rey por amigo.

XVI. Tive desprazer das differenças que me escreueis que o Alferes mór tiuera com Nuno Velho Pereira depois de lhe entregar a posse da fortaleza de Moçambique de que foi capitaõ sobre materyas de retenções de fazendas e dinheiro, a que se não pode dar boa desculpa, e com pessoas a que ele foi soceder na capitania em que está. E posto que me escreueis que chegou o negocio a se pôr em justiça com escandolo e queixas do mesmo Nuno Velho sobre que se quizera vir pera este Reyno, e tinheis tomado nisso hum meio com que ficaua mais quieto, vos encomendo e mando que vos emformeis muy particularmente do modo em que este caso procedeo, e façaes fazer justiça a quem a tiver muy inteiramente, e me escreuaes o que sobre ele tiuerdes feito.

XVII. E foi muito acertado mandardes áquella fortaleza soldados e mantimentos, e preuenirdes o Alferes mór das nouas que tiuestes de yrem as gualés de Moqa á costa de Melinde pera estar taõ apercebido como comuem aquella fortaleza, e em especial sendo agora aquella

costa vyzitada de Turcos. E folgei de saber que Martin Afonso de Melo que me escreueys que mandastes a ela com huã armada leuou ordem pera saber o como estaua aquella fortaleza e se tinha algũa necessidade da mesma armada:

XVIII. No que toca a alfamdegua que vos parece que será meu serviço fazerse em Chaul sobre que também me escreuestes nas náos do anno de 86, me foram apresentadas alguãs rezoës assy por parte daquela cidade como por enformações que mandey tomar; pelo que me pareceo mandauos escrever nas vias do anno passado que deixaua tudo a vosa prudencia pera que nesta materya fizeseis o que vises que mais comuinha ao serviço de Deos e meu, gardando justiça ás partes, porque semdonos tudo presente poderieis milhor ver o que se nisto denia fazer; o que de nouo vos torno a emcomendar, e á camara daquela cidade mando escrever a carta que vay com estas vyas pera lha dardes ou suspenderdes conforme a resolução que tomardes neste negocio.

XIX. Tiue contentamento de saber per vossas cartas o bom modo em que se procede nas fortificações das fortalezas desse estado por ser chusa que tanto ymporta á reputação e comseruação dello, e vos encomendo que tenhaes taõ particular cuidado delas como a importancia desta materia o pede. E as traças e relação que me escreueys que me emuiou o engenheiro mór com as vias do anno passado pera as mandar ver, me não foram dadas; pelo que deuem vir sempre as traças e relações das fortalezas sobre que me escreuerdes com as mesmas cartas, e por tantas quantas forem as vias, pera vos mandar escrever o que ouuer por bem que se faça nas materyas delas; e assy as deuassas que tirardes, por não virem neste anno alguãs que me escreuestes que mandastes tirar de algũs officiaes desse estado.

XX. He de tanta obrigação serem bem pagos os soldados que são seruem nas armadas desse estado que sempre me avery por bem seruido de se lhe pagarem



seus soldos, e principalmente aos que continuão nas mesmas armadas e serviço; e títie contentamento de me escreuerdes que qando se recebem temdes cuidado de lhes mandar pagar hum quartel, e de os acomodardes pera poderem passar o ymuerno, o que será de muyto efeito pera se acharem e não faltarem no serviço; e vos encomendo que assy procedaes sempre com eles, e trabalheis polos yr yntroduzindo a bandeyras, como vello tenho mandado pelas Instruções que leuastos, e pelas cartas que vos mandey escreuer os annos passados.

XXI. Do cuidado e diligencia que tendes em procurar salitre pera enuiardes a este Reyno, como vello tenho mandado per minhas cartas e ynustruções, recebi muyto contentamento, e vos encomendo muyto encarecidamente que em todos os annos mandeys todo o que puder ser passando por todas as difficuldades que ouuer pela necessidade que dele ha pera minhas armadas; e nas duas náos Santhome e Comeiçãoõ deste anno não veio nhum; e a nao São Lourenço em que me escreueys que mandaeis algum salitre, não passou do Moçambique, como yá tereis sabido.

XXII. Sempre averey por meu serviço não consentirdes que desse estado venha nhã pessoa, por terra ou não, aquellas que vós enuiardes com cartas vossas, ou vyerem por via do capitão d'Ormuz, pelas razões que em vossas cartas me apontaes, e vos encomendo que assy procedaes daqui em diante nesta materya; e no cuidado com que procuraes ter espias nas partes de que comuem terdes avisos como vello tenho tanto encomendado.

XXIII. E por que pelas vias do anno de 86 vos mandey escreuer o modo em que avya por serviço de Deus e meu que se procedesse nas materyas de consciencia, vos encomendo que assy o façaes cumprir, e nos casos que se nela tratarem em que mandava que assistisse o Arcebispo. Dõ Frei Vicente da Fomsequa, hey por bem que assista sempre o Arcebispo de Goa que agora ha e ao diante for, ou o Bispo de Cochim quando governar a perlama da Guoa.

XXIV. Foy muito acertado escreuerdes ao capitão de Ceilaõ sobre Dom Joaõ Rey daquela ylha, que está recolhido na fortaleza de Columbo, querer casar com hũa mulher natural da mesma ylha, pera que o deixasse fazer nisto o que lhe parecesse por obrigação de sua combiencia, que he conforme ao que vos mandey escrever nas naos armada de 86.

XXV. Escusearemse os fidalgos e soldados que andaõ neras partes de me servir em nas armadas e mais cousas de que os encarregas he materya de que muito me desaprouve, e que requere darselhe o remedio que comuem, e castigaremse os que nisto forem desobedientes ao meu Visorey, pelo que vos encomendo e mando que contra os que não quizerem servir nas armadas e mais cousas de que os encarregades procedaes como virdes que comuem até lhe tirardes as merces que tiverem de mym conforme a calidade dos casos de desobediencia pera não poderem vasar delas sem especial e nova merce minha, de que mandei passar a prauisaõ que vay nestas vyas, que mandareis publicar nessa cidade de Goa, e nas mais fortalezas desse estado pera a todos ser notorio como assy o ey por meu seruiço.

XXVI. E posto que por minhas prouisoões e regimentos tenho mandado que nhum fidalgo nem soldado que me servir neras partes se não venha pera este Reyno sem licenca minha ou do meu Vysorrey, por ter por emformação que em todos os annos se vem muytos sem licenca, vos encomendo e mando não comenteaes que se embarque pera este Reyno nhua pessoa sem ella, por que vindo sem licenca se não hade tratar de seu despacho, posto que tenha seruiço, e o ey de tornar a mandar servir a essas partes sem elle, e particularmente a não dareys aos fidaigos da que por suas calidades e experiencia se puder presumir que podem estar nomeados nas succoões, os quaes se não poderã embarcar pera este Reyno sem especial licenca minha.

XXVII. E quanto ao que me escreueys sobre consistir principalmente o poder, credito, reputaõ, e comar-

nação desse estado nas armadas e continuação de audarem no mar pelas rezoês que apontaes, me parece bem o discurso que nesta materya fazeis, mas como nesas partes ha tantas cousas a que acodir, sempre será necessario tratar-se primeire de comseruar o ganhado que de procurar nouas ympezas atento que a guerra ofensiuua tem muytos yncomuenientes, como se uio na armada em que mandastes por capitaõ mór Ruy Gonçaluez da Camara ao Estreito, que alem de naõ ter os bons efeitos e socesos que se esperauão, naõ seruiõ mays esta taõ grande e ymfrutuosa despesa que de espertar os Turcos, e perderemse tantos fidalgos e soldados com taõ pouca aduertencia na ylha de Quelu, com tanto discredito desse estado; e se esta armada se empregãra na ympeza de Ceilaõ ou da fortaleza de Yor, podera ser que os tinera: pelo que vos encomendo e mando que naõ emprendaes estas armadas senão em cousas forçadas, ou quando volo eu mandar, tendo cuidado de me auisardes das que vos parecer que será meu seruiço fazeremse, e as causas que pera isso ouuer com as comsiderações e discursos que nelas fizerdes.

XXVIII. Tenho por acertado naõ aver mays contos nesse estado que Cranganor, Damaõ, e Panane pelas rezoês que em vosas cartas apontaes, e hey por bem que naõ aja outros; e que destessomente se vsse.

XXIX. Nas vias do anno passado vos mandey escrever que por ser de pouco efeito e muyta despesa yrem os Visorreys desse estado visitar as fortalezas do norte se denia escusar, e folguei de me escreuerdes este anno como volo assy parece, que aprouo, e de nouo vos torno a encomendar que se escuse esta despesa, pois ha tantas cousas nesas partes a que he necesareo acodirse e para que se dene ponpar o rendimento delas. Escrita em Lisboa a xxj de Yaneiro de M. D. Lxxxviii.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera V. Magestade voer—2.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado,  
e seu Visorrey da Imdia. 2.º via.

(Livro 3.º fl. 255)

## 34.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Os vereadores e mais officiaes da Camara da Cidade de Goa se me enuiaraõ queixar que os xarafins de prata que os Visorreys passados mandaraõ laurar na moeda da mesma cidade, e correm nela por cinco tangas cada hum naõ tendo mais de prata que tres e mea, e hum e mea de ligua, que era em notavel dano dos moradores daquela cidade por ser occasiaõ de os mercadores gentios deixarem de trazer mercadorias a ela, e traserem antes a moeda que corre antre elles por na sarrafagem dela ganharem a corenta e a cincoenta por cento, pela qual causa estaua aquele pomo desbaratado e mínhas alfandegas com pouco rendimento, pelo que vos encomendo que pratiqueis esta materia com letrados e pessoas que a bem entendaõ, e asentando com elles que estes xarafins denem valer somente o que tem de prata, o deis logo á execuçaõ naõ consentindo que se laurem mais com ligua nem sem ela, e naõ vos concordando nisto me avisareis pera mandar prouer neste caso como vir que he meu seruiço e bem de meus vasallos, como volo ja mandei escreuer nas vias do anno de 85 de que naõ tñe reposto vosa, e folgarei de saber o que nisto entaõ fizestes ou deixastes de fazer, e as causas que pera isso ouue.

II. Taõbem se queixaõ de aver nessas partes muita gente da naçaõ, que he occasiaõ de se aleuantarem os preços das drogas e mercadorias delas, pedindome que a mande vir pera este Reino, e porque sobre esta materia vos tenho mandado escreuer pelas vias dos annos passados, vos encomendo que deis á execuçaõ o que por ellas vos te-

nho mandado, fazendo embarcar todas as pessoas da nação que forem deste Reyno sem minha licença, e asy os que nessas partes forem perjudiciaes ao meu seruiço, e bem da repubrica, e não sey o que nesta materia tendes feito pois me não escreueis sobre ella sendo da ymportancia que sabeis.

III. Saõme feitas muitas queixas dos capitaães das fortalezas desse estado tomarem pera sy todas as mercadorias que a elas vão, e não poderem meus vassallos que nessas partes me seruem terem nenhũa cousa delas senão por mão dos feitores dos mesmos capitaães, que he semjustiça muito grande, e a que deuo mandar dar o remedio necessario; e posto que nas vias dos annos passados vos tenho mandado que façaes fazer justiça ás pessoas a que os capitaães fazem agrauos e ympedem seus tratos, e por respeito de seus interesses fazem particulares a sy os commercios das fortalezas dese estado, não se podendo aproueytar deles os moradores delas que as ajudão a defender, volo torne de noue a encomendar, e que nas residencias que se tomarem aos capitaães se pergunte particularmente por este caso, e achandose comprehendidos nele, mandareis proceder contra eles como for justiça; e no liuro do Regimento da Relação fareis quando fordes a ella registrar perante vós este capitulo, e asinareis o registo dele, pera que se saiba em todo o tempo como assy o tenho mandado.

IV. E porque sou enformado que nesse estado ha muitos abusos e gastos excoeciuos nos fidalgos e soldados que nele me seruem asy nos trajos de suas pessoas como nos homens de pé e pagens que de pouco tempo a esta parte custumão trazer consigo, que he occasião de fazerem grandes gastos e se yndividarem, e de pedirem aos Vissores merces pera elles; pelo que vos encomendo, e mando que trateis de dardes remedio a estas sobexidões, e que entendão os fidalgos e soldados que nessas partes me seruem que se se não moderarem e restringirem nos gastos sobejos de que vós, que ho não aveis de fazer nhũa merce em meu nome, e asy vos mando en-

presamente que lha não faças; e taõbem entendaõ de vós que quando me pedirem despacho por seus serviços, e alegarem terem neles gastado muito, ey de mandar particularmente tomar enformaçã e ymquerir se foraõ culpados neste caso cujo remedio tenho por taõ ymportante que não sey se aynda com o que sobre yssõ vos digo neste capitello volle acabo de declarar como quissera.

V. Os Procuradores dos Mesteres da cidade de Cochim me pediraõ por sua carta lhe mandasse guardar seus privilegios, e dar ordem á fortificaçã daquella cidade, e boa preuisã nos mantimentos que a ella vem, e sobre a confirmaçã de hum aluarã de privilegio concedido aos macahicos daquela cidade, e lhe mando responder que acudaõ a vós; encomendouos que os ouçaes e lhe faças justiça e rezaõ nas cousas em que conforme a ella vos poderdes resolver; e sobre as outras me escoreuereis o que achardes com vosso parecer.

VI. Tiue descontentamento de saber que os capitaes da fortaleza de Mallaqa fazem muitas avexaçõs aos meus vassallos desse estado, e principalmente aos moradores da cidade de Cochim que a ella vaõ com suas mercadorias, não lhas deixando vender nem comprar as que vem áquella fortaleza, e tomandolhas per seus feitores em taes preços e de tal maneira que ficeõ gozando os proveitos de suas fazendas; e posto que em geral vos tenho encomendada que não consistaes fazeremse semjustiças a meus vassallos pelos capitaes das fortalezas desse estado, volo torno a encomendar de novo, e que particularmente o procureis naquella fortaleza, pera que não venha mais esta queixa a mim, pois taõbem resulta desta desordem e semjustiça avex. muitas quebras no rendimento de minhas alandegas.

VII. Dom Jorge de Menezes Alferez me me escoreu que pela nua que tinestes de yrem os Turcos a costa de Malinde, tanto que chegara a Mocambique ordenára hum buluarte no ylhao de Santo Antonio com que ficava ympedindo a desembarcaçã que tem aquella ylha pela outra parte da fortaleza onde se enuma o Burgo, e

com que a mesma ylha ficaua agora segura dos arrebecos que atégora tiueraõ os moradores dela de poder ser cometida por aquella parte ; e que dera a capitania daquelle baluarte a Pero de Sousa Camelo cassado e morador naquella fortaleza, pedindome que lhe quisesse fazer dela merce em sua vida ; e antes de lhe aprouar este baluarte que diz que ficaua fazendo, nem lhe defferir ao particular da capitania que dele me pede pera Pero do Sousa, me pareceo deuer ter primeiro vossa enformaçãõ; pelo que vos encomendo vos enformeis se he de tanto effeito este baluarte como parece ao Alferes mór, e se será meu seruiço acabarse e terse nelle capitaõ e gente necessaria pera sua defenzaõ, e avendo de ser, se tem Pero de Sousa as partes que conuem pera lhe fazer merce da capitania dele, de que me aviesareis.

VIII. E asy sou enformado que no Rio de Cuama ficarão dous fortes ou feitorias do tempo em que Francisco Barreto andou na conquista das minas de Manamotapa, nas quaes se prouem alguãs pessoas, e porque será meu seruiço entenderse o de que seruem estas feitorias, e se se deuem de perpetuar ou não, porque se não yntroduza cousa que depois se aya de deixar, vos encomendo que vos enformeis disto, e me escreuaes tudo muyto particularmente com vosso parecer.

IX. E porque sou enformado que as occasiões de que nacam não terem bons sucesos minhas armadas nessas partes e principalmente as do anno de 86 são prouerense os nanios dellas de capitaes moços chegados de nouo deste Reino sem nhũa experiencia nem pratica da ordem militar, e não terem obediencia aos seus capitaes mores, e os soldados a não terem taõbem a seus capitaes, e correrem os fidalgos que me seruem nesse estado com taõ excessiuos gastos que empregão nisto todas as merces que lhe fazeis em meu nome, e o mais que podem aver, de que vem faltarem aos soldados o fauor e abrigo que nas taes pessoas se costumaua achar nos tempos pastados, por cujo respeito se tiraõ de meu seruiço e se espalhaõ per Bengala, Pegu, e outras partes onde não fazem ahi a Deus,

vos encomendo que em todas estas cousas deis o remedio que ellas pedem e he necessario pera se conseguirem em minhas armadas taõ bons effeitos como per todas as vias se deve procurar, e sobre tudo deveis ter muita aduertencia em atalhades os muitos ynsultos e mortes á treição que sou enformado que ha nesse estado, e principalmente na cidade de Goa (onde não ougera aver nhũas) causadas por faltar o castigo que por ellas se devia dar com tanto rigor como estes cassos o merecem e pedem, e não perdões que facilmente haõ dos meus Vissoresys tanto contra o serviço de Deos e meu; pelo que vos encomendo que em todas estas cousas tenhaes a consideração que convem e he tanto de vossa obrigação pera se castigarem e emendarem todas estas desordens e semjustiças, porque se não podem esperar bons successos darmadas onde se embarcãõ omecidas e malfeitos perdoados de cassos em que avia daver exemplares castigos, que Deos tem cuidado de dar quando na terra se não cumpre com esta obrigação taõ devida.

X. He taõ necessario não se deixar perder nhũ rendimento desse estado pera se poder acodir ás necessidaes delle, que posto que os annos passados vos tenha mandado escrever que deseis ordem como se arrecadasem os terços do crano que vem de Maluço á fortaleza de Maluqua por pertencerem a minha fazenda, e se paguem sempre nela (o que de algũs annos a esta parte se deixa de fazer) e sou enformado que se aproneitaõ delles os capitaes e Veedores da fazenda daquelas partes, me pareceo meu serviço tornaruolo de novo a encomendar pera os fazedes pôr em arrecadação, e porque nas embarcações dos Jãos e doutras pessoas estrangeiras que vem ter áquella fortaleza com mantimentos vem muito crano de que taõbem pertence o terço a minha fazenda, que arrecadandosse delles poderia ser occasião de se escandalisarem e não tornarem mais a ella com os mantimentos de que tanta necessidade tem, fareys dar ordem como nos preços em que se avaliarem as drogas que trouxe-



rem se fique cobrando parte da vallia dos terços que eraõ obrigados pagar.

XI. A cidade de Cananor me mandou apresentar por sua carta as necessidades da fortificaçaõ daquella fortaleza por estar aberta por muitas partes, e asy a falta que tem de gente e monicoes e mais cousas necessarias para a deffensaõ della; e posto que nas vias dos annos passados vos tenha encomendado que mandeis reparar esta fortaleza pela enformaçaõ que tiue de estar muito dinificada, vola torno de nouo a encomendar, e que tenhaes particular cuidado de lhe mandar acodir e prouer no que virdes que conuenem para segurança della.

XII. El Rey das Ylhas se queixa per huã carta que me escreueo dos moradores da cidade de Cochim lhe não terem o respeito deuido, e porque sou emformado que procede com alguãs mocidades e ynquietaçoẽs, que será per ventura occasiã de não terem com elle a conta que he rezaõ, vos encomendo que nisto mandeys dar o remedio necessario de tal maneira que se não possa aqueixar, e o advirtaes das mocidades que tiuer para proceder em tudo conforme a sua obrigaçaõ. E sobre suas pretençoẽs lhe mandey escrever o anno passado e este que volas apresente para com vossa enformaçaõ e parecer lhe mandar responder a ellas como ouuer por meu serniço.

XIII. Dom Felipe príncipe de Candia me escreueo pelas naos do anno passado sobre o que pretende asy em o mandar pôr naquiele Reyno com gente e armada necessaria, conho de huãs duas ylhas junto a Manar que pede; em tudo o remeto a vos para no que toca as ylhas vos enformardes da valia e rendimento delas, e de quem as pusue, e me avisardes com a enformaçaõ que delas tiuerdes e vosso parecer: e quanto a licença que me pede para vir a este Reyno não ex. por meu seruiço conceder-lha, nem vos consentireis que venha, como vollo, yã mandey escreuer pelas naos do anno passado que o fizeis asy com elle como com as pessoas desta cidade.

XIV. Alguãs cidades e fidalgos dessas partes me escreuerão o anno passado que não tiuerão resposta de suas

cartas, de que me espantey porque a todos mando responder quando me escreuem, e mandando agora fazer nisso dilligencia se achou ysto no registo das cartas que qua fica: e porque todas as cartas vão nas vias deregidas ao meu Visorrey como sempre se costumou e he rezaõ que seia, pera depois de elle ver as que lhe escreuo mandar dar as mais ás pessoas pera quem vão, me pareceo mandaruos avissar do que nisto passa pera dardes tal ordem no dar das ditas cartas que vos possaes certificar disso e escreuerdesme de como se deraõ. Escrita em Lisboa a xxbiiijº de Janeiro de mil belxxxviiij.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—1.ª via.  
(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—3.ª via. (sic)

(Livro 3.º fl. 308—2.ª via Livro/dito fl. 312)

### 35.

Carta d'ElRey ao VisoRey de 5 de Fevereiro de 1588, escrita em Lisboa.

Está toda corrupta e desfeita pela umta.

Do extracto geral, que traz na frente da Carta, combinado com alguns extractos á margem dos Capitulos vê-se que continha o seguinte:

Capitulo I. Sobre as nouas da Persia.

Capitulo II. Sobre o Raju, e conquista de Ceilão.

Capitulo III. Sobre o que pede ElRey de Ceilão para Joã Correa, Tome de Sousa, d'Arronches, e informação para se enuiar ao Reino, e para o dito Rey de Ceilão.

Capitulo IV. Sobre o que Joã Correa diz que tem gastado na fortaleza de Ceilão, e pagamento disso, e que lhe veja as obras para se escrever ao Reino, e prouimen-

to da dita fortaleza, e os salarios dobrados de que se queixaõ os moradores, e viagem que pedem pera a China, tudo com enformaçaõ para o Reino.

Capitulo V. Sobre o cobre da China, e licenças pera bater moeda, e enformaçaõ de tudo pera o Reino.

Capitulo VI. Sobre o Governador Manoel de Sousa. (a)

Capitulo VII. Sobre Santopá, e outros gentios; enformaçaõ pera o Reino, e pera se chamarem.

Capitulo VIII. Sobre o provimento de Caranganor, e mais fortalezas.

Capitulo IX. Sobre a Camara de Goa, e homem que querem mandar ao Reyno.

Capitulo X. Sobre o hum por cento de Goa, e que se mande enformaçaõ ao Reino do estado da fortificaçaõ.

Capitulo XI. Sobre a Casa nova dos Padres da Companhia.

Capitulo XII. Sobre ElRey de Ormuz, guazil &c.

(No sobrescripto )

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.ª via.

( Livro 3.º fl. 267 )

## 36.

Eu ElRey faço saber a vós meu Viso Rey e Governador das partes da India que ora sois e ao diante fordes.....meu serviço que me a isso mouem; ey por bem e mando que daqui em diante os capitães, mercadores, e quaesquer outras pessoas que

(a) Assim diz no extracto geral que precede a carta, e á margem do capitulo diz—*Encomenda ao Senhor Governador*—

Sendo porem a carta da data que lhe assignamos, que ainda está perfeitamente legivel, e sendo dirigida ao VisoRey D. Duarte de Meneses, não faça duvida chamar-se no extracto *Governador* a Manoel de Sousa Coutinho, que succedeo a Dom Duarte em Maio deste anno, porque era de feito Governador quando a carta foi recebida.

trouxerem ou mandarem trazer por sua conta fazendas da China seiaõ obrigados a trazer tanta quantidade de cobre quanta bastar pera poderem pagar em minhas alfandegas no mesmo cobre todos os direitos que nelas deue-rem das ditas fazendas, e assy mando aos meus officiaes a que o conhecimento pertencer que os ditos direitos se naõ recbaõ nas ditas alfandegas senam no dito cobre, o qual se carregará em receita ao thesoureiro da cidade de Goa pera se laurar em moeda na ribeira della no modo e maneira que se sempre fez, tomando-se por uosso mandado a parte que delle for necessarea pera as fundiçoẽs da artelharia: e o dinheiro que se fizer no cobre que se laurar se carregará outrosy on receita ao dito thesoureiro conforme ao que responder cada quintal feito em moeda. E ontrosi ey por bem e nos mando que nam deis licença a nenhuã pessoa de qualquer qualidade e condiçaõ que seia pera que possa laurar nessas partes moeda de cobre nem de calaim, e que toda a que se laurar seia per conta de minha fazenda. E tendo algũs pessoas licenças minhas ou uossas pera poderem laurar algum cobre seu em moeda, suspendereis o effeito das ditas licenças atee me anisardes disso conforme ao que uereis per minhas cartas, e eu mandar o que ouuer por bem que se faça sobre as taes licenças. Noteficonolo assy e uos mando que na forma que se neste contem o façaes cumprir e goardar inteiramente, o quoyal se registará na casa dos contos dessas partes, e nos lincos das alfandeguas dessa Cidade e Cochim, e se publicará nos linguares publicos dellas e fixará o treslado delle authenticico nas portas das ditas alfandegas pera a todos ser nõtorio. E ey por bem que valha como se fosse earta passada pela Chancellaria sem embargo do segundo Livro titulo vinte que o contrario dispoẽ. Jeronimo de Barros o fez em Lisboa a... de feueireiro de mil e quinhentos oitenta e oito. Diogo Velho o fez escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Sobre o cobre. Pera V. M. ver.

4.ª via.

(Livro 1.º fl 12)

## 37.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. Em outra carta vos escrevo que parecendo a todos os aos mais fidalgos, a que o communicades em conselho, que a fortaleza de Panane se não deve largar, que suspendaes a fabrica da obra della, e me aniseis emuiandome os pareceres dos ditos fidalgos assinados por elles per vias. E porque poderia ser de inconueniente não se ordenar que o que estiuer já feito na dita obra da fortaleza esté defensauei. vos quis escrever por esta que em caso que asy pareça que a dita fortaleza se não deve largar, mandeis correr com o repario de faxina que for necessario pera ficar com defensa sem se lhe fazer nenhuã obra de pedra e cal, até eu vos escrever o que niso houer por mais meu seruiço. Escrita em Madrid a 22 de feueireiro de 588.

REY.

Pera o Viso Rey da India.

2.ª via

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e VisoRey da India.

(Livro 2.º fl 43)

## 38.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuiio muito saudar. Pelas vyas do anno passado entemderyeis a minha resolução sobre a empreza do Dacheu, e vos mandar este anno o que de qua fosse necessario pera se ela conseguir, e ynda que não ouuera esta tão ymportante materya bastaua o estado em que me apresentaes que estão as maye cousas dessas partes pera as mandar logo prouer com maye gente, náos, e monições das que custumão yr cada ano,

mas a armada com que o anno passado foy ás Ilhas o Marquez de Santa Cruz, que Deos perdoe, por geral dela, e a outra mór armada que se fica acabaõdo de aperceber pera que saõ yuntos grande numero de nauyos de todas as sortes e tanta gente, monçoões, e petrechos de guerra como sabereys com a chegada destas nãos, consumem tanto em sy tudo, que não foi por nhum çasso possível (posto que nisso muyto se trabalhou) yrem mais que as cinco nãos desta armada, e nem pera Malaca ou ue não que se podesse aperceber, mas o que agora não pode ser será querendo nosso Senhor como derem pera yssso, lugar as cousas de cá que saõ de tanto seu serniço, taõ uniuersaes, e de taõ grande ymportancia a Cristandade, e ao bem geral e particular de todos meus Reynos e senhorios que foi necessario e forçado darlhes por agora a precedencia, posto que as desas partes me sejão taõ presentes que as antepoño a mnytas outras como he rezaõ que seja e o eu desejo pelas mnytas que pera yssso ha. E porque podereis ter feito alguãs preuençoens pelo que vos tenho mandado escreuer nas vyas do anno passado sobre esta materya do Dacheim, ficaraõ seruido pera as cousas que estaõ mouidas nesse estado acodindo primeiro ás que tiuerem mais necessidade e podem correr perigo na tardança, como saõ as da costa de Melinde, e del Rey de Yor, e Ceilaõ, sobre que vos escreuo por outras cartas, e pera estas taes necessidades e taõ presentes mandey que se vos emuiasem nestas naos cem mil cruzados em dinheiro tomados a cambio por se não poderem porora aver dontra maneyra, e ynda que a este proposito vos pudera tratar largamente de que tenho entemido das rendas dessas partes, e que podendo em boa arrecadaçaõ e não se fazendo do las despesas escusadas se poderya suprir tudo melhor do que com estas desordens he possível fazersse, nem estas rezoões quis que por ora ympedissem mandarseuõs este dinheiro, de que tambem qna ha grande necessidade, mas yuntamente vos emcarrego e mando expresamente por esta carta particular que por nhum çasso que seja se distorde nada cousa alguma deste dinheiro fora d'elles taõ ve-

gentes necessidades pera que o mando, e assy o goardareis e comprireis precisamente e me escrevereys particularmente o que nisso fizerdes emuyandome com vossas cartas hũa folha bem declarada das cousas a que applicaes este dinheiro e quanto a cada huã e porque modo. Escrita em Lisboa a xxij de fenereiro de M. D. Lxxxviii.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.

2.<sup>a</sup> via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu conselho do Estado, e seu VisoRey da India—2.<sup>a</sup> via.

(Livro 3.<sup>o</sup> fl. 239)

### 39.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuio muito saudar. Por ElRey de Cochim se queixar de lhe não ser goardado o primeiro contrato que fez sobre o asento da alfandega daquela cidade com o Conde Dom Francisco Mascarenhas lhe mandei escrener o que vereys pela copia da carta que yrá nas vyas deste anno; e porque faz estas queixas com palauras yndecentes, e se entende do seu procedimento que tudo resulta em artificio pera suas pretenções, vos mando que deis ordem como este Rey não proceda em seus requerimentos nesta forma, e o mandeis assy sinificar a Bento Ferreira seu secretario (a quem já deveis ter dado o despacho que pera ele vos mandey) pera que entenda ElRey que se se desnuar do que cumpre a meu seruiço e quietação desse estado nas materias que com elle tratardes, mandarey entender no remedio delas como for meu seruiço; e eu escreuo a ElRey de Cochim o que vereis pela copia da dita carta pera ele antes de lha emviardes pera estardes de tudo advertido e saberdes como com ele aveis de proceder.

II. E sobre aver de prouer por hũa só vez o officio de

Juiz dalfandega em que tinha apresentado o Licenciado Francisco de Frias conforme a hum capitulo do asento que com ele e os moradores daquela cidade fizestes, e se queixá que lhe não he goardado e que se prouia por vós este carregó; posto que pelas vyas do anno passado vos mandey escrever que não se prouesse em vida senão de tres em tres annos, tendo agora todanya respeito ao dito Rey por condiçaõ do mesmo asento poder apresentar nele por huã vez somente em vida o dito Francisco de Frias como vy pelo treslado do asento que me emuiastes, e eu mandar vyr pera este Reyno o dito Francisco de Frias, lhe mandey agora escrever pela dita carta de que vos vay a copya como hey por bem que em lugar do dito Francisco de Frias possa apresentar outra pessoa das partes necesareas pera o seruirsendo a meu contentamento; pelo que vos encomendo que apresentando ele pessoa em que caiba este carregó e não aya yncomueniente que o ynpiça, o deixeis servir e me aviseis disso pera mandar o que ouner por meu seruiço.

III. E porque por huã carta vossa que veio nas náos do anno passado entemdy que tratava este Rey de ympedir averse pimenta pera a carregua das náos, e presumieis que tinha elle nesta materya alguãs ynteligencias secretas com os Reys de Coulaõ, de que me taõbem avissou o Capitaõ daquela fortaleza (como vos yá tenho mandado escrever por outra carta) vos encomendo que nesta materya que he da consideraçaõ que vedes, procedaes de tal maneira que dandolhe o remedio que ella pede trateis da comceruaçaõ damizade deste Rey como fazeis, entendendo elle porem de vós quanto desprazer receby em ele correr com cautelas e royns modos nas cousas de meu seruiço, e trabalheis por saber se alguãs pessoas moradores daquela cidade o aconselhaõ neste seu procedimento e o desnyaõ de meu seruiço, de que me avisareys, não deixaõdo, em quanto eu nisto não mandar proner, de fazer de vossa parte assy nas promnações com ElRey de Cochim como ao castigo dos



culpados (pelo modo que deve ser) o que vides que mais conuem ao bem de tudo.

IV. Os annos passados vos mandey aduertir nas vias sobre as cartas de encomenda (que mandaua dar a alguãs pessoas que mas pedia) de como era minha temçaõ procederdes no effeito delas dando favor ou negando conforme ao que achaseis que as mesmas pessoas mereciaõ, e o mesmo vos torno agora a encomendar pera que assy o façaes como volo tenho escrito. Escrita em Lisboa a 26 de feuerreiro de. 583.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.ª via.  
(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.ª via.

(Livre 3.ª fl. 225.)

## 40.

VisoRey amigo. Eu ElRey nos enuo muito sandar. Sou enformado que todo o dinheiro e fazenda das condemnações do fisco, que pertencem a minha fazenda se daõ pellos Visoreis desse Estado aos genrros e parentes dos condenados, e outras pessoas contra forma de hũa prouisaõ que está na Casa do Santo officio, sendo alem disso materia de escandalo e mão exemplo, de que receby muito desprazer: pello que nos encomendo e mando que inteiramente se guarde a dita prouisaõ e se não faça merce em meu nome de dinheiro e fazenda destas condemnações, e se despenda nas necessidades desse Estado, pois são tantas como me escreueis, e para que se deue procurar remedio por todas as vias e modos possiveis, quanto maes tirarlhe as ajudas que para isso ha.

II. Tambem sou inforinado que as Aldas e outras terras de Bacia e Damaõ, e Mangonias desse Estado

se aforaõ pelos Visoreis e Governadores delle a fidalgos e outras pessoas em menos preços do que dantes andavam, e muitas destas propriedades em fateosim, contra forma de meus Regimentos, e do que deue ser, e em muito dano de minha fazenda, deueodosse procurar o acrecentamento do rendimento dela, e porque esta desordem vay en tanto crescimento, vos encomendo e mando que trateis muito de preposito que as rendas destas Aldeas se acrecentem quando se innouarem, e per nenhum caso se dem enfateosim senaõ em vidas, de huã ou duas, até tres quando muito, sem per nenhum caso serem maes, pois he o remedio que se pode dar as pessoas que ennelhecem em meu seruiço nessas partes; e que por hum desembargador dessa Relaçã mandeis ver como estaõ dadas estas Aldeas, terras, e mandouins, e outras quaesquer propriedades que pertencẽ a minha fazenda, e por que prouisoões as possuem, e que de tudo faça autos muito declarados, que me enuiareis per vias com o traslado das ditas prouisoões e informação plenaria de tudo.

III. E porque he de muita consideraçã terse muita aduertencia no modo e pessoas com que se contractaõ as rendas de minhas alfandegas e outras desse Estado, vos encomendo que naõ consintaes que se dem a pessoas de que se naõ tenha muita segurança e satisfaçã, e se contractem e arrendem com aquellas em que maes certo e seguro estiuero pagamento delas, posto que sejaõ gentios, que sou informado que fazem bons pagamentos das que lhe saõ arrematadas, e as tomã sempre com crescimento pera minha fazenda; e isto naõ parecendo que he contra o direito canonico arrendarensse as taes rendas aos gentios, sobre que consultareis os letrados que nos parecer, e mandareis por em arrecadaçã o que de todas estas rendas se deuer, e em especial o muito que sou informado que dene hum Pero Soares do contracto que com elle foy feito da Alfandega de Dã pelo Licenciado Henrique da Silva, Ouidor geral que foy dessas partes.

IV. Pelas vias dos annos passados vos tenho mandado escrever que dela remedio a se naõ consumir tanto

quantidade de artelharia como se tem perdida nesse Estado nas náos e nauios dos capitaães das fortalezas delle, em que mandaõ fazer suas fazendas, pois he cousa de que tanto casso se deue fazer, e taõ necessaria pera a defenção do mesmo Estado; e ora sou informado que naõ taõ somente se naõ dá a isto remedeo denendose tanto procurar, mas que em lugar de obrigarem as pessoas que deuem esta artelharia que entreguem outra tanta feita na casa da fundiçaõ de Goa como a que tem perdida, para que naõ haja a falta que della ha nesse Estado, se lhe faz quita e mercê della em meu nome, que naõ posso crer que seja, sendo o casso de tanto espanto pera eu delle ter muito desprazer; pello que nos mando que daquy em diante se naõ quite nenhũa artelharia, e façaes obrigar aos capitaães e pessoas que a estiuerm deuendo a minha fazenda que a tornem com effeito, porque me hauerey per deseruido de todo o descuido que nesta materia houuer, e alem disto procedereis no casso com o castigo que elle requere, conforme ao que vos tenho escrito.

V. Naõ posso deixar de vos estranhar muito em tempo que me escreueis que fica esse Estado com tantas necessidades, e me pedis se vos enuie deste Reino dinheiro pera ellas, excederdes tanto o limite das merces de dinheiro que de doze mil cruzados que por meu regimento nellas podeis somente despende, vy pelo caderno que veo nas náos do anno passado que despendestes no anno de 86 maes de cento e cincoenta mil cruzados nessas merces (afora muita copia de bares e outros aluitres) feitas a muitas pessoas que as conuertem em muitos abusos, delicias, e máos custumes, a que tendes tanta obrigação de atalhar e remedear, e de entenderem os fidalgos e pessoas que me seruem nessas partes que naõ haõ de achar nenhuma merce em vós aquelles que vine-rein com estas desordem e abusos, e somente lhas auéis de fazer quando atualmente me forem servir ou derem mesa aos soldados pobres: pelo que vos mando que nesta materia vos restrinjaes de tal maneira que naõ passeis da conta dos vinte mil cruzados que pelas náos do anno

passado uos mandey escreuer que auia por bem que despendesseis nestas mercês entrando na dita contia os doze mil cruzados que atégora foraõ somente concedidos aos Visoreis ; e bem vedes que este tamanho excesso me obriga inda a mais demonstraçaõ que volla estranhar

VI. Joaõ Gomez da Situa Capitaõ de Ormuz me escreneo pellas náos do anno passado que tinha tomado assento com os mercadores que vem com suas fazendas á alfandega daquella fortaleza que pagariaõ maes hum meo por cento de direitos dellas do que dantes paganaõ pera se melhor poderem suprir as despesas das armadas que se fazem pera segurança das fazendas que vem áquella alfandega, e assy pera se pagarem a elRey de Lara huns tres mil pardãos que antigamente se lhe danaõ por deixar passar liurementemente por seu reyno as caffillas que vem a Ormuz, o que hora empedia por de alguns annos a esta parte se lhe naõ darem estes tres mil pardãos, a que chamaõ—mocarrarias—; e porque acrescentaremse direitos nouos em minhas alfandegas he materia em que se deue ter muita consideraçaõ, me pareceo meu seruiço mandarlhe escreuer que se vos já naõ tem dado conta disto, o faça, como creio que terá feito, e o deue fazer em todas as maes que se mouerem naquella fortaleza: pello que uos encomendo que no que toca a este nono direito uos enformeis se as causas e rezoãs que teue Joaõ Gomez pera o pôr saõ justas e em meu seruiço e proueito dos mercadores que o pagaõ, e se he com consentimento delles, e se ainda que alguns o consentissem, os maes o naõ pagaõ de suas vontades, e se será occasiaõ pera naõ virem as mercadorias áquella alfandega em tanta quantidade como vinhaõ antes que se possesse ; e que achando pella enformaçaõ que assi tomardes que será meu seruiço leuarse o dito direito sem poder hauey nisso inconueniente de consideraçaõ mandeis que se leue, e doutra maneira naõ; e auisarmeis de tudo o que nisso ordenardes; e porque dos tres mil pardãos que elle diz que havia en cada hum anno ElRey de Lara pello respoito sobredito naõ tiue nunca nenhuma informaçãõ vossa,

nem dos Capitães daquelle fortaleza, a tomareis muito particularmente disto; e se este dinheiro se lhe dava antigamente, e se era a custa de minha fazenda, e quando e como se introduzio e a causa porque se lhe deixou de dar, e se será necessario pera se não empecereis estas cafillas tornarse-lhe a dar, e se ha nisso alguma indecencia de ponderaçãõ, e de tudo me auisareis com vosso parecer pera nesta materia mandar prouer como houuer por meu serviço.

VII. É posto que pelas vias dos annos passados nos tenha taõ encomendado que se escuse mandarem-se Veedores da fazenda ás fortalezas desse Estado, e que não haja outros senão aquelles que por mym forem prouidos, e me tenhaes escrito que vos pareceo meo serviço ter a superintendencia de minha fazenda em Ormuz Simão da Costa, que naquella fortaleza serue o officio de Carretor mór, me pareceo tornarnollo de nouo a encomendar, e que escuseis o dito Simão da Costa deste cargo de superintendente, que em effeito he o mesmo que Veedor da fazenda, mandando ao feitor que servir naquella fortaleza que nas duas monçoês que se della nauegaõ pera a India, vos mande todo o rendimento daquelle alfandega, e não cumprindo inteiramente com a entrega delle o mandareis suspender ou castigar como vos parecer meu serviço.

VIII. El Rey de Ormuz se torna a queixar de lhe serem feitas algũas extroçõs sobre não trabalharem seus vassallos os Domingos e Santos, e assi sobre algũs Religiosos yrem as naos e navios que vem aquella fortaleza tomar os filhos e criados dos mercadores mouros pera os fazerem christãos; e porque não he este o modo que se deue ter na conuersãõ, vos encomendo que façaes aduertir disso os ministros della, e mandeis que não fação aos ditos mercadores nenhũa das forças nem molestias de que se queixaõ, e que se proceda de maneira com elles que não tenhaõ rezaõ de escandalo nem queixa justa, e na que toca a não guardarem os vassallos daquelle Rey mouros e gentios os Domingos e dias de festa, e trabalharem

nelles, mandareis que das portas adentro da minha fortaleza não trabalhem os taes dias os ditos mouros e gentios, nem isso mesmo trabalharão fóra della por mandado de christãos, porém fóra da fortaleza por mandado do dito Rey e de outros infieis poderaõ trabalhar nos ditos dias, e assi mandareis que se faça, e ordenar com que cessem queixas, e não haja occasiaõ dellas entre os christãos e mouros. E pelto que me dizeis sobre El-Rey de Ornuz não trato de outras cousas, não deixando porém de vos encomendar que nas em que elle tiver rezaõ o favoreças e desagraneis como connem e se lhe deve. E de Joaõ de Sousa e Ambrosio Gomez moradores em Ornuz, sobre que me escreve, tomareis informaçãõ pera com ella e vosso parecer lhes mandar responder como houuer por meu serviço.

IX. Nicolao Petro Cochino me escreve que he de muito inconveniente pera a carga das náos servir de arrumador dellas hum Jeronimo da Silva que de cá foi promido do dito cargo per hum minha prouisaõ; e parendonos que o que diz Nicolao Petro he o que convem a meu serviço e bem das naos, mandareis que o dito Jeronimo da Silva nem outra alguã pessoa não sirva maes o dito cargo, porque assi o hei por bem. e que o Vedor da fazenda da carga das náos ordene os arrumadores que lhe parecem necessarios pera a arrumacãõ dellas, pois pella obrigaçãõ de seu cargo as deve visitar e fazer arrumar de maneira que não venhaõ taõ sobre carregadas como as dos annos passados; e mandareis chamar o dito arrumador, e recolhereis a promizaõ que tiver do dito officio, e lhe dareis outro algum equivalente que nelle caiba.

X. O Cabido da Sé da cidade de Goa me enviou hũs apontamentos em que me pede agrecementos de seus ordenados, e assy algũs ornamentos, rata e cousas necessarias pera aquella Se á conta de seis mil pardãos que dia que são devidos a fabrica della, e posto que por outra minha carta vos tenho mandado e ordenado he ordenais pagamento do que diz que lhe he devido de seus orde-

nados dos annos atraz, vos encomendo que particularmente lhe façaes fazer pagamento destes seis mil par-dãos da fabrica sendolhe devidos, pera com elles se fazerem os ornamentos e mais cousas que pedem, pois o rendimento da dita fabrica foy applicado pera este effeito; e mandareis dar ordem com que se não despenda por elles maes que nas cousas acima ditas, e no acrecentamento de seus ordenados me pareceo não lhe deuer por hora mandar responder por lhe ser já acrecentado os annos passados, e mandareis chamar o dito Cabido a que direis o que sobre esta materia vos escreuo.

XI. Entendy por vossas cartas não serem dadas as minhas que mandey escrever os annos passados ao Preste Joaõ, Emperador da Ethiopia, posto que foraõ na armada em que foy ao estreito Ruy Gonçalvez da Camara; e porque tambem me escreueis que está com algũa desconfiança na amizade desse Estado, me pareceo tornar-lhe a escrever outra carta que vay nestas vias para o disuadir desta desconfiança, e vos encomendo que deis ordem com que lhe sejaõ dadas todas as que lhe tenho escritas, e a que agora vay, e se haja delle a resposta dellas, e de tudo o que nisto fizerdes me auisareis.

XII. E não escreuo neste anno ao Soffi Rey da Persia porque me parece que bastaõ as cartas dos outros annos, e as que particularmente lhe escreuy o anno passado como pela copia delas tereis visto, e bem creio que tendo uós entendido quanto importa pera todos os bons effeitos terse muita conta com este Rey, e entender elle quanto desejo sua amizade, e comprazelo em tudo, não he necessario encomendaruos de noua materia que tão encarecidamente e por tantas vezes vos tenho encarregado.

XIII. E o mesmo vos digo por El Rey da China e cartas que os annos passados lhe escreuy de que atégora não tenho resposta nem sabido os officios que se com ellas fizeraõ, de que me auisareis tão particularmente como estas materias o pedem. Escrita em Madrid ao primeiro de Março de 588.

REY.

Pera o VisoRey da India. 2.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.º via.

(Livro 8.º fl. 231 )

## 41.

Visorey amigo. Eu ElRey vos enulo muito sandar. Per outra minha carta vereis o que ey por meu serviço que ordeneis sobre a defensão da costa de Melinde polla vinda dos Turcos a ella. E assym comb he razão que se castiguem os Reis e Senhores della, que os recolheram, assym tambem conuem que entendaõ os que forem de meu serviço o contentamento que tiue do seu bom e deuido procedimento, e lho mande significar com demonstraçoẽs de patauras e obras. Pelo que mandey escrever aos tres Reis de Melinde, e de Pate, e de Quillife as cartas que uão nestas vias, e ine pareceo daremse de minha parte alguãs dadiuas a ElRey de Melinde, e que deuião ser (polla enformação que se tomou) veludos, sedas, e grãos, e empregaremse nisto dous mil cruzados, que tudo irá nas náos deste anno entregue ás pessoas que vereis polla carta geral da Casa da India. Encomendouos que ordeneis como estas dadiuas seiaõ entregues a ElRey de Melinde por pessoa de confiança com a carta que lhe escreuo, e assym as cartas que uão pera os outros dous Reis, e escreuais e mandeis dizer a todos tres como vos tenho mandado que castigueis todos os agraños e extruçõs que son enformado que tem recebido dos capitães môres daquella costa, e que procedaõ de tal maneira daqui em diante que me aja por bem servido delles, porque en tudo o que se oferecer folgarey de os comprazer, fazendo com elles tôdas as mais demonstraçoẽs de amizade e agardecimento, en que me remeto ao que vos milhor parecer.



II. Eu mando ora dar ordem como na paoação da costa do Brasil se faça o que conuem a seu beneficio pera todos os bons efeitos, e vaõ ora algũs moradores áquellas partes com Francisco Giraldes, que enuio por Governador dellas; e porque sou enformado que será muito meu serviço, e proueito comũ virem dessas partes algũas pessoas que fhem e teçaõ algodão polla muita quantidade que delle ha em toda aquella costa, de que se poderaõ fazer muitas cotonias pera velas, e outros panos de diferentes sortes, vos encomendo que nestas naos façaís vir alguãs pessoas da terra que o bein saibaõ fazer, e podendo ser casados (pera milhor se arreigarem naquellas partes, onde podem viver abastados) sera de mais efeito pera tudo. Escrita em Lisboa a 12 de Março de 1588.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey da India—2. via.

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, Visorrey da India.—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 289)

## 42.

Viso Rey, amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar. Por ser informado que nesse estado vaõ em gande crecimento os delictos de mortes, adulterios, e assuadas, e outros insultos graues, e muitos abusos, e excessos nos trajes, e guastos superfluos introduzidos nouamente contra o que se costumaua nos tempos passados, o que todo rezulta em muito prejuizo de meu serviço, e em dano, e perda de meus vassallos, me pareceo, que posto que em outra carta minha das vias deste anno vos esereuo que deis remedio a estas desordens, e pudera pera isso bastar o que della entenderéis, uos denia mais particularmente significar por esta o muito desprazer que disse tenho.

e quanto contentamento leuarey de tudo o que fizerdes para remedio destas excessos; e ainda que se apontaua que seria meu seruico yrem de qua algũas prematicas feitas, parece-me mais conueniente deixar tudo a vos, de quem confio que de tal maneira procureis remediallo, que me deua eu hauer por tam bem seruido de vos neste particular como o sou em todos os mais.

II. E sendo de tanto desseruico de Deos e meu os delictos de mortes, e assuadas, e adulterios, vos encomendo muito encarecidamente que procureis que nessa Cidade, e nas mais fortalezas desse Estado, e nas armadas se castiguem muito regrozamente sem excepção algũa, e de maneira que entendaõ os que forem comprehendidos nelles que naõ haõ de hauer perdaõ delles com a facillidade, com que costumauaõ haello ategora, o que tenho por muy prejudicial a boa adinistração da justiça, e contra a igualdade com que ella se deue fazer a todos.

III. E no que toca aos adulterios, alem de procederdes no castigo delles conforme as ordenaçõs, vos informareis dos que viuerem nelles, e os procurareis tirar disso pella via e meos que vos parecer que conuem sem hauer escandalio das partes, e significando a todos que dos que viuerem nos taes adulterios me auéis de dar cadano per voasas cartas muito particular informacão, e que tenhaõ por certo que se naõ hade tratar de senõ despachos, antes os hey de mandar grauemente castigar.

IV. E quanto aos excessos e abusos dos trajes proneis nisso defendendo que naõ se tragaõ sedas deste Reino, nem telas, e brocados, e que nos feitos haja toda a moderacão, e assy nos acompanhamentos de criados, e cavallos, e nas outras despesas, procurando reduzir tudo ao costume antigo da India; sobre que ordenareis as leis e prematicas que vos parecer que conuem, de que me emuiareis o trelado per vias.

V. E porque a principal e mayor parte do remedio de tudo consiste no vosso bom exemplo, de que dependem todos os fidalgos, e mais pessoas que me seruem

nessas partes; e será elle de mais effeito pera isso que deffendersse pellas leis e prematicas, me pareceo encomendaruollo, posto que o não tenho por necessario; e creio muy bem de vós que será elle sempre tal qual conuenem a seruiço de Deos e meu, e á edificação e proueito do pouo. Escrita em Madrid a 14 de Março de 1588.

REY.

Pera o Viso Rey da India,

2.<sup>a</sup> via.

( No Sabrescripto )

Por ElRey—A D<sup>o</sup> Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India.

2.<sup>a</sup> via.

( Livro 3.<sup>o</sup> fl. 209. )

43.

VisoRey Amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Recebi a vossa carta em reposta da que vos escreui por Esteuaõ da Veiga, e tudo o que nella me dizeis conforma bem com a muita e particular confiança que sempre tinue de vós, e com a antiga e verdadeira lealdade de vossos antepassados, e he o que sempre esperey de uossa prudencia, e do amor e zelo que sey que tendes a meu seruiço, e conforme a isso podeis tambem estar certo de que vos farey sempre em todas as occasiões as honras e merces que mereceis; e não vos digo sobre isto mais, por quanto mais vos deue obrigar a tudo esta tam grande confiança que de vós faço, que todallas merces que de mim podeis pretender, ainda que devidas a vossas boas qualidades e merecimentos.

II. El porque eu tive orá auisos per diuersas vias que *aba selbemb 3gt. rbm femb ob ueslb;* ( Dom Antonio que foi Prior do Grato ) uendo a pouca conta que se faz delle *ta meparltes* ( em Inglaterra ) depois que *re s tns fsdbg. ot rcses* ( a ella pason de Franca ), e entendendo a pouca confiança que pode 'er da seguridade de sua pessoa, e tambem por sua natural inconstancia e liuidade endurecido em sua contumacia, e esquecido já de todo da

óbras de christão *lcals et dt fsdsc s lgc3gms* ( trata de se passar a Turquia ) pera dahy com *scasos t rsgbc obd lgc 3gbd mettelsc ot fsdsc s tldd fscldd* ( armada e fauor dos Turcos intentar de passar a esas partes ), vos quis dar conta disso, e encomendaruos como faço que *tdltmd db-ict sgmdb* ( esteis sobre auiso ) e apercebido de tudo o que uos puder ser necessario em caso que isto seja, e que procureis ter sempre *ubelmegbd sgmdbd* ( continuos auisos ) de ambos os *tdletmlbd* ( estreitos ) de *at3gs t isubca* ( mequa e baçora ) pera que possais aperceberuos com tempo sendo necessario, naõ deixando de ter prevenido tudo o que o pode ser pera qualquer accidente apresado, *t dt b omib oba selbemb fsdsc s tldd fscldd t b fcteo-icold bgotdiscalscoid* ( e se o dito Dom Antonio passar a essas partes, e o prenderdes ou desbaratardes ) como espero e confio de vós, em tal caso *thtuglsctmd et nt sftes et abclt eslgcsn* ( executareis nele a pena de morte natural ) sem dilacão algũa pella via que nos parecer que mais seguramente se pode fazer conforme ao que uos escoreni por Esteuaõ da Veiga, sem per nenhum caso deixardes de o fazer assi por grandes e urgentes que sejam as rezoês que em contrario se uos offrecerem, porque esta *thtuguna* ( execuçam ) deue preceder a tudo.

III. E importando tanto pera tudo isto estar a capitania *osrbelsntqs* ( da fortaleza ) de *bcagg* ( Ormuz ) provida em pessoa de muita confiança, e da experiencia, entendimento, e esforço que connem, vos encomendo que sendo caso que o Capitam que nella estiver ao tempo que esta receberdes, ou o que nella ouzer de entrar a servir, naõ for tal, o tireis della, e ponhais outro em que concorraõ todas estas partes, e que seja tal pessoa que seguramente possais descansar sobre ella; e aoque assi tirardes, ou naõ deixardes entrar a servir, podeis segurar que eu lhe mandarey dar muy inteira satisfacão e fazer merce de maneira que se aja por muy satisfeito, e tirarlheis a capitania com tal titulo e dór, que elle naõ fique perdendo credito e reputaçãõ, nem se entenda a causa e respeito porque se faz. E se uos parecer que por se esconceirem inconvenientes

e queixas bastará mandardes a *bcagg* (Ormnz) hum fidalgo em vosso lugar por superintendente no gouerno e cousas da guerra, e a que o capitaõ da fortaleza obedeça, fareis nisso o que uirdes que mais conuem, porque tudo deixo a nossa prudencia.

IV. E porque sou informado que o fauor que os Turcos tiueram na costa de Melinde procedeo das muitas uexações e molestias que os moradores della recebem dos capitaes que andaõ nella prouidos per mim, e pelos senhores Reys meus predecessores, mandareis assi mesmo proner nesta costa de tal capitaõ, que naõ na a ella com animo de tirar dinheiro, e hauer esta capitania por satisfacão de seus seruiços, senaõ por lugar e occasiaõ em que possa merecer muitas outras merces, e que conserue em pax e quietação, e em meu seruiço os Reys e senhores della, fazendo a todos muito bom tratamento sem auexar nem tiranizar os nauios que a ella forem, deixando nauegar liuremente os que a ella o podem e deuem fazer, porque este sera o mayor remedio e de mais effeito e utilidade que todos os outros, e se pode com isso escusar fazerse fortaleza em Mombaça, nem em outra parte daquella costa por as difficuldades que nisso hauerá, e pollo pouco fruto que della pode resultar pera effeito de conseruar aquella costa, e naõ yrema ella Tarquos nem outros imigos, pois ha outros portos em que se podem recolher; e assi naõ tratareis de fazer esta fortaleza, posto que em outra carta minha uollo escreua, e as pessoas que estiuereem prouidas desta capitania e nos parecer que naõ deuem servir, dareis aquella satisfacão que uirdes que he rezaõ, e cabe em suas pessoas e seruiços.

V. E sendo de tanta qualidade e importancia cada hũa das cousas sobre que nesta uos escreuo, escuso encomendardollas com palauras, que hey por desnecessarias pera vosso bom entendimento, e tambem porque estou certo de uos que de tal maneira procedereis nellas, que alem de fazerdes inteiramente tudo o que cumpre a meu seruiço, deua eu com muita rezaõ hauer por muito bem empregado.

dá esta tam grande e particular confiança que em uos tenho. Escrita em, Madrid a 14 de Março de 1588.

REY.

Pera o Viso Rey da India.

2.ª via.

( No. sobrescripto )

Por El Rey—A Dom. Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India. 2.ª via.

(Livro 3.º fl 213) (a)

## 44.

Viso Rey amigo. Eu El Rey uos enuio muto saudar. Vy o que me escreueis sobre a deuassa que mandastes tirar dos officiaes da justiça e fazenda, e tenho por certo de vós que as causas e rezoês que nos moueraõ a

(a) As palavras, que nos Capitulos II e III desta Carta estam em cifra, não se acham nella decifradas; e por isso devemos declarar como chegámos a decifra-las. Meditando no contexto do Capitulo II, pela leitura do que nelle he patente, e pela data, tivemos logo um forte presentimento de que se referia a D. Antonio. Mas infelizmente não ha nesta Carta, como ha em outras muitas daquelle tempo, extracto, ou nota, que nos illustrasse. Comtudo depois de algum tempo de perplexidade viemos a descobrir nas costas da Carta a palavra *Ormuz* em letra contemporanea. Concluimos que em algum Capitulo della se devia fallar em Ormuz; e como não era nos Capitulos patentes, claro estava que o era em algum dos dous que tem palavras em cifra, e com segurança no III, aonde só se podia adaptar o nome de uma fortaleza da India. Facil foi por tanto tentar se depois da palavra *capitanki* seria possivel ler na cifra as palavras *da fortaleza de Ormuz*; e esta leitura quadrou taõ bem que não so nos deu o sentido completo deste Capitulo; mas nos levou logo a achar toda a chave da cifra, que ha como se segue:

Letras da cifra—*a b c d e f g h i l m*

Vale—*m o r s n p u x b t i*

Letras da cifra—*n o p q r s t u x a*

Vale—*l d g z f a e c h q*

tiralla seriaõ todas fundadas em meu seruiço e em prol e vtilidade de meus vassallos que me nessas partes seruiem; e porque eu fico vendo a dita deuassa, e me não pude resolver nella antes da partida destas náos, pollas do anno que vem de 89 uos escreuerey o que acerca della houuer por bem.

II. E porque nellas hey de mandar pessoa que sirua o cargo de Chanceller da Rolação, e tirar ontra deuassa geral de todos os officiaes da justiça e fazenda, pera conforme ao que della constar fazer merce e honrra aos que bem seruirem, e se tratar do castigo dos que fizerem o contrario, direis de minha parte aos desembargadores em Relação, e fóra della aos mais officiaes, que posto que confio delles que seruireão sempre com aquella inteireza que conuem a meu seruiço, que para elles folguarem de o fazer com mais promptidaõ entendendo que me hade ser dada taõ particular informaçãõ do procedimento de cada hum delles, como he a que pellas deuassas se collige, hey de mandar tirar de todos a dita deuassa, e que conforme a isso procurem de servir seus officios de maneira que me não possa chegar delles cousa que diminua a confiança que eu tenho de cada hum delles, e mereçaõ tella eu sempre muito mayor, e fazerlhes muita merce e honrras, e em particular aduertireis os desembargadores que procedaõ com muito segredo nos negocios que por elles correrem, e que não tenhaõ tratos nem mercancias por serem estas duas cousas das maes principaes e necessarias aos menistros da justiça.

III. E mandareis tomar residencia a Luis de Goes de Lacerda, Prouedor mor dos defunctos, e prouer os liuros e papeis da sua receita e despesas, e todas as contas que tiver tomado, e meter no cofre dos defunctos o dinheiro que tiver arrecadado, fazendosse sobre isso toda a diligencia e exame necessario pello liuros e officiaes de seu cargo; e achandosse que elle deue algũa cousa aos defunctos, ou a minha fazenda, lho fareis restituir, e mandareis que qualquer pessoa que entender terlhe o dito Luis de Goes algũa ubrigaçãõ, o possa demandar pe-

rante o Ouvidor geral do crime, e que até elle dar satisfação ás partes daquillo que conforme a justiça for obrigado, se não possa vir pera este Reino: o que todo assy hey por bem e meu serviço por respeitos justos.

IV. E tambem fareis tirar de uassa do Licenciado Francisco de Frias pelo dito Ouvidor geral, e ma enuiareis per vias.

V. A Joana Alvarez Soares, Veedor de minha fazenda, ouue por bem de mandar vir pera este Reino, e prouy do dito cargo a Antonio Giralte caualeiro fidalgo de minha casa, por ter bem servido nas cousas de que foy encarregado por my e pellos Reis meus predecessores, e confio della que assy o fará sempre; e a Joaõ Alurez Soares mandareis tomar residencia pello Ouvidor geral do crime, e em caso que seja culpado de culpas que o mereçaõ, lhe mandareis notificar que se venha apresentar ante hum dos Corregedores do crime de minha corte para nella se liurar dellas, e enuiareis o traslado de sua residencia per vias.

VI. De hauer deferenças entre Dom Jorge de Meneses e Nuno Velho Pereira recebi desprazer por as qualidades e serviços de ambos, e ser rezaõ que entre taes pessoas as não haja, e posto que tenho por certo de vós que tereis feito todo o bom officio pera se elles quietarem, me pareceo encomendarvollo, e que os façaes compôr de maneira que não haja entre elles contendas nem desgostos, significando pera esse effecto a ambos que receberey eu disso muito contentamento, e do contrario me hanerey por desservido.

VII. Vy o assento que se tomou sobre se darem doze por cento de quebra aos mercadores que trazem a pimenta ao peso de Cochim á custa dos contractadores, e o que vós me escreueis sobre isso e sobre o mais que toca a esta materia de se hauer pimenta; e por as rezoãs de vossa carta, e as mais que se contem no dito assento hey por bem que se dem os ditos doze por cento de quebra á custa dos contratadores; e porque todavia se não deixaõ de apontar algũs inconvinientes de consideraçãõ



principalmente dizersse que não resultou proueito alguã dos crecimentos que já se fizeraõ no preço da pimenta pera effeito de ella vir em mais. quantidade, nem melhor do que soya a vir antes disso, e que pello tempo en diante será o mesmo, e viraõ a pedir mais crescimento no preço, encomendouos que considereis bem se será meu seruiço darenssse todauia os ditos doze por cento ou não, e façaes nisso o que virdes que mais conuem pera tudo, porque por estardes ao pee da obra, e terdes experiencia e conhecimento do negocio, podeis ver mais facilmente o que he melhor, comunicando tudo com Nicoláo Petro Cochino.

VIII. E ainda que em outra carta das vias deste anno vos escreuo que procureis haver toda a pimenta que for possiuel, e tenho por certo que tereis disso todo o cuidado denido, importa tanto a meu seruiço, e ao beneficio de minha fazenda vir muita pimenta, que vollo quis tornar a encomendar nesta, e que procureis pera isso todos os remedios possiueis pera que não haja falta na carga das náos, e que se ajunte sempre no inuerno toda a mais que puder ser pera que não haja dilação na sua partida.

IX. O treslado que me enuiastes dos auctos que se trataraõ nessas partes entre os moradores da Cidade de Baçaym auctores e o procurador de minha fazenda mandey ver, e por algũs respeitos de meu seruiço me não pareceo que se deuia determinar a causa neste Reino; pello que vos encomendo que mandeis que se detreminem em Relação conforme as senctenças que já estão dadas no caso como for justiça guardandosse inteiramente assy aos ditos moradores como a minha fazenda. E porque pellos ditos auctos consta que o dito meu Procurador ueo ao libello dos ditos auctores com excepção peremptoria dizendo que a causa era finda por sentença, e que em Relação se mandou que contrariasse vista hũa minha Carta que eu esoreuy ao Conde de Villadorta sendo VisoRey, em que lhe dizia que ouvisse os ditos auctores e lhes fizesse justiça, e que sendo chamados pello dito VisoRey

pera os ouvir, vieraõ com o dito libello; e porque eu naõ fuy informado quando escreuy a dita carta que a causa estaua sentenceada e passada em cousa julgada, nem por dizer geralmente nella ao dito VisoRey que os ouuisse e lhes fizesse justiça parece que se podia entender que a causa já finda e julgada se tornasse a tratar, pois era necessario que fosse por via de reuista, mandareis que tambem se veja este ponto, aduertindo delle ao dito meu Procurador, e que em tudo se faça justiça ygual a cada hũa das partes, como acima digo. Escrita em Madrid a 14 de Março 88.

REY.

Pera o Viso Rey da India.

2.ª via

(*No sobrescripto*)

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 297 )

## 45.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos inuiõ muito saudar. A Dona Caterina minha prima tenho feito merce que possa mandar trazer da India em cada hum anno trezentos quintaes de drogvas forros de direitos em sua vida, a saber, cem quintaes de urato, cento de canella, e cento de nós. E por minhas prouisoens que diz que vos ja foram apresentadas, tenho mandado que em todos os annos se dê embarçaõ pera seus procuradores poderem embarcar nas náos, que uem pera este Reino estas drogvas. E ora me inuiou dizer que por lhe naõ ser dada embarçaõ pera ellas, auia alguns annos que lhe ficaua a maior parte dellas na India por embarcar. Pelló que lhe mandei passar outra prouisaõ per que ey por bem que se goardem as passadas, e se embarquem estas drogvas repartidas pellas naos que em cada hum anno uierem pera este Reino; e uos encomendo que inteiramente lhe façaes goardar as ditas prouisoens segundo forma dellas, e deis ordem como em Cochim as cumpram os officiaes

a que pertence, e que o Veedor da fazenda da cargua das náos dê todos os annos embarcaçãõ pera estas drogvas significandolhe que de o assi naõ fazerem me auerei por muito deservido delles.

II. E assi ouue por bem de lhe mandar passar prouisaõ pera seus feitores podereim comprar os cem quintaes de canella na fortaleza de Ceilaõ pello preço que na mesma fortaleza valler, que outrosi vos encomendo lãe mandeis goardar segundo forma della.

III E tambem me inuiou dizer que Antonio Fernandes Xemenex e Gaspar Xemenex stantes nessas partes corriaõ por sua ordem com a compra e beneficio destas drogvas, pedindome ouñesse por bem que pera este effeito elles podessem liuremente per si ou pellas pessoas que nomeassem mandar o dinheiro que lhe inuia pera a compra dellas a quoaíquer partes que lhe bem parecesse, onde se ouñesse de fazer este empreguo sem embargo de quoaíquer prouisoens de defeza, que sobre isto sejaõ passadas. Pello que vos encomendo que naõ auendo nisso alguns inconuenientes, lhe deixeis fazer o dito emprego nas partes em que ella possa receber mais proueito deste aluitre, que lhe tenho concedido; e isto de tal maneira que naõ inuiem mais dinheiro que o necessario pera a compra destas drogvas, e auendo causas pera lhe suspenderdes o que nisto pretendem, me auizareis dellas pera nisto mandar o que ouuer por meu seruiço. Escripta em Lisboa a xbj de Março de MDLxxx e oito.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—3.º via.

( No Sobrescripto )

Por ElRey—A Dõ Duarte de Menezes do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India. 2.º via.

( Livro 3.º ff. 247. )

## 46.

Visso Rey amiguo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. He de tanta importancia pera a conseruação da cidade de Cochim, e quietação del Rey de Cochim, e moradores daquelle cidade, e pera o bom auiaimento da compra da pimenta (em que consiste poderem as náos partir a seus tempos pera este Reino, e fazerem sua vingem a saluamento) auer na dita cidade capitaõ das partes que conuem pera todos estes bons effeitos, que pella confiança que tenho de Dom Jeronimo Mascarenhas, que este anno torna pera essas partes, ouue por bem de lhe fazer mercee desta capitania pera a servir atee entrar na Dormuz, de que he prouido, como uereis pella prouisaõ que lhe mandei passar, por Dom Jorje de Meneses Baroche ter muita idade, e naõ se accomodar El Rey de Cochim bem com elle sobre que tambem me escreuestes, e lhe mandey que se deixasse ficar neste Reiuno com intento de lhe fazer por este respeito as merces que ouuer por bem, alem das que por seus seruicos lhe tenho feitas.

II. Persinal Machado me pedio lhe fizesse mercee da seruentia do cargo de Jaiz dalfandegua de Cochim em quanto durasse o impedimento de Francisco de Frias que delle estaua prouido, de que lhe mandei passar prouisaõ; e porque depois mandei uer o contrato que se fez com El Rey de Cochim sobre esta alfandegua, e ouue por meu seruico que elle podesse apresentar por esta uex outra pessoa (como vollo já tenho mandado escrever nas vias deste anno) mandei que se recolhesse a prouisaõ que já tinha mandada passar ao dito Persinal Machado, que ey por bem que se lhe naõ goarde, nem elle sirua este cargo, por que lhe maudo responder com outras merces; e naõ tendo ello culpas nessas partes, nem deuendo nellas nada a minha fazenda, vos encomendo e mando que o ocupeis em meu seruico nos cargos que uagarem e nelle couberem conforme a seu talento e seruicos.

III. Nas naos desta armada mandei que os soldados que nellas se assentaraõ fossem repartidos per bandeiras e capitancias, de que encarreguei alguns fidalguos que naõ embarcados nas mesmas naos, pera me nisto serviẽem assi na viagem como depois de serem cheguados a essas partes, pera o que allem de seus ordenados lhes mandei fazer merce de ajuda de custo. E porque auerei por meu serviço acabarsse de introduzir esta ordem de bandeiras nesse estado (como uollo mandei por minhas Instruções que leuastes, e nas vias dos annos passados) vos encomendo que acabeis de ordenar como todos os soldados que nelle me sũem, assi nas armadas como na goarda das fortalezas, em que por regimento haõ de reseedir, estẽem em ordem de bandeiras, e se naõ pague nenhum soldo senaõ aos que por esta ordem o uencerem, assi pera os soldados que me serviẽem scẽem bem paguos de seys soldos, como pera se escurem as muitas deordens que correm na matricolá, que he hum cano por onde indiuidamente se consume muita parte do rendimento desse stado. E depois de chegadas estas náos fareis alhojar os soldados que nellas vaõ na cidade de Goa, e nas mais fortalezas dessas partes como vos parecer mais meu serviço. E me avisareis particularmente da ordem que pisto derdes, e de como nella se procede. E tornouos a encomendar de nono esta materia por ser hũa das principaes em que mais me auerei por servido de vos.

IV. Posto que mandei tratar de ir nestas naos pessoa da confiança e experiencia que conuem pera me servir no carreguo de l'rouedormor dos contos nessas partes, naõ pode ser ir nellas, e pello muito que importa a minha fazenda servir este carreguo pessoa em que bem caiba, e por ter boa informação de Francisco Paez, casado e morador nessa cidade de Goa, de me ter bem servido nas cousas de minha fazenda de que foi encarreguado, e no carreguo de Vedor da fazenda de Ormoz em tempo do Governador Dom Diogo de Menezes, ey por bem de me servir delle nesta carguo de

Prouedor mor dos contos em quanto não mandar deste Reino pessoa prouido delle, que leuará o Regimento da ordem em que se hade proceder nos ditos contos, o que agora não pode ser por se não acabar de uer o Regimento que me inuiastes a tempo de poder ir nestas náos, e mandareis chamar o dito Francisco Paez, e lhe direis como me quero servir delle no dito carreguo, pera o que lhe passareis a prouisaõ necessaria, e do que nisto fizerdes me auisareis. Escrita em Lisboa a xbj de Março de M. D. Lxxx e oito.

## O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—2.ª via.

(Livro 3.º fl. 243)

## 47.

Viso Rey amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar. Pella boa informaçã que tenho de Dom Mathens Bispo de Cochim, e boa conta que tem dado naquella Prelazia, e partes que nelle concorrem de virtude e letras e outras, como tereis sabido, me pareceo seruiço de Deus e meu apresentalo ao Sancto Padre para o Arcebisado de Goa que está vago, e yraõ as letras nestas náos. Pello que nos encomenda que lhe mandeis logo recado e embarcaçã segura para que se passe de Cochim a ttoa, onde lhe entregareis as ditas letras, e o recebereis com as demonstraçoẽs deuias a sua dignidade, e ao que he rezaõ que todos de vós entendaõ, para que melhor possa cumprir com sua obrigaçã pastoral, e seja com o vosso exemplo respeitado; e eu lhe escreuo sobre o modo em que dene proceder para entre vós e elle aver toda conformidade, que com vossa prudencia, e bondade do Arcebispo não poderá deixar de se conseruar, de maneira que não

haja cousa algũa das passadas ; e naõ chegando as letras a essas partes por algum caso ( o que Deus naõ permitta ) lhe mandareis tambem logo recado e embarcaçaõ segura para que se venha logo a Goa a entender no gouerno do dito Arcebisnado conforme ao Breue Apostolico que ha para os Bispos de Cochim gouernarem a Prelazia de Goa, Sé vagante, como se já fez outras vezes. E porque tambem tenho appresentado a Sua Sanctidade para Bispo de Cochim o Padre Frey André de Santa Maria da Ordem de S. Francisco dos Recoletos, que reside no mosteiro da Madre de Deus, se me offerecia em caso que tambem as suas letras naõ cheguem lá, ficar elle desagora no gouerno do Bisnado de Cochim, pois hade soceder nelle, e isto na forma em que o Bispo pudera deixar nelle outra pessoa ; e vos encomendo que assi o ordeneis com ambos a qte o escreuo, e me auiseis do que se fizer.

II. O Deaõ e Cabido da See de Cochim me enuiaraõ dizer que elles tinhaõ o mesmo ordenado que de principio se ordenou àquella See, e pellos tempos irem diferentes no custo das cousas se naõ podiaõ sustentar, pedindome lhes fizesse merce de lhe mandar acrecentar os ditos ordenados; pello que hey por bem de acrecentar aos Conegos daquella See vinte mil reis a cada hum alem dos corenta mil reis que tem de seu ordenado para haerem sessenta mil reis por tudo ; e ás outras dignidades vinte mil reis a cada hum mais alem dos cincoenta mil reis que ora tem de seu ordenado para que tenhaõ setenta mil reis por tudo ; e aos Vigairos das Igrejas daquelle Bisnado dezoito mil reis alem dos doze mil reis que tem de ordenado para que hajaõ ao todo trinta mil reis ; o qual acrecentamento assy lhe fareis naõ hauendo nisto alguns inconuenientes de consideraçãõ, e em caso que os haja suspendereis esta merce até me anisardes delles com toda a enformaçaõ que tiuerdes com vosso parecer.

III. Per vossa carta de 16 de Dezembro de 86 me dizeis que he em prejuizo de minha fazenda e do gouerno desse estado fazeremse as viagens de Maluquo por

conta della, pello muito que se nellas consume de gualioes, artelharia, e contra fazenda, e que áquelle tempo ficauão cinco gualioes naquellas partes com a melhor artelharia desse Estado, e que vos parecia deuerensse de fazer estas viagens per conta dos prouidos dellas contractandosse com elles; e por ser materia em que me não dono resolver sem muito inteira e particular informaçõ, vos encomendo que ma enuieis com as rezoes que honner pera se deixarem de fazer, ou se fizerem, e o que danaõ a minha fazenda os prouidos dellas, quando se com elles contratauão, que se poderá ver pellas contas que os tres capitaes deraõ de suas viagens e contractos que se com elles fizeraõ, e o que daraõ hera a minha fazenda os que as houuerem de fazer que estaõ prouidos dellas, pera com a dita informaçõ e vosso parecer que me tambeem enuiareis vos mau lar escreuer o que houuer por meu seruiço que se nisto faça.

IV. Posto que per Joaõ Baptista Engenheiro mór desse estado tenho sabido a lembrança que tendes da fortificaçõ de Baçaim, me pareceo denernola de nono encomendar, e assy as mais dessas partes, pera que de todas a tenhaes taõ particularmente como a importancia desta materia o pede.

V. Dom Affonso Noradim filho do Guazil de Ormuz me pedio lhe mandasse pagar o que lhe era devido de hunscorenta mil pardãos que diz que o Conde Dom Luis de Attayde sendo Viso Rey desse Estado mandou tomar da fazenda de Dom Gonçalo de Menezes que soy Capitaõ daquella fortaleza, por lhe constar que os recolhera da fazenda que ficou por falecimento do pay do dito Dom Affonso, e os mandára leuar a essa cidade de Goa, sobre o que diz que se tratou demanda por sua may e mais herdeiros, e tiueraõ sentença contra o Procurador de minha fazenda nessas partes; pello que vos encomendo e mando que todo o dinheiro que per sentença final em que não haja duuida alguma for denido a estes herdeiros do Guazil, de que inda não tinerem auido pagamento, lho façaes pagar em quatro anos nos rendimentos da Alfandega



da dita fortaleza de Ormuz, tanto em hum anno com em outro, e que escreuaes ao Guasil que hora he que terey contentamento de elle casar sua filha com este Dom Affonso querendosse ella fazer christã, por mo elle assy pedir, e como o dito Dom Affonso está inda nouo na fé, me pareceo deueruos auisar que vejaes se será bom entrerello algum tempo nessa cidade recebendo de vós fauor no que for rezaõ, porque poderia acontecer fazer-lhe dano a conuersaçã de seus parentes, se logo se tornasse pera Ormuz, assy como ao diante podia ser de effeito pera a conuersaõ delles veremno naquella terra. Escrita em Madrid a de Março 588 (a).

REY.

Pera o VisoRey da India. 2.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, Visorrey da India—2.º via.

(Livro 3.º fl. 285)

48.

VisoRey amigo. Eu ElRey uos inuio muito saudar. Posto que pello que vos escreui os annos atraz sobre uós aduertirdes nas pessoas culpadas nas alteraçoes passadas podera escusar tornaruos a encomendaristo, mormente naõ se offerecendo de nouo cousa particullar nem cuidando que a aja, pois me naõ auizais disso, me pareceo todavia, sopposto a callidade da materia, naõ deixar de nollo tocar, e sempre seraa bem que me escreuais tudo o que disto entenderdes, ou de hũa maneira, ou de outra, que creio seraa conforme ao que deuo esperar de tais uassallos.

II. Nestas náos uai embarcado hum Dom Thomas (que diz ser Arcebispo em Armenia, e que ueo em romaria a

Santiago ) por me pedir licença pera se ir nellas, e por uia da India se passar a Armenia. Encomendouos que tanto que chegar o façais logo partir pera sua terra, porque nam ey por meu seruiço que faça nenhũa demora nessas partes.

III. Nas mesmas naos say Dom Sebastião de Moraes, Bispo do Japaõ; e porque de sua assistencia naquellas partes espero que resultem muitos seruiços de Deos, e aumento daquella christandade, que foi a consideração que tñe em deuer ser da Companhia de Jesu. o prellado della, vos encomendo que tanto que chegar a essas partes deis logo ordem a sua embarcação pera Japaõ, pera que seia com a mais breuidade que for posiuel, e que pera isso se fação com muita diligencia as cousas de que lhe fiz merce pera o pontefical contheudas na minha prouisão, que vos apresentaraa, per que ouue por bem que se fizessem nessas partes por não auer tempo pera as leuar de cá por as letras deste bispado virem de Roma tam perto da partida destas naos, e a embarcação seraa pera elle, e pera os Padres, e mais pessoas de sua obriguacão que consiguio leuar, e que o haõ dacompanhar em Japaõ; e lhe fareis dar o necessario pera sua matalotagem; e por hũa minha prouisão que uos apresentará, lhe mandei declarar o que mais ha dauet em cada hum anno allem dos duzentos mil reis do dote ordenado ao dito bispado, o que tudo lhe fareis assentar em huã das rendas desse estado em que seja bem paguo, e lhe possa ser inuiado em todos os annos pera sua despeza como he resão que seja.

IV. E por serem chegadas as bullas que se esperauam de Roma do arcebispo de Goa na pessoa do Bispo de Cochim, e do Bispado de Cochim no Padre Frei André de Sancta Maria, sobre que vos tenho escrito per outras cartas, vaõ com estas vias, a saber, as proprias bullas na primeira via que leua Joam de Toar capitão mór na naõ São Christouão; e os treslados autenticos de todas as ditas bullas de ambas as prelacias vaõ nas naos São Thomé e Sancta Maria, pera pôr el-

las se poder fazer obra quando faltassem as proprias. E com a primeira via naõ as bullas do pallio e o mesmo pallio pera o Arcebispo; e com o elleito Bispo de Cochim fareis todo o bom officio pera que se anime e esforce pera esta noua obrigaçaõ, como lhe encomendo por minhas cartas que naõ nas uias que lhe dareis como uollo já tenho mandado escrever por outra carta; e tambem escreuo ao elleito Arcebispo de Goa sobre as suas letras por outras cartas que vaõ nas vias, que lhe dareis, e lhe mandareis logo recado pera que se passe a Goa, tudo conforme ao que vos já tenho escrito.

V. Trabalhandose muito por este anno ir Chancelter para a Relação dessas partes, naõ foi possivel ir nestas naos, e iraa nas do anno que vem ( Deos querendo ), e entretanto ey por bem que sirua o Licenciado Luis Gonçalvez, que ora estaa no dito cargo. E porque o Licenciado Jorge Monteiro, Ouvidor de Goa, me inuiou ora dizer que eu lhe mandara passar hãa prouisão per que ouue por bem que lhe fosse dado o primeiro lugar de dezembargador extrauagante que uagasse na dita Relação, tendõ a isso respeito ey por bem que auendo lugar uagno entre nelle por extrauagante, e ña dita Ouvidoria hum dos letrados que de cá forem nestas naos, que uos milhor parecer; e em caso que nellas naõ vá quem succeda na dita Ouvidoria, a ficará o dito Jorge Monteiro servindo atee eu deste Reino mandar letrado prouido della. Escrita em Lisboa a xxij de Março de MDLxxxviiij.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—2.<sup>a</sup> via.

(*Não sobrescripto*)

Por ElRey.—A Dõ Duarte de Meneses do seu conselho do Estado, VisoRey da India—2.<sup>a</sup> via.

(Livro 3.<sup>o</sup> fl. 281)

## 49.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuoio muito saudar. Nas náos deste anno vão oito orfaãos das que estão recolhidas por meu mandado no mosteiro das orfaãos desta cidade. Encomendouos muito que tanto que as náos chegarem, as facaes logo recolher, e deis ordem como casem o mais breuemente que puder ser com pessoas conforme a suas calidades, e em que bem caibam os officios que lhe derdes em casamento daqueles que podeis nomear pera semelhantes cazamentos conforme a como volo tenho mandado por minhas cartas e prouisoões, porque alem de isto ser seruico de noso Senhor terei eu contentamento de o vos assy fazerdes, e me escreuereis o que fizerdes.

II. Naõ acabey inda de ver a materia (que ficou já do anno passado) sobre as prouisoões que os Visorreis desse estado (a exemplo e por custume de hunns em outros) pasaõ ordinariamente aos Capitaes das fortalezas quando vão entrar nelas, sendo muitas das ditas prouisoões em grande prejuizo da justiça e de minha fazenda, e em muito dano das partes, e contra o bom gouerno de tudo, pello que vos emcomendo e mandó que conforme ao que já vos tenho escrito nas vias do anno passado vós advirtaes nesta materia em quanto vos naõ mando a resolução dela, de maneira que a vades emcaminhando e dispondo a naõ aver nela tantas desordens, e pello menos terem emmenda algũas mais prejudiciaes em que pode aver muitos escrupolos de consciencia: e pois tenho desencarregado a minha na vossa, bem vedes a obrigaçaõ em que estaes, e de nouo vos ponho. Escrita em Lisboa a xxbiiij. de Março de MDLxxxbiiij.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—2.º via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da Imdia. 2.ª via.

( Livro 3.º fl 302 )

## 50.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muyto saudar. Caterina Leitoa que estaua recolhida no mosteiro das orfãs desta cidade vay ora per meu mandado nestas náos em companhia doutras orfãs. Encomendonos que a façais recolher, e vos lembreis de seu emparo e remedeo nomeando-lhe pera seu casamento quando casar algũ carrego dos que pera este efeito podcis nomear conforme ao que vos tenho mandado que façais sobre semelhantes orfãs. Escrita em Lisboa a xxbiiij de Março de mil belxxxbiiij.º ( 1588 )

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vosa Magestade ver.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.—A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 41 )

## 51.

Visorey amigo. Eu ElRey nos enuio muito saudar. Tive agora auiso (por via de Marrochos ao tempo que estas náos querem partir) que per hũa galeota que de Argel veo a Tetuão se entendia que en Constantinopla se praticaua querer o Turco mandar hũa armada a essas partes, sendo o seu principal desenho Ormuz, e que fazia isto a requerimento da Baxa de Bassora, e de mouros dos que residem en diuersas partes desse Estado; e posto que este auiso não seia taõ certo que se aja de fazer del- le muito fundamento, me pareceo todauia enuiaruolo ho

modo em que o tenho, supposto que se não perde nisso nada, antes se ganha estardes preuenido, como tenho por certo que vos acharão sempre todos os socessos não esperados, quanto mais aquelles que sempre foram antevistos nesse Estado dos que o governarão como hũa das principaes obrigações do mesmo governo que consiste em preuenção do futuro quando he contingente, mormente quando assym está tudo que quando faltassem necessidades em hũas partes, não deixa de as auer em outras. E no particular de Ormuz me remeto ao que vos escreuo por hũa das cartas da data de Madrid, e ao que com vossa prudência podeis considerar nesta materia; e assym me não parece necessario dizeruos nella mais. Escrita em Lisboa a 29 de Março 1588.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey da India—2.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey—A D.º Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorey da India. 2.ª via.

( Livro 3.º fl. 293 )

## 52.

Eu ElRey faço saber a vós meu VisoRey e governador das partes da India que ora sois e ao diante fordes que eu saõ enformado que quando os Capitaes a que tenho feito merce das capitarias das fortalezas desse Estado vão entrar nelas, e asy outras pessoas em seus cargos, se lhes passaõ pellos Visorreis delle algũas prouisoes para poderem tomar per emprestimo certa contia de dinheiro dos orfãos das fortalezas em que haõ de servir para seus tratos e proueitos, e que o não tornão a entregar, nem no fim de seu tempo, senão com demandas, e dando muito trabalho às partes na recatadaõ delle, de que se segue dillatarse o emparo e remedio dos orfãos cujo o dito dinheiro he, e outros muy perjudiciaes ya-

conuenientes de grande desserviço de Deos e meu; e querendo nisso prouer de maneira que se evitem, ey por bem e mando que tanto que esta minha deffesa virdes; dahi em diante vós nem vossos successores naõ passeys mais prouisoẽs aos ditos Capitaẽs e officiaes nem a nenhuma outra pessoa de qualquer calidade e comdiçaõ que seya pera poderem tomar nhũ dinheiro dos dittos orsaõs em nhuã cidade e fortaleza dessas partes, e o que for tomado façaes logo com effeito e sem dilaçaõ algũa tornar aos cofres donde se tirou, nem se poderá por via algũa emprestar a nhuã pessoa nem tomar pera meu serviço por mais precisa necessidade que aya, nem ynda que seya por tempo muy breve e limittado, e com comsinaçaõ de pagamento certo. E asy ey por bem e vos mando que a nhum dos ditos Capitaẽs e officiaes paseys prouisaõ que se entenda que encontra o bem comum, e seya em dano e prejuizo particular de meus vassallos, e com que elles recebaõ extroçoẽs, ynjustiças, e agrauo. Notefiquollo asy, e vos mando que cumpraes e guardeis esta minha deffesa ynteiramente como se nella contem, a qual se registará nos Livros de minha fazenda, e da casa da India, e nos Livros das merces desse Estado, e na casa dos Contos delle, e nos Liuros das camaras das cidades e fortalezas dessas partes, pera a todos ser notorio, e se saber o que nisto mando. E quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome por mim asinada e sellada com o meu sello pendente, sem embargo da Ordenaçaõ do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispõe. João de Torres o fez em Lisboa a xxj de Janeiro de mil bclxxxix (1589). E eu Diogo Velho o fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

Aluará per que Vossa Magestade ha por bem que os Vissoreis e Governadores da India naõ passem prouisoẽs aos capitaẽs das fortalezas daquellas partes, nem a outras pessoas dellas pera poderem tomar nhũ dinheiro dos orsaõs, nem que encontre o bem comum, pela maneira

acima declarada.—Pera V. Magestade ver todo.

( 1.º via Livro 1.º fl. 25—3.º via Livro dito fl. 16 —  
4.º via Livro dito fl. 26 )

## 53.

Eu ElRey faço saber a vós meu VisoRey e guouernador das partes da India que ora soes e ao diante fordes que por ser certificado das muitas desordens e conluyos que atee aguora ouue no uencimento e paguamento dos soldos da matricula das ditas partes tanto contra o seruiço de Deos e meu, e em damno de minha fazenda, e em perda das pessoas que os vencem, como tudo he notorio, e querendo prouer nisso de maneira que se euitem estas tam grandes e prejudiciaes desordens, ey por bem e me praz que tanto que este virdes façaes loguo ordenar nesas partes liuros nouos em que se escreuam e matricullem todas as pessoas que oye andam em meu seruiço nesse estado, e as que ao diante entrarem nelle, declarandose em seus titolos allem do que atee aguora se custumou alguns sinaes do rosto, e outras confrontaçõs per que as proprias pessoas se posaõ conhecer sem niso poder auer engano algum; e que os paguamentos que se ouuerem de fazer pellos dittos liuros se naõ façãõ senaõ ás mesmas pessoas justificando primeiro judicialmente onde e como seruirem, e quanto tempo; e outrosy ey por bem e mando que os liuros nelhos da ditta matricula se recolhaõ em parte onde estem bem guardados, seguros, e fechados, e que por elles se faça paguamento do que for devido as proprias pessoas que o requerem (*sic*), ou a seus herdeiros atee o tempo que se fizerem os dittos liuros nouos, por quanto dahi em diante se hade pagar por elles aos que seruirem e estiuerm nelles matricullados, justificando como e onde seruiraõ pela maneira asima declarada, sem per nenhũ caso se pagar soldo velho nem nouo a pessoa algũa que naõ fora propria que o uenceo, ou a seus herdeiros, e que elles o naõ posaõ pasar, vender, nem doar a pessoa algũa, nem dar por camollas, nem vós nem os VisoReis e gonerua-



dores vossos subcesores dareis licença pera isso por quanto por esta minha prouisaõ desagora pera entaõ Ey por bem que naõ aya effeito a tal licença, e de suspender e derrognar nesta parte os poderes que vos tenho concedido e conceder a vossos subcessores, pera asi se poderem evitar tantas desordens em tanta perda das partes e em tam grande prejuizo de meu serviço e de minha fazenda. Noteficonollo asi e vos mando, que na forma que se nesta minha prouisaõ conthem, a cumpraes e guardeis, e façaes cumprir e guardar ynteiramente, a qual outrosi cumpriraõ vossos subcessores, e se registará nos liuros de minha fazenda, e da casa da India, e no principio dos liuros novos que se ordenarem da dita matricula, e no fim dos liuros velhos della, e assi na casa dos Contos dessas partes, pera se a todo tempo saber que o ouue así por bem, e quero que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim asinada, e passada pella Chancellaria, posto que por ella naõ pase sem embargo da Ordenaçãõ do segundo liuro, titulo 20, que o contrario dispõe. João darahuyo o fez em Lisboa a 23 de Janeiro de MDLxxxix. E eu Diogo Velho o fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

Aluara per que V. Magestade ha por bem que se fação na India liuros novos da matricula, e que se matriculem todas as pessoas que naquellas partes seruem a V. Magestade, e daqui em diante seruirem nellas, e que se naõ venda, nem trespase soldo, nem se dem desmolla pela maneira acima declarada, e que valha como carta.—Perã V. Magestade ver todo.

(3.ª via, Livro 1.º fl 14—4.ª via Livro dito fl 29)

54.

Viso Rey amigo. Eu El Rey vos enuo muito saudar. Per huã vosa carta de 28 de Nouembro de 87. me dezeis. 3t. fbc, snpgsd, uclsd, fclmnguscld, flogbd, rbltd, sgmdsob, 3t, obasalbemb. fembe, 3t, rbm, obacalb, toa,

demob, ot, mapnsaltes, uha, maltelb, ot, sfbc, gms, ot, gietqs,  
 dtsedsc, subdlseim, eofnst, 3t, fbdlb, 3t, nxt, otdld, fbgub,  
 uctomlb, fbc, esba, ltcotd, tdl, sgndb, fbc, usels, amexs,  
 gbd, cidbngtctmd, ta, aseosc, diuctlsatelt, ftegin, ot, bcagp,  
 xga, amutc, selbemb, gietqtseb, sisimnbems, tantfb, sil-  
 site, b3t, emdlb, sgms, tlmgt, sctgtiansba, 3t, rinqtdld,  
 etdlt, fscimngnsc, fbc, otagmlb, atg, dteginub, tubarbeat,  
 sbqtnb, tugmosob, 3t, ltaotd, ot, talgob, bfebngesc, tbdlb,  
 3t, sltpbcs, esbm, sma, emdlb, ubgds, ot, ebgb, ita, xt, 3t,  
 talbobd, bidusdbd, ube lmaptaltd, otdls, aslicms, tdlmd  
 lba, sogtelmob, tot, dbict, agindo, ubab, gtotd, 3t, tnabfiot,  
 fbmd, dshb, ot, lsels, mafels, eums, ubab, lctmd, tal-,  
 teomob, (qe por algũas cartas particulares pera vós fostes  
 auisado qe Dom Antonio Prior qe foi do Crato era saido  
 de Inglaterra com intentto de por uia de Veneza se passar  
 a Costantinopla, e qe posto qe lhe destes pouco credito  
 por naom terdes este auiso por carta minha nos resolue-  
 reis em mandar secretamente per uia de Ormuz hum  
 Miser Antonio Venezeano a Babilonia e Alepo a saber  
 q qe nisto auia; e tme a preuemçaom qe fizestes neste  
 particlar por de muito meu seruiço, e conforme ao zelo  
 e cuidado qe temdes de em tudo o procurar; e posto qe  
 ategora naom aia nisto cousa de nouo, bem he qe em todos  
 os casos contingentes desta materia esteis naom aduer-  
 tido e de sobre auiso como uedes qe ela o pede, pois  
 saom de tanta importancia como tereis entendido). E allem  
 do que fizerdes conforme ao que os annos passados vos  
 escreui, me auisareis sempre de tudo, e dareis resguardo  
 ao que souberdes destas nouas. fto, gms, ot, gietqtsebd,  
 fbc, 3t, dt, t, taltaut, 3t, osd, ubgd+d, oslgc3ms, sdesba, oscs-  
 ba, ege3s, utolsd. ( per uia de Venezeanos, porqe se em-  
 temde qe das cousas de Turquia as naom daraom nunca  
 certas; (a) Escritta em Lisboa a 24 de Janeiro de 589.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver.—3.º via.

(a) A cifra he a mesma que fica explicada na. Nota de pag 147

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 45)

55.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. Por huã vosa carta das vias do anno passado entendy que pelas muitas desordens com que procedeo Dõ Luis de Meneses na fortaleza de Damaõ os tres annos que seruiu de Capitaõ dela, e por vos serem feitas muitas queixas dele asy de naõ comprir as prouisoões que pera ele passastes, como de outros cassos exorbitantes que contra meu seruiço e contra o decoro que se deve a minhas justiças tinha cometidos mandastes ao Licenciado Gaspar de Menelão desembargador da Relação dessas partes devassar d'elle e suspendelo da dita capitania, posto que foy ya no fim dos tres annos que nela avya de residir, na qual deũassa e residencia que se lhe tomou sou taõbem ymformado que cometeo muitas desordens e excessos contra meu seruiço, e que na deũassa que se tirou dele se naõ procedeo com o rigor e deligencia que suas culpas merecião; pello que vos mando que tanto que virdes esta minha carta façaes logo prender o dito Dõ Luis em prizaõ segura, e o enueis prezo e a bom recado a este Reyno com a deũassa que dele tirou o dito Gaspar de Menelão, que vos foy entregue, e com os treslados de quaesquer autos ou sentenças que neste caso seyaõ dadas, e ysto sem embargo de ser lá dada sentença no caso, e o dito Dom Luis esteja por ella liure dele, porque asy o ey por meu seruiço; o que ynteiramente comprireys em todo caso sem duuida nem embargo algum, porque asy volo mando expresasmente.

II. E outrosy ey por bem e mando que o dito Gaspar de Menelão se venha nas mesmas nãos pera este Reyno por algũs respeito de meu seruiço; e ey por bem que lhe seiaõ dados nessas partes os treslados de quaesquer

autos, denassas, e papeis que elle pedir, e os estromentos e certidoões que elle disser que lhe são necessarios pera seu descargo, o que tudo comprireis taõ inteiramente como de vós confio.

III. Nas vias do anno de 87 vos mandey per hũa minha prouisaõ mandaseys denassar particularmente de Dom Joaõ da Gama pelo Licenciado Diogo dalbuquerque Ouvidor geral desse estado sobre as materias de Cosmo de Ruão, e o enuiaseys preso nas náos que o anno passado vieraõ dessas partes pellas quaes me escreueys que o dito Diogo dalbuquerque hia continuando com a deuassa do dito Dom Joaõ, e que elle era ydo fazer hũa viagem da China por seu ymaõ Dom Migel, e me enuiastes a deuassa que o dito Diogo dalbuquerque delle tirou: e sendo este caso de tanta consideraçaõ e exemplo, naõ posso deixar de vos estranhar muito naõ terdes procedido nele conforme a vossa obrigaçaõ, e ao que vos tenho mandado escreuer que fizeseis no castigo de hũ delitto taõ atroz, taõ publico, e de tanto tempo como o dito Dõ Joaõ tem cometido; e que em se lhe disimular atégora se den ocassiaõ a se yrem cometendo outros tantos contra o seruico do Deos e meu, e ao que conuem á conseruasaõ da justiça cuja autoridade consiste ynda mais no modo e na breuidade com que se nela procede, que em se fazer ynteiramente; pelo que vos mando que tanto que o dito Dom Joaõ chegar da China o façaes prender em ferros, e que com eles sem se lhe tirarem na viagem seya embarcado pera este Reino nas náos desta armada em que virá a bom recado ( naõ o tendo feito nas do anno passado ) ou nas primeiras depois de sua chegada da China, e lhe mandeis socrestar toda sua fazenda e entregar a pessoa segura e abonada e sem sospeita por ynuentario ( que me enuiareis per vias ) pera della dar a todo tempo conta com entrega; o que asy comprircis sem contradicãõ algũa e com taes demonstraçoẽs que seya sua prisãõ e o modo della notoreo nessas partes.

Escrita em Lisboa a bj de fenereiro de mil belxxxix  
( 1589 ).

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vosa Magestade ver—3.ª via.

( No sobrescripto )

Por ElRey.—A Dõ Duarte de Meneses do seu conselho do Estado, e seu VisoRey da India—3.ª via.

( Livro 2.º fl. 48 )

## 56.

Visorrey amigo. En ElRey vos ennio muyto saudar, Vy o que me escreuestes em carta de 28 de nouembro de 87, sobre o modido em que procedeo Martim Afonso de Mello que Deos perdoe na armada em que o mandastes por capitaõ mór a costa de Melinde por quão auenturado estaua tudo o daquelas partes a dar muito trabalho a esse estado; e receby muito contentamento de entender quão bem nisto comprio com sua obrigaçaõ e como se ouue com os Reys e Senhores daquella costa; e posto que deixase castigados os reueys e que foraõ contra meu seruico, porque podera acontecer tornaremse a reuelar por quão vezinhos tem os Turcos que os podem yncitar a yisso, vos encomendo que trabalheis por saber sempre os yntentos destes Reys e o modo em que estão e procedem nas cousas de meu seruico pera acodirdes a tudo como virdes que conuem. E da morte de Martim Afonso de Mello me pesou; e de sua mulher e filhos de que me fazeis lembrança a terey pera lhe mandar responder conforme ao merecimento de seus seruicos.

II. De a nao Saluador yr ter aquella costa de Melinde estando nella a armada em que hia Martim Afonso lue por meree de Deos, e por descuido muito grande deixala partir da India estando taõ fraca e perigosa, como sou enfermado que estaua, e vindo taõ sobre carregada como as outras que se perderaõ; e foi bem feito ordenar Joaõ Gomez da Sylua capitaõ de Ormuz outra não em que

pudesse vir a carga della pera este Reyno como me escreueys e elle taõbem me diz por hua carta sua, por chegar esta não Saluador taõ desbaratada que com muito trabalho se pode leuar áquella fortaleza de Ormuz, e se a nao em que se pãssou a carga della partio pera este Reyno ( aonde não he chegada até ora ) se pode cuidar que lhe aconteceria algum desastre ou tornaria arribar.

III. E receby contentamento de Symaõ da Costa leuar a essa cidade de Goa a armada de Martim Affonso de Mello seu gemrro, que lhe foy entregê depois de seu falecimento, e pelo que de suas partes e seruicos me escreueis terey lembrança de ver sua petição e lhe mandar responder a ela como ouuer por meu seruico.

IV. E asy tme contentamento de Afonso Vaz Viegas que me escreueis que foy por capitão mór de huã armada á Ilha de Barem ser bem recebido do capitão della e asy os mais portuguezes que com elle foraõ não querendo antes disto recolher nella ao guazil d'Ormuz seu yrmão, e que dissera ao mesmo Afonso Vaz que sempre teria aquella fortaleza por esse estado como leal e verdadeiro vassallo delle; e vos encomendo que aviseys ao capitão d'Ormuz que sempre tenha muito particular cuidado de conseruar em meu seruico esta Ilha de Barem porque sou enformado que por alguãs vezes foraõ galês de Turcos a ella.

V. E quanto ao que me dizeis que despendestes no apercebimento da armada de Melinde perto de setenta mil pardaos a fora a despeza que depois se fez com ella em Ormuz com as merces ordinarias dos capitães e pagas de soldados por enuernarem naquela fortaleza; e que o mesmo se fizera com a armada de Ruy Gonçalvez da Camara, e que posto que nestes prouimentos se não despendesse a quarta parte do rendimento da mesma fortaleza fôra occasião pera o capitão e mais officiaes dela vos não mandarem depois que la estão nhum dinheiro, deueys ordenar se o ya não tendes feyto de mandar tornar conta do rendimento desta fortaleza e das rendas das mais fortalezas desse estado.

que forem obrigadas acodir com ella a Goa pera que se ponha tudo em taõ boa arrecadaçaõ como conuem e as necessidades do mesino estado o pedem; e foi bem feito escreuerdesme a despesa que se fez com a armada que enuiastes á costa de Melinda, e vos encomendo que me enuieys nestas náos hũ caderno das despesas feitas com todas as armadas de vosso tempo em que se declare particularmente a despesa de cada hũa dellas, e o mesmo cuidado tereys das que daqui em diante fizerdes.

VI. E asy vi o modõ em que me escreueis que se despende o hum por cento naquella fortaleza de Ormuz que tenho por bem feito, e vos encomendo que asy o mandeis fazer daqui em diante.

VII. E quanto ao que me dizeis que se não deuem de dar titores a elRey d'Ormuz como vos tenho mandado escreuer, e que está o capitão João Gomez da Sylua tanto deste parecer que vos escreue que se deue conceder a este Rey jurarse seu filho por erdeiro daquelle Reyno, sobre que o mesmo Rey faz grande ynstancia e vos escreueo que vos daria por ysto corenta mil pardãos pera o estado, e que posto que não estaneis em tempo de engeitar dinheiro sendo as necessidades delle taõ grandes não vos pareceo cousa justa nem de meu seruiço concederlho por esta via, e taõbem porque andaua em Goa Xequé Yoette requerendo sua justiça sobre a pretençaõ daquelle Reyno, e posto que tenho mandado ver os autos destes processos pera delles ter enformaçaõ, ey por mais meu seruiço que se determine esta materia na Relaçãõ desse estado pois estaõ lá as partes que haõ de requerer nelle sua ysticia, que vos encomendo façaes guardar ynteiramente a qualquer delles que a tiuer, e foy bem feito não aceitardes os corenta mil pardãos que vos offerecia elRey d'Ormuz, porque nunca averey por meu seruiço que per taes moddos se façãõ estas cousas, mas que o será entenderem todos o que nisto he bem que saibaõ.

VIII. E taõbem vy por vossa carta o cuidado que tendes de saber os avisos das galés que se armaõ no es-

veito de Meqa e em Baçorá, e com que yntentos, que he materia de taõ grande importancia pera todo como sabeis, e que per sy mesma se encomenda, e asy me não pa rece necesario repetirnos o que sobre ella vos tenho encarregado, e folgarey de me avissardes do caminho que yntentaraõ as galés que me escreueis que ficauaõ em Adem, e trabalhardes por dar ordem como se queimem avendo pera yesso occassiaõ, que se deue procurar por todos os bons moddos que ouuer.

IX. E quanto ao que me dizeis que o Alferes mór vos escreueo que hia acabando o baluarte nono que fez na ylha de Moçaõbique com que afirma que ficará de todo deffensauel, e que fizera grande dilligencia sobre o descobrimento da ylha de São Lourenço, e tinha feita pax com elRey de Masolaga que dera em seu Reino hum sittio muito acomodado pera feitoria pera que tinha nomeado feitor, e que era hum porto muito grande e seguro, e muito acomodado pera se ter nellè commercio; sobre que taõbem me escreueo o mesmo Alferes mór; materia he esta pera antes de me resolver nela querer de vós mais larga enformaçaõ, e em quanto a não tenho, ey por meu seruiço que se não faça neste porto nhũ forte nem casa pera feitoria, e somente se deue continuar o tratto delle pera com esta occassiaõ enuiardes áquellas partes algũs Religiosos e os yrdes conseruando nellas pera poderem promulgar e dilatar o evangelho, que he o que principalmente pretendo de todas minhas conquistas; e com este primeiro yntento premita Deos que pello tempo em diante se consigaõ deste descobrimento tantos proueitos e commodidades a esse estado que obrigem a se fazer muita conta delle pera tudo o mays.

X. E asy me dizeis que mandastes comprar o que vos mandey escreuer acerca dos Regimentos sobre o trato das fortalezas de Çofalla e Moçambique de que logo avissareis o Alferes mór; e que avia nisto algũs ynconui-nientes a que os officiaes daquellas partes não podiaõ dar saída, porque o que se costumou ha corenta annos agora com a mudança das cousas e do tempo ficaua danoso.



naõ declarando em particular quaes seyaõ estes ynconuñientes que senifficaes; e porque naõ conuem a meu seruiço tratar-se desta materia pera somente dela formarem occasiaõ os capitaes daquella fortaleza pera me alegarem que recebem perdas, como yá o começa a fazer o Alferes mor, sem se dar a execuçaõ o comprimento dos Regimentos della, vos encomendo que os façaes guardar e cumprir na milhor forma e ordem que puder ser, que naõ faltara remedeo ao que he tanta rezaõ que o tenha, e dos ynconuñientes que nesta materia se vos offerecerem me avissareys pera vos mandar sobre elles escreuer o que may's ouner por meu seruiço que se faça.

XI. Taõbem me dizeis que tiñestes o anno atraz cartas dos Religiosos e cristaõs que estaõ na Ethiofia e do Iffante Dom Joaõ, tio do Preste, em que se mostra de-seyosso de se aquele Reyno remedear, pera o que pede armada e poder, e diz que com o seu, e com o que tem o Bernagais que taõbem he affeioado a meu seruiço ayudara a deitar os Turcos daquellas partes, e fara outras cousas de ymportancia; pelo que vos encomendo que asy a este princepe como aos cristaõs que residem nas terras do Preste vades animando com car as e esperanças até que o tempo e as necesidades do estado dem lugar pera se poder acodir a esta cristandade, cousa taõ desejada dos senhores. Reis meus antecessores, e que eu sumamente desseyo prosseguir.

XII. E asy me dizeis que saõ taõ incertas as novas da Persia que em lugares muito vezinhos e em poucos dias se daõ hũas muito diferentes das outras, e como seya de tanta ymportancia avisardes-me sempre de todas as que pudesdes ter será muito meu seruiço procurardes as mais certas, e vos encomendo que asy o façaes, e foy bem feito mandardes ao Xá a carta que lhe escreuy per via do capitão de Ormuz, e por que lhe tenho mandado escreuer pelas náos dos annos passados alem das que foraõ em outros annos de que ynda naõ tenho reposta, me pareceo o naõ deuer de fazer pellas deste anno ate naõ ver repos-

ta sua, e trabalhareis por ter com este Rey, toda a boa correspondencia que poder ser.

XIII. É sobre o que me escreueis do aviso que ti. nestes sobre Dom Antonio que foi Prior do Cratto, em carta particular vos mando escreuer, sobre esta matteria.

XIV. Tambem me dizeis que pella via de Dyo e outras partes tinheis mandado espiar o estreito de Meca pera antes de entrar o ynuerno poderdes saber se sairaõ alguãs gales e o que fizeraõ, que foi acertado, e asy o será procurardes per todas as vias de ter sempre aviso das cousas deste estreito. É sobre os quatro ymgresses que em tempo do Conde Dom Francisco Mascarenhas foraõ a India, de que me daes conta que eraõ mercadores, e pasaraõ aquellas partes ao com esse yntento, e que saõ morttos tres delles, e que o que ficou era pintor e cassado nellas, todavia por cima desta enformação que me daes vos torno a encomendar que facaes mais delligencia por saber o yntento de sua yda, e dos culpados na fogida dos tres, como vollo mandey escrener pela armada do anno passado em que já tereis procedido.

XV. É quanto ao que me escreueis que vos eraõ chegadas castas do capitaõ de Columbo em que vos daua conta como ficaua aquella fortaleza muito apertada do Rajú e cometida por muitas vezes com ympitto e determinação continuando com as minas e entulhos, ao que logo mandastes acodir com armada e socorros de soldados e mantimentos, e que finalmente fazieis prestes Manoel de Sousa Coutinho com outra grossa armada e de muita gente pera yr descerqar esta fortaleza; foy tudo muy bem feito e conforme a grande confiança que de vós tenho e a vossa obrigação em tal caso, em que me ey por mui bem seruido de vos; e comfo me escreuaes pellas primeiras naos que vierem que do cuidado e delligencia com que acodistes a esta fortaleza se conseguiraõ todos os bons effeitos que se esperaõ.

XVI. É taõbem me daes conta que tendo mandado a hum Antonio Borges pera servir de Juiz dalfandega de Cochim por ter partes pera yssso e ser bemquisto naquella

cidade e entenderdes que folgaria elRey de Cochim que servisse elle antes este cargo que outrem, avendo douts ou tres menses que estava de posse se moveraõ duvidas antre hum dos escriuais daquela alfandega e outro que era criado de Nicoláo Petro Cochino a que tinheis provido deste officio em vida por elRey de Cochim e elle vollo pedirem ao fazer do contrato da mesma alfandega; e que entendendo Nicoláo Pétro que não podia este seu criado deixar de ser desaposado do cargo pela patente que mandey passar ao que foi prouido por min, e tei mandado que se não prouessem estes carregos senão por tres annos somente, negociara com elRey de Cochim que se mostrase dieto enfadado, e não consentise que Antonio Borges servisse de Juiz pela prouisaõ que lhe pasastes nem o escriuaõ pella minha que tinha; sobre que Nicoláo e este Rey fizeraõ algũas jũntas em que soltara pallauras com muita arrogancia, e me afirmais que tem ynteligencias com o Raju e com Cunha. le ymigoz desse estado: e vos parece que sera meu serviço desenganarse este Rey pera que emtenda que o não pode ser senão em quanto o eu mandar fauorecer e ajudar; e posto que aya resoẽs pera se vsar com elle na forma em que vos parece, por outras que se me offerecem vos encomendo que procedaes com este Rey com muito tento e disimulaçaõ e na milhor forma que puder ser ficando a autoridade e reputaçaõ de meu serviço no lugar que se lhe deue soposto o muito que ymporta em caminhallo e conserualo, porque nao conuem a meu serviço nem ao bem desse estado romperse de todo com elle, e ainda qũe pareça que por ora se esquece em algũum modido da sua obrigaçaõ em meu serviço e da que erdon de seus antecessores, he rezaõ que eu me lembre da que lhe esta. Coroa tem tanto pelas merces que della tem recebido como por serviços feitos a ella pelos de que ella decende. E por este moddo guiado com vosa muita prudencia he de crer que elRey de Cochim torne em sy, e que ynd per contas de interesse entenda quanto mais ganha em fazer o que he obrigado, e quando outra con-

sa fosse, entã elle mesmo seria quem mais tiuesse contra sy. Escrita em Lisboa a bj de feureiro de de mil quinhentos oitenta e noue.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—2.ª via.

(No sobrescripto )

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

(1.ª via—Livro 3.º fl. 374 4.ª via—Livro 3.º fl. 380 ).

## 57.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muyto sandar. Antre outras cartas voasas que receby pelas vias que vieraõ pelas náos do anno passado a que vos mando responder por outras que vaõ nestas vias, vy as que me escreuestes em 23 de nouembro de 87, e foi muito acertado mandardes a este Reyno pela via de Ormuz a Juliaõ da Costa com as nouas do bom successo que Martim Afonso de Melo que Deos perdoe tene na costa de Melinde com a armada de que o encarregastes, e asy do aperto e trabalhos da fortaleza de Malaqa, posto que chegou muito pouco tempo antes da vinda das náos. E pelos riscos que ha nas cartas que vem por terra sempre deuem vir em cifra as materias de segredo, e os particulares doutras, ynda que seyaõ publicas, e escusaremse estas viagens da terra quando naõ ouuer tempo pera serem mays breues que as do mar, por que avendo de ser ambas casy no mesmo tempo como agora foi com a vinda de Juliaõ da Costa, naõ ficaõ sendo de muito effeito.

II. Do moddo em que procedestes e acodistes ao cerco e aperto de Malaqa com a armada de que foi por capitãõ mór Dom Paulo de Lima estando taõ ympossibilitado esse estado do necesareo pera ella como dizeta, e tendo antes disto feitas as duas armadas em que foi

Ruy Gonçalves da Camara e Martim Affonso de Melo, e diligencia e brevidade com que se esta armada ordenou que a necessidade daquella fortaleza pedia, foi conforme á muita confiança que de vós tenho, e de tudo receby muito contentamento; e espero saber muito cedo per cartas vossas o successo e vitorea que esta armada tene delRey de Jor de quisme certifficou Sumão d'Abreu de Melo que nela foi, e vinha com cartas de Dom Paulo que se perderaõ, como yá tereis sabido, e aos fidalgos que nesta armada me forãõ serdir mando escreuer o contentamento que disso tiue, e como me ey por bem sendo deley, e as cartas vaõ nas vias; encomendouos que lhas mandeis dar. ( a )

III. E como elRey de Jor he vezinho da portã da fortaleza de Malaqa e hia em tanto crescimento seu poder, e chegou a tanto apertõ aquella fortaleza como me escreueis, que se pode aver por mais perjudicial ymigo dela e mais pera se arrecear que o Dacchem, pois naõ somente a pos em cercos e apertos muitas vezes, mas de todo vay tirando os rendimentos da mesma fortaleza, obrigando a todas as naos e juncos de mercadores que leuem suas mercadorias e vaõ pagar seus direitos a Jor, em caso que Dom Paulo de Lima tenha desbaratado este Rey e posta por terra a sua fortaleza como espero que me escreueis que esta feyto, vos encomendo que dels ordem e procureys como o dito Rey a naõ posa mays refazer nem fortificar. E porque me foi ditto que seria muito conuiniente pera segurança da fortaleza de Malaqa mandar fazer hum forte no mesmo sittio de Jor, em que residaõ algũs soldados, vos encomendo que sobre este particular tomeis os pareceres de algũs fidalgos e pessoas de experiencia daquellas partes, e com vosso parecer me escreuaes se será meu serviço e segurança de Mallaqa fazerse este forte em Jor; e ou se aya de fazer ou naõ, vos torno a encomendar de nouo que se naõ torne a fortificar este Rey

---

( a ) Dis a margem com letra contemporãnea: Estas cartas dos fidalgos naõ chegaram.

nem refazer a força e pouoação que tinha naquella parte.

IV. E quanto ao que dizeis que será serviço meu e proveito de minha fazenda contrataremse os terços e choqueis do crauo que vem de Maluço com os capitães das viagens pela muita despesa que se faz no apercebimento dos galeões em que se vão fazer sem resultar a minha fazenda proveito algum como ya mo escreuestes pelas naos do anno de 87; sobre o que vos mandey que me enuiaseis algũas enformações que espero que venhaõ nas primeiras naos; tanto que as tiuer vos aviesarey do que ouner por meu serviço que se nesta materia faça.

V. Poy a pouoação de Macao esta com nome de cidade como me escreueis, bem se pode com esta occasiãõ ordenar que procedaõ com gouerno que se deue de procurar per todos os moddos posiveis, pera o que ouner por meu serviço mandar nas naos do anno pasado o Licenciado Rodrigo Machado Barbosa pera nella me servir de Ouvidor, que he o meyo com que se pode equietar a gente daquella pouoação, e evitaremse os bandos que me escreueis que ha nela. E a este letrado vos encomendo deis todo o fauor necessario pera que posa proceder em sua obrigaçãõ como conuem a meu serviço e quietacaõ dos moradores daquella pouoação.

VI. Receby desprazer do que me escreuestes sobre Frei Martinho Ynacio de Loyola cometer na pouoação de Macão as liviandades e desmanchos que dizeis, pondo em muitos trabalhos, e arriscando a entrada dos Religiosos da Companhia de Jesu na China, que vão fazendo muito fructo naquellas partes. E posto que o anno passado vos mandey escreuer que naõ consintiseis entrasse na China, e o fizeseis vir com seus companheiros a Malaqua pera o Bispo daquella cidade lhe limitar os lugares em que aviaõ de pregar o evangelho; por o dito Frei Martinho vir ter a estes Reynos pela via do Peru depois da chegada das naos do anno passado, vos avissarey por outra carta do que a elle toca, e com os vossos companheiros que la staraõ se procederá na ordem

e, maneira que vos mandey escreuer o anno passado.

VII. E quanto ao que dizeis que o Bispo da China fora euernar o anno de 87 a Cochim, e depois se foi a Goa requerer o pagamento de seus ordenados, com que o acomodastes pera se aver de tornar logo pera Macão, tenho por acertado o moddo com que procedestes com elle. E receby contentamento do fruto que me escreueis que fazem os Religiosos da Companhia naquelas provincias da China, e de mandardes os fidalgos Japoês que vjerao a este Reyno pera o Japão com o Padre Alexandre de Valinhano, que pera lá foi por Vissitador. E por que tenho entendido o muito fruto que naquelas partes se faz na conuersão dos gentios delas, vos encomendo fauoreções e ajudeis os ministros que andaõ nesta obra tanto de scruiço de Deos e meu em tudo o que puder ser conforme a como vos tenho encomendado toda esta materia da conuersão em geral e em particular.

VIII. E do que trataes acerca destes Religiosos da Companhia serem mormurados pelos tratos com que correm naquelas partes, de que o Bispo da China e alguas outras pessoas vos derao enformação, tme discontentamento, por que asy como nas obras com que procedem, no seruiço de Deos he rezaõ que seyaõ fauorecidos e ajudados pera milhor as poderem proseguir, asy taõbem conuem que nas que com rezaõ se pode ter delles algum escandalo se moderem e atalhem, e ambas estas cousas vos encomendo pera que tendo fauor em huas tenhaõ taõbem aduertencia em outras de maneira que naõ aya deles as inormurações que me escreueis.

IX. Tme por acertado mandardes recado a Antonto de Sousa Godinho que anda nas partes de Bemgalla pera acodir a fortaleza de Columbo, e pelo cuidado e zello com que me escreueis que elle procede nas cousas de meu seruiço, e por vós lhe saõ encarregadas, lhe mandey escreuer a carta que vay nestas vias, e vos encomendo que com elle tenhaes a conta que he rezaõ.

X. B tme contentamento do modo com que correis com o Rey de Orizã, e de lhe mandardes fazer pagamento

dos mil pardãos que cadanno tem de merce, que como a Rey christão, e que não tem outra cousa de que se sustente, he rezaõ que lhe não falte, e que delle tenhaes particular cuidado, e que entenda por obras e palauras que vollo tenho mandado encomendar; e sobre o dinheiro que ele dá a alguãs pessoas á conta do que se emprestou ao Visorrey Dom Afonso, não tenho que de nouo vos tratar porque pelas náos do anno pasado vos mandey escreuer que por nhum caso se fizesse pagamento de nhum dinheiro deste, por ser enformado que se tinha pago muito grande cantidade a pessoas a que o deu com muita largeza sem deste dinheiro aver livro de receita nem despesa, sobre que mandey passar huã prouisaõ minha, que vos enuiey os annos passados, que fareis guardar ynteiramente como se nela contem.

XI He de tam grande ymportancia procurarse por todos os modos possiueis pimenta pera a carga das náos, que não he necesareo exagerar de nouo cousa taõ entendida, e em que se tem ditto e escrito tanto; mas por cima de tudo, volo torno a encomendar, e que se vá proseguindo em se fazer pimenta na costa do Canará, pois resulta de se fazer nella poderem as náos vir com tanta carga como trouxeraõ as da armada do anno pasado, que vos agradeço muito. E receby muito contentamento do cuidado e dilligencia com que me escreueis que procuraes que se faça nella em todos os annos muita pimenta, porque não taõ somente resultará disto muito proueito a minha fazenda, e poderem vir as náos a seu tempo, mas taõbem seruirá ysto de entender elRey de Cochim que se podem carregar as náos, ynda que se elle descuide de dar pimenta pera ellas, como tem feito estes annos atrás, que tenho por de muita consideraçaõ, e que por isto principalmente se deue pretender fazerse toda a que for possiuel nas fortalezas do Canará. E porque fui enformado que ynda ficou alguã pimenta feita que se pudera embarcar na náõ Santo Antonio em que foi por Capitaõ mór Francisco de Mello que não trouxe a carga que pudéra



trazer, vos encomendo que deys ordem como as náos tragaõ toda a pimenta que se fizer em cada hũ anno e vós aduirtaes em poder acontecer que os procuradores dos contratadores que contrataraõ com minha fazenda os direitos das drogas, procurem antes de as náos as trazerem que muita pimenta.

XII. Foi bem feito mandardes a elRey de Belegim por Antonio Teles capitão de Onor a carta que lhe mandei escreuer e tratardes de se fazer tanta pimenta na costa do Canará como me dizeis que ouue o anno passado, e moddo em que procedeis com este Rey, e com o Saõ carnao Boto, e Rainhas de Baticallá e Guarçopá, que he o que conuem pera se aver pimenta pelas rezões do capitulo atrás. E vos torno a encomendar que procureis que em todos os annos se faça nesta costa toda a pimenta que for possivel pera a carga das náos. E a Antonio Teles mando escreuer que corra nesta materia com o cuidado e dilligencia com que me escoreis que me serue, de que tenho contentamento, e me ey por bem seruido delle.

XIII. E quanto ao que me dizeis que vos não parece meu seruiço mandar defferir aos requerimentos delRey de Cananor por dar muito pouca pimenta pera a carga das náos, e com muito trabalho, e consentir que sayão de seus postos muitos cossarios, de que meus vassallos recebem grandes roubos e danos; ey por bem que porora se lhe suspenda a resposta deles como vos parece, até ter vossa enformação de como procede nestas cousas depois de lhe mandardes a carta que dizeis, e Dom Fernando de Menesses estar em posse da fortaleza de Cananor, pera conforme a que tiuer lhe mandar deffere a eles como ouuer por meu seruiço.

XIV. ElRey de Répelim me mandou dizer por sua carta sua que queria em cada hum anno dar pimenta pera a carga de hũa nao com tal condição que elRey de Cochim não entendesse nela nem pretendesse os direitos que costuma leuar da que vem do porto do mesmo Cochim, como thabem me dizem que vult escreuer, e

que tipheia mandado ao Doutor Luis de Goes e Nicolao Patro fizeram as diligencias necessareas para este negocio vir a effeito, pelo que vos encomendo que trabalheis por aver esta pimenta de tal maneira que se não dê materia de queixa com razão a elRey de Cochim, procurando todos os meios possiveis para que se aja, e me avisareis se ha, da em milhores preços do que custa a que se recolhe no porto de Cochim.

XV. Tenho por muito acertado tratar-se de em todos os annos aver em Coulaõ toda a pimenta que for pos siuel para a carrega das naos, e de ser pimenta velha resultará a minha fazenda aver poucas quebras, nela como se enxergou na carrega das naos do anno passado em que houve pouca quebra em comparacão de muita que teve a pimenta que trouxerao as naas dos annos atras. E vendo o que me escreueis que fortes avisado pelo capitão daquela fortaleza que yndo elRey de Cochim algumas vezes ver os Reys de Coulaõ com nome de os a pasignar em suas differencas e negociar pimenta para a carrega das naos, o fizera pelo contrario encontrando com disimulacão tudo o que nesta materia convinha a meu serviço, como taõbem me escrevestes pelas naos do anno de 87, me parece materia para se yr tratando dõ que nela se deus fazer, e por ora vos encomendo que vades encaminhando este Rey com muito tento e consideracão que ha o mesmo que vos escreuo por outra minha carta.

XVI. E quanto ao que me dizeis que mandastés ver em Relacão as deusas que os Licenciados Luis de Goes e Gaspar de Menelao tiraraõ da pimenta, e que se não castigaraõ da que se acharaõ mais culpados nelas por serem mortos; e que por isto estar tanto a vossa conta poderey ver que não são necessareas as lembranças que sobre yssso me fez Gaspar de Menelao, todavia por esta materia ser de tanta consideracão, sempre será meu serviço ouvir as lembranças que sobre ella me fizerem, que sendo de annitos alguns atinaraõ com o que convier, posto que das vossas sempre farey mais conta que de todas

como he rezaõ; e vos encomendo tenhaes particular cuidado de saber as pessoas que trataõ nesta pimenta e a deſencaminhaõ pera serem castigados com o rigor que o caso pede.

XVII. He de tanta ymportancia carregarensẽ as náos que vem pera este Reino conforme a meus Regimentos, e aos que saõ dados de muitos annos á esta parte, que posto que algũas vezes vos tenho mandado escreuer que na carga dellas os façaes guardar ynteiramente, volo torno de nouo a encarregar com todo o encarecimento, e que particularmente ordeneyis que a pessoa que me seruir de veedor da fazenda da carga delas que depois de se começarem a carregar até partirem as veyra muito a mende pera saber como se carregaõ, e se os guardas que nellas se poem cumprem com o Regimento que lhe he dado, e naõ consinta que estas náos se façaõ á vella com muito numero de pipas arriçadas pelas enxarcias e meſas de guarniçaõ, e com o conués taõ pejado e sobre-carregado que ficaõ ocasionadas pera se perderem e soçobrarems sem fazerem viagem, como aconteceu á não Reliquias, e empossibilitadas para se marearem e lhe acodirem nas tromentas que lhe sobrevierem, e finalmente quero e mando que os meus Regimentos feitos sobre ysto se guardem á letra sem eyceiçaõ algũa.

XVIII. E quanto ao que me dizeis que elRey de Cochim tem em sy mais de trinta mil pardãos dos cabedaes da pimenta, e alem deles quatro mil que lhe emprestastes do rendimento dalfandega do mesmo Cochim com algũas moniçoẽs que vos mandou pedir, e que estaes deſconfiado de se aver de todo este dinheiro pagamento, por quaõ mal toma este Rey falarem-lhe nele, e que vos naõ parece meu serviço conceder-lhe a viagem da China que me pede, asy por este respeito como por se ter dele pouca satisfacãõ nas cousas de que me daes conta, me parece conformarme nisto com o que me escreneis, e vos encomendo que daqui em diante lhe naõ seya emprestado mais nhum dinheiro nem outra algũa coisa de minha fazenda, tendosse tal modo no que se lhe negar.

que não ynfra o contrario do que por ora conuem que se lhe dê a entender.

XIX. E terey sempre por muyto acertado trabalhar des por concordar e aquierrar os Reys dessas partes que procedem bem em meu serviço como dizeis que procuraueis de fazer com a Rainha que socedeo no Reyno de Chamganatte, e sobre o prouimento dos carregos de linguas daquelas partes me parece meu serviço procederdes na ordem que me escreueis.

XX. E quanto ao que me dizeis que a cidade de Cochim vos mandou hum seu procurador sobre algũs negocios, e principalmente pedirnos me escreueseis sobre as duas viagens da China que diz que tem por promissoes do Senhor Rey Dom Sebastiaõ meu sobrinho, que esta em gloria, pera a fortificaçaõ daquela cidade, e que hũa dellas he pera se poder fazer logo, e a outra pera quando lhe couber, e vos parece que esta fortificaçaõ he a mays ymportante cousa dessas partes pelas rezoẽs que em vossa carta me apontaes, e asy o moddo em que conuem tratar della com menos escandalo del Rey de Cochim, posto que pellas causas e rezoẽs que apontaes me parece que será muito meu serviço e segurança daquella cidade cercarse, he esta materia de tanta consideraçaõ, e offerecemse nela algũs inconuenientes a que se dene ter respeito, que a tenho mandado ver e pratticar, e vos mandarey escrever em carta particular o que nella ouner por meu serviço que se faça.

XXI. Vy o que me dizeis sobre vos ter mandado encomendar o bom pagamento do Bispo e Cabido da See de Cochim, e que ateora se lhe tinha feito com muito fauor, e vos parece que o deuem ter nalfandega daquela cidade, pois esta no seu bispado, e he necesarea a remida do betre da cidade de Goa em que dantes estaua aplicado, pera o pagamento dos Desembargadores da Relaçãõ daquela cidade, e que lhe deno conceder os dizimos que pede por algũs annos por ymportarem pouco, e pelas razõs que me apontaes, ey por bem de fazer merces ao Bispo que ora for de Cochim dos dizimos daquella

cidade por tempo de cinco annos, e avisarméis do que neles monta ao justo, e que o pagamento de seu ordenado e das mais pessoas do Cabido da See da dita cidade se lhe faça nalfandega della, e vos encomendo que sempre se tenha muito particular cuidado de lhe serem feitos bons pagamentos de seus ordenados. E quanto ás queixas que me escreueis que tem a Misericordia de Cochim do Bispo daquella cidade obrigar a se receberem as orfãos que cassão com as escolas daquella casa na See da mesma cidade, em que me dizeis que não tem rezaõ por asy estar detriminado na Relaçõ dessas partes, ey por bem que se guarde nisso a detriminacão que nesta materia está tomada.

XXII. Taõbem me daes conta como elRey das Ilhas cassou com hũa yrmã de Antonio Teixeira de Macedo que foi deste Reyno em vossa companhia com as orfãos, e que o fez contra vosso parecer, e que por nelle aver muitos desmanchos, e se ordenar mal neste cassamento, lhe não dereys a carta que lhe mandey escrever na armada do anno de 87, e vos parecia meu serviço não se correr com elle se não tiuer muita emenda, e vendo o que me dele escreueis, me pareceo bem feito não lhe dardes minha carta, e deueiros encomendar trabalheis por encaminhar este Rey (que he de tanta pouca ydade como sabeys) em todas as cousas de meu serviço, e nas mais que lhe conuem pera se saber bem governar.

XXIII. Per vossa carta entendy como era morto o Samorim com que os annos passados se fizeraõ as pazés, e vos parecia que conuinha a meu serviço mandar a carta que lhe eu mandey escrever ao Rey que o socedes com algum presente, que tenho por bem feito: e vos parecia que se deuia mudar a fortaleza de Panane do lugar em que se começou a outra parte pelo mar ter comido muita da em que se fundou esta fortaleza; e porque sobre esta materia vos tanho esorito pelas náos do anno passado o que ey por bem que se faça, me pareceo escusado tornaruollo a dizer nesta. E por ser ynfornado que na fortaleza de Cunhale se armaõ muitas galliottas

da casarias que fazem nesse estado muitos roubos e insultos com muitas mortes de meus vassallos, vós encomendo que lembreis ao Samorim que ora he que hum dos capitulos per que se fizeram as pazes ante esse estado e seu antecessor foi obrigar-se elle a derrubar esta fortaleza do Cunhale, o que até ora se não fez, e'o preguadaia e obrigueis a dar yato a execucao deuida pelo muito que conuem a meu serviço; e a quietação e repatação desse estado, fazendo de vossa parte nesta materia todo o bom officio que puder ser, e do que nelle se fizer me avisareys.

XXIV. Dom Filipe principe de Candia me emnou pedir por hũa carta sua que lhe fizesse merce de lhe mandar dar de tenca dous mil e quinhentos pardãos que Dom João princepe de Ceilaõ tinha de renda em cada hum anno nas rendas do amfião e sabaõ, e lillas casas pera viçes, e hum cavallo em Ormuz, e aey lhe fizesse merce de lhe confirmar o cargo de lingoa do capitão de Negapataõ e mocadaõ dos patamates, que lhe dereys pera casamento de hũa Dona Lucrecia da Cunha; e porque em vossa carta de cinco de dezembro de 87 me dizeis que lhe tendes dado sesenta pardãos de entretimento por me além doutras peças e merces que lhe fazeis per muitas vezes, lhe mandey responder que de tudo o que me pedia vos desse conta pera com vossa enformação lhe mandar responder como ounesse por meu serviço; pelo que vos encomendo que pois esse estado tem tanto a que acudir lhe deys a entender que não he este o tempo em que deue pedir nouas merces, antes contentarse com as que em meu nome lhe tendes feitas; e quanto aos officios de que tratta me avisareys se os destes a pessoa para quem mos pede, e da calidade della e dell'es.

XXV. Frei Gaspar de Lisboa Custodio de São Francisco nessas partes me pede ordinareas pera algumas cassas em que os Religiosos de sua Ordem fazem conversão por lhe responderdes que lhas não podieis dar sem licença minha; e eu lhe mandey escrever que vós apresentas as causas que de presente ha pera lhe mandar

acrecentar as ordinarias que pede pera com vosa enfor-  
mação lhe mandar responder como ouuer por meu ser-  
uiço : encomendouos que particularmente vos enformeis  
destas casas que diz e do lugar em que estaõ, e se taõ  
necesareas pera o beneficio da conuersão, e o que será  
bem que ordene a cada hũa, de que me enuiareys par-  
ticular relação. Escrita em Lishoa a bj de feureiro de  
myl quinhentos oitenta e noue.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—1.ª via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conse-  
lho d o Estado, e seu Visorrey da India—1.ª via.

( Livro 3.º fl. 322—3.ª via, fl. 390 )

## 58.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos ennio muyto sandar.  
Vy o que me escreuestes em carta de 20 de dezembro de  
87 sobre a duuida que se moueo antre Diogo Rodrigues,  
que elRey de Cochim tinha apresentado por escriuaõ  
dalfandega de Cochim em vida, conforme ao contrato  
que se com elle fez da dita alfandega, e a pessoa que  
o mesmo anno foi prouido por mim do dito cargo por  
tempo de tres annos, e pelo que vos mandey escrever nas  
vias do anno de 89 que os officios daquella alfandega se  
seruissem de tres em tres annos, vos parecia meu seruiço  
naõ servir o dito Diogo Rodrigues mays que os tres an-  
nos somente; e porque minha tenção he guardasse o con-  
trato que se fez com elRey de Cochim, e elle podia no-  
mear hũa pessoa que seruisse de escriuaõ em vida, naõ  
se entendia neste aquella limittação de tempo senaõ nos  
mays cargos que se na mesma alfandega aviaõ de  
prouer, ou depois de vagar o dito officio prouido em vi-  
da por esta vez, pelo que vos encomendo que deixais

servir ao dito Diogo Rodrigues o dito cargo em sua vida. E no que toqa ao de Juiz da dita alfandega, em que o mesmo Rey tinha nomeado o Licenciado Francisco de Frias taõbem em vida conforme as condiçoẽs do dito contrato, que pello mandar vir a este Reyno vos mandey escrever nas vias do anno passado de 88 que deixaseys nomear a elRey de Cochim outra pessoa em seu lugar pera servir o dito cargo de Juiz, como yá deue ter feito, ey por bem que a pessoa que nele estiuer nomeado por elRey de Cochim o sirua com se declarar na prouisaõ que lhe pera yssso passardes que será em quanto dar a ausencia ou o ympidimento do dito Francisco de Frias.

II. São de tanta consideraçaõ as despesas que se tem feitas de minha fazenda com a fortaleza de Panane, e tem resultado ategora dela taõ poucos effeitos de meu serviço e quiettaçaõ desse estado, pois me escreueis por carta de 23 de nouembro de 87 que naquele veraõ armara o Cunhale doze galliotas bem apercebidas com que correra a costa de Malauar com yntento de roubar as naos que hiaõ de Cochim com fazendas pera a China, ou queimar as deste Reyno que estauão na barra daquela cidade, a que vos fora forçado acodir com duas gales pera lhe darem guarda e ao Veedor da fazenda que leuaua dinheiro pera a compra da pimenta do Canará, que me pareceo tomar nesta materia noua resoluçaõ; e posto que pello que me escreueis, e mais informaçoẽs, que tiue dos danos e roubos que fizeraõ estas doze, galliotas, e principalmente pelo Samorim naõ pôr nunca em effeito derubar a fortaleza de Cunhale, como está obrigado pela capitulaçaõ das pazes que fez com esse estado, se pudera de todo romper com ele, todanya por auer nele tantas cousas e de tanta ymportancia a que de necessidade se deve acodir, por ora naõ ey por meu serviço que se quebrem, mas que pela melhor ordem, mays honrroso modo e de mais reputaçaõ que puder ser largueis de toda a fortaleza que se começou em Panane recolhendose della toda a artilharia, moniçoẽs, e mais cousas que tiuer; e



asy toda a madeira que se dela poder tirar, e se arraze de todo; e posto que o Samorim vos ofereça outro algum lugar mais conuiniente pera ella, não ey por men seruiço que se faça fortaleza no dito Panane, porque não seruirá de mais que de se lhe dar hum penhor pera se lhe sofrerem muitas cousas, e se lhe deixar nauegar pimenta pera Meqa, que cada huã destas he de tanta ymportancia que seria a fortaleza pera fortificarlhe com ella seus yntentos; e depois de a terdes extingida e recolhidas as ditas cousas, ey por bem e vos mando que tragues armada naquella costa como ate qui andou pera se castigarem os cosarios que neia andarem, e se ympeDIR que não naueguem naos e outros nanios de esporaõ pera Meqa e outras partes sem cartazes, que he conforme ás condiçoẽs das mesmas pazes. E porque se tem entendido que o que sobre tudo conuem a meu seruiço he desfazerse e extingir de todo a fortaleza da Cunhale, vos encomendo e mando que com toda a breuidade possivel deys ordem como se faça, pois vedes que vay crescendo em poder este cosario e molestando esse estado, e que quanto mais se dilatar o remedeo disto, sera mais difficultoso poder selhe dar, e alem de tudo ysto se deuer logo esfeutuar por ser de tanto meu seruiço, o avery por muito grande reputaçã desse estado.

III. O Licenciado Simão Perpira que ora serue, de Juiz dos meus feitos nessas partes me escreueo que conforme ao Regimento da Relaçã dellas se lhe não dá, pera o despacho dos ditos feitos mays que hum dia em cada semana; e que por serem muitas as partes que litigaõ naquele juizo recebem muita perda na dillaçã de seu despacho; e pera que as partes o possaõ ter com a breuidade que comuem, vos encomendo que faciais dar ao dito Juiz dos feitos os dias que lhe mais forem necessarios pera o despacho delles.

IV. Pelas vias do anno passado vos mandey escrever o desprazer que tinha de aver differencas antre Dom Jorge de Menesses Alferez mor e Nuno Velho Pereira pelas callidades e servicos de ambos, encomendandouos que

os compusesseis de maneira que as não ounese entre elles. E porque nas náos d'armada que o anno passado veo dessas partes me enuiou dizer o dito Nuno Velho que nos autos da querela que dera do dito Dom Jorge se tinha pernunciado na Relaçã dellas que ficasem as culpas deles pera o tempo que se tomasse residencia ao dito Dom Jorge, pedindome que mandasse vir a este Reyno a dita quérrela e os mais autos que se processaraõ sobre esta matteria, ey por bem e vos mando que me enuieys pelas naos desta armada a querella e todos os mais papeis que vos elle pedir, e requerer por vias pera os mandar ver neste Reyno, e se prouer na materia deles como for justica; e de nouo vos torno a encomendar quaõ encarecidamente pode ser o mesmo que vos ya escreuy sobre estas differenças que se deuem de todo acabar, pois o negocio está posto em justica, e eu a ey de mandar fazer ynteiramente a quem a tiuer, e o que passou foi entre dous capitães, hum que entraua e outro que acabaua, e não pode em materia de cargos aver queixas pesoaes, e quando ysto não fosse parte pera serem logo amigos ( que he o que deseyo que procureys mostrando-lhes o contentamento que disto receberey, e que ygnalmente vos achaes amigo dambos sem ser mais suspeito per hua parte que pella outra, como he razã que hum meu Visorrey o faça, e com taes pessoas ) ao menos deuem aver por homrra, por primor, e por obrigaçã mui diuida não se embaratarem nem em palauras, nem em outros procedimentos, e esperarem com muita queitaçã e confiança o que nisto se julga, e a cada hum deles direis que asy lhe mando expresamente. Escrita em Lisboa a bj de feuerreiro de 89.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey da India.

1.ª via.

(No sobrescripto)

Por ElRey—A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.

1.ª via.

( Livro 3.º fl. 352. )

## 59.

Visorrey amigo. Eu EllRey vos emuo muito saudar. Pellas cinco náos que o anno passado de 88 vierão dessas partes da India recebi vossas cartas, e por ellas v'y o que tendes feito em meu seruico, e que procuraes de proceder nelle conforme a vossa obrigaçã, e á muito particular confiança que de vós tenho, que he tudo conforme ao que de vós espero, e ao que até qui tendes feito, de que receby tanto contentamento como he rezaõ que tenha de taes seruicos como saõ os vossos, e por mui certo tenho que tereis acrescentados a elles outros, e os prosigireis sempre de tal maneira que mereçaes por elles fazeruos as merces de que terey sempre muita lembrança.

II. De se proceder com o nouo Regimento da casa da Relaçã dessas partes na formã em que o tenho mandado, e os desembargadores della cumprirem com suas obrigações como me escreueis, tiue muito contentamento, e do boim modo que nisto tiuestes, e vos emcomendo muito que assy na guarda delle como em todas as mais cousas que vos parecerem necessarias pera boa admenistraçã da justiça tenhaes muito particular cuidado de as fazer cumprir e guardar trabalhando que naõ aja falta nela, conforme ao que por mim vos he emcomendado em todos os annos por ser cousa tanto da minha obrigaçã; e com fio que assy o fareis.

III. De a não Reliquias soçobrar no porto de Cochim em dando a vela pera este Reino, e se ir ao fundo com toda a artelharia e fazenda que tinha, tiue muito descontentamento, por ser desastre nunca acontecido, e causado do muito descuido que se teue em a deixarem sobre carregar de tal maneira que se perdesse, sobre o que mandei fazer alguãs diligencias pera nesie caso mandar prouer como a importancia delle o requera, de que vos avisarey por outra carta minha; e vos emcomendo que deis ordem como na carga destas náos se tenha a vigilancia necessaria pera que naõ venhaõ sobre carregadas como vierão todas as dos annos atras, que foi causa pere

algũas dellas se perderem, e não chegarem a este Reino, e as que chegaraõ o anno passado lhe acontecera o mesmo desastre, se não tiueraõ taõ boa viagem como trouxeraõ, porque vieraõ taõ sobre carregadas como as dos annos atrás. E he cousa espantosa, e digna de grande e riguroso castigo, sendo a importancia disto taõ grande e taõ intendida, e taõ bem prouida por meus Regimentos, não se guardarem, de que se não podem escusar de culpa todos meus ministros dessas partes, a que isto toca.

IV. E quanto aos adbentestados e mais aluitres que concedi pera a obra da See da Cidade de Goa se arrecadarem sempre pelo Arcebispo, e dizeis que será muito dificultoso poderse saber o que disto he arrecadado e despendido, e me afirmaes que não he feita nhũa obra nesta Igreja, nem ha pera este effecto nhũ dinheiro destes aluitres, sendo muito o que cêtes importaõ, ey por bern que daqui em diante o Prouedor mór dos defuntos dese estado cobre todo o dinheiro dos adbintestados, e que de sua maõ os entregue a hũa pessoa de confiança que vós pera isso ordenareis, sobre a qual se carregaraõ em receita, pera com elles a mesma pessoa correr com a despesa da obra da See por ordem do Arcebispo, com declaraçaõ que o não despenderá em nhũa outra cousa, senaõ na obra desta Igreja; e vos emcomendo que todavia ordeneis logo de se tomar conta do rendimento e despesa delles dos annos atrás, porque inda que isto seia dificultoso, rezaõ he que procureis saber o que se fez delles, pois dizeis que importaõ muito, e de tudo me avisareis sempre.

V. E ao que me dizeis sobre o Arcebispo Dom Frei Visente d'Affonseca, que Deus perdoe, me ter pedido que mandasse aplicar rendas pera a fabrica das Igrejas desse estado, e que os feitores das fortalezas fizessem todas as despesas que pellos visitadores lhe fosse mandado; pella informaçaõ que tenho das Sees de Goa e de Cochim terem cada hũa delas cada anno cem mil reis pera a fabrica, e outras algũas ygreias a rezaõ de dez mil reis.

ey por bem que os feitores de cada hũa das fortalezas cumprão algũas cousas de pouca despesa que lhe forem mandadas fazer por visitaçõ nas Igrejas que não tinguem ordenado algum pera a fabrica; mas que nas despesas de sustancia que nelas por visitaçõ se mandarem fazer, antes de as darem a execuçã vollo forão primeiro a saber pera as mandardes cumprir parecendoos que lie seruiço de Deus e meu, e me parece que nas Igrejas desse estado que não tiuerem fabrica deueis de ordenar como aião a dez mil reis por anno, ou lo que vos parecer conforme a calidade de cada hũa dellas. e de tudo me avisareis.

VI. Vy a folha que me emuiastes das rendas que os Religiosos da Companhia de Jesus tem de minha fazenda nesse estado. de que vos encomendo lhe mandeis fazer sempre bons pagamentos. E pera poder ter informaçã de toda a fazenda que posuem nessas partes, vos encomendo que me enueis outra folha de todas as rendas, aldeas, e propiedades que os ditos Religiosos tiuerem por qualquer outra via, inda que não seia de minha fazenda, assy por erança como por compra. ou por lhe ser deixada em testamento, e assy me avisareis de quantas casas, e collegios tem nas ditas partes, e dos Religiosos que residem nelas.

VII. E porque os annos atrás vos tenho mandado façaas entregar aos ditos Padres os presentes que vierem a esse estado. e ora me escreueis que elles os não querem receber dizendo que haõ de ser primeiro ouvidos, vos encomendo que com effecto lhos. façaas toroar, e em caso que os não queiraõ accitar, lhes mandareis declarar que se os não quizerem receber, os não haõ dauar mais, nem os douz mil pardãos que por elles lhe dauaõ da minha fazenda, e assy o fareis cumprir.

VIII. E quanto a doaçã que me escreueis que Dom Pedro de Castro fez a estes Religiosos de algũas aldeas de Salcete que lhe em meu nome nomeou o Conde Dom Francisco Mascarenhas governando esse estado (a), não

---

(a) O extracto á margem declara que as aldeas são as de Coculim.

ey por bẽm quẽ aja effeito a tal doaçaõ pellas rezoẽs que apontaes em uossa carta, e por outras muitas de meu seruiço naõ conuem que os ditos Religiosos tenhaõ as ditas aldeas, nem a doaçaõ que o dito Conde fez a Dom Pedro, e que tuier feita a qualquer outra pessoa das ditas aldeas pode ter effeito sem especial licença minha e confirmaçaõ, nem o mesmo Dom Pedro podia fazer doaçaõ delas a estes Religiosos, nem a prouisaõ que elles dizem que tem pera poderẽm ter e comprar propriadades de a cõto ou ditz mil pardãos pode aver lugar nas aldeas e foros realengos; pello que ey por bẽm que a tal prouisaõ naõ aia effeito até se me apresentar, e eu a confirmar, ou mandar o que mais oñbir pör meu seruiço, e assy lho fareis notificar, e que vos tragaõ a dita prouisaõ de que me entilareis o trelado autentico asinado pelo Secretario dũsse estado que a copiará dla propria.

IX. Quanto ás desavenças que estes Religiosos da Companhia tem com os de São Francisco sobre a casa noua que fazem em Goa, de que me daes conta (a), e que a obra della váy já muito avante; e que inda que o Custodio e frãles o sentiaõ muito, naõ quiserãõ contrariála por ordem de justiça; sem a qual se naõ podia mandar sobre esta obra como elles queriaõ, nem os pudereis conceitar com os Religiosos da Companhia sobre o Collegio que fizeraõ em Vaipinhã, pello muito que estes Religiosos têm jã gastado nesta Igreja nova que fizeraõ, e fructo que me descendeis que fazem no Collegio de Vaypimcotã, e mais cousas que nre apontaes, ey por bẽm que acabem a dita casa e Collegio sem lhe ser posto a isso duvida nem contradiçaõ algũa como vos parece; e ao Custodio e Religiosos de São Francisco fareis equietar nisto, e lhe direis as causas que me moueraõ ao assy aver por bẽm, e quanto conuem ao seruiço de Deos e meu aver muita conformidade entre os Religiosos dessas partes.

---

(a) O extracto á margem declara que a Casa he a do Bom Jesus.

X. E' tñue contentamento de me escreuerdes como fizestes esmola em meu nome de trezentos pardãos pera ajuda da fundaçã do Collegio de Angamale, e de terem já aquelles Relegiosos applicado a elle renda pera sustentarem trinta estudantes da terra que se nelle haõ de doutrinar e criar pera clerigos, e assy pera os mestres que õs haõ de emsinar, e pera dous Relegiosos que haõ de asestir com o Arcebispo do mesmo Angamale como se detriminou no Cinodo que se selebrou em Goa ; e porque espero que desta obra se consigaõ muitas de seruiço de Deus, vos encomendo que a fauoreçaes em tudo o que for rezaõ.

XI. Folgney de saber que o ospital de Goa se gouerna bem pello Pronedor e Irmaõs da Misericordia della, e vos encomendo que tenhaes muito particular cuidado de serem muito bem providos e curados os doentes delle mandadolhe acodir com todo o necessario, pois he o remedio que os soldados que me seruem nesas partes tem em suas doenças, alem da obra em sy ser taõ pia.

XII. E quanto ao que me dizeis que tendo os Relegiosos da Ordem de Saõ Dominguos que andaõ promulgando o Evangelho nas Ilhas de Solor e Timor cincoenta pardãos cada hum de ordinariã por anno, e pedindo depois mais lhes foi acrescentado a dozentos pardãos a cada hum, que vos parece despesa excecua e demaziada pellas rezoẽs que apoutaes, ey por bem que naõ aiaõ daqui em diante os dozentos pardãos, e que samente se dee a cada hum delles em cada hum anno de oitenta até cem pardãos como vos bem parecer que he ordinaria e proçaõ com que se comodamente podem manter.

XIII. Foi bem feito mandardes comprar as casas que estauaõ juntas ao dormitorio de Saõ Francisco de Goa como vos escreuy pera se meterem dentro no dito mosteiro pella desemquietaçaõ que com ellas tinhaõ os Religiosos do mesmo mosteiro.

XIV. E quanto ao que me dizeis que por muitas rezoẽs vos parece que se deuem de separar as casas Recoletas dessas partes das outras que ha da mesma Ordem

de São Francisco, e auer diferentes Custodios, por ser materia que conuem tratar-se com o Geral da mesma Ordem, tanto que se lhe conçultar vos avisarey do que ouuer por bem que se nisto faça.

XV. E pellas rezoões que vos moueraõ a fazerdes merce em meu nome ao filho mais velho de Mamede Caõ de quinhentos pardãos de tença em cada hum anno dos mil que vagaraõ por morte do dito seu pai, ei por bem de lhe confirmar a dita merce como vos parece, e principalmente por se fazer christaõ, da qual lhe mandei passar prouisaõ minha que hira nas vias destas náos.

XVI. E tiue muito contentamento de me escreuerdes que fauoreceis os ministros do Santo Officio dessas partes, e de o elles assy merecerem procedendo bem em sua obrigaçãõ, vos encomendo muito que assy o façaes sempre como por mim vos he encarregado.

XVII. Das desordens com que procedeo Nuno Fernandez de Sequeira, que o Arcebispo Dom Frei Visente d'Afonsequa, que deus perdoe, deixou por Visitador nas partes do Norte com poderes largos e isentos do gouernador do Arcebispado de Goa; e assy de os ecclesiasticos quererem entrar na jurdiçaõ secular, tiue desprazer, e vos encomendo que quando ouuer alguãs desordens me aviseis dellas pera se lhe dar o remedio necessario, tendo com os ministros ecclesiasticos toda a boa correspondencia que puder ser, e emcaminhandoos a elles acertarem a sua, e me enuiareis hũa relaçaõ particular das desordens e abusos com que dizeis que procedem as pessoas ecclesiasticas metendose na jurdiçaõ secular, e usando de excomunhoẽs e outras penas, e em que casos, porque estas cousas comuem que especeñquem pera se melhor prouer nelas.

XVIII. Entendy por vossa carta o modo em que se corre com o hum por cento das fortalezas de Dio e Ormuz, e que com todos os mais das outras fortalezas da India, onde se pagaõ, correm os officiaes das Camaras por ordem de contratos, e que em alguãs destas fortalezas ha pouco rendimento deste hum por cento, de que



muitas vezes se aproueitaõ os moradores delas, e q<sup>ue</sup> tendes procurado remedear este abuso e desordem em que tendes trabalho pellas condiçoens com que se concede este hum por cento; e p<sup>or</sup>que conueim que se naõ gaste senaõ no pera que foi applicado, vos encomendo que prosigaes nos remedios que procuraes, e me aviseis que taes saõ, e as cousas que com elles pretendeis remediar.

XIX. Tenho por acertado mandardes o Engenheiro mór ver o que estana feito nas obras das fortificaçoens das fortalezas desse estado, e vos encomendo que trabalheis muito por se acabarem taõ depressa como a importancia dellas o pede, e que nas primeiras náos me mandeis particular traça do estado em que cada hũa destas fortalezas ficar, porque em quanto as de Damaõ, e Baçaim naõ estiuerm em estado defençauel, naõ conueim negarensse de todo os cartazes que pedem o Egebar, como me escreueis que será meu serviço fazerse, mas tanto que estas fortalezas estiuerm seguras, me avisareis pera vos mandar escrever o que ouner por bem que se faça sobre se darem ou negarem estes cartazes.

XX. E assy folguei de saber como a cidade de Baçaim armara os cinco nauios á custa do hum por cento com a diligencia e vontade que me escreueis por lho vós assy emcomendardes pella necessidade que avia de segurarem aquella costa de cosairos, dos quaes fora por capitaõ mór Dom Ruy Gomez da Silua, e tiue contentamento da vontade com que nisto procedeo esta cidade, a que o mando agradecer por minha carta, e a Dom Ruy Gomez o que da sua parte fez; e porque tenho mandado ver os autos que me emuiastes sobre as sarrafagens dos fóros que se pagaõ a minha fazenda das aldeas de Baçaim, vos mandarey escrever em outra carta minha o que ouner por bem que se nesta materia faça.

XXI. E quanto ao que dizêis sobre Baltasar de Sousa Capitão de Cranganor, e da causa perque se agrauon de seus pagamentos, e das desauenças que teue com ElRey de Cochim, de que ElRey se vos mandon agrauar delle; tenho por bem feito tudo o que nestas materias fizestes.

e vos emcomendo me aviseis de como o dito Baltesar de Sousa procede nas cousas de meu seruiço, e com esto Rey.

XXII. E assy vy as causas que vos moueraõ a não mandardes Francisco Velho a Mascate tẽdoo vós nomeado por capitaõ daquelle forte, que tiue por acertado; e pella boa informaçaõ que me delle daes, e que está liure do omezio que teue, ey por bem que elle me vaa servir no dito forte tanto que Belchior Calaça que ora está serviudo acabar o tempo por que foi prouido, tudo como me escreueis, pera o dito Francisco Velho servir no dito forte o tempo e pella maneira declarado na prouisaõ que desta merce lhe mandei passar.

XXIII. E quanto ao que dizeis que Antonio de Sequeira que seruiu de Prouedor mór dos contos desse estado, vindo na não Reliquias pera este Reino perdera nella sua fazenda, e que querendo embarcarse nas náos de que foi por capitaõ mór Francisco de Mello falecera, pela importancia deste carregio tenho mandado tratar de pessoa que deste Reino me vaa servir nelle nas naos deste anno presente, e pellas do anno passado vos mandei escreuer como avia por bem que servise este carregio de Prouedor mór dos contos Francisco Paes casado e morador em Goa pella boa informaçaõ que dellete tiue, em quanto eu não mandasse deste Reino pessoa prouida do dito carregio; emcomendouos que me aviseis do modo em que nele procedeo.

XXIV. Vy o que me dizeis sobre a ordem com que se proue o ospital de Cochim, e como conuem não faltar o remedio necessario pera os doentes que nelle se curam, e vos emcomendo que tenhaes no prouimento delle taõ bom cuidado como me escreueis que tendes de lhe mandar acodir em suas necessidades.

XXV. Ha tantos annos que se procura o remedio das muitas desordens que correm nos liuros da matricula desse estado e pagamentos que se por elles fazem tanto contra meu seruiço, e em dano de minha fazenda, e das conciecnias dos meus ministros, sem atégora se dar nhũ

a estas desordens, que conformandome com o que sobre esta materia me escreueis em quanto as pessoas que me seruem nessas partes se naõ asentarem debaixo de bandeiras pera se lhe fazerem seus pagamentos quando se fizerem as resenhas ordinareas pera nelas naõ aver os enganos que até ora correrão como vollo mandey quando deste Reino partistes, e nas vias da armada do anno passado, ey por meu seruiço que se reduza a dita matricula em liuros novos e se naõ fação nhũs pagamentos por elles senão pella ordem e forma que vereis por huã minha prouisaõ que vay nestas vias, a qual vos encomendo e mando que façaes cumprir e guardar tão inteiramente como por ella taõbem o mando.

XXVI. E quanto ao que escreueis que pera os socorros e armadas que foy forçado fazerdes vos saltou sempre o dinheiro necessario pera ellas, e que o esperaeis deste Reino, foraõ tantas as occasiões das armadas e despesas que se atégora fizeraõ nelle que naõ foi possivel poderense mandar mais que os sesenta mil cruzados que foraõ repartidos pellas náos da armada do anno passado; e a este preposito e fóra d'elle me pareceo deuenos aduertir que quando ha tanta falta de dinheiro pera os accidentes e armadas ordinarias desse estado que sempre deuem preceder a tudo, vos deueis restringir e estreitar mais nas merces que em todos os annos fazeis com tanta larguesa como se ounera dinheiro sobeio, sobre o que vos tenho mandado escrever em todos os annos, e de nouo volo torno ora muito inquarecidamente a encomendar remetendome ao que tereis visto pelas outras minhas cartas.

XXVII. A lenbrança que me fazeis de quanto importa a meu seruiço e ao bem desse estado escolherence capitães pera algũas das fortalezas d'elle que tenhaõ todas as partes e calidades que ellas requerem, tendose mais respeito a isso que ha satisfação de seruiços, me pareceo muito boa e sempre se isto assy emtendeo, e conforme a isto tem o mandado que se tenha muita aduertencia no prouimento das fortalezas, e principalmente nas cinco que apontaes.

XXVIII. Vy o que me escreuestes sobre o Equebar andar occupado em guerras com os Tartoros e Patanes, e em fazer algũas fortificações com que começa aver mudanças em Cambaia por parte delRey Modafar e seus liados, e como nestas mudanças e alteraçõs se podem oferecer algũas occasiões de se poder tomar Surrate que de tantos tempos a esta parte se deseia e procura, vos emcomendo muyto que nas que virdes que se naõ dene deixar passar trabalheis por se fazer esta empreza tanto de serviço de Deus e meu.

XXIX. Vy o que me dizeis que a cidade de Goa me quizera mandar os annos atrás e tambem o passado hum procurador seu com alguns apontamentos de suas pertenções e confirmações de priuilegios, e que lho impedistes por vos parecer assy meu serviço; e porque com esta cidade he rezaõ que se tenha a conta deuida, ey por bem que querendo ella todavia enuiar a este Reino algũa pessoa pera que me requeira suas cousas, lhe deis licença pera o fazer. E porque se queixa que lhe naõ foraõ dadas os annos passados cartas minhas mandandolhe escrever sempre nos maços das vias, de que tinue desprazer, vos emcomendo que vos informeis das pessoas per quem lhas mandastes entregar, se lhas deraõ, ou o deixaraõ de fazer, e deis ordem como en todos os annos lhe seiaõ dadas, e o emcarregueis particularmente ao Secretareo desse estado, e que de todas as cartas minhas que forem nas vias se cobrem certidoes das pessoas a que se deraõ de como as receberaõ, e saiba a camara de Goa como mando que se faça esta diligencia sobre as cartas que lhe escreui, de que me avisarcis, e avendo nisto culpa de alguem fareis proceder nisto.

XXX. Pelas informaçoes que tinue do procedimento de Janalurez Soares no cargo de Veedor da fazenda de Goa em que me scrufa emuei nas náos do anno passado a Antonio Girálte pera o soceder no dito cargo, e confio que procederá nelle como conuem a meu serviço, emcomendonos que o fauoreças no que for rezaõ pera melhor poder cumprir com a obrigaçã de seu car-

rego. E o Secretareo João de Faria que me escreneis que vinha pera este Reino, faleceo na viagem; e folguei de saber que o Doutor Duarte Delgado que ficou em seu lugar procede no mesmo cargo conforme ao que delle confio.

XXXI. E quarto ao que me dizeis que depois de vossa chegada a esse estado me tendes mandado informação dos navios que nelle achastes de minhas armadas, e que depois o emcomendastes ao Veedor da fazenda que particularmente mo escreneise, porque nas náos que dasas partes vieraõ o anno passado não tiue nhũa relação dos galioes, galés, e outros navios de remo que andão no serviço, vos emcomendo nha enuieis nestas náos.

XXXII. Foy bem feito o modo com que procedestes em se começar a fortificar a fortaleza de Manar pera cufa obra me dizeis que os moradores daquela costa daõ amedade do custo; emcomendouos que façaes acabar de todo esta fortificação e tenhaes particular cuidado das mais fortalezas desse estado que tiuerem a mesma necessidade, e agradeçaes de minha parte áqueles moradores o que nisto fazem.

XXXIII. Nas náos da armada do anno passado vieraõ as vinte pipas de salitre que na vossa carta dizeis, e pella muita necessidade que neste Reino ha delle pera minhas armadas, vos tenho emcomendado que em todos os annos enuieis nas náos todos o mais que se puder aver, e fez muita falta não chegar o que uinha na náo Salvador, pello que de nouo vos torno a emcomendar que trabalheis todo o posiuvel pera que em todas as armadas venha o mais que puder ser, e trateis disto como de pimenta porque com o mesmo emcarecimento vos emcomendo salitre.

XXXIV. He de tanta importancia pera a conseruação desse estado não lhe faltar a artilharia necessaria pera as armadas que se nele fazem, materia de que ha tantos tempos que se trata, que deueis procurar como se façã muitas fundições dela, pois ha tanto apurilho pela es

aver o cobre necessario para isto sem ir deste Reino; e posto que me escreueis que tendes mandado fundir muita artelheira, vos emcomendo muito emcarecidamente que mandeis fazer a mais que puder ser, para o que tenho mandado que vão nestas náos os dous fundidores que pedistes, por Francisco Diaz que serua de fundidor estar doente e acabado.

XXXV. Tive contentamento de me escreuerdes o cuidado que tendes de emparar as orfaõs que vão deste Reino, e bom modo com que procedeis em seu remedio; e vos emcomendo que assy o façaes sempre, e terey lembrança da que me fazeis no despacho da confirmação das mercês que fazeis em meu nome ás pessoas que cazaõ com ellas pellas rezoões que em vossa carta apontaes.

XXXVI. Com os brincos que mandastes comprar e me enuiastes nas náos do anno de 87 conforme ao que entaõ vos escreui folgei muito, e vos agradeço o cuidado que tendes de me fazer este seruico.

XXXVII. Prouerdes a Dom Filipe principe de Camdea com sesenta pardãos cada mes para seu intertimento, e não consentirdes que venha a este Reino, posto que me escreueis que o deseia muito, me pareceo muito acertado, e vos emcomendo que inda que elle vos torne a pedir e requerer licença para o fazer lha não concedaes.

XXXVIII Folguei de saber por vossa carta como não fazeis merces em meu nome de báres forros, por volveu assy mandar no Regimento que leuastes; e vos emcomendo muito que assy o façaes daqui em diante.

XXXIX. Importa tanto amizade del Rey de Pegu para a conseruação da fortaleza de Malaca que tenho por muito acertado emuiardes lha com minha carta o presente que na vossa dizeis, e uos emcomendo que com elle tenhaes toda a boa correspondencia, e se eitem todas as occasioões que o puderem desviar damisade desse estado.

XL. Dõ modo com que procedestes com os embaixadores do Idalcaõ, Nizamalico, e Cotamalico, tive contentamento; e vos emcomendo que sempre trabalheis por

conseruar estes Reis na amizade com esse estado pello muito que importatela com os vizinhos delle; e porque me escreueis que o Cottamaluco se obrigou por contrato dar todos os annos trezentos candis darroz en Maçulapataõ pera prouimento da fortaleza de Ceilaõ, folgaray de me auisardes do preço em que se fez este contrato.

XLI. E quanto ao que me dizeis que o que Nicoláo Petro e Gaspar de Meneláo me escreueraõ sobre algumas legoas de terra que se podem aproneitar junto a Coulaõ, e se fazerem fortalezas no Sangicer e Barcelor saõ emunçoës pelas rezoës que em vossa carta me apontaes, todauia sempre será meu seruiço tomardes em todas estas materias as informações necesareas, e emuiardesmas com vosso parecer, porque posto que as principaes occupaões e trabalhos de vossa obrigação vos naõ deixem muito tempo pera outrás de menos inportancia, o zelo e cuidado que tendes de tudo o que toca a meu seruiço vollo facilitaraõ pera o fazerdos em todas as ocazioës que se offerecerem de que vos parecer que me deueis dar conta.

XLII. E sobre se averem de tirar as madeiras aos Capitaës das fortalezas de Baçaim e Damaõ, ou largar-lhas pelas rezoës que em vossa carta me apontaes, vos mandarey escrever em outra o que ei por meu seruiço que se nisso faça. Escrita em Lisboa a seis de feuerreiro de mil quinhentos oitenta e nove.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.—Pera V. Magestade ver.—3.<sup>a</sup> via.

(No. sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu VisoRey da India.—3.<sup>a</sup> via.

(Livro 3.<sup>o</sup> f 334)

## 60.

**VisoRey amigo.** Eu ElRey vos emuyo muito saudar. Pelo que me escreuestes pelas vyas do anno passado se-ore deueer mandar outro Visorrey a essas partes que vos succedesse na gouernança delas e licença pera vos virdes embora, e por me parecer yá tempo de virdes des-cansar, e entemderdes que tenho lenbrança de uos man-dar vyr sem ser necesareo fazersseme por vossa parte como volo mandey dizer antes que partiseis (quando não oune por meu seruiço limitaruos tempo), e volo escreuy depois, q isera este anno enuyar VisoRey, o que não po-de ser pelo tempo se yr gastando com outras occupaçoẽs que foraõ tambem causa de este anno não yrem mais náos, gente, e moniçoẽs, posto que nas cimqno desta ar-mada (por serem grandes) tenho mandado que vaõ dous mil homens darmas; mas pera o anno que vem, prazem-do a nosso Senhor, vos mandarey sucesor e licença pera vos tyrdes embora, e com esta esperanza certa pode-reys milhor pasar até entaõ os trabalhos desse gouerno, que não podem deixar de ser taõ grandes como me sinificaes em vossas cartas, de que tenho muita lem-brança, e a terey pera com vossa boa uimda me resolver nas merces que ouner por bem de vos fazer, crendo que entaõ tereys acrescentado a vossos seruiços outros meri-cimentos pera eu folgar mais de volas fazer como he re-zaõ. Escrita em Lisboa a quinze de feureiro de 589.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—3.º via.

*(No sobrescripto)*

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu Conselho do Esta-do, e seu Visorrey da India—3.º via.

(Livro 2.º fl. 58)



## 61.

Visorrey amigo. Em ElRey vos enuio muito saudar. Na materia dalfandega de Chaul e de se deuer ordenar naquella cidade vos tenho mandado escreuer pelas armadas dos annos passados, e porque em huã vossa carta das náos do anno passado de 88 me dizeis que pera se effectuar esta alfandega cumpre a meu seruiço mandaruolo expresamente por minha prouisaõ, antes de me nisto resolver mandey tomar alguas emformações e ouuy sobre yssso alguas pessoas de experiência dessas partes, e porque não ha rezoões pera deixar de aver alfandega em Chaul, pois as ha em todas as mais fortalezas dellas, e as necessidades desse estado são tão grandes como me escreueis, não se deue de regular esta materia somente pelo respeito particular daquella cidade e de pessoas ynteresadas nella, se não pello que conuem ao bem geral desse estado que está tão falto e necesitado como sabeys; e também sou enformado que nos Capitulos das pazes que se fizeraõ com o Yzamaluço quando teue cerçada aquella cidade se declarou que o que tocava a esta alfandega ficaria ao que o meu Visorrey dessas partes ordenasse, pelo que ey por meu seruiço que asenteis a dita alfandega pellos milhores, mais suaueys, e conuinientes modos que vos parecer pera se fazer com satisfação daquella cidade e sem escandállo, duuida, nem alteraçã, á qual escreuo sobre esta materia a carta que vay nestas vyas que lhe dareys parecendo asy meu seruiço, ou a suspenderays se virdes que mayz conuem, e pera se pôr a dita alfandega mandey passar a prouisaõ que vay nestas vyas, na execuçã da qual também sobrestareys se vos parecer que conuier asy a meu seruiço, e bem a quietaçã desse estado; não estando as cousas dele despostas pera se poder yntentar ysto até me avisardes particularmente de tudo. Escreffa em Lisboa a 28 de febreiro de 89.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dô Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 64 1.ª via,—e fl. 46 3.ª via )

## 62.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuile muito saudar. Per hũa carta delRey de Cochim que recebi nas vias do anno passado me diz que tem particular cuidado de fauorecer e ajudar a conuersaõ da christandade em seus Reinos; e porque nas vossas cartas das mesmas vias me certeficaes quanto ao contrario disto procêde nesta materia, e elle se queixa de os ministros que andam nella procederem de maneira em que elle recebe escandallo e perda de sua fazenda; vos encomendo que se vá despondo este Rey de maneira que naõ impida esta obra da conuersaõ, e o pratiqueis com o Bispo de Cochim e com o Prouincial da Companhia de Jesu, aos quaes mando escreuer sobre esta matteria pera que em tudo se dea a maes conueniente ordem que for possiuel per que modos e meios poderá ater peraque conseguindose o effeito principal que sempre deue preceder a tudo se satisfaça e quiete ElRey de Cochim, pois isto tambem conuenem pera o mesmo effeito.

Id O mesmo Rey me escreue que sempre procedeo em meu seruiço com a uerdade e limpeza que he obrigado mostrando que seus Reinos estaõ a minha obediencia, e dizendo em resoluçaõ que numqua de seus portos sahiam cossairos a roubar nem naueguam pera Mequa, Dachem, e Ceillaõ, como fazem os Reis uezinhos com que os meus VisoReis tem amizade, e a que mandam presentes; e em conclusaõ me pede que lhe mande apontar as cousas em que me desserue pera se ordenarem todas como conuenem a meu seruiço. E peço que de vos

sas cartas tenho entendido o contrario, conuem todavia que se vá com este Rey continuando em tal forma que sem se quebrar com elle entenda que o que maes que tudo lhe conuem ne proceder elle de tal maneira em todas as cousas de meu serviço que me deua eu satisfazer muito delle nellas; e posto que em outra carta que vay nestas vias feita antes desta vos trato desta matteria a preposito tambem de Cochim me pareceo ella de qualidade pera vos tornar a fallar nella, porque a tephio por de grande ymportancia, consideraçã, e discurso pellos pontos que conserua em si que vos naõ particularizo por quam presentes vos deuem ser; e o rematte de tudo isto consiste em se entender bein ElRey de Cochim, e que naõ pode fazer em meu serviço cousa que naõ seya interesse proprio seu acertar nelle; e posto que este seia o caminho que maes approuo, naõ deixareis de yr uendo se ha outro pera me auisardes de tudo e me resolver no que for maes meu serviço.

III. Nas náos do anno passado tiue hũa carta do Samorim em que me diz que está muito prompto pera compir as pazes que esse estado fez com o Samorim seu irmão, e me pareceo meu serviço mandarlhe responder per outra carta minha de que com esta vos enuio a copia; e porque nella me pede que os cartazes que passardes a seus vassallos pera poderem nauegar se dem a elle na sua naõ pera os repartir por elles, remetto isto a vós pera o ordenardes como vos parecer maes serviço de Deos e meu; e me pareceo deuenos aduertir que os treslados que vierem com as oillas que os Reis gentios desse estado me ynuiarem, uenham maes autenticos do que o he nirein feitos pello escriuaõ da feitoria, mormente quando as cartas tratam de pessoas interessadas a que elle pode ser suspeito.

IV. Como as cousas desse estado estaõ tam prouidas sem especial aqueles carreguos de que qua tenho maes enformaçã auendo outros muitos nelle de que se podem prouer as pessoas que me la seruem, vos encomiendo e mamdo que façaes fazer hum caderno de todas as capi-

tancias, é maes carreguos que nele se prouem por minhas prouissoês e pellos VisoReis desse estado e capitaês das fortallezas d'elle, no qual caderno se declarará os ordenados que cada hum delles tiuer por meus Regimentos, ou prouissoês dos VisoReis e guouernadores desse estado, que me ynuiareis por uias nas náos desta armada, feito tudo com taes declaraçoens que com ellas se responda a tudo o que se offerecer preguntarsse nesta materia.

V. E posto que os annos passados vos tenha mandado escreuer ynuiasseis narmada de cada hum delles as drogas e yncenso necessario pera pagnamento das ordinarias que per conta de minha fazenda se paguam aos mosteiros e casas de Relligiosos destes Reinos, atee agora as naõ trouxeram, fazendose com estas ordinarias hũa mui grande despeza em minha fazenda por se comprarem as drogas pera o paguamento dellas pellos preços que uallem neste Reino, que se poderia escuzar uindo dessas partes como vollo tenho mandado èscreuer; pello que vos encomendo e mando que dos rendimentos da alfandega de Cochim façaes em cada hum anno comprar a quantidade de drognas e yncenso que por hũa certidaõ do Prouedor e officiaes da casa da India ( que vos será dada por vias ) constar que sam necessarias pera o paguamento das dittas ordinarias que ynuiareis repartidas pellas náos de cada hũa das ditas armadas e entregues aos mestres dellas que se obriguaram a mandarem conhecimentos em forma dos thesoureiros da especiaría pera o official sobre que forem carreguadas, e se fará declaração no caderno das dittas náos das que uierem em cada hũa dellas.

VI. Julliaõ da Costa que dessas partes ueio por terra me apresentou hũa petiçaõ de Isaque Judeu morador em Babilionia na qual me pede que auendo respeito aos muitos auizos em que tem servido e pode servir lhe faça merce que elle se possa tornar á fortalleza de Ormuz donde dantes viaia, e dos dereitos da settima parte de sua fazenda que despachar naquella alfandega, e que depois de ter paguo nella os dereitos da entrada e saida os Ca-

pitaês não tenham que entender com sua fazenda, e que liurementemente a possa levar ou mandar pera fora; e que lhe mande passar prouisaõ pera que ElRey de Ormuz nem suas yustiças entendam com elle, e que somente responda e estê a direito diante de minhas yustiças, e que elle e seus filhos e genros possam trazer no ditto Reino sombreiros de sol, e que os aposentadores da Cidade de Ormuz lhe não tomem suas cazas daposentadoria porque receberá nisso notavel damno, e sobre tudo me pede lhe faça merce de o mandar vir per hũa carta minha; e porque antes de lhe mandar responder a esta sua petiçaõ me pareceo deuer ter ynformaçaõ vossa, vos encomendo a tomeis muito particullar deste leaque, e se será meu seruiço mandallo vir pera a fortalleza de Ormuz; e como procedeo nella o tempo que ahi resedio, e se por elle se tinham alguns auizos necessarios ao bem desse estado, ou se auerá ynconueniente tornar elle áquella fortalleza, e se será decente concederlhe as cousas que pede, ou algũas dellas e quaes, pera com vossa ynformaçaõ e parecer lhe mandar responder como ouuer por meu seruiço.

VII. O procurador dos Relligiosos da Companhia dessas partes me apresentou huns apontamentos em que me pedem aya por bem fazerlhes e molla de lhe mandar dar algũa renda certa pera os Relligiosos que residem na conuersaõ da China e Japaõ, e mandar prohibir que nenhuns nauios de meus vassallos vão aos portos dos limiguos d'elle dos que não premittem entrar o Euangelho em suas terras; e antes de lhe mandar a ysto responder vos encomendo vos ynformeis muito particullamente de quantos Relligiosos residem naquellas partes, e se tem nellas algũa boa commodidade de se poderem sustentar sem estas rendas que pedem, e auendoselhes de dar nellas algũa coisa quanto deue ser, e se procedem na conuersaõ daquelle Reino com o respeito devido ao Viso Rey desse estado pera se ella melhor conseruar e augmentar, e se ha ynconuenientes d quaes pera a prohibiçaõ que pedem de não yrem os ditos nauios a terras de imigraçõ;

e de tudo me auizareis particulllarmente pera com vossa enformaçã e parecer me resolver na resposta que ouuer por bem de lhes mandar dar.

VIII E outrosi me pedem licença pera trazerem da China em cada hum anno doze quintaes de cobre pera se laurarem em moeda na ribeira de Goa, o que naõ hey por meu seruiço pello dano que minha fazenda recebe em se laurar nella outro cobre senaõ o que for per conta della, e nos encomendo e mando que nesta materia guardeis inteiramente o que yá vos tenho mandado per carta de 21. de Janeiro do anno passado.

IX. O Prouedor e irmaõs da Misericordia da fortalleza de Coullaõ me ynuiaraõ dizer per carta de 16 de Dezembro de 87 como aquella casa estaua muito necessitada asi pera socorrer aos pobres nouamente conuertidos como pera o remedio dos doentes que se curam no hospital della que muitas vezes morrem ao desamparo, pedyndome os mandase prouer com algũa esmolla em cada hum anno nalfandegua da Cidade de Cochim, e antes de lhe mandar responder ao que asi pedem me pareceo que denia ter ynformaçã vossa, pello que vos encomendo a toméis do fructo que se colhe daquella casa e hospital, e se será seruiço de Deos e meu fazerlhe algũa esmolla em cada hum anno como pedem, e quanta, de que me auizareis.

X. El Rey das Ilhas me escreueo pellas náos do anno passado, e se queixa que os mouros de Cananor são senhores absolutos daquellas Ilhas, e as desfructam de tudo o que ellas daõ, e que Nicullão Petro védor da fazenda de Cochim lhe naõ respondeo a hum protesto que lhe fez com a decencia deuida, e em geral se agraua de o tratarem com pouco acattamento, a que me pareceo naõ lhe deuer mandar responder por me escreuerdes em carta de 23 de Nouembro de 87 que sendo cazado com hũa yrmam de Antonio Teixeira de Macedo, que foi deste Reino em vossa companhia com as orfãs procedia de maneira e com tantos desmanchos que vos naõ pareceo meu seruiço dardeslhe a carta que naquelle anno lhe escreui, e assi naõ lhe escreueo nestas uias; e posto que já

vos tenho mandado escrever que trabalheis pello yr encaminhando nas cousas de meu serviço e obriguação de sua pessoa e nome que tem, vollo torno de nouo a encomendar, e que no que se offerecer e for rezaõ o favoreçaes, dandolhe tambem a entender que por não ter boa ynfirmação de seu procedimento não me pareceo deuerlhe responder, mas que por sima diso vollo encomendo neste modo.

XI. E posto que sobre a demanda que ha antre ElRey de Ormuz e Xequê Joette que pretende a subcessão daquelle Reino vos tenho escripto que se detremine esta causa, na Rellação dessas partes, por este negocio ser de grande ymportancia me pareceo meu serviço tornarus anisar que façaes ouvir com as partes o procurador dos meus feitos nesse estado, e que os juizes a que pertencer o conhecimento destes autos ponhaõ suas tenções por escripto e que cada hum entregue a sua serrada e sellada que me ynuiareis com o traslado dos dittos autos com vosso parecer sobre o que entenderdes desta demanda, e se poderá causar algũa alteraçã no Reino de Ormuz em caso que se sentençaesse contra ElRey pera mandar ver tudo, e conforme as tenções e ao que parecer justiça tomar nesta materia a resolução que uir que maes conuem. E porque o ditto Xequê Joette me ynuiou pedir que lhe mandasse passar prouisoões de seguro do dito Rey de Ormuz por se temer que por rezaõ da ditta demanda o mandasse matar, mandei passar a que vay nestas vias, e parecendoos que nao ha ynconueniente algum a se noteficar ao ditto Rey de Ormuz o fareis fazer pollo modo que vos melhor parecer, porque auendo ey por bem que se lhe não dee o ditto seguro nem saiba que lho mandei passar, e me anisareis do que neste caso, vos parecer maes meu serviço.

XII. E porque son ynformado que ynuiarensse ás fortalezas desse estado pessoas com nome de Vedores de minha fazenda sempre he em damno della, e que os que ynuiastes a Cochim sobre os direitos das naos de Malacca e China que não poderam passar a cidade

de Guoa se poderam escusar, e os sellairos que por esse respeito lhe destes e especialmente por naquella cidade auer Védor da fazenda prouido por mim, vos mando expressamente que escnzeis prouer estes carreguos como vollo ya mandei escrener nas uias dos annos passados, o que entenderéis assi á letra sem outra interpetraçãõ alguã.

XIII. E assi sou ynformado que estando o Lecenceado Luis de Goes de Lacerda na cidade de Cochim tirara deuassa sobre a uinda del Rey de Cochim a ella e doutras cousas, a qual atee aguora me naõ foi iniuiada, pello que vos encomendo que vos enformeis se por ella consta serem culpados alguãs pessoas, e na ynuiéis com toda a maes ynformaçãõ que disto tiuerdes.

XIV. Pellas vias do anno passado de 88 vos mandei escrener como tinha apresentado no arcebispado de Guoa a Dom Matheus Bispo de Cochim, e lhe mandei as letras do Sancto Padre pera ser promovido á ditta prelazia, e porque poderia acontecer (o que naõ creio) que ou uesse entre uós e elle algum desgosto sobre as matèrias que correram em Cochim, e conuem que estando elle agora maes perto de vós e na principal prelazia desse estado tenhaes com elle toda a boa correspondencia, vos encomendo que assi o façais como de vós confio.

XV. E porqué me foi ditto que mandando o Bispo de Cochim hum uigario ao porto de Teuenapataõ onde está yá feita huã ygreia fõram abí ter alguns Religiosos Capuchos da Ordem de Sam Francisco e usnrparam a yurdiçãõ daquelle uigario, e escandallizaram o Naique senhor daquelle terra, vos encomendo que particulamente vos ynformeis deste caso, e sendo assi como se diz aduirtaes ao Custodio daquelle Ordem que ponha nisto o remedio necessario, e a ynformaçãõ que disto tiuerdes me ynuiareis.

XVI. E posto que nas uias dos annos passados vos tenho mandado tomeis ynformaçãõ da queixa que ha entre os Relligiosos da Ordem de Sam Francisco e os da Companhia de Jesu sobre o Collegio que fazem em



Valpincotta, e pellas náos do anno passado me escrevestes que neste Collegio ora nonamente começado se fazia fructo, e se esperava que ao diante se fizesse mais, todavia por ser informado que se pode escuzar, pois na cidade de Cochim ha Collegio com mantimento á custa de minha fazenda, vos encomendo que vos torneis a informar se convem aver este de Vaipincotta e as pessoas que se nelle yncinaõ, e se he necessario para a conversão daquellas partes, de que me auisareis.

XVII. E porque por vossa carta e outras particullares de pessoas desse estado soube como mataram a Dom Pedro Arel na cidade de Cochim alguns Portuguezes e mestiços omeziados que residem em Cochim de sima, e se cuida que foi por ordem del Rey de Cochim e seus Regedores, procedendo o dito Dom Pedro sempre em meu serviço, vos encomendo e mando que com todo o rigor e dilligencia mandeis proceder contra os culpados, e trabalheis por se auerem a mão, e se castigarem como a qualidade deste caso o pede, e sem se dar a entender a el Rey de Cochim que he auído por culpado nelle, o obrigueis por bons modos que dê o officio de Arel a hum filho do dito Dom Pedro.

XVIII. En carta de seis de feuerreiro que vay nestas vias vos escreuo sobre as cousas del Rey de Iôr, e que me auizeis se se deve fazer hum forte em Iôr, e tornando agoura a ver esta materia, pella ymportancia da que he, me parece que não consiste o remedio della em se fazer o ditto forte senão em se procurar atalhar que se não torne a fortificar aquelle Rey, e faça outra fortaleza no' porto em que a tene, e que para tudo ysto será de grande effeito andar naquellas partes a armada que for necessaria e pera tambem segurar a nauegação dellas, e assi vos encomendo que o ordeneis. Escrita em Lisboa, a 22 de feuerreiro de 1589.

REY.

Miguel de Monta

**Pera o VisoRey.—Pera Vosa Magestade ver—3.º via.**

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

**A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da Imdia.—Terceira via.**

( Livro 3.º fl. 360 )

*Memoria do que se ha mister pera as ordinarias dos Mosteiros, e cousas de que S. Magestade tem feito, merce. (a)*

It. de pimenta.....	36:2:20
„ de crauo.....	19:1:20
„ de canela.....	28:2:10
„ de gengiure.....	17:3:15
„ de beijoim.....	3:3:16
„ dencenço.....	30:3:14
„ de maça.....	1:3:18
„ de nós.....	2:0:06

Ysto crece cada dia porque por hũa prouisaõ geral todos os mosteiros que se fazem neste Reino tem certa ordinaria, e não entraõ aquy os mosteiros dos Capuchos que por esmola está en custume darselhe o que pedem principalmente pimenta, beijoim, e incenço, e asy aos frades Castelhanos desta Ordem quando aquy acertaõ de vir, o que certifico en Lisboa oje seis de feuerreiro de 1589.—*Fernam Rodrigues Dalmada—Fernam Gomes da Gama.*

(Livro 1.º fl 165, e fl 167)

## 63

**Visorey amigo. Eu ElRey vos emuiio muito sandar. Comuem tanto ás grandes e continuadas despesas que**

(a) Este he o documento a que se refere o Cap. V da Carta antecedente.

se fazem com os continuos cerquos que o Raju poem á fortaleza de Ceilaõ, que posto que peillas naos do anno de 87 vos emuey hã apontamentos que me foraõ dados sobre o que conuinha fazerse nisto pera com vossa infirmação e parecer me resolver nesta materia, a que ainda me não respondestes, me pareceo meu serviço mandar tomar resolução nella, pello que vos emcomendo e mando que logo ordeneis oito fustas bem apercebidas de soldados, artilharia, monicoens, com hum capitão mór e capitães de que se entenda que somente trataraõ de aquerir nesta armada merecimento pera eu lhe fazer por esse respeito muita merce procurando com ella e com os navios que andaõ armados por ordem do capitão de Manar (que tambem hey por meu serviço que se ajuntem nesta armada e debaixo da bandeira della) impedir de todo os commercios daquella Ilha, e emfraquecerem com isso o inimigo trazendo tam bem guardados os portos da dita Ilha que não possa entrar nem sair nenhũa embarcação delles, e isto com tanta continuação, vigilancia, e cuidado, que se fique consigindo todos estes efeitos que se pretende; e posto que pareça que com esta armada se fara hũa despesa continua, não pode ser tanta que muito maiores despesas se não fação com as grandes armadas que de necessidade se enuiaõ de socorro os muis dos annos a descerquar aquella fortaleza, e peraque tudo isto se faça milhor e mais inteiramente e os capitães daquella fortaleza movidos de alguãs pertençaõs suas que não he de crer que tenham, mas he bem que se atalhem, a não desuiem do que conuem, hey por bem que a pessoa que emcarregarde de capitão mór desta armada vos dee a menagem della, e fique fora da jurdição do Capitão da dita fortaleza, nem penda o prouimento nem admenistração da dita armada senão do Capitão mór della, e vos seja em tudo emediato, pera o que ordenareis ao dito Capitão mór o Regimento e ordem de como hade proceder na mesma armada, e de tal maneira que sia antre elle e o Capitão da fortaleza toda a conformidade nas cousas de meu serviço, pera o que dareis a ambos a

ordem que conuem prouendose como a esta armada llye  
naõ fáltem os mantimentos necesareos e o dinheiro pera  
as paguas dos soldados que me nella seruirem, porque se  
ouuesem de ir buscar este remedio a outras partes e dei-  
xassem os portos daquella Ilha liures da mesma armada,  
seria de pouco effeito os que se della pertende que he in-  
fraquecer o imiguo e hir dispondo as cousas desta Ilha  
pera se milhor effeituara a conquista della quando o tempo  
der lugar pera isso, e franquear esta armada a ponta de  
Gualle onde sou informado que o Raju tras algũs nanios  
armados por virem demandar aquella ponta todas as náos  
que vem de Bengala e das partes do Sul, onde já to-  
maraõ hum junco, e naõ se atalhando isto irá cada dia  
fazendo mores danos; e vos emcomendo vos informeis se  
será comueniente pera a segurança da nauegaçã do sul  
fazerse algum forte na mesma ponta de Gualle, e em ca-  
so que vos pareça necessario me avisareis da despesa  
que pode fazer, e dos soldados que deuem residir nelle.

II. E porque de todo fique desenganado este imigo de  
poder tomar por cerco aquella fortaleza, ey por bem e  
mando que logo ordeneis como se recolha a fortaleza  
dentro em mil braças em ambito, e se atalhe com hum  
muro de mar a mar, que sou informado que poderá ser de  
quatrocentas braças, e cercado com hũa caua que sempre  
esteia cheia d'agua do mesmo mar, e naõ será de emconue-  
niente ficar de fora desta fortaleza a mais grandura da que  
ora he com as mesmas cercuas com que atéqui esteue, pois  
se pode ordenar em caso que o imigo ponha algum cerco  
recolherense na mesma fortaleza o tempo que elle durar  
onde se deue recolher toda a artilharia depois que for au-  
lhada na forma em que hey por bem que se faça, o que  
mandareis ordenar por pessoas praticas e que o bem en-  
tendaõ assistindo a isso o engenheiro mór com a breui-  
dade que este caso pede, de que me avisareis muito  
particularmente.

III E porque sou informado que daquella fortaleza  
se naõ recolhe nenhuma canela pera minha fazenda por  
respeito do o Raju naõ acudir com as peças que ora

obrigado a dar, e de entaõ pera qua se faz muita cantidade della pellos piaês a quem se dá mantimento á custa de minha fazenda sem ficar resultando pera ella cousa algũa por se conuerter tudo em beneficio dos Capitaes, me pareceo deueruos mandar que particularmente vos emformeis da causa porque se naõ rocolhe esta canela por minha conta; e se será meu seruico fazerse algum contrato della peraque possa vir a este Reino, e em que forma o deuo mandar fazer, pera com vossa informaçã mandar ordenar o que ouuer por bem. Escrita em Lisboa a sete de março de lxxx e noue.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.—Pera Vossa Magestade ver—3.<sup>a</sup> via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey

A D<sup>o</sup> Duarte de Meneses do seu concelho do estado, e seu Visorrey da India—3.<sup>a</sup> via.

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 50.)

## 64.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Os vereadores e maes officiaes da Camara de Goa se aggrauam do contrato do annil que neste Reino se fez per conta de minha fazenda dizendo que recebem niso perda e damno em suas fazendas, sobre que tambem me vós escreuestes nas uias do anno passado; e porque as drogas dessas partes sempre foram resernadas a minha fazenda para as poder mandar contratar como quizee, e do annil foi yá feito contrato por mandado do senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho (que Deos tem) no anno de 74, afora outros mais antigos, e naõ tem rezaõ de se agrauarem, lhe mando escreuer que mandarei ver a justiça que tiuerem neste caso para lha mandar fazer inteiramente; e vos encomendo que de minha

parte assi lho dignaes, e que vos apresentem suas rezoês para mas enuiardes.

II. Tambem se aqueixam que mandastes laurar xarafins de pratta com tamanha ligua que de necessidade resultaram muitos damnos a esse estadó e não auerá quem os queira levar no preço das mercadorias que venderem, e será occasiõ para se uirem a leuantar as serrafagens das moedas estrangeiras que lá correm; e porque nos annos passados vos tenho mandado escrever que não auia por meu seruiço que se laurasse esta moeda com a ligua com que corre, vollo torno de nouo a mandar, porque não he rezaõ que se remedeem as necessidades deste estado com dano commum delle.

III. E assi se queixam de auer Prouedor das guallés nessas partes que não seja morador naquella cidade, e de prouerdes em meu nome o cargo de escriuaõ da Câmara della que esteja uagno sendo de sua apresentaçõ, e assi me podem que os escriuaes dos orfaõs da mesma cidade se provejam em vida, e pera estes carreguos se elegam pesosas que os siruam em que aya merecimentos e partes pera elles; e porque ouue por meu seruiço não lhe mandar responder a estas cousas sem particullar enformaçã vossa, vos encomendo que me ynuieis muito particular de todas ellas com uosso parecer, pera com iso tomar nellas a resoluçã que ouuer por bem.

IV. E asi me pede esta cidade lhe manda guardar os preuilegios que em meu nome lhe foram confirmados por Fernão Telles de Menezes, gouernador que foi desse estado; e se queixa da casa que os Padres da Companhia fizeram do terreiro dos guallps dessa cidade de que recebem alguns damnos em especial os Padres da Ordem de São Francisco a que por esse respeito faltam esmolas, e que queixandose disto a vos lhe não destes nenhum remedio, e posto que pollas uias do anno passado me enuieis que por estar a obra desta ygreja muito auante, e estarem ja nella despendidos mais de 20 mil pardeões vos não parecera sermco de Deos e meu impedirilha, vos encomendo que particullarmente me auizeis das pro-

villegios de que trata; e se será meu serviço confirmarlhos como vello yá mandei escreuer pellas rias do anno passado, e particulamente me auizareis se conuem deixarse acabar a ditta ygreia aos Padres da Companhia, para em tudo mandar prouer como ouuer por meu serviço.

V. Pella boa enformaçaõ que tenho do Lecenceado Simaõ Pereira desembargador extrauagante da Rellaçaõ de Goa ouue por bem de me servir delle no officio de procurador da fazenda da coroa dessas partes de que lhe mandei pasar minhas prouisoões, e porque na mesma Relaçam pello Regimento della hade auer quatro desembargadores extrauagantes ( de que estaõ dous uagos; e hade ficar outro do ditto Simaõ Pereira ) Hey por bem e vos mando que prouējaes nelles tres Ouuidores das fortallezas desse estado de que se tiver maes satisfaçaõ por terem dado boas residencias.

VI. A cidade de Cochim me ynuinou pedir por sua carta ouuese por bem que podesem fazer loguo hũa das duas uiagens da China que diz que tem para a fortificaçaõ daquella cidade por prouisoões do Senhor Rey Dom Sebastião meu Sobrinho que Deos tem por lhe entrar loguo; como tambem mo escreueis por carta de 23 de Nouembro de 87; e porque esta materia da fortificaçaõ de Cochim he de tanta consideraçaõ como tereis entendido, e sobre ella vos escreuo muito particularmente por outra carta, me parece que será meu serviço que conforme ao asento que se nisto tomar lhe deixeis fazer a ditta viagem, ou lha suspendais, e em caso que se fizesse com dardes a iso tal ordem e forma que o proueito della seja todo para a mesma fortificaçaõ sem se poder por nenhum caso applicar cousa algũa delle para outra nenhũa despeza qualquer que seja. E assi me escreue que fez de despeza com a não que se mandou daquella Cidade carreguada de mantimentos á fortalleza de Mallagua maes de 16700 pardãos, com que ficou muito empenhada ( como tambem o entendi por uossa carta ); e que estes mantimentos se deram de graça aos moradores da mesma fortalleza de Mallagua; e porque sempre auem

por meu serviço gratificarem-se estes socorros semelhantes, vos encomendo me aulzeis em que modo fizeram esta despeza que dizem, e o que importou, e como se procedeo na repartição dos mantimentos daquella nao pellos moradores da fortalleza, e se entenderam que lhos dauão de graça, e a merce que vos parece que por esse respeito deuo fazer a Cidade de Cochim. E asi me pede lhes faça meree de quinhentos piques pera a armada que em cada hum anno fazem pera a guarda dos náuios que vem de Bengalla e da costa de Choromandel demandar o Cabo do Comorim; e porque não tenho enformaçã de como estão prouidos delles os almazens desse estado lhe mandei escreuer que acudissem a vos para conforme ao que puder ser os mandardes fauorecer e ajudar. E tambem me escreue que no tempo de Dom Jorge Temudo Bispo de Cochim foram passadas ollas pelo Rey que então era em fauor dos christãos que se faziaõ em suas terras pera poderem pesuir as honrras e liberdades e fazendas como se fossem gentios, o que se não guarda pello Rey que hora he, e porque se se gardarem será causa de se conuerterem muitos a nossa sancta fee; vos encomendo que o prestadaes ao fazer, pois he cousa tanto de serviço de Deos e meu.

VII. A cidade de Baçaim se queixa que as obras da fortificação della não correm com a presteza que conuem a meu serviço e segurança da mesma cidade, e que em tempo del Rey Dom João meu senhor (que está em gloria) se dauam na feitoria della doze mil pardãos cada anno para as obras da ditta fortificação que no anno de 80 lhe tirou o Conde Dom Luis detaide sendo Viso Rey, e lhe pusera nouo tributo nos mantimentos em que recebiaõ muita oppressão; e porque dizem que se poderá segurar e quasi acabar aquella fortaleza com oito mil pardãos de despeza, e me pedem lhe faça mercee de quatro mil pardãos cada anno que já me ynuiaaram pedir o anno atraz e sobre que vos escreui, vos encomendo que se a este particullar me não tendes respondido o façais pellas mãos deste anno, e me aulzeis se será meu serviço concederlhes



isto que me pedem, e que desta fortificação tenhamos tam particullear cuidado como a ymportancia della o requera, e vollo tenho emcarreguado.

VIII. E assi me pedem, lhe mande guardar huã pronisaõ que lhe pasastes em meu nome para naquella cidade se fazer poluora como se dantes fazia, por auer nella muita commodidade pera isso, e os materiaes maes baratos, e que muitas uezes por falta de poluora se deixaram de fazer muitas armadas de muito meu seruiço; e que haquella fortaleza estaua muito falta de artilharia; pelo que vos encomendo que em huma cousa e em outra deis o remedio e ordem que maes conuem a meu seruiço e segurança da mesma cidade. E porque tambem ella se queixa do contrato e estanco do annil (asi como o faz a cidade de Goa sobre que vos escreuo nesta carta) lhe podereis mandar dizer nisto o mesmo que se ha de dizer á camara de Goa.

IX. Dom João Rey das Ilhas de Maldiva me ynuiou dizer como fizestes merce em meu nome a Dona Francisca de Vasconcellos com quem he cazado, por ser huã das orfãs que deste Reino foram no anno de 84, de 500 pardãos de tença cada anno em sua uida, os quaes aueria no que elle era obrigado pagar a minha fazenda de pareas das dittas Ilhas com declaracão que mandaria confirmar a ditta merce por mim dentro de tres annos pedindome que auendo respeito a ser casado com a ditta Dona Francisca lhe fizesse merce de lhe mandar confirmar e acrecentar mais 200 cruzados em eada hum anno pera a ditta sua mulher se poder sustentar conforme a qualidade de sua pessoa; e porque pellas nossas cartas do anno pasado de 88 me dizeis que lhe naõ destes a carta que lhe mandei escrever por se naõ ordenar bem com a ditta sua mulher e naõ proceder conforme sua obrigaçã e decensia de sua pessoa, me pareceo meu seruiço naõ lhe mandar differir a este seu requerimento sem primeiro ter vossa informacão do modo de seu procedimento, para com ella lhe mandar responder como ouner por meu seruiço; e parecedouos que

em quanto me inuiardes a dita enformação deue auer os ditos 500 pardãos lhos mandareis dar pella prouisão que lhe pasastes. Escritta em Lisboa a oito de Março de MDLxxx e noue.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey—Para V. Magestade ver—1.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India—3.ª via ( sic ).

( Livro 3.º fl. 346 )

## 65.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Por uossas cartas do anno passado me dizeis que com as cousas do Sancto Officio dessas partes e menistros dellas tendes a conta que he rezaõ, e os fauoreceis em seus pagamentos; e posto que na carta geral que vos mandei escreuer vós signifiço o contentamento que tiue de oassi fazerdes, me parebão deuernos tornar a encomendar que assi o façais sempre, e que auendose de fazer algũa dilligencias nas fortallezas e terras dese estado pellos Inquisidores ou outros quaesquer menistros do Sancto Officio os fauoreças e ajudeis em tudo o que por elles vos for requerido para bem das dilligencias que ounerem de fazerem, porque em asi o fazerdes me auerei por bem seruido de vós. Escritta em Lisboa a onze de Março de MDLxxx e noue.

REY.

Pera o Viso Rey da India—3.ª via.

( *N sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

( Livro 2.º fl. 54 )

## 66.

Viso'Rey amigo. Eu El'Rey nos emuiio muito saudar. Por ter entendido que por outras vias poderia chegar a essas partes a noua do successo que teue a armada com que sahio o Duque de Medina Cidonia o anno passado de 88 contra Inglaterra differentemente do que passou, me pareceo enuiarvos a Relaçãõ particular disso que yrá com esta pera a verdes e terdes entendida a verdade do caso, e conforme a ella o dizerdes quando e como vos parecer, o que confio de vós que fareis pello modo mais acertado e conueniente a meu seruiço. Escrita no Pardo a 20 de Março de 89. (a)

REY.

Pera o Viso Rey da India.—4.ª via.

(No sobrescripto)

Por El'Rey.

Ao Viso'Rey da India—4.ª via.

(Livro 2.º fl. 60)

## 67.

Viso'Rey amiguo. Eu El'Rey vos enuiio muito saudar. Jorge de Camara filho de Rui Gonçalves de Camara que Deos perdoe me inuiou dizer que nessas partes ficara muita fazenda do ditto seu pay entregue a alguãs pessoas, e temia que se naõ podese arrecadar delles sem interuir niço vosa ajuda e favor, pedindome vos mandase escrever lho deseis a seus procuradores para se pôr a ditta fazenda em arrecadação; encomendouos que tanto que vos esta for dada os fauoreçaes em tudo o que ouuer lugar para que a ditta fazenda se arrecade dos deve-

---

(a) Esta foi a chamada *Incensível armada*, que se perdeu nas costas de Inglaterra. Devia ser curiosa a *Relação* deste grande desastre dada pelo proprio Philippe II; mas infelizmente perdeu-se, e naõ achamos vestigios della no archivo da India.

dores procedendose niso asi como os presentes como com os ausentes conforme a direito de maneira que venha toda a que for devida ao dito Rui Gonçalves a boa arrecadação, e a faças embarcar nas náos deste anno repartida por ellas e entregue a pessoas seguras e abonadas. Escrita em Lisboa a 23 de Marco de 1589.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey sobre Jorge de Camara—Para V. Magestade ver.

( No Sobrescripto )

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu Visorrey da India—1.ª via.

( Livro 2.º fl. 62 )

68.

Eu ElRey faço saber aos que este aluara vyrem que eu mamdey ora ordenar hum Regimento sobre a ordem que daqui em diante ey por bem que se tenha no negocio dos contos das partes da India, e por quanto não hey por meu serviço que os Contadores e officiaes dos ditos contos ayaão as merces que até ora avyaão pelas contas que tomavaão aos tisoureyros, feitores, e a outros officiaes das ditas partes, e temdo a yssso respeito, e por outros que me a yssso mouem, Hey por bem e me praz que do dia que este for apresentado na cassa dos contos da cidade de Goa em diante os officiaes dos ditos contos ayaão em cada hum anno o acrescentamento seginte alem do mantimento que tem por Regimento, a saber, a vera o Prouedor dos contos e das ementas vynte mil reis d'acrescentamento em cada hum anno, e o emxecutor de minhas diuidas averá outros vynte mil reis d'acrescentamento por anno, e aos contadores averá cada hum deles de acrescentamento por anno vynte mil reis, e os escriuaes dos ditos contos dez mil reis alem do mantimento que tem com os ditos carregos, e lhas se-

raõ pagos no tisqueiro da cidade de Goa assy e de maneira que lhes hade pagar seus ordenados. Notifico assy ao meu Vysorrey e governador das partes da India, e aos Veedores de minha fazenda delas, e lhes mando que na maneyra que se neste contem o cumpraõ e goardem, e façaõ cumprir e goardar ynteiramente como se nele contem sem a yssos ser posto duvida, embargo, nem contradicãõ algũa, por que assy o ey por meu sciãço, o qual hey por bem que valha como carta, e que naõ passe pela Chancelarya sem embargo da Ordenaçãõ do segundo Liuro, Titulo xx, que o contrayro dispoem. M<sup>te</sup> Manuel de Torres o fez em Lisboa a 23 de Março de 589. E eu Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o VisoRey—Pera V. Magestade ver todo—3.<sup>a</sup> via.

(Livro 1.<sup>o</sup> fl. 23)

## 69.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emnio muito saudar. Antre as petiçoẽs que me foraõ apresentadas este anno de pessoas que me seruem nessas partes vierãõ algũas das estantes nelas a que mandey porora suspender a rãposta por me parecer necesario ter primeiro vossa informaçãõ, pelo que vos emcomẽdo e mando vos informeis de Agostinho Antunes e de seus seruiços, e conforme ao que achardẽs delles o prouereis no que ouuer lugar e vos parecer rezaõ; e así tomareis informaçãõ de Miguel Duraes de Barbuda e de seus seruiços, e hachamdo que tem seruido (depois que foy prouido com o carrego de escrivãõ da feitoria de Goa) e que merece o carrego de feitor de Dio lho declarareis, o qual seruirã por tempo de três annos na vagante dos prouidos antes de 16 de feureiro deste anno; tambem tomareis informaçãõ dos seruiços de Domingos d'Oliveira de Lemos, e de Antonio Coelho, e de Manoel Esteuez morador em Cochim, e da calidade deles e de suas pessoas, e se he este

Manoel Estevez de nação, e me emuiareis nestas náos a informação que achardes com vosso parecer pera lhes mandar responder a suas petições como ouuer por bem. Escrita em Lisboa a xxiiij de março de MDLxxx e noue. E em Diogo Velho o fiz escrever.—E os ditos Agostinho Antunes e Miguel Duraes enuiaraõ tirar a este Reyno confirmação minha das repostas que lhes derdes por bem desta carta que virá encorporada nas patentes que lhe passardes.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o VisoRey da India.—Pera Vosa Magestade ver—1.º via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do Estado, e seu VisoRey da India.—1.º via

( Livro 2.º fl. 56 )

## 70.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Nas náos desta armada vão para essas partes por meu mandado oito orfãs das que estão recolhidas no mosteiro dalegaoua desta cidade, encomendouos que as façaes recolhez, e vos lembreis de seu emparo e remedio nomeandolhe para seu casamento quando casarem algumas dos carguos que para este effeito podeis nomear conforme ao que vos tenho mandado escrever os annos passados que façaes sobre semelhantes orfãs; e estas se chamão Dona Bernarda Pereira, Dona Illena detaide, que nessas partes tem seu pay Dom João detaide (a.), Viçencia Rebella, Dona Meciã Pereira, Dona Maria de Me-

(a) He digna de reparo esta circumstancia n'uma donzella que se diz orfã.

neses, Joanna d'Affon-requa, Caterina Alvez Godinha, e Maria Alvez Valente. Escrita em Lisboa a 25 de Março de 1589.

O CARDEAL

Miguel de Moura.

Pará o VisoRey sobre as orfãs.—2.<sup>a</sup> via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado, e seu Visorrey da India.—2.<sup>a</sup> via

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 52. )

## 71.

Dom Phelipe per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, seuñor de Guiné e da conquista, nauegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India & \* Faço saber a vós meu Vissorey e gouernador das partes da India que ora soes e ao diante fordes que sendo eu informado das desordens e injustiças e modos ilicitos que alguñs capitães das fortalezas das ditas partes, esquecidos de sua obrigaçam cometem no tempo que seruem as ditas capitánias, e dos notorios inconuenientes e escandalos que disso se seguem muito contra o seruiço de Deos e meu, e em grande perjuizo de suas consciencias, e notauel danno de meus vasalos, e considerando eu a obrigaçam que tenho de lhes mandar fazer justiça, e quanto conuem pera bem de tudo mandar prouer nisso de tal maneira que se evitte estas tão grandes desordens, mandei ver o caso e fazer primeiro todas as diligencias que pera verificaçam delle cumpriaõ, e sendome de tudo dado inteira informaçãõ se emtendeo que os ditos Capitães não dauãõ suas residencias das cousas per que deuiãõ ser particularmente perguntados nelas, venaõ de outras diferentes, e en certo modo alieas de sua obri-

gação, e que também tinhaõ algũs intrudições (*sic*) de que usauão susiciuamente de hũs em outros que se hiaõ perpetuando hũas com os costumes dellas e outras com prouisoẽs vossas, e conformandome com o que nisto deue ser pera remedio de tudo, ouue por bem e meu seruiço mandar fazer capitulos de residencia porque se tome aos ditos capitaẽs nas que derem de suas capitancias e carregos que seruirem na maneira seguinte.

1. It. Primeiramente se perguntará se todos os capitaẽs das fortalezas das ditas partes fauoreceraõ a conuersaõ dos gentios a nossa sancta fé e os ministros della, ou tiueraõ nisso algũa culpa ou descuido, e que tal foi a dita culpa e descuido.

2. It. Se tomaraõ a jurdição do Ouvidor da fortaleza, ou lhe impediraõ que não fizesse justiça, ou o iniuriaraõ de obra ou palavra, ou lhe fizeraõ outra algũa ave-xação na pessoa ou na fazenda.

3. It. Se deixaraõ de fazer justiça nos casos crimes em que conforme a dita jurdição podem ter voto, ou em a fazer foraõ nigligentes, e por que respeitos, e se foraõ interçados nelles.

4. It. Se passaraõ cartas de seguro nos casos em que as não podem passar, ou deraõ omiziados em fiança nos casos crimes em que os não podem dar, ou se prenderaõ sem culpas obrigatorias ou com ellas, e se nos casos em que não tem jurdição mamdaraõ soltar.

5. It. Se não acudiraõ pella minha jurdição, e deixaraõ levar ao Ecclesiastico a que não era sua, ou tomarão ao Ecclesiastico a que lhe não pertencia.

6. It. Se receberaõ dadivas, peitas, ou presentes das pessoas que com elles tiueraõ negocio, ou de outras a a que era defeso tomalas por minhas ordenações.

7. It. Se foraõ infamados com mulher que com elles tinessem negocio ou requeresse justiça, ou com outra algũa de que se recebesse notorio escandalo ou mau exemplo.

8. It. Se avendo na terra antre-fidalgos ou outras pessoas de calidade deferenças e brigas publicas não acudiraõ



a ellas, e os não apassiguaraõ, ou não castigaraõ sendo as culpas pera isso, e cabendo na sua alcada.

9. It. Se tomaraõ mantimentos, e outras cousas pera sy por menos do que comumente valiaõ na terra, ou as não pagauaõ.

10. It. Se fizeraõ ou mandaraõ fazer pagamento dos soldos velhos a seus parentes, amigos, e criados, ou a algũas outras pessoas.

11. It. Se fizeraõ e os de sua familia algũas forças ou estoçoens ao pouo tomandolhe suas mercadorias contra suas vontades e por menos preço do que valem comumente, ou lhe fizeraõ comprar as suas, e impediraõ que não comprasem outras.

12. It. Se trataraõ em mantimentos e os compravaõ na terra pera os tornarem a reuender, ou repartiaõ os que tinhaõ pello pouo fazendolhos tomar contra sua vontade.

13. It. Se proueraõ os officios da justiça e fazenda em criados seus ou em outras pessoas não lhe pertencendo o prouimento delles por bem do Regimento dos Ouvidores das fortalezas.

14. It. Se tomaraõ o dinheiro dos orfaõs pera tratarem com elle ou pera qualquer outra cousa, inda que fosse com necessidade urgente, e por emprestimo de pouco tempo.

15. It. Se tomaraõ a artelharía dos precidios e lugares onde estaua pera armarem suas náos e nauios, ou pera qualquer outro usso seu particular, não sendo pera cousas de meu seruiço sem outro algum respeito.

16. It. Se proueraõ as fortalezas do necessario, ou se de o não fazerem lhe succedeo, ou podera sobrevir algum trabalho, e que tal foi ou podera ser.

17. It. Se entenderaõ em minha fazenda per algũa via, ou prenderaõ e auexaraõ os officiaes della, ou os injuriaõ e maltratarao nas pessoas ou fazendas.

18. It. Se tiueraõ feitores bramenes, banianes, mouros, ou judeus, que o Synodo prouincial de Goa defende, e os Senhores Reis meus antecessores tem deffeso per suas promissoes.

19. It. Se os creados que têm por Regimento pera residirem naquella fortaleza os mandão em seus navios feitorisar suas fazendas, e lhe fazem pagamento de seus soldos como se residissem na tal fortaleza.

20. It. Se impediraõ a nauegação, e que os mercadores não carreguasem suas fazendas onde e como quisessem, e se os obrigarão que as carreguasem em seus navios, e se lhe levãrão maiores fretes do ordinario, ou que as não carregãsem ate os seus terem carreguados.

21. It. Se trataraõ em pimenta, canela, crano, madeira, ferro, aso, e outras mercadorias defesas pera o mar Roxo e outras partes, e se tineraõ algũs tratos illicitos e deffesos com os inimigos daquelle estado.

22. It. Se fizeraõ ou cometerãõ outro algum caso que pellos Regimentos deste Reino ou da India deuaõ ser castigados.

23. It. Se tomaraõ algũa fazenda a alguãs pessoas por força contra suas vontades dizendo que as tomaãõ pera suprir alguãs necessidades das ditas fortalezas, e pera outras cousas de meu seruiço.

*Estes seis Capitulos abaixo se haõ de perguntar mais alem dos vinte e tres acima apontados aos Capitães de Çofala e Moçaõbique.*

1. It. Se trataraõ em mercadorias defesas pellos Regimentos das feitorias de Çofala e Mocaõbique ou mandaraõ alguãs de resgate a Çofala e as minas do seu distrito alem daquillo que expresamente podem fazer por bem dos ditos Regimentos.

2. It. Se trataraõ em marfim, e o mandaraõ por sua conta á India contra forma do Regimento.

3. It. Se proueraõ nos navios que vaõ por conta de minha fazenda fazer resguate as minas criados seus por capitaães delles, tirando os que o feitor manda, ou porque não ha fazenda minha pera resguate mandaõ a sua; sendolhe tudo deffesso pelo dito Regimento.

4. It. Se defenderãõ que ninguem fosse aos Rios do Cabo de Boa Esperança pera elles somente lá, manda-

rem, e se tomaõ o marfim que de lá vem sem o deixarem entregar ao feitor conforme ao Regimento.

5. It. Se defendem aos officiaes da feitoria e outras pessoas que por Regimento tem licença de mandar certas corjas de roupa no navio do resgate que as não mandem, pera elles as mandarem.

6. It. Se impediraõ a nauegação da Ilha de São Lourenço, ou do Cabo das Correntes, ou da costa de Melinde aos que com seus navios querem nauegar e pagar os quintos a minha fazenda, pera elles somente irem ou mandarem, ou obrigaõ as pessoas que vão em seus navios.

*Estes seis Capitulos abaixo se hão de preguntar aos Capitães da fortaleza d'Ormuz alem dos 23 Capitulos primeiros conteados nesta provisão.*

1. It. Se aceitaraõ delRey de Ormuz a dadina costumada e de muitos annos defendida da renda das orraças, ou de outra alguã renda, ou dadina, ou peita, ou lhe fizeraõ alguã avexação por isso ou sem isso.

2. It. Se tolheraõ que ninguem comprase caualos na Ilha de Ormuz sem sua licença, ou até elles comprarem primeiro, ou os tomaraõ aos que os tinhaõ comprados por sy ou pellos seus feitores, ou tolheraõ ás partes que os não embarcasem nos navios que quisesem, ou os fez embarcar nos seus contra suas vontades, e se lhe pôs mais frete do que lhe leuavaõ em outros navios, ou se fizeraõ o mesmo em quaesquier outras mercadorias.

3. It. Se aos mouros mercadores que vem da Persia, ou da Arabia, ou de Baçora per sy ou por seus feitores fizeraõ avexaçoens nas mercadorias que trazem tomandoas por força e por menos do que valem, ou pello justo, ou lhe empedem a compra de outras, ou a venda das que trazem fazendolhes máo tratamento nas pessoas e nas fazendas, ou lhes empedem que não comprem até o seu feitor não comprar.

4. It. Se tolheraõ que não vão mercadores ás ilhas adyacentes comprar mercadorias reservandoas o dito capitão pera sy, ou lhes fazem por seus feitores alguã avexaçoens nas pessoas e nas fazendas.

5. It. Se os mantimentos que nas suas náos mandaõ vir de Bengala, do Cind-, Barcelor, e outras partes da India aquella Ilha de Ormuz os vendem ao pongo por maior preço do que commumente valem, e se empedem a venda dos alheos pera melhor venderem os seus, ou quando os não podem vender se os repartem pellos mercadores da terra fazendolhos tomar contra suas vontades.

6. It. Se tiueraõ algum commercio ou trato com os Turcos que residem em Baçora, ou lhes mandaraõ ou deixaraõ lenar cousas defessas, ou se tiueraõ com outros imignos do estado algũs tratos illicitos ou defessos.

*Este Capitulo abaixo se hade perguntar mais aos Capitaẽs de Damão alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisaõ.*

It. Se obrigon aos ortelloens da pouaçã de Tarapor, e das mais Tanadarias, a lhe venderem contra suas vontades o betre que colhem em suas ortas, ou se lhes fazem por isso algũs avexaçõs.

*Este Capitulo abaixo se hade perguntar mais aos Capitaẽs de Goa alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisam.*

It. Se leuaraõ mais direitos dos que se podem lenar das chapas e licenças que dam aos que saem e entraõ na Ilha de Goa.

*Este Capitulo abaixo se hade perguntar mais aos Capitaẽs de Sam Thomé alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisaõ.*

It. Se tomandose alguã nao ou fazenda per de presa, ou fazendas defessas per perdidas, se as puseraõ em arrecadação não avendo official meu pronido pera isso, ou se desemcaminharaõ alguã cousa.

*Este Capitulo abaixo se hade perguntar mais aos Capitaẽs de Ceilaõ alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisam.*

It. Se tomaraõ arros e outros mantimentos que vem de Bengala e outras cousas que vem de Malaca e outras partes ter aquella fortaleza contra vontade de seus donos pera sy ou por conta de minha fazenda, dizem-

do que saõ necesareas pera meu serviço, sem os pagarem loguo pelos preços que valem.

*Estes seis Capitulos abaixo se haõ de preguntar mais aos Capitaes da fortaleza de Malaca alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisaõ.*

1. It. Se mandaraõ per seu feitor ou pelo alcaide do mar, ou per outras pessoas atrauesar as mercadorias que os Jáos trazem a Malaca, a sâber, crauo, nós, maça, e pimenta, e outras drogas e mercadorias, e mantimentos sem deixarem vir tudo á alfandegua, e as compraraõ e atrauesaraõ todas pellos preços que quiserãõ, e por muito menos do que valiaõ, e depois as venderãõ ao pouo por muito maiores preços, em que ganharaõ muito sem tirarem dinheiro da bolsa nem o arriscarem.

2. It. Se compraraõ as ditas fazendas sem consentirem que outras pessoas as comprasem, e fizeraõ os preços por que as compraraõ, e por elles se pagaraõ os direitos nalfandega, e naõ pello preço porque logo as venderãõ as taes fazendas, em que a minha recebeo notauel danõ alem do perjuizo das partes.

3. It. Se impediraõ a nauegação pera Bengala, Solor, Quedá, Sunda, Jaoa, Siaõ, Japaõ, e outras partes do sul, e que nenhuã pessoa fosse a ellas senaõ elles, ou as que quiserem.

4. It. Se mandaraõ fazer alguãs viagens pera alguã parte do sul em prejuizo dos prouidos, e contra forma de minhas prouisoões e regimentos.

5. It. Se tomaraõ algũ crauo do que vem de Maluco nos meus galeoões pera sy, ou com achaque de alguã necessidade daquella fortaleza.

6. It. Se mandaraõ a Maluco ou a Banda carregar de crano manchuas contra meus regimentos.

*Estes quatro Capitulos se haõ de preguntar mais aos Capitaes de Maluco alem dos 23 Capitulos primeiros desta prouisaõ.*

1. It. Se favoreceraõ a carregua dos galeoões que por conta de minha fazenda foraõ áquella fortaleza carregar de crauo.

2. It. Se venderão cravo aos Jaos, ou lho deixaraõ comprar na terra porlendolho impedir.

3. It. Se atraesaraõ as roupas que da India vaõ á quella fortaleza, e se as que vaõ a ella por conta de minha fazenda fizeraõ vender e as compraraõ pera depois se tornarem a vender á mesma minha fazenda por maiores preços, ou compraraõ todo o cravo com ellas pera outrossy o venderem por maior preço a meus offiçaes e ás partes, o que seria em notavel dano de minha fazenda, e se tolheraõ ao meu feitor que o naõ comprasse livremente.

4. It. Se mandaraõ cravo, nós, maça pera a China, ou á Jaoa, ou a Siaõ, e a outras partes posto que fosse a troquo de mantimentos, e com isso defraudaraõ a carga dos meus galeões.

Pello que ei por bem e mando que tanto que qualquer Capitaõ de fortalezas de qualquer calidade e condicaõ que seja acabar de servir a sua capitania se lhe tome logo residencia della pellos ditos capitulos e pellos mais que a ella toqnarem, os quaes se lhe leraõ ao tempo que o Vedor da fazenda das ditas partes lhe der a posse da dita capitania pera irem mais aduertidos na obrigaçaõ delles. Notifico-vos assy a vós dito meu Vissorrey e gouernador, e vos mando que cumpraes e guardeis, e façais cumprir e guardar inteiramente esta minha prouisaõ sem embargo de todas as outras prouisoẽs e Regimentos quaysquer que forem que em contrairo aia; e que naõ passeis nenhũa prouisaõ que por algum modo encontre os ditos capitulos de residencia ou algum deles, ou lhes dee diferente interpetaçaõ do que elles soaõ em parte ou em todo, porque minha tençaõ e vontade he defender como por esta prouisaõ ei por deffendido aos ditos capitaes tudo o que for contra os ditos capitulos, sob pena de pellas culpas delles serem regurosamente castigados como o caso merecer, por quanto ei por bem que os capitaes que forem culpados nas taes residencias lhe seja dada toda a pena que per direito merecerem, e que logo se execute nelles sem appa-

lação nem agrauo; e socedendo nas ditas fortalezas algũs casos particulares que não vão aqui expresos e declarados que vos pareça que também se deue perguntar por elles nas taes residencias, mando que assy se faça, e se proceda contra os culpados pella maneira sobre dita. E esta quero que valha, tenha força e vignor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e selada do meu sello pendente sem embargo da Ordenaçã do segundo liuro, titolo vinte, que o contraíro despoem; e outrossy se cumprirá posto que não passe pella chancellaria sem embargo da mesma Ordenaçã; e mando que se registre nos liuros da Relaçã de Goa, e nos das Camaras das cidades e fortalezas das ditas partes, e o traslado de tudo autenticado se dará ao Veedor de minha fazenda de Goa pera o ler, ou fazer ler perante sy aos Capitaẽs ao tempo que lhe der a posse das taes capitãias, e pera isso se registrará também nos liuros de minha fazenda das ditas partes. Jeronimo de Barros o fez em Lisboa a vinte e cinco de março de lxxxix. E eu o Secretareo Diogo Velho o fiz escrever.—E esta prouisaõ uai escrita em cinco meas folhas com esta assinadas ao pé de cada hũa por Miguel de Moura do meu conselho do estado, e men escriuaõ da puridade.

### O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Aluarã e Capitulos de Residencia pellos quaes V. Magestade ha por bem que se tome daqui em diante residencia aos Capitaẽs das fortalezas da India pella maneira que se nelles contem. E este valha como carta, e que não passe pella Chancellaria.—Pera V. Magestade ver todo.

(Livro 1.º ff 159)

## 72.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos envio muito sandar. Vendo eu a matteria das prouisoẽs que os VisoReys dessas partes ordinariamente costumam passar aos Ca-

pitaões das fortallezas quando nellas entram, não auendo em muitas das dittas prouisoões maes rezoões que respeito particulares, e fazer o Capitão que succede exemplo com seu antecessor, que he mui prejudicial a meu serviço e ás partes, me pareceo toda esta matteria de muita consideração e de particullar obriguação minha para nella mandar prouer e juntamente em outrós abuzos de que nsão os Capitaões pellos terem yntroduzidos em suas Capitánias, e que o melhor remedio e maes conueniente, juridico, e ynda snave seria dar forma e ordem na residencia dos ditos Capitaões, porque sou ynformado que nellas se pergunta per muitas cousas alheas de sua obriguação que ficam somente em serimonia de residencia, e que por iso quasi todos as daõ sempre boas sendo notorio as culpas que nellas tem, que he outro nono escandallo, allem do que dellas se recebe. Pello que ouue por meu serviço mandar formar Capitulos proprios para as taes residencias conforme as culpas que se tem entendido que os ditos Capitaões comettem, e emcorporaremse em huã minha Prouisaõ que uay em todas as uias destas náos deregida a vós, e vos encomendo e mando que façaes ynteiramente cumprir conforme ao que por ella vereis a que me remetto; e depois da ditta Prouisaõ ser registada onde mando que se registe, ordenareis que das vias della tenha huã o Secrettario desse estado, e outra se ajunte ao Regimento da Rellação, e outra tenha o Veedor da fazenda de Goa com obriguação de elle e o Secretario a entregarem a seus sobcesorcs.

II. Tambem vos mando nestas vias tres Regimentos para os Contos dessas partes, hum maior que contheim em si a ordem geral que se hade goardar nas contas dellas e em todas as dependencias desta materia; e outro sobre o despacho particullar das peticoens dos negocios dos ditos Contos; e outro sobre o correr das ementas dellas. Emcomendouos que ordeneis como logo se proceda nos dittos Contos conforme aos dittos Regimentos, e se cumpram inteiramente. E porque este anno não



pode inda yr a pessoa que hade servir de Prouedor mór dellea, yrá querendo Deos o anno que vem; e me escreuereis como corre com a obriguacão do ditto cargo Francisco Páez Albernaz que o anno passado vos mandei escrever que aua por bem que o seruisse em quanto de cá não fosse o proprietario. Escritta em Lisboa a 26. de Março. de 1589.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey.—Para Vossa Magestade ver—1.º via.

(Na sobrescripto)

Por ElRey.

A Dõ Duarte de Meneses do seu concelho do estado, e seu Visorrey da Índia—1.º via.

(Livro 3.º fl. 368.)

73.

VisoRey amigno. Eu ElRey vos enuo muito saud. &c. Vy o que me escreuestes em carta de 23. de nouembro de 87 sobre a fortificaçãõ de Cochim, e as ponderaçõs que sobre esta matteria fazeis que todas sãõ de muita consideraçãõ, porque por huã parte me lembraes o muito risco em que estam todas as fazendas que do Sul vem áquella cidade que de todo está aberta e sera nenhuma defençãõ, e pella outra se vos offerece que tratarso da fortificaçãõ della e ordenar de se fazer huã das viagens da China que lhe concedeo o Senhor Rey Dom Sebastião, meu sobrinho, (que Deos tein.) pera este effeito, porá ElRey de Cochim em termos de desconfiança sua que obrigue a se romper de todo com elle, que por nenhum caso conuenir; e posto que comecarse a fortificar aquella cidade pello campo de Sam. João atoe o peso da pimenta será segundo sou ynformado de mae effeito, e o que conueir para segurança della, he de crer que o estoruará ElRey de Cochim, cuidando que por

seu respeito se faz esta fortificação, e que não faltaram pessoas que por seus respeitos particullares lho façam así entender e procurar como elle a impida. E porque conuem que se tire toda a occasião de rompimento com este Rey así, pela conta que sempre com elle mandaram ter os Senhores Reis meus predecessores, como pello estado em que estão as cousas presentes dessas partes, me parece meu serviço que se deue começar esta fortificação pella banda do mar fazendose alguns balluartes que respondão huns a outros, e deffendam toda aquella parte, dizendose a El Rey de Cochim que se fazem pera segurança do porto daquelle cidade e do peso da pimenta e dalfandegua em que elle tem tanta parte de rendimento, e fazendose por esta maneira dellé fiel, como o deue ser, e interessado, como ho he, e vendo que se faz conta dellé, e que se lhe communica tudo, e que pella parte da terra lhe fica a cidade aberta, parece que se quiettará maes; e com a occasião destes balluartes se podem ajuntar materiaes pera toda a obra, e com qualquer outra obra ou occasião que o tempo pode offerecer se podera-yr continuando com os mais balluartes pella outra parte da cidade em correspondencia igual huns dos outros, e he de crer que este Rey se facillitará maes a consentillo depois que vir a cidade fortificada pella parte do mar, e os lanços de muro de balluarte a balluarte se poderao depois fazer maes facilmente, pello que vos encomendo que procedaes nesta obra por este modo, e com todo o resguardo necessario, e trabalheis por encaminhar este Rey a lhe parecer bem esta fortificação dandolhe a entender que se faz pera com ella se segurar a cidade dos accidentes que lhe podem sobrenir pella banda do mar; e de tudo o que nisto fizerdes me auisareis. Escrevta em Lisboa a 26 de Março de 1589.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Para o Viso Rey.—Para Vossa Magestade ver—1.º via.

(No sobrescripto )

Por ElRey.

A Dom Duarte de Meneses do seu Conselho do estado,  
e seu Visorrey da India.—1.ª via.

(Livro 2.º fl. 66 )

## 74.

Eu ElRey faço saber aos que eses aluara virem que  
Eu ey por bem e me praz que levando nosso senhor a  
saluamento ás partes da India as cinco náos que com a  
sua ajuda ora pera láã haõ de pãrtir, se lhes dê a carga  
quando das ditas partes uierem pera este Reino pela  
ordem seguinte: a náõ Madre de Deos capitaina será  
a primeira em carga, e a nao Santo Alberto a segunda,  
e a náõ São Bernardo a terceira, a náõ Santo Antonio  
a quarta, e a náõ Nazare a derradeira em carga. Notefi-  
coo assy ao men Viso Rey ou Governador nas ditas  
partes, e ao Veedor de minha fazenda em ellas que en-  
tender no negocio da carga e descarga das ditas náõs,  
e a todos os officiaes e pessoas a que o conhecimento  
disto pertencer, e mandolhes que cumpiraõ e goardem, e  
façaõ cumprir e goardar este meu aluará assy e da ma-  
neira que se nelle contem posto que naõ passe pela Chan-  
celaria, e do theor delle se passaraõ cinco pera hirem per  
cinco uias, de que este he a primeira, auendo hũa effei to  
as outras naõ seraõ de nenhum uigor. Manoel Marquez o  
fez em Lisboa ao primeiro de Abril de MBclxxxix (1589)  
Pero de Pãua o fez escreuer.

O CARDEAL.

João Gomez.

Aluara pera a Magestade uer,

(Livro 1.º fl. 20—2.ª via Livro dito fl. 18 )

## 75.

Viso Rey amigo. Eu ElRey nos enuio muito saudar.  
Sendo eu informado como Dom Luis Lobo fidalgo de

minha casa andava na India em meu serviço ao tempo que seu pay Dom Ruy Diaz Lobo, que Deos perdoe, cometeo o crime da rebelião de Dom Antonio Prior que foy do Crato pello qual foy justicado na cidade de Lisboa o anno passado de 89, como sabeis, e confiando delle que saberá conhecer e servir toda a merce e honrra que lhe fizer, houve por bem de o habilitar, e que a dita sentença o não prejudique em cousa algũa, de que lhe mandey passar prouisaõ por mym assinada. E pera que elle se anime e saiba merecer e estimar a merce que lhe fiz, uos encomendo que tanto que embora chegardes á India o mandeis chamar, e lhe digaes que o que principalmente me moneo a lhe fazer esta merce he a boa informaçaõ que delle houve, e ter por certo que procederá sempre em meu serviço de maneira que corresponda á lealdade de todos seus antepassados taõ inteiramente que mereça esquecerse o descuido da falta de seu pay, como delle espero e confio que o faça, e que conforme a seu procedimento e serviços que fizer pode esperar e ter por certas as merces que merecer; e do que com elle passardes, e de seu procedimento e partes me avisareis por vias. Escrita em Madrid a 19 de março de 590.

REY.

Pera o Viso Rey da India.—1.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e Viso Rey da India—1.ª via.

(Livro 2.º fl. 390)

NB.

Daqui por diante serã os Documentos de cada anno repartidos em duas Series; a 1.ª contendo as Cartas da *Mouã de Reinã* a 2.ª as *de Álvaro dos Vice-Reis*.

1591.

## PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

76.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito sandar. Posto que o anno passado vos mandei per minhas Instruções, que foraõ tantas e tam largas ( como por ellas nistes antes de vossa partida, que pera isso vallas mandei loguo entaõ mostrar ) o que me pareceo que conuinha a meu seruiço, e espero que nas naos que este anno presente haõ de vir dessas partes me escreuaes o que tendes feito nas materias que nellas vos encomendõ com tam bons nouas de tudo como seei que procurareis e folguares de mas mandar, vos tornarei a tratar de algũas dellas e responder a outras sobre que me escreueo o Governador Manoel de Sousa Continho nas quatro naos que uieraõ dessas partes o mesmo anno, e tenho muita confiança que no comprimento de todas as de vosa obrigação comprireis inteiramente sempre com ella.

II. O ditto Governador me escreueo como naõ cheguara a essas partes a nao Santo Antonio de que foi por Capitaõ Dom João da Cunha, que he hũa das cinco da armada em que foi Bernaldim Ribeiro por Capitaõ mór, que premitirá Deos que inuernaria em Moçambique, e a trará a saluamento a este Reino, e que na ordem da carga das naos que lhe tinha particullarmente encarregado mandaria fazer as diligencias necessarias, e que se comprissem os regimentos que sobre esta materia saõ passados, o que tambeem encarreguara a Manoel de Medeiros Vedor da fazenda da carga das mesmas naos. E posto que nas Instruções que lenastes vos encarreguo tanto esta materia por ser da importancia que sabeis, me pareceo tornaruolla a encomandar muyto encarecidamente pera que trabalheis por se expedirem as naos tam cedo, que possam fazer esa viagem com a segurança que conuiem pois a experiencia tem mostrado que como de la partem cedo permite nossõ Senhor que uenhaõ bem navegadas.

III. E assi me escreve que no Canará se fez a maior parte da pimenta que uo nestas naos, e que entende que ao diante se fará cada vez mais, que será de muito effeito pera o auimento da carga de cada anno, e que trabalhaua por ter contentes os Reis daquella costa por respeito da pimenta que daõ, de que a maior parte he das terras de Saõ carnao Botto, o qual tratára auia poucos dias como o Idalxa pera lhe entregar algũas fortalezas suas, o que naõ queriaõ consentir os Reis uezinhas, e que seria isto de muito dano asi pera a pimenta como pera as fortalezas que tenho naquella costa, e que por esse respeito o mandára auisar per suas cartas que naõ tratasse de se sogear sendo liure, e que posto que lhe naõ respondera hia temporisando com elle, e porque o commercio da pimenta daquella costa he de tanta importancia como sabeis, e tãta certa pera a cargua das naos, volla encomendo mi encarecidamente. E sobre a materia de Samcarnão Botto que he de tanta consideraçãõ como se deixa bem entender pello discurso della vos encomendo tenhaes muita vigilancia, e que em nenhum modo consintaes entregaremse aquellas fortalezas ao Idalxá procurando de lha estoruar, por todas as vias que poder ser tendo nisso tal modo que com se fazer este effeito naõ se mouaõ novos descontentamentos com o Idalxá.

IV. E assi me diz que ElRey do Bangel e o d'Olala trazem anre si guerra, e que destes Reis se auia muita pimenta pera as naos, e que pello de Olalla ter posto em muito aperto o de Bangel e quasi desapossado de seu Reino mandára inuernar na fortaleza de Mangallor Dom Joaõ d'Azevedo e outros fidalguos com gente e nauios, e que com ordem de Antonio Teixeira de Macedo Capitãõ daquella fortaleza se fizeraõ algũas entradas nas terras de Olala, e que posto que este Rey se justificasse com elle escreuendolhe que era amigo desse estado e meu vassallo fizera naquelle inuerno hum forte naõ longe daquella fortaleza que ao diante naõ deixaria de dar trabalho pello lugar em que estava, e que se lhe naõ pudera impedir por ser inuerno, e assistir este Rey ao

fazer delle com trinta mil homens de pelleia, e que dava ordem ao Capitam mór que andava no Mallauar pera que pessoalmente fosse a Manguallor, e tratasse de fazer amigos estes Reis, e que em todo caso derrubasse este forte, porque inda que encarecidamente encarreguara a reconciliação destes Reis ao ditto capitão mór lhe mandava expressamente que não querendo o de Olalla aquietarse lhe fizesse guerra, o que me pareceo dener apronar, e encomendaruos acudaes a isto com o cuidado, dilligencia, e consideração que conuem, e que todas as cousas desta qualidade as trateis sempre em conselho com os fidalguos de partes pera isso, e outras pessoas de experiencia desse estado, e me escreuais sempre de como o asi fizestes com declaração do nouto de cada hum. E posto que o ditto Guonernador não escreue que procedeo asi neste caso, cuido que o faria, e que o forte que fez ElRey de Olalla estará já desfeito pello inconueniente que he deixar criar fortalezas de nouo que de necessidade haõ de dar trabalho a esse estado.

V. Tambem me escreue que ElRey de Bellegim accode com muita quantidade de pimenta á fortaleza de Onor, e se entende que o não deixará de fazer sempre pella boa ordem que niso dá Antonio Telles capitão daquela fortaleza, de que nisto me tenho por bem servido delle como lho mando escrever, e assi ao dito Rey agnardecer o bom modo em que nisto procede, e vos encomendo que trabalheis por conseruar a amizade deste Rey e o comercio que com elle se tem da pimenta, pera que não somente esteja certa a que sempre dá, mas que folgue de acudir cada anno com muita maes.

VI. E assi me diz que não tem satisfação da Rainha de Batioalá, que tambem o he de Guarçopá, porque allem de não dar a pimenta que he obrignada aos feitores dos contratadores lhe não entrega o dinheiro della que em si tem, e fauorece Malogí cossairo alleuantado do Sanguicer, e lhe dá marinheiros e embarcações com que sahe todos os annos a roubar, sobre o que a tinha auizado e mandado ao Capitão mór que andava no Mallauar

que não dando de sua parte satisfação lhe fizesse em suas terras todo o dano que pudesse ser, que me pareceo deuer tambem aprouar, e encomendarnos que proceda'ss nesta materia com as considerações que ella pede.

VII. E assi trata de ter escrito ao Idalxá os danos e roubos que fazem nesse estado os cossairos que saem do Sanguicer, pera que mandase pôr cobro uiso, e tinha sabido que elle tinha despedido gente com hum capitaõ sobre o leuantado Mallogi; e que posto que outras vezes o tiuesse feito sempre este cossairo ficana em pee e sem castigno por partidos que fazia, ou peitas que dana, e que detreminaua não tomando o Idalxá a detreminação neste negocio, de mandar entrar o rio e fazer fortalleza naquelle lugnar, posto que o elle tomasse mal, porque allem de com isso se tirar dally aquella ladroeira, serviria de muito effeito aquella fortalleza assi pella muita quantidade de pimenta que se pode fazer nella, como, pella muita madeira que dará pera a ribeira de Guoa com muito pouca despeza desse estado, porque com o rendimento das uarzeas e outras propriedades que tem se poderaõ sustentar o capitaõ e soldados que nella ounerem de resedir; pello que vos encomendo que trabalheis por de todo extinguir aquella ladroeira pello modo que for mais conuiniente e assentardes por melhor, e que se escuzem nouos guastos com nouas fortalezas e castellos, como vollo tenho mandado pella quarta Instrução que leuastes Capitulo 37.

VIII. Tambem me escrene o ditto Gouernador que pella entrega que o Saõ carnaõ Botto faz ao Idalxá de suas fortallezas fica a de Barcellor com maior sobroço por estar danificada e quasi de todo arruinada, pello que mandára inuernar nella Joaõ de Valladares de Soutomaior com quarenta<sup>º</sup> soldados, e a tinha mandado uer per officiaes pera se reparar, posto que não detreminaua fazer muita obra nella por não estar em sittio pera isso; e porque assi como não conuem fazerem-se nouas fortallezas nesse estado, he necessario acudir-se ás que estão feitas pello credito e reputação delle, e se pre-



uehir o que poderia acontecer naõ estando deffentatua, vos encomendo que com esta de Barcellor tenhaes a conta que conuem e pede a uezinhança que hora diz que tem.

IX. E tambem diz que ElRey de Cananor naõ he poderoso pera impedir que naõ sayão ladroẽs de seus portos posto que entende que os consente pella parte que tem das prezas que fazem; e que por esta causa, e por dár pouca pimenta lhe pôs por condição nos cartazes que lhe concedeo que saindo alguns cossairos de seus portos lhe naõ ualleriaõ e ficariaõ de preza os navios que os leuassem, e que Dom Fernando de Meneses capitão daquella fortalleza tratava com Cunhicopra, mouro principal naquelle Reino, sobre dar alguma pimenta, o que tenho por de meu seruiço, como sempre o sera todo o bom modo de se auer mais pimenta, e vos encomendo que procedaes nesta materia toda nesta conformidade.

X. E assi me escreue que se fizeraõ muitas diligencias com ElRey de Repellim pera dar pimenta como mo tinha escrito e prometido ao VisoRey Dom Duarte; e se offereceo Niculão Petro a lhe ordenar pezo pera ella dentro nas suas terras sem ir a Cochim, mas que se tinha entendido que este Rey naõ tem possibilidade nem comodidade pera poder dar pimenta, pello que naõ deueis de tratar della senaõ quando a elle truer e quizer dar de boa vontade.

XI. E asi me diz que o Samotim pello interesse que tem dos cartazes, e por outros respeitoos lhe mandara aquelle muerno muitas ollas em que lhe pedira perdaõ se contra meu seruiço cometera algum erro, e que estava prompto pera dar satisfaçaõ de sy tanto nisto como no comprimento das pazes que seu antecessor fizera com esse estado, ao que elle lhe naõ respondera reservando tudo pera aquelle ueraõ; e por o ditto Samotim escrever o mesmo a Dom Jeronimo Mascarenhas, e a Niculão Petro mandara ao dito Niculão que se miste com elle, o que fizera levando em sua companhia Balthesar de Sousa Capitão de Cranganor, e que ante outras cousas

que com elle tratara fore que mandando o Governador aquella anno armada bastaste ao Mallauar, elle iria por terra juntamente pera se desfazer a fortaleza de Cunhalle, com condiçãõ que se lhe desse ametade da artilharia e dinheiro que se nella tomasse, a que respondera que a artilharia aua de ficar pera o estado por quasi toda ser tomada em nauios de Portuguezes; e que assi se offerencia a dar outro sitio pera se fundar fortaleza em lugar da de Panane, e por feitoria em Calcut; e por ser materia de consideraçãõ, me pareceo antes de vós responder a ella mandar tomar alguã enformaçõs; e ey por meu seruiço que se façã pazes com o Samorim com as condiçõs apontadas asi no contrato feito com seu antecessor como nas praticadas de presente com elle, e com declaraçãõ que não hade ter parte alguã na artilharia de Cunhalle conforme a reposta do ditto Governador pera elle sobre este ponto; e que pela poderem ficar firmes deueis tratar muito de proposito de extinguir e arrazar a fortaleza de Cunhale, porque inda que se façã pazes, ficando esta fortaleza em pee sempre ficará em acolheita de cosairos, como haguora o he; e procurareis que o mesmo Samorim a ajude a desfazer, porque não conuem á reputaçãõ e quietaçãõ desse estado dissimularse per nenhum caso com elle; e quanto ao sitio que offerece pera se fazer outra em lugar da de Panane deueis aceitar o seu offercimento nisto por authoridade somente desse estado, e o lugar em que se faça, mas não fazella; e da feitoria em Calcut se não deue per nenhum caso tratar, porque não seruiria de mais que de penhor pera se dissimullarem ao Samorim todas as desordens que quiser cometer; e porque se entende que as naõs pera que pede cartazes leuãõ pimenta a Moqua, se lhe deuem de conceder com condiçãõ que achãdo que a leuãõ lhe não valhaõ, e assi se declarara expressamente não somente no contrato das ditas pazes, mas se pora por clausula nos mesmos cartazes.

XII. Tambem me escreue o ditto Manoel de Sousa que por offercimento que lhe mandon fazer o Samorim

que iria por terra a ajudar a desfazer a fortalleza de Cunhalle lhe pareceo que era tempo de não perder tamanha occasiã como esta pera se acabar de destruir, e desarraigir de todo aquelle imigo tam prejudicial ao estado, e ordenara hũa armada de tres guallés e trinta e duas gualleotas e fustas de que encarreguára por Capitaõ mór Thomé de Sousa seu irmaõ pera se yr pôr sobre Cunhalle no tempo que fosse auisado pello Samorim, e que hia dispondo per ordem do Capitaõ de Cananor aos Arioles, que saõ senhores de uassallos poderosos, uezinhos de Cunhale que lhe podem dar socorro ou impidi-lho que lho não deem, e que esperaua que com estas preuenções se arrazase aquella fortaleza, e se castigasse aquelle cossairo; e porque tudo isto me pareceo ordenado conforme ao que conuem a meu seruiço e á reputaçã desse estado, vos encomendo me auiseis do successo que teue esta armada, e se se conseguiu o intento perque se fez, e não estando inda arrazada esta fortaleza, o fareis effectuar pera que se acabe de extinguir de todo aquelle cossairo.

XIII. E assi me diz que mandára seu filho Jeronimo de Sousa ao cabo de Comorim por capitaõ de hũa armada de oito nauios por ser enfermado que eraõ lá passados parcos de Cunhale, pera juntamente mandar apregoar as pazes que se fizeraõ em Coullaõ com os Reis de Trauanoor; e porque alguns contratos que se fazem nessas partes saõ muitas vezes pouco firmes, vos encomendo procureis que os que se fizerem daqui em diante o sejaõ, promiêdo e ordenando o necessario pera isso, que a experiencia deue ter bem mostrado.

XIV. Nas Instruções que o anno passado vos mandei dar uos tratei particullarmente da alfandegua de Chaul, e uos encomendei ordenasseis de logno se por, se o Governador Manoel de Souza a não tivesse já assentada, pera o que me escreueo pellas naos do anno passado que se ficaua fazendo prestes; e porque os moradores daquella cidade me escreuerã sobre esta materia apontando algũas rezõs pera se não deuer fazer a ditta al-

sendegna fundados maes em seus particullares interesses que em justiça que pera isso tenhaõ, lhe mandei escrever a carta que nai nestas uias, de que uos inuiõ a copia, pera que useis della ou naõ, e procedaes nessa materia na forma que vos mandei declarar nas dittas Instruções. (a) E sobre esta materia vos escreuerey em outra carta, a que me remeto.

XV. E assi me escreue o ditto Governador que o Samorim cumpre mal com a pimenta que ficou de dar, e naõ quis tornar aos contratadores o dinheiro que a essa conta tinha recebido, e que insistindo nisso Dom Jeronimo d'Azeuedo que andava por Capitaõ mór no Malalauar aquelle anno, lhe entreguara quatro mil e tantos pardãos somente, ficando ainda deueno seis mil pardãos, e que parecendo ao dito Dom Jeronimo que poderia o ditto Samorim nauagnar pimenta pera Mecca depois de recolhida a sua armada, se deixara andar naquella costa até se lhe guastar a monçaõ, que foi causa de naõ partir hũa naõ que tinha prestes, e que hia dissimulando com estas cousas até uer se pode acabar de desfazer Cunhalhe, e que com isto feito trataria da forma e modo das pazes que o Samorim offerece, e parecendo-lhe que cumpria a meu serviço assentaria feitoria em Callect, ou onde melhor parecesse. E porque consentir ao Samorim que nauagne pimenta pera Mecca he de tañanho inconueniente como se sabe, vos encomendo quaõ encarecidamente pode ser que pera este effeito procureis todos os remedios necessarios, de que se pode aprouar o de que useu Dom Jeronimo d'Azeuedo, posto que seia custoso, mas quando naõ ouuer outros que fação o mesmo effeito, forçadamente se hade acudir ao que maes importa; e quanto ao lugar que offerece o Samorim em hum de seus portos pera se fazer fortalleza o deueis aceitar, mas naõ fazella, nem feitoria em Cal-

(a) As seguintes palavras deste Capitulo saõ postas depois, e em entrelinha.

lecut, como uolo já diguo atrás no Capitulo XI desta Carta pelas causas que nelle se apontaõ.

XVI. E assi me diz que ElRey de Cochim procede bem em meu seruiço, e no que toca á fortificaçaõ daquella cidade me escreueo o dito Guouernador em carta particular que se eu mandar escrever ao ditto Rey sobre esta fortificaçaõ pera se auer de fazer por ordem sua mostrando ter delle a confiança que cuida que suas obras merecem, que consintirá nella, e a ajudará com todo o necessario, porque sem sua vontade entendia que não era possiuel poderse intentar; e por esta materia ser da consideraçaõ que tereis visto, e tenho tomado resollucaõ nella na forma que mandei escrever no anno de 89 ao ditto Manoel de Sousa, me pareceo pello que ora sobre ella me escreue aduirtiruos que entendendo uós que se pode ter algũa segurança deste Rey correr bem com a fortificaçaõ daquella cidade, como Manoel de Sousa discorre, se poderia tratar com elle na forma que aponta pera ElRey dar pera ella as ajudas que se lhe pedissem, e quando uos parecer que não consintirá nella, procedereis neste negocio conforme ao que tenho mandado nas uias do anno de 89, que em hũa de vossas Instruções vos tenho mandado que cobreis, mas allem disso pera estardes inteirado nesta materia, e a poderdes logo uer toda juntamente, com esta carta quando a receberdes se vos inuiará com ella a copia do que o ditto anno de 89 sobre isto escreui ao ditto Manoel de Sousa.

XVII. Por a cidade de Cochim me pedir lhe mandasse fazer paguamento de hñs dezaseis mil e tantos pardãos que dizem que despenderaõ com os mantimentos com que socorreraõ a fortalleza de Mallaca, antes de lhe mandar responder mandei ao Guouernador me inuiasse a enformaçaõ que disto tinha. E posto que por ella entendi que os moradores daquella cidade não de-raõ este dinheiro de suas casas, e que esta despeza foi feita do rendimento do hum por cento, e se fez naquellõ anno a armada pera o Cabo de Comorim á custa de minha fazenda: ey por bem de fazer merce a esta cidade

de duas viagens de Choromandel, para Mallaca na urgente dos prouidos antes de 27 de Outubro do anno passado de quinhentos e nouenta para se uenderem per ordem do Pronedor e Irmaõs da Misericordia daquella cidade, e se casarem com o dinheiro dellas alguãs orfãs; e a pessoa ou pessoas a que as uenderem mandareis passar certidão vossa do conteudo neste Capitullo para com ella se fazerem as prouisoões necessarias.

XVIII. Tambem me diz o ditto Manoel de Sousa que encomendou particularmente aos Capitaes das fortallezas e ás justiças dellas inquirã se ha pessoas que tratam em pimenta, e lhe inuiem prezos os culpados para se proceder contra elles com rigor, e porque me diz maes que com todas estas delligencias naõ falta quem trate nella ( caso graue, e digno de riguroso castigo, pois nelle se esquecem os homens tanto do que deuem a meu seruiço, e sua honra ) vos encomendo que procureis de ter intelligencias para saber os que saõ culpados nisto, e os castigueis com riguo e effeito conforme a meus regimentos, e ao que mandei pella Instrução particular sobre a materia da pimenta.

XIX. E assi me diz que ou lhe mandei escrever que auia por meu seruiço que deste Reino naõ fosse não a Mallaca por ser em prejuizo desse estado, pello que mandara leuar a Guoa a pimenta que estava feita para a carga da mesma nao; e porque naõ ha lembrança que lhe eu mandasse escrever isto, antes ey por cousa de muito meu seruiço e necessaria ao bem daquella fortalleza ir cada anno não a ella como este anno uay, vos encomendo que uejaes a carta que diz que sobre esta materia lhe escreui, e me inueis nestas náos a propria; e naõ auendo maes que huã visá essa em hũa não, e a copia della nas cutras, e bem tereis entendido quanto conuem a meu seruiço irse continuando com esta viagem a qual fauorecereis e ajudareis de vossa parte em tudo o que for necessario para se della conseguir tudo o que pretendeo.

XX. Tambem me escreue que Dom Frei André de Santa Maria Bispo de Cochim fóra aquelle anno visitar

aquelle Bispado, e por guastar muito tempo naquella visitaçaõ se fizeirão muitas despezas de minha fazenda, e se aniaõ de fazer outras com os Inquisidores da India que hiaõ visitar as fortalezas do norte, e que asi se fazem muitas outras com os prellados das Relligioẽs daquellas partes, e com muitos Relligiosos naturaes deste Reino que se nem pera elle podendo ficar nellas, de que se seguia despejaremsse os mosteiros, e ficarem nelle os nacidos nesse estado, que naõ tem tanta religiaõ, de que muitas nezes naciaõ grandes desconcertos, e porque a principal e primeira obrignaçaõ minha nessas partes e em todas he de tudo o que toca á christandade e ampliaçaõ do Evangelho nellas, naõ convem que salte a despeza necessaria aos ministros per quem isto ouuer de correr tendose nella a moderaçaõ que em todas cumpre que aja, maiormente nas larguezas que com tam grande excesso e desacostumado abuso e tamanho espanto se tem feito atégora de minha fazenda dos rendimentos desse estado consumindose tam grande parte delles tam infrutuosamente como he darse a muitas pessoas a que os VisoReis e Governadores o deraõ naõ o podendo fazer, em que naõ ha nenhum modo de desculpa (materia de que mandarey tratar tam particulamente como por todas as vias cumpre a meu serviço, e entendereis pella promisaõ que irá nestas vias, e per outra minha carta); e no que toca aos Relligiosos nacidos nesse estado e á pouca satisfaçaõ que se tem do seu procedimento, vos mandarei escrever per outra carta o que por ella vereis.

XXI. E assi me escreve que ania alguns dias que mandara prender em Guoa a ElRey das Ilhas, e o principe seu irmão por cometerem em Cochim e fora delle crimes muito grandes e dignos de exemplar castigo, de que se scandalizou toda a India, e que ha muito tempo que este Rei está apartado de sua mulher, e que querendo mandár proceder contra elles e dar á execuçaõ as sentenças que se dessem na Rellaçaõ de Guoa, lhe foraõ á mão os Desembargadores dizendo que o naõ podia

fazer sem primeiro me dar conta; pello que suspendeo este negocio até eu mandar nelle o que ounesses por meu serviço, que foi bem feito sopposta a qualidade das pessoas, pella qual e por outros respeitos ey por bem que se suspenda a execuçaõ neste Rey e seu irmão inda que suas culpas mereçaõ morte natural, e que os façaes pôr em prisãõ apartada e segura ate minha merce, e os autos de suas culpas, e a sentença que nelles se der ma inuiareis por uias pera os mandar uer, e prouer no caso como me parecer maes meu serviço; e asy ey por bem de confirmar a molher deste Rey os quinhentos pardaos que lhe o VisoRey Dom Duarte deu em meu nome, e de lhe fazer merce de mais duzentos, pera que ao todo aja sette centos pardãos de tença cada anno em quanto for minha merce, auendo respeito á enformação que tenho de suas necesidades, e por outros respeitos.

XXII. E asi me diz que tendo o VisoRey Dom Duarte dado ordem como se fortificasse a fortalleza de Manar por ser cousa de muita importancia pera a navegação do Sul, a naõ principiou Joaõ de Mello capitãõ della dando os moradores dous mil pardãos pera este effeito, e que tinha mandado a Nuno Fernandez d Attaide que hia entrar nella que a comesasse logo, pera a qual allem dos dittos dous mil pardãos lhe applicára outros dous mil pardãos do rendimento dos cartazes pera se effectuar com breuidade; e porque me hey por bem servido do que nisto estaua ordenado vos encomendo que façaes proceder nesta fortificação de tal maneira que se acabe com a presteza que cõnuem, e que peçaes conta ao ditto Joaõ de Mello da causa porque naõ fez o que lhe era mandado, e entendaes se fez o Governador com elle esta dilligencia a qual se fará sempre com todos os capitaes, ministros, e pessoas que tinerem a seu cargo cousas que naõ façãõ, naõ ficando nunca estas em caso omiso quando nelles se cometem omissoes que requerem riguroso procedimento.

XXIII. E assi me diz que tendo experiencia do muito que minha fazenda guasta com a fortalleza de Co-



lumbo assi nos cercos como no provimento della, lhe pareceo que não conuinha a meu seruiço que ficasse aos Capitães daquella fortalleza todo o proueito da canella, e que fez contrato com Simão de Brito que o anno passado fora entrar nella pera que desse os terços de toda a que fizesse pello preço e custo da sua somente, de que resultaria hum pedaço grande pera ajuda das despesas da mesma fortalleza a que applicára logo esta canella; e me pareceo deuer aprouar o que o Governador fez nesta materia e encomendaruos que procedaes nesta forma com os Capitães que forem entrar na ditta fortalleza, e me auizeis do beneficio que desta ordem resulta a minha fazenda, como vollo já tenho mandado nas Instruções que leuastes, em que tambem uos trato desta materia.

XXIV. Tambem me escreue que tem particullar cuidado de mandar pagar a ElRey de Ceillaõ os mil par-dãos que lhe mando dar em cada hum anno de minha fazenda de que se sustenta, e lhe mostra per obras e pal-lauras o que lhe tenho encomendado, de que tiue contentamento, e vos encomendo que com este Rey procedaes sempre desta maneira; e posto que me tambem diz que se não fará pagamento de nenhum dinheiro do que este Rey costumaua dar sem ordem nem fundamento a muitas pessoas dizendo que o emprestou ao VisoRey Dom Affonso de Noronha, sobre que mandei pasar huma prouisaõ que entãõ foi com as vias, sou enformado que depois de ser na India se fizeraõ alguns pagamentos deste dinheiro; pello que uos encomendo e mando que não somente façaes inteiramente guardar a dita prouisaõ sem com ella se dispensar per nenhum caso que seja em muito nem em pouco, mas que tudo o que se achar que se pagou depois da dita prouisaõ se passar (que se uerificará mui bem) façaes tornar a minha fazenda com effeito, e me escreuaes tudo o que se nisto fizer com declaração das partidas dos ditos pagamentos em que pessoas se fizeraõ e per cuja ordem e mandado.

XXV. Tambem me escreue que acomodou na fortal-

leza de Manar a Dom Fellipe Princepe de Candea com a tença que lhe deu o Viso Rey Dom Duarte e com alguãs cousas maes pera ajuda de sua sustentaçãõ, e que lhe dizião que detreminaua passar ao Reino de Candea, o que naõ duuidana porque o naõ tem por bom christaõ nem bem acostumado, e porque tinha por certo que pasando lhe mandaria loguo o Raju cortar a cabeça, tinha mandado ao Capitaõ daquella fortalleza que trouxesse tento nelle, e que tendo alguã sospeita de isto amiser o mandase loguo a Cochim. E porque o Bispo Dom Frei André tem nisto contraira opiniaõ, e me inuiou nas naos do anno passado hum protesto que este Princepe de Candea fez de nossa santa fee, que tem aceitado, e me diz que he chamado pellos daquelle Reino para leuatarem por Rey com determinaçãõ de fazer christaõs todos seus vasallos, e o ficar elle meu, vos encomendo que se já estiuer em posse daquelle Reino, e proceder em sua christandade como conuem, lhe inuiéis a carta que lhe mandei escreuer, e sendo o contrairo a suspensões e me auiseis de seu procedimento, e atalheis pello melhor modo que uos parecer os inconuenientes que nisto ouuer pera que se naõ signaõ delles outros maiores.

XXVI. E porque sobre a fortificação de Ceillaõ, e armada que nella mando que aja, e fortalleza que se deue fazer na ponta de Gualle, e cortarse a de Collumbo pera se poder conseruar sem se fazerem as grandes e excessiuas despezas que quazi cada anno se fazem nos socorros que a ella se enuiaõ, vos tenho mandado muito particullarmente pellas Instruções que leuastes o que ey por meu seruiço que se nestas materias faça, que todas se trataraõ antes de uosa partida, e o Governador Manoel de Sousa me responde a ellas o que uereis pella copia de alguns Capitulos de huã sua carta que uay nestas vias, vos encomendo que as pratiqueis com pessoas praticas e experimentadas nellas a que pedireis seus pareceres per escrito per elles assinados do que em todas ellas lhes parecer, os quaes me inuiareis com o voto que será muito particullar sobre as mesmas materias

como a muita importancia dellas o pede.

XXVII. Tambem me escreue que aduertio os procuradores dos contratadores da pimenta que a negoceassem conforme o seu contrato empregandose nisso maes que nas drogvas que enuiaõ a este Reino, e que entende que fazem todo o possivel por auer muita pimenta, e posto que nas Instruções que uos mandei dar uos trato desta materia muy particularmente, me pareceo tornaruola a encomendar por quaõ importante he, e que a estes procuradores façaes as aduertencias necessarias.

XXVIII. E assi me diz que procura que se façã muitas fundiçõs de artelharia nesse estado por se auer mister muita pera as armadas e fortallezas delle, e que por maes que se faça naõ pode deixar de auer sempre muita falta della, e que trabalharia que se tiuesse neste particular a conta que he rezaõ, e porque conuem que acabe de ter isto o remedio que por todas as vias se deue procurar, que parece será facil pois vem tanta quantidade de cobre da China todos os annos e ha tanto aparelho pera se fazerem muitas fundiçoes, vos encomendo e mando que ordeneis como se façã, e pera este effeito seruirá o fundidor que foi deste Reino, e Pello Diaz filho de Francisco Diaz a quem o Viso Rey Dom Duarte proueo deste cargo que ouue por bem de confirmar; e tambem sera de grande effeito executarsse o que tenho mandado sobre a artelharia que anda fora das fortallezas e de minhas armadas em que se deue proceder com todo rigor.

XXIX. E posto que todos os annos tenho mandado se inuie todo o salitre que puder ser nas náos que uierem pera este Reino pella necessidade que delle ha pera minhas armadas, naõ ueo nas náos do anno passado nenhum, e me escreue o Governador Manoel de Sousa que deixou de uir por se ter gastado muito nas armadas e prouimento das fortallezas desse estado, mas que tem feitos contratos em diferentes partes de que esperaua grande quantidade de salitre, e porque allem de naõ uir salitre nas duas naos sou enformado que á partida

dellas auia muita falta de poluora pera as armadas, vos encomendo e mando que tenhaes muito particular cuidado de prouer como a aja em muita abundancia, e que me auizeis da que achastes nos almazens dessas partes á uossa chegada, e inuieis em todos os annos nas náos que uem pera este Reino todo o salitre que puder ser conforme como vollo encomendo em vossas Instruções, e a grande necessidade que delle ha neste Reino, por onde o auerei por mui particular serviço que nisto me fareis.

XXX. E asi me diz que Antonio de Sousa Guodinho me tem bem servido em Bengualla, e que fez trebutarea a esse estado a Ilha de Sundiua, e ganhou o forte de Chatignão á força de armas, e que o Rey faz alguns offerecimentos pera se fazerem alguns fortes em suas terras (e sobre outras cousas particulares de que uos terá dado conta) e porque nouas fortallezas quando não são mui necessarias ficam infructuosas e de muitos inconvenientes pera esse estado, em que conuein auer maes armadas pera se augmentar e conseruar que sobejas fortallezas pera se guardarem e diuertirem as forças do mesmo estado, não ey por meu serviço que se aceitem a este Rey os offerecimentos dellas pera se effectuarem, e bastará somente terasse com elle boa correspondencia. E posto que a Antonio de Sousa mando escrever como me ey por bem servido delle no modo em que procedo nas cousas que me escreue o dito Governador, lho aguardareis tambem de minha parte tendo com elle a conta que por seus serviços he rezaão.

XXXI. Tambem me escreueo que corre com muita amizade com ElRey de Pegú, e que se deue ter e conseruar sempre com elle assi pello que importa a esse estado, como por quam bem elle e seus antecessores trataram sempre os Portuguezes, e que por este Rey uir desbaratado do reino de Sciao estando sobre aquella cidade com maes de quinhentos mil homens, e estar determinado tornar sobre ella, entendendo que a não pode tomar se não tiver armada pera impedir o socorro

que lhe mandar ElRey de Cambaia ( a ), e que o Dachein lhe mandara offerecer armada bastante pera este effeito, e que elle quis primeiro saber de Manoel d'Escouar, Capitaõ daquella viagem de Pegu, que naquella conjunçaõ se achou aly, se esse estado lhe poderia dar armada pera este intento, e o mandára a elle Governador com recado, e lhe escreuera duas cartas ( de que me inuiou as copias ) com as quaes chéguaa em Julho do anno atrás passado, e que logo em Agosto seguinte o despedira com resposta em que lhe offerecia em meu nome a armada necessaria, e ficaua esperando o que lhe respondia, posto que lhe diziaõ que não lançaria maõ deste offerecimento, e que somente fizera aquelle officio pera se reterficar da amizade dos Portuguezes: e que o dito Manoel d'Escouar procedera nisto muito bem deixando os intereses de sua uiagem; e por eu ter entendido quanto importa a amizade deste Rey a esse estado e em especial á fortalleza de Malaca a que sempre em suas necessidades socorre com mantimentos, vos encomendo que se trabalhe muito por se conseruar, pello qual respeito me ey por bem seruido dos offerecimentos que o Governador lhe fez, e auisarmeis do que sobre elles mandou responder, e se se ordenou armada pera ir em seu fauor; e pareceome mandar escrever a este Rey huã carta de aguardecimentos, e assi de offerecimentos pera o que lhe cumprir desse estado, que lhe mandareis pello mesmo Manoel d'Escouar, pera que per todas as vias se dessuada da amizade do Dachein, e ao ditto Manoel d'Escouar direis como me ouue por bem seruido do que nisto fez, e lhe fareis por isso o fauor que for rezaõ.

XXXII. E asi me escreue que o anno atrás pasado me escreuera larguamente que lhe não parecia meu seruiço deixarense de fazer as uiagens de Maluco pellos prouidos, e que inda agora estaua no mesmo parecer,

---

( a ) Assim está no original; mas he claro que o official que fez a Carta escreveu Cambaia por Cumboja, que he a verdadeira llocaõ.

e sem embargo disto que me escreue ey por meu ser-  
uico que se contratem as ditas viagens na forma que  
vollo tenho mandado na quinta Instruçã que leuastes.

XXXIII. E asi me diz que ElRey de Masulapataõ  
depois de ter alguns cartazes que lhe dera o anno atrás  
pasado se arrependera de dar os trezentos candis de  
arroz pera a fortalleza de Malláca, a que se obrigou em  
forma de pareas, mas que depois vendo que podiaõ cor-  
rer risco as suas náos que tinha mandadas os tornara  
a prometer por hum formaõ por os cartazes leuarem de-  
claraçã que lhe naõ uallessem se naõ entreguasse o  
arroz, que foi bem feito, e vos encomendo que orde-  
neis como estes trezentos candis de arroz se leuem cada  
anno a fortalleza de Mallaqua.

XXXIV. E asi me diz que deu a Manoel de Medeiros,  
veedor da fazenda de Cochim, huã das vias do rol do  
encenso e drogas que mando que se comprem do rendi-  
mento da alfandegua daquella cidade pera pagamento  
das ordinarias dos mosteiros destes Reinos, que deuiãõ  
importar muita quantidade de dinheiro, e que por as des-  
pesas que entãõ carreguadas sobre o feitor da mesma  
cidade serem muitas, arreceaua saltarlhe dinheiro pera  
a compra destas drogas e encenço. E porque tenho en-  
tendido quam pouco podem custar nessas partes em  
comparaçã do muito que custãõ neste Reino onde se  
compraõ á maior uallia pera as ditas ordinarias, vos en-  
comendo que em todo caso as façaes embarcar todos os  
annos como o tenho mandado nas vias do anno de 89,  
e alguns dos annos atrás, e naõ se pode auer por boa  
rezaõ a que se dá de poder faltar dinheiro pera huã cou-  
sa tam necessaria quando tanto contra rezaõ se fazem  
tantas e tam desordenadas despesas.

XXXV. Tambem me diz que o hum por cento das  
fortallezas de Dio e Ormuz e das maes do estado se des-  
pende nas obras a que está applicado paguandosse delle  
os ordenados aos officiaes que o arrecadaõ; e porque sobre  
esta materia vos trato larguamente na quarta Instruçã  
que leuastes, vos encomendo que cumpraes inteiramen-

te o que por ella vos mando sem outro entendimento nem replica.

XXXVI. Com as vias do anno passado me inuiou o ditto Governador hum caderno dos gualleões, guallés, e maes navios que avia nesse estado feito per ordem de Antonio Giralte Vedor da fazenda em Guoa, e outro das capitancias e officios que nelle ha e de nouo se criaraõ, e o debuxo do forte que o Alferes mór fez em Moçambique; e porque inda quisera este maes ampliado, e sera meu seruiço ter todos os annos muito particular enformaçaõ de tudo o que se faz nesse estado, vos encomendo me inuiéis sempre hum caderno per vias em que se declare allem do acima dito as armadas que se em cada hum anno fizerem, e o que se despense em cada huã dellas de minha fazenda; e posto que o Governador aproua este forte que o Alferes mór fez em Moçambique, vos encomendo que naõ consintaes fazerse fortaleza nem outra obra alguã de nouo sem meu especial mandado ou ordem uosa, como o tenho mandado per huã prouisaõ que sobre isso mandei pasar, e nas Instruçõs que leuastes.

XXXVII. Tambem me escreue que encarregou ao Ouvidor geral, e aos maes desembargadores desse estado que fizessem huã rellaçaõ particullar das desordens e abusos com que procedeim as pessoas ecclesiasticas dello metendose na jurdiçaõ secular, usando por muy leues cousas e pallavras de excoimunhoes contra os ministros seculares que executaõ com muito rigor, e que os que andauõ na conuersaõ dessas partes tem troncos publicos, e fazem outras vexaçõs estando defezo pello Concillio, e posto que a ditta rellaçaõ me naõ foi inuiada pera por ella uer as cousas e desordens de que o dito Guouernador trata, me pareceo mandarnos aduertir que se as cousas que os ecclesiasticos fazem são contra as Ordenaçõs deste Reino, que os desembargadores e justicas desse estado deuem usar dos remedios necessarios conforme as mesmas Ordenaçõs, e sendo outras differentes fareis fazer dellas huã rellaçaõ que me inuiareis pera

mandar prouer em tudo como for justiça, e eu escreuo sobre estas rellações ao Chanceller, e ao Ouvidor geral a que as encomendareis.

XXXVIII. E asi me diz que a deussa que o Licenciado Luis de Guois tirou em Cochim da vinda delRey áquella cidade estana no cartorio dos escriuaes della, e que emuiandolha a tempo ma mandaria nas vias do anno passado, e que escreuera a Dom Jeronimo Mascarenhas capitão daquella cidade que ma inuiasse pellas náos do mesmo anno, e mandaua proceder contra os culpados nella com rigor, e porque esta deussa me não foi mandada pelas náos do anno passado, vos encomendo que ma inueis nas primeiras náos com toda a enformação que tiuerdes deste caso se o já não tiuerdes feito pellas que com ajuda de Deos haõ de uir este anno, e não deuera estar a ditta deussa no cartorio dos escriuaes nem sair da mão do desembarguador que a tirou até se proceder contra os culpados.

XXXIX. Tambem me diz que antre o Alferes mor e Lourenço de Brito ouuera diferenças e desordens, que se puderaõ escuzar, e que hia procurando de remedear as queixas de hum e do outro, pera que ficasem quietos, e que o mesmo fazia com Nuno Velho Pereira, que ficaua prezo em sua casa pella residência que se delle tyrou, e que mandando noteficar a elle e a Dom Jorge o que lhe mandei escreuer sobre serem amigos, responderaõ ambos que fariaõ o que lhe eu mandasse, e que trabalharia pellos concordar, posto que com difficuldade poderia auer antre elles amizade; e porque na terceira Instrução que leuastes vos tenho mandado o que nesta materia ey por meu seruiço que façaes, volla encomendo pera que nella procedaes conforme a ditta Instrução como uedes que esta materia pede.

XL. E asi me diz que ordenara que o Prouedor mor dos defuntos tomasse conta dos rendimentos e despesas dos abintestados e maes aluitres applicados pera a obra da Sao da Cidade de Goa, e mandaria entregar este dinheiro ao ditto Prouedor pera correr com as despesas



daquella obra per ordem do Arcebispo, que he confor-  
me ao que sobre esta materia tenho mandado, e porque  
diz que acabandose esta conta a tempo ma inuieria nas  
náos do anno pasado, e naõ ueo nellas, uos encomendo  
ma inuieis nas primeiras que pera este Reino uierem,  
e façaes inteiramente cumprir o que nisto tenho mandado

XLI. Tambem me escreue que casou o filho maes ve-  
lho de Mamede Cão, que se chama Dom Joaõ de Me-  
neses, com huã molher nobre de Guoa pera o aquietar,  
e lhe fez merce em meu nome, mas que tudo naõ foi  
bastante pera deixar sua ma natureza, e que depois de  
huã uez ter fogido pera a terra firme lhe pedira perdaõ  
que lhe concedeo, mas como era inquieto escreuera a  
alguns capitaes do Idalxá que lhe pertenciaõ os Reinos do  
Bellaguate, o que sabido por elle mandara ao Naique  
junto do Sanguicer onde este Dom Joaõ estaua recolhi-  
do que logo lho entreguasse, o que naõ queria fazer sem  
primeiro lhe dar agnãs terras que pede, e que arrecea que  
lho entregue, e que o Idalxá o mande matar ou tirar os olhos  
segundo seu custume, mas que faria todas as diligencias  
possiveis por o auer á maõ e naõ ser entregue ao Idalxá.  
Encomendonos que se inda este Dom Joaõ estiuere tendo  
o | eçaes ao Naique e o ajaes, pois he christaõ e casado nes-  
sa cidade, e dahi em diante procedereis com elle pello mo-  
do que uos parecer maes conueniente pera sua quieta-  
çaõ e emenda.

XLII. E assi me escreue que Francisco Paes seruia  
bem o cargo de Contador mór dos contos de Goa de  
que o encarreguei, e que Antonio Giralte Vedor da fa-  
zenda o cansaua muito, porque posto que era bom ho-  
mem naõ tinha experiencia das cousas daquelle estado  
que era causa de dar pouco expediente aos negocios:  
e assi me diz que Duarte Delgado tem procedido bem  
na obriguacaõ de seu cargo e em todas as maes de meu  
serviço, e que o ajuda e descança. E posto que Anto-  
nio Giralte me mandou pedir licença para se vir me  
naõ pareceo (do que o Governador delle escreue) o con-  
ceder-lha até naõ uer a enformacaõ que dalle me daes

peſſa ter ateſgora boa delle por outras cartas particula-  
res; e a eſte prepoſito me pareceo denernos aduerſir que  
nao ey por meu ſeruico que o cofre em que ſe mette o  
dinheiro do rendimento deſſe eſtado eſteia dentro na caſa  
dos ViſoReis delle, mas no luguar, forma, e modo que  
tenho mandado per meus regimentos, e que ſe guarde  
infaliuemente o que deſte Reino inuiei nas vias da ar-  
mada do anno de 89 pera os Contos de Guoa, e que ſe  
entregue logo ao Prouedor mór delles, e ſe registe nos  
liuros dos meſmos Contos, e me auisareis da cauſa por-  
que ſe não fez maes cedo, e uſandose ja do ditto regi-  
mento ( como creio que será ) me eſcrenereis tambem o  
meſmo, e em que tempo ſe começou a effectuar, e auen-  
do nas materias de que trata algumas duuidas ſe aponta-  
rão e mas inuiareis pera mandar prouer nellas como ou-  
uer por meu ſeruico, não ſe deixando porem de guardar  
inteiramente o ditto regimento. E porque ſou informado  
que Jorge Martins e Diogo Vieira contadores neſſes  
Contos são mui perjuſiciaes nelles, e foram alguñs nezes  
ſoſpenſos per culpas que em ſeus cargos cometerão, vos  
encomendo e mando que logo os tireis dos dittos car-  
gnos, e façaes deuaſar delles, e proceder pellas culpas  
que delles ſe acharem pela meſma deuassa, que me in-  
uiareis auisandome juntamente de tudo o que niſto fi-  
zerdes.

XLIII. E porquê cohuem acodir com apreſſado ré-  
medio a materia tanto contra ſeruico de Deos e meu  
como he paguarensſe neſſe eſtado per mandado de meus  
ViſoReis e Governadores muita copia de dinheiro de  
diuidas velhas a pessoas que as compraõ a cujas ellas  
são por muito pequenos preços e em tempo que me eſ-  
crenem que ha tantas neceſſidades neſſe eſtado, e que  
não ſoimente ſe pagaõ eſtás diuidas mas que inda ſe  
presume que ſe tiraõ muitos papeis de contas de feitores  
mortos que ja são paguos per minha fazenda pera ſe tor-  
narem a auer por ella as contias delles, e que eſtes con-  
tadores que aſima diguo e os outros ſernem maes neſ-  
ta materia, e em buſcaram diuites que os ViſoReis dão

de dinheiro que thesoureiros e feitores que uem dar suas contas deem a minha fazenda, que de me servirem em seus cargos com a uerdade e limpeza que são obrigados, vos encomendo e mando muito encarecydamente que de todo em todo não aja per nenhũ caso maes estas desordens, e que daqui em diante se não paguem a nenhũ Capitaũ que vá entrar em sua fortalleza, nem a nenhũa outra pessoa de qualquer quallidade que seja diuida nenhũa alhea, porque assi o ey por meu seruiço, e uello mando expresamente, e que somente se pague a seus proprios donos quando puder ser e ouner lugar. E ao contador mór mandareis tenha muita aduertencia se não tirem papeis nenhũs das contas dos thesoureiros e feitores, e outros officiaes mortos, e obrigue seus herdeiros a que as dem, e não as auendo nos contos as faça entrar nelles e tomar no estado em que estiuerm, e recolher todos os papeis que fizerem e bem de suas despesas pera que em todo o tempo se saiba que são leuados em conta e se euitarem cousas tal malfeitas que tem inda peor nome que grandes desordens, porque o que propriamente lhe cabe são rombos manifestos.

XLIV. E asi me lembra o ditto Guouernador. que na elleiçã dos desembargadores e Ouidores que não deste Reino pera a Rellaçã de Guoa e fortallezas desse estado deão mandar ter muita aduertencia por se ter pouca satisfaçã de alguns que de qua foraõ, e que outros deraõ trabalho em desordens que cometerã, porque as cousas que se prouem naquellas partes são de muita importancia, e que esperaua pelo Chanceller Francisco Alurez Sanbudo pera mandar tirar denasa dos desembargadores daquella Rellaçã; e por que o remedio com que se podem atalhar as desordens que estes desembargadores cometem, de que muito me derapone, he tirasse esta denasa delles como tenho mandado, e suspender os culpados dos cargos que servirem, e proceder contra elles conforme a suas culpas, vos encomendo que em caso que o ditto Francisco Alurez a não tenha tirada, a faças logo tirar, e não tendo elle chegado ainda

a fareis tirar per outro algum letrado que nessas partes ouner de maes confiança e inteireza. E porque sou informado que todos estes letrados tem Bramenes gentios com que fazem suas mercancias (cousa mui prejudicial pera a administração da justiça, e tam contraira á autoridade della), vos encomendo e mando que per nenhum caso consintaes que nenhũ destes letrados se siruaõ destes Bramenes conforme a huã prouisaõ que sobre isso mandei passar que uai nestas vias. E peraque os ditos desembargadores se naõ possaõ desculpar com que por respeito de lhe naõ pagarem seus ordenados buscaõ remedio pera se manterem, ey por meu seruiço que façaes assentar todos os ordenados dos ditos desembargadores em huã renda particullar em que tenhaõ certo e a seus tempos devidos o pagnamẽto delles.

XLV. Tambern me escrene que Dom Rodrigo de Castro que foi prezo no norte fora degollado per sentença da Relação per culpas greues e grandes que lhe acharaõ; e porque as sentenças desta quallidade posto que conforme a derecho e bom gouerno se executem, naõ deue nunca esquecer enuiarensẽ e os autos dellas com as mesmas sentenças, vos encomendo e mando que daqui em diante em casos semelhantes se acontecerem me inuieis os ditos autos e sentenças, e que o contendo neste Capitulo façaes registrar no regimento da ditta Relação pera que a todo tempo se saiba que assi o ey por meu seruiço.

XLVI. E assi me escrene que fez concerto com a cidade de Baçaim sobre as sarrafagens com parecer dos desembargadores e dos officiaes da fazenda desse estado de que diz que manda o traslado; e, porque não ueo pelas náos do anno passado, vos encomendo me enuieis nestas pera se ver e mandar niso o que ouner por bem. E diz maes que os moradores daquelle cidade livremente me fizerão seruiço dos direitos da imposição pera a fortificação della sobre que traziaõ litigio, e que tem ordenado fizesse poluora na dita cidade como o tenho mandado, e que espera que em mui pouco tempo

se acabe de todo a fortificação della, pera o que Dom Gileanes de Noronha seu gentro que então nella estaua por capitaõ tinha cobrado seis ou sette mil pardãos, e que por a comarca daquella cidade ser muitas vezes roubada e molestada de ladroẽs da terra do Colle, Rey uesinho e imigo desse estado, ordenara o ditto Dom Gileanes as uegias e guardas da Saibana; e porque em todas estas materias vos tenho mandado nas Instruções que leuastes o que ey por meu seruiço que se nelas faça, escuzo tornaruollo a referir agora nesta carta.

XLVII. E assi me diz que foi cousa muito necessaria mandar eu que se fizessem livros nouos da matricula, e que conforme a prouisaõ que inuiei no anno de 89 tem ordenado que se proceda neste negòcio, que sendo de tanta importancia como tendes entendido e visto, me parece que posto que vollo tenho tanto encomendado nas Instruções que leuastes, vos deuia tambem tratar disso nesta carta remettendome ao que uos diguo sobre este particular nas dittas Instruções que nos ey de nouo por repetido, e vos encomendõ que nas primeiras nãos me inuieis a reposta de todos os particulares e dependencias desta materia, pera com uosa reposta uos mandar o que ouuer por meu seruiço.

XLVIII. E tambem me diz que he fallecido Xequê Joete depois de ter ordenado que se uise o seu negocio em Rellação na forma que lho tinha mandado, e que o ouuera per perda pera a fortalleza de Ormuz, porque allem de se entender que tinha justiça era mancebo de boas partes e bemquisto dos mourros, e que lhe ficara hum filho de mui pouca idade a que deuia ficar a aução de seu pai, e asi vy o que sobre esta morte de Xequê Joete me escreue sua may, e porque no que toca a esta sentença tenho ja prouido na forma que leuastes per uossas Instruções, espéro que asi se ordene e corra neste particular; e quanto a successão que a molher requiere para seu filho mandareis uer este caso pellos desembargadores dessas partes que me inuiareõ hum rellação por elles assinada da justiça que entenderem que tem nelle

com a sentença que tiuerem dada, e me auisareis se se noteficon a ElRey de Ormuz o seguro que lhe mandei dar delle, e se se presume que o mandou matar compeconha como sua, mai diz em sua carta, e ordenareis que o ditto Rey não lance mão da fazenda que delle ficou. E porque nas mesmas Instruções vos mandei que constandonos que o Xequé Joette tinha necessidade lhe fizesseis alguma merce em meu nome pera sua sustentação, a fareis a sua mulher constandonos que a tem.

XLIX. E asi diz que o Capitão de Barem tem aquella fortaleza de tam bom modo que a não entregará aos Turcos, nem deixará de receber bem os Portuguezes que forem a ella, e que o Guazil de Ormuz seu irmão lhe escreuera muitas satisfações de seu procedimento, e que pello estado das cousas presentes hia disimulando com elle, e tratando de o confirmar em meu serviço, e que este mesmo cuidado deu ao Capitão de Ormuz; pello que vos encomendo que procedaes com elle de maneira que se conserve em meu serviço, e porque pella experiencia que tendes de Ormuz e de todas estas cousas (basta dizernos pouco nellas) uollas não exagero mais.

L. E porque Isaque Judeu morador em Babilonia me mandou pedir licença pera se poder pasar a Ormuz, mandei ao Governador me inuiase a enformação que delle achasse, e me auiesse se seria meu serviço conceder-lha, e me escreueo que pella enformação que delle achava seria muito proveitosa sua estada naquella fortaleza porque por sua via poderia o estado da India ter muitos auisos importantes como já costumou fazer algumas vezes, e que bastaria ser chamado per carta do meu VisoRey, e mandar aos Capitães daquella fortaleza que não entendessem com sua fazenda, e que liurementa a podesse mandar pera onde quisesse e se lhe não tornassem suas casas de aposentadoria; e que com isto entendesse que se auera por satisfeito. E posto que por esta enformação que o Governador me dá, pareça que lhe deuo conceder estes fauores que diz, todavia me pareceo re-

meter esta materia a yós, asi pello lugar em que me seruis, como pella experiencia que tendes daquella fortaleza pera nerdes se conuem a meu seruiço estar este Judeu em Ormuz ou fazerlhe as merces que pede estando em Babilonia, e conforme ao que nisto vos melhor parecer podereis proceder, e auisarme de tudo.

LI. Tambem me escreue que mandou a Ormuz e a Mascate o engenheiro mór Joaõ Bantista, e que depois de ter visto a fortaleza de Ormuz e traçado as obras que lhe pareceraõ necessareas pera sua deffençaõ, ordenára em Mascate como se fizesse hum balluarte pequeno em hum cabeça fromeiro á fortaleza noua donde se lhe podia fazer dano com a artilharia, e que as obras de Ormuz mandára por entaõ sobrestar, porque allem de custarem muito lhe naõ pareceo conjunçaõ bullir com elas quando se naõ ouuesem de acabar com a breuidade necessaria auendó todos os annos nouas de guallés de Turcos que estaõ ameaçando aquella fortaleza, e que o ditto engenheiro mór procedia bem em sua obriguençaõ, e que pretendia de o mandar na monçaõ de Abril daquelle anno a Ceillaõ e a Mallaqua; e posto que Joaõ Baptista me escreueo pellas náos do anno passado huã carta largua sobre as fortalezas desse estado, todauia pera se saber a uerdade e certeza do que está feito, e modo de que se nella tem procedido saõ necessarias muitas enformaçoẽs com todas as particularidades dellas; pello que vos encomendo façaes correr com as fortificaçoẽs dellas, em especial com a de Ormuz e Mascate, e me inuieis as traças de tudo como uollo tenho mandado pella primeira Instruçãõ que leuastes, e que com o dito Joaõ Baptista tenhaes a conta que he rezaõ e lhe façaes fazer tam bom paguamento de seus ordenados com o maes fauor que ouuer lugar que folgue de proceder bem nesta sua obriguençaõ como conuem a meu seruiço.

LII. E assi me escreue como a cidade de Guoa pretende alguns preuilegios e a apresentaçãõ do officio de escrivãõ da Camara della e do cargo de Provedor das guallés pello contrato que a mesma Cidade fez em tem-

po. do VisoRey Dom Luis dataide por se obrignarem por elle a fazer em cada hum anno do hum por cento quatro guallés com as condiçoês do dito contrato, e quanto a apresentaçã do officio de escriuaõ da Camara lhe direis de minha parte que folguarei sempre de fazer merce delle á pessoa sobre quem me escreverem, e que estando Affonso Monteiro casado com a orfã sobrinha de Antonio de Souto maior, pera quem o pedia a mesma cidade e a Misericordia della, e o VisoRey Dom Duarte de Meneses, ey por bem de lho confirmar, e assi todos os preuilegios que foraõ dados pellos Senhores Reis meus predecessores (que santa gloria ajaõ) á mesma cidade, e quanto ao officio de Prouedor das guallés ey por bem que quando se fizerem per conta do hum por cento seja posto pella mesma Cidade, e que quando se fizerem per conta de minha fazenda o Vedor della que entende em minhas armadas entenda tambem nas dittas guallés como uollo mandei declarar na quarta Instrucção que leuastes.

LIII. Tambem me diz que teue carta do Xá de que me inuiou o treslado nas vias do anno passado, em que pedia embaixador, e queria renouar a antigna amizade que seus antepassados tiueraõ com esse estado, e que detreminaua de lho mandar em meu nome tanto que tiuesse occasiaõ pera isso, e que posto que lhe escreue que tem auidas muitas vitórias contra o Turco, he informado do contrario, e que não deixaria de lhe ir escreuendo mostrandolhe quanto contentamento terei de seus bons sucesos nendo quam necessaria he sua amizade não somente pera o que toca a esse estado, mas pera a christandade, e pois pede embaixador que he o que sempre se dezeiou, se deste Reino o não mandar nestas náos, achando uós nesse estado pessoa de confiança e experiencia, ordenareis como lene as cartas que lhe mando escreuer fazendo nesta materia com este Rey todos os bons officios que entenderdes que conuem a meu serviço pera se conseguirem todos os intentos que desta amizade e communicaõ della se podem pretender.



LIV. E assim me diz que o Viso Rey Dom Duarte, trabalhou muito por abrir caminho pera se comunicar com o Emperador da Ethiopia escreuendolhe muitas uezes e aos principes de seus reynos, mandandolhe algumas peças pera por esta via tratar com elle de se reduzir á obediencia da Igreja Romana, e que por esta obra ser de tanto serviço de Deos e meu foi continuando nella até que uo em me escrever e ao Santo Padre cartas que me inuiou o anno passado com outras dos Portuguezes que estão naquellas partes, pellas quaes entendi que a mai deste Emperador o incita a não consentir que vão Portuguezes a suas terras dandolhe a entender que tratão de lhas tomar. E así me diz o ditto Governador que o anno passado mandara dous Relligiosos da Companhia, o Monsarrate e outro companheiro seu, per ordem do seu Prouincial com hum presente e cartas pera o mesmo Emperador pera taõbem com sua presença animarem os catholicos, e que mandara dar a estes Relligiosos quinhentos pardãos paguos em Dio pera sua manutencia em quanto lá resedisem; e que posto que o ditto Emperador lhe pede officiaes de fazer arcabuzes e outras armas auia de ir disimulando com isso ate uer em que paraua sua detreminação. E porque nesta materia ha duas cousas principaes e de muita consideração, huma que toca a christandade, e a outra mandar eu acodir aos christãos que estão naquellas partes, se deue procurar a amizade do Preste pera com ella o reduzir a Igreja Romana, e o ter por amigo contra os Turcos, e não me parece que será serviço de Deos nem proveitozo aquella christandade mandar recolher os Portuguezes que estão naquellas partes como mo pedem em suas cartas, antes seria em muito perjuizo do que se pretende pello que se deuem ir ampliando com mais gente e Relligiosos a que se dá alguma tença cada anno á custa de minha fazenda desse estado, por eu mandei escrever ao Preste uma carta em resposta da sua que lha inuiareis com alguns armas e outras cousas; e así escrevo a Rainha sua may persuadindo á redução da Igreja

Romana, e segurandoa de seus receos, pois não trato senão de seus verdadeiros bens como bom amigo, desejando de lhos conservar e augmentar como proprios, e que pera isto por taes os tenho, pello que vos encomendo que nesta conformidade e conforme a grandissima importancia desta materia procedaes nella sem se perder tempo nas cousas em que pode aver perigo na tardança, e auizandome de todas muito particularmente.

LV. E assim me escreue que na barra da cidade de Guoa tem mandado fazer hum forte que fique servindo de couraça á fortalleza de Bardes á custa do hum por cento que está applicado á fortificação, que he obra muy necessaria e de muito effeito pera seguranca daquella rio e barra, e que detreminaua de fazer huã fortalleza da outra banda da barra tambem a custa do hum por cento pera de todo ficar segura, e porque me ey por bem servido do que o Guouernador fez nesta materia, vos encomendo que nella procedaes conforme ao que uos tenho mandado na segunda Instrução que leuastes.

LVI. Tambem me escreue que o forte que o Alferes mór principiou em Moçaõbique o deixou acabado quando fora pera a India, e que era obra proueitosa pera a deffenção daquella Ilha, de que me inniou o debuxo, e por ja dantes eu ser enformado que não era de nenbũ effeito lhe mandei pellas vias do anno de 89 que o não deixasse fazer; encomendouos que me auiseys deste forte e do effeito delle, e que daqui em diante se guarde neste particullar o que leuastes em uossas Instruções e vos diguo atraz nesta carta.

LVII. E assi me da conta das gualles que sahiraõ do estreito pera a costa de Mellinde, e como tiuera auizo que em Sués e Moqua eraõ feitas alguãs e cheguaya madeira acertada pera outras, e que ficauão em Adem sette carreguadas de moniços que dauão em que cuidar, e me lembra que seria de muita importancia pera a conseruacão desse estado fazersse fortalliza em Mom-baça, e por esta materia ser de tanta consideracão co-

mo tereis entendido me pareceo deuer tomar sobre ella alguãs enformações e depois de vistas vos mandarei escreuer nesta carta adiante o que ouuer por meu serviço que se nisto faça.

LVIII. Tambem me diz que escreueria a ElRey de Cochim como eu ouuera por bem que Aluoro Vaz Coutinho que elle Rey tinha nomeado no cargo de Juiz dalfandegua daquella cidade o servisse somente em quanto durase o impedimento ou ausencia do Licenciado Francisco de Frias primeiro nomeado nelle pello ditto Rey, e mandara fazer declaraçã no carguo de escriuaõ da dita alfandegua que serue hum Dioguo Rodrigues pera que o tiuesse em uida conforme a nomeaçã do mesmo Rey, e que com isto o hia dispondo pera a obra da fortificaçã pello muito contentamento que entendia que destas cousas receberia, que me parece bom caminho pera se conseguir o effeito que se pretende; e que o dito Rey tinha entregues alguns culpados na morte de Dom Pedro Arel, e antre elles o matador que depois fogio da prisã; e que por este caso ser tam atroz tinha mandado proceder contra estes culpados pera se castigarem, e que o ditto Rey dera loguo o officio de Arel ao filho do morto, que lhe mando aguardecer na Carta que lhe escreuo, e uos encomendo me aniseis se se tem procedido contra os culpados na morte do ditto Dom Pedro, e naõ estando ainda castigados procureis que o seiaõ logo com effeito, e me aniseis do que niso tiuerdes feito.

LIX. E porque com esta segunda ida das gualles dos Turcos á costa de Mellinde se fortificon Miralebeque, capitaõ mór dellas, em hum forte que está na entrada da barra da Ilha de Mombaça e se meteo nelle com sua gente, me pareceo por esta materia ser de muita consideraçã deuer ter alguãs enformações de pessoas de experiencia dessas partes e daquella costa, e pello que nella apõntarã se entende que será muito conueniente fazerse huã fortalleza na Ilha de Mombaça asi pera a segurança daquella costa de Mellinde, como pera se

desmagnarem os Turcos de a poderem fazer nella como se infere do que agora intentaraõ que o dezeiaõ muito, na qual me affirmaõ que se poderá ordenar alfandegua de cuio rendimento se faça a despeza da gente de guarniçaõ que nella estiuier; e porque pellas dittas rezoẽs e outros respeitoos o aprouo asi, vos encomendo muito que tudo façaes logo efeituar, e das terras da dita Ilha fareis entregar ás pessoas que resedirem nesta fortalleza a parte que uos parecer necessaria pera dellas tirarem os mantimentos que lhe forem necesarios. E pella lealdade com que atégora procedeo ElRey de Melinde em meu seruiço ey por bem que se lhe entregue a cidade e Ilha de Mombaça pera que a tenha de minha naõ e em meu nome emquanto o eu ouuer por bem e naõ mandar o contrario. perã se pasar com sua gente pera ella por me escrever o Gouernador Manoel de Sousa que a mandara pedir pera se yr aposentar nella, e lhe seraõ dadas todas as maes terras da dita Ilha que ficarem das que se haõ de dar aos que resedirem na dita fortalleza como atraz fica dito, na qual ey por meu seruiço que seiaõ capitaõs os prouidos da costa de Melinde. E antes de dardes isto á execuçaõ tratareis esta materia com os fidalguos e pessoas de pratica e experiencia dessas partes, e naõ achando contradiçaõ, tratareis logo de se ordenar e fazer a dita fortalleza no lugar onde estaua o forte, ou na parte daquella Ilha onde melhor ficar pera todos os effeitos que della se deuaõ e possaõ pretender, e mandareis armada que vos parecer necessaria pera se naõ impedir a obra della, na qual irá o engenheiro Joãõ Bautista; e quando estas pessoas forem de opiniaõ de se naõ fazer esta fortalleza sobrestareis nella e me inuiareis nas primeiras naõs as rezoẽs em que se fundarem per escrito assinadas por elles com uosso parecer, pera tudo uer e uos mandar o que ouuer por maes meu seruiço. Escrita em Lisboa a 12 de Janeiro de 594.

P. 8.

LX. E pello que vos digo atrás no capitulo 45 acerca da

execuçãõ da morte que se fez em Dom Rodrigó de Castro pella sentença que se contra elle deu, deueis entender que minha tençaõ e vontade he que as semelhantes sentenças dadas em Rellaçaõ se executem contra quaesquer fidalgos e pessoas como convem que seja pera bom gouerno e boa administraçaõ da justiça, e depois disso se me enuiaraõ os auctos e sentenças pera eu ter por ellas verdadeira e inteira informaçaõ de tudo, mas naõ se sobrestará na execuçaõ das ditas sentenças.

REY.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey —4.ª via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e VisoRey da India— quarta via.

(Livro 3.º fl. 406)

77.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuiõ muito saudar. Posto que per outra carta (que he a primeira e mais comprida das que vaõ nestas vias) vos escreuo largo sobre as materias que por ela vereys, ficaraõ para esta carta outras de meu seruiço de que o Gouernador Manoel de Sousa me dá conta per suas cartas que tambem vieraõ na armada do anno passado.

II. Sobre a materia de Jor que he da importancia que tereis entendido me dis o dito Gouernador que depois de ficar arrassado pela armada em que foraõ Dom Paulo de Lima e Dom Antonio de Noronha, mandára o Rayale pedir pazes a Dom Diogo Lobo capitãõ de Malaca, a que naõ deferira per entemder que se hia fortificando em hũ sitio muito forte pelo ryo dentro quatro legoas domde fora a primeira pouoaçaõ, e que mandára a Francisco de Soussa Pereira capitãõ mór daquelle mar e a Dom Amrique Bemdará, e a Antonio d'Amdria casado

naquelle cidade com huã gualé e outras embarquações, e que deraõ em huã tranqueira que o Rayale já tinha feita naquele lugar e lha queimaraõ com alguãs embarcações e juncos com mantimentos e drogas, e se tomaraõ vinte peças d'artelharia, e que como este Rey se saluara com sua gente e tisouros arreceaua que sempre mouese nouas inquietações áquela fortaleza de Malaqua, porque depois lhe escreuera o Bispo dela que se tornaua a fortificar no mesmo lugar que lhe queimaraõ; pelo que vos emcomendo que tenhaes muito particular conta com aquella fortaleza de Malaca pera que esteja sempre taõ bem prouida d'armada e moniçoês como a importancia della o requere, e o que muito ymporta he impedir-se per todas as vyas e modos (com que se possa atalhar) naõ se tornar a fortificar El Rey de Jor, porque se ouese descuydo nisto (que per nhũ caso creio que aja soposto a materia e circunstancias dela) veria o mesmo descuido da parte dessestado a fortificalo mais que suas proprias forças, com que seria necesario tanto ou mayor apercebimento pera o desfazer que a armada e gente com que foi desbaratado a primeira ves, e por isso com se as cousas anteverem e preuenirem naõ somente se fazem em seu proprio tempo, e se naõ pasaõ as occasioens que mal se cobraõ depois, mas se forraõ despesas que sendo mayores saõ muitas vezes infrutuosas.

III. Tambem me escreue que os moradores de Malaca me seruiraõ bem nesta destruição de Jor e que seria de parecer lhe fizesse particulares merces e lhes comcedese preuilegios e liberdades, e vendo pela carta que eles me escreueraõ pelas náos do anno passado (a que lhe mando responder como nisto me ouue por bem seruido deles) que naõ pedem liberdades, antes se queixaõ dos capitaês daquelle fortaleza astrauesarem todas as fazendas que a ela vem e as tomarem para sy, e os naõ deixarem nauegar com suas fazendas pera nhũ parte impedindolhe todo o remedio que podem buscar pera sustentarem suas mulheres e filhos, queixa que de muitos anos a esta parte vem a mym e en todos eles tenho

mandado que se ponha nisto remedio, e por numqua se dar mandey depois passar alguãs provisões sobre o mesmo remedio, vos emcomendo e mando que as façais inteiramente cumprir e dar a sua deuida execuçaõ fazendo em conformidade delas tudo o mais que for necessario de maneyra que naõ aya mais estas queixas.

IV. E asy me diz que eu lhe escreui que raõ convinha a meu serviço fazerse forte em Jor, mas que amadase de contino huã armada naquele mar para defenssaõ dos navios que nauegaõ por ele; e porque ainda o hey assy por meu serviço, vos emcomendo que nesta materia cumprais e goardeis tudo o que tenho mandado em carta de 22 de fevreiro de 89 que vereys nas vias do dito anno que vos tenho mandado que cobreys.

V. Tambem me diz que as cousas do Dachem estaõ ao presente em estado que com menos forças e poder se poderaõ comsegir grandes efeitos por se afirmar que o Rey era morto; e porque esta materia he da importancia que tendes entendido, e que sendo vós presente se tratou em meu conselho, vos emcomendo muito emcarecidamente que naõ deyxéis passar as occasiões que o tempo vos oferecer e que se possaõ efetuar com o que esse estado puder dar de sy, e nestas poucas palavras sendo esta materia de ealidade para nela vos dizer muitas em carta que se disso tratasse vos hey por dito tudo suposto o que com vosque tratey antes de vossa partida, e o que a mesma materia por sy apresenta a quem está nesse vosso lugar, inórmente tendo vós dela tanta experiencia do tempo que andastes em Malaca.

VI. Tambem me escreue que pelas desordens que Dom João da Gama cometeo na China mandara áquelas partes o Licenciado Ruy Machado que deste Reyno foi prouido de Ouvidor da Cidade de Macão; e que ante as cousas que leuára per regimento fora que todos os Castellhanos seculares e ecclesiasticos que achase naquela cidade fizesse embarcar pera essas partes, ou pera os Luçoes de maneira que naõ ficasem em Macão senaõ os Portugueses moradores antigos por se atalhar o per-

jnyso que nisto recebiaõ meus vasallos Portuguezes e principalmente a Religiaõ Cristã por se entender que seriaõ causa pera de todo se sarrar a porta-daquelle Reyno á promulgaçaõ do Euangelho por procederem com soltura naõ goardaõdo minhas provisões só color da mesma Religiaõ, e que juntamente dera por regimento ao dito Ounidor que restetuisse aos Religiosos de Saõ Francisco da Custodia da India a casa que em Macão tinhaõ Frey Martim Inacio e seus companheiros por set sua dantes, e escreveuera ao Bispo de Malaca que indo ahi ter estes Religiosos companheiros do dito Frey Martim lhes asynase no destrito do seu bispado lugares em que prégasem o Euangelho como lho eu tinha mandado escrever pelas náos do anno de 89; e porque isto me pareceo assy bem, vos encomendo que procedaes nesta materia na conformidade em que o ordenou o dito Manoel de Sousa pelas rasoês que se apontaõ.

VII. E assy me escreue que dos tres Ingreses que pasaraõ a essas partes no tempo do Conde Dom Francisco Mascarenhas eraõ dous delles mortos, e o outro estava em Goa usando do officio de pintor sem se entender dele numqua outro pençamento; e porem pois está defesso que naõ vaõ a essas partes estrangeiros, nem se consintam nelas, naõ hey por meu serviço que fique este sendo Ingres, e o mandareis solto nas primeiras náos para este Reyno pera dali se ir para sua terra se quizer.

VIII. E assy me escreue que teve cartas do capitão de Maluco, que a Ilha de Maquiem que he do senhorio d'ElRey de Ternate (que he grande e de muito rendimento de cravo) ficava levantada, e que aquele Rey por esse respeito lhe comestava a fazer guerra, e que desejava muito estar esse estado em tempo para mandar buã armada áquellas partes para com esta occasiã se poder cobrar a fortaleza de Ternate; e posto que na primeira Instruçã que leuastes vos tento mandado o que neste particular hey por meu serviço que façaes, volo torno de novo a encomendar.

IX. Tambem me escreueo que João da Silva, capitão



que, foi de Malaca, e Artur de Brito, capitão da viagem de Maluco, faleceraõ ambos no mar, e que o dito Artur de Brito segundo lhe diseraõ tiuera culpa em não estar oje por mim a fortaleza de Ternate por tratar mais de seus interesses do que comvinha a meu serviço, e não correr com aquele Rey como era resaõ, nem lhe entregar o presente que o VisoRey Dom Duarte lhe mandára por ele; e porque esta materia he de tanta consideração como sabeis, vos emcomendo muito que offerecendo-se occasiã pera se poder cobrir esta fortaleza, faças nisso o que vedes que tanto cumpre a meu serviço, e mandeys tirar devassa do que se diz de Artur de Brito, e constando que não entregou o presente a ElRey de Ternate se cobre a valia dele per sua fazenda, e se proceda contra ella com qualquer outra comdenação que se julgar depois de ouvido o meu procurador e seus erdeiros.

X. E assy me diz que alguns Reys Arabios a que chamaõ Gisares pediaõ com grande efficacia armada pera lhe segurar certo paço do Rio Eufrates por onde tinhaõ entemido que os Turcos de Baçorá esperauã socorro para a guerra que elles lhe faziaõ, sem o qual se não poderiaõ sustentar, e que este mesmo requerimento trouxeraõ com o VisoRey Dom Duarte, e que pelos trabalhos do estado numqua se ordenara poderse-lhe mandar esta armada, e que pomdo este negocio em conselho se asentara que se deviaõ de despedir os embaixadores destes Guisares com cartas de boas palavras e esperanças deste socorro ate se ter mais certa enformação do poder que tem e do efeito que podera fazer esta armada, pelo que me pareceo de ueruos mandar que por ahaes esta materya em conselho de fidalgos e pessoas de partes e experiencia pera volo saberem dar, e sendo de parecer que se lhe deue dar este socorro mo fareis saber primeiro, e emeyareis a copia dos pareceres das pessoas que se acharem neste conselho, e me avisareys muito particularmente do vosso, e das causas principaes desta materia fazendo nela o discurso que pede, porque he de tanta consideração incitar-se o Turco contra esse estado

quando o dano que se lhe fizer não puder ser tão grande que lhe enfraqueça de todo o poder contra elle, que será mais acertado não se intentarem cousas que sendo de pouco momento em beneficio do estado resultem em mayor dano seu.

XI. Tambem me diz que lhe escreuera o Visitador da Companhia pelas náos da China da monção pasada que se aleuantara naquelas partes hum tirano que em breues dias se fizera senhor de todas as Ilhas e Reynos de Japam, e mandara notificar a todos os Religiosos que andauão na conversão daquelas partes que se saísem logo fora delas e não prégasem o Evangelho por ser ley contra a de seus antepassados, tomandolhe os collegios e queimando as Igrejas que tinhaõ, e que eles se esconderaõ em alguãs terras de Reys e Senhores cristaõs até verem o termo desta perseguição, e que ha esperanças que não faltará naquellas partes a fee catholica porque no mór feruor destes trabalhos se comuerteraõ muitos Japoens, e que o Visitador Alexandre de Valinhano lhe pedira esmola pera ajuda daqueles Religiosos, que faria nisso o que pudesse; pello que vos emcomendo que em tudo o que puder ser fauoreças aquella cristandade pera que se torne a restaurar como espero em nosso senhor de ter nas primeiras náos, ou muyto cedo recado que está já quieta, e nem por isso estar em tal estado deue aver menos feruor no prosegimento daquela cristandade que tanto hia florecendo, antes se pode cuidar que o quer nosso Senhor depois de assy a ter fundada cultiuar pelo modo que true com a premetiua Igreja que com as presegioens dela lançou môres raizes para depois vir a dar dobrados fruytos, e com esta esperanza diante dos olhos, e com cada hum os pôr na sua obriguação se facilitaraõ os trabalhos tiraõdose deles gloria pera Deos e merecimento pera os homens, e pola calidade da materya me pareceo dizeruos nela este pouco de que podereys inferir o muito que será razão que sempre se nela digua.

XII. Tambem me diz que eu lhe mandára me auizasse do numero dos Religiosos da Companhia que andauã

na cristandade de Japam, e o que seria bom darselhe para sua sustentação, no que não se resolveu para mo escrever até não cessar a perseguição daquelle tyrano, e me lembra que estes Religiosos são merecedores de todo o favor e ajuda por serem pobres e pelo muito fructo que fazem nessas partes; e que advertindo ao seu Provincial e a alguns outros Religiosos da Companhia que se deixassem dos tratos que traziaõ na carreya de Japam pelo escandalo que nisto dariaõ, lhe affirmaraõ que a muita necessidade em que vinhaõ em Japam fora occasião de hum procurador seu lhes mandar algã ceda na não daquella viagem, mas que isto se cãra já havia muitos tempos pasando por este respeito muitas necessidades, e que tem entendido que não tornaraõ a usar may's desta grangearia. E porque ao presente não está esse estado para acrescentar ordenados, vos encomendo que vades ajudando estes Religiosos com alguãs esmolas segundo os tempos e a necessidade, que tenho por de menos inconveniente para minha fazenda que daremse tenças com tanta largeza como se até qui fez.

XIII. E ayy me escreve que será muito serviço de Deus e meu não irem embarcações de Portuguezes a outros portos senão aos acostumados de Japam como se pede por parte dos mesmos Religiosos da Companhia por alguãs rezões que apontaõ, e antes de sobre esta materia vos mandar e creuer me pareceo deuer ter alguã enformação de pessoas praticas daquellas partes, e por elas entender que por respeito dos tyraõs que ha naquella viagem não poderiaõ tomar as embarcações particulares o porto de Lunga aqui onde vay ter a não de viagem, e me pareceo cometer esta materia a vós para que tomeia sobre ella as enformações necesarias e mas enuieys com vosso parecer para mandar tomar nisto a resolução que ouner por meu serviço.

XIV. E ayy me enuiqu nas vias do anno passado hã folha de todas as casas, collegios, remdas, aldeas, e propriedades que estes Religiosos tem nesse estado, e o numero deles que residem nas ditas casas e collegios.

de que me ouue por seruido por aver alguns annos que tinha mandado se me envyasse.

XV. E asy me escreue que os annos passados ouue alguãs desavenças antre estes Religiosos e os de São Francisco sobre a cassa noua que fizeraõ em Goa as quaes estauaõ já casse acabadas, e que declarára ao Custodio de Sam Francisco as causas que me moueraõ para mandar que se naõ tratase may's daquela duuida, e que ouuesse antre eles muita conformidade, e me diz que o Colegio que os mesmos Relegiosos da Companhia fizeraõ em Vaipimcotta era de grande effeito pera o beneficio da Crístandade e reduçaõ das cristaõs da Serra á Igreja Romana por alguãs rezoõs que sobre isso me aponta; e porque sobre estas materias vos mandey declarar o que hey por meu seruico que se faça (na terceira Instrucaõ que leuastes) vos emcomende que conforme a ela procedaes nelas.

XVI. Tambem me escreue que sobre a fabrica das Igreias desse estado tem mandado aos feitores que cumpriaõ alguãs cousas que lhes forem mandadas fazer per visitaçaõ nas Igreias que naõ tinhaõ fabrica, e que vay fazendo diligencia pera ordenar o que haõ daver pera de tudo me avisar, emcomendouos que nesta materia cumpraes o que sobre ela tenho mandado escrever o anno de 89, e o que se contem na terceira Instrucaõ que leuastes.

XVII. E asy trata do cuidado que se tinha dos ospitaes e dos soldados que se neles curaõ, e em especial do de Goa omde o Prouedor e Irmaõs da Misericordia fazem este officio com gramde caridade, e que se tinha particular cuidado de o prouer, e asy ao de Cochim como lho tinha mandado per minhas cartas, e por isso ser couza tanto de vossa obrigaçaõ, posto que na primeira Instrucaõ que leuastes vos tenho mandado que tenhaes particular cuidada destes ospitaes e da cura dos doentes deles, volo torno de nouo a emcomendar.

XVIII. E asy diz que fauorece os menistros do Santo officio, e que tudo he bem empregado neles e especialmente nos Inquisidores Ruy Sodrinho (sic) e Frey

Tomas Pinto os quais cumprem inteiramente com sua obrigação, e porque sou informado que estes ministros não são bem pagos de seus ordenados, e que os Governadores e Visoreys desse estado lhes falaõ e intercedem por alguãs pessoas culpadas e prezos pelo Santo Officio, que he materia muito perigossa, e de que se podem resultar muitos imconuenientes, hey por bem e mando que vós nem nhum outro vosso sucesor nesse gouerno fale aos ditos Imquisidores por nhuã pessoa nem causa de que aja culpas no Santo Officio, e vos emcomendo que aos ministros dele ordeneis como sejaõ bem pagos de seus ordenados, e os trateys e respeiteis como lhe he deuido por ministros de tal menisterio, e conforme o como já tenho mandado que se faça.

XIX. Tambem trata do cuidado que tem de se empararem as orfaãs que vaõ deste Reyno, e que são já cassadas muytas a que deu cargos e fez outras merces em meu nome, e que nessas partes avia tambem orfaãs filhas de Canaleiros criados meus que morreraõ em meu seruiço a que com a mesma rezaõ se puderaõ fazer as merces que se fazem ás que vaõ deste Reyno; e porque sobre esta materya tenho mandado o que hey por meu seruiço na terceira Instrução que leuastes, vos encomendo que nesta conformidade procedaes nela, aduertindouos muito que assy como he rezaõ que se trate do emparo das orfaãs, comuem que seja isto dentro dos limites da mesma rezaõ, e não com taõ demasiada largueza pouco conueniente a tudo como já tereys entendido pela dita terceira Instrução a que me remeto.

XX. E asy diz que praticou com o Prouincial da Companhia e com outros Relegiosos dela sobre as queixas que ElRey de Cochim diz que tem dos ministros da conversão que andaõ em suas terras, e que tem entendido que he grande o fruíto que estes Religiosos fazem e nhua a perda que este Rey recebe em sua fazenda por alguãs rezoës que aponta, e juntamente vy a carta que ElRey de Cochim me escreueo e o que sobre elle trata, e me pareceo deverlhe agradecer o que me disse.

sobre esta materia da conversão e animalo pera que va continuando com fauorecer e ajudar os menistros dela que tambem vos hey por emcomendados.

XXI. Tambem me diz que tratou com o Custodio de São Francisco sobre a jurdição que hum Religioso Capucho tomou ao Vigario de Teuenapataõ posto por ordem do Bispo de Cochim, e que lhe respondera que tudo estaua já quieto, e que assy o tinha entendido per outras vias, e que comuem muyto pera bom gouerno e quietação desse estado darse ordem com que não sejaõ taõ ausolutos, e que o Bispo de Cochim Dom Frei André de Santa Maria escomungára publicamente a Nicoláo Petro Cochino Veador da fazenda da cargua das náos por não lhe pagar á risqua seus ordenados, pelo que vos emcomendo trateis com o dito Bispo que de tal maneyra proceda assy no que toca á christandade como a tudo o mais, que seja conforme a sua obrigação, e lhe estranhareys escomungar o Veador da fazenda por casso taõ leue como foi o de seu pagamento, de que me espantey muito asy pola calidade do casso como por se emtemder das partes, do Bispo que tiuesse nele outra consideração.

XXII. Tambem me diz que avisou ao dito Bispo da merce que lhe fiz dos dizimos daquela cidade por tempo de cinco annos, e que podem valer em cada hum deles de setecentos até mil pardãos, e que lhe mudou o seu pagamento e o do Cabido dalfandegua daquela cidade onde o tinhaõ pera Goa; e porque não conuem que residindo eles em Cochim vão buscar o pagamento de seus ordenados a Goa, vos emcomendo quelho façaes fazer na alfandegua da mesma cidade como o tenho mandado (a), e até El Rey de Cochim me escreueo sobre isto.

XXIII. E asy me escreue que huãs casas que estão junto ao dormitorio de São Francisco dessa cidade de Goa que ha alguns annos que tenho mandado que se com-

---

(a) O resto das palavras deste Capitulo são escriptas de outra letra, e depois de concluida a carta.

prem para se meterem dentro da cerca do mesmo mosteiro ficauão já avaliadas em dous mil e quinhentos pardãos, e que por naõ aver atégora aquele dinheiro se naõ tinhaõ entregues aos ditos Religiosos, de que me espantey, porque quando se isto asy diz se despende de minha fazenda todos estes annos em outras cousas que se puderaõ beni escusar, como tenho visto pelo liuro das merces que se nele fizeraõ, pelo que vos emcomendo e mando acabeys de entregar estas cassas ao dito mosteiro de São Francisco.

XXIV. E asy me escreue que Cunhale armára muitos nauyos o anno de 88 que foraõ per diuerssas partes dessa costa da India, e que pera as do norte mandara doze galiotas em que entrauaõ tres grandes com muita gente escolhida e por capitaõ mór delas hum sobrinho seu, e que emcomtraraõ com elas duas gualés que hiaõ pera o norte de que eraõ capitaõs Dom Francisco Mascarenhas e João de Soussa com que tiueraõ huã brigua muito trauada em que eles ficaraõ muito feridos e os imigos cassy desbaratados se recolheraõ a Carapataõ, e sendo ele Gouvernador informado disto mandára logo Jeronimo de Sousa seu filho com muitas embarcações e alguns fidalgos com outras que cometeraõ os imigos e lhe tomaraõ todos os nauyos, artilharia, e alguãs armas; e por este successo ser da calidade que tereys entendido tiue muito contentamento dele, e vos torno a emcomendar alem do que leuastes em Instrução e vos escreuo nestas vyas que trabalheis por se extinguir de todo este cosario pelo muito dano que faz na costa da India, e despesa que por esse respeito he forçado que se faça com as armadas que saõ necessareas pera a goarda dela, e principalmente pelo que toca á autorydade e reputaçã do estado sendo em taõ grande perjuizo dele premetirse ha tantos annos hum cosayro taõ molesto e taõ vezinho que tendo cresido tanto se pode aver por afronta.

XXV. Tambem me escreueo sobre o successo que teua armada que mandou á costa de Melinde ( de que foi por capitaõ mór Thomé de Soussa seu irmão, que era de

dous galioens, cinco galés, seis gualiotas, e seis fustas com mais de mil soldados) e gualés de Turcos que se tomaraõ e may's sucesos desta viagem, da qual vitoria tiue tanto contentamento como foi a importancia dela; e vos emebmendo que tenhaes sempre muita vigilancia em saber os desenhos das gualés do Turco para estardes preuenido en tudo o que comuem para a defemsaõ e segurança dese estado; e a Thomé de Sousa e aos mais fidalgos que nesta yornada com ele foraõ mando escrener e agradecer o que nela fizeraõ, e assy a Mateus Mendes de Vasconcellos capitaõ mór daquella costa de Melinde que sou informado que en todo este successo me seruió muito bem, e tenho mandado ao Secretareo Diogo Velho que me apresente os papeis em que estas pessoas requerem merce por seus seruiços para os ver e lhes mandar responder. E assy me escreue que me seruiãõ bem nesta jornada Bras d'Aguiar, e Manoel da Silva, e tambem avemdo papeis seus em que requeiraõ despacho os mandarey ver e responderlhes (a). E a ambos direis assy, e que me ouue nisto por bem seruido delles.

XXVI. E posto que em outra carta vos ouuera de tratar sobre a materia das gualés do Turco (em que já vos comesey a escreuer pelos nauios que de qua partiãõ ao inverno, porque inda que entãõ vos escreuesse taõ breuemente deyxando tudo pera as vyas destas náos, naõ me pareceo dilatar pera nhũ tempo por abreniado que fosse cousa de tanta mayor inportancia que outras muitas auidas por principaes) me parece que com isto dene acabar esta segumda carta (com que ficaõ respondidas todas as que me escreueo o dito Governador) que posto que me desse conta das gualés que se se dizia que o Turco mandaua fazer em diuerssas partes, inda quisesa que falára nisso may's particularmente naõ somente sobre os avissos que tinha, mas juntamente nas pre-

---

(a) São escriptas depois as palavras que se seguem neste Capitulo.



uenções que fazia e determinaua fazer, porque sendo a materia tão grande e que leua apóss sy todo o cuidado, mal podia ficar em caso omisso, pedimdo tantas considerações, tantos discursos, e tantas aduertencias; e imda he de crer que ele as teria, e que acharieis os efeitos desta pratica tão avante que terieys pouco que acrescentar nela, todauya bem fora què de tudo me dera muy particular conta tanto dos avissos como das prevenções, como asima vos digo, e asy naõ somente vos escreuo estas cousas para mostrar desprazer do passado, mas para remedio do presente, e aduertencia do futuro, avendovos por tão emcomendada e entregue esta materya com todas suas dependencias que possa descansar no que sey que nela tereys feito e fareis sempre dando presedencia dela a outras materias, pois a tem, e asy en todas as desta calidade de que me auisareys sempre muy particularmente. Escrita em Lisboa a 12 de Janeiro de mil qinhentos nouenta e hum.

REY.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey—2.<sup>a</sup> via..

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e seu Viso Rey da India— 2.<sup>a</sup> via.

(Livro 3.<sup>o</sup> fl. 450 —4.<sup>a</sup> via fl. 460 )

78.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Sou informado que Dioguo Lobo de Sousa capitão de Bardes naõ procede bem em seu carguo nem ainda na obriguação de sua pessoa, fazendo naquellas terras que estão a seu carguo muitas uexações aos moradores christãos e gentios que nellas viuem, e que o Gouernador Manoel de Sousa lhe tem dado nos rendimentos das mesmas terras ( que tenho mandado applicar ao pagamento da See e clerezia do Arcebispado de Guoa ) maes de

dous mil pardãos de renda cada anno; pello que vos encomendo e mando que loguo lhe façaes tirar as dittas terras e renda pera que a maes não receba nem arrecade, e lhe façaes tornar a minha fazenda estes dous mil pardãos (ou o que for de todo o tempo que os tiuer cobrados) e juntamente façaes deuassar dellê per hum letrado inteiro e sem suspeita, e achando delle culpas procedereis contra elle como for justiça, e foime ditto que lhas acharaõ nos annos atrás, e fora já suspenso daquella capitania, e do que nisto fizerdes que sera loguo com effeito me auisareis e inuiareis a ditta deuassa com a sentença que se der pera a mandar uer.

11. Sou informado que no anno de 87 em dia de Sam Bartholamen sé, fez na fortalleza de Damaõ hũa briga antre os moradores della deuedidos em bandos mui trauada e escandaloza, e que por esta tamanha desordem ficar sem castiguo loguo no anno seguinte acontecera o mesmo na cidade de Baçaim, e que se dizia que em Cochim ouuera outra briga antre os moradores della dentro em hũa Igreja de que resultara matarem sette delles á espinguarda, e sendo todas estas brigas muy escandallozas e que puderaõ pôr aquellas fortallezas em notauel periguo, se não mandou fazer nenhũa deligencia sobre ellas, nem se castigaraõ as cabeças destes bandos, nem tiue nenhũa informação dellas pellas vias dos annos passados, de que me espantei tanto como do acontecido, e porque saõ casos a que se deue acudir com rigurozo e exemplar castiguo, vos encomendo e mando que particularmente mandeis deuassar delles não estando já isto feito na forma que taes casos requerem, e proceder contra os culpados como for justiça, e porque tambem sou informado que de alguns annos a esta parte se mattaõ muitos homens á espinguarda sem nisto por parte da justiça se acudir com os remedios e procedimentos della (o que pede tambem o remedio e procedimento necesario) vos mando que atalheis logo esta diabolica nouidade tanto contra o serviço de Deos e meu procedendo contra os culpados com rigurosos casti-

guos dados loguo á execuçaõ segundo forma das leis e ordenaçõs.

III. O Prouedor e Irmaõs da Misericordia da fortalleza de Dio me pedem vos mande escreuer que os 350 moradores que per regimento ha naquella fortalleza sejaõ primeiro paguos de seus ordenados que os maes officiaes por serem muito pobres e muy continuos na guarda da mesma fortalleza, por que os maes soldados da obriguaçaõ della se embarcaõ e andaõ darmada todos os ueroes, e que no inderno se recolhem naquella cidade 600 soldados, e como naõ podem ser todos paguos pello regimento por naõ serem da obriguaçaõ da fortalleza fazem mutins e roubos, e que naquelle anno quiserãõ entrar as casas de alguns moradores que remiraõ sua auexaçaõ com pratta e joias de suas molheres, e porque destas extroçoẽs me ey por muito desserruido, vos encomendo que prouējaes de modo nisto que se enittem, e que se naõ introdusaõ casos tam desaforados de entrarem os soldados per casa dos homens casados e lhe fazerem forças, e se dê ordem como os soldados daquella fortalleza seiaõ bem paguos, e fareis saber aos officiaes da ditta Misericordia de minha parte como vos tenho mandado que prouējaes loguo nisto.

IV. A cidade do Nome de Deos da China me inuiou dizer per hũa sua carta de 20 de Nouembro de 88 que o Licenciado Ruy Machado Ouvidor naquellas partes seruia tambem o carguo de Juiz dos orfaõs que em todas as cidades desse estado se prouiaõ por nomeaçaõ dellas nas pessoas que conuinha, pedindome que ounese por bem que o mesmo podesse aquella cidade fazer, e asi me pedem lhe mande passar prouisaõ pera se naõ dar dinheiro ao guanho aos capitaẽs da uiagem de Japaõ por ser grande oppressaõ pera os moradores da terra, e que o dinheiro dos orfaõs nem os mesmos orfãos sejaõ constrangidos a passar á India saluo quando forem com suas mãis e com parecer de seus titores, e porque sobre este dinheiro dos orfãos se naõ dar aos Capitaẽs das fortallezas nem das uiagens desse estado tenho mandado

passar hũa prouisaõ que foi nas vias do anno de 89, conforme a ella lhe mandareis guardar sua justica, e no que toca a poderem nomear Juiz dos orfãos naquella Cidade como dizem que o fazem as maes desse estado informaruoseis se ha prouisaõ per que geralmente se concedesse este preuilegio a todas, ou se particulamente o tem algũas e quaes, e as causas porque lhe foi dado, de que me auisareis, e tambem sobre o maes que pedem acerca de o ditto dinheiro, dos orfaõs e os mesmos orfaõs naõ passarem á India, pera conforme ao que conuier a tudo lhe mandar responder como ouuer por meu seruiço.

V. Os officiaes da Camara de Cochim me pedem per sua carta aja por bem que das fazendas das náos da China que por respeito de naõ poderem pasar á cidade de Guoa se despachaõ na alfandega daquella Cidade possam leuar o hum por cento pera despeza da armada que todos os annos fazem pera o Cabo do Comorin, e porque este hum por cento esta applicado as obras da fortificaçaõ de Guoa lhes mandei escrever que acordissem a vos pera os ouuirdas com os officiaes da mesma cidade pera com a informaçã que deste caso achardes e vossõ parecer que me inuiareis lhe mandar como o ouuer por meu seruiço.

VI. ElRey de Ormuz me escreneo muitas queixas do modo em que os Capitaẽs daquella fortalleza procediaõ com elle, e posto que ateguerã se lhe deraõ algũas culpas de descuidado em sua obriguaçã, me escreneo o Governador Manpel de Sousa que com as nouas que ouue de gualles de Turcos fizera algũas preuencõs e metera naquella cidade mil e quinhentos homens com os quaes despendera oito mil cruzados, e asi me inuiou hũas apontamentos em que requere muitas cousas que me pareceo remeter a vos e naõ lhe deferir a ellas sem primeiro ter nossa enformaçã, que vos encomendo me enuieis de todas as que se contem nos mesmos apontamentos com vossõ parecer, e que ordeneis como a este Rey se faça muito bom tratamento e o deixem

usar em seu reino do que seus antepassados usaraõ e naõ for contra o que conuemi a meu seruiço e segurança daquella fortalleza.

VII. A Cidade de Damaõ me escreueo como nella fallecera Luis Vieira que estava prouido do carreguo de Juiz dalfandegua de Guoa, e por sua morte lhe ficaraõ dous filhos e hũa filha muito pobres, e que tambem fallecera Fernaõ Cardoso que estava prouido de Tanadar de Maym, pedindome ounesse por bem de fazer merce ás filhas destas pessoas dos carguos que uaguaraõ por seus pais pera seus casamentos, e que a pessoa que casase com a filha do ditto Luis Cardoso ( sic ) desse a cada hum dos outros filhos do rendimento do ditto cargo mil pardãos. E assi me escreue que na mesma cidade fallecera Pero de Sousa Peteira que estava prouido com a fortalleza de Baçaim de que ficaraõ tres filhas e dous filhos e sua molher muito pobres, e me pedem que em satisfaçaõ dos seruiços do dito Pero de Sousa faça merce da ditta fortalleza a seu filho maes uelho pera com ella poder emparar suas irmãs e irmaõs, a que lhe mando responder que acudaõ a vós pera com uosa enformaçaõ mandar prouer em tudo como ouier por bem; e tambem no que toca a Manoel Vaz morador naquella cidade que me escreuem que serue na fortificaçaõ-della com muito zello e cuidado, e vos enformeis e me auiseis com uoso parecer.

VIII. E assi me pedem em seus apontamentos que me enuiou que mande se naõ pague a Ramo de Rana Rey vizinho daquella cidade maes que os onze por cento que antigamente tinha do rendimento daquellas terras, e que o ditto pagamento naõ corra pellos capitaes da fortalleza por ser por elles aquelle Rey mal pago e resultar diso serem os moradores da cidade molestados; e porque sou informado que sempre se entendeo que conuinha ter boa correspondencia com este Rey, porque inda que pequeno em poder, como uia em montanhas e matos asperos e fragnosos se naõ pode nunca entrar, vos encomendo que em quanto nisto se naõ dá outra ordem,

ordeneis como aja os onze por cento que lhe pagão os foreiros daquellas terras, os quaes ey por bem que daqui em diante arrecade o feitor daquella cidade, e por sua via e naõ dos capitaães se entregue o que niso montar ao ditto Rey, e deste dinheiro se lhe fará receita pera na conta que der de seu cargo a dar tambem delle, e se peder saber como o tem entregue ao ditto Ramo de Ração. com declaração que he foro das terras possidas por quem as grangea, e naõ cousa algũa que se lhe dê de minha fazenda.

IX. E assi se queixa a ditta cidade que dos vinte e dous mil e quinhentos xerafins per que o Viso Rey Dom Duarte mandou uender huã uiagem da China de que lhe fiz merce pera a fortificação della tinhaõ cobrado somente noue mil, pedindome lhe mandase entregar a demazia pera se poder ir correndo com a dita fortificação; pello que uos encomendo vos enformeis particulamente em cujo poder estaõ os treze mil e tantos xerafins desta uiagem, e lhe façaes fazer delles pagamento com a breuidade que este caso pede, ordenando como se entreguem. e faça receita delles pera se naõ despendem em outra cousa algũa senaõ na dita fortificação, e o que sobejar estará em deposito até eu mandar o que quier por meu serviço, e de tudo o que nisto fizerdes me auisareis.

X. E asi me pede a ditta cidade lhe faça merce dos direitos de trinta cauallos arabios, e que os posam mandar trazer de Ormuz, e por ser materia que encontra o que sobre ella leuastes em uossas Instruções, e que naõ he de maes effeito pera a cidade, que interesse de que se naõ segue outro beneficio, naõ ey por meu serviço concederlho, e asi lho podereis mandar significar com as razões disto que saõ sabidas, e sobre a confirmação dos priuilegios que me pede uos tenho mandado nas Instruções que leuastes me auiseis se será meu serviço concederlho, e de nono volo torno a encomendar.

XI. E asi me diz que alguns foreiros daquellas terras com naõ verdaderas enformações oueraõ supprimeo dos

Viso Reis pera não residirem nellas com suas pessoas e cauallos; e por isto ser da importancia que sabeis vos mandei que tomaseis enformação desta materia, mas pela que agoura tenho vos encomendo que obrigueis os foreiros daquellas aldeas e terras que uão resedir nellas com suas armas e cauallos pera acompanharém o capitaõ da fortalleza na guarda dellas conforme as suas obriguações sob pena de perderem as dittas aldeas e terras, porque não he justo que tendo dellas tam groços rendimentos como tem, andem espalhados por esse estado fazendo seus proueitos, e que os que residem naquella cidade lhe guardem suas aldeas.

XII. E asi me pede a ditta cidade aja por bem que os moradores della que tiraõ madeira para Cambaia não paguem mais que os déreitos da alfandegna somente e não sejaõ obriguados a pagar os tributos nouos que os capitaes daquella fortalleza recebem delles e lhe acrescentaraõ de seu poder absoluto; e por ser informado que por os moradores daquella cidade serem pobres e continuos no seruiço se lhes pode conceder licença pera somente tirarem daquellas terras agueiros e forquilhas pera Cambaia contanto que não seja madeira que sirua pera natios, vos encomendo que proueejaes neste caso como vos parecer rezaõ, e me auizeis.

XIII. E así me dizem que naquella fortalleza ha muita falta de artelharia pellos capitaes della a terem consumida em suas náos, e porque esta queixa ha muitos annos que dura así nesta fortalleza como nas inaes desse estado, em que tenho mandado prouer por minhas prouisoões, e ultimamente no anno de 588, vos encomendo inuito particularmente as faças dar á execuçaõ com tanto rigor como a importancia deste caso o pede, e me auizeis nas vias de cada anno do que neste caso fizerdes, porque todavia não poso deixar de receber disprazer e me auer por mal seruido de chegarem estas informações e queixas da artelharia a mim, tendo eu já niso prouido bastantemente, e podendo antes disso ter dado os Viso

Reis e Governadores remedio a huã cousa tão importante ao estado e devida a sua obrigação.

XIV. E asi me escrevem que conuem a meu serviço não se sustentar a fortalleza de Saõgens que está legoa e mœa daquelle cidade pella muita despeza que faz, e por ser enformado que esta fortalleza he muito forte, e não faz muita despeza que huã Tanadaria daquelle cidade e que, com ella mando satisfazer alguns pessoas que me temem nesse estado, vos encomendo que vos enformeis e me avisais do que será meu serviço fazer-se neste particular.

XV. E asi me diz a ditta cidade que conuem a meu serviço escouzar-se o capitaõ do Campo, que tem de ordenado mais de cem mil reis alem da despeza que se faz com os piaens por não ser necessário depois que ouve guardas, e porque sobre esta materia mandei tomar enformação per que se achou o mesmo que a ditta cidade aponta, vos encomendo que entendendo vós asi escrezeis este Capitaõ a despeza que se niso faz, auisandome do que niso fizerdes.

XVI. E asi me pede a ditta cidade uja por bem de mandar aforrar emfathyota as aldeas que os moradores della tem em duas vidas, e que andem sempre nomeadas em huã só pessoa que responda com o foro e obrigações de seus aforamentos, e por ser materia de consideração mandei tomar enformação della, e me parece que não será meu serviço conceder-lhe o que pedem pelos inconuenientes que diso podem resultar, e que somente se lhe poderia innovar em huã vida quando se acabassem as duas porque as tuas aforadas e ouves serviços que o mereçam, mas tambem nisto vos encomendo que me enqueis uosa enformação e parecer.

XVII. A ditta Cidade de Damaõ me escreve que hã das causas porque se tomou aquella fortalleza foi pera as fazer nella alfandega que tem por de mais importancia pera meu serviço que todas as outras commodidades que nella ha, porque acudir a ella todo o trato e commercio de todo o Mallabar e partes do Sul que a



gora acode a Cambaia, e que poderá importar o rendimento desta alfandegua pera minha fazenda cada anno cento e cincoenta mil pardãos ( porque muito mais ual Cambaete aonde tudo isto agoura acode ) e que se ateguora isto se não pôs em effeito foi por estar aquella fortalleza aberta per muitas partes, mas que já está deffensauel pera poder resistir aos accidentes que serão certos por respeito da perda que, Cambaete nisto hade receber, e que será necessario auer alguns nauios armados que corraõ daquella cidade até Dio, así pera o que pode subceder como pera obrigar os nauegantes a ir áquella alfandegua; e por ser materia de tanta consideraçõ como tereis entendido me pareceo deuer ter algũas enformaçoẽs della de pessoas de experiencia dessas partes, e posto que por algũas dellas tenho entendido que será difficuloso intrõduzirse esta alfandegua, e que poderia por uentura tambem ser em perjuizo da de Dio, e que somente deuo mandar que todos os nauios que leuarem mantimentos ou mercadorias a Cambaia os uão descarregar na fortalleza de Damaõ, porque será occasiã pera uirem ahy os mercadores uezinhos com suas mercadorias, me pareceo que me não deuia de resolver de todo nesta materia, nem de hũa maneira nem de outra, sem uossa reposta, e assi ouue por maes meu seruiço cometeruola pera della vos informardes muito particulamente, e discorrerdes de mais perto as dependencias e indiuiduos de tudo isto, e me auisardes así do que achardes como do que uos parecer escreuendomo muito particulamente, e em caso que se aja de pôr alfandegua em Damaõ, se são necessarios ou se podem escusar os nauios armados que dizem que conuem que andem naquella costa pera fazerem ir a Damaõ os que por ella nauegarem com mercadorias e fazendas de que ajaõ de pagar direitos, e o que farão de custo estes nauios, e o que poderá render esta alfandegua, e se será em perjuizo do rendimento da alfandegua de Dio, e tambem da de Chaul, com tudo o mais que entenderdes desta materia de maneira que

asi tenha tudo declarado que fiquem respondidas todas as objeções claras e tacitas dellas, pera sem maes outra dilligencia nem interlocutoria me poder resolver nisso como for meu serviço.

XVIII. A Cidade de Guoa se me queixou que recebiaõ os moradores desse estado em se proceder no contrato que estaua feito do annil muito danno, e por ser materia em que se não intentou nouidade, e que muitos annos antes esteue contratado, lhe mandei escrever nas uias do anno de 89 que se quietassem nisto e porque nas náos do anno passado me tornaõ a fallar nesta materia e apontaõ muitas rezoês em seu fauor e algumas em que mostraõ que não será meu serviço ir por diante este contrato, vos encomendo que os ouçaes neste caso e tomeis as maes enformações necesarias, e do que vos parecer me auiseis pera nelle lhe mandar responder como for rezaõ.

XIX. Tambem me requerem que aja por bem que os officios de Juiz e escriuaes dos orfaõs daquella cidade sejaõ prouidos em vida e não por tres annos por alguã rezoês que pera isso apontaraõ, e requerendome o mesmo per carta do anno de 89 lhe mandei responder pelas uias do anno passado vos dessem disto conta, e asi lho torno a mandar escreuer agورا; pello qua vos encomendo que saibaes o que nisto passa, e o que já lhe foi respondido por mim ou pelos senhores Reis meus antecessores, que Deos tem, sobre este particullar. do que sou informado que se tratou em outros annos, e de tudo o que achardes me auisareis com uosso parecer.

XX. E asi me faz lembrança de quanto inconueniente he darenasse a fidalgos mancebos que uão deste Reino a capitancias dos navios de minhas armadas sem primeiro seruirem nesas partes de soldados pello menos quatro ou cinco annos como sempre se custumou pera nelles se exercitarem e terem alguã experiencia da guerra, e porque he materia esta de tanta consideração, como se deika bem entender, e se vio no desastre de Niquila,

accede á mesma fortalleza munita quantidade de pimenta, e que se se tolhesse aos Chinceos que a não fossem buscar a Sunda, Patane, Pam, Jambiz, Andrigir, e a outras partes, acudiria áquella fortalleza grande copia della; e por ser materia esta de consideração, e de que deueis ter tanta experiencia como das maes consas daquellas partes, me pareceu meu serviço mandartollo escrever pera fazerdes nella o que uirdes que cumpre, de que me auisareis.

XXV. Com a chegada das náos deste anno fui informado que indo, nellas daqui pera a India Fernão d'Alures do Oriente se descompusera em dar nouas trocadas destes Reinos em perjuizo delles e de meu serviço, e por tal modo, e com demonstração de tal humor, que estou muito espantado chegando estas cousas ( por serem publicas e notorias ) ao Guouernador Manoel de Sousa Coutinho, e sendo de tão máo exemplo pera se deuerem castigar, e quando menos mandasse o ditto Fernão d'Alures logno a este Reino, não somente não se fazer isto sendo tão ordinario em casos de muito menos momento, mas antes occupalo em meu serviço e em negocio tanto contra elle e defeso por mim, como mandalo a Ormuz por Vedor da fazenda, que não creio inda que mo affirmarão, que se así fosse seria muito pera estranhar. ao dito Guouernador ( como o fizera maes largamente se esta carta fora pera elle, posto tambem com elle falo estando elle ainda nesse guouerno ) ; pello que uos encomendo e mando que na primeira embarcação que onuer pera este Reino façaes nella uir o ditto Fernão d'Alures procedendo niso per tal modo que em todo o caso uenha sem auer falta nem dillação algũa, porque se outra cousa ouuesse ( que bem creio que per nenhũ caso será ) seria peor caso o segundo que o primeiro E tambem uos encomendo e mando que auendo outro tal não espereis íruos recado meu pera pordes em effeito o que agora mando que façaes neste presente, sobre que me escreuereis o que fizerdes.

XXVI. Da mão de Xequê Joete que hũa carta nas naos

do anno passado a que lhe mando responder como uereis pela carta que uai nestas vias, e porque não pude ter enformaçã de sua quallidade e procedimento, me pareceo denernos enuiar a mesma carta pera conforme á que tiuerdes se lhe dar ou deixar de dar. E nai aberta porque na carta que me escreueo não diz o seu nome nem se pode saber neste Reino como se chama pera em caso que se lhe ouuer de dar lhe mandardes pôr seu nome. Escrita em Lisboa a de Janeiro de 591. (a)

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.

(*No Sosbrescripto*)

Por El Rey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, seu Visorrey da India.

(2.º via. Livro 3.º fl. 430—1.º via fl. 438)

79.

Visorrey amiguo. En El Rey vos emño muito saudar. Nas ynstruçõs que lenastes e em huã carta minha que vos escreuo nestas vias vos trato muito particularmente das muitas desordens com que procedem os Capitaẽs das fortalezas desse estado tanto contra o seruiço de Deos e meu e em dano do bem comuin de meus vasalos e grande perynizo de suas conciencias e homrras, sobre que mandey passar alguãs prouisoẽs em que particularmente defendo que os meus VisoReys e Governadores lhe não concedaõ nhuã que encontrem as cousas sobreditas e dependencias delas, sobre que pera melhor ordem e declaraçã de tudo mandey fazer algũs apontamentos pera por eles lhe serem tomadas suas residencias, de que se pasou outra minha prouisaõ; e porque será de pouco efeito telas passadas

---

(a.) Em ambas as vias que restam desta Carta está em branco o dia do mez.

naõ se dando á sua deuida execuçaõ com se proceder nela taõ ynteiramente como conuem em efeitos taõ ynportantes e necesareos a hũa sustancia taõ grande em em que consiste tamanha parte da verdadeira comser-naçaõ desse estado posta em bom e prudente descurso, que he materia que comserne em sy muitas cousas e dependencias delas que se deixaõ bem entender de animos desapaixonados que com zelo christaõ e homrrado naõ poderaõ deixar de ver quanto ysto cumpre pera nosso Senhor ajudar e assistir nas cousas dese gouerno; vos torno de nouo a emcomendar muito emcarecidamente e a mandar expressamente quẽ façaes goardar as ditas prouisoẽs pera que se cumpiraõ ynfaliuemente sem des-pensassaõ algũa, e aduirtaes o Chanceler e desenbargadores da Relaçãõ de Goa do que deuem fazer declarandolhes que assy como ey de ter por muito particular seruico o que neste caso me fizerem pera lhes fazer merce, me ey de auer por mui desseruido de qualquer descuido que ouuer ( o que naõ creio ) para mandar tratar tambem de seu castigo como o pede esta materia que he taõ ym-portante e de tanta obrigaçaõ minha. E este Capitulo lereys estando em Relaçãõ aos ditos Chanceler e desenbargadores, e o fareis registrar no liuro do Regimento dela ao pé do qual registo se fará hum asento do dia, mes, e anno em que com elles fizestes esta diligencia, e asinareis nelle e somvosco todos os ditos ministros que forem presentes.

II. Manoel de Medeiros Veedor da fazenda da cargua das náos em Cochim em hũa carta que me escreueo pelas do anno passado me faz muitas lembranças nas materias da pimenta; e porque sobre elas vos mandey dar quando deste Reino partistes hũa ynstruçãõ muyto larga, me pareceo que de nouo naõ tinha que vos dizer nelas, somente emcomendaruolas tanto como a ynportancia delas o pede, e que ao dito Manoel de Medeiros mandeis a copia da dita ynstruçãõ pera conforme a ela proceder nestas materias, e vos lembrar nelas o que for necesareo com emformaçãõ do que paassar em Cochim,

e entender do procedimento delRey. E porque elle tambem me escreue que pera beneficio da cargua da pimenta e a trazerem os mercadores ao pesso he de muita ymportancia serem fauorecidos e bem tratados d'ElRey de Cochim; e ordenar ele como se atalhe e ympida leuarse esta pimenta pela Serra em bois, me pareceo que alem de muito particularmente lhe ter encomendado esta materia da pimenta em hũa carta que lhe mando escrever nas vias deste anno, vos denia tambem encomendar que particularmente lhe escreuaes sobre tudo ysto significadolhe a obriguação que tem pera o fazer, e o muito contentamento que disso receberey, e me auisareys do que nesta materia fizer, e estiuier feito de vossa parte e da sua.

III. O Arcebispo de Goa Dom Matheus me escreueo nas náos do anno passado algũas cartas a que lhe mando responder, e porque por pessoas que deſas partes vieraõ, e assy per cartas de outras tiue emformaçãõ que por sua muita idade e yndesposições naõ podia acudir a algũas desordens que se cometiaõ pelos clerigos e seculares de seu arcebispado, e fazemdoseme lembrança que seria seruico de Deos prouerse em outrem a dita prelazia, me pareceo emcomendaruos me auiseis muito particularmente de seu procedimento, e entendendouos que he assy como se me tem certificado, o uades despondo per modo comueniente e suaue pera que queira renuciar nas mãos do Santo Padre o dito arcebispado e recolherse com algũa porção comoda, pois per sua idade naõ podera uir pera este Reino, e sendo necessario ter pessoa consigo das letras e partes que comuem pera lhe ajudar a gouernar o arcebispado, lhe persuadaes tambem e procureys que asista com ele, e que nestas naos seja contente de emuiar a dita renuciação com cartas suas pera o Santo Padre e pera mim sobre esta materia.

IV. O dito Arcebispo e o Cabido da See de Goa me emuiaraõ huns apontamentos de algũas cousas que requerem, e porque entre elas trataõ da fabrica das ygreias do dito arcebispado em que tenho prouido bastantemente nas vias

do anno de 89 o que poi elas tereis visto, vos encomendo a execuçaõ disso: E assy me pedem licençã para poderem laurar na moeda da ribeira de Goa mil quintaes de cobre, e que lhe antecipe huã viagem da China que dizem que tem pera as obras daquela See, e não ouue por meu seruiço deferir-lhe nem a huã nem a outra, por não poder ser anticipar-se a dita viagem em perjuizo dos prouidos, e ter defendido per minha prouisaõ que se não laure nhum outra cobre senão per conta de minha fazenda pelos ynconuenientes que dissõ resultaõ como sabeis. E assy me apontaõ que as Igrejas daquele arcebis-pado se deuem curar e servir per Clerigos e não per outros Religiosos, e porque sou informado que atégora se administraraõ as ygreias de toda a Ilha de Goa assy pelos Religiosos da Companhia como pelos mais Religiosos frades dessas partes que as tem repartidas antre sy pela falta que sempre ha nesse estado de bastante numero de Clerigos suficientes, e se acharem neste Reino com muita difficuldade pera yrem a ele. vos emcomendo que pratiqueis esta materia com o mesmo Arcebispo e a companhia com ele, e do que ambos asentardes me auisai is pera o ver e vos mandar escreuer o que ouuer por mais meu seruiço. E porque tambem sou informado que os Religiosos que residem nestas ygreias tem nelleas meyri-nhos e troncos priuados em que metem os cristãos da terra que se comuertem a nossa santa fee, de que resultaõ muitos incomenientes, o que o Conde d'Atougia que foi VisoRey desse estado prohibio per huã sua prouisaõ feita em 16 de Março de 79, encomendonos que a veyaes e deis ordem como estes Religiosos não usem mais dos ditos troncos e se castiguem os delitos destes cristãos da terra pela via ordinaria a que directamente pertence. E porque em hum dos ditos apontamentos se queixaõ que por os Religiosos dessas partes comprarem muitas fazendas do que resulta yrem-se desfraudando os dizimos que pertencem ao Mestrado da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, ordenareys com que se de a execu-çaõ huã minha prouisaõ que ora pasei sobre esta ma-

teria que vay nestas vias, e que o Procurador de minha fazenda desas partes requeira a justiça que entender que ela tem neste particular perante a pessoa que o Conservador geral dos Mestrados deste Reino nomea nessas partes em huã sua comisaõ que vay nestas vias. E tambem pede o dito Arcebispo se lhe enuie deste Reino hum mestre de obras de pedraria pera se acabar a See de Goa, o que se pode escusar por ser informado que nessas pastes amda hum mestre de obras que se chama Antonio Argueiros que ha muitos annos que reside nelas, e hum mestre Simaõ lá nacido que foi mestre das obras da casa noua da Companhia, pelo que vos emcomendo que para se acabar a dita See lhe ordeneis hum dos sobreditos mestres ou outra pessoa sufficiente na architectura, que possa correr com a obra dela e a ponha na perfeiçaõ que convem, pois ha tantos annos que dura.

V. O dito Arcebispo me escreue sobre seus pagamentos e dos menistros ecclesiasticos de seu arcebispado, e porque o Senhor Rey Dom Sebastiaõ meu Sobrinho, que Deos tem, lhos tinha mandado consinar nas rendas de Bardes e nos dizimos da ylha de Goa por suas prouisoões que eu ouue por bem de confirmar, vos emcomendo que lhas façaes goardar inteiramente, e em caso que naõ faliassem no Arcebispo Dom Mateus, ou fosse dadas com limitaçãõ de annos que já fossem acabados, vos informareis de tudo isto e me auisareys, e em quanto vos naõ mandar escrever o que nesta materia hey por meu seruiço se lhe goardaraõ as ditas prouisoões e averaõ por elas seus pagamentos nas ditas rendas de Bardes. Escrita em Lisboa a oito de feuerreiro de M. D. nouenta e hum.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Viso Rey.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.—A Mathias de Albuquerque do seu Conselho, seu Visorrey da India.

( 2.º via Livro 2.º fl. 98—4.º via fl. 102 ).



## 80.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito sandar. Vendo e considerando a grande quantidade de merces de dinheiro que os VisoReis e Guouernadores desse estado fazem em meu nome de poucos annos a esta parte no tempo de seus gouernos com desordenada largueza a fidalgos e a outras pessoas que andaõ nestas partes allem dos uinte mil cruzados que pera ellas lhe tenho concedido e limitado cada anno, excedendo niso o modo de tal maneira que passaõ todos os limites da rezaõ e do bom gouerno, de que se seguem grandes danos e inconuenientes a meu seruico e ao bem do mesmo estado, e fica minha fazenda quasi impossibilitada pera poder acudir às armadas necesarias pera conseruaçaõ e deffençaõ delle, e se toma a de meus uasallos por causa desta taõ prejudicial desordem pera prouimento das dittas armadas e outras cousas de meu seruico, porque (segundo tenho sabido) he bastante o rendimento do estado tratando-se com ordem de se beneficiar, arrecadar, e despende como deue ser, ouue por meu seruico por todos estes respeitos e pellos maes que delles se podem inferir, mandar passar huã prouisaõ pella qual ey por bem e mando que da chegnada destas naõs a essas partes em diante nenhum VisoRey nem Gouernador dellas possa despende nas dittas merces de dinheiro que fizer em meu nome per qualquer via e modo que seja maes que trinta mil cruzados que lhe hora concedo e limitto cada anno posto que aja poucos annos que lhe acrescentei oito mil cruzados allem dos doze que até entãõ somente lhe eraõ concedidos, e isto pera os dittos vinte mil cruzados entrarem na contia dos trinta que lhe hora limitto pera os naõ excederem em cada hum anno per nenhum caso que seja como ditto he, sob pena de se auer pella fazenda do tal Visorrey e Gouernador tudo aquillo que maes despende nas taes merces allem dos dittos trinta mil cruzados, como tudo largamente he declarado na ditto prouisaõ que uay nestas vias, e naõ ha mandei

passar maes cedo esperando que ounese emenda nas desordens que nisto ouue nos annos atraz, mas entendendo com a cheguada das náos do anno passado que hya en crescimento (de que me ouue por tam desservido que na culpa passada mando prouer per outra via) me pareceo que naõ conuinha dillatar maes o remedio de huã taõ grande desordem e tam prejudicial a meu seruico, e que posto que deva crer que em uosso tempo a naõ aueria e bastaria para isso entenderdes que allem de naõ poderdes passar o limite da concessaõ dos ninte mill cruzados cada anno, uos obrigauaõ tambem as outras rezoõs de gouerno e bom exemplo que conuinha que deixasseis a uossos subcessores, que todauya a vós e a elles couiria tornauos a declarar minha tençaõ e mandado pella ditta prouisaõ, e que posto que a desordem passada requeresse estreitar antes a comissaõ dos ninte mil cruzados (de cuyo acrescentamento se taõ mal usou) que fazer agora logo outro acrescentamento o naõ deuia suspender pera outro tempo pois esta culpa naõ era do uosso, e asi tendo nisto tanto respeito a uos fazer merce como a outros que me a isso mbueraõ, o ouue asi por meu seruico, e uos encomendo e mando que de tal maneira cumpraes a dita prouisaõ sem outra interpretaçaõ alguã que naõ somente se faça assi taõ inteiramente como o deueis á particular confiança que de vós tenho, mas que inda no modo deixeis tal exemplo a uossos sucesores que inda que naõ ouuera esta minha defeza os pudese o mesmo exemplo obrigar á consideraçaõ de quanto maes conuem ao bom gouerno desse estado e a suas consciencias e honra terem dinheiro pera os accidentes substanciaes que pera o darem pera cousas em que se elle taõ mal despende, importando tambem maes (inda que o dinheiro se naõ ouuera mister pera o que se elle deue poupar) tirarem elles os homens de gastos infructuosos e que os incitaõ a maos costumes que socorrellos em suas necessidades, que quando naõ forem fingidas nem superfluas se podem bem suprir com os dittos trinta mil cruzados, e asi o poreis em pratica e exemplo pera que

o fique de uós nisto como das outras cousas de que espero que o deixeis. Escrita em Lisboa a 16 de fevreiro de 591.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey—4.<sup>a</sup> via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India—2.<sup>a</sup> via (sic)

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 72)

81.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Nestas vias vos escreuo sobre todas as materias de meu seruiço como por ellas vereis, e esta carta será pera vos dizer que folgey muito de entender pellas vossas da paragem da Ilha da Madeira e da linha quaõ bem hieis nauegado, como tambem depois o soube per hum nauio do Brasil que partio daqui em uossa companhia, e vos deixou ao mar daquella costa a tempo e de maneira que se pode crer que com ajuda de Deos chegareis a essas partes quasy ao tempo ordinario das náos que leuaõ boa uiagem, e assy quererá elle que seja, e que este anno me emuiareis taõ boas nouas de vós e de tudo como as espero, e nestas náos vaõ as munições e cousas de que tendes feito lembrança que uereis por hũa folha dellas feita pello Prouedor e officiaes de meus almazens. Escrita em Lysboa a 16 de fevreiro de 1591.

P. S.

Inda que creio de vós que sem vos escreuer sobre esta materia naõ deixareis de cumprir nella com vossa obrigacão em meu seruiço, me pareceo todania aduertiruos della encomendandouos que corraes com ElRey de Ormuz no modo que connem, esquecendouos de cousas passadas de quando estuestes por Capitão na-

quella fortaleza, e lembrandonos do que deueis a meu VisoRey desse stado, e que com a mudança dos carregos se mudaõ tambem as cousas e a obrigaçaõ dellas, posto que em todo tempo e lugar naõ deixa ella de ser em sustaneaia hũa mesma igoal pera tudo. E folgarey de me'escreuerdes o que nisto fizerdes.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o VisoRey Mathias de Albuquerque.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu consefho, e seu Visorrey da India.

(4.ª via Livro 2.º fl. 90—2.ª via fl. 92 )

## 82.

Honrado Visorrey amigo. Inda que depois que de cá partistes me desse muito cuidado a uossa naueguacão, mormente sendo arribadas as quatro náos das cinco de uosa armada ( como vollo escreuy pellos nauios que foraõ no inuerno ) todauia entendendo que a causa da arribada foi maes culpa dos Capitaães e officiaes das náos ( com os quaes se procedeo como conuinha ) que outra cousa, bem entendi que naõ podia auer esta falta na uosa não indo vós nella, e bem se confirmou isto depois com as nouas que deu da uosa boa naueguacão hum nauio do Brazil que foy em uosa companhia até aquella costa onde vos deixou ao mar della a tempo e de maneira que prazendo a Deos farieis tam boa uiagem como nelle espero, e o mesmo me tinha tambem já parecido com o que da linha me escreuestes que selguei muito de uer, e em quanto naõ tenho outras cartas vossas ( que quererá Deos que sejaõ de vosa boa chegada a essas partes com taõ bom principio nas cousas de uossa obrigaçaõ como dexeio ) naõ se offerece maes que significarnos este meu, e remeterme ás vias destas

nãos em que ueréis o que ElRey meu Senhor por ellas vos manda escreuer com tanta confiança em vós como he a com que vos enuiou a essas partes onde tenho por certo lhe façaes taes seruiços que com elles respondeas a esta tam particular confiança, dos quaes (alem do principal que he o que conuem a esse estado) receberei eu grande contentamento de serem feitos por vós e terdes com elles maes merecimento ante Sua Magestade, e nesta sinstancia vos ey por ditto tudo o que vos pudera escreuer com maes pallauras. Nosso Senhor vos aja em sua guarda. De Lisboa a 19 de feueireiro de 591.

O CARDEAL.

Pera o Visorrey—2.<sup>a</sup> via.

( *No sobrescripto* )

Ao honrado Mathyas de Albnquerque do conselho delRey meu Senhor, e seu VisoRey da India.—2.<sup>a</sup> via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 94 )

## 83.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Sou enformado que depois de ter mandado nas uias do anno de 89 que na Rellação de Guoa se detreminasse a duuida que ania antre o meu procurador e os foreiros de Baçaim sobre os cinco larins que lhe mandauão pagar conforme as sentenças que neste caso estauão dadas em favor de minha fazenda, e que se guardassem as que eraõ pasadas em cousa julgada, e que pedindose pello dito meu procurador que judicialmente se resolnese este negocio se concertou com elles o Gouvernador Manoel de Sousa peraque paguasem quatro larins e meo, o que o ditto procurador reclâmou ( protestando não consentir no ditto conserto ) que me pareceo bem, pello que vos encomendo e mando que uejaes esta materia em Relação ou com alguns desembargadores della, e façaes nisto o que vos parecer justiça ouindo no caso o ditto meu procurador.

II. Tambem soube como depois de ter pasado hũa minha prouisaõ pera se naõ pagar dinheiro nenhum á conta do que ElRey de Ceillaõ dezia que emprestara ao Visorrey Dom Affonso de Noronha por ser pago de minha fazenda grandes contias delle que o ditto Rey com muita largoeza deu a pessoas de muitos annos a esta parte sem se fazer declaraçaõ algũa da contia do tal empréstimo, e do que era pago á conta delle de maneira que se paguaraõ muitas contias contra forma da ditta prouisaõ com se dizer que a prohibiçaõ dos taes pagamentos se entendia do dinheiro que se emprestára ao Visorrey Dom Affonso, e naõ do que dantes diso estaua emprestado, pello que uos encomendo e mando muito encarecidamente que nenhum dinheiro desta qualidade em qualquer tempo que fosse emprestado a minha fazenda se pague a nenhũa pessoa a que o ditto Rey de Ceillaõ o tiner dado e ao diante der, e façaes inteiramente comprir a ditta prouisaõ e outra que uai nestas vias que mandei pasar sobre esta declaraçaõ, e conforme a ella façaes arrecadar logo com effeito e sem dilaçaõ algũa todo o dinheiro que se pagon depois da dita prouisaõ ser chegada a esas partes das pessoas que o receberaõ, e me auiseis da contia que achardes que foi paga depois da ditta prouisaõ e da que se arrecadar.

III. E asi sou enformado que os contratadores do annil defraudaõ a minha fazenda em cada hum anno perto de uinto mil pardãos por naõ pagarem nas alfandeguas desas partes maes de hum derecho de entrada deuen-do dous do ditto annil, e que com disimullaçaõ deste contrato trazem outras muitas fazendas como se fossem da obriguaçaõ deller, e de que tambem naõ paguauaõ direitos da saida, sendo as mercadorias de pessoas partionllares deste Reino de que saõ respondentes, o que tudo he em muito perjuizo de minha fazenda por serem obrigados por bem do mesmo contrato a paguarem ambos estes direitos, pello que vos encomendo naõ consentaes que daqui em diante deixem de pagar o direito da saida asi do ditto annil como de qualquer outra fazenda

que trouxerem, pois pella forma do contrato são obrigados a pagar estes dous direitos, e deis tal ordem asi per prouisoões uossas como encarreguandoo particularmente aos officiaes a que pertencer que se tire por isto de maneira que aja effeito.

IV. E porque tambem sou enformado que se passaõ muitas portarias de merces que os Visorreis e Governadores desse estado fazem per differentes pessoas que não são os ministros per quem deuem passar, de que nace muitas duuidas e enganos que resultaõ em muita perda de minha fazenda allem da descencia e desordem da mesma materia, vos encomendo e mando que daqui em diante vós e uesos sucesores as não mandeis passar senão pellos officiaes a que pertencer, e o treslado deste Capitulo terá o Secretario do estado no liuro das lembranças que serne diante de vós.

V. E porque he de muito inconueniente darense aos capitaes môres e capitaes das náos deste Reino á tornaiagem todos os guazalhados que nellas se pedem dar per conta de minha fazenda, tendo elles os seus ordinarios nas mesmas náos que uendem, vos encomendo e mando que daqui em diante se não dem os taes guazalhados, e fiquem pera se repartirem pellas pesosas que nessas partes me seruem, e com minha licença se vem pera este Reino, porque quasi sempre acontece comprarse per conta de minha fazenda pera este effeito; e inda que asi não fora, não conuem introduçoẽs nouas em quaesquer cousas que forem que não tem depois por sy maes rezaõ que a do custume, que muito se deue evitar.

VI. E porque tambem sou enformado que de se não guardarem os contratos que se fazem nessas partes com minha fazenda resulta fazerense grandes quitas do que delles se hade pagar, e conuem atalhar-se a iso pella perda que ella niso resebe, e pellos maes inconuenientes da materia, vos encomendo os façaes guardar inteiramente, e que antes que se façãõ precedaõ primeiro todas as consideraçoẽs e preuençoẽs que forem necessarias.

VII. E posto que por minhas Instruções e prouisoões

enho dado ordem pera se evitarem os grandes danos e conluicos que atégora ouue nos pagamentos da matricula desas partes em tanto prejuizo de minha fazenda e da consciencia dos interessados nelles, naõ somente se dá á execuçaõ isto, mas antes sou enformado que se buscaõ nouos modos de desordens na mesma materia mandando os Visorreis e Gouernadores desse estado fazer nencimentos de soldos a quem os naõ tem pera depois lhe fazerem delles merces (cousa que mal se pode crer), pello que vos encomendo e mando que muito precisamente façaes guardar o que sobre esta materia tenho mandado, e que daqui em diante se naõ faça maes huã tal cousa que bem se deixa entender o que he e o nome que tem.

VIII. Soube tambem que nas partes do norte andaõ muitas terras foreiras a minha fazenda de arrendamento, e outras dadas emfateosim pera sempre com fóros muito pequenos contra forma de meus regimentos, do que resulta aueremnas as pessoas que as trazem por tanto suas que nem os fóros dellas querem pagar, de que se pode seguir soneguarensse e perpetuarensse na posse dellas de maneira que seja depois muito difficiloso requererse contra elles justiça; e por isto ser materia de tanta consideraçaõ como tereis entendido, vos encomendo e mando que ordeneis como se faça tombo de todas as aldeas, terras, e propriedades foreiras a minha fazenda, e que todas se aforem e redusaõ aos aforamentos que conforme a meus regimentos se podem fazer, uereficandose todas as aldeas e terras que andarem soneguadas e sem titulos ordinarios, pera o que ordenareis que o Licenciado Simaõ Pereira, Procurador de minha fazenda nese estado, ou qualquer outro desembargador que uos parecer maes conveniente, vá fazer esta dilligencia a qual fareis acabar de todo mandando ver os foraes e regimentos que sobre isso saõ passados, ordenando hum liuro de tombo em que estas aldeas e propiedades se lancem com todas as confrontações necessarias, e pessoas que as trazem, e fóros que dellas se



pagaão, como maes larguamente se contem em huã minha prouisaão que uai nestas uias. E porque muitas nezes tenho mandado que se naõ inuiem Vedores da fazenda ás fortallezas do norte e a ontras desse estado de que naõ resulta a meu serviço nenhum, senaõ fazerensse nouas despezas a minha fazenda, e hora sou enformado que naõ somente se mandaõ estes Vedores da fazenda mas juntamente Ouvidores geraes com nouos ordenados, anendo nas mesmas fortallezas Ouvidores letrados, vos encomendo que de todo euíteis esta tamanha desordem dando vós nisto exemplo a uossos subcesores.

IX. E porque ey por de muito inconueniente a meu serviço e fazenda pasarensse mandados pellos Visorreys e Governadores desse estado per que derroguão meus regimentos e prouisoões, vos encomendo que daqui em diante se naõ passem; sobre o que tenho mandado prouer per huã minha prouisaão que uay nestas uias que guardareis inteiramente como nella se contem.

X. E, porque sou enformado que o Governador Manoel de Sousa tratou de se pasar á casa da Rellação fóra do aposento dos Visorreys e Governadores desse estado; o que naõ ey por meu serviço pellos inconuenientes que disso podem resultar, vos encomendo e mando que per nenhum caso se mude do lugar em que sempre esteve, e em caso que quando esta uos for dada se tenha feito nisto alguã mudança, a fareis logo mudar ao lugar donde dautes estaua.

XI. E asi sou enformado que o mayor rendimento que minhas alfandeguas dessas partes tem he das fazendas que uem da China e do Sul, e que pello ouro nese estado se regular como fazenda proueo o Conde d'Atouguia sendo Visorrey, que do que uiese da China se paguasem direitos na alfandega de Malaca por estar em costume antigo pagarensse do que a ella uinha de Monaõcabo e de outras partes antes que viesse da China, e que nesta posse estene minha fazenda, e que hora a requerimento dos officiaes da Camara da Cidade de Mallaca se pasára huã prouisaão para se naõ pagar

rem estes direitos, e pello meu Procurador dessas partes acudir niso pasára o Governador Manoel de Sousa outra prouisaõ per que reuogára a que estaua passada pera se naõ pagarem os taes direitos, e que se os ditos officiaes pretendiaõ ter justiça a requeresem ordinariamente, e por se ter entendido que libertandose dos dittos direitos o ouro da China naõ traraõ os merca-dores outras fazendas de que paguem direitos, e somente traraõ o ditto ouro, e que minha fazenda receberá notauel perda, vos encomendo que no que toca ao ouro da China e maes partes que uem a Mallaca se naõ in-noue cousa alguma, e pague os direitos como dantes se fazia, e que no que uem de Monaõcabo, trateis se com o libertarem dos direitos tornará a uir á dita for-talleza como dantes uinha, e o deixaraõ os Monaõca-bos de leuar ao Dacheu como sou enformado que ho-ra fazem, pera que em huã cousa e outra deis a ordem, que entenderdes que maes conuem a meu seruiço, e do que nesta materia ordenardes me auisareis.

XII. Na quarta Instruçãõ que leuastes vos mandei declarar como o Governador Manoel de Sousa me es-creuera que tinha asentado com Simaõ de Brito que hya entrar na fortalleza de Ceilaõ que desse per contrato a minha fazenda a terça parte de toda a canella que fi-zesse em cada hum anno que seruise a ditta Capitania com condiçãõ que uiese este terço com a maes canella delle capitaõ a Cochim pera se entregar a meu feitor daquella Cidade pera do procedido della se prouer a fortalleza de Columbo sem per nenhum caso se despen-der em outra cousa por precisa que fosse, e porque sou enformado que alguã canella que se recolheo deste contracto se deu a pessoas sem se uender pera prouimento da dita fortalleza como estaua asentado, de que me ouue por mal seruido, vos encomendo e mando que cumpraes o que vos sobre esta materia tenho manda-do pella dita Instruçãõ, como ereo que tereis feito, e que ordeneis como se faça orçamento do que pode im-portar em cada hum anno o terço desta canella pera

minha fazenda, e trateis se será maes conueniente pera ella darem estes Capitaês antes huã cousa certa cada anno que este terço, e do que nisto nos parecer me auisareis com as rezoês que pera -iso ouuer.

XIII. E asi sou enformado que os Visorreis e Gouernadores desse estado perdoão com muita facillidade muitos casos de morte e degredos perpetuos contra forma de minhas ordenaçõe e do Regimento que mandei dar á Rellação de Guoa, e porque huã das maes principaes obrigações que tendes nese gouerno he a guarda e inteireza (a) com que deueis proceder em todas as materias da justiça, porque destes largos perdoês procede naõ auer emenda nenhuã em casos muito atrozes que se cometem nesas partes, vos encomendo e encàrreguo de nouo muito encarecidamente façaes nisto o que de uós espero e tenho por certo.

XIV. Posto que por minhas cartas tenho mandado que se naõ laure a moeda de Xerafins de que atégora se usou nesas partes com ligua nem sem ella pellos grandes danos que diso resultaõ a meus vasallos desse estado, sou enformado que o Gouernador Manoel de Sousa sem embargo dessa defeza os mandou laurar tomando por occasiã as necessidades do mesmo estado (naõ se lembrando dellas pera no mesmo tempo deixar de fazer tam excessiuas e desordenadas merces como fez pello que de nouo vos encomendo e mando que per nen hũ caso que seja se naõ laurem mais os taes Xerafins com ligua nem sem ella, como o tenho mandado.

XV. E porque nas cartas que tiue pellas nãos do anno passado me foraõ feitas muitas queixas de os Visorreis e Gouernadores desse estado naõ deixarem fazer as elleições dos Vereadores da Cidade de Guoa e dos maes officiaes do regimento della pelo pono como sempre se costumou, e se fazerem conforme a uontade dos mesmos Visorreis e Gouernadores, de que nace muito escan-

---

(a) Assim está; mas sem dauida deve ler-se = a grande inteireza

daio, vos encomendo que deixeis liuremente fazer as ditas elleições conforme como sempre se fizeraõ.

XVI. Eu mandei nas vias do anno de 89 que o feito per que Xequê Joette pretendia a suceção do Reino de Ormuz se uise pellos desembargadores da Rellação de Guoa, e me enuiasem as tenções que nelle dessem por escrito por vias pera as mandar ver e se pronunciar no ditto feito como fose justiça por ser materia de tanta importancia como tereis entendido; e porque se me não inuiou o ditto feito com as ditas tenções pellas náos do anno pasado em que ouuera de uir, vos encomendo e mando que se não uier nas deste anno mo inuiéis com as ditas tenções nas primeiras náos que pera este Reino vierem; e asi como he rezaõ que se castiguem os menistros da justiça que se descuidarem de suas obrigações, vos deueis tambem lembrar de fauorecer os que procedem nella com uerdade e inteireza, e uos ey por encomendado seu bom tratamento, como confio que fareis, e que oucaes o Licenciado Simão Pereira nas cousas de que lhe mando vos faça lembrança. Escrita em Lisboa a. 22 de feuerreiro de 591.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey.

( *No Sobrescripto* )

Por. ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.

(2.º via Livro 3.º fl. 474—4.º via Livro dito fl. 480)

84.

ViseRey amigo. Eu ElRey vos emuiõ muito sandar. Pellas náos que o ano passado vieraõ dessas partes me escreueo o Governador Manoel de Sousa Coutinho como por não aver em minha fazenda doze mil pardãos que

eraõ necesareos pera compra das mercadorias que conforme a meus Regimentos se auiaõ de resgatar nas fortalezas de Sofala e Moçaõbique per conta dela, contratara os resgates daquelas fortalezas com Jeronimo del-Rio por tempo de cinco annos com obrigaçaõ que pagaria em cada hum deles a minha fazenda setenta e cinco mil pardãos como o vy pela copia do contrato que fez; e porque naõ tinha licença minha pera o fazer nem contratar os ditos resgates, e somente tinha mandado ao Visorrey Dom Duarte de Meneses, que Deos perdoe, em carta de 12 de feuerreiro de 87 que até eu naõ mandar tomar resoluçaõ na conquista das minas de Manamotapa ou no trato dos resgates daquelas fortalezas se goardasem os Regimentos delas, que El-Rey Dom Joaõ meu senhor, que Deos tem, mandou dar a Vicente Peguado que foi Capitaõ delas, pera conforme a eles se resguatasem as mercadorias que per conta de minha fazenda se deuiaõ resgatar; e vendo tambem que o dito contrato naõ he proveitosso a minha fazenda mas antes em grande dano dela pela forma e condiçoẽs com que se fez; hey por bem e vos mando que tanto que esta vos for dada naõ aja efeito o dito contrato, nem se usse mais dele, e deixeis servir os capitaães prouidos daquelas fortalezas na forma e modo em que atégora as serviraõ seus antecessores, naõ mandando eu antes disso o contrairo, e vos encomendõ que loguo veiaes com pessoas de experiencia desas partes e ministros de minha fazenda delas a que pertencer tódos os ditos Regimentos dados áquelas fortalezas, que devem estar registados nos liuros da fazenda e contos de Guoa que tratem desta materia, e a trateis com todos mui particularmente, e se deuo mandar acrescentar ou demenuir alguãs cousas nos ditos Regimentos, e dos inconvenientes que sobre eles se oferecerem, de que me emuiareys nestas náos huã relaçaõ muito particular doim vosso parecer e o treslado dos mesmos Regimentos pera a ver e vos mandar escreuer o que ouuer por mais meu serviço que se faça em toda esta materia, na qual procedereis como vedes que a

importancia dela o pede, e eu de vos confio. Escrita em Lisboa a 20 de Março de M. D. nouenta e hum.

O CARDEAL.

Pera o Visorrey.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.

( 2.ª via Livro 2.º fl. 84—4.ª via Livro dito fl. 82 )

## 85.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muyto saudar. Tine á poucos dias aviso que em Ynglaterra se faziaõ prestes algũs nauios com fundamento de yr á ylha de Santa Ylena esperar as náos que dessas partes vem pera este Reino; e por ser materia de tanta consideraçaõ como vedes, e em que se representaõ muitas difficuldades e ynconuinentes asy em tomarem as náos esta ylha pelo risco que podem correr em caso que achem aqueles nauios nella, como pello dano que receberiaõ em a naõ tomar, he necessario resoluçaõ no que porora for de me nos ynconuiniẽte que segundo tenho entendido (pella pratica desta materia, discurso, e comferemcea dos avisos della) será mandar que estas náos naõ tomem Santa Ilena; e ordenardes como venhaõ taõ bem prouidas de agoa que o possaõ escusar sem a falta que tem as náos que a naõ tomaõ. E por ser cousa em que conueniente muito segredo, me pareceo que naõ conuinha mandallo declarar aqui ao Capitaõ mór e capitaẽs desta armada, nem fazerse mnuança nas instruçoẽs particulares que leuaõ que trataõ do modo em que viraõ demandar aquella ylha, e que seria melhor declarardeslhe vos o que nisto agora ordeno, e dardeslhe entaõ as cartas que lhe mando escreuer que vaõ com esta, pelo que vos encomendo que tanto que vos for dada façaes logo com elles es-

te officio, e lhe deis as ditas cartas, e mandeis ao Veeder da fazenda da carga das náos lhe faça meter a agoa e mantimentos necesarios pera toda a viagem com este intento de não averem de fazer aguada em Santa Ylena nem em outra alguã parte, e que tome pera yssos outros lugares em que venha a dita aguoa alem dos ordinarios, peraque as ditas náos venhão demandar a ylha do Coruo onde mandarey armada que conuem pera as yr esperar e lhes dar guarda; e taõbem ordenareis ao dito Capitaõ mór e capitaães que sendo caso que alguã destas náos lhe sobreuenha alguã necessidade tal per que lhe seya forçado tomar terra, vá demandar o porto de Angola que sou emformado que he capaz de poderem ancorar nelle e serem aly providas do necesareo. E de tudo ysto dareis ao dito Capitaõ mór e capitaães ynstruções asynadas por vós, em que será tudo bem declarado, e de como lho eu asy mando sem embargo do que se contem sobre este ponto nas outras ynstruções que de qua leuaõ, e me auisareis do que nisto fizerdes enuiandome nas vias a copia das ditas Instruções. Escrita em Lishoa a 26 de março de 591.

### O CARDEAL.

Pera o VisoRey.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de| Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.

(2.ª via. Livro 2.º fl. 74—4.ª via Livro dito fl. 76—5.ª via Livro dito 106)

## 86.

Visorrey amigo. En ElRey vos emuiõ muito saudar. Seu imformado que os capitaães da fortaleza de Chaul com muita deuasidaõ mandaõ embarcar publicamente pera a costa de Melimde muito grande cantidade de ferro e aço que nela se uende a mouros e negros imi-

gos desse estado; e não contentes de terem este tão ilícito proveito tanto contra o que comuem á comseruação dele, mandaõ tambem muito grande copia de aço ao estreito de Meca, que se desembarqua na cidade de Xael, que dizem estar pelos Turcos; e que posto que de huã coussa e outra se fizesem queixas aos Visorreys e Governadores desse estado atégora não procuraraõ de dar nhum remedio a esta tamanha de ordem tanto contra o seruiço de Deos e meu; pelo que vós emcomendo que tomando disto a emformação necesarea prohibaes de todo este abusso de tal maneira que se não use mais dele mandando fazer nisto todas as diligencias que a inportancia desta materia o pede, e do que nisto fizerdes me auisareis. Escrita em Lisboa 'a 27 de Março de M. D. nouenta-e hum.

## O CARDEAL.

Pera o VisoRey.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey

A Mathias de Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India.

( 2.º via Livro 2.º fl. 86—4.º via Livro 'dito fl. 88 ).

## 87.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuiõ muito saudar. As desordens com que procedeo Manoel de Sousa Coutinho no gouerno desse estado, e a excecina larguesa com que despendeo minha fazenda tão necesarea pera as armadas e accidentes do mesmo estado foraõ tamanhas e de calidade que comuem a meu seruiço procederse contra ele precedendo a deuassa que sobre este caso e outros dele mando tirar, como vos emformará o Licepciado Francisco Alures Sanhudo, Chanceler da Relação de Goa, a quem sobre esta materia mando o que hei por meu seruiço que faça nela, e pera o melhor poder cumprir vos emcomendo lhe deis todo o fauor e ajuda ne-



cesarea asy pera a dita devassa, como pera o socresto que lhe mando fazer, e em caso que seia ausente ou empedir-lo o dito Chanceler Francisco Alures, mando que faça estas diligencias o Licenciado Simão Pereira, desembarguador da dita Relação, e Procurador dos meus feitos, e em sua ausencia o Licenciado André Fernandes, desembarguador da dita Relação, pera que nos ditos casos ou hão ou outro as fação conforme a carta que lles mando escreuer, e interrogatorios que vão com ella; e posto que mando ao dito Chanceler me auise do que nisto fizer, e a mesma obrigação fica aos que em sua ausencia ouuerem de correr com estas diligencias, vos encomendo muito que de tudo o que se nelas fizer me auiseis tão particularmente como se vos somente o ouueréis de fazer. Escrita em Lisboa a 27 de Março de M. D. nouenta e hum.

O CARDEAL.

Pera o VisoRey—4.<sup>a</sup> via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India—4. via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 96 )

Vissorey amigo. Eu ElRey vos enuo muito saudar. Nestas naos de que uay por capitação mór Fernão de Mendonça vão per conta de minha fazenda quarenta e quatro mil cruzados e auiso dos contratadores da pimenta para seus procuradores que tem nessas partes entreguarem os sobejos dos cabedaes dos annos passados que emprestaão á dita minha fazenda pera com os quarenta e quatro mil cruzados se fazer a pimenta de inuerno depois de partilas estas naos pera o Reino, porque pera a compra da que nellas hade uir não nellas cabedaes bastantes, de que me parecen auisarvos pesaque mandeis logo cobrar os 44 mil cruzados, e así os ditos sobejos dos ca-

bodas dos annos passados sobre o que os ditos contratadores escrevem a seus procuradores, e na arrecadação delles mandareis fazer as diligencias que vos parecerem necessarias, e vós encaminando muito encarecidamente que todo este dinheiro faça-se em reguar em pimenta no inverno seguinte, e que seja tão limpa e secca que não tenha neste Reino quebra nenhuma, como tenho entendido que será tendose diso o cuidado devido, e deis ordem para que Manoel de Medeiros Vedor da fazenda da carga das náos o posa así fazer dándolhe para iso toda a ajuda e fauor como nedes que cumpre a meu serviço, e em caso que todo este dinheiro não seja bastante para se fazer no inverno toda a pimenta necessaria, mandareis ao Prouedor mór dos defuntos que do dinheiro que ouuer de inuiar ao Reino conforme ao seu regimento entregue o necesario para suprimto da compra da dita pimenta, e a contia que entregar se carregará em receita sobre o official ou pessoa que hade correr com a compra da dita pimenta de que se pasaráõ conhecimentos em forma per uias para o Prouedor e officiaes da casa da India entreguarem a contia que nelles montar ás pessoas a que este dinheiro pertencer, que lhe será pago do procedido da pimenta e direitos das fazendas que uierem nas náos que este anno não para essas partes, de que me avisareis para mandar que o ditto dinheiro se pague sem falta alguma.

II. E porque sou enformado que os contratadores das náos ordenão que cada hum de seus procuradores tome a cargo o concerto de hũa destas náos, me pareceo meu serviço aduirtirnos disto para que enformandonos se poderá ser de inconueniente fazerse este concerto de náos per cada hum em particullar, e não de mão comum como atéqui o fizeraõ, lho não consintaes, e lhes mandeis que não fação nouidade no concerto e apercebimento das dittas náos senão em se auentajarem em o fazerem malhor e com mais cuidado do que atégora niso proceda, rão, e entendendo todavia que será de effeito repartirem, nas entre sy para com mais breuidade a melhor auer

bidas poderem fazer sua viagem, e de mais fazer ali-  
sando-me do que nisto aprouardes e fizerdes. Escrita em  
Lisboa a 28 de Março de 591.

O CARDEAL.

Pera o Viso Rey.

( *No Sobrescripto* )

Por El Rey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vi-  
so Rey da India.

( Livro 2.º 2.ª via fl. 78—4.ª via fl. 80 )

1591.

## SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREI

89.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este  
alvara virem que eu sou ynformado que os nauios de  
remo que vem do norte e do sul e tomaõ esta barra se  
vão metter dentro no rio de Bardes aonde descar-  
regam e carregam fazendas defecas e outras furtadas aos  
direitos; e outros pera o mesmo effeito tomao terra nas  
bahias detras de Nossa Senhora do Cabo, e na ponta  
da mesma Senhora do Cabo athé a ponta do palmar de  
Ignacio Monterro, o que hee em muito prejuizo do seruiço  
de Sua Magestade e perda de sua fazenda e querendo  
a isso prouer ey por bem e manço que da publicação  
deste em diante nenhum nauio tome terra nas ditas bahias,  
nem entre no rio de Bardes, nem tome a dita praia, e  
dereitamente venhaõ surgir á franquia de Pangim hunde  
poderao entrar se quizerem com seus nauios e fazen-  
das pera fazerem seus despachos, e querendo tórnar a  
sair despacharaõ os ditos nauios pelo capitao e alfandega,  
e as fazendas, os quaes despachos dellas, e dos nauios  
apresentaraõ no passo de Pangim aos officiaes delle  
conforme ao Regimento, sob pena que quem o contrario

foy proum/couza e outta prender os ditos nauios pera a  
 sibeira de Sua Magestade, e pagar quinientos pardões  
 anetado pera os batucos, e outta ametado pera quem os  
 accusar. E mando ao Capitaõ de Batdes que com muita  
 diligencia mande vigiar o ditto rio, e tomar os nauios  
 que nelle entrarem antes de virem a Goa, dos quhes  
 mandará prender os capitães dos ditos nauios, e os  
 assiatá a esta cidade, e o mesmo mando faça o Tanadár  
 de Pangim e não nos podendo prender farão os ditos  
 outos pera nella o Ouvidor geral do crime pronouciar  
 cõmo for justiça. Notifícoo assy aos ditos Ouvidor geral  
 do crime, capitaõ de Batdes, Tanadár de Pangim, e ás  
 outras justicias e pessoas a que pertencer, e lhes mando que  
 assy o cumprão e guardem, e fação cumpris e guardar da  
 maneira que se neste contem sem duvida nem embargo  
 algum. Quatvbiertõ como carta sem embargo da Or-  
 denaçã em contrario. E pera que a todos seia notorio  
 mando que esto se apregoe nas logaras publicas desta  
 vidade, e em Ghaut, Taná, Baçaim, Damaõ, nas  
 mais fortalezas do sul, e os feytores das ditas for-  
 talezas sendo-lhes apresentado o farão apregoar, de que  
 mandará fazer termo nas costas deste e sendo feita  
 a dita diligencia em huma fortaleza o feytor della p  
 mandará a outra attis que de todo seia apregoado no  
 norte, e o de Damaõ que adizer o derradeiro mo tor-  
 nara a enuiar. Francisco da Costa o fez em Goa ao der-  
 radeiro de Mayo de 591. Antonio de Moraes o fez es-  
 creuer.—O *Viso Rey*.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 21.)

## 90.

O Viso Rey da India &c. Mando que nenhuma pessoa  
 de qualquer realidade se condicão que seja não tire for-  
 guetes, que não pera a ar altura de duas lances por esta  
 cidade, nem nos arredores della ilado Pangany thê  
 Santa Cruz, sob pena que toda aquella que for achado  
 tirando os ditos foguetes em non elles na mão sendo ca-

ptino ser degradado para as guallés, e stem d'isso pagar seu senhor vinte pardões ametade para os cativos, e sendo forro ser preso para as ditas guallés, e sendo Portuguez ser preso no tronco e estar á minha merce. E este será apregoado nesta dita cidade, e nos arrebaldes della, e pelos lugares acostumbrados, de que se fará termo nas costas deste para que ninguém alegue inorancia, e este pregoão se entenderá doje até o dia de São João á noite, e as penas se executará sem remição. Notificou assy ao Ouvidor Geral do crime, e ás mais justiças e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum. Francisco da Costa o fez em Goa a xxij de Junho de 591. Este valerá posto que não seja registado nem passado pela Chancelaria. Antonio de Moraes o fez escrever — *O Viso Rey*.

Mando que o Alvara acima se cumpra e guarde inteiramente este anno como se nelle contem, e que as penas sejaõ dobradas nos que forem achados e lançarem bombas, foguetes, ou qualquer outra cousa de fogo na rua das guallés ou na ribeira; e esta se comprirá posto que não passe pela chancelaria. Luis da Gama o fez em Goa a onze de Junho de 1592. — *O Viso Rey*.

( Livro 1.º de Alvaras fl. 36 )

## 91.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. faço saber aos que este meu alvará de defesa virem que por justos respeitoes que me a isso mouem do seruico de Deos e del Rey meu Senhor, e bem e conseruação deste estado, ey por bem e me praez, e por este mandto em nome do dito Senhor que nenhũa pessoa de qualquer qualidade e condição que seja aude em patanquim sem minha expresa licença seque aquelles que passarem de setenta annos que principio a justificarão, perante o Ouvidor geral do crime serem des

dites sesenta annos pera cima; eõ penna que quem o contrario fizer pagar duzentos cruzados; a metade pera os castiños; e os palanquys com seu falo serão perdidos, e os bois ou mouços que leuarem os tays palanquys serão degradados pera as gallés de Sua Magestade.

II. E outrosy mandõ e defendo que nenhũa pessoa de qualquer calidade que seja caualgue com gualdrapa, salno prellados clerigos, sob penna de perdimento da caualgadura pera a casa da polnora achandose com a dita gualdrapa.

III. E assy mando por cumprir ao serviço do dito Senhor que ninguem tragua moços diante de sy, tirando Capitaẽs das fortalezas que as serviẽem já, ou estiuermem prouidos dellas, e estes poderaõ trazer dous moços somente sob penna de perderem fazendo o contrario os tays moços pera as gallés. E naõ se entenderá esta defesa nos Ouidores geraes do crime e ciuel, nem Ouidor da Cidade, porque os poderaõ trazer aquelles que lhe forem necessarios pera bem de administrar a justiça como ministros que sãõ della; e o Vedor da fazenda trará os que lhe elRey meu Senhor concede per seu regimento.

IV. E outrosy defendo e mando em nome do dito Senhor por assy o aver por seu serviço que nhũ moço ande com armas, nem bordoẽs, nem adaguas, e crissas, e achandoos com qualquer das ditas cousas sejaõ degradados por dous annos pera as ditas gallés, e os donos dos tays moços pagaraõ aos meyrynhos que os prendem mil reis. E andando com seus mos poderaõ trazer suas espadas.

V. Notificõ assy ao Ouidor geral do crime, e a todas as mayes justicas e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem e inteiramente façãõ cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algũ. E pera que a todos seja notorio mando que este alvará seja apregoado nos lugares publicos e acostumados desta Cidade pera que ningãem em

tempo algum alegue ignorancia. E se fara assento nas costas d'este de sua publicação. Francisco da Costa o fez em Goa a xij de Junho de 591. Antonio de Moraes o fez escrever. E a mesma licença dou a Antonio de Moraes Secretário do Estado.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 21 v.)

## 92. (a)

Mathias d'Albuquerque &c. Faco saber ao que este meu alvará uirem que por justos respeitoes que me aucto-  
monem do servico de Deos e del Rey meu Senhor, e bem e conservaçãudeste estado, hey por bem e me praz, e por este mando em nome do dito Senhor que nenhuma pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que seja ande em palanquins sem minha expressa licença sallo aquelles que passarem de sesenta annos que primeiro o justificaraõ serem dos ditos sesenta annos pera cima perante o Ouvidor geral do crime, sob pena que querendo o contrario fazer pagar trinta cruzados, hum terço pera o meyrinho e os dous pera a fabrica de Nossa Senhora da Conceição, e os palanquins com seu fato seraõ perdidos pela dita maneira, e os bois ou mocos que leuarem os tais palanquins seraõ degradados pera as galés de Sua Magestade por hum anno.

II. E outrossy defendo e mando que nenhuma pessoa de qualquer calidade e condissãõ que seja çalgue com gualldropa sallo prelados clerigos sob penna de perdimento da caualladura pera a casa da polnora achandosse com a dita gualldropa.

III E assy mando por assy cumprir ao servico do dito Senhor que nenhuma das ditas pessoas traga diante de sy nem detras mais que dous mocos da capa e

---

(a) Este Alvará que parece ser da mesma data do antecedente de a elle igual na substancia, mas com algumas variações, que merecem especial attenção.

espada, os quaes não trarão aquellas pessoas que andarem no serviço de Sua Magestade que não forem casados ou tiverem servido fortalezas, ou estiuereim despachados com ellas, sob panna de perderem os moços que trouxerem para as gallés, e elles serem presos, e áherem as mais penas que me parecer; o que se não entendera nos Ouvidores geraes do crime e ciuel; e na da cidade porque poderao trazer os que quizerem para bem de administrarem a justiça; e o Vedor da fazenda poderá trazer os naiques que tem per regimento.

IV. E outrossy dêfêdo e mando em nome do dito Senhor por assy o áher por seu serviço que nenhum moço ande com armas nem bordões nem adagas e crises, e achandoos com qualquer das ditas cousas seraõ degredados por hum anno para as ditas gallés e os donos dos taes moços pagaraõ aos merinhos que os prender mil reis, e andando com os seus amos poderaõ trazer suas espadas como já fica dito. E estes estilos se não entendera nos homens casados que forem de noite com suas molheres, porque estes poderaõ levar os que quizerem com suas lãncas e çuças. E os mesmos fidalgos despachados quando se recolherem onde estiuereim para suas casas para sua guarda e defensaõ.

V. Nôfêccõ assy ao Ouvidor geral do crime, e a todas as mais justiçaes, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que dito he sem Valida nem embargo algum. E para que a todos seja notório mando que este alvará de defesa seja apreghendo nos lugares publicos e accustomedos desta Cidade, para que ninguem em tempo algum alegue ignorancia, e se fará assento nas costas deste de sua publicação; e este valera como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordepação do 2.º Livro em contrario. Francisco da Costa o fez em Goa a xxij de 591. Anento de Moraes o fez escrever. — O Rey.



## 93.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. A quantos este meu alvará vierem faço saber que por justos respeitoz que me a isso mouem do seruiço de Sua Magestade e bem geral, e por bem e me praz de perdoar liuremente toda a penna a toda a pessoa que tiver vendido diuidas velhas que lhe Sua Magestade deuer, com declaração que em termo de quinze dias hiraõ ter com o Prouedor mór dos Contos de clamar as diuidas que venderaõ, e a contia dellas, e o que por isso receberaõ; e as pessoas que lhas compraraõ, e e não indo na dito tempo lhe naõ valerá este perdaõ, e isto se entenderá nos que forem presentes nesta cidade, porque para os absentes mandará o Prouedor mór dos Contos o traslado deste alvará a todas as fortalezas para que no mesmo tempo façaõ a mesma declaração diante dos feitores, os quaes as enuiaraõ feytas á mesa dos Contos com breuidade. Notifico assy ao Ouvidor geral do crime, e a todas as mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprã e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum. E pera que a todos seja notorio este alvará mando que seja apregoado nos lugares publicos e acpetuados desta cidade, e nas mais fortalezas onde o Prouedor mór dos Contos mandar o traslado deste, de que se fará assento nas suas custas, e valerá posto que naõ passe pela Chancelaria sem embargo da Ordenaçã em contrario. Francisco da Costa o fez em Goa a vij de Julho de 591. Antonio de Moraes o fez escrever.—O Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 27 )

## 94.

Em Goa a iij de agosto de 591 se passou alvará por que mandou ao capitão de Malauca em nome de Sua Magestade que naõ consinta que do dito porto se em-

barque em nenhuma embarcação lojas de, qualquer calidade que sejaõ pera Santhomé e Negapataõ, nem pera outra parte alguã senaõ pera esta cidade de Goa, ou pera a de Cochim, sob penna de toda a pessoa ou pessoas que o contrario fizer hir contra esta defesa: perderem todas as ditas lojas que lhe forem tomadas, pera a fazenda de Sua Magestade, e alem disso ser condemnado na mais penna que lhe bem parecer. E pera que a todos seja notorio e naõ aja poderse alegar ignorancia, mandou que seja este apregoado pelos lugares publicos da dita cidade de Malaqua, e se registará na feitoria della de que se fará de huã cousa e outrá assento nas costas delle, e o dito Capitão quando as náos ou embarcações que no dito porto de Malaqua estiuerm quizerem partir, terá muita lembrança e cuidado de as mandar ver e fazer as mais diligencias pera se saber se vaõ nellas as ditas lojas pera se cumprir o acima dito como confia delle que assy o fará pelo muito zello que tem das cousas do serviço de Sua Magestade, avendo taõ bem respeito ao muito engano que nisto ania, e ao notavel perjuiso que se seguia ao serviço de Deos e do dito Senhor. E esta se apregoará em Santhomé, e se registará no livro a que pertencer pera se saber o que nisto tenho mandado, e valerá como carta.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 22 v.)

## 95.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, VisoRey da India &c. Faço saber aos que este alvará virem que o dito Senhor ha muitos annos que tem mandado por seu regimento e defende que os VisoReys e Governadores deste estado naõ dem a pessoa nenhuma de qualquer calidade e condiçaõ que seja licenças de baros de crano forros por assy ser seu serviço, e pelo grande desprouiso que he de sua fazenda, e a mim muy particularmente me encomenda que fizesse cumprir o dito regimento; e querendo eu cumprir o que Sua Mage-

tade assy manda, e satisfazer sua vontade, e em nada tirar fora disso e das cousas de seu serviço, ey por bem e me praz e por este mando em seu nome a Pero Lopes de Sousa Capitão e Vedor da fazenda da fortaleza de Malaca que ora he, e aos que pelo tempo ao diante forem, mande notificar e notifique aos Capitães dos galeões da carreira de Maluco que á dita fortaleza vierem ther, e já forem vindos, e de quaesquer outros navios e embarcações. e assy a todos os officiaes delles que não desembarquem cráo nenhum em terra que seja forro per licença ou não, e auendo algum já desembarcado o tornem logo a embarcar nos ditos galeões e sobreditas embarcações, e feito isto mande fechar as escutilhas e pregallas de modo que não possaõ abriremsse senão nesta cidade de Goa pellos officiaes e pessoas que eu ou o Vedor da fazenda de Sua Magestade ordenar e mandar. E porque pode acontecer que na viagem antes da chegada a esta dita cidade os ditos galeões e embarcações se possaõ abrir as ditas escutilhas, fassseá termo no tempo que se ellas fecharem e pregarem do modo que vem, em que se assinao os sobreditos capitaes e officiaes com os da dita fortaleza de Malaca, que mo enviaraõ pera quã en proceder contra quem abrit ou mandar abrir as ditas escutilhas. E dado caso que algumas pessoas casados em Maluco ou Malaca tenhaõ desembarcado algum cráo e pago delle os terços e choqueis a alguãs pessoas, que o trouxeraõ em seus gasalhados, as tais pessoas tornaraõ os ditos terços e choqueis e se embarcaraõ logo nos ditos galeões e embarcações carregado em recepta sobre o feitor delle pera quã em Goa se entregar ao official a que pertencer. E por quanto sou informado que dos ditos galeões tanto que chegaõ a Malaca os capitaes delles não pertendem virensse logo pera a India, mas antes fazem muita detença em carreguarem nelles outras muitas fazendas, que he causa isso de muitas vezes não virem a esta cidade de Goa por partirem tarde, e arribarem a Cochim como cada ora se vê, e entre o desoursso da viagem fazem o mesmo em Cayllão e no dito Cochim, e

outros portos que tomaõ, que he grande perda e desproveito da fazenda de Sua Magestade, ey outrossy por bem que tanto que os ditos galeões chegarem á dita fortaleza de Malaca os farã partir no tempo e monçaõ devida obrigando aos capitaes delles que assy o façaõ sob penna que naõ o fazendo assy e socedendo por suas causas naõ nirem a esta cidade de Goa e arribarem a Cochim ou a outra parte pagarem á fazenda de Sua Magestade todas as perdas que ella receber e alem disso encorrer na mais penna que me bem parecer, e de todas as fazendas que carregarem nos ditos gualleoens assy em Malaca ou onde quer que as tomarem que os donos dellas ajaõ de pagarem fretes, se arrecadarem pera a fazenda do dito Senhor. E peraque a todo tempo se saiba o que assy mando e se cumpra com effeito, e este será registado na feitoria da dita fortaleza de Malaca e na alfandega della de que se fará assento nas costas delle.

Notificão assy ao dito Capitaõ de Malaca, e aos da carreira de Maluco, e mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprã e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he e neste se contém sem duvida nem embargo algum que a elle seja posto, porquanto assy o ey por bem e serviço de Sua Magestade e meu. O qual valerá como carta passada em seu nome e selada de seu sello pendente sem embargo da Ordenaçã do Livro 2.º Tit. 20 que o contrario dispoẽ. Antonio Velho o fez em Goa a bj de Agosto de 1591. Antonio de Moraes o fez escrever.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 23 )

## 96.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. Faço saber aos que este meu alvará virem que eu sou informado que nas cidades e fortalezas de Chaul, Baçaim, Damão, e Dio, e nas mais partes do norte por falsas presunções e informações

tem concebido que trago ordem del Rey meu Senhor para mandar extinguir e abater a moeda dos Xarafins de prata e encerrando os bazarucos, laris, e mais moedas de que se tem seguido grandes necessidades e oppressão nos ditos pousos, e querendo nisso prouer como cumpre ao serviço do dito Senhor e bem geral, ey por bem e mando que da notificação e publicação deste em diante toda a pessoa de qualquer calidade e condição que seja receba os ditos Xarafins em conta de tudo que se comprar ou trocar, ou em pagamento das diuidas que se deuaõ sob penna de quem o contrario fizer ser preso e degradado por dous annos, se for peão para as galés, e de qualquer outra calidade para Ceilaõ, ou para onde me parecer pagando mais de pena pela primeira vez cem pardãos ametade para os catiuos, e outra ametade para quem os acusar, e pela segunda pagaraõ quinhentos pardãos applicados pela dita maneira, e das mais penas que me parecer, e alem de tudo os devedores que fizerem pagamento dos ditos Xarafins e os seus acredores lhos não tomarem não seraõ obrigados a em nenhum tempo lhe pagar outra moeda. E outrossy mando que os mercadores e xarrafos e quaesquer outras pessoas que tiverem bazarucos e os não trocarem encorreraõ nas ditas pennas. Notifico assy aos capitaães, ouvidores, e mais justiças, e a todos os officiaes e pessoas das ditas fortalezas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprã e guardem, e façã inteiramente cumprir e guardar, e dar á execução o conteúdo neste aluará como dito he, sem duvida nem contradição algũa; e pela mesma maneira mando aos feitores e recebedores de Sua Magestade e aos rendeiros que recebaõ os ditos xarafins em pagamentos do que for devido á fazenda do dito Senhor, e que nas mesmas façã pagamentos a quem deverem, e finalmente tudo corra como sempre até aqui correo sem nũa alteração nem demenuição. E para que a todos seja notorio mando que este seja apreçoado nos lugares publicos das ditas cidades e fortalezas de que se fará assento nas costas deste que se re-

gistarâ no Livro da Camara e feitoria das ditas cidades, e tanto que estas diligencias forem feitas na cidade de Chaul será entregue este aluará aos officiaes da Camara para que elles o mandem aos de Baçaim, e assy irá correndo as mais, e depois de feito as diligencias em todas as partes os officiaes da derradeira fortaleza aonde acaba mo tornaraõ a enuiar para eu saber que em tudo he cumprido o que nelle mando. Este valerá como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenaçã em contrario, e sem embargo de naõ ser passado pela Chancelaria pelo fazer em Pangim, e mandar com muita breuidade por cumprir assy ao serviço delRey meu senhor. Francisco da Costa o fez em Pangim a xiiij de Agosto de 591. Antonio de Moraes o fez escrever—*O VisoRey.*

(Livro 1.º Alvarás fl. 26.)

97.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este aluará virem que auendo eu respeito aos muitos doentes que ordinariamente ha nesta cidade no ospital de Sua Magestade, e quanto importa serem taõ bem curados como o dito Senhor encomenda, e os Irmaõs da Misericordia della por serem taõ occupados no comprimento das outras obras pias de sua obrigaçã naõ poderem cumprir com esta como elles desejaõ, entreguey a administraçã delle aos Padres da Companhia, que elles aceitaraõ só por cumprir ao serviço de Deos e de Sua Magestade, e porque para serem bem curados os doentes com limpeza e abastança de todo o necessario conuem ter o dito ospital ordenado bastante, em nome delRey meu Senhor ordeno, e mando, e applico para os gastos e despesas do dito ospital as rendas dos mantimentos, sabaõ, e anfiaõ desta cidade, que andaõ arrendadas quasy sempre em onze mil seis centos e trinta pardãos, que he o que me pareceo que podia bastar para as despesas do dito ospital, com declaraçã que abatendo as ditas ren-

das alguã cossa desta contia ou gastando mais o dito ospital, mandarey perfazer tudo da fazenda de Sua Magestade de modo que não lhe falte nada pera a cura dos doentes; pelo que mando ao Vêdor da fazenda e mais officiaes della não entendaõ nas ditas rendas mais que em as arrendar em pregaõ como rendas de Sua Magestade a quem por ellas mais derem; e não quebrarem por ellas pagamento algum, por quanto as ditas rendas as applico pera o dito ospital como dito he, as quaes depois de arrendadas se cobraraõ e recolheraõ no dito ospital, e se despenderaõ por ordem dos ditos Padres pera cura, serviço, limpeza, sustentaçã, e mais cousas necessarias ao dito ospital e doentes sem os officiaes da fazenda de Sua Magestade terem nas ditas rendas mando, poder ou jurisdicãõ alguma, porque por serviço de Sua Magestade e beneficio dos ditos doentes lhes tiro e anullo algum se nellas tinhaõ, e dou e trespasso nos ditos Padres para o exercitarem e delle usarem pera o dito efeito. E ey outrossy por bem e mando pera melhor auiamento do serviço do dito ospital e despesas delle que as avenças que se fazem com os avençaes das botiquas que daqui em diante se façaõ pelo escriuaõ das ditas avenças, catual, e rendeiro, estando sempre presente a ellas o recebedor das rendas do dito ospital que os Padres ellegeraõ, por quanto confio delles que será tal qual conuem pera o serviço de Deos e de Sua Magestade, e sem o dito recebedor estar presente se não faraõ as taes avenças, e logo se lançaraõ em liuro toda a contia da dita auença, e não em caderno como atégora se fez, e quando se tirarem os escritos para se arrecadarem dos avençais sejaõ asinados pelo escriuaõ das ditas avenças, e pelo recebedor do dito ospital, e sem isto nenhum chito nem escrito se tirará nem se passará, o que notificará ao escriuaõ das ditas avenças pera que o notifique aos avençaes, e fazendo o contrario que eu não espero, ser por inym estranhado como o caso merece. E pera melhor arrecadaçãõ das ditas rendas, e o dito ospital ser bem servido, e nelle não faltar cossa algu-

ma, mando em nome de Sua Magestade aos meyrinhos e officiaes da justiça fação cum brevidade todas as diligencias que lhes requerer o recebedor ou o procurador do dito ospital, porque sendo negligentes por este os ey por suspensos de seus cargos, e pagaraõ cincoenta pardãos pera as obras do dito ospital visto ser cousa de tanto serviço de Deos nosso Senhor que ade preceder a tudo. E porque sou informado que a pauta velha das meyzinhas do dito ospital está algum tanto confusa, mando ao fisico mór e mais fisicos delle que fação huma pauta noua de maneirã que as purguas huma por outras venhaõ todas a hum preço, e assy de todas as cousas compostas, e isto pera mais clareza das contas quando as fazem pelos cadernós, visto como pela maneira que corre ninguém as pode fazer senaõ o botycairo ou o medico. Noteficon assy ao Védor da fazenda del Rey meu Senhor, medicos do dito ospital, e scriuaõ das auenças, catual, meirinhos, e mais justiçaes e officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e fação cumprir e guardar da maneira que se neste contém sem duuida nem embargo algum que a elle seja posto, por que assy o ey por serviço de Deos nosso Senhor e de Sua Magestade; e este valerã como carta passada em nome do dito Senhor, sellada de seu sello pendente sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, Tit. 20 que o contrario dispoẽ, que diz que as cousas cujo effeito ouner de durar mais de hum anno passando por alvarás naõ valhaõ. Antonio da Cunha o fez em Goa a xij de Outubro de 591. Luis da Gama o fez escrever.

— *O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 30 v.)

## 98.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que esto aluarã virem que sou informado que os Capitaes da fortaleza de Barcellos contra forma do regimento e de hũa promissaõ que o Governador que foy Manoel de Sou-



sa. Continho passou sobre esta materia leuaraõ e leuaõ aos mercadores monros que á dita fortaleza vaõ buscar m'antimentos eimquo larins por cada corja darroz que nella compraõ pondolhes nisto impossicaõ noua, e querendo eu prouer pera que se euitem estas desordens taõ prejudiciaes ao seruico delRey meu Senhor, e do trato dos ditos moradores, cy por bem e me praz, e per este mando e defendo em nome de Sua Magestade ao Capitaõ que ora he da dita fortaleza de Barcelor, e aos que pelo tempo em diante forem que per nenhũa via usem da dita ympossicaõ noua, nem por ella leuem aos ditos mouros mercadores os cimquo larins que lhe leuanaõ por cada corja darroz, antes cumpraõ o dito regimento e a prouisaõ que o dito Governador pasou; e sendo caso que na dita fortaleza aja algum regimento ou costume antiguo perque sejaõ obrigados os mercadores que a ella vaõ pagar alguns direitos, mando que todos elles quaesques que forem se arrecadem per conta da fazenda de Sua Magestade, e se carreguem obre o seu feitor da dita fortaleza para dar conta e rezaõ nos contos quando a derem de seu cargo sem o Capitaõ della se entremeter na tal arrecadaçaõ sob penna que fazendo o contrario se aver por sua fazenda tudo o que arraccadar contra a forma deste meu aluará, o qual lhe será notificado pelo feitor e officiaes da dita fortaleza, e registado no livro de sua receita de que se fará assento nas costas delle pera a todo o tempo se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeitos. Notifiquo assy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, e ao Capitaõ que hora he da dita fortaleza, e ao feitor della, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pederer que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e este valerá como carta sem embargo da Ordenaçaõ do Liuro 2.º Tit. 20º em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xiiij d'Outubro de 591. Luis da Gama o fez escreuer.—@ *Viso Rey*.

(Liuro 1.º de Alvarás fl 29 v.)

## 99.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade &c. Faço saber aos que este alvará virem que por justos respeito que me a isso moveu do serviço del Rey meu senhor, ey por bem e me praz que nenhũa pessoa de qualquer palidade e condiçãõ que seja compre na fortaleza de Barcelor nenhũ arroz enfardellado senãõ os que tiverem tantas mãõs quantas tinhaõ no tempo antigo, o que se saberá per exame que o Capitaõ dellã mandará fazer per pessoas entendidas e sem sospeita a que dará juramento na forma ordinaria sob penna de todo o que comprar arroz em fardos que não sejaõ da dita copia o perder pera a fazenda de Sua Magestade; e mando ao Capitaõ da dita fortaleza e ao feitor do dito Senhor em ella façãõ apregoar esta minha defesa nos seus lugares publicos, e notificar aos chatins de Barcelor de sima para que saibaõ o que assy mando, e não aleguem inorancia; e de hũa cousa e outra cousa se fará assento nas costas deste, e taõbem se registará no Livro dos registos da dita feitoria. Notifico assy ao Capitaõ e feitor da dita fortaleza e a todas as mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem; e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e façãõ cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e este valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ do Livro 2.º em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xbiij de Outubro de 591. Luis da Gama o fez escrever—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 28 v.)

## 100.

Dom Filipe &c. A quantos esta minha carta de ley-virem e o conhecimento dela com direito pertencer que sendo eu informado dos VisoReys e Governadores que foraõ no estado da India, e por carta dos officiaes da Camara da cidade de Goa das grandes e notaveis perdas

que meus vassallos e pounos do dito estado recebiaõ na comérçio de suas fazendãs e mercancias, e na compra dos mantimentos e cousas necessarias para prouimento de suas casas e familias principalmente os moradores da cidade de Goa e da Ilha em que está situada por nella os não aver em abastança e a maior parte lhe virem de fóra, e as mesmas perdas receberem as minhas alfandegas nos direitos que nellas se me pagaõ por causa das sarrafagens que ha nos Realles que com ellas se alteraõ os preços das cousas especialmente nos xarafins de prata que correm, e que os meus VisoReys e Governadores passados fizeraõ laurar com ligua excessiua pelos respeitos que aleguaõ nas prouisoões que sobre yso passaraõ fundadas todas em comprir assy a meu serviço, como o que por todas as vias os infieis ficauaõ ganhando na compra e venda das ditas cousas em menescabo de minha fazenda e da de meus vassallos, pelo que mandei por algumas vezes escrever ao VisoRey Dom Duarte de Menezes e ao Governador Manoel de Sousa Coutinho... que os ditos xarafins não corressem nem se laurassem com a dita ligua nem sem ella; e vendo eu o grande descuido que ouue em se não dar esta execução, de nouo encomendei a Mathias d'Albuquerque, do meu Conselho, que o anno passado de quinhentos e nouenta enuyei ás partes da India por VisoRey dellas, o fizesse comprir inteiramente, e neste presente de noventa hum em hum capitulo de huma Instrução que lhe mandei o torno a encomendar muy encareoidamente como se ve do mesmo Capitulo de que ho traslado he o seguinte:

—» Per alguãs veses mandey escrever ao VisoRey Dom Duarte de que a ultima foy nas náos do anno de oynta e oyto per alguãs rezoẽs de consciencia e bom gouerno » que não avia por bem que se laurassem os xarafins » de prata com a ligua que se lhe botava nem sem ella, » sobre que tão bem me escreueo a Camara da cidade » de Goa e tiue outras informações, e porque tenho entendido que não tão somente resulta de se laurar esta moeda muito dano a meus vassallos, mas tão bem

« nos direitos das alfandegas, e ficar sendo occasiã para  
 « nos mantimentos e mercancias creescerem os preços tan-  
 « to em danno do estado, recebi muito desprazer de meu  
 « Governador escreuerme que se tornaraõ a laurar, e me  
 « espantey disso, e posto que pelas nãos do anno passado  
 « de oitenta e noue lhe torney a mandar escrever que  
 « naõ avia por meu seruiço que se laurassem os ditos xa-  
 « rafins me pareceo deveruos mandar per esta Instruçã  
 « que por nenhum caso se laure mais a dita moeda com  
 « liga nem sem ella nem se use..... mais della, o  
 « que comprireis inteiramente sem exceyçaõ alguã posto  
 « que a isso vos obriguem as necessidades do estado que  
 « naõ conuem que se remedeem por modo taõ contrario  
 « a como em sy ha (sic) e a tudo o mais que entenderéis  
 « deste capitulo; e melhor pela mesma materia==

E visto pelo dito meu VisoRey o tal capitulo, e o que por  
 elle, e quando se destes Reinos partio o anno passado lhe  
 encomendey sobre este negocio, querendo dar á execuçã  
 por assy. cumprir a meu seruiço o communicou com o  
 Capitã e Vreadores da dita cidade, que juntos na Caidã  
 della com os Religiosos, letrados, creliguos, Juiz dos  
 feitos de minba fazenda, meu Procurador della, e desem-  
 bargadores da Relaçã das ditas partes, com que taõbem  
 o communicou, depois de bem examinado, fundandose nos  
 respeitois acima declarados por serem dos printipaes, e  
 que se contem na defesa que o VisoRey Dom Luis d'  
 Ataide fez no anno de quinhentos sesenta e noue sobre  
 as moedas d'ouro e prata, e eu mandar que se naõ laura-  
 sem nem correesem mais os ditos xarafins por ser a cau-  
 sa principal das sarrafagens que os Realles tinhaõ. as-  
 sentaraõ todos com commun conhecimento e parecer que  
 naõ ounesso as tais sarrafagens nos Realles em todo o  
 estado da India, que se entenderia da ponta de Dio. thê  
 ás Ilhas de Nicobar, que por estes dous annos primeiros  
 seguintes, que se acabariaõ na monçãõ de Setembro do  
 anno que vem de nouenta e tres, correesem os ditos Real-  
 les, que a rezaõ de quinze por cento. .... elles naõ  
 valessem mais que quatro centos reis o pardão de Realles,

e que dentro nos ditos dous annos se desfizesse o pouo dos ditos xarafins que eraõ laurados; e auendo eu a tudo reapeito, e ao muito que cumpre a meu seruico e bem de minha fazenda e dos moradores e pouo do estado da India darese isto á execucao pela obrigaçao que tenho de fauorecer a meus vassallos, e de lhes dar moedas correntes para seu uso, e por se euitarem as alteraçoes que nellas ouue the o presente, e por outros justos respeitos que me a isso mouem, e que se contem no capitulo acima treslادado, ey por bem e me praz, e por esta mando que o dito assento se cumpra muyto inteiramente, e que em todo o meu estado da India, que se entenderá da ponta de Dio the ás Ilhas de Nicobar, não tenhaõ os Realles nenhuã sarrafagem, nem pessoa aluguma de qualquer calidade e condicao que seja os compre nem venda nem dê em pagamento do que comprar e vender mais que á rezaõ de quatro centos reis por cada pardão de Realles e mais não, isto passados estes dous annos primeiros seguintes que se acabaraõ na monçaõ de Setembro que vem do anno de nouenta e tres, dentro dos quaes correrãõ os ditos Realles a razaõ de cada oem pardãos de Realles e quinze reis que he a sarrafagem que em consciencia pareceo justo darlhe de ganho delles por estes dous annos somente, os quaes passados não terãõ mais valia que de quatrocentos reis por cada hum pardão de Realles como dito he, sob penna de que toda a pessoa que o contrario fizer e for contra esta minha defesa e ordem della em parte ou em todo de perder assy: o comprador como o vendedor a valia dos Realles que der, vender ou comprar; e ser degradado por dous annos pera Damaõ, e sendo contratadores por tres annos pera as armadas, e sendo gentios por cinco annos pera as gallés do estado alem de perderem o dito dinheiro como dito he, o que se dará á execucao sem remiçao alguã. E assy mando e defendo pelos mesmos respeitos que da publicaçao desta ley em diante se não laurem em nenhũs das cidades e fortalezas do dito estado mais nenhuns xarafins de prata com ligua nem sem ella, nem corraõ nas

ditas partes por moeda pelo prejuizo e grande dano que disso se tem seguido e se pode seguir a minha fazenda e á de meus vassallos, e os que saõ feitos correrão como correrão thegora por tempo dos ditos dous annos somente que se acabaráõ na dita monçaõ de Setembro de nouenta e tres, que he o tempo que limito aos ditos meus vassallos e pouos para se poderem desfazer delles, os quaes pasados não terãõ valia alguma de moeda, nem correrãõ mais em tempo algum por moeda, por serem os xarafins causa de se introduzirem as ditas sarrasagens, e por esse respeito alterãõ os preços dos mantimentos e das mais cousas como dito he, que he conforme ao parecer que tomei de creligos, e letrados, e mais officiaes acima declarados. Notifico assy ao Vêdor de minha fazenda, Capitaõ da cidade de Goa, Vreadores della, Ouvidores geraes do crime e ciuel do estado da India que ora saõ e ao diante forem; e lhes mando que assy o cumprãõ e inteiramente façãõ cumprir e guardar esta minha carta de ley e defesa da maneira que se nella contem sem duuida nem embargo de qualquer outra ley, regimento, prouisoões, e defesas que sobre isso sejaõ passadas, e ao diante se passarem que ey todas por nenhũa e de nenhum effeito, somente esta quero e mando que se cumpra e guarde pera sempre com as clausulas nella declaradas sem exceyçaõ de tempo nem de pessoas alguãs por assy cumprir muito a meu seruiço e bem de minha fazenda e de meus vassallos. E esta será apregoada na cidade de Goa pellos lugares publicos della, e registada nos liuros dos acordos da Camara della, e dos registos de minha fazenda dos Contos, e na Chancelaria. donde se enuiaráõ os treslados asinados pelo Chanceler dellas e das feitorias pera a todos ser notorio, e sb saber como assy o mando e ordeno pellos respeitos nella contheudos. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xx de Outubro. ElRey Nosso Senhor o mandon por Mathias d'Albuquerque, do seu con-

selho, VisoRey da India &c. Antonio da Cunha fez anno de 591. Luis da Gama o fez escrever.—O Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 3 )

## 101.

Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade &c. Faço saber aos que este virem que sendo Sua Magestade informado que nas fortalezas deste estado falta muita artilharia groça e meuda por os capitães a tomarem e meterem em suas náos onde se perdia, e os feitores e almoxarifes a emprestarem e venderem, e por esse respeito não havia pera as armadas, e ficavam as ditas fortalezas arriscadas por falta della, e querendo o dito senhor prouer nesta tão grande desordem mandou por sua prouisaõ que nenhuã artilharia se tirasse das suas fortalezas e almazens, nem se emprestasse, e aquella que se devesse a paguasem as partes a vinte mil reis o quintal pera da dita valia se fazer outra tanta com que se soprise a falta da perdida, e sabendo que contra forma da dita prouisaõ e seus regimentos os ditos Capitães e os feitores, e os almoxarifes a vendiaõ e emprestavaõ, e do que ficavaõ a deuer se lhes fazia quita ou mercê, ou a paguaõ em diuidas e outros descontos, querendo que se remedeasse taõ grande falta no anno de oytenta e oytto na Instruçaõ que veo ao VisoRey Dom Duarte de Meneses mandou hum Capitulõ, de que ho treslado he o seguinte.==

( Aqui vai tresladado o Capitulo IV, do n.º 40 deste Fasciculo )  
E como o intento de Sua Magestade he atalhar a desordem que até agora ouue me mandou que promettesse de modo que daquy em diante se não tirasse nenhuã artilharia das suas fortalezas e almazens em nome do dito senhor, e que nenhum capitão das fortalezas deste estado daquy em diante por nenhum caso tire dellas nhũa artilharia groça nem meuda nem tome emprestada sem prouisaõ e licença dos VisoReys e Governadores sob pena de mil cruzados pera a ribeira das galias sumariaõ e pagarem o que ficarem devendo a trinta milreis

quintal, e na mesma pena encorrerão os feitores e officiaes que venderem alguã artelharia ou emprestarem sem a dita licença, e defendo a toda a pessoa de qualquer estado e condição que seja que não compre nem tome emprestada nenhũa artelharia de Sua Magestade, e sendo-lhes achada em suas casas ou navios se cobrará pera o dito senhor, e pagará de pena quinhentos cruzados ametade pera a dita ribeira das gallés, e outra ametade pera quem a descobrir, e toda a artelharia que se deuer do tempo atras e ao diante se emprestar per prouisoões de licenças dos VisoReys e Governadores se arrecadará das pessoas que a não entregarem e de seus fiadores a razão de vinte mil reis o quintal, como Sua Magestade tem mandado, e per nenhum caso se lhe fará quita nem mercede della, nem se tomará em pagamento de nenhuns descontos de diuidas que a fazenda de Sua Magestade deua, inda que seja a propia parte, por quanto do dinheiro da dita artelharia se ade fazer outra de nouo pera se sobprir a falta dela, e os feitores e almoxarifes seraõ avisados quando apresentarem algũas prouisoões de Sua Magestade ou dos VisoReys e Governadores por que se mande emprestar algũa artelharia quando entregarem sem primeiro tomarem fianças seguras e muy abonadas a tornarem ou pagarem a dinheiro pelo dito preço de vinte mil reis o quintal, e as fianças não seraõ alevantadas sem primeiro se arrecadar o dinheiro e estar carregado em recepta sobre o official a que pertencer, e fazendosse algũas quitas, merces, ou descontos se não comprirão nem averaõ effeito por ser contra o mandado de Sua Magestade, e com tanto perjuizo de sua fazenda, e os contadores não leuaraõ em conta as tais prouisoões de quita nem merces, e o faraõ logo saber ao Prouedor mór dos Contos pera mandar arrecadar as contas que nisso montar das pessoas que as deuiaõ, e não se podendo arrecadar dellas faraõ carregar sobre o executor o dito dinheiro e o mandara na carta geral ao Reyno pera Sua Magestade o mandar lá arrecadar pela fazenda dos VisoReys e Governadores se contra seu



mandado e regimentos fizeram a tal quita e merces. E este será apregoado nos lugares publicos desta Cidade de Goa pera se saber geralmente esta defesa, e não alegarem inorancia, e se registará no Livro do Regimento dos ditos Contos pera o dito Prouedor mór e Contadores o cumprirem sob penna de perdimento de seus cargos. Noteficoo assy ao Vedor da fazenda e mais officiaes a que pertencer, e mando que assy o cumprão e guardem, e o fação inteiramente cumprir e guardar sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta passada em nome de Sua Magestade e sellada de seu selo pendente sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, Tit. 20 que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum annò passem per cartas, e passando per aluarás não valhaõ. Francisco Pereira o fez em Goa a hiiij de Nouembro de 591. Luis da Gama o fez escrever.—*O VisqRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 32 ).

## 102.

Matthias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este aluará virem que eu sou informado que os pagueis que vem do Malauao ao porto de Chaul trazem pimenta e leuam muita artelharia que se faz em Chaul de riba por terem pera isso os apparelhos necessarios, e auendo respeito ao muito que importa a este estado não se nauagearem cousas tão prejudiciaes ao sertijo de Deos e de Sua Magestade e bem de seus vassallos, ey por bem e me praz que tanto que ao dito porto chegar paguel de qualquer pessoa que seja o não deixe hir pera Chaul de riba sem o alcaide do mar e o escriuaõ da feitoria irem a elle buscarem, e não achando nelle cousa defesa ou das sobre-ditas o deixaraõ ir liuremente, e pela mesma maneira seraõ vistos antes de sairem para fora, e achadoos com as ditas fazendas ou com outras alguma defesas seraõ

todas perdidas ametade pera os captivos e a outra ametade pera quem o acusar, e pera os ditos dous officiaes, tirando a artelharia que he sempre pera a fazenda de Sua Magestade, e os donos dos pagueis seraõ presos e cativos pera as galés do estado. Noteficoo assy ao Capitaõ de Chaul, ouvidor, e mais ôfficiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardardando pera isto todo fauor e ajuda que lhe for pedida sem duuida nem embargo algum, e este se registará no livro da feitoria, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do Livro 2.º Tit. 20 que diz que as cousas que ouuerem de durar mais de hum anno passem per cartas e passando per aluarás não valhaõ, e posto que não passê pela Chancelaria valerá sem embargo da dita Ordenaçã Antonio da Cunha o fez em Pangym a tres de Dezembro de 1591. Luis da Gama o fez escreuer.—O *Viso Rey*.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 34 )

## 103.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este aluará virem que por justos respeitoz ey por bem e me praz de dar licença a todo o nauio e embarcaçã de Portugueses, christaõs da terra, mouros, e gentios que quiser hir carregar fazendas a Majasiraõ o posa fazer não leuando nem trazendo cousa alguã defesa, e pagando os direitos na fortaleza de Mangalor de que traraõ certidaõ, sob penna de todo o nauio e embarcaçã que for achado com fazendas defesas, e que não pagou os direitos em Mangalor pella primeira vez perder a embarcaçã com toda a fazenda que nella for achada, e pela segunda alem do sobredito será degradado por cinco annos pera Ceyllaõ dono do nanio, e estará á mais pena que me parecer, e este será apregoado nos lugares publicos desta cidade, e onde mais cumprir pera a todos ser notorio, de que se fará assento pera se saber como e assy ouue por bem Sua Senhoria, e valerá como carta,

e valerá outrossy posto que naõ passe pela chancelaria por ser por seruiço de Sua Magestade. (a)

(Livro 1.º de Alvarás fl. 34 v.)

1592.

## PRIMEIRA SERIE.

### MONÇÃO DO REINO.

NB.

As cartas da *Monção* deste anno naõ apparecem. O fragmento que aqui vai foi enviado por copia em outra monção subsequente.

104.

### *Capitulo de uma Carta de S. M. ao Viso Rey da India de 18 de Janeiro de 1592.*

E assy uos mandei escreuer nas mesmas vias que entendia o ditto Máoel de Sousa por cousa muito necessaria mandareu que se fizessem liuros da matriculla, e que conforme a prouisaõ que emuei o anno de 89 tinha ordenado que se procedesse neste negocio, que sendo de tanta importancia como tereis entendido e visto, me pareceo tornaruollo a encarregar nesta, posto que vollo tenho escriptto nas uias do anno passado, e taõ particulamente encomendado nas Instrucoẽs que leuastes que uos ei de nouo por repetidas como no principio desta carta vollo digo, e espero que nas primeiras nãos me emuyeis a reposta de todos os particulares e dependencias desta materia, pera com isso uos mandar mais o que ouuer por meu seruiço.

(Livro 2.º fl. 271 e fl. 286)

---

(a) Como o official que registou este alvará o naõ registou todo em forma, escapou-lhe pôr a data, a qual deve ser de anno de 1591.

1592..

## SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREL.

105.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Visorrey da India &c. Faço saber aos que este meu aluará virem que pola experienciã e informaçã que tenho das cousas deste estado sey que os mais dos moradores das fortalezas delle foraõ de parecer e consentimento que se desse nellas hum por cento pera a fabrica e fortificaçã dellas sem se poder despender cousa alguma do dinheiro que do dito hum por cento se cobrasse em outra alguã despeza por necessaria que fosse, e vendo quaõ justo he que se cumpraõ as condiçoẽs de semelhantes contratos assy ao serviço de Deos, e de Sua Magestade, como á defensã e fortificaçã e bem comum de seus vassallos, ey por bem e mando em nome do dito Senhor que em Damaõ se naõ faça obra alguã do dito dinheiro em quanto naõ forem acabadas as obras da fortificaçã della, posto que aja prouisoẽs em contrario, e que todas acheguas de pedra, chumambo, e outras quaesquer que ouuer que puderem servir pera a dita obra que sejaõ uindas ou vierem á dita fortaleza por conta da Sé, da Camara, e do collegio dos Padres da Companhia, ou do mosteiro de Saõ Domingos, ou do tronco, se guaste e despenda assy na fortificaçã do dito Damaõ, na qual trabalharã todos os pedreiros que aly forem moradores ou residirem, e nas aldeas anexas obrigadas ao dito Damaõ, sem se occuparem em outra alguã obra se naõ for retelhar casas, porque depois de acabada a fortificaçã que tanto cumprẽ a todos, tempo averá pera as obras particulares, pelo que mando que todo o pedreiro que se occupar em outra alguã obra depois da publicaçã deste seja degradado pera as galés por cinco annos, posto que seja captiuo. Notificoo assy ao capitã da dita fortaleza, aos Padres administradores da

dita obra, ao Ouvidor, officiaes da Camara, e mais officiaes a que o conhecimento deste pertencer, e mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se nelle contem, e pera que venha á noticia de todos se publique na praça e lugares publicos dessa fortaleza e terras a ella anexas, e da publicação se passará certidão, e tudo se registará no livro da Camara do dito Damaõ pera a todo tempo se saber o que nisto tenho mandado, e se cumprir, e mando ao escriuaõ da Camara que de tudo passe certidão que enuiará com diligencia ao Secretario deste estado, e outrossy mando em nome de Sua Magestade que o thesoureiro que té ora seruió do dito hum por cento acabe de servir seus tres annos sem embargo de ser no dito cargo prouido hum Gaspar Peixoto porque assy o ey por seruiço do dito Senhor e hem das ditas obras, e este valerá como carta posto que o efeyto delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação em contrario, e não passará pela Chancellaria sem embargo da dita Ordenação. Luis Gonçalves o fez em Goa a xij de feueireiro de 592. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 2.º de Alvarás fl. 35)

## 106.

Dom Felipe &c. a quantos esta carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito ao grande e notauel dano e perjuizo que se segue ás minhas alfandegas e ao bem comum do estado da India de se leuarem Reales para a terra de infieis por os mercadores que os vem buscar não trazerem outras fazendas mais que Pagodes com que os troquaõ dando por elles excecuios preços, não querendo os tais mercadores asi naturaes como estrangeiros pella mór parte tratarem noutras mercadorias, e auendo eu a isso respeito, e querendo a tudo prouer por se euitarem as ditas desordens, conformandome com o parecer dos desembargadores da Relação que pera isso tomei, ey por bem e me praz e por esta mando e defen-

do por assy o aver por meu serviço e bem de minha fazenda, e proí comum dos moradores do dito estado, que daquy em diante nenhuma pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja assy Portugueses, como christãos da terra, nem nenhuma outra pessoa tire Realles desta cidade por mar nem por terra pera nenhuma parte sem os registrar perante o meu Juiz dos feitos desta Corte o qual lhe dará juramento ao tempo do registo dos santos evangelhos que declare cujos são os ditos Realles, e pera onde os lena, e sendo achados quaesquer Realles sem o dito registo fóra desta cidade e seus arrebaldes ou embarcados em qualquer embarcaçaõ seraõ perdidos ametade pera a fazenda de Sua Magestade, e a outra ametade pera quem os tomar, e o mesmo se entenderá prouandose que os leuaraõ sem o dito registo fóra desta cidade, ou de qualquer outra deste estado, em que taõbem se praticará e guardará esta minha ley com declaracaõ que o registo nas cidades e fortalezas fóra desta se fará perante os Ouvidores dellas, e onde os não ouuer perante os Juizes ordinarios pera o que todos teraõ seus liuros. E outrossy ordeno e mando que nenhum ynfel de qualquer calidade e condiçaõ que seja possa mandar nem levar os ditos Reales pera fóra com registo nem sem elle sob penna que sendo achados nos ditos lugares, a saber, fóra desta cidade e seus arrebaldes ou embarcados serem perdidos pela maneira que dito he, e a pessoa que os levar ser degradado por cimquo annos pera as gallés, e nas ditas pennas de degredo encorreraõ todas as pessoas que derem ajuda ou fauor a passarem os ditos Reales, e os Tanadares dos passos seraõ suspendidos de seus cargos athé a minha merce prouandoselhe que per elles passaraõ com seu consentimento. E para Cambaya os poderaõ levar as pessoas que não são prohibidas, registandoos primeiro pela maneira sobredita, e os contractadores que por bem de seu contrato os podem mandar a Cambaya. E porque para a China e Malaca na monçaõ seria grande opressaõ para os que vão para as ditas partes se ouuere de registrar, ordeno e mando que

neste caso somente, e para a dita China e Malaca não sejaõ a isso obrigados os que para as ditas partes forem durando a dita monçaõ, não sendo pessoa de naçaõ, por que estes os não poderaõ leuar nem mandar para as ditas partes nem para nenhuma outra saluo sendo casados, não sendo respondentes, e todavia os ditos casados e solteiros da naçaõ os poderaõ leuar para a China registandoos primeiro, e os casados para as cidades e fortalezas aonde forem moradores para onde taõbem os registaraõ. Noteficoo assy a todos os Capitaes, Tanadares desta cidade e das mais cidades, e fortalezas deste estado, Vêdor da fazenda de Sua Magestade, e Juiz dos seus feitos, Ouvidores geraes do crime e ciuel, e a todos os mais Ouvidores, justiça, officiaes, e pessoas a que o conhecimento pertencer, que ora são e aos que ao diante forem, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta ley contem sem duuida nem embargo algum, a qual se apregoará nesta cidade pelos lugares publicos e acostumados della, e se registará nos passos desta Ilha pera a todos ser notorio e não aleguarem ygnorancia, e as mesma diligencias se faraõ nas outras cidades e fortalezas deste estado pera onde se enviaraõ os treslados autenticos tirados da Chancelaria e asinados pelo Chanceler delle. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a dez de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Luis Gonçalves a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil bc L Rij (1592). Luis da Gama o fez escreuer.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 7 v.)

## 107.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que eu sou informado que muitas pessoas que nas partes da India recebem pera me servirem

em minhas armadas depois de receberem huns se deixão fiquar sem se embarcarem, e outras se desembarcãõ dellas, e ficaõ muitas vezes sem gente ou com tão pouqua que naõ somente deixaõ de conseguir os efeitos pera que as mando fazer, mas andaõ arriscadas a receberem dano dos inimigos, e avendo a tudo respeito ey por bem e mando que da feitura desta em diante toda a pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja que receber pera as ditas armadas e se naõ embarcar nellas, ou depois de embarcado se vier sem licença do capitaõ mór da dita armada, morra morte natural, e acontecendo que depois de ter recebido adoeça de tal enfermidade que naõ possa embarcarse se apresentará ao Ouvidor geral do crime do estado, e justificará a dita doença antes de partir a armada, e a dita justificaçaõ despachará em Relação, e neste caso seraõ excusos da dita penna se se pronunciar em mesa que naõ tem obrigaçaõ de se embarcar. Notifico assy ao Ouvidor geral de crime do estado da India, mais Ouvidores, juizes, e justiças, officiaes e pessoas a que pertencer que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar sem duuida nem embargo algum, e o treslado deste enviará, o Chanceler deste estado pelas cidades e fortalezas delle pera a todos ser notorio o que assy mando e ordeno. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a dez de Março, ElRey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do Conselho de Sua Magestade, seu VisoRey da India &c. Luis Gonçalves a 1.º anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de MDLxxxij (a). Luiz da Gama o fez escrever.—E isto se entenderá em toda a India.—O VisoRey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 6 )

( a ) O registo diz por engano MDLxxxij.



## 108.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que eu sou informado que no estado da India se cometem algũs delitos graues nos quaes por as pessoas ofendidas não querelarem se deixa de proceder pelas minhas justiças por conforme as minhas Ordenações nelles a iustiça não haver lugar não auendo querella por outrossy não serem os ditos 'casos de deuassa, entre os quaes hum dos principaes e que mais comumente acontece he dos que tiraõ com pistoletes, pelo que ey por bem e mando que da feytura desta em diante as ditas justiças deuasem tanto que á sua noticia vier de toda a pessoa ou pessoas que com pistolete tirar, quer aja ferimento quer o não aja, e pelas ditas deuassas procedaõ com os culpados que encorreraõ nas pennas da extrauagante 4.<sup>o</sup> Capitulo; Tit. 2. Ley XI, sem embargo de qualquer ley ou Ordenação em contrario; e assy ey por bem e mando que toda a pessoa que tirar com espingarda encorra nas penas em que encorrem os que tiraõ com bésta contendas na Ordenação Livro 5.<sup>o</sup> Tit. X. § 3, assy e da maneira, e com as distincções e declarações da dita Ordenação, de que outrossy se deuassará posto que os casos que acontecerem de deuassa não sejaõ. Noteficoo assy ao meu Ouvidor geral do estado da India, e mais Ouvidores, Juizes, justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum, e o traslado desta enuiará o Chanceler deste estado a todas as cidades e fortalezas de lle por elle asinado pera a todo ser notoria o que assy ordeno e mando. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das azmas roaes da Coroa de Portugal a dez de Março. El Rey nosso senhor o mandou por Mathiãs d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, e seu VioRay da India &c. Luis Gonçalves

a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e dous. Luis da Gama a fez escrever.—O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 6 v.)

## 109.

Dom Felippe &c. a quantos esta minha carta de ley nirem faço saber que auendo eu respeito as naos que da China, e Malaca partem pera a India nirem comumente muito arriscadas por dellas se desembarcarem os mercadores portuguezes e mais gente que nellas vem antes de chegnarem e surgirem na barra da cidade de Cochim e da de Goa deixandoas comtaõ pouca gente que não bastaõ pera as defender de qualquey perigo e contraste que lhes possa acontecer. como de tudo foy informado o meu VisoRey que ora he da India e a experiencia o tem demonstrado, e querendo en nisto prouer pera que se evitem estas desordens taõ perjudiciaes que te-gora ouue contra o seruiço de Deus e meu, e do bem comum dos meus vassallos, ey por bem e por esta man-do e defendo que da publicacão della em diante nenhuã pessoa de qualquey calidade e condiçãõ que seja que vier nas ditas naos da China ou Malaca se desembar. que dellas thé não surgirem na barra da dita cidade de Goa ou na de Cochim quando por algum caso fortuito não poderem passar a Goa, sob penna de todo o que o contrario fizer e for contra o que mando e ordeno nesta defesa ser preso thé minha merce ou do dire meu VisoRey da India, e da prisãõ pagar quatrocentos cruzados, ametade para o resgate dos cativos, e a outra ametade para as despesas da minha ribeira, nos quaes seraõ executados sem remissaõ, e por quanto as ditas naos que da China e Malaca vem, e outras de Bengala tornaõ Ceilaõ, e daly e de Malaca trazem muitas pessoas sem lizença dos Capitaes daquellas fortalezas, e por essa causa ficarem ellas sempre quasi sem gente estando de guerra, e tendo della tanta necessidade pera

a sua defensão, outrossy mando e defendo por assy o auer por muito meu seruiço que nenhũa das ditas náos nem qualquer outra embarcação tragua das ditas fortalezas de Ceylaõ e Malaca pessoa alguã quer seja fidalgo, soldado, pedreiro, canoqueiro, como qualquer outra que seja que nellas estierem e residirem sem expressa licença dos capitães das taes fortalezas, sob pena de pagar o capitão da não ou nauio em que alguã das ditas pessoas acima declaradas vierem trezentos cruzados sem remisaõ, ametade pera as despesas da dita minha ribeira, e a outra ametade pera o resgate dos cativos; e pera que a todos seja notorio, e não possa aleguar ignorancia mando que esta minha carta de ley e defêsa se apregoe na dita cidade de Goa pelos lugares publicos della, e se registe na minha chancellaria donde se enuiaraõ os treslados asinados pelo meu Chanceler do estado da India á cidade de Cochim e á de Malaca pera nelas outrossy ser apregoadas e registadas no liuro dos registos das suas feitorias e camaras. Notifico assy ao meu Ouvidor geral do crime, e ao dito Chanceler do estado da India, e a todos os mais Ouvidores, Juizes e justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algũ. E outro treslado se enuiará tambem á fortaleza de Ceilaõ pera nela se fazerem as mesmas diligencias acima. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes de Coroa de Portugal a sete de abril. ElRey o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India &c. Luis Gonçalves a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil belRij (1592) Luis da Gama o fez escreuer.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 12 v.)

## 110.

Dom Felipê &c. a quantos esta minha carta de ley perpetua virem faço saber que os Vreadores e officiaes da Camara da minha cidade de Goa me fizeraõ a saber por sua petiçaõ em nome de todo o pouo que os casados e moradores dela recebiãõ gande perda e oppressaõ dos capitaes mões da China e doutras partes quando succede falecer algũa pessoa por quem elles mandaõ seu dinheiro de que os ditos capitaes lançaõ maõ como Prouedores dos defuntos, naõ lhes valendo terem seus procuradores na terra, e hir o dito dinheiro com seu signal e marca e letreiro dizendo que haõ os taes procuradores dapresentar os proprios conhecimentos dos defuntos, os quaes naõ se custumaõ mandar ás ditas partes por ficarem em poder do dono do tal dinheiro pera sua guarda e segurança, pedindome mandasse fazer ley pera que todo o dinheiro que se achar de partes em poder de algum defunto que na terra tenhaõ pccuradores ou procurador constando do dono delle per conhecimento ou lembrança do dito defunto, ou letreiro nos saqos do tal dinheiro, o deixe cobrar aos ditos procuradores; e vendo o dito meu VisoRey a dita petiçaõ ser justa, com parecer dos desembargadores de minha Relaçãõ assentou que o dinheiro que se achar a algũa pessoa das que vaõ pera a China, e falecer, se entregue aos procuradores da pessoa cujo o dito dinheiro constar que he ou per conhecimento, ou liuro de lembrança, ou chitos que vaõ dentro nos saqos, ou letreiros postos de fóra, e que o capitaõ nem o prouedor dos defuntos se naõ entrometa nisso nem outra pessoa algũa nem o Ouvidor, sob penna de pagarem os intereces e o proprio á parte, e pagarem outro tanto do que tomarem para a ribeira da minha cidade de Goa. E visto por mym o dito parecer e asento dos ditos desembargadores e o fundamento delle, ey por bem e me praz, e por esta faço ley, ordeno, e mando que daqui em diante se cumpra o que acima he

declarado, e pela mesma ordem e modo se corra com o dito dinheiro com effeito sob as ditas penas que se executaraõ nos que nellas encorrerem sem embargo de qualquer pronisaõ, defesa, ou outra qualquer ley que aja em contrario, porque todas ey por derogadas e de nenhum valor nem vigor, a qual será apregoada na cidade de Macao na China, e registada na camara della, e na da minha cidade de Goa, de que se fará assento de tudo nas costas della pelos officiaes a que pertencer. Notifico assy aos Capitaes mōres das viagens da China, mais capitaes, prouedores dos defuntos, Ouuidor geral com alcada das ditas partes, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que acima he declarado sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xx de abril. O Rey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil belRij (1592). Luis da Gama o fez escrever.—O *Viso Rey*.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 9 )

# III.

Dom Felipe &c. a quantos esta ley e defesa virem faço saber que os Vreadores e mais officiaes da Camara da cidade de Goa me enviaraõ a dizer por sua petiçaõ que muitos meuros e gentios da dita cidade e da de Chaul, e doutras das partes da India mandauaõ muita copia de dinheiro e fazendas a Malaca e a China por maõ dos Portuguezes, no que a minha fazenda recebia notauel perda, e se seguia muito prejuizo a meus vassallos e ao bem comum dos pouos dellas, porque alem de se alterarem os preços das fazendas na China pelo muyto cabedal que a ella vay, perde minha fazenda os direitos das saidas dellas que os mouros e gentios avisaõ

de comprar depois de serem despachadas pelos Portuguezes, que ora se não faziaõ pelas despacharem por suas; e visto por mym seu pedire dizer, e informações que do dito caso Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, Viso Rey da India, tomou sobre esta materia, por atalhar a hũa desordem taõ prejudicial ao meu serviço e ao bem comum de meus vassallos, ey por bem' e me praz, e por esta minha ley mando e defendo que daquy em diante nenhũ Portuges de qualquer estado, calidade, e condiçãõ que seja, nem qualquer outra pessoa leue dinheiro nem fazendas a Malaca ou á China de gentio, ou mouro, ou judeu, sob pena de perdimento de toda a dita fazenda, e de quinhentos xarafins, ametade para os captivos, e a outra para quem os acusar e obras da ribeira que pagaraõ sem remiçãõ algũa. E pera que a todos seja notorio, e em tempo algum se não possa alegar ynorancia, mando que seja apregoada na dita cidade de Goa pelos lugares publicos e acostumados, e registada nos liuros da Camara della, e assy sera apregoada na cidade de Malaca, e de Macháo, e registada pela dita maneira. Noteficoo assy a todas as justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xxiiij de abril. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Viso Rey da India &c. Luis Gonçalves a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil bclRij ( 1592 ). Luis da Gama a fez escreuer.—O Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 10 )

## 112.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem face saber que auendo eu respeito ao grande pe-

riguo que se ofrece ás minhas armadas do estado da India cada anno por se desembarcarem dellas os soldados que nelas recebem, e se deixarem ficar outros em terra que se não embarcã tendo recebido, sobre o que mandey fazer ley pera que os sobreditos encontre em pena de morte, a qual alguãs vezes se não pode executar por minhas justicas não acharem os ditos soldados pera os prender, e querendo eu prouer, ey por bem que alem da dita penna nenhum capitão mór passe certidão a soldado algum de qualquer calidade e condiçã que seja que o não acompanhar depois que desta barra partir até tornar a ella, sob penna de pelas ditas certidões se não fazer obra alguã e serem avidas por falsas, e o capitão mór que as passar pagar quinhentos cruzados, ametade pera a minha ribeira da Cidade de Goa, e a outra pera os catiuos; e pera milhor se poder saber se os ditos soldados cumprem com suas obrigações e andã com os capitães com que se embarcã, ordeno e mando que os capitães móres das minhas armadas façã todos os quinze dias alardo, e tomem a ról os que acharem presentes, e os que faltarem, pera a todo o tempo se saber os que encorrerã na pena desta ley. E porque podẽ acontecer que alguns soldados adoeçaõ de tais enfermidades que não possaõ continuar com a armada, ey outrossy por bem que constando ao capitão mór de como assy sã doentes lhe possa dar licença pera se curarem, e que esta ley não aja nos taes doentes lugar, nem nos feridos na guerra, e se lhes poderá dar certidão, a qual passará só o Capitão mór darmada, ou o capitão da fortaleza aonde for de socorro ou innernar assistindo o seu devido nela. Noteficoo assy aos ditos Capitães móres e a todas as minhas justicas, e lhes mando que assy o cumprã e guardem, e façã cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum, e esta se aprogoará nesta cidade pelos lugares publicos dela, e nas minhas cidades e fortalezas deste estado para o que o Chanceler mandará o traslado dela por elle assinado ara se saber como o assy mando e ordeno por ley. Da-

da na minha cidade de Goa sob meu sello das armas  
reaes da Coroa de Portugal a xij de mayo. ElRey o  
mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselheiro,  
VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno  
de mil belRij ( 1592 ). Luis da Gama o fez escreuer  
—O VisoRey.

( Livro 1.º de Alvaras fl. 10 v.)

## 113.

Dom Felipe &c. a quantos esta carta de ley virem  
faço saber que os Vreadores e officiaes da Camara da  
cidade de Goa pella sua petiçaõ atrás ymuiarõ dizer  
a Matias d'Albuquerque do meu conselheiro, e VisoRey que  
ora he das partes da India, que Dom Pedro Mascarenhas  
sendo outrossy VisoRey dellas fizera ley de que  
se usara té o presente pela qual taxara os alugueys das  
casas que na dita cidade se alugauão a rezaõ de tres  
tangas por mes daluger por cada cem pardãos de va-  
lia, e isto em tempo que valiaõ todos os materiaes, a  
saber, madeira, pedra, chunambo, e asy os feitos mais  
baratos moço por meo do que ao presente valem, pelo que  
se não podia usar de tal ley e taxa, pedindo mandasse  
fazer outra noua no que parecesse justo conforme ao  
tempo presente e ao crescimento da valia dos materiaes,  
e que dela não gozasem mais que os soldados que au-  
toalmente andassem em meu serviço, a qual petiçaõ com  
o requerimento aquy junto de todo o povo da dita ci-  
dade foi nisto pelo dito VisoRey na dita mesa da Re-  
laçaõ presente os desembargadores della, e mandou que  
a dita cidade e legessem duas pessoas de confiança e sem  
suspeita, pera que nouamente taxassem segundo Deos e  
suas conciencias os mes alugueres conforme ao tem-  
po e valia das casas, e que depois de feita a dita deli-  
gencia tornasse á mesa pera nela se lhe dar o despacho  
que conueniente fosse, e visto como a dita cidade elegeo  
pera o dito efeito a Gaspar Barbosa e a Diogo Rodrigues,  
Froes cidadãos e moradores della, os quaes tomadas in-



formações em sua consciencia declararaõ que lhes parea que se denia fazer novo regimento e taxa no qual se mandasse que os avaliadores avaliassem as casas a rezaõ de quatro tangas por cada cem pardaos por mes, por quanto as cousas todas estauaõ alteradas quasi em dobro do que valiaõ no tempo que o dito Viso Rey Dom Pedro Mascarenhas fizera a dita taxa, e as casas ser a raiz que os homens faziaõ e compravaõ pera rendimento de que se valiaõ, e custavaõ muito dinheiro, e porque desta liberdade naõ usaõ mais que os homens que andavaõ em meu serviço e que tinhaõ pouco de seu, como tudo mais largamente consta do parecer dos ditos eleitos a requerimento do pouo e petição da dita cidade aquy junto, e avendo respeito as muytas perdas que tem recebido os donos das casas que andaõ daluger e podem receber por se usar da dita taxa e pustara que fez o dito Viso Rey Dom Pedro por ao presente valerem todas as cousas quasi em dobro do que entaõ valiaõ, e os alugadores quando despejao as taes casas as deixarem muito danificadas como se tem visto e a experiencia mostrado, e conformandome com o parecer dos ditos eleitos pela cidade e com o atrás dos mesmos decembargadores da Relação, ey por bem e me praz per todos os ditos respeitos e outros justos que me a isto mouem, e por assy o aver por meu serviço e bem dos fidalgos, cavalleiros, e soldados, e outras pessoas que me servem nas ditas partes da India, e dos mercadores e pouo comum da dita cidade da Goa, que a dita ley do Viso Rey Dom Pedro se naõ cumpra nem se use mais della, por quanto por esta a deroguo e hey por derogada e por de nenhum foyto e vigor no que somente toqua á taxa pela tal ley imposta, e mando que da publicação desta os avaliadores da dita cidade que ora são e ao diante forem avaliem as casas que se alugarem a rezaõ de quatro tangas por mes daluger por cada cem pardaos de valia dellas, que he o preço que ora nouamente taxa e limite, e a esta mesma rezaõ os donos das taes casas as alugaraõ a fi dalgos, cavalleiros, criados meus, soldados, e pessoas ou

trás que actualmente andarem em meu serviço, e por mais naõ, sob as pennas declaradas da dita ley do Viso Rey Dom Pedro que neste particular se comprira somente, as quaes se executaraõ muito inteiramente nas que o contrario fizerem, por quanto naõ he minha tençaõ que usem desta liberdade mais que os que andarem actualmente em meu serviço nas ditas partes, visto outrossy como por esse respeito fazem muitas despesas, e naõ terem para poderem pagar groços alugueres. Noteficoo assy aos ditos Vreadores e officiaes da Camara, ouvidores geraes do crime e ciuel, aposentador da dita cidade, e avaliadores dela, e a todas as mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar esta minha carta de ley da maneira que se nella contem sem duvida nem embargo algum, a qual sera apregoada pelas ruas publicas da dita cidade, e registada no livro dos registos da Camara dela, pera a todos ser notorio e a todo o tempo se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeitoes acima e atrás. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xvij de Junho. El-Rey o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Viso Rey da India &c. Antonio Barbosa, a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil bel Rij (1592) Luis da Gama o fez escrever.— *O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 14)

## 114.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem, faço saber que os Gancares da ldeia de Moromby o pequeno me enviaraõ a dizer por sua peticaõ (atras escripta) que elles naõ tinhaõ outro remedio para satisfazerem o foro que me deniaõ se naõ das vargens salgadas estando ellas seguras e fortes dos vallados, o qual remedio lhes tiravaõ os Mundacares e pessoas que viuem nos palmares dos fidalgos e Portugueses poderos-

soz que tem palmarès na dita aldea, cortando os vallados e o salgado que nelles criauaõ; e querendo nisto prouer de maneira que naõ se cortem daquy em diante os ditos salgados pela perda e oppressaõ que recebem os ditos Gancarez, ey por bem, ordeno, e mando que da publicaçãõ desta minha ley em diante nenhuma pessoa de qualquer oalidade e condiçaõ que seja corte ramos nem lenha nos salgados dos vallados das vargas sob penna que cortandoos, se for negro catiuo ser degradado quatro annos pera as gallés do estado, e sendo gente da terra dous annos pera as ditas gallés, e sendo Portuguez ser condemnado em trinta pardãos pera as despesas da Relaçãõ pagos do tronco sem remiçaõ. Notificoos assy ao Ouvidor geral do estado das causas crimmes, mais justiças e officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e façãõ cumprir e guardar como se nesta contem sem duvida nem embargo algum, e esta se apregoará onde comprir, e se fará termo nas costas della para a todos ser notorio. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xxx de Julho ElRey nosso Senhor o mandou por Matias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil quinhentos nouenta e dous Luis da Gama o fez escrever.—O VisoRey.

(Liuro 1.º de Alvarás fl 15 v.)

## 115.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por justos respetos que me a isto mouem, e por se evitarem muytas desordens que se tem cométidas e ao diante podem cometer na fortaleza de Cananor e seu porto em prejuizo do serviço de Deos e meu e em defraude de minha fazenda, e por asy o parecer aos Desembargadores da Relaçãõ das partes da India atrás asinadõs, ey por bem e mando e defendo que da publicaçãõ desta carta de ley em diante que nhũ na-

uio assy de Portuguezes como de infieis que não forem vassallos do Rey de Cananor, que for ao dito porto de Cananor vá aportar nem surgir ao bazar dos mouros sem primeiro ir ao sorgidouro e luguar dos Portuguezes que está do ribeiro da demarcação té á fortaleza, onde poderaõ fazer seus bangaçaes, e venderem suas fazendas e mercancias a quem quizerem, e dali ir tomar sua carga pera se partirem com o fazerem a saber ao capitaõ da dita fortaleza primeiro que partaõ della, o qual mandará ver os taes nauios e dar busca nelles pera que não leuem nenhũa cousa das defesas por meu regimento, e disso lhe passará suas certidoões que seraõ feitas pelo escriptaõ da feytoria da dita fortaleza que não leuá mais de seu salario que dez reis por cada huã dellas, sob penna de todo o que assy não comprir e for contra o que mando e ordeno nesta carta de ley perderem os taes nauios com tudo o que nelles se achar, as duas partes pera minha fazenda e a outra pera quem os accusar, que se executará nos culpados e reueis muito inteiramente. Noteficoo assy ao capitaõ da dita fortaleza de Cananor, Ouvidor geral do crime da corte da India, feytór della, mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ comprir e guardar da maneira que se nesta dita carta contem sem duvida nem embargo algum, a qual será apregoada na dita fortaleza de Cananor e seus lugares publicos, e registada na sua feytoria pera a todos ser notório, e se saber a todo o tempo como assy o mando e ordeno pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da coroa de Portugal a vinte seis de nouembro. El Rey o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e Viso Rey da India &c. Antonio Barbosa a fez anno da nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e dons. Luis da Gama o fez escreuer.—  
*O Viso Rey.*

## 116.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta virem  
fáço saber que auendo eu respeito aver muitas pessoas  
que em nauios ligeiros seus, e de baniares, mouros, e  
gentios navegaõ pelo mar da costa da India e pera os  
nossos portos e lugares do norte e sul trazendo os taes  
nauios soldados e marinheiros canarins e tambonas de-  
sesquipando as minhas armadas dellas, e alem disso taõ  
desaforadamente trataõ em pimenta contra forma das  
minhas defesas, que resgataõ e compraõ com outras fazen-  
das em Batequala, Rio da pedra, Carnate, Ilheos de  
Santa Maria, Bacanor, Magiciraõ, Cumbio ( sic ), Ca-  
nharoto, Melichiraõ, Marabia, Baleapataõ, Trinapataõ,  
Maim, e Rio do Sal, Chalé, e Tanor, e outros portos e  
lugares do Canasá e Malauar donde não ha fortalezas  
minhas, leuando a elles mantimentos e outras fazen-  
das de que os seus moradores tem necessidade sem  
de hum e outra cousa me pagarem direitos nenhuns  
pelos usurpam as minhas alfandegas. e recebendo  
nos ditos portos os Portuguezes e vassallos meus  
que a elles vão fazer o tal resgate dos seus mora-  
dores muitas afrontas e avexações que desimulaõ  
pelos grandes interesses que tem em tratar nos taes por-  
tos em pimenta e outras fazendas que leuaõ a Cam-  
baya e mais lugares do norte donde as embarcaõ pera o  
estreito de Mequa e portos de inimigos do meu estado  
da India sem pagarem direitos dellas nas minhas al-  
fandegas, sendo muitas vezes tomados dos Matquares e  
d'outros inimigos com que enriquecem e se fazem mais  
poderosos, como de tudo foy informado o meu Viso Rey  
que ora he da India, e a experiencia de muitos annos o  
tem mostrado, e querendo nisto prouer da maneira que  
se eitem estas desordens taõ prejudiciaes a meu serui-  
ço e ao diante podia acontecer, ey por bem e me praz,  
e por esta mando e defendo que da publicação della  
em diante nenhum nauio ligeiro asy d'esporaõ como

calamutes, e cotacoulloës, e sanguiceres naueguem nem possaõ nauegnar do norte pera o sul, nem do sul pera o norte sem expreça licenca do meu Viso Rey que ora he da India e sem primeiro registrar com o guarda-mor da cidade de Goa, e ser visto por elle na franquia do porto della, e leuarem sua certidaõ que lhe passará nas costas da dita licença, da qual certidaõ não leuará mais sallario que o que lhe esta ordenado per regimento, e axendo de nauegar com a dita licenca pera o sul o poderã fazer e ir carregar aos portos somente onde ouuer feitorias minhas, e não a algum dos acima declarados que lhes prohibo e defendo, e apresentaraõ escritos dos capitaes de como a ellas foraõ, que não valeraõ mais que até os entregarem em tempo conueniente no porto da dita cidade de Goa ao dito guarda mor della sob pena de toda a pessoa que assy o não cumprir e for contra esta defesa perder o tal nauio, e os que forem achados nelle, com pimenta morrerem morte natural, e os marinheiros serem catiõs para sempre para as minhas galles sem remissaõ, e os nauios que forem achados nos rios, e portos desesos por esta minha ley, e trouxerem soldados ou marinheiros das minhas armadas sem expreça licenca do capitaõ mor dellas, serem perdidos: e tomados como se foraõ nauios de piasas com as fazendas que nelles se acharem, metade pera as despesas do dito estado da India, e a outra para quem os accusar, e sendo pimenta se lhes dara de minha fazenda a valia da parte que lhe couber em dinheiro de contado, nas quaes penas sã por encorridos os ditos nauios e as pessoas que nelles andarem sendo logo tomados, mas a todo tempo que constar e se lhes prometo que foraõ contra esta minha defesa, para cujo effeito mando que se deuassee sobre isto todos os annos; e asy seraõ perdidos os nauios que constar serem de paneanes, assy d'esporaõ, como calamutes, como cotacoulloës, posto que nelles andem ou se achem Portuguezes, e lenda a pessoa que os accusar ou descobrir a vera peca sy o tal nauio de merce, e sera perdoado da pena em que encoitres por ter andado nel-

le, dando todavia a terça parte da valia de dito navio que aplico pera os resgates dos captivos das ditas partes da India, que será entregue na Misericordia da Cidade de Goa ou na de Chaul aos promedores e irmãos da dita casa pera os despende nos ditos resgates e não em outra cousa de que apresentará certidão. Notifico assy ao meu ouvidor geral do crime do estado da India, e a todos os capitães mōres das minhas armadas, capitães das fortalezas das ditas partes, ouvidores dellas, e mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se contem nesta minha carta de ley e defesa sem duvida nem embargo algum por quanto o ey por bem e muito serviço de Deos e meu, a qual será apregoada na cidade de Goa e em todas as mais cidades e fortalezas minhas da costa do norte e do sul, e registada nos livros dos registos das suas Camaras e feytorias pera que seja notorio a todos e sempre se sayba como assy o mando e defendo pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a x de Dezembro. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India. &c. Esteuão Nunes a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e dous. Luis da Gama a fez escrever—O *VisoRey*.

(Livro 1.<sup>o</sup> de Alvarás fl. 17)

1593.

## PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

117.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. De vosso procedimento no gouerno desse estado espero ter sempre tais novas e tão boa enformação que respon-

dei em tudo á grande confiança com que vos encommen-  
guei delle, crendo que vossas obras o manifestarão assi  
claramente, e que de vossos intentos nellas fundados  
nesta vossa tamanha obrigação soubera se tinera certas  
vossas peellas nãos do anno passado, de que atégora não  
he cheguada ao porto desta cidade mais que a náo São  
Christouão, de que veio por capitão João Trigueiros, e  
não ha ainda nouas das nãos Bom Jesu e São Bernardo  
que prazera a Deos attribuião a Moçambique, e será  
servido trazellas a saluamento, e a náo Santa Cruz foi  
cometida de muitos cosairos na paragem da Ilha do  
Coruo per tal modo que uendosse que se não pôdia sal-  
uar dellas o capitão della Antonio Teixeira de Macedo  
lhe fez pôr fogo e a queimou, procedendo nesta resolução  
com accordo e de maneira que me ouue delle por bem ser-  
uido, e a náo capitania que depois veio ter á dita Ilha foi  
demandada dos meemos cosairos com que pelleion por  
muito espaço de tempo fazendo muito dano nellos que pre-  
ualecerão tanto por serem muitos que a renderão, não sen-  
do inda cheguada áquella paragem huã grossa armada que  
mandei fazer per conta da coroa de Castella, podendo já  
então lá ser conforme ao tempo em que partio e ordem que  
mandei dar ao capitão mór e capitães della, deixando  
de a mandar a outros effeitos mui importantes pera que  
era muito necessaria, por segurar as nãos da India que  
antepus a tudo, demonstração pera os meus vassallos des-  
te Reino e desse estado uerem quanto folgo de mandar  
acodir ao que lhes conuem inda em tempos que ha outras  
 cousas que obrigão a se ter tanta conta com ellas como com  
todas as de mór obrigação. E por o capitão mór se não  
ir logo direito á Ilha do Coruo acotaceraõ estes desas-  
tres, de que elle se escuzou com que nas outras Ilhas  
onde se detene curarãõ os nentos contrairos com que não  
pudera demandar logo aquella paragem. E quanto mais  
e isto procurou preenir com remedio necessario e bas-  
tante, e tanto á custa de minha fazenda, tanto mais o sen-  
ti, sendo pera isso huã das principaes causas a descon-  
solução e perda que receberam meus vassallos, que por



que tambem fosse grande para minha fazenda, a sua delles ouue por mais particular. E para que não succedaõ ao diante semelhantes desastres tenho ordenado que aja todos os annos armada desta coroa de tantos, tão bons navios, e tão bem apercebidos como quizerem, para que andem no mar desde Abril até Outubro e mais se mais for necessario: e que quando comprir se juntem a ella mais navios da armada da coroa de Castella, e seja o capitão mór, capitães e fidalgos criados meus, e soldados que nella forem taes como os que agora não na armada que no porto desta cidade se uay acabando de aperceber para logo partir, de que todos meus vassallos se deuem contentar e satisfazer muito sabendo que esta ordenado que aja todos os annos armada portugueza para se empregar em dar guarda e recolher as naos que vem dessas partes, e aos mais navios dos senhores e conquistas deste Reino, e assi aos que tem comereios nelles. E posto que com a cheguada destas naos se entenderá mais largamente tudo o que nesta vos diguo asi sobre o que he passado como acerca do que de nouo mandei ordenar, sera bem que o saibaõ de vós não somente os fidalguos e pessoas a que isto mais depressa pode chegar, mas tambem as cidades e prouos com que por men seruiço se deue ter conta escreuendolhes sobre isso, e comunicandoo as ditas pessoas, significando a todos a hums de pallaura, e a outros por cartas que eu uolo mandei. E porque a naõ São Christouãõ não trouxe vias nenhuas e as que vinhaõ nas duas que seperderaõ se não saluaraõ, não tije das cousas desse estado a enformação que conuinha para vos poder mandar escrever o que sobre as materias delle ounessa por men seruiço sendo todas de tanta importancia como tereis entendido. E porque alguãs sobre que vos tenho ja mandado escrever as annos passados de 91 e 92 de que não pude ter resposta uossa, são de quallidade para vallas deuer tornar, e encomendar em quanto não sei de effeito dellas, e ha tambem outras de que mandei tomar alguãs entor, maçoas, me pareceo mandarnos nesta o que ey por bem que se nellas faça; e vos encomendo e mando que daqui

em diante não venha não nenhuma dessas partes sem trazer huã via das cartas e napeis que me enuiardes por que não possa ficar sem ellas como aconteceo nas náos deste anno, que foi inda mais pera sentir por tambem o anno atrás não ter vias; e pera que sempre tenhaes as minhas tenho mandado que em todas as náos vão tambem de cá, como se começa a fazer este anno, e confio que no comprimento de todas as cousas de nossa obriguação providereis sempre tão inteiramente que não faça nenhuma falta: não volla mandar escreuer tão particularmente como fizera se este anno tiuera cartas vossas.

II. Per cartas e outras enformações de alguns fidalgos e pessoas que me seruem nesse estado e d'elle uieraõ entendido que sentiaõ a perda que desiaõ receber de eu ter mandado que se não passassem aos capitaes que uão entrar em suas fortalezas alguã das prouisoões que os Visorreis e Governadores d'elle lhe costumauão passar; e porque antes de me resolver nesta materia se uio tudo o que nella auia com intento de mandar fazer nisto justiça aos moradores das fortalezas em cujo perjuizo eraõ as taes prouisoões com dano das consciencias dos que o deuiaõ enitar, porque inda que he muita rezaõ fauorecermsse os capitaes em suas fortalezas, sempre se isto deue entender salua a principal obriguação, vos encomendo e mando que façais guardar muito particularmente o que nisto tenho ordenado sem dispensação alguma, dando a entender aos interessados nisto quanto mór interesse he o da consciencia propria e justiça deuida ás partes que redundam tambem em fazenda, pois a má aquerida se logra peor, de que não deixa de auer exemplos, e folgaria em que com uossa doutrina nisto os ouesse daqui em diante ao contrairo dos pasados pera se deuerem imitar e seguir.

III. E assi tme enformação de como os moradores de Chaul recebiaõ assentarssse alfandega naquella cidade, e porque entendi que faziaõ sobre isto algumas queixas torneia mandar uer alguns pareceres que estauã tomados sobre esta materia antes de me resolver em se

asentar a dita alfandegua; pello que de presente não ha que tratar deste negocio até não uer repostas uossas ás cartas que sobre isto vos mandei escrever nas náos dos annos de 91 e 92, pera com ella vos mandar o que nisto ouuer por meu seruiço, e espero que mo tenhaes feito em este negocio estar quietamente acabado.

IV. Tambem me pareceo que deuia saber a causa porque se não socorreo a Dom Fellippe princepe de Candea depois de ser aleuantado por Rey; e porque pellas enformações que disto mandei tirar se não pode entender o estado em que ficaua aquelle Reino, inda que se dene esperar que com a chegada das náos deste anno me escreuaes que as cousas delle estão como se espera, me pareceo mandaruos encommendar muito encarecidamente acudaes a esta materia como a importancia della o pede conforme ao que vos tenho mandado escrever largamente nas vias dos ditos annos.

V. E porque fui enformado que por causa do muito dano que a moeda dos Xerafins tinha feito nesse estado ordenareis que na dos Realles de prata que não deste Reino não ouuesse mais serrafagem que a rezaõ de 15 por cento, vendo o muito dano que esta taxa fará ao dinheiro do contrato da pimenta e ás partes que o leuaõ á India, vos encomendo e mando que logo tireis a dita taxa, e se torne a uallia da sarrafagem dos Realles e mais moedas que correm nessas partes ao estado em que estauão quando chegastes a ellas até me enformardes muito particularmente das rezoões que ha pera auer esta taxa ou deixar de auer, e vos mandar esereuer o que ouuer por mais meu seruiço que se nisto faça, e no que toca a se extinguirem os Xerafins vos tenho mandado por minhas cartas que se não laurem de nenhũa maneira com ligua nem sem ella, e de nouo uolo torno a encommendar por ser materia de que tenho entendido que resulta muito dano a meu seruiço e aos morádores desse estado, e espero que me escreuaes que a tendes remedeada.

VI. E por ser de tanto enconueniente a meu seruiço

e á reputaçãõ desse estado, como tereis entendido, deixar-se fazer á Rainha da Olala a fortaleza que fez junto á de Mangalor, vos mandei escrever nas vias dos annos de 91 e 92 que procurasseis com effeito de se derrubar, e acabasseis de fortificar de todo a de Mangalor, que por ser da importancia que tereis entendido me pareceo deueruolo tornar de nouo a encomendar.

VII. Tambem quis ser enformado se se fizeraõ pazes com o Samorim, e se tinha entregue o dinheiro que lhe fora dado pera a pimenta, e estava derrubada a fortaleza de Cunhale, sobre o que vos tenho mandado escrever nas duas armadas passadas; e porque de todas estas materias naõ tiue bastante enformaçãõ, inda que creio que em todas ellas tereis procedido conforme ao que vos tenho mandado por serem de tanta consideraçãõ, me pareceo tornaruola tambem de nouo a encomendar muito particularmente.

VIII. O Governador Manoel de Sousa me escreueo em resposta do que lhe mandei nas náos do anno de 89 sobre se cercar a cidade de Cochim que eu deuia escrever a El Rey de Cochim sobre esta fortificaçãõ pera se deuer fazer por ordem sua mostrando ter delle a confiança que cuida que suas obras merecem, porque contra sua uontade entendia que naõ era possiuel podersse intentar, e posto que mandei tomar resoluçãõ nesta materia na forma que tornei a escrever no mesmo anno ao dito Manoel de Sousa, me pareceo pello que sobre ella me tinha escrito advertirnos nas vias do anno de 91 que entendendo vós que se podia ter alguma segurança deste Rey correr bem com a fortificaçãõ daquella cidade se tratasse com elle na forma que mo tinhaõ apentado, e que quando vos parecesse que naõ consentiria nella, procedesseis neste negocio conforme ao que tenho mandado; e por ter entendido depois da chegada da não São Christouãõ que naõ he feita nenhuã diligencia com El Rey de Cochim sobre esta fortificaçãõ, vos encomendo que cumpraes inteiramente o que sobre esta materia mandei nas vias dos annos de 89 e 91.

IX. E porque he de tão grande importancia deffenderse por todas as uias não auer nenhum trato em pimenta nas fortalezas desse estado, cousa que se deuera já acabar de entender de todos por tão contrairá á honra propria como a meu seruiço, mandei ao Governador Manoel de Sousa fizesse sobre isto tirar denassas e as mais diligencias necessarias, e me escreueo que encomendara particularmente aos capitaes das fortalezas e justiças dellas fizessem estas diligencias, e lhe enuiassem presos os culpados para se proceder contra elles. E porque tambem me escreueo que com todas estas preuenções não faltaua quem tratase em pimenta, que he caso graue e digno de rigurozo castigo, pois nelle se esquecem tanto os homens do que deuem a meu seruiço e a sua honra, vos mandei escrever nas vias do anno de 91 que procurasseis de ter intelligencias pera saber os que são culpados nisto e os castigasseis com rigor conforme a meus regimentos e ao que vos mandei pella Instrução particular que leuastes sobre esta materia da pimenta, que de nouo vos torno a encomendar, e em especial que tenhaes particular cuidado de mandar deusar das pessoas que se acharem comprehendidas e proceder contra os culpados nella sem moderação nem excepção algũa, as quaes devassas me enuiareis per uias, e vos encomendo outra ues que procedaes nisto conforme ao que pede a quallidade deste caso e com taes demonstrações em effeito que se acabe de dar no remedio disto.

X. Pellas uias dos dous annos passados vos mandei escrever como entendi por carta de Manoel de Sousa que tendo o Visorrey Dom Duarte dado ordem como se fortificasse a fortaleza de Manar por ser cousa de tanta importância pera a nauegação do sul, não fizera nisto nada João de Mello que então era capitão da mesma fortaleza dando os moradores della dous mil cruzados pera este effeito, e que tinha mandado a Nuno Fernandes de Ataide que hia entrar nella que a comesase logo a fortificar, pera a qual allem dos ditos dous mil cruzados applicara dous mil pardãos do rendimento dos car-

tazes, encomendandouos que fizesseis proceder nesta fortificação de tal maneira que se acabase com a brevidade que conuinha; e pedisseis conta ao dito João de Mello da causa por que não fez o que foy mandado, e entendesseis se fizera o dito Governador com elle esta diligencia a qual se deuia sempre fazer com os capitães e ministros que tivessem a seu cargo cousas que não fizessem, porque este he o officio de quem governa pera não ficar com a mesma culpa dos inferiores, e porque pelas enformações que depois tui tenho entendido que não he feito nesta materia cousa algũa, vos encomendo procureis que se faça esta fortificação.

XI E tambem me enformei do que estaua feito na fortificação que mandei fazer na fortaleza de Ceillaõ, e como se procedera na uiagem da China de que fiz merce pera este effeito, e se andaua alguã armada em guarda daquella fortaleza como tinha mandado, e porque sempre se entendeo que a fortaleza de Ceillaõ he de muita importancia, e que se deve conseruar por todas as vias, vos encomendo e mando muito encarecidamente que cumpraes inteiramente o que sobre esta materia vos tenho mandado escrever, e deis á execuçaõ esta fortificação guastandose nella tudo o que resultar desta uiagem da China sem se alterar nisto cousa alguma do que tenho mandado, de que me auisareis particullarmente.

XII. E porque o dito Governador me tinha eserito pellas náos que dessas partes uieraõ o anno de 90 que procuraua que se fizessem muitas fundições de artilharia nesse estado por se auer mister muita pera as armadas e fortalezas delle, e que inda assi não podia deixar de auer sempre muita falta della, lhe mandei escrever que trabalhasse de se ter nesse particular a conta que he rezão, e que pois vinha tanto cobre da China todos os annos e auia tanto aparelho pera se fazerem muitas fundições, procurasse de as fazer, pera o que lhe foi deste Reino hum fundidor allem do outro que auia nessas partes filho de Francisco Dias; e porque sou enformado que ha muita falta de artilharia nesse estado, sendo materia tão impor-

tante pera a conseruação delle, vos encomendo muito encarecidamente trabalheis por se fazerem as mais fundições que for possivel e de prohibir que se não armem nenhũa náos dos capitães e mercadores com minha artelaria, e neste particular façaes cumprir inteiramente a prouisaõ que sobre isso tenho passado com todo o rigor della, porque se asi se não fizesse, que não creio, não vos podereis queixar de falta de artelaria pois em vossa mãõ estaua auella em abastança.

XIII. E porque em todos os annos tenho mandado escrever aos Visorreis desse estado e a vós nas armadas dos dous annos passados que em todas as náos que uierem pera este Reino se enuie a meus almazens todo o salitre que puder ser, e ha alguns annos que não uem nenhum, nem uinha nas náos da armada do anno passado, segundo se tem entendido, sem se saber a causa que se pode mal dar a não uir algum em cinco náos quando não pudesse ser muito, vos encomendo que em todo caso procureis de mandar o mais que puder ser pella muita necessidade que delle ha neste Reino pera minhas armadas.

XIV. E por ter entendido quanto importa á conseruação desse estado, e em especial á fortalleza de Malaca procurarsse por todas as uias, a amizade del Rey de Pegú, e tersse com elle toda a boa correspondencia, posto que nas armadas dos dous annos passados uolo tenho asi mandado escrever, por ser esta materia de muita consideração me pareceo deuerola tornar a encomendar de nouo, e que particularmente me auiseis de como procede este Rey com a amizade do estado, e se ouue nas guerras que os annos passados teue com El Rey de Siao; e posto que no pasado ouuesse algum descuido da sua parte (de que atégora não sei nada) ordenareis a sua redução em meu seruiço per modo que o segureis nelle.

XV. E posto que pela armada que pera essas partes foi o anno passado tenho mandado prouer nas desordens que corriaõ no pagamento que geralmente se fazi nellas de diuidas uelhas com tanto dano de minha fi-

zenda e das pessoas a que se deniaõ correndo nisso per modos muito illicitos e contra o serviço de Deos e meu, e vos mandei escreuer que se não paguassem senão a seus proprios donos quando as rendas desse estado o permitissem, porque auendo nisto igoaldade nem as partes uenderiaõ seus papeis, nem aueria quem lhos comprasse, e se contemptariaõ com o que se lhe delles podese pagar, e de esperarem tempo e coniunção pera isso, vos encomendo que nisto tenhaes tanta aduertencia como este caso pede..

XVI. E porque pellas armadas passadas vos tenho mandado escreuer que por alguãs rezoẽs que me a isso moueraõ auia por bem que as uiagens de Maluco se contractassem com os prouidos dellas por se auer este meio por mais conueniente allem do uolo ter assi mandado na quinta Instrução que leuastes, vos torno de nouo a encomendar que nesta forma procedaes com todos os prouidos destas uiagens, e me auiseis dos que as foraõ já fazer por este modo e do que resultou dellas a minha fazenda.

XVII. E por me o dito Gouernador escreuer que tinha feito concerto com a cidade de Baçaim sobre as serrafagens com parecer dos desembargadores e officiaes da fazenda desse estado, de que dizia que me mandaua o treslado que não ueio, vos mandei nas vias dos annos passados mo enuiasseis pera o mandar uer e prouer nisto como ouuesse por bem. E assi me escoeneo que os moradores daquelle cidade me fizeraõ liuremente serviço dos dereitos da imposição pera a fortificação da mesma cidade sobre que traziaõ letigio, e que tinhaõ ordenado de fazer poluora nella como o tenho mandado. E assi me deu conta de outras alguãs materias da mesma cidade, a que pellas armadas dos annos passados vos mandei escreuer o que auia por meu serviço que se nellas fizesse. E porque conuem mandar ver o concerto que se fez com a dita ciadde, em caso que mo não tenhaes enuiado nas mãos que este anno se esperaõ, vos encomendo que por uias mo enuieis nas primeiras..

XVIII. Tambem me escoeneo que fora coisa muit



necessaria terlhe mandado que se fizesem livros novos da matricula, e que conforme a prouisaõ que mandei no anno de 89 tinha ordenado que se procedesse neste negocio que, pör ser de tanta importancia como tereis entendido e nisto, uolo encomendei particularmente nas Instruções que lenastes; e porque sou enformado que naõ he feito atégora nesta materia cousa alguã sendo de tanta consideraçã darse remedio a ella pellos muitos danos que minha fazenda recebe de se proceder nos pagamentos desta matricula como atéqui se fez, allem dos outros maiores das consciencias dos que nisto se descuidaõ, vos ey de nouo por repetidas as ditas Instruções, e vos encomendo que nas primeiras nãos me enuieis a reposta de todos os particulares e dependencias desta materia, que espero sera de correr em execuçaõ o que nisto por tantos e bons respeitoos tenho mandado.

XIX. E por ter entendido que era fallecido Xequé Joete depois de se ter ordenado que se uisse o seu negocio em Rellaçaõ como o tinha mandado, e lhe ficára hum filho de pouca idade a que pertencia a auçaõ de seu pai, e sua mai me escreuer tambem sebre esta materia em que tenho já provido na forma que leuastes por uossas Instruções, vos mandei escreuer pellas nãos passadas que o caso da successã que sua molher pede pera seu filho o mandasseis uer pellos desembargadores uessas partes, e que me enuiassem huã relaçaõ da justica que tem no Reino de Ormuz com a sentença que tiuessem dado, e que me auisasseis se se noteficou a El Rey de Ormus o seguro que lhe mandei dar delle, e se se presumia que o mandara matar com peçonha como sua may dizia em sua carta, e ordenasseis que o dito Rey naõ lançase maõ da fazenda que delle ficou; e assi vos mandei que constandonos que a molher do dito Xequé Joete tiuesse necessidades sem remedio pera ellas lhe fizesseis alguã merce em meu nome pera sua sustentaçã, o que tudo de nouo vos torno a encomendar.

XX. Tambem me escreueo o dito Gouernador que mandara a Ormuz e a Mascate Joaõ Bautista engenheiro

mor, e que, depois de ter visto a fortaleza, e traçar as obras que lhe parecerão necessárias para sua deffensão ordenára em Mascate, como se fizesse hum baluarte pequeno em hum cabeço fronteiro da fortaleza noua donde se lhe podia fazer dano com a artilharia, e posto que o dito João Baptista me tenha escrito pelas mãos do anno de 90 huã carta larga sobre as fortalezas desse estado, todavia por se saber a uerdade e certeza do que estaua, feito e modo em que nellas se tinha procedido era necessario ter muitas enformações com todos os particulares dellas, pello que vos mandei escrever pellas armadas dos dous annos passados fizesseis correr com as fortificações das ditas fortalezas, e em especial com as de Ormuz e Mascate, e me enuiasseis as traças de tudo como uolo tinha mandado pela primeira Instrução que deuastes, o que de nouo vos torno a encomendar, e porque tenho entendido que a que se fez na fortaleza de Mascate he necessaria para sua deffensão, a fareis acabar de toda com breuidade se isto assi já não estiuier feito.

XXI. O dito Governador me escreueo tambem que tiuera huã carta do Xa Rey da Perssia de que me enuiou o tratado na qual pedia embaixador, e queria renouar a antiga amizade que seus antepassados tiueraõ com esse estado, e que detremina de lho mandar em meu nome tanto que tivesse occasião pera isso, e lhe iria escreuendo mostrandohe quanto contentamento terei de seus bons sucesos uendo quam importante he sna amizade pera tudo, e eu vos mandei escrever pellas armadas dos dous annos passados que pois pedia embaixador, que he o que sempre se dozeuõ, que se deste Reino o não mandasse achando vós nesse estado pessoa de confiança e experiencia ordenasseis que leuasse as cartas que lhe mandei escrever fazendo nesta materia com este Rey todos os bons officios que entenderdes que conuem a meu seruiço, e posto que não tinh mais enformação do estado em que ficaua nas guerras com o Turco que enuidarse que está com algũa quebra de

bouo vos encomendo que ordeneis de lhe enuiar embaixador como o tem pedido que tambem lhe leuará ás cartas que lhe escreuo pellas náos deste anno pera melhor se poderem conseguir todos os intentos que desta amizade e communicaçãõ della se podem pretender.

XXII. E por não ser de menos consideração antes de mais obrigaçãõ terse enformaçãõ do estado em que está o Preste Joã nas cousas da christandade e na amizade desse estado, e ter entendido que o Visorrey Dom Duarte trabalhou muito por abrir caminho pera se comunicar com elle escreuendolhe muitas ueses e aos principes de seus reinos pera por esta via tratar de o reduzir á obediencia da Igreja Romana, vos mandei escrever nas vias dos annos passados que por esta obra ser tanto do seruiço de Deos e meu fosseis continuando nesta mnteria porque tambem me escreueo o Gouernador Manoel de Sousa que mandára de Ormuz Religiosos da Companhia de Jesu com presente e cartas pera o mesmo Preste Joã, e pera com a presença delles se animarem os catholicos, e por esta materia ser da importancia que uedes, vos encomendo muito encarecidamente que procedais nella na forma em que uolo tenho mandado e leuastes por uossas Instruções, e vos enformeis muito particularmente se por uia da costa de Melinde se poderá por ventura com mais facilidade pasar ao Preste e aos Portugueses que residem em suas terras, o que ordenareis loguo se ponha em ordem se for posiuel, pois os pertos do mar do dito Preste estão occupados pello Turco, e de tudo o que nisto passar e fizerdes me auisareis.

XXIII. E porque fui informado que estando Dom Jorge de Meneses Alferes mór em Moçambique fizera hum forte auendo que era obra proueitosa pera a deffensãõ daquella Ilha que depois soube que não era de nhũ effeito mandei escrever ao Gouernador Manoel de Sousa nas uias do anno de 89 que o não deixasse fazer, e vos mandei nas vias dos annos passados me auisasseis deste forte, e do effeito delle, e que dahy em diante se guardasse neste particular o que leuastes em uossas Instruções de que

espero nessa reposta, e de nouo vos torno a encomendar faças inteiramente guardar a prouisaõ que vos tenho enuiada per que deffendo que os capitaes naõ fação obras nenhũa em suas fortallezas sem especial mandado meu ou licença dos Visorreis desse estado.

XXIV. Pellas uias dos annos passados vos mandey escrever que tinha entendido que na segunda ida de gual-lés de Turcos á costa de Mellinde se fortificára Mirale-beque capitão mor dellas em hum forte que estaua na entrada da Ilha de Mombaca, e se metera nelle com sua gente, pello que pareceo que seria muito conueniente fizesse hũa fortalleza naquella Ilha assi pera a segurança da costa de Mellinde como pera se desmaginearem os Turcos de a poder fazer nella como se infere do que entaõ intentaraõ, e me affirmaraõ que se poderia ordenar nella alfandegua de ouio rendimento se fizesse a despeza da gente de guarniçaõ que nella estinesse encomendandouos que o fizesseis logo effeiturar, e que pella lealdade com que procedera ElRey de Mellinde em meu seruiço auia por bem que se lhe entreguasse a cidade e Ilha de Mombaca em meu nome em quanto eu o ounesse por bem por me ter escrito o Governador Manoel de Sousa que a mandára pedir pera se aposentar nella, e que fossem capitaes da dita fortalleza os pronidos daquella costa, e que antes que desseis isto a uerdadeira execuçaõ tratasseis esta materia com os fidalguos e pessoas de experiencia dessas partes, e naõ achando contradiçaõ nella se fizesse logo esta fortalleza no lugnar onde estaua o forte ou na parte daquella Ilha onde melhor ficasse, e quando naõ fossem de opiniaõ de se fazer sobrestinesseis nella e me enuiasseis nas primeiras naos as rezoãs em que se fundassem por escrito assinadas por elles com vosso parecer pera uos mandar o que ounesse por meu seruiço, e porque fui enformado que ElRey de Queliffe se meteo naquella cidade de Mombaca e naõ quis despejar mandandolho vos requerer quando de Moçambique passastes pera a India por aquella parte, sobre que deuis ter já feito nesta materia o que conuem, vos encomendo

que deis á execuçaõ o que sobre ella vos tenho mandado pera que com effeito se meta de posse daquella oida-de e Itha a ElRey de Mellinde.

XXV. E assi uos escreui pellas uias dos annos passados como me auison o dito Governador que depois de ficar arrasada a fortaleza de Jor pela armada em que foraõ Dom Paulo de Lima e Dom Antonio de Noronha mandara o Rajalle pedir pazes a Dom Diogua capitão de Malaca a que não deferira por se entender que se hia fortificando em hum sitio muito forte pello rio dentro donde fora a primeira pouoçaõ, e que como este Rey se saluara com sua gente e thesouros arreceaua que sempre mouesse nouas inquietações, e por esta materia ser da importancia que tereis entendido vos mandei pellas mesmas uias tiuesseis muito particular cuidado daquella fortaleza de Malaca pera que estiuessse sempre tam bem pronida de armada e munições como sem esta necessidade e occasiã compria, quanto mais ajuntandose de nouo ás passadas, e o que sobre tudo importa he impedir-se por todas as uias que se não torne a fortificar ElRey de Jor pellas rezoês que naquellas cartas se apontaraõ, pello que uolo torno de nouo a encomendar, e que procureis de atalhar os desenhos com que este Rey intenta fazer a dita fortaleza pera que ao diante não seia occasiã de dar nouos trabalhos a esse estado.

XXVI. E porque inda he de mór importancia a materia do Dachem que com uosco tratei antes que de cá partisseis, e vos tenho escrito pellas uias dos annos passados e encomendado muito encarecidamente que não deixeis passar as occasiões que o tempo vos offerrecer, e que se possaõ effectuar com o que esse estado puder dar de sy; vendo hora pellas enformações que sobre isto mandei tomar que este reino do Dachem está na mesma deuisaõ que dantes estana, tenho por mui certo que tercis taõ particular cuidado de pôr por obra em qualquer occasiã que se offerrecer o que por tantas rezoes e fundamentos importantes e claros cumpre tanto a meu seruico, como he a grande confiança que te-

nho de acabardes esta empreza que sendo por este modo de se não pasarem as occasiões presentes, o auerei inda por nór serviço que se a fizesséis com os apercebimentos que em outros tempos ella requeria e que forçadamente uirão a cestar se o Dachein tornar ao estado primeiro.

XXVII. Tambem nos auisei com me tinha escrito o Governador Manoel de Sousa que tiuera cartas do capitão de Maluco que a Ilha de Maquiem que he do senhorio delRey de Ternate era grande e de muito rendimento e ficava alevantada, e que por este respeito lhe começava a fazer guerra ElRey de Tidore, dezeiando de mandar linã armada áquellas partes pera com esta occasiã se poder cobrar a fortalleza de Ternate e posto que pela primeira Instrucção que leuastes e pellas uias dos annos passados vos tenho mandado o que neste particular ey por meu serviço que façaes, vos encomendo tambem agora que nesta materia tenhaes a uigilancia e cuidado que ella pede, e em que confio que tereis feito todo o bom officio.

XXVIII. E porque alguns dos Reis Arabios a que chamaõ Guizares pediaõ com grande instancia socorro a esse estado contra os Turcos de Baçorá, que se lhe não concedeo por se não auenturar a incitar o Turco contra o mesmo estado sem resultar disso nenhum bom effeito pera elle, nesta materia não tenho de nouo que vos encomendar senão que procedaes nella como vollo tenho mandado pellas vias dos annos passados.

XXIX. De alguns annos a esta parte se escreve pella uia da China que se levantara na Ilha de Japão hum tirano que em breues dias se fizera senhor de todos aquelles reinos, e mandara noteficar os Religiosos da Companhia que andauam naquellas partes promulgando o Euangelho se sabissem loguo fóra dellas e o não préguarem contra a lèy de seus antepassados; pelo que vos encomendei que em tudo o que pudese ser fauorecesseis aquella Christandade tão importante, em que tanto se tinha trabalhado com tanto fructo nella pera que se tornasse a restaurar; e porque por cartas de

Pero Martins, Prouinçial da mesma Companhia nessas partes, e de Alexandre de Valinhano que foi com os Japoês que a este Reino uieraõ, entendi que os Reli-giosos da Companhia ficauãõ com esperança de este tyrano os deixar proseguir na dita conuerssaõ, recebi diso taõ particular contentamento como mo daõ todas as cousas desta qualidade, e vos encomendo muito de nouo que procedaes em tudo isto na forma em que os annos passados uolo tenho mandado escrever.

XXX. Pellas uias dos annos passados vos mandei es-creuer como era enformado pella cidade de Damaõ que huã das causas porque se tomára fora pera se fazer nella alfandega, que se tinha por de mais importância pera meu seruiço que todas as outras porque acodiria a ella todo o commercio do Malauar e partes do sul que agora uay a Cambaia, e que poderia importar o rendi-mento desta alfandegua pera minha fazenda cento e cincoenta mil pardãos porque muito mais uallia a de Cambaete, e porque sobre esta materia vos tenho man-dado escrever vos enformaseis muito particularmente della e me auisasseis do que achasseis com uosso pa-recer, se por as. náos que este anno se esperaõ o não tiuerdes feito, ou ficasse ãnda alguã cousa de que me auisar, vos encomendo que pellas primeiras o façaes taõ particular e meudamente como este caso o pede.

XXXI. O aluitre de Dona Catherina minha prima auei por encomendado na forma em que vollo mandei escre-uer os annos passados pera conforme ás prouisoões per-que delle lhe fiz merce se lhe dê todo o bom despacho e auiamento. Escrita em Lisboa a 15 de feueireir de 593.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey—2.ª via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu VisoRei da India—segunda via,

( Livro 2.º fl. 126—5.º via fl. 195 )

118.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos ennio muito saudar. Pellas vias dos aunos passados vos tenho encomendado muito particularmente fauoreças os menistros do Santo Officio nas materias de sua obriguacão pera que possaõ proceder nellas taõ inteiramente como conuem. E por ser enformado que os Visorreis e Governadores desse estado costumauão a lhes fallar e enterceder por alguãs pessoas dos culpados e prezos ( materia muito perigosa, e de que podiaõ resultar muitos inconuenientes ) vos mandei escreuer que vós nem vossos sobcessores nesse gouerno fallaseis em causa de pessoa alguã de que ouuesse culpas aos ditos Inquisidres, e vos encomendei que os respeitasseis como lhes he deuido por menistros de tal menisterio, e que ordenasseis como fossem muito bem paguos de seus ordenados, o que tudo de nouo vos torno a encomendar mui encarecidamente. E porque possaõ ficar mais liures na administraçã de sua obriguacão, ey por bem que daqui em diante lhe façaes assentar e consinar os ordenados que por minhas prouisoẽs haõ de auer de minha fazenda em huã das rendas da cidade de Guoa, e do que em tudo isto fazedes me auisareis particularmente. Escrita em Lisboa a 15 de feuerreiro de 593.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Vissorey—2. via.



( *No subscripto* )

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India—2.<sup>a</sup> via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 217—3. via fl. 123—5.<sup>a</sup> via fl. 208 )

## 119.

Visorrey amigno. En ElRey vos enuio muito sandar. O Bispo de Cochim Dom Frei André de Santa Maria me enuio huns apontamentos de alguãs cousas tocantes a See daquelle cidade, e primeiramente se queixa de lhe não ser feito pagamento de seu ordenado, nem dos que de minha fazenda haõ de auer os menistros daquelle See; e posto que elle prẽtende lhe seiaõ paguos na renda do Betre como escreue que os annos atras se uella paguauaõ, entendendo que não pode ser, porque sou enformado que esta renda està applicada aos pagamentos da Relaçã de Guoa; pello que me pareceo encomendarnos que ordeneis que na alfandegna de Cochim seiaõ os ordenados do dito Bispo e Cabido taõ bem paguos que não chegue mais a mim esta queixa, nem seia ella causa de o dito Bispo mandar sua procuraçã a este Reino pera renunciar o Bispado, sendo rezaõ que onde elle e seus menistros residem se lhe paguem seus ordenados.

II. Tambem diz que naquella See ha muita falta de ornamentos por serem quasi acabados todps os que nella ania que se deraõ em tempo delRey Dom Joã meu senhor que Deos tem, pedindome que deste Reino mandasse fosse prouido dos necesarios que se não podem esençar pera o culto diuino. E porque auendo nosse estado tantos brocados, brocadilhos, e cedas de que se elles podem fazer á custa das rendas do mesmo estado, he pera estranhar pediremse de qua estas cousas, nem he pera admitir dizerse que pera ellas falta dinheiro, quando ha tantos aluitres de que se isto pode fazer em falta do rendimento de minha fazenda, uos encomendo.

mando deis ordem como se façã os ornamentos necesarios pera esta See precedendo primeiro inteira enformaçã dos que ha nella, e dos que ao presente tem necessidade, o que asi fareis de qualquer aluitre que ouuer, deixando em vós a execuçã que entenderdes que se deue dar neste particular, e o mesmo cuidado vos encomendo que tenhaes das outras Sees e igrejas de minha obrigaçã.

III. E assi me foraõ dados outros apontamentos dos frades da Ordem de São Francisco, e antre outras cousas que nelles me pedem he que aja por bem que não entrem outros Relligiosos no reino de Ceilãõ senã os daquella Ordem pela muita confusaõ que diso reerreceria, que me pareceo deuerlhe conceder pellas rezoens que pera isso ha, e vos encomendo que assi o façaes comprir.

IV. E porque ha muitos annos que tenho eserito aos Visorreis desse estado que façã comprar huãs casas que estaõ encostadas ao dormitorio do seu mosteiro de Guoa pera se poderem meter dentro no mesmo mosteiro, vos encomendo que logo façais comprar estas casas por sua justa uallia, porque não conuem em cousa desta quallidade ser necessario escreuer sobre ella ha tantos annos sem se azabar de dar á execuçã o que nisto tenho mandado.

V. E assi ouue por bem de lhe mandar confirmar por minha prouisaõ os tres mil reis que auiaõ cada mes á custa de minha fazenda pera paguarem as mesinhas que se guastaõ na cura dos doentes daquelle mosteiro.

VI. E porque tambem me pedem lhe mande dar alguã sustentaçã pera os Relligiosos que andaõ na conuersaõ de Coulaõ e Callecoulaõ, vos encomendo que conforme as necessidades que tiuerem lhe mandeis acodir da renda dos paguodes, que sou enformado que está applicada pera os christaõs nouamente conuertidos, com o que vos parecer necessario pera sua porçã, e não auendo naquellas partes esta renda dos paguodes de que lhe possaes applicar o necessario pera sua sustentaçã, os proucreis de alguã esmolla pera poderem ir por diante nesta conuersaõ.

VII. E porque tambem trataõ de pedirem esmolla pera se fazerem alguãs casas da sua Ordem que estaõ por fazer e outras cubertas de olla, vos encomendo pera as que tiuerem necessidade de se lhe acodir com concerto appliceis algum aluitre com que se possam reformar e concertar do necessario.

VIII. Dom Frei Matheus Arcebispo de Guoa me escreueo que por respeito de sua idade e indisposições lhe seria necessario mandarlhe deste Reino hum Bispo Coadjutor ou outro algũ de anel pera por elle uisitar as partes mais remotas do seu arcebispado; e porque em huã cousa e outra se offerecem inconuenientes, me pareceo deuerlhe significar em huã carta que lhe madei escreuer que seria mais conueniente fazer elle renunciação em forma do dito arcebispado como se delle tem entendido que he disto contente, de que me pareceo auisaruos pera que nesta materia façaes com elle todo o bom officio se nos parecer necessario pera o conseruardes em seu bom proposito, e de maneira que receba elle disso consolação pois ha tantos annos que procede com virtude e exemplo, e do que com elle nisto passardes vos encomendo me auiseis.

IX. Eu sou enformado que o hospital dessa cidade de Guoa está de todo arruinado e quasi pera uir ao chaõ, e que nelle se curaõ cada anno de 400 até 500 doentes, e que allem de estar neste estado estaõ as enfermarias e officinas delle taõ mal repartidas e apertadas que os doentes padecem nelle incomudidades quasi sempre e falta lugar pera se poderem curar os que a elle uem de nouo, e por esta materia ser taõ pia e necessaria pera o remedio dos soldados pobres que me seruem nas armadas desse estado vos encomendo e mando ordeneis logo como se faça de nouo o dito hospital no proprio sitio e chaõ onde hora está, que sou enformado que he bastante e muito a proposito pera se nelle fazer esta obra, ordenandolhe a traça que vos parecer conueniente e mais comoda pera a cura dos doentes. E sendo necessario como me he dito hum lanço de casas pequenas que estaõ junto delle as comprareis pera mais perfeitamente se poder or-

denar, as quaes sou enformado que poderaõ custar até noucentos pardaos. E para esta obra em quanto ella durar se applicaraõ todas as penas da Rellaçaõ dessa cidade; o que asi cumprireis inteiramente porque de oasi fazerdes receberẽi muito contentamento, e me auisareis nestas náos do que nisto tiuerdes feito.

X. Pellas uias da armada do anno de 91 vos mandei escreuer que aua muita falta em meus almazens de pedra de ceuar pera as agulhas de marear que seruem em minhas armadas, e porque inda dura a mesma necessidade, vos encomendo que nesta armada mandeis toda a que for possiuel repartida pellas náos della.

XI. Pella boa enformaçã que tenho do Licenciado Simão Pereira, Desembargador da Rellaçaõ de Guoa e Procurador dos meus feitos, proceder bem em sua obrigação em meu seruiço, ey por bem de lhe fazer mercê do cargo de Ouvidor geral do ciuel da dita Rellaçaõ, e ao Licenciado Antonio Fernandes Maciel, Desembargador della, de que tambem tenho a mesma enformaçã, ey por bem de o prouer do cargo de Juiz dos meus feitos da Coroa, e vos encomendo os metaes em posse dos ditos officios, e lhos deixeis servir em quanto o eu ouuer por bem, e naõ mandar o contrario. Escrita em Lisboa a 10 de Março de 593.

REY.

Miguel de Moura

Pera o Visorrey.—2.º via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho. e seu Visorrey da India —2.º via

( Livro-2.º fl. 140—3.º via fl. 154 )

## 120.

Visorrey amigo Eu ElRey vos enuio muito saudar. O Papa Gregorio XIV de gloriosa memoria, e depois delle o nosso mui Santo Padre Clemente VIII hora Presidente na Igreja de Deos concedeo a minha instancia a Bulla da Santa Cruzada por tempo de tres annos com muitas graças e indulgencias aos que derem suas esmolas pera sustentação e defienção dos lugares das partes de Affrica, e nomeou por Commissario geral della a Dom Antonio Matos de Noronha, Bispo de Eluas, do meu conselho, e da Inquisição geral, o qual a tem já feito publicar nestes Reinos, e pera que tambem possa correr nessas partes subdelegou no mesmo officio ao Arcebispo de Guoa, e pera este effeito lhe mânda as Bullas que pareceraõ necessarias; pello que vos encomendo lhe deis todo o fauor e ajuda naquellas cousas que vos requerer pera que a dita Bulla se dea a sua deuida execuçaõ, e se possaõ pôr em boa arrecadaçaõ as esmolas dellas, e o dinheiro que se cobrar das ditas Bullas se não despenderá em cousa alguã inda que seia de muito meu seruiço, por quanto por ordem do Arcebispo se hade enuiar por letras ao Bispo Comisario geral, e sendo necessarias alguãs prouisoões uossas pera effeito deste negocio ter melhor expediente, as fareis logo passar na forma que o Arcebispo uollas requerer, e de o'asi fazerdes terei muito contentamento. Escrita em Lisboa a 14 de Março de 593.

O CARDEAL.

Pera o Visorrey—2.º via.

*( No Sobrescripto )*

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India—2.º via

*( Livro 2.º fl. 230—5.º via fl. 212 )*

## 121.

*Capitulo de uma Carta de S. M. ao Viso Rei da  
Índia de 14 de Março de 1593.*

Tambem me escreueo que fora cousa muito necessaria mandarlhe que se fizessem liuros nouos da matricolla, e que conforme a prouisaõ que mandei no anno de 89 tinha ordenado que se procedesse neste negocio que por ser de tanta importancia como tereis entendido e uisto uollo encomendei particullarmente nas Instruções que leuastes, e porque sou informado que não he feito nesta materia coussa alguma, sendo de tanta consideraçaõ darse remedio a ella pellos muitos danos que minha fazenda recebe de se proceder nos pagamentos desta matricolla como atéqui se fez, allem de outros maiores das consciencias dos que nisto se descuidaõ, que espero haja de correr em execuçaõ o que nisto por tantos e bons respeito tenho mandado.

(Livro 2.º fl. 271)

## 122.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Pelas náos dos anos de 91 e 92 vos mandey escreuer que por ter aviso que em Inglaterra se faziaõ prestes algũs nauios com fundamento de yr á Ilha de Sancta Ilena, esperar as náos que dessas partes vem pera este Reyno ordenasseis como não tomassem a dita Ilha. E porque sou informado que inda tem o mesmo intento e isto he materia de tanta consideraçaõ como vedes, e em que se representaõ muitas difficuldades e inconvenientes assy em tomarem as náos esta Ilha pelo risco que podem correr em caso que achem aqueles nauios nela, como pelo dano que receberiaõ em a não tomar, he necessario resoluçaõ no que porora for de menos inconueniente, que segundo tenho entendido (pela pratica desta materia, discurso, e conferencia dos avissos dela)

será mandar que estas náos não tomem Sancta Ylena e ordenardes como venhaõ taõ bem providas de agoa que o possaõ escussar sem a falta que tem as náos que a não tomaõ, e por ser cousa em que conuẽm terse muito segredo, me pareceo que naõ conuinha mandalo declarar aqui ao Capitaõ mór e capitaẽs desta armada, nem fizesse mudança nas ynstruções particulares que leuaõ que trataõ do modo em que viraõ demandar aquella ylha, e que seria melhor declarardeslhe vós o que nisto agora ordeno e dardeslhes entaõ as cartas que lhe mando escreuer que vaõ com esta; pelo que vos encomendo que tanto que vos for dada façaes logo com elles este officio e lhe deis as ditas cartas, e mandeis ao Veedor da fazenda da cargua das náos lhe faça meter a agoa e mantimentos necessarios pèra toda a viagem com este intento de naõ auerem de fazer agoada em Sancta Ylena nem em outra algũa parte, e que tome pèra isso outros lugares em que venha a dita agoa alem dos ordinarios pèra que as ditas náos venhaõ demandar as Ylnas dos Açores onde mandarey armada que conuẽm pèra as ir esperar e lhes dar goarda, e tambem ordenareis ao dito Capitaõ mór e capitaẽs que sendo caso que ha algũas destas náos lhe sobrevenha algũa necessidade taõ prècisa que lhe seja forçado tomar terra, vá demandar Agoada de Saldanha omde se prouerá da agoa necessaria, e de tudo isto dareis ao dito Capitaõ mór e capitaẽs ynstruções assinadas por vós, em que será tudo bem declarado e de como lho eu assy inando sem embargo do que se contem sobre este ponto nas outras Instruções que de qua leuaõ, e me auisareis do que nisto fizerdes emuiandome nas vias a copia das ditas Instruções. Escrita em Lisboa a 15 de Março de 593.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey sobre as náos não tomarem Sancta Ylena.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey

A Mathias de Albuquerque dó seu conselho, e seu Visorrey da India.—2.º via.

( Livro 2.º fl. 223—3.º via fl. 148—5.º via fl. 214 )

## 123.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar. Vendo como nas fortallezas de Çofalla e Moçambique se não guardaraõ atégora meus regimentos, e que não somente não tinha minha fazenda nesse estado nenhum rendimento dos resgates daquellas fortallezas, antes era necessario que á custa da mesma fazenda se pagassem as despezas que com ellas se fazem, vy e tratei esta materia muito particularmente com os do meu conselho e outras pessoas de experiencia, e me pareceo deuer dar ordem e forma de como se procedesse com os resgates das ditas fortalezas, e que tiuessem os capitães dellas e meus uassallos dessas partes commercio geral nellas de que recebesem utilidade e proueito e minha fazenda algum rendimento pera as obrigações e despezas das mesmas fortallezas, e os capitães dellas ficassem com parte bastante pera tirarem e fazerem nellas seus proueitos, pello que asentei de mandar passar a prouisaõ que uai nestas vias per que ey por bem que da publicação della nessas partes em diante se abraõ logo os resgates do ouro da fortaleza de Çofala, Rios, e portos donde atéqui se resgatou pera que todas as pessoas de qualquer quallidade e condição que seiaõ o possaõ ir resgatar paguando de todo o ouro ou prata que resguatarem o quinto a minha fazenda, e pera que aos capitães daquellas fortalezas possaõ ficar alguas cousas de que recebaõ proueito e utilidade, ey por bem que elles somente possaõ resgatar todo o marfim, ambar, breu, e cairo daquellas partes liurementemente sem destas cousas paguarem a minha fazenda deõito algum, e que



ajaõ a decima parte de todos os quintos do ouro que se cobrar pera minha fazenda, e pera este modo de trato e commercio geral ey por meu serviço que se assente alfandegua na fortalleza de Moçambique, e se paguem nella de todas as fazendas que entrarem naquelle porto e a elle uierem a seis por cento de entrada como se paguaõ em todas as outras alfandeguas desse estado a minha fazenda quer sejaõ do capitaõ e officiaes da dita fortalleza como de quaesquer outras pessoas que a ella uierem com mercadorias, e que entrem todas na dita alfandegua e sejaõ nella despachadas e selladas, e paguando os ditos direitos como dito he as poderaõ tirar, e achandose as taes mercadorias sem sello da dita alfandegua se tomaraõ por perdidas, e os ditos quintos do ouro se paguaraõ na dita alfandegua e carreguaraõ em receita sobre o feitor da fortalleza de Moçambique que juntamente servirá de Juiz da mesma alfandegua, a qual receita se fará pello escriptuaõ da dita feitoria que tambem ey por bem que sirua de escriptuaõ da dita alfandegua, como tudo mais largamente se contem na dita prouisaõ. E porem entendendo vós que aos Capitaes se dá muito nisto que ey por bem que ajaõ, ou que he pouco, e se lhe deue dar mais, mo auisareis com uosso parecer, e entretanto se usará nos resgates da dita fortalleza em tudo do que se contem na mesma prouisaõ que logo fareis dar á execuçaõ sem duvida nem embargo algum.

II. Vendo como inda este anno não hay quem sirua de Chanceller da Rellaçaõ desse estado de que tinha prouido o Licenciado Francisco Alurez Sanhudo ( que se perdeu na viagem ) e que o Licenciado André Fernandes Maciel que o serue he occupado em cargos ecclesiasticos, ey por bem que o Licenciado Simaõ Pereira, desembargador da mesma Rellaçaõ ( que por outra carta feita antes desta vos escreuo que encarregueis de Ouvidor geral do ciuel ) sirua o cargo de Chanceller da Rellaçaõ em quanto eu não prouer outrem delle, ou não mandar o contrario, porque pella bo a enformaçaõ que

delle e de seu procedimento tenho, confio que o servirá bem, e, dirrhoeis de minha parte com pallauras que o aduirtaõ e obriguem ao fazer de maneira que me aja delle por bem seruido.

III. Por parte de Dóna Catherina de Castro filha de Dom Guarçia de Castro, que Deos perdoe, me foi apresentada huã prouisaõ de aforamento emfatiota pera sempre que o Conde Dom Francisco Mascarenhas sendo Vissorrey desse estado lhe fez em meu nome das rendas das orracas da cidade de Chaul que até entãõ andauã arrendadas per conta de minha fazenda em mais contia que os dous mil duzentos e cinquenta pardãos de quatro larins o pardão per que lhe foraõ aforadas, tomando o dito Vissorrey por fundamento pera fazer este aforamento que a dita renda hia demenuindo, pedindome a dita Dona Catherina lhe fizesse merçe de lho confirmár, e por ser materia de muita consideraçaõ aforarẽse as rendas desse estado que saõ taõ necessarias pera as despezas das armadas e accidentes que de continuo nelle ha, me pareceo naõ lhe deuer differir a este seu requerimento até naõ ter muito inteira enformaçaõ desta renda, pelo que vos encomendo que a tomeis muito particular do estado em que está, e parecendouos que se deue arrendar como as mais rendas desse estado, o fareis fazer á pessoa que por ella mais der como se costuma fazer, e entendendo nós que naõ conuem arrendarẽsse, e que será de mais proueito pera minha fazenda darsse esta renda das orracas de aforamento, se naõ dará por mais tempo que de tres nidas, e á pessoa que por ella mais der, e do que nesta materia fizerdes e vos parecer me auisareis por uossa carta, e tambem do que uos parecer que se deue responder á dita Dona Catherina, de cuja pessoa e procedimente me auisareis.

IV. As cinco náos da armada deste anno de que uai por capitaõ mór Dom Luis Cautinho fidalgo de minha casa se aprestaraõ per conta de minha fazenda, e como he necessario beneficiarẽsse nessas partes per conta della, e com a breuidade que conuem pera fazerem sua via-

gem tão cedo que se possa esperar virem a este Reino a saluamento, mandei dar ordem como depois de sua chegada ouvesse dinheiro para as despesas que se com ellas hão de fazer, e pella de Thomas Ximenes e seus parceiros contratadores da trazida da pimenta para este Reino se entreguaraõ nessa cidade de Guoa e na de Cochim tanta contia de Realles que façãõ trinta mil cruzados da moeda desse estado como mais largamente vereis pella carta geral da casa da India, e por que para o concerto das ditas náos se entende que se ha mister para cada huã de dez até onze mil cruzados, a demasia que faltar para o dito concerto se tomará dos cincoenta mil cruzados que no anno de 91 se mandaraõ per conta de minha fazenda deste Reino para se emprégarem em pimenta que por virtude do contrato feito com os ditos contratadores se mandou entregar a elles toda a que estivesse feita do dito dinheiro, o qual elles tornaraõ a entregar pella pimenta que estaua feita e lhe foi entregue por meu mandado com declaração que delles se não faria despesa nenhuã senão nas cousas que eu mandasse, como mais largamente se verá per huã carta que sobre esta materia mandei escrever o anno passado, e iuda que se me fez lembrança que do rendimento da alfandegua de Cochim, e asi do mais desse estado podia eu mandar fazer a despesa destas náos, todavia por se lhe não tirar esta contia que será necessaria para as armadas e accidentes que sobretem ao mesmo estado, pue por meu seruiço que se fizesse antes por esta maneira, e vos encomendo que do remanente dos ditos cincoenta mil cruzados que ficar se não faça despesa algũa sem meu especial mandado, e iuda que mando escrever a Manoel de Medeiros, fidalgo de minha casa e Vêdor da fazenda da carga das náos em Cochim, como se hade dar este dinheiro para a despesa das ditas náos, e lhe encomendo o breue despacho e auimento dellas para este Reino, em ellas chegando a essas partes dareis ordem como se lhe ennie o dito dinheiro para o apercebimento dellas, e em tudo o que a vós tocar lhe dareis todo o fauor e ajuda para que possa com-

pria inteiramente com esta sua obrigação, o que vos ey por muito encomendado pois tendes entendido que o mais certo penhor das náos terem boa uiagem he partirem muita cedu desas partes. Escrita em Lisboa ao derriadoiro de Março de 593

P. S.

V. E do cargo de Ouvidor geral do cyueli que ouuera de servir o Licenciado Simão Pereira se não fora occupado no de Chanceler como atras nesta carta se contem encarregareis outro desembargador até eu nisso prouer.

O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey—2.<sup>a</sup> via:

(*No Sobrescripto*).

Por El Rey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.—2.<sup>a</sup> via:

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 226—3.<sup>a</sup> via fl. 122—5.<sup>a</sup> via fl. 118)

124.

Eu El Rey faço saber a vós meu Visorrey e Governador das partes da India que vendo e considerando como nas fortalezas de Choffala e Moçaõbique se não guarda- raõ ategora meus Regimentos, e que não somente não tinha minha fazenda nesse estado nhũ rendimento dos resgates daquelas fortalezas, mas antes era necessario que a custa dela se pagassem as despesas que com ellas se fazem, de que se não podem escusar de culpa os officiaes da administraçã dos ditos resgates, e querendo nisso prouer de maneira que minha fazenda cujos elles todos saõ tenha algum rendimento pera suprimimento das obrigações e despesas das mesmas fortalezas, e os capitães delas fiquem com parte bastante pera seus prouitos e os recebaõ juntamente meus vassallos ey por bem e mando que da publicaçã desta minha prouisaõ nessas

partes em diante se abraõ logo os resgates do ouro da fortaleza de Cõffala, rios, e portos donde atequi se resgatou pera que todas as pessoas de qualquer calidade e condiçaõ que sejaõ o possaõ ir resgatar, e prata se taõbem a onuer, pagando de todo o ouro ou prata que asy resgatarem o quinto a minha fazenda; e taõbem me praz que os capitaes daquellas fortalezas por mim providos delas possaõ resgatar todo o marfim, ambar, breu, e cairo daquellas partes livremente sem destas cousas pagarem a minha fazenda direito algum, e que nhũa outra pessoa as possa resgatar senaõ elles. E asy ey por bem fazerlhes mais merce que ajaõ a decima parte de todos os quintos do ouro e prata que se cobrar pera minha fazenda. E porque pera este modo de trato e commercio geral conuem que aja alfandega na fortaleza de Moçaõbique, a fareis logo assentar nella onde se pagaraõ de todas as fazendas que entrarem naquelle porto e a elle vierem ( que naõ forem deste Reyno ) a seys por cento de entrada como se pagaõ em todas as outras alfandegas desse estado a minha fazenda quer sejaõ do capitaõ e officiaes das ditas fortalezas ou de quaesquer outras pessoas, as quaes entraraõ todas na dita alfandega e seraõ nella despachadas e selladas, e pagando os ditos direitos as poderaõ tirar, e achandosse as taes mercaderias sem selo da dita alfandega seraõ perdidas as duas partes pera minha fazenda e a outra pera quem o denunciar; e outrosy todo o ouro e prata ou qualquer outro metal que se resgatar se trará a dita alfandega e nella se pagaraõ os quintos de tudo, e se carregaraõ em receita sobre o feitor de Moçaõbique que juntamente será Juiz da dita alfandega pelo escriuaõ da dita feitoria que tambem servirá de escriuaõ della; e a dita receita se fará em titulo apartado que se chamará dos quintos com declaraçaõ dos nomes das pessoas, que os pagaraõ, e com todas as mais necessarias pera mais clareza deste negocio pera o qual fareis fazer regimento que se cumprirá em quanto eu naõ mandar dar outro, e me enuiareis nestas nãos a copia delle em que se tresladará

esta prouisaõ de verbo ad verbum; e todo o ouro e prata que fica. ás partes depois de asy terem pago os ditos quintos se marcará com as armas reaes desta Coroa nas pontas das barras e no meyo dellas: e achando-se algum sem ser marcado se perderá pera minha fazenda as duas partes e a outra pera a pessoa que o denunciar. Pelo que mando que abraes logo os ditos resgates e asenteis a dita alfandega na maneira sobredita, e cumpraes effeçes inteiramente guardar esta prouisaõ como se nella contem, a qual se registará nos livros de minha fazenda, e dos contos dessas partes, e se publicará nos lugares publicos de Goa, e se fixará nas portas da cidade pera a todos ser notorio, e vallerá como se fosse carta feita em meu nome por mim asynada e passada pella Chancelaria posto que por ella não passe sem embargo de Ordenaçaõ do segundo livro, titulo xx que o contrario dispõem. João de Torres o fez em Lisboa ao derradeiro de Março de mil bclRij ( 1593 ). E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer. E o que asy ey por bem por esta prouisaõ que ajaõ os ditos capitaães de Çofalla e Moçambique será em quanto o eu ouuer por bem e não mandar o contrario.

## O CARDEAL.

Miguel de Moura.

Prouisaõ sobre se abrirem os resgates do ouro e prata de Çofala, e se pagarem os quintos á fazenda de Vossa Magestade, e se asentar alfandega em Moçambique, e sobre o que haõ de aver os capitaães das ditas fortalezas. Pera Vossa Magestade ver toda.—1.ª via.

( Livro 1.º fl 32—5.ª via fl. 34 )

## 125.

Homrrado Viasorrey, amigo Inda que por não virem vras vossas o anno passado não aja materias de repostas, não faltaõ ellas nesse estado pera se tratar do remedio dellas, e asy vos manda escreuer. ElRey meu Senhor se-

bre algũa de mais importancia em que por seu serviço vos pudera exagerar o que callo, que tereis tão bem considerado e descorrido. que escussarey de vollo encarecer, porque com vossa muita experiencia, particular zello, e tão grande cuidado como he o que deueis a vossa tamanha obrigaçã. procedereys em tudo de maneira que vossas obras sejaõ as que fallem mais que vossas cartas; e pareceome que bem declaro nisto qual seja o meu desejo no que por serviço de Sua Magestade deueis fazer, e qual o muito contentamento que receberey de vós terdes este merecimento ante elRey meu Senhor por taõbem isso vos poder procurar as merces que portaes serviços deueis esperar de Sua Magestade a cujas cartas que vaõ nestas vias me remetto; e nellas vos encomenda. ElRey meu Senhor as cousas do Santo Officio que pella obrigaçã que a ellas tenho naõ posso deixar de vellas encomendar muito; e taõbem que me escreuaes muitas nouas de vós que folgarei que sejaõ sempre muito boas; e de nosso Senhor vos dar a saõde que podeis desejar. Escrita em Lisboa ao primeiro d'abril de 593.

O CARDEAL.

Pera o Visorrey. Pera V. A. ver.—1. via:

( *No sobrescripto* ).

A Mathias de Albuquerque do Conselho delRey meu Senhor, e seu VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 210.—3.º via fl. 221.—4.º via fl. 191 )

## 126.

VisoRey amigo. En ElRey vos ennio muyto sandar. As cinco náos da armada do anno presente que nosso Senhor lenará a saluamento a essas partes da India se a prestaraõ neste Reino e vaõ per conta de minha fazenda, as quaes lhe he necessario o concerto que ordinariamente se lhes costuma fazer; e haõ mister nessas partes pera torna uiagem a este Reyno, que segundo informa-

ção deuem bastar pera isso cincoenta mil cruzados pera os quaes ha trinta mil cruzados que são obrigados dar lá na India os contrattadores da trazida da pimenta do contratto que ora corre á conta do frete della, e os vinte mil cruzados comprimento dos cincoenta daraõ os ditos contrattadores do que deuerem a minha fazenda pela pimenta que se lhe deuia entregar o anno passado procedida dos cincoenta mil cruzados que o anno de 91 se enuiaraõ a essas partes pera a compra della, ainda que lembrava que das alfandegas de Goa e Cochim se poderia fazer esta despesa, todavia ey por bem que seja da maneira que digo, e vos encomendo que deis ordem pera que com toda a diligencia e breuidade as ditas náos se aprestem nessas partes de tudo o necessario pera torna viagem dellas a este Reino ahonde as Deos trará a saluamento e posão dellá partir cedo, por que bem sabeis o que nisso uay e quam necessario he, e nellas enuiareis empregados nas drogas e cousas que o Prouedor e officiaes da casa da India screuem na carta geral que enuiaõ a essas partes que são necessarias pera as ordinarias da dita casa tres mil cruzados, e todo o restante que ficar do emprego dos ditos cincoenta mil cruzados e procedido delles em pimenta que os ditos contrattadores haõ de pagar se naõ fará d'elle cousa alguã sem meu especial mandado e estará depositado em maõ de algum meu official que seja pessoa de confiança que pera isso ordenareis. Scrita em Lisboa a dous de Abril de nouenta e tres. E assi enuiareis mais perlastro das ditas náos todo o salitre, madeira pera calçeses, cadernaes, cannas de leme, eixos destrincas, cairo, e fio de amarras quanto disto poder vir. Pero de Pains o fez escreuer.

O CARDEAL.

O Conde.

Pera o VisoRey da India.



*(No Subrescripto)*

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e VisoRey da India.—2.<sup>a</sup> via.(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 219)

127.(a)

Visorrey amigo. Eu ElRey vos ennio muito saudar. Luis Fernandes Duarte que está na corte delRey Xariffe me escreueo como em Marrocos estaua hum Ingres mercador de credito naquellas partes que fallaua nas consas desse estado como quem tem alguã experiencia delle posto que lá não tem ido, e isto com intento de em Samatra e em Pegúr que são partes remotas desse estado e em que não ha fortallezas minhas asentarem feitorias e terem comercio com os moradores dellas, e pera este effeito procura de leuar estromentos autenticos do dito Xariffe de como os Ingreses são imiguos capitaes dos Hespanhoes e grandes amigos dos Mouros, e onde os achão os trataão como companheiros, e aos Mouros que achão catiuos os resgnatão e leuão aos portos de Berberia e lhe dão liberdade, pera eom estas justificações se ir a Inglaterra pôr em execuçaõ esta uiagem que detremina de fazer do Cabo de Boa Esperança por fóra e não por Moçambique, pera o que tem feito roteiro de que o dito Luis Fernandes me enuiou a copia, e porque esta materia he da consideraçaõ que tereis entendido inda que no que este Ingres intenta ha muitas difficuldades pera poder uir a effeito, mas he de crer que no que for possivel procuraraõ os Ingreses tudo o de que lhes resultar algum proueito posto que seia em partes remotas pella falta que nestas tem de comercio, me

---

(a) Nas costas do papel tem em letra contemporanea esta declaração:

=Copia do que se escreueo em cifra por terra=.

pareceo deuer loguo auisaruos por terra como tambem o mandarei fazer na armada do anno que vem pera que tenhaes grande vigilancia neste particular fazendo todas as prenenções necessarias nas partes que apontaõ e nas maes que vos parecer necesario, e prouer em tudo de maneira que por nenhum caso possaõ estes Ingreses pôr pee em terra, comseruando os Reis daquellas partes na amizade que tem com esse estado, e aos que a naõ tiuerem ordenareis que faça com elles este officio o Rei mais vezinho que a tiuer com o mesmo estado. .

II. Foi bem feito auisardesme por nossa carta de 14 de Abril do anno passado de 92 que ueio por terra do estado em que ficauaõ as cousas dessas partes depois de partidas as náos daquelle anno, posto que se detineraõ tanto no caminho que chegaraõ a esta cidade em 17 de Junho deste anno presente, e porque nas náos que ora se esperaõ dessas partes haõ de vir as nias com auisos nossos das cousas dellas vos mandarei responder pellas náos do anno que vem a esta carta que ueio por terra. Escrita em Lisboa a 6 de Agosto de 93.

III. Tambem conuein que saibaes como por via do mesmo Ingres se entendeo que pode auer pouco mais de dous annos que de Inglaterra partio pera essas partes o capitaõ Pé de páo de que por terra tinhaõ auiso de ser lá cheguado, e que tomara dous guallioes, e bem uedes quanto importa acudirse, e auisarmeeis de tudo.

( Livro 2.º fl. 282 e fl. 284 )

1593.

## SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREI.

128.

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley uirem faço saber que por justos respeitoz que me a isto

mouem do serviço de Deos e meu, e por se evitarem os inconuenientes que se podem seguir, ey por bem e mando e defendo que da publicaçãõ desta em diante nhuã pessoa de qualquer qualidade e condiçãõ que seja que uiuer e residir nas partes da India e nas fortalezas e lugares dellas, e ás ditas partes for ter, e que naõ for natural deste Reyno de Portugal, e dos mais Reynos e senhorios desta Coroa, nauegue nem possa nauegar nem ir para as partes do sul, nem a terra dos mouros, nem os Armenios que está em costume ir a ella, nem a Cambaya sem minha expresa licença ou do meu VisoRey que ora he e ao diante for da India, sob penna de todo o que o contrario fizer ser preso e degradado para sempre para as gallés do dito estado da India e perderem todas as suas fazendas e bens que se achar lhes pertencer e serem seus, as duas partes para as despezas da minha ribeira de Goa, e a outra para quem os acusar, que tudo se executará nos culpados e reueis sem remissaõ, e esta ley se entenderá taõbem nos Portugueses que ha muytos annos que uiuem em outros reynos e senhorios. Noteficoo asy ao Ouvidor geral do crime do meu estado da India, e a todos os mais ouvidores, justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta minha carta de ley contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apregoada na cidade de Goa e nas mais fortalezas das ditas partes da India, e registada nas suas feitorias e camaras para que a todos seja notorio e sempre se saiba como o assy mando e ordeno polos ditos respeito, para cujo effeito se enuiaraõ ás ditas fortalezas os treslados desta ley tirados de chancelaria onde taõbem será registada asinados e autorizados pelo meu chanceler das ditas partes. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da coroa de Portugal a oito de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha o fez annode

mil belxxxiiij (1593) Luis da Gama o fez escrever.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl 11 v.)

## 129.

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley uirem faço saber que por justos respeitos que me a isto mouem do seruico de Deos e meu ey por bem e me praz e por esta mando e defendo que da publicaçãõ della em diante nenhum nauio de qualquer parte que seja de Portuguezes nem de outros vassallos meus vaõ com fazendas e mantimentos a Cambaya nem a nenhum dos portos daquelle Reyno, nem passem da fortaleza de Diu pera auaute sem minha especial licença ou do meu VisoRey que ora he da India, sob penna de todo o que o contrario fizer e for achado em cada hum dos ditos portos sem a tal licença ou se lhe prouar que sem ella nauagaraõ e foraõ a elles ser perdido com as fazendas e mantimentos que nelle se acharem ou se justificar que leuaraõ, ou sua justa valia, e pagar o capitaõ e dono do tal nauio quinhentos pardãos e alem disso ser degradado por cimquo annos pera Ceillaõ, e os marinheiros serem catiuos pera as minhas gallés do estado da India pera sempre. a quaes penas acima conthendas que por esta imponho seraõ executadas sem remissãõ nos culpados e reueis, ametade pera o resgate dos captiuos das ditas partes da India, e a outra ametade pera quem os acusar. Noteficoo assy ao Ouuidor geral do crime do estado da India, e a todos os capitaes mores, capitaes das fortalezas delle, ouuidores e justiças, mais officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando em geral e a cada hum em especial que cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar esta minha carta de ley, e dar á deuida execuçaõ as pennas nella contheudas sem duuida nem embargo algum que a elle seja posto por quanto ho hey assy por muito seruico de Deos e meu, e esta dita carta será apreguoadã na

minha cidade de Goa e nas mais fortalezas e cidades do norte e sul, e registada nos liuros dos registos de suas camaras e feytorias pera a todos ser notorio e sempre se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeitos, pera cujo effeito se enuiaraõ os treslados desta ley tirados da Chancelaria e asinados pelo meu chanceler da India nas ditas fortalezas do norte e sul. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a vinte de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India &c. Esteuaõ Nunes a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil belRiiij (1593). E a metade das ditas pennas que assy applico pera o resgate dos catiuos se entregará na Misericordia da cidade de Goa ou na de Chaul pera o dito efeyto com certidaõ autentica da conthia dellas. Luis da Gama o fez escrever. E naõ valerá licença de capitaes nem cartazes daquy em diante.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 19)

## 130.

Dom Felipe &c. faço saber aos que esta minha carta de ley virem que eu sou informado que alguns capiães que vaõ fazer as viagens de Japaõ esquecidos de sua obrigaçaõ e do bem comum por seus intereces particulares depois de se verem no dito Japaõ se deixaõ lá ficar invernando, o que he causa de os prouidos das ditas viagens as naõ poderem ir fazer no tempo que lhes cabe entrar no que ficaõ perdendo muito pelos grandes gastos e despesa que ficaõ fazendo na China alem do graue perjuizo do pouo que fica perdendo os intereces de seu dinheiro, e querendo eu nisso prouer, ey por bem e me praz que da feytura desta minha ley em diante nenhum capitaõ das ditas viagens ynuerne no dito Japaõ, e que tanto que for monçaõ pera a China se tornem logo como sempre foi costume, posto que naõ tenhaõ vendido todas suas fazen-

das, e quem o contrario fizer será degradado cinco annos pera Ceylão e perderá os fretes da dita uiagem pera a minha fazenda, e pagará ao prouido todas as perdas que por esse respeito lhe der. Noteficoo assy ao Onuidor geral do crime do estado da India, mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apregoada na cidade de Goa e na da China pera que a todos seja notorio e se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeitos. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xxx de Março. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India &c. Luis Gonçalvez a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e tres. Luis da Gama o fez escrever. — *O VisoRey.*

### *Postilla.*

E sô as pennas na ley acima declaradas ey por bem e mando que os ditos capitães môres não possaõ invernar na China no tempo que são obrigados fazer sua uiagem sem embargo de qualquer impedimento que para isso possaõ aleguar, pelo muito perjuizo que disso se segue ao bem comum e fazenda de Sua Magestade. E esta postilla á ley acima se publicará pelos lugares publicos e acostumados desta cidade de Goa e da de Macão, e da publicação se passará certidão nas costas della. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e seu VisoRey da India. Esteuão Nunez a fez em Goa a xj de Abril anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e cinco. Luis da Gama o fez escrever. — *O VisoRey.*

## 131.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Viso Rey da Índia &c. Faço saber aos que este alvará uirem que auendo eu respeito á falta que nesta cidade á de bazarucos, e os officiaes da Camara della me pedirem prouesse muito como fosse mais proueito dos moradores e pouo da dita cidade, ey por bem e me praz, e por este mando e defendo em nome de Sua Magestade que nenhuã pessoa de qualquer callidade e condiçaõ que seja leue daqui pera fora pela barra nhũs bazarucos sem licença da cidade sob penna de serem perdidos ametade para a pessoa que os tomar, e a outra ametade para os captiũs, e ey outrossy por bem sob a dita penna que naõ sayã pelos passos desta Ilha sem os Tenadares e capitaẽs delles buscarem e examinarem com muita diligencia as embarcaçoẽs e pessoas que per elles onuerem de passar, deixando leuar comtudo aos gallinheiros hum pardão em bazarucos somente a cada hum, e aos regatoẽs de fruta meo pardão em bazarucos, e achandoos em quaesquer embarcaçoẽs fóra do registo dos ditos capitaẽs e Tenadares seraõ perdidos pela dita maneira, aos quaes encomendo tenhaõ muita uigia que nenhuã pessoa traga da terra firme bazarucos por enitãr que se naõ falssifiquem saluo aos moradores de Salsete e Bardes, e isto com licença e exãme..... das ditas terras que será o que cada hum ouuer..... a mercadoria que a ella uier buscar, e seraõ os que se agora lauraõ por ordem da cidade que saõ de ley de vinte e oytto pardãos xerafins o quintal, sob pena de todos os que forem achados forã desta ordem serem perdidos, e os que os trouxerem presos e degradados por dous annos para as gallés, e este será apregoado nesta cidade para a todos ser notorio, e registado nos passos pellos escriuaẽs delles. Noteficoo assy a todas as justiças de Sua Magestade, capitaẽs, e Tenadares dos passos desta Ilha e cidade, mais officiaes e pessoas a que pertencer, e luez mando

que assy o cumpraõ e guardem, e façaõ comprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e este valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do Livro 2.º Tit. 20, que diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais de huim anno passem per cartas, e per aluarás naõ valhaõ. Antonio da Cunha o fez em Goa a xbij de Abril de 1593. Luis da Gama o fez escreuer. — *O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 37 v.)

## 132.

Mathias d'Albuquerque &c. Mando que nenhuã pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja naõ tire fogetes de rabo, nem com bômbas, nem traques, nem faça outro algum genero de fogo com poluora por esta cidade nem pellos arrebaldes della desde Bangany thé Santa Luzia, sob pena que todo aquelle que for achado tirando os ditos fogetes, ou com elles na maõ, sendo catio ser degradado pera as gallés e alem disso pagar seu senhor uinte pardãos ametade pera quem os acusar e a outra ametade para os captiũos, e sendo forro ser preso para as ditas gallés, e sendo Portugues ser preso no tronquo té a minha merce, e este será apregoado nesta dita cidade e nos arrebaldes della, e pelos lugares publicos e acostumados, de que se fará termo nas costas delle. Noteficoo assy, ao Ouuidor geral do crime, e ás mais justiças e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ comprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá posto que naõ passe pela Chancelaria. Luis Gonçalues o fez em Goa a xxij de Junho de 1593. Luis da Gama o fez escreuer. — *O VisoRey.*

### *Postilla do Senhor Conde Almirante.*

A xj de Junho de 97 ouue cumpraste do dito senhor Conde, per que manda que se cumpra esta provisãõ aqui registada da maneira como se nella contem.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 37)



## 133.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta virem  
faço saber que eu fuy ynformado que no porto peque-  
no de Bengalla e seus limites andaõ muitos omiziados  
com perigo de suas almas e vidas cometendo muitas  
desordens em perjuizo do seraiço de Deos e meu  
sem se quererem vir pera as minhas fortalezas por se te-  
merem serem presos pelos delytos que tem cometidos,  
e querendo eu nisto prouer, ey por bem e me praz de  
dar seguro real como de seyto por esta don a todos os  
ditos homiziados que naquellas partes de Bengalla an-  
darem por quaesques casos que tiuerem cometidos  
pera que seguramente se possaõ vir dellas pera a India  
sem serem presos pelas minhas justiças das minhas fortale-  
zas e lugares dellas por onde pasarem ou vierem ter  
em tempo de quatro annos que lhes dou e limito pera  
se poderem liurar, e aver perdaõ de seus delytos,  
com declaraçãõ que os omiziados que asy vierem se vaõ  
primeiro matricullar perante o Ouvidor do dito porto de  
Bengalla, que lhe passará tisso sua certidaõ com o tres-  
lado deste seguro pera que se sayba como vem della, e  
he omiziado, e mando a todas as minhas justiças que  
apresentandolhes os ditos omiziados a tal certidaõ e o  
treslado desta minha carta de seguro naõ entendaõ com  
elles nem nos prendaõ pelos ditos delytos que asy ti-  
uerem cometidos, antes os deixem liure e seguramente  
andar negoceando seus liuramentos e perdoes no dito  
tempo de quatro annos, que lhes pera isso limito como  
dito he. Noteficoõ assy ao Ouvidor geral do erime, e ao  
capitaõ mór e ouvidor do dito porto de Bengalla, e a todos  
os mais capitães, ouvidores, justiças e officiaes a que per-  
tencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que  
asy o compraõ e guardem, e inteiramente fação cumprir  
e guardar da maneira que se nesta contem sem dunida  
nem embargo algum, a qual será apregnoada no dito  
porto de Bengalla e seus limites, e registada no cartorio

da Ounidoria della pera que a todos seja notorio, e se saiba a todo o tempo como asy o ey por bem. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xxbiij de Julho. ElRey o mandou por Matias d'Albuquerque do seu conselho, VisoRey da India. &c. Esteuaõ Nunes a fez em Goa ano do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1593. Luis da Gama o fez escreuer. E assy será apreguoadá nesta cidade antes que vá pera Bengalla, de que se fará terminas costas.—*O VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 39 v.)

## 134.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, VisoRey da India &c. faço saber aos que este alvará for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, como por muy justos respeito do serviço de Deos e de Sua Magestade o dito Senhor manda que se fação liros novos da matricula, pelo que mando que toda pessoa de qualquer quallidade e condiçaõ que for que andar ou estiuier occupado nestas partes em serviço.....se venha a esta fortaleza matricular.....até a vinda das náos que este anno esperamos que nosso senhor traga a saluamento, por que cada dia da somana á tarde das duas oras até a noite occuparã os officiaes da matricula perante mim ou o Vedor da fazenda neste novo assentamento, sendo certo que a pessoa que se não uier assentar no dito termo ficará sem titulo no liuro da matricula deste estado, e pera que venha á noticia de todos mando que se apregue nesta cidade e terras de sua jurisdicãõ pelas praças e lugares publicos dellas, e da publicacãõ se passará certidãõ nas costas desta. Luis da Gama o fez em Goa a xbij d'agosto de 1593.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 39.)

## 135.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley nirem faço saber que auendo eu respeito aos muitos delictos que na minha cidade de Goa se cometem contra o seruiço de Deos e meu, e querendo eu nisso prouer, ey por bem e me praz que toda a pessoa de qualquer qualidade e condiçaõ que seja que for achado de noute pellas ruas da dita cidade e seus arrebaldes com molher solteira publica pague cimquo pardãos e a dita molher outros cimquo todos para o meyrinho que os achar; e outrossy ey por bem que toda a pessoa que vender algum fato ou qualquer outra cousa no pellourinho velho, ou no bazar, ou na rua dos..... da dita cidade, ou fizer ajuntamento nos ditos lugares, ou for achado no tal ajuntamento perqua tudo o que assy vender ou estiuer vendendo pera quem o acusar naõ aparecendo o dono do fato que se vender, e mil reis mais para o meyrinho que o tomar nos ditos lugares, e sendo captiuo a pessoa que assy for tomada, e naõ querendo seu senhor pagar a dita penna, lhe seraõ dados ao pé do pellourinho vinte açoutes, a qual execuçaõ mandaraõ fazer o Ouvidor geral do crime da India, ou o Ouvidor da dita cidade verbalmente sem appellaçaõ nem aggrauo; e todo o moço catiuo que for achado jugando qualquer jogo nas ruas da mesma cidade averá de penna uinte açoutes que lhe seraõ dados ao pé do pellourinho, e naõ querendo seu senhor que lhos dem pagará quinhentos reis pera o meyrinho que o tomar jugando, que tambem lhe seraõ julgados uerbalmente pela maneira acima. E outrossy ey por bem que toda a pessoa que tirar com panella ou qualquer outra vasilha de sugidade a qualquer pessoa, sendo o que assy tirar captiuo, lhe seja decepada huã mã e açontado publicamente com baraço e pregaõ, e sendo liure e da terra será degradado por cimquo annos para as galés do estado da India, e sendo Portuguez nos mesmos cinco annos de degredo pera Ceylaõ, e pag. raõ a

pena de dinheiro em que forem condenados conforme a qualidade das taes pessoas, e nas mesmas pennas encorrerão os que mandarem tirar com as ditas panellas ou vasilhas, e pera effeito de se ellas darem á devida execução mando aos ditos julgadores que tanto que vier á noticia de cada hum delles que se tirou a alguã pessoa com a dita panella ou vasilha, tirem logo de uassa e procedaõ contra os culpados, e façaõ executar nelles as ditas pennas na forma desta minha ley. Noteficoo assy ao dito Ouvidor geral do crime do estado da India, ouvidor da dita cidade de Goa, e a todas as mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duvida nem embargo algum, a qual será apregoada na dita cidade e suas ruas publicas, e registada na minha chancellaria della pera que a todos seja notorio e se saiba como assy o mando, e ey por bem pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas heaes da Coroa de Portugal a xx de agosto. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez em Goa anno de mil e quinhentos nouenta e tres. Luis da Gama a fez escrever—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 39 v.)

## 136.

Mathias d'Albuquerque do Conselho de Sua Magestade, seu VisoRey da India &c. faço saber aos que este alvará virem que por justos respeito que me a isto mouem, ey por bem e me praz e por este mando que da publicação d'elle em diante nenhuã pessoa de qualquer calidade e condição que seja venda arroz nem outro algum mantimento na fortaleza, e cidade de Baçaim nas terras de sua jurisdição sem minha licença, posto que seja para a fortaleza de Diu, sob penna que a pessoa que

assy vender ser preso, e sendo piaõ morrer morte natural, e sendo fidalgo ser degradado pera todo sempre pera Ceylaõ, e perderem as aldeas que tiuerem de sua merce, e em nenhum tempo mais as poderem aver; e a pessoa que comprar o dito mantimento o perder, e a embarcação, e pagar mais cem pardãos, ametade de tudo pera os catiuos, e a outra ametade pera quem os acusar, e os marinheiros seraõ captiuos pera sempre pera as galés do estado, e este se apregoará na dita fortaleza e cidade, e nos lugares e terras de seu limite para a todos ser notorjo e não se poder alegar ignorancia, e da publicação delle se passará certidão nas costas deste que se registará nos liuros da Camara da dita cidade. Notifico assy ao capitaõ da dita fortaleza, Ouvidor, Vreadores, mais justiçaes, officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e façãõ cumprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenação que o contrario dispõe, e não passará pela chancaria pela breuidade, e por ser do serviço de Sua Magestade. Luis Gonçalves o fez em Goa a 17 de Outubro de 1593. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 41 )

## 137.

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley virem faço saber que uendo eu os muytos inconuenientes que se causãõ das molheres publicas solteiras viuerem entre os casados, e querendoos enitar de modo que seja nosso senhor seruido, e os moradores da minha cidade de Goa viuaõ quietos, ey por bem e me praz que as tais molheres de qualquer idade, calidade, e condiçãõ que sejaõ não viuaõ em ruas publicas, e os Vreadores e officiaes da Camara da publicação desta minha ley em diante a dez dias primeiros seguintes lhes nomeem ruas, e bayrros apartados em que ellas viuaõ; e toda a molher destas solteiras viuiãõ nelles e não em algũa outra par-

te sob penna de dez pardãos pagos do troneo todas as vezes que forem achadas pousarem fora do lugar donde asy morarem ametade pera quem as acusar, e a outra ametade para os catiuos, e o meyrinho ou executor da justiça que claramente se lhe prouar que dessimula com as tais mulheres, será suspenso do cargo para nunca mais em tempo algum o servir. e será degradado para Ceylaõ por cinco annos, e pagará cincoenta pardãos ametade para os catiuos e a outra metade para o acusador, e ey outrosy por bem que da publicação desta minha ley em diante nhũa molher destas e quẽ viua como tal ande por esta cidade e Ilha de Goa em palanquim cuberto sob penna de perder o palanquim em que andar e cinco pardãos de penna para quem a acusar e catiuos; e esta se apregoará na minha cidade de Goa nos lugares publicos della, e se registará nos liuros dos registos da Camara, de que se fará assento nas costas della para a todo tẽpo se saber que o assy mandey. Notifico assy ao Ouvidor geral do crime da India, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e façãõ comprir e guardar em todo esta minha carta de ley como se nella contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu selo das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a xbiij de Outubro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu VisoRey da India. &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil e quinhentos nouenta e tres. Luis da Gama a fez escrever.—O *VisoRey*.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 41 v. )

## 138.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta virem faço saber que auendo eu respeito á muita oppressão que os negoceantes da minha cidade de Goa recobem por os officiaes viuerem longe e apartados e a terra ser grande, e querendo prouer e ordenar nisto de maneira que

os moradores e as mais pessoas que vierem negociar doutras partes não leuem tanto trabalho, ey por bem e ordeno por ley e mando que da publicacão desta em diante os taballiaes e todos os outros officiaes do prouimento da cidade quaisquer que sejaõ, e escriuaes, e emqueredores, e os officiaes semelhantes prouidos por mim residaõ e estejaõ des sete oras de pella menhã até ás dez, e as tardes das duas até as quatro na casa que a Cidade mandou fazer por cima dos açougues para aniamento das partes sob penna de dous meses de suspensão de seus cargos, e estarem á mais penna que parecer ao meu VisoRey da India; e esta minha carta de ley se apregoará na minha cidade de Goa, e se registará no liuro da Camara della. Noteficoo assy a todas minhas justiças, que ora são e ao diante forem, a que o conhecimento desta pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e façaõ inteiramente cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas Reaes da Coroa de Portugal a iij de nouembro: ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India. Antonio da Cunha a fez anno de 1593. Luis da Gama a fez escrever.—O *VisoRey*.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 42 v. )

1594.

### PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

139.

VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuiuo muyto sandar. He de tanto inconueniente pagarensse nesse estado tanta quantidade de diuidas uelhas ás pessoas a que se não deuem, havendo tanta falta de dinheiro para as armadas e accidentes que sobreuem nelle, como uollo já mandei escrever nas uias dos annos passados, que tme contenta-

mento escreuerdesme que não consentieis pagarensse ne-  
nhuãs destas dinidas senão ás proprias pessoas a que se  
deuiaõ, e que até aos capitaes a que se costumaua pagar-  
ensse quando hiaõ entrar em suas fortalezas o negaueis;  
encomendouos que assi o façaes por ser materia muyto  
prejudicial ao que conuem a meu seruiço.

II. E posto que me dizeis que o mais seguro reme-  
dio que ha para se atalharem as desordens que correm  
nos liuros da matricula dessas partes que he o cano por  
onde se consune muyta parte do rendimento desse esta-  
do, seria queimarensse todos, e fazerensse ouĩros nouos;  
por ter nesta materia prouido bastantemente como uollo  
mandei escreuer nas uias dos annos de 92 e 93 de que  
com esta irá copia (a), vos encomendo que façais guar-  
dar o que nisto hey por meu seruiço que se faça.

III. Tiue contentamento de saber por uossas cartas  
como enuiastes ao Xá Rey da Persia as cartas que lhe  
tenho mandado escreuer por Dom Iheronimo Mascare-  
nhas quando foi entrar na fortaleza de Ormuz, e que  
tinheis sabido delle que lhas tinha mandado, e por que  
me pareceo que lhe não deuia hora escreuer té não ter  
reposta sua destas cartas, vos encomendo que tanto  
que o dito Xá me escreuer me auiseis logo com as no-  
uas que delle e de suas cousas tiuerdes, como em outra  
carta uollo tenho mandado escreuer.

IV. Comas corenta pipas de salitre que vem nas náos  
da armada do anno passado que ainda não são chega-  
das a este Reino, e Deos trará a saluamento, folguei muy-  
to pella necessidade que delle ha pera o prouimento de  
minhas armadas. Encomendouos que em todas as náos  
enuieis o mais que puder ser. E assy tiue por muyto acer-  
tado enuiardes nas mesmas náos as drogas necessarias  
pera as esmollas que faço dellas ás Religioes do Reino,  
e assiõ deueis fazer em todos os annos.

V. E tenho por de muita importancia procurardes de  
defender a jurdição secular, como uollo tenho mandado,



e de hauer emenda nesta materia em que hauija alguma largueza, no que uos encomendo vades proseguindo como connem a meu seruiço, bem e quietação desse Estado.

VI. E tiue contentamento de me escreuerdes que ficaneis aprestando huã armada pera a costa de Melinde, e pera se fortificar a Ilha de Mombaça, por terdes nouas que em Moqua se faziaõ prestes duas galés e huã fragata, e se entendia que demandariaõ aquella costa, e que ficaneis com cuidado de acudirdes áquella parte onde entendesseis que ellas hiaõ, que he conforme a vossa obrigação e a muita confiança que de vós tenho, e em outra carta miuha que vai nestas vias vos escreuo o que he y por bem que se ordene nas cousas e repartição das terras daquella Ilha.

VII. E no que toqua a fazerdes vir pera o Reyno as pessoas da nação que andaõ nessas partes, de que alguns uieram já nas náos do anno de 92, me honue por bem seruido, e vos encomendo que cumpraes inteiramente o que neste particular vos tenho mandado.

VIII. Da ordem que destes ao Veador da fazenda da carga das náos pera prouer as do anno passado bastantemente dagoa e mais cousas necessarias pera a viagem me hey por bem seruido, e terey lembrança do que me escreueis sobre os capitaes que houuerem de ir nas náos pera que procedaõ na forma que me escreneis que o fez Eras Correa capitão da náo Nazaret, e assy se terá particular cuidado de se prouarem com muyto exame os cargos dos homens do mar como apontais, por se ter entendido que de se prouarem nelles pessoas de pouca suffeiciencia nesta arte saõ alguãs náos perdidas, e na cava da India se terá muyta aduértencia no assentar da gente pera essas partes para que se evite o engano de se apressarem homens e se embarcarem meninos em seu lugar, sobre que também me fazeis lembrança.

IX. Tenho por muito acertado não concederdes nenhum perdão sem parecer dos desembargadores da Relação na formã do Regimento que lhe tenho mandado dar, por ser de muyto inconueniente darense com a largueza que até hora se costumou.

X. E porque me dizeis que mandastes ao Secretario que comvosco serue que tresladasse o assento da alfandega de Ormuz e mais direitos e tributos que..... pagauão a minha fazenda. e que por ser a escritura muyta se não pod..... nas náos do anno passado, encomendouos que se não forem uindos estes papeis nas que se esperaão este anno, mos enuieis, nas primeiras que uierem dessas partes.

XI. E quanto ao que os Relegiosos da Companhia se queixaão de se lhe não guardar huã prouisaão que lhe foi passada para os gentios dessas partes não fazerem suas cerimoniaes de maneira que se lhe possa prouar com testemunhas, e que procuraes que se guarde inteiramente, e assy o que neste particular está assentado pellos Sinodos que se celebraram nesse estado, tenho por certo e creio que assi o fareis, e vos encomendo o cumprimento desta prouisaão pello muito danó que de se não cumprir podem receber os nouamente conuertidos á nossa sancta fé, e foi bem feito mandardes ter aduertencia que não tratem nem tenhaão communicacão com os gentios, e de aduertirdes ao Veedor da fazenda e ao Procurador dos meus feitos nessas partes para que se lhe não innouassem mais direytos que os que dantes pagauão.

XII. E assy fareis guardar inteiramente a prouisaão que tenho passada per que defendo que nenhuã das pessoas que me seruein nessas partes possaão uir pera o Reino sem minha licença, ou do VisoRey e Governador desse estado.

XIII. E quanto ao que me escreueis que posto que entendieis quam necessario era pera o augmento da christandade dessas partes derribarensse todos os pagades e mesquitas que os gentios e mouros tiuessem nas fortalezas desse estado. tirando no Reyno de Ormuz, não poderia isto haüer effecto na fortaleza de Din porque se despouoaria de todo e não haueria comercio nenhum; encomendouos que façais tratar esta materia muito particularmente com alguns theologos e canonistas dessas partes, e ver e tratar os inconuenientes que por huã e outra parte honner (por que não se me deixaão de offrecer alguns

por ambas as partes), e do que assentarem fareis fazer huã relação em que elles assinem, e ma enuiareis por uias com vosso parecer, e entretanto não se inuouará cousa alguã do estado em que atégora e ao presente estinerem em Dinos ditos pagodes até eu ver a dita relação e mandar o que hõuer por mais seruiço de Deus e meu que se faça.

XIV. E posto que nas vias dos annos passados vos tenho mandado escrever que por ser informado que se tomauão alguns gancares e christãos da terra contra sua vontade pera remarem nas galés e outras embarcações de minhas armadas, não consentissem que se usasse desta desordem em vosso tempo, por esta materia ser de escandalo e contra justiça, vos torno de nouo a encomendar que não consintaes por nenhum caso que se fação estas estorções maes.

XV. E posto que me dizeis que fazendosse muita diligencia pera se saber da demanda que os moradores de Salseje traziaõ com meus officiaes sobre os foros que pagauão, se não achara nenhum rasto della, todavia vos encomendo que se torne a fazer mais diligencia, e achandose este feito lhe façais fazer justiça nelle.

XVI. Tenho por bem feito ordenardes que os Christãos da Costa da Pescaria nomeem as pessoas que lhes parecer para Ouuidores daquella Costa sem a isso os persuadirem os Relegiosos da Companhia nem outras quaesquer pessoas, que he conforme ao que vos tenho mandado escrever nas vias dos annos passados sobre esta materia.

XVII. E no particular de Lourenço de Brito que veo nas náos da armada de 92 sobre que me escreueis, e que me enuiareis alguns papeis que não vieram com a via que tiue pellas náos do anno passado, vos encomendo que se já não forem vindos mos enuieis nas primeiras náos com declaração da contia de diaheiro que dizeis que estaua em deposito em Sanct Francisco, e que haueria lëtigio entre elle e o Alferes mór, para uos mandar escre-

uer o que houuer por bem que se delle faça. Escrita em Madrid a 3. de feueireiro de 1594.

REY.

Pera o Visorrey da India.—3.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India—3.ª via.

( Livro 2.º fl. 273 )

## 140.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Pella não São Joaõ que o anno passado chegou a este Reino dessas partes recebi a terceira uia de uossas cartas que nella me enuiastes, e chegou tambem a não São Pantalliaõ, e as tres, capitania, Santo Alberto, e Nazaré não são uindas nem ha novas dellas; premitiria nosso Senhor que inuernariaõ em Moçambique, e que as trará a seu tempo a saluamento; e como pella não São Christouaõ que chegou somente a este Reino das cinco da armada do anno de 92 não tiue cartas uossas, folguei de saber por estas, e assy pella que me escreuestes por terra em doze de Abril do dito anno o que dezieis que tendes feito nas cousas de meu seruico, que he conforme á muita confiança que de uos tenho, e a uossa obriguaçaõ, e como de uós espero, de que tiue o contentamento que he rezaõ, e por certo tenho que tereis acrescentado a estes seruicos outros, e de tal maneira proseguireis nelles que mereçais fazermos por todos merce de que terei sempre muita lembrança, e vos encomendo que por todas as náos me escreuais pera que não possaõ faltar uias e novas que sempre deuo ter desse estado, como uollo tenho mandado escrever pellas náos do anno passado, e por que cuidaõ que já disso estaueis aduertido me espantei vir a não São Pantalliaõ sem uias.

II. E quanto ao que me escreueis que o Arcebispo de Guea fez chamamento dos Prellados dessas partes e começou o Sinodo em doze de Janeiro de 92, e que não fora de tanto effeito como a necessidade delle o requeria, e que pello Procurador de minha fazenda e Juiz dos meus feitos desse estado mandareis fazer as lembranças que uos pareceraõ que conuinhaõ, remetendouos á carta que sobre isto me escreuia o dito meu Procurador; por que não tiue carta sua, nem me enuiastes o sumario das cousas que se trataraõ no dito Concillio, não tenho neste particular que uos dizer senaõ que per desencia se me deuera dar conta delle antes de se publicar, e pôrem as cousas delle em effeito como dizeis que se fez; e vos encomendo que me enueis o dito sumario nas primeiras náos que dessas partes uirem, se o já não tinerdes feito, e uos aduirtaes daqui em diante em uos não remeterdes no que me escreuerdes a outras cartas senaõ quando as mesmas cartas uierem juntamente com as uossas, e tambem em todas as uias das uossas cartas uiraõ uias dos papeis de que nellas tractades, pois sem tudo junto eu não posso ser inteiramente enformado de todas as materias das mesmas uias pera me resolver nellas; e vos ir reposta do que ouner por meu seruiço, sendo de tanto prejuizo a elle dillatarensse.

III. E assi me escreueis tambem que pellas náos do anno de 92 e pellas do anno passado de 93 me enuiaueis a renunciação que Dom Frei Matheus Arcebispo de Gnoa fez daquella perlazia, a qual não ueio sendo de tanta importancia; pello que vos encomendo que ma enueis nas primeiras náos (se não uier nas que se este anno esperaõ) feita na forma que se requiere pera se poder enuiar loguo a Roma e fazer obra por ella; e sobre esta renunciação que não acaba de chegnar vos escreuo tambem agnora na carta que vay por terra.

IV. Tiue mui particullar contentamento de me escreuerdes que a cristandade dessas partes vai crescendo com tanto aumento que he o que por todas as uias e com todas as forças se deue procurar, despondesse todas as cousas que a isto tocarem de maneira que se possam ter grandes

esperanças de em breue tempo se reduzirem muitas mais gentes ao gremio da Santa Madre Igreja, e posto que terreis muito particullar cuidado (como en de uós creio) de fauorecer e ajudar tudo isto e os Relligiosos que andaõ nesta conuersaõ de que me daes conta por cousa tanto de minha obriguacão como por minhas Intruções que leuastes uolo tenho taõ encarreguado, uolo torno de nouo a encomendar, pois esta he a principal cousa com que se deue dar principio e fim a todas as mais de que se naõ pode tratar senaõ com este primeiro fundamento dellas e de todas.

V. Foi bem feito dardesme conta do procedimento dos Bispos de Cochim, Mallaca, e China, e do modo com que procedem em suas obriguacões, e por que sempre será necessario fazerdeslhes de uossa parte as lembranças que conuem pera melhor comprirem com as mesmas obriguacões, vos encomendo que assi o façais.

VI. Tenho contentamento de me escreuerdes que tendes particular cuidado de mandar pagar aos Prelados, Inquisidores, e Religiosos desse estado suas ordinarias e tudo o mais que tem por minhas prouisoões, e vos encomendo que assi o façais sempre pello muito que importa serem bem paguos de seus ordenados e ordinarias pera poderem cumprir melhor com suas obriguacões. E no que toca á necessidade que a fortalleza de Ormuz tem de ser uisitada pellos ministros do Santo Officio pellas rezoões que em uossa carta apontaes, se tem feito lembrança ao Cardeal Archeduque meu sobrinho e Irmaõ como Inquisidor geral que he, que mandará nisso prouer como lhe parecer seruiço de Deos e meu, de que sereis auisado.

VII. E porque conuem tanto pera conseruação a augmento desse estado administrarsee igualmente a todos justiça sem respeito nem exceição de pessoas, tiue tambem contentamento de me escreuerdes como se admenistra assi na Rellação de Guoa como nas fortallezas dessas partes pellos Ouvidores dellas, e que de uossa parte fazeis nisso todo o bom officio que conuem como uollo tenho encarreguado, e de nouo uolo torno a encomendar.

VIII. E pello que me dizeis das indisposições que tem o Licenciado Lopo Alurez de Moura, Ouvidor geral do crime dessas partes, e uos parece que por esse respeito lhe deuo dar licença pera se uir pera este Reino, e assi por auer dez annos que serue nesse estado, posto que por ser enformado que procede bem em sua obriguacão se lhe pudera dillatar, vendo o que sobre isto me escreueis e por lhe fazer merce, ey por bem que elle se possa uir pera este Reino nas náos da armada deste anno em que lhe fareis dar a embarcaçã e guazalhã de costumado; e no que toca aos mais letrados sobre que tambem me escreueis e me dais particullar conta vos mandarei escrever em outra carta minha o que com elles ouuer por meu seruiço que se faça.

IX. O liuro de receita e despeza de todo o rendimento desse estado do primeiro anno do nosso governo que me dizeis que me enuiaueis naõ ueio com a uia que trouxe a não São João, e somente uieraõ dous liuros, hum das merces de officios e aluitres que deu o Governador Manoel de Sousa o derradeiro anno que gouernou este estado, e o outro da mesma qualidade do primeiro em que o começastes a gouernar. E porque sempre folgua-rei de saber o que rende em cada hum anno o mesmo estado e as despesas que se fazem do rendimento d'elle, vos encomendo que todos os annos me auiseis deste particular como volo já tenho mandado pellas vias do anno passado, e até que naõ veia este liuro vos naõ poderei mandar responder aos particulares que sobre esta materia me escreueis.

X. E porque he de tanta consideraçã como se sabe tratar-se com muito cuidado e diligencia da compra da pimenta vos agradeço o que tiuestes de buscar dinheiro pera a compra da que se carregou nas cinco náos do anno passado antes de chegar o cabedal que hia nas mesmas náos pello muito proveito que resulta a minha fazenda de se comprar esta pimenta no innernc de que se tem experimentado naõ auer tamanhas quebras como na que se faz depois que as náos chegam a essas partes;

e vos encomendo muito encarecidamente que assi o façais sempre, e que procureis por todos os modos possiveis que se faça no Canará toda a pimenta que poder ser como me escreueis, e se entende da cargua que uinha este anno e o passado que são das boas dos tempos antigos; e a Manoel de Medeiros Vedor da fazenda de Cochim mando escreuer como me ouue por bem servido delle no que me escreueis que fez neste particular, que soube somente pellas uossas cartas, porque delle as não tiue o anno passado, e foi bem feito mandardes buscar a pimenta que estaua feita na fortalleza de Mallaca tanto que soubestes que não hia deste Reino não pera a trazer, e pellas rezoões que sobre isto me tambem apontaes, e bem quisera que este anno fora não a Mallaca, mas não pode ser, e procurar-seá que uá o anno que uem, Deos querendo.

XI. E pello bom modo que me escreueis em que procede Fancisco Paez, Prouedor mór dos contos dessas partes, nas cousas de meu serviço e experiencia que tem dellas, foi bem feito mandardes por elle nistitar as fortallezas do norte, como me escreueis que o fizestes, e trazer dellas as cousas necesarias pera os almazens de Guoa, por quaõ necessario he estarem sempre prouidos pera as armadas ordinarias desse estado e accidentes que lhe sobreuierem.

XII. E foi bem feito mandardes ás partes da China a Luis da Silva por Ouvidor geral pera deuassar dos que achasse culpados na cidade de Macáo na desobediencia que fizeraõ ás justiças e ao Capitaõ da uiagem de Japaõ que reside na dita cidade, e mandasse os culpados pera a India, porque não se poderá conseruár esse estado se se não tiuer o respeito deuido ás justiças e capitaes das cidades e fortalezas delle.

XIII. Tiue descontentamento de saber como fora ter á Ilha de Macáo a não castelhana de que me daes conta, de que era capitaõ hum Dom Rodrigo de Cordoua, com muita copia de dinheiro de mercadores pera empregar em fazendas da China; e posto que tenho já prohibido



per minhas prouisoões passadas pella Coroa de Castella o commercio das Indias occidentaes pera a China, o torno de nouo a fazer pello muito prejuizo que se entende que resulta deste commercio a ambas as Coroas naquellas partes, e vos encomendo que no que a uós toca façais nisto todas as prouenções que uos parecerem necessarias pera que de todo se euite o dito commercio, e o dinheiro que se lhe embargou ao dito Dom Rodrigo se lhe não ouuera de restituir pello ter perdido, e o Capitaõ lhe não poder nem deuer dar seguro contra minhas prouisoões.

XIV Foi muito acertado não responderdes ao criado do Governador de Manilha que foi ter á fortalleza de Mallaca em huã embarcação pequena sem cartas suas em que diz que uos pedia fatexas e ancoras por que (*sic*) fingir que lhas tomaraõ, e ir de Mallaca a Ceillaõ e dahy á Costa da Pescaria e Cochim parece que faz certo este tamanho rodéo que fez nir tentar estes portos pera nelles ter commercio, como me escreueis; pello que vos encomendo que por nenhum modo consintaes que o aja das Indias Occidentaes pera esse estado.

XV. He de tanta importancia procurar-se muito cobre pera as fundiçoões da artelharia desse estado, e pera a moeda dos bazarcos com que se faz a despeza do serviço da ribeira de Guoa, que sempre seraõ de muito effeito todas as delligencias que fizerdes por se auer, pello que tinue contentamento de me escreuerdes que tinheis mandado empregar dez mil pardãos de Realles nelle per conta de minha fazenda por não achardes quem o contratasse com as condiçoões que conuinha a meu serviço, e pello muito que importa á conseruação do mesmp estado não auer a falta de artelharia que me dizeis que nelle ha, vos encomendo muito encarecidamente que por todos os modos que forem possiveis procureis de auer todo o cobre necessario pera as ditas fundiçoões, e se laurar a dita moeda, e do que nisto fizerdes me anisareis.

XVI. Tinue contentamento do cuidado com que procurastes mandar armada ao mar de Mallaca, de que foi por capitaõ mór Dom Bernaldo Continho, por a dita

Cidade e Pero Lopez de Sousa capitão della vos mandarem pedir socorro, e de ir em sua companhia o gualleão de Mallneo tam bem prouido de mercadorias como me escreneis. de que espero que resulte mais proveito a minha fazenda do que até qui teve destas viagens.

XVII. Posto que he do mór inconveniente que pode romperse o segredo das cousas que nesse estado se trataõ em conselho, pois as mais dellas ou quasi todas são de muita consideração e importancia, o que dizeis que não pode deixar de ser por se chamarem ao dito conselho muitas pessoas, e vos parece que será mais men serviço communicardes as materias de mór importancia com poucos, como o fizestes quando mandastes que Cosmo de Lafetá que estaua em Manar fosse tirar Simão de Brito da fortaleza de Ceillaõ por se ordenarem contra elle alguns motins, todavia ey por mais meu serviço que nos conselhos que fizerdes uades seguindo o costume antigo com os resguardos necessarios de maneira que fazendo-se os bons effeitos que se pretende se não escandalisem os fidalguos que me servem nesse estado, e eu confio de vós que uos auereis nisto de modo que cessem inconvenientes, e eu fique tam bem servido como por todas as nias se deue procurar.

XVIII. E quanto ao que dizeis que indo Matheus Pereira pera entrar na fortaleza de Ceillaõ de que lhe tinha feito merce fallecera antes de chegar a ella e lhe ficaraõ sua mulher, filhas, e huma enteada muito pobres a quem dizeis que deno fazer merce de huã viagem da China que tinha o dito Matheus Pereira pera do procedido della se paguarem as diuidas que delle ficaraõ, e o remanente se partir por seus herdeiros; auendo respeito ao que sobre isto me dizeis, e uagar por elle a dita fortaleza de Ceillaõ, ey por bem de fazer merce a sua mulher, e filhas da dita viagem na forma que apontaes na uagante dos prouidos antes de dezoito dias do mes de dezembro do anno passado de quinhentos nouenta e tres em que lhe fiz esta merce.

XIX. Foi bem feito não procederdes descubertamente.

contra os culpados no motim que se fez contra Simão de Brito capitão da fortaleza de Ceillaõ pellas causas que apontaes, e encomendardes este negocio a Pedromem que entãõ hia entrar na dita fortaleza, e não concederdes ao Rajú as pazes que vos pedia, por terdes entendido que as pretendia pera se refazer, e com mais poder molestar depois a mesma fortaleza.

XX Das inquietações com que corre ElRey de Cochim nas cousas de meu serviço tenho desprazer porque procedendo assi não poderá deixar de auer alguãs difficuldades de sua parte pera se tratar da fortificação daquelle cidade taõ necessaria pera a conseruação della como tenho entendido, e pello que me escreueis, e conforme ao que se deixa entender parece que está este Rey em diferentes termos dos que se deuem procurar pera o ganhar e elle se não perder, e cessarem os inconvenientes que poderaõ resultar de se fazer fortificação contra sua vontade, e sendo esta materia de tanta consideração uos mandarei escrever em outra carta o modo em que ouner por meu serviço que nisto procedaes.

XXI. He de tanta importancia pera a conseruação desse estado fazerensse em todos os annos nelle as armadas necessarias, que sempre auerei este por hum dos mores serviços que nessas partes me podeis fazer, e com a pertençaõ de juntamente se poderem fazer alguns bons effeitos e com menos despeza e risco como seria tomarsse a fortaleza de Olala parece que inda as armadas com estes intentos seraõ mais utiles; pello que vos encomendo muito encarecidamente que neste modo procedaes neste particular pera que se não perca o occasiaõ que se offerrecer de se poder tomar esta fortaleza, de que se podem anteuer tantos danos a esse estado como elle tem recebido da que tem feito Cunhallo, e que ha tantos annos que se trata de se extinguir, o que tambem de nouo vos torno a encomendar pera que o ponhaes em effeito se já o não tiver auido tanto que o tempo uos offerrecer occasiaõ, pois se passaraõ atéguaõra alguãs em que ambas estas cousas puderaõ estar acabadas.

XXII. E assi me dizeis que o Samorim trabalhou por todas as vias possiveis que se lhe fizessem pazes tomando por terceiro ElRey de Bangel e a Nũno Velho Pereira que andava por capitaõ mór da armada do Mallauar, fazendo as mesmas instancias comusco por meio dos capitaes de Cochim e Cranganor, e Vedor da fazenda da carga das náos, enuiando a isso seus embaixadores, e que posto que os levou a Guoa o dito Vedor da fazenda, por não irem na ordem em que tinheis asentado, e por tambem não cuidar o Samorim que a diligencia que na embarcaçã dos ditos embaixadores fizera Antonio de Sousa Guodinho fora por se dezeiarem estas pazes da parte desse estado, vos parecera mais meu serviço não os ouvir e os tornar a mandar a Cananor, o que me pareceo muito acertado pellas rezoês que sobre isto apontaes pello muito que importa quando se tratar destas pazes fazerensse em muita cautella e segurança por não acontecer nellas o que se uio nas que se fizeraõ os annos atrás.

XXIII. E tambem pareceo deueruos aprouar remeterdes a reposta das pazes que a Rainha de Olala vos mandou pedir ao Capitaõ mór do Mallauar pera a ouvir e tratar dellas, e em caso que esta pratica uá por diante vos encomendo me aviseis de que resultar della, e vindo a termõs de se concluirem se não faraõ sem se derrubar primeiro a fortaleza que esta Rainha tem feito.

XXIV. Foi hem feito encarregardes a Dom Alnoro d'Abranches de capitaõ mór da armada que dizeis de onze fustas, e a Dom Vasco Mascarenhas e a Joã Cayado de Guamboa das outras de que me daes conta, e espero que nellas me tenhaõ servido de tal maneira que por esse respeito e dos outros seus serviços folgue de lhes fazer merces, e vos aguardeço muito o cuidado com que ordenaes e proueis as cousas a que conuem acodir com as ditas armadas, e confio de uós que todas as que forem necessarias não faltaraõ em voso tempo.

XXV. E tambem me pareceo bem não dardes licença a Fradique Carneiro pera ir a este Reino pellas causas

que allegnaes por que em tempo que ha tanta falta nesse estado de pessoas das suas partes não conuem a meu seruiço deixarensse vir senão com mui licitas causas, e lhe direis de minha parte que me ey por bem seruido de se elle deixar ficar nessas partes, e que terei lembrança de lhe mandar responder a sua petição.

XXVI. E ao que dizeis que fizestes Capitaõ mór da armada do Mallaur a Dom Jeronimo de Azeuedo, posto que em Moçambique matará sua mulher por adulterio de que não estaua liure por faltarem alguãs solenidades á sentença que em seu fauor deu o Ouvidor da fortalleza de Moçambique, inda que nelle concorraõ as partes que escreueis pera o encarregardes desta armada, he de tanta consideraçaõ não estar liure da morte de sua mulher que me parece deueruos mandar que façaes nisto toda a diligencia necessaria a bem da justiça, e foi acertado tractardes este negocio na Rellaçaõ de Guoa, e sempre anerei por meu seruiço que em casos semelhantes se fação todas as diligencias que conuem pera justificaçaõ e clareza da justiça e das partes que a tiuerem se por uentura faltar quem por ellas se requeira pello desemparo que muitas uezes ha nestas taes cousas, e da resoluçaõ que se nesta materia tomar vos encomendo me auiseis, e que ajaes por hum dos principaes pontos de governo assi na paz como na guerra darsse á justiça o primeiro lugar que consiste em se ter mais respeito a ella que a outras cousas que inda que necessarias ficaõ accessorias.

XXVII. E assi me pareceo bem ponderado dizerdes me que a mais segura fortificaçaõ que pode auer nesse estado são as armadas, e vos encomendo muito encarecidamente que procureis sempre de as ordenar a seus tempos pera se conseguirem os effeitos que conuem sendo esta materia tão clara como todos o sabem, e vós inuito melhor com uossa experiencia e obrigaçaõ.

XXVIII. Tiue contentamento de pordes em execuçaõ fazersse fortalleza em Mombaça, e por muito boa eleiçaõ a que fizestes em Matias Mendes de Vasconcellos pera esta obra pella experiencia que tem da costa de

Mellinde onde me tem bem servido, e no filhamento de fidalguo de que me escreueis lhe deuo fazer merce por seus seruicos me pareceo deuer preceder ter enformação uossa do modo em que procedeo em Mombaça onde o tendes mandado, de que me auisareis, e todas as mais cousas em que prouestes naquella costa de Mellinde as ey por bem ordenadas por uós, e assi meterdes de posse a ElRey de Mellinde da cidade de Mombaça e das terras que nella lhe destes, e ser tudo isto feito com parecer dos fidalguos desse estado de quem o tomastes, e posto que dizeis que mos enuiaes com a uossa carta me não forão dados, e deuião de uir nas outras vias, e vos encomendo que todas as materias desta qualidade trateis sempre com os fidalguos e pessoas de experiencia dessas partes, e os seus pareceres que sobre ellas vos derem virão em todas as náos com as uias como volo tenho mandado.

XXIX. De o Moguor ir crescendo em terras e poder como sinifficaes em uossa carta, e que se vai senhoreando do sertão da costa da India, e ultimamente do Reino do Cinde que tem tomado, tenho por de muito inconueniente pera esse estado, e desastre mui grande estarem diferentes o Dialcão e o Izamaluco pello muito que importaua confederaremse contra o dito Moguor; e sendo esta materia de tanta consideração, e que com rezaõ se deue muito arrecear, vos encomendo muito encarecidamente procureis de concordare unir estes dois Reis pera se melhor poderem defender do Moguor, e tenho por muito acertado a preuenção que dizeis que tendes feita com os Reis vezinhos pera não consentirem entrar o Moguor por suas terras, pello que uos ey por entregue esta materia pera fazerdes nella todos os bons officios que uos parecerem necesarios como tenho por certo que os já tereis feitos e ireis proseguindo, e assi me ey por bem servido do cuidado que tendes de saber dos desejos e intentos dos Moguores, porque como estão tão vezinhos da fortalleza de Dio como dizeis, conuem que aja nella tanta vigilancia como a importancia disto

o pede, e a Pero d'Anhaia mando agradecer o bom modo com que me escreueis que procedia na dita fortaleza, e conforme a isto me ey por bem servido dos intentos com que Dm Joaõ Pereira e Dom Jeronimo Mascarenhas capitães da fortalleza de Ormuz procuraraõ de dar socorro a ElRey do Cinde contra o Mognor, e o mesmo que vos encomendo sobre Dio auei por dito sobre as mais fortalezas especialmente as do Norte pois tem tal vezinho.

XXX. E agradeçonos a diligencia com que procurastes de mandar tirar o dinheiro da não do Izamaluco que se perdeo defronte de Agnaçaim vindo de Mequa pera Chaul, e tençaõ com que o fizestes, e foi bem feito mandardes Coxe Abram ao mesmo Izamaluco com o recado que lhe leuaua Antonio da Rocha, e pella boa enformação que se me tem dado deste Judeu me parece acertado meterdello nestas cousas e que o será fauoreoerdello no que ouuer lugar quando dellas der boa conta, e saber elle como assi volo escreuo.

XXXI. E foi bem feito o concerto que Francisco Paez por uossa ordem fez com os moradores de Tarapor pera se cercarem de muralha e baluartes pera sua defensão, e folguei de saber como procuraõ os moradores das fortalezas de Chaul e Damaõ por se acabarem de fortificar, o que vos encomendo procureis que seja com a maior breuidade que puder ser pella importancia de que isto he.

XXXII. E porque a materia dos resgates de Çofalla sobre que vos mandei escrever nas vias do anno passado he da consideração que vos será presente, e em que auei por meu seruiço tomarsse a resolução que conuem, e espero vossa reposta, vos encomendo que se ma não tiuerdes enviada nas nãoz que se esperaõ este anno ma enueis nestas e com taõ clara enformação de tudo que não seja necesario outra diligencia pera me eu resolver nesta materia.

XXXIII. E quanto ao que me dizeis que huã nao Ingreza foi ter a Titangone seis leguas de Mocambique, e que Dom Jeronimo de Azevedo que estaua por capitão daquella fortalleza lhe defendera a aguada que

estava fazendo, me ey por bem servido no modo em que nisto procedeo, e asi na ordem que nós destes pera se aquietar o aluoroço em que inconsideradamente se pudera por este estado com as nonas que esta não deu de irem outras muitas a elle; e pois estes cosairos começaõ a ir a essas partes, conuem muito por tudo o que uos será presente que façaes ter muita uigilancia nisto pera que se procure por todas as vias que vos forem possiveis por se tomarem as que forem ter aos portos desse estado, ou se desbaratarem de tal maneira que naõ somente naõ possaõ ir auante com seus intentos, mas que se arrependaõ muito de os terem cometidos, e naõ usem tornar outra vez a elles, como confio de vós que o fareis.

XXXIV. E assi me ey por bem servido do concerto que ordenastes que se fizesse na não Saõ Joaõ que o anno passado meio a este Reino pera poder trazer a carga da não de Mallaca em que uinha por Capitaõ Diogo Nunez Gramaxo por estar encapaz de poder fazer viagem, e bem se uio o effeito de que isto foi com a não Saõ Joaõ chegar cá a saluamento, e uir nella Dom Joaõ Pereira por capitaõ que a deffendeo muito bem dos cossarios que o cometeraõ como lá sabereis, e vos agradeço a lembrança que fazeis sobre o contrato das náos que uaõ deste Reino pera essas partes em que mandarei prouer como ouner por mais meu serviço e a importancia desta materia o pede.

XXXV. Posto que o intento com que me escreueis que será serviço de Deos e meu ordenar-se na cidade de Guoa hum mosteiro de Relligiosas he de louuar, todavia por ser esta materia de quallidade que traz consigo muitos inconuenientes, e que em ues de se ordenar pera recolhimento das donzellas desse estado será por uentura occasiaõ do contrairo pella quallidade da terra e liberdade de que usaõ os soldados, me pareceo que naõ conuem fazarse este mosteiro como vello já mandei escrever nas vias dos annos passados, e materia he praticada de muito tempo e que sempre se entendeo que naõ conuinha.



XXXVI. E assi entendi por uossas cartas como alguas pessoas particulares ajudadas dos Relligiosos da Companhia de Jesu trataraõ de instituir na casa dos Professos que tem na cidade de Guoa huã noua confraria em que se assentassem todos os soldados que andauaõ nessas partes em meu seruico, e naõ outra pessoa, e que sabendo isto os Irmaõs da Misericordia e officiaes da Camara da mesma cidade vos pediraõ naõ consintisseis fazersse esta confraria, apontando pera isso as rezpões que na mesma carta se contem; e auendo respeito ao que nella se allegua, ey por bem que de todo se extingua esta confraria pellos inconuenientes que della podem resultar, e naõ consintaes daqui em diante que se façaõ outras semelhantes, e aos ditos Relligiõs da Companhia podereis aduertir da minha parte que inda que o seu intento nestas cousas seia tao bom como eu delles creio, que naõ conuenem meterensse nellas sem ordem vossa, e que assi ouneraõ de proceder nisto.

XXXVII. De muita consideraçaõ he a lembrança que fazeis do grande perjuizo que pode ser a meu seruico e á conseruaçaõ desse estado a muita communicaçã de Venezeanos, Armenios, e outra muita gente estrangeira que por nia de Ormuz vaõ a essas partes, a que parece que conuem mandar fazer alguã prohibiçaõ pera que naõ passem da dita fortalleza pera diante, e mandem somente suas fazendas como apontaes, e vos encomendo que tenhaes nisto tal modo que se faça e effeetue assi sem escandallo dos mercadores e prejuizo do trato dessas partes.

XXXVIII. E quanto ao que me dizeis que a alfandega de Guoa naõ he capaz pera aguazalhar as fazendas que vem a ella, e que he necessario acrescentarse ou fazersse outra maior, pedindome alguã ajuda pera despesa desta obra por ser taõ necessaria como me escreueis, vos encomendo ordeneis como se faça com a mais breuidade que puder ser applicando pera ella alguas condemnações e alittres quando naõ bastase o que será declarado no capitulo seguinte.

**XXXIX.** E porque tambem me escreueis que ha muita necessidade de se acrescentar a casa do hospital de Goua pellos muitos doentes que ordinariamente se nella curaõ, pera o que me pedis mande aplicar o dinheiro per que se uenderhuã viagem da China e faça pera isto merce della; e tendo eu a tudo isto respeito ey por bem de lhe fazer merce da dita viagem pera que do proceffido della se faça e redêffique de nouo o dito hospital com enfermarias bastantes pera se nelle poderem curar todos os doentes dessas partes, e que naõ nas náos do Reino quando lá cheguão, ordenandosse as enfermarias de tal maneira que os doentes possaõ ser bem curados e providos assi no espiritual como no temporal, por ser enfermado que as enfermarias que hora tem allem de serem pequenas pera se poderem curar todos os doentes que acodem ao dito hospital, naõ estaõ em modo conueniente: e o dinheiro que sobrejar desta obra será pera a obra da fundegua de Guon, a que vos respondo no Capitulo atrás, e quando ficase algum remanecente depois de feitas as ditas obras o fareis despende em outras semelhantes começando pellas de mais obriguacão. ( a )

**XL.** Os inconuenientes que me dizeis que procedem das trespassaçõs que se fazem das fortalezas dessas partes que muitas uezes acontece ser em pessoas de pouca idade, e de nenhuã experiencia dellas, me parece materia de consideracão, e mandarei prouer nella como conuem pellas rezoẽs que sobre iso apontaes que me saõ presentes.

**XLI.** E tenho por de muito meu seruiço a lembrança que me fizestes de mandar embarcar pera essas partes

( u ) Verba á margem.

— Sua Magestade per Aluará feito em Lisboa a 5 de Feureiro de 1597 omne por bem que esta viagem da China se fizesse diante de todos os providos dellas sem embargo de suas prouisoẽs e do prejuizo que podem alegar que disso recebem; e por o dito Aluará requerer esta verba a puz. Em Goa ao derradeiro de Agosto de 1600. E o proprio Aluará ficou em poder do Senhor Conde Almirante Viso Rey.— Luis da Gama. —

os fidalguos que estão despachados pera ellas pella muita falta que ha de gente nesse estado, e em especial de fidalguos e pessoas de quallidade, e tenho mandado dar ordem pera que nestas náos se embarquem todos os que estão despachados, e procurar-seá que uão ou a maior parte delles.

XLII. E vendo as lembranças que me fazeis sobre as fazendas que uão de Malaca pera São Thomé costumando dantes irem á alfandegua de Guoa onde paguauão os direitos a minha fazenda, o que agora se não faz, me pareceo mandar passar prouisaõ pera as taes fazendas que se naueguarem pera São Thomé onde não ha alfandegua minha paguarem na de Mallaca os direitos que ouueraõ de pagar e dantes paguauão na alfandegua de Guoa. E a ditta prouisaõ vay nestas uias.

XLIII. Tive contentamento das nouas que me escreueis do Xá Rey da Perssia pella muita importancia de que são todos os seus bons sucessos contra o Turco, e vos encomendo que sempre me escreuais dos que aquelle Rey tiuer contra elle, e lhe enuieis as cartas que quasi em todos os annos vos mandei pera esse effeito, que por serem lá tantas sem inda vir reposta de nenhuã, não uão aguora outras nestas náos; e se todauia lá faltarem as ditas cartas me auisareis pera irem as que forem necessarias, em que não ha que ponderar se responde com breuidade ou dillação (sendo a distancia do caminho tamanha) quando ellas fossem de effeito, que he o a que somente se deue atender.

XLIV. Foi bem feito mandardes os quatro nauios e duas galleotas nouas pera a fortalleza de Ormuz com reparios e madeiras pera ella, e bem creio de vós que em todas as cousas desta quallidade procedereis assi como quem entende a importancia desta preuenção.

XLV. Folguei de saber o cuidado que tendes de prouer os Christãos Portugueses das terras do Preste João pellas necessidades que elles e os dous Relligiozos da Companhia que estão com elles padecem, e como ordenaueis que lhe fosem quinientos pardãos de esmolla, e

vos encomendo muito que tenhaes particular conta com esta gente, e auizarmeis se corre inda com esta correspondencia hum Luis de Mendonça de Dio a que fauorecereis pera que continue com ella, e por ser informado da muita difficuldade que ha de se leuar este prouimento por mar, enformaruoseis se da costa de Mellinde poderá auer communicaçã pello certaõ dentro com aquelle Reino onde estes Christaõs estaõ, de que me auisareis, porque de se abrir este caminho me auerei por muito bem sernido como cousa de que podem resultar grandes effeitos, e como tal vola torno a encomendar outra ues.

XLVI. Por não ser chegada a não capitaina em que uem Francisco de Mello vos não pode ir reposta ao que me escreneis sobre ho engenho que fez hum Frances que reside na cidade de Guoa pera com elle se poderem leuar com facillidade as uergas das naaos que seruem nesta carreira, que por ser cousa que dá tanto trabalho aos que uão nas mesmas náos, vos encomendo que lá façaes experimentar este engenho, e achando que he de tanto effeito o façais trazer em cada hũa das náos que vierem desse estado; e ao mais das vossas cartas vos respondendo com outras que uão nestas vias. Escrita em Lisboa ao primeiro de Março de 1594.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey da India.—3.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

( Livro 2.º fl. 245.º )

## 141.

Viso Rey, amigo. Eu El Rey uos enuio muito sandar. Posto que por outra carta que he a primeira das que vaõ nestas mias (a) vos mando escreuer largo sobre as materias que por ellas vereis, ficaram pera esta outras de meu seruiço de que tambem me daes conta per vossas cartas que vierom nas náos do anno passado.

II Depois de vos ter mandado escreuer que naõ era qua chegada a renunciaçaõ do Arcebispo de Goa se apresentou com cartas suas, mas foi taõ tarde que se naõ pode fazer por ella obra antes da partida destas náos, e posto que vos tenho mandado responder ao particlular do Sinodo de que me destes conta, me pareceo aduertiruos no que toca ás duuidas que ouue entre os Bispos de Malaca e Cochim sobre a presedencia naquelle Sinodo que daqui em diante nestes casos precedaõ os Bispos que primeiro forem sagrados, como he costume.

III. E quanto ao que dizeis que o anno atrás vós tinheis remetido as cartas de Pero Lopes de Sousa capitão de Malaca, e que assi o fazieis nas que me enuiaueis pella armada do anno passado sobre o estado em que estaõ as cousas daquella fortaleza. por que estas cartas naõ vierom nestas duas armadas posto que o dito Pero Lopes me deuia dar de tudo muito larga informaçã, todavia sempre nestas materiaa a deueis tomar muito particular de mais que de huã pessoa, e inuiardesma com cartas que me escreuerdes.

IV. Tambem me daes conta que pellos inconuenientes que em vossa carta apontais se naõ ordenou a fortaleza que tenho mandado que se fizesse na ponta de Gaspar Diaz pera defenzaõ da barra de Goa, e que assentareis com parecer de muitas psssoas desse Estado de cercar aquella cidade, pera o que se começauaõ os alicerces, e tirando pedra para esta obra de que me enuiaueis a traça,

---

(a) He a primeira das que tem data de Lisboa, mas a segunda das desta monçaõ.

e assy ontras das fortalezas dessas partes; e por que não vierom com a via que tuue, encomendouos mas ennieis em todas as náos para com isso vos poder mandar escreuer o que neste particular houuer por mais meu seruiço.

V. E posto que em outra carta minha que vay nestas uias vos tenho aprouado darenosse a ElRey de Mellinde ametade das terras de Mombaça por ser conforme ao que vos tenho mandado escreuer, me pareceo aduèrtiruos nesta que as terras que assy lhe derdes sejaõ das de dentro da Ilha, e que das de fóra della se lhe não dem nenhuma sem primeiro me enuiardes informaçã da qualidade dellas, e sobre se dar ao dito Rey alguã renda na alfandega que se ordena naquella Ilha me parece que somente se lhe poderá conceder a redizima dos direytos que se nella pagarem, por quanto por este respeito trabalhará por uirem muitas fazendas a ella, e ser de mais rendimento.

VI. Vy o que me escreuestes sobre vos parecer mais meu seruiço applicarensse ametade das condemnaçoẽs da justiça dessas partes pera os Portuguezes que se captiuão nellas pellos não poderem resgatar as Misericordias desse estado, antes que enuiarensse a este Reino pera o resgate dos captiuos delle, pello que hei por bem que o dinheiro se applique para o resgate das pessoas que se captiuarem nesse Estado; e nestas náos se vos enuiaraõ regimentos do modo que nisso se deue ter.

VII. E assy me dizeis que as mais das pessoas que pagaõ direytos a minha fazenda os sonegaõ fundados em dizerem que lhes tenho obrigaçã pellos seruiços que nessas partes me tem feitos, e que geralmente os absoluem os Religiosos dellas, em que minha fazenda recebe muita perda e dano, e que para se atalhar esta desordem deuia impetrar breue do Sancto Padre pera que os confessores não pudessem absolver as tais pessoas saluo no artigo da morte; e por ser isto materia em que pode haer muytos inconuenientes me pareceo que se não deuia tratar deste breue, e encomendouos que procureis particularmente que se tenha muyta vigilancia para se não sonegarem os tais direytos.

VIII. Na falta que dizeis que ha de desembargadores da Reellação de Goa por terdes mandado alguns pera o Reyno cujos lugares fiquarom vagos, se naõ pode agora prouer. mas ficasse tratando disso, e nas primeiras nãos yraõ alguns, e entretanto hey por bém que por esta vez prouejais os lugares de desembargadores que estiuerm vagos nos Ouuidores letrados que me seruem nas fortalezas desse estado que mais partes tinerem pera isso, por que desta maneira se entenderem que haõ de ser melhorados folgaraõ de me ir servir nos ditos cargos de Ouuidores.

IX. Foi bem feito auisardesme de alguãs materias tocantes ao Sancto Officio desse estado, em que o Cardeal Archiduque meu sobrinho e irmão dará a ordem que conuem, como entenderéis pello que sobre isto escreue aos Inquisidores e mais ministros dessas partes.

X. E assy me dizeis que déstes em dote ao Licenciado Francisco de Campos que seruia de Ouuidor de Goa o cargo de Juiz dalfandega da mesma cidade por casar com huã das horfaãs que por meu mandado foram do Reyno, e tendo a isso respeito, e á boa informaçã que me dais de seu procedimento em meu seruiço, ey por bem de lhe confirmar o dito cargo conforme a prouisaõ que lhe delle passastes, posto que seja de mais qualidade dos que ordinariamente se costumaõ dar para casamento das horfaãs. (a)

XI. E assy vy o que me escreueis sobre a falta que ha na casa dos contos de Goa de contadores, de que tam-bem me dá conta Francisco Paez Prouedor mór delles, e como vos parece meu seruiço aposentarensse alguns, pello que hey por bem que se aposentem os contadores Antonio do Prado, Aluaro Mendez, Tristaõ da Noua, e

---

(a.) Tem á margem esta verba.

= Por virtude deste Capitulo se passou Carta ao Licenciado Francisco de Campos Tauares em 16 de Agosto de 1597 do cargo de Juiz dalfandega de Goa, que por outra Carta lhe tinha dado o VisoRey Mathias d'Albuquerque - Joaõ d'Abreu =

Antonio da Costa, e que a todos quatro deis satisfação conueiente com consideração da qualidade de seus serviços e merecimentos, do que me avisareis, e tenho mandado que nestas uías se enuieira dous contadores para alguns lugares destes que se aposentão, posto que tambem qua ha falta delles, e pellos inconuenientes que me dizeis que ha de seruirem naquella casa alguns misticos, vos encomendo que os não occupeis em cargo algum dos ditos contos senão muito raramente, e em pessoas muito benemeritas e confidentes; e no particular de se tornar a admitir a elles Diogo Vieira que nas vias do anno de 90 mandei suspender, vos encomendo vos informeis da causa que trouxe para tornar a servir e assi de seu procedimento do que tambem me avisareis.

XII. E asey me dizeis que por terdes sabido que o Hizamaluquo tinha prometido ao Mogor o Reyno de Barar mandareis por esse respeito uisitalo por Coje Abrahaõ judeu, e pera vos trazer nouas do que se lá trattasse sobre este particular, e por ser informado que este judeu sempre tratou verdade em materias semelhantes em que os VisoReys desse estado o occuparom, ey por bem de lhe fazer merce de duzentos pardãos de tença em cada hum anno não tendo elle hauido a merce que lhe o Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho (que Deus tem) mandou dar na pensão que paga Joaõ da Costa Peleja da Tanadaria de Pangim, ou alguma outra merce depois disso em equialencia della, e me hey por bem servido na deligencia que fizestes com o Hizamaluquo pello muito que importa não deixar chegar tanto a esse estado o Mogor, e vos encomendo muyto encarecidamente que por todas as vias estroueis este intento que tem em tudo o que puder ser, como uollo tambem tenho mandado escreuer por outra minha carta que vay nestas uias.

XIII. O cargo que dizeis que he necessario prouersse de Juiz dos Caualeiros das Ordens Militares que residem nessas partes para determinar suas causas como se costuma no Reyno, hey por bem que se proueja em hum dos desembargadores da Relação de Goa que tenha o



habito de Nosso Senhor Jesu Christo, e as partes necessarias, e pera isso irá a prouisaõ feita e assinada por mim nestas vias com o nome em branco pera vós lho pordes lá, e irá tambem com eila hum regimento feito pella Mesa da Consciencia e Ordens do modo em que se lha de proceder no dito cargo.

XIV. E assi me dizeis que será meu seruiço que o rendimento da Ilha de Salsete de Goa se applique todo para as despesas da ribeira della pello muito que importa a meu seruiço naõ hauer falta no pagamento dos officiaes que trabalhaõ nas armadas e nas maes cousas necessarias para ellas, e vendo o que sobre isto me escreueis, hey por bem que o dito rendimento se applique para as ditas despezas e se naõ despenda em outra coisa.

XV. E assi me dizeis que quando fostes para esse Estado vos mandey que naõ consentissem ir cauallos de Ormuz ao Canará, Cochim, e aos mais lugares daquella costa, e que todos se leuassem a Goa dando fiança em Ormuz ao fazerem assi, mas que isto tinha abatido tanto nos direitos dos cauallos que rende esta renda a terça parte menos do que dantes rendia, e tendo respeito ao que sobre isto me escreueis, hey por bem que daqui em diante se naõ use mais da prouisaõ que sobre esta materia mandey passar, e vos excomendo muito enoacrecidamente que deis ordem como logó se contratem os direitos destes cauallos para se naõ perder o rendimento delles. Escreita em Madrid a 3 de Março de 1594.

REY.

Pera o VisoRey da India.—3.<sup>a</sup> via.

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 243)

142.

Vistorrei amigo. En ElRey vos enuio muito saudar. O Licenciado Aluoro de Moraes Prouedor mór dos defunctos nesse estado me escreueu que por auer muitos annos que que serue, e estar nelhe, e com muitas indisposições, me pedia lhe fizesse merce de lhe dar licença

pera se pode vir pera este Reino dar remedio a suas filhas, e lhe mandasse fazer pagamento de tres mil pardãos que lhe eraõ deuidos de seus ordenados, e vendo ò que sobre isto diz, e por lhe fazer mercê, hey por bem de lhe dar licença pera que se uenha nestas náos onde lhe mandareis dar gazalhado conueniente como se custuma, e fazer pagamento do que lhe for deuido de seus ordenados.

II. O Arcebispo de Goa Dom Frei Mateus me escreveu que os Relligiosos dese estado continuauão em terem prissoẽs particulares e meirinhos, e castigarem de sua autoridade os christãos da terra, e lhe tomarem sua jurdição, e muitas uezes entrarem pella minha; e por que vos tenho mandado escrever pollas uias dos annos passados vos informasseis muito particularmente deste abuso tanto contra o seruiço de Deos e meu, e me avizasseis, uollõ torno de nouo a encomendar pera que se o não tendes feito pellas náos que este anno se esperaõ o façais pellas primeiras dando ordem pera que se enite este tal procedimento.

III. O Bispo de Cochim Dom Frei André me enuiou dizer por Frei Manoel da Piedade seu procurador que cada dous e tres annos vai visitar aquelle Bispado em que gasta mais de seis mezes, e fazendo nisso muita despesa, e com muito risco de sua pessoa por causa dos corsaios que andaõ no mar, pedindome lhe mandasse dar luã fusta com marinheiros e soldados necessários á custa de minha fazenda; encomendouos que uos informeis do modo em que se procedeo nestas uisitações com os Bispos seus antecessores, e constandouos que se lhe dauãõ embarcação e gente pera o acompanhar á custa de minha fazenda se procêda assy com elle pera que não aia falta nas uisitações que ouuer de fazer, e se não poderein escusar.

IV. E assy me pede o dito Bispo manda acudir com breuidade aquella See de Cochim antes que se uenha ao chaõ de muito velha; e por ser enformado que foi huã das primeiras Igrejas que se fizeraõ nessas partes depois do descobrimento dellas, e que está taõ velha e danificada que se lhe não acudirem se uirá de todo ao chaõ,

vos encomendo que deis ordem como se reforme esta igreja, e do que nisto ordenardes me avizareis.

V. E tambem tracta de se prouer a dita igreja de ornamentos pella falta que delles ha, e serem gastados os que lhe foraõ dados quando se ordenou aquella See; e posto que sobre este particular vos tenho mandado escrever pellas uias do anno passado, uollo torno de nouo a encomendar pera que das sedas e brocadilhões que das fortalezas de Ormuz e Dio, e China vem a essas partes ordeneis que se lhe fação os ornamentos necesarios pera o culto diuino.

VI. Hum Gonsallo Soares Cardim que ha muitos annos que está com os Christaõs que residem na Ethiopia nas terras do Preste Joaõ escreueo huã carta larga a Duarte Delgado, secretario que foi desse estado, em que lhe pede me apresente mande pôr cobro em mais de mil almas catolicas que estaõ naquelle Reyno da Ethiopia padecendo muitas necessidades receosso que como lhe faltarem dous Relligiosos que rezidem com elles, e dez pessoas das antigas que inda saõ uiuas, que de todo se perca aquella cristandade por se ter entendido do Preste que de todo desfauorece aquella gente e a desseja ver acabada, por se temer que se for em crescimento o obrigaraõ a se reduzir á igreja Romana, e que em tanto está desuniado da amizade que dantes tinha com esse estado que affirma este Gonsallo Soares que naõ tem o respeito deuido ás cartas que lhe mando escrever, nem se dispoem a me responder a ellas, e somente tracta de recolher alguns presentes que em meu nome lhe enuiaõ os VisoReis desse estado. E por que conuem ao seruico de Deos e meu, e reputaçã do mesmo estado naõ deixar perder aquella christandade que poderá ser caminho por onde se reforme a daquelle taõ grande Reino, e se naõ perqua de todo o lume que tem da fee; sendo tambem obrigaçaõ tratar do remedio daquella gente, vos encomendo que por todos os modos que uos forem possiveis os prouejaes assy de dinheiro pera suas necessidades como de relligiosos que os conueruem em bons

christãos. E por que em outra carta minha vos encomendo o remedio desta cristandade, e que procurasseis por se intentar se por uia de Mellinde se lhe poderia mandar algum socorro, vendo ora por esta carta de Gonssallo Soares (que se deu depois de uos ter escripto a outra) como elle affirma que por aquella uia não podem ser socorridos por respeito de huã gente que chamaõ Gallas que tem senhoreado a terra toda, e estar perdido o commercio que auia em Braua ha muitos annos, e se perder tambem a estrada dos mercadores que por ella uinhaõ áquelle Reino da Ethiopia, me pesou disso tanto como he rezaõ; e porem inda cõfio que pois já aquelle caminho esteue aberto, abrirá nosso Senhor algum sendo vós disso o instrumento pera que se torne a facilitar o que agora parece difficultoso, em que uos encomendo muito procedaes com todo o cuidado e diligencia,

VII. E por que diz que por uia de Luis de Mendoça morador na cidade de Dio tiueraõ reposta das cartas que escreuiaõ e assy os socorros que lhe mandauaõ desse estado em tempo de treze annos que com isto correo, o que agora lhes falta por se mudar em outra pessoa, vos encomendo ordeneis como este seu socorro vá encaminhado pello dito Luis de Mendoça, por que allem desta informaçãõ tenho tambem a mesma por outras nias, e será rezaõ que o dito Luis de Mendoça entenda que por esse respeito folgarei de lhe fazer merce, e terá certo o uosso favor e ajuda, e ao dido Gonssallo Soares mandareis escrever animandoo e auisandoo de como a sua carta pera Duarte Delgado chégou a mim, e folguei de saber como elle procedia no que de sua parte podia fazer.

VIII. ElRey de Gundra me escreueo nas náos do anno passado huã carta em que me significa que tem muita amizade com esse estado, e me pede lhe mande confirmação della pera todos seus descendentes; e por que entendi por Nicollão Petro Cochino, Vedor que foi da fazenda em Cochim. que a amizade deste Rey será de importancia assy pera a conseruação da fortaleza de Conllaõ, como pera a carga da pimenta, vos encomen-

do que uos aproueiteis della nas cousas de meu serviço principalmente na carga da pimenta, mostrandolhe como vos he por mim encomendado, ( e eu mando responder á sua carta remetendome a vós ) e me aniseis de que effeito será a amizade deste Rey e conservallo nella, por que esta he a primeira vez que soube que pode ser de muito momento pera estas cousas; e assy me pede o dito Rey merce pera Fernão Jacome, e pera Fernão Monteiro que deuem rezidir naquella fortaleza de Coulaõ; informaruoseis da callidade destes homens, e se me tem servido nessas partes de maneira que por esse respeito lhe deua fazer merce.

IX. A molher do Rui Gomes da Gram, que Deos perdoe, me escreueo nas náos do anno passado pedindome merce pellos serviços de seu marido; encomendouos que a mandeis visitar de minha parte por este seu noio, e vos lembreis de a fauorecer nas cousas que for rezaõ, e isto conforme ao que permitirem as mesmas cousas e o seu procedimento della, significandolhe que terei leinbrança de mandar uer sua petição pera se responder a ella como ouer lugar.

X. O Licenciado Simão P'reira que ora serue de Chancellor desse estado me escreueo que na deuassa que lhe mandey tirar de Manoel de Sousa Coutinho, Governador que foi desse estado, chamando pera testemunhar nella Antonio Giralté, Vedor da fazenda de Goa; e a Jorge de Lemos escriuaõ della, e Aluero de Moraes, o não quise-raõ fazer tendo pera isso mais obrigação que outras pessoas por serem ministros de minha fazenda, e de que se tinha entendido que sabiaõ particularmente as muitas desordens que nella se faziaõ, de que me tenho por des-servido, e uos encomendo que assy lho signifiquéis e os reprendais de não cumprirem nisto com sua obrigação em meu serviço.

XI. Pello que me escreueis de Francisco Paes, Pro-nedor mór dos Contos de Goa, me hei por bem servido delle nas diligencias que tem feitas nas fortalezas do norte nas materias de minha fazenda, de que em uossas

cartas me dais conta, e porque trata de alguãs desordens que correm nas mesmas fortalezas pellos Relligiosos da Companhia de Jessus, vos encomendo pronejais nisto como uirdees que conuem, e vades continuando nos tomboos que mandais fazer das terras e rendas que pertencem a minha fazenda, e que particularmente façais fazer tombo das de Goa, Salcete, e Bardes, e das mais rendas que tiver minha fazenda nas fortalezas desse estado. E porque o dito Francisco Paes me escreue que o Contador Aires de Mendoça que deste Reino foi pera servir de Contador nos contos de Goa procede bem em sua obrigação, vos encomendo o fauoreçais no que ouuer lugar, e em especial no pagamento de seu ordenado, e lho façais consignar em parte onde o aja com effeito, pera com isso poder milhor cumprir com a ditta sua obrigação, como uollo tenho mandado pellas vias do anno de 90.

XII. E assy me diz que os ditos Relligiosos da Companhia se queixaõ de lhe naõ renderem os presentes que lhe tenho concedidos dous mil pardãos, mas antes muito menos; e porque pellas vias do anno de 89 em huã das cartas della, capitulo 7.º ( a ) mandei escrever o que auia por meu serviço que se fizesse sobre esta materia, de nouo naõ ha que tratar della senaõ esperar reposta uossa do que nisto estiuier feito.

XIII. Simaõ de Brito capitaõ que foi de Ceillaõ me escreueo como saira daquella fortaleza pobre e com diuidas pedindome lhe mandasse fazer pagamento dos ordenados que nella venssera; encomendouos que sendo assy como diz lhe façais fazer pagamento delles.

XIV. ElRey de Ceillaõ me escreueo que se lhe naõ daua embarcaçaõ pera uma certa cantidade de canella de que lhe tenho feito merce; e porque sempre será rezaõ que se tenha conta com elle, e se fauoreça em suas cousas assy por ser christaõ como por suas necessidades, vos encomendo lhe deis toda ajuda e fauor que ouuer lugar, e que seia respeitado em suas cousas pera que

assy se aquiete e não tenha rezaõ de poder fazer queixas. Tambem me pede lhe faça merce de confirmar a Manoel Gomes Raposso o officio de Juiz dalfandegua de Dio que o Conde Dom Francisco Mascarenhas lhe deu pera casamento de huã sua filha, e antes de lhe mandar responder a este particular me pareceo deuer ter informaçãõ vossa deste Manoel Gomes e de seus serviços, de que uos encomendo me aviseis.

XV. ElRey de Ormuz me escreueo nas náos do anno passado queixandosse de mandardes por Dom Jeronimo Mascarenhas quando foi entrar naquella fortaleza hum Regimento pera que se embargassem suas rendas e estivessem depositadas em mão de Rás Xarrafo, Gazil daquelle Reino, e se recollessem em hum cofre de tres chaves de que teria huã o Capitaõ, outra o Vedor da fazenda, e a outra o dito Gazil, e que corresse por sua mão o gasto deste Rey; e posto que lhe mando escrever que ordenarieis isto assy por entenderdes que lhe conuinha e ao mesmo reino tersse esta ordem com o rendimento delle, bom fora que tinera disto enformaçãõ per u. sas cartas, e assy o será que mo escreuais. E tambem se queixa que hum Antonio d'Oliveira dera sentenças contra elle de contia de mais de sasenta mil cruzados; encomendouos que uos informeis deste particular e lhe façais fazer justiça em tudo o que a tiuer, porque assy como se deue dar remedio ás desordens deste Rey não deueis consentir que se lhe faça nenhum aggrauo nem enjustiça. Tambem me pede faça merce por seu respeito a Gil do Prado e a Francisco de Aguiar, e antes de lhe mandar responder a isto me pareceo deuer ter informaçãõ vossa da callidade destas pessoas e de seus serviços, encomendouos que ma enueis.

XVI. ElRey de Cochim em huã carta que me escreueo se aggrana de se criar de nouo na alfandegua daquella cidade o officio de corretor mór de que está prouido Fernão Rodrigues de Maris, sobre que dá alguã rezoẽs, encomendouos que uos informeis muito particularmente disto e me aviseis se para se aquietar este Rey conuem a

meu serviço estinguirse este officio. E tambem se queixa que o Ouvidor daquelle cidade lhe toma sua jurdição conhecendo das causas ante seus vassallos, e que os Vereadores do anno de '92 fizeraõ alguãs prematigas contra os ditos vassallos, e tolheraõ irẽm a seus reinos os mantimentos ordinarios; e que os moradores da mesma cidade escandallizauaõ os mercadores Bramenes que hiaõ a seus reinos e lhe paguaõ direitos, e que com medo naõ ouzaõ de vir a elles, e lhe dauaõ muita perda: encomendouos que vos enformeis de todas estas cousas, e lhe façais inteiramente justiça em tudo o que a tiuer, e o auizeis de como vobis assy encariegue.

XVII. Tambem me escreue que os contractadores da pimenta lhe embargaraõ os direitos que lhe pertencem dos cazados pello dinheiro que deue e lhe foi entregue pera a compra da pimenta que diz fica ja á conta de minha fazenda, pedindome que lho quite, ou lhe conceda humã viagem da China pera o poder pagar, materia que ha annos que dura; encomendouos que uos informeis muito particularmente do estado em que isto está, e do dinheiro que deue, e se he a minha fazenda, ou aos contractadores, pera com vossa informação lhe mandar responder como ouuer por meu serviço.

XVIII. Tambem se queixa na mesma carta de hum recado que lhe mandastes sobre a materia de se auer de cercar aquella cidade, e posto que tenho entendido que naõ vira nisso pellas rezoẽs que em uossa carta me apontajis, todavia lhe mando escrever alguãs das que me mouem a desejar que isto se effectue, e me pareceo dizeruos que naõ conuem a meu serviço nem a conseruação desse estado chegar a rotura com este Rey, e que será de mais effeito illo dispondo suauemente, e que pella amizade que ategora o estado teue com elle, de cujos principios conuem que aja lembrança, se lhe dẽ ter o respeito que os Senhores Reis meus predecessores mandauaõ que se tivesse aos Reis seus antecessores.

XIX. Pera hum Mathews Vaz christaõ de São Thomé da Serra a que diz que tem muitas obrigações me pede



o abitto de Christo; e posto que tenho por informacão que se deuia a alguns Mallavares que no serviço das armadas se ventajaraõ tanto que ficaraõ merecendo esta merce e honrra, todavia me pareceo que antes de lhe conceder esta merce deuia ter informacão das partes e serviços deste Matheus Vaz, que me enuiareis, e a ElRey de Cochim ireis entretendo neste requerimento de maneira que receba bem a dillação. Escrita em Lisboa a 3 de Março de 94.

XX. E porque o ditto Rey de Cochim se queixa sobre a não da China que diz que Diogo Soares de Mello levou pera Goa, vos informareis deste caso, e mo escrevereis.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey—3.<sup>a</sup> via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque de seu conselho, e seu Visorrey da India.—3.<sup>a</sup> via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 261 )

## 143.

VisoRey amigo. Eu ElKey vos enuio muito saudar. A falta que ha de náos no Reyno pera a carreira da India he muito grande como deueis ter sabido por se terem perdido muitas, e irem faltando as madeiras pera ellas; e porque sou informado que nessas partes se podem fazer muitas náos que são melhores e mais convenientes pera esta carreira que as que se fazem no Reyno encomendoues que procureis ( como já vos tenho escrito outras vezes ) por hauer algumas náos que estejam feitas de particulares, novas, e boas, que possam servir nesta viagem, e ordeneis que se vão fazendo em todas, e a paga dellas consignareis em algumas rendas minhas dessas par-

tes não tendo dinheiro prompto pera se pagarem, e de qua se vos ajudará com algum depois que me auisardes das que fordes comprando e contractando, e do custo dellas. E por ElRey de Cochim ter em seu Reyno muita copia de madeiras e officiaes, e se entender que lhe custaraõ menos as ditas náos a fazer que outra nenhuma pessoa, encomendonos que trateis com elle que dê toda ajuda e favor pera estas náos se fazerem, e se com elle mesmo quizerdes contractar que as dê feitas, seja com todas as seguranças necessarias, e sem lhe entrar dinheiro na mão até elle dar as náos feitas por se euitarem alguns inconvenientes, e as náos que comprardes e contractardes seraõ dos rumos e vitolas de que se vos enuiará por vias com esta huã relação dos officiaes dos meus almazens, e não passaraõ de quinhentas toneladas ate quinhentas e cincoenta o mais, que he o porte mais conueniente pera a melhor e mais segura nauegação dellas, e sendo esta materia de tanta importancia como he, espero de vós que me seruireis nella com muito cuidado e de maneira que a obra responda á confiança com que eu de vos fio do que nella fareis por meu seruiço. Escrita em Madrid a 3 de Março 1594.

## REY

Pera o VisoRey da India.—2.ª via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey

A Matias de Albuquerque do seu conselho, e Vissorrey da India.—3.ª via ( *ric* )

( *Livro 2.º ff. 276* )

144.

Viserrei amigo. Eu ElRey uos enuo muito saudar.

Posto que em outra carta destas vias vos escreuo sobre a materia dos presentes concedidos aos Religiosos da Companhia de Jesus dessas partes remetendome ao que em 6 de feueireiro de 89 escreui sobre isto ao Vissorey Dom Duarte de Meneses, que Deos perdoe, me parece ( pera mais declaraçã, porque poderia ser não se achar aquella carta, e ficar com isso esta resulluçã confusa ) enziarnos incorporado nesta o Capitulo que disto trata tirado da copia das vias daquelle anno que diz o seguinte :

( Aqui o Capitulo VII do Documento n.º 59 deste Fascículo )

E o que me escreue Francisco Paes em carta de 10 de Octubro de 92 he o seguinte.

—Tambem vai certidã de como os presentes não rendem mais que quinhentos, seiscentos pardãos cadano, e já que os Padres alleguaõ que lhe rendiaõ tres mil, deue V. Magestade mandar que tornem a tomar os presentes e pouparã cadano a sua fazenda mil quinhentos pardãos, e se euitará o engano que nisto ha contre ella, e outros muitos inconuenientes contra seu serviço—.

E não sei como des no anno de 89 tégora, se não pôz em effeito o que entã mandei, pello que vos encomendo que allem de o fazerdes assy logo comprir sem dillação algũa vos informeis do que nisto passa, e me avizeis de tudo.

II. E porque na carta delRey de Ormuz de que vos trato em outra que uos escreuo diz na queixa das tres chaues do cofre do linheiro que huã dellas se entregou ao Vedor da fazenda de Ormuz, e não sei como ally aja Vedor da fazenda, tendoos eu defendido nas fortalezas, me dareis rezaõ disto, aduertindo uós no que sobre esta materia tenho mandado pera assy se comprir inteiramente.

III. Sobre o aluitre de que tenho feito merec a Dona Catharina minha prima uos ei por ditto e encomendado o que nas vias de todos os annos vos mando nisto escreuera que me remetto, pera que conforme as prouisoões do ditto aluitre lhe façais dar embarcaçã e o fauor necessario, de que tambem avizareis de minha parte o Vedor

da fazenda de Cochim. Escrita em Lisboa a 3. de Março de 594.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey da India.—3.ª via.

( No Sobrescripto )

Por ElRey

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, e seu Visorrey da India—3.ª via.

( Livro 2.º fl. 241 )

145.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar. Pato que tereis emtendido de quanta importancia he naõ se despenderem os cabedaes que deste Reyno vaõ pera a compra da pimenta em nũa outra cousa por mui importante que seja senaõ na compra della, e que nas vias dos annos passados uolo tenho assy mandado; por ser informado que nesto se procede de maneira que se possa arrecear que se despenda este cabedal em outras cousas, e que os contratadores da trazida da pimenta ou seus procuradores nesse estado tratem mais de seus particula-reo interesses que da compra della; me pareceo deuenos emcomendar muito emearecidamente, como o faço, que deis ordem como todo o dinheiro do cabedal que deste Reyno for pera a compra da pimenta, e os ditos contratadores mandarem nas naes deste anno, e nas dos annos segintes, se naõ despenda em outra alguã cousa senaõ na compra della pera que se emua conforme a obrigação que tem, porque do contrario se seguem muitos inconvenientes em perjuizo de minha fazenda, e naõ se poder comprar a dita pimenta a seus tempos, de que resulta tantas outras perdas e quebras como se tem visto, e conõio de vós que vendo o muito que isto importa a meu

serviço lhe procúreis o remédio que convém. Escrita em  
em Lisboa a cinco de Março de 594.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorrey—2. via

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India—3. via (sic).

( Livro 2.º fl. 267 )

## 146.

En ElRey como governador e perpetuo administrador  
que sou das Ordens e cavalaria dos mestrados de Nosso  
Senhor Jesu Christo; Santiago, e Avis, faço saber aos que  
este alvará virem que pela confiança que tenho de  
Frei (a)

Caualheiro professo da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo,  
do meu desembargo, desembargador da Relação da  
Cidade de Goa nas partes da India, que no officio de Juiz  
das ditas Ordens me servirá com a inteireza, verdade, e  
deligencia que cumpre a meu serviço e bem da justiça,  
ey por bem e me praz de lhe fazer mercê do dito officio  
de Juiz das ditas Ordens militares nas ditas partes da  
India pera que conheça das causas dos Caualheiros dellas  
que naquellas partes andarem na forma e maneyra que  
lhe mandei ordenar por hum Regimento feito por meu  
mandado na Mesa da Conciencia e Ordens militares que  
com este alvará lhe será entregue; e mando ao meu Visorrey  
nas ditas partes que lhe dê a posse do dito officio,  
e lho deixe servir, e dele usar, e aver os ordenados, proes,  
e percalços que lhe devessem pertencerem sem nisso

---

( a ) Está em branco este logar no original. ( Veja-se o Documento 141, Cap. XIII. )

he ser posta duvida nem embargo algum, dandolhe primeiro juramento dos santos Evangelhos que sirva bem e verdadeiramente o dito officio goardando em toda a mim meu serviço e ás partes seu direito; e da sobredita posse e juramento se fará assento nas costas deste alvará em que ambos assinarão (a). O qual quero que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada e passada por minha chancelaria, posto que por ela não passe sem embargo dos Regimentos das ditas Ordens que o contrario aja (*sic*). Francisco Matozo o fez em Madrid a V de Março de M. D. nonenta e quatro. Antonio Moniz da Fonseca o fez escrever.

REY.

Geor. Epis. 'P.

Alvará pera Vossa Magestade ver.

( Livro 1.º fl. 44 )

147.

Eu ElRey faço saber aos que este meu Alvara virem que por muitos respeitos de serviço de Deos e meu e bem de meus vassallos de ambas as Coroas de Portugal e Castella mandey prohibir a navegação e commercio da India oriental e partes dellas pertencentes á Coroa de Portugal pers as Indias occidentaes da Coroa de Castella e mais partes a ellas pertencentes, e dellas pera as orientaes, como tudo mais largamente he declarado nas prouisoões da dita defeza passadas por ambas as ditas Coroas; e vende hora quanto importa a meu serviço guardarentse as ditas prouisoões, hey por bem de as confirmar e corroborar de nouo; e mando que inteiramente se cumprão, e que de todo cesse este commercio, e que o não haja de nenhuã das partes que estão sob o governo e

---

(a) Falta este assento, que provavelmente se fez em outra via do mesmo Alvará, na qual se escrevesse o nome do Desembargador.

administração dos Castelhanos para as dos Portuguezes, nem de huás a outras sem especial licença minha dada por prouisação por mim assinada, e não por meus Viso Reis ou Governadores, por que elles hey por bem que não possam dar as taes licenças. E pella mesma maneira hey por bem e me praz que quando algum capitão, mestre, e pilotos de qualquer embarcação que seja nauegar com a dita licença minha para as Ilhas Filipinas, que são das ditas Indias occidentaes, não possam trazer dellas Religioso algum Castelhanos para as Cidades de Machão e Mallaca, nem para a India, se não tendo o tal Religioso ou Religiosos expressa licença minha passada pellos ministros da dita Coroa de Portugal para poderem yr ás ditas partes, sob pena de quem o contrario fizer encorrer em perdimento das ditas embarcações e das mercadorias e fazendas que nelle trouxer, e as partes para minha fazenda e a outra para a pessoa que os accusar. E mando ao Viso Rey e Governador das ditas partes da India, e a todas minhas justiças dellas que cumprão e guardem este meu alvará, e o fação cumprir e guardar inteiramente como se nelle contem, o qual se publicará nos lugares publicos de Goa, Cochim, Malaca, e Machão, e se fixará o traslado delle nas portas das ditas cidades para a todos ser notorio o que nisto mando, e não se poder em tempo algum allegar ignorancia, e se registará nas Camaras das ditas Cidades; e hey por bem que nella tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada, e passada por minha Chancaria, posto que por ella não passe, e que o effecto haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação do segundo Livro, titulo xi, que o contrario dispõe. Theomé de Andrada o fez em Madrid a nove de Março de 1504.

REY.

Alvará para V. Magestade ver.—5. via.

(Livro 1.º fl. 38)

## 148.

Vizorei amigo. Eu El Rey nos envio muito saudar. Vendo de quanta importancia he a conservação desse estado ( pera nelle se poder bem fazer o serviço de Deos e meu, que resulta tambem em beneficio geral e particular de meus vassallos ) não se uirem logo pera este Reino os capitães das fortalezas depois de nellas acabarem de servir, pois então ficarão com mais experiencia e fazenda para acudir aos accidentes que nunca deixa de aver em partes tão remotas e tão cercadas, e inuejadas dos inimigos do mesmo estado, me pareceo materia de muita consideração, prouer nisto por modo que eu fique bem servido e os fidalgos com a satisfação que he rezaõ, pois allem de seus serviços já feitos desejaõ e procuraõ tanto acceontar outros, qua sempre a isto tem mais respeito que a tudo como ao seu maior e mais particular interesse; e confiando delles que o que lhes eu nisto mandar aherão que he o que lhes mais conuem para eu folgar de lhes fazer novas merces, vos encomendo que alem do que está ordenado do tempo em que os ditos capitães são obrigados a residir na India depois de acabados os tres annos de suas fortalezas, lhes digais de minha parte que se não venhão sem recado meu, e vos e elles me escrevereis as causas que cada hum tiver pera se deuen vir mais cedo, mas não despensareis nellas sem reposta minha, e ao Visoray ou Governador que vos auceder entregareis esta carta que cumprirá como se pera elle em particular fora deregida, e aos ditos fidalgos encomendo muito que folgem tanto de me servir nisto como eu delles confio e espero. Escrita em Lisboa a 9 de Março de 94.

REY.

Pera o Visoray—3.º via.



( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India —3.ª via

( Livro 1.º fl. 40. )

149.

Visorey amigo. Eu ElRey vos enuiuo muito saudar. Por minhas cartas das uias dos annos passados tereis entendido a resoluçaõ que tomei que as náos que viessem desas partes pera este Reino não tomassem á Ilha de Santa Elena como dantes faziaõ, por ter entaõ auiso que alguns cosairos a pertemdiaõ demandar pera nela agoardarem as ditas náos auendo que as tomariaõ de supito e desapercibidas, mas atégora não se tem sabido que elles posessem em effeito este seu intento, e he de crer que ainda que o tuessem e fosem alguã vez áquella Ilha não tornariaõ a fazer viagem tam trabalhosa, incerta, e infrutuosa, mormente temdose visto que mandey todos estes annos mudar a derrota das náos e que uiessem da India tam bem prouidas d'agua e de tudo que escusassem tomar porto algum no caminho, e quando lhes fose forçado, fossem a Angola; e porque nas instruções particulares que leuaõ os capitaens destas tres náos lhes mando ( como por ellas vereis ) que á torna viagem pera este Reino sigaõ a ordem que lhe derdes per instruções asinadas por vós e volas peçaõ de minha parte, vos encomendo que say aos capitaens das ditas tres náos ( que são o Capitão mór Ayres de Miranda, Sebastião Gonçalves d'Arvelos, e Luis do Souto ) como a qualquer outro capitão ou capitães das mais náos que ordenardes que venhaõ em companhia destas tres com carga, deis instruções particulares em segredo asinadas por vós e escritas da letra do Secretairo desse estado, cerradas, e seladas, com ordem por escrito nas costas que cada capitão abra a sua perante o escriuaõ da sua náao na paragem do Cabo de Boa

Esperança fazendose. diso asemto nas costas da dita Instrução, pela qual lhe mandareis de minha parte o seguinte: =Que eles tomem a Ilha de Santa Elena e nela esperem hũa náos por outras até vinte de maio, e que quando a demandarem vão em ordem de poder pelear com inimigos se os acharem na Ilha, fazendolhes pera este caso as mais aduertências que vos bem parecer.=E a causa do segredo com que ey por meu serviço lhe deis estas Instruções he por que não deixem de uir tam bem prouidos dagon e de tudo como se não ouvesem de tomar Santa Elena; pelo que ordenareis que tragaõ toda a que poder ser; e de Santa Elena partiraõ juntas, e se não apartaraõ mais por nhũ caso que seja. O Secretario Diogo Velho a fez em Lisboa a xj de março de 94.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey da India.—Pera Vossa Magestade veer.—3.ª via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.—3.ª via.

( Livro 2.º fl. 289 )

150.

Vissorey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar. ElRey de Cochim me escreueo sobre os Relligiosos da Companhia de Jesus que residem em hũa Igreja de Sancto André que está nas terras delRey de Murteteis legoas de Cochim se queixarem de hum seu regedor que aggrauara a huns christãos que no dito reino viviaõ; e que uendo qanto lhe en tinha encomendado a cristandade de seus reinos, porto que a culpa não era tão grane como estes Relligiosos a faziaõ, lhe dera toda a satis-

fação que nelle sera, e isto perante huã pessoa que o Capitão de Cochim a isso mandou: e prossopondo que assy seria, pois mo elle appresenta por serviço, lhe respondo com os aggradeciementos do que nisto fez; encomendouos que uos informeis do que neste negocio se passou, e me avizeis.

II. Nestas náos não pode ser irem Vedores da fazenda pera Cochim e Goa, posto que pello que me escrevestes se procurou que fosse sucesor ao de Goa, mas pera o anno, Deos querendo, mandarei dar ordem pera que vão estes cargos prouidos.

III. Por terra uos tenho mandado escrever em sifra sobre alguãs materias de importancia o que vereis pella copia da carta que me pareceo emuiarnos com esta, pera que em caso que não chegasse a mesma carta vejaes o que por ella uos tenho escrito ( a ).

IV. Depois de uos ter mandado escrever nestas vias como nellas não escreuia a ElRey da Perssia por serem lá muitas cartas minhas pera elle que parecia bastavaõ pera os officios que comuinha que com elle se fizessem, e ategora não ter reposta sua de nenhuã recebi huã de Dom Jeronimo Mascarenhas capitão de Ormuz do primeiro de nonembro de 92 ( com a chegada da não São Pantalliaõ neste mes de março ao porto de Lisboa ) com taõ boas nouas de ElRey da Persia ( como o ditto Dom Jeronimo tembem dellas vos avisaria ) que foraõ pera mim de muito contentamento pella importancia de que são, e me pareceo deuer todavia escrever outras cartas ao ditto Rey da Persia com a ocaziã destas nouas, as quais vão nestas vias, e as mandareis ao ditto Dom Jeronimo com a copia dellas que tambem vai pera que com ellas faça todo o officio necessario como lho escreuo, e uós o fareis tambem ajudando qanto em uós for o que

se nisto deue pertender e procurar. Escrita em Lisboa a 12 de Março de quinhentos 94.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey—3.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India.—3.ª via

(Livro 2.º fl. 291.)

## 151.

VisoRey amigo. Eu ElRey nos emuo muito sandar. Mouendosse o Turco contra o Reyno de Ungria e provincias delle sujetas ao Emperador meu Sobrinho, se houuerom contra elle alguas victorias grandes, e de muita importancia, e taes que se deuem dar por ellas a Deús muitas graças, e por serem estas vos quis enuiar a Relaçã dellas ( que irá nestas vias ) pera que a vejaes, e possaes comunicar ao Arcebispo de Goa, e aos Capitães e fidalgos que vos bein pareoer pera que o saibaõ todos e se alegrem com isso como he rezaõ pollo bem da Christandade, e em particular daquellas prouincias. (a). Escrita em Madrid a 15 de Março 1594.

REY.

Pera o VisoRey da India.—3.ª via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e Visorrei da India—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 280)

---

(a) Não apparece a Relaçã.

## 152.

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. A<sup>3</sup> Dom Nunalvarez Pereira mandey prender em chegando por vós me escreuerdes que naõ quizera servir no que lhes ordenastes, e que se embarcara pera o Reyno estando preso sobre sua menagem sem licença vossa, e sendo ouvido se deu no caso a sentença de que se vos enuiará o treslado com esta pera o verdes e entenderdes os fundamentos com que os Juizes o absoluerom, e do que sobre elles vos parecer me avisareis. E quando me escreuerdes sobre semelhantes cousas me enuiareis os papeis e autos que dellas houuer e procurareis que venhaõ bem autenticados e muito no certo pera que se possa qua julgar por elles, e naõ se achem contrarios aos papeis que as partes trazem pera suas descargas. Escrita em Madrid a 11 de março 1594.

REY.

Pera o VisoRey da India.—3.<sup>a</sup> via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Matias de Albuquerque do seu conselho, e Vissorrey da India.—3.<sup>a</sup> via

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 278)

---

Acordam em Rolação &c, que vistos estes autos, libello do Promettor da justiça, a contrariedade do Reo Dom Nunalvarez Pereira, culpas, e papeis juntos, e pron. dada: mostrasse o VisoRey da India Mathias d'Albuquerque escreuer a Sua Magestade que mandara prender o R. em sua casa por naõ querer servir o dito Senhor na forma que lhe ordenaua para della se embarcar e uir dar conta a Sua Magestade da causa porque deixaua seu serviço; e que estando assi preso sobre sua omenagem a quebrara, e se fora a Cochim sem sua licença; a qual omenagem pella carta do Ouvidor geral das ditas partes

justificada que o Reo apresentou consta não somente não lhe ser tomada, mas o dito VisoRey lhe dar licença para se embarcar; nem o Promotor mostra autos nem outras culpas por onde o Reo deua ser condemnado em pena: o que visto, e como se proua o dito R. proceder na India os annos que nella residio como conuinha ao serviço de Sua Magestade, e o mesmo VisoRey assi o confessa em sua carta, e virse della por se partir para este Reyno seu irmão Dom João Pereira que nas ditas partes o sustentaua, e ficando lá sem elle não podia correr no serviço de Sua Magestade como deuia, com o qual seu irmão se embarcou para pedir satisfação de seus serviços, o que licitamente podia fazer, pois se não mostra judicialmente ser preso, nem o dito VisoRey lhe defender a sua vinda: ao que tudo hauendo respeito, e ao mais que dos autos consta, absoluem o dito R. de todo contra elle pella justiça pedido em seu libello, e pagas as custas de seu liuramento mandaõ seja solto da omenagem em que está. Em Lisboa a 17 de feueireiro de 1594.—Antonio Carualho. Luis Lopes de Carualho. Lopo de Barros.

(Livro 1.º fl. 42)

## 153.

*Treslado do Regimento dos Mamposteiros da Rendição dos Captiuos, de que se manda usar no Estado da India.*

NB.

Pareceo desnecessario pôr aqui o dito Regimento, por se encontrar na legislação geral do Reino.

Veio, ao que parece, acompanhado de uma Provisão da Mesa da Consciencia e Ordens, cujo preambulo falta, e só se acha o encerramento no fim do treslado do Regimento, nestes termos:

E treslados assi os ditos Regimentos dos Mamposteiros mōres dos catiuos, e dos mamposteiros pequenos, e os ditos aluarás pella maneira que dito he, eu mandei dar este treslado delles nesta carta de Regimento concertado com os propios a Diogo Velho, fidalgo de

minha casa e meu Secretario, pera os emuiar per duas vias ás partes da India pera delle nellas se usar conforme a ordem que ao VisoRey das ditas partes tenho escrito. ElRey Nosso Senhor o mandou pellos Deputados do despacho da Mesa da Conciencia e Ordens, que por seu mandado tem cargo de prouer e despachar as cousas da rendiçaõ dos catiuos e seus officiaes. Fernaõ Marescos Botelho o fez escrener em Lisboa a 26 de Março de M.D.Lxxxiiij.—*Bertholameu do Valle Vieira.*—*Lopo Soares d'Albergaria.*

———— (Livro 1.º fl. 103)

*Preço que se dá na Mesa da Conciencia pellos catiuos do dinheiro da Redençaõ.*

Treslado do Regimento que Sua Magestade costuma fazer desmolas per suas prouisoões aos captiuos.

Capitaes.....	ij <sup>o</sup> onças
Alferes.....	ij <sup>o</sup> onças
Sargento.....	ij <sup>o</sup> onças
Capelaes de Sua Magestade.....	ij <sup>o</sup> xx onças
Moços da Camara.....	cento cincoenta onças.
Moços da Capela.....	cento xxx onças
Caualeiros dos lugares d'Africa	cento xx onças
Caualeiro fidalguo.....	ij <sup>o</sup> xx onças
Escudeiro fidalguo.....	ij <sup>o</sup> x onças
Caualeiro da Casa de Sua Magestade.....	ij <sup>o</sup> onças
Soldado arcabuzeiro.....	LR (90) onças
Soldado piqueiro.....	Lxxx onças
Ferreiro ou sarralheiro.....	cento onças
Reposteiro.....	LR (90) onças
Arxemel.....	Lxxx onças
Barbeiro.....	Lxxx onças
Homem da guarda de ElRey.	cento onças
Espingardeiro de caualo.....	cento xx onças
Bombardeiro.....	(90?) onças
Escuta.....	cento onças
Cabo de quadra.....	cento cincoenta onças

Caporal.....	cento cincoenta onças
Monteiro de cavallo.....	cento onças
Armeiro.....	cento onças
Atalaya.....	cento onças
Escudeiro.....	cento LR (190) onças
Mestre de seu navio.....	cento xxb onças
Todo o official macanico de algun officio que não seja ar- meiro, ou ferreiro, ou sar- ralheiro, se dará .....	oitenta onças.

Certefficoo assy. Em Lisboa a dezánoue dias do mes de  
Marco de M. D. Lxxxxiiij annos—*Jorge Coelho de An-  
drade.*

( Livro 1.º fl. 46 )

1594.

## SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREL

154.

Dom Phelippe &c. A quantos esta minha carta virem  
faço saber que por justos respeitos que me a isto mouem ey  
por bem e me praz, e por este mando que nenhuã pessoa  
de qualquer calidade e condiçãõ que seja, morador  
e estante da cidade de Cochim tragua pedra para as  
obras da dita cidade e dos moradores della, nem a  
compre se não as que forem da marca antiga de  
quatorze bureis de comprido e ..... de larguo  
e tres de altura, pelo dano e perjuizo que disso se segue,  
sob pena de cem cruzados e dous annos de degredo para  
Demaõ, e os cruzados ametade para quem os acusar  
e a outra ametade para as despesas da ribeira desta  
cidade, asy a pessoa que a comprar como a que  
trouver fóra da dita marca asima declarada, e for  
buscar á pedreira, senão aquellas pessoas que a cidade  
ordenar, e o official pedreiro que trabalhar com pedra  
morta da dita marca será preso e degradado por dous an-



nos para as galés do estado. Notefiquoo asy ao Capitão e Ouvidor da dita cidade, mais officiaes e justiças a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar como se nesta contem sein duuida nem embargo algum; e esta se apregoará na dita cidade nos lugares publicos della pera a todos ser notorio, e se registara na Camara della. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas Reais da coroa de Portugal a iij de Janeiro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M.D. Lxxxiiij. Luis da Gama o fez escreuer.—*O VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 43 )

## 155.

Dom Phelippe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que avendo eu respeito a Mathias d'Albuquerque do meu conselho, men VisoRey que ora he da India, pôr em parecer dos desembargadores da Relação della o pouco serviço que era de Deos e men ir nenhum homem da nação á China, Malaqua, Ormuz, Bengala, e qualquer outra fortaleza do sul, e os ditos desembargadores assy o assentarem, ey por bem e me praz, e por este mando e ordeno que da publicação desta minha ley em diante nenhum homem da nação vá ás partes acima nomeadas e declaradas nesta carta pelo grande perjuizo que disso se segue ao serviço de Deos e meu, e por outros muitos e justos respeitos que me a isto mouem, sob pena de perdimento de todos seus bens e ser degradado para Ceilaõ por seis annos, e ey outrosy por bem que os capitães, ouvidores, e mais justiças das partes do sul, que ora são e ao diante forem, obriguem sob as mesmas penas aos que lá estiuerem a se embarcarem para a minha cidade de Goa, e por esta minha carta de ley renogo e ey por renogada toda e qualquer outra prouisaõ que em contrario estiuer passada, e ey por nen-

huã e de nenhum vigor, e só esta quero que valha e tenha força, e outra alguma não. E esta se apregoará na minha cidade de Goa para a todos ser notorio, e se registará na Camara della, de que se fará assento nas costas desta, e o Chanceler do estado mandará passar seus treslados ás fortalezas do Sul. Notificooo asy ao Ouvidor geral do crime do estado da India, e a todas as mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer das partes do Sul, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a xbiij de Março. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu Viso Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. Lxxxixliii. Luis da Gama o fez escreuer. — *O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl 44 )

## 156.

Dom Felippe &c. A quantos esta minha carta de ley virem e o conhecimento della com direito pertencer faço saber que por justos respeito de meu serviço, bem e guarda das fortalezas de Chaul, Baçaim, Damaõ, e suas terras ey por bem e me praz que toda a pessoa que for morador em Chaul, Baçaim, Damaõ, e suas terras, ou tiver aldeas, da publicação desta em diante se vá invener e residir nas ditas fortalezas, cidades e suas terras, e não em outra parte alguma, sob pena de dous annos de degredo pera Ceilaõ, e de ficarem devolutas para minha fazenda as aldeas que asy tiverem, e esta será apregoada nesta cidade de Goa, e o Chanceler do estado passará treslados della autenticos para ser apregoada nas ditas fortalezas e suas terras para a todos ser notorio, e não se poder alegar ignorancia, de que se fará assento nas costas desta. Notificooo asy a todos as minhas justicas, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente

façaõ comprir e guardar como se nella contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a iiij de Março (?). ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias de Albuquerque do Conselho de Sua Magestade, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. Lxxxiiij. Luis da Gama o fez escreuer.—O VisoRey.

( Livro 1º de Alvarás fl 45 )

## 157.

Dom Felipe &c. A quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por justos respeitos que me a isto mouem ey por bem e mando que da publicaçaõ desta minha ley em diante nenhũa pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seia nesta cidade de Goa e seus arrebaldes naõ jogue os galos sob pena do que for achado jugando, ou lhe for prouado que jugou, sendo catiuo ser degradado tres annos para as galés do estado, e sendo forro cimqo para Ceilaõ, e perderem todo o dinheiro ou qualquer outra cousa que jugarem para os meirinhos; e a pessoa em cujo challe ou casa se jugarem os ditos gallos será degradado quatro annos para Damaõ e pagará cincoenta cruzados, ametade para o meirinho e outra ametade para o catiuos sem remissaõ: e esta minha ley se apregoará nesta cidade e seus arrebaldes para a todos ser notorio e ninguem poder alegar inorancia, e se fará asento nas costas desta de como se apreguou. Noteficoo assy ao Ouuidor geral do crime. . . . . mais justias, officiaes, e pessoas a que pertencer e lhes mando que cumpram e guardem, e inteiramente façam cumprir e guardar esta minha carta de ley como se nella contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a xbiij de Mayo. ElRey nosso Senhor o mandou por Matias d'Albuquerque do seu Conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha o fez ano

de mil boLRiij\* (1594) Luis da Gama o fez escrever  
—O VisoRey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 45 v. )

## 158.

Mathias d'Albuquerque &c. Faço saber aos que este aluárá virem que eu sou informado que alguns fidalgos e soldados que estão asentados na matricula geral destas partes da India recebem nas armadas e nas fortalezas maiores quarteis do que vencem por seus titulos, e por esta causa deuem dinheiro á fazenda de Sua Magestade, pelo que não tratao de sua justificação como tenho ordenado que façaõ nos livros novos da matricula que ordeney fazer por mandado de Sua Magestade que han-de correr deste anno de 94 em diante. . . . se dar fim a esta desordem. . . . . ao serviço de Sua Magestade e bem. . . . . ey por bem e mando ao escriuaõ da matricula geral e aos contadores della que ora saõ e ao diante forem não façaõ pagamento a pessoa alguma de qualquer qualidade que for nos livros vellos nem nos novos thé fazerem conta no titulo de cada huã pessoa em particular do que tem vencido e recebido conforme aos pagamentos ordinarios e cadernos que vem das fortalezas e o regimento novo da dita matricula, e feita a dita conta na verdade se a tal pessoa ficar devendo algum dinheiro faraõ lembrança delle no titulo novo, e não se lhe faraõ desconto sem a fazenda de Sua Magestade ser de todo satisfeita, e por esta maneira se lhe passará certidão na Matricula pera as fortalezas pera onde as partes as requererem sob pena que o escriuaõ, contador, e qualquer outro official que constar que descontou algum dinheiro contra a forma desta Provisão pagar de sua fazenda o que constar não deo a desconto, e aver a mais pena que me parecer, e este quero que valha e tenha força e vigor como carta per regimento passado em nome de Sua Magestade posto que o efeito dela aja de durar mais de

hum anno e não passe pela Chancelaria por ser de serviço de Sua Magestade. Noteficoo assy ao Vedor da fazenda, Provedor mór dos contos, escrevaõ..... e mais officiaes e pessoas e que esta for apresentada e o conhecimento della pertencer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e façaõ inteiramente cumprir e guardar, e será registado nos Livros dos contos, e o proprio se ajuntará ao Regimento novo da matricula pera a todo o tempo se ver o que nisto tenho mandado e se cumprir. Esteveõ Nunes a fez em Goa a xxbij de agosto de 1594. Luis da Gama o fez escrever.—  
*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 46 )

## 159.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que eu sou informado que muitos soldados nestas partes esquecidos de sua obrigação se tiraõ do serviço delRey meu Senhor por andarem em nanios de chatins ficandolhes seus titulos correntes para a todo tempo poderem requerer satisfação de seus serviços e soldos, e por enitar esta desordem tão prejudicial a seu serviço e fazenda, ey por bem e mantto que nhuã não, nanio, nem outra alguã embarcação de Chatins se deixe partir do porto e barra desta cidade sem apresentar certidão..... matricula de como no..... dos..... soldados casados ou outras..... estão assentados nella,..... persente nas ditas embarcações..... será posta verba em seus titulos para..... receberem em nhuã fortaleza nem armada de Sua Magestade sem lhe ser aleuantada, sob pena de quem o contrario fizer o Capitaõ da não pagar pela primeira vez cincoenta pardãos, e pela segunda cento, e pela terceira quinhentos pardãos, as duas partes pera os catiuos, e a outra pera o hospital dos pobres desta Cidade, e outra pera quem o acusar, e o capitaõ ou senhorio do nanio ou outras quaesquer embarcações pagar pela primeira vez

cincoenta pardãos, e pela segunda-cento, e pela terceira perder os tais nauios, as duas partes pera os ditos captiuos e a outra pera o mesmo hospital, e outra pera quem o acusar, o que tudo se executará nos culpados sem remição; e pera que a todos seja notorio, e não se possa alegar inorancia mando que este seja apregoado nesta cidade, e em Pangim e Bardez, de que se passará certidão nas costas deste que outrossy se registará na Chancelaria. Notefieo assy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, escriuaõ da matricula, guarda mór, tãtalar de Pangim, Capitaõ de Bardez, e a todas mais justiças, officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e guardem, e façam inteiramente cumprir e guardar como se nelle contem sem duuida nem embargo algum; e valerá como carta posto que o effeito delle aja de durar mais de . . . . . sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, Titulo 20 que o contrario dispõe. Antonio da Cunha o fez em Goa a xxix de Agosto de 1594. Luis da Gama o fez escreuer. E esta será registada nos contos, e trasladada no Livro do registo novo que fiz per ordem de Sua Magestade.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 47 )

## 160.

Dom Felipe &c. faço saber a quantos esta minha carta de ley virem que sendo eu informado do grande excesso que tégora ouue nas partes da India acerca do aluidramento do serviço que alguns homens, pagens, officiaes macanicos, e outros não macanicos, fisicos, e cirurgioes pediaõ por falecimento das pessoas a que servirãõ, e dos muitos inconuenientes que disso recresião em grande perjuizo de meus vassallos, e outrosi considerando como a experiencia na India tem claramente mostrado . . . . . mente fazem os pagens não . . . . . que possa ser demandado em . . . . . ria compensa-

do com os alimentos. . . . .mento que de seus amos recebem e os. . . . .homens que são familiares e do serviço das ditas pessoas e chegados a suas casas . . . . boas obras que nelas recebem se dão em suas vidas per satisfeitos e contentes já que em outra cousa com elles se não contratóu, e querendo eu ora prouer neste caso, tendo primeiro tomado parecer e informação de pessoas doudas e de conciencia com que o mandei comunicar, ouue por bem de fazer a ley seguinte. Que daqui por diante nenhuma pessoa de qualquer callidade, condição, idade que seja sirva a outra alguma sem primeiro fazer avença ou partido com ella do que ade aver pelo serviço ou cousa que lhe assy fizer, e não avendo o dito contrato ou avença antre elles ey por bem e mando que não possam em tempo algum demandar seus serviços, e que se guarde a Ordenação do Livro 4.º Titulo xix no principio, e que os que antes desta ley estiuerem servindo se possam concertar em preço certo da publicação desta a dous meses, o que se entenderá nos ditos pagans, homens familiares, officiaes macanicos e não macanicos, fisicos, e cirurgioes, e em toda a outra pessoa que viver per arte, sciencia, ou officio, sendo certos que não o fazendo no dito tempo não teraõ depois acção pera os requerer. Notefico assy o ao meu VisoRey, que ora he das partes da India e pelo tempo em diante for dellas. . . . .desembargadores da Relação. . . . . Juizes, justicas, mais officiaes e pessoas das ditas partes que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar esta ley como se nella contem sem embargo de qualquer outras leys, Ordenações, prouisoões, e costumes em contrario, e da Ordenação do Livro segundo, Titulo 49, que diz que se não entenda derogar nenhuma ordenação se da sustancia dela se não fizer expressa menção e derogação; e mando ao Chanceler mór que a publique na chancelaria e enbie os trasladoes dela sob meu sello e seu sinal aos Ouvidores das fortalezas das ditas partes da India, aos quaes mando que nellas a publiquem tanto que lhe for apresentado pera vir á noticia de todos, e esta se registre no Li-

vro da Relação. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a onze de Outubro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque seu VisoRey da India &c. Esteuaõ Nunes a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil belRiiij. (1594). Luis da Gama a fez escreuer.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 48.)

## 161.

Mathias d'Albuquerque do Conselho de Sua Magestade, VisoRey da India &c. faço saber aos que este meu alvará uirem que auendo eu respeito á desordem que ha na carga das caixas forras, escravos, gengibre, e outras cousas que se carregão nas náos que vão pera o Reyno, ordeney este regimento em forma de ley no modo seguinte.

Mando ao escriptuaõ da fazenda de Cochim, que ora he e ao diante for, não despache para o Reino callidade alguma de caixas forras, escravos, gengibre, e outras cousas que se carregão, assy dos que vão para o Reino com licença minha como dos que as podem carregar por regimentos e alvarás cada anno trespassandoas ou vendendoas a outras pessoas que não forem as proprias que as tem vencido, sem lhe mostrarem escrito da venda ou procuração publica ou rasa assinada pelo proprio com duas testemunhas.

E o escriptuaõ da fazenda da carga nas náos lançará no Livro da não em que carregarem a dita liberdade como tégora se fez com toda a materia e declaração necessaria, e declarará mais o anno em que a venceo, e como a tal pessoa a carregou pela comprar ou como seu procurador bastante como uio da procuração ou venda publica ou rasa feita em tal dia, mez, e anno per foaõ, taballaõ, de que foraõ testemunhas foaõ, e isto tudo em regra no dito livro, e não per conta nem na margem da dita liberdade, sob pena de não ter vigor, e o escriptuaõ



ser culpado na pena da ordenação que dá ao . . . . . guardar seu regimento . . . . . a parte a perda que nisso . . . . .

Partidas as náos o dito escriuaõ da fazenda treslaudar o assento das ditas liberdades cada hum per sy em titulo separado, e concertado com hum dos escriuaes da feitoria de Coehim, e asinado pelo Vedor da fazenda e por elles, e os enviará á casa da matricula bem acondicionados e entregues a pessoa fiel de que cobrará conhecimento para os entregar ao escriuaõ da matricula geral que outrosy passará conhecimento de como os recebeu, que o dito escriuaõ da fazenda guardará, porque cada tres annos se lhe ade pedir conta dos ditos conhecimentos pelo Vedor da fazenda da carga das náos a quem encarrego e mando que assy o faça, condenando ao dito escriuaõ da fazenda na pena que lhe parecer se não tiver os ditos conhecimentos como por este ordeno.

O escriuaõ da matricula geral aceitará os ditos cadernos e passará conhecimentos de como os recebeu, e os guardará e mandará ajuntar e encadernar hums com es outros assy como lhe forem dados como lhe melhor parecer com seus titulos de cada anno no rosto delles, e os entregará quando acabar seu tempo com os mais liuros como he costume sob penna da ordenação.

. . . . . Deos não permita que se perea . . . . . pessoas que carregão nella as ditas liberdades farão sua petição em forma ao Vedor da fazenda de Goa como está per custume e tirarão certidão do dito caderno, que na matricula hade estar, a ordem como se carregon, que será tresladdo na dita petição per mandado do dito Vedor da fazenda, e com o treslado do assento do dito caderno, e as mais diligencias necessarias lhe dará o despacho que for justien, e não estando feito o dito assento na forma neste Regimento declarada lho não dará, e a parte averá a perda que nisso receber pelo escriuaõ da fazenda que r . . . . . proprio a ordem que per este Regimento lhe dou, que mando que se cumpra e guarde como se nelle contém.

Noteficoo assy ao Vedor da fazenda de Goa e Cochim, e ao escriuaõ da fazenda, e escriuaõ da matricula geral, Prouedor mór dos contos, mais officiaes e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e será registado no Livro do dito escriuaõ da fazenda de Cochim, e na casa da fazenda dos contos deste estado, e nos da matricula, e valerá como carta posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, Titulo 20.º que o contrario dispoẽ. Antonio da Cunha o fez em Goa a xij de nouembro de 1594. Luis da Gama o fez escrever.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 49 v.)

1595.

## PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

162.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Pela não Saõ Felipe que o anno passado chegou a este Reyno dessas partes receby a primeira via de vossas cartas que nela me escreuestes, e a não Saõ Pedro de sua conserua foi dar á costa no Brazil junto á capitania de Pernambuco, e naõ sem culpa do capitãõ e officiaes della. Falta a não Saõ Christouaõ de que se naõ sabe; premitirá Deos que emuernaria em Moçaõbique, e a trará a saluamento a seu tempo; e que será chegada a essas partes a não Saõ Bertolameu, e que virá este anno com a não Saõ Francisco que ficou nesse estado em companhia das tres da armada do anno passado.

II. Vy o que fizestes na fortaleza de Moçaõbique quando chegastes a ella, e assy nas mais cousas daquelle costa; de que me dâes conta, que tudo me pareceo muito acertado e conforme a muita confiança que de vós

tenho, e no que toca ao forte que Dom Jorge de Meneses Alferes mór fez na ponta de Santo Antonio sendo capitão daquella fortaleza pelas rezões que era vossa carta apontaes, e informações que sobre isto mandey tomar, ey por meu serviço e mais seguramça da mesma fortaleza que não aja o dito forte; e que o mandeis logo desfazer e recolher os materiaes dele, para que acontecendo virem navios de inimigos áquella parte não intentem tomalo a fazer.

III. E tenho por acertado mandardes á ilha de Mombaca a armada de que me daes conta para se ordenar a fortaleza que vos tinha mandado fazer nela, e tive por muito boa a eleição que fizestes de Mateus Mendez de Vasconcelos para este efeito por ter de seu serviço e em especial d'este que foi fazer a Mombaca muita satisfação, e pela que vós mostraes do modo em que serve lhe mandou escrever a carta que vai nestas vias, e tenho mandado que apresentandose petição sua se veja em despacho para lhe fazer a merce que ouuer por bem.

IV. Tenho por matéria de muita importancia deve- rense de examinar muito as pessoas que ouuer de prouer de capitães das fortalezas desse estado polas causas que com rezão me apontaes, e suposto que os despachos se dão por merecimentos de serviços, e não pode ser presente as partes e talento que ha nas tais pessoas para conforme a elas lhe darem as ditas fortalezas ou lhas reguarem, se fará neste particular toda a diligencia que puder ser.

V. E assy me pareceo devermos aprovar o intento que tendes de ver se podeis abrir algum caminho por terra pela costa de Melinde para o Reino de Preste João, e se poderem por ele prouer os christãos que nele estão, que tenho por cousa de muito serviço de Deus e meu, e vos agradeço o cuidado que me dizeis que tendes dele, e encomendo muito procurais com muita instancia por se abrir este caminho para se remedear aquella christandade e não padecer tantas misérias como se sabe de suas cartas que padece.

VI. E no que toca a fortaleza de Mascate de que me dizeis que está por capitão Antonio de Sousa Falcão; e do forte que junto a ella ordenou Dom Jeronimo Mascarenhas, que Deos perdoe, vos encomendo que se dê fim a ele como uolo tenho mandado, e pelas rezoês que apontaes sobre deuer ficar sojeita esta fortaleza de Mascate á de Ormuz, por alguns incomuenientes que nisto se me offeraceraõ me parece que por ora se naõ deue intentar nisto nenhuma novidade, mas ordenareis que em todas as cousas de meu seruiço que sobreuierem ou se ouuerem de fazer naquella fortaleza de Mascate as comoniquem os capitães dela com os da fortaleza de Ormuz, a que tambem encomendareis muito particularmente que tenhaõ com eles a conta que he rezaõ pera milhor se comsegir a guarda e conseruação dela. E foi bem feito avisardes logo ao dito Dom Jeronimo da noua que tiuestes de se armarem em Moca as gualés e fraguata de que me daes conta, e vos encomendo que destas materias tenhaes sempre muito cuidado pela importancia de que saõ.

VII. E tiue contentamento de saber a diligencia com que procurastes que fossem ao Xá as cartas que lhe mandey escreuer pela importancia de que he conseruarse amizade deste Rey pera o ir persuadindo e incitando a ter guerra com o Turco, e ilo devertindo por essas partes pera se naõ empregar nestas, me pareceo escreuerlhe a que vai nestas vias que vos encomendo procureis que lhe seja dada, e de maneira que responda a ella, porque imda que lhe tenho escritas muitas nos annos atrás, atégora naõ tenho repostas de nhuã delas, e avisarmeeis o como ficon da guerra que tem com os Usbeques, e se da raõ ainda as tregoas que tem feitas com o Turco por este respeito.

VIII. E ao que me dizeis que governando o Reyno de Cambaia hum Agos Cooa, capitão e colação do Equebar, por ter intento de se passar a Meca, pera se poder entreter até vir monção pera isso, fingira rompimento com a fortaleza de Dio, e escreveu cartas muito arrogantes a Pero d'Anhaia, capitão da mesma fortaleza, pedimdo con-

sas muito extraordinarias, e que tratara com hum Baneane morador naquella cidade de tomar a fortaleza supitamente, que por se descobrir se fizera justiça deste Bramene, e que depois mandára o dito Agos Coca pedir licença ao dito Pero d'Anhaia, pera poder na mesma fortaleza carregar huã não, e se ir nela com sua mulher e filhos pera Mequa, prometeindolhe que largaria os Portugeses que estauão reteudos em Cambaya com suas fazendas, como de feito fez, e se foi na mesma não pera Mequa. E por que em materia desta calidade se deue proceder sempre com muito tento e conselho porque se pode cuidar que desta licença que se deu a Agos Coca se ressinta o Mogor, e possa ser occasiã de quebrar com esse estado, a que não faltaõ sempre accidentes em que os que o gouernaõ se empregem e a que conuem acodir-se, vos encomendo que em materias semelhantes vades sempre procedendo com muita consideraçã dandolhe todos os resgoardos que elas pedem. E foi bem feito mandardes defemder que nhum nauio de Portugesses fosse a Cambaya neste tempo, porque acontecendo rompimento com os Mogores por este respeito lhe não ficassem nas mãos; e tambem o foi a preuemçã que mandastes fazer na fortaleza de Damaõ, que como está taõ ocasionada pera receber molestias e emcomtros dos Mogores, vos encomendo muito emcarecidamente que na fortificação e mais coussas dela tenhais sempre muita aduertencia como a importancia desta cidade o pede.

IX. E assy me parece deueros emcomendar a fortificação da fortaleza de Baçaim que sou informado que corre vagarosamente pelas desordens que ouue atégora no modo em que se despendia o dinheiro do hum por cento que está aplicado pera ela, para que trateis com muita diligencia desta fortificação, e neste tempo em que tambem sou informado que com a occasiã da fortaleza que o Melique fez no morro junto a Chaul os seus capitães comem as terras e aldeas daquela cidade de Baçaim, e

que tambem deueis procurar o remedio que esta materia pede.

X. E no que toca a Dom Manoel Pereira capitão daquela fortaleza, não querer ir com a gente de canal de la e com os 150 soldados que lhe daua Fradique Carneiro da sua armada castigar o Babugi pelos danos que tinha feitos e morte de Diogo Sereijo, tñe descontentamento; e quanto ao que me dizeis que assy do dito Dom Manoel como de João Gomes d'Azevedo que o foi succeder se têm pouca satisfação, e que posto que emtemdieis que cumpria a meu serviço e á comseruação desse estado acodirdes a isto e atalhades os danos que sempre causa o roim gouerno dos tais capitais, ficaeis sempre atado ao parecer dos desenbargadores da Relação de Goa que dizem, que semelhantes materias se haõ de tratar nas residencias dos tais capitães, e por esta ser de consideração, por outra minha carta vos avisarei do que ouuer por meu serviço que se nisto faça, e não posso deixar de vos dizer que a caussa dos capitães das fortalezas procederem taõ mal em suas obrigações, he a muita largueza com que os Vissorreys desse estado lhe perdoão as comdenações que lhe daõ nas residencias que se lhe tomaõ por culpas que nelas se lhe proua, o que tenho por de muito inconueniente pera o que conuem a meu serviço e bom gouerno desse estado e comseruação dele.

XI. A fortaleza que o Melique tem feito no Morro de Chaul de que me daes conta sou informado que he tanto inconueniente e dano pera as fortalezas do norte que com rezaõ se deue procurar de desfazer ou tomar, e comfio de vós que quando estas náos chegarem a essas partes a tenhaes já tomada, e não o tendo feito vos emcomendo muito encarecidamente o procureis e façaes, pera que disto resulte ficar o estado com esta fortaleza e podela possuir com seguramça de todas as mais vezinhas a ela. E ey por bem feitos os officios que fizestes com o Idaloão pera atalhades virem rompimento com o mesmo estado por terdes sabido que o Melique o persuadia a isso, e nesta conformidade ireis sempre procedendo com ele.

XII. E tiue contentamento de me dizerdes que por achardes as fortalezas do Canará faltas de munições e fracas as mandareis prouer e fortificar, e vos emcomendo que assy o façaes sempre com elas e com todas as mais desse estado.

XIII. E ao que me dizeis que no primeiro anno de de vosso gouerno elegestes por capitaõ mór da armada do Malauar a Nuno Velho Pereira por sua prudencia e partes e bom modo em que procedeo no reparo e concerto das fortalezas daquela costa, e assy nas mais cousas de que me daes conta, tiue contentamento, e assy de mandardes por capitaõ mór de outra armada a Antonio d'Azeuedo pera goarda das fortalezas do norte, pelo que dele me dizeis, e de quaõ bem cumprio nela com sua obrigaçaõ em meu seruiço.

XIV. Tenho por acertado confirmardes as pazes com ElRey da Serra e Rainha de Olala, como me dizeis, e no que toca ao Samorim yntentar por muitas vias fazer pazes com esse estado, e que por entenderdes que isto eraõ mostras somente pera se poder prouer do nece. ario mandareis tanto que se abritaõ as barbas algumas fustas e outras embarcações, de que fora por capitaõ mór Diogo de Miranda pera de monte Dely até a costa do Canará impedirem naõ se prouer de mantimentos, tiue por muito acertado por ser informado que he a mór guerra que desse estado se lhe pode fazer, e por ter entendido que Diogo de Miranda tem inda pouca idade pera cargo de tanta importancia, me pareceo de uervos aduertir que os capitaes mōres de minhas armadas naõ deuem ser de taõ pouca idade pera poderem dar delas taõ boa conta com comuem.

XV. E no que dizeis que ElRey de Cochim teut guerra com o Samorim em que ouue rompimento de batalhas com morte de muita gente de parte e parte, e que estas Reys vos mandaraõ pedir algumas cousas pera a mesma guerra que entendeis que comensaraõ de novo, me pareceo de uervos avissar que a ElRey de Cochim acudaer somente conforme ao que esse estado poder dar de sy

pela conta que sempre se deve ter com ele. E porque sobre o particular do officio de Corretor mór daquela cidade de que se queixa, vos tenho escrito vos emformeis se comquem estingirese ou se se deve ussar dele, posto que em parte aprouaes avelo na alfamdegua de Cochim, vos emcomendo me emvieis particular emformaçaõ deste caso para conforme a isso mandar responder ao dito Rey.

XVI. E quanto ao acontecido nos Reynos de Ceilaõ e de Candea de que particularmente me daes conta, he esta materia de tanta importancia que se pudera desejar empregasse todo o cuidado e poder desse estado nela, pelo que vos emcomendo muito emcarecidamente que procureis por todos os modos que forem possiveis por ir ganhando aquella Ilha, e especialmente atalhando os desenhos de Dom Joam Modeliar que se tem aleventado com o Reyno de Candea, por se ter entendido que ainda que tenha recebido agoa do sancto baptismo não dá mostres de Cristaõ, e que será mór inimigo desse estado do que foi o Raju. E porque esta materia he da importancia que se deixa ver, e foi sempre não desejada a occasiã em que ora está o Reino de Ceilaõ, escusso os mais encarecimentos que sobre ela vos pudera escrever.

XVII. E no que toca ao pouquo segredo que dizeis, que se tem nas coussas que tratais no conselho desse estado, por serem chamados todes os fidalgos que nele ha conforme ao que sempre se usson, e que por vos parecer que seria de mais segredo tratardes alguãs materias de importancia com pougos, tinheis ordenado de fazer conselho privado de quatro fidalgos velhos, Veedor da fazenda, e Secretario desse estado; vindo o que sobre isto me escreueis, me pareceo adiurtimos que nos conselheiros que fizedes não usseis de conselhos privados, antes aigues o costume antigo e que sempre se usson chamado a elcs as pessoas que deuem acharse nelcs, e não as que particularmente vos parecerem, como nola tenho mandado escrever nas rias do anno passado.



E constamdoos que alguãs das taes pessoas rompem o segredo das coussas que se trataõ os repremdereis e castigareis na forma que vos parecer que mais conuem a meu seruiço pera enemda deste abusso tanto contra ele.

XVIII. E ao que me dizeis que por morte de Mateus Pereira que estaua respondido com a capitania de Ceilaõ que naõ seruio, e lhe ficaraõ muytas diuidas, e sua mulher e filhas sem remedio, e me pedis lhe faça merce, por me terdes já feita esta lembrança nas náos do anno de 93 lha fiz de huã viagem da China, como já tereis visto pelas vias da armada do anno passado.

XIX. E posto que nesta carta vos tenho emcomendado muito particularmente que procureis de naõ perder a occasiaõ que se oferece pera se conquistar de toda a Ilha de Ceilaõ em que com menos custo e trabalho se pode fazer com a morte do Rajú e devisaõ que com ela ficon naqueles Reynos e nos moradores deles, e he esta materia de tanta consideraçaõ e taõ importante a u meu seruiço e ao bem desse estado que ela por sy está pedindo vola emcomemde, e encarregue muitas vezes, e nõ que toca a fortificaçaõ da fortaleza de Columbo pera o que tenho feito merce de huã viagem de Japaõ que me escreueis que temdes vendida e gastado o dinheiro dela, vos emcomendo que logo se ponha por obra a dita fortificaçaõ pois pera este efeito comcedi e apliquei a dita viagem.

XX. E assi me daes conta da armada em que foi Joaõ Cayado de Gamboa impedir e estoruar que as náos de Maçulapataõ naõ fossem ao Reyno do Pegú e máo successo que teve, e me dizeis que com aquelle Rey anda hum Fernaõ Rodrigues Caldeira que impide a liberdade de alguns Portugueses da mesma armada que, tem castigos, emcomendouos que trabalheis por todas as vias que puder ser por aver á mãõ este Fernaõ Rodrigues.

XXI. E assy me dizeis que a gente que viu na poucaõ de Santhomé e costa de Choramandel esta ues he mais desobediente aos Capitães e justiça daquelas partes, e porque isto he materia que se deue acudir com

remedio, vos encomendo que procureis e trabalhéis por todas as vias que podense pelos reduzir á obediência que devem ter aos Capitães e Justiças.

XXII. Tambem me dizeis que sempre sempre de muita importação ao commercio, e estrato do Porto pequeno de Benguala se say perdendo por respeito dos Mogores terem senhores daquelas terras, e por ter em tombo que as roupas que as náos trazem a este Reyno saõ caissem todas das qua, tem daquela porto, vos encomendo muito encarecidamente que deis toda a ordem que for possível para se não perder este commercio.

XXIII. E assy vi o que apontaes das baissas por que as náos do Reyno de Pegu, não leuão fazendas nem mercaderias esse estado, ja como o Rey daquelle Reyno vos tinha mandado embaixadores per que vos pedia socorro de hum armada para impedir a barra do Reyno de Slaõ com quem estava de guerra; e por que comnem a meu serviço era o bem desse estado, comseuarse amizade deste Rey, e assy por se não perder o socorro de mantimentos que sou informado que manda sempre a fortaleza de Malauca, vos encomendo procureis que se comseque, e que emtemda ele que uolo tenho assy mandado.

XXIV. E assy me dizeis que pela informação que vos deu Thome de Sousa de Arronches que foi de socorro a Maluco, e por cartas do capitão de Tidore sobre estes como aquella fortaleza, e a de Amboino estuão em aperto, pelo que lhe mandareis hum gualiaõ com o prouimento necessario, de que me oune por bem servido, e vos encomendo que procureis de mandardes todos os annos proder e socorrer aquellas fortalezas como a necessidade delas o pede.

XXV. E o que trataes da gente que mora na península de Mapão nas partes da China ser desobediente a minhas justiças, e como por esse respeito mandareis a ella por Ouvidor geral o Licenciado Francisco de Campos com ordem de mandar a Goa os que achasse culpados com sua cassa e familia, me paffeo acertado; e vos em-

comendo muito particularmente a quietação e bom governo daquela pouoação, e no que toca em não aver mais nela que duas Religioens, os da Companhia e Capuchos, pelas rezoês que para isso apomtaes de seruiço de Deos e meu, por outra minha carta que irá nestas vias vos mandarey escrever o que nisto ouuer por meu seruiço.

XXVI. E por que pelas náos do anno passado vosteinho mandado escrever sobre a defessa que mandei que ouuesse pera não aver comercio das Felipinas e Noua Espanha pera a China por ser matéria tão prejudicial pera os rendimentos desse estado como me significaes, tiue descontentamento de saber como fora ter huã não castelhana á pouoação de Macáo, em que hia por capitação hum Dom Rodrigo de Cordoua com muita copia de dinheiro de mercadores pera empregar em fazendas daquelas partes, pelo que vos emcomendo muito emcarecidamente deis á execucao esta minha defessa procurando com todos os remedios que forem possueis pera que de todo se atalhe este comercio, e que somente ussem dele meus vassallos Portuguezes que me seruem nesse estado.

XXVII. E tiue contentamento de me escoreuerdes que o filho de Xequé Joste que pretemde o Reyno de Ormuz se fizera christão, que ora se chama Dom Jeronimo, e vos emcomendo deis ordem pera se detreminar a caussa antre ele e El Rey de Ormuz sobre a pretençaõ daquelle Reyno com a consideraçaõ que pede caso semelhante, e achamdosse que pertence este Reyno ao dito Dom Jeronimo, me emuiareis o traslado dos autos e sentença que se neles der por vias, antes de se escrever no processo e se publicar, pera vos mandar neste caso o que ouuer por meu seruiço, porque a calidade da materia dele pede que se veja muito bem o que nela se deue fazer, e vos emcomendo que ao dito Dom Jeronimo fauoreças em tudo o que ouuer lugar. Escrita em Lisboa a 18 de fenereiro de 1595.

REY.

Para o Visorrey—2.ª via.

( No Sobrêscripto )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vissorey da India.—3.º via

(Livro 3.º fl. 529—4.º via Livro 5.º fl. 579—5.º via Livro 3.º fl. 537.)

## 163.

Vissorey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar. Vy o que me escreuestes em carta de 20 de dezembro de 93 sobre a chegada a essas partes das quatro náos que deste Reyno foraõ aquele anno, e ordem que destes pera o commercio e carregua delas, de que tiene contentamento; e vos emcomendo que assy procedaes sempre com todas pela grande importancia de que saõ.

II. E quanto ao que me lembrais que vaõ nas naos muitos meninos asentados em soldo com que se faz muita despeza e naõ seruem nesse estado senaõ de pagges de fidalgos que nele amdaõ, que he materia a que com rezaõ se deue procurar remedio, e posto que tenho mandado que na Cassa da India se naõ assentem estes moços, sou informado que se assentaõ homes em seus nomes, e nos alardos apárecem os mesmos moços, que he emguano que se naõ pode acabar de atalhar e remedear, mas procurarsseã por todos os modos possiveis por se tirar este abuso tanto contra o que comuem a meu serviço e á conservação desse estado.

III. E assy me dizeis que á instancia da Cidade de Goa com parecer de theologos e letrados, e dos officiaes de minha fazenda dessas partes se fez ley sobre a sarrafagem dos Reales pera se estingirem de todos os Xarafins de prata, que naõ ouue effeito por alguns incommenientes, e vendo o que sobre esta materia me escreveis, e emformações que dela mandey tomar de pessoas de experiencia dessas partes, me parece que naõ comuem a meu serviço que aja esta sarrafagem nos Reales pelo

muito dano que disso se conseguirá a minha fazenda, e assy aos contratadores da trazida da pimenta, como volo já tenho mandado escrever, e vos encomendo e mamdo que trabalheis por de todo se extinguirem estes Xarafins como leuastes por minhas estruçoes:

IV. E quanto a Cassa dalfamdegua de Goa que mē escreueis que he muito pequena, e que será meu serviço a crecentar-se e aplicar alguma coussa certa pera a obra della, porque nas vias do anno passado vos tenho mamdado escrever que ordenasseis de alargar esta Cassa dalfamdegua, e que se fizesse esta obra de quaisquer aluitres que nesse estado se otreessem, ou do remanecente da viagem da China de que ouue por bē fazer merce pera a obra do Ospital da mesma cidade, vos torno de nouo a encomendar que procureis que esta alfandegua se acrescente, e se ponha no estado que comueu pera sua guarda e despacho das fazendas.

V. Tambem me dizeis que nessas partes são falecidos muitos homens fidalgos e de outras calidades que nelas eraõ casados seruindome muitos annos, e lhe ficaram filhas sem nenhum remedio senão o das merces, que esperauão de mim por seus serviços, e vos parece que seria serviço de Deos e meu mandar que não não deste Reyno orfãos, e que se trate da obrigação das que ha neste estado e do remedio dellas, com que se saraõ os incomuenientes que resultão de se lhe não dar, e pelas rezoēs que apontaes mandarey, que nao vão mais orfãos deste Reyno, e vos encomendo me avisseis das que ha nessas partes, e a que tenho maior obrigação por respeito dos serviços de seus pais, e da calidade dellas, reconhecimento, e virtudes com que procedem, e da merce que vos parecer que deuo fazer a cada hua delas, pera seu remedio e emparo, para com isso lhe mandar responder como ouuer por meu serviço, e no despacho das orfãs naturais dessas partes hey por bē que vos e os VossoReys que vos succederem, provideis na forma que se fazia com as orfãs que hão deste Reyno, e

para isso mandey passar hum minha prouisaõ que irá com esta por vias.

VI. E no que toca ao que dizeis que ha muitas mulheres nesse estado que de sua natural inclinaçã, são onestas, e que folgariaõ de se recolher em Religiaõ, e que podiaõ cessar muitos e grandes incomvenientes se em Goa se fizesse hum mosteiro de freiras; por ser materia que se tem tratado muitas vezes, e em que se oferecem rezoẽs pera se naõ deuer ordenar, vos mandey escrever nas vias do anno passado como naõ avya por serviço de Deos nem meu fazersse este mosteiro; pelo que de nouo naõ ha nesta materia que vos escreuey.

VII. E tambem me dizeis que o anno 92 me derais conta como alguns pessoas particulares trataraõ de instituir na casa professa dos Religiosos da Companhia de Jesus hum noua confraria, em que assemantassem todos os soldados que andassem em meu serviço nessas partes, e que com parecer dos desembargadores desse estado mandeis que se naõ procedesse nesta confraria até me dardes conta do que se devia fazer neste caso, que foi muito acertado, e por alguns inconvenientes que podem resultar deste modo de confraria, e pelas rezoẽs que o anno passado se apontaraõ, e agora me escreueis, vos mandey nas vias do mesmo anno que de todo se extinguisse esta confraria; e assy volo torno de nouo a mandar, e que a naõ aja mais.

VIII. E assy me escreueis, que temdes dito ao Commissario geral da Ordem de São Francisco que busque algum alitre pera ajuda da fabrica das Igrejas de sua Ordem, e pera comparem as casas que estaõ junto ao dormitorio do seu convento de Goa, e lhe mandais acudir com as mesmas necessarias pera a enfermario do mesmo Convento, e que aos Religiosos que andão no convento de foytandade de Coimã, e Calacõhaõ idos a estabelecerem alguns remolles, porque da renda dos pagodes que está applicada para este effecto se lhe naõ pode dar nada, isto e, que com estes Religiosos temdes visitado, e se por de meu serviço, e vos em-

comemdo que assy procedaes nestas materias, e que se acabem de comprar as cassas que estaõ junto ao dito dormitorio como o tenho mandado de algũs annos a esta parte.

IX. Tambem me dizeis que ElRey de Ceilaõ he velho e pobre, e que lhe deno comceder em cada hum anno alguns bares de canela que ouuer por bem sem os capitaes daquela fortaleza emtemderem com ele nem com os seus, posto que fique isto em algũa quebra no contrato que se faz com os mesmos capitaes quando vaõ entrar naquela fortaleza, e que daes ordem como se lhe vaõ paguando os mil pardãos de ordinaria que de minha fazenda tem cada anno, e pelo que me dizeis deste Rey he rezaõ que se tenha conta com ele, e no que toca a estes mil pardãos de ordinaria vos emcomemdo que gardeis o que sobre isto tenho mandado, e quanto aos bares de canela que pede cada anno vos emcomemdo lhe ordeneis os que vos parecer que lhe saõ necessarios, e me avissareis de tudo o que nisto fizerdes.

X. E assy me daes conta que per cartas de Pedromem Pereira, capitão da fortaleza de Columbo, souberes como o Mudiliar Bique Narçingua se fora pera aquela fortaleza com 500 almas, e deu obediencia a ElRey de Ceilaõ e ao dito Pedromem, e que por ordem sua estava com sua gente e com mais alguns Portugueses de posse da tramqueira grande, e que asentareis no conselho desse estado que se lhe mandassem dozentos homens de socorro, que tenho por de meu serviço; e porque vos tenho emcomendado muito emcarecidamente as cousas daquelle Reyno de Ceilaõ por estar occasionado pera com facilidade se ir ganhando, e ser esta materia da qualidade que se deixa, ver, voia torne de nouo a encemendar.

XI. E ao que me dizeis que as rendas das crancas de Chaul que foraõ aforadas emfiatois a hum Dom. Caterina de Castro, e que se deuem tornar arrendar per conta de minha fazenda, e darcelhe nela por via de tempo a conta conforme a tempo que o Conde Visceray. Dom

Francisco Mascarenhas teue quando lhas aforou, porque assy se lhe fará justiça, e esta remda irá em crescimento, e vos parece que o mesmo se faça com todas as outras pessoas que daforamemto tiuerem semelhantes coussas, que me pareceo lembrança de meu seruiço, e do que conueem a conseruação das remdas desse estado, pelo que vos encomendo e mamdo que precedendo todas as emformações necessarias ordeneis nestas materias, o que vos parecer mais meu seruiço.

XII. E assy vy o que me dizeis sobre o bom modo em que sempre procedeo em meu seruiço Nuno Velho Pereira em todas as cousas que se ofereceraõ nessas partes, de que tenho ha muitos annos a mesma imformação, e terey lembrança de por seus seruiços lhe fazer a mercee que ouuer lugar, e vos agradeço a que sobre ele me fazeis. Escrita em Lisboa a 18. de Feueireiro de mil quinhentos nouenta e cinco.

REY.

Pera o VisoRey da India.—3.ª via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

Mathias de Albuquerque do seu conselho, e Visorrei da India.—3.ª via.

( Livro 3.º fl. 545—4.ª via fl. 549—5.ª via fl. 553 )

164.

Eu ElRey faço saber aos que este meu aluará virem que eu mamdey ver o Regimento que por meu mandado fez na India o Visorey Mathias d'Albuquerque em dezoito de dezembro de quinhentos nouenta e tres sobre a matricoola daquelas partes, e por estar conforme ao que conuem a meu seruiço, ey por bem e mamdo que se cumpra e goarde inteiramente com as declarações seguintes. Primeiramente se trasladará no imtreito do dito Regimento a Promisaõ que sobre esta materia mam-



dey passar em vinte e tres de janeiro de oitenta e nove; e no terceiro Capitulo dele se declarará logo no mesmo que se farão e ordenarão liuros novos conforme a dita Prouisaõ lançamdosse neles todo o tempo que constar que os soldados tem servido nas ditas partes até o que se achar pelos liuros velhos da matricola que actualmente serviraõ nas armadas ou fortalezas daquelle estado, e fazendosse conta do que tiueram recebido do dito tempo conforme a dita prouisaõ, e que pelos mesmos liuros da matricola velha se faça conta no titulo das pessoas que forem mortos até o tempo que por eles constar que actualmente serviraõ, e do que se achar que lhes he devido em seus titulos se fará hum caderno separado que se chame dos defuntos para seus erdeiros poderem requerer o pagamento do que lhes for devido na forma do dito Regimento; e que se faça outro caderno em que se lancem todas as diuidas que pelos ditos liuros se achar que se depem a minha fazenda, assy de ordenados como de soldos que alguãs pessoas tenhaõ auidos sem os terem vencidos, pera se arrecadarem das taes pessoas ou de seus erdeiros sendo já falecidos. E no quarto Capitulo ey por bem que se acrecente que os soldados possaõ tambem vender seus soldos nas fortalezas de Bacoim e Chaul, e isto com licença do Visorrey, ou Governador, levando certidão da dita matricola. E no Capitulo vinte e seis se declarará que os descontos de que ele trata se farão conforme a meus Regimentos e prouisões que sobre isto saõ passadas, e naõ por prouisões nem mandados dos ditos Visorreys e Governadores. E com estas declarações hey por bem e mando que se cumpra e guarde o dito Regimento como dito he sem diuidas nem contradicção alguma, por que assy o ay por meu seruiço, e este quero que valha, topha forza e vigor, como se fosse carta senta em meu nome, por mim assinada, e passada pela chancelaria posto que por ela naõ passa sem embargo da Ordenaçaõ do 1.º Liuro, titulo xx, que o contrario dispõe. Manoel de Torres o fez em Lisboa a 22 de fevereiro de

M. D. nonenta e cinco. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

### REY.

Aluará per que V. Magestade ha por bem que se cumpra e goarde inteiramente o Regimento que o Visorrey Matias d'Albuquerque fez na India sobre a matricula geral daquelas partes com as declaraçoẽs acima declaradas.—Pera Vossa Magestade ver.

( Livro 1.º fl. 51 )

## 165.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuijo muito saudar. Por vossas cartas vy o que nelas me dizeis sobre as matérias de minha fazenda dessas partes, e dos ministros e officiaes que nela se occupão, e mudança que fizestes das cassas dos contos e matricula pera a fortalecer onde residem os Vissorreys pera com mais diligencia se correr no despachio delas, o que fize por acertado, e me ey por servido da mudança que fizestes destes tribunaes, por se entender que será isto de muita utilidade assy, pera a boa arrecadação de minha fazenda como pera o despacho das partes.

II. E assy me dizeis que vistes os Regimentos do Visorrey Dom Antaõ, e o que fez o Secretario Diogo Velho sendo Veedor da fazenda nesse estado por Provisão delRey Dom Sebastiaõ, que Deos tem, sobre a recadação de minha fazenda dessas partes, pelos quaes ordenastes que se fizesse outro de nouo, e por não virem com as vyas do anno passado, vos encomendo que se já os não tiuerdes emuiados pelas naõs que este anno se esperaõ, o façaes pelas primeiras pera os mandar ver, e escrever o que ouuer por mais meu serviço que se neles faça.

III. O Regimento nouo que me escreueis que fizesseis pera ordem que se deue ter na matricula geral dessas partes vy muito particularmente e o tenho por de meu

serviço por ser materia em que com rezaõ se deue de procurar que se ordene de maneira com que se atalhem as muitas desordens que até qui correraõ nela tanto em dano de minha fazemda, e me pareceo deue lo aprouar com as declaraçoẽs que mandey apontar em huã prouissãõ minha que vay nestas vyas, e com as mesmas declaraçoẽs mandareys que se ememde o dito Regimẽto no qual yrá emcorporada esta 'minha prouissãõ, pela qual ey por bem e mando que daqui em diante se goarde e usse dele na forma e modo que se nele comtem.

IV. Tambem me dizeis que por Antonio Giralte que me serue de Veedor da fazemda de Goa não ser taõ diligente como conuem a meu serviço, e que por este respeito tiuestes alguns desgostos com ele, e que o mandastes visitar as fortalezas do norte, o que aceitou de boa vontade, e posto que pelo que dele dizeis e de sua parte me ser pedida licemça pera se poder vir pera este Reyno mandey que nestas náos lhe fosse successor, se não pode ordenar, mas terey lembrança pera que lhe vá nas do anno que vem.

V. E o que me uizeis de Francisco Paes, Prouedor mór dos contos desse estado, e bom modo em que procede em todas as coussas de meu serviço assy no prouimento da ribeira de Goa como na vissita que por vosso mandado foi fazer ás fortalezas do norte e tombos que ordenou das aldeas e propiedades daquelas partes, posto que lho mando agradecer por minha carta o que nestas matérias fez, lhe direis de minha parte que me ey por bem servido dele, e vos emcomendó que ordeneis que faça tombo de todas as propiedades e foros da Ilha de Goa pola importancia de que he estarem as propiedades e remdas de minha fazemda lançadas neles pera que se não possaõ em nhum tempo sonegar.

VI. E no que toca ao que me escreueis sobre o contador Diogo Vieira que foi com o dito Francisco Paes por escrivãõ de seu cargo e o ajudou nas coussas que naquelas partes fez, posto que me dizeis que procedeo nisto com zelo de meu serviço, pelo que o deuo tornar

admitir ao officio de contador que servia, de que o mamdey suspender, todavia me pareceo que por ser materia de exemplo o não devia conceder sem primeiro me emuiardes huã relação das culpas per que foi suspemso pera a mamdar ver, e vos mamdar respomder e este particular como ouuer por meu seruiço

VII. E como importa tanto terse sempre partici ar euidado de se comtratarem as Alfamdegas e mais rendas desse estado pois do rendimento delas resulta o prouimento de minhas armadas e fortalezas dele, tiue contentamento de terdes contratado a alfamdegua de Malaca com tanto crescimento como me escreueis, e no particular de que trataes que por não terem lagimas os officiaes de alguãs alfandegas dessas partes he causa de não yr a mór parte do rendimento delas á receyta, por ser materia de acrescentar direitos a tenho mandado ver, e em outra carta vos mandarey respomder o que ouuer por meu seruiço que se nisto faça.

VIII E tambem me dizeis que vimdo dous gualcoës de Maluquo pera Goa por hum deles fazer muita agoa se baldeara na fortaleza de Malaca a cargua que trazia no outro e em huã não de Pero Lopes de Soussa capitão da mesma fortaleza, e que ussaindosse de muito rigor nos direitos que da fázenda que traziaõ se aviaõ de pagar não importara mais pera ela que 50 mil pardãos de tamgas, pelo que vos parece que não he possível comtrataremsse estas viagens com os capitaës delas como volo terho mandado, pelos mais deles não terem cabedaes pera as poderem comtratar, todavia me parece que deueis de procurar por se comtratarem estas viagens com os capitaës, por ser informado que ficará sempre isto de mais utilidade pera minha fazenda, como volo tambem mamdey escrever pelas vyas do anno passado.

IX. E assy me dizeis que por as duas náos que no anno de 93 vinhaõ da China pera a cidade de Goa não poderem chegar com a força dos noroestes á barra dela arribaraõ á de Cochim, e que por não dardes azo a combuios e desordens que se lá podiaõ mais facilmente fazer

em dano de minha fazenda mandastes que se não despachassem as que vinhaõ nas ditas náos, e se leuassem á alfamdegna de Goa conforme ao Regimento da dita alfamdegua, que me pareceo devernos aprovar, e emcomendar que em semelhantes casos se proceda nesta conformidade.

X. El assy me pareceo mandarvos aprovar emuiardes dinheiro á China per conta de minha fazenda pera vyr empregado em cobre pera as fundições da artilharia desse estado, que por se perder na não de Dom Francisco d'Eça destes ordem como se contratasse este cobre em Macáo, e porque como tereis emtemdido e a esperiencia o tem mostrado convem tanto á comservação do mesmo estado aver muito cobre nelê pera as fundições da artilharia pera minhas armadas, e pera o pagamento dos officiaes que nelas trabalhaõ, vos emcomendo que procureis por todos os modos que vos forem possiveis para que em todos os annos se mande trazer daquellas partes por contrato ou por conta de minha fazenda.

XI. Os Regimentos que me dizeis que fizestes e ordenastes pera os resgates e commercio das minas de Cuama e Cofala, e assy o que se fez pera a nova alfamdegua de Mombaça não vieraõ com vossas cartas como me escreveis, e não vindo nas náos que este anno se esperaõ mos emuiareys uas primeiras, e no particular que toca aos resgates das ditas minas fico vindo, e do que sobre isto me parecer vos mandarey per outra carta minha o que ouner por mais meu serviço que se faça.

XII. E tme contentamento de me escreuerdes como no veraõ passado esperaeis de fechar de todo a fortificação de Damaõ, e que tanto que se fizesse, ordenarieys de se asentar naquela cidade alfamdegua, como volo tenho mandado, obrigando vyr a ela todas as fazendas que ounerem de ir a Cambaia, e não forem á fortaleza de Dio, com a qual vos parece que se poderá escussar a de Chaul, o que vos emcomendo que ponhaes por obra, e coim a emformação que me mandardes do rendimento e effeito desta alfamdegua de Damaõ, vos

mandarey responder ao que me escreueis que se pode escusar a de Chaul.

XIII. Tambem me pareceo aprouarnos mandardes tirar devassas, e fazer todas as mais diligências necessarias pera se saber e descobrirem as pessoas que tratassem em pimenta, e posto que me dizeis que não achastes nhãs culpados nisto, vos emcomendo que tenhaes sempre nesta materia muita vigilancia pela importancia de que he.

XIV. E ao que dizeis sobre impetrar Breue do Santo Padre, pera se não asoluerem as pessoas que tiuessem sonognado os direitos que deuerem a minha fazenda, o que tambem me escreuestes pelas náos do anno de 93, por ser materia muito imcomueniente e perigo das almas das pessoas que nisto forem comprehendidas, me não pareceo que o deúa de impetrar, como volo já mandei escrever nas vyas do anno passado. E vos emcomendo que deystoda a ordem que for possivel para se não desemmaminharem estes direitos, e se tenha nisto muita vigilancia.

XV. Tambem me dizeis que a remda dos canais que vem a esse estado abateo muito do que dantes rendia por eu defender que os não leuassem ao Canará nem a Cochim, e fossem todos a Goa, e por me terdes já isto escrito nas náos do anno de 93, vos mandey responder nas vyas do anno passado que avia por bem que dahi em diante se não usasse mais da prouissão que sobre esta materia mandey passar, e vos emcomemdey muito emcarecidamente que desseis ordem como logo se contratassem os ditos direitos, o que de nouo vos torno a emcomendar, pera que desta maneira se não diminua o rendimento delles.

XVI. E tenho por muito acertado o que me dizeis que depois que governaes esse estado não passastes aos capitães que vão entrar nas fortalezas de que estão prouidos as prouissoes que mandey defender por muitos incohuénientes que pera isso se me ofereçaraõ, e me pedis queira prouer as muitas queixas que sobre esta materia

fazem os ditos capitaães, sobre o que algũs me escreuerão, e posto que sobre isto me apontaes alguãs rezoẽs fundadas no zelo com que procedeis em todas as cousas de meu seruiço, vindo como antes que fizesse a defessa destas pronissoẽs mandey tomar sobre a materia delas muitas emformaçoẽs, e se trataraõ todos os individuos delas, e por coõstar que eraõ passadas contra minha fazemda e remedio de mens vassallos dessas partes mandey defemder as taes prouisoẽs, pelo que naõ conuem a meu seruiço nem á conseruaçaõ desse estado tornaremse a passar, e vos emcomendo que assy o deis a entender aos ditos capitaães.

XVII. E quanto ao que dizeis que por vos parecer rigurossa a prouissãõ que foi nas náos do anno de 91 pera os Vissorreys e Gouernadores desse estado naõ darem tenças e tirarem as que tiuessem dadas, e mandarem arrecadar as que fossem pagas ás pessoas que as tinhaõ de todo o tempo que as receberãõ sem serem cõfirmadas por mim, no que sobrestieuestes com parecer dos Bispos e Prelados dessas partes por a todos parecer que deueis sobreestar nesta execuçaõ té me dardes comta, o que tiue pòr acertado; posto que por ter entendido que os annos atrás se foraõ damdo muitas temças por comta de minha fazemda a muitas pessoas a que os Vissorreys e Gouernadores as quiserãõ dar por seus particulares respeito e amizade com muyta largueza e em tanto dano das remdas desse estado, mandey passar a prouissãõ de que me daes comta, e vós agradeço o que sobre esta materia me lembraes, por quẽ sempre me averey por bem seruido de se darem ás veuvas que procedem omrrada e recolhidamente cujos maridos tiuerem gastadas suas fazemdas em meu seruiço e defemsaõ desse estado, e aos pobres velhos e aleijados que gastaraõ a vida no mesmo seruiço, como em vossa carta me lembraes, comformandome com as rezoẽs que sobre isto me daes, ey por bem que ás taes viuvas e velhos se vaõ damdo alguãs temças com que possaõ remediãr suas necessidades, que mandaraõ confirmar por mim, e vos emcomendo que a distribuiãua delas se tenha temçaõ somente ao remo-

dia, das taes pessoas, e ao que se deue dar á armadas e accidentes desse estado pera o que comuem comseruarse o rendimento dele, e das que estiuerm dadas se não arrecadaraõ os rendimentos de que trata a mesma Provisão, com declaraçaõ que as viraõ confirmar por mim dentro no tempo que para isso lhe limitardes, e fareis fazer hum caderno em que venhaõ lançadas todas as peças que nesse estado forem dadas, e a que pessoas, e os respeito por que se lhe deraõ, pera por ele com menos opreçaõ das mesmas pessoas mandar confirmar as que ouner por bem.

XVIII. E ao que me escreueis dos gualcoës, gualés, e mais nauios de remo que achastes nesse estado, e a diligencia com que procurastes de acresceintar a eles 24 fustas, três gualiotas, huã manchua, huã escussa gualé, e duas gualiaças, e outros nauioz, me pareceo vos deuia agradecer, e emcomendar que assy procedaes no cuidado que se deue sempre ter de não faltarem gualés, galiões, e mais nauios de remo nesse estado pelo muito que importa á conseruaçaõ dele não faltarem pera as armadas que ordinariamente se fazem e são necessarias.

XIX. Tambem tiue contentamento de ver o muito cuidado com que procuraes que aja nesse estado salitre em abastança e poluora necessaria pera prouimento das ditas armadas e fortalezas dessas partes, pois he huã das mais principaes moniçoës pera a defemssaõ delas, e por se ter por experiencia nestes reynos que he de muito mais efeito ussarse de poluora despimgarda na artilharia de toda a sorte na cantidade comueniente que de poluora de bombarda como se té qui ussou, vos emcomendo que se usse nas peças de artilharia da dita poluora despimgarda, e me avissareys se se vay ussando dela, e se he nessas partes de tanto efeito como se qua tem visto.

XX. E assy me daes comta da artilharia que achastes na casa da fundiçaõ e da que mandastes fundir depois que governaes esse estado de que me hey por bem seruido, e vos emcomendo prossigaes nesta fundi-



ção pela importância de que hee incomueniente que sera aver falta dela pera as armadas desse estado.

XXI. E não posso deixar de vos agradecer e apionar não se pagar nhum papel de diuidas velhas no tempo do vosso governo, como volo: também tenho mandado nas vyas do anno passado, polo muito incomueniente que disto resultaua a minha fazenda, e vos emcomendo que daqui em diante se faça assy sempre como me escreueis que o temdes feito.

XXII. E assy me parece muito de meu seruiço e bem desse estado terdes ordenado como as cidades e fortaleza dele mandem buscar cobre á China pera sua fortificação e defensão, e que as de Goa e Chaul o tem já feito, e por ser materia de que resultará sempre muito proueito ao mesmo estado, vos emcomendo que ordeneis como assy se vá procedendo daqui em diante.

XXIII. Os tombos das terras da cidade de Bacaym e aldeas forciras a minha fazenda que me emuiastes por vias o anno de 93, por faltarem alguas náos daquelle anno em que deuião de vyrr não cheguaraõ a este Reyno, e por que folgarei de os ver, vos emcomendo mos emueiys nas primeiras que dessas partes vierem. Escrita em Lisboa a 24 de feureiro de mil quinhentos nouenta e cinco.

REY.

Pera o Visorrey.—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu Conselho, Visorrey da India—3.ª via.

(Livro 2.º fl. 472—4.ª via, Livro 4.º fl. 609—outra via, Livro 4.º fl. 605, faltando-lhe a assignatura Real)

## 166.

En El Rey faço sabera vós meu Visso Rey e Gouvernador das partes da India, que en sou informado que Diogo do Couto morador na Cidade de Goa escreue a istoria da India, e que pera poder ir continuando e proseguindo lhe são necessarios alguns papeis que estão em poder do Secretario dessas partes, pello que vos mando que tanto que este uirdes, sem dillação alguã lhe façaez entregar todas as cartas e papeis que pedir, e lhe forem necessários pera ordenar a dita istoria e ir com ella avante, e porque comuem a meu serviço e augmentação dese estado aver nele huã casa que sirua de torre do tombo, vos mando outrosi que a ordeneis logo dentro nas casas de voso apoussento na parte mais commoda que vos parecer, na qual se recolherão e lançaraõ todos os papeis, cartas, promissões, e regimentos das vias dos senhores Reis meus predecessores e minhas, e os autos das posses das fortalezas e regimentos dellas, contratos de pazes, parias, vasalagens, embaixadas, e registros da chancellaria dessas partes, e todos os mais papeis que tocarem ao mesmo estado, e outrosi ey por bem que o dito Diogo do Couto seja guarda desta casa da torre do tombo sobre quem se carregaraõ em receita todos os ditos papeis pello modo e ordem que se tem na torre do tombo desta cidade, o qual cargo servirá em quanto ho en ouner por bem, e não manter o contrario, e averá em cada hum anno que o servir trezentos pardãos de ordenado, que começará a vencer do dia que lhe for dada a posse da dita casa e entrega dos ditos papeis em diante; os quaes trezentos pardãos lhe seraõ pagos na feitoria de Goa aos quarteis com certidão vossa onde vossos subcessores de como serve o dito cargo, e em tudo se cumprirá este meu aluará inteiramente como se nele contem, que quero que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada pela chancellaria, posto que por ella não passe sem embargo da Ordenação de 2.º Livro, Titulo xx, que o contrario dispoem, o qual

se registará na casa dos contos dessas partes pera se a todo tempo saber que ho ouue assi por bem. Ambrosio d'Aguillar o fez em Lisboa a vinte e sinquo de fenexreiro de mil e quinhentos nonenta e sinquo. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

### REY.

Ha Vossa Magestade por bem que se entreguem a Diogo do Couto morador em Goa que escreue a historia da India todos os papeis que pedir pora poder ir continuando a dita historia, e que se faga huã casa na dita Cidade que sirua de torre do tombo em que se recolhaõ todos os papeis, cartas, e regimentos que ouuer naquêle estado, e que seja o dito Diogo do Couto guarda della, e aja trezentos pardãos de ordenado cada anno.—Pera Vossa Magestade ver. (a)

(Livro 1.º fl. 52)

✓ (a) Pareceo-nos pôr já aqui outra Provisão, que confirma e corrobora esta, posto que por sua data haja de ter cabimento em outro *Fasciculo*. He a seguinte.

= Eu ElRey faço saber a vós meu Vissorrey e Governador das partes da India que ElRey meu senhor, que Deos aja, passou huã pronisãõ no anno de 95 por que ouue por bem pelos respetos nella declarados que se fizesse na cidade de Goa huã Cassa que seruisse de torre do tombo em que se recolhessem todos os papeis, cartas, pronisões, regimentos, vias, autos das posses e regimentos dela, contratos de pazes, pareas, vassalagens, embaxadas, e registos da Chancellaria dessas partes, e todos os mais papeis que tocassem ao mesmo estado, e que Diogo do Couto morador na cidade de Goa fosse guarda dell, por ser informado que escreuia a ystoria da India pera a ir continuando e proseguindo, e que lhe fossem entregues todos os papeis que pera efeito disso lhe fossem necessarios, como mais largamente se contem na dita pronisãõ, de que o traslado he o seguinte.

(Aqui a Provisão acima)

E sendo eu ora informado que a dita pronisãõ se naõ deu a execuçaõ atégora em parte nem em todo tanto contra meu serviço e ao que por ella era mandado, e que continha a elle mandar declarar outras cousas que naõ estanaõ nella taõ bastantemente declaradas como era necessario, e querendo uisso prouer, ey por bem e

## 167.

Eu ElRey faço saber aos que este alvará virem que em sou informado que nas partes da Índia ha muitas orfaõs filhas de homens nobres que morreraõ em meu serviço taõ desemparradas e pobres que he justo dar-lhe remedio pera seu emparo, e queremdo nisso prouer pellos ditos respeitos e por outros que me a isso mouem, ei por bem e me praz que daquy em diante os VissoReis e Gouernadores da Índia possaõ casar e dotar as ditas orfaõs na forma e maneira em que casariaõ e dotariaõ as que hiaõ deste Reino conforme a hum meu alvará que sobre ellas mandey passar em vinte e quatro de novembro de 583, com tal declaraçaõ que as orfaõs que assi casarem e dotarem seraõ filhas de pessoas omrradas e nobres que morreraõ em meu serviço nas ditas partes e naõ outras, e que as naõ possaõ casar com pessoas da naçaõ por estirpe masculina, antes procuraraõ de as casar com homens que amdarem em meu serviço e benemeritos nele, pera que assi fiquem ellas bem casadas e os cargos prouidos em pessoas d'inos deles, e nas cartas e promissoes que lhe os ditos VissoReis e Gouernadores passarem dos cargos e officios que lhe derem em dotte e casamento, se trasladará o dito alvará e assi esta minha promissaõ que em tudo se cumprirá inteiramente como se nella comtem, a qual se registará nos liuros da casa da Im-

mando que tanto que vierdes esta minha promissaõ façaes logo com effeito e sem dilaçaõ alguma entregar ao ditto Diogo de Couta hum casa dentro no nosso aposento que for mais conueniente e a proposito pera servir de tumba d'esso estãlo, e que lhe sejaõ logo entregues todos os papéis e mais escripturas de que trata a dita promissaõ nessa inorta, e asy todos os liuros dos registos da chancellaria della do tempo que nessas partes a comecou aver atégua, e neste modo se procederá daqui em diante com todos os liuros da dita chancellaria tanto que acabarem seu tempo os VissoReys e Gouernadores da Índia; e isto sem embargo do que o escripto da dita chancellaria que a ha he e ay diante for pularia alegar em seu perjuizo que naõ he conside-  
 caxuel ao muito que importa a meu serviço e ao bom gouerno

dia e nos dos contos das ditas partes pera se a todo tempo saber que ho ouue assi por bem, e quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim asinada, e pasada pela chancellaria posto que por ella naõ passe sem embargo da Ordenaçaõ do 2.º Livro, titulo xx, que o contraio dispoem. Ambrosio d'Aguillar o fez em Lisboa a vinte e simquo de febreiro de mil quinhentos noventa e simquo. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer.

### REY.

desse estado estarem os ditos liuros na dita casa do tombo, em que taõhem se recolheraõ todos os tombes das aldeas asy da Ilha de Goa como das circumnezinhas, e das terras de Salcete e Bardes, posto que estejaõ em poder dos Vigarios de suas freguesias, por que naõ ey por meu seruiço que estejaõ fora de minha jurdiçaõ, e naõ os querendo os ditos Vigarios entregar, mândo ao Arcebispo de Goa os obrigue a isso com penas e sensuras, pelloz ditos papeis estarem mais seguros na dita cassa que em outra parte, e taõhem por se evitarem muitos inconuenientes de seruiço de Deos e men, e se carregaraõ taõhem em receita ao dito Diogo do Couto pelo modo delarado na dita promissaõ. E outrosy ey por bem que todas as listas dos despachos que os Senhores Reys meus predecessores enuiaraõ a esse estado atégora se entreguem na dita Cassa do tombo, e as que daqui em diante forem se registraõ nella em hum liuro separado que ey por bem que aja pera isso, com declaraçaõ que as certidoças que as partes pedirem dellas de seus despachos se lhe naõ passaraõ senaõ per ordem do Secretario dessas partes nas costas da petiçaõ que cada huã das pessoas vos fizer pera lhe mandardes passar a tal certidaõ, por quanto naõ ey por meu seruiço que o guarda da dita casa a passe, somente servirã o dito registo pera as ditas pessoas saberem que tem ali o seu despacho e vos tequererem certidaõ delle. E asy ey por bem que quando alguã pessoa for à dita casa do tombo requerer o traslado de alguns registos dos ditos liuros da Chancellaria, e dos ditos tombos, ou de outros papeis que naõ forem das vias, o dito guarda lha naõ passará sem vosso especial mandado asinado por vós como se costuma neste Reino, e passendolha fóra desta ordem, que naõ creio, ey por bem que se naõ guarde nem se lhe dê fé nem credito algum, e das couzas tocantes às vias se naõ passará nunca certidaõ a pessoa alguma inda que lho toque, por estas couzas serem de segredo, e naõ conueni serem comunicadas senaõ

Ha Vossa Magestade por bem pellos respeitos acima declarados que os VissoReis e Gouernadores da India possão casar e dottar as orfãs filhas dê homens nobres daquellaa partes que morreraõ no seruiço de Vossa Magestade na forma em que casauaõ as orfãs que hiaõ deste Reino conforme a hum aluará que Vossa Magestade sobre ellas mamdou passar no anno de 83, pela maneira acima declarada—Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 48)

## 168.

Visso Rey amigo. Eu ElRey vos emuno muito sandar. Vi vossa carta de Goa de 13 dabrill do anno passado que me emuiastes por terra, e posto que das maes das cousas que por ella me daes conta o temdes feito na primeira via das cartas que trouxe o capitão mór Dom Luis Coutinho, vos tenho mamdado escrever o que ey por meu seruiço que se nellas faça; vos respnderei por esta ao que por ella me daes conta.

es ministros de que eu fio aa materias dellas. Pello que mandado que em tudo cumpraes e guardeis esta minha provisãõ e a que nella vai tresladada, e a façaes cumprir e guardar inteiramente como se nela contem, a qual se registrará na dita casa do tombo para se saber a todo o tempo que o ouue asi por bem, que quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada e passada pela chancellaria, posto que por ella naõ passe sem embargo da Ordeuação do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem. Joã de Torres a fez em Lisboa a xij de feueireiro de mil seiscentos e duas. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

### REY.

Provisãõ sobre a casa do tombo que Vossa Magestade ha por bem que seja em Goa, e que se recolhaõ nella todos os papeis, livros da chancellaria, e tombo das aldeas de que faz menção pela maneira acima declarada. E que valha como carta, e naõ passe pela chancellaria.—Pera Vossa Magestade ver.—1.º via.—

(Livro 80 fl. 134)

II. A' lembrança que me fazeis de se não deverem assentar na casa da Índia moços de pouca idade pelas rezoas que já me apontastes; tenho mandado prometter, e que não se deixem ir nas náos que forem para essas partes nenhuns de menos idade que de 15 annos.

III. Também me pareceo lembrança de meu serviço a que me fazeis sobre os desembargadores e letrados que me servem nessas partes, e ho inconveniente grande que entendeis que he casarem-se nellas, e pellas rezoas que sobre isto me apontaes e informações que sobre esta materia tenho, mandey passar a provisão de defessa que se enviou nas vias dos annos passados para os ditos desembargadores e letrados não poderem casar nessas partes sem especial licença minha ou dos Vissores e Guouernadores delas, e vos emcomendo que a façaes guardar inteiramente e registrar nos liuros da Relação de Goa e Camara della para em todo tempo se saber que ho ouue assi por meu serviço.

IV. E a que me fazeis sobre se deuerem de examinar muito as pessoas que ouner de prometter de capitaes das fortalezas desse estado pella importancia de que he serem taes de que se possa fiar a defensão e guouerno dellas, terei a lembrança que isto pede, como volo já mandey escrever per outra carta das que vão nestas vias.

V. E' de tanta consideração ter o Melique feito fortaleza no morro de Chaul e estar tão fortificada e com tanta artilharia, e por esse respeito aquella fortaleza cercada e tão oprimida que sou informado que pella barra grande della não pode entrar náo nenhum por ligeiro que seja sem muito risco de o meterem no fundo, he posto que sobre esta materia em que me falais tão socintamente vos tenho tratado em outra carta das destas vias, he ella de qualidade que me pareceo deueos emcomendar com ho emcarecimento que a mesma materia pede procureis por desfazer ou tomar esta fortaleza buscando para isso todos os modos que vos forem possiveis, e se quando estas náos chegarem a essas partes o não tiverdes feito como de uós confio que o fareis será

forçado irdes em pessoa a esta impressa com a prevenção e poder da gente necessaria, e de tal maneira que não se fique arriscando esse estado; e como a materia de yrdes em pessoa com o poder e força dele sobre esta fortalleza do morro he de tanta inportancia he consideração, a tratareis em conselho com todos os fidalgos e pessoas de experiencia que se custumaõ chamar aos conselhos desse estado em semelhantes accidentes, e do que nele se assentar sobre a mesma materia dareis logo á execussão tomando os pareceres de todos os que se acharem no dito conselho por escrito que me emuiareis por vias com particullar informaçãõ do que fezerdes, que espero que seja de terdes de todo acabado esta impressa como comuein ao remedio da fortalleza de Chaul e das mais adjuntas a ella e reputaçãõ dese estado, porque de ho así fazerdes me averey por muito bem servido de vós.

VI. E tenho por acertado terdes feito pazes com El-Rey da Serra e Rainha de Ollala depois de se pôr por terra a fortalleza que esta Rainha fez e sustentou tanto tempo com discredito desse estado; mas porque sou informado que em effeito não foy esta fortalleza de Ollala desfeita como devia ser, e lhe ficaraõ os alicerces em pee, e de maneira que em poucos dias e com pouca fabrica se pode pôr no estado que dantes estaua, vos encomendo que façaes derrubar e desfazer de todo os alicerces desta fortaleza pera que possa cessar este inconveniente.

VII. É ao que dizeis sobre a fortificação da cidade de Cochim em que vos parece que não consentirá este Rey pelas rezoês que apontaes, em outra carta minha vos mandarey escrever o que ouuer por bem que se faça nesta materia.

VIII. E sobre o Rey de Jasanapataõ possuir aquele Reino em meu nome, e o ter de vossa mãõ, de que se deuiaõ fazer contratos, vos encomendo os mandeis autenticos per vias a este Reino pera se lançarem na torre do tombo como comuein que se faça em todas as cousas desta calidade.



IX. E no que toca a Dom Joaõ Momdeliar que tiranicamente está de posse do Reino de Camdia cometer este Rey de Jafanapataõ que se juntasse com elle pera com mais facilidade se defenderem e fazerem senhores dos Reynos de Ceita Avaca e dos mais da Ilha de Ceilaõ, e que por atalhardes a estes desenhos e se poder ir ganhando aquella Ilha nesta occasiaõ mandareis Pero Lopes de Souza capitãõ que foi de Malaqa com trezentos homens a esta empresa, e porque de seu entendimento e experiencia das cousas desta calidade tenho a mesma informaçãõ que dele me daes, me pareceo devernos apronar estaõ taõ boa elleiçãõ, e espero que dessa se consiga todos os bens e frutos que se desejaõ.

X. O modo em que procedestes com os embaixadores dos Reis de Pegú e de Jôr, e os entreterdes com esperança de socorro que vos pediaõ, tive por acertado pela necessidade que esse estado tem de os ter pór amigos, e em especial a El Rey de Pegú de que depende o prouimento da fortaleza de Malaqa, que como apontaes comuem estar sempre taõ abastada e prouida de mantimentos que possaõ os capitães della acudir ás de Maluço e Amboina com o prouimento necessario pella commodidade com que se della pode acudir a estas fortalezas por estarem taõ distantes da cidade de Goa, me pareceo devernos emcarregar mui emcarceadamente tentaes muito particular conta de as prouer com tempo pera que quando lhe sobrevier algum trabalho se naõ achem em faltas pera sua defenseaõ, como confio que o fareis.

XI. E porque me daes conta que me naõ enviaestes por terra as cartas que me escrevia o filho de Guomez Perez das Manilhas (a), sobre a desestrada morte de seu

(a) Parece-nos ser exacto o nome de Guomez Perez, posto que as escripturas o alteraõem um pouco. Assim na 3.<sup>a</sup> via desta Carta está *Herres*. Na 4.<sup>a</sup> via *Jesús Regia*. E na 5.<sup>a</sup> via está outra vez *Herres*. Mas á margem desta ultima via ha em letra contemporanea um extracto que diz = *Sobre as cartas do filho de Gomes Perez governador das Filipinas* =.

pai, por não virem em sifra pelo perigo de se poder saber o que nellas se escreuia, me pareceo hacertado, mas pois vós tinha dado conta deste desastre, mo ouvereis de escrever nesta vossa carta.

XII. E no que toca a não irem aos Reinos de Japão promulgar ho Evangelho e cultuiar a sementeira de nossa sancta fee que já está feita naqueles Reinos senão os Religiosos da Companhia de Jesu que ha tantos annos que trabalhaõ nesta cristandade, o tenho já mandado por via desta coroa de Portugal e assi pela de Castella, e o mandarey prouer de nouo pellas rezoës que sobre isto me escreueis; e assi vos emcomendo que por via dese estado não consintaes que vão outros nenhuns Religiosos áquellas partes. Escrita em Lisboa a 26 de feueiro de 595.

### REY.

Pera o Vissorrey—3.º via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vissorrey da India —3.º via.

( Livro 5.º fl. 562—1.º via fl. 566—5.º via fl. 559 )

## 169.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emito muito saudar. Diogo Lopes Coutinho. Capitão de Ormuz me escreueo que quando fora entrar naquella fortaleza a achara falta de soldades, e muitos delles velhos e doentes, e que por alguns rigores que se usauaõ com eles não hiaõ emuer nar a ella como sohia. Eu lhe mando escrever que de tudo isto uos dese conta, e uos encomendo que pella importancia de que esta fortaleza he procureis que lhe não falte a gente de sua obrigação, e a que ouuer de rezidir nella seja tal que a possa defender e acudir aos accidentes que lhe sobreuierem.

II. Também me dis que pellos muitos deseuidos com que procede ElRey de Ormuz está posto em grandes diuidas, e que tem dado suas rendas a muitas pessoas em vida, de que procede não poder prouer as fortalezas daquele Reino, e lhe parece que será comueniente tirarem-se estas rendas ás pessoas a que ele as tem dado; emcomendouos que uos informeis muito particulamente desta materia, e acudaes a ella com o remedio que ella pede.

III. E asy me dis que ha muitas queixas nos mercadores que uem com fazendas á alfandega daquelle fortaleza pellos Visitadores que estão nella lhe tomarem por força seus criados e escravos catiuos pera effeito de lhes fazerem christãos, e posto que lhe mandey escreuer que avisase disto ao Arcebispo, me pareceo deuernolo emcomendar pera que trateis esta materia com ele, e se lhe dê o remedio necessario pera que conseguindosse o effeito que se pretende do bem daquellas almas, se ordene isto por modo que não impida virem os mercadores com suas fazendas áquelle alfandega de que pode resultar muita perda a minha fazenda.

IV. ElRey de Ormuz me escreue que não em diminuição as rendas daquele Reino, e me pede prouissão e fauor de gente e artelharia pera ir em pessoa torpar a fortaleza do Lostaõ e outras vizinhas a ella, sobre o que lhe mandei escreuer que acudisse a uós. E porque Diogo Lopes Coutinho me escreue deste Rey ter suas rendas todas empenhadas, que por pouco dinheiro que lhe dão na mão dá muita quantidade dellas em pagamento, vos encomendo que asy nas cousas que requiere como nas desordens em que uiue, tomada informação do dito Diogo Lopes, lhe deis o remedio que comuem pera de todo se não acabarem de destruir as rendas daquele Reino.

V. E porque ha muitos annos que tenho mandado se comprem huas buticas que estão junto ao dormitorio de São Francisco de Goa pella desinquietação que com ellas recebem os Religiosos, e sendome escripto os annos atrás que o tinhaõ feito sem atégora se acabarem de comprar,

de que me espanto, vos encomendo que deis ordem como isto não uenha mais a mim, dando logo á execuçaõ a compra dellas. E porque sou informado que o uinho e azeite de que faço esmolla a estes Relligiosos em cada hum anno, e assy aos mais que rezi lem nesas partes, se lhe compra do refugo do que leuaõ os capitaes mōres e capitaes das naos deste Reino, mais com intento de, se dar proveito aos mesmos capitaes que do beneficio dos ditos Relligiosos, não custando o ditto uinho e azeite menos por esse respeito a minha fazenda, vos encomendo que procureis que se não use mais deste modo na compra destas ordinarias.

VI. A cidade de Goa me pede mande uir dessas partes os homens da naçaõ por alguas rezoes que pera isso apontaõ, e pera lhe não consentirem ter comercio nellas, e uendo como o do mar he liure a todos, e se premite a mouros, gentios, e judeus, me parece que se não pode tolher aos da naçaõ, e que somente uos deuia de mandar que quando entendeseis que auia algus perjudiciaes, precedendo particular enformaçaõ das cousas em que csaõ, me auizeis particullarmente disso pera uos mandar nesta materia o que ouuer por men seruiço.

VII. Tambem me escreue a ditto cidade que comuem á segurança della fortificarse a ponta de Gaspar Dias, e posto que me escreueis que será de pouco efeito pera defençaõ da barra; vos encomendo que uos informeis particullarmente desta materia com pessoas de experiencia dese estado, e uendo pellos parcoeres que tomardes que esta obra se deue fazer, a dareis logo á execuçaõ avizandome do que nisto fizerdes, enuiandome juntamente por uias os dittos pareceres.

VIII. E assy me pede lhe mande fazer pagamento dos des mil pardãos que os moradores daquella cidade emprestaraõ pera o apercebimento da armada com que Dom Páullo de Lima foi sobre Jor, e porque compem fazerse sempre boim pagamento dos taes empréstimos, vos encomendo deis ordem como seiaõ paguos estes des mil pardãos.

IX. Tambem me pareceo deueruos encomendar que mandeis gardar aos moradores e cidadões da cidade de Goa o preuillégio que tem dos infançoẽs nos cassos que podem ussar delle.

X. He de tanta importancia seruir o cargo de escriuaõ da fazenda de Goa pessoa que tenha muita noticia e experieñcia dos contractos e mais cousas que correm por ella, que me pareceo naõ deuer confirmar alguns annos que se deste cargo deraõ em dote a pessoas, pello que em caso que vos requeiraõ que os metaes de posse dello o naõ fareis sem verdes confirmação minha, e o deixareis seruir a Jorge de Lemos posto que tenha acabado o tempo de suas prouisoẽs, em quanto eu naõ prouer este carguo em outrem por prouissãõ minha.

XI. E porque sou enformado que atégora se quebraraõ muitos pagamentos de diuidas e ordinarias, que por regimento ade pagar o thesoureiro de Goa, nas alfandegas de Ormuz e Diu contra forma do mesmo regimento, vos encomendo e mando que daqui em diante se naõ quebre nenhum pagamento nas taes alfandegas, e uenha o rendimento dellas a Goa.

XII. Tambem sou informado como a cidade de Goa e alguãs mais dese estado se queixaõ de naõ terem cartas minhas estes annos atrás, tendolhe eu mandado escrever em todos eles, e naõ posso deixar de estranhar muito naõ lhe serem dadas, e me avizareis das caussas que ouue pera isso, e vos encomendo e mando que todas as cartas que daqui em diante forem nas vias faças dar ás ditas cidades e pessoas a que as mando escrever, de maneira que nenhuma das vias fique em uoso poder, de que me enuiareis certidoẽs pera por ellas poder saber que se faz o que nisto tenho mandado.

XIII. Diogo do Couto morador em Goa me escreueo que ele hia continuando a historia da India do tempo em que tomei posse deste Reino ( governaõdo ese estado Fernão Telles de Menezes ) em diante, e dis que pera esse effeito lhe era necessario uer todas as cartas e papeis que estiuessẽ em poder do Secretario dese estado pera

hir com a ditta historia avante, e por me parecer materia que se deuia fauorecer e ajudar lhe mandei passar huã prouissaõ que uai nestas vias por que ey por bem e mando que lhe seiaõ entregues todas as cartas e papeis que pedir e lhe forem necessarios, como por ella vercis, e uos encomendo que o liuro que diz que tem feito do ditto tempo até o do Governador Manoel de Sousa me emvieis pera o mandar uer e empremir neste Reino, e lhe fazer por isso a merce que parecer. E outrossy lhe encarregareis que ordene comesar a istoria das coussas dessas partes do tempo em que a deixaraõ de escreuer Joaõ de Barros e Fernaõ Lopes de Castanheda, até o em que ele a começou de escreuer, porque disso terey muito contentamento pela callidade de que esta obra he. E por que sou informado que os contratos de pazes, e outras doaçoẽs, e regimentos, vasalagens, embaixadas, papeis, e prouisoẽs de muita importancia a meu seruiço, e bem desse estado, se naõ puseraõ tégora em boa arrecadaçaõ por serem entregues ao Secretario dele, que como saõ triannaes, nas entregas de hum a outro se perdem, e he de crer que se deuiaõ perder quassy todos, ey por meu seruiço e uos mando que dentro nas casas de uoso aposento ordeneis huã que sirua de torre do tombo na parte mais comoda que uos parecer, na qual fareis recolher e lançar todos os papeis asima declarados e todos os mais que tocarem a ese estado, e os liuros dos registos da Chancellaria dessas partes, de que o ditto Diogo do Couto será guarda, sobre quem se carregaraõ em receita pello modo e ordem que se tem na torre do tombo desta cidade; o qual cargo servirá em quanto o eu ouuer por bem e naõ mandar o contrario, e auerá com ele de ordenado em cada humº anno trezentos pardãos, como tudo mais largamente se contem na ditta prouissaõ. Emcomendonos que lhe deis em tudo o fauor necessario, e em especial a se logo ordenar esta casa pera torre do tombo e se recolherem nella os dittos papeis.

XIV. Francisco Paes, Pronedor mór dos contos, me escreueo que na fortaleza de Damaõ se podia fazer em

cada hum anno huã não pera servir na carreira da India assy pella bondade da madeira como porque custaraõ muito menos do que custaõ neste Reino, pera o que se podiaõ aplicar os oitto mil pardãos que se daõ pera as obras da fortificaçaõ daquella fortaleza por se entender que naquele ugraõ se acabará de fechar, e que pera a obrado parapeitto bastará o dinheiro das imposições que está aplicado pera ellas, pera o que tambem lembra alguãs cousas que se podem aplicar, e asy me diz que se deue de fazer contracto com os capitaes de Baçaim, Manorá, ou Aserim pera fazerem cadano hum galiaõ, ou galleça pera as armadas desse estado, e por que huã cousa e outra he materia da importancia que se deixa ver, vos encomendo que procureis por se fazer esta não que poderá vir pera este Reino carregada, de que resultará a minha fazenda muito proueito, e que deis por contracto o dito galleaõ ou galleça pera servir nessas partes, e outrossy vos encomendo que em todos os annos se faça contracto do cobre pella importancia de que he pera a artelharia dese estado, e pagamento dos officiaes da ribeira de Goa como leuastes por minhas Instrucções, e volo mandei escreuer nas vias dos annos passados, e vollo escreuo em outra carta minha que vay nestas vias.

XV. E porque pellas mesmas Instrucções vos tenho mandado e he defesso por regimento se não dem bares forros de crauo, de nouo volo torno a encomendar, e que se não dem mais que os do capitaõ e officiaes da viagem e os de Maluco e Amboyne conforme ao ditto regimento com declaraçãõ que seraõ comprados por seu dinheiro.

XVI. E assy sou enformado que he em grande dano de minha fazenda aforaremse os mandonis dese estado que propriamente são alfandegas em que se recolhem os direitos, reaes, emcomendouos que deis ordem como cesse este abuso, como volo já tenho escripto em outra carta destas vias.

XVII. E porque no regimento nouo que se ordenou pera a casa dos contos de Goa miandei que se fizesse li-

nro de lombo de todas as cousas da India que pertencem á Coroa, e outro dos contractos das pazes e embaxadas, por ser isto coussa que pertence ao bom gouerno dese estado, vos emcomendo que se já não está feito, o mandeis ordenar pera se meter na casa que ey por bem que se faça pera recolhimento de todos estes papeis, como nesta carta volo mando.

XVIII. E porque me dizem que os rendeiros e contractadores de minhas rendas dessas partes requerem que se lhe abattaõ dos pagamentos que haõ de fazer os direitos das coussas que se compraõ pera o prouimento de minhas armadas, e de outras que saõ propriamente minhas, por ser informado que he estylo e ordem muy antiga não se pagarem os taes dereitos, mandey passar huã prouissaõ que uay nestas vias por que mando que inda que se não declare nos contractos que se fizerem de minhas rendas dese estado que as coussas que se comprarem pera minha fazenda não paguem direitos, se aja por declarado neles, e encomendouos que a façaes cumprir como se nella contem.

XIX. E porque tambem sou enformado que os desembargadores da Relaçã de Goa obrigaõ a se pagar avarias do que se molha, furta, ou se lança ao mar nas minhas náos, como se usa nas dos mercadores, de que resulta fazerense muitos conlluuios contra minha fazenda, não se custumando nos tempos atrás pagarensse as taes avarias, mandei pasar tambem sobre esta materia a prouissaõ que vai nestas uias, a qual ey por bem que se garde inteiramente, e vos emcomendo o comprimento della.

XX. E assy uos encomendo e mando que não deis suprimimento de soldos e outras despesas que os capitaes das fortalezas dese estado fazem contra meus regimentos principalmente em se pagar mais gente do que he ordenado a cada huã dellas por serem os taes pagamentos fantastiqs, e ordeneis que se não leuem em conta pagamentos de soldo fora da ordem do dito regimento.

XXI. E assy ey por bem que a prouissaõ que tenho pasadá pera os Visorrey dese estado poderem dispende



com os fidalgos e pessoas outras que me servem nele em merces trinta mil cruzados em cada hum anno se registre nos liuros dos contos, e que o Secretario dessas partes tenha hum liuro separado do registo das taes merces, e se me enuiará o tresllado dele em cada hum anno por vias, e não entraráõ nesta conta os ordenados que os Visorreis derem aos capitaes quando me forem servir em minhas armadas.

XXII. O ditto Francisco Paes me escreve que no regimento particullar da mesa do despacho dos Contos de Goa se declara que assistiráõ nella o reuedor das contas e hum contador dos mais antigos da casa, e que tendo o Governador Manoel de Sousa provido este lugar ao Contador Diogo Vieira o requerera Tristaõ da Noua por mais antigo, e porque sempre será comuiniente comprime-se meus regimentos em todas as cousas, me parece que foi bem julgado pellos desembargadores o que determinaraõ, e ajuntasse tambem a isto teruoõ eu mandado escrever nestas vias que antes de admitirdes o ditto Diogo Vieira a seu officio me emueis as culpas que dele se deraõ por que foi suspenso, e vos encomendo que aos contadores mandeis fazer pagamento de seus ordenados muito particullarmente assy do deuido como do que forem vencendo dahy em diante.

XXIII. E assy sou informado que comuem a meu serviço verense os regimentos de todas as fortalezas desse estado e as despesas que se introduziráõ depois, pera se declarar neles as que se não puderem escuzar, e se tirarem outras muitas que se não deuem premitir, encomendonos que deis ordem que se faça com a brevidade que comuem.

XXIV. E porque sou informado que o officio de escrinaõ da matricolla desse estado tem muito grandes percalços, e que se occupaõ dous e tres contadores na escriptura dos liuros della, de que lhe resultaõ os ditos percalços, os quaes tem de minha fazenda outro tanto ordenado como os contadores dos contos, e que por esse respeito no regimento que mandey fazer quando deste Reino foy o

Secretario Diogo Velho por Vedor de minha fazenda desas partes se tirou o ordenado ao ditto officio de escriptura da matricula, mandei que nas prouisoões dos prouidos dele de Janeiro d'este anno de 95 em diante não aja o tal ordenado, de que me pareceo avisarmos para disto se fazer declaração nos liuros do registo dos Contos e da ditta matricula.

XXV. E por a fortaleza de Diu ser da importancia que tendes entendido, e ser informado que tem por nissinhos os Mogores que he de crer que intentaraõ por todas as uias que puderem de a entrar como a experiencia o tem mostrado já quando Agis Coca intentou de o fazer por engano por uia do Bramene que por esse respeito foi morto, vos encomendo ordeneis como todos os soldados da obrigação desta fortaleza durmaõ dentro nela e lhe façaõ guarda á porta como tanto que tereis já mandado fazer pella muita importancia de que he.

XXVI. E porque sou informado que será de proueito para esse estado terse El Rey de Porcaa por amigo por que inda que se não esteja com ele de guerra se tem entendido que consente fazerem agoada em suas terras os cossarios Malauares, pello que vos encomendo que depois de tratares esta materia ordeneis nela o que uos parecer que comuem mais a meu seruiço.

XXVII. O Bispo de Japaõ que o anno pasado foi para a China como me escrenestes me emuiou dizer que lhe não eraõ pagos seus ordenados e dotte; encomendouos que se inda lhe saõ devidos lhe ordeneis o pagamento deles e asy o que for devido do dotte de seu antecessor, porque não comuem que se deixem de pagar aos perlados os ordenados que lhe mando dar, e de que se haõ de sustentar.

XXVIII. A Camara da fortaleza de Damaõ me escreueo que tendosse contratado antigamente El Rey de Sarcete de lenar do chouto das terras daquella cidade a doze e meio por cento se fora introduzindo pagarem-lhe muito mais dellas, e que escreuendo vós ao ditto Rey e a Francisco Paes sobre esta materia estando naquellas

partes do norte servindo de Vedor da fazenda, ele dissimullara com este negocio por cinco mil pardãos que dizem que por esse respeito lhe foraõ dados; e por ser materia a que se deue acodir, vos encomendo que tomeis della muito particular enformaçoõ pera prouerdes neste casso como a importancia delle o pede, e procurareis por se confirmar por ElRey de Sarcete este contracto que está feito com ele de doze e meio por cento.

XXIX. A Camara da fortaleza de Cananor me escreueo que pella muyta falta que naquella fortaleza auia sempre de mantimentos lhes fazia dissimullar com os agraos que recebiaõ do Rey vezinho daquella fortaleza e de seus vasallos, porque sucedendolhe algum cerco o naõ poderiaõ suster por naõ auer nunqua nella mantimentos pera hum mes, e porque comuem estar prouida de maneira que lhe naõ aconteça outro tal desastre como o de Challé, vos encomendo que deis ordem como naõ falem mantimentos nesta fortaleza, e se reformem os muros della de tal maneira que possaõ rezistir aos accidentes que lhe sobrevierem, e aey uos encomendo façaes pagamento a Dom Fernando de Meneses capitão della de seus ordenados e ordinarias de que diz se lhe deuem seis mil pardãos. Escritta em Lisboa a 27 de feuerreiro de 595.

REY.

Pera o Visorrey.—3.<sup>a</sup> via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India—3.<sup>a</sup> via.

( Livro 3.<sup>o</sup> fl. 490—4.<sup>a</sup> via fl. 497—5.<sup>a</sup> via fl. 505 ( a ) )

( a ) Esta 5.<sup>a</sup> via naõ tem assignatura Real, mas traz a declaração seguinte:

= Por naõ aver tempo pera Sua Magestade asinar esta carta que vay na quinta via das vias darmada deste anno me mandou que foy justificada e assinada por mim.—O Secretario, *Diogo Felho*. =

## 170.

VissoRey amigo. Eu ElRey vos emuio muito saudar. Sou informado que hos bombardeiros e gente do mar que serue nas armadas dessas partes se tiraõ de meu serviço e se embarcaõ em nauios de mercadores e outros per causa de se lhe naõ pagarem mais que dous quarteis cada anno de seus ordenados e soldos com que se naõ podem remedear, e porque he rezaõ que toda esta gente seja bem paga pera que folguem de me sernir, vos emcomẽdo dees ordem como sejaõ pagos per inteiro de seus soldos e ordenados pera com isso naõ poder aver falta nas armadas.

II. ElRey de Cochim me escreueo que avia muitos annos que se lhe naõ pagauaõ as copas que em cada hum anno se lhe dauaõ de minha fazenda, e porque he rezaõ que se lhe faça dellas bom pagamento, vos emcomemdo que todos os annos se lhe paguem e assi as que lhe forem denidas; e porque me diz tambem que os officiaes da camara da cidade de Cochim tolhiaõ a seus vasallos irem buscar em suas embarcações mantimentos pera a mesma cidade e pera aquele Reino, por ser matteria noua me pareceo naõ lhe dever responder e auissarvos pera que no que entemderdes que tem justiça neste particullar lha façacs,

III. Tambem me pedio quissese mandar ao Bispo de Cochim Dom Frei Amdré de Santa Maria dése a Bento Ferreira que serue de seu secretario algum letrado ou outra pessoa que em seu lugar seja Juiz em o feito que se trata de divorsio antre ele e sua mulher, que por ser irmãa de hum frade de Saõ Francisco fica sendo sospeito nele; emcomemdonos que falleis nesta materia ao dito Bispo emcomeindamolhe de minha parte lhe faça compromisso de justiça neste caso.

IV. E porque me mandou pedir licença pera poder emuiar a este Reino o dito Bento Ferreira, a qual lhe concedo na carta que mamdo escreuer nestas vias, o deixareis vir quando o elle quizer mandar.

V. E assi se queixa que os officiaes daquella cidade fazem alguãs forças aos Bramenes que uivem em seu Reino, e que alguns moradores da mesma cidade em publico soltaõ muitas palauras contra elle; emcomendouos que constandouos que he isto assi lhe deis o remedio que convem,

VI. A cidade de Baçaim me escreueo que os foreiros das aldeas recebiaõ muyta vexaçã em os obrigardes ir a Goa pagar o foro que deviaõ, pedindome que mandasse dar a isto algum remedio, peço que vos encomendõ que no que tiverem justiça lha façaes guardar, e que pelo que deuerem sejaõ requeridos na mesma cidade de Baçaim omde saõ mcradores damdosse hapellação e agraou ás partes pera que se naõ possaõ queixar de naõ serem ouvidos.

VII. E porque sou informado que ha alguns letrados e desembargadores dese estado se tem passados aluarás de lembrança pera se lhe darem alguãs das aldeas que vagarem, por ser matteria de muito incomueniente promessas em letrados que aõde ser juizes das duuidas que ouner sobre o pagamento e outras dependencias das ditas aldeas, vos encomendo que daquy em diante se naõ passem os taes aluarás de lembrança, e que procedaes nestes aforamentos conforme ao que vos mandei escrever nas vias dos annos passados.

VIII. O Provincial da Ordem de Sãoto Agostinho deste Reino me apresentou huã certidão de Jorge de Lemos escriuaõ da fazenda de Goa per que consta ter o Convento de Nossa Senhora da Graça dela de minha fazenda em cada hum anno oito pipas de vinho em que entra huã de moscatel, e huã pipa d'azeite de Portugal, e vinte camdis de trigo, 25 fardos darroz giraçal, dezoito camdis e simqo maõs darroz preto, 50 peixes sêrras, hum camdil de manteiga, meio camdil de cera, hum camdil d'azeite de coço, seis corjas de cotunnias, dous fardos de asucar, e dez caixas de marmellada, pedindome que por quanto esta esmola era muito menos que a que se faz nessas partes ás Relegioens de São Francisco, São

Domingos, e da Companhia de Jessu, fizesse merçe áquella Provincia de a quersr igoalar com estas Religioês tiramdo o Mosteiro de Santo Agostinho de Ormuz, e porque sou informado que estes Relegiosos de Santo Agostinho são em numero muito menos que os óutros, e que tem poucas casas nessas partes, e alguãs fazemdas que erdaraõ com alguns Relligiosos que receberaõ nellas, vos emcomendo vos informeis se com esta esmola que tem de minha fazenda se podem remedear, pera com vossa imformaçaõ mamdar respqmdera este requerimento como ouer por bem.

IX. O Bispo de Malaqa me escreue que as Ilhas de Çolor estaõ muito desinquieta pellos Chimcheos que a ellas vaõ buscar samdallo pera o levarem á China, de que tambem minha fazenda nessas partes recebe dano, e me diz que pera se evitarem ir áquellas Ilhas he necessario emuiarensse a ellas duas fustas de 60 soldados, e porque esereuemdome já sobre esta materia os annos passados lhe mandei que acudissem na vós pera prouerdes nisto, posto que os accidentes desse estado volo naõ deixariaõ fazer até agora, vos emcomendo que deis ordem pera que se evitem os danos que recebem aquellas Ilhas destes Chimcheos pelo muito que comuem comseruarse a cristandade dellas, que sou informado que vai em crecimento. Escrita em Lisboa a 28 de Fevereiro de 1595.

REY.

Pera o VisoRey —3.º via.

(No sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India.—3.º via

(Livro 5.º fl. 589—4.º via fl. 591—5.º via fl. 593)

## 171.

Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que eu sou enformado que he ordem e estillo mui antigo naõ se pagarem direittos alguns das coussas que se compraõ pera meu seruiço e apercebimento de minhas armadas, e que os rendeiros e contractadores de minhas rendas das partes da India requerem se lhe abata do preço por que lhe foraõ arrendadas e contratadas o que se monta nos taes direittos contra a ditta ordem e estillo; e querendo nisso prouer, ey por bem e me praz que de todas as coussas que se comprarem nas dittas partes pera meu seruiço e apercebimento de minhas armadas se naõ paguem direittos alguns, nem os dittos rendeiros e contractadores os passaõ requerer, nem sejaõ nisso ouuidos, posto que nös taes arrendamentos e contractos se naõ faça esta declaração, por quanto dagora pera sempre o ey por espreço e declarado neles, e mando ao Vissoroi e Gouvernador da India, que ora he e ao diante for, e ao Vedor de minha fazenda em ella que cumpraõ e guardem este meu aluará, e o façaõ comprir e guardar inteiramente como se nele contem sem duuida nem contradicaõ algũa, porque assy o ey por meu seruiço, o qual quero que ualha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu noine, por mim assinada, e pasada pella Chancellaria, posto que por ella naõ passe sem embargo da Ordenação do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrario dispoem, e se registará no liuro dos registos dos contos de Goa pera se saber a todo o tempo que o ouue assy por bem, e nos liuros da fazenda della. André Pereira o fez em Lisboa a vyntoito de feureiro de quinhentos nouenta e sinquo. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

## REY.

Ha vossa Magestade por bem que de todas as coussas que se comprarem nas partes da India pera o seruiço de Vossa Magestade e apercebimento de suas armadas se naõ paguem direittos alguns, nem os rendeiros e con-

tractadores os requeiraõ, pela maneira asima declarada.  
—Pera Vossa Magestade ver.

( Livro 1.º fl. 58 )

## 172.

En ElRey faço saber aos que este aluará virem que eu sou informado que as minhas justiças da India obriguaõ a se pagar avarias das fazemdas que se carregão nas ditas partes em galeoẽs e náos minhas, como se ussa e cóstuma pagar nas náos e nauios de mercadores, que he contra a ordem e costume antigo que nisso avya, e queremdo nisso prouer ey por bem e me praz que daqui em diante se naõ paguem as taes avarias das fazemdas que se carreguarem em nauios e náos minhas, è mamdo ás ditas minhas justiças que naõ conheçaõ deste casso, nem se processem autos, nem se dê sentença nele, porque assy o ey por meu serviço, e cumpraõ e goardem este aluará inteiramente como se nele comtem sem duuida nem embargo algum, o qual se tresladará na Relação de Goa e na cassa dos contos dela pera se saber a todo o tempo que o ouue assy por bem, e quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nóme por mim assinada e passada pela Chancelaria, posto que por ella naõ passe sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Liuro, titolo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa ao derradeiro de feureiro de 595. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer.

### REY.

Ha Vossa Magestade por bem que daqui em diante se naõ paguem avarias das fazemdas que se carreguarem na India em galeoẽs e náos de Vossa Magestade. pela maneira assima declarada.

Pera Vossa Magestade ver.

( Livro 1.º fl. 48 )



## 173.

Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuio muito saudar. Por ter alguãs emformações de pessoas de experiencia dessas partes dos incomuenientes que resultaõ ao bem dos resgates de Çofala e Rios de Cuama, e á comseruação dos mesmos resgates, teremse abertos e serem comũs a todos, por ser materia de muita consideraçaõ me pareceo deuer acudir a ela com o remedio que pede, e vendo examinando as causas que me moueraõ pera mandar abrir estes resgates, e as que de nouo me foraõ apresem-tadas pera os mandar cerrar e correrem como dantes, mandey passar a prouissaõ que vay nestas vias, pela qual ey por bem e mando que se cerrem, e se contratem os ditos resgates com os capitaẽs prouidos das fortalezas de Çofala e Moçaõbique pagando eles á sua custa as ordinarias daquelas fortalezas, e dando mais a minha fazenda huã contra certa de dinheiro que parecer justo; de que me pareceo darvos na mesma prouissaõ comissaõ pera o poderdes assy fazer e contratar com os capitaẽs que forem entrar nestas fortalezas pelo preço que vos parecer justo, como mais largamente vereis pela dita prouissaõ, pela qual oque por bem de reuogar a que se passou em o derradeiro de março de 93 sobre se abrirem os ditos resguates, pelo que vos encomendo e mando que façaes goardar inteiramente á dita prouisaõ na forma que se nella comtem. Escrita em Lisboa a 7 de Março de 595.

REY.

Pera o Visorrey.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Visorrey da India —3.º via

( Livro 2.º fl. 299—4.º via fl. 303 )

## 174.

En El Rey faço saber a vós meu Vissorrey e Governador das partes da India, que ora soes e aos que ao diante forem que em mudey passar hãt minha prouissão feita nesta cidade em o derradeiro de março de nouenta e tres. per qua ayya por bem pelos respositos e causas nela declaradas que se abrissem logo os resgates do ouro da fortaleza de Çofala e portos d'ella até então se resgatana, e fossem comũs a todos, e porque sou ora informado que esta ordem era em grande dano de minha fazenda e perjuizo dos ditos resgates, e querendo nisso prouer como conuem ao bem de tudo, ey por bem e me praz que da publicaçãõ desta prouissão nessas partes em diante se tornem logo a cerrar com effeito e sem dilaçãõ alguã os ditos resgates e corra o trato e commercio deles na forma e modo em que dantes corria, e se contratem com os capitaes prouidos das fortalezas de Çofala e Moçaõbique pagando eles á sua custa as ordinarias das ditas fortalezas, e dando mais a minha fazenda hãt contia certa de dinheiro que parecer justo, e que se nãõ usse mais da dita prouissão, e a ey por renogada e de nhum effecto; pelo que vos mando que façais logo cerrar os ditos resgates, e que nãõ sejaõ mais comũs a todos, e os contrateis com os ditos Capitaes como dito he, e cumpraes e façaes inteiramente goardar esta prouissão como se nela contein, a qual se registará nos liuros de minha fazenda e contos dessas partes, e se publicará nos lugares publicos de Goa, e se fixará o treslado della nas portas da dita cidade pera a todos ser notorio, e se tresladará nos contratos que se fizerem com os ditos capitaes, e valerá como se fosse carta feita em meu nome por mim assinada e passada pela chancellaria posto que por ella nãõ passe sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Liuro, titolo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a 7

de Março de 595. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

### REY.

Ha Vossa Magestade por bem que se cerrem logo os resgates do ouro de Çofala e corra o trato deles na forma e modo em que dantes corria, e se contratem com os capitaes daquela fortaleza e de Moçaõbique paguando eles as ordinarias delas, e dando á fazenda de Vossa Magestade huã contia certa de dinheiro que parecer justo, e que a prouissão que se passou no anno de 93 sobre se abrirem os ditos resgates naõ aja efecto, pela maneira assima declarada.

Pera Vossa Magestade ver.

( Livro 1.º fl. 30 )

## 175. (a)

Vissorey amigo. Eu ElRey vos emuiro muito saudar. Vi o que me escrevestes sobre a cristandade dessas partes, que como he materia tanto de minha obrigaçãõ foi e he a primeira que mais encarecidamente vos tenho encomendado, e tiue contentamento de me dizerdes por uossa carta que uay em muito crescimento, e que se pode dizer que está esta sementeira madura, e que se pode esperar que em pouco tempo se ueja recolhida nos celeiros da Sancta Madre Igreja, e me dizeis que nesta obra tem o primeiro lugar os Rellegiosos da Companhia, e os mais lugares os de Saõ Francisco, e outras Ordens, aos quaes deueis agradecer de minha parte o cuidado com que procedem nisto, e animallos pera que naõ continuando nesta obra tanto do seruiço de Deos e de minha obrigaçãõ.

---

( a ) O logar deste Documento era verdadeiramente sob o n.º 169, mas escapou entãõ, e vai agora aqui; do que se naõ segue inconveniente.

II. E assy me dizeis que em Japaõ padessem os Religiosos da Companhia de sete annos a esta parte grande perseguiçaõ por defenderem e conceruarem o Euangelho que tem promulgado e os christaõs que já tem feitos naquelle Reino, e que lhe saõ destruidas oito casas principaes e desaseis residencias com cento e quarenta e seis igrejas que tinhaõ feitas, e que com tudo naõ deixaõ de ir cultiuando aquella cristandade, e sustentaõ ainda seis casas principaes e deoito rezidencias com duzentas e sete igrejas; e assy me dizeis que pera ajuda da sustentação destes Religiosos lhe mando dar de minha fazenda em Malaca mil cruzados cadano, e que outros mil se lhe deraõ no rendimento das terras de Salcete por tempo de sinco annos que se acabaraõ em agosto de 93, mas que lhos ys dando té uerdes o que sobre isto nos mandaua; e assy me dizeis que pelo que tendes entendido da christandade daquellas partes da China e Japaõ vos parecia que seria seruiço de Deos e meu mandar ordenar hum Collejo na cidade de Macão pera se poderem nele recolher estes Religiosos em perseguições semelhantes a esta que ora padecem e ficarem mais a preposito pera a conceruação daqueles Reinos; e vendo o que sobre isto me escreueis ey por bem de fazer merce aos ditos Religiosos da Companhia que aiaõ os ditos dous mil cruzados que atégora ouueraõ em Malaca e em Salcete por tempo de mais cinco annos que se começaraõ do dia em que se acabaraõ os annos por que os tinhaõ; e nõ partiellar de se fazer Collejo em Macão como apontaes, por outra minha carta uos mandarey escrever o que ey por meu seruiço que se nesta matteria faça.

III. E assi me dizeis que ao tempo de uossa chegada a esse estado achares os Religiosos dele desinquiets, e que os de São Domingos, e de Santo Agostinho com a ida de seus Prouinciaes que deste Reino foraõ se aquietaraõ, e que por os de Santo Agostinho vos apresentarem no primeiro ano de uoso gouerno huã carta minha lhe apresentareis as ordinarias até leuarem confirmação minha, e porque atégora me naõ foi requerida de sua parte conosa

nhuã sobresta materia, quando me for apresentada vos mandarei escreuer o que ey por meu seruiço que se nella faça.

IV. Tambem me daes conta da morte do Arcebispo Dom Frei Mateus, e do bom procedimento de Dom Frei André Bispo de Cochim que ficou governando ese Arcebispaço, que lhe mando agradecer, e qanto ao que me dizeis que o Arcebispo e Cabido da Sé de Goa tem pagamento de seus ordenados no rendimento das terras de Bardez por tempo de des anos que se acabaraõ daqui a pouco tempo, e que pretende que lhe faça a mesma merce por outros des anos, e que o perlado ponha os officiaes pera a recadação deste rendimento; e vendo o que sobre isto me dizeis mandey passar prouissaõ pera que o Arcebispo, Cabido, e suas igreias averem seus ordenados nesta renda de Bardes, mas os officiaes desta arrecadação seraõ postos por ordem dos ministros de minha fazenda, e se recolheraõ pera ella os crecimentos desta renda depois de pagos seus ordenados.

V. E assy me dizeis que quebrareis o pagamento que se fazia ao Bispo e Cabido de Cochim na alfandega de Goa na renda da moeda de prata e douro da mesma cidade por uolo pedir o ditto Bispo e mais ecclesiasticos daquelle bispado, de que tiue contemtamento, e vos encomendo que mandeis sempre ter muita conta com o pagamento do dito Bispo e Cabido.

VI. E quanto ao que me escreueis sobre o Bispo de Malaca e seu procedimento, e que particularmente pede acrecentamento pera o seu Cabido polla terra ser muito cara, pello que sobristo me dizeis e por fazer merce ao ditto Cabido ey por bem de acrecentar ás dignidades e conegos daquella Sé vinte mil reis mais a cada hum em seus ordenados do que atégora tiueraõ, com declaração que o mantimento e ordenado da dignidade e conego que faltar se reparta em distribuições cotidianas que aiaõ e acreção ás dignidades e conegos presentes e intercentes aos officios diuinos somente, pera que a dita Sé seia

bem servida, que he conforme ao acrecentamento que mandei fazer ao Cabido da Cidade de Cochim.

VII. E no que toca ao Bispo da China que se perdeu na náo em que Dom Francisco d'Eça hia pera aquellas partes, e estar retendo na Ilha de Samatra tiue desprazer, e vos encomendo que procureis de o pôr em sua liberdade; e quanto ao que me dizeis que se deue de extinguir aquelle bispado pellas rezoês que apontaes, e auer nele administrador sujeito ao Bispo de Malaca, por alguãs rezoês que ha em contraio e forma da bulla da creação deste bispado me parece que se não deue extinguir sendo sua creação taõ moderna e durando ainda oje as causas dele, e pois o ditto Bispo não tem obrigação conforme ao Concilio Tridentino de uir de taõ comprido caminho como he da China á cidade de Goa, perderseão escuzar os gastos que faz com suas vindas e idas.

VIII. E assy me dizeis que o Bispo de Japão se partira na monção de abril de 93 pera aquellas partes com prouissoes e ordem do Arcebispo Dom Mateus, que Deos perdoe, perã rezidir em Macão em quanto o propietario não fosse liure, e as guerras de Japão lhe não dessem lugar pera pasar, e tenho por acertado o que sobre esta materia se fez.

IX. E assi me daes conta do Sinodo que o mesmo Arcebispo celebrou em Goa, e pellas detriminações dele não virem nas náos dos anos pasados de 93 e 94 como me escreueis, vos encomendo mas emuicis nas primeiras náos pera mandar responder a ellas como vir que he mais serviço de Deos e meu, e no que toca ás differenças que ouue antre os Bispos de Malaca e Cochim sobre as precedencias e assento no ditto Sinodo, de que me daes conta, ey por bem que nestes actos preceda o Bispo que fer mais antigo na dignidade, como volo já mandei escrever nas vias do anno pasado.

X. Tiue contentamento de me escreuerdes que tendes mandado fazer pagamento aos menistros da Inquisição de seus ordenados, e não ey por meu serviço que eles mandem prender os officiaes per que corre a recada-

ção e pagamento dos dittos ordenados por não ser de sua jurdição; e ao que me esereueis sobre os inquisidores Rui Sodrinho e Frei Tomas Pinto, e auer numero certo de familiares na Inquisição dessas partes se dará ordem a tudo isto pello Cardeal Archiduque meu sobrinho e irmão; e pello que me esereueis sobre as diuidas que ficaraõ de Frei Tomas Pinto, que Deos perdoe, hũ dos inquisidores, e vos parece que lhas deuo mandar pagar per conta de minha fazenda pellas rezoões que sobristo me apontaes, ey por bem que lhe apliqueis pera ellas algum aluitre, ou outra conssa de que seiaõ paguas.

XI. E foi bem feito ordenardes como a Casa da Misericordia da cidade de Goa fosse paga das ordinarias que lhe mando dar, e assy de terdes entregue a administração do hospital della aos Relligiosos da Companhia, e no que toca á uijagem da China que me pedis pera se alargar e fabricar o ditto hospital, pellas uias do anno passado vos tenbo mandado escrever como auia por bem de fazer merce della pera este efeito, e vos encomendo que o dinheiro que se della fizer se recolha em hum cofre, e se despenda por ordem dos dittos Relligiosos que deuem de ter a superintendencia nesta obra, e vos agradeço o cuidado que me dizeis que tendes dos hospitaes dese estado.

XII. E assi me dizeis que sobre os pagamentos que uos mandei se fizesem aos hospitaes e Misericordias dese estado de diuidas uelhas e soldos uencidos que lhe deixauaõ algũs defuntos me tinheis escriptto que não era possiuel poderemse fazer, por uos parecer mais meu seruiço acudirdes antes ás faltas e necessidades que os almazens e ribeira de Goa tinhaõ, o que tenho por acertado, mas todauia uos encomendo que se procure algum remedio pera se irem pagando estas diuidas.

XIII. E quanto ao Licenciado Lopo Alurez de Moura que ha anos que serue de Ouvidor geral do crime nessas partes, e licença que pede pera se uir pera este Reino com sua mollier e filhos, pellas rezoões que sobre isto me daes ey por bem de lhe conceder a ditta licença como uos parece.

XIV. E assy me daes conta do bom modo em que o Licenciado Aluoro de Moraes, Prouedor mór dos defuntos, procede na obrigaçã de seu officio, e que recebe grande quebra nele com a prouisaõ que mandei passar pera o dinheiro dos defunctos correr pellos Irinaõs da Misericordia, pello que uos encomendo que nos informeis da perda e rezaõ que ha pera por ese respeito lhe fazer merce, e me auizeis do que vos parecer que se deue fazer com elle.

XV. E assi apontaes os incomuinientes que se uos offerecem em írem deste Reino letrados mancebos pera seruirem de Ouvidores das fortalezas dese estado, e uos parece pellas rezoẽs que apontaes que deuem servir estes cargos homens cazados e uelhos como se dantes fazia, porque seraõ de mais utilidade e menos escandolo que letrados mancebos, e porque tenho mandado tratar esta materia com a concideraçã que ella pede, em outra carta minha vos mandarei escreuer a resulluçã que nella tomar.

XVI. Tambem me dizeis que nos contos desas partes se garda a ordem que uos tenho dada, que foi grande remedio pera os Christaõs culpados que com temor da justiça se pasuaõ ás terras dos infieis, e que tendes mandado passar seguro em meu nome pera que os uniziados que andarem em Bengala se possaõ uir pera as fortalezas dese estado e negociarem nelas seus liuramentos e perdoẽs, de que me tenho por bem servido, e de naõ terdes pasado em uoso tempo prouisoẽs com clausulla que naõ pasem pella Chancelaria, como me escreueis.

XVII. E asi me daes conta que algũs desembargadores da Relaçã de Goa tem liberdade de caixas, o que uos parece que se deuia conceder a todos os que nella seruem, e pello que sobre isto me dizeis, ey por bem que assem desta merce todos os desembargadores



que na ditta Relação servirem. Escritta em Lisboa a 26 de fenereiro de 595.

REY.

Pera o Vissorey.—3.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India—3.ª via.

( Livro 3.º fl. 515—4.ª via fl. 519—5.ª via fl. 523 ( a ) )

1

Viso Rey amigo. Eu ElRey vos emuo muito andar. Dom Antonio de Matos, Bispo d'Eluas, Commissario geral da Bula da Santa Cruzada, me emuiou dizer que querendo Frei Francisco de Faria, Vigario geral da Ordem de São Domingos dessas partes, e Commissario das ditas Bulas nelas, arrecadar às penas ecclesiasticas do arcebispado de Goa que pela mesma Bula estão applicadas pera a sustentação e defensão dos lugares d'Africa, o Bispo de Cochim Dom Frei André de Sancta Maria que administra o dito arcebispado lhe fora á mão e lhas não quissera deixar cobrar; e porque isto he em prejuizo da dita Bula e contra o que comuem a meu serviço, vos encomendo favoreças ao dito Frei Francisco na administração dela, e que assy o encomendeis de minha parte ao dito Bispo de Cochim.

II. Também diz o dito Frei Francisco que os Religiosos de Malaca o avysaraõ que o Bispo daquela cidade deuia dous mil cruzados á Bula passada de que se entregára sendo Commissario naquelas partes, e

---

( a ) Esta 5.ª via em logar da assignatura. Real traz a seguinte declaração.

—Por não aver tempo pera Sua Magestade asinar esta carta que vay na quibata uia das uias darimada deste anno mandou que fosse justificada e asinada por mim—O Secretario, *Diogo Velho*.—

que ele Frei Francisco tinha conhecimento desta diuida, emcomendouos que constandouos ser assy, façaes pôr em arrecadação estes dous mil cruzados, e que se emuiem a este Reyno por letras seguras, e me avisseis a que pessoa vein dirigidas pera se cobrar este dinheiro.

III. Por parte de Frei Aleixo, eleito Arcebispo de Goa, me foi pedido ounesse por bem que mandaõdo ele Vissitadores ás partes desse arcebispado a que naõ pudesse ir pessoalmente lhe fizesse merce pera sua embarcação conforme aos lugares a que fossem pera poder com isso achar quem com boa vontade fosse fazer esta obra, que por ser taõ necessaria pera o bem das almas que tem á sua conta, vos emcomendo que deis aos taes Vissitadores todo o favor e ajuda que puder ser pera efeito de se fazerem as taes vissitações. Escrita em Lisboa a 8 de Março de M. D. nouenta e cinco.

REY.

Pera o Visorrey.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India—3.º via.

( Livro 2.º fl. 321.—4.º via fl. 323 )

177.

Eu ElRey faço saber aos que este meu aluará virem que por justos respeitoos de meu serviço que me a isso mouem e proueito dos moradores da cidade de Goa, hey por bem e mando que as eleições dos officios e cargos que a Camara da dita cidade pode prouer de qualquer qualidade que forem se fação daqui em diante por todos os officiaes da dita Camara e pessoas que nas taes eleições se custumaõ achar, e que se prouejão nas pessoas que mais votos leuarem, e que em caso que se trate de se tornar a eleger outra vez as ditas pessoas pera con-

tinuarem o serviço dos ditos cargos em que primeiramente forem electos, estas taes reeleições se não possam fazer senão sendo todos os votos conformes, porque hauendo algum em contrario ainda que seja singular não se poderá fazer; o que assi hey por bem por se euitarem os sobornos e outros meos illicitos com que se procuraõ estas reeleições, e não andem os cargos sempre em huãs pessoas, e possam vir a todos igualmente. Pello que mando aos Vreadores e procuradores, e maes officiaes da dita Camara que compraõ e guardem este aluará inteiramente como se nelle contem sem duuida nem contradicção alguã porque assi o hey por meu serviço, o qual quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha chancelaria, posto que por ella não passe, sem embargo da Ordenação do segundo liuro, titulo xx, que o contrario dispoem. Thomé d'Andrada o fez em Madrid a xiiij de março de mil quinhentos nouenta e cinco.

REY..

Aluará sobre as eleições dos officios e cargos que a Camara da cidade de Goa pode prouer.

Pera Vossa Magestade ver.

(4.ª via, Livro 1.º fl. 50,—5.ª via fl. 56)

178.

Visсорrey amigo. Eu ElRey vos emnio muito saudaõ. Por parte de Diogo de Sá capitão da fortaleza de Chaul, me foi apresentada huã petição em que me pede lhe faça merce de outros tres annos daquella fortaleza avendo respeito ás perdas que tem por respeito da fortaleza do Morro e cerco que o Melique tem posto á de Chaul, e antes de lhe mandar responder me pareceo que deuia ter emformaçã vossa do dano que por este respeito recebeu; pelo que vos emcomendo que sobre esta materia a tomeis muito particularmente, e me emueys pera com

ela tomar nisso a resolução que ouuer por meu serviço.

II. Por parte d'ElRey de Guindra me foi dito que elle fizera assento de paz e yrmandade com o Governador Manoel de Sousa, pedindome que ouuesse por bem de lha mandar confirmar, e lhe fizesse merce de huã bandeira das minhas armas pera com ela emtrar nas guerras a que fôsse em pessoa; e vendo o que sobre ysto me pede, e a emfcrmação que tenho de ser necessario pera a pimenta que se tira de suas terras comseruarse com ele esta amizade, ey por meu serviço que lhe confirmeis esta yrmandade, e que lhe emueis a dita bandeira, sinificomdolhe de minha parte que em tudo o que ouuer lugar folgarey de o comprazer.

III. Os Religiosos da Ordem de São Domingos dessas partes me emuiaraõ pedir confirmação das ordinarias e outras merces que os Vissorreys e Governadoaes desse estado lhe foraõ acressentando, que por ser materia de consideração a fico vendo, e em caso que na armada deste anno naõ leuem prouissaõ minha do que ouuer por meu serviço que se com eles faça sobre as ditas ordinarias, se correrá com eles no pagamento delas na forma que atégora se fez. Escrita em Lisboa a 15 de março de 595.

REY.

Para o Vissorrey.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Matias d'Albuquerque do seu conselho, Vissorrey da India—3.º via.

(Livro 4.º fl. 597—4.º via fl. 599—5.º via fl. 601)

179.

Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar. Por vossas cartas entemdy como occupastes no cargo de capitão mór do Malauar a Dom Jeronimo d'Azevedo,

que he de tanta ymportancia como tereis emtemdido, estando ele culpado em duas mortes de que não estaua liure nem psto em liuramento, temdose asemtrado na Relação dessas partes por duas vezes que lhas não perdoasseis; o que não posso deixar de vos estranhar, pois em materia de justiça e em que ha partes, tenho tanta obrigação de a mandar fazer; e por tanto vos mando que o façais logo liurar das ditas mortes, e que não ocupeis mais em meu seruiço culpados em delitos desta calidade antes de se liurarem deles por ser muito contra o que comuem á boa administração da justiça. Escrita em Lisboa a 15 de Março de 595.

REY.

Para o Visorrey.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e Visorrey da India—3.<sup>a</sup> via.

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 325—4.<sup>o</sup> via fl. 301—5.<sup>o</sup> via fl. 319)

180.

VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuio muyto sandar. A Manoel de Medeiros que seruia de Veedor de minha fazenda de Cochim, tendo respeito a seus seruiços e aos annos que ha que nessas partes está, mando licença pera se vir para o Reyno nestas náos que ora vão, e nellas emuio ao Licenciado Francisco de Frias, do meu desembargo da Casa da Supplicação, para me servir no dito cargo em quanto o eu houver por bem e' não mandar o contrario, conforme a prouisaõ minha que para isso leua. E' resolui-me em fazer esta eleiçaõ pella muita experiencia e conhecimento que o dito Francisco de Frias tem das cousas dessas partes e dos negocios de minha fazenda, e pella muita amizade que tem com ElRey de Cochim que poderá ser meo pera o fazer correr nas cousas de meu seruiço no modo que conuem; e confio delle que

procederá nisto, e nas mais obrigações do dito cargo conforme a esta confiança que delle faço. Pelo que uos encomendo que lhe façais logo dar a posse do dito cargo e toda a ajuda e fauor que necessario for pera o poder bem servir, e a Manoel de Medeiros vos encomendo que façaes dar os galahados que sempre se derom aos outros Veedores da fazenda na não em que vier, e sendo caso que esté vaga alguã capitania de não das que uaõ deste Reyno, ou de alguma noua que dessas partes uenha, lha dareis a elle, e não a outrem, porque assy o ey por meu seruico,

II. A Antonio Giralte não emuiõ successor nestas nãoas, mas yrá o anno que vem, e entretanto seruirá o seu cargo de Veedor da fazenda de Goa, e lhe dareis toda a ajuda e fauor que necessario lhe for para me poder melhor servir. Escrita em Madrid a 21 de março 1595.

REY.

Pera o VisoRey da India—3.º via.

(*No sobrescripto*)

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, Visorrey da India.—3.º via

(Livro 2.º fl. 313—4.º via fl. 315—5.º via fl. 317)

181.

VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar. A Cidade de Cochim enuiou a mim a Manoel de Faria por seu procurador com huã carta e com o treslado dos autos e sentença que contra ella se deu em fauor da cidade de Goa sobre o direito do hum por cento, o qual me deu esta carta e papeis a tempo que o não houue para se poderem ver com o exame e ponderação que a qualidade do caso pede, e mandey dizer ao dito Manoel de Faria que o anno que vem mandaria responder a este particular, e que entretanto cumpra a dita Cidade

e faça o que uós sobre esta materia lhe ordenardes; e o mesmo escreuo á dita Cidade como vereis pella copia da carta que yrá com esta, e tambem yraõ as mesmas cartas pera ordenardes que se lhe dem, e em conformidade do que nella lhe escreuo vos emcomendo que estranheis á dita cidade de minha parte naõ se ter dado á execuçaõ inteiramente a sentença da minha Relaçãõ como era justo e deuído que se fizesse, e lhe direis que eu hey por bem que a dita sentença se guarde em quanto naõ houuer reposta minha ao que sobre esta materia me tem escrito, a qual yrá na armada do anno que vem, e que podem ter por certo que na determinaçãõ que se tomar sobre a dita sentença terey todos os bons respeitoz que com justiça e razãõ se poderem ter pera sua satisfacão, pois cada huã das ditas cidades saõ de meus vassallos, e todos estimo e amo igualmente, e tratareis tudo isto com a dita cidade pello bom modo que virdes que comuem pera ella, se entenderem sua obrigaçaõ, e se quietar. Escrita em Madrid a 21 de Março 1595.

REY.

Pera o Vissorey.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey.

A Mathias de Albuquerque do seu conselho, e seu Vissorey da Indja —3.ª via

( Livro 2.º fl. 297—4.ª via fl. 311—5: via fl. 305 )

182.

Senhor.—Em huã das cartas que V. S.ª escreueo a Sua Magestade o anno passado diz que por algũa desordens com que corriaõ os desembargadores da Relaçãõ de Goa ordenara V. S. de tirar huã devassa delles que traria consigo quando viesse para este Reyno, e que com esta occasyãõ fizera V. S.ª embarcar pera ele o Licenciado Simão Pereira que Sua Magestade tinha provido de Chanceler da dita Relaçãõ. E porque tendo

V. S.ª sabido que Sua Magestade se não ounera por seruido da que tirou Dom Duarte de Menezes sendo Vissorey desse estado dos mesmos desembargadores, nem mandára reualidar a dita deuassa por muitos inconvenientes que pera isso se lhe ofereceraõ, estranhou muito de V. S.ª tirar a dita deuassa sem preceder primeiro Prouissão sua, ou especial mandado seu, por não conuir a seu seruiço amdarem os ditos desembargadores e officiaes da justiça taõ temidos dos Vissoreys e Governadores dessas partes que não ousem de a fazer nos cassos que correm por elles senão conforme a vomtade dos mesmos Vissoreys; e que tambem fora decente quando V. S.ª embarcou a Symão Pereira pera este Reyno emular as culpas que V. S.ª diz que achara dele pera ver a caussa que mouera a V. S.ª a isso, pera conforme a elas mandar proceder com ela, e espera Sua Magestade que nestas náos lhe emue V. S.ª muito particular emformação deste casso, e que em outros semelhantes não proceda nesta forma sem especial ordem sua. E porque he informado que V. S.ª tira outras deuassas sem ella, quer Sua Magestade saber o como V. S.ª procede nistosem seu mandado, e me mandou que por esta minha carta sinificasse tudo ysto a V. S.ª cuia nida e estado nosso Senhor acrecente por muitos annos. De Lisboa a 27 de Março de 595.—Bejo as mãos de V. S.—*Diogo Velho.*

( Livro I.º fl. 60 )

## 183.ª

VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuio muito sandar. A Cidade de Cochim enuiou a mim a Manoel de Faria por seu procurador com huã carta e com o trelado dos autos e sentença que contra ella se deu em fauor da cidade da Goa sobre o direito do hum por cento, o qual me deu esta carta e papeis a tempo que o não houue para

---

(a) Esta carta he em parte identica com a do n.º 181.



se poderem uer com o exame e ponderaçã que a qualidade do caso pede, e mandey dizer ao dito Manoel de Faria que o anno que uem mandaria responder a este particular e que entretanto cumpra a dita cidade e faça o que uós sobre esta materia lhe ordenardes, e o mesmo escreuo á dita cidade como vereis pella copia da carta que irá com esta, e tambem irãõ as mesmas cartas para ordenardes que se lhe dem; encomendouos que por bom modo estranheis á dita cidade da minha parte naõ se ter dado á execuçaõ inteiramente a sentença da minha Relaçã como era justo e deuido que se fizesse, e direi-lhe que ey por bem que até ir reposta minha e ordem do que se neste negocio ouuer de fazer se sobrestê na execuçaõ da dita sentença, e que se torne tudo ao estado em que estava antes de se esta dar, e isto assy no que toca ao direito do hum por cento que pretende a cidade de Goa, como nas lagimas dos officiaes da alfandega de Cochim, e para assy se fazer passareis a prouisaõ que necessaria for, e quietareis as differenças destas duas cidades de Goa e Cochim, e dos officiaes das alfandegas dellas pollo bom modo que uirdes que conuem, e se uos parecer que será milhor naõ alterar nada do estado em que estas cousas estiuereem ao tempo em que esta receherdes, e que uaõ correndo nesta forma até ir a minha reposta, fareis o que tiuerdes por mais conueniente, por que eu o deixo a uossa prudencia, de que confio que dareis nisso tal ordem e por taõ bom modo que eu fique bem seruido. Escrita em Madrid a 28 de Março de 95.

REY.

Pera o Viso Rey da India—4.ª via.

( *No sobrescripto* )

Por ElRey

A Mathias d'Albuquerque do seu conselho, Vissorey da India—4.ª via.

( Livro 2.º fl. 309—5.ª via fl. 307 )

1595.

## SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREL

184.

Dom Felippe &c. A quantos esta carta de ley. virem faço saber que anendo eu respeito aos Chins naturaes e moradores nos reynos e portos da China se queixarem muito dos Portuguezes vassallos meus que residem em Macão e nas fortalezas e cidades do estado da India comprarem e furtarem os tays Chins, e os catiuarem e trazerem para suas casas, e se servirem delles, e venderemnos para outras partes, e com isso se arriscar o commercio que os ditos meus vassallos tem de muitos annos a esta parte nos ditos reynos e portos da China com tanta quietação e familiaridade, de que tem resultado grandes proueitos assy ás minhas alfandegas como aos ditos meus vassallos, como se tem visto por experiencia, e foy ymformado Mathias d'Albuquerque do meu conselheiro e Viso Rey que hora he da India, e querendo eu nisto prouer pelo que cumpre ao serviço de Deos e meu, e para que o dito commercio permaneça e vá avante com a mesma quietação e sem escandalo dos ditos Chins, e por assy o asentarem os desembargadores da Relação da India em mesa perante o dito meu Viso Rey, ey por bem e me praz. e por esta mando e defendo que da publicação dela em diante nluã pessoa de qualquer calidade e condição que seja traga da China nem compre nem por outra alguã via aja a seu poder Chim algum assy homem como mulher, nem o cativem nem tragaõ em suas embarcações sob pena de todo o que o contrario fizer perder mil cruzados, hum terço para quem o acusar, e os dous terços para as depezas da dita Relação da India, e alem disso seraõ presos e degradados por dous annos pera a fortaleza de Damão, as quaes penas se executaraõ nos culpados muito inteiramente. Notifico assy ao

Ouvidor geral do crime do dito estado da India, e ao Capitão mór do porto da China, Ouvidor dele, e a todos os mais capitães, justiças, e officiaes e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duvida nem embargo algum; a qual será apregoada nos lugares publicos da cidade de Goa, e registada nos livros dos registos da Chancelaria dela e asy em Malaqua e na China, e registada tambem nas suas camaras e seytorias para a todos ser notorio, e a todo tempo se saber como asy o mando, e ey por bem pelos ditos respeito. Dada na dita cidade de Goa sob o meu sello das armas reays da Coroa de Portugal a onze de março. El Rey o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e Viso Rey da India &c. Antonio Barbosa a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e cinco. Luis da Gama a fez escrever.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl 51 )

## 185.

Dom Felipe &c. a quantos esta carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito aos grandes gastos que os meus vassallos que residem nas partes da India asy fidalgos caualeiros criados meus, soldados, casados e cidadãos fazem com os pagens portugueses que trazem mais pera aparato e fausto. que por terem delles necessidade para seu serviço, de maneira que por os sustentarem a exemplo e competencia doutros se endiuidão e não podem cumprir muitas vezes com outras obrigações de mais serviço de Deos e meu, como se tem visto por experiencia dalguns annos a esta parte, e querendo eu nisto prover pera que os ditos meus vassallos com menos custo se sustentem e tenham comodidade pera outras obras mais pias, e por outros justos respeito, e por o asy assentarem na mesa da Relação das ditas partes

os desembargadores della perante Mathias d'Albuquerque do meu conselho e meu Viso Rey da India, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçãõ della em diante nenhum soldado nem homem solteiro de qualquer calidade que seja tragua pagens portuguezes excepto os fidalgos escuteiros (*sic*) e que não forem casados, e os capitães das fortalezas e viagens posto que fidalgos não sejaõ, porque cada hum destes poderá trazer thé dous pagens portuguezes e mais não; e isto taõbem se entenderá nos capitães dos nauios de minhas armadas em quanto actualmente andarem nellas em meu serviço por capitães, e o cidadão de qualquer das cidades das ditas partes poderá trazer hum pagem portugez, e os fidalgos despachados com a capitania de Goa, e de Ormuz, Cosala, Malaca, Diu, Chaul, e Damão poderá trazer quatro pagens portuguezes cada hum delles, e os Vedores de minha fazenda, Secretario do estado na India, e desembargadores dous e mais não, sob pena de todo o que o contrario fizer, e for contra esta minha ley e defesa pagar pela primeira vez cincoenta pardãos, e pela segunda cento, ametade para quem o acnsar, e a outra ametade pera as despesas da Relaçãõ, e alem disso ser degradado por dous annos pera Damão por cada huã das ditas vezes em que for comprehendido, e os pagens seraõ presos e aueraõ a mais pena que em Relaçãõ parecer que merece, as quaes penas se applicaraõ inteiramente nos culpados. Notifico assy ao Ouvidor geral do crime do dito estado da India, e a todos os Ouvidores das fortalezas e cidades delle, mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer. que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardãr da maneira que se nesta contem sem duvida nem embargo algum, a qual será apregoada pelos lugares publicos da cidade de Goa, e registrada na chancelaria donde se enuiaraõ os treslados autenticos ás ditas fortalezas e cidades do dito estado pera o mesmo effeito, e para se registarem nas

suas camaras e feytorias pera a todos ser notorio e sempre se saber como assy o mando e defendo pelos ditos respeito, e das ditas diligencias se passará certidão nas costas pelos officiaes que as fizer. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reays da Coroa de Portugal a nze de março. Ei Rey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu concelho, seu Viso-Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil quinhentos nouenta e cinco. Luis da Gama a fiz escrever.—*O Viso Rey.* ( a ).

( Livro 1.º de Alvarás fl. 52 v. )

## 186.

Dom. Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito ao grande perjuizo e danno que se tem seguido aos moradores das cidades e fortalezas das partes da India e seus tratos por as mais das fazendas para elles necessarias correrem por mãos de Baneanos e infieis, e tratarem nelas para outros reynos especialmente para Portugal, Moçambique, costa de Melinde, e para o Sul, pelos muitos interesses que lhes disso resultaõ, e por essa causa os ditos moradores as não poderem aver para seu uso e trato em preços acomodados, e receberem nisso notauel perda como de tudo foy informado Mathias d'Albuquerque do meu

( a ) Verbas á margem :

= Acordaõ em Relaçãõ que esta ley não aja efeito mais que nos soldados que não poderaõ trazer pagens portugueses sob as penas nella declaradas. Em Relaçãõ xb de março de 95—*de Moura—Paes—Murkado—Moruës.*=

Outra verba :

= Ey por serviço de Sua Magestade que sem embargo do despacho da Relação acima se cumpra esta carta de ley inteiramente em tudo o que nella se contem, e que o Chanceler a passe pela chancelaria. Em Goa a xb de março de 95—*O Viso Rey.*=

= R Isto mando assy por Sua Magestade não mandar e emcomendar por suas Instruções e régimentos—*O Viso Rey.*=

conselho e meu VisoRey que ora he da India, e se têm visto por experiencia, e querendo eu nisto prouer de modo que se euite esta desordem tão prejudicial a meu serviço e ao bem commum, e por assy o assentarem em mesa os desembargadores da Relação da India perante o dito meu VisoRey pelos ditos respeitos e por outros justos que me a isto mouem, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçãõ della em diante nhum Baneane nem outro algum infiel de qualquer cabilidade e condiçãõ que seja, posto que vassalo meu, que resida em minhas fortalezas e cidades das ditas partes per sy nem pôr intreposta pessoa tenha trato nem mande fazendas alguãs para Portugal, Moçambique, costa de Melinde, nem para as fortalezas e lugares do Sul, sob penna de todo o que o contrario fizer, e for contra esta minha ley e defesa perder todas as fazendas que assy mandar e em que tratar, os dous terços pera minha fazenda, e o outro para quem o acusar, e ser degradado para as minhas gallés da India por quatro annos; e a pessoa que mandar as tays fazendas ou tratar nellas sendo dos ditos Baneanes e infieis pagará mil cruzados, os dous terços pera minha fazenda, e o outro pera quem o acusar; alem disso será degradado pera Damaõ por outros quatro annos, e as ditas penas todas se executaraõ nos culpados e reueis tanto que se lhes prouar que toraõ contra esta minha ley e defesa. E por que os ditos Baneanes e infieis não fiquem de todo sem terem trato para sustentação sua, ey por bem que possaõ mandar suas fazendas pera Ormuz. Sinda, Malauar, e Cambaya, e tratareaõ pera as ditas partes que lhes assy limito e concedo somente em todas as fazendas que não forem prohibidas e defesas pelos sagrados concilios, leys, ou regimentos meus sem encorrerem nas ditas penas acima declaradas, por quanto por lhes fazer graça e merce o ey assy por bem. Noteficoo assy ao Ouvidor geral do crime e ciuel deste estado da India, e ao Juiz dos feitos de minha fazenda em elle, e a todos os capitães môres, mais capitães, e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem,

e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação comprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duvida nem embargo algum que a elo seja posto, a qual será apregoadá pelos lugares publicos da cidade de Goa e registada na minha chancelaria donde se enviaraõ os treslados autorisados pelo Chanceler do dito estado ás fortalezas do Sul, e á de Moçambique e Mombaça; honde outrosy será apregoadá e registada no Livro dos registos de suas camaras e feytorias pera a todos ser notorio e sempre se saber como assy o ey por bem pelos ditos respeitoz, e das ditas diligencias se passará certidaõ nas costas desta, e dos treslados que della se passarem. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a onze de março. ElRey nosso senhor o mandou por Matias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. João de Freitas a fez anno de mil quinhentos nonenta e cimquo. Luis da Gama a fez escrever.—*O VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 54 )

## 187.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que Pondea Chatim, rendeiro da moeda do ouro desta cidade de Goa me enuiou dizer por sua petiçaõ atrás escripta que a elle fora arrematada a dita renda por preço e contia de sete mil pardaos afóra quinhentos que montaõ os ordenados dos officiaes, a qual elle acceytara com as condiçoẽs de seu contrato, e porque eu ora mandára passar prouizaõ e lançar pregaõ que os Saõ Thomés douro não corressem por mais de oito tangas e meia sob graues penas, o que hera em grande perda e perjuizo d'elle rendeiro, è ser causa bastante de se elle perder com a dita renda por as pessoas que tem outro o não quererem laurar na moeda em Saõ Thomés pois o não podiaõ vender como sempre venderaõ a sua avença e de quem lhos compravaõ, pelo que me pedia mandasse passar prouizaõ per que todas as pessoas que tiuessem

São Thomés donro os possaõ vender pelo que quizerem, ou que os pagodes nouos que se a esta cidade trazem naõ corraõ por mais preço daquillo que elles valerem, que seria o que se detreminasse por pessoas que o entendaõ, e receberia mercê: da qual petição mandey dar vista aos Vereadores e officiaes da Camara desta cidade, e per seu asinado responderaõ que naõ tinhaõ duuida ao que o dito rendeiro pedia em sua petição no que toca aos Santhomés pela informaçãõ que se por elles tomou, e que podia mandar que corraõ pela ordem que correm as outras moedas em sua sarrafagem, o que tudo visto e o parecer do Vedor da fazenda de Sua Magestade ey por bem e me praz, e por este mando que os Santhomés que se batem na casa da moeda desta cidade de Goa corraõ pelo que valerem na terra sem limitaçãõ do preço como correm as mais moedas do ouro que se trazem de fora a esta dita cidade visto como ella naõ tene duuida a isso como consta da sua certidaõ e reposta atrás na outra mea folha de papel, e ser um prol da fazenda de Sua Magestade. Noteficoo asy aos ditos Vereadores e officiaes da Camara, mais justicas do dito Senhor a que pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e guardem, e façãõ cumprir e guardar como se neste contém sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Livro, titulo 20 em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xix de março de 1595. E pera que venha á noticia de todos mando que este se apregoe pelos lugares publicos e acostumados desta cidade, e que a prouisaõ que o anno passado mandey passar a requerimento dos officiaes da Camara sobre os Santhomés naõ valerem mais que oytto tangas e mea se naõ guarde daquy em diante porque por esta a derogo, e ey por bem que naõ tenha força nem vigor em juizo nem fora delle. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*



## 188.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito aos Reynos de Pegú estarem de guerra e aver nelles grandes deuisoês, e por essa causa estar aquella nauegação impedida, e as náos que della vieraõ este anno presente virem sem carga como de tudo soy informado Mathias d'Albuquerque do meu conselho e meu VisoRey que ora he da India, e a experiencia o tem mostrado, e cumpre ao seruiço de Deos e meu, e bem de meus vassallos estinguirse por ora a tal nauegação, por todos os ditos respeitos e outros justos que me a isto mouem, e por assy parecer aos desembarcadores da mesa da Relação das ditas partes da India, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicação della em diante nenhũa pessoa de qualquer calidade e condição que seja vá a nenhum dos portos de Pegú nem nauegue para elles em embarcações suas ou alheas sob pena de todo o que o contrario fizer perder as tais embarcações e fazendas que nellas forem, e os bens que posuirem a todo o tempo que se lhe provar, ametade para quem os acusar, e a outra ametade para as despesas de minha ribeira de Goa, e esta defesa se cumprirá e averá effeito pella dita maneira em quanto o dito meu VisoRey que ora he da India ouuer por bem e não mandar o contrario, a qual será apregoada na cidade de Goa e na de Cochim, e em Negapataõ e Santhomé para a todos ser notorio e se saber como assy o mando e ey por bem pelos ditos respeitos. Noteficoo assy a todos os capitaes môres, mais capitaes, Ouvidores, justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a treze de Abril. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Luis

Gonçalves a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e cinco. Luis da Gama a fez escrever.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 57 v. )

## 189.

Dom Felipe &c. aos que esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito ao asento que perante o meu Viso Rey da India se tomou pellos desembargadores da mesa da Relação e por justos respeitos do bem comuna dos moradores da cidade do Nome de Deos das partes da China, por esta minha ley mando e defendo que da publicação della em diante nũa pessoa de qualquer sorte e condição que seja não leue nem mande a Jappaõ ceda alguã fóra do contrato que se fizer na dita cidade, pelo grande perjuizo que os moradores della disso recebem, sob penna de ser perdida toda a ceda que for achada fóra do dito contrato, e mando outrosy ao Ouvidor de Macháo que todos os annos tire particular deuassa das pessoas culpadas nesta minha defesa, e proceda contra ellas até final sentença, dando apellacão e agtano em toda a contra que passar de vinte cruzados que só neste caso crime lhe dou alçada, e a ceda que constar pela deuassa ser perdida applicará toda para a minha ribeira da cidade de Goa, e constandolhe per denunciação fóra da dita deuassa applicará o terço para os catiugs, e o terço para a dita minha ribeira, e o outro terço para a dita cidade de Macháo e para o accusador. E esta minha carta de ley se apregoará nos lugares publicos da dita cidade de Macáo para a todos ser notoria, de que se fará assento, e se registará nos liuros da Camara. Notificoo assy ao dito Ouvidor, mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e dar a deuida execução como nela he contendo sem duida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa

sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a xiiij de Abril. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil bclRb (1595). Luis da Gama a fez escrever.— *O VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl.58 v.)

## 190.

Dom Felipe &c, a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por justos respeitos que me a ysto mouem de meu seruico e bem comum da fortaleza de Maluquo, e por assey o assentarem os desembargadores de minha Relação perante o meu VisoRey que ora he da India, ey por bem e me praz que todos os annos se elejaõ na dita fortaleza de Maluquo pelo pouo della cimquo homens casados em presença do Ouvidor e o Padre Rector da Companhia de Jesus pera os ditos eleytos hirem fazer crauo e mantimentos nas Ilhas que não estiuerm de guerra per conta de todo o pouo, e por elle se repartir a respeito da familia e calidade de cada hum per ordem do dito Ouvidor e Rector, e os ditos eleitos se reuezação em cada hum anno para que não sejaõ sempre eleytos as mesmas pessoas, e e dito crauo e mantimentos poderaõ hir buscar como dito he os ditos eleytos a todas as Ilhas posto que estejaõ de tregóas excepto a Manilha onde não poderá hir ninguem por nhum caso, e o capitaõ da dita fortaleza de Maluco, que ora he e pello tempo em diante for, não poderá impedir aos ditos eleitos em cada hum anno hirem fazer o dito crauo e mantimentos, sob pena de pagar mil cruzados para as despesas da Relação, e auer o dito pouo por elle as perdas e danos que receber, e se lhe dar em culpa em sua residência; e para que a todo tempo se saiba o que por esta minha ley mando e ordeno será apregoada em Maluco, e registada na seytoria da dita fortaleza, e no cartorio do juisso da Ouvidoria della, de que os officiaes

passaraõ sua certidaõ. Noteficoo assey ao dito Capitaõ, Ouvidor, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que assey o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que dito he sem dunida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas Reais da Coroa de Portugal a xbiij de Abril. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque do seu conselho, e VisoRey da India &c. Joaõ de Freitas a fez anno de mil bclRb (1595). Luis da Gama a fez escrever.—O *VisoRey*.

(Livro 1.º de Alvarás -fl. 59)

## 191.

### *Prouisaõ em forma de Regimento para o Hospital de Goa.*

Mathias d'Albuquerque, do conselho de Sua Magestade, VisoRey da India &c. aos que esta minha prouisaõ em forma do Regimento virem faço saber que eu fuy informado do muytos inconuenientes e perjuizos que se seguiaõ ao seruiço de Deos e de Sua Magestade das visitaçõs que se faziaõ aos doentes do hospital per pessoas que com elles tinhaõ razaõ de parentesco ou de amizade em dano dos mesmos doentes por lhes leuarem e mandarem cousas que lhe elles pediaõ de seu appetite e desejo contra ordem do fisico ou cirurgiaõ e do moradome, com inquietaçã dos mais officiaes por sobirem huãs e decerem outras todos os dias pella menhã e a tarde, e entre ellas ás vezes alguãs pessoas com perposito de vingança como já aconteceu levando armas secretas, e querendo em tudo prouer com bastante remedio, me pareceo dener ordenar este Regimento para se guardar sem dunida nem contradicã alguã juntamente com o outro que se guarda no dito hospital em beneficio dos mesmos doentes.

1. Nenhũ pessoa de qualquer qualidade e condiçãõ

que seja hirá ao hospital, visitar emfermo algum nem se porá ás razões com o porteiro para lhe abrir a porta, e querendo entrar por força, e dizendolhe sobre isso palaura ou palauras escandalosas, mandará o enfermeiro mór a tal pessoa á cadea, fazendo o escriuaõ do dito hospital hum auto primeiro da causa de sua prizaõ, o qual remeterá ao Ouvidor geral do crime para proceder contra a dita pessoa, e a condenará em dous annos de degredo para Damaõ.

2. Se todavia o homem que for uisitar no dito hospital algum emfermo constar que he seu pay ou irmão, poderá fazer a dita vesitaçaõ tendo licença do enfermeiro mór, e sendo primeiro bem visto pello porteiro do dito hospital que não leue espada nem adaga, nem outra arma ofenciua nhuã; e se contra este exame quizer entrar, á porta da escada será da mesma maneira preso, e condemnado no dito degredo. E se depois de feito o dito exame for achado com alguã arma emcorrerá tambem na dita penna, e aduirtirseá o dito porteiro que quando abrir a dita porta pera alguem sobir tendo licença, e sendolhe o dito exame feito, que lhe feche logo a porta com a dita chaue; e ao decer o deterá hum breue espaço primeiro que lha abra olhando para cima se vem apoz elle brandando algum official, porque sendo asy, lhe tenha fechada a porta thé que seja preso e castigado conforme a calidade do delito que tiuer cometido.

3. E as ditas pessoas que assy forem visitar por razaõ do parentesco que declarey, e da licença que tiuer do dito emfermeiro mór, não poderaõ sobir inda que estejaõ vistos, nem o porteiro lhes poderá abrir a porta senaõ depois que o fisico e cirurgiaaõ forem idos pera fóra, assy ás menhaãs como ás tardes, porque não conuem que andando elles fazendo sua obrigaçaõ com os enfermos tenhaõ perturbaçaõ com visitaçoẽs, e no tempo do sillencio por nhũ caso abrirá a porta a ningem, salvo a pessoa do proprio emfermeiro mór, se lá for.

4. Não deixará tambem o dito porteiro levar a nhuã destas pessoas mimos algũs aos emfermos que vesitarem,

nem comida se lha quizerem mandar, porque as mais das vezes he diferente da que lhe o fisico ou cirurgiaõ manda dar, inda que os ditos mimos sejaõ bons em sy, e a comida melhor guisada quando não for nociua como pode ser, senão se o enfermeiro mór dei licença do fisico ou cirurgiaõ pera se lhe darem, pera o que se lhe apresentaraõ primeiro que se aceytem ou se engeytem, e sem embargo disto as ditas pessoas aprofiaem em querer mandar os ditos mimos e comida por seus moços para por via doutros do dito hospital se darem aos ditos doentes, seraõ os ditos moços assoutados dentro no dito hospital não passando de quinze annos, e se passarem encorreraõ em pena de degredo por hum anno pera as gallés, e a mesma pena teraõ os moços e seruidores do dito hospital que aceitarem os ditos mimos e comida sem a licença do dito enfermeiro mór, ou se comprarem fruta per mandado dos ditos emfermos e lha leuarem.

5. Nem menos deixará o porteiro leuar escrito nhũ de ningham a doente algum, e se o moço que o leuar depois de ser pola primeira avisado que se vá e não tragua mais cartas nem escritos tornar com elles, será assoutado no dito hospital, e se tiver idade encorrerá em pena de degredo por hum anno pera as gallés, por comprix muito ao seruiço de Deos e de Sua Magestade e á quietacaõ dos ditos doentes não terem nem receberem cartas nem escritos de fóra, saluo com licença do enfermeiro mór vendons primeiro pera os mandar dar ou romper se lhe parecer.

6. Sendo caso que algum escrito destes seja de mulher que não for sua mulher ou may do enfermo para que hia, ou de sua irmaã, encorrerá a dita mulher em pena de dez pardãos pera as despesas do dito hospital; e lembrese o porteiro que não ey por bem que se dê escrito nhũ a nhũ enfermo, inda que seja de sua propria mulher ou de sua may, sem primeiro o leuar ao enfermeiro mór, e elle dar licença para se poder entregar ao enfermo, porque vão nelle escritas algũas cousas que o podem melenconizar e inquietar, e se lhe acrescentar

com isso a enfermidade, e se os servidores do dito hospital leuarem ou trouxerem secretamente recados, cartas, ou escritos encorrerão em degredo pera as gallés por hum anno tendo idade para servir nellas, e se a não tiverem serão assoutados no dito hospital. E terá o dito porteiro cuidado de saber quando o phisico, cirurgião, e outros officiaes entrarem se os moços que leuão são seus, porque não o sendo não subaõ com elles, e se o forem, que não leuem cartas nem escritos aos doentes, nem as tragaõ, porque sendo achados com elles encorrerão na pena sobredita.

7. E se o dito porteiro deixar entrar e sobir algũa pessoa, e leuar mimos e comida aos ditos doentes, recados, cartas, e escritos sem licença do dito enfermeiro mór, e não guardar em tudo a ordem deste Regimento, de que estão libertos os Relegiosos, será por qualquer culpa destas em que for comprehendido, privado do dito cargo, e encorrerá em penna de degredo de dous annos para Damaõ.

Notificoo assy ao enfermeiro mór, que ora he e aos que pelo tempo em diante o forem, e ao enfermeiro, escriuaõ, porteiro, e mais ministros do dito hospital, e lhes mando que esta prouisaõ em forma de Regimento cumprão e guardem, e a fação inteiramente cumprir e guardar sem duvida nem embargo algum, a qual valerá como carta começada em nome de Sua Magestade e aselada de seu selo pendente sem embargo da despossição em contrario do 2.º Livro da Ordenação titulo 20. E se publicará no dito hospital para que a todos seja notorio, e se não possa alegar ignorancia, e se registará no Livro das lembranças que nelle ouuer para que a todo tempo se saiba que e ordeney e mandey assy por serviço de Deos e de Sua Magestade, e bem dos doentes, como dito he. Antonio da Cunha a fez em Goa a xxix de Maio de mil quinhentos noventa e cinco. Eu Jorge de Lemos a fiz escreuer.—*O Viso-Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 60 )

## 192.

Mathias d'Albuquerque &c. aos que este meu alvará virem faço saber que eu fuy informado por alguns Irmãos desta Casa da Santa Misericordia zelosos do bem della que ouuera nas eleições passadas destes annos atrás desordens perjudiciaes ao serviço de Deos e de Sua Magestade e ao credito e reputaçã da irmandade della acerca dos votos que se dauão para os eleitores que auiaõ de eleger os officiaes e irmãos da mesa da dita Casa, que saõ doze em numero para servirem nella hum anno, como he custume, cada hum no officio para que foy eleito, e querendo atalhar as ditas desordens de que ouue escandalo no pouo com necessario remedio para as naõ aver mais daquy em diante sobre os ditos votos que os Irmãos em geral da nobre e nomeos condiçã daõ para na conformidade delles se eleger os officiaes e mais irmãos da dita mesa, pratiquei nellas com pessoas graues, e com seu parecer as-reintei passar este alvará como protetor da dita irmandade nestas partes em nome de Sua Magestade, pelo qual ordeno e mando que no dia que ora vem da Visitação da Virgem Nossa Senhora a Santa Isabel, e em todos os tais dias que pelo tempo em diante se seguirem em que ouuerem de fazer as ditas eleições, se naõ dem votos nenhuns para eleitores aos officiaes e mais irmãos da dita mesa que annualmente serviraõ este anno té o dito dia da Visitação nem nos que serviraõ nella o anno proximo passado, porque votandosse para eleitores em outros Irmãos fique sua eleição, e a que elles fizerem depois de eleitos para officiaes e irmãos da dita mesa do anno seguinte, sendo mais canonicas e puras sem se entender nem ver nellas afeição nem odio a despeito ou compramimento daqueles que por respeitos bons ou máos pretemdem ou desejaõ ser officiaes e irmãos da dita mesa o dito anno, visto como he esta a temçã do Compromisso e do juramento que para este effeito se lhes



dá, que emtaõ se fiqua mais inteiramente guardando quando se naõ daõ os votos para eleitores nos que de presente seruem ou seruirãõ o anno, atrás senãõ naquelles irmaõs que podem servir por se votar livremente nelles sem pejo de sua presença ou ausência de pouco tempo. Notefiquoõ asy a todos os Irmãos da dita irmandade para que votem livremente conformandosse com suas consciencias a esta minha ordenança feita em nome de Sua Magestade pelas sobreditas causas que me moneraõ fazella como seu Viso Rey e proteitor della pela mesma razaõ nestes estados, e Irmão da dita irmandade, a qual ordenança os ditos officiaes e mais Irmãos da dita mesa, que era saõ e pelo tempo em diante o forem, guardaraõ infalivelmente sem duvida nem contradicção alguã por muito justa e correspondente ás do Compromisso da dita Casa, e emcomendo ao Padre Dayã da Sé desta cidade, irmão da dita irmandade, da parte de Sua Magestade, e em seu nome lhe mando a elle, ou a quem assistir na acceitação dos votos que se derem para eleitores naõ aceite nenhum que for para os presentes da dita mesa nem para os do anno passado, e o Provedor ao alimpar da pauta dos eleitores naõ mandará tirar da mesa os mais Irmãos como se já fez sem pouco escandallo (sic), por quanto do contrario, que eu naõ espero pelo desprazer que Sua Magestade pode ter de se naõ guardar esta dita ordenança que em seu nome fiz, se s'guirá irmandar eu que se naõ guardem as ditas eleições, nem se faça obra por ellas, e que se proceda contra os culpados como me parecer, e se ordenem outras na forma que entender que cumpre ao serviço de Deos e de Sua Magestade e á honra da dita irmandade; e este dito alvará valerá como carta comendada em nome de Sua Magestade e selada de seu selo pendente sem embargo da disposicão em contrario da Ordenaçãõ do 2.º Livro, titulo 22, e posto que naõ passe pela chancelaria sem embargo da dita Ordenaçãõ por o Chanceler ser fora de cidade, e a materia naõ requerer esperarse por elle por ser em maior beneficio da dita irmandade e se

aver de effeitoar logo, e se apregoará á porta da dita Misericordia asy ás vespuras da Visitação como ao dia antes de comensarem os officios para a todos ser notorio o que asy ordeno no dito alvará de que se fará assento nas costas, e se registará depois no Livro dos registos das prouisoões que ha na dita Casa fixamdoosse primeiro na dita porta acabados os ditos dous pregoes a que assistira hum meirinho com seu escriuaõ para fazer as ditas diligencias e naõ consentir que se tire da dita porta, e feitas o entregará ao escriuaõ da dita mesa estando presentes os officiaes della e irmaõs com o dito Dayaõ para que o lea e o guarde para o registrar, e se pôr com os outros alvarás ou prouisoões que estão na dita Casa. Estenão Nimez o fez em Goa a xxblij de Junho de M. D. Llib (1595). Eu Jorge de Lemos a fiz escreuer.—  
*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl 63 v.)

## 193.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este aluara de ley virem que por justos respeitoes que me a isto monem e seruico de Sua Magestade, bem de suas armadas que neste estado traz para guarda e defemção delle, ey por bem e me praz, e por este maodo e defemdo em seu nome que da publicação delle em diante nenhum navio de qualquer sorte que scia e de qualquer pessoa, calidade, e condição naõ navegue nesta costa da India com marinheiros Canarins e Tambonas, sob pena de emcorrer em perdimento do dito navio, ametade para quem o acnsar, e a outra ametade para se comprarem captiões para as galés do estado, e o dono do dito navio ser degradado cincoo annos para Ceilaõ sem ventisção avendo outrosy respeito a muita grande falta que fazem os ditos marinheiros ás armadas de Sua Magestade quando os ditos navios os trazem; e este sera apregado nesta cidade e nas terras de Salsete e Bardes, e onde mais comprix para a todos ser notorio, e da publicação

se fará assento nas costas delle. Notefiquoo asy ao Ouvidor geral do crime, e ás mais justiças, officiaes, e pessoas a que comprir, e lhes mando que o cumprã e guardem, e façãõ inteiramente comprir e guardar como se nelle contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta comesada em nome de Sua Magestade sem embargo da desposição da Ordenação do Liuro 2.<sup>o</sup> titulo xx em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa ao primeiro de Julho de 1595. Eu Jorge de Lemos o fiz escreuer.—O *Viso Rey*.

( Livro 1.<sup>o</sup> de Alvarás fl. 65 v. )

Segue-se este assento:

=No Liuro 7.<sup>o</sup> fl. 80 está registada a Ley sobre muitas falsidades e conluios que os Cristaõs da terra e gentios moradores nesta cidade e nas terras de Salcete e Bardez tem cometido e cometem ordinariamente nas demandas crimes e ciueis.=

## 194.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que avendo eu respeito aos farazes que seruem de alimpar e pemssar os cavallo dos fidalgos, officiaes delRey meu senhor, e dos cidadõs desta cidade, e doutras pessoas que a ella vem de fóra e aquy residem, naõ querezem servir sem primeiro lhe pagarem dantemaõ tres pardãos que de quatro annos a esta parte costumauão leuar de sua bata e muxara. naõ sendo este o esullo e presso antigo, mas conforme a elle averem os bazaruquos de sua bata cada dia para comerem, e acabado o mes hum pardão douro, o que he causa de gastarem a tal muxara antes de a venderem em seus vicios e costumes desordenados, e de naõ servirem bem, e muitos fogirem com ella, como de tudo fuy informado, e a experiencia o tem mostrado; e querendo eu nisto prover pelo que cumpre ao serviço de Sua Magestade e ao bem comum de seus vassallos, e dos moradores desta dita cidade, e por asy parecer aos desembargadores da mesma Relação, ey por bem e me praz, e por este mando

Mando em nome de Sua Magestade que daquy em diante nenhũa pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que seja que tiverem farazes ou os quizerem ter para se servirem delles em seus cavalloos lhes naõ paguem muxara alguã adiantada, somente lhe dê a sua bata de cada dia para seu mantimento, e no cabo do mes depois de a terem vencida hum pardão douro da maneira que se fazia antigamente, e isto se naõ entenderá nos farazes que nesta cidade tiverem suas mulheres e filhos, porque a estes como a mais seguros lhes poderaõ dar adiantado hum pardão para dez dias para se sustentarem, e mais naõ, sob pena de todo o que o contrario fizer e for contra o que mando perderem a muxara que derem ou tiverem dado adiantada aos ditos farazes sem mais terem direito contra elles nem os poderem obrigar a lha tornar nem a servir o tempo que lhe faltar fogimdo lhe com ella, e para que a todos seia notorio mando que esta seia apregoada pelos lugares publicos desta dita cidade, de que se passará certidaõ nas costas della. Notefiqueo asy ao Ouvidor geral do crime desta corte, e a todas as mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumprã e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, o qual será outrosy registado no camara desta dita cidade para sempre se saber como asy o mando e ordeno pelos ditos respeitoos, e valerá como carta passada em nome de Sua Magestade sellada de seu sello pendente sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, titulo 20 que dispos o contrario. Antonio Barbosa o fez em Goa a xiiij de Outubro de 1595 Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 68 )

195.

Mathias d'Albuquerque &c. faco saber aos que este meu alvará virem como Sua Magestade mui particular-

mente me emcomenda que'dê ordem como na fortaleza de Diu por ser fronteira aja vigia de soldados na porta della e quartos como se fazem em Ormuz, e que dentro nella viuaõ os que pôderem para melhor segurança e guarda da dita fortaleza, pelo que ey por bem e me praz que o Capitaõ da dita fortaleza de Diu faça viuer na dita fortaleza os casados e soldados que lhe bem parecer, e de huns e outros faça alardo e repartirá todos os que achar pelo dito alardo por quartos para vigiarem a porta da dita fortaleza, huns pela menhã té o meo dia, e outros desde huã ora até o sol posto com suas armas que para este efeito mandará que leuem e tenhaõ comsigo na mesma porta, e em quanto não vierem estas vigias não estará a porta de todo aberta mais que o postigo pequeno, e os porteiros ordenados á dita porta teraõ tal aviso que por nhũ caso deixem entrar pessoa alguã que por curiosidade o quiser ver sem deixar as armas, e querendo o dito Capitaõ sair fora da fortaleza não ficará a porta aberta nem menos o acompanharaõ os que tiuerem obrigação de a vigiar aquelle dia; e ordenará o dito Capitaõ quatro corporais (sic) soldados de confiança, e a que os outros tenhaõ respeito, e repartirá todos os casados e soldados por elles tanto a hum como a outro, entrando neste numero seus proprios criados que tiuerem idade para seruir, e asy ordenará hum apontador que faça rol e ponto de todos para que não possa faltar algum na dita vigia sem saber. E hum dos corporais (sic) vigiará pela menhã com a gente que lhe for ordenada, e outro á tarde, e outro dia logo seguinte os outros dous, de modo que cada dia aja duas vegias como fica dito. E faltando algum casado ou soldado na dita vigia não estando doente, o dito apontador lhe porá ponto para se lhe descontar aquelle dia que falta quando se lhe pagar o quartel. E aos ditos corporais (sic) se lhes daraõ mais hum quartel pelo trabalho que ande ter em seus cargos, aos quaes o dito Capitaõ passará suas promissoes por virtude desta como se usa em Ormuz, e os obrigará que vaõ á dita vigia e cumpraõ com suas obrigações inteiramente, e esta mesma ordem

teraõ e cumpriraõ os Capitaẽs que pelo tempo em diante forem, por Sua Magestade o aver assy por muito seu serviço. E para uir á noticia de todos mamdo que esta se apregoe na dita fortaleza de Diu e pelos lugares publicos della, e será registada no liuro da feitoria de Sua Magestade para que fique por ordinaria a paga do quartel que se ade dar mais aos ditos corporais ( sic ), e para se leuar em conta ao feitor que ora he da dita fortaleza e aos que pelo tempo em diante servirem o dito cargo. Notefiquoo asy ao dito Capitaõ, Ouvidor, e Oficiaes, e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer e aos que ao diante forem, e lhes mando que asy o cumprã e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he sem duvida nem embargo algum, posto que o effeito della aja de durar mais de hum anno. e nao passe pela Chancelaria sem embargo das Ordenaçõs em contrario por ser do serviço de Sua Magestade. Joãõ de Freitas a fez em Goa a xiiij de Outubro de M. D. LRb ( 1595 ). Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl 66 v. )

## 196.

Mathias d'Albuquerque &c. aos que este meu aluará virem faço saber que auemdo eu respeito a ser da obrigaçãõ dos feitores das fortalezas deste estado mamdam a casa da fazenda dos Contos cadernos dos pagamentos dos soldados para se lhes dar despacho e descontarem na matricula, o que alguns não fazem, nem cumprem neste parte particular o Regimento de Sua Magestade, de que resulta não se poder com tempo atalhar muitas desordens que ha e fazem nos tais pagamentos, asy em se pagar mais gente da que he ordenada a cada fortaleza como em matriculas de pessoas que não residem nellas, o que he em muito prejuizo da fazenda de Sua Magestade e perda della, pelo que em seu nome mando a todos os feitores de dito senhor em geral e a

cada hum em particular que cumpraõ o dito Regimento inteiramente fazendo os pagamentos pela ordem nelle declarada, e tanto que forem feitos os mande logo ao Vedor da fazenda ficamdo-lhes o traslado autorisado, sob pena que naõ os mandando tudo o que se nelles depois achar que soy pago fóra da ordem do dito Regimento e das prouisoões que sobre isto são passadas aey em se pagar mais gente da que he ordenada á tal fortaleza como em duvidas que aja na matricula aos descontos por qualquer via que seja, o tal feitor pagar em dobro á fazenda de Sua Magestade tudo o que nisso montar sem lhes ser recebido escusa alguã por que deixaõ de cumprir o dito Regimento e mandar os ditos cadernos, e tudo affirm de pedirem depois suprimentos e retardarem as contas logramdosse do dinheiro, e mando ao Vedor da fazenda que tanto que vierem os ditos cadernos e constar por por elles que se pagou mais gente da que he ordenada á tal fortaleza, ou que na matricula se deixaõ de fazer alguns descontos, faça logo carregar em receita sobre o executor geral o dobro do que nisso montar para ter cuidado tanto que o dito feitor vier dar sua conta ser logo executado em sua pessoa e fazenda pela dita comtia, e a mesma diligencia e arrecadação fará o Prouedor mór dos contos ao tempo que os feitores vierem dar suas contas sem lhes esperar o fim dellas, e apresentando elles certidaõ que foraõ constrangidos pelos capitaes a pagar mais gente da que he ordenada fará logo carregar em receita por lembrança sobre o dito executor o dobro do que nisso montar para o arrecadar dos ditos Capitaes e por sua fazenda. E por quanto Sua Magestade lhes tem mandado e defeso em seu Regimento que per nenhuma via se entrometaõ em sua fazenda, nem mandem fazer despeza alguã posto que tenhaõ poderes de Vedor da fazenda, e a mesma ordem teraõ os feitores no pagamento dos cadernos dos parentes e criados dos Capitaes naõ pagando a cada hum mais que a contia que lhe constar por certidaõ do escriptaõ da matricula que vemce de quartel

mandando os cadernos pela maneira acima a esta fazenda de Goa, ou certidão do escrivão da feitoria de como lhe lembrarão que os mandasse descontar por ser obrigação sua; e constando ao Provedor mór da casa da fazenda dos Contos que se pagou por elles mais contia do que tinhaõ de quartel, ou que alguém não tinha vencimento para se descomtar fará logo carregar em receita sobre o executor o dobro do que receberão para o arrecadar pela fazenda dos ditos capitaes. Notefiquo aey ao dito Vedor da fazenda, Provedor mór dos contos, feitores, mais officiaes e pessoas a que pertencer e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação comprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e se registará na casa da fazenda dos contos para quando vierem os cadernos a ella dos ditos feitores se fazer o nelle declarado; e valerá posto que não passe pela Chancelaria por ser do serviço de Sua Magestade; e o effeito dello aja de durar mais de hum anno sem embargo das Ordenações em contrario. Esteuão Nunes o fez em Goa a xxv de Outubro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 69 )

## 197.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará uirem que auendo eu respeito aos moradores da cidade de Chaul não consentirem na alfandega que está solenemente assemtada por mandado de Sua Magestade, antes persuaderem em motins, lenantamentos, e desordens de grande escandallo e desserviço do dito Senhor, e o assemto que sobre este particular se tomou pelos desembargadores da mesa da Relação, e por bem e me praz por virtude do dito assemto que todas as fazendas que sairem de Chaul para qualquer fortaleza deste estado ou para qualquer outra parte que não leuarem certidão feita pelo escrivão da alfandega ou feitoria assinada por elle e pelo feitor de Chaul para ser valiosa de



como as pessoas que as mandaõ por sua conta pagaraõ direitos dellas por entrada, e saíndo por conta doutras pessoas de como pagaraõ por saída na dita alfandega de Chaul, sejaõ todas perdidas para a fazenda de Sua Magestade sem remicão alguã, o que se entenderá nas fazendas que deuem direitos por bem do Regimento da dita alfandega, os quaes seraõ carregados em receita sobre os feitores das ditas fortalezas, e as embarcações em que as taes fazendas se carregarem seraõ taõbem perdidas naõ mostrando o capitaõ da embarcação certidão do feitor de Chaul de como pagaraõ as partes dos direitos devidos na dita alfandega, e se alguã armada do estado achar alguãs embarcações depois de saírem de dito Chaul e nellas achar fazendas sem certidão de como pagaraõ direitos pela maneira que dito he, o capitaõ mór da dita armada as tomará e fará logo inventario ao tempo que se tomarem, e as mandará a esta cidade onde se carregaraõ em receita sobre o feitor de Sua Magestade, e toman lose as ditas fazendas em alguã das fortalezas, a quinta parte se repartirá pelos officiaes da alfandega della pelo modo que se declara por outra pronisaõ, e tomandosse no mar por algum navio da armada a dita quinta parte se repartirá pelo capitaõ e soldados pelo modo que se declara na mesma pronisaõ, e esta defesa se naõ entenderá nas fazendas do Melique e de seus vassallos as quaes liuremente poderaõ navegar como sempre fizeraõ sem pagar direitos na dita alfandega sem embargo de se ter mandado o contrario no Regimento da dita alfandega que foi feito em tempo que elle estava de guerra com este estado, porque Sua Magestade ha por bem que o dito Melique e seus vassallos sejaõ desobrigados dos taes direitos, e as pessoas que comprarem fazendas em Chaul as naõ compraraõ sem os vendedores lho darem certidão de como pagaraõ por entrada, porque naõ trazendo a dita certidão seraõ obrigados os ditos compradores a pagarem os ditos direitos de entrada posto que os tenham pagos por saída. Notefiquo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade,

e a todas suas justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, que ora são e ao diante forem, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação comprir e guardar como se nesta contem sem duvida nem embargo algum. E para a toda ser notorio, e ninguem poder alegar ignorancia este será apregoado nesta cidade e na de Chaul, e registado na Casa da fazemda dos contos, e na feitoria de Chaul, e nalfamdega della, e valerá como carta sem embargo da Ordenação do Liuro 2.º titulo xx, que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum anno passem per cartas, e per alvarás não valhaõ. Antonio da Cunha o fez em Goa a xxbj de Outubro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 71 )

## 198.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Visorrey de India &c. aos que esta certidaõ virem faço saber que em huã carta que ElRey meu Senhor me escreveo este ano presente de nouenta e cinco feita em Madrid a treze de março (?) do dito ano está hum capitolo que trata das filhas de Francisquo Velho que foi capitão de Mascate, de que o traslado he o seguinte :

—E asy me dizeis que estando Francisquo Velho por capitão da fortaleza de Mascate falecera mui pobre tendo muitos seruiços, e lhe ficara hum filho e duas filhas taõ deseparadas que mouido de piedade hum cazado de Ormuz lhe recolhera as filhas em sua casa, e que por eu ter feito merce a seu pay do officio de corrector mór daquela fortaleza que.... devia fazer merce delle a huã de suas filhas para seu casamento, e á outra de outro officio equivalente para seu casamento, e vendo o que sobre isto me escreueis, ey por bem de lhes fazer as ditas merces, e nomeareis á segunda o cargo de que lhe deuo fazer merce, de que a ambas passareis certidaõ para..... a este Reyno requerer suas prouisões, e estas merces que lhe asy faço avaraõ efeito casando com pessoa aptas, —

E, por me ser pedrão esta por parte das filhas de Francisco Velho lhã mandei passar com o traslado do capitolo acima. Antonio Barbosa a fez em Goa a 24 de novembro de mil beRb (1395). Luis da Gama o fez escrever—O *Viso Rey*.—Luis da Gama.

Certidão das filhas de Francisco Velho já defuncto da merce que lhes Sua Magestade fez pelo Capitolo acima trasladado.

Pera V. S. ver

*Verba à margem.*

Por está carta se não fará obra em tempo algum, por quanto a Francisco Nunes (por nauer sido cazado com Catharina Reimoa filha de Francisco Velho contendo nella) se lhe passou carta patente da Capitania da fortaleza de Mascate em vertude de hum aluará de Sua Magestade feito em Lisboa em o primeiro de Dezembro de 604 pello qual fazia merce á dita Catharina Reymoa para seu casamento da dita Capitania, e por o dito aluará requerer esta verba se pôs aqui para a dita Catharina Reimoa não haver effeito do cargo de Corretor mór dos caualos de Ormuz com que estaua despachado seu pay o dito defuncto Francisco Velho, de que se faz menção no mesmo álúara. Goa a 24 de Janeiro de 1639.—*Amauro Rodrigues.*

(Livro 5.º fl. 578-bis)

199.

Mathias d'Albuquerque &c façosaber aos que este meu aluará virem que auendo eu respeito ao muito que importa á defenssão da cidade de Chaul e a sua fortificação estarem afastadas do mufo della as casas que se fizerem fóra da dita cidade, ey por bem e mando em nome de Sua Magestade que hũa casa se faça fóra da dita cidade sobradada, e as terreas que se fizerem sejaõ de paredes fracas afastadas letenta até oitenta braças crauéis, ou quando menos as que o Viso Rey Dom Duarte de Meneses mandou per sua prouisão estúessem apar-

tadas do muro da dita cidade, e fazendoas doutra maneira, ey por bem e mando que sejaõ derribadas e postas por terra. Noteficoo assy ao Capitão que ora he da dita cidade e ao diante for, Juizes, e Vereadores, Ouidor, e feitor della, mais officiaes, e pessoas a que este for apresentado, e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e fação cumprir e guardar inteiramente sem duvida nem embargo algum, sob pena de se lhes dar em culpa em suas residencias, e lhe ser muito estranhada. E para que venha á noticia de todos e se não possa alegar ignorancia, mando que seja apregado na dita cidade de Chaul pella praça e lugares publicos della, de que se passará certidão nas costas desto, e será registado no liuro da Camara da dita cidade e valerá como carta passada em nome de Sua Magestade e selada de seu sello pendente sem embargo da Ordenaçãõ do Liuro 2.º titulo 20 em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a x de nouembro 1595. Luis da Gama o fez escreuer. E estando alguãs feitas as fará logo derribar.—*O Viso Rey:*

( Livro I.º de Alvarás fl. 73 )

## 200.

Mathias d'Albuquerque &c: faço saber aos que este meu alvará virem que eu sou informado que o mar que bate na praya da cidade de Cochim a vay comendo de maneira que chégaua á fortaleza e á casa da alfandega della, pelo que ey por bem e mando aos Vereadores e procurador do conselho da dita cidade que do dinheiro do hum por cento concertem o caes e entulhem e fortifiquem aquella banda da praya, e façãõ nella toda a obra que for necessaria para que a dita fortaleza, alfandega, e almazens fiquem seguros, e não se abraõ e arrunhem por causa da vezinhança do mar, e mando ao thesoureiro dos dito dinheiro do hum por cento dê para a dita obra todo o dinheiro que os ditos Vereadores per acordo e assento determinarem ser necessaria para ella, e por

mandados seus e conhecimentos das pessoas que o receberem feitos em forma mando aos contadores que lho leuem em conta. Noteficoo assy aos ditos Vereadores, thesoureiro do hum por cento, e lhes mando que o cumprã e guardem, e façãõ cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum. Antonio da Cunha o fez em Goa a xij de nouembro de 1595. Luis da Gama o fez escrever. E isto mesmo faraõ e guardaraõ os Juizes e Vereadores, e procuradores do Conselho que enlegerem em Janeiro do anno de 95 (sic)—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 73 v. )

## 201.

Mathias d'Albuquerque do Conselho de Sua Magestade, Visorey da India &c. faço saber ao Juiz e officiaes dalfandega da fortaleza de Diu e a todos os mais officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer que sendo eu informado que na dita alfandega se faziaõ despachos dos direitos das fazendas, ouro, e prata que a ella uinhaõ contra ordem do Regimento da dita alfandega que os officiaes della naõ queriaõ cumprir nem guardar, e corriaõ com os ditos despachos a seu aluedrio fundados em seus proprios interesses. de que se seguiaõ grandes inconuenientes contra o seruiço de Deos e de Sua Magestade e perda de sua fazenda, e os moradores eraõ auexados pelas ditas desordens em que consentiaõ os contratadores por nesse modo receberem proueito deixando de vir á receita toda a renda que a dita alfandega rendia, pelo que mandey em nouembro de 92 ás fortalezas do Norte Francisco Paez, Prouedor mór dos contos com poderes de Vedor da fazenda, dandolhe por instruçãõ que fosse á dita fortaleza de Diu, e achando que se naõ guardaua ho Regimento da alfandega, e se cometiaõ excessos nos despachos que se nela dauãõ se fizesse o despacho de modo que em tudo se comprisse o seruiço de Sua Magestade

viado á recadação sua fazenda, e guardandose justiça ás partes, em cujo comprimento o dito Francisco Paez fez o dito Regimento declarando nelle tudo o que compria ao serviço de Sua Magestade para a boa ordem do despacho e se fazer justiça inteiramente ás partes, e feito o deixou na dita alfandega entregue ao juiz e officiaes della para o comprirem sob as penas nelle contendas. E porque ora sou informado que alguns officiaes da dita alfandega, e os contratadores della e outras pessoas contra o serviço da Sua Magestade não querem guardar nem cumprir o dito Regimento, e contra forma delle fazem os despachos cometendo desordens em evidente perda da fazenda de Sua Magestade, e dano e engano das partes, e querendo eu nisso prouer para que daqui em diante não aja semelhantes enleos, e se guardé o dito Regimento como comprey por bem de confirmar e por este confirmo tudo o que se contem no dito Regimento, e mando ao Juiz da dita alfandega e a todos os officiaes della, e aos mais a que o conhecimento deste pertencer que cumprão e guardem o dito Regimento inteiramente e conforme a ordem delle, e fação os despachos sem excederem o modo em cousa alguma nem lhe darem outro entendimento, sob pena de o official ou contratador que o contrario fizer ou consentir ser prezo, privado do cargo que tiver, e ser castigado com as penas crimes e ciueis conforme ao dito Regimento, e alem disso pagar mil cruzados para os catiuos e acusador. Noteficoo asy ao Capitão da dita fortaleza de Diu, Ouvidor, Juiz, e Officiaes, e Contratadores, e ao feitor de Sua Magestade, mais pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprão e guardem sem duvida nem embargo algum, e este valerá como carta posto que o efeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação em contrario; e para que venha á noticia de todos, e não aja quem possa alegar ignorancia se apregoará pela praça e lugares publicos de Diu e na alfandega della, e se registrará no Liuro em que está o dito Regimento, e de tudo se passará certidão nas costas deste, que o dito Juiz da alfandega me tornará a emular sob

pena de suspensão de seu offício. João de Freitas o fez em Goa a xb de nouembro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 75 )

## 202.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que eu fuy informado que nas náos do Reyno que desta cidade partem para na costa do Canará, Cochim, e Coulaõ tomarem a carga que amde levar de pimenta para o Reyno leuaõ nos payoes e gasalhados dellas drogas e outras fazendas de pessoas particulares em tanta cantidade que com trabalho podem tomar sua carga de pimenta, e alem disto muita da dita fazenda naõ he vista em Cochim para se poder saber se traz pagos os direitos que deue nas alfandegas de Sua Magestade, pelo que ey por bem e mando que daqui em diante nas náos do Reino que forem desta cidade fazer carga á costa do Canará, Cochim, Coulaõ e qualquer outra parte naõ letiem fazer da alguã no corpo das ditas náos ou em outro algum lugar mais que nos gasalhados dos capitaes, officiaes e marinheiros dellas sob pena de toda a fazenda de qualquer calidade e sorte que for que se achar nas ditas náos fóra dos ditos gasalhados ser perdida ametade para a fazenda de Sua Magestade e a outra ametade para o accusador, e a fazenda que per esta maneira for nos ditos gasalhados será tirada em terra em Cochim para ser vista e se saber se tem pagos os direitos sob as ditas penas. Noteficoo aey ao Vedor da fazenda da carga das náos, capitaõ mór, e capitaes das ditas náos; e aos das fortalezas da Sua Magestade, mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que cumprão e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e serã apregoados nesta cidade e nas ditas fortalezas do Canara e cidade de Cochim, e nas mais onde cumprir, e valero como carta sem embargo da Ordenaçã do Lauro

2.º titulo 20 que o contrario dispõe. Esteuão Nunez a fez em Goa, a xh. de novembro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

*Postura do Senhor Viso Rey.*

E as fazendas que forem nos gasalhados dos capitães e mais officiaes das náos serão suas proprias, e sendo alheas e doutras pessoas teraõ as penas declaradas nesta prouisaõ, e com esta declaraçãõ mando que se cumpra. Luis da Gama o fez em Goa 16 de novembro de 1595.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 76 )

## 203.

Mathias d'Albuquerque do conselho de Sua Magestade, Viso Rey da India &c. faço saber aos que este meu alvará virem que auendo eu respeito a Sua Magestade ter reservado para sua fazenda o trato da pimenta destas partes e defendido sob graues penas que a não possa comprar senão os contratadores della para por este respeito se poder auer mais barata, e ora o Vedor da fazenda Francisco de Frias me informar dos grandes inconuenientes que auya de hirem Portuguezes pela terra dentro da costa do Canará fazer a dita pimenta per conta dos ditos contratadores sem nesta sua ida se intereçar cousa alguma para a fazenda de Sua Magestade, antes com ella se dar occasiã aos moradores daquellas partes se atreuerem a fazer afrontas aos Portuguezes que commumente andanaõ nesta negociaçãõ e meneo, pelo que se concertara com Santopá o grande morador nesta cidade e Maõgo Synay que se obrigaraõ dar cada anno ao peso nas fortalezas de Sua Magestade que estaõ na costa do Canará tres mil candis de pimenta, pedindome mandasse passar prouisaõ para serem conhecidos por estes, e ellas e seus freytores ajudados e favorecidos dos capitães das ditas fortalezas e mais officiaes de Sua Magestade, e visto per mym seu padre dizer ser justo, por este e por bem e mando que nã



pessoa de qualquer qualidade e condição que seja estorue nem impida aos ditos Santopá e Mango Synay, nem as pessoas que mostrarem poder e procuração sua, tratarem em pimenta nas ditas fortalezas pelo tempo que o dito Vedor da fazenda declarar per seu asinado, e nhuã outra pessoa nellas compre pimenta sob as penas declaradas no regimento e prouisoês que sobre esta defeza são passadas saluo os ditos contratadores e seus procuradores e agentes que a traraõ ao peso como dito he para nelle lhe ser paga per conta da fazenda de Sua Magestade, sem a poderem embarcar nem levar para outra alguã parte. Noteficoo assy aos capitaês das ditas fortalezas, Onnidores, feitores, juizes, justiça, officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e façaõ cumprir e guardar inteiramente como se neste contem sob pena de pagarem á fazenda de Sua Magestade e aos ditos contratadores todos os interesses danos e perdas que por isso receberem. E para que venha á noticia de todos, e não aja pessoa que possa alegar ignorancia, mando que este seja apregoado pollas praças e lugares publicos das ditas fortalezas do Canará e onde mais comprar. Antonio da Cunha o fez em Goa a xb de nouembro de 1595. Luis da Gama o fez escrever.—O *Viso Rey*.

( Livro 1.º de Alvarás fl 77 )

1596.

## PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

204.

Eu ElRey faço saber a vós Conde da Vidigeira, Almirante da India, do meu conselho, que ora emuo á queilas partes por meu Visorrey delas, que por esta Instrução ( que he huã das que leuaes ) vos mandarey declarar o que ey por men serviço nas materias do que o Visorey Mathias d'Albuquerque me deu conta por suas

cartas que vieraõ nas vyas do anno passado de nouenta e cinco.

I. Pelas quaes entendi como o Bispo de Cochim que ficava governando o arcebispado de Goa procedia bem nisso, e tinha visitado as Igrejas daquelle arcebispado, e fizera repaírar a See com o dinheiro das penas e condemnações e a prouera de alguns ornamentos, e tinha applicado as condemnações e penas do mesmo arcebispado a obras piás: e posto que lhe mando agradecer tudo isto por minha carta vos encomendo que taõbem lho digaes de minha parte emformandoos primeiro do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Meneses do que sehou feito nestas cousas; e a estes dous Prelados e aos mais da Índia favorecereis em tudo o que for rezaõ tendo particularmente conta com o Arcebispo de Goa pela calidade desta prelazia e de sua pessoa e boas partes.

II. E assy me diz que creceo muito a fabrica da See noua que em Goa se faz em que se dá muita presa com o dinheiro per que se vendeo a viagem da China e outro que se descobrio de desaminhados, que tudo se despemdo nella, de que se toma muy meuda e estreita conta, o que dantes se não fazia; e tambem o mando agradecer na mesma carta ao dito Bispo de Cochim; e com o Arcebispo de Goa tratareys esta materia, e com seu parecer dareys ordem como se guarde esta que está dada que parece boa, ou a que ambos entenderdes que será mais conyeniente para tudo.

III. Tambem me escreueo o dito Mathias d'Albuquerque que o Bispo de Japão Dom Pedro Martins procedia com diferente modo do que se esperaua da Religião em que se criou: encomendouos que tomels informação disto porque já poderia ser que a não teria taõ certa Mathias d'Albuquerque, e achamto cona que requeira aduertencia; ordenareys omti parecer do Arcebispo de Goa que se lhe faça tanta quanto for necessário por via do Prouincial da Companhia; ou como se entender que será mais conueniente.

IV. E assy me deu conta que os Frades da Ordem

de São Francisco se occupão com grande cuidado nas terras de Bardes e outras partes que lhe cabem na conversão do gentio, e fazem nella muito fructo, e serviço a nro Senhor, e que os de São Domingos fazem o mesmo em Solor e Timor e outras partes vizinhas a Malaca, e que os Religiosos da Companhia nas terras de Salcete, Serra, e na Costa da Pescaria fazem e que deuem e tem muito cuidado desta obra que trazem entre mãos da conversão dos infieis, e que por todas as outras partes onde residem fazem nisto ventagem nella, e a procura, e que así o seu Prouincial que está na China como o Vissitador procedem com grande satisfação; e tudo isto folgei muito de saber porque estas são as novas que mais desejo daquellas partes e o que principalmente delas pretendo, e deste mayor interesse podem resultar todos os outros que por grandes que sejam não tem comparaçã com ele, e conforme a este increcimento vos ey por emcomendada esta materia e o fauor que deueis dar a todos estes Religiosos.

V. E porque me diz que os de Santo Agostinho são mais necessitados que todos, e que por sua pobreza lhe deula em fazer alguma merce no acrescentamento de suas ordinarias mórmente ao convento que tem em Goa, otue por bem de lhe fazer esmola alem das ordinarias que tem de minha fazenda de mais huã pipa de vinho de Reyno, e de hum candil e quinze mds d'arroz preto, e de cinco fardos de arroz giracal, e de tres candis de trigo, e de hum candil d'azeite de coco, e de meu candil de cera, de que lhe mandey passar provisã.

VI. Emcomendonos que a todos os prelados, cabidos, ministros do Santo Officio, e Religiosos daquellas partes mandeys pagar seus ordenados e ordinarias na forma em que o tanto mandado, e que entendão eles de vos como ya disto emcarregado, e que não sera necessario emuiaremme daquy em diante queixas disto como o fazem todos os annos.

VII. Tambem me escreue o dito Matias d'Albuquerque

que os Religiosos da Companhia tem em Goa cuidado do Ospital, e que por ser casa pequena e em que os enfermos padecem trabalho, lhe fiz mercê do procedido de huã viagem da China para se fazer outra casa mais espaçosa, pelo que vos encomendo que se achardes que a dita viagem imda não he feita, ordeneis como se faça conforme a prouisaõ dela sem embargo dos prouidos, que he a ordem que se tem quando estas tais viagens se concedem pera obras e cousas publicas, e esta he tão útil e necessaria em beneficio do bem comum de todos como por ela se vê.

VIII. E porque sou ynformado que o Licenciado Pero Bárreto que serve de Ouvidor em Damão anda em diferenças com o capitão da dita fortaleza, emcomendouos que se quando chegardes os achardes na mesma diferença, saibaes a causa dela e procedaes nisso segundo o caso, e vos informeis se ha outros semelhantes para tambem prouerdes neles, porque estas cousas conuem que se atalhem no principio, ou compondose ou castigandose segundo os casos e as pessoas.

IX. E porque os ministros da justiça e todos os mais que comprim bem como suas obrigações deuem de ser fauorecidos e animados, vos encomendo que os que achardes que merecem por isto agradecimentos lhos deys de minha parte, e que na prouisaõ que com o Arcebispo e Chanceler da Relaçã de Goa fizerdes das seruentias dos cargos vagos tenhaes lembrança do Licenciado Manoel d'Abreu, sacerdote que o anno de 93 foi deste Reyno, achando que per suas partes e merecimento o merece, e digaes ao Arcebispo que se informe de como procedeo o Licenciado Antonio Simões no cargo de Vigário Geral do arcebispado de Goa, pera conforme ao que achar se ter tambem conta com ele na dita prouisaõ. E muito vos encomendo que com o Licenciado Pero da Silva que emuiõ nesta armada prouido do dito cargo de Chanceler tenhaes a conta que he rezaõ dandolhe todo o fauor e ajuda pera elle poder bem cumprir com a obrigação do dito cargo.

X. Como a materia da pimenta seja da importância que geralmente se tem entendido, e que vós mais particularmente sabeis, quanto menos palavras dela vos dizer, por mais emcomendada vola ey, e asy tenho por certo de vós que nela e em todas as outras juntareis á obrigação de meu serviço o desejo natural de proseguirdes o que o Conde Almirante vosso vissanô; que Deos perdoe, descubrio, e conforme e esta confiança que de uós faço, espero que procureis por todos os meios necessarios que se aja pera a carga das náos toda a pimenta que nelas se puder carregar defendendo o commercio dela por mar e por terra (como em outra minha Instrução volo mando) castigando com muito rigor os culpados em taõ grave culpa, e tanto contra meu serviço e contra a honra dos que nisto se esquecem da sua, que só por ella, quando não ouuera outra cousa, se ouueraõ de aver por afrontados de incorrerem neste genero de culpa, e será bem que de vós o entendaõ asy.

XI. Mathias de Albuquerque me escreueo que o cabedal da pimenta que foi o anno de 94 nas tres náos de que foi por capitaõ mór Ayres de Miranda se metera logo no mosteiro de São Francisco de Goa, como se costuma fazer todos os annos, e que depois de feitas as contas do que deuiaõ os contratadores do dinheiro que tinhaõ tomado a pessoas particulares para a compra da pimenta se entregaõ aos agentes do contrato o dinheiro que auiaõ mister pera prouer as feitorias, e porque parece esta ordem conueniente pera se empregar todo o dito cabedal em pimenta, e não usarem dele pera outras cousas de seus proveitos, vos emcomendo que nesta forma façaes proceder nesta materia pela importancia de que he.

XII. O dito Mathias de Albuquerque me escreueo que na receita e despesa do rendimento daquelle estado que vem ao thesouro tem continuado com muita ordem e emunado a este Reyno todos os annos por vias os livros de tudo como lhe mandey que o fizesse, pelo qte vos emcomendo que nesta forma procedaes nisto, e me emdeys

sempre outros taes liuros em que distintamente venha declarado todo o rendimento e despesa de cada hum anno sem faltar cousa alguma.

XIII. E asy me diz que as forças daquelle estado mais importantes são as armadas de cadano, e que cada dia se oferecem fazerse outras de nouo, e asaz entendido he isto até dos que o podem discorrer de longe e muito conuem que se considere que o anuamento das armadas a tempo he de tanta importancia como ellas mesmas, e que não cumpre menos escusarensse as desnecessarias, e para que ellas sejaõ de efeito, e por meu seruico que o rendimento das terras de Salsete se applique pera a despesa da ribeira de Goa (como o mando ora por huã prouisaõ minha que vos será dada.) e que se não despenda o dito rendimento das terras de Salsete em outra cousa alguma por muito precisa e necessaria que seja porque nãõ o pode ser mais que estas despesas da ribeira, com declaraçaõ que se não tirem destas remdas os pagamentos que nelas estiuereem asentados da clerecia, ministros da justiça, fazenda, e contos, que tambem são cousas de muita obrigaçaõ, mas de nouo se não asentaraõ outras imda que seiaõ semelhantes a estas.

XIV. Huã das cousas mais importantes, a meu seruico e conseruaçaõ daquelle estado, se entende que he guardar-se bem o novo Regimento que mandey ordenar sobre o modo em que se deuem fazer as despesas delg, pela que vos emcomendo o façaes guardar inteiramente como se nele contem, e me escreuaes todos os annos como asy se cumpre.

XV. Indo de algũs annos a esta parte em muita diminuiçaõ a renda dos direyos dos caualos que vem de Ormuz mandey dar licença para que se pudessem trazer ao Canará, Cochim, e outras partes, e que se arremdassem os direyos deles; sabeis o que nisto he feyto, e dareys ordem como sempre se arremdem os ditos direyos como tenho mandado, de que me auisareys.

XVI. Pelas rias do anno passado de 95 mandey por prouisaõ minha que com ellas foi que se tornasse a estar

os resgates que tinha mandado largar nas ruínas de Cuama da fortaleza de Cofala, e que se contratassem com os capitaes prouidos por mim daquela fortaleza; emcomendouos que deys ordem para que se guarde a dita prouisaõ como se nela contem avisandome do que achardes que será mais conueniente a meu seruiço e ao respeito que tenho de fazer merce aos ditos capitaes, e esta emformaçã podereis tomar quando pasardes por Moçaõbique de quem virdes que com menos sospeita vola poderá dar.

XVII. E porque por meu mandado se asentou alfandegua na fortaleza de Moçaõbique, e sou informado que rendeo o anno de 94 cinco mil cruzados dos direitos das fazendas que foraõ da India alem do hum por cento, ey por meu seruiço que se wa continuando com esta alfandega e pondo em arrecadaçã os direitos dela a que da-reys ordem, e me escreuerey o que nisto fizerdes.

XVIII. E outrosy ey por meu seruiço que a alfandegua que se asentou na noua fortaleza de Monbaça se não extinga per nhũ caso, e vos emcomendo que emcarregéis aos capitaes da dita fortaleza que comseruem os rendimentos da mesma alfandegua pera as despesas e ordinarias da dita fortaleza, sobre o que mandey passar a prouisaõ que vos será entregue com esta instruçã.

XIX. E porque sou informado que os annos passados ouue pouco rendimento na alfandegua de Ormuz sendo hum dos mayores daquele estado, e me aserueu Matias d'Albuquerque que o anno de 94 vieraõ em agosto trinta mil pardãos somente, vindo sempre daquela fortaleza muito grandes contias com que se acudia ás armadas e accidentes que sobreuihaõ ao estado, da que deuy ser causa quebraremse pagamentos no rendimento daquele alfandega, vos emcomendo que daqui em diante se não faça nhuã despesa deste rendimento na dita fortaleza se não as antigas ordinarias que não podem deixar de ser, e que todo o mais venha á India como sempre se costumou, e vos informeys da causa que ouue para esta diminuçã no dito rendimento.

XX Também entendi pelas vias do anno passado como por meu mandado se fizeraõ os tombos das terras de Damaõ e Baçaim, e que conforme aos ditos tombos ficaraõ muitas devolutas pera minha fazenda, e outras em que ella tem direito, pelo que vos encomendo que saibaes se está dado á execução do o que pelos ditos tombos estiver verificado, e ponhaes em effeito o que ainda nisto não foi feito pois he tão necessario não se deixar perder nhum rendimento nem fazenda daquele estado. E Mathias d'Albuquerque me escreveu que por aver muita diversidade de asoramentos naquelas terras pedira pareceres a' letrados pera qua os eu mandar ver, e com isso se detreminar como se deuem entender e a ordem que se deveu guardar nelles; e porque não vieraõ com as vias do anno passado (que denia ser por esquecimento, ou por depois se tirar a duvida) vos encomendo que se ainda aouver me enchieys os ditos pareceres nas primeiras nãos com o vosso, e em quanto não tiuerdes minha resposta se faça o que na Relação de Goa (onde proporeis o caso) se entender que he mais conforme á justiça.

XXI. El Rey de Cochim se aqueixou de eu mandar proner officio de corrector mór da alfandegua de Cochim; no que se entende que não tem razão porque no contrato que se fez com elle quando se ella se deu se declarou que eu ou o meu Visorrey cuidaria ne todos os officios que ha nas outras alfandegas d'aquelle estado, e por este ser muito necessario para se não cometerem communs e enganosa avaliação das fazendas, e ter eu já pródigo o dito cargo em Fernão Rodrigues de Maris por seus serviços, mandey passar a prouisaõ que vuy nestas vias, que vos encomendo façaes cumprir, e que a El Rey de Cochim emcaminheys nisto no melhor modo que puder ser para que se quiete com a razão de elle a não ter, mostrandolhe quanto eu solgo de lhe fazerem tudo merce.

XXII. Mathias de Albuquerque me escreveu que na não que partio para Malaca em Setembro de 94 mandara prouisaõ e regimento para que as fazendas que naquella fortaleza se embarcasem para Sancto Thomé, Negapatão,



e todos os mais portos daquela costa, Bengala, e Pegú, pagasem a seis por cento de saída conforme a hũa prouisaõ que naquele anno mandey, a qual vos emcomendo façaes goardar inteiramente como se nela contem.

XXIII. E asy me escreueo que por naõ achar quem quisesse contratar o cobre que vem da China se comçertara com os capitaes de duas naõs que aquele anno para lá foraõ que dos direitos que á vinda aviaõ de pagar na alfandegua de Malaca das fazendas que trouxesem tirasse cada hum deles em Macão seis mil cruzados e empregasem todos os doze mil em cobre juntamente com os seis mil xerafins que Dom Francisco d'Elca ficara devendo a minha fazenda da naõ que se lhe vendeu em Goa para ir fazer a viagem da China. e que pasara prouisoens pera se tomarem em pagamento os ditos doze mil cruzados aos contratadores da alfandegua de Malaca, e posto que o que nisto fez Mathias de Albuquerque fosse o que por entaõ pode ser, o que ey por mais meu seruiço he contratar-se sempre o dito cobre com os capitaes da dita viagem, e vos emcomendo que asy o façaes, e ao que toca á alfandegua de Malaca tanto que embora chegar des á India sabereis como se gasta o rendimento dela, e porque naõ vem o remanecente a Goa, em que prouereis da maneira que tenha inteiro effeito o que nisto cumpre a meu seruiço, de que me avisareis. e tambem do que resultou do emprego dos doze mil cruzados e seis mil xerafins que se quiaõ de fazer em cobre.

XXIV. E asy me diz Mathias de Albuquerque que fizera com a cidade de Goa que do dinheiro do hum por cento que lhe pertence mandasse seis mil xerafins pera se empregarem em cobre pera com eles se fundir a artilharia necessaria pera fortificaõ daquela ilha que me pareceo taõ acertado como o mandosse reuer a dita cidade a que taõbem dareys os agradecimentos disto da minha parte, e vos emcomendo que com este bom exemplo de Goa ordenseis que por conta das outras cidades e fortalezas se faça outro tanto de hum por cento que nelas ha significandolhes por quaõ seruido me averey disto, e a

este preposito vos emcomendo tambem muito que ~~tenhaes~~ muita vigilancia em se naõ trazer em náos de mercancia ~~de~~ artelharia alguã de meus almazens e fortalezas, e que se cumpraõ inteiramente minhas defessas neste casso, e especialmente a da ultima prouisaõ que sobre ela ma idey passar.

XXV. Tambem me escreueo que em todos os annos de seu governo teue cuidado de mandar a meus almazens deste Reyno o mais salitre que pode, e posto que he de crer que lhe naõ seria posinel nisto mais do que fez, asy ey esta materia por importante a meu seruico que me pareceo necesario dizeruos neste capitulo que espero d vós que vos ventageis nela com muita diferenca do que se atégora nisso fez, e vos emcomendo muito encarecidamente que todos os annos mandeys todo o salitre que puder vir nas náos repartido por elas.

XXVI. E asy me escreueo que mandaua na nao Chagas hum engenho que naquelas partes se ordenara para com facilidade se poder leuar a verga grande acima, o qual naõ chegou a este Reyno; emcomendouos que nas primeiras náos o emueys em maes que em huã só para se ver o efeito dele.

XXVII. Eu mandey a Mathias de Albuquerque que mandasse fazer tombos das terras e propriedades da Ilha de Goa, Salcete, e Bardes, e outros lugares daquele distrito, ao que me respondeo nas vias do anno pasado que se naõ podia isto fazer, senaõ depois da entrada do inverno emcomendouos que tanto que embora chegardes saí que nisto está feito, e ordeneis como se acabem os tombos se inda ouuer que fazer neles, e me deis fidaõta.

XXVIII. Mathias d'Albuquerque me escreueo que tirára de seu cargo Antonio Giralte, Veedor de minha fazenda em Goa, e proueta dele a Vicencio de Brune, que foi contra o que lhe eu tinha mandado por minhas cartas, e eicesso e culpa grande de que liue desprazer pela calidade dela e circumstancias que teue; pelo que vos emcomendo que tanto que chegardes á India o torneis

logo sem dilação alguã a restetuir ao dito cargo que ser uirá até se embarcar nas nãos em que his, em que lhe mando licença pera se vir embora como ma tem pedido por alguãs vezes, e nelas lhe fareis dar os guasalhados costumados a semelhantes ministros, e de minha parte estranhareis ao dito Matias de Albuquerque o que nisto fez asy em tirar de seu cargo o dito Antonio Giralte como em prouer dele Vicencio de Brune, cujo talento e nacimiento não era conveniente para tal cargo; e eu mando escreuer á Cidade de Goa o muito desprazer que tiue destas desordens, e que mandarey prouer com justiça para que se satisfaga o escandolo que delas ouue; e tambem ordenareis logo em chegando como Matias d'Albuquerque pague a minha fazenda todos os ordenados que tiuer leuado o dito Vicencio de Brune des o dia que o pôs no dito cargo até o em que for tirado dele; e que tambem pague a Antonio Giralte á sua custa todos os ordenados e percalços dos tempos que não seruió; e estas dnas cousas ordenareis que se fação logo e com effeito antes que se embarque para este Reyno, e lhe direis que lhe ficará seu direito resgoardado pera poder qua requerer sua justiça se entender que a tem, e me enviareis certidoões por vias de como se fez o que por este Capitulo mando.

XXIX. E asy me escreueo que a causa porque deixou seruir o contador Diogo Vieira seu cargo, posto que lhe eu tiuesse mandado que o tirasse dele; foi por ter de Francisco Paes, Prouedor mór dos contos, diferente informação da que dele me tinha emujado; e sem embargo do que nisto me escreue, vos encomendo façades comprir o que neste caso tenho mandado, e enuieis as culpas que achardes do dito Diogo Vieira, e sendo elas taes que se não deua dilatar o castigo delas, procederéis nisso como asentardes em. Rolação que he justiça.

XXX. E asy me diz que indo a não São Christouão de Moçaõbique para Goa se perdera com toda a fazenda e artellaria que trazia podendose embarcar tudo isto nas nãos de viagem que o dito anno foraõ ter áquella fortaleza, e isto por culpa de meus officiaes, pelo que vos em-

comendo que tanto que embora chegardes a Moçaõbique tireis muito particular informaçãõ dos culpados neste caso contra os quaes fareis proceder com todo o rigor que ele merece, de que particularmente me dareis conta por vossas cartas; e naõ tomando vós a dita fortaleza fareis fazer esta diligencia tanto que chegardes a Goa.

XXXI. E asy me deõ conta que tratara com os officiaes da ribeira de Goa e com outras pessoas praticas onde se podiaõ melhor e mais comodamente fazer alguãs náos para a carreyra da India pela forma e medida que tenho mandado, e que parecera a todos que cadano se poderiaõ fazer duas náos, huã em Damaõ, e outra em Cochim pela comodidade que ha nestas duas partes de madeiras e officiaes, e porque as deste Reyno vaõ já faltando, e as náos que se dellas fazem saõ de pouca dura sendo taõ necessarias, vos emcomendo que ordeneis como se façãõ estas duas náos cadano nas ditas fortalezas, por que de qua mandarey que se vos emuiem ancõras, entenas, cordoalha, estufada, e alguã ajuda de dinheiro, que he o que se diz que conhem que vá deste Reyno, e naõ deixareis de o lembrar de lá em vossas cartas, e deixar qua em lembrança pera que ma façãõ disso cada anno, e agora leuãreis o que disto puder ser que tambem lembreys.

XXXII. Tambem me escreue o dito Mathias de Albuquerque que tendo o Cotta Maluco catiuos treze soldados Portugueses que ficaraõ da armada em que áquelas partes foy Joaõ Caiado se resgatareaõ por meio de Antonio de Sousa Godinho sem se descobrir que vinha por ele, e lhe deu a entender quanto lhe couinha ter paz com aquelle estado para o trato e commercio do seu Reyno, com que naõ somente largou os ditos soldados com suas fazendas, mas ainda ofereceo pagar as parias que denia dos anos atrás, e ordenaua de lhe mandar embaixador, o que tudo foi bem feito e ordenado, e vos emcomendo que procureis por conseruar o dito Cotta Maluco namizado do estado, e a Antonio de Sousa dareis de minha parte os agradecimentos do que nisto fez.

XXXIII. E asy me escreue que o commercio do porto grande de Bengala está prospero, e que o Rey da terra largaua aos Portuguezes dos direitos que pagauõ tres por cento para com mais vontade acodirem a ele, o que tambem vos emcomendo procureis que se conserue pela utilidade que delle poderá resultar a meu seruiço e vasallos, e isto mesmo vos emcomendo no que tocar a todos os tratos e commercios do estado.

XXXIV. E asy me diz que chegára á cidade de Goa hum galeão de Maluco, e por cartas que nele vieraõ soubera que ficaua a fortaleza de Tidore quieta, e pelo contrario a de Amboino de guerra com os vesinhos, e que receua que crecesem os trabalhos dela, e que tinha dado ordem a Francisco da Silua que hia entrar na fortaleza de Malaca a socorresse com gente e mantimentos, e posto que creio que com este socorro estaraõ estas cousas com diferente estado, e que as fortalezas que mais longe estiuerm de vós tereis mais presentes para lles acodirdes, vos emcomendo estas do Sul, e juntamente com elas todas as maes como se de cada huã delas vos tratasse em particular.

XXXV. Tambem me diz que depois que os moradores de Macão emtenderaõ que ele mandaua emprazar pera a India algũs inquietos e cabeças do bando daquela Ilha cesaraõ (posto que naõ de todo) às disenções publicas que entre eles avya, e que arreceaua que se remedeem difficulosamente, pelo que será muito meu seruiço emformardesuos do estado destas cousas, e applicardelhes o remedio que for mais conueniente e apressado de que me avisareis.

XXXVI. Taõbem me diz que por via de Manilha se soube que o tirano de Japaõ estaua algum tanto mais brando, e tinha dado licença aos Religiosos da Companhia pera tornar a levantar a igreja de Naõgasqui e abitarem livremente naquele porto, e que se esperaua que com a chegada do Visitador da Companhia a sua corte com o presente que por ele lhe mandaua restetuisse de todo estes Religiosos á liberdade que dantes tinhaõ

na conversão da gentildade daquelas partes, que seria de muito effeito pera este tão grande negocio, e asy será hem que por esta mesma via e por todas as outras procreis a redução deste tirano, e ponhaes nisto todo o cuidado, endustria, e bom modo, avisandome sempre de como nesta cristandade de Japão se procede.

XXVII. E asy me diz que hum Sebastião d'Aguiar que naquelle estado me tinha servido dez annos de soldado é depois de capitaão fora a Ceilaão com Pero Lopes de Sousa por capitaão de hum nauio, e que na tomada das tranqueiras do Reyno de Candea pelejando com muito esforço acabou, e ficára sua may com duas filhas, e que lhe parecia que ela merecia por sua vertude e pelos serviços deste filho morto e de outro que audava servindo, duas viagens de Goa pera Moçaõbique pera cassamento das ditas suas filhas, huã viagem a cada huã, e que a ela deuia eu fazer mercê de cem pardãos de tença cada anno em sua vida, e avendo eu respeito ao que me o dito Matias de Albuquerque asy escreue sobre isto, ey por bem de fazer estas merces á may e irmaãs do dito Bastião d'Aguiar, e que as tenhaes em segredo até que com o Arcebispo Dom Frei Aleixo vos informeis destes serviços, e parecendo a ambos que o despacho se lhe deve dar, se lhe dará, e de outra maneira não; avisarmeeys do que nisto fizerdes com as rezoês em que vos fundardes pera a publicação do despacho, ou pera a suspensão dele, e avendo de aver logo effeito lhe pasareis portaria com declaração que lhe fiz estas merces em vinte e tres de Outubro do anno passado de nouenta e cinco.

Esta Instrução vay escrita em dez meas folhas com esta asinadas. por meu mandado em cada huã delas por Miguel de Moura, do meu concelho do estado, meu escriptaõ da puridade, hum dos Governadores destes Reynos. Escrita em Lisboa a dous de Janeiro de M. D. nouenta e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Huã das Instruções que V. M. manda dar ao Conde da Vidigueira.—Pera V. Magestade ver toda.—2.ª via.

(Livreto 4. n. 717—5.ª via fl. 671)

## 205.

Eu ElRey faço saber aos que esta provissão virem que eu mandey fazer na Ilha de Mombaça da costa de Melinde huã fortaleza por assi comprir a meu seruiço pera segurança daquela costa, e dos nauios de meus vasalos que por ella nauégão, e avendo eu respeito ás muitas despesas que são feitas e comuem que sempre se fação na dita fortaleza pera comseruação dela, e ás muy grandes e continoas do estado da Índia pera que não basta o rendimento dele, ouue por meu seruiço que se assentasse logo alfandega na dita fortaleza de Mombaça como a ha em outras fortalezas da Índia, pera do rendimento dela se poder suprir alguã parte das despesas ordinarias da dita fortaleza; pelo que ey por bem e mando que a dita alfandega aja efeito e se não extinga por nenhum caso, e se paguem nela os direitos de todas as fazendas que a ella vierem a rezaõ de seis por cento assi como se pagaõ em todas as mais alfandegas da Índia sem nisso aver duuida nem alteraçãõ alguã, e que o rendimento da dita alfandega se carregue em receita ao feitor da dita fortaleza pera ajuda e suprimento das ditas despesas como dito he. E mando ao meu Visso Rey e Governador das partes da Índia, que ora he e ao diante for, que cumpra e guarde esta minha prouissão, e a faça cumprir e guardar inteiramente como se nella contém, e valera como se fosse carta feita em meu nome e passada pela chancellaria, posto que por ella não passe sem embargo da Ordenaçao do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem, a qual se registrara nos liuros de minha fazenda e dos Contos de Goa, e assi nos liuros da dita alfandega. Ambrosio d'Aguilar

a fez em Lisboa a xx. de fevreiro de M. D. noventa e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Alvará per que Vossa Magestade á por bem que ha alfandega da fortaleza de Mombaça aja escito e se não extinga pera do rendimento dela se suprir alguã parte das despezas ordinarias da dita fortaleza, pela maneira acima declarada.—Pera V. Magestade ver.—2.ª via.

(Livro 1.º fl. 70—5.ª via fl. 74)

## 206.

Conde Almirante, Visso Rey, amigo. Mathias d'Albuquerque me escreveo que per cartas de Dom Pedro de Sousa capitaõ das fortalezas de Sofala e Moçaõbique soubera como ele estaua no rio de Cuama com perto de 80 soldados dos que leuara consigo pera lançar por força daquelas terras hum negro que perturbaua o comercio delas, pelo que vos emcomendo que quando passardes por aquela fortaleza de Moçaõbique saibaes ho estado em que está esta guerra e deixeis nisto a ordem do que se deue fazer, e não tomando vós Moçaõbique ordeneis nisto tanto que chegardes á Imdia o que virdes que mais conuem.

II. E assi me diz que mandou á fortaleza de Mombaça huã galeota grãde com socorro de dinheiro assy pera as despessas da fabrica dele como pera prouimento dos soldados e officiaes e nauios darmada que nela, estão e tambem pedreiros e oultros officiaes que della lhe pedirão que tudo chegara a saluamento e soubera que a fortaleza de todo ficaua acabada de que tiue satisfação pela breuidade com que se fez em que diz que me tem bem seruido Mateus Mendez de Vasconcellos, e por ser esta fortaleza da importancia que se tem emtempido, vos emcomendo vos informels do estado em que estas pera nisto fazedes o que virdes que mais conuem



a meu serviço, e do dito Mathias Mendez tereis lembrança para ho ocupar e fauorecer, porque sou informado que tam talento e partes para se fazer dele conta.

III. Tambem me escreue que ElRey de Melimde nos dias que lhe cabiaõ da somana vinha com sua gente fazer certos caminhos de pedra para a fortaleza de Mombaca, e que entre elle e Matheus Memdez ouuera sempre amizade por cuja causa se acabara esta fortaleza em taõ breue tempo, e que ho hia subceder nela Antonio de Sousa Godinho de que se tinha satisfacaõ, pelo que vos emcomendo vos informeis tambem de como esta prouida a costa de Melimde, e que naõ correndo bem nisto Antonio de Sousa ou qualquer outra pessoa que nela achardes tenhaes muito respeito ao que comueu aquella costa naõ negando a satisfacaõ deuida aos prouidos, e este intento tereis sempre nos capitaes que emviardes á dita fortaleza assi pela importancia dela como por ser plantada nouamente.

IV. E assi me diz que as cartas que mamdey escrever ho anno de 84 ao Emperador da Ethiopia lhe emviara, e com ellas outras suas que ele mandara logo tresladar em sua lingua, e que como vira que naõ hiaõ os officiaes que pedio para lhe fazerem espimgardas, e douradores naõ quizeram tomar as cartas na maõ mostrandosse disso muito sentido, e que os annos atrás corria com estas cousas hum Luis de Memdomça, emcomendouos que vos informeis dos Religiosos da Companhia se corria bem com a Cristandade daquelas partes o dito Luis de Memdomça de que ha boa informaçãõ pelo Comde de Santa Cruz e por outras vias, ou-se corre melhor com ella Amador da Costa de que trata Mathias d'Albuquerque para conforme ao que achardes ordenardes nisto o que vos parecer mais util e conveniente a meu serviço e beneficio daqueles desterrados, e aprovando vós com esta informaçãõ antes a Luis de Memdomça o fauorecereis conforme a seu serviço e merecimento, e lhe fareis dar a carta minha que irá nestas vias, e porque por sua via tiue ho anno passado car-

tas dos ditos Cristãos per qua entendi ho estado em que estão de que se queixaõ como vereis pelas mesmas cartas que pera isso vos entregará o Secretario Diogo Velho, e lhe escrevereis em resposta dellas e das mais que vos forem dadas no modo que vos bem parecer cõsollamdoos e animamdoos, e informarouseis se lhe foi dada huã carta minha que lhe escreui os annos passados, e com o Preste correreis per modo que ele se entenda e responda á cartas que lhe foraõ dadas, porque antes disso naõ será rezaõ que lhe vaõ outras minhas.

V. E assi me escreue que tratou com os Religiosos da Companhia que mandassem dous deles para curarem as almas dos que estão naquelas partes do Preste, que com muito gosto elegeraõ logo para se irem embarcar a Dio na momçaõ de Março que folguey de saber por ser esta materia da calidade que he, e vos emcomemdo que procureis de se abrir o caminho de Melimde pera o Preste como já ho emcomendey a Mathias d'Albuquerque pera esta Cristandade ser melhor prouida e se seguirem disso outros móres beneficcios, e que de minha parte deis agardecimentos ao Prouincial da Companhia do que nisto faz, e que quando ouuer necessidade de outros Religiosos faça o que eu d'elle comfio.

VI. Tambem me quiz que nas naos de Meca chegaraõ a Goa algũs Portugueses que os Turcos captinaraõ na costa de Melimde, e lhe deraõ por nouas que naquelas partes naõ havia mais que duas galés armadas velhas que ordinariamente residiaõ em Adem, e que antre os Turcos e Arabios avia deferemças e esta naõ muito atribulados com as perdas que tiveraõ em Uingria, e porque sempre será de muito effeito emviaremse todas as nouas que ouuer daquelas partes, vos emcomemdo procureis de as ter e mas eternuer todos hos annos, e de dardes na India as que de sã Jenaes conta o Turco em Europa, e porque de huã carta que o dito Luis de Mendonça escreueo a Miguel de Moura que tambem as vos dará com as outras dos

Cristãos do Preste entemdereis como ele tem intelligencia pera saber estas nouas, bem será que alem das outras vias que ordenareis pera as terdes certas emcarregueis tambem de minha parte disto ao dito Luis de Meindomça cuja petição mandarey ver e responder a ella antes da vossa partida como ho ouuer por bem.

VII. E posto que Mathias d'Albuquerque me diz que a fortaleza de Mascate está quieta, vola emcomemdo pela importancia dela, e que nunca vos quieteis em cousas que a mudança delas pode inquietar.

VIII. E assi me escreue que na fortaleza de Ormuz crecem cada dia mais queixas contra aquele Rey por respeito de seus descomcertos, e que se faltára a ordem que deu a Dom Jeronimo Mascarenhas quando foy entrar nela de todo estiuera perdido aquelle Reyno; e porque tambem o mesmo Rey se tem queixado de Mathias d'Albuquerque, vos emcomemdo, vos informeis de tudo o que toca o estas materias, e que ordeneis que não seja o dito Rey oprimido sem causa, e tambem vos informareis dos termos em que está a demanda que Coje Zoete trazia com ele, e procedereis nisto na forma em que o tenho mandado nas vias do anno passado de 95 que pera prouerdes no que tenho mandado nelas e nas dos annos atrás, tenho mandado que vejaes as ditas vias na Imdia e leueis de cá hũa copia delas como entemdereis por outra Instrução minha.

IX. Tambem me escreue que ElRey de Lara mandara hum seu embaixador a Diogo Lopez Coutinho, Capitão de Ormuz, pera confirmar as pazes que tinha feitas com Dom Jeronimo, e que foraõ por ele confirmadas e apregoadas como he costume; emformar-noseis destas pazes, e seindo necessarias as acabareis e me enuiareis a forma delas, tendo advertencia que quando nese estado se fezerem pazes com os Reis vizinhos dele me emvieis sempre a copia dos capitulos delas.

X. E assi me escreue que ho anno de 94 chegara á Cidade de Goa hum embaixador delRey da Persia,

e lhe mandara por elle huã carta sua de que me emuiaua o traslado nas vias, pelo qual se entendia que desejaua ter amizade com aquelle estado e emuiarme hum embaixador, e que o que fora a elle recebera com muita festa e o tratara com as omras devidas, e disse a algũs fidalguos que o fossem visitar como fizeraõ, e que leuaua outra embaixada ao Idalcaõ e ao Melique, e depois de fazer naquella corte mais detença do que elle quizera esperando licença pera passar a elle lhe foi comcedida pesadamente e se aproueitou dos avissos do embaixador que tinha lá mandado e fora mi-lhor recebido do que se cuidaua; e no cabo de tres meses fora respellido pouco contente segundo mostraua, e que a embaixada que dera ao dito Mathias d'Albuquerque hera da substancia da mesma carta fazendo grandes emcarecimentos da amizade que o Xá tinha comigo e desejos de a pôr por obra em coussas de meu seruiço, e que aos Reis vezinhos não mandara outra embaixada senão visitalos persuadindo ao Idalcaõ que não largasse a ley que seus antepassados guardaraõ, e posto que nas vias do anno passado não vieraõ as ditas cartas del Rey da Persia bem se entemde pelas de Mathias d'Albuquerque e por outras do Capitaõ de Ormuz que vieraõ por terra ho estado das coussas daquele Rey em que cumpre tomarse o assento que conuem que será antes de vossa partida, e o que nisso ouuer por meu seruiço leuareis em outra Instrução.

**XL.** Tambem me escreueo Mathias de Albuquerque que a sua embaixada ao Idalcaõ fora que se ajuntasse em amizade com ho Melique pera se defemderem do Magor, e pera que melhor viessem nisso lhe acrescanta-ra muitas rezoẽs mostrandolhe o evidente perigo em que estauaõ de se perderem de todo se se não ligassem e fizessem poderosos contra o Magor, o que de vossa parte deueis ir persuadindo a hum Rey e a outro, e agora se poderá fazer isso melhor com o Melique pois são atten-tadas as pazes com elle conforme ao aviso de Mathias d'Albuquerque que veyo por terra.

XII. E tambem me diz que a fortaleza de Dio estiuera, ho anno atrás quieta, o que se devia atrebuir mais á prudencia de Pero de Anhaya, capitão daquela fortaleza, que ha natureza dos Magores que he inquieta e arrogante, e que a tem sempre bem provida de mantimentos, e munições, que he o que mais importa á comseruação daquela fortaleza, que uos emcomendo muy emcarecidamente pela importancia de que he, como o foy sempre em todos os tempos, quanto mais nestes mais perigosos que os passados tendo por vezinho imigo tão poderoso, e porque tambem me diz que no que tocana ao commercio de Cambaya lhe pareceo mais meu serviço correr em embarcações de Baneanas que nas dos Portugueses pelo risco em que se pusserao muitas vezes de serem retendos naquele Reyno e tomado suas fazendas, vos emcomendo que procedaes tambem assi nesta materia não achando outra coussa tão clara per que se deua fazer o contrario, de que me auissareis.

XIII. E assi me diz que hum capitão de Cambaya lhe escreuera que ho Equebar lhe entregara hum Armenio por nome Antonio porque querendoo elle casar com huã Armenia cristaã ho não quizera fazer, e se casara com huã moura filha de hum Mogor, e que por aquello veria a vontade que ho Equebar tinha aos Portugueses, pelo que vós emcomendo que lamceis maõ desta occasião e doutras semelhantes que se offerecerem pera as agradecerdes ao Mogor e com isso ho obrigardes a proseguir neste modo procedendo com ele com as mesinas demonstrações, guiandoas todas ao fim do que com elas deveis preteinder.

XIV. Tambem me escreue o dito Mathias d'Albuquerque que teue aviso por via do Gasil de Ormuz que a instancia de Agis Coca mandára o Baxá de Judá pedir ao Turco lhe deixasse fazer cem galés pera passar á Imdia e a subjectar toda oferecendo a maior parte da despesa, e que por estarem as coussas do Turco tão abatidas lhe não deferio a nada, pelo que vos emcomendo tenhaes vigilancia com este Agis Coca visto o que se

diz dele, e ainda que não aja de fazer tanto como apregoa, muito menos disto poderá dar grande trabalho á Índia.

XV. E assi me diz que ho Equebar lhe escreveu algumas cartas e entre ellas huã que mandou por hum Armenio cristão, o qual lhe deu relação do poder deste Rey. e do estado de todas suas cousas descorrendo que ho prospero em que de presente estaua não duraria mais que em quanto ele viuesse, e que entre outras cousas que o dito Equebar pede he que lhe mande algũs homens letrados, e que se queixa de virem tão cedo de lá os Religiosos da Companhia que Manoel de Sousa Coutinho sendo Governador lhe tinha mandado, e que por esta materia ser de consideração a tratára com alguns Prelados e Religiosos que foraõ de parecer lhe mandasse dous Religiosos letrados, e que o Provimcial da Companhia de Jesu hoferecera logo os seus com o mesmo zelo do seruiço de Deos e meu com que deu os outros dous e hum leigo, que folgey muito de saber, e vos encomiendo que de minha parte ho agardeceas ao dito Provimcial assi como atrás vos digo que o faças pelos que deu pera ha Ethiopia, e que fauoreças estas cousas, e me aviseis sempre de effeito delas pela calidade de que saõ.

XVI. Tambem me diz que mandou á fortaleza de Damão dous capitaes com soldados pera invernarem nela e estar mais prouida pera qualquer caso que sobreviesse, e que as obras daquela fortificação foraõ aquelle anno muito pouco avante. E em outra Instrução a que me remeto vos encomendo esta fortificação.

XVII. Tambem me deu largamente conta do procedimento que se teue nos assaltos que se deraõ ao exercito do Melique que tinha em guarda da fortaleza do morro de Chaul, e de como se ella entrou por força de armas, alcançandosse huã victoria desastumada, por que dey muitos graças a nosso Senhor, recebendo esta mercê de sua, poderosa mão, e como esta historia por dũa de se imprimir por ser materia de tanta substancia e de tão importante

tante pera a comseruação daquelle estado da Imdia, e vos emcomendo que a Cosmo de Laffettá que Mathias d' Albuquerque mandou por capitaõ mór daquela empresa, e a Diogo de Saa, capitaõ da fortaleza de Chaul, e a Fernão Rôdrigues de Saa seu primo, e a Dom Alvaro d' Abramches, e aos mais fidalgos e capitães que aly se acharaõ agradeçaes o que nesta guerra tem feito e eu lhes mando escrener.

XVIII. Tambem me diz que vindo ter huã não do Melique muito rica á boca do rio Baty defronte de Caranjá, terras de Baçaim, que vinha de Meca, fora a ella Dom Alvaro d'Abramches que naquelas partes andaua por capitaõ mór de huã armada, e não deixára desembarcar os mouros dela e lhe pusera guardas, mas que os soldados da mesma armada e Joaõ Gomez d'Azeuedo, capitaõ de Baçaim, a sequearaõ, sobre que diz que tem mandado tirar devassa, emcomendouos que tanto que chegardes a vejaes, e vos informeis muito particlamente desta desordem pera se castigarem os culpados como merecerem não somente pela perda de tanta fazenda mas principalmente por se não guardar o seguro dado por Dom Alvaro ha mesma não, e ey esta materia por de muita consequencia pera exemplo de outras semelhantes.

XIX. E assi me escreue que parecendolhe antes que se tomasse o morro o tempo disposto pera assentar ha alfamdega em Chaul na forma em que lho eu tinha mandado, nomeara pera este negocio o Licenciado Alvaro de Moraes, Pronedor mór dos defuntos, que entaõ seruia de Chanceler, que assentou a dita alfamdega, em que puda aver alguã nouidade se não acudira a isso o Capitaõ Diogo de Saa a que ho-agradecereis de minha parte, e que folguey de saber e de entender que sendo as pazes feitas com ho Melique depois não teraõ os moradores de Chaul já que dizer com as suas rezoês apparentes e em preiuzo da dita alfamdega oujo foral que me emuiou Mathias d'Albuquerque tenho mandado ver pera levardes a resolução do que ouuer por meu serviço que se nele faça.

**XX.** Tambem me diz que mandou ho Idalcaõ alguns capitães seus sobre os Reys e Senhores do Canará a instancia da Rainha de Batticalá, e que tomaraõ duas fortalezas no Gati se o alienamento do irmão do dito Idalcaõ o não obrigára aos mandar chamar, no que o dito Visso Rey fez o que lhe pareceo que cumpria a meu serviço, e vos emcomendo que com a informação deste caso procedaes tam bem nele como comuem, e assi no que toca á morte del Rey da Serra a que diz que subcedeo hum irmão, e me avisareis.

**XXI.** E assi me escreve que ho Samorim obrigado pela guerra que lhe fazia Dom Jeronimo d'Azevedo amando entaõ por capitão mór do Malanar tolhemdo lhe os mantimentos e commercio da pimenta trabalhara por fazer pazes com ho estado sobre as quaes mandara seus Regedores muitas vezes ao dito capitão mór pedindo tempo pera entregar ha artelharia de Chalé e deribar a fortaleza de Cunhale, e lhe parecera mandar ordem ao dito Dom Jeronimo pera que não consentisse falarem lhe em nenhum concerto com o Samorim se não promettesse pôr logo por obra tudo aquilo que se obrigava fazer dando os socors e seguramça necessaria, com que o dito Samorim suspendera as diligencias que dantes fazia, pelo que vos emcomendo que conforme aos termos em que achardes esta pratica e com has considerações que sempre se tiueraõ por importantes na paz ou guerra do Malanar procedaes nela, e nisto ey que vos digo tudo em materia em que ha muito que dizer.

**XXII.** E particularmente vos informareis se o dito Dom Jeronimo está livre da morte de sua mulher em que ho culparaõ, sobre que ho anno pasado escrevi ao dito Visso Rey, e juntamente vos informareis do procedimento do dito Dom Jeronimo em meu serviço, por ser informado que tem continuado nele com muita satisfação, e de tudo me avisareis e ireis procedendo com ele conforme ao que achardes, separando a materia da justiça da outra do merecimento proprio, dando



a cada cousa o lugar que se lhe deue sem hirt prejudicar ha outra.

XXIII. Tambem me escreue que tem emcomendado ao capitão de Ormuz que sem escandalo defenda que não passem á India Venezeanos, Armenios, e outra gente estrangeira, como lho tinha mandado, de que me ouue por bem seruido, e vos emcomendo que nesta forma procedaes nesta materia.

XXIV. E assi me diz que eu lhe mandey que sendo costume darsse ao Bispo de Cochim huã fusta armada á custa de minha fazenda para nella mais seguramente poder ir fazer as visitações de seu bispado se não dera ao Bispo Dom Frey André porque té então não fora costume, mas somente o acompanhauão alguns navios da armada quando os auia para outro efeito, e posto que diz que não deuo innouar nisto cousa alguã do costumado, me pareceo deuernos mandar que todas as vezes que os Bispos dese estado ounerem de ir visitar seus bispados lhe deis segura embarcaçã para esse efeito.

XXV. Tambem me escreue que tratou com theologos e outras pessoas doctas sobre aver ou não misquitas de mouros e ritos gentiliquos na fortaleza de Dio sobre o que lhe pediu seus pareceres, e que quanto a ele lhe parecia que se não deuia innouar nesta materia cousa alguã com aquella gente por alguãs rezoões que sobre isso aponta, e que no particular de estarem na mesma cidade misquitas e igrejas não tinhaõ nisso culpa os mouros e gentios pelas rezoões que tambem sobre isso dá; e por toda ser de muita consideraçã, vos emcomendo trateis todas estas materias mui particularmente com o Arcebispo Dom Frey Aleixo de Meneses tomando ambos as informações necessarias sobre o que nelas mais conuirá á quietaçã das terras, conseruaçã do comercio, e principalmente ao seruiço de Deos e meu, e do que a ambos parecer façaes huã relaçaõ por ambos assinada que me enviareis por vias para ha eu mandar ver, e vos mandar escrever o que ouner por bem que sobre ella se

faça. (a) E até terdes reposta minha não inovareis nem consintireis inouar cousa alguã no estado em que atégora estiueraõ as ditas mesquitas.

XXVI. Tambem diz que en lhe mamdey escreuer que bastaria darse a ElRey de Melimde a redizima dos direitos que se págarem na Ilha de Mombaça a minha fazenda, o que lhe parecia muito pouco pera se poder sustentar como ele o merece por alguãs rezoões que me apõntou, e que assy pede carta de irmandade que me pareceo deverlhe comceder se for já passada aos Reis antes dele, de que me informareis e também do que será bem que se lhe dê alem da redizima, e de tudo me avisareis, e porque tambem me pede lhe mande dar terras da outra banda da Ilha me pareceo deverlho tambem conceder, e lhe dareis em meu nome aquelas que vos parecer precedendo todas as informações necessarias.

XXVII. Eu tenho informaçã particular que muitos Religiosos da Companhia se intermetem na India não somente no governo e meneio de todas as cousas, mas em serem juizes interior e exteriormente antre os homens, e que algũs deles contra ordem do seu Provincial ( que se tem por Relegioso de vertude e prudencia ) deraõ pareceres secretamente a algũs moradores de Chaul que com boa comciencia podiaõ resistir ao hasentar da alfamdega e sonegar os direitos que a ela devesem em quanto a isso não desem seu consentimento chamamdolhe tributo nouo ( e que já poderia ser que disso nacesse a pertinacia dos ditos moradores ) e se dizia que o mesmo fezeiraõ em Baçaim e Tanaa com os que saquearaõ a não do Melique dando rezoões pera o dinheiro e mercadorias dela não pertencer a minha fazenda, e que se podiaõ entregar nisto da perda que todos tivessem recebido na guerra sem incorrer nas excomunhoes que o Bispo de Cochim passou a requerimento do Procurador da Coroa,

---

(a) As palavras seguintes deste Capitulo são postas por outra letra, e depois de concluida a carta, em ambas as vias que della restam.

e que foy isto cauza da minha fazenda receber hũa grande perda, porque não appareceo cassi nada da riqueza daquela não que se afirma ser muita; e tambem entendi pela dita informaçã particular que algũs dos ditos Religiosos sustentauã que a artilheria e moniçõs que se tomaraõ na fortaleza do morro de Chaul não pertenciaõ a minha fazenda, nem a excomunhaõ comprehendia aos que tinhaõ estas cousas em si, por onde as que se cobraraõ por meus officiaes foraõ com força e rigor de justiça, e que de tudo isto não somente resultaua a perda presente mas a que sempre poderia aver no futuro, e a outra maior de andarem os homens errados á sombra desta opiniaõ e o escandalo que se daua a outras Releigiõs e a homens letrados que as entemdiaõ; materia foi esta de que me espantey e a não crera se a via per que tiue esta informaçã não fora tal que parece que se não pode duuidar dela, e posto que me foy apontado mandar avissar disso ao Geral da Companhia que reside em Roma pera elle prouer no caso com o rigor que ele pede, me pareceo ter nisso porora outro modo por se comseruar a boa reputaçã dos ditos Religiosos, e así vos emcomemdo muito que tanto que embora chegardes á Imdia vos informeis particularmente desta materia com tento e resguardo sem se entemder que ha inquiris, comunicamdo a com ho Arcebispo de Goa, e depois de ambos a tratares, com ter noticia do que nela passa, em que ele tambem por sua parte fará deligencia, chamareis o Provincial da Companhia sendo ho Arcebispo tambem presente, e lhe referireis o que neste Capitulo vos digo, ou lho lereis, e que eu confio dele que ele dará tal ordem á ememda e castiguo deste taõ descuidado e imprudente caso, que não aja mais esta culpa se nele a ouue, e seus subditos tratem soamente do ministerio que está á sua conta, e não se intermetaõ em outros diferentes em que não comuem que eles entemdaõ, nem como Releigosos nem como prudentes; e na carta que mando escrever ao dito Provincial lhe toquo alguã cousa disto remetendome a vós; e bom será que ho advirtaes na merce que

faço á Companhia em escusar por ora que o seu Geral soubese destas cousas querendo eu antes o remedio e castigo delas por uia d'elle Provincial. Escrita em Lisboa a 29 de Janeiro de 1596

E esta Instrução vay escrita em oito meas folhas com esta asinadas em cada huã por Miguel de Moura, meu escriptuão da puridade, do meu conselho do estado, hum dos Guouernadores destes Reynos. E eu o Secretario Diogo Velhoa fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

Huã das Instruções que Vossa Magestade manda dar ao Conde Almirante que ora emuia por Visso Rey da India.—Pera Vossa Magestade ver.—2.ª via.

(Livro 4.º fl. 697—5.ª via fl. 627)

## 207.

Conde Almirante, Vissorrey, amigo. Pellas uias que vieraõ da India o anno pasado de 95 emendi por cartas do Visorrey Matias d'Albuquerque e por outras de alguãs pessoas particulares, o estado da conquista de Ceillaõ que antes da morte de Pero Lopez de Sousa que a ella emuiou o dito Vissorrey se pôs em estado de que se esperaua que se acabasse com isso os grandes trabalhos e naõ menores despesas que ha tantos annos que esta impresa tem dado ao estado da India, e posto que com a morte do dito Pero Lopez e dos fidalgos e soldados que ally foraõ mortos e catyues tornou a dita impresa atrás, se cuidaua que com o socorro que lhe tinha mandado o Visorrey com Dom Jeronimo d'Azenedo se melhorasse como se pretendia, e nestes terminos ficaua á partida das náos, e depois tiue cartas do dito Visorrey feitas em fevereiro que uieraõ por terra com muito melhores novas das ultimas, e com esperanças bem fundadas de aõ semente se restituir

perdido, mas de se ganhar o desejado, de que recebi tanto contentamento como foi o desprazer do acontecimento contrairo.

II. He taõ grande esta materia de Ceillaõ pella calidade e sustancia della, e pella importancia das circumstancias que tem, que me pareceo trataruos della somente nesta Instruçãõ particullar, e pera uolla encarecer ha muitas rezoẽs, e basta aquella geral e antiga, entendida e praticada sempre dos experimentados na India que chegaraõ a dizer que se ella em algum tempo se perdesse, que de Ceillaõ se podia tornar a cobrar, pello lugar em que está, e abundancia, e fertilidade de tudo o necessario, e riquezas da propia terra. Tambem ha antre esta e outras rezões de presente aquella que muito obriga do direito que minha Coroa tem naquelle Reino pella renunciaçãõ e doaçaõ feita a ella por Dom Joaõ Rey de Ceilaõ com tanta solemnidade que a mandey lançar na minha torre do tombo onde está; e sopostas todas estas consideraçoẽs e rezoẽs de muito mais força que quaesquer outras que possa aver em contrairo ( de que naõ sei nhuã senaõ as que me apresentastes que vy crendo que saõ do zello devido a meu serviço da maneira que cada hum he obrigado a me lembrar o que entende quando lho pergunto, e a fazer depois inteiramente o que por mim lhe for mandado ) vos encomendo e mando que prosigaes a dita empreza e conquista, se já naõ for acabada, fazendo niso tanto de vosa parte que veja eu e seja notorio a todos que qanto menos fostes desta opiniaõ, tanto mais uos empregaes nesta materia sem nunca a interpretardes em cousa alguã diferentemente do que por esta Instruçãõ vollo mando expresamente como tambem particularmente vollo mandey dizer em Madrid de palaura nesta mesma conformidade, e com a obra ser esta naõ vos desobrigo de me escreuerdes o que se uos oferecer inda que naõ seja nesta conformidade, e espero que me mandeis taõ boas novas do que achardes feito e fordes fazendo que naõ seja necessario tratar-se de mais que da conceruaçãõ do ganhado e dar-

uousey os agradecimentos disto. Escritta em Lisboa ao primeiro de Março de 596. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Instrução particular e expreça que leua o Conde Almirante sobre a conquista e empreza de Ceillaõ.—Pera Vossa Magestade ver.—5.ª via.

( Livro 4.º ff. 637 )

## 208.

Conde Almirante, Vyssorey, amigo. A empreza do Dachem he huã das mais importantes coussas do estado da India, e que mór cuidado tem dado nelle depois que aquele imigo còmeçou a crescer em poder nas partes do sul, e sempre se tratou de como esta conquista se poderia fazer, e com este intento ordenou o Senhor Rey Dom Sebastiaõ, meu sobrinho, que Deos tem, de separar o gouerno da India com dous Governadores, hum em Goa e outro em Malaca; coussa que se principiou e naõ ouue effeito, nem vollo digo senaõ pera encarecimento do casso prese te, cujo effeito parece que depende mais de boas occassioẽs, que naõ faltaõ quando se naõ deixaõ passar, que de apercebimentos grandes que se acabaõ de fazer tarde, e naõ são nunca com tanto segredo que se naõ aperceba primeiro o imigo que delles se pode temer. Isto que nos tempos passados naõ pode ser parecer que nos presentes se vay facilitando segundo as nouas que per cartas do Vissorey Matias de Albuquerque, asy as que vieraõ nas náos do anno passado como depois por terra, tiue do Dachem por que se entende quam disposta está aquella terra para se emprendre o que tanto ha que se deseja e pròcura, e que tinha feito pazas com Malaca, e se mostraua amigo do estado, a que deu bom principio a intelligencia que com ele teue Pero Lopez de Sousa sendo capitão de Mal-

laca; e não deuem de encontrar as pazes a conquista, porque asy como os mouros são pouco firmes nellas senão somente em quanto lhe vem bem comprillas, asy não conuem que da parte de meus ministros se lhe dê nellas mais segurança que a necessaria pera sem escrupulho de injustiça se proceder com elles no modo que mais cumprir a meu serviço, e fazendosse isto asy não serão as pazes de impedimento para a empresa, antes proveitosas pera ella, e no tempo que durarem se poderão por meio dellas saber muitas coussas de importancia pera o mesmo effeito. Entendido cuido que tereis deste breue discurso minha tenção e vontade que he pôruos em obrigação de que os trabalhos e cuidados do norte vos não deuitaõ para deixardes de os repartir com as coussas do sul, trazendo sempre os olhos no Dacheim, aproveitandoos das occasiões presentes que ainda se podem despôr milhor para o futuro, como espero em nosso Senhor que seja, e o tem agora mostrado em Ceilaõ e Chaul; e não ha mais que vos dizer nisto senão lembraruos o pera que vos mando á India, e o que deueis a esta minha confiança que de vós faço para responderdes em tudo a ella como de vós espero.

II. Em outra Instrução vos trato da materia da fortificação de Cochim que na tantos annos que se deseja cercar, que já o intentou o Governador Dom Amrique de Menesses que succedeo na governança da India ao Conde Almirante vosso visseuõ, que Deos perdoe, mas não deraõ os tempos poderse depois pôr isto em effeito, e com este intento mandey o anno passado por Veedor da fazenda de Cochim o Licenciado Francisco de Frias, que por ser aceito a El Rey de Cochim me pareceo que o poderia encaminhar a se acabar de persuadir a consentir, nesta fortificação, como creio que o terá feito, inda que pelas suas cartas ( que vieraõ o anno passado a que agora lhe mando responder ) se mostra queixosso e desconfiado desta preposta que já lhe era feita, mas por cima de tudo isto parece que se vay chegando a hora

de aver effeito conssa que tanto se tem procurado, por-  
que por huã carta de Dom Antonio de Noronha, capi-  
tão de Cochim, que trazia no sobrescrito que me fosse  
dada em minha mãõ, soube que elle entendera do  
Principe de Cochim que nisso lhe falou em segredo  
perante Jorge de Crasto da Companhia, Reitor da Casa  
de Vaypimcotta, quanto desseiaua que esta fortificação  
se fizesse, e que de sua parte a procuraria todo o possivel,  
asegurandolhe que quando descubertamente o pudesse  
pôr em effeito não faltaria, o que logo não fazia por  
não parecer a ElRey seu irmão que elle o contra-  
riava na sua opiniaõ, com que se não alcançaria  
tão facilmente o que se pretendia, apontando mais  
Dom Antonio que eu devia de mandar agradecimentos  
disto ao Principe por minha carta e que elle cõrresse  
com elle neste negocio, e sendo falecido se cometesse  
ao dito Religiõso Jorge de Crasto; e de tudo isto se co-  
lhe que conuem procederse neste particullar da pratica  
que o Principe de Cochim teve com Dom Antonio de  
Noronha com o segredo que o mesmo Principe quer que  
lhe tenhaõ do que promette fazer; e porqué aprovo o  
que Dom Antonio nisto aponta, escrevo ao Principe e  
aos ditos Dom Antonio e Jorge de Crasto as cartas que  
pera elles vos seraõ entregues com esta Instruçãõ, que  
saõ breues, remetidas ambos a vós, e vos encomendo que  
tanto que embora chegardes á India mandeis chamar a  
Goa o dito Dom Antonio ( se vos parecer pellos termos em  
que achardes esta materia que asy conuem, e que este não  
fará falta de consideraçãõ com sua ausencia ), e ou de  
palavra ou por escrito sabereis dele tudo o de que for  
necessario que vos inteireis, e com sua emformaçãõ e pa-  
reçer lhe dareis a ordem do que cumpre que faça, dan-  
dolhe a minha carta para o Principe e as outras duas pera  
ele e Jorge de Crasto, com o qual tratareis a materia  
sendo Dom Antonio falecido, ou sendo mais convinien-  
te vir antes a vós o dito Jorge de Crasto pelo qual lhe  
podereis comunicar o que for necessario, e sabereis del-  
les se pera esta effeito se poder melhor conseguir será ne-



cessario ou não communicarse com Francisco de Frias o que se tem passado com o Principe, e se folgará elle com isso; e procedereis neste ponto conformandouos com ambas estas considerações de se fazer bom negocio e se guardar o segredo alheio, e em caso que se elle não possa nem dena comunicar a Francisco de Frias, ordenareis que elle por sua via corra com ElRey de Cochim conforme á ordem que de cá leuou e lhe derdes como mais virdes que conuém a meu seuiço; e he esta materia tão grande que asi como nella vos pudera dizer muito, basta também o que nella vos pode ser presente pera a averdes por quam encomendada he rezaõ que a tenhaes; e asi huã só coussa vos direy que tanto que se tirar o impedimento de ElRey de Cochim para com sua vontade se fazer esta obra, não será rezaõ que daquelle dia em diante ella se dillate hum só mais por nhum caso que seja, porque o seu umor variauel lhe poderia fazer depois mudar a vontade se ounesse vagar 'nesta obra, para a qual não deue faltar dinheiro, nem em tal caso como este tão importante e precisso se pode dar nem aceitar esta desculpa, e me avisareis muito particularmente do que em tudo isto fizerdes, e também escreuo a Francisco de Frias remetendo-me em tudo a vós.

III. E posto que em outra Instrução vos digo como ouue por bem que o officio de Corrector mór da alfandega de Cochim ouuesse effeito em Fernão Rodrigues de Mariz que nele está prouido, por cima de ElRey de Cochim me pedir com muita instancia o contrario, me torna a parecer que lhe deuo fazer a merce que nisto me pede se entenderdes que asi conuém para se elle quietar e que seria isto parte para com as mais que de mim recebe se persuadir melhor da fortificação; e inda que da carta que lhe escreuo possa entender que o escusso desta pretensão do officio, não deixa por isso de ficar asy mais accommodada a resposta ou para se lhe negar o requerimento fundado em justiça sem ter queixã de vós, ou para lho concederdes da minha parte quando así vos parecer como acima vello digo, mostrando-me como de-

pois de feita a minha carta para elle o oune asy por bem, que he o que nisto passa, e em casso que Fernão Rodrigues de Mariz não fique com o officio de Corretor-mór e se lhe deya por isso satisfacão delle lha dareis iquivalente no modo que vos unilhor parecer, de que me avisareis.

IV. Ao Principe de Cochim mandareis pelo edito Dom Antonio ou Jorge de Crasto hum recado muito formal na sustancia da minha carta para elle conformandouis com o seu umor.

V. A Dom Antonio avendo respeito a seus serviços e idade e taõham ao que tem feito, espero que faga nesta occasião oume por bem da lha fazer a merce que se vos communicará como me resolves nella antes de vossa partida para lhe vós darídes este despacho.

VI. Em huã das Instruções que leuaes onde vos trato de El Rey da Persia vos digo que o que mais nesta materia expresse por bem volo mandaria declarar em outra Instrução como agora será nesta. Eu quizeria enviar hum embaixador aquelle Rey que fosse deste Reino com minhas cartas e recados, como já foi outro em tempo do Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que Deos tem, depois da batalha naval e victoria que no anno de 71 se ouue contra o Turco, e eu lhe escreui entã pelo dito embaixador que leou taõhem breves do Papa Rio quinto para o mesmo Rey da Persia, e com os bons successos que por esta parte de Europa se avuefão contra o Turco que em Asia se terã sabidos occasião he grande para se fazerem nomps officiaes com este Rey exortando e animando a se elle esforçar mais a apertar o Turco por aquela parte em q se confina colá seus estados, mas pareceome milhor deixar em vossa eleição a dexte embaixador para que deveis escotter pessoa de qualidade e partes vendo e praticando se denerar. Dalgum como o que mandou o Senhor Rey meu sobrinho, ou outra pessoa de talento e capaz para representar bem este officio e o saber fazer malhor, espor elle lha mandareis as minhas

cartas e outras vossas que respondeão ás que escreueo a Matias de Albuquerque cujas copias soube que vieraõ depois de feita a outra Instruçãõ em que vos digo que naõ sabia que fossem vindas, e ao dito embaixador dareis Instruçãõ do que hade fazer que será tudo encaminhado ao intento que entenderéis deste Capitollo e de tudo o mais que nesta materia vos mandar dar em qualquer outra Instruçãõ antes de voassa partida.

VII. Sobre a materia da pimenta ( que conserne em sy muitas cousas, compra, guarda, e cabedal dela para se aver da bondade que conuem e estar pteses ao tempo necessario para se carregar sem esperarem as náos por ella ) mandey dar hũa Instruçãõ particular ao Vissorrey Dom Duarte de Menesses vosso sogro, que Deos perdoe, e depois outra ao Vissorrey Matias de Albuquerque, e vemdo eu agora as copias delas para o que sobre isso vos ouneres de mandar, entendy que muitas das cousas apontadas na dita Instruçãõ ( que taõbem se vio pellos meus Governadores destes Reinos sendo vós presente ) se tinhaõ alterado em outro modo, e asy me pareceo que deuia de reduzir esta materia á sustancia dela que he encomendaruolla taõ particularmente como ella per sy mesma o mostra e conforme ao que sobre isto vos digo em outra Instruçãõ taõ breuemente como nesta o faço, e para vos tornardes a inteirar do que já vistes na dita Instruçãõ que leuou Matias de Albuquerque, vos será com esta dada a copia dela pello Secretario Diogo Velho.

VIII. Nos Regimentos particulares que vós e os capitães destas náos em que his leuades para a viagem alem dos Regimentos ordinarios dela se contem que no que toca a tomarem Santa Helena, ou naõ, seguireã a ordem que lbe derdes da minha parte per Instruçõs assynadas por vós e feitas pello Secretario do estado, entendendose isto taõbem com o Vissorrey Matias de Albuquerque ou com a pessoa que vier por capitãõ mór das ditas náos, e inda que as ditas Instruçõs sejaõ particulares como por mais meu seruiço deixaristo para se vossas, e naõ se saber logo aqui o que nisto ordene, pelo que vos encomen-

do que tenhaes cuidado de dar a dita instrucção a todos os capitães das ditas náos entrando taõdem nisso o dito Matias de Albuquerque ou quem vier por capitão mór dellas, como dito he, na qual lhe direis da minha parte que eu ey por meu serviço e mando que elles tomem Santa Helena demandando esta Ilha com o apercebimento com que pelas ditas Instruções lhes mando que venhaõ depois de passarem o Cabo de Boa Esperança, e que na dita Ilha esperem huãs náos por outras até todo o mes de Mayo, e que daly em diante fação sua viagem conforme a dita minha Instrucção vindo todas as que se alý acharem juntas, e os ditos capitães daraõ seus conhecimentos ao pé das copias das ditas vossas Instruções de como lhe foraõ entregues, os quaes conhecimentos me enuiareis com as vias em todas as náos, em cada huã o conhecimento do capitão della.

IX. Da fortaleza do morro da Chaul conuem tratar-se se se doue conservar, ou não, e posto que Matias de Albuquerque me não escreva sobre este ponto nada, que creio seria pollo aver por materia clara, bem quisera que ainda por isso o fizera, e não sendo ella pera ficar em duvidas me pareceo mandarnos o que nisso ey por meu serviço, que he fortificar-se aquella fortaleza que se tomou aos inimigos, e aver nella sempre capitão, soldados, e bombardeiros, sobreordenado o dito capitão ao de Chaul, a cuja conta ficaraõ as menagens dambas as fortalezas dando-lha a elle o capitão de Morro conforme á clausula dos pleitos e menagens que me fazem a mim, e creio que asy appareis feito isto quando chegardes; mas em caso que asy não seja o ordenareis nesta forma e modo fazendosse muito fundamento da fortificação do dito morro, pois della se pode defender a barra e offender a cidade a que fica por padrasto, que he rezaõ concludente para o que nisto mando que se faça; e não falta quem diga com experiencia de muitos annos da India encarecendo isto que avydo de derrubar a dita fortaleza do morro ou a da cidade, que a do morro he a que precede.

X. A este preposallo de fortificar-se vendo qu

cessaria he fazeremse com toda a consideração as do es-  
tado da India tendo por primeiros amigos tão poderosos me  
parece a que sempre se tem muito mais sequiça a ver na In-  
dia hum engenheiro e fortificador muito pratico e ex-  
perimentado nesta profissão, e mandado para isso bus-  
car a Italia ou aonde o buner de mais talento, como se  
fará para se vos poder enviar ao anno que vier, e em  
quanto de qua não fôr suspendereis a vida do enge-  
nheiro João Baptista Cairatto posto de qua, hãeis pessoa  
que o possa ajudar nisto, pois não pode ser logo a que  
se pretende; e porque o mto João Baptista ha annos  
que serve será rezão que ou lhe faça merço, ou que  
folgue mais de ficar até lhe ir successor, e da qual eu ou-  
uer por bem letrareis recado para lhe dades resposta  
e lho dizeades da minha parte que me agorey por seruido  
de elle continuar com o que até agora tem feito por pouco  
tempo mais.

XI. Eu tenho asentado por algus respeito do muito  
meu serviço, importantes, e necessarios á conservação  
do trãto e comercio da India em Beneficio dos meus vas-  
sallos naturaes desta Côroa que se evite e extinga de todo  
o trãto que comieçou aver d'elles com o d'ito es-  
tado da India, como ju o mandey de annos passados per  
minhas promissoes feitas pela Côroa de Castella e agora  
de novo mando passar outras pela mesma via para se  
comprenta in o rigor que en'ial d'ello començay  
quaes irão por vias em touas as circumstancias, e das del-  
las vos será entregue por esta Instrução, e comendados  
muito encarecedamente que fãdes por grande vigilancia  
para que da parte dos Portuguezes se cumpra a dita de-  
reessa inteiramente, e me avisareis do que fãdes fazerem  
os Castelhanos para em tudo se proceder como cumbre  
a meu serviço.

Esta Instrução vai escrita em cinco meas folhas  
com esta asynadas ao pé de cada hum por Miguel  
de Moura, meu escrivão da purtugal, do meu con-  
selho de estado hum dos Guernadores d'elles Benor.

Escrita em Lisboa a sete de março de 596. E eu o Secretário Diogo Velho a fiz escrever.

XII. E das victorias que se houerom contra o Turco em Ungria se vos dará hũa Relação, a qual na India fareis tralluzir em lingua da Persia, e a entregareis ao Embaixador que houerdes de enuiar áquelle Reino para que a possa lá mostrar. (a)

REY.

Miguel de Moura.

Instrução particular que Vossa Magestade manda dar ao Conde Almirante Visorrey da India sobre algumas materias importantes dela. — Pera Vossa Magestade ver toda. — 2.ª via.

(Livro 4.º fl. 731—5.ª via fl. 617)

209.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Por ser informado que se tinha lustrado muita moeda de Xarafins na Cidade de Goa com muita liga, mandey nas vias dos annos passados que se não faturasse mais, e ultimamente ao Visorrey Mathias de Albuquerque que ordenasse o mais conveniente meio que pudesse hauer para de todo se extinguirem estes Xarafins; e hora me escreue a cidade de Goa que por se entender que se deuita recolher todos por conta de minha fazenda e ficar com ella a perda que nelles houteisse se não acabara de tomar assento nesta materia, e porque conuem fadarse com a consideração que ella pede, vos encomendo que vohlo ás vezes que ha para não ficar esta perda com minha fazenda, e assi ouidas as da Cidade tomeis resolução neste negocio, e per nenhum caso oalheis que se laute mais esta moeda posto que de todo se não extinga, e entenda a cidade, e geralmente toda a peçoça o que nisto agora de nouo uos mando pello escandalo e perda comum que toca a todos.

(a) Esta Relação não apparece.

II. E assi me diz a mesma Cidade que por respeito da muita copia de homens da nação que ha naquelle estado não podem usar de seus commercios tão liuremente como dantes faziaõ, pediudome que os mandasse embarcar pera este Reyno conforme a prouisaõ que sobre isso manday passar nos annos passados, e porque por rezaõ dos contratos que se fazem neste Reyno pera essas partes e por outras cousas de meu serviço não conuem mandallos vir pera este Reyno tão geralmente, senão somente aquelles que se entender que são prejudiciaes a meu serviço, encomendouos que os não faças embarcar a todos geralmente, mas quando entenderdes que ha alguns prejudiciaes, e que conuem a serviço de Deus e meu mandallos pera o Reyno, o tratareis com o Arcebispo de Goa e com os Inquisidores, e se parecer a todos que deuem ser embarcados os que aqui serem prejudiciaes, os o brigareis a isto, e doutra maneira não.

III. E assi me dizem que o Senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho (que Deus tem) mandara tomar determinação na forma em que deviaõ correr os arrandamentos de minhas rendas nesse estado, e que está o feito disto concluso em mão do Licenciado Antonio Fernandez Masciel, Juiz dos feitos, pello que vos encomendo vos informeis destes autos, e faças tomar nelles determinação em Relação, e a sentença que neste caso se der antes de se pôr no processo nem de se publicar me enviareis em copia assinada pellos Juizes todos pera eu a ver e mandar nisso o que for serviço.

IV. Tambem dizem que os cargos de escriptão dos horfeões daquelle cidade foram sempre prouidos pella Camara d'elle, e que de alguns annos a esta parte se provém pellos Viso Reis daquelle estado; pello que vos encomendo que muito particularmente vos informeis das rezoões que a cidade tinha para prover estes cargos, e das que houve pera o não fazerem de tantos annos a esta parte, pera que com a informação que disto fuerdes e me enviardes mandar responder a cidade como for meu serviço.

V. Tambem me escrevem que por a prisão da fortaleza ser apertada e doentia entendem que será bem comum daquelle cidade fazersse hum tronquo nella como o ha na cidade de Lisboa pera os presos da obrigação da mesma cidade, a que me não pareceo de uelhe deferir sem primeiro ter informaçã vossa, e communicardes isto na Relaçã dessa cidade, de que me avisareis, e achando que nisto não pode haver duvida, e que em todo caso se deve fazer, se porá em effeito.

VI. E porque tambem me escrevem que ElRey Dom Manoel meu senhor e avô (que Deus tem) lhe concedera que todos os casados da mesma cidade vencessem soldo como fronteiros, e por hauer muitos annes que se quebrou e extinguiu este privilegio, lhe passavaõ os VisoReis daquelle estado prouisoões pera os que servissem na Camara da mesma cidade vencessem soldo no tempo em que servissem, o que hora encontrava o nono regimento da matricula; vendo o que sobre isso me dizem, hey por bem que estas pessoas no tempo em que somente servirem hajaõ este soldo em quanto o eu houver por bem, e não mandar o contrario.

VII. E assi me dizem que o VisoRey Mathias d'Albuquerque com o parecer de algũs fidalgos e pessoas desse estado intentara cecearsse a mesma cidade sem se acabar a fortificaçã se que vay fazendo na Ilha, e por ser de muita importancia escolheresse o melhor disto, se não fará nesta materia novidade alguã sem primeiro vos informardes muito particularmente se acabandoesse de fortificar e cercar a Ilha de Goa em que já está tanto feito como me escrevem, deuo mandar cercar a mesma cidade, ou se se deve escusar, de que me avisareis muito particularmente com as rezoões que houver por huã e outra parte, com hum debuxo de tudo pera vos mandar sobre esta materia o que houver por bem que se faça, e entretanto se não levantará mão da fortificaçã que se vay fazendo tendo nella respeito a que se não faça cousa que depois se haja de desfazer.

VIII. Tambem me escrevem que a mesma cidade



fez uma casa grande por cima dos açougues com fundamento de poder servir de Vereação, e me pedem, mande aos desembargadores dessa Relação fazeis nella as audiencias de sua obrigação que atégora fizeram em suas casas, e por ser materia nova, vos encomendo a pratiqueis com pessoas que o entendão, e me avisais se convém conceder-lhe isto que pedem, para com vossa informação lhe mandar responder, e parecendo-vos isto necessario, e que não he materia de duvida alguma a fazeis pôr em effecto.

IX. E assim me pedem fazer merce a hum Pero de Oliveira cidadão da mesma cidade que dizem que tem bem servido, e que por não ter possibilidade não pode atégora apresentar os papéis de seus serviços, que vos encomendo que vejais na forma, e modo que vos tenho ordenado que tomeis conhecimento de semelhantes petições com as pessoas com que as haveis do praticar, e me avisais do que vos parecer.

X. E o Rey de Cochim me escreve sobre suas petições e requerimentos que já tinha remetido ao Viso Rey Mathias d'Albuquerque, e a que já lhe tem dado algumas repostas; e porque não ha razão que me resolva nas cousas daquelle estado sem primeiro se tratarem com os Viso Reis delle, lhe mando hora que acuda a vós, e vos encomendo vos informeis se tem repostas nas cousas que hora o dito Rey requiere, e assim que a não tiver nem honrés ordenar nas vias dos annos passados para se lhe dar, as vejais e me informeis com vesso parecer para lhe mandar responder como honrer por meu serviço, e o vades tratando com bom modo para que elle se quiète, e para vos poderdes conformar com o que lhe escrevo abtíreis hã das cinco vias das minhas cartas para elle, e do que nellas lhe digo sobre a fortificação de Cochim vos tratarei em outra instrução.

XI. E porque me pede mande despachar a hum Francisco da Costa e Mathews Vrs. naturaes da Sanct Thomé, vereis suas petições pelo modo acima dito, e me avisareis do que parecer, não tratando do habito que

pede pera o dito Mathews Vaz, por não ser conveniente concederlhe, de que o fareis capaz. ( a ).

XII. E porque diz que ElRey Dom Sebastião meu sobrinho, ( que Deus tem ) mandou que se pagassem a Santopá e outros brahenes, huns treze mil e trezentos Xarafins que lhe eraõ devidos de roupas que lhe foraõ tomadas, e por atégora lhes não ser feito pagamento, me pedia lho quizesse mandar fazer; encomendouos que constandouos que he esta dívida liquida, lhe façaes fazer pagamento della no melhor modo que puder ser, e a este preposito me parecço dizeruos que em materia de pagamentos, quando se não poderem fazer todos, deis precedencia aos de mais obrigação.

XIII. Por ser informado que os moradores da cidade de Damaõ paganaõ huã certa pensaõ das terras daquella fortalezaa Ramo de Rana, Rey de Sarceta. lho mandei estragar, e por huã carta que tine sua nas vias do anno passado, me escreuem as causas porque lhe pagaõ a dita pensaõ, de que lhe mando hora escrever vos dem conta pera neste caso verdes o que se deue fazer nesta materia, e assi lhe mandey que volla dessem da queixa que me fazem de lhe não ser acabado de pagar o dinheiro por que se vendeo huã viagem da China de que lhe fiz merce per a fortificação daquella fortaleza de Damaõ, e assi destas cousas como de outras de que vos daraõ conta, vos encomendo lhe façaes fazer justiça e rezaõ no que a ti merem. E será rezão que a cidade de Goa, e ElRey de Cochim, e a de Damaõ, de que vos trato nesta Instruçã, saibaõ particularmente de vós como vos encomendo estes negocios sobre que me escreuerom; e o mesmo modo tereis em semelhantes cousas ainda que vollo não diga nas Instruçõs ou cartas em que vos falar nellas. Escrita em Aranjuez a 8 de marco 1596.

REY

( a ) Assim se lê em ambas as vias, que restam, desta Instruçã.

Pera o Conde VisoRey sobre requerimentos da cidade de Goa, e d'ElRey de Cochim, e da cidade de Damão.—Pera Vossa Magestade ver—2.<sup>a</sup> via.

( Livro 3.<sup>o</sup> fl. 709.—5.<sup>a</sup> via fl. 663 ).

## 210.

Conde Almirante, VissoRey, amigo. Por ter algumas informações de pessoas de experiencia da Índia dos inconvenientes que resultauão ao bem dos resgates de Çofala e Rios de Cuama, e á comseruação dos mesmos resgates de se terem abertos e serem comuns como o eu tinha mamdade no anno de 93, e ser materia de muita consideração, me pareceo ho anno passado de 95 mamdar acudir a ella com o remedio que pedia, e vendo-se e examinando-se as causas que me moueraõ pera mamdar abrir estes resgates, e as que de nouo me foram apresentadas pera os tornar a mamdar cerrar, e correrem como dantes, mamdey passar huã provissão feita a 7 de março do dito anno per que deroguey outra feita ao ultimo de março de 93, e mamdey que se cerrassem, e contratassem os ditos resgates com os capitaes prouidos das fortalezas de Çofala e Maçaõbique pagando eles á sua custa as ordinarias daquelas fortalezas, e dando mais a minha fazenda huã contia certa de dinheiro que parecese justo ao meu VissoRey, pera o que me pareceo darlhe na mesma prouisão comissão que o pudese assi fazer e contratar com os capitaes que fossem entrar nestas fortalezas pello preço que lhe parecesse justo, como mais largamente vereis pella dita provissão, e como por ella ouue por bem renogar a que tinha passado pera se abrirem os ditos resgates; pelo que vos emcomendo é mamdo que façaes inteiramente cumprir a de que neste Capitulo vos trato feita a 7 de Março do anno passado de 95, e me escreuaes o que hos ditos capitaes dão cada anno pera minha fazenda, e se vos patece que está este negocio bem ressoluto nesta forma, com o mais que nesta materia se vos oferecer.

II. O VissoRey Mathias d'Albuquerque me escreneo ho anno passado sobre alguãs materias tocantes aos menistros da Imquisissaõ que mamdey que se visem neste Reino no Comselho geral dela, omde se entemdeo que o mesmo tinha ele escrito ho anno atrás de 94 ao Cardeal Archeduke, meu sobrinho e irmão, como Imquisidor geral, e que ele provera logo no que vio que convinha, de que foy a reposta nas náos do anno passado de 95, e assi nisto naõ ha mais que dizer que aprovar o que Mathias d'Albuquerque fez na composissaõ dos ditos ministros, e emcomendaruos a vós que prosigaes no que nisto virdes que convem dandome disso conta quamdo ouner casos que o requeiraõ e comunicandoo particularmente ao Imquisidor geral destes Reynos ( cujo cargo hagora serue o Bispo d'Elvas ) que vos avissará tambem de minha parte do que for necessario.

III. Por a provissaõ de lugares de desembargadores da Relaçãõ de Goa ser matteria de muita importancia e em que comuem acertarse nela, vós emcomendo que vós com ho Arcebispo de Goa e Chamçarel da dita Relaçãõ, e em sua absemcia com o desembargador mais antigo della trateis da pronissaõ dos officios e lugares extranagantes que ouner e estinerem vagos na dita Relaçãõ pera se proverem logo, a saber, os officios nos desembargadores da Casa, e os lugares de extranagantes nos Ouidores das fortalezas mais benemeritos e de que mais experiemcia se tenha, os quaes assi prouereis conforme ao que parecer aos mais votos, e esta mesma ordem se guardará ao diante em todas as provissoes de cargos de justiça da dita Relaçãõ, que se ounerem de prouer em letrados, e no que toca aos Ouiderias das fortalezas parece que convirá ficarem alguãs em letrados como saõ Ormuz, Malaca, Dio, e Chaul, ou outras quaes milhor parecera vós e aos ditos Arcebispo e Chamçarel, pera se irem tirando os Ouidores delas pera desembargadores da dita Relaçãõ, por naõ ernirem nela letrados sem experiencia visto a muita defculdade com

que se acomodaõ os que nestes Reynos estaõ occupados em cargos de letras.

IV. Per cartas do Prouincial da Companhia em que dá conta dos Relegiosos que mandou a diuersas partes sendo huã dellas ao Preste, scube como foraõ captiũos outros dous Padres que tambem mandou ao Preste em tempo do Gouernador Manoel de Sousa Coutinho; emcomendouos que naõ sendo já resgatados trateis disso como he rezaõ que seja.

V. E tambem vos emcomendo muito que o que os Relegiosos da Companhia haõ dauẽ de minha fazenda pera ho Ospital de Goa (de que por seruiço de Deos e meu tem tomado a administraçaõ por eu assi lho mandar emcomendar) lho façaes sempre pagar com effeito aos tempos devidos, e ordeneis de se lhes aplicar alguã renda separada pera isso, e digaes ao seu Prouincial como leuzes esta ordem e pera os fauorecendes no que tocar ao dito Ospital de maneira que elles folgem de ter cuidado dele e naõ ajaõ por taõ pessada esta carga como mostraõ.

VI. ElRey de Bainge me escreueo huã carta nas náos do anno passado na qual me dá conta de alguãs cousas e despesas que tem feitas em meu seruiço, e de alguãs agrãos que diz que lhe saõ feitos pelos VissoReis desse estado e capitaens móres das armadas dele, a que lhe mandey responder remetendome a vós pera nas em que tiuer rezaõ se lhe fazer; emcomendouos que precedendo a informaçaõ com que em todas as cousas deveis proceder lhe respondaes como vos parecer mais meu seruiço com respeito de lhe dar satisfaçaõ no que puder ver.

VII. Francisco Paes, Prouedor moor dos contos de Goa, me dá conta em huã carta que me escreueo ho anno passado de alguãs cousas de meu seruiço, e porque de seu procedimento tenho boa informaçaõ, e ele tem muõta experiencia delas, vos emcomendo que o chameis e as trateis com ele pera com sua informaçaõ dardes a ordem nelas que conuẽm a meu seruiço; e porque diz que o VissoRey Mathias d'Albuquerque

mudou a Casa do despacho dos contos donde dantes se fazia pera ho aposento dos VissoReys, e que ás segundas feiras era presente aos despachos em que sempre aua que fazer, e que vindo ele que as partes nas petições de ponto de direito e embargos com que vem a pagar pertendiaõ lenar os autos ao Juiz dos feitos vinde com-fortme ao Regimento nouo se auiaõ de remeter, e como la eraõ nũmea tinhaõ fim nem se arrecadavaõ o que deviaõ, por atalhar estas dilhações mandaua fazer todas as diligências que cumpriaõ a meu seruiço e a bem de justiça, e que quando vay o VissoRey com ho Veedor da fazenda e Juiz dos feitos e Procurador da Coroa se despacha em final, e que por este modo se atalhaõ dilhações e desordens que dantes aua; e que estas detriminações se mandauaõ lançar em hum liuro pera ao diante em muitas cousas outras semelhantes regulandosse pelas passadas, fareis nisto o que virdes que mais cõmuem a meu seruiço e á justiça das partes

VIII. E assi diz que ha alfamdega de Dio e as mais rendas daquella Ilha estaõ taõ acrescentadas com a boa ordem que deu no Regimento que fez quando lá foy que montaõ por anno cento e oitenta mil xarafins, os quaes se pagaõ sem as demandas que haviã nos arrendamentos passados por se meterem neles comdições perjudiciaes a minha fazenda, e que nas despesas e excessos passados cortou e tirou muitas desnecessarias que avia de maneira que a fortaleza que agora está mais prospera de rendimento e que mais ajuda ao estado he Dio, e tambem me diz que tem bein necessidade Ormuz e Malaca de se fazer nelas outro tanto, em que tambem proverei.

IX. Tambem me estorue que ha alfamdega que o VissoRey agora asentou em Chaul sera hũa das mais rendosas desse estado no que diz que mostrou a justiça que minha fazenda tinha nos diteltos das fazendas que vinhaõ de Cambaya que se desemcaminhaõ da alfamdega de Dio onde pertencem, e fez o Regimento pera ha de Chaul de que o VissoRey mandou o tres-

lado que tenho mandado ver pera leuardes a resolluçã disto, e no que achardes que Francisco Paez fez bem nesta materia lhe direis que me ey por bem seruido dele.

X. E assi me escreue o dito Francisco Paez que dera traça pera se não furtarem em Malaca os direitos das náos da China sendo ho meyo disto não se descarregar em as fazendas em terra e se fazer o despacho pelo liuro da náó, em que tambem avia grande desordem, e que tambem dera outro meyo pera em Malaqa se não tomar o crano que pertemce a minha fazenda, nem ho das partes como muitos capitaens faziaõ fingimdo necessidades, e que conforme a ordem que pera isso dera passara o VissoRey Mathias d'Albuquerque provissã per que de femdeo em meu nome que se não tomasse nenhum crano pelas rezoês que maes largamente aponta que dele sabereis, e pella importancia destas materias as comunica-reis com elle, e provereis nelas com o remedio necessario.

XI. E assi me escreue como dera traça ao VissoRey pera poder ter o cobre necessario pera ha moeda da zibeira, em que alem de minha fazenda interessar muito he hum grande meyo pera as armadas se aprestarem com ta brevidade necessaria; emcomendouos que trateis esta materia não somente com elle mas com todos que nela vos poderem dar boa imformaçã e parecer, e a ponhaes em ordem. E tambem me diz que a principal destruiçã dartilheria, poluora, e muniçoês das fortalezas daquele estado nacia dos almoxarifes, que como tinhaõ pouquo ordenado a emprestauã por dinheiro e vendiaõ a poluora e muniçoês, alem do estrago que faziaõ os capitaens que pelo que lhe tambem disto pediaõ lhe assinauã despezas de roubos manifestos; e por que ha muitos annos que se não dá remedio a isto posto que tenho passado algũs provissoês sobre isso, vos emcarrego muito ( alem de o ter feito em outras Instruçõs que leuaes ) que tomeis esta materia muito a vossa conta, e façaes honrrã dela, porque já agora este he o verdadeiro emtendimento dela; e ei por bem e mando qu

daqui em diante não aja nas fortalezas de Malaca, Ormuz, e Cochim almoxarifes separados d'artilheria e munições como os não ha nas mais fortalezas da India, e que os feitores das taes fortalezas sirvaõ tambem de almoxarifes, porque como são pessoas de mais calidade e vem dar conta de suas feitorias e juntamente a daraõ do cargo de almoxarife, poderseá aver por eles a artilheria e munições quando lhe faltarem, e poderseelheão acrescentar em seus ordenados os quinze mil reis que os almoxarifes aviaõ de ordenado. E sobre isto mandey passar a prouisaõ que vay com esta Instruçaõ.

XII. Tambem me escreue que ho hum por cento de Ormuz, e meo por cento de Dio deuaõ amdar anexos ao recebimento do feitor, e que o VissoRey Mathias d'Albuquerque anexara agora por este modo o hum por cento de Ormuz, e que no de Dio se podia logo fazer, pois se harrecadava na alfamdegua juntamente com os mais direitos, porque de auer tizoureiros particullares não resultava outro proueito senaõ ha perda de leuarem ordenados grandes; pelo que ey por meu seruiço que os feitores sirvaõ juntamente de tizoureiros deste meyo e hum por cento; e em caso que estes officios ajaõ de ser prouidos pelas Cidades, fareis advertir aos da guouernança delas pera que hos officiaes em que os prouerem sejaõ taes quaes connem, e o melhor seria persuadirdes os das Camaras a que venhaõ nisto pelas rezoões que pera isso ha

XIII. Tambem me diz o ditto Francisco Paez que pelo Regimento nouo que mandei fazer pera os Contos da Cidade de Goa defemdy aos meus VissoReis que não fizessem quitas nem desem esperas do que se deuese ha minha fazemda, o qual Regimento se não guardava nesta parte, pelo que vos mando que se escussem as taes quitas e esperas, e aõ não façaes senaõ com taõ urgentes caussas e rezoões que por nenhum caso se possaõ escussar, avissamdomo das que pera isso tiuestes, e fazendo primeiro ver as per que volas pedirem nos mes-



mos Contos pera vos resolverdes com he informaçõs e parecer dos ministros deles.

XIV. E por que sou informado que he de muito inconveniente fazerse pagamento das merces que os Viso Reis a fazem alguns pessoas á conta dos trinta mil cruzados que lhe tenho concedido pera ellas em outros nenhũs officiaes, senão no tisonreiro da alfandega de Goa com ter o Secretario do estado livro separado em que se registem as promissoes destas merces, e declarar nas costas delas como cabe a tal conta na copia dos trinta mil cruzados daquele anno, e que sem esta diligencia se não passe pela chancelaria nem leue em conta, vos emcomendo que façaes guardar esta ordem, porque he sy por de muito meu serviço, e esta regra geral, não tolhera a dispensaçã de algum caso particular que não possa correr pela dita regra, mas estes taes deuem ser muy poucos, e tambem neles se poderá dar tal ordem que esta diligencia que mamdo que preceda ao pagamento se faça todavia depois.

XV. E porque no Regimento que por mandado do Senhor Rey Dom Sebastião men sobrinho, que Deos tem, fez o Secretario Diogo Velho na India, sendo Veedor da fazenda, com outros ministros que com ele se juntaraõ está ordenado que as ordinarias de Goa se paguem no tisonreyro do estado, e he desfesso pelo mesmo Regimento que se não quebrem pagamentos pera as fortalezas, e venha o sobejo do rendimento delas depois de pagas as ordinarias das mesmas fortalezas ao dito tisonreyro do estado em larin, porque importa de ganho a minha fazenda muita cantidade de dinheiro, allem de ser isto boa ordem dela, vos emcomendo que por todos estes respeitos façaes guardar o dito Regimento, e que venha todo o dinheiro que sobejar ao dito tisonreyro do estado.

XVI. O Bispo de Cochim me emuiqu pelas nãas do anno passado hũs contas e papeis do estado em que ficava a obra da Sé noun de Goa, e do muito dinheiro que nella se tem gastado, e me diz que fundaraõ esta igreja de maneira que parece que em muitos annos se

naõ acabarã por serem as paredes muito grossas e cheas de pedras lauradas de ambas as partes de fora e dentro, e porque ha muito que dura esta obra, e se tem feito muitas despesas, e naõ se acabar he inda de moor inconveniente que naõ se fazer mais perfeita, vos emcomendo que vos informeis muito particularmente dela e do estado em que está, e que trabalheis ao que a vós toca, por se acabar de todo com a breuydade que ouuer lugar dando-lhe nisso todo o favor e ajuda necessaria, e communicando o que vos aqui digo com ho Arcebispo de Goa.

XVII. Pero Homem Pereira capitão de Columbo me escreueo huã carta per que me dá conta dos bons subcessos que teue naquela Ilha e me diz que hos cem mil pardãos que se tomaraõ aos inimigos e pertencem ha minha fazenda os depositou no mosteiro de São Francisco, e en-lhe escreueo que vos dê conta disso, e assi cumpre que lha tomeis de todo o que será bem que saibaes dele, com que procedereis conforme ao que achardes, de que me avisareis, porque Mathias d'Albuquerque me escreueo que sendo este tisonro (que trazia a Rainha e o Principe de Ceita Vaça) taõ nomeado, naõ apparecera mais que estes cem mil pardãos que o dito Pero Homem fizera depositar no dito mosteiro té se determinar se pertencia a minha fazenda ou a elle e aos soldados que alli se appareã, e que sobre a materia deste tisonro tinha algũs avisos em que culpauã as cabeças daquele Reyno e principalmente a Biça Narsinga que depois fez grandes despesas com sua gente e elefantes e graõ copia de bois de serviço e deu largas dadiuas com que trouxe a si todos os Chingafús, mas que por entãõ lhe naõ pareceo bolir com esta materia até se segurar tanto melhor, e que se naõ descudaria de mandar fazer a seu tempo todas as diligencias que este caso requeria, pelo que vós ensomendo vos informeis de todas as que estinerem feitas e do estado em que está este negocio e acabareis de saber a verdade como ha importancia dole o pede, de que me avisareis.

XVIII. O Bispo de Japão me escreueo per carta de seis de janeiro de 94 estando elle no guouerno do bispado da China pela absensia do seu proprio perlado apontando alguãs rezoãs pera ho officio de Juiz dos orfaõs de Macão naõ amdar junto ao de Ouuidor daquela pouoação senão em hum dos moradores dela, o que mandei ver e praticar na mesa do Desembargo do Paço, e conformandome com o que nella pareceo, vos emcomendo que ordeneis como uaquy em diante em quanto ho eu ouuer por bean e naõ mandar o contrario, o dito officio de Juiz dos orfaõs amde em morador da dita pouoação casado e de partes que o saiba e possa bem seruir, e naõ junto ao cargo de Ouuidor como até agora se fez e isto por annos, ou como vos milhor parecer, mas sempre com clausula que se possa tirar e dar a outrem quando quem o tiver naõ cumprir com o que nele deue.

E esta Instrução vay escrita em seis meas folhas com esta asinadas ao pee de cada hũa por Miguel de Moura, meu escriuaõ da puridade, do meu conselho do estado, hum dos guouernadores destes Reinos. Escrita em Lisboa a 9 de Março de 596. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

XIX. E porque em outra Instrução particular vos trato do que toca ás differenças que na India houue entre os Inquisidores Ruy Sodrinho e Antonio de Barros, naõ fareis obra algũa pello que em hum Capitulo desta Instrução vos digo sobre isto.

REY.

Miguel de Moura.

Huã das Instruções que Vossa Magestade manda dar ao Comde da Vidigueira VissoRey da India.—Pera Vossa Magestade ver.—2.ª via

(Livro 4.º fl. 681—5.º via fl. 641).

## 211.

Eu ElRey faço saber aos que esta provissão virem que por algũs respeito de meu seruiço ei por bẽm e me praz que dahũy em diante naõ aja nas fortalezas de Ormuz, Cochim, e Malaqa, nem em alguã outra do estado da India almoxarifes separados da artilheria e munições das ditas fortalezas como ate aguoira ouue, e que os feitores das feitorias delas siruaõ juntamente estes cargos de almoxarifes, e que ajaõ com eles cada anno os quinze mil reis que lhe saõ ordenados alem do ordenado das ditas feitorias; e mandõ ao meu VissoRey e Governador das ditas partes, que hora he e ao diante for; e aos Veedores de minha fazenda em ellas, e a todos meus officiaes a que pertencer que cumprã e guardem esta minha provissão, e a façaõ cumprir e guardar inteiramente como se nella contem, a qual se registara nos liuros do Conselho de minha fazenda e nos da Casa da India, e assy nos liuros dos contos de Goa, e nos das feitorias das ditas fortalezas pera se saber a todo o tempo que ho ouue assy por bẽm, e quero que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome e passada pela chancellaria posto que por ella naõ passe sem embargo das Ordenações do 2.º Livro. titulo xx, que o contrario dispõem. Ambrosio de Aguiar a fez em Lisboa a nove de Março de M. D. noventa e seis. Eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY..

Miguel de Moura.

Provissão per que Vossa Magestade manda que os feitores das fortalezas da India siruaõ juntamente de almoxarifes da artilheria e ajaõ ho ordenado dos ditos almoxarifes.—Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 72)

## 212.

Conde Almirante, Visorrey, amigo. Huã das importantes cousas da nauegação da India para as náos da carreira que nela andão poderem com ajuda de Deos chegar a saluamento a este Reyno he a ordem que se deue dar para não virem sobrecarregadas, caso tão perjudical e de tão manifesto perigo como se tem experimentado nas muitas náos que são perdidas por se não goardarem os regimentos e prouisoês que sobre a carga dellas são feitas com a concideração e pratica que esta materia pede, a que não ha que acrescentar de nouo senão regurossa execução, que quando se não fizer por meus menistros a deuo eu mandar fazer neles, a qual não somente será justiça bem merecida dos culpados, mas piedade deuida a quantos inocentes da mesma culpa pe-recem nas náos perdidas, que he o que mais se deue sentir, sendo tambem muito grande a perda de tantas fazendas; pelo que vos encomendo e mando que tanto que chegardes á Imdia façaes vir ante vós todos estes regimentos e prouisoês, e ordeneis como se notefiquem a todos meus officiaes a que pertencer o comprimento deles como se agora de nouo se fizeraõ, ou foraõ incorporados nesta Instrução, e ao pé do registo deles em todos os liuros aomde estiuierem, registados se fará asento de como se fez esta diligencia nouamente por meu mandado, de que me emuyareis certidoês por, vias, porque tenho asentado de com todo o rigor mandar daqui em diante executar as penas dos ditos regimentos, e com isto se evitará tambem parte do inconueniente de que me fizestes lembrança sobre as differenças que ha na carga das náos antre meus ministros e os contratadores delas.

11. Ey por bem auendo respeito ao que sobre isto me lembrastes que quando alguãs pessoas vos avisarem de aluitres de que minha fazenda receba proueito sem lhe poder vir por outra via possaes dar á pessoa que der o

tal aluitre o que vos bem parecer do que se arrecadar com efeito para minha fazenda do mesmo aluitre até a quinta parte dele somente, advertindoos que o dito aluitre não será de dinheiro ou cousa que esteja em meus livros ou em contas particulares, posto que não esteem de presente em noticia de meus officiaes salvo se com o dito aluitre ter alguã destas circumstancias a materia de que ele tratar for taõ antiga ou remota que se possa aver por de todo esquecida, porque entãõ se poderia chamar aluitre: e aviso que disto se der vimdo a cousa a efeito de boa arrecadação.

III. Tratasse de este anno irem á India dous letrados para os cargos de Ouidor geral do crime e Prouedor mór dos defuntos, e porquẽ poderá ser que se não concluise isto a tempo que se podeseẽ embarcar nestas náos, vos emcomendo que neste caso não achando uos nestes cargos os proprietarios deles por mim providos, vos informeis de como procedẽ os que tiverem as seruentias deles, e o communiquẽis com o Arcebispo de Goa e com o Chanceler da Rotação, e parecendo que se não denem remotór os deixareis servir os ditos cargos até de qua irem os que por mim forem providos deles; e quando com o parecer do dito Arcebispo e Chanceler virdes que comuem a meu seruiço e á boa administração da justiça outra cousa encarregareis as ditas seruentias aos letrados que a todos trez vos bem parecer.

IV. Aos Vissorreys vossos antecessores emcomendey nas Instruções que leuaraõ que amoestassem os fidalgos que na India se quisesem casar o não fizeesem com molheres mal nacidas como algũs o tinhaõ feito, de que receby muito desprazer; e o mesmo vos emcomendo para fazerdes nisso todos os officios suaves e regurosos que virdes que comuem, até chegardes ( quando volo ayy parecer segundo for o caso ) a não occupardes em meu seruiço quem se empregar taõ mal contra vosso parecer e sua omrra, e dos que se descuidarem dela me auisareis com tambem me escreuerdes o que nesta matais fizerdes.

V. Eu sou informado que nos contratos e arrendamentos de minhas rendas do estado da India ou de outras cousas quando os fazem meus officiaes se poem algumas condiçoẽs que depois a experiencia mostra que naõ de- niera aver neles, e que quando se tornaõ a fazer nouos contratos se usa sempre daquelas mesmas condiçoẽs sem aver entaõ lembrança de quaõ prejudiciaes saõ, pelo que vos emcomendo que ordeneis aos Vedores de minha fazenda das ditas partes e a quequer officiaes delas a que isto pertencer que naõ aceritem lanço algum em minhas rendas que se remeta as condiçoẽs do arren- damento e contrato pasado sem elas se verem primeiro hũa por hũa e se vos dar depois conta delas, e se tirarem por vossa ordem e mandado aquelas condiçoẽs que se repreuarem ou aprouarem de maneira que sempre na pratica destes contratos preceda a calidade das condi- çoẽs a cantidad do dinheiro porque muitas vezes mon- tاراõ elas mais que o crescimento do arrendamento. E este Capitulo fareis trasladar no Livro das lembranças da fazenda e na dos Contos, e omde vos parecer que mais conuier por aduertencia e comprimento do que per ele mando que se faça.

VI. Sou informado que quando o Vissorrey Mathias d' Albuquerque detreminaua ir ao norte tinha dito que aua deixar ordenado em Goa que em sua ausencia se naõ fizesse negocio na Relaçã, e posto que naõ creio que isto assi fosse pois naõ continha que deixasse de correr o ne- gocio ordinario da justiça naõ se dando despacho nas ape- laçoẽs que vem de partes remotas domile se navega em monçoẽs, e seria nestes tais casos mais prejudicial a dila- çãõ que em outros em que tambem faria dano, vos em- comendo que quando acontecer ser necessario irdes fõra de Goa naõ ignoreis entaõ nem sendo presente, suspenderse o negocio correbre da dita Relaçã, em que se procederá conforme ao Regimento que lhe man- dey dal.

VII. Vy o que apontastes sobre o Regimento da ma-

tricola feito pelo Vissorey Matias d'Albuquerque (de que tenho mandado que se usse por asy o aver por meu serviço) e porque ele se fez ha taõ pouco com pratica de menistros de experiencia, e depois o mandey reuer neste Reyno por outros que tambem a tem das cousas da India, e particularmente da matricola de que ha tantos annos que se trata sem se lhe acabar de dar o remedio que pede, ey por meu serviço que sem embargo do que asy apontaes em alguns capitulos do dito Regimento ele se goarde e cumpra inteiramente, e asy volo emcomendo muito, e depois de embora serdes na India e terdes mais particular emformaçaõ destas cousas, e as virdes de mais perto, me podereis escreuer o que sobre cada huã delas vos parecer praticandoas primeiro com os officiaes com que o dito Vissorrey Matias de Albuquerque tratou esta materia e com os mais que emtemderdes que para ela deueis chamar, mas naõ sospemdereis por isso o comprimento do dito Regimento, e para mais vossa aduertencia e satisfaçaõ vos comonicará de minha parte o Secretario Diogo Velho (que he hum dos ditos menistros que oá viraõ o dito Regimento) as repostas que tem o que assy nele apontastes, e como está prouido no que toca ao Capitulo 45.

VIII. E quanto ao que dizeis que se mais deue prouer no dito Regimento sobre se naõ receber nas Religioes soldado algum sem presentarem aos prelados delas certidaõ da matricola de como fica postã verba em seu titulo da sua entrada em Religiã, parece que bem será que asy se faça, e que a dita certidaõ se apresente ao tempo da profisaõ.

IX. E a prouisaõ que dizeis que he necessaria para os capitaes de alguãs partes afastadas da India tomarem a rol todos os homens que nelas forem moradores e emuiarem os taes rões á matricola para se pôrem verbas em seus titolos, parece que será bem que se faça (posto que no dito Regimento se manda que se naõ desconte soldo a pessoa alguma sem primeiro se verificar onde e como serue) porque com isto se apurará mais a ver-



dade nesta materia, e se conseguira o efeito de se saber em que lugares residem os Portuguezes e o numero deles, e vós prouereis nisto por vossas cartas e prouisoões, e eu mandarey passar prouisoão minha do mesmo com o mais que ouuer por bem que se faça sobre o dito Regimento depois que da India me escreuerdes sobre ele conforme ao que atrás vos digo.

X. Tambem vy o que apontastes sobre a materia dos perdões que em sustancia he leuardes a limitação deles em segredo. sem se emtender que eu vola pouho pelas rezoões que se vos oferecem. E porque as que os Senhores Reis meus antecessores, que Deos tem, ordenaraõ o que se agora nisto faz, que tenho aprouado, saõ mais obligatorias, ey por seruiço de Deos e meu, e bem da justiça que nem na cousa nem no modo aja por ora nisto mudança algũa, antes tenho por melhor sabersse o que nisto vos tenho mandado, com que sereis menos instado por cousas que naõ deueis comeeer.

XI. Pareceome bem a lembrança que fazeis sobre os Portuguezes omiziados que andaõ lamçados em diuersas partes antre infieis, a que se pode dar remedio com perdaõ geral para da publicação dele a seis menses se virem apresentar a minhas justicas, e searem com isso perdoados naõ sendo em perjuizo de parte nem as suas culpas de casos facinorosos e atrozes, pelo que vos encomendo que se depois de chegardes á India e vos inteirardes mais nesta materia, vos parecer o mesmo que agora, passeis o dito perdaõ com a limitação do tempo e casos em que ele hade aver lugar conforme ao assim dito, o qual perdaõ será geral no que toca ás pessoas que nele se haõ de comprehender, e particular nos lugares para onde se ouuer de passar, porque a distancia deles e a calidade da terra e outras circunstanCIAS que averá poderãõ mudar nisto algũa cousa da regra geral, e por isto me pareceo melhor cometermos este perdaõ que ir logo de cá feito.

XII. Sobre os intertimentos dos fidalgos pera ajuda de sua despesa se entenda que ha mais incomuenientes

que rezoões pola emformaçaõ que tenho das imfrutuossas despesas que eles fazem e que algũs se empenhaõ para elas e gastaraõ nisso os dotes de seus desacertados casamentos, e parece que mais conueniente seria darse a isto remedio que occasiã de se continuarem estas taes despesas, e para os que merecerem ussarse com eles de deferente procedimento em seu fauor temdes licença minha para em meu nome lhe poderdes fazer merce cada anno até contia de trinta mil cruzados, sendo a limitaçã dos tempos passados até doze mil cruzados somente, que depois se esteindeo a vinte mil, e agora he de trinta, que saõ xviiij mil cruzados mais, e segumdo as necessidades da India saõ muitas deneis ordenar a repartiçã por modo que todos os que as merecerem tenhaõ nelas o quinhaõ que lhes couber, e quando ouuer fidalgos de tal procedimento em suas despesas que seia rezaõ serem ajudados com intertimentos, mo escreureis com vosso parecer para entãõ en vos mandar o que ouuer por bem.

XIII. O que apontaes sobre os lugares que nas naos se tomaõ para a pimenta que naõ cabe nos payões, de que os contratadores delas pretendem que se lhe pague o frete, e dizem que tem nisto justiça contra os Vissoreys que lhe mandaõ tomar os ditos lugares, foi bem feito fazerdes esta lembrança para se tirarem duuidas, e naõ deue aver nhuã em sempre vir toda a pimenta que couber nas naos segumdo a carga dela que em todas vier, de que se deue fazer conta pelo numero das náos e toneladas de que forem, e asy vos emcomemdo que ordeneis nisto o que virdes que he mais meu seruiço, e me auiseis do que frizerdes, para com isso mandar pagar aos ditos contratadores o que se lhes deuer quando naõ forem a isso obrigado por seu contrato, e no que toca a carga das náos e modo em que se nela deue proceder para naõ virem sobrecarreguadas vos trato em esta Instruçã.

XIV. Posto que tambem em outra Instruçã vos digo o que ey por meu seruiço sobre as náos nouas que se

haõ de fazer na India, folgey com a lembrança que sobre esta materia me fazeis, e asy deveis leuar nestas náos tudo o que puder ser do que para este efeito for necessario, e huã vitola em debuxo, e outra em modelo da forma em que neste Reyno se fazem as náos que se haõ por milhores para esta carreira, e sou informado que na India ha mestres que as fazem taõ suficientes que se podem escusar irem de cá, e o dinheiro que taõbem pedis para elas naõ podeis leuar logo, mas procurarseá que vos vá algum anno que vem, Deos querendo, e entre tanto o buscareis domde melhor se possa tirar para cousa de tanto meu seruiço como esta he.

XV. Sobre a artelharia e munições e coussas semelhantes que pedis para a India que saõ necessarias nela, tenho mandado fazer a diligencia que sabeis para que possaõ ir nestas náos as mais que forem posiueis, mas como também sabeis naõ poderá ser tudo, e nesta falta espero que supra o vosso bom cuidado, e que sendo a mayor a da artelharia poderá ter mais facil remedjo ordenando ( como em outra Instrução volo emcomendo ) que se cobre a espalhada e castigem os culpados na perdida, e venha cobre da China com que se funda outra de nouo, e de poluora de cá naõ ha que tratar, nem se tratou de se mandar numqua á India, antes delá se procurou sempre que viesse salitre que vos tanto tenho emcomendado, e torno a emcomendar como o farey sempre em todas as occasiões em que se oferecer falarvos nesta materia,

XVI. Do que dizeis sobre a materia das merces que os Vissoreys fazem em meu nome, e que naõ comueem que elas sejaõ aprovadas pelo Chanceler, e que grossandoas ele naõ tenhaõ efeito, emtendo que deue ser isto por eu ter mandado que todas as prouisoões que passardes passem pela chancelaria, que naõ pode deixar de ser, porque asy se faz neste Reino nas minhas prouisoões, e me ey por seruido das lembranças que de minha chancelaria me fazem sobre elas; costume muy antigo e ordem

bem necessaria que meus Visorroys denem procurar de comseruar, pois tudo isto se fmda em meu seruiço a que só deuem ter respeito como creyo que vós o fareis. E quanto ao outro ponto da declaração que pedis que não entrem na contia que vos tenho linitada para as merces as ordinarias que se dão aos capitaes das embarcações de minhas armadas, e este soy o respeito porque mandey acrescentar a dita contia em tanto como de doze mil cruzados a trinta como volo digo no Capitulo 12 desta Instrução, e soposto que não se haõ de fazer estas merces senão aos que andarein no seruiço e as não poderem escusar por sua pobreza, bem denem bastar trinta mil cruzados cadano bem repartidos pera entrarem neles as merces ordinarias dos ditos capitaes; e espero de vós que asy o façaes, e que de tal maneira ordeneis a arrecadação de minhas rendas e aumento delas que em vosso tempo vos deua mandar acrescentar a dita contia de que me podereis fazer lembrança quando tambem me derdes conta de ser maior o rendimento do estado.

XVII. Em huã das Instruções que leuaes sobre alguãs materias de importancia desse estado vos trato da empresa do Dachein, e depois disso vy huã carta de Thomas Pinto que por Dom Diogo Lobo capitão de Malaca foi emniado áquele Rey feita em Malaca ao ultimo de Janeiro de 94 em que dá conta de muitas cousas que vio naquella terra que podem ser de muito efeito para a mesma conquista, e eu lhe mamdo responder que vos dê delle conta, e asy conuem que lha pecaes, e vos informeis de tudo, e tambem do que diz que tratou com El Rey do Dachein sobre aver de vender para minha fazenda toda a pimenta que daly se nauegua para diferentes partes que diz que seraõ quinze mil bares cadanno, cada bar de tres quintaes e meo, que he huã grande cantidade, e tambem disto tratareis no modo que virdes que conuem, e o Secretario Diogo Velho vos dará a carta do dito Thomas Pinto e a copia da minha resposta para elle para irdes melhor inteirado do que nela escreue.

E esta Insttuição vay escrita em cinco meas folhas com esta asinadas ao pé de cada huã por Migel de Moura, meu escriuaõ da puridade, do meu conselho do estado, hum dos meus governadores destes Reynos. Escrita em Lisboa a 16 de Março de mil quinhentos nouenta e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Huã das Instruções que Vossa Magestade manda dar ao Conde Almirante que ora emuia por Vissorrey da India.—Para Vossa Magestade ver.—2.<sup>a</sup> via.

( Livro 4.<sup>o</sup> fl. 739 —5.<sup>a</sup> via fl. 651 )

## 213.

Conde Almirante, VisoRey, amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. O VisoRey Mathias d'Albuquerque me escreueo o anno passado sobre alguãs materias tocantes aos menistros da Inquisição e em particular sobre as differenças que houve entre os Inquisidores Ruy Sodrinho e Antonio de Barros, e que por se naõ poderem compôr para seruirem ambos juntamente, elle mandou a Antonio de Barros que escusasse ir á mesa até a chegada das náos, ou o Cardeal Archiduque, meu sobrinho e irmão, ordenar outra cousa, e que vencesse ordenado posto que naõ scruisse, e que fizera isto com parecer do Bispo de Cochim e maes deputados daquella Inquisição, e o mesmo tinha escrito no anno atrás de 94 ao Cardeal Archiduque o qual prouco logo nisso como lhe pareceo que conuinha, e foy a reposta nas náos do anno apssado de 95; e porque Mathias d'Albuquerque se naõ podia intrometer nas cousas do Sancto Officio, nem mandar que o dito Inquisidor naõ fosse á mesa, estranhey muito o que elle nisto fez, posto que deueo ser com bom zelo, e entendouos que vos naõ intrometaes vós em cousas semelhantes nem em outras que toquem á Inquisição, e as deixeis

correr por seu curso e ordem ordinaria, e somente lhes dareis o fauor e ajuda que vos pedirem os officiaes delle, e que necessario for para melhor fazerem seu officio fauorecendoos e honrrandoos em tudo conforme ao que vos mando em outras Instruções que leuaes, porque disso me hauerey por muy seruido. Escrita em Aranjuez a 18 de março 1596.

REY.

Para o Conde da Vidigueira Viso Rey da India—2.ª via  
( *No Sobrescripto* )

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde de Vidigueira, do seu Conselho, Almirante e Vissorrey da India—Segunda via.

( Livro 2.º fl. 351 )

214.

Conde Almirante, Vissorrey, amigo. Eu mandey ver no conselho de minha fazenda hũs autos e sentenças dadas na Relação de Goa per que julgou pertencer á dita cidade o hum por cento das mercadorias e fazendas que vem das partes do sul e se despachaõ na alfandegua de Cochim, e asy as lagimas das ditas fazendas pertencerem aos officiaes da alfandegua de Goa, com outras petições e papeis que por parte da cidade de Cochim se apresentaraõ, per que se queixa do agrauo que diz que se lhe fez em se lhe tirar o hum por cento das ditas mercadorias que, na alfandegua da mesma cidade se despachaõ, e tambem se tomaraõ no dito eomselho emformações de pessoas praticas nestas materias de que me foi dado conta; e visto tudo por mim, vos emcomendo que façais cumprir inteiramente o que por meu Regimento tenho mandado que todas as fazendas que vem do sul em nãos e nauios que dobraõ o Cabo do Comorim vaõ á alfandegua de Goa sem descarregarem as ditas fazendas em Cochim, e que succedendo por occasiões força-

das que as ditas náos não passem a Goa e descarreguem em Cochim não despachem sem licença e ordem vossa, e que quando o tal despacho se asy fizer seja pelos officiaes da alfandegua de Cochim, e o rendimento do hum por cento das ditas fazendas se reparta igualmente entre Goa e Cochim em quanto eu neste caso não mandar tomar outra resolução em contrario, e desta maneira parece que estas duas cidades ficaraõ compostas e sem occasiaõ de queixas, levando a Goa a metade do hum por cento por caussa das ditas náos terem obrigaçaõ de irem lá despachar, e ficando a Cochim a outra metade por o despacho se fazer na sua alfandegua, e cada huã destas cidades alegar rezoẽs para lhe aver de pertencer este direito do hum por cento, e no que toca ás lagimas dos officiaes que se pagaõ das ditas mercadorias que vem do sul, ey por bem que tambem se repartaõ igoalmente entre os de huã e outra alfandegua, em quanto servirem na de Goa os que costumãõ levar estas lagimas, e que deixando de servir nela ou morrendo pertençaõ aos officiaes da de Cochim. E porque poderá ser que acheis nesta materia algum inconueniente porque deuaes suspender esta resolução que nela tomo, em caso que asy seja (ou por parte da Cidade de Goa, ou pela de Cochim, ou por respeito delRey de Cochim, ou de outra alguma causa) entretereis o negocio até disso me avissardes com particular emformaçaõ de tudo, ouvidas as partes, e pondo-se em efeito o que vos aqui digo (em que parece que não averá duvida por ser meio acomodado para ambas as partes) se ussarã da dita repartiçaõ entre Goa e Cochim por tempo de tres annos da chegada destas náos em diante, e dentro no dito tempo se poderá milhor ver se se deve tomar nesta materia outra resolução, e poderá entre tanto quem se sentir agraviado apontar o que lhe parecer que faz a bem de sua justiça.

E esta Instruçãõ vay somente escrita nesta mea folha assinada ao pé dela por Migel de Moura, meu escrivãõ da puridade, do meu conselho do estado, hum dos meus governadores destes Reynos. Escrita em Lisboa a xxj de

Março de 596. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escreuer.

REY.

Miguel de Moura.

Instrução particular sobre se repartir antre as cidades de Goa e Cochim o rendimento do hum por cento das fazendas que vem da sul, e se despacharem na alfandega de Cochim, e que se repartaõ as lagimas entre os officiaes de huã e outra alfandegua pela maneira asima declarada.—Para Vossa Magestade ver—2.ª via.

(Livro 4.º fl. 691—5.º fl. 659)

## 215.

Conde almirante, Vissorrey, amigo. Pedimdo hum criado meu, caualeiro fidalgo de minha casa, que anda na India, soldo e moradia, lhe foi respondido que se não dana senão a fidalgos por merce particular quando eu avia por bem de lha fazer, ao que replicou com certidão do registo das merces de huã prouisaõ pasada a 14 de março de 588 a Thomé da Fonsequa, caualeiro fidalgo de minha casa filho de Antonio da Fonsequa que o dito anno foi para as ditas partes, para nelas vencer soldo e moradia; caso nouo de que não ha lembrança senão de nunca se conceder isto a criados meus que não fossem fidalgos; pelo que vos emcomendo que saibais se o dito Thomé da Fonsequa vence soldo e moradia, e achando que passa ahy façais logo por verba em seu titulo no liuro da matricula para não vencer senão o que conforme ao Regimento dela he concedido ás pessoas de sua qualidade e foro, e o mesmo se fará com todas as maes pessoas que não forem fidalgos de minha casa rinda que mostrem alvarás de soldo e moradia, os quaes neste caso se podem aver por subrreticios, e no principio de todos os liuros da matricula fareis registrar o que por esta Instrução mando; e tendo o dito Thomé da Fonsequa em sua mão o alvará de soldo e moradia mo enviareis. Escrita em Lisboa a xxij de março de mil



quinhentos nouenta e seis. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde almirante e Vissorrey da India sobre a diligencia asima declarada acerca de não vencerem soldo e moradia pessoas que não forem fidalgos, imda que para isso mostrem prouisoês.—3.ª via.

( Livro 2.º fl. 337—5.ª via fl. 345 )

## 216.

Conde Almirante. VisoRey, amigo. No que em outra Instrução das que leuaes se vos ordena sobre a ordem que deneis dar ás náos que haõ de ir em vossa companhia pera a tornaviagem da India para o Reino, não se trata da derrota que haõ de trazer em caso que alguãs dellas inuernem, e porque se o fizerem ( o que prazeraõ ao Deus que não seja, mas que todania uiraõ a saluamento ) podem vir mais cedo, e se demandarem as Ilhas dos Açores, e houuerem vista dellas correrãõ risco de serem cometidas de cossairos, e a minha armada não poderá ser lá taõ cedo como ellas uiraõ, e tambem por se fortar a despesa de as mandar buscar com armada sendo incerto uirem ellas, tenho por maes conueniente a meu seruiço e á segurança das ditas náos que em caso que inuernem lhes ordeneis que uenhaõ por trinta e sete grãos sem demandar as ditas Ilhas hauer vista dellas, e eu mandarey alguns nauios de armada no mes de março do anno em que se esperarem que as vão aguardar na paragem do Cabo de Sanct Vicente, e esta ordem dareis ao VisoRey Mathias d'Albuquerque e aos capitaães das outras náos cerrada e sellada, e no sobre-scrito declarará que a não abriãõ senãõ em caso que inuernem, e que não o fazendo a entregaraõ assi cerrada e sellada ao Secretario Diogo Velho, e será o sobrescrito assinado por vós.

II. E considerando em quanto necessario he que os ministros da justiça, principalmente os meus desembargadores tenhaõ autoridade, e se escusem as cousas que lhe podem tirar e impedir a liberdade e izençaõ com que deuem administrar justiça a todos igualmente, e que he muito contra isto visitarem elles na India os capitães que vão entrar em suas fortalezas e os que vem dellas, e outros officiaes e pessoas particulares, e darem cartas de fauor, hounhe por meu seruiço mandar-lhes que não visitassem pessoa algũa que com elles não tiuesse parentesco dentro do quarto grão, e que não dessem as ditas cartas de fauor, e sobre isso mandey passar a prouisaõ que itá nestas uias; a qual vos emcomendo que façais publicar, e encarregueis aos desembargadores que a cumprão. E porque os trajos que elles onuerem de trazer he decente que sejaõ conformes a sua profissão, emcomendouos que lhes digaes que tragaõ lobas pretas compridas até o pé, e que não uistaõ cores, e aos que o contrario fizerem lho estranhareis muito, e lho não consentireis. Escrita na Esperança a 25 de Março de 1596.

REY.

Pera, o Conde Almirante VisoRey da India.—2.º via.  
( Livro 2.º fl. 343—outra via fl. 347 )

217.

Eu ElRey faço saber aos que este meu Alvará virem que por assi entender que cumpre a meu seruiço, e para melhor e mais liure administraçaõ da justiça, hey por bem e mando ao meu chanceler, e Ouvidores geraes, e maes desembargadores da Relaçã da India que não vão visitar pessoa algũa de qualquer qualidade, officio, e condiçaõ que seja a sua casa nem forá della por nenhũ respeito nem causa que para isso alleguem, e somente se poderaõ visitar os mesmos desembargadores huns a outros entre sy, e aos seus parentes dentro do quarto grão, e não a outras pessoas, e outrosy lhes mando que

naõ escreuaõ aos capitaães e officiaes das minhas fortalezas, nem a quaesquer outros officiaes da justiça e de minha fazenda das partes da India em fauor de alguã pessoa pollos inconuenientes que resultaõ de elles darem estas cartas, o que todo elles assi cumpriraõ inteiramente, e dos que o contrario fizerem me hauerey por muy desservido, e mandarey proceder contra elles na forma que bouuer por maes meu seruico, e mando ao meu VisoRey ou Gouernador das ditas partes, que hora he e ao diante for, que mandem publicar esta minha prouisaõ nas casas da dita Relaçãõ, e da chancelaria, e registar nos liuros dellas de verbo ad verbum para que a todos seja notorio, a qual hey por bem que valha como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada e passada por minha chancelaria sem embargo da Ordenaçãõ do segundo liuro, titulo xx, que diz que as cousas cujo effeito houuer de durar mais de um anno passem por cartas, e passando por aluarás naõ valhaõ, e valerá outro-y posto que naõ seja passada pela dita chancelaria sem embargo da Ordenaçãõ em contrario. Thomé d'Andrada o fez na Esperança a xxb de março de mil e quinhentos nouenta e seis.

### REY.

Aluará pera Vossa Magestade ver—2.<sup>a</sup> via.

Cumpra-se este Aluará delRey meu Senhor como se nelle contem. Em Goa a 22 de nouembro de 96.—  
—O VisoRey.

### No verso diz :

Aos uinte e tres dias do mes de nouembro de nouenta e seis anos nesta sidade de Goa e por uertude da prouisaõ atrás de Sua Magestade, a qual foi entregue em Relassaõ ao meirinho Antonio Duarte, o qual logo no dito dia com o porteiro Pero Prego com elles eu escriptaõ fomos á Rua Direita desta sidade, e o terreiro do Paço lemdo eu escriptaõ a dita prouisaõ de verbo ad verbum, e apregoando o dito porteiro em altas vozes, e de como foi apregoada, como dito he, fiz eu João Rodri-

gues escriuaõ, escriuaõ da dita vara este termo em que se assinou o dito meirinho e o porteiro. Eu escriuaõ que o escreui.—*Antonio Duarte—Pero Prego.*

Foi publicado este alluará na chancelaria per mim Bras Martins escriuaõ dela diante dos ofesiaes da mesma e outra muita gente. Oje uimte e tres de nouembro de 1596 annos—*Bras Martins.*

Registada esta ley na chancelaria no Livro dos Registos della ás fl. 81 por mim—*Pero Estrocio.*

(Livro 1.º fl. 68—5.º via fl. 64),

Eu ElRey faço saber a vós Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante da India, que ora envio a ella por meu VisoRey, que por alguns justos respeitoes que me a isso mouem ey por bem que vós e o Arcebispo da Cidade de Goa Dom Aleixo, ou a pessoa que gouernar o dito areebispado juntamente com o Doutor Pero da Silua fidalgo de minha casa, desembargador dos agraues na Casa da Suplicação, e chanceler da Relação da dita cidade, tireis devassa de todos desembargadores da dita casa, e dos mais officiaes da justiça letrados que tiverem seruido nas ditas partes da India cargos da justiça ou da fazenda assy na dita Relação como nas Ouvidorias das fortalezas de que foram prouidos desde o anno em que o Conde de Santa Cruz Dom Francisco Mascarenhas tomou posse do gouerno do dito estado até o dia em que comesardes a tirar a dita deuassa, e isto de pessoas que forem viuas ainda que já naõ siruaõ nas ditas partes, ou estem aposentados, ou prouidos de outros alguns officios no Reino, e ao dito Chanceler mando que escreua por si em toda a dita deuassa, e ella acabada a tresladará per vias cada huã assinada por todos tres e mas enviareis em cada não huã via, e a original ficará em poder do dito Chanceler taõbem assinada por todos, e estará em segredo até eu mandar o que ouner por bem que se della faça; e parecendo a vós e ao dito Arcebispo

e Chanceler que pera mais declaração e averiguação de alguns casos da dita devassa será necessario verdos alguns autos ou feitos que estiuerm sentenceados ou por sentencear, os mandareis pera isso trazer ante vós, e depois de vistos e tirados delles os treslados autenticos que necessarios forem, que me mandareis com as vias com o que parecer a todos, e os propios se tornaraõ aos escriptaõs ou juizes em cujo poder estauaõ, e ao dito Arcebispo emcomendo se queira ajuntar comvosco pera effeito de se tirar esta devassa, pois se pretende della o seruiço de Deus e o bem do gouerno da justiça daquelle estado, o que lhe direis de minha parte. E mando a todos os dezembargadores da dita Relação, e a quaesquer outros officiaes de justiça vos obedeçaõ em tudo o que lhes mandardes pera o effeito de se tirar esta devassa como mando sem embargo de quaesquer preuilegios que tiuerem, regimentos, ou prouisoões minhas que o encontrem porque por esta vez as ey todas por derogadas, inda que aqui se não faça expressa declaração dellas, e sem embargo de qualquer Ordenação que aja em contrario e da Ordenação do segundo liuro, titolo corenta e nouo, que diz que se não entenda ser por mim derogada ordenação alguã se della ou da sustancia della não fizer expressa e declarada menção. E este aluará se cumprirá como se nelle contem posto que não seia passado pela chancelaria e o effeito delle aja de durar mais de hum ano sem embargo da Ordenação em contrario. Francisco Matoso o fez em Madrid a xxxj de Março de M. D. nouenta e seis. Antonio Moniz da Fonsequa o fez escrever.

REY.

Aluará pera Vossa Magestade ver ( a )

( Livro 1.º fl. 66 )

---

(a) Ao pé da primeira pagina tem estas assignaturas :  
*Pero Barbosa—Jorje de Cubedo.*

## 219.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Por ter alguãs informações de conuir muito a meu serviço tirarse de-uassa dos desembargadores e outros letrados que me seruem nas partes da India, mandey passar huã prouisaõ minha para vós e o Arcebispo de Goa, e o bacharel Pero da Silua, que ora enuio por men Chançaler da Relaçã da dita cidade, a tirardes na forma declarada na dita prouisaõ que se uos entregará com esta; pelo que vos encomendo que tanto que chegardes á India deis ordem para se começar a tirar, e que se proceda nella com todo o cuidado e diligencia necessaria para se saber a verdade inteiramente como o eu confio de uós. Escrita em Acequa ao primeiro de Abril de 96.

REY.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India—5.ª via—  
(Livro 2.º fl. 331)

## 220.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey uos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Eu fuy informado que pendendo demanda entre Nuno Velho Pereira e o Procurador de minha fazenda nas partes da India que entãõ era Simaõ Pereira, a qual importaria uinte mil pardãos pouco mais ou menos, e tendosse posta sentença em fauor de Nuno Velho hum dos juizes allegou huã Ordenaçã pella qual ficaua sendo claro que não tinha elle justiça, e que querendo os juizes romper a sentença e pôr outra em fauor de minha fazenda por assy ser justiça, o dito Simaõ Pereira disse como meu Procurador que o não fizessem, e que elle uiria com embargos á sentença, e que se reuogaria, e que parecendo isto bem o fizerom assy, e que depois não ueo com os embargos por ser amigo de Nuno Velho lembrandose lhe

que uiesse com elles, e que por isso passou a sentença em cousa julgada: e porque conuem a meu seruiço que se saiba a uerdade disto, uos encomendo que tanto que chegardes á India uos informeis do que neste negocio passou, fazendo uir perante uós o feito e chamando os juizes que foram na dita sentença e ouuidooos, e o que disserem lhes fareis assinar, e tomareis as mais informações e preguntareis as testemunhas que necessarias forem para se saber a uerdade, e se foy assy o que se me diz de Simaõ Pereira, e depois tratareis na mesa da Relação estando presente o chanceler Pero da Silva tudo o que achardes, e se for assy como se me tem dito, e que por culpa ou descuido de Simaõ Pereira passou a sentença em cousa julgada contra justiça, ordenareis que se reueja e para isso uos dou o poder necessario sem embargo de ser passado o tempo, e da lei noua das reuistas, e de quaesquer outras que aja em contrario, porque assy o hey por bem sem embargo da Ordenação do Lib. 2, titulo 20, que diz que se não entenda ser derogada Ordenação alguã se della e da sustancia della se não fizer expressa menção e especial derrogação; e ordenareis que se passe requisitoria por uias para Nuno Velho ser citado para a dita reuista, e enuiarmeeis o traslado dos autos e diligencias que fizerdes para eu saber o que neste negocio passou, e a culpa ou descarga que dellas resulta contra o dito Simaõ Pereira. Escrita em Acequa ao primeiro de Abril de 1596.

REY.

Para o Conde Almirante Viso Rey da India—2.<sup>a</sup> via.  
( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 333—5.<sup>a</sup> via fl. 349 )

221.

Conde Almirante, Vissortey amigo. Eu tenho assentado, como sabeis, que em cada huã das náos que daqui em diante forem para a India vão córenta mosqueteiros obrigados á mesma não para a ida e tornada, e que comesse aver efeito esta ordem nesta armada em que

his; e porque me apontastes que seria melhor ordenar-des que os ditos mosqueteiros venhaõ nas ditas náos da India pera cá que he o tempo em que mais necessarios são para defensão delas, porque á ida se podem escussar soposta a muita gente que vay nas náos omde os capitaens delas podem imda fazer mais mosqueteiros que os ditos corenta em cada huã pomdo toda a gente em ordem de guerra como o lenaõ por regimento, vos emcomendo que asy o façaes comprit inteiramente, e que naõ venha não alguma dessas partes para este Reyno sem trazer os ditos corenta mosqueteiros que ordenareis que se fação dos soldados que de qua forem aquelle mesmo anno conhecidos por mais suficientes dos capitaens das ditas náos, de quem tomareis emformação disso, aos quais dareis mais soldo do ordinario, aquele que vos parecer que he justo e conveniente, de que me avisareis, e no dito numero dos corenta mosqueteiros de cada não poderaõ entrar os soldados que com vossa licença vierem da India para o Reyno, e estes taes vereis se denem aver soldos ou naõ, e se será o ordinario, ou com a vantagem que fizerdes aos outros que recebem o prejuizo de naõ ficarem na India imdo de cá determinados para isso. Escrita em Lisboa a 2 de Abril de 596.—E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escrever.

II. (a). Eu sou informado que nas náos da carreira da India quando chegaõ a ella sobejaõ muitos mantimentos que os capitaens delas tomaõ para si, ou daõ a outras pessoas, o que tambem se faz em Moçambique, pelo que uos encomendo que ordeneis como isto se naõ faça mais e se goardem os ditos mantimentos pera a tornaviagem das náos, e do que nisto fizerdes me avisareis.

REY.

Miguel de Moura.

---

(a) Este Capitulo em forma de *Post scriptum* he da letra do Secretario Diogo Velho.



Sobre a ordem dos corenta mosqueteiros que haõ de ir da India para este Reino em cada huã das náos desta armada—Para Vossa Magestade ver—3.ª via.

( No Sobrescripto )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorrey da India—Terceira via.

( Livro 2.º fl. 335 )

## 222.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. | Por entender por cartas do Vissorrey Matias de Albuquerque que vieraõ nas náos do anno de 594 que os Religiosos da Companhia de Jesus que amdaõ na conuersaõ do Japaõ de alguns annos a esta parte padesiaõ gramdes perseguições por defemderem e comseruarem o Evangelho que tem promulgado naquele Reyno, e os cristaõs que já tem feito nele, naõ deixando por isso de hie cultivando aquella cristandade, lhe mandey escreuer pelas náos do anno passado que os dous mil cruzados que aviaõ de minha fazenda para sustentaçã dos Religiosos que amdaõ nesta comuerssaõ que se lhe pagauã, mil em Malaca, e mil no rendimento das terras de Salsete, de que lhe tinha feito esmola por tempo de cinco annos que se acabaraõ em Agosto de 93, e lhe o dito Matias d'Albuquerque hia damdo até sobre isso ter recado meu, auia por bem de fazer merce aos ditos Religiosos que ouuesem os ditos dous mil cruzados por tempo de outros cinco annos que se auiaõ de comessar no dia em que se acabaraõ os primeiros cinco por que estauã prouidos; pelo que vos encomendo que lhe façaes fazer bom pagamento da dita contia conforme a prouisaõ ou carta minha desta esmola e pelo tempo nela declarado.

II. Os ditos Religiosos me pedem (como pediraõ já os annos passados) que ouuesse por meu serviço mandar que se ordenasse em Macáo huã casa sua para se

recolherem em semelhantes perseguições como esta que padeciaõ, e que de esmolas tinhaõ já feito hum recolhimento na dita pousaçã de Macão; e posto que o Vissorrey Matias de Albuquerque tambem me escreneo o anno de 94 que lhe parecia seruiço de Deos e meu comceder a estes Religiosos o que pediaõ, lhe mandey que tomasse particular informaçã da necessidade que avia desta casa para o efeito da cõservaçã daquela cristandade e quantos Religiosos deuiaõ de rezedi nella em caso que me parcesse que convinha avela, e o que se lhe daria cada anno de minha fazenda para sua sustentaçã, vos emcomendo que tanto que chegardes á India vos emformeis muito particularmente desta materia e me anissey do que sobre isto achardes com vosso parecer, e eu mandey dizer a Nicolão Pimenta que ora vay por Visitador da Companhia daquelas partes que naõ vaõ com a obra deste Collegio por diante até terdes reposta minha do que ouuer por bem, a qual se lhe dará depois que tiver vossa emformaçã. Escrita em Lisboa a 2 de abril de M. .D. nonenta e seis. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Sobre o pagamento dos dous mil cruzados de que Vossa Magestade tem feito esmola por tempo de cinco annos aos Religiosos da Companhia que andaõ na converssã do Japaõ, e sobre o Collegio de Macão.—Para Vossa Magestade ver.—2.º via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorrey da India, do seu concelho.—Segunda via.

( Livro 2.º f. 341 )

## 223.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey uos en-  
 uio muito saudar, como aquelle que amo. Por este anno  
 naõ poder ir pessoa provida do cargo de Veedor da fa-  
 fienda de Goa, posto que se procuron, como sabeis, hey  
 por bem que Antonio Giralte se detenha na India outro  
 anno seruindo este cargo, até que eu nomee pessoa que  
 fique em seu lugar, e assi vos encomendo que lhe orde-  
 neis que o faça, e que se for falecido ou ausente proue-  
 jaes a seruentia delle em algum fidalgo velho ou outra  
 pessoa de qualidade competente, e da experiencia e maes  
 partes necessarias, tendo nesta eleiçaõ tanta conta com  
 a authoridade e qualidade da pessoa como com a sufficien-  
 cia e confiança que o cargo requiere, como o eu de vós  
 confio, e no anno que vem irá pessoa provida por mim  
 delle. Escrita na Aoequa a 7 de Abril de 1596.

REY.

Pera o Conde da Vidigueira VisoRey da India—4.,  
 via (sic)

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, al-  
 mirante e VisoRey da India, do seu concelho.—Segunda  
 via.

( Livro 2.º fl. 39 )

1596.

## SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREL.

## 224.

Mathias d'Albuquerque. &c. faço saber aos que este  
 meu aluará virem que auendo eu respeito ás muitas e  
 muy ordinarias e extraordinarias despesas que têm ca-  
 danno este estado assy com o prouimento das fortale-

zas delle como com a compra das cousas necessárias para a ribeira de Sua Magestade, almazens, e armadas que desta cidade saem cadanno que todas se ordenaõ e fazem com o dinheiro na maõ sem do Reyno vir algum soprimto para ellas, e auendo outrosy respeito ao remedio de tudo estar a meu cargo e depender de mim, e ás muitas e grandes perdas que tem recebido os vassallos del Rey meu senhor e mercadores que residem nestas partes, e querendoo eu dar sem elles terem oppressaõ algumã, considerando que huã das millores rendas que o dito Senhor tem na India he a alfandega de Din que este anno se arrendou perante mim e os officiaes da fazenda a Gaspar da Silva morador naquella fortaleza por tempo de tres annos por preço e contia de cento e noue mil pardãos de larins cada anno, e desejando eu que a dita renda seja certa em todos os ditos tres annos, e naõ se diminua, nem se façaõ della emprestimos e despesas fantasticas, ey por bem e mando que da feitura deste em diante se ordene e faça na casa da alfandega de Din huã arca forte com tres fechaduras de fechos diferentes com tres chaues. que se porá na mais segura casa que ouuer na dita alfandega, e huã das chaues da dita arca terá o feytor de Sua Magestade, outra o Juiz da alfandega, e a outra o mais antigo escriuaõ da feitoria, e na dita arca se meterá cada dia o dinheiro que render a dita alfandega, e tambem se meterá o que render a alfandega de Gogalá, e todas as outras rendas que ha em Din, que pertencem á fazenda de Sua Magestade, sem estarem em poder doutra alguã pessoa; e cada tres mezes quando se ouuer de fazer pagamento do quartel das ordinarias da dita fortaleza se tirará da dita arca o dinheiro que ellas montarem somente conforme ao Regimento, e mais naõ, nem antes de se acabarem os tres mezes, só penna de todo o dinheiro que se mais tirar o pagarem por suas fazendas os ditos tres officiaes que haõ de ter as tres chaues, e mais quinhentos cruzados cada hum para captaõ e accusador, e serem suspensos de seus cargos,

e a demasia que ficar depois de serem tiradas as ditas ordinarias estará na dita arca sem della se fazer despesa alguã inda que se ofereçaõ casos naõ esperados, senaõ quando o VisoRey ou Gouvernador que for da India o mandar per sua prouisaõ; e o Juiz da alfandega naõ deixará tirar despacho algum de ouro, prata, ou outra qualquer sorte de fazenda que a ella for a pessoa alguma de qualquer callidade e condiçaõ que seja sem principio pagar os direitos na dita alfandega que dela deuer, e tanto que os pagar se meteraõ na dita arca, e o contratador naõ fará pagamento algum por escritos de fora ao feitor nem a outra alguã pessoa á conta do rendimento da dita alfandega sob penna de perder a contia dos ditos escritos para catiuos e acusador. E o que a dita alfandega grande de Diu render mais que os ditos cento e noue mil pardãos de larins cadanno os ditos officiaes que haõ de ter as tres chaues o entregaraõ no fim do anno ao dito contratador conforme á condiçaõ de seu arrendamento, e asinará como o recebe, e na dita arca averá hum liuro bem encadernado cujas folhas seraõ contadas e numeradas pello dito Juiz dalfandega, e no fim fará seu encerramento delas per elle assinado, no qual liuro o dito escriuaõ da feitoria escreuerá todo o dinheiro que entrar na dita arca per adiçoẽs e assentos apartados pelos quaes a todo tempo claramente se possa ver quanto rendeo cadanno a alfandega grande de Diu, e quanto renderaõ a de Gogalá, e as outras rendas de Sua Magestade, e ao pé das ditas adiçoẽs se assina-raõ todos os ditos officiaes, e pella mesma maneira se faraõ adiçoẽs do dinheiro que se tirar da dita arca pella ordem e forma desta prouisaõ. Noteficoo asy ao capitaõ que ora he e ao diante for da dita fortaleza de Diu, Veador da fazenda de Sua Magestade, feitor, juiz da alfandega, contratador, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, e lh'es mando que o cumpraõ e guardem, e fagaõ cumprir e guardar sem duuida nem embargo algum como se nelle contem, que valerá como carta posto.

que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçã do 2.º Liuro, titulo 20, que o contrario dispoem. E será registado no Liuro da feitoria, e este proprio estará na dita arca com o liuro que nela mando que aja. Joaõ de Freitas o fez em Goa a xiiij de Janeiro de 1596. Luis da Gama o fez escreuer — *O Viso Rey.*

*Confirmação desta Promisaõ que vai registada no Liuro dos ( sic ) fl. 74.*

( A'margem )

Dom Francisco da Gama &c. Faço saber aos que este meu aluará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do seruiço delRey meu Senhor e bem de sua fazenda, ey por bem e me praz de confirmar e por este confirmo o aluará escrito na outra mea folha desta folha que o VisoRey que foi Mathias d'Albuquerque que mandou passar sobre a arrecadação do rendimento dalfandega da fortaleza de Diu e mais rendas que nella tem Sua Magestade. Noteficon assy ao Veedor da fazenda do dito Senhor, Capitaõ de Diu, feitor, Juiz dalfandega da dita fortaleza, contratador, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e façaõ cumprir e guardar sem duuida alguã. E este valerá como carta posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçã do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrario despoem, e naõ passará pela chançalaria por ser do seruiço de Sua Magestade. Migel de Sá o fez em Goa a dous d'agosto de mil e seiscentos. Luis da Gama o fez escreuer.— *O Conde Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl 78 )

225.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que em hum capitulo do Regimento

nouo da matricula geral destas partes da India, que ordeney, e Sua Magestade confirmou por sua prouisaõ, he declarado que senaõ pague mais gente que a ordenada para o presidio de cada huã das fortalezas deste estado apresentando cada soldado certidaõ do escriuaõ da matricula do que vence, e como tem seu titulo corrente, e guardandosse esta minha ordem na fortaleza de Ormuz os soldados ordenados a ella por sua petiçaõ me emviaraõ dizer que mandando elles requerer a esta corte ao escriuaõ da matricula geral suas certidoẽs para bem de seus pagamentos por ontras do Ouvidor de Ormuz de como ficauaõ actualmente seruindo por naõ poderem sair da dita fortaleza, lhas naõ passou dando por rezaõ deuerem em seus titulos dinheiro á fazenda de Sua Magestade té fim do anno de nouenta e tres, e sem as ditas certidoẽs o feitor d'Ormuz lhe naõ queria fazer pagamento, pedindome os mandasse proper com justiça, pelo que mandei tomar informaçã dos officiaes da matricula do que nisto passaua, e fuy informado ser costume antigo pagarsse aos soldados da dita fortaleza de Ormuz o mantimento a razaõ de seiscentos reis por mes, naõ se pagando nas outras mais que duzentos sesemta e seis reis e dous terços, e por esta maneira eraõ maiores os quartéis do que tinhaõ de vencimento, e com a dita informaçã mandey que na mesa da fazenda e da Relaçã com os desembargadores e officiaes della se assentasse o que fosse mais seruiço de Sua Magestade e se fizesse justiça aos soldados daquelle presidio; o que tuõto visto se assentou por elles que se fizesse conta nos titulos dos soldados que residiraõ na dita fortaleza té fim do anno de noventa e tres a razaõ de seiscentos reis de mantimentos por mes, posto que o ordinario fosse menos, e dahi em diante vencessem o mantimento ordinario; pelo que mando ao escriuaõ da matricula geral e aos officiaes della façaõ conta aos soldados que residiraõ na dita fortaleza de Ormuz do que se verificar por seus titulos e a mais proua ordinaria que tem vencido até fim do dito

anno de nouenta e tres a ração de seiscentos reis por mes, e se lhes passem certidoes tendo dinheiro em seus titulos, e estando correntes, posto que aja outra ordem e regimento em contrario por o mesmo se conceder aos homens da guarda do capitão de Damaõ e a outras pessoas por prouisoões dos Viso Reis e Governadores passados conforme a imformação que me disso foi dada, e do dito anno de nouenta e tres em diante ajaõ o vencimento ordinario. Notefiquoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, e ao dito escriuaõ da matricula geral, mais officiaes e pesosas a que pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum. Esteuaõ Nunes o fez em Goa a xbij de janeiro de 1596. Luis da Gama o fez escrever.—O Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 80 )

## 226.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluazá virem que auendo eu respeito ás muitas e muy ordinarias despesas que tem este estado asy com o prouimento das fortalezas delle como com a compra das cousas necessarias para a ribeira de Sua Magestade. almazens, e armadas que desta cidade saem cada anno, que todas se ordenaõ e fazem com dinheiro na maõ sem do Reyno vir algum suprimimento para ellas, e auendo outrosy respeito ao remedio depender de mim, e por outros justos respeitos que me a isto mouem do seruiço do dito Senhor, hey por bem e me praz, e por este mando em seu nome ao capitão da fortaleza de Ormuz e a Simaõ da Costa superintendente da fazenda de Sua Magestade na dita fortaleza, e a' João Rodrigues do Souto feitor ou quem seu cargo servir, e ao almoxarife della, que este anno presente de nouenta e seis naõ mande comprar nem compre arroz algum de fardo, nem se venda o que está no deposito nem menos compre cayro, cor-



doulha feita, ferro, camaras, artelharia, fateixas, bren, taboado, nem outra alguã cousa desta sorte, e todo o rendimento da alfandega da dita fortaleza me enviem nesta primeira monçaõ que vem, auendo outrosy respeito às muitas necessidades que ao presente este estado tem e cada dia sobrevem outras de nouo para o que se ha mister todo o dito rendimento, o que huns e outros compriraõ sem duuida nem embargo algum que a isto seja posto por asy comprar ao seruiço de Sua Magestade. Esteuaõ Nunez o fez em Goa a xxiiij de janeiro de 1596. Este se passou por duas vias, comprido hum outro naõ averá efeito. Luis da Gama o fez escrever.— Nem se faça pagamento nenhum do dinheiro que se deua de fazendas acima nomeadas saluo as ordinarias forçadas, nem menos despesas fantasticas como Sua Magestade lhe chama, nem se compre salitre sô as mesmas penas acima.—*O Viso Rey*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 81 v )

## 227.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que avendo respeito a Sua Magestade mandar em seu Regimento aos Comtadores da casa da fazenda dos contos destas partes com pena de perdimento de seus cargos que naõ leuem em conta aos feitores e officiaes do recebimento nenhuma despeza nem pagamento que for feito por elles contra o dito Regimento, e que avendo excessos nos preços das cousas que se comprarem para o prouimento das fortalezas e armadas se naõ leue em conta sem primeiro o Proueidor mór dos contos verificar os taes preços; e porque o dito Regimento se naõ cumpre, e os feitores contra forma delle fazem muitas despesas e compras por mandados dos capitães das fortalezas deste estado sendo elles e seus feitores os que vendem as mesmas cousas asy para presentes e embaixadas que mandaõ como para prouimentos que podem hem escusar contandoas por preços muy alterados de módo que vaõ estas desordens em tal cre-

imento que se consomem e se gasta mais dinheiro em despesas extraordinarias e fantastiquas que nas ordinarias das ditas fortalezas, e querendo nisso prouer ey por bem e manddo aos ditos Contadores que nas contas que da feitura deste em diante tomarem naõ leuem em conta nenhuãs despesas que forem feitas contra forma do Regimento sem primeiro fazerem huã lista de todos os mandados, assentos, e papeis por onde se fizeraõ a qual daraõ ao dito Prouedor mór, que com os officiaes da mesa detriminará o que for serviço de Sua Magestade, ajuntandose para este efeito o Juiz dos feitos e o Procurador da Coroa (sendo necessario), e quando as taes despesas forem de calidade que se me deua dar rezaõ dellas o fará, e sem despacho da mesa se naõ leuaraõ em conta, e das cousas que se comprarem para prouimento das ditas fortalezas e armadas, ou para dar ou mandar de presentes, fará o dito contador outra lista separada em que declare a calidade e preços de cada huã, a qual dará ao dito Prouedor mór, a que mando em nome de Sua Magestade que muito particularmente se informe dos preços que valiaõ na terra ao tempo que se compraraõ, e da necessidade que avia para se comprarem, e achando que alguãs dellas se poderaõ escusar, ou que eu, o VisoRey e Gouvernador que governar este estado, ou Vedor da fazenda as poderaõ mandar desta cidade ou doutra parte onde custaraõ menos, e que sem lho fazerem a saber as compraraõ, se naõ levará em conta o dinheiro que se nisso despender, e constando ao dito Prouedor mór pelas diligencias que fizer que os taes prouimentos eraõ necessarios, e que naõ avia tempo para avisarme disso ou ao dito VisoRey e Gouvernador que for da India, virifícará pelos liuros dos despachos da alfandega ou por testemunhas os preços que valiaõ na terra, e tudo o mais que se achár que leuou á fazenda de Sua Magestade fará logo pagar em dobro ao tal official sem esperar o fim da conta, e alegando elle que o fez por mandado do capitão da fortaleza donde for feitor, ou constando que as taes cousas foraõ compradas ao seu

feitor, fará logo carregar em receita sobre o executor o dobro do que mais custar para o arrecadar pela fazenda do dito capitaõ, por quanto Sua Magestade manda no Regimento aos capitaes das ditas fortalezas que por nenhuma via se entrometaõ nem mandem em sua fazenda posto que tenhaõ poderes de Vedores della, e isto se cumprirá sem embargo de quaesquer assentos que os ditos Capitaes fizeraõ ainda que os Vedores e superintendentes da fazenda uenhaõ nelles asinados, por quanto as prouisoes e poderes que se lhe concedem nunca se deuem entender para estrago della; e esta se noteficará aos contadores e se registará no liuro dos Regimentos dos ditos contos sob pena de o contador que o naõ cumprir perder o cargo para o mais naõ servir. Notefiquoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Prouedor mór dos contos, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer para que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar na maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoẽ. João de Freitas o fez em Goa a xxx de janeiro de 1596. E isto se emtemderá taõbem nas contas que já estaõ nos contos de que as partes tenhaõ tirado quitação, e mando ao Prouedor mór, e aos contadores e reuedor das contas que em todas ellas cumprão esta prouisaõ.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 83 )

## 228.

Dom Phelipe &c. faço saber aos que esta minha carta de ley virem que avendo eu respeito a ter reservado para minha fazenda o trato da pimenta das partes da India e prohibido sob graves penas de perdimento de fazenda, embarcações, e da mesma pimenta que ser achada naõ vir para a carga das náos que vem das ditas partes para este Reino com ella, e se ter visto por ex.

periliencia que muitas náos carregão pimenta contra minhas defesas sem serem confiscadas e julgadas por portos onde as ditas náos carregão pimenta, com o que com mais liberdade em prejuizo da minha fazenda se leua a dita pimenta para Ormuz, Mascate, e outras partes, e querendo nisto prover como cumpre a meu serviço, por esta mamdo e defenddo que nenhuã embarcação de qualquer porto que for carregue pimenta se não for para minhas feitorias onde se toma a pesso para a carga das náos que vem para este Reino, sob pena de ser perdida a não ou embarcação em que se achar pimenta contra minhas defesas, imda que o senhorio della não venha na dita não nem estivesse presente á carga della, nem fosse sabedor que se metia nella pimenta, nem disso tiuesse noticia o capitão ou officiaes a cujo cargo estiner a dita não, e posto que a pimenta se carregue escomdida a modo de fardos darroz, ou de copra, ou d'açafrão, ou de qualquer mercadoria ou fazenda, e imda que vá misturada com mantimentos ou com qualquer outro genero de legumes, porque por qualquer via, modo, e invemção que se carregue mais da que ordinariamente possa ser necessaria para comida dos que vão na dita não, tanto que se achar pimenta em qualquer embarcação que não for para a carga das náos deste Reino, como dito he, será perdida a dita não, anetade para quem descobrir a dita pimenta e a outra ametade para minha fazenda, sem o senhorio da tal embarcação poder alegar ausencia ou ignorancia sua ou do capitão ou officiaes a cujo cargo ella estiuer, e imda que elle nem o capitão nem os officiaes sejaõ disso sabedores, e posto que conste que fizeraõ e mandaraõ fazer todas as diligencias e exames necessarios para não ir na dita embarcação pimenta, comtudo se perderaõ as ditas embarcações em que for achada pimenta, como dito he, e as pessoas que nellas tratarem ou os senhorios das náos em que se carregar, sabendoo elles e consentindoo, emcorreraõ em pena de morte natural e em perdimento de todos seus

bens sem remisaõ alguã na forma do Regimento que he passado para o trato da pimenta. Notefiquon auy ao meu VisoRey e Governador das partes da India, e ao Vedor de minha fazenda em ellas, Onuidor geral do crime, mais officiaes e pessoas a que esta for apresentada e o conhecimento della com direito pertencer e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ comprir e guardar da maneira que se nella contem sem duuida nem embargo algum; e esta será apregoada na cidade de Goa pela praça e lugares publicos della para a todos ser notorio o que por ella mando e naõ poderem em algum tempo aleguar ignorancia, e da publicaçã se passará certidaõ nas costas desta. Dada na minha cidade de Goz sob o sello das minhas armas reais da Coroa de Portugal ao derradeiro de Janeiro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e seu VisoRey da India &c com parecer dos desembargadores das ditas partes. Antonio da Cunha a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos noventa e seis. Luis da Gama o fez escreuer.—*O VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 85)

## 229.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que eu sou informado que por se embarcarem nas náos que vaõ destas partes para o Reino maiores caixões e fardos do que he ordenado per Regimento naõ podem as ditas náos ir bem arrumadas, por cuja causa tem grandes estornos em sua navegaçaõ, e a fazenda delRey meu senhor recebe notauel perda e a de seus vassallos, e querendo nisto prouer ey por bem e mando que toda a pessoa de qualquer calidade e condiçaõ que for que embarcar ou mandar embarcar fardos para o Reino em caixas ou caixões seiaõ os ditos caixões de seis palmos de comprimento e tres de alto e tres

de largo, e os fardos seraõ de cinco palmos e meio de comprido, tres de largo, e hum e meio de alto, sob pena que todos os caixões e fardos que se acharem maiores serem perdidos conforme ao Regimento. Notefiquem asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade da carga das náos, contratadores dellas, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle perteneer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e para que venha á noticia de todos mando que este seja apregoado pelas praças e lugares publicos desta cidade, e em Cochim; e registado nos Livros da fazenda e feitoria do dito Cochim de que se fará asento nas costas delle. Antonio da Cunha o fez em Goa a x de fevereiro 1596.—Luis da Gama o fiz escreuer.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 87 )

## 230.

Dom Felippe Esc. aos que esta minha carta de ley virem faço saber que eu sou informado que na cidade de Cochim andaõ muitos homens por ella com espingardas e arcabuzes ceuados e murroes acesos, e com panelas de poluora sem temor das minhas justças cometendo com as semelhantes cousas muitos insultos graues e inquietando a dita cidade e os moradores della, trazem consigo seus escravos com muitas armas offensiuas e defensiuas, e os ditos escravos andando sem seus senhores trazem tambem adagas, facas, e bordoens e outros páos com que podem fazer muito dano, e querendo eu atalhar inconuenientes taõ perjudiciaes ao seruiço de Deos e meu, pola quietação daquelle cidade e povo della, por isto mesmo se usar na minha cidade de Goa, ey por bem e me praz, e por esta mando e detendo que da publicação desta minha ley em diante se guarde a ordem seguinte, a saber, que nũa pessoa de qualquer qualidade e condição que seja ande na dita cidade

e seus termos, de dia nem de noite, com espingarda nem arcabuz ceuado e murraõ aceso, nem com panella de poluora, porque sendo achado será preso e perderá a dita espingarda ou arcabuz para o meyrinho que o prender, e será degradado por cinco annos para Maluco, e sendolhe prouado que com a dita espingarda, arcabuz, ou panella de poluora atirou a alguã pessoa ou pessoas, posto que não ferisse nem queimasse, será degradado por dez annos para Maluquo sem remissão, alem de perder as ditas armas; e auendo ferimento ou queimadura de pessoa alguã, ou resistindo a qualquer official de justiça com disparar a espingarda ou arcabuz, ou deitar panella de poluora, posto que não aja ferimento nem queimadura, morrerá por isso morte natural, e perderá todos seus bens para minha Coroa, e nas mesmas penas encorrerão os que para isso lhe derem fauor e ajuda, e nestes dous casos derradeiros que trato de pena de morte e de gredo para Maluco se tirará deusssa pelos julgadores tanto que vier á sua noticia que os ditos casos se cometerão, e se procederá na forma acima dita contra os que nela se acharem culpados. E que nhũ cafre, nem outra pessoa alguã catiua traga arma de qualquer sorte que seja, a saber, faca, adaga, bordão, nem bambú, nem ripa, e poderá trazer espada somente em companhia de seu senhor; e o que for achado com as ditas cousas acima as perderá, e pagará da cadeia dous mil reis, ametade para o meirinho ou o ministro da justiça que lhas tomar e contar, e outra ametade para huã obra pia. E que nhũ pessoa de qualquer qualidade e comdição que seja casado na dita cidade, de dia nem noite, nem solteiro, traga lança ou alabarda, ou outra arma comprida, nem arredellas, salvo hindo em companhia de sua molher e filhas, porque então as poderão levar e os da sua companhia, sob pena de perdimento das ditas armas e dez cruzados, ametade para o meirinho ou ministro de justiça que lhas contar, e a outra ametade para huã obra pia, e uinte dias de prisão. E que qualquer homem captiuo que der, ou aleuantar mão para

Portuguez lhe seja decepada a mão, e degradado dous annos para as gallés. Que qualquer escravo ou pessoa outra que nos bazares e boticas tomar per força alguã cousa ás pessoas que venderem seja preso, e da cadeia pague mil reis, ametade para o official de justiça que o prender, e ametade para huã obra pia. Que a pessoa que não tiver fazenda nem for casado não leue nem traga pelos arrabaldes e termos da dita cidade armas, tirando espada e adaga, sob pena de as perder, e dez cruzados pagos da cadeia, ametade para o ministro de justiça que lhas contar, e a outra ametade para huã obra pia; as quaes penas todas poderá julgar o Ouvidor da dita cidade, e outros julgadores não. E para que a todos seja notorio sera esta minha ley apregoada na dita cidade pelas ruas e lugares publicos della, e registada na Camara de que se fará asento. Notifico asy ao capitão e Ouvidor da dita cidade, mais justiça, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xiiij de fevereiro. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de 1596.—Luis da Gama a fez escrever.—*VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 87 v. )

## 231.

Dom Felipe &c. aos que esta minha carta de ley virem e o conhecimento della com direito pertencer faço saber que eu ey por bem e me praz com parecer do Licenciado Lopo Alurez, Ouvidor geral do crime, e Chanceller do estado da India. que todo o quebramento que se fizer em quaesquer aldeas das terras de Damaõ pelo Rama de Rana ou por seus procuradores sendo de arrendamentos de aldeas precedaõ a todos os outros



quebramentos pagandosse sempre os primeiros em tempo, e tanto que forem quebrados e notificados os senhores das ditas aldeas de como nellas são feitos os ditos quebramentos os paguem e não aos capitaes, nem a onrra nhuã pessoa sob pena de os pagarem per suas fazendas, e alem disso os capitaes que se entrometerem e arrecadarem cousa alguã antes de serem de todo pagos os ditos quebramentos pagarem por seus bens o dobro de que asy arrecadarem em suas residencias para as pessoas que tiuerem quebrados os pagamentos dos arrendamentos de suas aldeas nos foreiros de que os capitaes arretcadarem. E esta minha carta de ley se registará na Camera desta Cidade e na Ouvidoria della, e se notificará ao Rama de Rana ou a seus 'procuradores, e da dita notificação se faru assento nas costas desta. Noteficon asy ao Capitaõ de Damaõ, que ora he e ao diante for, e lles mando que o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar eomo se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Damaõ sob o sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xxj de Março. El Rey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do sen conselho, Viso Rey da Imdia &c. Antonio da Cunha a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e seis. Luis da Gama a fez escreuer.—O Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvaras fl 89 v. )

## 232.

Dom Phelippe &c. aos que esta minha carta de seguro geral for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer faço saber que por justos respeitos que me a isto mouem do seruiço de Deos e meu, bem e quietação de meus vassallos catacumenos e imfieis das fortalezas do norte que se absentaraõ por respeito da cristandade, ey por bem e me praz que todos liuremente possaõ vir viver aonde antes viauaõ, ou aonde lles a-

prouner em minhas terras seguros de se lhes fazer força ou agrano algum nem poderem ser presos nem aveyados nem constrangidos a se fazerem cristãos salvo por suas liures vontades, e mando a todas as minhas justicias os defendam e tenham debaixo de seu emparo para em nenhum tempo lhes ser feito força, antes os fauoreçam e lhes façam guardar o Concilio Provincial que na cidade de Goa se celebrou, e minhas prouisoões; e ey outrosy por bem que contra o dito Concilio e as ditas minhas prouisoões pessoa alguã grande nem pequena lhes seja tomado, nem casados, nem solteiros, nem seus filhos maiores nem menores, e os cristãos e catacumenos que andarem absentes por este respeito se poderaõ vir seguramente apresentar ao Padre Gileanes Pereira, Vigario da Vara e da Igreja Matriz da cidade de Baçaim, para com elles fazer os exames necessarios e saber se querem voluntariamente ser christãos, e não querendo os pôr em sua liberdade; o que lhes asy concedo por o pedir a Mathias d'Albuquerque, do meu conselho; meu VisoRey da India o dito Padre Vigario; e com o parecer do Licenciado Lopo Alvarez de Moura, Ouvidor geral do crime e chanceler do estado, a quem o notifique asy, e a todas as minhas justicias, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumpram e guardem, e inteiramente façam cumprir e guardar como se nesta contem sem duvida nem embargo algum, e será apregoada na cidade de Baçaim e na pouoação de Taná, e nos mais lugares da jurisdicção da dita cidade para a todos ser notorio; e poderem gozar da merce que lhes faço por esta minha carta. Dada na minha cidade de Baçaim sob o sello das minhas armas reaes da coroa de Portugal a tres de abril. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias de Albuquerque, do seu conselho; seu VisoRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de M. D. L. Rbj (1596). Luis da Gama a fez escreuer — O VisoRey.

## 233.

Dom Phelipe &c. aos que esta minha carta de seguro geral for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer faço saber que por justos respeitos que me a isto mouem de seruiço de Deos e meu hey por bem e me praz que todas as pessoas que se foraõ para os inimigos na guerra passada que moveo o Melique ao estado da Imdia de lhes perdoar a pena que por isso mereciaõ excepto os abaixo nomeados, a saber. Naga Rauto, morador da Rana de Agaçayin; Zeito Naique, morador da Pacaria Vatará; Posso Naique, de Rayoly; hum filho de Dramu Naique, de Poil; Tel Naique, de Contarasa; Dramu Naique Raybata; Mal Matará, de Gaõ; Arnayque, de Poil; Benda Naique; Dambá, mouro, meloeiro; Pandimo, Tomdel de Agaçaym; Crista Matará, irmaõ de Naor Gatará, de Gaõ; Alobá, de Agaçaym; e Pandimo Tandel; o qual perdaõ asy concedo por folgar de fazer mercê aos culpados, e bem e quietação das minhas terras e de meus vasallos pela informação que do caso teue Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e meu VisoRey da Imdia, e com parecer do Licenciado Lopo Alurez de Moura, Ouvidor geral do crime e chanceler do estado, a quem o notefiquo asy, e a todas as minhas justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e inteiramente façã cumprir e guardar como se nesta contem sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Baçaim sob o sello das minhas armas reaes da Coroa de l'ortugal a tres de abril. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu VisoRey da Imdia &c. Antonio da Cunha a fez anno de MDLRbj (1596). E esta será apregoada pela praça e lugares publicos da cidade de Baçaim e terras de sua jurisdição para a todos ser notorio, e da publicação se passará certidão nas costas della. Luis da Gama a fez escreuer,—O VisoRey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 92 )

## 234.

Dom Felipe &c. faço saber aos que esta minha carta de ley virem e o conhecimento dela com direito pertencer como a mym me enviaraõ dizer per sua petição os Vereadores, Procuradores, e mais officiaes da Camara da cidade de Goa que os cristaõs da terra custumaõ fazer grandes gastos e excessos em seus casamentos em que ainda parece que imitaõ as cirimonias gentilicas, porque estaõ dez e quinze dias em banquetes que se daõ de parte a parte, no que elles alem de receberem muita perda tambem a tem os moradores desta cidade, porque como a maior parte destes homẽs sãõ officiaes macanicos, carpinteiros, pedreiros, caouqueiros, e jornaleiros, e os seus banquetes durem tantos dias perdem seu jornal, e as obras que estaõ a seu cargo se acabaõ com muito vagar, pelo que inda que sejaõ pequenas as naõ querem tomar senaõ de empreitada para terem liberdade de poderem hir ás suas festas, e por este respeito as fazem mal feitas, ou fogem pelas naõ poderem fazer no tempo de seus contratos, e que como esta gente he muy envejosa, por imitarem os mais ricos vendem ás vezes o seu pedaço de chaõ e gancarias, ou se empenhaõ por sustentar esta vaidade e ruim custume, e pelas diuidas que fazem sãõ presos no tromço ou fogem para a terra firme, e taõbem como os mais delles sãõ demandõs, para sustentarem suas injustas demandas daõ a estes pobres dinheiro para suas festas, pelo qual os obrigaõ a jurar falso, como se tero visto e sabido per experiencia, e pedem muitas vezes joyas emprestadas para estas festas que nellas lhe furtãõ, pelo que tambem fogem; pedindome mandasse defender sob graues penas que nũa pessoa em seus casamentos fizesse festa que durasse mais que só o dia do casamento, e fóra do dito dia naõ fizessem festa nem ajuntamento de banquetes como té ora se custuma, para se euitarem os inconuenientes apontados e outros muitos que todos sãõ de pouço serviço de nosso senhor e de muito prejuizo para o pouo; e visto per mym seu pedir e dizer,

ey por bem e me praz com parccer dos desembargadores da Relaçãõ, e mando, que daqui em diante os cristaõs da terra desta Ilha de Goa, Bardez, e Salcete, e todas as mais a ella adjacentes naõ possaõ fazer festa em seus casamentos que dure mais que hum só dia, que será o dia em que se receberem, e passado o dito dia do casamento naõ poderaõ fazer festa alguã nem ajuntamento de banquetes sob pena que quem o contrario fizer, sendo Gancar, ser preso no tronco da dita cidade tres meses, sendo outra pessoa estar preso no tromco seis meses, o que asy ey por bem para se evitarem os gastos e despesas extraordinarias e incomuenientes que se seguem de durarem os ditos ajuntamentos tantos dias como tégora se usou. Noteficoo asy ao Ouvidor geral do crime do estado da India. mais justiça, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumprãõ e guardem da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apregoada na minha cidade de Goa, e nas ditas terras de Salssete e Bardez para a todos ser notorio e saberem o que asy mando; e se registará no liuro dos registos da Camara della, e na minha chancellaria. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xx d'agosto. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu VisoRey da India &c. Estenuõ Nunez a fez. anno do nacimiento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e seys. Luis da Gama a fez escrever.

—*OfisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 93)

## 235.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu aluará virem que auendo eu respeito ao muito que importa ao serviço de Sua Magestade e bem comun de seus vassallos que os nauios de chatins destas partes naõ naueguem pela costa do Malabar nem pola do

Norte sem cañilla pera poderem hir e vir mais seguros e não poderem ser tomados dos Malauares e doutros cossarios que de continuo nauegaõ pelo mar daquelas costas, e querendo nisto prouer, ey por, bem pelos ditos respeitos e outros justos que me a isto mouem, e mando e defendo em nome de Sua Magestade que da publicaçãõ deste em diante nhuã pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que for nauegue desta cidade pera as fortalezas que Sua Magestade tem na costa do Malauar até a cidade de Cochim, e para as do Norte até Cambaya, e dellas para esta cidade, e dos portos daquelas costas em em nãuios seus ou alheos sem cañilla, sob pena de todo aquelle que o contrario fizer perder os tais nãuios, as duas partes delles para a ribeira de Sua Magestade, e a terça parte para quem os acusar, e os marinheiros dos ditos nãuios serem catiuos para as gallés do estado pera todo sempre, excepto aqueles que tiverem licença por nãim asinada pera poderem nauegar sem cañilla; e os marinheiros que andarem nos ditos nãuios de chatins neõ seraõ Canarins nem Tãmbõnas pela necessidade que Sua Magestade tem delles para suas armadas das quaes fogem os ditos marinheiros por os avantajados partidos que lhe fazem os chatins contra o seruiço de Sua Magestade; o que assy se comprirá sob as ditas penas. E para que a todos seja notorio e não se possa alegar ignorancia mando que este seja apregoado pelos lugares publicos desta cidade e da de Cochim, e das mais cidades e fortalezas da costa do Malauar e do Norte, e seja registado nos liuros dos registos das Camaras dellas, e da publicaçãõ se faça assento nellas. Noteficoo assy ao Licenciado Lopo Alurez de Moura, Chanceler, e Ouvidor geral do crime destas partes da India, para que mande ás ditas cidades e fortalezas o trẽslado deste em forma que faça fee e a todos os mais officiaes e pessoas a que for apresentado e o conheçimento delle com direito pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira como se nel-lo contem sem dũida nem embargo algum. E valerá.

como carta passada em nome de Sua Magestade selada de seu sello pendente posto que o efeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, titplo 20, que o contrario dispoẽ. Esteuã Nunez o fez em Goa a ix de Outubro de 1596. Luis da Gama o fez escreuer—*O Viso Rey.*

*Postilla.*

Ey por bem que o Ouvidor geral do crime tire sumario de testemunhas quando lhe for denunciado por parte do Procurador de Sua Magestade, ou de qualquer meirinho que algum nauio nauega e trãs marinheiros contra forma desta provisãõ. e pelo que lhe constar do dito sumario proceda contra os culpados a requerimento dos sobreditos; o que assy comprirá posto que esta naõ passe pela chancelaria por ser do seruiço de Sua Magestade, e aja de durar mais de hum anno. Esteuã Nunez a fez em Goa a bilij de Janeiro de 97. Luis da Gama a fez escreuer —*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 95 )

## 236.

Mathias d'Albuquerque faço saber aos que este meu aluará virem que auendo eu respeito ao que ElRey meu Senhor mamdou em huã sua Instruçã asinada por ellẽ escrita n'Acequa ao primeiro dia d'abril deste anno presente de mil e quinhentos noventa e seis, derigida ao Comde Almirante que no mesmo anno Sua Magestade mandou por VisoRey destas partes da India, em cuja absemcia o mesmo Senhor manda, como he publico e notorio, que eu dê á execuçaõ a dita Instruçã e as mais como se para mim foraõ dirigidas e passadas, e avendo outroy respeito ao que o Procurador da Coroa diz na petiçaõ atrás escrita, e ao parecer dos desembargadores da Relaçã, ey por bem e me ptaz que se reueja o feito de que na dita petiçaõ se faz mençaõ sem embargo de ser passado o tempo em que se ounera de pedir este al-

vará e da ley nona que ElRey meu Senhor mandou passar sobre as reuistas, e de quaesquer outras leis ou ordenações que em contrario aja especialmente da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que diz que se não emtenda renogada Ordenação alguma sem della se fazer expressa menção, porque neste caso não terá força alguma, e mando ao Juiz dos feitos de Sua Magestade nestas partes da Índia passe suas cartas citatorias em forma para Nuno Velho Pereira em qualquer parte onde estiver ser citado para no termo que lhe asinar por sy ou per seus procuradores parecer perante elle para estar a direito sobre a dita causa e reuistas com o Procurador de Sua Magestade até nella se dar final detriminação sob cominação que não parecendo no dito termo se proceder nella á sua renelia, o que asy comprirá o dito Juiz dos feitos com diligencia sem duvida alguma. Esteuão Nunez o fez em Goa a 29 de Nouembro de 596. E este valerá como carta feita em nome de Sua Magestade e passada por sua chancelaria posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação que o contrario dispoê. Luis da Gama o fez escreuer.—*O Viso Rey.*

### *Petição.*

Diz o Procurador da Coroa que por huã Instrução que V. S. tem manda fazer certa diligencia em huã demanda que o seu Procurador moveo contra Nuno Velho Pereira sobre huã certa cantidade de contas que pertencem a sua fazenda, e por que a dita diligencia he feita. Pede a V. S. mande passar prouisão de reuista na forma que Sua Magestade manda para elle suppliante requerer sua justiça por parte de Sua Magestade.—E. R. M.

### *Despacho.*

Ey por bem se passe aluará de reuista na forma da Instrução de Sua Magestade para se rever o feito de Nuno Velho Pereira com a fazenda do dito Senhor; e que se siga a ordem de Sua Magestade contenda na di-



ta Instrução. Em Relação a 29 de Novembro 96.—*O Viso Rey—Abreu—Silva—Caryro— Pais—do Canto—Machado—...?*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 96).

## 237.

Dom Felippe &c. a quantos esta carta de ley virem faço saber que eu mandey passar hũ alvará por mim asinado feito na Esperança a xxv de março deste anno presente de 96: que envieí ás partes da India per que ouve por meu serviço e para mihor e mais liure adinistração da justiça que o meu Chanceler, Ouvidores geraes, e mais desembargadores da Relação delas naõ fossem visitar pessoa alguã a sua casa nem fora della por nhũ respeito nem causa que para iso ouvese, somente se podesem visitar os mesmos desembargadores hũs a outros e a seus parentes dentro do quarto grão, e com ontras clausulas e declarações conteudas no dito alvará; que foy publicado na cassa da Chancellaria da India e outros lugares publicos da cidade de Goa, e considerando Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, meu Viso Rey que ora he das ditas partes, que o dito alvará naõ satisfazia em todo o meu intento, e compria a meu serviço que já que os ditos desembargadores naõ aviaõ de visitar, que taõbem conuinha naõ fossem visitados de pessoas alguãs asy por lhes naõ occuparem o tempo de seus despachos e impedirlhes a liure administração da justiça delles, como por outros respeitoz que communicou com Dom. Aleyxo de Meneses, Arcebispo de Goa Primaz. e com outras pessoas, e conformandome com o parecer dos sobreditos, ey por bem e me praz, e por este mando que o dito meu alvará que asy mandey passar e que foy apregoadado se cumpra muito inteiramente com todas as clausulas e declarações nelle conteudas, e conforme a elle e esta minha carta de ley nenhũa pessoa de qualquer calidade e condição que seja nieite aos ditos desembargadores em suas casas nem elles os con-

sintaõ nellas por nhuã via saluo somente seus parentes dentro do quarto grão, e huns desembargadores a outros, e elles limitaraõ ás partes tempo e audiencia conveniente para poderem tratar de suas causas somente, e fazendo o contrario. que naõ espero, de lho estranhar e de mandar proceder contra os culpados como parecer mais meu seruiço. Noteſiquoo asy o dito Chanceler, Ouuidores gerais, mais desembargadores das ditas partes da India, e a todas as justiças, officiaes, e pessoas outras a que pertencer, que ora saõ e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar o dito meu alvará, e esta carta de ley com todas as clausulas e declaraçoẽs nesta e no dito alvará conteudas sem duida nem embargo algum que a elle seja posto por quanto o ey asy por meu seruiço, e para que a todos seja notorio e sempre saibaõ como asy o ey por bem, mando que esta se pobrique na casa da Relaçã e da Chancelaria da India e nos lugares publicos da dita cidade de Goa. e se registre de verbo ad verbum no livro dos registos das ditas casas omde o dito alvará está registado. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a seis de Dezembro. ElRey e mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, VisoRey da India &c. Esteuaõ Nunez a fez anuo do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos. noventa e seis. Luis da Gama a fez escrever.—O VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 97 v.)

1597.

## PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

238.

Conde Almirante, Visorrey, amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquele que amo. Bem quizerá

como o tinha asentado antes e depois de vossa partida para essas partes; mandaruos este anno a elas mais naos; mais gente, e mais dinheiro, e mais armas e munições das que ordinariamente costumão yr cadaño, para melhor poderdes acodir ás necessidades desse estado, e empregar o que o pode tirar delas; mas as que ao presente ha nestes Reynos não dar por ora lugar ao que eu nisto desejo, e espero prazendo a Deos que se faça o anno que vem, e se comesse antes disso imdo no inverno algumas carauelas, como já se fez em outros, com o que ellas puderem lenar, e segundo as nouas que este anno tiver pelas náos em que fostes que quererá nosso Senhor que serão taes que tudo o que de cá for seja mais para novas empresas que para outros efeitos, e que a conquista de Seilaõ que he a cousa que mais cuidado dava pelos diferentes termos em que se tinha posto se acabaria prosperamente tornando-se a recuperar o perdido e melhorando-se com vossa chegada a melhor estado do bom em que a principio estava, e que nisto fareis o possivel e impossivel lembrandoos do que precisamente nesta matéria vos encomendey e mandey, quasi tomadounos a menage de vos velardes do vosso parecer e openião nela, pois eu o não aprouava, e só avia nisto por meu serviço o que letuastes por Instrução, que vos ey por repctida nesta ~~vossa~~ particular.

II Alem das necessidades do Reyno e occasiões que nele ouue e ha de extraordinarias despesas para que faltou o rendimento das naos de que não uieraõ o anno passado mais que huã, tambem faltaraõ os cascos delas para poderem ir este anno seis pelo menos, e de quatro que com muito trabalho se apereberaõ (fazendose náos de galcoes que tanto se huã mister) aconteceu a huã não noua dentro no rio o desastre que sabereis, por omde não vay, e a que arribou das em que fostes que foi ter ao Brasil, com que se fazia conta que fossem cinco as deste anno, não he atégora chegada, por omde não podem ir mais que tres, que sinto muito pelas razões que assim vos digo, mas espero que dessas partes tornem com

carga mais náos, e que posto que não possaõ ser das que leuastes a cargo que se fizessem, será alguã boa e noua que lá ajaçs ou alguem queira armar para o Reyno que seja capaz de amdar nesta carreira, e para este efecto mandarey que nestas tres náos vá alguã jente de sobre-solente da nauegaçaõ, posto que tambem disto cá ha falta.

III. Imda que as mais das cousas sobre que agora vos pudera mandar escreuer leuastes por Instruçõs largas e particulares, vos tratarey nestas vias por outras cartas de alguãs sobre que me escreueo o anno passado o Visorrey Matias d'Albuquerque, que saõ respostas que a ele ouuera de mandar se ele ainda nessas partes estuiera, e sobre as que leuastes nas ditas Instruçõs vos não digo por ora mais até ter sobre as materias delas cartas vossas senão que voas torno de nouo a encomendar reduzimdooulas todas ao ponto de que tudo depem de que he responderdes inteiramente em meu seruico com todos os requesitos de vossa obrigaçaõ á grande comfiança que de vós tenho que comprireis sempre com ela conservando e aumentando esse estado que teve principio no descobrimento que o Almirante vosso visavõ dele fez, de maneira que nisso mereçais ter em de vós e de vossos senigos a lembrança devida conforme a eles. Escrita em Lisboa a 30 de Janeiro de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Visorrey da India.—Para Vossa Magesta-  
de ver.—2.ª via.

( No Sobrescripto )

A' Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, almirante e VisoRey da India, do seu concelho.—Segunda via.

( Livro 2.º fl. 357 )

## 239.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Sobre a materia da conquista de Ceilaõ me escreueo o Vissorrey Matias d' Albuquerque muito particularmente tudo o que nela tinha socedido que correo prosperamente até o levantamento do Modeliar de que em suas cartas me dá conta, cujo accidente a pusera em outros termos diferentes até a partida das náos do anno passado, e porque com a vossa chegada sabereis tudo o que pudera ir em narrativa nesta carta, e imda o mais que depois até emtaõ tivesse socedido, ey, por escusado referiruo lo pois não he de efeito para o que aveis de fazer para que basta o que lenastes por minhas Instruções, e sobeja o que sobre isso torno a escrever em huã carta particular que vay nestas vias.

II Tambem me escreueo o dito VissoRey como nos portos de Bengala corria o commercio ordinario para esse estado, e que antre os Portuguezes que neles abitaõ, por serem omiziados e viuerem á sua vontade, avia as mesmas reuoltas que dantes tinhaõ, e que deseiamdo muito de os reduzir á obediencia dos capitaes e de minhas justicas o naõ pudera fazer; emcomendouos que trabalheis por estes homens se reduzirem a meu seruiço, e trateis do modo em que isto melhor se poderá efectuar.

III. E asy me escreue que os gramdes do reyno de Pegú se levantaraõ contra seu Rey, e que naõ era já obedecido da coarta parte do seu reyno, e que com esta occasiaõ se senhareara ElRey de Siaõ da cidade de Tanaçarim e de outras muitas e portos, e que por este respeito naõ vaõ nhuãs núos de Portugezes a eles, e que este Rey continuou sempre com amizade desse estado, e muitos annos acodio com mantimentos á fortaleza de Malaca estamdo necessitada deles, pelo que vos emcomendo que no que puder ser ajudeis a este Rey na comservaçãõ do seu reyno em seu fauor procedemdo ele com esse estado como atégora o fez.

IV. E asy me diz que os Turcos não pretenderaõ levar mais madeiras daquelle reyno salvo alguã pera o concerto de suas náos, mas que são muito favorecidos nele por ser o principal Regedor mouro que trabalha por emperar em todas as cousas desse estado; emcomendouos tenhaes muita vigilancia em não leuarem os Turcos madeira nhuã asy do reyno de Pegú como do Dachein, omde deveis dar ordem como se trate isto particularmente com ElRey do Dachein, pois mostra tanto desejo da amizade desse estado e trata dela.

V. Tambem me diz o dito Mathias d'Albuquerque que moudo o Dachein com instancias que lhe ele tinha feitas com suas cartas se resolveira em largar o Bispo da China com todos os mais Portugueses que lá tinha, tirando hum irmão de Dom Francisco d'Eça que ainda ficaua em seu poder; emcomendouos que trateis de sua liberdade, se já a não tiver, e da conservação da amizade do dito Dachein sem muitos penhores nela da vossa parte, que parece será facil de fazer, pois ele está tão disposto para isso que diz o dito Matias d'Albuquerque que o Dachein lhe mandára huã embaixada tratamdo nela com muito emparecimento do desejo que tem de aver paz jurada antre ele e esse estado, e que vão os Portugueses com suas nuos carregar pimenta e outras drogas a seu reino, e que tenhaõ nele trato o commercio, e nisto não tenho mais que vos escrever que o acima dito, remetendome tambem ás Instruções que leuastes sobre esta materia.

VI Tambem me escreue que ao presente se não podia tratar daquelle empreza do Dachein, e que o melhor meio que podia aver para se entreter no estado em que as cousas dele estão he ir continuando em forma de amizade com aquele Rey com se fazer commercio de Malaca para seus portos com toda a vegia e cautela, e com o mesmo resgoardo consentir que os Dachiens vão á quella fortaleza sem se concluir em estas pazes nem obrigar o estado a elas; pelo que vos emcomendo que nesta forma vades continuando com a amizade do Dachein

adiuertindo que não vão os Dachens á fortaleza de Malaca em tanto numero que possaõ intentar alguã treicaõ nem vejaõ coussa que os comuide a ella, e entendendo vós que se deue nesta materia proceder em outro modo me avissareis dião, e por me parecer porosa bẽm o que aponta Mátiás de Albuquerque vos digo no capitulo atrás que uos não penhoreis muito com o Dachem.

VII. Tambem me dá conta que tanto que chegou a Goa o capitão da naueta do Dachem que se perdeu em Surrate e lhe emuiou os papeis do socedido e carta do Bispo da China propôs o caso em conselho e se asentou que se entregasse toda a fazenda do Dachem a seus embaixadores que emtaõ estauão naquela cidade quando a fossem pedir, damdolhe a entender que por respeito das obras que o estado tinha reeebido do seu Reyno e gasalhado que mandou fazer ao Bispo e aos mais Portugueses que escaparaõ em suas terras no naufragio que nelas tiueraõ, lhe daua liurementes as fazendas que deiraõ á coeta nas desse estado, o que tiue por acertado, e vos emcomendo que assy procedaes em semelhantes materias com a consideraçã que nelas deve aver segundo os tempos e acontecimentos.

VIII. E assy me escreue que os moradores de Macão viuem agora com mais quietaçã que dantes posto que entre sy tem ordinariamente brigas e deferenças que se não podem acabar, e que na monçaõ de abril mandara huã prouissã minha per que dessem o commercio das Indias occidentaes e Felipinas com essas orientaes por estar aquele commercio perdido, pelo que vos emcomendo tenhaes muita vigilancia em se fazer goardar a prouissã que sobre isto tenho passada, e nestas vias itaõ outras prouissoes minhas passadas pela coroa de Castela sobre o mesmo, conforme ás que ouuereis de leuar quando fozes, como vereia per outra carta minha ou Instruçã.

IX. Tambem diz que se asentara em Relaçã que deuia mandar vir para essa cidade o dinheiro que estaua em Macão da naõ que foi do Perú. de que era capitão Dom Rodrigo de Cordoua que morreu vindo para este Reyno

na mão Chagae, para se ver se era perdido conforme ás provisões da defessa daquelle commercio, e que fazendo sobre isto diligencias e muitas instancias nada aprovi-tara; entomendouos que procureis com muito cuidado que se cobre este dinheiro que em Macáo e quaisquer ou-tras partes estiver; e o emuleis a este Reino por letras muito seguras e abonadas para qua se entregar ao Provedor e officiaes da Casa da India, e serem ouvidas as partes e lhe metter a fazer justiça no que a fuerem; e pa-ra os Religiosos da Companhia de Macáo e quaisquer outras pessoas que fuerem este dinheiro em seu poder folgarem de o entregar lhes senificareis como as partes a que pertence assy o podem e requerem, e as ditas partes me pedirão cartas particulares para vós para por sua via solecitarem a cobrança e vinda deste dinheiro para es-te Reyno, e posto que volas não apresentem, per este ca-pitulo vos tornó a encomendar procedaes nesta materia como se nele contem, e as pessoas a que se der este di-nheiro Jaraõ fiamças abonadas ao entregarem neste Rey-no ao dito Prouedor e officiaes da Cassa da India.

X. E assy me escreue que fora emformado que em Mo-çaõbique estaua a gente daquela fortaleza muito im-queita com brigas e differenças que ania antre os cas-sados e moradores da terra, e que punhaõ culpa a Dom Pedro de Sousa capitão dela por se descuidar da pax e sossego daquelles moradores emido tanto de sua obriga-ção procurala, pelo que vos encomendo que quieteis e componhaes estas differenças pelo modo que vos bem parecer, e mandeis deusar dos culpados nelas como espero que já tereis feito se passastes por aquella forte-leza. E assy escreue que o forte de Sena ficaua acaba-do, e folgarey de particularmente saber de que effeito he o dito forte; e se está seguro dos inimigos.

XI. Tambem me diz que se vay correndo com muita breuidade na catta da fortaleza de Mombaca, e que se abrira no meio dela hum poço em que se achata muita agua, e que El Rey, de Melinde viuue naquella fortaleza, e ajuda de sua parte em tudo o que pode mostrando a



afeição que tem a meu serniço, pelo que lhe concedera alguã parte do rendimento da alfamdega da mesma fortaleza, de que me tinha dado conta; emcomendouos que vos emformeis deste poço que está feito na cava, e em caso que se possa intupir em algum cerco ou outra ocassiaõ ordenareis como se faça logo huã cisterna no lugar mais comodo para isso, e que se vá continuando com a parte do rendimento daquela alfamdega que se dá ao dito Rey de Melinde, a quem fareis a saber como eu o ey asy por bem.

XII. Tambem me escreue que na fortaleza de Mascate naõ ouuera aquele anno sobresalto nhum de guerra, e estava quieta, e se hiaõ continuando com as obras do baluarte que Dom Jeronimo Mascarenhas deixara comessado; emcomendouos que as façaes acabar, se já o naõ forem, e tenhais muita conta com a goarda e vegia desta fortaleza pela importancia dela.

XIII. E asy me diz que os Mogores possuem pacificamente o Reyno do Cinde, e que saõ bem tratados nelle os Portugueses que vaõ fazer suas veniagas, e que soubera que se fazia huã não muito grande ne-nuele Reyno com tenção de se mandar dahi para o estreito, que seria total destroição das alfamdegas desse estado; emcomendouos que procureis de atalhar os desenhos desta não como creio que o tereis feito ou comessado a fazer per tal modo e com tal tenta e prudencia que naõ resulte dahy rompersse guerra com os Mogores, pois elles agera correm bem com esse estado, porque seria de muito trabalho tomar esta contemda de nouo, principalmente estando por dauante a conquista de Ceilaõ e as esperanças que se tem da comuersaõ do Mogor, que imda que ao presente se ajaõ por fingidas ou incertas, poderoso he Deor para tudo quando disso for seruido; e esta consideraçaõ deueis de ter no que tratardes com os Reys do Decaõ sobre fazerem ligua contra o dito Mogor.

XIV. Tambem me diz que a fortaleza de Dio estann

de paz com os vezinhos e prospera no commercio, e que Sebastião de Sousa procede nas obrigações dela com muito tento; e porque sou informado que nesta fortaleza ha algumas desordens, de que nestas vias vos emuo hñs apontamentos, vos emcomendo lhe deis o remedio que a importancia da mesma fortaleza pede para o que convem á boa vigilancia e guarda dela com que em todos os tempos passados se teve sempre particular conta. e nos presentes pede isto muito mais; e posto que se faça a armada ordinaria com a gente da obrigação da fortaleza deuem sempre ficar nela pelo menos dozentos e cincoenta soldados de efeito, e dareis ordem como os capitães da mesma fortaleza não consintão entrar muitos estrangeiros na cidade e alfamdegua dela pelo muito prejuizo que pode resultar disso, e parecendoos que he necessaria a armada das quatro fustas que se costumava fazer naqela fortaleza para fazerem ir a ella as náos pagar os direitos na dita alfamdega, a fareis fazer todos os annos.

XV. E assy me escreve como o trato de Cambaya para Goa se continua em tauris de Baneanes, e que se tem visto aqele anno e os passados os grandes proveitos que resultão a esse estado desta ordem que estava dada, sobre que aponta algumas rezoões que me pareceraõ bem convenientes; pelo que vos emcomendo que nesta forma procedaes nesta materia, e quando achasseis outra cousa me podereis avissar disso não suspendendo o acima dito.

XVI. Tambem me escreve que o Principe filho do Mogor que governa aqele Reyno de Cambaia lançara fama que avia de cometer os do Deçaõ, o que por vezes ajuntara para este efeito exercito, e tendo-o junto lhe fora necessario acudir aos Resbutoz que correrão as terras do Guzarate por aquella parte que confina com elles, e assy me dá conta dos successos que o mesmo Principe teve naqueles Reynos comarcados; emcomendonos que trabalheis por unir e concordar todos os Reys vassi-

nhos do Mogor contra elle com o resguardo que atrás vos tenho escrito.

XVII, E assy me diz que teue carta de Jeronimo Xamiel (a) Religioſso da Companhia, escrita na corte do Equebar, em que lhe daa conta que depois de passar muitos trabalhos no caminho que lhe durou por terra espaço de cinco menses, chegara com os dous Religiosos que foraõ com ele á corte do Mogor que os recebera com muita festa, e que assy elle como o Principe e seus capitaes mostraraõ gramde admiracão da tomada do Morro, e lhes mandára que aprendesem a lingua persia com breuidade porque queria tratar com eles sem interpete as causas. (sic) que o moueraõ aos mandar chamar; emcomendouos que animeis e ajudeis estes Religiosos para prossegirem nesta missaõ a que foraõ mandados até se conseguir o bom efeito que se della pretemde, e por huã carta sua que escoreueraõ ao seu Prouincial da India, de que veio a copia na não São Pantaleaõ aos Religiosos da Companhia deste Reyno, emtemdy esta sua jornada muito particularmente.

XVIII. Tambem me escreue que a fortaleza de Damaõ tiuera aquele anno alguns trabalhos por causa de alguns Mogores correrem as terras do Vergi e de outros Reis vessinhos, e que posto que passaraõ pelas de Damaõ não fizeraõ dano algum, mas que por se preuenir de accidentes de gente de guerra mandara inuernar áquelle fortaleza Dom Pedro Manoel com cem soldados, e me diz que não conuem porse nela alfandegua até de todo estar fechada, por alguns inconvenientes, que aponta, posto que nos annos atrás me tinha escrito se assentasse alfandegua naquella fortaleza; pelo que me pareceo deuermos mandar que sobrestes no asentár desta alfandega, e emcomendaruos que com breuidade façaes acabar a fortificaçã da dita fortaleza.

---

(a) Assim está; mas os historiadores chamam a este Padre Jeronimo Xavier, e o daõ por parente de S. Francisco Xavier.

XIX. E assy me escreue que tanto que se acabou a guerra de Chaul pudera estar prospera a cidade de Baçaim e suas terras se Joaõ Gomez d'Azeuedo capitaõ dela tiuera cuidado de fazer como os foreiros das aldeas compriassem com as obrigações que tem de caualos e de aver nos presidos das tranqueiras a gente que lhe he ordenada, aproueitando pouco alguãs cartas que sobre isso lhe escreuera e prouissoes que paeou, pelo que me pareceo dizeruõs nesta que sempre será mais seguro preguntaremse pelas culpas dos descuidos dos capitaes das fortalezas nas residencias que derem, e que quando tiuerdes deles alguns queixumes os façaes tomar em lembrança para se juntarem aos Capitulos das ditas residencias, mas sendo as culpas taes que mereçam suspenderdelos de suas fortalezas o façaes com as considerações que se requerem, e mandareis ás pessoas que tem aldeas nas terras de Baçaim que cumprão com a obrigação de terem caualos com declaração que todo o tempo que os não tiuerem não possam aver o rendimento das tais aldeas, e se arrecadaraõ pera minha fazenda, e assy o fareis cumprir em tudo inteiramente.

XX. Também me diz que Pero d'Anhaia a quem tinha mandado ao norte com comissão sua para poder responder ao negocio das pazes quando os Mouros quisessem de preposito tratar delas se fora para Goa naquella conjunção e tempo, e que se asentará em conselho que o Bispo de Cochim que andaua no norte visitando as Igrejas daquelas fortalezas tratasse este negocio como o fez, e se viera a Chaul, e correrá com ele no modo e forma que lhe fora encomendado até o concluir, e porque não veio a este Reyno o papel de que sobre estas pazes se fez, vos encomendo que se não saõ feitas se acabem de concluir pela importancia delas. E por que sou informado por o Visso Rey Mathias d'Albuquerque que os moradores da fortaleza de Chaul não cessão de Impunhar a alfamdegua que mandei assentar nela tomando agora occasião da carta que mandey escrever áquella cidade, a que deoraõ diferente sentido do que ela

tem, emcomendouos que per ahum caso se faça mudança naquela alfandega, e que depois de juradas as pazes mandeis proceder contra os culpados nos motins que se fizeraõ sobre esta materia, e eu mando estranhar á camara da dita cidade as desordens que nisso cometeraõ.

XXI. E asy me diz que amdara no norte o veraõ passado Dom Alvaro d'Abranches por capitaõ mór; e que por os cossarios navegarem em cotaconloës, e sanguiçes ligeiros a que as nossas fustas naõ podem chegar quando os segem, posto que Dom Alvaro fez para isso toda a diligencia possiuel, tomaraõ os Maluares alguns nauios desmandados que quiserãõ navegar sem goarda da armada; emcomendouos que ordeneis que daqui em diante naõ nauegem nhũs nauios de mercadores señaõ em cafilas com a goarda das armadas desse estado, e que vejaes e trateis se deuem andar nas ditas armadas as mesmas embarcaçoẽs em que andaõ os cossaios pera lhe empedirem seus desenhos.

XXII. Tambem me diz que o anno de 95 me escreuerá como o Idalcaõ corria em grande amizade com esse estado, e numqua quisera responder a propositio ás muitas intancias que lhe foraõ feitas por parte do Melique e do Mogor, e que por muitas vezes o persuadira per cartas e por via do seu embaixador que estava nessa cidade tomasse o trabalho de tratar por sy os negocios do seu Reyno, como fez, de que se achou bem; emcomendouos que com o dito Idalcaõ procedaes nesta conformidade beneficiandolhe o contentamento que eu recebo de seu bom procedimento pela informaçãõ que disso tiue por Matias d'Albuquerque, e que espero que vós ma emnieis dele se melhorar tanto nisto que folge eu muito mais de o comprazer em tudo.

XXIII. E asy me escreue que o Idalcaõ despedira Antonio d'Azeuedo que estava em sua corte por embaixador e lhe mandara dar goarda no caminho e fazer bom tratamento, mas que naõ aproueitarãõ as muitas diligencias que com ele fez para fazer ligua com os Reis

seus vizinhos contra o Mogor; e posto que nesta materia vos tenho escrito o que ey por meu serviço que façaes, vola torno de nouo a emcomendar vimdo agora a propósito d'eu lo fazer por cima de ter por certo que as cousas de tanta importancia naõ somente bastará emcomendarvolas huã só vez, mas que sem isto vos appareis por taõ emcarregado delas como o pede a vossa obrigaçaõ.

XXIV. Tambem me escreue como o Rey da Serra e Rainha de Olala até entãõ tinhaõ conseruado a paz com esse estado, mas que entre sy tinhaõ mui cruel guerra de algum tempo áquella parte, e que tinha escrito ao Rey do Bamgel que compusesse estas differenças, e que por nhum caso ajudasse ao Rey da Serra contra a Rainha; emcomendouos que nesta materia procedaes na mesma forma ou na que achardes por mais conveniente para se conseguir este effecto

XXV. E asy me diz que eu lhe mandara escrever que era emformado que a fortaleza de Olala naõ se derrubara, e me afirma que fora arrazada por Dom Jeronimo d' Azenedo, sobre cujos serviços e merecimentos me escreue larguamente, e eu tenho emformaçaõ que me tem servido em cousas de muita sustancia e com muita satisfaçaõ e ultimamente na conquista de Ceilaõ; emcomendouos que procedaes com ele como leuastes por minha Instruçaõ em que vos tratei de seus serviços, e tambem da obrigaçaõ que se tem á justiça.

XXVI. Tambem me escreue que o Samorim tornara o veraõ passado por seus Regedores á pratica das pazes com 'os mesmos artificios e enganos de que usou todo o tempo atrás sem chegar á conclussaõ, e tanto que emtrara o inverno pusera silencio a elas esperando nouo Visorrey; emcomendouos que nesta materia sigaes a ordem que vos tenho dada nas Instruçoẽs que leuastes, sendo huã das condiçoẽs das pazes quando se elas ouuerem de fazer e concluir derrubarase o forte de Canhale e acabarase a colheita que o Samorim lhe dá, e quando as pazes se naõ fixerem ou dilataseem leubrados es-

tingirdes aquella ladroeira de Cunhale de tanto perjuizo e tanto contra a autoridade desse estado durar tanto sem ategora se lhe dar remedio.

XXVII. Eassy me diz que en lhe mandara escrener que a Camara de Cananor se queixaua que por a muita falta que ordinariamente avia-naquella fortaleza de mantimentos dissimulauaõ com os agraos que recebiaõ do Rey vesseinho e de seus vassalos; emcomendouos que tenhaes cuidado de prouer esta fortaleza e todas as mais da costa do Canará.

XXVIII. Tambem me diz que tiuera nouas que o Reyno de Ormuz ficaua quieto e que ElRey de Lara lançara maõ de alguãs occasiões para mouer guerra, e que huã delas fora que o Prior de Santo Agostinho daquella fortaleza fizera por força cristão a hum moço filho de hum mouro seu vassalo, e que o capitão Diogo Lopes Coutinho se ounera neste caso e em outros de sua obrigaçãõ prudentemente, e porque sempre me averey por bem seruido de aquele Reyno estar quieto, vos emcomendo façaes comseruar os Reys vesseinhos em amizade com esse estado.

XXIX. E assy me diz que me escrenera o dito Capitão e Agoazil e Simão da Costa que ElRey de Ormuz era cada vez pior e mais tirano, e que vemderia todo o Reino por qualquer dinheiro que lhe dessem para o enterrar, e que não acode senão por força e com muito trabalho ás fortalezas da terra firme que por este respeito estão arriscadas, e que seria mau seruico mandar apossentar aquele Rey e emcarregar do gouerno dele ao Gazil em quãnto se não detremina a causa de Dom Jeronimo filho de Xeque Joete; emcomendouos que deis ordem como se conclua esta demanda de Dom Jeronimo na forma em que o tenho mandado por minhas cartas.

XXX. Tambem me escreue que o capitão de Ormuz mandara as cartas que escreuy ao Xá Rey da Persia por hum mouro de credito o qual o achara em huã cidade junto do mar Caspio, e que festeiara muito a mi-

nha carta como eu entenderia da reposta dela que me emuiava na primeira vya, e que pela que lhe este Rey escreuera emxergara desejo de comseruar a amizade com esse estado, e lhe dizia que tiuesse prestes gassalhados para o seu embaixador que me queria emuiar; pelo que vos emcomendo que se já não for embarcado para este Reino que nestas náos ou nas primeiras que vierem depois de ele chegar lhe deis todo o fauor e bom gassalhado para poder vir a mim, porque disso terey muito contentamento.

XXXI. A prouissão que á vossa partida me deixastes pedido conforme a outra que teue o Comde d'Atougia, que Deos perdoe, a segumda vez que foi por Vissorrey a esse estado, para se não tomar resolução em coussa que nele fizesse e lhe tocasse sem primeiro ser ouuido, me parece que se pode escussar por não ser necessarea, nem ser concedida antes nem depois a outro Vissorrey, e seria exemplo para ao diante se dar a todos; mas sem a dita prouissão eu terey lembrança do que nisto me pedis para se proceder nos casos que se oferecerem nesta materia como ouuer por meu seruiço. Escrita em Lisboa a cinco de feureiro de 597.

### REY.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Vissorrey da India, do seu doncelho.—Segunda via.

(Livro 4.º fl. 780.)



*Apontamentos que se derão a Sua Magestade  
sobre cousas tocantes ao bem e conseruação  
da fortaleza de Dio. (a)*

Ho que sei daquela fortaleza he pelo uer he estar no modo em que está, he não estar pronida como cumpre pera sua seguramça, mas antes está mui perigossa pelas rezoões que se seguem.

A esta fortaleza dá o Regimento 350 homens d'armas pera a segurança emtrando os moradores, nos quaes emtraõ 14 que se dá per contrato aos comtratahores d'alfamdegua, e outros tantos ao feittor delRei, e dous aos escrivães da feitoria, e quattro ao Ounidor, e seis ao Capittaõ do baluarte do mar pera defemçaõ dele, que todos fazem 40, os quaes os Vissos Reis por auer que poupaõ estes 40 homens á fazenda de Sua Magestade os applicaraõ aos 350 ordenados á fortaleza, e any mais auerá na ditta fortaleza alguns 10 ou 12 que recebem seus soldos e mantimentos por prouisoões de fóra que os Visos Reis lhes passaraõ por serem aleijados na guerra e em outras parttes, e outtros por nelhos e pobres a que os capitaães não queriaõ pagar, por omde estes com os 40 tirados dos 350 ficaõ 300: destes tiraõ 220 d'armada que se dá ao contrato pera guarda e acompanhamento d'alfamdega; por omde não ficaõ jamais que 80, e destes os maes deles por serem pobres, cazados, e lhes não bastar seu vencimento usão buscar sua uida em náos e náuios pelo que os donos deles dão, ou com suas pobres veniaguas, ficando a fortaleza taõ soa que por curiosidade e pelo que me releua com segredo mandei fazer alardo, e não achei mais cadano naquele tempo que de hũa vez 52 homens e doutra corenta e tres tirado meus criados e parentes que comigo andão e nesto tempo se acharaõ, a qual mostrei ao Veedor da fazenda da India Antonio Giralte na ditta fortaleza e tempo, e a Francisco Paes outtro anno que já foi por Veador da fazenda.

---

(a) São os referidos no Cap. XIV da Carta antecedente.

No tempo que he a momsaõ que he por todo nouembro, e na outra momsaõ grande que he fevereiro e março, he a força delas naquela alfamdegua em que maes jemte estrangeira se nela ajunta, e sem duvida quando o anno naõ he roym se ajuntaraõ maes de mil homens estrangeiros, Parceos, Mogores, Lauris, e d'outras nações do estreito, mui grandes lascarina e capittaes, e na terra moradores auerá mais de dous mil mouros, e os maes deles marinheiros e grandes espingardeiros, e boagemte de gerra e exercittada em nossa practica, a que lá chamamos Reineis como os de Surrate, e todos muito grandes inimigos nossos, e os maes destes tem muita cumunicação com os Mogores, e uaõ ao estreito por mercadores e marinheiros, por omde n'uma parte e n'outra naõ deve faltar practica de nosso pouco regimento e uigilancia.

Quem tolhe a estes mouros presentes neste tempo assim ditto pronocados de huã parte ou da outra virarem comtra nós com huã traisaõ causada de uer o nosso pouco resguardo, o que Deos naõ permitta possa acomteceff, tomarem essa fortaleza, e quando nos bem soceder que se fechem as portas a tempo, forçado lhe será a eles uendo sua temçaõ descuberta darem hum sacco nalfamdegua e cidade que será hum dos grandes do mundo, e serto que pelo estado em que isto uy e está tenho por grande milagre naõ no terem emteindido!

E o mór mal que deste descobrimento nos podê sobreuir he ficar desembussado pera connosco a parte que os pronocou que deuem ser os Mogores os quais inda que omigos nossos como saõ os maes inouras da India bom he amalos com este rebusso e naõ lhe dar ocaziãõ pera se lhe tirar, pois nos conuem tanto sua amizade destes particulares Mogores que sem ela separaõ os bens todos e rendimentos de todas as alfamdegua da India pois do rio de Cambaia de que saõ senhores depemdem todos os tratos e mercancias de que nessas partes gozaõ os rendimentos das alfamdegua de Sua Magestade.

e anis e roupas que nem a este Reino, e uazaõ a todas as mercancias das partes do sul.

Por onde me parece que Sua Magestade deue pro- uer nisto como conuem pera euittar os males e perigos que pelo assima ditto podem soceder, e escuzando as mais despezas possiueis, que deue mandar pagar a todos os cazados que ha na terra que saõ duzentos e tantos por hum alardo que fiz na ditta fortaleza; e que estes estejaõ continos na terra e naõ fóra della sem licemssa do capittaõ da fortaleza sob pena de serem riscados de seus soldos sem poderem ser maes admitidos a eles, o que sentiraõ muito por serem mui pobres e naõ terem de seu outra cousa, e alguns a que rele- uar ir fóra da terra a negocios que ás vezes se naõ es- cuzam fassam sabedor ao Capittaõ pera saber a copia a que hade dar licença, fazendo suas escoladras e quar- tos ás porttas da fortaleza de dia da maneira que se faz em Urmuz, e isto he dar somente maes pera a guar- da daquella fortaleza 120 homens que maes se pagauaõ antiguamente amttes que os Vizosreis fossem desfal- dando dos regimentos e metendo os outros nomeados na copia dos 350 como os dos comtratadores e feittor e maes officiaes, e alejados e uelhos, por prouizoões de fora, e tanto se encurta nesta despesa que antiguamente se dauaõ só pera a defemsaõ da fortaleza continos 350 ho- mens fazendosse armada de fora em outra despesa.

Tambem me pareceo rezaõ lembrar a VV. SS. que antiguamente se fazia huã armaçaõ em Setembro de tres, quatro nauios que costumauaõ hir esperar as nossas náos de Meca á pomta de Curinale domde elas custumaõ uir ver a terra, esta armaçaõ que oje he tirada auendo naõ ser necessaria por uirem as náos com tempo feitto, e rio o dizerse naõ ser de ifeitto a tal armaçaõ, e a mi me pa- rece pela prattica e expiriemcia que da terra e daquela jemte tenho que nenhuã outra armaçaõ he mais nece- saria, porque he esta gemte Baniane taõ medrossa, que saõ os principaes mercadores, que sabendo somente que ha aqueles nauios armados os obrigará a naõ se auem-

turar a perder as fiamças que tem dado de uirem ao ditto porto pagar os direitos, e sabendo que não ha nauios armados pode acommeter sem nenhuma duuida quebrar as fiamças, e para esse effeito carreguarem de maneira que importte muito mais o que podem forrar nos direitos indo a outros portos donde lhes fazem muito mais omras e quitas, que o que perdem nas fiamças que tem dado e interesses que lá amde pagar, porque como he cousa que se lhes ade fazer por comseritto nos outros portos, por pouco que interecem os chamaraõ a sy com omras e quitas pera lhe ficarem nobrecendo e aproneitaremse dos retornos que tornaraõ nas náos de cartaz quebrando esta nobreza e proueitos de nossa alfamdegua.

Quanto dos capitaães e do que se lhes tirou, sendo eu o primeiro em que se cumpriraõ os regimentos que Sua Magestade mandou, não tenho que dizer, pois em minhas auçoês o alego, como VV. SS. veraõ, mas digo somente que se dos taes regimentos resultara crescer em alguma parte a fazenda de Sua Magestade para o thezouro do stado, ou fazeremse mais armadas ou despensas em seu seruico, me pareceraõ muito bem os taes regimentos, mas como nenhuma cousa destas rezulta, me parece que he melhor deixalas correr como damtes, e não deixar criar aos ditos capitaães esas auçoês taõ licitas pera seus requerimentos, a qual tem todos aquellos a que se deu a dita fortaleza antes dos taes regimentos.

( Livro 1.º fl. 171 )

## 240.

Conde Almirante, Visso Rey amigo. Eu El Rey vos emnio muito sandar, como aquele que amo. O Vissorey Matias de Albuquerque me escreueo nas vias do anno passado que o rendimento desse estado não bastaua para as despensas ordinarias dele, e que para qualquer extraordinaria que se oferecesse não avia outro remedio senaõ o que deste Reyno lhe fosse, e que posto que nos annos passados ouue crescimento de pimenta não se pudera.

carregar toda por falta de náos, e porque em carta particular vos escreuo sobre estas duas materias, e a causa porque neste anno se não pode prouer nelas, aquella carta me remeto esperando que com vossa prudencia e bom cuidado dareis o remedio necessario a huã cousa e a outra, e entendido tenho que o tem poudesse minhas rendas em boa arrecadação e não se fazendo delas muitas despezas que se podem escusar, e com as primeiras cartas vossas poderey melhor resolver o que nisto cumprir que se faça.

II. E assy me escreue que seria meu serviço mandar dispensar com os capitães das fortalezas desse estado pera que possam pagar a fidalgos seus parentes que andarem no serviço seus soldos, e porque o tenho mandado prohibir por alguãs resoões e emformações que tiue, não hey por meu serviço de comceder esta licença, antes vos emcomendo que façais guardar inteiramente as prouisoões e regimentos que sobre isto tenho mandado a essas partes, e alem dos periuizos e imcomvenientes desta materia tambem esta he huã das causas junta com outras por omde falta o rendimento desse estado para o mais necessario, que he ponto de grande consideração e obrigação para quem o gouerna.

III. E assy me diz que não ouue até então quem quisesse contratar a viagem de Maluco, porque como são duvidossas e as mais vezes por causa da guerra e outros impedimentos que não faltaõ naquela fortaleza, e se detem hum ano, fogem os mercadores destes inconvenientes, e que os capitães prouidos das viagens que ouuerão de entender neste negocio comumente não tem cabedal que baste, e vendo isto ey por bem que se fação estas viagens pelos capitães prouidos delas com declaração que nhum capitão tomará nhuãs fazendas nem crano de partes por mais precisa necessidade que aja no dito gualeão, nem poderaõ descarregar nhuã crano na fortaleza de Malaca nem vendelo para suprimento de nhuãs necessidades que aja no dito gualeão, pelas grandes perdas que disso resultaõ a minha fazenda; e para

que se isto possa goardar inteiramente, vos emcomendo a mamdo que façaes dar aos ditos galeões todo o prouimento necessario para sua viagem, e assy para a fortaleza de Tidore de tal maneira que não aja falta nhuã em huã coussa e outra, e proibireis de todo os bares que se dauão por aluitre por ser materia muito danoza ao rendimento e proueito que minha fazemda deue ter da dita viagem. E este Capitulo registará o Secretario desse estado no liuro das lembranças da Secretaria como se fará com todos os outros em que vos eu mandar coussas que deuem ficar em memoria para conforme a eles se comprirem sempre.

IV. E porque me escreue que não tinha emformação do rendimento daquele ano da alfamdegua da fortaleza de Monbaça, nem sabia se hia em crescimento, e sempre será meu serviço procurarsse que do rendimento dêla se supraõ as ordinarias da mesma fortaleza como volo emcomendey nas Instruções que leuastes, volo torno a emcomendar de nouo, e estas são as coussas que convem que se fação para se não acrescentarem despesas nouas como tambem volo digo em outro Capitulo desta carta.

V. E assy me diz que será meu serviço arremdarsse a alfamdegua da fortaleza de Dio com comdição que não paguem os remdeiros mais que o que se montar nas ordinarias dela, e o que mais ficar da dita remda se entregue nessa cidade de Goa, e por ser coussa de que atégora se não ussou, e que pode ter inconuenientes ou ser caussa de se dar menos pela dita remda, vos emcomendo que pratiqueis esta materia com pessoas de experiencia e me avisseis com vosso parecer do que será mais meu serviço mandar ordenar nela.

VI. E porque nas náos do ano de 95 mamdey esereuer ao dito Vissorrey que era informado que os reindeiros e contratadores das remdas desse estado requeriaõ que se lhe abatessem os direitos das coussas que se compraõ para o prouimento de minhas armadas, e lhe mandey que se não fizessem os ditos contratos daqui em diante sem se declarar neles que das taes coussas se lhe

naõ abateriaõ os direitos, e ele me diz nas cartas do ano passado que numqua delas se pagaraõ nem descontaraõ direitos, vos emcomendo que mamdeis fazer esta declaração nos contratos que se fizerem, e que se naõ pagem avalias em nhuãs náos das fazendas que vierem para meus almazens e ribeira desse estado.

VII. E assy me diz que tem ordenado huã cassa dentro na fortaleza de Goa acomodada para torre do tombo junto da cassa da matricula, e que tanto que fosse acabada se entregariaõ a Diogo do Couto os liuros, cartas, e papeis como lhe tinha mandado para yr continuando a ystoria desse estado; emcomemdouos que se naõ está isto acabado o façaes fazer, e vos informeis se este Diogo do Couto tem as partes que se requerem para este negocio, ou se ha outra pessoa de mais talento e sufficiencia, de que me avissareis. E porque o Vissorrey me diz que ele mamda a primeira parte do que o dito Diogo do Couto tinha escrito, que naõ veyo na não São Pantalialõ, se nas que se esperão este anno naõ vier, ordenareis que nas primeiras venha, e vós o vereis primeiro e me emuiareis vosso parecer que será muito bom por a coriossidade que me dizem que temdes na ystoria da Imdia.

VIII. Tambem me diz que naõ tem dado suprimento nhum de soldos nem de outras desnessas que os capitães das fortalezas fazem e pagaõ fóra do regimento, de que me ouue por seruido, vos emcomeindo que assy o façaes.

IX. E naõ estamdo feita a diligencia que o dito Vissorrey emcomemdou a Luis Alures Camelo que mandou por Prouedor das fortalezas do norte sobre os mamdouins que ha nelas e foraõ aforados pelos Vissorreys e Governadores passados para se saber a que pessoas se aforaraõ e por que respeito, e a satisfação que se pode dar a quem os tem, para se tornarem arrendar por conta de minha fazenda, vos emcomendo que ordeneis como se faça, e me emueis o que sobre esta materia se fez naõ mo temdo já escrito nas náos que este anno se esperaõ.

X. Eu mandey escreuer ao dito Matias d'Albuquerque que se registasse no Liuro dos contos a prouissão que tinha passado para os Visorreyes e Governadores desse estado poderem despender com os fidalgos e outras pessoas que me seruem nelas até trinta mil cruzados em merces em cada hum anno que ouue por bem de lhe comceder, posto que dantes fosse esta contia tanto menos que eraõ doze mil cruzados somente, e que, o Secrétario dese estado tiuesse hum Liuro separado para o registo das taes merces, e que se me enuiasse o traslado dele em cada hum anno por vias em todas as náos; pelo que vos emcomendo que assy o façaes continuar sempre e me emueis juntamente certidaõ autentica do que esse estado remder cada anno, por que o ey assi por meu seruiço.

XI. E porque tambem lhe mandey escreuer que se applicassem os oito mil pardãos que se daõ na fortaleza de Damaõ em cada hum anno para a fortificaçãõ dela para se com eles fazerem náos para esta carreira, e me escreue que está ainda a fortaleza em estado que saõ necessarios para sua fortificaçãõ, ey por bem que até se ela naõ acabar se naõ despemdaõ em outra cousa, mas tanto que for acabada se applicaraõ pera se com eles fazerem náos de que ha muita necessidade por irem faltando muito as madeiras neste Reyno, e entretanto buscareis dinheiro de outra parte para se naõ deixarem de fazer as ditas náos; e quando naõ puderem ser todas as necessarias, sejaõ pelo menos as mais que for possiuel.

XII. E o dito Mathias de Albuquerque me respondeo ao que lhe mandey escreuer que tratasse se se denia ussar de poluora de espingarda na artelharia dessas partes como se qua costuma, que ania nisso inconuenientes, de que vos emformarcis, e em quanto os ouuer se ussarã na artelharia da poluora que de antes se ussava até poder ser o que se qua costuma que se emtemde que he o melhor.

XIII. Tambem diz que está seruindo o cargo de es-



criuaõ da fazenda de Goa Manoel Nogueira a quem dele fez merce por alguns annos, e que por esse respeito naõ fora continuando nele Jorge de Lemos no tempo que ouue por bẽm que mais seruisse; a quem lhe parecia que eu deuia fazer merce do dito cargo em vida, mas bastará por ora que quando o dito Manoel Nogueira acabar de servir o tempo que leuou por sua patente sirua a dito Jorge de Lemos o de que lhe tenho feito merce pola que para isso tem que apressentará, e segundo a emformaçõ que dele-tiuer antes de acabar o dito tempo lhe farey a merce que ouuer por bẽm.

XIV. E assy me escreue que Dom Frei André de Santa Maria Bispo de Cochim tinha procedido com muita satisfaçõ no gouerno do arcebispado de Goa, e assy no negoceo das pazes do Melique, de que resultou concluirem-se como comuinha a meu serviço e bẽm desse estado, e posto que na carta que lhe mando escrever lhe agradeço o que nisto tem feito, vos emcomendo lhe digaes tambem de minha parte que no bom modo em que tem procedido nestas cousas me tenho por bẽm servido dele.

XV. Tambem trata de alguãs desordens do Bispo de Malaqua sobre que tenho mandado prouer nas Instruções que leuastes, e assy naõ ha de nouo que vos lembrar neste particular senaõ que mandeis pôr em arrecadação dous mil cruzados que sãu emformado que o dito Bispo tem em seu poder do tempo que seruiço de Comissario da Bula da Cruzada nessas partes, naõ tendo já satisfeito a isto como he de crer que terá.

XVI. E assy me diz o dito Vissorrey que o Bispo Dom Luis Cerqueira, coadjutor e futuro socessor do Bispo de Japaõ, partira na monçaõ de abril daquelle anno pera a China pera passar em abito de Religiosso particular e poder acodir á cristandade daquelas partes com sacramentos pontificaes em quanto duraua o impedimento de poder ir lá no modo que conuem a tal dignidade, que me pareceo muito acertado, e porque conuem naõ sakarem os ordenados destes Bispos assy por sua dini-

dade como por amarem neste menisterio da conversação, vos emcomendo-lhe mandeis acodir bem com eles para melhor poderem continuar com suas obrigações.

XVII. Tambem me escreue que muitas vezes se oferecem materias pesadas de descomposissão antre pessoas prneligiattas ecclesiasticas que saem ao publico com muito descredito por não aver Juiz competente que as possa compôr, e lhe parecia que para estas materias seria serviço de Deos irem ao Arcebispo de Goa poderes de Legado apostolico, e por mo asy parecer o mamdo supplicar ao Santo Padre, mas já não poderá vir a reposta a tempo para ir nestas náos, e entretanto sou informado que o Arcebispo por sua dinidade pontifical e superior nesse estado pode detreminar e acomodar as coussas que se apontaõ, e ele saberá o que nisto deue e pode fazer sem escrupulo.

XVIII E porque tambem me escreue que de Ormuz lhe vieraõ grandes queixas de hum Religioso da Ordem de Santo Agostinho que foi visitar aquela terra onde causara muitas alteraçõs que o Arcebispo de Goa mandava remedear, vos emcomendo vos emformeis se está isto feito, e não o estando digaes ao Arcebispo de minha parte lhe dê todo o remedio que puder ser, e me avisse do que achar.

XIX E asy me diz que he necessario mandar provisão pera se logo fazer a viagem da China de que fiz merce pera as obras do Ospital de Goa, que por ser coussa tão necessaria pera a cura dos soldados que me servem nessas partes ouue por bem de a mandar passar, e vay nestas vias na forma que por ela vereis que he ainda para mais effeitos, e porque tambem me escreueo que por os Religiosos da Companhia largarem a administração que tinhaõ do dito Ospital ordenara que corresse por mordomos nomeando cada mes para esse effeito hum fidalgo e hum cassado da cidade de Goa, mandey tomar emformação da causa por que os ditos Religiosos largaraõ a dita administração que dizem que foi por lhe tirarem a arrecadação das rendas apli-

cadras para o dito Ospital. e lhe naõ acodirem com o necessario para a despesa dos doentes, pelo que vos emcomendo vos emformeis muito particularmente desta materia. e procureis como se torne a passar a administração do Ospital a estes Religiosos da maneira de que a tinham com se lhes dar o necessario para ele, porque alem do beneficio temporal da cura dos corpos tambem ficão curando as almas que importa mais.

XX. E porque me escreve que tem dado em meu nome ao Commissario da Ordem de São Francisco alguns aluitres com que se compraraõ parte das casas que estaõ pegnadas ao seu convento de Goa, sobre que ha muitos anos que mando escrever aos Vissorréys desse estado, vos emcomendo que saibaes o que nisto he feito e estando ainda por fazer alguã cousa cumpraes o que tenho mandado por minhas cartas.

XXI. Tambem me diz que os Religiosos de São Domingos de Goa viuem desconsolados por o seu convento estar em sitio doentio, e naõ se poderem criar os noviços no rigor e perfeiçaõ de sua Religiãõ por esse respeito, e que tendo feito outro mosteiro da mesma Ordem em Pamgim para o que o Vissorrey Dom Duarte de Menesses lhes dera alguns aluitres, achauãõ agora que se naõ podiaõ aproueitar do que tinhaõ em Pamgim por as officinas dele estarem no alto de hum monte, e tinhaõ asentado comprar hum sitio junto a São Pedro que lhe sirua de criaçaõ de noviços e de estudo, a que chamaõ Sanct Thomás, e pediraõ ao dito Vissorrey applicasse a este mosteiro as ordinarias que eraõ concedidas ao de Pamgim; e porque comirá saberse se comem esta mudança, vos encomendo vos emformeis das caussas dela, e do que vos parecer que se nisso deve fazer, e asy nas ordinarias que pede, e me auiseis de tudo.

XXII. E por que nas vias do anno de 95 mandey ao dito Vissorrey se emformasse das ordinarias que se deviaõ dar aos Religiosos de Sancto Agostinho, e me escreve que se lhe daõ as que leuaõ as outras Religioes, e eu lhes mandei acrescentar as que tinhaõ pelas não

do anno passado, me pareceo mandarmos avisar que não ajaõ mais outras ordinarias que as que lhe mandey acrescentar, posto que lhas tenha dadas o mesmo Visorrey.

XXIII. Tambem me escreue como a cidade de Bagram lhe emuiara dizer me pedia lhe fizesse merce mandar desmembrar doze mil xaraõs do rendimento das aldeas de sua jurdição e de huã viagem da China para com esta ajuda se acobar de todo a fortificaçõ daquella cidade, e Matias d'Albuquerque he de parecer que eu lhe faça merce de cinco mil xaraõs para esta obra no dito rendimento, encomendouos que tomeis muito particular emformação da renda que está applicada pera ella, de que me auissareis como vosso parecer para mandar nisto o que ouuer por mais meu serviço.

XXIV. E assy me diz que Amaro da Rocha que mandara ao Melique por embaixador e estava em Chant lhe escrenera como aquele Reino do Melique, estava muito revoltto e inquieto, e que o Messino soubera de outras pessoas ditas de fea, e dezião que auia nele tres Reys que contendião nãsta pretençaõ, e porque com esta occasiã poderia o Mogor procurar de se apoderar daquello Reino como fez de outros, e se escreue que jáo intenta, vos encomendo que trabalheis de o quietar, como creio o tereis feito depois de vossa chegada, porque será de muito inconueniente para esse estado conquistado o dito Mogor.

XXV. Bem lembrado deueis ser de quaõ emcarecidamente vos emcarregel que emuiãsseis cada anno ao Reino a mais cantidade de salitre que vos fosse possivel, e das rezoẽs e causas deste emcarçoimento que vos deuo ser sempre presente, e assy volo encomendo muito particularmente, e auoy por repetido este capitulo em cada huã das cartas destas vias e nas mais minhas de todos os annos. Escrita em Lisboa a cinco de feuerreiro de 1607.

REY.

Miguel de Moura,

Para o Conde Almirante VisoRey da India—2.<sup>a</sup> via:

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, almirante e VisoRey da India, do seu conselho.—Segunda via.

( Livro 4.<sup>o</sup> fl. 758 )

## 241.

Eu ElRey faço saber a vós Conde da Vidigeira, do meu conselho, almirante da India e visorrey daquelas partes, que sendo eu informado per cartas do Vissorrey Matias d'Albuquerque que avia muita necessidade de se acrescentar a cassa do Ospital de Goa e as enfermarias dele para se poderem nelas recolher os muitos doentes e emfe mos que ordinariamente se entraõ no dito Ospital, assy dos que adoecem nessas partes como dos que vão nas náos do Reyno, e poderem ser bem providos assy no espirital como no temporal, oune por bem no primeiro de março de 94 fazer merce ao dito Ospital para a dita obra de huã viagem da China, e assy o mandey escreuer o mesmo anno ao dito Vissorrey Matias de Albuquerque com declaraçaõ que o remanecente do procedido da dita viagem depois das ditas obras acabadas se despendesse na obra da alfamdegna de Goa que tambem tinha necessidade de se acrescentar; e sendo ora outrossy informado que a dita viagem da China se não tinha imda feito, e que era necessário declararse o tempo em que se avia de fazer, e vendo eu a grande necessidade que ha de se correr com as ditas obras e se acabarem com toda a brevidade possível, ey por bem e me praz que a dita viagem da China se faça dia.<sup>a</sup> de todos os providos delas sem embargo de suas prouideões e do perjuizo que podem alegar que dião recebem que não he considerauei a respeito do beneficio tão geral e

commo como he o que resulta a todos do dito Ospital, e assy por esta vez o ey assi pör bem, e do procedido da dita viagem se irá continuando com a obra do dito Ospital, e não se fará dele outra noua despesa por mais obrigatoria e precisa que seja porque esta he rezão que por ora preceda a todas, e se carregará em receita com esta declaracão sobre o official a que pertemcer e no livro dela se registará esta prouissão, e o que robar depois da dita obra de todo acabada se despendirá no coberto da dita alfamdegua como dito he, nos livros da qual se registará tambem; pelo que vos mandado que na forma que se nela comtem a cumpraes e guardeis inteiramente de que se porá verba pelo Secretario desse estado na dita carta de que assina se faz menção, que foi feita ao primeiro de março do dito anno de 94; e esta valerá como carta começada em meu nome e passada por minha chancelaria posto que por ela não passe sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario despoem. Manoel de Torres o fez em Lisboa a cinco de feureiro de 597. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Que a viagem da China de que Vossa Magestade fez merce no anno de 94 pera as obras do Ospital da cidade de Goa, e do remanecente para a alfamdegua dela, se faça diante de todos os prouidos delas.—Pera Vossa Magestade ver.—2.º via.

(Livro 1.º fl. 76)

242.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. En El Rey vos emuo muito sandar, como aquele que amo. O Vissorrey Matias d'Albuquerque me escoreue que não tem descoberto pelas partes de Melinde caminho algum para o Preste João temdosse feito nisso todas as diligencias

que se podia desejar, e que o do mar Roxo era trabalhoso pelos muy ordinarios perigos que corre quem por ele navega, de que não escapara hum Religioso que os da Companhia aquelle anno mandaraõ, e porque tenho por de muito servico de Deos e men enuiarse todos os annos socorro aos cristãos que estão no Preste João, e irem sempre áquella terra muy Religiosos, vos comendo muito enascedidamente que assy o faças eternas lembrança do que lenastes sobre Luis de Mendouça de Dio per enja via se tem noua dos ditos cristãos; mas pelas difficuldades e perigos que ha nestes socorros e desesperaçã a que aqueles cristãos podem vir, me tem dito que em quanto se não tomarem alguns portos dos que os Tercos ora tem na costa do Abexim, não se poderá ter comercio nem correspondencia com as terras do Preste, e agora que os ditos portos estão faltos de gente pela maior parte dela ser passada á guerra de Ungria, como me tambem esciene o dito Matias de Albuquerque, será muito facil esta impresa fazendose armada para ella, pois os ditos portos não podem ser recorridos pela falta que os Tercos tem de galés; pelo que comenem que vejaes e considereis se será possivel e conveniente fazerse agora esta armada, e se resultará dela fruito de consideraçã, e do que vos parecer me avisareis; e se acéntardes em conselho que pôr se não passar a botessã se dête logo pôr em effecto, e que o estado está para isso e sem outra necessilade mais obligatoria que proceda a esta, podereis fazer o que achardes que mais convem. Escrita em Lisbon a 5 de Joveneiro de 597.

REX.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante Visorrey da India. 2.ª via.

(No Subscripto.)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Al.

Data		Num
10 Novembro	— .....	199
13 Novembro	— .....	200
15 Novembro	— .....	201
— ———	— .....	202
— ———	— .....	203

**Monção do Reino**

2 Janeiro	1596 .....	204
20 Fevereiro	— .....	205
28 Fevereiro	— .....	206
1. Março	— .....	207
7 Março	— .....	208
8 Março	— .....	209
9 Março	— .....	210
— ———	— .....	211
16 Março	— .....	212
18 Março	— .....	213
21 Março	— .....	214
22 Março	— .....	215
25 Março	— .....	216
— ———	— .....	217
31 Março	— .....	218
1.º Abril	— .....	219
— ———	— .....	220
2 Abril	— .....	221
— ———	— .....	222
7 Abril	— .....	223

**Alvarás do Vice-Rei**

13 Janeiro	1596 .....	224
17 Janeiro	— .....	225
23 Janeiro	— .....	226
30 Janeiro	— .....	227
31 Janeiro	— .....	228
10 Fevereiro	— .....	229
13 Fevereiro	— .....	230



lha fazer da costa de Melimde que vagou por falecimento de seu irmão para casamento de huã sua filha, e que podesse renuciar em outras duas filhas que mais tem duas viagens de Choromandel pera Malaca de que lhe tinha feito merce cassam-lo todas com pessoas autas. (a) Ena minha carta para o dito Princepe por cujo respeito faço estas merces ao Jacob e a Ballezar de Sousa lhas declaro para ele lhas poder dizer; de que me pareceo vos deuia avisar; e porque ele trata estas materias em segredo com os ditos Dom Antonio de Noronha e Jorge de Castro, e mostra que naõ quer nela correr per outra via, será bem que por esta mesma se lhe dê minha carta e se lhe goarde todo o segredo; e assy o ordenareis.

II. O Arcebispo de Goa me dá conta em suas cartas de alguãs cousas de importancia tocantes a esse estado, e lhe mamdo escreuer que vola dê e vos faça as lembranças das mais que se lhe oferecerem. E porque do zelo e prudencia tenho muita satisfação, vos encomendo o mesmo que de qua leuastes entendido, que me averey por servido que dele e delas faaes a conta que he rezão, e corraes ambos na communicaçã e amizade que tenho entem lido que tendes para melhor poderdes ambos comprir com vossas obrigaçõs, cada hum com a sua.

III. E porque me escreuee que achou muitas queixas e dundias no modo da cristandade por respeito das desordens que niss avia, de que se segiaõ grandes escandolos e alteraçõs, e que para se atalharem ordenara huã mesca em que se juntassem quatro theologos para com eles resolver estes casos, encomendouos que o favoreças e ajudeis assy nesta materia como nas mais de sua obrigaçã pera melhor se conseguir o efeito delas.

(a)

*Verba à margem:*

Ao itou Dona Francisca de Sousa, filha do dito Ballezar de Sousa, esta merce, e lhe foi pa cada certidaõ por quatro vias a 17 doutubro de 601 para o Reyno—Antonio de Moraca.

IV. A Cidade de Goa me emuiou huns apontamentos de que nestas vias vos emuiou a copia, em que se queixaõ dos menistros de minha fazenda lhe perturbarem as liberdades e franquia que tem aquella cidade e de que ha muito tempo que ussaõ, o que tambem me esereuem por huã carta sua remetendosse aos ditos apontamentos, e por respeito de alguãs obrigações que o Visso Rey Matias de Albuquerque pôs na alfandegua que se asentou na fortaleza de Chaul tambem recebem notavel agrao no particular desta franquia; e a isto lhe mando responder que acudaõ a vós, e vos apresentem as caussas de seu agrao para sobre isto ouuirdes os menistros de minha fazenda, e assy o fareis emformandouos muito particularmente do que dizem sobre a dita franquia e a alfandegua de Chaul, e do que achardes me auissareis com vosso parecer. E assy me esereue que lhe naõ saõ goardadas suas liberdades e preunegios na Relaçã sobre o que os ouuireis, e lhes fareis fazer em tudo cumprimento de justiça entendendo a cidade de uós como nisto e em tudo vola emcomendo.

V. A mesma cidade me fez lembrança da fortificaçaõ de Goa que pela importancia dela tenho mandado que se se vá continuando, posto que ouue alguns pareceres de se cercar primeiro a cidade que a ilha, que naõ aprouey; emcomendouos que façaes ir por diante esta fortificaçaõ, e a da fortaleza de Bardes, e que obrigueis ao capitaõ dela que assista sempre nela naõ faltando nunca o capitaõ e pessoas que estaõ ordenadas a ela e a que se pagaõ ordenados e mantimentos da minha fazenda; e porque tambem sou informado que será de muito efeito para a goarda da barra da dita cidade e principalmente para os navios de remo que por ela intentassem entrar fizesse outra fortaleza na ponta de Gaspar Dias que está fronteira ha de Bardes, vos emcomendo que ouuindo sobre isto o engenheiro que ficou em lugar do que para qua se embarcou nas náos do anno passado, e as mais pessoas que nestas materias possaõ ter

voto, deis ordem como se faça, para a qual sou informado que se avia de dar em cada hum anno quinhentos cruzados do rendimento da Tanadaria de Pangim que ora serve Antonio de Moraes, e que com essa condiçãõ fez dela merce o Senhor Rey Dom Sebastiaõ meu sobrinho, que Deos tem, a Joaõ da Costa P'eleja, primeiro marido de Maria Dias sua mulher, sobre que por muitas vezes tenho escrito nas vias de todos os anos sem atégora ter particular aviso e informaçaõ do que nisto se faz.

VI. A dita cidade me escreve que tendo o Licenciado Antonio Fernandez Maciel, Juiz dos meus feitos, hum feito que se processou sobre as condiçõs e declaraçõs com que aviaõ de correr os arrendamentos daquela cidade conforme a hum Regimento que fez o Vissorrey Dom Antaõ por mandado do Senhor Rey Dom Sebastiaõ meu sobrinho, que Deos tem, naõ consentira o Vissorrey Matias d'Albuquerque que se desse sentença nele, e mandara que viesse a este Reyno o dito feito, e porque naõ veio, vos emcomendo vos informeis desta materia e da caussa porque se naõ sentenceou, e me avisais com vosso parecer, e sendo necessario vir o dito feito a este Reyno conforme ao parecer de Matias d'Albuquerque, dareis ordem como assy se faça mostramdo á cidade que naõ pode receber agrauo no em que se entender que se faz justiça.

VII. Por minhas Instruçõs vos mandey declarar o que avia por bem que se fizesse com os da naçaõ que residem nessas partes, e depois fui informado que o Comde Dom Francisco Mascarenhas sendo Vissorrey delas com parecer dos desembargadores da Relaçaõ de Goa fizera ley em que lhe limitara os lugares para que somente podiaõ nauegar, pelo que vos emcomendo que vos emformeis disto e da caussa porque se naõ goarda, e se conuem a meu serviço e ao bem desse estado goardarse, de que me avisareis, e emtretanto fareis o que sobre esta materia vos tenho mandado.

VIII. E assy vos emformareis se está com o Melique hum Joaõ d'Aguiar, e hum Caldeira nas partes de Ma.

salapataõ, que sou informado que cada hum deles procura empecer a esse estado por todas as vias que pode, e se poderá ser averemsse á mão para que se atalhem seus mãos intentos, o que deueis procurar pelo modo que nestas cousas se deue ter para virem a efeito.

IX. E vos emcomendo que vejaes huns apontamentos que a cidade de Goa diz lhe deu o Vissorrey Matias d' Albuquerque sobre o comtrato do hum por cento, e vos informeis se comuem ussarse deles, de que me auissareis.

X. E tambem me pedem lhe faça merce que ás pessoas que forem occupadas na messa da Camara se lhe pagem seus coarteis e moradias segumdo as vencerem em meus liuros, e vemdo o que sobre isto me dizem me pareceo deverlhe fazer esta merce com declaraçaõ que venceraõ seus soldos e moradias o tempo que nisto es tiverem occupados assy como se andassem nas armadas ou innernassem nas fortalezas per vosso mandado. E assy me pedem mamde. passar pronissaõ para que nhuã pessoa da naçaõ seja feitor de nhum dos capitaes das fortalezas; emformaruoseys dos emconvenientes que ha neste particular, de que me auissareis, e entre tanto pronereis nisso como vos bem parecer.

XI. A cidade de Cochim me escreneo que recebia muitos agrauos de ElRey de Cochim, e assy os cristaõs que residem em suas terras como os que nouamente se conuertem e saõ dele maltratados, e eu escreno á cidade que vos dê disso conta; emformaruoseis da calidade deles, e se tem ela rezaõ no que escrene, e procurareis de lhe dar nisto o remedio que mais conuem fazendo lembrança a ElRey de Cochim da calidade desta materia e de quantas vezes lha tenho emcomendada per minhas cartas como agora o faço.

XII. O Bispo de Cochim me pede em huã carta que me escreneo pelas náos do ano passado lhe queira comceder cem mil reis em cada hum anno para seis cantores que seruem na See daquela cidade os quaes me diz que paga de seu ordenado, e que efectuandose a com-

quista de Ceilão lhe faça merce da contia que ouuer por bem na remda dos pagodes, eu lhe mamdo escrever que destas cousas vos dê conta para com vossa emformação e parecer, que vos emcomendo me emuiéis, lhe mandar responder como ouuer por meu seruiço.

XIII. Tambem me dá alguãs rezoês para se ordenarem mosteiros de freiras nesse estado, e posto que por outras rezoês e inconvenientes que se me ofereceraõ vos disse nas Instruções que levastes que o naõ auia por seruiço de Deos e meu, como já por muitas vezes o mamdey assi escrever nas vias dos annos passados, me pareceo por isto que o Bispo diz, e polo que tambem me escreue a cidade de Goa que trateis esta materia com o Arcebispo de Goa e mais Prelados das Religioens muito particularmente e assy com o dito Bispo, e o propoñhaes em conselho, e do que nisto parecer me auisareis com as rezoês que se derem para o aver de conceder ou escussar.

XIV. E porque tambem me escreue o dito Bispo que he de muito inconveniente virem escrauas nas náos para este Reyno por virem os homens embaraçados com elas, de que se pode crer que será ocassiaõ de se perderem tantas uesta viagem, vos emcomendo procureis dar a isto o remedio que conuem tratandoo outrossy em conselho sendo o Arcebispo pressente, e sou informado que os Senhores Reys meus antecessores, que santa gloria ajaõ, o mandaraõ defemder por prouissoes suas que foraõ a essas partes, as quais fareis buscar e me emuiareis a copia delas.

XV. A cidade de Chaul me diz em suas cartas que por huã que tinha delRey Dom Joaõ meu Senhor, que Deos tem, proueo muitos annos o cargo de alcaide do mar daquella fortaleza nos moradores cassados dela de tres em tres annos, e que agora o prouem os meus Visorreys por se ter perdidã a dita carta; e assy me pede que lhe mande confirmar os aluarás de caualeiros que Cosmo de Lafetá deu aos cassados e moradores daquella cidade que se acharaõ na tomada de Morro, e que tambem

lhe mande confirmar huma carta que Dom Diogo de Meneses sendo Governador desse estado lhe passara para que os moradores e seus filhos pudessem gozar de todos os preuilegios, liberdades, e franquezas de que gozaõ os cassados e moradores de Goa, e eu lhe mando escrever que acudaõ a vós e vos dem conta destas cousas que requerem para com vossa emformaçaõ lhe mandar rêsponder como ouuer por meu seruiço, e vos emcomendo vos emformeis delas e me aviseis, e assy das pessoas que requerem confirmaçaõ dos aluarás de caualeiro que lhes passou Cosmo de Lafetá na tomada do Morro, que dizem que cada hum por sy naõ pode vir requerer a este Reyno, pera que em vossas cartas me aviseis dos que saõ, e com vosso parecer lhos mandar confirmar. E porque em outra carta minha das que vaõ nestas vias vos escreuo o que ey por bẽm que façaes sobre a alfamdegua que mandey assentar na mesma cidade e desordens que sobre isso cometeraõ os moradores dela, sabereis particularmente se os culpados nisto saõ alguns dos que pedem esta confirmaçaõ, e vos emcomendo procedaes na materia da dita alfamdegua como volo mando pela carta a que nesta me remeto que vos ey por repetida outra vez, e nestas vias irá a copia da carta que escreuo á dita cidade.

XVI. Nas Instruções que leuastes e por outra carta minha destas vias entẽdẽreis o que ey por bẽm que façaes sobre as emformações que tũe de Dom Joaõ Ribeiro, Bispo de Malaca, e que procurasseis de se cobrarem dele dous mil cruzados que dizem que tem em sua mãõ da Bula da Cruzada de que foi Comissario, e por que pela armada do anno atrás tũe huã carta sua na qual me pede licença para se vir para este Reyno, e que possa fazer este caminho per via das Felipinas, e eu lhe mando escrever que depois de mandar renunciaçaõ de seu bispado para lhe poder ir successor lhe mandarei rêsponder a este nouo caminho que intenta, vos emcomendo que depois de tomada emformaçaõ de seu procedimento, como mando que o façaes, me aviseis como

nicação primeira particularmente com o Arcebispo de Goa se lhe deu dar licença para se vir para este Reyno e emuiarlhe sucessor, e para poder vir por via das Filipinas como pretende, para com ella lhe mandar responder em huã cousa e outra como ouuer por mais seruiço de Deos e meu.

XVII. Frei Jeronimo, Commissario geral da Ordem de São Francisco, me escreueo como o Vissoy Matias d'Albuquerque o obrigara a ir reseedir da Ilha de Ceilaõ por os Religiosos de sua Ordem terem a seu cargo a promulgação do Evangelho nela, e que leuantara na mesma Ilha doze Igrejas e Siminarios para que me pede ordinarias e sustentação como as que se dão a outras desse estado, e porque estas como plantas novas deuem ser fauorecidas tanto como todas, vos emcomendo que pelo melhor modo que puder seras fauoreças e ajudeis, pois he obra tanto de minha obrigação, até se lhe ordenar algũa cousa certa na renda da mesma Ilha, que espero que muito cedo esté de todo conquistada e quieta, e para isso o melhor meyo he terse conta com tudo o que toca ao culto deuino. Escrita em Lisboa a 12 de feueiro de 597.

XVIII. Ainda que diga acima que eu mando escrever ao Bispo de Malaca que depois que mandar renunciação de seu bispado pera lhe poder ir sucessor lhe responderey ao que toca a se vir por via das Filipinas, me pareceo depois que em nenhum modo conuinha darse, lhe esta licença nem abrirse este caminho que está cerrado pela defessa que eu d'elle tenho feito, e assi lhe mando escrever que não trate disso porque o não hey por meu seruiço.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissoy da India—2.ª via.

( *No Sobrescripto.* )

Por El Rey.

A Dom. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

( Livro 4.º fl. 770 )

## 244.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu El Rey vos emuo muito sandar, como aquele que amo. Francisco Paes, Pròuedor mór dos contos desse estado, me emuiou hum apontamento de muitas coussas que aehou per hum tombo que fez per meu mandado em Goa que amdauão sonegadas, e que de outras se não pagauão os fóros da obriguacão delas, e que o que nisto minha fazemda perdia importaua mais de hum conto de ouro, e se queixa que o mór valhaconto que as pessoas lá tem pera não serem executados pelo que deuem he a Relação dessas partes a que acodem com petições quando são executados pelos menistros de minha fazenda, em que por seus despachos mamdaão que seiaão tornados a sua posse, e que se minha fazenda tiuer direito contra eles os venha obriguando. que era caminho para numqua se pôr em arrecadação coussa alguma que se deua a minha fazemda pelas dilações e valias que se buscuaão pera se entreterem os negócios desta calidade. pelo que vos mamdo que logo trateis esta materia com o Arcebispo de Goa e oucaes sobre ella o dito Francisco Paes, e vejaes os distos seus apontamentos, de que nestas vias irá a copia e se comuem para milhor arrecadação destas diuidas, e fazemdas sonegadas tratarasse a detriminação e arrecadação delas perante vós e o dito Arcebispo chamamdo para isso o Juiz dos meus feitos, e o Procurador da coroa, e o dito Francisco Paes que correo com este tombo e com todas as dependencias dele, porque em tempo que os Visorreys desse estado me mandaão pedir se lhe emue dinheiro deste Reyno para as despesas das ar-



maças e outras continuas ordinarias e extraordinarias, fica sendo mór a culpa de se perder o que tanto se deue a minha fazenda por cima de não deixar de ser grande a culpa de não se arrecadar ella bem iinda que sobejasse, e parecendo que será meu serviço procedersse na arrecadação destas diuidas breue e sumariamente o fareis e me auisareis para vos mamdar escrever o que nisto ouuer por bem que se mais faça, e vos emcomendo que das lembranças que Francisco Paes vos fizer nas coussas de meu serviço tratéis e o fauoreçais e animeis para que continue com elas.

II. Ha muitos annos que tenho mandado por minhas cartas que não se mamdem Veedores da fazenda para as partes do norte nem do sul, e principalmente para Ormuz, pelo muito prejuizo que disso recebe minha fazenda e despesa emfrutuossa que se faz nos ordenados que leuão estas pessoas, o que tambem já defemdeo o senhor Rey Dom Sebastião meu sobrinho, que Deus tem, e porque sou informado que não se deixaõ de mamdar ás ditas partes, e que vão com nòme de superintendentes que em effeito he o mesmo que Veedores da fazenda, e iinda fica sendo este segundo caso menos desculpavel pois se pode notar nele arteficio contra a defessa, vos mamdo que per nhum caso se faça mais nem por hũa via, nem por outra, e ordeneis como o Veedor da fazenda de Goa vá visstar as fortalezas do norte que são de sua obrigação e fazer nelas os arrendamentos das alfamdegas e outras rendas mendas, e tambem poderá fazer lá os contratos dos gualercês e nauios ligeiros para as armadas, e na ausencia que por esta caussa fizer de Goa emcarregareis do dito cargo pessoa de confiança e partes que ele requiere, e sendo esta seruentia por pouco tempo e diante de vos será de menos incomueniente que ir outra pessoa a esta visita.

III. E porque em Ormuz sou informado que ha cinco annos que está hum superintendente contra o que tenho mandado, e o tempo tem mostrado quão excusado he alem das outras rezcês, pois me escreue o Vissorrey

Matias d'Albuquerque que não tiuera aquelle anno nhum rendimento daquela fortaleza, vos encomendo que alem do que vos mando pelo capitulo atrás vejaes com o Arcebispo e com o Chanceler da Relaçã se será justo que se restituã a minha fazenda os ordenados destes superentendentes dela mal levados pois se emuiaraõ contra minha defessa, e quem he obriguado a esta restetuiçã de que me aqiscareis.

IV. Imformar-noseys como Dom Aluore d'Abranches, procedeo com a não do Melique que me dizem que lho foi entregue com todo o recheio, e se cobrou o Vissorrey Matias d'Albuquerque os quintos dela e meia joia, e porque sou emformado que se ha esta não por injustamente tomada, e se pede o pagamento dela a minha fazenda, vos encomendo que mui particularmente vos informeis deste partiular, e me anisseis de tudo o que achardes, porque em casso que por bem das pazes aja obriguaçã de se restituir esta não com seu recheio se deue fazer pela fazenda de quem a levou e os qintos dela sobre que se faraõ as diligenciãs necessarias conforme a justiça.

V. Francisco de Brito, capitã de Goa, me escreneo que com o dito cargo tinha muitas despesas e lho faltava o pagamento de seus ordenados para as poder suprir e cumprir melhor com suas obriguaçõs em meu serviço pelo que vos encomiendo o seu bom pagamento.

VI. Padronem Pereira, que foi capitã da fortaleza de de Columbo, me escreneo que ele emprestara vinte e quatro mil xarafins para prouimento das despesa daquella fortaleza. e porque sou informado que me tem bem servido na conquista de Ceilaõ o tempo que e tiene nela, posto que Matias da Albuquerque tinha dele outra informaçã, vos encomendo que a tomeis, e não vos constando cousa que encontre terreo com ele contr. procedaes com ele conforme ao que achardes, e verificandose a dita diuida e apresentandono papeis antientios dela lha façaes pagar.

VII. Dom Diogo Lobo, capitã que foi de Malaca,

me escreueo que muitas vezes acontecia aos galeões da carreira de Maluco não tornarem no tempo de sua viagem por lhe falecerem os pilotos que feroão ou serem tão modernos que não sabem a dita carreira, de que resulta perderem-se muitas vezes os ditos galeões e que seria de muita utilidade para aquellas viagens irem nelles sota pilotos para quando acontecesse morrerem os pilotos, e que tambem serviria isto de se acharem mais pilotos para ellas; pelo que vos emcomendo que nisto façaes o que achardes que mais couvenha.

VIII. Os desembargadores da Rolação de Goa se me queixaraõ por huã carta sua que o Vissorrey Matias d'Albuquerque lhe tinha feitas muitas afrontas, sendo a causa principal disso por lhe duuidarem alguãs promissoes que passou em perjuizo de minha fazenda, tendo eu mandado por huã provissaõ minha que não assistissem na Rolação os Vissorreys e Governadores no tempo em que se tratasse das duuidas das ditas promissoes só pena de pagarem por suas fazendas o dano que minha fazenda por isso recebesse ou as partés, e por esta materia ser de muita consideração, porque imda comoõrre nela mais que injustiça e perda de fazenda (que não são pequenas cousas) para hum Vissorrey se aver por mui culpado quando se lhe prouasse tão desaduertido procedimento que imda não acabo de crer, vos emcomendo e mando que tal seia o vosso que nem com emformação não verdadeira se possa dizer isto de vós, e que aos ditos desembargadores respeitês e fauoreçaes como a pessoas por quem corre a administração da justiça desse estado, e lhes mandês pagar seus ordenados em parte omde sem trabalho e dilacão ajaõ deles pagamento pelo imcomueniente de que he correr isto ao contrario, e por este respeito se desculparem de buscar o remedio com pouca autoridade e muito risco da justiça; e de o assi fazerdes me averey por bem seruido de vós.

IX. O Licenciado Lopo Alures de Moura, Ouvidor geral nessas partes, me escreueo como Dom Diogo Lobo, capitão que foi de Malaca, e Dom Manuel Pereira, ca-

pitã que foi de Baçaim, e Rui Diaz da Cunha, que foi capitão de Maluco, e Nuno Fernandez de Taide, capitão que foi de Manar, não tinhão dado suas residencias, e se tinha usado nelas de alguã cautelas contra o bem da justiça e verdade delas; encomendouos que vos informeis dele desta e de outras cousas que poderá apontar para libardades o remedio que comuein.

X. Também me diz que o Rey das Ilhas e seu irmão D.ªm. Pedro posto que andaraõ muito tempo impunham do seu litramento dizendo que os Reys e pessoas de sua qualidade se não litraraõ tinhão seus feitos em termos para se sentencarem, e por ser informado que não procedem bem, e que para isso se tornaraõ para Cochim onde são moradores, vos encomendo os façaes entreter em Goa onde estaraõ mais quietos e podereis mais facilmente ordenar que procedaõ em sua vida e costumes como he rezaõ.

XI. E porque também me escreue que de Dom Pedro de Sossa, capitão de Gofala e Moçambique, se queixaõ os moradores daquelas fortalezas, e vnde nelas mortes causadas por Dom Francisco seu filho, que he caso a que se deve dar o castigo que conuein, vos encomendo que assy o façaes e mandeis deussar dele, e até não ser sentenciado pay e filho lhe não dais licença para se virem para este Reyno.

XII. Por huã carta do Bispo de Japsõ entendi que posto que o Visorrey Mathias d'Albuquerque trabalhasse por atallar o comercio dos Castelhanos nas partes da China passado para isso promissoes, se não goardaraõ pelos officiaes da justiça serem nisto remissoes, pelo que vos encomendo que façaes inteiramente goardar se que sobre esta matyria tenho passada para que de tudo se evite este comercio que também tenho mandado defender nas Philipidas como per Instrukçõs e cartas minhas o tereis entendido, e fardis scendis a muitas doordens que ha naquelas partes nos moradores de Macã e capitão das viagens de que mando escrever ao Bispo vos dê informaçaõ para com ela properdes em todas estas cousas como a talidade delas o pede.

XIII. E tambem vos encomendo ordeneis que se não consinta entrarem por via das mesmas Felipinas nhũs Religiosos Castelhanos, nem Portugesses, nem de outra qualqer nação, para se occuparem na conuersão da China e Japão, porque não conuem que se perturbe a que vão fazendo os Religiosos da Companhia, e neste tempo em que o tirano Cabucandono tem as cousas da cristandade oprimidas, e quando pelo tempo em diante for necessario entrarem naquelas partes de Japão alguns Religiosos para se ajudarem hũs aos outros, se dará ordem como vão a isto os Religiosos Franciscanos da Custodia de Malaca.

XIV, Mateus Mendez de Vasconcelos, capitão da fortaleza de Mombaça e costa de Melinde, me emuiou a traça da mesma fortaleza com huã carta sua, e por ella vy como estava acabada da obra de pedreiros e em tão bom estado como tereis sabido, e que tinha a alfamdegua que se pôs naquella fortaleza remdido cinco mil pardões até aquele tempo; e assy me escreue que ElRey de Melinde ajudou com todos seus vassallos na dita obra com muita continuação e cuidado, e que assy nisto como em todas as mais cousas de meu serviço procedia com muita satisfação, que lhe mando agradecer pelo mesmo Mateus Mendez, e a ele que vos dê muito largua emformação de todas estas cousas, e de como os Reys vinhos e os daquela costa estão todos quietos como me tambem escreue pera de todo a terdes e prouerdes no que vos parecer que he necessario; e a ElRey de Melinde mandareis agradecer em meu nome seu bom procedimento nas cousas de meu serviço, e como vos encomendo que se tenha sempre com ele a conta que merece, e a tereis também com Mateus Mendez por me ter bem servido assy nesta fortaleza como nas cousas daquela costa de que foi encarregado. Escrita em Lisboa a 13 de Fevereiro de 597.

REY.

Miguel de Moura.

mirante e Visorrey da Índia, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 381)

## 243.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos esmuito muito saudar, como aquele que amo. O Principe de Cochim me esmuito com carta sua luns' apontamentos de alguas cousas que se ofrece fazer depois de suceder naquelle Reyno, que todas são de muito serviço de Deos e meu, de que vos terá dado conta Dom Antonio de Noronha, capitão de Cochim, com quem vos mandey que tratasseis a fortificação da mesma cidade, cuja pratica corria entre o dito Principe e elle e Jorge de Castro, Rector do Collegio daquela cidade, e o dito Dom Antonio me escreve que ElRey de Cochim com alguã sospeita do zelo que este Principe mostra em meu serviço o suspendeo do governo daquelle Reyno em que o tinha posto, de que me pesou por tudo, e principalmente porque seria de grande inconveniente espiarmos a pratica da fortificação que he de tamanha importancia como tendes entendido para me eu aver por muita servida de se ir continuando até se acabar sem tão bom successo como espero, mormente interuindo vós em cousa tão necessaria e de tanto meu contentamento para folgardes e procurardes que em vosso tempo aja effecto, na qual dareis todo o fauor e ajuda aos ditos Dom Antonio e Jorge de Castro com quem a communicareis, e eu mando responder nestas vias ao Principe, e por seu respeito ouue por bem de fazer merces de cem pardãos de tença cada anno a hum Jacob cristão de Santhomé em quanto o servisse e acompanhasse com intento tambem de o dito Jacob o ir alumiando nas cousas de nossa santa fee, e assy nas que forem de meu serviço e beneficio desse estado: e porque o dito Principe me pede faça alguã merce a Baltassar de Soussa, capitão de Cranganor, ouue por bem

vos dá particular emformação que está de que for necessario daqui em diante, porque o passado tereis bem sabido e posto nisso o remedio necessario ouuindo tambem Dom Antonio de Noronha que seria bom que corresse em boa conformidade com Francisco de Frias, aduertindonos que não aconteça aver tãbem entre eles diferenças; hum por parte d'ElRey de Cochim, e outro pola do Principe, que se asy fosse seria fumentar-se mais o descontentamento dos dous irmãos, Rey e Princepe: pelo que vos emcomendo que procureis tudo isto no melhor modo que puder ser, e que tambem por bom modo deis a entender a ElRey de Cochim por quaõ desser-nido me auerbi de lo tratar mal os seus vassallos que se convertem á nossa santa fé, como sou informado que o faz, sabendo ele que a recompensa e aumento dela he a concessão de mais obrigação minha, e que em todos os annos lhe emcomendo, como agora tambem o faço, e que se lembre que me escreveo muitas vezes que tem cuidado de favorecer e ajudar os mesmos cristãos, e na não Sanct. Rantaliã, que é o rio deste Reyno o anno passado, naõ tive carta sua como lho digo na que lho ora escreuo, de que vos vay a copia nestas vias, e do que sobre estas cousas fizerdes me avisareis.

III. Tambem me diz que será de meu servico mandar que no tempo em que os náos uem para este Reyno e estiuarem á carga na barra de Cochim não entre nhuã dos armadas desse estado na dito porto pelos inconvenientes que apontou que já tereis sabido por quaõ notorios são, de que tambem lhe mandey vos desse conta para em tanto proubriles como virdes que comuem a meu servico.

IV. Por outra carta minha vos trato da ystoria dessas partes de que está emcarreguado hum Diogo do Couto, de Goa, de cujo talento para isto vos mando que tomeis nova emformação e me aviseis, e vindo agora huã carta e apontamentos seus sobre a mesma matetia como por meu servico emularuolos para verdes

Tudo e prouderdes no que comprir (a), e me avissardes do que for necessario que eu de ca mande que se faça e em caso que acheis o dito Diogo do Conto capaz disto de que esta emcarregado lhe dareis pera isso todo o favor e ajuda, e lhe direis como vy a sua carta e lembranças e o remeti a vós para nisso prouderdes, e que para o asy fazerdes vos dê conta do mais que for necessario, e que tambem me poderá fazer as lembranças que vir que conuem.

V O Prorincial da Companhia dessas partes me emalou dizer que aos Religiosos que residem na casa que tem em Damaõ se daua cada dia á cusia de minha fazenda seis tangas larins, e que estimeraõ nesta posse até o anno de 92 em que o VissoRey Matias de Albuquerque mandou que estas tangas fossem da moeda da cidade de Goa, e que com esta mudança ficauaõ com menos ametade da sua ordinaria, pediandome lhe mandase fazer o dito pagamento na moeda em que sempre se lhe fez, pelo que vos encomendo vos emformeis particularmente desta materia ouuindo nela os ditos Religiosos, e constandouos que tem justiça no que pedem ordeneis como se lhe faça.

VI. Sou informado que a remda dos caualos que vem da fortaleza de Ormuz a Goa está em tamanha diminuição que não importa a 4.ª parte do que os annos passados remdia pelas grandes sem rezões que o corrector mór dos caualos de Ormuz faz aos mercadores mouros que os trazem da Persia assy nos interesses que forçossamente lhe leua como em outras extroções que lhe faz, tomandolhe os millores caualos que quer para sy e para outras pessoas, obriguando que os embarquem para Goa em nauios pequenos de amigos, deixando outros muitos em que podem vir repartidos, e que por virem muito apertados e não poderem trazer o mantimento e agoa necessaria para elles morrem na viagem, de que re-

---

(\*) Estas apontamentos não chegaram até nós.



sulta. não virem já de Ormuz a cantidade de caualos que dantes vinha a Goa, e leuaremos os ditos mercadores por terra aos Reynos e lugares donde os vinhão buscar a ela. como mais largamente vereis pelos apontamentos que sobre isso me foraõ dados; e porque a principal occasiaõ disto he dar ElRey d'Ormuz este officio a monros seus criados, o prouí em Francisco Velho que faleceo seruiudo de Capitaõ da fortaleza de Mascate, e por seu falecimento ouue por bem de fazer merce dele a huã sua filha para seu casamento; encomendouos que vejaes os ditos apontamentos, e vos emformaeis particularmente disto, e constandouos que he assy o que se neles aponta, deis o remedio necessario a estas cousas, e não consintaeis que daquy em diante sirua mouro nhum este cargo senão Portuguez, e saluãdo os prouidos por mim prouereis nele pessoas de partes e talento de que se espera o comprimento de meu seruico e que faça justicia a estes mercadores e bom tratamento. e de tudo que nisto fizerdes me avissareis. Escrita em Lisboa a 15 de feuerreira de 592.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante VisoRey da India—2.ª via.

( No Sobrescripto )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho—Segunda via.

( Livro 2.º f. 367.)

---

*Copia de huns apontamentos sobre os caualos  
que vem de Ormuz.*

Como toda a venda e compra de caualos em Ormuz e fretamento deles para a India corre somente pelo cor-

retor mór dos caualos He grande prejuizo dos mercadores e da fazenda de Sua Magestade prouer ElRey d'Urmuz este cargo polas tiranias que lã fazem aos mercadores, de que uem naõ quererem já trazer os caualos qua por nessa via, e os trazem por outra.

De todos os caualos que em Urmuz se uendem e compraõ alem daquillo que o corretor mór disse leua de ordenança aos mercadores lhes leuaõ muitos outros interesses forçosamente, no que os agrauaõ muito.

De todos os que se uendem e compraõ aos corretores pequenos, ou as partes entre sy de fôrta se consertaõ, quando diso naõ dar conta ao corrector mór e escrever os caualos no liuro como he custume, torna a remouer os preasos e acrescentando aos que compraõ e diminuindo aos que uendem e tomando pera sy tudo o que maes acrescenta a hũs e demenne aos outros, que lhe fica na maõ ao fazer dos pagamentos, porque tambem correm por ele.

Todos os caualos que o corretor mór compra pera sy ou pera quem ele quer, que muitos os toma aos mercadores forçosamente pelos preços que quer, e o pagamento lhe faz em roupas e outras fuzendas em muito maes do que ualera, no que perdem muito.

Como todos os caualos uem d'Urmuz fretados pelo corretor mór nos navios a quem ele os quer dar auendos de repartir por todos os que estaõ no portto e pelos melhores como he necessario por os caualos poderem uir largos e bem tratados por naõ morrerem no mar, e fretados a dez pardãos, os dá somente a alguns partticulares fretados a trinta. onde por hirem muitos em poucos navios muito apertados e lhes saltar tambem por isso agna e o comer na viagem morrem muitos no mar e outros vem qua morrer a terra, e muitas vezes acontece pelos taes navios virem asy pesados e mal negociados perderemse lá na costa e qua nesta os tomar os Malanages uindo todos os maes navios vazios e às uezes os melhores.

He certo que por estes e outros agrauos e tiranias que

os corretores no tempo destte Rey fazem os mercadores não querem já trazer os caualos por nossa via por onde sempre uieraõ e os trazem agora da Persia por terra muitos mezes de caminho muito arriscado e trabalhosso por onde numqua vieraõ caualos, e asy os querem antes per lá trazer, e uem a todos estes reinos do Baloguate nosos vesinhos que numqua tiueraõ caualos arabios senaõ por esta via d'Urmuz e deste estado, donde se os VisosReys não queriaõ que lhes fossem lhes não hiaõ, e em sua mão estana a chaue deles.

Vinhaõ cadanno d'Urmuz darredor de dous mile e quinhentos caualos, e remdiaõ os direitos deles nesta cidade pasamte de cemto e vinte mil cruzados, (a) o melhor dinheiro que este estado tinha, e não chegua agnora o rendimento destes a des mil xerafins (b), nem os caualos que uem cheguam a trezentos. Cada vez uem menos e perde a fazenda de Sua Magestade nessa quebra que tiuemos pasamte de cem mil pardãos por anno afora q que tambem perdem as alfandegas, principalmente a de Urmuz e deste estado no retorno do dinheiro dos caualos que hera muito empreguado em roupa e outras fazendas que pera lá tornauaõ.

Pelo gramde prejuizo que hera á fazenda de Sua Magestade seruirem mouros em Urmuz estes cargos que tocaõ a ela os proueo já quasi todos Sua Magestade, e de pouco pera qua se proueo o de corretor mór das fazendas em Simiaõ Antunes da Costa, e a guarda do Bandel da outra banda em João de Coadros sem embargo da data deles ser do Rey d'Urmuz, e muito mais emporta á fazenda de Sua Magestade e credito deste estado este só cargo dos caualos prouelo Sua Magestade e o não seruirem mouros, do que emportaõ todos os outros juntos que lhe já sam tirados,

( Livro 1.º fl. 169 )

---

(a) Assim diz, mas parece que deve ser pardãos.

(b) Puzemos xerafins, porque com evidente erro está na copia reis (rs).

## 246.

Conde Almirante, Visso Rey amigo. Eu ElRey vos em-  
 nio muito saudar, como aquêlê que amo. Em huã das car-  
 tas que vos escreuo nestas vias de 12 do presente vos  
 mando que trateis com o Arcebispo de Goa e Prelados  
 das Religioes e tambem com o Bispo de Cochim se com-  
 nẽm ou naõ aver mosteiro de freiras nessas partes e que  
 depois o propoñhaes em conselho, e do que parecer me  
 avisseis com as rezoẽs que se derem para o aver de com-  
 teder ou negar; e agora vos encomendo que tambem tra-  
 teis com todas as ditas pessoas se será melhor ordena-  
 remse cassas de recolhimento para donzelas em quanto  
 naõ cassarem (como a ha em Lisboa) e para mulheres  
 cassadas na ausencia de seus maridos, de que outrossy  
 me auissareis, sem em huã cousa e outra se dar nadã  
 a execuçaõ até terdes minha resposta do que ouuer por  
 bem que faça.

II. Sobre irem orfãos deste Reyno para essas partes,  
 como sempre se costumou, ou deixarem de ir por  
 lá aver outras de pessoas de serviço que ficão desem-  
 paradas; ha diferentes pareceres, e do que nisso oulter por  
 serviço de Deos e meu que se faça nos mandarey avissar  
 por outra carta, e por esta me pareceo declararũa logo  
 que nem por item de cá orfãos se deve impedir aos Vis-  
 ttreys casarem os nascidos nesse estado semho pessoas  
 de calidade e taõ desemparadas que naõ tenham outro  
 remedio, e dareinhe em casamento os despachos que  
 conforme a meus Regimentos e promissoes lhes podem  
 dar, pelo que vos encomendo que assy o façaes advertin-  
 douos muito nesta limitaçaõ de meus Regimentos e pro-  
 missoes, que sou informado que ás vezes se excedem, que  
 he a causa de eu naõ mandar confirmar as ditas mer-  
 ces ao todo como se prometem, e tambem vos constará  
 serem as ditas orfãos nobres e desemparadas, como dito  
 he, e filhas de criados meus, e de outros homens que  
 me taphaõ bem servido nesse estado, e as mesmas aduer-  
 tencias tereis nas orfãos que de cá forem avendo eu

por meu serviço que vão e levando cartas minhas por que vos conste que ey por bem que entrem nestas mercês que assy podereis dar pelo modo acima dito.

III. A cidade de Goase me queixa de ás vezes lhe não serem dadas minhas cartas e muitas vezes não receberem mais que huã via delas mandandolhe eu sempre escrever por tres vias; emcomendouos que façaes ter com isso a conta que he rezaõ aduertindo disso o Secretario desse estado, e que o mesmo se faça com todas as outras cidades e pessoas a que eu escrever, e quando vos paracer meu serviço emtemderdes o que eu escreuo em alguã carta de que esqueoesse irnos a copia, a podereis mandar pedir a cuja for ou abrides huã via e emuiardela assy aberta dizendo a causa por que o fizestes, mas não se deixem de dar as cartas nem via alguã delas a quem vão.

IV O Ouvidor de Malaca Pedralures de Abrantes me escreueo por carta de 20 de feueireiro de 95 o que o Licenciado Diogo Caiado passou em Malaca sobre a materia dos direitos das saídas para a costa de Choramandel, e eu lhe mando escrever que para saber o que nisto conuem a meu serviço será necessario que me escreuaes vós, a quem deue ter dada esta conta, e em caso que o não tenha feito vos aviesse de tudo muito particularmente; deueis saber de ambos estes latrados e por outras emformações o que passa, e prouerdes como vos paracer que conuem, e auissardes-me de tudo.

V. Sou informado que os Vissoreis mandaõ alguãs vezes ou cassi sempre comprar para meus almazens ou para outras obrigações de minha fazenda vinhos e azeites aos capitaes móres e capitaes que de qua vão, quer os ditos vinhos e azeites sejaõ bons ou máos, pelo que vos emcomendo que não mandeis, nem premitaes que se faça isto assy. Escrita em Lisboa a 22 de feueireiro de 97.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India—2.º via;

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

( Livro 4.º fl. 754 )

## 247.

Conde VisoRey amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Pera alguãs cousas de meu serviço são necessarios alguns diamantes da quantidade e sorte que vereis por huã relaçaõ que irá com esta assinada por Pero Aluares Pereira, do meu conselho e meu secretario; encomendouos muito que ordeneis que se comprem á custa de minha fazenda do rendimento desse estado, e que venhaõ' nestas náos a bom recado, porque disso me hauerey por muy seruido. Escrita em Madrid a 24 de feueireiro 1597.

REY.

Pera o Conde da Vidigueira, VisoRey da India—1.º via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante da India, seu VisoRey della, do seu conselho.—2.º via.

( Livro 2.º fl. 385 )

### *Relaçãõ.*

Os diamantes que he necessario que se tragaõ da India pera obras do serviço de Sua Magestade são os seguintes.

Duzentos diamantes que laurados fiquem de peso de quilate até tres graões.

Maes setenta diamantes que laurados fiquem de peso de quilate e meo.

Maes doze diamantes que laurados fiquem de peso de dous quilates e meo, e de tres quilates.

E hade ser esta pedraria grossa pera diamantes de fundo, e pode vir toda por laurar, porque quase laurará, e em caso que não se achasse de por sy toda de fundo, sendo de mistura com delgada ou de outra sorte, podemos tomar partidas della de que se possaõ tirar este grosso, ainda que haja nellas delgada e de outra sorte, porque o outro se poderá vender qua, porem hade ser tudo limpo e de boa cor, sem pontos nem raias. Em Madrid a 17 de março de 1597.—*Pedraluares Pereira.*

(Livro 2.º fl. 386.)

## 248.

Conde Almirante, Visse Rey amigo. Eu El Rey vos emnio muito sandar, como aquele que amo. O Arcebispo Dom Frei Aleixo de Meneses me escreueo que por os dous mil pardãos, que todos os annos se costumão tirar de minha fazenda para os vestidos que se dão aos gentios que recebem nossa santa fee quando se baptisam se darem quando se fazem bautismos geraes acontencia por esta dilacão tornarem atrás muitos dos que estanaõ despostos para o recebetem, e uendo camanho inconveniente he não se baptisarem tanto que estaõ despostos para isso, vos encomendo e mando que deis ordem como estes dous mil pardãos se entregem ao Arcebispo, e por sua ordem se desperdaõ nos vestidos dos que se baptisarem sem esperarem pelos bautismos geraes, e que isto se goarde emmentes ele residir naquella prelazia como lho mando escrever, de quem tambem o sabereis

II. Tambem me diz que por via d'Alexandria se poderia mandar aos cristãos que estaõ no Preste algum socorro por nessas partes estarem os caminhos serrados para

te oíficio, e por ter entendido que per ordem do Santo Padre se poderá isto milhor e mais faoilmente fazer, lho escreporey, e vos mandarey aviesar do que nesta materia se fizer, o que tambem escreuo ao Arcebispo.

III. Em cartas minhas que vos apresentaraõ alguãs pessoas em seu fauor segireis a ordem de que ja dñeis estar aduertido, que naõ he minha tençaõ que por elas exceda o dito fauor ao merecimento de cada hum, mas que nisso tenhaes conta assy com o seruiço como com as merces recebidas, e tambem vos aduertireis que os officios que conforme a minhas provissoẽs pedereis dar ás orfãs que deste Reino forem por vossu mandado da cassa das orfãs de Lisboa pera cessarem nessas partes, se naõ pratique com outras orfãs que de qua vaõ iinda que leuem cartas minhas, saluo se nelas se especificar que seiaõ reguladas pelas que ounerem sido recolhidas na dita cassa das orfãs.

IV. Nestas vias vay huã prouissãõ que por alguãs emformaçoẽs que tiue me pareceo mandar passar para os meus Visorreyes e Gouernadores desse estado naõ poderem perdoar nem despensar, excetuar, nem interpretar nada sobre a ley dos desafios, na qual vereis os respeitos que a isto me mōneraõ, pelos quais vos torno a mandar por esta carta que a cumpraes inteiramente e me escreuaes todos os annos o que nisto fazeis em vosso tempo; e posto que a dita ley se emuiou a essas partes logo como a fiz, e foi em todas as naõs hum volume grande da impreçaõ que se dela fez, vay agora outro.

V. Por o anno passado de 96 naõ vyr dessas partes mais que a naõ São Paulatiao naõ vaõ deste Reino este anno presente mais que tres naõs, pelo que vos mando per outra carta que se armela outra naõ pera a qual vaõ já de cá os oíficiaes e marinheiros que nela haõ de vir, como vereis por hum rol feito por Vasco Fernandes Cessar, "rouedor da meus almozars e armadas, o qual se comprirá inteiramente para que venhaõ na dite naõ as pessoas contendas nele sem embargo de quaiquer regi-



mentas e contratos que aja em contrario. Escrita em Lisboa ao primeiro de Março de 597.

VI. Não vão orfãos nestas náos por serem poucas e pequenas e saltarem gasalhados, mas tenho mandado que vão de cá conforme ao que sempre se costumou.

VII. E dos ditos dous mil pardãos que se haõ de dar pera vestidos dos que se baptizaõ se fará recepta e despesa em titulo separado no livro do thesoureiro de Goa, e se despenderaõ e leuaraõ em conta per mandados do Arcebispo.

REY.

Niguel de Moura.

Pera o Conde Vissorrey.—2.º via. (*sic*)

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho.—Primeira via.

( Livro 2.º fl. 359 )

249.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que sendo eu informado que nas partes da India se não acaba de entender bem a obrigaçã que meus vassallos que nellas me seruem tem a imuiellavelmente guardarẽ minhas leis e ordenaçõs sobre os dessaffios, sendo este caso da importancia que tenho mandado declarar pella noua lei feita em sete dias do mes de outubro de mil e quinhentos oitenta e noue que mandey que se publicasse assi neste Reino como nas ditas partes, e em todas as outras do senherio e conquista dellas, e lembrandosse quanto conuinha pronerse nisto com muito mais rignor, me pareceo todavia que estaua tudo bastantemente prouido na ditta noua ley, e que somente se denia ordenar o cumprimento della inteiramente. pollo que mando exprecamente ao meu Vissorrey ou Governador, que hora

he e ao diante for, do dito estado que elle não perdoe aos culpados nos dittos dessaffios por nhũ caso que seia, nem dispense com elles em modo algum pera poderem entrar em cargos em que seiaõ prouidos, porque a minha tençaõ e nontade he que a ditta ley se cumpra á letra sem perdaõ, dispensaçõ, exceiçaõ, nem interpretaçaõ alguã, e em toda a pessoa de qualquer callydade e condiçaõ que seia, e que o ditto meu Vissorrey ou Gouernador não possa nestes casos ter poder algum, posto que pera tudo lho eu tenho concedido taõ larguo como ho tem por minha patente; e esta prouissãõ se publicará na Rellaçaõ e Chancellaria das dittas partes, e se registará nos liuros das dittas casas, e em todas as cidades e fortallezas do estado, e a propria estará na Sacreteria delle, e vallerá como carta comessada em meu nome e pasada per minha chancelaria posto que por ella não passe sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem. André Pereira o fez em Lisboa ao primeiro de março de mil e quinhentos noventa e sette. E eu o Secretário Diogo Velho a fiz escrever.

REY.

Miguel de Moura.

Prouissãõ sobre se não poder na India perdoar, dispensar, exciutar, nem interpretar nada sobre a ley dos dessaffios.

Pera Vossa Magestade ver.—3.º via.

.(Livro I.º fl. 80)

250

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu el'Rey vos enuo muito sandar, como aquele que amo. Em huã carta minha que vay nestas vias (com data das priuneiras) vos escreuo as causas e impedimentos por onde não puderãõ ir este anno mais náos nem mais gente e coustas outras pera esse estado como quissera e tinha mandado que se

enuiassem, e taõbem se trataua de irem algũs fidalgos e pessoas de callidade que inda seriaõ mais necessarias nessas partes que gente comum, que naõ faltára se estas tres náos foraõ capazes de a leuar, mas nem isto pode por ora ser; e fica em lembrança pera desagora se tratar, e com este principio dado logo estar mais certo o effeito pera seu tempo que seria o anno que vem, prazendo a Deos, ou antes disso auendo de ir carauelas no ipuerno, em que se procederá conforme ao aviso que tiuer antes disso nas náos em que fostes, de que me pareceo avissarvos pera entenderdes o que he passado neste ponto, e o que nelle ey por meu seruiço que se faça. Escrita em Lisboa a bj de março de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde VisoRey da India—2.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dòm Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho—Segunda via.

( Livro 2.º fl. 369 )

251.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos enuo muito saudar, como aquele que amo. Tenho bem entendido per informações certas e experiencia de muitos annos que he materia fora de toda duuida que por tres causas principalmente (naõ tratando da permissaõ diuina e ocultos juizos de Deos) se perdem as naos da carreira da India acontecendo isto mais á vinda que é ida, naõ sera gente da nauegacão qual conuem, virem sobejamente carregadas de fazendas de partes, e partirem tarde; e tudo isto procede de se naõ guardarem inteira

mente meus Regimentos antigos e modernos, que posto que inda tenhaõ necessidade de se reformar ( como se fará ) muito mais necessaria he a reformaçaõ na pouca ou casy nhuã execuçaõ que nos que saõ já feitos fazem meus ministros, que se naõ podem escussar de nisto naõ cumprir com sua obrigaçaõ; na primeira parte da gente tenho mandado fazer particulares diligencias neste Reino, e avendosse de nomear nessas partes alguns marinheiros pera as náos que pera cá vierem por lhe faltarem, ordenareis que sejaõ os mais suficientes que se acharem, e que na carga e partida delas se guardem infalivelmente meus Regimentos, e isto, tudo vos mando taõ expressamente como se esta clausula fora posta na vossa menagem e juramento, e assy avey que disto vola ey por tomada, e ao Veedor da fazenda de Cochim avissareis do que nisto hade fazer enviandolhe a copia desta carta com a vossa porque eu lhe escreuo remetendome a vós, e entenda que a culpa que nisto tiver ( que eu naõ creio ) naõ ha de ter desculpa com os ministros seus inferiores, pois tudo está á sua conta, e que conforme á boa ou má que der eyde mandar proceder com elle, e que folgarey que seja com me aver delle por bem servido, e naõ com o rigor, que naõ poderá deixar de se executar sem remissaõ alguma em quem o merecer. Escrita em Lisboa a bj de março de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, VisoRey da India.—2.º via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e VisoRey da India, do seu conselho.—Segunda via.

( Livro 2.º ff. 377 )

## 252.

Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que por algũs respeitoz que me a isso mouem e por folgar de fazer merce aos christãos nouamente conuertidos das terras de Salcete de Goa, e por mo elles iambem pedirem, ey por bem e me praz de lha fazer que naõ paguem dizimos por tempo de quinze annos mais alem do tempo per que lhe já concedy esta merce, os quaes quinze annos começaraõ de correr do dia em que se acabarem os derradeiros della; pello que mando ao meu VisoRey ou Governador das partes da India, que ora he e ao diante for, e ao Vedor de minha fazenda, e a quaesquer outros officiaes asy de justiça como da fazenda em ellas, a que este aluará for mostrado e o conhecimento delle pertencer que o cumprão, guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar como se nelle contém; o qual ey por bem que valha como carta, e que naõ passe pella chancelaria sem embargo das Ordenações em contrario, e este se lhes passou por tres vias de que esta he a segunda, cumprido hum o outro naõ averá effeito. Belchior Pinto o fez em Lisboa a sete de março de quinhentos nouenta e sete. Janalvarez Soares o fez escrever

REY

Pero Guedes.

Aluará per que Vossa Magestade ha por bem pellos respeitoz acima declarados de fazer merce aos Christãos nouamente conuertidos das terras de Salcete de Goa que naõ paguem dizimos por tempo de quinze annos mais alem do tempo per que lhe já concedeo esta merce, os quaes quinze annos começaraõ de correr do dia em que se acabarem os derradeiros della, como acima he declarado, e que este valha como carta, e que naõ passe pela Chancelaria, e vay por tres vias de que esta he a segunda.

( Livro 1.º fl. 78 )

## 253.

Conde Almirante, Visorey amigo. Eu ElRey vos enio muito sandar, como aquelle que amo. He de tanta importancia vir dessas partes a mais pimenta que puder ser, e que nunca seja menos de vinte até trinta mil quintaes, mormente quando ha tantos annos que a este Reino chega taõ pouca sendo taõ necessaria esta carga para as necessidades de la e de qua, que me pareceo alem do que vos escreno per outras cartas nestas náos (sobre auerdes alguã e pollo menos alguã que venha com carga em companhia destas tres que agora vaõ) que disso uos deuia auisar por terra (como já o tenho mandado fazer) para que quando estas náos embora lá chegarem possais já ter o auiso e buscado este remedio, e por certo tenho de vós que inda que o dito auiso nos não seja chegado vencereis a difficuldade do tempo com o vosso particular cuidado e extraordinaria diligencia que conuem que ponhais em materia taõ importante e necessaria como vedes, e posto que bastaua a mesma importancia e a propria necessidade para conforme a ella procederdes nisto, uolo quis dizer tantas vezes por demonstração de por quam bem seruido me auerey de vós neste particular em que tenho muita confiança que fareis mais que o possivel. Escrita em Lisboa a 8 de março de 1597.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Visorey—2.º via.

*(.No Sobrescripto)*

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho—Segunda via.

( Livro 2.º fl. 383 )

## .254

Conde Almirante, Vissorrey afigo Eu ElRey vos emulo muito saudar, com aquele que amo. Nas cartas que vaõ nestas vias voõ digo que posto que os annos passados me resoluy em naõ aver Mosteiro de freiras nessas partes, o tornasséis a praticar pela muita instancia que de nouo se me delas agora fazia sobre este particular, e que tambem praticasseis com o Arcebispo de Goa, Bispo de Cochim, e Prelados das Religioes se seria melhor ordenar-se casa de Recolhimento para donzelas em quanto naõ cassarem, como ha em Lisboa, e para mulheres cassadas nas ausencias de seus maridos, de que me avissarieys, sem em huã cousa e outra se dár nada a execuçaõ até terdes minha resposta do que eu ouvesse por bem que se fizesse; e porque este modo de Recolhimento parece mais conveniente que Mosteiro de freiras, me pareceo tornaruos a declarar nesta carta que em caso que com parecer dos ditos Prelados e Pro-uincias resoluas como em materia fóra de duvida que se deue tratar do dito Recolhimento para donzelas e mulheres cassadas com maridos ausentes, o comecels a pôr logo em effeito escreuendome particularmente o que a todos nisto pareceo. Escrita em Lisboa a 15 de Março de 97.

REY.

Miguel de Moura

Para o Conde Vissorrey—2.<sup>a</sup> via.*(No Sobrescripto)*

Por ElRey.

A Dpm Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 365 )

## 255.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emnio muito sandar, como aquele que amo. Este anno não oune despacho de petições da India emtendendo que asy conuinha a meu serviço e a bem das mesmas partes por não serem prouidos de coussas que lhe entraõ tão tarde como elles dizem, e todavia quissera mandar responder a alguãs pessoas que nessas partes me andaõ servindo, e por as suas petições requererem mais diligencias que as que nelas estauão feitas, e o tempo ser tão breue, me pareceo que se faria isto melhor o anno que vem em que terey lembrança de lhes mandar responder emuiandouos os seus despachos ou repostas conforme ao merecimento de cada hum em carta minha para lá lhas dardes, e asy o direis a todos os que pretenderem merces por seus serviços sendo eles da calidade e annos que requerem para serem admitidas suas petições, comessando principalmente este officio pelos fidalgos e pessoas de merecimento a que direis de minha parte que o teraõ ante mim vemtejado quando eu souber por vossas cartas que deixaõ de vir requerer por ficarem continuando os mesmos serviços, e em particular q direis as pessoas de que vos avissará o Secretario Diogo Velho que já cá tem suas petições; e emcomendouos muito que de todos me façaes sempre lembrança e vejaes as petições daqueles que volas lá apresentarem na forma em que de qua o leuastes pela Instrução que sobre isto vos mamdey dar. Escrita em Lisboa a 15 de Março de 597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Vissorrey—2.º via.



( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

( Livro 2.º fl. 375 )

256.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos enuo muito sandar, como aquele que amo. Os capitaes destas naos leuaõ Instrukções minhas particulares agora o Regimento geral da viagem, como taõbem as leuaõ os capitaes das naos em que fostes, e vollo mandey dar pera a ida e pera ussar delle á vinda o Vissorrey Matias de Albuquerque ou quem viesse por capitão mór das ditas naos; e porque nas ditas Instrukções me remetto no ponto da Ilha de Santa Ilena á ordem que avejs de dar aos ditos capitaes, me pareceo escreneruos por esta queey por meu serviço que seja a mesma que pelas Instrukções que leuastes (que foraõ por vias em todas as naos) vos mandey que desseis aos capitaes dellas; que em sustancia he tomarem a dita Ilha de Santa Ilena e esperarem nella huys per outras até fim de mayo. Escrita em Lisboa a 22 de março de 597

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Vissorrey—2.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho.—Segunda via.

( Livro 3.º fl. 373 )

## 257

Conde Almitanté, Visorey amigo. Eu ElRey vos em-  
uito muito saudar, como aquelle que amo. Nestas vias vos  
mando escrever e taõbem por terra o tenho feyto quanto  
convem a meu serviço averdes nestas partes algũa naos,  
e pello menos una que em companhia das tres que hora  
vão venha a este Reino com carga de pimenta, e tenho  
por enfortaçã que não faltará, e Dom Antonio de  
Noronha capitão de Cochim me escreveu que offerecera ao  
Visorey Matias d'Albuquerque hũa sua muito convenien-  
te para isto e sabeis delle se a têm afada, e vos enco-  
mendo muito que por todas as vias procureis como ve-  
nhão mais naos que estas tres, pois sabeis quanto isto  
importa não somente a este Reino, mas também a esse  
estado, e das capitãfias das ditas naos ou não encarre-  
gareis pessoas de calidade, experiencia, e serviços das  
que necessariamente nonnerem de vir para o Reino, a  
que dareis regimento na conformidade do geral e parti-  
cular que de cá leuão, os capitães das naos deste anno  
avizentando-lhe o mais que vos escreveu por outra carta ao  
que toca á Ilha de Santa Elena. Escripita em Lisboa a  
22 de março de 1597.

REY.

Miguel de Moura.

Para o VisoRey da India.—2.ª via.

*(No Sobrescripto)*

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Al-  
mitrante e VisoRey da India, de seu conselho—Segun-  
da via.

( Livro 2.º f. 389 )

## 258.

Conde Almirante, Vossorrey amigo. Eu ElRey vos emuiio muito saudar, como aquele que amo. Do anno de 93 a esta parte são emuiadas per ordem de Dom Antonio de Matos de Noronha, Bispo d'Eluas, Commissario geral da Bula da Sancta Cruzada neste Reino, muitas Bulas a esse estado damdo pera execuçaõ da dita Cruzada os poderes apostolicos que tinha ao Arcebispo de Goa, e em sua ausencia ao Vigario geral da Ordem de São Domingos, e por o Arcebispo de Goa que entãõ era ser falecido ficou esta comisaõ ao dito Vigario geral, como mais particularmente vereis pela copia de huã informaçãõ que sobre isto me foi dada que será com esta, e por que na arrecadaçaõ do dinheiro destas Bulas se vay correndo com algum descuido, e atégora não tem vindo nhum a este Reyno do que se nelas fez, que hade vir per letras conforme ao Regimento que nisto está dado, vos encomemdo que vos emformeis do Vigario geral a que isso está cometido do que nesta materia está feito, e deis ordem como o dinheiro que estiver cobrado se emvie a este Reino per letras, e asy o que se arrecadar do Bispo de Malaca, sobre que tambem vos escreuo em outra carta que vay nestas vias, (a) E se o dito dinheiro for necessario pera a carga destas náos o empregareis nella.

II. O Goardiaõ de S. Francisco desta cidade como procurador da Custodia dessas partes me apresentou hũs apontamentos asy sobre cousas tocantes á dita Custodia como de outras que requiere ElRey de Ceilaõ, a que me pareceo não deuer deferir sem primeiro ter muito particular emformaçaõ vossa daquellas que entenderdes que deuo ter, por se ter entendido que as mais das cousas dos ditos apontamentos se não deue dar reposta pela calidade das materias de que trataõ; pelo que vos emco-

---

(a) O resto das palavras deste Capitulo são escriptas depois de finda a carta.

mando as trateis com pessoas d'esperiencia, e me aviseis do que achardes com vosso parecer para lhes mandar responder como ouuer por serviço de Deos e meu. Escrita em Lisboa a 22 de Março de 597. (a) E das materias desta carta tratareis as que vos parecer ou todas como o Arcebispo Dom Frey Aleixo.

REY.

Miguel de Moura.

Pera o Conde VisoRey.—2.ª via.

( No Sobrescripto )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India, do seu conselho.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 371)

*Informação sobre a Bulla da Santa Cruzada.*

Segunda via.—No anno de 98 escreveu Sua Magestade hũa carta a Matias d'Albuquerque VisoRey da India em que emcomendava muito o fauor e ajuda que seria de dar pera a expedição da Bulla da Santa Cruzada que o Bispo d'Elnas Commissario geral emviou aquelle anno aquellas partes, o qual deu pera a execução della os poderes apostolicos que tinha ao Arcebispo de Goa, e em sua ausencia ao Vigairo geral da ordem de San Dominguos, que foi o que succedeo ao cargo por respeito do falecimento do Arcebispo, e este Vigairo geral ha o que hoje corre com a Bulla.

E alem da ordem, regimentos, e instruções que o dito Bispo d'Elnas deu ao Comissario da India para a expedição da Bulla e arrecadação da esmola, procedida della, emcomendou Sua Magestade muito ao VisoRey que sendo lá necessarias promissoes suas pera este effeito

---

(a) O resto das palavras d'esta Capitula são scriptas depois da finta a carta.

as fizesse logo dar com muita brevidade, mandandolhe expressamente que deste dinheiro se não fizesse naquelas partes nenhuma despesa nem se emprestasse delle pera cousa alguma inda que fosse de muito seu serviço.

O mesmo escreveo tambem Sua Magestade ao Comissario emcomendolhe quizesse aceitar a subdelegação feita nele pera este effeito pelo Bispo d'Elvas e comprisse seus regimentos e instruções literalmente que todos foraõ ordenados pera a boa expedição da Bula, e cobrança da esmola della.

Emuiaramse á India as Bullas seguintes :

Quarenta mil e quinta sincó de huã tanga por bula

40,025

Cento e oitenta e huã mil quinhentas e quatorze bulas de duas tangas por bula.... 181,514

De pardão d'ouro por Bula..... 5,261

---

226,800

No retorno destas náos que leuaraõ estas bulas mandou o Comissario da India quatro centos e sineoenta mil reis somente, que foi a esmola que naquele pouco tempo se pôde colher em Cochim.

No anno logo seguinte de 95 vieraõ da India dous contos e quatro centos mil reis com aviso que se não tinha ainda colhido todo o dinheiro das bulas que se repartiraõ pelas fortalezas daquelas partes por se não hir a elas senaõ com monções de tempo, o que se faria com cuidado.

O anno pasado de 96 avisou o Comissario como emuiava letras de mais dinheiro nas náos capitania e Vitoria, que não chegaraõ ao Reino como se sabe.

E per esta maneira ual o dinheiro que se tem emuiado ao Reino até o presente dous contos oito sentos e sineoenta mil reis..... 2,850.

Este anno presente de 97 tem o Bispo d'Elvas escrito á India que por todas as náos mandem letras de dinheiro que lá se cobrar, por ser asy conforme ao regi-

mento que lhe foi dado, e que de ora em diante fazem assy de-  
xou a Cruzada cobrar o que diz que mandava por não  
vir letrada naõ São Pantaleão.

Mais lhe auctua que nas partes donde a Bula... ..  
trienio compido faça logo tomar conta aos thezouros  
conforme a seus regimentos e pôr em a trecoadeção o que  
por ellas constar que deora, assy as bembelas das caixas  
dos jubileos, commutações de votos, commutacões  
eões que fossem feitas naquellas partes que he d'inhierio  
destinto do particionda Bula, e fizessẽ logo queimar  
as Bulas que ficassẽ por despendido, e que de ora em  
tãtas se façã autos de que emuiará copias ao Reino por  
todas as nações.

Que em nenhum modo aucture o dinheiro da Cruza-  
da em mercadorias emuiadas ao Reino semã peroleitas,  
porque se teue presunção que fizera naquellas partes hum  
emprego de perolas a pagar qua a Cruzada de tanta  
por cento.

Isto assimã batrás he o que passa atégora na Cruzada.

( Livro 1.º ff. 181 )

### *Apontamentos sobre cousas tocantes à Custodia da Índia e Ilha de Ceilão.*

Segunda via.—Frei Guaspar da Natividade, Guardião  
de São Francisco de Lisboa, como Procurador geral da  
Custodia da Índia, apresenta o traslado autentico de huã  
promissã per que Sua Magestade ouue por bem no anno de  
93 que nũs Religiosos de qualquer outra Ordem nã en-  
traressem nos Reinos de Ceilão a promulguar o santo E-  
vangelho senão os Religiosos da Ordem de São Francis-  
co da dita Custodia da Índia, por así o aver por seuiisso  
de Deo e seu.

Dizem em sua petição que ha quoyemta e quatro annos  
que sustentã a cristandade daquelle Ilha, e foraõ mui-  
tos males e mortos nella pelos inimigos de nossa santa fer, e  
porque os ditos Religiosos querem impetiar de Sua San-  
tidade lhe confirme a dita promissã pedem a Sua Ma-

gestade lhes faaça merce de huã carta de fauor para o seu Agente em Roma pedir a ditta confirmação, e así taõbem para que Sua Santidade lhes comseda todos os prinilegias, indultos, dispensações, e bulas de superegação que tem os Padres da Companhia a elles comsediões em particular ou geral, como he para poderem fazer os novos conventos dentro ao 3.º minto com o 4.º com tudo o mais que tem os ditos Padres da Companhia de assuações, dispensações para a gente branca, para que de tudo possaõ gozar os ditos Religiosos, por isto importar muito ao serviço de nesso Senhor e aumento daquelle cristandade.

Apresenta mais o traslado de huã doação que El Rey de Ceilaõ lhes fez por que lhes comsedeu a renda dos paguodes e tudo o mais que possuiaõ os ditos paguodes avendo respeito a serem pobres e não terem renda, e que estaõ seriaõ para sustentamento dos Colejos que os ditos Religiosos ordenassem naquela Ilha, a qual doação foi feita no anno de 63 e no anno de 91 reafirmada de novo pello dito Rey aos ditos Religiosos, pelo que pedem a Sua Magestade lhe faça merce de lhe confirmar a dita doação.

Dizem os ditos Religiosos que Sua Magestade mandara ao Governador Manoel de Sousa Coutinho e ao Visarey Mathias d'Albuquerque que huã casa que estaõ continuadas com o Convento de S. Francisco de Goa se derrubassem, o que se não fez até agora, pedem a Sua Magestade lhe mande passar prelição para o Conde Viso Rey as mande derrubar e pagar por conta da fazenda de Sua Magestade.

Dizem mais que Sua Magestade mandou ao dito Mathias d'Albuquerque que dese as ordinarias as casas de dita Catedral que de novo se fixeraõ por se não poderem sustentar sem ellas, e que o dito Viso Rey lhes não dera, pedem a Sua Magestade mande passar prelição para que lhe dem daqui em diante e se lhe pague a deuido dos annos passados.

E que outrosy mandara Sua Magestade que o dito Visorey mandasse levantar as cazas da ditta Custodia que estivessem cahidas e outras reedificasse de todo o necessario, e que o não tinha feito tégnora, pedem promissão para que o Comde Visorey o fassa.

Apresenta mais o dito Frey Gaspar, como procurador del Rey de Ceilaõ, os apontamentos aqui juntos, os quass se haõ de ver (sic) aos Senhores Gouvernadores, em que o dito Rey pede alguãs couzas.

Eu Dom João Pereapandar, Rey de Ceilaõ, e Emperador de toda a Ilha, que ha quorenta e cinco annos que sou cristão, e professor da ley de Christo, prometo de morrer e viver nella á obediencia e sojeito á santa Madre Igreja de Roma.

Pesso ao Santissimo Padre com toda a umildade e reuerencia devida a taõ sagrada pessoa me rezeba no numero dos filhos catholicos da santa Igreja Romana, e como a tal me lamase a sua santissima bezaõ, e com todos os roguos supplico me fauoresca com suas graças, indulgencias, e privilegios para que ajudandonos com os seus teozoros dos ceos o senhor que nos criou possamos com a nossa grande fraqueza servir na terra como esta está taõ torij e apartada dende com fasselidade possaõ vir os remedios de que a fragelidade humana tem tanta necessidade a cada momento, em particular alem de todas as partes desta India orjental nesta Ilha de Ceilaõ, aonde ha planta da cristandade sobre ser noua he de tantos e taõ imfinitos contrastes combatida quantos sãõ os ritos e suprestições, costumes, e seremonias gentilicas de que ha longuos annos que esta chea. Ihe pedimos que proveja aos Prelados, Guardiaõs, e Reitores, em especial aos Commissarios que nesta Ilha residem e ao disnte residirem da Ordem do glorioso Padre São Francisco, de quem temos a doutrina do Santo Evangelho, de poderes bastantes com que supraõ quanto se oferecer a presença da Sé Apostolica se possivel nas necessidades doutro modo erremedeancis.

Pesso mais que os fauorescedores desta cristandade



da Ilha de Ceilaõ, seculares ou ecclesiasticos de qualquer qualidade que sejaõ, comeiguaõ indulgencias e graças particulares, e pelo contrario os molestadores della, e os que em qualquer modo que for forem molestos á cristandade e aos que no tal ministerio andaõ, sejaõ punidos e anathematizados.

E pesso mais que aquelles que nas linguas deste Reino se exercitarem a administração da cristandade, e os Relegiosos que se nellas occuparem assy para bem de seu offissio como para melhor poderem ajudar na conservação da paz e bem destes estados, Sua Santidade lhes comseda graças e indulgencias particulares e tais favores spirituaes que a cobisa delles obrigue a todos com gosto aceitarem este trabalho e desterro da mesma natureza.

Muito pesso a Sua Santidade que avendo respeito a ser eu Rey e cristão, e tão fiel como se sabe entre tantas avexassoẽs, mande e encomende que se me não negue a reuerencia e acatamento que ha o meu estado se deue e aos da minha caza, nem aja quem impida o obedecerem meus vasallos, e pagarem os tributos e rendas a mim devidas.

Pesso mais a Sua Santidade e com muita instancia rogo e requieiro que a sedula de testamento que tenho feito em que declaro as diuidas que deuo e as esmolas que fasso ás Igrejas, os officios, e missas que quero de diguaõ por minha alma, e as obrigaçoẽs que tenho áquelles que me serviraõ e servem sem até ao prezente serem gualardoados, e tudo o mais que nelle por descargo de minha consciencia se achar que mandõ, sob graues penas e semsuras mando que se me cumpra sem faltar nada, e nas mesmas emcorraõ todos aquelles Reis, Príncipees, e Senhores que o comprimento do tal testamento impedirem ou mandarem e aconselharem que se impida por qualquer via e modo que seja, e nas ditas penas calaõ todos os joizes e officinaes de justiça, e todos aquelles que para o comprimento da minha manda poderem e deuerem sanorecer, e o não fizerem.

As cousas que a Sua Magestade pesso e requeiro, e ao Visorey da India, são as seguintes:

Primeiramente pesso que se me dem conselheiros para com elles detreminar as cousas pretemcmentes ao bom guouerno destes Reinos, e o que por elles detreminar ninguem possa desfazer, nem as cousas que d'oje a diamte der e fizer merce dellas não sendo por estes asinadas e principalmente pelo que me for dado por mestre, não tenhaõ nhũ viguor, e os conselheiros quero e pesso que d'oje por diamte pelo muito que.. (a) comfio seja o primeiro hum frade da Ordem do Padre São Francisco, a quem muito devemos e todos os desta Ilha, o segundo hum fidalguo de muita confiança e prudencia que o VisoRey escolher ou Sua Magestade mandar, o terceiro hum homem escolhido dos naturaes de meu Reino que o tal cargo lhe couber e de quem nós comfiemos; e isto pelo muito que ahy releua per amor dos naturaes, que numqua doutro modo seraõ bem regidos, nem se colherá delles o fruto que pretemdemos.

Pesso aos Capitaães desta fortaleza se determine a jurdição que tem, e o que deuem fazer, e no que hão de mandar, se como capitaães vassallos, ou Reis desta Ilha absolutos.

Pesso as remdas desta Ilha, a saber, dos Reinos de que directamente sou senhor, ninguem possa mandar nellas repartir, que todas se depossitem, e quero que seja em São Francisco, e que tenha tres chaues o cofre em que estiuer, huã dellas esteja em poder do Padre Guardiaõ, a outra em minha casa, e a terceira em poder do depositario e veador de minha fazenda, o qual pesso a Sua Magestade e ao VisoRey da India que mo eleja, e seja pessoa digna do tal cargo, para que este com o escriuaõ de seu officio por ordem do meu conselho na minha prezemssa guastem e destrebuão o que conuier e for uessessario para a sustentação desta fortaleza e

---

(a). Pela corrupção do papel falta uma palavra que parece ser *delles*.

estados sem os capitaes e feitos de Sua Magestade interuirem nisso, o que muito comuem para se evitarem os grandes detrimetos que pode aver sendo pelo contrario.

Pesso que as rendas que meus vassallos trouxerem ás adias e pimgas (sic) liurementemente mas deixem aprezenstar, e da minha prezença e os do meu conselho se recolha e deposite como elles ordenarem, e que todas as mais paguas de soldados e lascarins que da minha fazenda se fizer pelos do meu conselho se faça na minha prezença, e não em outra parte alguma.

Respeitandosse as nesecidades minhas e os gastos de minha pessoa e caça, e o que a meu estado Real, se por Rey sou conhecido, se deue, pesso que conforme a isso se me alvidrem os guastos, e podendo fazer receos a outros não se me negue substemtar-me se quer sem afronta e menoscabo de minha pessoa.

Pesso é requereiro ao Viso Rey da India que pella sua ordem me mande apozemtar nesta fortaleza nas cazas que foraõ de Domingos da Silua, e que sem embargo nhũ mas dem satisfazendo a viuua do custo dellas como de Vossa Magestade até que possa ter com que as pague, e me proueja de pessoas que me acompanhẽ e guar-da fiel que comigo assista em toda a parte onde estiuer.

E assy pesso me proneja de Secretario, e seja pessoa graue e idonea, e não da familia dos Capitaes nem de calidade que lhe possa perder o respeito, nem taõ pouco cazado nesta fortaleza, e assy muito pesso me dem per guarda mór pessoa que me guarde e de quem me confie em caça e no campo e possa omrrarse com elle minha casa.

Como os negocios destes Reinos vaõ sendo grandes e peçados convem que os Juizes que forem de minha jurdição sejaõ doctos e mui prudẽntes, capazes de me dezobriguarem da justiça que deuo substentar a todos.

Como esta Ilha tenha poucas riquezas, e as rendas principaes sejaõ dos portos, proneja o Viso Rey como nhũs direitos reaes se alienem da Coroa, e que as merces feitas

declare serem alcaidarias (*sic*) em seus ordenados detriminados que a cada hum se deya dar, e tudo o mais se arrecade para a substemtaçaõ destes estados, pois doutro modo se não poderaõ substemtar.

Posto que tenha eu feitas alguãs merces de porto de mar, não foi para alienar o senhorio delles da minha coroa, nem darlhes a jurdiçaõ da minha justiça, nem as rendas e direitos reaes a mim pertencemtes, no que peço ao VisoRey da India e a Sua Magestade como for justo prouenja declaramdo as fazendas de que se deue direitos á coroa, a saber, areca, sapaõ (*sic*), copra, canela, e alefantes.

Mande o VisoRey que nesta fortaleza nem em parte alguã desta Ilha capitaõ ou pessoa alguã fassa não nem embarquaçaõ de qualquer forma que seja, por se evitarem os grandissimos escandalios que ja por essa causa ouue e os pode aver maiores, e assy que nhũ homem morador ou forasteiro corte aluore alguã sob graues penas sem muita satisfacaõ de seus donos.

O atreuimento e ouzadia dos christaõs que com os Portuguezes se criaõ he taõ grande que se com regurasse castiguo não forem punidos em seus delitos, será maior a perturbaçaõ que elles daraõ a esta Ilha com os furtos, forças, amotinaçoẽs de que temos larga experiencia, que a de todos os inimiguos que ha nem pode aver nella, pelo que peço ao VisoRey sobre isto prouenja e mande confirmar o sobre rolda (?) que tenho ordenado para correr as minhas terras e premder os que em taes emsultos forem achados sendo Portugueses, e sendo Lascarina castigualos pela minha ordem e dos mais Regedores, e para isto aja sempre nesta fortaleza hum corregedor com alcada para em casos atrozes que suedem poder executar o castiguo denido, e ainda se vio o esquandalo se veja a justiça. Assy peço ao Viso Rey mande que as terras que são dadas á Rainha e que se chamaõ da Guabara que são da minha despeza e seruiço ordinario dos que me seruem e acompanhaõ ninguém emtemda nellas nem com as de que tenho feito

merce a Dom João e Dom Costantino filhos do Principe Dom Paschoal meu muito querido e leal vassalo, tão pouquo com as de Dom Antão de quem muito me confio.

E do que mais virem ser necessario para a comseruação de meus estados e seruisso de Sua Magestade mediante o de Deos como abastantes procuradores os que tenho nomeado pessoaõ e requeiraõ e procurem assy na India diante do VizoRey della e sua Rolação, como em Portugal, e em todas as mais partes que lhe parecer ser necessario, e emcomendo em particular que do Summo Pontifice santissimo Padre me alcamssem o que assima pesso e de Sua Magestade, o que espero, e tenho muita confiança o VizoRey antes que delá seja prouido elle me prouea como tegora tem feito. Dada em Columbo a 10 de Dezembro de 1594.

(Livro 1.º fl. 175)

## 259.

Conde VisoRey, amigo. Eu ElRey vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Por estar acabado o contracto da trazida da pimenta se procurou contractar de nouo, e por alguns respeitos não conueo acabarsse antes da partida destas náos, mas prbcurarseá para as do anno que vem, e assi he necessario que se compre por conta de minha fazenda a pimenta que houuer de vir nestas tres náos e nas maes que espero que lá façaes aprestar conforme ao que vos auisey por terra, e polla falta que houue de rendimento o anno passado na casa da India não vindo dessas partes mães que huã só não, e essa com muito pouca pimenta, e por outras necessidades e obrigações de minha fazenda não soy possivel enuiarsse de qua o dinheiro necessario para a compra desta pimenta e fica á vossa conta suprir esta falta como confio de vos que o sabereis fazer, e que vos empregareis nisso com tanto cuidado e industria como o requiere materia de tanta importancia a meu serviço e a minha fazenda, pois a sustancia dessas partes e do rendimento que dellas vem a minha fazenda está na pimenta, pello que vos eneo.

fazendo que procureis hauer todo o dinheiro necessario para a compra della, e que uenhaõas náos taõ bem carregadas como se fora de qua mayor cabedal para isso do que costumava ir, e para isso vos ajudareis dos trinta e quatro mil cruzados que para este cabedal foram nas náos em que fostes (porqué ainda que eraõ corenta mil cruzados arribou ao Brazil huã das náos que leuaua seis mil delles) e procurareis alguns empréstimos de pessoas particulares, e tomareis o dinheiro que houuer dos defunctos e legados para se trazer ao Reino, e empregaloeis em pimenta, e do procedido della se pagará qua ás partes que o houuerem de hauer, ás quaes passareis proniscões em meu nome assinadas por vós dirigidas ao Prouedor e officiaes da casa da India, em que se declarem as contias que se tomarem e á que pessoas se ha qua de pagar; e eu as mandarey inteiramente cumprir e pagar, e em particular tomareis sessenta e oito mil xerafins que hum procurador da cidade (sic) do Porto que anda em Lisboa mostrou por cartas das Misericordias de Goa e Cochim que ellas tem cobrados e depositados para os enuiar á dita Misericordia do Porto de hum legado que hum defuncto lhe deixou, o qual sou informado que he de muito mayor contia, mas que está a fazenda espalhada por muitas partes, e que somente estauaõ cobrados e prontos os ditos sessenta e oito mil xerafins, e estes tomareis logo, e assi tudo o mais que deste legado se tiver cobrado, e o que delle ainda estiver por arrecadar ordenareis que se arrecade e se va empregando em pimenta no inuerno, e qua se mandará pagar á dita Misericordia do Porto inteiramente, e por estes meos e outros que vossa boa industria e desejo que tendes de meu seruiço vos descobrião, espero e confio que haureis o dinheiro necessario para esta compra da pimenta, e que viraõ as náos tam bem carregadas della que me deya eu hauer de vós por tam bem seruido como confio que o serey, e se nestas náos poder ir algum dinheiro, que os contractadores que tiverom o contracto do partido do meo que acabou no anno de pitenta e cinco estaõ obri-

gados a enuiar dos sobejos dos cabedaes do tempo do dito contracto, falloeis empregar em pimenta na forma que Pedro Guedes, do meu conselho do estado, e Vae-dor de minha fazenda, vos auisará maesem particular, e quando por todos estes meos faltasse ainda dinheiro para toda a pimenta que houuer (o que não espero, antes tenho por certo que achareis o necessario) encomendouos que dos rendimentos de minha fazenda desse estado tomeis o que se houuer mister, ainda que se falte a outras obrigações que não sejaõ tão precisas, e de qua ordenarey que se vos torne a enuiar para as despesas desse estado o mesmo e mais que do rendimento delle tirardes para esta compra, e o que principalmente deueis procurar he que as náos partaõ cedo em sua uerdadeira monçaõ pellos danos que resultaõ de partirem tarde, e que não venhaõ sobre carregadas, e que se guarde na carga dellas e nos lugares em que deuem vir as fazendas os regimentos inteiramente, porque a mayor e maes verdadeira causa da perda de tantas náos he a sobrecarga dellas, e procurareis que se armem lá alguãs náos nouas mais das que houuer feitas nessas partes, e em partioular huã que fuy informado que Dom Antonio de Noronha, Capitaõ de Cochim, tinha feito capax de seruir nesta carreira, e ainda que em outras cartas das que vaõ nestas vias vos trato disto, e que por terra o tenho feito, quis tornallo a repetir nesta para que entendaes o que tenho por certo que entenderẽis do cuidado com que deueis acudir a estas faltas de náos e de cabedal para a pimenta, e do seruiço que eu espero que nisto me façaes. Escrita em Madrid a 26 de marco de 1597.

REY.

Para o Conde da Vidigeira, VisoRey da India—*2.*  
via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Al-

mirante e Visorrey da Índia, do seu conselho—Segunda via.

(Livre 2.º fl. 263)

## 260.

Eu ElRey faço saber aos que este Aluara virem que por algũs respeitos que me a isso mouem hey por bem e me praz que Dom Frey Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa, tenha e haja em cada hum anno com aquella prelazia dez mil cruzados de seu dote e ordenado, com declaração que nesta contia entraraõ todo o dote e ordenado, e merces que por prouisoõs de fóra elle de mim tem, e assios mil cruzados que lhe tenho concedido para os poder repartir pelos sacerdotes e menistros da Sé de Goa como lhe parecer, em que ao todo sou informado que se montaõ oito mil cruzados, os quaes todos entraraõ na contia dos ditos dez mil cruzados, e fiquara com a mesma obrigação de repartir pellos ditos sacerdotes e menistros os ditos mil cruzados; e hey por bem que estes dez mil cruzados sejaõ daqui em diante ordenado o dote perpetuo do Arcebispado de Goa, e que os tenhaõ e hajaõ os Arcebispos que ao diante succederem ao dito Arcebispo Dom Frey Aleixo de Meneses com a mesma obrigação de partir os ditos mil cruzados pella ditta maneira; e hey por bem que comece a vencer os ditos dez mil cruzados des do primeiro dia de Janeiro deste anno de mil e quinhentos e nouenta e sete em diante; e o que tiuer recebido quando este aluara chegar á India do ordenado e merces que menos tinha se descontará dos ditos dez mil cruzados; pello que mando ao meu VisoRey ou Governador das partes da India, que hora he e ao diante for, e ao Veedor de minha fazenda em ellas que lhe façaõ asseptar os ditos dez mil cruzados em parte aonde haja dellas bẽm pagamento em cada hum anno, e pello traslado deste alluara que será registado no liuro da despesa do thesoureiro, feitor, recebedor, ou qualquer official que lhe fizer o dito pagamento pello escriptaõ de seu cargo;



e conhecimentos do dito Arcebispo lhe será leuado em conta o que lhe pella dita maneira assi pagar cadanno, e elle será obrigado a presentar as prouisoões do ordenado e merces que dantes tinha, e a outra dos ditos mil cruzados para repartir pellos sacerdotes e ministros da Sé de Goa para se romperem e se porem verbas nös registros dellas de como não haõ de hauer mais effecto por lhe eu dar hora os ditos dez mil cruzados de seu dote e ordenado, de que o meu Secretario da Índia passará sua certidaõ nas costas deste aluará, que quero que valha como carta e que não passê pella chancellaria sem embargo das Ordenaçoões em contrario, e se lhe passou por tres vias, de que esta he a segunda, cumprida huã as outras não hañeraõ effecto. Thomé de Andrada o fez em Madrid a xxbj de março de M. D. Lxxxx e sete.

REY.

Aluará para Vossa Magestade ver.—2.º via.

( Livro 1.º fl. 82 )

261.

Senhor.—ElRey nösso Senhor mãmda escreuer a V. S. per huã carta sua feita em Madrid a 26 de março deste anno de 97 sobre o forma e modo que ha por seu serviço que V. S. tenha na compra da pimenta que hade vir nestas náos e das mais que em companhia delas delá vierem o anno que vem, por este anno não aver contrato da trazida da pimenta, e posto que Sua Magestade tem por certo que com o bom cuidado de V. S. se suprirá a falta do dinheiro necesario para o cabedal da dita pimenta, para o que na dita carta de Sua Magestade se apontaõ os meios que se cá ofereceraõ, mandou que eu de sua parte avissasse tambem a V. S. do que agora direy ( como o faço por ordem dos senhores Governadores por não aver tempo para isto ir em cartas assina- das por Sua Magestade ) e he que se pelos meios apontados na dita carta de Sua Magestade, e pelos mais que

se oferecerem a V. S. se não puder aver todo o dinheiro para a compra da pimenta necessaria para a carga de todas as náos que com ella haõ de vir a este reino o anno que vem, que V. S. dê ordem para que as pessas que quizerem mandar pimenta ao partido do meio o possaõ fazer na forma ordinaria, mas que deste ultimo remedio se não usse senão quando de todo em todo a necessidade o pedir por não aver em outro modo pimenta em abundança para a carga das naos, ou por se entender claramente que não se comprando a que ouuer para se trazer para o Reyno tomará ella outro caminho por que tenha saída em prejuizo do serviço e fazenda de Sua Magestade, e dizem os Senhores Governadores que esta comissão (permetida neste caso de não aver outro remedio) deue V. S. ter em segredo ate o tempo lhe mostrar que comuem ussar dela não tendo até então algum aviso em contrario por cartas de Sua Magestade que lhe vão por terra; e esta uay por tres uias nestas tres naos junta á carta de Sua Magestade de que nela trato. Nosso Senhor vida e estado de V. S. acrecente por muitos annos. De Lisboa a 2.º de Abril de 1597.—Bejo as mãos a V. S.—*Diogo Velho.*

(*No Sobrescripto*)

Ao Conde Almirante, Viso Rey da India, meu Senhor—  
Segunda via.

(Livro 2.º fl. 361.)

## 262.

Senhor—Os contratadores do contrato da trazida da pimenta que agora acabou eraõ obrigados pelo dito contracto a emprestar aos contratadores das naos desta carreira para o concerto que em cada hũa dellas se faz na India antes de tornarem para o Reino quatro mil e oito centos aguçados, e por os ditos contratadores da trazida terem acabado o tempo do seu contracto fica a obrigação

deste empréstimo com a fazenda de Sua Magestade para della o mandar fazer aos contratadores das náos para este effeito do concerto dellas, e nas tres deste anno se montão quatorze mil e quatorcentos cruzados: e encomenda Sua Magestade a V. S. que trabalhe que os feitores dos contratadores destas náos tomem sobre ay o concerto dellas sem este anno pedirem este empréstimo, dandolhe V. S. as rezoês que ha para si persuadirem a isso, mas que quando não aceitarem fazerem esta despesa será forçado V. S. acudir com este empréstimo pela melhor via que puder ser sem se tocar no cabedal da pimenta da maneira que não deixem de vir as náos com o concerto necessario para fazerem sua viagem; e não vay isto em carta de Sua Magestade por não aver tempo para isso. Nosso Senhor, &c. De Lisboa a iij. de abril de 1597. Bejo as náos a V. S.—*Diogo Velho.*

( *No Sobrescripto* )

Ao Conde Almirante, Viso Rey da India, meu Senhor  
—Primeira via.

( *Livro 2.º fl. 379* )

1597.

## SEGUNDA SERIE.

ALVARA'S DO VICEREY.

263.

Dom Phelippe &c. aos que esta minha carta de ley tirem e o conhecimento della com direito pertencer fago saber que por justos respestos que me a isto move, e por se asemiar perante Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e meu Viso Rey da India, pelos desembargadores da mesa da Relação das ditas partes, e por bem e que praz, e por esta mando que da publicação della em diante que todo o outro em pó que correr em

Moçambique nos pagamentos devidos aos moradores da minha cidade de Goa como aos da dita fortaleza e a todos os mais seja tal que responda a oitenta e quatro xerafins por marco, e prouandose que alguma pessoa pagou em ouro que responda menos da dita conta emcorrerá em pena de perdimento da valia do dito ouro que asy pagou para catiuos e acusador repartido. igoalmente, e em tres annos de degredo para Ceilaõ, e quando alguma pessoa se queixar que lhe foi feito pagamento com ouro que responda menos conta que a desta ley, requererá ante o Ouvidor o qual mandará fazer exame delle por pessoas que mais razã tenhaõ de o entender, e achando que tem menos conta que a dos ditos oitenta e quatro xerafins por marco, fará satisfazer a parte o que faltar, e condenará ao que pagou na pena desta ley, a qual será publicada nos lugares publicos da dita fortaleza de Moçambique de que se fará acento nas costas della, e se registará no cartorio da Ouvidoria da dita fortaleza para á todos ser notorio e se saber como o asy mando com acento e parecer dos ditos desembargadores. Naveguou asy ao Capitão e Ouvidor de Moçambique, e lhes mando que o cumprã e guardem, e inteiramente façã cumprir e guardar como se nesta contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a xij de Janeiro. ElRey nosso Senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu ViceRey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e sete. Luis da Gama a fez escrever.—O ViceRey,

(Livro 1.º de Alvarás fl. 100.)

## 264.

Dom Philippe &c. por que esta minha carta de ley vem e o conhecimento bom direito pertencor fazer saber que atado ao respeito a facilidade com que os Ouvidores das fortalezas da India soltaõ com fiança os

presos por feitos crimes contra forma da Ordenação do Livro quinto, titulo 91, que o contrario manda, e por hein e me praz, e por esta minha carta de ley mando dum parecer dos desembargadores da mesa da Relação da Índia que os Ouvidores de todas as fortalezas das ditas partes da Índia não deem sobre fiança preso algum por feito crime sob pena do Ouvidor que o der pagar dozentos xerafins se for preso por culpa que não mereça pena de sangue, e sendo por tal maleficio que sendo verdade mereça pena de sangue ou d'açoutes ou de gredo para algum lugar certo, pagará quinhentos xerafins, e se caso for que sendo asy deuesse aver pena capital pagará mil xerafins, ametade para quem o accusar, e a outra ametade para a minha ribeira da cidade de Goa, e para as despesas das obras da justiça, nas quaes penas emcorreraõ os ditos Ouvidores alem de todas as mais declaradas na Ordenação acima apomtada, o que asy compriraõ todos os ditos Ouvidores e cada hum delles irãda que não sejaõ letrados, e esta mesma ley e a dita Ordenação averá lugar nos capitaes das fortalezas onde não ouuer Ouvidores, e será apregoada na minha cidade de Goa e nas mais fortalezas das ditas partes da Índia de que o Chanceler do estado mandará passar treslados em forma que façaõ fé para nellas se apregoar, e se fazer asento, e se registará nös cartorios dos escripturaes dos ditos Ouvidores. Notefiquoo asy ao Ouvidor geral do crime da Índia, mais justiça, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem e façãõ cumprir e gnardar como se neste contem, sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xiiij<sup>o</sup> de Janeiro. ElRey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e VisoRey da Índia &c. Joaõ de Freitas a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e sete. Luis da Gama o fez escrever.—O VisoRey.

(Livro 1.<sup>o</sup> de Alvaras fl. 99<sup>o</sup>)

## 265.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por muitos (sic) respeito que me a isto mouem de serviço del Rey meu Senhor, e bem de sua fazenda, ey por bem e me praz e por este mandado que nhuã cousa de qualquer sorte e qualidade que for passe desta Ilhã de Goz pelo paço de Daugim nem de lá para cá sem ser vista e buscada meudamente no dito paço por onde a quizerem passar pelo Capitaõ delle ou por seus officiaes por seu mandado, sob pena que tudo o que se achar que não for buscado ser tomado por perdido ametade para quem o acusar e a outra ametade para os catinos; e para que venha á noticia de todos mando que este seja apregoado no dito paço de Daugim de que se pãssara certidaõ nas costas delle. Noteficoo aassy a Manoel de Gouvea Coutinho, Capitaõ do dito paço, para que o cumpra e guarde, e inteiramente faça cumprir e guardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum sob pena de lhe ser dado em culpa em sua residencia, e não passara pela chancelaria por ser do serviço de Sua Magestade. Antonio da Cunha o fez em Goz a xxj de fevereiro de 97. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

Outra como esta se passou para Benastatym no dito dia e era.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 101)

## 266.

Mathias d'Albuquerque, do conselho de Sua Magestade, Visorey da India &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por asy o auer por serviço de Sua Magestade, ey por bem e me praz, e por este mando aos Ouvidores das fortalezas deste estado mandem em cada hum anno a esta cidade ao Ouvidor geral do crime q tol das fianças que ouuer perdidas em cada huã das

ditas fortalezas, sob pena que fazendo o contrario se lhes dar em culpa em suas residencias, e se arrecadarem as contias das ditas fianças por suas fazendas, as quaes se tomaraõ em tal forma que por falta della não perca a fazenda de Sua Magestade a sua aução, e para que se saiba como asi o mando se registará este alvara no cartorio dos escripturaes dos ditos Ounidorões, a quem o notefico assy e a todos os mais offiçoes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e façã inteiramente cumprir e goardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum. João de Freitas o fez em Goa a 22 de feuerreiro de 597.—Luis da Gama o fez e creuer.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 101 v.)

## 267.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meo alvará virem que avendo eu respeito a alguns mercaderes desembarcarem na cidade de Cochim sobre este anno contra forma das defezas que são passadas, e por tem e mando que Dom Antonio de Noronha, capitão e Vedor da fazenda de Sua Magestade na cidade de Cochim, com o Juiz da alfandega e mais officiaes della façã carregar todo o cobre que este anno ven da China e se desembarcou na dita cidade de Cochim em qualquer nao que lá estiuier para vir para esta cidade de Goa, e não avendo em Cochim não, se embarcará o dito cobre na gale e nauios da armada de Ruy Dias de Sampayo, capitão mór do Cabo de Comorim, e em falta da dita armada se embarcãra em quaesque nauios que partirem de Cochim depois da chegada deste meo alvara, e o dito cobre vira a risco de seus proprios donos avendo respeito ao desembarcãtem em Cochim tendo obrigação de o trazerem a esta cidade de Goa e de pagarem na alfandega della os direitos devidos a fazenda de Sua Magestade, e para se tomar para a Jurdição o que fosse necessario pagandose-lhe na forma da prouidaõ que para este effeito mandoy passar o anno passado, e uso entre-

gando o dito sobre as partes a quem soy entregue com fiança, se arrecadara dos fiadores a conta das fianças, e serão presos até entregarem o dito cobre a tempo que possa vir a esta cidade antes do inverno, o que assy ey por bem com parecer dos desembargadores da Relação. Notificação assy ao dito Capitão e Vedor da fazenda, Juiz dallandega, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado e o conhecimento delle com direito pertencer, e lhes mandando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como neste he declarado sem duvida nem embargo algum. Estenão Nunes o fez em Goa a xxij de março de 1597.—Luis da Gama o fez escrever.—*O Vice Rey.*

( Livro 1.º de Alvaras fl. 102 )

## 268.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvara virem que avendo em respeito á informaçã que me soy dada que vindo hum junco del Rey de Camboja de hum dos portos de Japão por achar que El Rey de Sião tinha tomado o dito Camboja, e por não ter o dito Rey de Camboja guerra com este estado se fora reconhecer o junco e acoutar a fortaleza de Malaca, e que Francisco da Silva do Meneses Capitão della lhe tomara o dito junco com toda a prata que nele vinha e com todas as mais fazendas, artilharia, moços e mocas que trazia, pelo que hey por bem e mando com parecer dos desembargadores da Relação que sendo caso que antes de se tomar residencia ao dito Capitão Francisco da Silva El Rey de Camboja mande á dita cidade de Malaca embaixador ou procurador seu para requerer pagamento e satisfação do dito junco e fazendas delle, que Martin Affonso de Aledo Continho, que mora em por Capitão da dita fortaleza, com hum dos Vedores da dita cidade deste presente anno, que sera elto em Camara para este feito pelos officiaes della, lhe fagão sem delongar pagar a conta da dita prata e delle do dito junco, e delle



ria, fazendas, moços e moças que o dito junco trazia, e que constara pelo inventario que se avia de fazer da fazenda do dito junco, e pelo sumario de testemunhas que mais razão tipereim para saber deste caso que pelo dito Martim Afonso e Vereador seraõ preguntadas, sendo primeiro citado o dito Francisco da Silua para as ver jurar pelo auto que com esta lhes será apresentado, e não conformando o Vereador eleito pela Camara com o dito Martim Afonso, os ditos officiaes della nomearaõ outro Vereador para ser terceiro nas duvidas que ambos tiuerem, e o dito Martim Afonso e Vereador mandaraõ fazer execuçaõ nas náos e quaesquer outros bens do dito Francisco da Silua ate realmente pagar a valia do dito junco, prata, fazendas, moços, e moças que nelle vinhaõ, o que assy se comprirá sem embargo do dito Francisco da Silua ser ao tal tempo Capitão, e da Ordenaçãõ em contrario, e não vindo a Malaca embaixada ou procurador delRey de Camboja o dito Martim Afonso de Melo nem o Vereador seu adjunto não tomaraõ conhecimento deste caso porque na residência se procedera contra elle como parecer justiça assy pelas culpas que nisto cometeo como pela satisfaçaõ do dito junco, prata, fazendas, moços e moças que nele vinhaõ. Notificou assy ao dito Martim Afonso de Melo, Vereadores, mais officiaes e pessoas a que esta for apresentada e o conhecimento dela pertencer, e lhe mando que o cumprãõ e guardem, e façãõ cumprir e guardar com se nela contem sem duvida nem embargo algum. Antonio da Cunha a fez em Goa a 28 de março de 1597. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

### *Postilla.*

Ex por bem que a prouisaõ atrás e acima escrita se dê a sua devida execuçaõ sem embargo de quaesquer embargos com que o dito Francisco da Silua vier, inda que sejaõ de incompetencia e isençaõ que pretenda ter por razãõ de ser freyre e causaleiro da Ordem d'Aviz, avendo respeito á dita prouisaõ, e esta postilla ser por

çada com parecer dos desembargadores da Relação, e do Doutor Pero da Silva, Juiz das Ordens Militares destas partes da India, e Chanceller do estado. Notificoo assy ao dito Martim Afonso de Mello, e Vereador adjunto, para que o cumpraõ e guardem, e fação inteiramente cumprir o guardar sem duvida algũa. Antonio da Cunha a fez em Goa a xij de Abril de 1597.—O *Viso Rey*.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 103 )

## 269.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito aos Vereadores e officiaes da Camara da minha cidade de Goa em nome dos moradores della e das mais cidades do estado da India per sua peticaõ se queixarem a Mathias d'Alboquerque, do meu conselho, meu Visorrey que ora he das ditas partes, dos respondentes que nellas residem tratarem com o dinheiro de seus mayores e com outro muito que tomavaõ a partido com que occupavaõ a mayor parte do commercio de Cambaya, Sinde, Mallagha, China, Ormuz, Moçambique, e todos os mais portos do commercio e trato das ditas partes da India: com que aquitaõ a sy todas as fazendas para com os direytos das entradas lhe ficarem liures as saídas, e poderem fazer em sy mesmos todos os empregos das comissoes que lhe custumaõ hir deste Reino, por cuja conta e risco embarcaõ as ditas fazendas, o que tudo resultava em proueito dos ditos respondentes e de seus maiores, e em notauel perda de minha fazenda e perjuizo do bem comum por respeito dos casados e moradores da dita cidade de Goa e das mais da India que vivem dos empregos que yaõ e mandaõ fazer aos portos della para terem que vender na monçaõ das naos do Reyno, não acharem naquelo tempo quem lhas quisesse comprar por os ditos respondentes terem em sy as mesmas fazendas, e se as compravaõ aos naturacs e moradores das ditas cidades era pelo preço que queriaõ, e muitas vezes

fiadas, pedindo os prouesse nisto com justiça, e considerando o dito meu Vissorrey o grande perjuizo que se tinha seguido e se podia seguir ao diante de os ditos respondentes terem o tal trato, e a perda que a minha fazenda tem recebido, e os moradores das ditas cidades perecerem em seus tratos, comonicou este negocio em conselho presente Dom Frey Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa Primas, o Chanceller daquele estado, e desembargadores da Relação delle, e outros letrados theologos e juristas, asy Religiosos como seculares, onde por todos foy vista a petição da dita cidade, e outra que os ditos respondentes sobre esta mesma materia fizerao ao dito meu Visorrey, e conformandome com o assento que tomou o dito Vissorrey com o dito Arcebispo, Chanceller, e desembargadores, e mais letrados acima apontados sobre este dito negocio, depois de bem vistas e examinadas as razões apontadas pela dita cidade e respondentes por suas petições e as mais que forao necessarias, ey por bem e me praz, e por esta mando por vertude do dito assento, e por assy o auer por muito seruiço de Deos e meu, e bem de minha fazenda e dos moradores das ditas cidades, que da publicação della em diante os ditos respondentes do Reyno que residem e residirem nas ditas partes naõ tratem nem possaõ tratar mais que nos portos da China, Malaqua, Cambaya, e Sinde, e noutros alguns naõ, e isto com cabedal de quatro mil xerafins cada hum que lhes assy limito pela maneira seguinte, a saber, mil para Malaqua, e dous mil para Cambaya e Sinde, repartidos como quizerem, ou todos os ditos dous mil em Cambaya ou no Sinde, sob pena que tratando para outros portos alem dos que lhes limito, ou pellos limitados com mayor cabedal do que lhes assy concedo, perderem o mais dinheiro com que tratarem e as fazendas que lhes vierem em retorno delle, ameadas para as despesas de minha ribeira de Goa, e outra ameadas para quem os acusar e para o resgate dos captivos, o que tudo se executara nos culpados a todo tempo

que se lhes prouar que foraõ contra esta minha carta de ley sem remissaõ. Noteficoo asy aos Ouuidores geraes do crime e ciuel das ditas partes da India e a todas as mais justicas e officiaes e pessoas das fortalezas e cidades dellas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar esta minha carta de ley da maneira que se nela contem sem duuida nem embargo algum, a qual será registada do Livro dos registos da Camara da dita Cidade de Goa e das mais da India, e apregoada pelas ruas publicas dellas para a todos ser notorio e sempre se saber como assy o ey por bem pelos ditos respeito, e outrosy se registará na Chancelaria dõnde o Chancelier do estado emviará os treslados asynados por elle ás outras fortalezas e cidades. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xiiij.º de abril. ElRey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, seu Visorrey da India &c. Esteuaõ Nunez a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de 1597. Luis da Gama a fez escreuer.—*O VisoRey.*

*Verba a margem.*

Naõ he de nenhum effeito já esta ley, e ficou esta gente liberta por se passar huã prouisaõ para este effeito, pello VisoRey Ayres de Saldanha, que fiqua registada ás fl. 163 do Livro 4.º.—*Velho.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 105, )

**270.**

Dom Phelippe &c. a quantos esta minha carta de ley xirem faço saber que considerando Matias d'Albuquerque, do meu conselho, e VisoRey que ora he das partes da India, a facilidade com que os Capitaõs dos galeões da viagem da carreira de Maluquo deysaõ fogir os prespos degraçados para aquella fortaleza que lhe saõ emtra-gues na cidade de Goa por ordem do Ouvidor geral

do crime sendo obrigados leuarem os faes presos a bom recado nos ditos galeões que são meus, por não aver outra embarcação em que possam ir, e o perjuiça que tem resultado contra o bem comum do estado da India da fogida dos ditos degradados por não saõ somente não hirem satisfazer com a pena em que foraõ condenados por suas culpas, mas imda por occasiaõ de seus omisios encorrerem em outras de nouo, e virem a ser alienantados, comunicou este negocio na mesa da Relaçã da India com os desembargadores della, e conformandome com o assento que sobre elle tomaraõ perante o dito meu VisoRey, ey por bem e me praz, e por esta quero e mando que os Capitaes da viagem da carreira de Maluquo seiaõ obrigados a tomar e tomem entregua dos presos que por ordem do dito Quidor geral lhe forem entregues, e os leuem a bom recado té Maluquo, omde os entregaraõ ao Capitaõ e Quidor daquela fortaleza presente o feitor della, e cobraõ certidaõ autentiqua asinada por todos elles que da torna viagem apresentaraõ ao dito Ouvidor geral para a aprouar por tal, e se saber como asy o comprio, sob pena que qualquer dos ditos capitaes da carreira que não tomar entrega dos ditos degradados, ou não trouxer a dita certidaõ pela maneira que dito he, perder todas as liberdades de bares forros que por bem do regimento tiuer nos ditos galeões, e se arrecadaraõ para a minha fazenda os terços e choqueis de todo o seu crano que nelles embarcarem como de qualquer outra pessoa particular, e alem da dita pena que sempre será irremissivel emcorrerã nas mais que parecer justiça conforme a calidade do caso. Noteficoo asy ao dito Ouvidor geral do crime das ditas partes da India, e aos Capitaes dos galeões da carreira de Maluquo, e ao Capitaõ daquela fortaleza, Ouvidor, e feitor della, e a todas as mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhos mando que cumpraõ e guardem esta minha carta de ley da maneira que se nella contem sem duuida nem embargo algum; a qual se apregoará nos logayes publicos da

dita cidade de Goa, e se registará na chancellaria della e no cartorio do juizo do dito Ouvidor geral para a todos ser notorio e sempre se saber como aey o ey por bem e mando pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a 28 d'abril. El Rey noso Senhor o mandou por Matias d'Albuquerque, do seu conselho, e Viso Rey da India &c. Joaõ de Freitas a fez anno do nascimento do nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos noventa e sete. Luis da Gama a fez escrever.—O Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 101 bis )

## 271.

Matthias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvara virem que avendo eu respeito a el Rey meu Senhor naõ ser bem servido no cargo de almoxarife dos almazens da fortaleza de Malacqua, e sua fazenda receber notavel perda aey nas despezas que o dito almoxarife faz como no ordenado que leua, e ser mais conveniente que o feitor da dita fortaleza sirva de tudo, pois por sua maõ corre, a arrecadação de todo o dinheiro e despesa da fazenda de Sua Magestade, por todos os ditos respeito e por outros justos que me a isto movem do serviço do dito Senhor e boa ordem de sua fazenda, ey por bem e me praz em nome de Sua Magestade que daqui em diante naõ aja mais o dito cargo de almoxarife, e nenhuma pessoa q sirva, nem seja metido em posse delle, por quanto por este o extingo e ey por extinguido e renego todas as prouisoões que sobre elle saõ passadas, e nneto que naõ valhaõ nem tenhaõ forza nem vigor algum, e que os feitores da dita fortaleza com o ordenado que tem sirvaõ juntamente de almoxarife e corraõ com elle e com suas receitas e despezas para darem conta de tudo na casa dos Contos, para cujo effeito e de se saber como aey o ey por bem mando que este meu alvara se registre no liuro dos registos da dita casa dos Contos, e da dita feitoria de Malacqua, e nas receitas de cada

hum dos feitores da dita fortaleza. Notifico asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Prouedor mór dos Contos, e ao Capitão, e feitor da dita fortaleza de Malacca, Ouvidor della, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, o qual valerá como carta passada em nome de Sua Magestade, sellada de seu sello pendente, sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispõe. João de Freitas o fez em Goa a 26 d'abril de 1587. E os feitores inda que sirvaõ o cargo de almoxarife não vencerão mais que o ordenado que tem com o cargo de feitor. Luis da Gama o fez escrever.—O *VisoRey*.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 102 v. bis )

## 272.

Dom Phelippe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que avendo eu respeito a ter prohibido por meus regimentos que nenhũa pessoa tire nem embarque crauo algum nas fortalezas de Maluquo e Amboino, nem trate com elle fora da carreira da India, donde todos os annos vay hum galiaõ armado á custa de minha fazenda buscar o tal crauo, por todo elle e suas miñas ( sic ) me pertencer, que sempre falta para bem de sua parga ordinaria com que minha fazenda tem recebido notavel perjuizo por no mesmo anno hirem das ditas fortalezas de Maluquo e Amboino embarcações carregadas de crauo para as Manilhas donde passa a Mexico e a outros portos das Indias occidentaes contra forma dos ditos regimentos, como a expiriencia o tem mostrado, e de tudo foy informado Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e VisoRey que hora he das ditas partes da India, o qual considerando a tal desordem e a notavel perda que della tem resultado a minha fazenda comunicou na mesa da Relação da India com os desembarcadores della para se dar alguma ordem conuiniente

que se prohibisse de todo não se leuar para as Manilhas nhum crauo, e conformandome com o assento que perante elle tomaraõ os ditos desembargadores sobre esta materia, depois de bem examinado todas as circunstanCIAS della e o que cõmpria mais a meu seruiço e bem de minha fazetida, ey por bem e me praz, e por esta minha carta de ley mando por todos os ditos respeitos que da publicaçãõ della em diante nhum capitaõ das ditas fortalezas de Maluquo e Amboino, nem outro official nem pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que seja, mande nem possa mandar dellas nem doutro qualquer porto de sua jurisdicãõ embarcaçãõ alguma para as Manilhas, ou para qualquer outra parte que não for para a India com crauo pouco nem muito de qualquer sorte, posto que seja com titulo de thandar com elle buscar mantimentos para as ditas fortalezas, e que aleguem outras causas para isso, sob pena de todo o capitaõ, feytor, official, ou outra pessoa particullar que contra a forma desta minha defesãõ mandar ou embarcar crauo algum fora da carreira da India, ou derem a isso ajuda ou consentimento per qualquer via que seja, emcorraõ em pena de morte natural, e em perdimento de todos os seus bens para a minha fazenda e corõa, que se executará nos culpados muito inteiramente da publicaçãõ desta ley em diante, a qual mando se publique nos lugares publicos da cidade de Goa, e se registre na Chancelaria della para a todos ser notorio e sempre se saber como asy e ey por bem pelos ditos respeitos, e pela tal publicaçãõ obrigarã esta ley as penas nella contendas nas ditas fortalezas de Maluco e Amboino depois de chegar a ellas o gallãõ São João em que vay por duas vias, huã para ficarem Amboino e outra para passara Maluquo, em cujas feitorias tambem se registará, e asy ey por bem e mando por o ader por muito meu seruiço, que contra os que antes desta ley tiverem mandado crauo ás Manilhas ou qualquer parte fora da India se proceda com todas as penas que por direito merecerem, pois o fizerãõ contra forma dos regimentos que sobre isso são passados. Note



ficco assy aos Ouvidores geraes do crime e crime das ditas partes da India, e aos Capitães das ditas fortalezas de Maluquo e Amboino, feitores, e Ouvidores dellas, e a todos os mais capitães, justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, e mando a todos em geral e a cada hum em expicial cumpraõ e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar esta minha carta de ley da maneira que se nella contém sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a quinze de Abril. El Rey nosso senhor o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e seu Viso Rey da India &c. João de Freitas o fez annõ do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e sete. Luis da Gama a fez escrever.—*O Viso Rey.*

(Livro 1º de Alvarás fl. 103 v. bis)

## 273.

Mathias d'Albuquerque &c. faço saber aos que este meu alvara virem que avendo eu respeito a el Rey meu senhor em suas Instruções me encomendar fizesse contratar per conta de sua fazenda cobre da China para que visse a esta cidade cada anno tanta cantidade delle que bastasse para se fundir em artilharia e se bater em toda mendã de bazarucos que podesse resultar do dito contrato hum certo e honesto rendimento para ajuda das ordinarias e despesas deste estado por ter reservado o contrato do cobre para sua fazenda somente, e não ter concedido té entã que outra pessoa alguma nelle tratasse sem sua licença ou de seu Viso Rey, pelo que mander os annos passados e este presente aprégoar pella praça e lugares publicos desta cidade se attia quem quizesse contratar o dito cobre, e codirãõ algumas pessoas que nelle quizesão entender e apontarãõ algumas condicoes tanto em seu proveito e em perjuizo da fazenda de Sua Magestade que me pareceo não ser justo concederlho, e vendo eu que a fazenda do dito senhor estava impossibilitada para per conta dela se mandar trazer o cobre que era

necessario para os ditos effeitos, comuniquey este negocio  
~~com~~ os officiaes da fazenda do dito Senhor, e conforman-  
do-se com o assento que elles perante mim tomaraõ  
sobre esta materia, e considerando todas as razoes que  
sobre ella foraõ dadas e suas circumstancias, por este ey  
por bem e me praz em nome del Rey meu Senhor dar  
liberdade a todos os mercadores em geral e a cada hum  
em especial, e a qualquer outra pessoa que quizer tra-  
zer ou mandar da China cobre e tratar nelle, o possa li-  
uremente fazer com declaracão que o traraõ ou manda-  
daraõ todo a esta cidade de Goa, e o naõ desembarcarão  
nem levaraõ a outra alguma parte se pena de emcorrerem  
em perdimento do dito cobre e de suas fazendas, e nas  
mais penas pessaes que me parecer justo, e depois de  
trahido o dito cobre pagaraõ na alfandega desta cidade  
em cobre os effeitos que deverem do dito cobre, e any das  
outras mercadorias e fazendas que despacharem em Ma-  
laca ou nesta cidade, e depois que tiverem pagos os ditos  
direitos sendo necessario mais algum cobre para o seu uso  
de Sua Magestade, os ditos mercadores e pessoas outras  
o daraõ pelo preço que na terra valer com se lhes pagar  
primeiro a valla delle da fazenda de Sua Magestade, e  
todo o mais cobre que lhe sobejar depois de terem pa-  
gos os ditos na forma deste alvará o poderaõ os ditos  
mercadores e pessoas levar liuremente para suas casas  
sem per nenhum caso lhe ser tomado para Sua Magestade  
sem primeiro se lhes pagar a valla delle, como dito he  
nem lhe ser feita outra alguma forca ou agrado, e com  
estas condições e declarações que intencamente pelas  
guardas e subditos que tratarem em cobre, e em  
conceito geralmente a dita liberdade. Notificou a dy, ab  
vedor da fazenda de Sua Magestade, capitão mor da  
cidade, capitão da fortaleza de Malaca, Jorç da alfandega,  
seuitor della, mais justices, oydores e pessoas a  
que pertencer, e lhes mandou que o cumprão e guardem,  
e intencamente fagaõ cumprir e guardar como se nele  
contem sem duvida nem embargo algum, e qual sera a  
progação pelas ruas publicas desta cidade e na de Ma-

laqua e China, e registada nos liuros de suas Camaras, feitorias, e alfandegas para a todos ser notorio e se saber como asy o hey por bem pelos ditos respeito, e valerá como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenaçã do Liuro 2.<sup>o</sup> titulo 20, que o contrario despõe. Antonio da Cunha o fez em Goa a xb de abril de 1597. Luis da Gama o fez escreuer.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.<sup>o</sup> de Alvaras fl. 108 v. )

## 274.

Dom Felipe &c a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que auendo eu respeito ter mandado per minhas prouisoões e defesas sob graues penas que nenhuma pessoa trate em pimenta nem a leue pera outros portos mais que para as minhas fortalezas da India para no pezo dellas se vender para a carga das náos, e alguãs pessoas contra forma das ditas defesas e sem temor das penas nellas contendas mandaõ e leuaõ da fortaleza e cidade de Malaqua e seus portos para a China muita cantidade de pimenta, como foy informado Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e Viso Rey que ora he da India, que para se dar algum meo conueniente com que se prohibisse de todo trato taõ prejudicial a minha fazenda o comonicou na mesa da Relaçã das ditas partes com os desembargadores della, e tendo eu outrosy respeito ao assento que elles tomaraõ perante o dito meu Viso Rey sobre esta materia, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçã della em diante que nhuã pessoa de qualquer callidade e comdiçãõ que seja leue nem mande da dita fortaleza de Malaqua e seus portos pera a China pimenta alguã, e toda a que ouuer embarque para a India ou Cochim, onde a poderaõ vender liuremente na forma da prouisaõ que o dito meu Viso Rey tem passada sobre ella, sob pena de perder a pimenta que asy mandar ou leuar pera a China e a embarcaçã em que for achada, e em correr nas mais penas que per direito merceer e em contem nas di-

tas prouisoẽs e defesas, e huãs e outras se executaraõ nos culpados inteiramente, pera cujo effeito mando outrosy ao Ouvidor da dita fortaleza de Malaqua e ao de Machão que todos os annos tire devassa dos que contra esta ley leuaõ ou mandaõ pimenta para a China, e na forma della e das ditas defesas proceda contra os culpados, e a pimenta e embarcação que perderem sera ametade pera as despesas da minha ribeira de Goa e a outra pera quem o aquisar e pera o resgate dos catiudos. Noteficoo assy ao Ouvidor geral do crime e ciuel do estado da India, e ao Capitaõ da dita fortaleza de Malaqua, capitaõ mor da China, Ouuidores daquelas cidades, e a todas as mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e goardar da maneira que se nela contem sem duuida nem embargo algum que a elle seja posto por quanto o ey assy por muito meu seruiço, a qual sera apregoada pelas ruas publicas da dita cidade de Malaqua e da de Machao, e registada nos liuros dos registos de suas Camaras, feytorias, e Ouuidorias para a todos ser notorio e sempre se saber como assy o mando e ordeno pelos ditos respeito. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xij de Abril. ElRey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e VisoRey da India &c. Joaõ de Freitas a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1597. Luis da Gama a fez escreuer. —  
*O VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 105 v. bis )

275.

Dom Felipe &c. a quantos esta carta da ley virem faço saber que por justos respeito que me a isto monem do seruiço de Deos e meu, e quietaçaõ dos moradores da cidade de Machao na China, e se evitarem muitas desordens e insultos que nela se cometem, e por assy

o apresentarem os desembargadores da Relação da Índia em mesa perante Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e Viso Rey que ora he della, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicação della em diante não haja de qualquer qualidade e condição que seja, que na dita cidade de Machão resedir ou a ella for ter, nem outro algum escravo de qualquer outra nação, forro ou cativo, traga sem possa trazer catana grande nem pequena, inda que seja em companhia de seu senhor, sob pena de todo o que com ella for achado contra forma desta minha ley tendo senhor ser cativo para as minhas galés da Índia para sempre, e sendo livre ser degradado, por dez annos para as mesmas galés, e perder a catana que lhe for achada para o meirinho que o tomar com ella, e hũa coupa e outra se executará nos culpados, muito inteiramente e sem remissão, e para a todos ser notorio e sempre se saber como asy o mando e defendo esta sera apregoada pelas ruas publicanda na dita cidade de Machão, e registada no liuro dos registos da Ouvidoria della. Noteficoo assy ao Ouvidor geral do crime da Índia, e ao Capitão mór, e Ouvidor da Machão, e a todas as mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem dnuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu selo das armas reais da Coroa de Portugal a dezessis de Abril. El Rey o mandou por Mathias d'Albuquerque, do seu conselho, e Viso Rey da Índia &c. Antonio Barbosa a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jeſu Christo de 1597. Luiz da Gama a fez escrever. — O Viso Rey.

(Livro 1.º de Alveras fl. 110 v.)

276:

Mathias d'Albuquerque, do. faço saber aos que esta meu alvará virem que auendo eu respeito á fortaleza de

Amboy no não ter rendimento, nem nella se fazerem ta-  
tas despesas que tenha necessidade de correr por fei-  
tores, e a nhã d'elles tegora ter d'allo conta desde o tem-  
po que se fundou, e não aubr della mais proueito, e so-  
mente os ditos feitores servirem de leuarem ordenados  
escusados e fazerem despesas extraordinarias em dano da  
fazenda de Sua Magestade, e por se asy assentar peran-  
te mim pelos officiaes della, ey por bem e me praz que  
da feitura deste em diante na fortaleza de Amboy no  
não aja mais feitor de Sua Magestade como até o presen-  
te ouu, e que os capitães della assy o que ora serua  
como os que pelo tempo em diante forem viruão tambem  
de feitores como se faz em outras fortalezas da India  
e sobre elles se carreguem em recepta o prouimento que  
for desta cidade de Goa, ou da de Malaqua e tudo o mais  
que pertencer a fazenda de Sua Magestade, e o dito Ca-  
pitão taa as despesas com o escriuão da feitoria con-  
forme ao regimento, e sera obrigado a dar conta na fa-  
zenda dos contos, para as quaes despesas terá hum liuro  
que leuara da India numerado per hum contador quando  
for entrar na sua fortaleza, sob pena que não o compra-  
do não vencerá o dito capitão ordenado algum, nem  
terá bates forros, e pagara a fazenda de Sua Magesta-  
de toda a perda que por sua causa receber. Notificoo  
assy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Proue-  
dor mór dos contos, e a João Cayado de Gamboa, capi-  
tão de Amboy no, e a todos os mais officiaes e pessoas a  
que este for apresentado e o conhecimento delle pertin-  
cer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e facão  
cumprir e guardar como se neste contem sem duvida  
nem embargo algum, e valerá como carta posto que o  
efeito delle aja de durar mais de hum anno sem embar-  
go da Ordenação do Livro 2.º titulo xx, em contrario,  
e se registrará nos contos para obrigarem aos ditos ca-  
pitães a darem a dita conta, e este proprio se carregara  
em recepta sobre Christouão de Mello que ora vuy por  
capitão da viagem de Maluco para o entregar ao dito  
João Cayado Capitão de Amboy no com o liuro da recepta

e despesa que tambem leua para elle, e ficará obrigado a trazer certidão de como lhe entregou tudo. Antonio da Cunha o fez em Goa a xbij de Abril de 1597. Luis da Gama o fez escrever.—*O Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 112 )

## 277.

Mathias d'Albuquerque, do conselho de Sua Magestade, Visorey da India &c. faço saber aos que esta meu alvará virem que auendo eu respeito ás diligencias que fez Francisco Paez, Prouedor mór dos contos, e certidões a este juntas per que consta que na fortaleza de Maluco carregaraõ de crano hum juncó e duas fragatas per ordem do capitão Tristaõ de Sousa, e por causa da carga de huã dellas faltar crano para acabar de carregar o galeaõ de Sua Magestade, de que era Capitão José Pinto, e as ditas cargas se fazerem sem promissaõ de Sua Magestade nem minha, e auendo outrosy respeito naõ embarcar os terços que pertenciaõ ao dito Senhor das ditas embarcações, e mandar ficassem na dita fortaleza para se despendarem per sua ordem, tudo contra forma do regimento de Sua Magestade, em que deu notauel perda a sua fazenda, e auendo outrosy respeito como o dito regimento defende expressamente que o capitão de Maluco naõ tome terços pera la os despendem por maior necessidade que aja sob pena de os pagar em dobro pela valia da India, ey por bem e me praz que se carregue em recepta sobre o executor geral o crano seguinte, a saber, cento corenta e cinco bares cento e dois cates de crano de bastaõ dos terços do juncó. Nossa Senhora Boa Viagem, dos quaessaõ carregados em receita sobre o feitor Pero Lourenço oitenta e hum bares cento vinte e dois cates, e os sesenta e quatro bares que o dito capitão tem em sy, que os tomou como por emprestimo, como a dita receita declara, a asy mais sesenta e sete bares cento e sete cates e meo de crano de cabeça dos ter-

ços do crano que se carregou na fragata São Boaventura que são carregados sobre o dito feitor, e assi mais cincoenta e noue bares de crano de cabeça e cincoenta e cinco bares dos setenta e noue bares cincoenta e cinco bares dos terços da fragata Bom Jesu, por quanto os vinte bares trouxe para a Índia Jorge Côrea de Lacerda no galeão da carreira como declara a receita do dito feitor, para o dito executor ter cuidado de arrecadar pela fazenda do dito Tristaõ de Sousa todo o dito crano em dobro pela vallia desta cidade conforme ao dito regimento, e assi o que se liquidar que a fazenda de Sua Magestade receba de perda nos terços e choqueis que ounera dauar se o galeão em que foi José Pinto carregara, que por causa da se carregar a fragata derradeira faltou crano para o dito galeão, e toda a fazenda que ora nesta cidade for achada será executada conforme ao regimento, o que assi se comprirá sem duvida alguma. Antonio da Cunha o fez em Goa a xbiij de Abril de 1597.—*O Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 113)

## 278.

Dom Felipe &c. faço saber aos que esta minha ley vierem que sendo informado Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Viso Rey da India, da rebellidade e atreuimento com que alguns homens sem nhũ temor de Deos, e esquecidos da propria honrra cometem outros fazendo assuadas sem respeito algum de minhas justicas, de que se seguem casos exhorbitantes com grande descredito do nome portuguez, e perturbação de meus vassallos, e perjuizo de todo o estado da India, como a todos he notorio, e querendo proner de remedio conueniente a taõ evidentes males, consultou este caso com o Chanceler e mais desembargadores da Relação do dito estado, ao qual tendose toda a duvida consideração pareceo que se deuia fazer e promulgar a presente ley, pela qual mando que toda a pessoa que com mais de hum companheiro cometer qualquer outro



(posto que o não fira nem a fronte) não sendo fidalgo seja com baraço e pregão publicamente tirado pelas ruas desta cidade de Goa ou do lugar onde cometer o tal delitto e degradado por quatro annos para as galles onde servirá no remo, e sendo fidalgo nos meus liardos seja degradado com pregão em audiência para a Ilha de Ceilão por cinco annos, o qual degredo lhe não será per este caso perdoado nem comutado para outra parte nem em todo o tempo que durar poderá entrar em despachos e fortalezas, nem em quaesquer outras mercêdas tiver té que actualmente não tenha comprido o dito degredo, e no tempo d'elle não vencerá soldo nem forradia, nem poderá requerer satisfação de serviços não d'ouros cinco annos, para effeito do qual se porão as verbas necessarias em seus titulos no liuro da matricula tanto que forem sentenciados; e isto lhe poderá oppor as partes na entrada de seus despachos e merces, e nestas mesmas penas segundo a differença da qualidade das pessoas em correrão aquelles que acodirem ás taes brigas em caso que se ponha da parte do acometedor e não fação demonstração verdadeira de apazuar, e asy os que forem cabeças de ranchos, e da mesma maneira todos os que por qualquer via d'orem ajuda e fauor aos delinquentes, ou mandarem fazer o tal delitto, e mando do Ouvidor geral do crime, e a todos os mais Oupidores, e justicias do dito estado tirem devassa do dito caso tanto que acontecer cada hum em sua jurisdicção, e alem das devassas particulares tirarão outrossy devassa geral em cada hum anno, e procederão contra os culpados conforme ao que mandado e ordeno por esta ley, e havendo asuada na forma da Ordenação averão os que acharem culpados nella todas as penas conteudas alem das sobreditas, e mando do dito Ouvidor geral, desembargadores da Relação, e a todos os mais Ouvidores, Juizes, e justicias, officiaes e pessoas do dito estado da India o cumpirão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar, asy e da maneira que nella se contém sem embargo de quaesquer outras leis, ordenações, prouisoes, e costumes em contrario, e da

Ordenação do Livro 2.º titulo 49 que diz se não entenda ser derogada Ordenação alguã se da sustancia della não for feita expressa menção ou derogação, e assey mando ao Chanceller do dito estado a faça publicar na Chancelaria e emvie com dilligencia cartas como treslado della em forma autentica sob meu sello e seu sinal pera todos os Ouvidores e justiças das fortalezas deste estado aos quaes mando a façã publicar logo nos lugares de sua jurisdição pera que a todos seja notorio, e que se registre na Secretaria do estado, e no livro da Relação em que se custuma registrar semelhantes leis. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a xiiij de Junho. El Rey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Viso Rey da India &c. Joaõ de Freitas a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e sete. Joaõ de Abreu a fez escreuer.—*O Conde Almirante, Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 115)

## 279.

Dom Felipe &c. a quantos esta Carta virem faço saber que auendo eu respeito aos grandes guastos que os meus vasallos que rezidem nas partes da India, assi fidalgos, çaualeiros criados meus, soldados, casados, cidadãos, fazem com os pagens portuguezes que trazem mais por aparato de fausto que por terem necessidade deles para seu seruiço, de maneira que pelos sustentarem a exemplo e competencia de outros se indiuidão e não podem cumprir muitas uezes com outras obriguacões de mais seruiço de Deos e meu, como se tem visto por experiencia de alguns annos a esta parte, e querendo eu nisto prouer para que os ditos meus vasallos com menos custo se sustentem e tenham comodidade para outras obras mais pias, e por outros justos respeitos, e por assi asemtarem na mesa da Relação das ditas partes os desembargadores dela peramte Mathias d'Albuquerque, do meu conselho, e meu Viso Rey

da India, ey por bem e me praz, e por esta mando e defendo que da publicaçãõ dela em diante nenhum soldado, nem homem solteiro de qualquer calidade que seja, traga pagens portuguezes excepto os fidalgos e os capitaes das fortalezas e viagens posto que fidalgos naõ sejaõ, porque cada hum destes poderá trazer hum pagem portugues e mais naõ, e isto tambem se entenderá nos capitaes dos nauios de minhas armadas em quoanto autualmente andarem nelas em mea seruiço por capitaes, e os fidalgos despachados com a capitania de Goa, de Ormuz, Sofala, Malaqua, Dio, Chaul poderaõ trazer quatro pagens portuguezes cada hum delles, e os Vedores de minha fazenda, Secretarios do estado da India, e desembargadores dous e mais naõ, sob pena de todo o que o contrario fizer e for contra esta minha ley e defesa pagar pela primõira vez cimquenta pardaos, e por a segunda cemto, ametade para quem os acusar e a outra ametade para as despesas da Relaçãõ, e alem disso ser degradado dous annos para Damaõ por cada huã das ditas vezes em que for comprehendido, e os pagens seraõ presos e averaõ a mais pena que em Relaçãõ parecer que merecem, as quais penas se executaraõ inteiramente nos culpados, e ey outrosy por bem que pessoa alguã que naõ trouxer espada naõ possa trazer adaga nem cris, nem qualquer outra arma secreta por qualquer espaço de tempo que seja, nem os ditos pagens sob pena das armas perdidas, e cimcoenta cruzados, e dous annos para Ceilaõ, e pelos pagens ou mossos captiuos pagaraõ seus annos. Notefiquoo assy ao Ouvidor geral do crime do dito estado da India, e a todos os Ouvidores das fortalezas e cidades delle, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, que ora sãõ e ao diante forem, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duuida nem embargo algum, a qual será apreçoada pelos lugares publicos da cidade de Goa, e registada na chancelaria domde se enviaraõ os treslados autenticos ás ditas fortalezas e cidades do dito estado

para o mesmo efeito, e para se registarem nas suas camaras e feitorias, e para a todos ser notorio e sempre se saber como asy o mando e defemdo pelos ditos respeitos, e das ditas diligencias se passará certidão nas costas pelo official que a fizer. Dada na minha cidade de Goa sob o'sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a vinte de Junho. ElRey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e VisoRey da Imdia &c. Esteuaõ Nunez a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos noventa e sete. João de Abreu a fez escrever.—*O Conde Almirante, VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 120 )

## 280.

Dom Felipe &c. A quantos esta carta de ley e defesa virem faço saber que por justos respeitos que me a isso mouem do seruiço de Deos e meu, e comseruação deste estado, ey por bem e me praz, e por este mando que nhũa pessoa de qualquer calidade e comdição que seja amde em palamquim sem expressa licença do Comde da Vidigueira, Almirante e meu VisoRey que ora he das partes da India, saluo aqueles que passarem de sesemta anos, que primeiro os justifiarem perante o Ouvidor geral do crime serem dos ditos sesemta anos pera cima, sob pena que quem o comtrario fizer pagar cem cruzados, a terceira parte para quem o acusar e as outras duas partes para os catiuos, e os palamquins com o fato perdidos, e os bois ou os moços que leuarem os taes palamquins sendo catiuos serão degradados para sempre para as gualés, e sendo forros seis annos; e outrosy mando e defemdo que nhũa pessoa de qualquer calidade que seja canalgue com gualdrapa saluo perlados, clerigos, e desembargadores, excepto Ouvidores geraes, sob pena de perdimento da caualladura achamdoos com a dita gual-

drapa posto que naõ vá ninguem nela, e todos os desembargadores amdaraõ sempre á bastarda; e asy mamdo que ninguem tragua moços diamte de sy, tiramdo capitães das fortalezas que as seruissem já ou estiuerm prouidos dellas, e estes podetaõ trazer dous moços somente sob pena de os perderem para as gualés fazemdo o comtrario; e naõ se'emtemderá esta defesa nos Vedores da fazenda, e Secretario do estado, nem Chamçarel, nem nos Ouuidores geraes do crime e ciuel, desembargadores, nem Ouuidor da cidade, que poderaõ trazer aqueles que lhes forem necessarios pera bem de administrarem justiça como menistros que saõ delá; e outrosy defemdo e mamdo por asy o auer por meu seruiço que nenhum moço amde com armas nem bordões nem adaguas e crizes, e e achamdoos com qualquer das ditas cousas seraõ degradados por dous anos para as ditas gualés, e os donos dos taes moços paguaraõ aos meirinhos que os premderem dez cruzados, e amdando com seus amos poderaõ trazer suas espadas. Noteficoo assy ao Ouuidor geral do crime, e a todas as mais justiças e pessoas a que pertmcer, e lhes mamdo que o cumprãõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar como se nesta comtem sem duvida nem embargo algum. e para que a todos seja notorio mamdo que esta carta seja apregoada pelos lugares publicos e acostumados da cidade de Goa para que ninguem em tempo algum alegue inorancia, e se fará asemto nas costas desta de sua publicação. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a vinte e hum de Junho. ElRey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, almirante e VisoRey da India &c. João de Freitas a fez anno do nacimiento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e sete. João de Abreu a fez escrever.—*O Conde Almirante, Viso Rey.*

## 281.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, almirante e VisoRey da India &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do seruiço de Deos e delRey meu Senhor ey por bem e me praz, e por este mando que se notefique aos capitaães e senhorios das náos que ésta momeaçõ presemte partirem para Bengala desta cidade e da de Cochim que não leuem nenhum soldado nem outra alguã pessoa Portugues sem minha especial licença por escrito; e os que conceder a tal licença daraõ os tais capitaães e senhorios das ditas náos fiança no juizo do Ouvidor geral do crime aos tornar a trazer, e por cada hum dos que leuar sem a tal licença e fiança pagará por cada hum cimoenta pardãos, e será degradado hum anno para Ceilaõ; e outro ey por bem que se notefique aos ditos capitaães e senhorios com pena de quinhentos cruzados, hum terço pera catiuos e outro para a ribeira de Sua Magestade, e outro para o acúsador, se não desamarrem desta barra sem por meu mandado se dar busca às ditas náos, e sem embargo da dita não ou nauio ser busquado achamdosse que leuou Portugues sem a dita licença e fiança emcorrerãõ nas sobreditas penas sem remissaõ. Notefiquoo assy ao Ouvidor geral do crime que cumpra e guarde, e inteiramente faça dar á execuçãõ este meu alvará como se nelle contem sem dupida nem embargo algum. Antonio da Cunha o fez em Goa a 9 dagosto de 1597. João de Abreu o fez escreuer.—*Q Conde VisoRey.*

Outro como este se passou para Cochim a 9 de Agosto de 97.

*Postilla.*

Ey por bem que a minha prouisaõ atrás se cumpra e guarde como se nella contem em quanto eu ouuer por bem e não mandar outra cousa, e se registre no livro da Ouvidoria geral do crime, e a dita prouisaõ e es-

ta postilla valhaõ como carta sem embargo da Orde-  
nação do 2.º liuro, titulo xx; em contrario. Oje 12 da-  
gosto de 1597. João de Abreu o fez escreuer.—O Conde  
Viso Rey.

( Livro 1º de Alvarás fl. 123 )

## 282.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, almi-  
rante e Viso Rey da India &c. faço saber aos que este  
meu alvará virem que por eu ver quaõ necessario he aver  
nas fortalezas deste estado ( que todas estaõ rodeadas de  
inimigos ) presidios de soldados que as vigiem e guardem  
de ordinario como está asemtrado por regimento, para que  
quando se oferecer ser necessario acodir a defendellas  
e guardallas o façaõ, e por ser informado que o presidio  
e guarnição de soldado que nellas residem saõ os mais  
delles mestiços filhos de Portuguezes e de mulheres da  
terra, casados e moradores nas ditas fortalezas, e outros  
que vaõ residir nellas por terem seus quarteis e manti-  
mentos certos no conto dos ordenados ás ditas fortalezas,  
e outros homens da terra que nellas saõ casados e mora-  
dores, os quaes se mandaõ assemtar para servirem nas  
armadas, e esta ser a tenção dos VisoReys e Gouverna-  
dores, e naõ para se irem aposemtar nas fortalezas para  
receberem seus quarteis, domde nasce aos soldados que  
do Reino vem a este estado servir Sua Magestade fica-  
rem muitas vezes, principalmente nos invernos que se  
recolhem das armadas, sem paga por se embeber o nume-  
ro dos ditos presidios pagando aos mestiços e homens  
da terra, e querendo nisto prouer por ordem que se en-  
tende que mais convem ao serviço de Sua Magestade,  
e guarda das suas fortalezas, ordeno e mando que da no-  
tificação desta em diante se naõ passe nenhuma certidão  
da matricula para as fortalezas do estado para nellas se  
pagarem aos soldados que assistirem nellas sendo mestiços  
filhos de negras ou de homens da terra, nem lhe sejaõ  
pagos nas ditas fortalezas soldo nem mantimento algum

inda que sejaõ da obrigação dos capitaães e officiaes dellas, por quanto ey por bem que os ditos mestiços só possaõ vencer o tempo que amdarem nas armadas ou assistirem nas fortalezas que actualmente estiuerm de guerra e cerquo, sob pena de naõ serem descontados em seus titulos na matricula geral, nem serem leuados em conta ao feitor que lhes pagar, e se arrecadarem delle sem outro algum despacho mais que pela certidaõ que da matricula se passar da contia que se mostrar nos descontos que se fizer pelos cadernos em que vierem lançados, e o Provedor mór dos contos tamto que for a conta do feitor que os pagar logo fará carregar em receita por bem da dita certidaõ ao executor das diuidas o que nella se mostrar passandolhe mandado para fazer a dita execuçaõ sem mais ser ouuido o dito feitor, e naõ se entenderá isto dos filhos dos Portugueses de pay e may, e os officiaes da matricula sob perdimento de seus cargos naõ passaraõ as ditas certidoes aos sobreditos para receberem nas fortalezas sem apresentarem estromentos publicos justificados por testemunhas juradas como saõ filhos de pay e may Portugueses que naceraõ em Portugal, e a estes a passaraõ nas costas do dito estromento pela ordem que se custumaõ passar fazendo nellas e seus titulos declaraçõ de como prouaraõ pelo dito estromento serem os que dito he, sob pena que o que o contrario fizer será castigado como parocer justiça alem das penas da Ordenaçã, e este valerá como Regimento posto que naõ passe pela chancelaria sem embargo da Ordenaçã do Livro 2.º titulo xx, e será registado na matricula geral e na casa da fazenda dos contos, e o Provedor mór delles mandará passar os treslados por elle asinados para as fortalezas do estado damdoos a pessoas cartas e de recado para que se obriguem a entregallos nas feitorias cobrendo certidaõ de como fiquaõ registados nellas que entregará ao dito Provedor mór dos contos sob pena que lhe elle puzer, e que tudo se cumprirá sem embargo algum. Joaõ de Freitas o fez em Goa a. xbiij.º de Setem.



bro de 597. Joaõ de Abreu o fez escreuer.—*O Conde Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 123 bis )

## 283:

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu aluará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do seruiço delRey meu Senhor e bem de sua fazenda, ey por bem e me praz, e por este mando e defendendo que da publicaçãõ d'elle em diante nũa canella de pessoa de qualquer quallidade e comdiçãõ que sejã sayã de Ceylaõ senaõ para a India e pelo porto da fortaleza de Columbo, e naõ por outro algum porto da Ilha de Ceylaõ, sob penna de perdimento de toda a dita canella, e terça parte para quem o acusar, e as duas para a fazenda de Sua Magestade, e a embarcaçãõ que a trouxer por perdida, e o dono della degradado para as gallés do estado por tres annos, e estar á mais penna que me parecer. e este será apregoado na fortaleza de Columbo e nos lugares de sua jurisdiçãõ para a todos ser notorio, e ninguem pretender ignorancia, e se registará no liuro da feitoria para o feitor de Sua Magestade ter cuidado de mandar dar á execuçãõ ou se arrecadar por sua fazenda o que naõ arrecadar dos comprehendidos. Noteficoo assy ao capitaõ geral da conquista da Ilha de Ceylaõ, e ao da fortaleza de Columbo, feitor, mais officiaes e pessoas que pertencer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem, e façãõ cumprir e goardar como se neste contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ do Livro 2.º titulo 20, em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xxx de Septembro de 1597. E esta naõ passará pela chancelaria por ser do seruiço de Sua Magestade. Joaõ de Abreu a fez escreuer.—*O Conde Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 124 v. )

## 284.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu aluárá virem que por justos respeito que me a isto mouem do seruiço delRey meu senhor, ey por bem e me praz, e por este mando em seu nome a Jorge Florim d'Almeida que serue de Veedor da fazenda da Ilha de Ceylaõ e á pessoa que o dito cargo seruir pelo tempo em diante, e á todas as justiças e officiaes de Sua Magestade á que o conhecimento deste pertencer que fação dar á execuçaõ a ordem que o dito Jorge Florim tem dado per regimento aqerqua do modo em que hade correr o despacho dallfandega da dita Ilha de Ceylaõ; ey outrosy por bem que sirnaõ na dita allfandega os officiaes que o dito Jorge Florim tem prouido, e isto tudo em quanto elle naõ mandar outra cõsa, e pela mesma maneira se goardaraõ os regimentos que der e tem dado para a fortaleza de Columbo que somente aos moradores christaõs e casados que viuem na dita fortaleza se guardem no que toca a naõ pagar direitos conforme a prouisaõ que tem delRey de Ceylaõ D. Joaõ auendo respeito á muyta pobreza dos ditos cristaõs e moradores, e continuacão no seruiço de Sua Magestade, e por elles merecerem ser ajudados e fauorecidos, o que tudo se goardará como dito he em quanto naõ der outra ordem de mais seruiço do dito Senhor. Noteficoo assy ao Capitaõ geral da conquista da Ilha de Ceylaõ, e ao da fortaleza de Columbo, Veedor da fazenda, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprãõ e goardem e fação cumprir e goardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ do Livro 2.<sup>o</sup> titulo 20 em contrario. Antonio da Cunha o fez em Goa a xxx de Setembro de 1597. E este se registará no liuro da feitoria de Columbo para se ver e saber como assy o mando e ey por bem pur seruiço de Sua Magestade. E esta naõ passará pela chancelaria por ser do seruiço da Sua Ma-

gestade. Joaõ d'Abreu o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*  
( Livro 1.º de Alvarás fl. 125 )

## 285

Dom Francisco da Gama, &c. faço saber aos que es-  
se meu alvará virem que auendo eu respeito á facilidade com que os Capitaães providos da viagem de Ceylaõ soltaõ e deixaõ fogir os presos degradados que lhe saõ entregues pelo Ouvidor geral do crime das partes da India sendo as náos em que se embarcaõ de Sua Magestade, ey por bem e me praz visto o assento que sobre este caso se tomou pelos desembargadores da mesa da Relação que o Capitaõ que ora vay para Ceylaõ fazer a dita viagem, e os que ao diante forem tomem entrega de todos os presos degradados que forem para o dito Ceylaõ para lá os entregar ao Ouvidor de Columbo, de que traraõ certidaõ do dito Ouvidor de como lhos entregou pera lá cõprirem seus degredos na forma de suas cartas de guia, e naõ rcebendo os ditos capitaães os ditos degradados quando lhos leuarem ás náos, ou naõ assinando o termo da entrega, ou naõ trazendo certidaõ ao Ouvidor geral do crime de como os entregou em Columbo ao Ouvidor da dita fortalleza, em pena de qualquer destas culpas se arrecadaraõ para a fazenda de Sua Magestade os fretes das fazendas que nas ditas náos trouxerem de Ceilaõ e Cochim, e emcorreraõ mais em pena de cimquo annos de degredo para Damaõ, e para que este meu alvará se cumpra e se dê á devida execução como per elle mando se notificará aos ditos capitaães antes que partaõ desta cidade de que se fará termo da dita notificação nas costas deste dito alvará, a quem o notifico assy, e ao Ouvidor geral do crime das ditas partes da India, mais justiça, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumpraõ e goardem, e façãõ inteiramente cumprir e goardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algũ, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçãõ em contrario do 2

Livro, titulo xx, e posto que não passe pela Chancelaria por ser do serviço, Esteuão Nunez o fez em Goa a 11j d'outubro de 1597. João d'Abreu o fez escrever.  
—O Conde VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 126)

## 286.

Dom Felippe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que avendo eu respeito aos males e inconvenientes, que se seguem dos escritos e recados de desafio que os homens leuão aos desafiados contra as leis de Deos nosso Senhor e minhas e em tão grande perjuizo do bem comũ, e por assy se asseintar pelos desembargadores da Relação peramte Dom Francisco da Gama, Comde da Vidigeira, almirante e meu VisoRey da Imdia, ey por bem e me praz, e por esta mando e defemdo que da publicação desta minha ley em diante que toda a pessoa de qualquer calidade e condição que seja que leuar escrito ou recado de desafio a qualquer outra pessoa, posto que alegne que não sabia o que dizia o dito escrito, e posto outrosy que o dito desafio não aja efeito, encorta nas mesmas penas que a Ordenação no Liuro 5.º titulo 93 dá aos que actualmente vão a desafio e são padrinhos nelle, como tambem emcorreraõ nas mais penas que mandey acrescentar nas leis e prouisoões que sobre os ditos desafios são passadas, e mando ás minhas justiças que fação tirar disto deuassa, e dos que leuão os escritos e recados, e esta minha ley será apregoada nesta cidade nos lugares publicos della, e o chançaler do esdo mandará passar trelados autorizados pera as fortalezas delle. Notefiquo assy ao Ouvidor geral do crime mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que a cumpiraõ e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se nesta contem sem duvida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas reaes da Coroa de Portugal a 11j de outubro. ElRey nosso Senhor o mandou por Dom

Francisco da Gama. Conde da Vidigueira, almirante e VisoRey da Índia &c. Antonio da Cunha a fez anno de mil e quinhentos noventa e sete. O Conde Almirante, Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 127)

287.

Dom Fellipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por me escreuêr o Bispo de Cochim que era de muito inconueniente virem escrauan nas náos para estes Reynos da India por virem os homens embarcados com ellas; de que se podia crer que seria occasiã de se perderem tamtas nesta viagem, e por ser informado que os Senhores Reis meus amtepassados, que santa gloria ajaõ, o mandaraõ defender por prohibiçõs suas que foraõ a essas partes. encomendey a Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueyra, almirante e VisoRey da Índia, procurasse dar a isto o remedio que conuem tratandoõ em conselho sendo o Arcebispo de Goa Primás presente, o que o dito VisoRey fez chamando para este effeito ao dito conselho ao dito Arcebispo e muitos perlados de Religioẽs, Chanceller, e desembargadores da Relaçã das partes da Índia, e outras pessoas graues e letrados, aos quaes todos propondolhe o caso pareceo, por se evitarem occasiões de peccados que nacia de virem escrauan nas ditas náos para este Reyno, que se denia fazer esta ley pela qual ordeno e mando que nũa pessoa de qualquer callidade e comdiçã que seja embarqué nem tragua da India nas ditas náos escrauan que passarem de cinco annos de idade exœpto os homens cazados que comsigo trouxerem suas mulheres em gasalhados onde onesta e comodamente possã outrosy vir as ditas escrauan, porem os sobre ditos homens casados somente as poderaõ trazer com licença dos meus VisoReis ou Governadores das ditas partes da India que considerando a callidade e posses delles e os gasalhados que trouxerem lhe darã a dita licença taxan-

dolhe o numero das ditas escravas tendo nisso a consideração devida como espero, e toda a outra pessoa que a trouxer passando da dita idade de cinco annos, ou forem achadas embarcadas nas ditas náos para este effeito, pelo mesmo caso fiquem liures, e as pessoas que as embarcarem paguem por cada huã cem cruzados, e na mesma pena encorrerão aqueles que em seus galhados ás consentirem, e mando ao Ouvidor geral da India que partindo alguma náao ou náos para este Reyno, e ao Ouvidor de Cochim, dem e mandem dar varejos nas ditas naos para verem se achão nellas embarcadas as ditas escravas, e alem disso cada hum em sua jurdição tire devassa do caso e procedaõ contra os culpados á condemnação da dita pena pecuniaria declarando outroyr por suas sentenças as tais escravas por liures, e mando ao dito Chanceller e desembargadores das ditas partes, e a todos os Ouvidores, Juizes, e justiça que cumpraõ e goardem, e façaõ inteiramente cumprir e goardar esta ley como nella se contem, e mando outroyr ao Chanceler do estado da India que na Chancelaria della a faça publicar, e envie logo cartas com o traslado dela sob meu selo e seu sinal, e faça registrar no Liuro da dita Relação. Dada na minha Cidade de Goa sob meu sello das armas reaes da Coroa de Portugal a vinte e cinco de Outubro. El Rey nosso senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, almirante e Viso Rey da India &c. Gomez Rodrigues de Santa Cruz a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos nouenta e sete. Joaõ d'Abreu a fez escrever.—O Conde Almirante, Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 128 )

288.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de ley virem faço saber que por assy o auer por meu serviço, e se assentar pellos desembargadores da mesa da Relação

das partes da India perante o meu VisoRey dela, e'y por la en, mando e ordeno que os pagodes que vem de fora não corraõ se não forem de corrente e tres pontas (sic) como he a sua primeira instituicaõ que se chamaõ de Agrá, e he a mesma valia que tem os Santomés qua á sua semelhança foraõ instituidos, auendo respeito á informaçã que se tem, e os que corriaõ ora serem de menos pontas (sic) e que cada vez se demenciaõ mais por os mercadores gentios, mouros, e outras pessoas estrangeiras os fazerem a sua vontade e por sua propria authoridade da banda dalem levando ouro bom e legitimo da minha cidade de Goa para o dito efeito, que he em grande prejuizo dos vassallos meus e perda de minha fazenda e quebra da caza da moeda da dita cidade, porque com a dita occasiaõ se leva muito ouro bom, e logo da dita banda dalem o refundem e fazem de má ley, e convertem os ditos pagodes de menos pontas (sic) da sua primeira instituicaõ, e os tornaõ trazer para com elles pagarem as mercaderias que compraõ dandoos em mór vallia do que valem por razã da demenuicaõ das ditas pontas (sic) e bondade do dito ouro; pelo que e por outros justos respeito, tratandosse primeiro este negocio no conselho da fazenda e na dita Relaçã e officiaes da Casa da moeda, e com outras pessoas duntas e de experiencia e zellosas do bem comum, se ordenou que se defendesse que não confessẽm os ditos pagodes se não fossem das ditas corrente e tres pontas (sic) como dito he, e mando que sendo achado de menos sejaõ perdidos para a minha fazenda as duas partes e a outra para o tomador e acusador, e as pessoas em cujas mãos ou casas se acharem encorraõ nas penas em que incorrerem os que sãõ achados passando ouro para fóra conforme a ley do estado sobre isto feita segundo a differença dos dous casos nela declarados, e para que a todos seja notorio e não aja poder alegar ignorancia será esta minha carta de ley apregoada na cidade de Goa pelos logares costumados; e se registrará na Livro da Camara della, de que se fará doento nas copias della Notificao assy ao Chanceler do estado da India,

e a todas as mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumpião e goardem, e fação inteiramente compir e goardar da maneira que dito he sem duuida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu selo das armas reaes da Coroa de Portugal a xxix de outubro. El Rey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Viso Rey da India &c. Joaõ de Fréixas a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1597. Joaõ d'Abreu a fez escrever.—*O Conde Almirante, Viso Rey*

( Livro 1.º de Alvaras fl. 130 )

## 289.

Dom Felipe &c. a quantos esta minha carta de perdão geral for apresentada e o conhecimento dela com direito pertencer, faço saber que em huã Instrução que mandey escrever ao meu Viso Rey das partes da India o anno de quinhentos nduenta e seys, escrita em Lisboa a quinze de março do dito anno, em que vão declaradas alguãs cousas de meu seruiço que naquelas partes mando se faça, esta o Capitulo XI, a letra do qual he o seguinte :

( Aqui o Capitulo XI do Documento 212 deste *Fasciculo*, advertindo-se que a data que o tal Documento traz nas duas *rias* originaes, que delle restam, he a de 16, e naõ 15 de março ).

E querendo Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, almirante, meu Viso Rey que ora he das ditas partes da India, tanto que a ella chegou pôr logo em effeito o que pelo dito Capitulo lhe mando por ter informação que do Cabo de Comorym té á ponta de Dia handaõ muitos Portuguezes omiziados em terras de mouros e nas fortalezas e cidades do estado da India, escondidos das minhas justiças por culpas que cometeraõ té o fim do anno de quinhentos nonenta e seys com temor de serem presos por ellas em tanto desseruiço de Deos e meu pello per



go em que estaõ de perderem as vidas e as almas, tra-  
tou em meu nome de lhes dar perdaõ geral na for-  
ma abaixo declarada com o parecer do Licenciado Al-  
uano Monteiro do Camto, Ouvidor geral do crime do es-  
tado da India, e auendo eu a tudo respeito e a outros  
justos que me a isto motem do seruiço de nosso Senhor  
e meu; ey por bem e me praz por virtude do dito Ca-  
pitolo de perdoar a todos os Portugueses que do dito  
Cabo de Comorim té a ponta de Dio andarem omezia-  
dos em terras de mouros, fortalezas e cidades do dito  
estado da India, toda a pena da justiça ordinaria que  
conforme a direito merecem pelos casos e delitos que  
cometeraõ té o dito tempo em que naõ aja mais partes  
que a justiça exceto os seguintes, lesa magestade deu-  
na ou humana, sodomia, aleitiosia, morte atreçoada ou  
por dinheiro, ou de official da justiça sobre seu officio,  
moeda falsa, e falsidade, e em todos os 'mais casos auerá  
lugar este perdaõ naõ sendo todavia em perjuizo das  
partes, e os escuso do liuramento com declaraçaõ que  
vistas as suas culpas se lhe dará huã pena arbitraria e  
muito modificada com tanto que os que estiucrem da  
banda do norte se venhaõ apresentar ante o dito Ou-  
vidor geral do crime dentro em tres meses depois da  
publicaçãõ deste perdaõ, e os que estiucrem da banda  
do sul nos limites acima declarados se apresentaraõ em  
quoatro mezes, e os que estiucrem na ilha de Goa e em  
suas adjacentes, e nas terras do Idalxá se apresen-  
taraõ tambem em dous meses, e para em quanto se  
naõ vierem apresentar, e naõ poderem ser presos nas  
fortalezas do dito estado da India poderseaõ apre-  
sentar logo ou tanto que a elas recolherem ante os  
Ouvidores das ditas fortalezas se os ouuerem, e  
naõ os auendo aos capitaes delas dentro no dito  
termo que asi lemito aos ditos omiziados, e posto que te-  
nhãõ partes poderaõ apparecer perante o dito Ouvidor ge-  
ral depois de se lhe apresentarem e ante as mais jus-  
tiças minhas sem receo de serem presos pera no dito  
tempo procurarem de auer perdaõ das ditas partes, e

auendoo. se cumprirá este perdaõ do modo acima declarado, e ficaraõ perdoados, como dito he, e não auendo o dito perdaõ das partes se poderaõ ir para onde quizerem em termo de dous meses não estando as barras fechadas, e para que a todos seja notorio mando que esta carta seja apregoada nos lugares publicos da minha cidade de Goa, de que se fará termo diso, e outrosy nas ditas fortalezas, para o qual effeito o Chamçarel do estado da India imuiará a elas os trelados com os selos das minhas armas Reaes. asinados por elle. Noteficoo asy ao dito Ouvidor geral do crime, e a todos os mais Ouvidores, juizes, justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ cumprir e guardar em toda e por toda asy e da maneira que se nela contem sem duvida nem embargo algum que a elo ponhaõ, por quanto o ey asy por bem pelos respeitos asima declarados, e outros justos que me a isto mouem. Dada na minha cidade de Goa sob meu selo das armas Reaes da Coroa de Portugal a trinta doutubro. El Rey nosso Senhor o mândou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Viso Rey da India &c Gomes Rodrigues de Samta Cruz a fez ano do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos noventa e sete. Joaõ d'Abreu o fez escrever.—*O Conde Almirante, Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 131.)

## 290.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante, Viso Rey da India &c. faço saber aos que este alvara virem que por asy aver por serviço de Sua Magestade e bem de sua fazenda, ey por bem e me prax que official algum da alfandega desta cidade despache nenhũa fazenda ainda que sejaõ procuradores bastantes das partes e a sua própria se despachará não estando estes presentes, e sendo roupa se abrião os far-

dos e se contaraõ as peſſas delles, e ſendo caras pelo meſmo modo, ſob pena de perdimento de ſeus cargos poſto que os tenhaõ em vida, e de quatro annos para Ceylaõ, e para que ſaibaõ como aſy o mando ſer-lheha eſte notificado, e ficarã registado no livro do registo da dita alſandega. Notifico aſy ao Vedor da fazenda de Sua Mageſtade, Juiz da dita alſandega, mais officiaes e peſſoas a que pertencer para que o cumpraõ, e façaõ inteiramente cumprir e goardar da maneira que dito he ſem duuida nem embargo algum. Bertolameu Velho o fez em Goa a bj de nouembro de 1597. Joaõ de Abreu o fez escreuer. E os meſmos exames ſe faraõ nas mais fazendas.—O Conde Viſo-Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 134.)

## 291.

Dom Franoisquo &c. aos que eſte meu alnarã vi-rem que auemdo eu reſpeito aos officiaes da fazenda de Sua Mageſtade e a outros alguns que ſernem na fortaleza de Ormuz, que vemcem ordenado da fazenda do dito ſenhor, pagarelhes quartois e mantimentos de fóra per titulos alheos e matricolas que apreſentaõ contra forma do Regimento de Sua Mageſtade ſomente por eſtar em uſo e cuſtume o que lhe pagaõ, e por os capitaẽs da dita fortaleza o mandarem por particulares reſpeitos auemdo elles pela obrigaçaõ que tem de o-lhareſem pela fazenda de Sua Mageſtade para que ſe naõ despenda mal de euitar e atalhar eſta deſordem tanto em perjuizo e deſeruiço do dito ſenhor e de ſua fazenda, e queremdo eu pôr niſto cobro de modo que naõ vá a-vaſte hum uſo taõ máo, ey por bem e me praz, ordeno e mando em nome de Sua Mageſtade que daqui em diante ſe naõ pague aos ditos officiaes os ditos quartois poſto que o mandem os capitaẽs, e mando ao feitor de Sua Mageſtade da dita fortaleza, que ora ha e ao diante ſoſem, naõ façaõ os taes pagamentos ſob pena que de-

zendo o contrario lhe não ser leuado em conta o que asi pagar, e para que se saiba o que asy mamdo e ordeno se registrará este no Liuro da fazenda do dito feitor Notéficoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, superemtemdemte dela da dita fortaleza, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumpraõ e guardem, e imteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenação do 2.º Liuro, titulo 20 em contrario. Gomes Rodrigues da Santa Cruz o fez em Goa a bj de nouembro 597. Joaõ d'Abreu o fez escreuer.—*O Conde Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 134 v.)

## 292.

Dom Francisco &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por asi o auer por seruico de Sua Magestade e bem de sua fazenda por se evitar não poderem desemboaminhar e furtarem os direitos das fazendas que da India vão para a fortaleza d'Ormuz e sejaõ todas despachadas como convem pela importancia que dos tais direitos resulta á fazenda de Sua Magestade que he muita parte pera se fazerem as despesas ordinarias desta cidade, ey por bem e me praz, defeindo e mandõ em nome de Sua Magestade que de noite não andem no mar daquelle portõ junto das néos nem delas para a terra nenhuma embarcação de qualquer calidade que seja salvo ha de atoyde do mar na qual andarem elle em pessoa com homens pera a vegia, que serão pessoas de confiança, e da dita vegia se não recolherá nada depois de ser o dia todo claro sob pena de toda a contra embarcação que for achada, posto que nela andem outros quaesquer officiaes asy da justiça como da fazenda, ser torrada por perdida pera Sua Magestade com todas as que nelles se achar, e as tais pessoas que

nela vierem serem prezas e se proceder contra ellas como for justiça, e para que a todos seja notorio sesá este, apregoado na Xabamdaria da dita fortaleza que está junto da dita alfamdega, e se registará no Liuro do registo dela, de que se fará termo de huã e outra cousa. Notificoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, superentendente dela, e mais officiaes e pessoas a que pertemcer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta pasada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenaçã do 2.º Liuro, titulo 20 em contrario. Esteuaõ Nunes o fez em Goa a bj de novembro 597. E este não pasará pela chamcelaria por ser de serviço de Sua Magestade. João d'Abreu o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

( Livro 1. de Alvarás fl. 135 )

## 293.

Dom Francisco &c. faço saber aos que este alvara virem que por asi o auer por serviço de Sua Magestade e bem de sua fazenda, e por euitar alguns inconvenientes que emperjuizo do dito serviço e fazenda do dito Senhor pode auer, ey por bem e me praz, mando e ordeno em nome de Sua Magestade que daqui em diante toda a fazenda que for ter alfandega da fortaleza de Ormuz de qualquer parte que seja para despachio seja chapada por esta maneira como se faz na alfandega desta cidade, as roupas com tinta, e as sedas com lacre, e sem iso não tirarão seus donos fóra da dita alfandega sob pena que todas as fazendas que se acharem sem as tues chapas serem perdidas, as dtas partes para a fazenda de Sua Magestade, e a outra parte para quem o acusar e o meirinho que fizer a tal execução, e o dono da casa em que se acharem emcorrer na pena que lhe for posta pelo Vedor da fazenda de Sua Magestade, ou Superentendente dela, que será graue para que não aja quem aguarde, e se

possa saber das fazendas que se tiraõ da dita alfamdega sem as taes chapas, e se tomarem por perdidas como dito he, e alem diso seu dono e cujas forem terem hum casti-go grande alegando (?) cousa alguã do Regimento da dita alfandega, e para que a todos seja notorio e naõ aja poder alegar ignorancia este será apregoadõ á porta da dita alfandega e Xabamdaria, e se registara no liuro dos registos dela de que se fará termo nas costa delle de huã e outra cousa. Noteficoo assy ao capitãõ da dita fortaleza d'Ormuz, Vedor da fazenda, supertemdemte, Ouvidor, juiz da alfandega, feitor, mais officiaes e pessoas a que pertencer que o cumprãõ e guardem, e façãõ inteiramente cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he sem dunida nem embargo algum que a elo seja posto por quoamto o ey assy por bem por seruiço de Sua Magestade, e valerá como carta pasada em nome do dito Senhor sem embargo da Ordenaçãõ em contrario. Bertholameu Velho ho fez em Goa a bj de nouembro 597. Joãõ d'Abreu o fez escrever.—*O Conde VisoRey.*

( Livro 1º de Alvarás fl. 136 )

## 294,

Dom Francisco &c. faço saber aos que este alhará virem que auendo respeito ao mão huso e foro em que os capitães dos navios que na fortaleza d'Ormuz se fazem e ordenaõ para andarem d'armada estaõ de muitos annos a esta parte de naõ quererem emtreger quando se desarmaõ as moniçoẽs que lhe sobejaõ, e fazem delas o que querem, que importa hum pedaço, e he perda para a fazenda de Sua Magestade, e falta que pode auer das ditas moniçoẽs, naquela fortaleza, e querendo, em prouer nisto de modõ que naõ aja destragnarse tanto a munde as ditas moniçoẽs e se gaatem elas ao seruiço de Sua Magestade, ey por bem e me praz, e por este mando ao amoxarife da dita senhor em a dita fortaleza, da Ormuz, que ora he e ao diante for, que tanto que os taes capitães forem prouidos por huã armagaõ auandote de

armar outra vez para irem d'armada merecer (rie) os não proujeja de monições e outras cousas sem primeiro entre-garem ao dito almoxarife os sobejos da primeira arma-ção, e satisfazerem no almazem o que así ficarem deuen-do, posto que o capitão o mande, e aja cousa em con-trário do que así mande e ordeno por serviço de Sua Ma-gestade, sob pena que fazendo o dito almoxarife outra cousa e ir fora deste comprehisso lhe não ser levado nada em conta, e para se saber disto será este registado no Livro da receita do dito almoxarife. Noteficoo así ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, supretendente da dita fortaleza, mais officiaes e pessoas a que pertem-cer para que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que dito he sem duida-nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenação em contrario. Bartolameu Velho o fez em Goa a 17 de novembro 597. E este não pasará pela chancela-ria por ser do serviço de Sua Magestade. João d'Abreu o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 136 v.)

## 295.

Dom Francisco &c. por que este meu aldará virem-fa-ço saber que eu sou informado como os capitães da fortaleza de Ormuz todos os annos metem nos almazens de Sua Magestade por todos os modos vinte mil cruza-dos em arroz, sifa, fatexas, cordoelha, madeira, salitre, e outras muitas cousas que sabem que Sua Magestade tem necessidade para o prouimento de suas armadas, só a fim de o venderem ao dito Senhor pelo preço que elles poem e querem pelo grande proueito e interese que disto lhes resulta, e querendo eu atalhar cousa (?) em tanto perju-izo do serviço do dito Senhor e fraude de sua fazenda, y por bem e me praz, e mando ao feitor de Sua Ma-jestade da dita fortaleza, que ora he e ao diante-for, não compre as sobreditas cousas aos ditos capitães senão em extrema necessidade, e quando as não vender na ter-

ra, e se possa comprar por preços licitos, sob pena que fazendo o dito feitor o contrario lhe não ser leuado em conta a despeza que fizer na tal compra, e para este effeito se registrará este no liuro de sua receita. Nosificoo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, supertemdemte da dita fortaleza, feitor della, e a todos os mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o-cumpraõ e guardem, e inteiramente effaçãõ cumprir e goardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta pasada em nome de Sua Magestade, selada de seu sello pemedate sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º Liuro, titulo 20, que o contrario despoem. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a.bij de nouembro de 597. Joaõ d'Abreu o fez escrever. E este não pasará pela chamcelaria por ser do serviço de Sua Magestade. E isto se não entenderá no arroz, dando-o pelo preço que valer na terra ordinariamente.—O Conde Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 135 v. )

Dom Francisco &c. faço saber ao Vedor da fazenda de Sua Magestade nestas partes da India e desta cidade de Goa que o dito Senhor no Regimento que a estas partes mandou em que trata muitas cousas de seu serviço as folhas 13 delle está o Capitulo 36, a letra do qual he o seguinte:

—Ey por bem e mando por alguns respeitoes que me a isso mouem que nenhum feitor meu compre arroz, a-suquero, salitre, orraqua, azeite, nem outra coisa alguna de mantimentos a nenhum Portugues que as ditas cousas tenha para vender, porque não ey por meu serviço que o faça sob pena de quem o asy fizer perqua o cargo pelo meermo cazo, e seja per nós posta outra pessoa em seu lugar até eu prouer, e para que a todos seja notorio esta defesa o mandareis publicar e apregoar, e leréis mi-



ta lembrança de o Vedor da minha fazenda fazer mandar em seus tempos comprar as taes cousas, e fazer os prouimentos dellas nos lugares donde se trazem, e asy o que for necessario para prouimento das fortalezas e de minhas armadas.==

E por quanto cumpre que de todo se cumpra e guarde com effeito o que Sua Magestade pelo dito Capitulo manda e ha por seu seruiço se faça asy nesta cidade como nas mais e fortalezas deste estado como cousa tão importante, e prejudicial a sua fazenda de os ditos officiaes comprarem as ditas cousas prohibidas no dito capitulo, ey por bem e me praz que ele se cumpra muito inteiramente, e o dito Vedor da fazenda, que ora he e pelo tempo em diante for, o faça comprar asi nesta cidade como nas mais e fortalezas acima declaradas pera se executar nos culpados a mesma pena que Sua Magestade lhes dá de suspensões de seus cargos, e para este effeito e de eu os asy prouer como ho dito senhor manda mando aos Ouvidores della ho fação a saber ao dito Vedor da fazenda pera elle me dar rezaõ delo, sob pena de o não cumprindo assy se lhes dar em culpa nas suas residencias, e pera que seja isto notorio a todos será este apregoado nesta dita cidade e as mais acima declaradas pelos lugares publicos delas pera as quoaes o dito Vedor da fazenda pasará os treslados autorizados asinados por elle por ser cousa de sua jurdição, e se registará nos liuros dos registos das Camaras dellas, de que de hũa e outra cousa se fará asemptos pelos officiaes a que pertemcer, Notefiçoo asy ao dito Vedor da fazenda, e Ouvidores a que pertemcer, e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar em todo e por todo da maneira que dito he sem duuida nem embargo algum que a elo seja posto. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 12 de novembro 597. E este não pasará pela chancelaria por ser do seruiço de Sua Magestade. João d'Abreu o fez escrever.—O Conde Viso Rey..

(Livro 1.º de Alvaras R. 137 v.)

## 297.

Dom Francisco &c. faço saber aos que este alvará virem que no Regimento que Sua Magestade mandou a estas partes em muitas cousas que manda se fação de seu serviço ás folhas 12 está o Capitulo 33. para eu como os VisoReys e Governadores deste estado comprirem e fazerem cumprir; a letra he o seguinte:

= Emcomendouos que façaes inteiramente cumprir e guardar o que tenho mandado, acerca de nhũ capitão de não, nauio, galé, ou outras embarcações se pagarem de fazenda alguma minha que na tal embarcação trouxer, asi de presas que se fação como de qualquer outra cousa de diuida, que a elle capitão seja deuida de soldo ou de outra alguã cousa que lhe deua, nem asi mesmo a pessoa que com elle for, porque não ey por meu serviço que por este modo se faça, e toda a fazenda minha que receber entregará aos feitores e officiaes a que por vós ou pelo Vedor da fazenda lhe for mandado, para da mão dos taes officiaes se despendem naquelas cousas que per vossos mandados ou do Vedor da fazenda for ordenado, e por algum outro modo não farão a dita despesa, e fazendoa lhe não será leuada em conta, e ey por bem que pelo mesmo caso perca a capitania da não ou nauio em que andar; e para que a todos seja notorio vos mando que aey o façaes publicar; e porque isto foy já por muitas vezes mandado pelos senhores Reis meus antecessores e por mim, vos emcomendo e mando-vos informeis disto muito particularmente, e façaes proceder contra as pessoas que não comprirão com he rigor e castigo que o caso requiere para ser exemplo aos mais, e se cumprir sempre inteiramente. =

Porque seja certo que té o presente não ouue ter se lembrança de se cumprir he assim como tendo, e Sua Magestade tanto emcomenda e ha por seu serviço se faça, e querendo eu com effeito faze-lo, para que se saiba pelo tempo em diante como per comisaõ e mandado de Sua Magestade o fiz; e para que os ditos VisoRey e Governadores

dores fação o mesmo, ey por bem e me praz em nome do dito Senhor que em todo se cumpra e guarde muy inteiramente o comteudo no Capítulo asima pela mesma ordem e modo que por Sua Magestade está mandado sob as penas nelle declaradas, e para este effeito se registará este aluará nos Liuros das lembranças que está na caza dos comtos e no do registo da fazenda para se ter lembrança de se proceder contra os que emcorrerem neste emcomiso, e para que venha á sua noticia, e não posaõ alegar ignorancia, se apregoará tambem nesta cidade pelos lugares publicos della, de que se fará termo de tudo nas costas delle, e mando ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, que ora he e pelo tempo em diamte for, que deste caso tenhaõ muito particular lembrança para que não aja descuido de se fazer o que Sua Magestade manda, e os taes capitaães que asy o não comprirem se-rem apenados pelas ditas penas, e para de tudo me dar informaçãõ para eu prouer niso como me parecer e for mais servico de Sua Magestade, a quem ho notefico asy, e a todas as mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprãõ e guardem em todo e por todo, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que seneste comtem sem duuida nem embargo algum que a ello seja posto. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 12 de nouembro de 597. Joaõ de Abreu o fez escreuer.—*O Conde VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvarás fl. 138 v.)

## 298.

Dom Phelippe por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçãõ, commercio de Ethiopia, Arábia, Persia, e da India, e dos Reinos de Maluquo &c. a quantos esta minha carta de fey virem faço saber em como o Conde da Vidigueira, Almirante VisoRey das partes da India, em seis de nouembro des-

te presente anno de quinhentos nouenta e sete na mesa da Relação dellas presente os desembargadores propôs com alguãs rézoês se podia ser mandar geralmente que todas as fazendas de Cambaia posto que estejam em franquia se despachem nalfandega da minha cidade de Goa, e não passem a Cochim sem o dito despacho, pera o que se vio o Regimento da dita alfandega e o contrato feito com o Rey do dito Cochim sobre a alfandega daquella Cidade, e pelos ditos desembargadores com o dito Viso Rey se assentou que as fazendas das pessoas que pelo dito contrato deuem direito ao dito Rey de Cochim nalfandega da dita cidade se deixassem hir liuremente pera ella estando dentro nos limites da franquia em quanto eu não mandar o contrario, e que tambem as pessoas que conforme ao dito contrato deuem direitos a minha fazenda na dita alfandega de Cochim nesta mossaõ do anno presente se lhes não podia obrigar a despacharem nalfandega da dita minha cidade de Goa por quanto a franquia he livre pelo Regimento della, e por tal aesta boa fee mandaraõ vir de Cambaya as ditas fazendas, mas que auendo respeito a ser notorio que no dito Cochim se desercaminhaõ e roubaõ os direitos devidos á dita minha fazenda sem se arrecadarem na forma que se devem, se passase esta dita carta de ley pera que se defenda o abaixo declarado, e na forma que se verá: e visto, por miim o assento dos ditos desembargadores que perante o dito Conde assentaraõ na dita Relação por ser assi meu seruiço, e se não usurparem os meus direitos meos, ey por bem e me praz e defendo que as pessoas que por bem do dito contrato feito com El Rey de Cochim sobre a alfandega da dita cidade deuaõ nella direitos a minha fazenda das suas não possaõ passar desta dita cidade de Goa sem primeiro nalfandega della pagarem os direitos das fazendas que trouxeram ou mandaram vir de Cambaya, sob pena que achandose as taes fazendas daqui para Cochim sem certidão do dito despacho serem perdidas, ametade pera o acusador, e a outra ametade pera a minha fazenda, e o nauio ou em-

barcação em que forem carregadas será perdido pera a minha ribeira de Goa, e pello mesmo modo será perdido todo o nauio de Portugues em que andar carrane(sic) gentio ou mouro, e as fazendas das pessoas que pella ordem asina declarada me deuein em Cochim os direitos viraõ em embarcaçoẽs em que naõ venhaõ das pcoas que deuaõ direitos a ElRey de Cochim, sob as pennas asima declaradas por se evitarem os roubos e conluios que ha em baldear as taes fazendas, e naõ descarregarem tudo no mesmo porto, e esta defesa se entenderá do dia da publicaçãõ della em diante, e comprirá como nella se contem, e pera que as ditas pessoas naõ posaõ alegar ignorancia lhes dou hum mes de tempo pera dentro nelle comprirem o asima dito, o qual passado, e naõ o comprindo, emcorreraõ nas ditas penas, e pera que venhaõ á noticia de todos será esta apregoada nesta cidade de Goa pelos lugares publicos della, e se registará nalfandega della, de que se fará assento nas costas della de huã e outra coussa. Noteficoe assi ao Vedor de minha fazenda, e lhes mando que assi o cumpraõ e guardem, e inteiramente façaõ comprir e guardar da maneira que se nesta contem sem duida nem embargo algum. Dada na minha cidade de Goa sob meu sello das armas Reaes da Coroa de Portugal a dezasete de nouembro. ElRey o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante, e VisoRey da India &c. Gomes Rodrigues de Santa Cruz a fez anno do nasimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil quinhentos nouenta e sete. Joaõ d'Albreu a fez escreuer.—O *Conde Almirante, VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 140 )

299.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por assi cumprir ao seruico

delrey meu senhor hirem as náos que ora vão pera o Reino acomodadas de gente de modo que se possaõ defender dos cosairos em caso que os achem, e o dito senhor mandar expressamente por suas cartas, ey por bem e me praz, e por este mando ao Capitaõ Vedor da fazenda da cidade de Cochim, e ao Ouvidor della costrarjaõ as pessoas a quem dey licença pera hirem pera o Reino hirem nas proprias náos que lhes nomeei como veraõ pollas licenças que pera isso lhes concedi, porque o intento que tiue em lhas dar foy pera as defenderem dos ditos cossairos achandoos, e por este respeito os eu despemssar nas taes licenças desendome Sua Magestade não desse este anno a pessoa alguã, e cumprir assy a seu serviço, e conforme ao que me elle manda por outra sua carta que vão as ditas náos acomodadas de gente que as defenda. Noteficoo, assy ao dito Capitaõ Vedor da fazenda de Cochim, e Ouvidor, mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que fação inteiramente cumprir e guardar este meu alvará sem duvida nem embargo algum, e este não passará pella Chancellaria por ser do serviço de Sua Magestade sem embargo da Ordenação em contrario. Esteveõ Nunes o fez em Goa a xxj de nouembro de 1597. Joaõ d'Abreu o fez escrever. E este será publicado em Cochim pera vir á noticia de todos, e da publicação se fará termo para irem por vias a Sua Magestade.—*O Conde Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 142 )

300.

Dom Francisco de Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorey da India &c. faço saber a vós Dom Antonio de Noronha, Capitaõ da Cidade de Cochim, e Vedor da fazenda da carga das náos, que Sua Magestade em hũa Instrução que emviou o anno passado de noventa e seis, no Capitulo 13, que trata sobre os lugares que nas náos do Reino se tomão pera a pimenta

que não cabe nos payões, e outras cousas que se tratao de seu serviço e mo emcomenda, he huã dellas que não aja nhuã duuida o hir pera o Reino sempre toda a pimenta que couber nas náos segundo a carga dellas que em todas vier, de que se dene fazer conta pelo numero das ditas náos e toneladas de que foram emcomendandome que ordenase nisto o que fosse mais seu serviço, de que o avisaria do que tinese feito pera comisso mandar pagar aos contratadores o que lhes deuer dos ditos lugares quando não forem obrigados por seu contrato (a); e visto por mim o que Sua Magestade declara pelo dito Capitulo, e ser sua tenção que as náos do Reino leuem cada huã dellas sua carga por em cheio da pimenta que está contratada, pois he tanto de seu serviço hir toda a copia della sem falta, ex por bem e vos mando que tomeis pera este effeito nas ditas náos todos os lugares necessarios, e disso mandeis fazer assento da valia delles asinados por vós e os mais officiaes que entendaõ deste mister, que me enviareis pera conforme a isso enuiar a Sua Magestade, como pelo dito Capitulo manda. Notificoucho assy pera que o cumprais inteiramente sem duuida nem embargo algum, posto que não passe pola Chancelaria por ser do serviço de Sua Magestade. Gomes Rodrigues de Santa Cruz, o fez em Goa a 24 de nouembro de 597.—Joaõ d'Abreu o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 142 v.)

### 301.

Em Goa a 9 de dezembro de 597 passou alvará com o parecer dos desembargadores da mesa da Relação, per que ouue por bem e por este mandou em nome de Sua Magestade que os prouidos das Capitánias e quaesquer outros cargos da India se lhes não ponha o cumprimento em suas patentes sem primeiro amostrarem

folha corrida por todos os escriuães desta Cidade, por que consta que não tem culpa obrigatoria á justiça, e não sendo o prouido morador nesta Cidade, tambem a apresentará folha corrida do lugar aonde tiver residido mais de seis meses: (a)

(Livro 1.º de Alvarás fl. 143 v.)

## 302.

Dom Francisco da Gama &c. aos que este aluará virem que auendo eu respeito aos gastos que quasi ordinariamente se fazem na fortaleza de Dio do dinheiro do meo por cento que está aplicado para a fabrica della, que he diferente do dinheiro que se carrega sobre o feitor de Sua Magestade, ey por bem e mando que ho thesoureiro mande logo fazer huã arca forte e de boa ferragem com quatro chaves, huã das quaes terá o Prouisor da Misericordia, e outra o Juiz d'alfandegua, e outra o dito thesoureiro do dito meo por cento, e outra Francisco d'Abreu, e nela auerá hum liuro de receita e despesa em que se carregará o dinheiro que remder cada semana, a qual arca estará na casa da Santa Misericordia da dita cidade, e as despesas que se fizerem do dito dinheiro serão pera pagamento das ferias e obras da dita fortificaçãõ somente e não pera outra algũa despesa, e as obras que por esta maneira se ounerem de fazer se farão por ordem do capitão da dita fortaleza, e poderá ser vedor dellas o feitor de Sua Magestade que estiver por carta, e apomtador das obras será o dito Francisco d'Abreu posto que o dito thesoureiro tenha outro escriuaõ, porque pela boa informaçãõ que tenha delle ey por bem e me praz que ele somente tenha o dño officio de apomtador e não outro algum, e das despesas que se fizerem se fará titolo apartado no dito liuro que não saira da dita arqua senão para se fazerem os asemtos necesarios nele, e este se registrará

---

(a) Só este extracto está no Livro.



no liuro da receita do dito fester, e este proprio se terá em boa guarda na dita arquã com ho dito liuro para a todo tempo se saber como se fez por meu mandado, que huns e outros así comprireis sob pena de cincoenta pardãos pera catiuos e acusador, e valerá como Carta .....

( Livro 1.º de Alvarás fl. 144 )

1598.

## PRIMEIRA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

303.

Conde Almirante, Vissorrey, amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar, como aquele que amo. Por estar o Principe, meu sobre todos muito amado e muito prezado filho, muy homem, louvores a Deos, e ser já tempo que nos ajudemos, pois ele o fez qual se podia desear, e para sua mayor emformaçã e melhor espediente dos negoceos, e poder com mais pressa correr o despacho deles sem que aja dilaçã pelo impedimento da minha mãõ direita que tem caussado a gota, deitamey os dias passados que daly em diante ele assina-se por mim todas as cartas, prouisoẽs, e despachos de estado que se fizessem por os meus Secretarios sem mudança do estilo que se custuma ter neles em cousa alguã outra que ser o seu sinal em lugar do meu, que he o mesmo, e por lhe escusar o trabalho de mais assinatura naõ asinará por ora as prouisoẽs e despachos que se fizerem pelos escrivães e ministros dos tribunaes por onde correm, que leuaraõ o meu sinal do caixete, de que me pareceo avissaruos para asy o terdes entendido, e que as vossas cartas e despachos haõ de vir com os sobre es-

---

(a) Assim está incompleto este Alvará, que he de Dezembro de 1597, ou Janeiro de 1598.

exitos pera mim como atéqui se fazia, sem por causa do sinal do Principe meu filho se fazer nisso mudança alguma do que sempre nisto se costumou, e de tudo isto avisareis o Arcebispo de Goa e mais prelaídos desse estado, chanceler, e desembargadores da Relação, capitães das fortalezas, e camaras dos lugares delas, omde as ha, e a todos os ministros ecclesiasticos e seculares dessas partes, e fidalgos que nelas me servem, que tem obrigação de me escrever. Escrita em Lisboa a 5 de Janeiro de 1598.

PRINCIPLE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India.—2.º via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e Visorrey da India.

(Livro 2.º - fl. 448)

304.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar, como aquelle que amo. Com a vinda das náos do anno passado e pelas vias que nelas vieraõ do Visorrey Matias d'Albuquerque entemdy. como não oreis ainda chegado a Goa nem a Cochim, e que se entendia que emuernarieis em Moçaõbique, e muito me pezo de não terdes melhor viagem, e espera em Deos que antes destas náos partirem terey recado vosso por terra de terdes passado á India, e procedido no que a ela vos mandey, conforme á grande confiança que de vós faço.

II. O dito Visorrey me escreve como de muitos annos o Mogor tráz pensamento de se fazer senhor universal dessas partes da India esperando occasião para mais a seu salúo pôr em effeito seus desejos, como a fox tanto que soube das guerras cruéis que avia no Reyno do Melique, divulgandosse por todas aquellas par-

tes hum grande exercito que trazia com que suspendeo os animos de todos, do que diz o Vissorrey que se preñchio muitos dias antes procurando fazer ligua entre o Melique, Idalxá, Cotamaluzo, e os maes Reys da-quele destrito. mandand-lhe para esse efeito embaixadores, e que finalmente fora ao norte para com sua ida suspender a vinda dos Mogores até estes Reys terem tempo para ajuntar sua gente. e de o assy fazer com este intento soposta a importancia do caso me ouue por muito bem seruido, e vos emcomendo muito emcarcidamente que com muito cuidado procureis de unir estes Reys para em hum corpo impedirem os desenhos do dito Mogor como cousa em que tanto vay á quietação e comseruação desse estado, aduertindouos que nesta ligua procedaes com o tento e consideração que conueem, assy para se ela perpetuar como pera se não ofender e escandalizar o Mogor, nem se lhe dar occasião para ele voltar as armas contra as fortalezas desse estado, e em outra carta destas vias vos escreueo tambem sobre as coussas do Mogor, porque materia he para se falar sempre nela.

III. E asy me escreue sobre o bom modo em que o Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menesses procede em sua obrigação pastoral, e em todas as mais coussas de meu seruiço, como tambem o tanho entendido de outras muitas cartas de pessoas desse estado, de que tñue muito contentamento, asy pelo que isto importa ao seruiço de Deos e meu, como por ele corresponder bem em tudo isto á confiança da sua eleição, e porque o dito Vissorrey me faz lembrança que será seruiço de Deos e meu que o Arcebispo e Bispos dessas partes, e seus Vigairos püssão constringer aos Cavalleiros das Ordens militares que compraõ com as obrigações da Igreja, ou mostrem como tem cumprido com ellas, sem embargo dos preuilegios das ditas Ordens, vendo a calidade deste caso, o ey así por seruiço de Deos e meu, e o direis ao dito Arcebispo, e aos mais prelados ordinarios desse estado, para que eles daqui em diante asy o fação por sy e por

gens Vigairos, e o que sobre isto vos escreuo communicareis aos fidalgos e pessoas de calidade para que com seu bom exemplo o deem a outros que deles o denem tomar.

IV. E posto que manda responder ás cartas que tiene de Dom Frey André de Santa Maria, Bispo de Cochim, e lhe agradeço o bom modo em que procedeo o tempo em que governou o arcebisado de Goa, e lhe mandey escrever o mesmo pela armada do anno de 96, vos emcomendo que de minha parte lhe signifiqueis o contentamento que disto tiene, e de saber com quanto zelo proceda nas cousas de sua obrigaçõ, e nas de meu serviço, e lhas emcomendeis de minha parte.

V. Tambem me escreue o dito Visorrey que Dom João Ribeiro, Bispo de Malaca, tem cometido grandes desordens naquele bispado, e que a cidade se mandou queixar a ele delas, e ao Arcebispo de Goa, e que buscava algum remedio para o fazer vir áquella cidade de Goa, e que tem por muito necessario ao serviço de Deus e meu mandar-se outro Prelado áquella bispado; e posto que sobre esta materia tenho bastantemente respondido pelas armadas dos annos de 96, e 97, por outra carta minha vos avisarey de que mais nisto ouuer, e o mandarey tambem escrever mais particularmente ao Arcebispo de Goa, por que por ser materia ecclesiastica e de hum Bispo, a ele toga isto mais diligentemente.

VI. Diz o dito Matias d'Albuquerque que tem particular cuidado de mandar continuar com os pagamentos dos Cabidos dessa cidade de Goa, Cochim, e Malaca, como lho mandey escrever, e este mesmo cuidado vos emcomendo tenhaes de sempre serem bem pagos, e que nesta forma procedays nos pagamentos dos Bispos da China, e Japão, e do Bispo seu coadjutor, e tenhaes em seu tratamento com elles a conta que he rezaõ, como se deve a prelados que representam o estado dos apostolos, e folgey de saber como o tirano daquellas partes estava mais domestico, e que a cristandade da Índia vay cada vez em maior crecimento, e que os menistros que se occupão nela cumprem com sua obrigaçã, que por ser tan

to da minha vola encomendo da maneira que de mim por minhas Instruções o tendes entendido.

VII. Tambem trata das desordens com que diz que corre Antonio de Barros, Imquissidor desse estado, asy em sua obrignação como nas cousas de minha jurdição metendosse nela com muito escandolo, e me he feito lembrança que sera serviço de Deos ter o Arcebispo de Goa a superentendencia da Casa do Santo officio dessas partes; e por ser materia de muita consideração a taluho mandado ver, e em outra carta vos mandarey escrever o que se deve fazer, e asy com Jeronimo Pedrosso, Promotor da Imquissição, que son informado que ha muitos annos que serve este cargo com muita satisfação.

VIII. E asy me diz que o Commissairo geral da Ordem de São Francisco dá de cada vez novas mostras de sua vertude, religião, e letras, e que tem montado muito no serviço de Deos com seu exemplo e vida, e que separou nas terras de Bardes o collegio dos catecumenos e dos orfaõs do collegio dos frades, em que fizera grande obra, e me lembra que devo mandar que em Salcete de Baçaim e Cranganor, onde ha renda pera collegios, se faça o mesmo, mandamdo eu ajudar a obra deles com declaração que em nhum tempo os ditos Religiosos não averão os tais collegios para sua abitação, e ao Arcebispo de Goa escrevo se informe se he conveniente fazersse a tal separação, e achando que he nesessaria se ponha logo em ordem repararemse os ditos collegios como o Visorrey aponta

IX E asy trata na dita carta que por os Religiosos de São Domingos viverem muito desconsolados no convento de Goa onde resedião, por lhe adoccerem e morrerem muitos, fizeraõ outro mosteiro a que puseraõ nome Santo Thomas, a que devia mandar ajudar com algum aluitre ou mercee, e vindo o que nisto me diz, e emformação que tenho deste mosteiro ser muito doentio, vos emcomendo os ajudeis com algum aluitre, ou outra cousa que não seja tirada de minha fazenda, com declaração

que os ditos Religiosos se passem logo todos do mosteiro de São Domingos para a noua casa de Santo Thomás, e deixem a outra em que até ora viuerão, pois he tão doentia, e morrem tantos nella, como se diz, de maneira que não tenhaõ duas casas em Goa.

X. Tambem me diz que os Religiosos da Companhia cumprem com sua obrigaçã no que está a seu cargo, e que fora de muito fructo a vissitaçã que o Arcebispo de Goa fez nas terras de Salsete em que residem os mesmos Religiosos, posto que tem prelados prudentes e doctos a que dera de minha parte os agardcimentos do seu bom procedimento nas cousas de sua obrigaçã, e por ter emtendido que estes Religiosos têm bom cuidado da curã dos doentes do Ospital de Goa, vos emcomendando que de minha parte lhe digaes que ey por muito seruiço de Deos e meu terem eles a administraçã dele, para o que sendo necessario se emuiará lizença do seu Geral, mas que em quanto não for, não deixem de continuar com esta tão pia e necessaria obra, e que de vossa parte procureis de se prouer o dito Ospital de tudo o necessario de maneira que não tenhaõ occasiã de por mal provido o tornarem a largar.

XI. E por a lembrança que me faz que os Religiosos de Sancto Agostinho são pobres, e que lhe deuo mandar acrescentar suas ordinarias (e má fez também o anno de 96) ouue nisto por bem o que tereis visto nas vias do anno passado.

XII. E assy me diz que sera seruiço de Deos emcomendar aos prelados de São Francisco, São Domingos, e Santo Agostinho destes Reinos que mandem Religiosos de virtude a essas partes, por os que lá unhão o abito não terem a criaçã e partes que se requerem para com seu exemplo melhorarem as vidas e costumes, e se empregarem na conuersão, e já tenho mandado escripto aos prelados destas Ordens do Reyno que ordenem que os Religiosos que forem a essas partes da India não tornem delas, e que assy lho declararem logo pelos incomuenientes que d'isto resultã, de que aut-

sareis tambem aos preladôs que lá residem, e avendo nisto alguã mudança daqui até á partida destas náos, vos avissarei disso.

XIII. Tambem me escreue que o Arcebispo de Goa passada a festa do Natal daquelle anno de 96 hia visitar as fortalezas do norte, e que para fazer esta visitação lhe mandou fazer prestes huã escussa gualé, por ser embarcaçãõ segura, de que me oune por seruido, e vos emcomendo que desta mesma maneira procedaes nas embarcaçõs do Arcebispo as vezes que tornar a visitar.

XIV. E asy me diz que tem feitas muitas lembranças com suas cartas sobre a materia de minha fazenda desse estado, e que a sustancia dela naõ he taõ certa nem segura como a deste Reyno por alguãs rezoẽs que aponta, e que se naõ faz pouco em se cumprir com as despesas ordinarias, quanto mais em se fazerem conquistas e fortalezas novas em seu tempo, e em se acudir a outros accidentes desse estado sem lhe irem ajudas deste Reyno, e vemdo en huã lista do que remde esse estado da India ( feita por hum menistro meu de entendimento e experiencia.) me constou em conformidade de outras emformaçõs que tambem tephõ, que importa em cada um anno o rendimento desse estado hum conto trezentos setenta e cinco mil pardãos de trezentos reis o pardão, que he bastante rendimento, ainda que fora menos, para se acudir ás despesas e accidentes dele, pelo que vos emcomendo trateis de vir a boa arrecadaçãõ todo este rendimento, que com isso se acrescentará, e teneis muita conta com a despesa dele, e que dele façais fundamento que aveis de prouer todas as cousas desse estado, naõ esperando dinheiro nhum deste Reino, que pelas necessidades presentes naõ se pode nem deve esperar dele, nem seria comuiniente que prometendo a India tanto de sy, naõ somente para se sustentar, mas para acudir ao Reino, e a o consumisse.

XV. E posto que o dito Vissorrey me escreue que

não ha quem queira arrendar o direito dos canais, sobre o que diz que fez muitas diligencias, vos encomendo que procureis que se arrendem, como já volo tenho mandado pelas Instruções que leuastes, pois com isso se entende o crescimento que pode aver nesta renda.

XVI. E assy me diz que por não aver quem quisesse entender no cobre da China por contrato, senão com muita quebra de minha fazenda, fazendosse nisso todas as diligencias que lhe foraõ possiveis, dera licença que trouxessem cobré da China, e que nele pagassem os direitos das fazendas em Malaqua e em Goa, e que por aquela via ouuera mais cobre do que lhe prometiaõ por contrato, e por esta materia ser de tanta utilidade e tão emcomendada por mim, aprova este modo em que o Viso Rey procedeo para aver este cobre, porque alem de parecer o mais certo, se paga tambem a minha fazenda direitos dele, e vos encomendo muito emparecidamente que procureis que em todos os annos se tragua a Goa per este modo ou por outro mais proveitoso, se o ouuer, e venha a Goa o que se pagar em Malaqa.

XVII. E tambem diz que alégora não ouuera quem quisesse contratar as viagens de Maluco senão com notavel perda de minha fazenda, e porque tenho informaçãõ que de se contratarem pode resultar muito a minha fazenda, vos encomendo que procureis que se contratem, como já por muitas vezes o tenho mandado.

XVIII. Tambem me avisa como no anno passado fizera contrato com Nuno da Cunha, que hia entrar na fortaleza de Moçaõbique, e que por condiçãõ do mesmo contrato se avia de extinguir a alfandega daquela fortaleza; e que somente se avia de pagar nela hum por cento para as obras da fortificaçãõ, como dantes se pagava, e porque nas naõs da armada do anno de 96 por alguãs informações que tiue de começar esta alfandega já a render para as despesas da mesma fortaleza, mandey que se fosse continuando com ela, vos encomendo que assy o façaes, e vades proseguindo com a obra da mesma fortaleza de Moçaõ, cuja alfandega tam-



bem sou informado que comesse já de ir remdendo alguma cousa para pagamento das ordinarias dela.

XIX. E asy me escreue que na alfandegua de Ormuz não ouuera naquele anno rendimento algum por não terem vindo a ela as cafilas da Persia e Baçora, e porque esta alfandegua he a mais importante desse estado e de mór rendimento, vos emcomendo me avisseis da causa porque não vieraõ estas cafilas, e procureis, por todos os modos possiveis, para que acudaõ a ela como dantes.

XX. Tambem me diz que comuem muito a meu serviço a fortaleza de Mascate ser sogeita á de Ormuz, e que os prouidos dela dem menagem aos Capitaes de Ormuz, porque como hade ser socorrida nos accidentes que tiner pelos mesmos Capitaes de Ormuz, lhe acodiariaõ com mais cuidado e diligencia, e venda o que sobre isto me escreue, e como o principal fundamento disso he não se poderem defender os Capitaes de Mascate por sy só nos accidentes que tiuerem, me pareceo que isto se remedearia bastantemente com estar alguma gente de goarniçaõ naquela fortaleza, pagna dos rendimentos da fortaleza de Ormuz para se e quassar esta nonidade e satisfação que he forçado que se dê aos prouidos de Mascate, pelo que vos emcomendo e mando que trateis esta materia em conselho e me avisseis do que nele se assentar que mais conuem a meu serviço que nela faça, e em quanto não tiuerdes ontra reposta minha prouereis nisto de maneira que fique aquella fortaleza de Mascate segura, e assentandosse no dito conselho que se sogeito ao Capitaõ de Ormuz. tratareis entaõ da satisfação que nessas partes se deve dar aos prouidos dela, avissamdomo de tudo muito particularmente, e emuiamdomo hum rol das pessoas que nesse estado estijerem prouidos desta Capitania de Mascate.

XXI. E asy me diz que a cidade de Baçalm em nome dos foreiros dela pretendeo que se lhe fizesse quita e abatimento no foro dos annos da guerra que deuia, e lhes tinha respondido que mandassem requerer sua justiça na mesa da fazenda de Goa, onde se lhe faria inteiramente, e me pareceo mandar apronar o modo em que nisso procedeo.

XXII. Tambem me diz que a cassa que tinha começada na fortaleza de Goa para servir de torre do tombo estava acabada, e mandara entregar as chaves dela a hum Diogo do Couto, e que o secretario desse estado lhe entregara os liuros das menagens e acordos que tinha em seu poder, e que os mais papeis, instruções, e cartas que costumavaõ estar em poder dos Vissores se ordenara por asento dos desembargadores feito na Relação de Goa que se sobreestivesse nesta entrega pelas rezoões que sobre isto apontaraõ, e por outra carta minha vos mandarey escrever a ordem que ouer por bem que se tenha em se cobrarem e goardarem os taes papeis.

XXIII. O dito Matias d'Albuquerque me avizou que mandara registrar nos liuros da matricula e nos dos contos a prouisaõ por que mandey que daly em diante se não comprisse nhuã per que se comcedesse soldo e moradia a algum criado meu que não fosse fidalgo em meus liuros, e encomendouos que façais goardar inteiramente o que por ela mando.

XXIV. E asy me diz que Francisco do Souto, mestre dessa ribeira de Goa, serve o dito cargo com diligência, e espera lhe mande acrescentar o ordenado de sesenta mil reis que tem com ele, e que por não se poder sustentar os Vissores desse estado lhe deraõ mais corenta mil reis cada anno, e uendo eu a boa informação que dele me deraõ, ey por bem que aja os ditos corenta mil reis por prouisaõ de fora, de ajuda de custo, que se lhe passarã cada anno sem se tratar nela que he de ordenadõ, por não ficar isto em exemplo a seus successores que averaõ somente o primeiro ordenado que o dito officio tem.

XXV. Tambem me escreve que a alfandega de Cochim não rende o que basta nem para pagamento das ordinarias que nela estaõ asentadas, e que por isso manda pagar o mantimento do Bispo daquela cidade em outras partes, que tenho por bem feito, e avissarmeeis da causa deste pouco rendimento; e asy diz que a alfandega de Malaca fora aqquele anno arrendada em oi-

tenta e seis mil pardãos amdamdo os annos passados em setenta e quatro; e que ouuera aquele crescimento por naquelas partes não aver guêrra, mas que por muito que renda nhum dinheiro se emuiava da dita alfandegua a Goa, e todo se consumia per ordem do capitaõ e officiaes daquela fortaleza, e por ser materia a que conuem darse remedio, uos emcomendo e mando ordeneis como em todo o caso o rendimento daquela alfandegua vá a Goa ficando somente nella o que montar nas ordinarias da mesma fortaleza, e se não despemda outro dinheiro algum sem ordem vossa e dos Vissorreys desse estado, e façais logo tomar conta muito estreita e particular das cousas em que se despemdeo o dito rendimento, e se cobre o mal gastado, ou o que se deuer por quem for obrigado ao pagar, e de tudo isto me dareis particularmente conta. Escrita em Lisboa a oito de Janeiro de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India.—2.ª via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 430 )

## 305.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuiio muito saudar, como aquele que amo. Em huã das cartas destas vias vos digo no Capitulo 12 dela que mandey escreuer aos Prouinciaes das Ordens de São Francisco, São Domingos, e Santo Agostinho deste Reino que ordenassem que os seus Religiosos que fossem a essas partes da India não tornassem delas, e que asy

Ilio declarassem logo quando de quá partisem pelos inconvenientes que disto resultauão, de que avisarieis-tambem os prelados que lá residem, e que avendo nisto alguã mudança até á partida destas náos, vos avissaria disso, como o faço por esta carta, e he que depois da outra feita me pareceo que não comvinha declarar-se por ora aos frades que de qua forem que não haõ de tornar, senão deixar aos prelados de quá e de lá que nisto procedaõ com eles no modo que lhes melhor parecer, tendo todavia este intento; e isto tratareis com os prelados das ditas Ordens dessas partes como-niquamdo primeiro com o Arcebispo de Goa. Escrita em Lisboa a 8 de Janeiro de 1598.

## PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India—2.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigeira do seu conselho, Almirante e Visorrey da India.

( Livro 2.º fl. 446 )

306.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que por o asy aver por meu servico, melhor governo, e mais conveniente despacho para os fidalgos e outros criados meus e pessoas de servico da India poderem entrar nas merces que por eles lhes fizer nella sem esperarem muito a vagante dos muitos prouidos primeiro, ey por bem que daqui em diante não aja despacho de partes para a India senão de cinco em cinco annos, salvo se antes do dito tempo acabado eu mandar Visorrey ás ditas partes; porque o anno em que ele for não deixará de aver der-

pacho, imda que entãõ naõ seja cheguado o termo dos ditos cinco annos, e quando se tratar do dito despacho em qualquer dos tempos assima declarados se comerá primeiro pelos que ficarem seruindo nas ditas partes, que pelos que delas vierem requerer a este Reyno, porque asy he rezaõ que-seja, e que aja mais lembrança dos que por serem ausentes e estarem seruindo acrecentaõ com isso mais o seu merecimento; e este se publicará neste Reyno em minha chamcelaria e na Relaçãõ de Goa, e se registará nos liuros de minha fazenda e da Casa da India, e nos da dita Relaçãõ de Goa, e se lançará na cassa do tombo dela, e valerá como se fosse carta comessada em meu nome e passada pela chancelaria sem embargo da Ordenaçãõ do 2.º liuro, titulo xx, que o contrayro dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a 8 de Janeiro de 1598. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Sobre naõ aver despacho da India de partes senaõ de cinco em cinco annos, ou anno em que for Vissorrey a elas.—Para Vossa Magestade ver.—2.ª via.

( Livro 1.º fl. 91 )

## 307.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emocio muito saudar, como aquelle que amo. Por huã carta d' Vissorrey Matias de Albuquerque das vias do anno passado emtemdy como ElRey de Melinde viue na Ilha de Monbaça, e que posto que cumpre inteiramente com sua obrigaçãõ em meu seruico se mostra descontente por estar fera da terra omde naceo, e pretemde o Reyno de Pemba por ser falecido o Rey dele, e diz Matias d'Albuquerque que procura ylo detemdo até vossa chegada para estar

mais certo de sua amizade que cuida numqua faltara nele em quanto viuer, pelo que vós emcomendo que vos informeis disto muito particularmente. e que não avendo do Reyno que pretende sucessor direito; ordeneis como ele aja a posse dele, se assy he que lhe pertence, porque pela boa emformaçã que dele tenho e do seu bom procedimento me averey por servido do que nisto fizerdes, de que me avissareis.

II. Tambem diz que o Preste Joã e a Emperatriz sua molher lhe escreuerão duas cartas, mas que não ha quem as saiba ler, e que achando quem o fizesse me emuiaria o treslado delas, e que se não descuidava de mandar todos os annos quinhentos pardões aos Poringueses que estão naquele Reyno, mas que não seria possivel correr neste prouimento por Luis de Mendonça, a quem tinha detreminado ocupar neste negocio, porque hia entrar na capitania de Barcelor do que lhe eu tinha feito merce; e porque a materia he taõ pia como tereis entendido, e de que terey muito contentamento, vos emcomendo muito emcarecidamente que não podendo correr isto por Luis de Mendonça, deis toda a outra boa ordem que for possivel em cousa taõ importante e necessaria ajudandonos para isso da emformaçã e emdustria do dito Luis de Mendonça, que imda que seja ausente bem será que o ouçaes no que fez tantos annos, e o que mais eu ouuer por bem que façais nesta materia volo mandarey escrever por outra carta nestas vias.

III. E assy me diz que por cartas que tene do capitão e Guazil de Ormuz tinha sabido que o Xá Rey da Persia estava prospero e quieto em seus Reynos e com saude, com tambem mo beneficava por huã sua carta que me emuiou por vias para a mandar ver, e que o presente que o anno atrás lhe mandava com a carta que lhe escreuy arribara a Cochim, e lho tornava a mandar com a mesma carta aquele anno, e que o Mogor mandara a este Rey seu embaixador e fora dele mal recebido, que são tudo coussas que folgei muito de saber, de que se segue quanto convem comservarse a amizade

do Xá Rey da Persia como tereis entendido, pelo que vos emcomendo vades continuando com ella como cousa que tanto importa, e me avisels sempre de suas cousas e sucessos, e lhe emuieis a minha carta que lhe agora escreuo em resposta da sua de que vos irá a copia para com ella vos conformardes no que tambem lhe ouuerdes de escrever

IV. Tambem diz que ElRey de Ormuz e seu procedimento he cada vez pior, e que o Guazil serue bem, e que diz que não pode mostrar quaõ afeiçoado he a meu seruiço por respeito do mesmo Rey e pelo parentesco que tem com ele, e porque sobre estas cousas vos tenho mandado escrever pela armada do anno passado o que tereis visto, vos emcomendo que conforme a minhas cartas procedaes, e me avisseis, e senefiqueis ao Guazil que me ey por bem seruido de seu procedimento, se achardes que he ele imda agora tal que mereça este meu recado.

V. E assy escreue que Cide Bem Bareca. arabio, cabeça da cabilda dos Cizares, amda em differença com os Turcos, e se aproueita de toda a occasião que tem para lhe dar muito que entender, e se isto imda agora asy for, rezaõ será que deis o fapor que puder ser a este mouro contra os Turcos da maneira que sem de vossa parte aver cabedal que se arrisque se possa conseguir o que disto deueis pretender para meu seruiço.

VI. Tambem me dá conta que o Mogor esteue mui mal tratado de huã ferida que lhe deu hum veado por huã virilha, e que de suas cousas ao presente não tinha opiniaõ de nouo contra o que me tinha escrito, e que nelas avia de estar até ver outras que tivessem mais força que as em que se ele fundaua, e que os Religiosos da Companhia que estauaõ em sua corte o avisavaõ de tudo, e que cumprem inteiramente com sua obrigaçã no seruiço de Deus e meu, pelo que dera as graças ao Prouincial da Companhia conforme ao que vos tinha emcomendado fizesseis nas vias das náos em que fostes, e que ao Mogor todo o mundo lhe parecia pouco, e que tudo o que

nele ha' cuida que he seu e que se lhe deue, e que dera agora em mandar fazer quinhentos nauios de remo em que pretendia mandar ver o mar de Ormuz e aquela terra, de que tinha auisado Antonio d'Azeuedo, que foi entrar naquela fortaleza, para procurar saber a certeza disto por via de hum feitor seu que tem no Reyno do Cinde e dos mais Portuguezes que andaõ nele, e conforme as nouas que tivesse o avissar, e que o filho segundo do Mogor que estaua sobre a fortaleza de Damanager que he a principal do Reino do Melique, a que acodira valerosamente Chamdebeby, se retirou e recolheu para o Reino de Barara, onde inda estaua sem poder aver nhuã fortaleza do Melique, e do que nisto fez o Vissorrey me ey por bem seruido, e vos emcomendo que procureis por todas as vias ter aviso certo dos desenhos do Mogor por ser caso da importancia que vedes, e que comserueis a amizade de Chamdebeby e dos moradores do Reino do Yzamaluco, ordenando, preuenindo, e fazendo nesta matèria tudo o necessario conforme ao cuidado que ela sempre deue dar em quanto não tomar outro termo, como seria separandosse o poder do Mogor, ou o que Deos for seruido em beneficio desse estado.

VII. E asy me diz que o Ydalcão vay damdo de cada vez mais mostras de sua verdadeira amizade com esse estado, e que dando huã não de meus vassallos á costa nas suas terras mandara que se entregasse toda a fazenda dela com muita fidelidade e diligencia, e que aqueles Reys se não acabauão de confederar hũs com outros contra o Mogor como ele o procuraua por suas openiões e pontos, mas que ele não perde occasião sobre a lingua que mandou tratar com eles por embaixadores e por suas cartas, e que os Reys da costa do Canará e Balalas não acodem com as pareas e mais obrigações que tem conforme a elas, mas que manda nisso fazer as lembranças e officios necessarios, e tudo o que sobre estas cousas me escreue tenho por de meu serviço, e vos emcomendo que vades por diante nesta preuenção de unir os Reys



daquelas partes contra o Mogor conforme ao que vos tenho mandado por minhas cartas.

VIII. Tambem me escreue o Vissorrey que o Samorim naquele anno mais apertadamente que em nhum outro procuraua pazes com esse estado, e que em demonstração de seu bom animo dera liberdade a hum Religiosso da Companhia que foi catiuo na gualé de Dom Fernando Lobo, e que promete de a dar a todos os Portuguezes e cristãos que estiuereem em seus Reynos e senhorios, e de dar neles lugar pera se fazerem Igrejas, e para em Calecú ou Panane se fazer huã fortaleza no lugar e sitio que melhor parecesse, e faria derrubar a fortaleza de Cunhale, e entregaria alguãs peças de artelharia, e daria arrefens a comprir tudo isto; e por o dito Religiosso da Companhia certificar que o Samorim deseiaua estas pazes ordenara que para a pratica delas fosse áquele Rey outro Religiosso da Companhia que entende e fala muito bem a lingoa, com o qual o Samorim falasse só e sem outra pessoa estar presente, e que tem entendido pelo proueito que lhe pode vir da amizade desse estado deseja que se concluaõ as pazes não admitindo em nhum dos particulares delas nhum dos seus regedores, que como são mouros que ele tem por amigos desse Estado arrecea que se não possam concluir tratandosse com eles, e que sobre esta materia praticara larguamente com Dom Aluoro de Abranches quando o mandara por capitão mór do Malauar, e que alem do que lhe dera por regimento mandara tambem outro Religiosso da Companhia de credito e autoridade antre os Malauares para tentar a verdade deste negocio, de que esperaua por oras a resolução, que se viesse a tempo emuiaria com as vias, e senão mo escreueria por terra e considerando eu a importancia desta materia, vos emcomendo que trabalheis por se concluirem estas pazes se ja não forem feitas, melhoramdoas na melhor forma que puder ser e seguramdoas muito nelas, e tratando inda mais do desfazimento de Cunhale que do fazimento de nouas fortalezas, posto que bom será a concessão de tudo.

IX. E azy diz que ElRey de Cochim cada vez se mostra menos afeicoado ás cousas de nòssa santa fé estro-uandoas com tanta cautela e disimulaçã que naõ se possa claramente entender que he ele nisto parte, e que tambem fauorece pouco as cousas de meu seruiço com a meema cautela, mas que nas occasiões que se oferecem lhe escreue com todo o respeito denido, e o mesmo tem a seus requerimentos e cartas, e lhe emuiara a que lhe mandy escrever na via que se abrio, e mandara tambem ao Principe seu sucessor a que hia para ele, com o qual corria mais familiarmente e se fiaua dele em tudo, a que o Principe respondia com a mesma confiança e amor, e posto que deste Rey ha muito tempo que me fazem queixas, vos emcomendo trabalheis de irdes temporizando com ele e comseruando sua amizade, e em especial a do Principe de maneira que se lhe naõ dê occasiã de queixa (com que por ventura ele folgaria para desculpa de outras cousas) e se façã as de meu seruiço em que ele interuier.

X. Tambem diz que o Cotubuxa, Rey de Masulapataõ, mandara avia dous annos seu embaixador para se jurarem pazes, de que se fez assento, e que para ele as jurar em seu Reyno pedira a Matias de Albuquerque lhe mandase huã pessoa, e lhe emuiara hum Francisco Ferreira d'Almeida, que vindo as dilações, entendendo que sua estada naquella corte avia de ser vagarossa pelo mênos em quanto fossem e viessem as náos que tinha mandado a Meqa, se tornára com assaz perigo, e que despois soubera que aquelle Rey tinha deteminado de mandar outro embaixador para dar satisfaçã da passada, e que usaua destas manhas para de todo se naõ quebrar com ele. E que ElRey Dom. João de Ceilã he bom cristãõ, mas demasiadamente prodigo, e naõ tem entendimento para governar a sy nem a seus vassallos, mas que tinha mandado que se lhe fizesse toda a cortezia denida ao nome de Rey cristãõ, e que sua mulher era tirana e pouco fiel, e que tem hũs sobrinhos de que arrecea

que pelo tempo em diante dêem algum trabalho a esse estado, o que iria atalhando quanto lhe fosse possível; e do modo em que procedeo com estes Reys me ey por bem servido, e vos encomendo que sendo os sobrinhos desta Rainha inquietos, e de que se possa ter alguma suspeita os façaes ir para a cidade de Goa, ou deis nisto a ordem que virdes que mais comuem. Escrita em Lisboa a 15 de Janeiro de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VissoRey da India.—2.<sup>a</sup> via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante e VisoRey da India:

(Livro 2.<sup>o</sup> fl. 488.)

## 308.

Eu ElRey faço saber aos que esta minha prouissaõ virem que por alguns respeito de serviço do Deos e meu e bem da justiça, ey por bem que daqui em diante todas as residencias que se tomarem aos capitães das fortalezas da India, se emuiem depois de vistas e despachadas na Relaçõ de Goa, á messa do desembargo do paço deste Reyno por tres vias nas primeiras nãos, para nela se verem conforme ao que nisto tenho ordenado pelos ditos respeito; e mandõ ao meu Vissorrey e Governador das partes da India, que ora he e ao diante for, e ao Chanceler, e mais desembargadores da dita Relaçõ de Goa que cumpraõ e goardem inteiramente esta prouissaõ, que se registará nos liuros da dita messa do desembargo do paço, e nos da dita Relaçõ de Goa, e valerá.

como carta comessada em meu nome e passada por minha chancelaria posto que por ela não passe sem embargo das Ordenações do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres a fez em Lisboa a xv de Janeiro de mil e quinhentos nouenta e oitó. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Sobre as residencias que se tomarem aos Capitaes das fortalezas da India se emuiarem depois de vistas e despachadas na Relaçã de Goa a este Reino ao desembargo do paço.—Para Voasa Magestade ver—2.ª via.

( Livro 1.º fl. 85 )

## 309.

Reverendo Bispo, amigo. Eu ElRéy vos emuiio muito saudar. Receby duas cartas vossas, de dous, e seis de Janeiro do anno passado de 97, e vyo de que por elas me daes conta, e lembrança que tendes de me aviesar das coussas de meu seruico, e tiue contentamento de me dizerdes que as de Ceilaõ ficauaõ no melhor estado que nnnqua tiueraõ, por seu morto o aleuantado Domingos Correa, com que se quietaraõ os Reynos de Cotta e Ceitaaõaqa, que saõ a maior parte daquela Ilha, e tambem me escreueis que, como aqueles Reynos, estivessem pacificos, seria necessario neles mais Religiosos, porque não bastauaõ os da Ordem de São Francisco desse estado, se deste Rayno não fossem muitos, para promulgarem o Evangelho naqueles Reynos, e agradeçamos a lembrança que sobre isto me fazeis, e eu tenho ordenado aos ministros desta Ordem que procurem de mandar nas naõs da armada, deste anno os mais Religiosos que puder ser para este taõ necessario e deuido e feito, e na armada do anno passado mandey escrever ao VisoRéy e aos Supe-

riores das Ordens desse estado que ordenassem como os Religiosos que tivessem a seu cargo promulgar o Evangelho e doutrinar os já convertidos á nossa santa fé subbessem a lingua das terras omde andassem occupados nesta obra, e lho torno a mandar escreuer na armada deste anno.

II. E quanto a Dom Joaõ Rey de Ceilaõ dar aos Religiosos de Saõ Francisco a remda dos pagodes daquela ilha ha muitos annos por huã pronisaõ sua que eles pretendem que lhe eu confirme, e dizeis que naõ será seruiço de Deos e meu confirmarsse, senaõ mandar fazer esmola aos obreiros desta cristandade do que lhe for necessario para seu mantimento pela remda dos mesmos pagodes, pareceome muito bem esta vossa lembrança, e conforme a ela mando ao Conde VissoRey que proceda nisto, e que me avise da despesa que fizestes na visitaçaõ do arcebispado de Goa no tempo que o gouernastes, de que lhe dareis conta para por esse respeito vos fazer a merce que ouuer por bem.

III. E tambem aprono a lembrança que me fazeis pera o Santo Padre deuer de comceder que aja Leguado seu nesse estado, pera o que com muita rezaõ apontaes a Dom Frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa, pelas muitas partes que nele comcorrem; e por ser materia já uista por mim, a mandei apresentar ao Santo Padre, e vimdo a sua repostas a tempo irá nas náos desta armada.

IV. Os liuros que pedis para o coro da vossa Sé e assy os misaes e breuarios tenho mandado se vos emuiem, e o Secretario Diogo Velho vos avissará dos que saõ, e por que pessoa e não vaõ, e para mandar confirmar a prouisaõ que passou o Vissorrey Matias de Albuquerque pera na feitoria dessa cidade de Cochim se pagarem aos Clerigos do vosso bispado seus ordenados, será necessario que a emueis ao dito Secretario pera se ver, e vos mandar responder como parecer que mais couem.

V. Agradeçouos o zelo e cuidado com que procurastes de

se averem os quinhentos cristãos de Santhomé para me irem servir na conquista de Ceilaõ para cujo soldo me escreueis que vos mandou o Vissorrey Matias de Albuquerque oito mil pardãos, e que não ounera isto e feito por faltara ajuda que ElRey de Cochim a isto não deu, e folgei de saber quaõ diferentemente o Principe de Cochim procede nas coussas da cristandade e nas de meu serviço, e eu lho agradeço na carta que lhe mando escreuer por esta armada.

VI. Com o vosso aviso de ser falecido o Arcebispo da Serra Mar Abram tenho dado ordem na prouisão desta prelazia que he de minha apresentação como todas as dessas partes, sobre que tenho escrito ao Santo Padre, e o que nisto se ordenar ( que imda agora quando se esta carta faz se não sabe que efeito terá ) entendeis do Arcebispo de Goa, a quem o mandarey escreper antes da partida destas núos.

VII. E sobre a inquietação que dizeis que vos dá a Misericordia dessa cidade de Cochim por os Irmaõs dela terem nela aos Domingos e dias de Nossa Senhora missas cantadas, a que acode a gente que he obrigada a ir á Sé, mando esereuer ao Arcebispo de Goa que tome informação deste caso e o componha no melhor modo que a ele e a vós parecer. Escrita em Lisboa a 15 de Janeiro de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Bispo de Cochim—2.º via.

( No Sobrescripto. )

Por ElRey.

Ao Renerendo Dom.Frei André de Sancta Maria, Bispo de Cochim, do seu conselho—Segunda via.

( Livro 7.º A. 102 ).

## 310.

Eu ElRey faço saber aos que este alvará virem que por eu ser informado que os capitaes das fortalezas da India occupaõ geralmente nas feitorias de suas fazendas pessoas da naçaõ dos cristaõs novos e gentios, per cujos meios as fazem, de que resultaõ muitos inconuenientes em perjuizo de meu seruiço e do bem das partes, ey por bem e mando que da publicaçaõ deste na India em diante nhum dos ditos capitaes de qualquer fortaleza que seja por nhum caso tenha feitores da naçaõ nem gentios, e mando que nas residencias que se haõ de tomar aos ditos capitaes se perguntem nelas por este caso, e que contra os que nele forem comprehendidos se proceda logo com as penas dos que naõ cumprem minhas defesas e mandados, que se executaraõ neles sem apelaçaõ nem agrauo, nem poderaõ perdoar a dita pena nem parte dela, nem dispensar em cousa alguã desta prouissãõ os meus Visorreys e Gouernadores da India por nhum caso que seja, aos quaes mando que na forma que se nestè contem o cumprã e goardem, e façaõ comprir e goardar inteiramente, porque assy o ey por meu seruiço, e que tenhaõ cuidado de tanto que as ditas residencias forem tomadas, me avisarem do que por elas se achar nestes cassos para eu alem das ditas penas mandar proceder com as mais que ouuer por bem contra os ditos capitaes, e este se registará nos liuros da Relaçãõ de Goa, e se ajuntará aos capitulos dos cassos de que se hade tomar residencia aos ditos capitaes conteúdos na prouissãõ que tenho mandado ás ditas partes, e se registará tambem nos liuros de minha fazenda deste Reino, e da casa da India, e das feitorias dela, e huã das vias dele se lançará na torre do tombo de Goa, e valerá como carta começada em meu nome e passada por minha chancelaria, posto que por ela naõ passe sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres o fez

em Lisboa a 16 de Janeiro de 1598. E eu o Secretario  
Diogo Velho o fez escrever

### PRINCIPE.

Miguel de Moura,

Sobre os Capitães das fortalezas da India não terem por  
seus feitores pessoas da nação nem gentios;—Pera Vossa  
Magestade ver—2.ª via.

(Livro 1.º fl. 69)

## 311.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos em-  
vio muito saudar, como aquele que amo. Eu sou imfor-  
mado que os Vissorreys e capitães das fortalezas desse  
estado cobraõ alguas vezes os rendimentos dele, e orde-  
naõ por sua via as despensas que os mous tissoureiros e  
feitores haõ de fazer por obrigaçaõ de seus cargos, a-  
vendõselhes para isso de carregar em receita os taes ren-  
dimentos de que eles haõ de dar conta, de que resultaõ  
muitos inconuenientes, e faltarem os ditos rendimentos  
para as obrigações de minhas armadas e fortalezas, pelo  
que vos emcomendõ e mandõ que daqui em diante, ces-  
se esta desordem tanto contra meu serviço e boa arrea-  
dação de minha fazenda, e que deixeis liuremente rece-  
ber aos tissoureiros e feitores os rendimentos que sobre  
eles carregã, e quando neles fizerem o que naõ deuem  
prouerem nisto com o castigo que merecerem, e os suspen-  
dereis quando comprir, prouendo os ditos cargos em  
pessoas de confiança, e este he o caminho ordinario com  
que se deue dar remedio a estas cousas, e naõ com se  
inquarem outras extraordinarias e escandalossas.

II. Muito vos emcomendo que procureis que se acabe  
a fortificação de Goa, e que nisto só se despenda o di-  
nheiro do hum por cento que estiver arrecadado ou se for  
arrecadando, por ser materia de tanta consideração e  
importancia que naõ he necessario emcarecela, e presen-  
te vos deue ser que avendõesse isto sempre por taõ neces-



sario nos tempos passados se denem ponderar os futuros.

III. E porque sou informado que os embaixadores do Daquem se partiraõ dessa cidade de Goa mal contentes assy de não leuarem reposta do que pretendiaõ das pazes, como por se não darem por bastantemente providos no tempo que hay estiueraõ, tiue disso descontentamento, e vindo como tem dado mostras de desejar a amizade desse estado, vos emcomendo que tenhaes muita conta com este Rey e respeiteis todas suas cousas, porque não conuem telo por imigo descoberto, mormente em tempo que as náos de Olanda vaõ ter áquelas partes, como vos já tenho mandado escrever por outras cartas antes da data desta.

IV. Tenho entendido que por respeitos particulares sendo algũs deles de pouco momento, os Visorreys deixãõ de ocupar nas armadas e outras cousas que se oferecem os fidalgos que tem partes e esforço para me bem servirem nelas, emcarregando destas cousas a mestizos e a pessoas nãcidas nessas partes, de que resultaõ muitos inconuenientes, pelo que vos emcomendo muito em carecidamente que esta seja huã das cousas de que mayor cuidado tenhaes, entendendo que disimulando as per que se pode passar, e castigando as que o merecãem, he gouerno de menos escrupulo, e que ocupeis e fauoreçães os homens de merecimento e partes conforme ao talento de cada hum, mudandoos de huãs cousas para outras quando asy for necessario, para se escusarem occasiões, e atalharem inconuenientes que poderiaõ as vezes resultar mais disto que das faltas dos mesmos homens, que inda quando ha muitos, he prudencia servir de todos, quanto mais avendo nessas partes taõ poucos que se denem nelas conservar. Escrita em Lisboa a 26 de Janeiro de 1598.

PRINCIPE:

Miguel de Moura

Para o Conde Almirante, Visorrey da India, 2.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 428 )

312.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar, como aquele que amo. O Arcebispo de Goa me escreueo que alguns Religiosos de Saõ Francisco entranaõ das Felipinas no Japaõ, e posto que os annos atrás tinha mandado que o naõ fizessem, vendo agora que juntamente me escreue o dito Arcebispo que foraõ lá bem recebidos do tirano, e tratanaõ com os Religiosos da Compahia de Jesu de repartirem entre sy as terras em que aviaõ de promulgar o Sancto Evangelho, me parece que os que saõ entrados no Japaõ deuem ficar lá debaixo da obediencia do Custodio de Malaca, e que daqui em diante naõ vaõ outros maes das Felipinas, e que da dita Custodia de Malaca se emniem os que ounerem de ir, e mando pedir ao Santo Padre o mande asy por seu Breve, porque inda que isto se pudera ordenar por via do Geral de Saõ Francisco como Prelado supremo de todas as Prouincias da sua Ordem, ficará asy mais firme por Breue apostolicó.

II. Tambem me escreue o dito Arcebispo que lhe parece seruiço de Deos e bem da cristandade daquelas partes naõ se entregarem as emprezas dela a huã só Religiaõ de tal maneira que naõ sendo ella capaz de acudir a tudo, naõ entrem nelas as outras, porque naõ será justo que se percaõ as almas e se naõ dilate o Evangelho por muitas partes, pelo que hey por bem que daqui em diante vos com o dito Arcebispo e com os Inquisidores dessas partes façaes repartiaõ das prouincias antre os Religiosos para este effeito, e que quando parecer que em alguma delas deuem entrar mais Ordens que huã, se ordene asy:

repartimdoas por distritos entre os Religiosos que ouzerem de entrar, para que cada huã Ordem acuda ao seu, e desta maneira se acodirá a necessidade que cada provincia tiuer, e encomendouos que façais esta repartição na forma que neste capitulo vos digo, e ordeneis que se diga aos ditos Religiosos que apremdaõ as lingoas das terras ou Igrejas que tiuerem a seu cargo, como já o tenho mandado nas vias do anno passado, com cominação que se o não fizerem se lhes tiraraõ as ordinarias que tem de minha fazenda, por se ter entendido que sem isto se não applicaraõ a aprendelas, sendo cousa a que já deueraõ ter satisfeito sem esperar serem aduertidos de materia clara e de tanto sua obriguacão que a não podem ignorar.

III. O Visso Rey Matias d'Albuquerque me escreueo que ele tiuera cartas do Preste Joaõ que me não enuiava por não achar quem as traduzisse em Portuguez, e porque isto mesmo poderá acontecer outras vezes asy nas cartas do Preste como em alguãs, de outros Princepes daquelas partes, me pareceo mandaruos aduertir que as cartas que tiuerdes para me emular (ou para mim, ou para vós, ou para outrem) não deixem de vir por não aver quem as treslade em portuguez, porque não faltaõ cá pessoas que o saibaõ bem fazer, e poderia ser de muito inconueniente a dilacão de por esta causa me não serem enuiadas as ditas cartas, de que lá pode ficar huã copia até que se ache quem as traduza, e virem nas vias as proprias cartas.

IV. E vendo o que o dito Arcebispo me escreue sobre a falta que tem os Christaõs Portuguezes que estão nas terras do Preste Joaõ de sacerdote para lhes administrar os sacramentos, que diz que lhe amda procurando, vos emcomendo ordeneis como seiaõ prouidos com este Religioso vista a necessidade que dele tem; e porque também me escreue que padecem muitas necessidades, ey por bem que daqui em diante se lhe emulem mil pardãos desmola para ajuda de sua mantença, posto que até aqui ounessem quinhentos pardãos somente, porque ey

neles este acrecentamento portão bem empreguado como averey todos os mais fauores que lhes fizerdes pela conta que he rezaõ que se tenha com o seu desemparo sendo christãos e Portugueses, e vereis sempre as suas cartas (de que cá me são emuiadas alguãs por via de Luis de Mendoça de Dio) e lhes fareis responder a elas animandoos e consolandoos com a lembrança que deles tenho.

V. O dito Arcebispo me escreue que os VisoReys desse estado tem passadas alguãs prouissoes em fauor dos infieis no que toca a seus pagodes e sirimonias, e por serem em perjuizo da cristandade dessas partes, ey por bem que se reuejaõ pelo dito Arcebispo e pelos Inquisidores e theologos que residem nessas partes, para as que forem escrupulosas se derogarem, e vos emcomendo façaes goardar a prouissaõ que sobre esta materia mandey passar.

VI. E porque diz que por ser gastado o dinheiro que se deu pela viagem da China de que o Senhor Rey Dom Anrique meu tio, que Deos tem, fez merce para a obra da Sé noua, e o Visorrey Matias de Albuquerque lhe tirar os sonégados e descaminhados que tinhaõ para a dita obra, se não trabalhaua nela agora, ey por bem que daqui em diante os tornem a auer para o mesmo efeito, e vos emcomendo ordeneis como se não faça deles outra nhũa despesa. Escrita em Lisboa a 26 de Janeiro de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Condé Almirante, Visorrey da India.—2.ª via  
(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Condé da Vidigueira, do seu conselho, Almirante e Visorrey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 470)

# 313.

Conde Almirante, Visorey amigo. Eu ElRey vos emuo muito sandar, como aquelle que amo. A cidade de Malaca me escreueo que o Visorey Mathias d'Albuquerque os obrigara pagar direitos por sayda das fazendas que daquella cidade hyaõ para S. Thomé, Pegu, Bengalla, e outras partes, pedindome fossein escusos dos taes direitos, e porque sem uossa informação se lhes não pode responder a isto, vos encomendo saibaes por que prouisaõ ou mandado se puseraõ estes direitos, e as causas que ouue para isso, e o que poderaõ importar a minha fazenda, e o dano que recebem os moradores daquella cidade em lhe serem postos, e de tudõ me auisareis muito particularmente com uosso parecer.

II. E assy me escreue a Camara da ditta cidade sobre mandar leuantar a defesa do comercio desse estado para as Felipinas, que lhe estranho na reposta disto, porque não ha que trattar de deixar de hauer effeito a ditta defesa, em que se procedeo com fundamentos claros da importancia de que he para o seruiço de Deos e meu, e bem desse estado; pello que de nouo vos encomendo e mando que façaes cumprir a ditta defesa inteiramente; e porque a mesma Camara me escrene que os Capitaes de Malaca sem embargo da defesa correm com o dito comercio, mandey passar a prouisaõ que vay nestas uias para cada anno se tirar de uossa deste caso conforme a ella, de que tereis particular cuidado, e me escreuereis cada anno o que nisto se fizer.

III. Tambem dizem que os feitores dos Capitaes da mesma fortaleza tiraõ em tres annos cincoenta, sessenta mil cruzados das licenças, das drogas e fazendas que se pesaõ na alfandega della, em que o tendimento da ditta alfandega recebe muy notavel danno, e que os officiaes della são opprimidos e mandados pellos ditos feitores, e porque he materia esta a que conuem darse

logo remedio, vos encomendo que precedendo a informaçã necessaria lho deis pello modo, e com a breuidade que require.

IV. E assy me escreue que sera meu seruiço mandar deste Reyno huã não em direitura a Malaca a carregar de pimenta, como os annos atrás se fazia, e por ser informado que as alfaudegas de Goa e Cochim ficão perdendo os direitos das drogas que nellas deixariaõ de entrar, se de Malaca vierem direito ao Reino, e que indo a Cochim e a Goa se carregão nas náos deste Reyno com já terem pago seus direitos nas ditas alfandegas, e vem as náos juntas, e com menos risco que a que parte só de Malaca, com viagem incerta de quando pode chegar a Santa Helena e ás Ilhas dos Azores, vos encomendo que trateis este negocio mui particularmente com pessoas de experiencia, e me auiseis com vosso parecer. Escritta em Lisboa a 10 de febreiro de 598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 400 )

## 314.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. En ElRey vos emuo muito saudar, como aquelle que apõ Estando com muito desejo de ter nouas vossas e esperando que querendo Deos chegariaõ por terra, quando mais tardassem, por todo janeiro, foi ele servido que assy fosse com as vossas cartas de Manbaca de oito de Abril do anno passado, com que se confirmou a mesma no-

ura que avia poucos dias que viera por Fraindes aonde foi de Veneza; e receby taõ grande contentamento como era rezaõ que o eu tiuesse de terdes passado a viagem a saluamento (inda que com os trabalhos e perda de gente, de que me daes conta) que me pareceo significaruolo por esta carta particular, sem fela vos tratar de maes cousas, e por outra vos mandarey responder á dita vossa carta de Monbaça, que irá nestas vias, das quaes estaus já feita muita parte quando me foi dada, e espero que com a vossa boa chegada a Goa tereis provido nas cousas de meu serviço de tal maneira que no tempo que tiuestes (de maio, em que serieis na India, até dezembro, em que denieis procurar que partissem as náos que este anno se esperaõ) averia tanto melheramento em tudo, que disso me possaes mandar nas mesmas náos taes novas que as deua eu ter por muito boas. Escrita em Lisboa a 10 de fenereiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Viso Rey da India.—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e Viso Rey da India—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 458)

315.

Conde Almirante, Viso Rey amigo. Eu ElRey vos emiuo muito sandar, como aquele que amo. Por outra carta vos escrevo sobre a ley e prematica, que mandey fazer do modo de falar, e escrever, para da publicaçãõ dela em diante se ussar em meus Reynos e senhories, de que nas vias destas náos iraõ treslados autenticos a selados do meu selo, e asinados pelo Chanceler mór, se-

gunco forma da dita ley, deregidos ao Ouvidor geral dese estado, e aos Ouvidores das fortalezas dele, e tambem vay o treslado de huã minha prouissão passado na mesma forma sobre se não pôrem nas cartas e quaesquer aluarás e prouissoes, que forem asinadas por mim, ou feitas em meu nome, na mesma lauda em que estiuer o meu sinal asentos alguns, certidoes, registos, juramentos, posses, nem mandados, e que tudo se faça nas costas das taes cartas, prouissoes, ou aluarás, como mais largamente isto com outras cousas na dita prouissão he declarado, a qual fareis outrosy cumprir juntamente com a dita ley e prematica dos estilos de falar e escrever; de que me pareceo mandaruos avisar por esta carta; e alem dos ditos treslados autenticos iraõ tambem nestas vias mais copias impressas de ambas as ditas prouissoes, para com mais facilidade e diligencia ser notorio a todos o que por elas tenho ordenado. Escrita em Lisboa a x de feureiro de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VisoRey da India—2.º via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 412 )

### *Ley dos estilos de escrever, e falar.*

Dom Philippe per graça de Deos Rey de Portugal, dos Algarues, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da conquista, nauegaçaõ, e comercio da Ethicpia, Arabia, Persia, e India, &c. Faço saber aos que esta minha Ley virem, que sendo eu informado das grandes desordens, e abusos que se tem introduzido no



modo de falar, e escrever, e que vão continuamente em crescimento, e tem chegado a muyto excessos, de que tem resultado muytos inconuenientes, e que conueria muyto a meu serviço, e ao bem, e sossego de meus vassallos, reformar os estilos de falar, e escrever, e reduzi-los a ordem, e termo certo, e praticando, e tratando com pessoas do meu Conselho, e outras de letras, e de experiencia, ordeney de prouer nisto na forma, e maneira ao diante declarada.

✠ Primeiramente, posto que se podia escusar nesta Ley tratar-se de mim, nem de outras pessoas Reaes, todavia, para que melhor se guarde, e cumpra o que toca a todos: Ordeno, e mando que no alto das cartas, ou papeis que se me escreverem se ponha, *Senhor*, sem outra cousa, e no fim dellas, *Deos guarde a Catholica pessoa de Vossa Magestade*: e no fim da lauda em que se rematar a carta, se porá o sinal de quem a escrever, sem outra cousa alguma; e no sobrescripto se porá, *A El Rey n sso Senhor*. E os Duques e Marquesses, e seus filhos primogenitos sómente poderão por no sobrescripto, *A El Rey meu Senhor*: e o mesmo sobrescripto poderão pôr todos os mais filhos dos Duques alem do primogenito que tiuerem parentesco com a Coroa Real dentro do quatro grão, contando conforme a direito Canonico. E quando não tiuerem o dito parentesco, ou não estinerem dentro do dito grão, não poderão por o dito sobrescripto, nem o poderá pôr outra alguma pessoa de qualquer qualidade, dignidade e condição que seja.

Que aos Principes herdeiros, e successores destes Reynos, se escreua pello mesmo modo, mudando a *Magestade* em *Alteza*: e no remate, e fim da carta se dirá, *Deos guarde V Alteza*.

Que com as Raynhas destes Reynos se guarde o mesmo estilo, e ordem que com os Reys. E com as Princesas dellas o mesmo que está dito, que se hade ter com os Principes.

Que aos Infantes e ás Infantes se fale, e escreua por *Alteza*, e se lhes escreua no alto da carta, *Senhor*, e no fim della

*Deos guarde Vossa Alteza: e no sobrescripto, Ao Senhor Ifante N. ou á Senhora Ifante N. Porem quando se escrever, ou disser absolutamente, Sua Alteza, se hade tribuir somente ao Principe herdeiro, e successor destes Reynos.*

Que aos genros, e cunhados dos Reys destes Reynos, e a suas noras, e cunhadas, se faça o mesmo tratamento que aos Ifantes: e que a nenhũa outra pessoa se possa fallar, nem escrever por *Alteza*.

Que aos filhos, e filhas legitimos dos ditos Ifantes se ponha no alto da carta. *Senhor*, e no sobrescripto, *Ao Senhor Dom N. ou á Senhora Dona N.* e se lhe escreua, e fale por *Excelencia*.

Que a nenhũa outra pessoa por grande estado, officio, ou dignidade que tenha, se fale por *Excelencia*, de palaura, nem por escripto, senão aquellas pessoas a quem os Senhores Reys meus antecessores, e eu tiuermos feito merce que se chamem, e falem por *Excelencia*. como elles, e eu a temos feito ao Duque de Bragança, nem se falará assi mesmo, nem escreverá a nenhũa pessoa por *Senhoria Illustrissima*, nem *Reuerendissima*, e ao Arcebispo de Braga, como a Primás, se poderá falar, e escrever por *Senhoria Reuerendissima*.

Que aos Arcebispos, e Bispos, e aos Duques, e a seus filhos que eu mandar cobrir, e aos Marquezes, e Condes, e ao Prior do Crato, sejaõ obrigados todas as pessoas de meus Reynos a escreverlhes, e falarlhes por *Senhoria*, e não a outra pessoa alguã.

Que aos Vice-reys, ou Gouernadores, que ora são, e pello tempo forem destes Reynos (que não tiuerem comigo o parentesco contheudo nas promessas feitas aos ditos Reynos) sejaõ todas as pessoas delles obrigados a escrever, e fallar por *Senhoria* em quanto seruirem os ditos cargos.

Que ao Regedor da Justiça da Casa da Suplicaçãõ, e Gouernador da Relaçãõ do Porto, Vedores da Fazenda, e Presidentes do Desembargo do Paço, e Mesa da Consciencia e Ordens, no tempo em que estiuermem em seus

tribunaes, falem por *Senhoria* todas as pessoas que nelles entrarem, e o mesmo fazaõ nas petições, e papeis que se lhes escreverem, e ounerem de apresentar, estando assi mesmo nos seus Tribunaes, e quando estipereu fora delles se lhes naõ poderá fallar, nem escrever por *Senhoria*.

Que aos Embaixadores que tiverem assento na minha Capella, e a qualquer outra pessoa, que por algum respeito eu mandar cobrir, se possa escrever, e falar por *Senhoria*, o que se naõ poderá fazer com outra pessoa algũa.

Que nas partes da India escrenaõ, e falem por *Senhoria* ao Visorey, ou Governador, dellas, todas as pessoas que lá andarem.

Que no estilo de escrever hũas pessoas a outras, se guarde geralmente sem excepção algũa a ordem seguinte. Começará a carta, ou papel pella razão, ou pello negocio sobre que se escrever sem pôr debaixo da Cruz no alto, nem ao principio da regra nenhum titulo, nem letra, nem cifra que o signifique: e acabará a carta dizendo, *Deos Guarde Vossa Senhoria*, ou *vossa merce*, ou *Deos vos guarde*, e logo a data do lugar, e do tempo, e após ella o final sem outra cortesia no meo.

E toda a pessoa que tiver titulo de Duque, Marques, ou Conde, Visconde, ou Baraõ, quando fizer o seu sinal nas cartas, e em quaesquer outros papeis, e escripturas, declarará o titulo que tiver, e o nome do lugar donde e tiver.

Que nos sobrescriptos se ponha ao Prelado a dignidade Ecclesiastica que tiver, e ao Duque, Marques, ou Conde, Visconde, ou Baraõ a de seu titulo, e aos fidalgos, e outras pessoas seus nomes, e apelidos, e a cada hum dos nomeados neste capitulo a dignidade, ou grão de letras, que tiverem, e aos que forem criados meus, o foro que em minha casa tiverem.

Que desta ordem se naõ possa exceptuar, nem exceptue o vassalo escrevendo ao senhor, nem o criado a seu amo, porem os officiaes das Camaras das Cidades, Villas, e Lugares, que escreverem aos senhores deles que tiverem

doaçãõ minha para se poderem chamar senhores dos taes lugares, põraõ nos sobrescritos das cartas: *A. N.—Da camara da sua vila de N.*

E os pais aos filhos, e os filhos aos pais, e os irmãos aos irmãos, poderaõ alem do nome proprio acrescentar o natural, e tambem ante o marido, e a mulher declarar o estado do matrimonio, se quizerem.

Que ás mulheres se faça o mesmo tratamento por escrito, e de palaura, que conforme ao que está dito se ha de fazer a seus maridos.

Que aos Geraes, e Prouinciaes das Ordens se possa falar, e escreuer por *Paternidade*, e aos mais Religiosos por *Reuerencia*, e no sobrescripto se lhes poderá pôr alem do nome, o officio, ou grão de letras que tambem tiuerem, mas em presença dos Geraes não se chamará *Paternidade* a ninguém senão a elles.

Outrosi pôr atalhar os excessos que se vão introduzindo, pondo coroneis nos escudos de Armas, e sinetes, e reposteiros as pessoas que os não podem pôr, ordeno, e mando que nenhuma pessoa possa pôr coroneis nos taes sellos, ou reposteiros, nem em outra parte alguma em que ouuer Armas; excepto os Duques, e seus filhos, Marqueses, e Condes, pondoos porem regulados conforme á calidade do titulo de cada hum, que mandarei declarar por Rey de Armas Portugal, a quem para isso se dará ordem, tomandose d'elle, e dontras pessoas praticas na nobreza as informações necessarias.

E os que não cumprirem, e guardarem inteiramente em todo, ou em parte o contheudo nesta minha Ley, incorrerão pella primeira vez em dez mil reis, amétade pera o accusador, e a outra para captinos, e pella segunda em vinte mil reis repartidos pella ditta maneira, e isto as pessoas que tiuerem calidade de fidalgos até cavaleiros, e as outras pessoas de menor calidade incorrerão em pena dez cruzados pella primeira vez, e hum anno de degredo fora do lugar e termo, e pella segunda em vinte cruzados, e hum anno de degredo pera Africa: e sendo comprehendidos mais vczes, seraõ condenados em môres pe-

nas, segundo o arbitrio do julgador, tendo respeito ás qualidades das pessoas culpadas, e á continuação de sua culpa, alem do desprazer que eu por isso receberey. com que mandarey prouer no que for necessario, que sendo a mór pena de todas, he de crer que não auerá quem dê occasião a isso; e mando a todas as justiças destes meus Reynos, e Senhorios, que tenhaõ particular cuidado de executar as ditas penas naquelles que não cumprirem inteiramente esta Ley. E para que a todos seja notoria, mando ao Chanceller Mór que a publique em minha Chancellaria, e enuie logo o traslado della sob meu sello, e seu sinal, a todos os Corregedores, e Ouvidores das Comarcas dos ditos meus Reynos, e Senhorios, aos quaes mando que tambem a publiquem nos lugares onde estiuerm, e a fação publicar em todos os mais de suas Correições, e Ouvidorias, e enuiem disso suas certidoes ao Chanceller Mór, e registarscha no liuro da Mesa do Desembargo do Paço, e nos liuros das Relações das Casas da Suplicação, e do Porto. E esta propria se lançará na torre do tombo. Joaõ Falcaõ a fez em Lisboa a 16 de Septembro de mil e quinhentos nouenta e sete. E eu o Secretario Lopo Soarez a fiz escrever. (a)

---

*Provisão.*

Eu ElRey faço saber aos que esta minha Prouisaõ virem, que poreu ser informado dos desconsertos, e indecencias, com que nas Cartas, e Prouisoes minhas se lanção algũs assentos, e certidoes de verbas, posses, juramentos, e registos, e outras diligencias: e querendo-nisso prouer, ey por bem, e mando, que em todas as Cartas, e quaesquer outros Aluarás, ou Prouisoes, que forem assinadas por mim, ou feitas em meu nome, se não possaõ pôr na mesma lauda, em que estiuier o meu sinal, assentos algũs, ou certidoes de verbas, registos, juramentos, posses, nem mandados que se cumprão,

nem de quaesquer outras diligencias: e que todos estes se fação nas costas das taes Cartas, Provisões, ou Alvarás: e que nas ditas certidoês, e assentos se não possaõ nomear por Senhores quaesquer Ministros, que dêrem as ditas posses, e juramentos, ou fizerem as ditas diligencias, nem as pessoas com que se fizerem, e que outrosi em quaesquer autos, ou escripturas publicas se não nomeem pessoas algũas por Senhores, nem os officiaes ante quem os taes autos ou escripturas se fizerem, o que todos assi cumpriraõ, e guardaraõ inteiramente, sob pena de suspensãõ de seus officios até minha merce, e de vinte cruzados, ametade pera o acusador e a outra ametade pera os raptivos, pela primeira vez, e quando algũs encorrerem nesta pena outras vezes, alem della procederaõ os julgadores contra elles, com as penas que mais lhe parecer, segundo seu arbitrio, tendo respeito á continnação dos culpados. E pera que ninguem possa allegar ignorancia do contheudo nesta Provisãõ, mando ao Chanceller Mór que a faça publicar na Chancellaria, e que envie os treslados della sob meu sello, e sen sinal, a todos os julgadores de meus Reynos, e Senhorios, aos quaes mando que tenhaõ muito cuidado de a fazer cumprir, e guardar como nelle se conthem, e registrar-seha nos liuros do Desembargo do Paço, e das casas da Suplicaçaõ e do Porto, e valerá como carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada por minha Chancellaria, posto que o effeito della aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ do segundo Liuro, titulo vinte, que o contraíro dispoem. Francisco Matoro a fez em Madrid a iij de Agosto de mil quinhentos e nouenta e sete. Antonio Moniz Dafonseca o fez escrever. (a)

## 316.

Conde Almirante, Vissorrey, amigo. Eu ElRey vos emulo muito sandar, como aquele que amo. Por até o pre-

---

(a) Exemplar impresso, no Livro 1.º d. 151.

sente se não pôder ordenar pessoa das partes e talento que se deseja para me servir no cargo de Veedor da fazenda em Cochim, me pareceo mandar agora escrever a Dom Antonio de Noronha, capitão daquela cidade (a que o Viso Rey Matias de Albuquerque proueo do dito cargo, de que me outie por seruido) fosse continuando nele até mandar de cá pessoa que o sirua pela importancia de que he prouesse aquele cargo em pessoa de muita confiança, e em que comcorraõ as partes necessarias, e em tempo que o cabedal para a compra da pimenta vá por conta de minha fazenda; pelo que vos emcomendo muita emparecidamente que em tudo o que para este effeito for necessário the deis toda ajuda e fauor, com que espero que se comsigua o intento de partirem as naos com boa carga da pimenta, e não sobrecarreguadas de outras fazendas, e tão cedo que com ajuda de Deos venhão a saluamento a este Reyno. Escrita em Lisboa a 19 de feuerreiro de mil quinhentos nouenta e oito.

### PRINCIPE:

Miguel de Moura;

Para o Conde Almirante, Viso Rey da India.—2.ª via.

(No Sobrecripto)

Por El Rey:

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante, e Viso Rey da India,—Segunda via.

( Livro 2.º ff. 410. )

## 317.

Conde Almirante, Visorrey, amigo. Eu El Rey vos emuo muito saudar, como aqdele que amo. Nas vias do anno passado me deu o Viso Rey Matias de Albuquerque conta dos letrados que occupou em Offiçidõres das fortalezas deste estado, e por elas entendy que alguns deles não forão cá aprouados para meu ser-

nição, e que outros não leraõ no Desembargo do Paço, e que um deles era Cristão nouo; e juntandosse a isto o que escrenestes a Miguel de Moura ( para disseo me dar conta ) que não comuinha passarem e essas partes letrados Cristãos nouos ( que emtendo que õ direis (sic) por não serem á falta de oútro admetidos a cargos de letras ) vos emcoimendo e mando que por nhum caso que seja emcarregueis das Ouvidorias das fortalezas a homens da nação por mais suficientes que sejaõ nas letras, nem a outros letrados ( posto que Cristãos velhos ) que não mostrarem como foraõ aprouados pelo Desembargo do Paço para meu seruiço, porque de menos emconveniente será seruirem estes cargos homens não letrados ( como se fez em outros tempos ) tendo outras partes boas, que letrados que as não têm; e emformaruseis ( se e ja não tiverdes feito ) do que nisto ha, a que acodireis com o remedio necessario em falta dos letrados que de cá não forem, ou nao chegarem a essas partes dos que este anno se embarcarem por meu mandado, que entenderéis por outra carta minha depõis que se tomar detreminação com eles, e de tudo o que nisto passar e fizerdes me dareis conta.

II. A Camara da cidade de Cochim me escreueo sobre o que ela fizera nos nauios da armada em que Dom Antonio de Noronha foi buscar os paros que pelejaraõ com a gualé de Dom Fernando Lobo; e a este preposito da despesa que a cidade fez no apercebimento dos ditos nauios me fala no ditiçiro do hum por cento, pedimdo-me que se lhe não tire; e porque não á cabo de entender o que propriamente isto he, vos emformareis disso, de que me avissareis, e nas coussas em que tiver rezaõ lhe dareis favor e ajuda entendendo de vós como asy volo escreuy. Escrita em Lisboa a 19 de feuerreiro de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visso Rey da India.—2.º vis.



( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, de  
seu Conselho, Almirante e VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 486 )

318.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que eu sou informado que fazendo os Visorreys e Governadores da India merce a seus parentes e criados de algũas fazendas de partes, a que chamaõ aluitres, sobre o que ha ordinariamente demandas, mandaõ se não dê sentença no caso sem eles estarem presentes, de que se seguem os inconvenientes que se sabem a meu seruiço e á boa administração da justiça que conuem se faça liuremento, pelo que ey por bem e mando que daqui em diante quando se sentencarem algũas caussas desta calidade, ou qualquer outra na Relação de Goa, em que sejaõ partes parentes dos VisoReys e Governadores em terceiro grão de consanginidade ou afepidade inclusiu, ou de criados seus, que atualmente os servirẽ ou tenhaõ servido, não sejaõ eles presentes ao despacho dos taes feitos; e asy hei per bem que quando na dita Relação se asentar que algũas cartas e prouisoẽs assinadas pelos ditos VisoReys e Governadores não podem pasar pela chancelaria por caussa das grossas ou duuidas postas pelo Chanceler da dita Relação, que nelas se detreminem por justas, não passem pela dita chancelaria, posto que os ditos Visorreys e Governadores o mandem depois expresamente sem embargo da duuida ou grossa do dito Chanceler, e em caso que o dito Chanceler as passe, que não he de crer que faça contra esta defessa e sua obrigaçaõ, mando que não valhaõ nem tenhaõ força, nem se faça por elas obra algũa; e outrosy não valeraõ as taes cartas e prouisoẽs se depois da dita grossa ou duuida se passar nelas que se cumpraõ sem passarem

pela chancelaria: e esta se registara nos liuros de minha fazenda, e nos da dita Relação de Goa, e chancelaria, e contos dela, e valerá como carta comecada em meu nome e passada pela chancelaria, posto que por ela não passe, sem embargo das Ordenações do 2.º Livro, titolo xx, que o contrario dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a 20 de feuerreiro de 1598. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escreuer.

## PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Provisão sobre o que nela he declarado.—Para Vossa Magestade ver toda—2.ª via.

( Livro 2.º fl. 476 )

## 319.

Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que sendo eu informado como na India se mouem sempre demandas antre os prouidos por minhas cartas e prouisoões e dos senhores Reys meus antecessores, que estão em gloria, sobre duuidas, faltas, e defeitos que arguem huns a outros que tem as taes cartas e prouissoões, de que se seguem muitos inconuenientes a meu seruiço, e notauel dano e despesça das partes, em que conuem prouerse, ey por bem e mando que toda a patente ou prouisaõ em que se disser que não passe pela chancelaria, mas sem derogar a Ordenação do 2.º Livro, titolo xx, que o contrairo dispoem, e asy em que na sobescrição debaixo se não fizer expressa menção da sustancia dela, o VisoRey e Governador das ditas partes, que ora he e ao diante for, possa dispensar nas tais duuidas, faltas, e defeitos, com parecer do chanceler da Relação de Goa, e supriles por prouisaõ por ele asinada sem ser necessario virse o dito suprimto requerer a este Reyno, e asy ei por bem que em caso que os prouidos de viagens das ditas

partes, que com elas forem deste Reyno, as achem fazendo aos que depois deles foraõ prouidos delas, e tiuerem mais que huã,entrem nelas os prouidos primeiro em tempo sem esperar que o que tiuer feito a viagem em que o achar acabe de fazer as outras que mais tiuer; e que a prouisaõ que mandey passar em dezanoue de março de quinhentos e nouenta sobre a preferencia de quem deuia entrar primeiro nos cargos e officios das ditas partes se cumpra e goarde inteiramente como se nela contem; e esta e a outra se registaraõ ambas nos liuros da Relaçãõ, Contos, e matricola das ditas partes; e mando ao dito Vissorey e Gouernador delas que as cumpra e as faça goardar intêiramente, e esta se registará taõbem nos liuros de minha fazemda e cassa da India, e valerá como carta começada em meu nome, e passada por minha chancelaria, posto que por ela naõ passe sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Liuro, titolo xx, que o contrairo dispoem. Manuel de Torres o fez em Lisboa a vinte de feueireiro de 1598. E eu o Secretario Diogo Velho a fiz escrever.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Prouisaõ sobre as coussas nela declaradas—Para Vossa Magestade ver toda—2.ª via.

( Livro 1.º fl. 783 )

## 320.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar, como aquele que amo. Diogo do Couto, que tem a cargo a cassa do tombo de Goa, e a ystoria dessas partes, me escreueo nas náos do anno passado que imda que o Vissorrey Matias de Albuquerque que lhe naõ tinha dado os papeis e cartas necessárias pera a ystoria da Imdia conforme a minha prouisaõ,

me euuiava o primeiro liuro do tempo do Governador Fernão Teles e do em que foi Vissorrey dessas partes o Conde de Santa Cruz, e que hia proseguindo a ystoria do João de Barros fazendo a 4.ª Decada do tempo dos Governadores Lopo Vaz de Sãopaio, e Nuno da Cunha, e tinha começado a quinta, que continha os tempos do Viso Rey Dom Garcia de Neronha, e do Governador Dom Estevão da Guama, e que este anno enviaria duas Decadas, e dahy por diante cada anno hum volume, e me emuiava huns apontamentos tocantes á dita cassa do tombo em que tratava das cousas de que vos deue ter dado conta, e se inda o não tiuer feito, lhe direis que volos apresente; e o Viso Rey Matias de Albuquerque me escreueo em carta de 23 de dezembro de 96 que a casa para o dito tombo estava acabada, e as chaues dela entregues ao dito Diogo do Couto, e que tambem lhe eraõ entregues pelo Secretario do Estado os liuros das menagens, e dos acordos, que tinha em seu poder acabados, e que sobre a entrega dos mais papeis, instruções, cartas, e prouisoões, que costumauão estar em poder do Vissorrey, se ordenou per asento feito na Relação de Goa que se sobrestiuesses, porque em alguãs delas poderia eu tratar de materias que inda que estiuesses dadas á execução, seria em segredo, ou se deixaria de pôr por obra por alguãs pessoas serem ausentes, ou por outros respeitos de meu serviço, as quaes parecia que não comuinha serem publicas nem irem á mão de Diogo do Couto, e que deuião estar em poder do Viso Rey, ou do Secretario, andando por entrega de hum sucesor a outro; e que tambem comvinha mandar eu dar regimento a este guarda do tombo para ele saben como avia de proceder com os liuros e papeis que lhe fossem entregues, e em cujo nome avia de passar as certidões; e que parecia grande inconveniente serem em meu nome, como o fazia o guarda mór da torre do tombo deste Reyno; e vendo eu tudo isto por huã e outra parte, me parece que esta materia se deue regular pelo intento que nela se tem, sem de hum estremo se vir a outro, como seria de não avendo atégora guarda de papeis nesse es-

tado, virsse a formar huã torre do tombo como a de Lisboa, e meteremse nela os papeis que aly não tem lugar, que são os que se entendeo na Relação que não coninha que aly estivessem, conforme ao que me escreueo Matias d'Albuquerque que fica nesta carta referido. Pelo que vos emcomendo que ouçaes o dito Diogo do Couto a quem mando escreuer que vos lhe dareis a ordem de como hade proceder, e vejaes os seus apontamentos que já vos deue ter dado conforme aos que me emuiou, e pratiqueis os individuos desta materia com o Ascebispo de Goa, e com quem mais vos parecer, vendo tambem a Prouisaõ que mamdey passar ao dito Diogo do Couto, e lhe façaes entregar todos aquellas escrituras que não forem cartas das vyas, nem Insiruçõs, senão outras cousas perpetuas, que conuem estarem bem goardadas assy pelo que toca a meu seruiço, como ao bem das partes das quaes quando se ouuerem de dar algũs treslados ou certidoes será por vosso expreso mandado, e vereis se as dene passar o dito Diogo do Couto, ou os officiaes que, não avendo cassa do tombo, ouueraõ de ter as ditas escrituras em sua maõ, e ordenareis regimẽto ao dito Diogo do Couto de que usará em quanto lhe não for outro asinado por mim. e para isso me emuiareis nas primeiras nãos a copia do que lhe asy derdes, escrevendome sobre tudo isto muito particularmente. para com isso vos ir resposta do que ouner por meu seruiço..

II. E as estruçõs e cartas que vos escreuo e tiuer emuiado aos Vissorreis e Gouernadores antes de vós estaraõ a bom recado e fechadas em maõ do Secretario desse Estado, e qual as entreguará por imuentario ao Secretario que lhe succeder de maneira que amdaraõ sempre a todo bom recado na Secretaria, lugar proprio e decente para semelhantes materias, e quando para a escritura da ystoria que está emcarreguada ao dito Diogo do Couto, ele tiuer necessidade de algũs capitulos das ditas cartas, ou das que vos escruerem meus capitaes, vobas pedirá, e vereis se se lhe dauem e podem dar, e se fará nisso e

que asentardes com o resgoardo e comsideraçãõ que estas materias pedem; porque cousas averá que imda que se ajaõ de escrever, não seria imda cheguado o tempo de se averem de reuelar em ystoria; e em tudo dareis toda ajuda e fauor ao dito Diogo do Couto para bem poder prosegir esta ystoria da India, e tereis cuidado de o fazer aplicar a ela de modo que sempre todos os annos se me emue o maes que nisto puder fazer, sendo primeiro visto por vos, cuja curiosidade, que sou ymformado que tendes da ystoria da India, será tambem de effeito para procederdes com o dito Diogo do Couto no modo que conuem. ( a ) E o liuro que me escreueo que mandava, não vêo nas náos do anno passado.

III. A Cidade de Damaõ me pede pela carta que me escreueo nas náos do anno passado lhe dê licença para mamdar a este Reyno huã pessoa a requerer suas cousas, por nesse estado se lhe não deferir a elas, o que ey por bem que possa fazer, e asy lho mando escrever, e vos emcomendo lhe deis licença para a dita pessoa se embarcar nas primeiras náos.

IV. Tambem me escreue a mesma cidade que o que se disera contra Francisco Paes, Pronedor mór dos contos de Goa, que por dissimular com o que avia de pagar ElRey de Cerceta em hum contrato que se fez com elle lhe dera huns cinco mil pardãos, e que não fora asy, e os recchera Pero da Silueira, capitaõ que entãõ era da mesma cidade, que fora o que correra com este emgano e dissimulaçaõ: pelo que vos emcomendo vos emformeis deste negocio mui particularmente, e façaes proceder contra os culpados como for justiça, e me auisais de tudo.

V. E porque sou imformado que o dito Diogo do Couto não he taõ sufficiente comò o entendy pela primeira emformaçaõ que dele me foi dada, e que tem falta em seu nacimiento, o que tudo deueis já ter sabido. depois

---

( a ) As palavras, que se seguem neste Capitulo, são de outra letra, e escriptas depois de concluida a carta.

de chegardes á India, polo que sobre esta matéria vos escreuy nas vias do anno passado, aduirtiruoiseis nestes particulares que praticareis com o Arcebispo de Goa, e achando ambos que não comueia entregarse nem a casa do tombo, nem a escretura da ystoria, ou pelo menos alguã destas coussas ao dito Diogo do Couto, ireis disimulando com ele no melhor modo que vos parecer até me avissardes, e vos mandar o que ouner por meu serviço, e avendo ele de ter o cargo de goarda da casa do tombo, vereis se na prouisaõ que lhe foi deste Reyno para isso falta o juramento, que fui avissado que não tinha, e lho fareis dár em forma conforme a obriguacaõ do cargo. Escrita em Lisboa a 3 de Março de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, Visorrey da India—2.<sup>a</sup> via.

( *No. Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.—Segunda via.

( Livro. 2.<sup>o</sup> fl. 464 )

## 321.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuiuo muito saudar, como aquele que amo. Porque emhuã vossa carta que me emuiastes por terra, e feita em Monbaça a 8 dabrill do anno passado, a que vos inando responder por outra, me pedis que mande se vos emufe de Veneza hum mestre de fazer galés, e hum remolar, sobre que tinheis escrito ao meu Embaixador que aly resside, se fica dando ordem para que ele os emcaminhe, e vos avisse; e o engenheiro que tambem pedis na mesma carta tenho mandado que vá nas naõs deste anno, posto que ha tanta falta de homens desta profissão que

inda não está certo poder ir este anno, mas não yndo logo se terá disso lembrança para ir depois.

II. O Arcebispo de Goa me escreueo huã carta particular sobre as cousas do Bispo de Malaqua em resposta de outra minha sobre esta matéria, e porque o mais conueniente remedio que se pode dar a elas he uirsse ele para este Reyno, lhe mando escreuer nestas uias que o faça nas primeiras náos, e a minha carta vay ao dito Arcebispo para lha emcaminhar e fazer com ele o officio de que vos dará conta; pelo que vos emcomendo procureis que o dito Bispo se embarque para este Reyno, e para este effeito lhe dareis todo o fauor e ajuda necessaria e embarcaçã conueniente na não em que vier.

III. Hum Frei Bertolameu, Religiosso Domenico, me deu huus apontamentos sobre se deuidirem e separarem as Religioes da Imdia das Prouincias deste Reyno, que por ser materia de muita consideraçã mando escreuer ao dito Arcebispo que vos dê conta dela para que a trateis ambos e me aviseis do que parecer como vos emcomendo que façaes, e sobre os particulares disto me remeto ao dito Arcebispo.

IV. A materia da Alfandoga de Chaul he de tanta consideraçã e importancia, e ha tantas rezoes por huã e outra parte que fazem mais difficilissima a resoluçã dela, e posto que em outras cartas minhas vos mando escreuer o que sobre esta alfandega ey por bem que se faça, me pareceo dizernos nesta que se á vossa chegada áquele estado achastes posta a dita alfandega em parte ou em todo, ou se pôs depois, a conserueis no estado em que a achastes ou estiuer á chegada destas náos sem acrescentar nem diminuir cousa alguã, e se não estiuer posta a.suspendereis por modo que se não entenda que eu volo mandey, se não que ou foi descuido, ou tomastes sobre vós a dilaçã disto, e avissarmeeis do que sobre esta materia e depedencias dela vos parecer conforme aos que leuastes por minhas Instruções, e depois vos mandey escreuer o anno passado, e para a dita Cidade de Chaul vaõ nestas uias duas cartas minhas huã em resposta das



suas, e outra sobre esta materia com alguã reprehensã do roym modo em que nela procederaõ, e que para se poder entender o que apontaõ me poderaõ emuiar seu procurador, e que entre tanto se conformem com o que estiuer feito e ordenado por vós na materia da dita alfandega, das quaes cartas vos vaõ as copias pera lhe serem dadas ambas, ou huma primeiro que a outra, como vos parecer, e naõ somente empedireis (sic) a vimda do dito seu procurador que me emuiarem, mas antes procurareis que venha, por lhes naõ parecer que se procede com eles sem serem ouvidos.

V. E porque sou informado que os Embaixadores do Dacheim que andauaõ em Goa esperando reposta das pazes que pretende ter com o estado, se tornaraõ descontentes no tempo que o VisoRey Matias de Albuquerque foi ao norte, me parece que será meu seruico emuiardes-lhe huã embaixada conforme ao estado em que estiuer, e á emformaçã que tiuerdes da armada dos Olandesses que vay para essas partes, de que vos mando avisar per outras cartas minhas, e se pretendem fazer algum comercio naquela Ilha de Samatra, naõ vos parecendo que conuem mais outra coussa, de que me avissareis, e entre tanto procedereis como em conselho asentardes que mais importa a meu seruico. Escrita em Lisboa a cinco de Março de 1598.

VI. (a) Sobre o Bispo de Malaca de que vos trato no segundo capitulo desta carta, se offerece dizernos mays que elle me escreueo huã muito larga, como o ja fez outros annos, sobre diferentes cousas desse estado, humas que tocaõ ao ecclesiastico, outras á justiça, e outras á fazenda, e sobre algãs dellas vos escreuy o anno passado; pello que hey por escusado repetiremse outra vez, e que tambem naõ será necessario referiremse as que agora me torna a escrever, porque delle vos podeis informar de tudo antes de sua embarcaçã para este reyno, ou o tereis já feito sendo elle chegado a Goa,

---

(a) Este capitulo he acrescentado de outra letra.

onde pode ser que já estará, e na dita sua carta me pede licença para se vir para o Reyno com a mesma instancia com que ma pediu os annos passados, de que me pareceo auisaños para que saybaes quaõ disposto está para isso, e o penhoreys, se asy for necessario, com o que me tem escrito, de maneira que em todo caso elle venha sem entemder que me mouo a isso pello que se contem no dito segundo capitulo desta carta.

## PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VisoRey da India.—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante, e VisoRey da India.—Segunda via.

( Livro 2.º fl. 468. )

## 322.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emvio muito saudar, como aquelle que amo. ElRey de Melinde me escreueo nas náos do anno passado sobre requerimentos seus antigos mostrando queixa de naõ ter cartas minhas escreuendome todos os annos, as quaes me naõ foraõ dadas, e asy lhe mando responder, e conuem que disso se tenha cuidado se ele volas emuia para virem nas vias, e diz mais que antes e depois de feita a fortaleza na Ilha de Monbaça lhe pareceu sempre que se podia escussar por naõ ser de nhum efeito, e ser de muita despesa, e que os capitães dela tolhem a navegaçõ aos Portugesses e Mouros, que he causa de se levantarem alguãs cidades daquela costa; e que da merce que lhe fiz da terça parte dos rendimentos da alfandega,

se pagão as despesas que fez na conquista dos seus rebeldes, e me pede lhe renove a patente da irmandade que seu antecessor teve, e que possa conhecer de todos os casos civis e crimes entre os mouros, e que as suas náos possam ir liurementemente a minhas fortalezas e sejam livres de direitos, e possa mandar huã a Meca, asy como he permitido aos Reys mouros da India, e que os capitães da costa não fação sem elle nhũs negocios tocantes a ella, e que parecendome que todavia deue aver a dita fortaleza lhe confirme por minha promissaõ a merce que lhe tenho feita da terça parte do rendimento da dita alfandegua, e que lhe faça merce da Ilha de Pemba que lhe pertence por direito, e não a quem agora a tem, que faz tiranias aos ponos e não tem erdeiro forçado, e lhe confirme todas as merces que eu e os Reys meus antecessores fizeraõ a elle e a seus antecessores, e que aja por bem de tirar aos Reys daquela costa os tributos que lhe pôs Thomé de Sousa Coutinho quando a ella foy, por estarem taõ pobres que o não podem pagar, e que a prouissaõ desta merce se derija a elle para ele o declarar aos imteresados, e lhe faça merce de huã viagem da China para com o procedido dela elle e seus filhos me poderem melhor servir; e o Viso Rey Matias d' Albuquerque me escreue nas suas cartas de 23 de Dezembro de 96 que aquella fortaleza de Monbaça estava quieta; mas descontentes Portugesses e Mouros do máo procedimento de Antonio Godinho de Andrade, Capitão dela, e que posto que na Rolação pareceo que estas culpas se deviaõ goardar para a residencia, a elle lhe parecia que eu deuia mandar que quando nõtauelmente os capitães forem escandalosos ou fizerem afrontas a meus officiaes fossem logo suspensos para se irem liurar a Goa, e se aduertisem os capitães mōres da costa que não reseruasem para sy o commercio e trato dela como se fosse in solidum concedido para o capitão da fortaleza, a qual tinha por acabar a caua por se fazer em rocha e pedra viva, e que El Rey de Melinde veuia na mesma Ilha, mas que se entendia dele que sentia estar fora da

terta donde nasceo e se oriou, e que pretendia o Reyno de Pemba, e que o hia entretendo neste requerimento até vossa cheguada.

II. Parece-me relatar-vos nesta carta o que entendi asy pelas d'ElRey de Melimde, com polas de Matias d'Albuquerque, posto que tambem se pudera escusar pois fostes ter a Mombaça depois das ditas cartas feitas, e esta he huã das cousas dese estado de que agora deueis ter mais pratica, pois vistes com os olhos a todas estas, de que espero que este anno me emuiays taõ particular e certa emformaçãõ que me possa eu resolver nelas; mas em caso que o naõ tenhaes feito sobre tudo me escrevereys nestas náos, e a ElRey de Melimde emuiareis a minha carta de que vay a copia de fora para vossa emformaçãõ; e lhe escreverdes tambem na conformidade dela, animandoo no seu bomprocedimento, e emcomendandolho de nouo, e dandolhe esperanças de conforme a ele eu mandar ter conta com suas cousas, é do que em tudo isto fizerdes me avissareis.

III. O que atrás vos digo que me escreneo Matias de Albuquerque acerca do modo em que se deue proceder com os capitães de Mombaça que notoreamente fizerem o que naõ deuem sem se esperar que acabem o tempo de suas capitancias, deixo a vós para nisso prouerdes como virdes que conuém a meu seruiço, e poderia aver hum termo nisso, o qual seria amoestardelos por vossas cartas com cominaçãõ de naõ avemdo logo ememda acodirdes com o remedio que comprir, que será suspendelos se emtenderdes que as culpas passadas com a outra de nouo de se naõ emendarem delas com a vossa amoestação requererem este rigor, porque esperar pelo tempo da residencia naõ deue ser senaõ para cousas duvidosas e que se naõ possaõ prouar senaõ nela.

IV. Pelo que me escreuestes sobre esta capitania avendo-la por de mais sustancia do que por ventura cá se me podia ter dito, tenho asentado de a naõ prouer até ver o que sobre isso me escreneis mais em particular nas

naos. que se este anno esperaõ, a que vos remeteis e tambem mandey que as portarias que inda naõ fossem dadas a alguãs pessoas que com a dita capitania estaõ despachadas se sospemdesem por ora, e asy foi bem feito avissardesme deste particular, como o será fazerdes o mesmo de todos os outros que se vos offerecerem. Escrita em Lisboa a 7 de março de 1598.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VissoRey da India.—2.<sup>a</sup> via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante e VisoRey da India. Segunda via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 454 )

323.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar, como aquele que amo. Francisco Paes. Prouedor mór dos contos dessas partes, por obrigaçã de seu cargo, e da que eu nele lhe pus com lhe mandar me avisasse das cousas tocantes a minha fazenda em que lhe parecesse que deuia mandar proner, o fez particularmente nas náos do anno passado de 97, as quaes em instancia saõ as seguintes.

II. Que pelas alfandegas de Cochim e de Chaul (como por dous canos) se diminuem os rendimentos da alfandega de Goa, omde conuem que os aja como em cabeça desse estado para as neccsidades dele.

III. Que deuo mandar aos prelados dos Religioes desse estado aduirtaõ a seus subditos que se naõ entreme-

taõ em aconselhar sobre os direitos reaes, porque sem entenderem os fundamentos dizem e aconselhaõ que de huã fazenda se deuem huns direitos somente, posto que se leuem a diuersas alfandegas, o que he contra a verdade, rezaõ e justiça, e meu seruico.

IV. Que o contrato feito com Nuno da Cunha sobre as minas de Cosala se deue enmendar, porque pelas diligencias que fez consta que minha fazenda está enganada em dozentos e cincoenta mil pardãos afora os vinte e cinco mil que importa o trato do marfim que fica ao capitaõ e seus ordenados, mormente que da prouisaõ porque se contrataraõ as minas se entendeu que naõ avia de aver alfandega em Moçaõbique, o que he contra rezaõ e justiça, e forma da dita prouisaõ, e que deuo mandar que os corenta mil pardãos que Nuno da Cunha dá pelo contrato vão para esse estado, porque se gastaõ em Moçaõbique em ordinarias que se podem pagar com dez ou doze mil de emprego da India.

V. Que o Bispo de Malaca escomunga os officiaes daquella fortaleza e os moradores sobre o pagamento de seus ordenados, e se entremete na jurdiçaõ e gouerno secular, e que se deue ordenar que os Bispos desse estado naõ possaõ escomungar por mais que por dozentos mil reis do seu primeiro dote, e naõ pelo mais acrescentamento de que lhe faço merce e esmola.

VI. Que em Baçaim, Ormuz, e Malaca deuem servir os feitores de almoxarifees como em D.º porque os almoxarifes saõ os que destroem a artelharia e moniçoës, e naõ dão conta.

VII. E que pela mesma rezaõ naõ deixe de aver em Ormuz e Dio tisonreiro do hum por cento. e que os VisoReys naõ deuem ter o dinheiro que vem das fortalezas, e rendimentos dalfandegua de Goa, direitos de canais e terras de Salsete, e se meta no tisonro de baixo de chaues por se evitarem innitos inconuenientes.

VIII. Que a conquista de Ceilaõ consume e impossibilita esse estado para qualquer guerra que ouner, e que he caussa dos cossarios serem senhores do mar

e se atreuerem a cometer a armada do Cabo do Camoim.

IX. Que aquelle anno vieraõ de Maluco dous gualêões carregados de crãno de cabeça que importaraõ a minha fazenda mais de cem mil pardãos, e que isto se deuia á ordem que ele deu com a qual se guardou o regimento que sobre isto mandey dar, que estaua esquecido.

X. Que deuo mandar se naõ aforem aldeas nem acrecentem vidãs, senaõ as que se acabarem e vagarem no tempo do gouerno de cada VisoRey, e que, assy averá vagantes que se dem aos que seruem, e crecerà o foro a quarta parte nas Aldeas, que rendem muito.

XI. E que naõ conuem que se façaõ merçes de direitos de cavalos, e que as merces que cabem nos trinta mil pardãos que os VissoReys podem dar se registem em liuro separado.

XII. E que a ida do Vissorey Matias de Albuquerque ao norte foi de muito gasto e pouco credito, e que naõ conuem que os VissoReys saiaõ de Goa senaõ a descercar huã fortaleza que naõ tenha outro remedio.

XIII. Que as fortalezas do Canará acodem com muita pimenta e boa, e que estaõcou aquelle anno por naõ darem os mercadores dinheiro para ela como saõ obrigados, e que conuem a meu seruico e bem comum naõ deixar de aver sempre os contratos que qua no Reyno se fazem, em especial o da pimenta e náos, porque o cabedal que de qua vay chama as drogas de todas as partes.

XIV. Que no regimento que mandey dar aos contos de Goa se extengio o cargo de Recebedor dos Restes, e se criou em seu lugar o de executor das diuidas que se haõ de cobrar para minha fazenda, e que se deuia prouer em Martim Rodrigues Pannels de poluora, homem abonado e de confiança, a quem Manoel de Souza Coutinho e Matias de Albuquerque o tiraraõ, tendo nisso auctorisaõ, pois servia de Recebedor dos Restes.

XV. E me emuiou huã lista do que remde o estado da Índia pela qual monta o que vay em receita aos meus officiaes desse estado hum conto d'ouro trezentos setenta e cinco mil pardãos, e que sendo a receita tanto mór que a despesa não basta para suprir os gastos pelas desordens do gouerno e oubiça dos capitaes pelas caussas que aponta, e que connem não meterem os capitaes mão em minha fazenda.

XVI. E que o VisoRey Matias d'Albuquerque não aprouara o conselho que lhe ele dana de se pôr certa clausula, no arrendamento de Malaua, com que se atalhaua a muitos inconuenientes, e que era encargo a minha fazenda em perto de trinta mil pardãos de sarrafagens das moedas de Ormuz e Dio, de que este anno mandaria papeis para se arrecadarem na casa da India da fazenda do dito VisoRey, e que no anno de 95 fizera tornar a minha fazenda trinta mil pardãos de prezas em que o VisoRey não tinha justiça.

XVII. E outras mais cousas aponta o dito Francisco Paes, e huã delas he tersse mal goardado o que mandei sobre não aver Vedores da fazenda nem Superintendentes dela nas fortalezas, e que Simão da Costa fora outra vez emcarregado deste cargo contra minha particular defessa alem da geral, e que compria a meu serviço mandar passar alguas prouisoões que em numero eraõ doze, de que vos não trato nesta carta, porque dele o sabereis, e tambem aponta rezoões para eu não dener confirmar o contrato da alfamdega de Cochim, pelas quaes lhe perguntareis.

XVIII. De tudo o que atrás fica dito tirado das cartas e papeis do dito Francisco Paes, posto que sumarea e breuemente, entenderéis que fala em muitas materias e alguas delas de mais importancia que outras para se dener tratar delas muito de preposito, e por serem taes ainda que se putera acomular ao que ele aponta emformações tomadas neste Reyno, ouue por mais meu serviço tratar da vossa primeiro que de todas, e cometeruos estas coussas para que chameis Francisco Paes, que he



de crer vos terá já dado conta delas, e o ouçaes particularmente como vos emcomendo que o façais, e por nhum caso emtenda de vós por palauras nem por modo algum que deixaes de receber muito bem as suas lembranças assy estas como as mais que fizer, por que iuda que nem todas as de meus menistros fossem acertadas, seria acertado serem elles acceitos aos meus Vissorreys e Governadores, que he ponto de consideração e consequencia, e de bom exemplo para os superiores animarem os inferiores, como eu espero de vós que o dareis qual deueis a meu seruiço, e assy volo emcomendo muito particularmente.

XIX. Antre estas coussas apontadas por Francisco Paes vos adiuertireis que aquellas que tem regras certas por prouisoões e mandados meus de ordens e defessas não tendes para que me consultar o que se nelas fará, senão darlhe o efeito e execuçaõ que lhe falta, em que comsiste o remedio das desordens sobre que cadanno se escrenem tantas cartas de que as vias vão cheas, e tudo isto se resolve em tão breues palauras como nas deste capitulo.

XX. Os dinheiros mal leuados arrecademse, e façasse restetuiçaõ a minha fazenda, e as vossas cartas desto sejaõ com ela ficar satisfeita.

XXI. O que se não fez ostando tantas vezes mandado tomay per honrà (como a defensaõ de que tendes dado menagem) comprirse em vosso tempo, e não poder ninguem dizer que o não fazeis. Nisto creio e espero de vós o efecto do preposito com que de cá partistes, e por isso volo escreuo por este modo, e este remate avey por posto não somente nesta carta, mas em todas as minhas para vós. Escrita em Lisboa a 10 de Março de 1593.

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.ª via,  
( Livro 4.º fl. 592 )

## 324.

Côndé Almirante, Vissorrev amigo. Eu ElRey vos em-  
uiou muito sandar, como aquele que amo. Frei Grisostimo da Madte de Dêos; guardião do Conuento de São Francisco de Ceilaõ, me escreneo huã carta largua e particular que veio nas náos dô anno pasado de 97, feita em Columbo a 27 de Nouembro de 96, em que me da conta de muitas coussas daquella Ilha. e postô que na mesma carta me diz que delas vos faria lembrança como chegasses, e asy o deue têr feito, e vos prouidô em todas como conuem a seruiço de Deos e meu; e a vossa obriguação nelê, me pareceo todâuia mandaruolas retatar breuemente nesta carta; e são as seguintes.

II. Que teue a seu cargo em quanto foi goardiaõ de Ceilaõ, Dom. João, Rey daquela Ilha, e que como testemunha de vista me aviesaua dos desernicos de Dêos e meus que aly se fazião, e dos agrauos que recebia aquele Rey, e que Dom. Jeronimo d'Azeuedo e Thomé de Sousa, Capitaõ de Columbo, deixauaõ perecer a melicia, e a naõ exercitauaõ senaõ quamdô mais naõ podiaõ; e aqueriaõ pera sy o que podiaõ ajuntar, e naõ pera o bem da guerra, tomando ao dito Rey suas terras, e os bens a seus vassallos e que se o tomaraõ para a guerra o ouuera ElRey por bem empreguaõ, mas que tudo tomava o dito Dom. Jeronimo, e o consumia sem aver receita, e que os feitores e escriuaes eraõ seus criadôs, que naõ fazião receitas senaõ do que elle queria, e que hum deles estava prezo por cercear moeda, e que sendo o Viso Rey Matias d'Albuquerque avissado destes excessos, naõ acodia a eles e os disimulaua.

III. E que avissara ao dito Dom Jeronimo da treisção que o Modellar ordenaua ao dito Rey; e lhe fizera certo seu aleuantamento e traças apresentandolhe testemunhas, e que sobornado com dadinas do leuantado naõ somente disimulou a treisção, mas lhe descobria quanto se dizia dele, e quem lho dizia, e as coussas que tinha

entendidas que pertenciaõ ao governo daquela Ilha; e que estrouara com rogos ao dito Rey que não matase o dito leuantado antes do aleanlamento; e que podendo ter os presidios prouidos de mantimentos trataua de mercadorias occupando com elas as embarcações que os aviaõ de leuar, e que por falta dos ditos mantimentos se perdera tudo, e succederaõ tantas mortes, afrontas, cruezas, e destruições de igrejas, e que com tudo isto o dito Viso Rey o tornara a admitir na mesma capitania esquecido do exemplo que se fizera em Dom Jorje de Castro por largar Chalé, sendo diferente fidalgo e velho.

IV. E que remdendo as terras e aldeas daquela Ilha (comforme ao que diz o dito Rey) noucentos mil cruzados estamdo para a parte debaixo tudo quieto e em paz, e os portos do mar trinta mil cruzados avemdo framquia, e outros tantos o trato d'arequa, em que o dito Dom Jeronimo e Thomé de Sousa tratauaõ defendendo aos outros o trato dela, prejudicando ao Rey nos direitos que se lhe pagauaõ em Columbo, por nos mais portos os arrecadar Dom Jeronimo, e que todas estas remdas se consumiaõ, e nada vinha a lume delas, em que eu deuia prouer mandamdo que se depositase para as neccsidades da guerra, tiramdo a administração delas aos capitães, e que corresse por outrem, e que o mesmo me pedia o mesmo Rey, a quem eu tinha rezaõ de fazer esta merce, por ser seu erdeiro.

V. E que comuinha muito mamdar eu ter gramde conta com a pescaria das pedras preciosas, que se costuma fazer naquela Ilha só por mandado del Rey, e que aulla oito annos que se não fazia, e que deuia mandar assistir huã pessoa de muita consciencia, e que não fosse nunca o capitão, e que Dom Jeronimo amdaua para a fazer, e que se a fizesse se soubesse dela.

VI. E que as mais das cousas do estado Real eraõ furtadas e vendidas, e que hum dos dons robis, que era tamanho como hum ovo de galinha pequeno, que valia tanto como o mesmo Reino, se dizia que o deia o primeiro leuantado a hum Português, e que o menor se dizia

tambem que o tinha a molher deste segunda levantado, ou ficará em Camdea; e que era necessario lançar-se esta molher fóra daquele Reyno, que fora já molher do primeiro levantado, e que El Rey o não pudera fazer por Dom Jeronimo, Thomé de Sousa, e outros, a favorecerem por peitas que recebiaõ dela; e que o dito Dom Jeronimo não obedecia ás prouisoões que o Vissorrey mandaua para se fazer certa cousa, que não declara na dita carta, que era bem daquela conquista, e que aquire muito perasy, e tomava as terras del Rey, e mandaua para vender os elefantes per que lhe dauaõ 14 mil cruzados, não o podendo fazer, por serem do estado daquela coroa, e me pertencerem a mim.

VII. Que o dito Dom Jeronimo, e Thomé de Sousa mandauaõ dar tratos d'agoua e de cimza pelos narizes a muitos inocentes, a fim de tirarem deles dinheiro e lhe mostrarem tissouros, de que morreraõ muytos cristãos, e huã molher prenhe, a que Thomé de Sousa tomara trezentos portugeses d'ouro, o que impedia muito a cristandade daquelas partes por os gentios duvidarem da verdade que se lhes pregua vindo quanto em contrario obraõ os capitaes, e que aquele Reyno e o Rey se queixaõ destas desordens e tiranias, e os capitaes zombaõ disso e injuriaõ ao mesmo Rey sendo cristão, não se tratando asy o de Cochim, tanto inferior em tudo, e que vay disimulando com estes agrauos por lhe não darem peçonha, como já se lhe deu em tempo de Dingo de Melo Coutinho, e que vay muito em este Rey viuer alguns annos mais.

VIII. E que mandando o dito Rey matar alguns treidores, Dom Jeronimo os defende por dinheiro que lhe dão, e que o dito Matias d'Albuquerque não acodia a isso por mostrar que fora acertada a eleiçaõ que fizera dela, e que se eu não mandasse acodir a isto não poderia aver efeito o que tanto importava, como era ser eu senhor do dito Reyno com o qual se segurava esse estado, por ser riquissimo de aljofar, canela, ferro, ago, cristal, pedraria, e de outras muitas cousas como he notorio.

IX. E que me fazia estas lembranças como goardiaõ de Ceilaõ, he olheiro e procurador daquelle Rey e da cristandade do mesmo Reyno, e por lho mandar o dito Rey, asy que naõ pedia mais senaõ que lhe mandase fazer justiça dos muitos agrauos que lhe tinhaõ feito Dom Jeronimo e Thomé de Sousa, e das tiranias que eraõ feitas a seus vassallos.

X. Culpas saõ estas que prouadas merecem a emenda e castigo que elas pedem, e asy tenho por certo (como no principio desta carta vos digo) que tereis procedido nesta materia e depedencias dela conforme a vossa obrigação, e que bastaria a emformação de hum Religiosso Prelado, que se naõ persuadiria a me escrever estas cousas sem muito fundamento, para tirardes por elas até o cabo, e asy creio que nas mãos que se esperaõ este anno terey cartas vossas sobre tudo, mas por cima desso volo emcomeindo por esta quaõ emcarecidamente pode ser, e que o chameis e ouçaes com resguardo de maneira que se naõ saiba que este Religiosso interuem nestas emformações, porque naõ seria rezaõ se lhe pagassem taõ mal que ficasse ele com desconsolação e outros com escandolo, e tratareis muyto de prepossito da satisfação e quietação del Rey Dom Joaõ de Ceilaõ (como por outras cartas volo emcomeindo) e do castigo dos culpados, e tambem dos dous robis de que trata o dito goardiaõ, e ou pertençaõ a minha fazenda, ou a outrem, os avereis para mim, e quando se detreminar por justiça que eraõ alheos se pagariaõ a seus donos e mos emuiareis, aduertindouos a este prepossito que as cousas desta calidade quando os meus Vissores e capitaes souberem delas, para meu seruico as deuem procurar, e disto tereis taõ particular cuidado como tenho por certo, e o mesmo entenderays por quizesquer outras cousas que (imda que sejaõ de menos preço e momento) vos parecer pela calidade ou novidade delas que se deuem comprar para mim, e emuiardesmas, e antre as ditas cousas poderá vyr alguã boa quantidade de ambar e almiscar escolhido, alcatifas, e porcolanas muito finas, e do que nisto fizer-

des e emuiardes aviassareis em particular a Migel de Moura para me disse dar conta, e ele vos escreuerá tam-  
bem de minha parte. Escrita em Lisboa a 10 de março  
de 1598.

## PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, Visorrey da India—2.º via

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira,  
do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.—Se-  
gunda via.

( Livro 2.º fl. 402 )

## 325.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos  
emuio muito sandar, como aquele que amo. O Bispo do  
Japaõ, Dom Pedro Martins, me escreueo nas vias do an-  
no passado por cartas feitas em Macáo de 4 de Janeiro de  
96 que em todas aquellas partes tiramdo Namgasaque os  
Religiossos da Companhia que lá amdaõ pregaõ, e se  
diz missa publicamente, e que se emtemde que o tira-  
no dissimula, e que aquele anno se fizeraõ de nonocin-  
co ou seis mil cristaõs, e que muitos dos principaes da-  
quelas partes se emtendia que o seriaõ por morte deste  
tirano polo serem já em oculto, e que tinha dado licença  
que se fizessem cristaõs os do pouo, mas naõ os nobres,  
e que lenantaraõ muitas igrejas derrubadas, e desestia da  
guetra de Choray por se temer de todos.

II. E asy me diz que posto que na India todos eraõ  
de parecer que ele naõ entrasse em Japaõ senaõ depois  
de tudo quieto, todavia estana de caminho para acodir  
aquelas ovelhas, e que iria aforrado sem homra nem pom,

pa episcopal, e que o anno seguinte iria o Bispo seu coadjutor por se não arriscarem ambos em huã não.

III. Tambem diz que em Japaõ amdaõ oito frades capuchos contra os Breues do Sancto Padre e minhas prouisoês, per que se defemde a entrada de huns Religiosos na terra onde amdaremos da outra Ordem, e que pedirão dez mil cruzados de esmola a huma Senhora da terra ameassandoa com grandes penas na outra vida se os não desse, e disserão mais alguãs cousas de que se caussaraõ muitas perturbaçoês, e que a Macão leuaõ os capitaês prouidos na viagem da China prouissoês para deitarem fora daquela pouoaçaõ os cristãoõs novos e outras pessoas que lhe parecerem perjudiciaes, e que tudo isto comuertiaõ em peitas que recebem.

IV. E: que se os capitaês fazem mal seus officios era porque os que lhe tomaõ residencia saõ homens de pouca confiança e pobres, e que por qualquer coussa que recebem as não tiraõ como deue ser.

V. O Licenciado Jussé Paes, Juiz dos feitos, me escreueo pelas náos do anno passado que fora a Malaca como Ouvidor geral a devassar dos que vaõ e mandaõ á Manikha, e assy dos que emperdiaõ não se pagassem os direitos dos que vaõ daquela fortaleza para Santhomé e Negapataõ, e que o Bispo e Clerezia e cixladoês dela pertenderaõ estrouar esta denassa com requerimento e ameassas, e que sem embargo disso a tirou, e a deu ao Vissorrey Matias d'Albuquerque para ma emuiar e prouer nesta materia para que as taes fazendas pagassem direitos, e porque o Bispo e cixladoês desistiraõ dos protestos que faziaõ, cuida que tndo isto ficou quieto.

VI. Diz que ao cargo de Juiz dos feitos de que o Vissorrey o proveo vindo de Malaca pertence conhecer dos culpados no sacco da não do Melique que deu na costa de Baçaim, e que hum Simaõ Pinhaõ condemnado em huã copia de dinheiro para minha fazenda fogira da cadêa para este Reyno, sobre o qual se faz cá diligencia pera se prender, e fui emformado que não se embarcara, e

que ficara em Cochim, pelo que se deue fazer com elle diligencia, se já não for feita.

VII. Tambem diz que corre nos feitos dos culpados no sacco de Jafanapataõ entre os quaes he Amdré Furtado de Mendoça, e que a caussa de não ser já sentenciado não he culpa sua nem do Vissorrey que o não empedio.

VIII. Tambem diz que hum Manoel de Sousa deixou nossa sancta fé, e se foi para os mouros, cuja fazenda arrecadou o Inquissidor Antonio de Barros, que correo com este negocio pertencendo esta arrecadação ao tissoureiro do fisco com se fazer primeiro inventario, e porque a todas estas coussas comuem acodir, vos emcomendo que vos emformeis muito particularmente delas, e lhes deis o remedio que for necessario, de que me avissareis. (a) E sobre a primeira parte do terceiro capitulo desta carta vos escrevo por outra nestas vias.

IX. Luis da Gama, que foi Secretario desse estado no tempo do VisoRey Matias de Albuquerque, me escreueo nas náos do anno passado sobre alguãs lembranças de meu seruiço, de que lhe mandado vos dê conta como o deue ter já feito, e emcomendouos que não sendo vimdo para o Reyno o chameis e ouçaes nelas para prouerdes nas que vos parecer que o podeis fazer, e me avissardes das outras de que emtemderdes que deueis esperar minha resposta, e o fauoreçaes e ocupeis no que se oferece, e quando se vier para este Reyno lhe fareis dar embarcação e guasalhado.

X. A cidade de Baçaim me escreueo que por a guerra que o Melique fez tiueraõ muitas perdas e danos em suas fazendas, e que a avexaõ pelos foros que pagaõ, e porque por outra carta minha vos mando escrever que por ter emtemdido que o VisoRey Matias de Albuquerque lhe tinha escrito que fossem a Goa requerer sua justiça, os mandasseis ouir na dita cidade, e fazer

---

(a) O resto deste Capitulo he acrescentado depois de concluida a carta.



comprimento dela no que a tiuesse, não se oferece nisto mais que remeterme neste ponto á dita minha carta.

XI. E asy me diz que os goardas daquelas terras de Baçaim trataõ somente de seu proueito, e que per este respeito os moradores delas se comcertaõ com os ladroẽs e lhe pagaõ tributo pelos não roubarem, e que a guarda da Saibana se não deue prouer por satisfação de seruiços senaõ por merecimentos e talento das pessoas, e que por terem pouco ordenado comem os capitaẽs os ordenados dos soldados e piaẽs e asy não tem gente com que se defendaõ, e em tudo isto prouereis como virdes que mais conuem.

XII. E porque tambem trata sobre lhe deuer fazer merce no redimento da imposição daquela cidade para a fortaleza dela, vos emcomendo que no que comprir a esta fortificação lhe deis todo o fatur e ajuda, sabendo primeiro que coussas são applicadas para ela e se bastaõ, e das em que tiuerdes duuida me avissareis não deixando de se proseguir a dita fortificação ou por huã via ou por outra pelo perjuizo que poderia resultar da dilação. Escrita em Lisboa a 10 de Março de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VisoRey da India—2.ª via.

( *No Sobrescripto* )

Pór ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigueira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

( Livro 2.º fl. 406 )

## 326.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar, como aquele que amo. O Capitaõ mór

e capitães das cinco náos desta armada leuão alem dos regimentos ordinarios da viagem. Instruções minhas particulares pera a ida e vinda na forma em que as leuaraõ os capitães das náos do anno passado (como por ellas tereis visto, e tambem tornareys a ver as que agora leua o dito capitão mór e capitães deste anno) nas quaes he declarado que na viagem á tornada, acerqua de tomarem Santa Ylena ou não, seguirão a ordem que lhes derdes per instruções assinadas por vós que vos pedirão de minha parte, e que eu vos mando escreuer que lhas deis, no que ey por men seruiço que façaes o mesmo que vos escreuy que ordenasteis ás náos do anno passado, que he esperarem em Santa Ilena huãs por outras até fim do mes de maio, e assy volo escreuy nas vias do anno passado em carta de 22 de março, e posto que antigamente se costumase esperarem as náos menos tempo em Santa Ylena huãs por outras que não passaua de 20 de maio, bem se vyo o anno passado de quanto efeito foi largarse mais este termo até fim de maio, pois foi isso causa de a não Vencimento, que tardou mais que as outras, vir em companhia das que primeiro chegaraõ á dita ilha, e porque nela se emcontrou a dita não com as de cossaios Olamdesses que vinhaõ das partes do sul, e he de crer que os que tornarem a cometer aquela viagem viraõ sempre demandar Santa Ylena, assy pela necessidade de aly tomarem agoa, como por verem se se podem encontrar com alguã não da India, conuem agora mais que nunca que ellas venhaõ com todo o apercebimento e resguardo como quem poue achar aly inimigos ou virem eles depois; e sobre isto tereis pratica com o capitão mór e capitães destas náos juntandoo todos e chamandoo com eles outras pessoas, de pratica e experiencia da carreya da India, e aduertireis o dito capitão mór e capitães que tambem em outras partes da viagem antes e depois de chegarem a Santa Ilena se poderião emcontrar com os mesmos inimigos e terem a melhor deles com muito bom successo tendo a conta

que confio com o seu apercebimento, no qual procedereys com este intento de maneira que venha em cada não a gente necessaria para sua defensão e toda armada e em ordem de poder bem pelejar em qualquer parte onde for necessario, e o que nisto fizerdes me escrevereys muito particularmente. Escrita em Li-boa a 10 de Março de 1598.

II. (a) E alem das instrucções que se vderdes aos ditos capitães conforme a esta, lhe dareis outras segundas separadas das primeiras (como as que o Visorey Matias de Albuquerque per meu mandado deu aos capitães das quatro náos que vierão o anno passado) em que lhe digaes que em caso que invernem á vinda para este Reyno sem dobrar o Cabo de Boa Esperança elles fação seu caminho para o Reyno (no tempo em que para elle se costuma nauegar) por altura de trinta e sete grãos sem per nenhuma via demandarem as Ilhas dos Açores nem hanerem vista dellas, porque poderia ser chegarem a ellas tanto mais cedo que não fosse possivel ser nellas a minha armada, e na paragem do Cabo de S Vicente-haverá alguns navios que lhe dem guarda quando demandarem aquella costa, e estas segundas instrucções virão asselladas e trarão nas cubertas declarações assinadas por vós que se não abraão senão em caso que imvernem, e que não se hanendo de abrir por não invernarem, as entreguem cerradas ao Secretario Diogo Velho, como o fizeraõ os capitães das náos do anno passado, e de tudo o que nisto fizerdes me avisareis nas vias,

PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visso Rey da India.—2.º via.

( No Subscripto )

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, do

---

(a) Este Capitulo foi escrito depois com outra letra.

seu Conselho, Almirante e Viso Rey da India.—Segunda via.

Nestas vias vai outra carta sobre esta materia, que se hade ver juntamente com esta.

( Livro 2.º fl. 473 )

## 327.

Conde Almirante, Visorey amigo. Eu El Rey uos em-  
nio muito saudar, como aquelle que amo. Por outra  
carta uos escreuo sobre a uinda do Bispo de Malaca, e  
que o onças em algumas cousas de que pellas suas me  
deu conta, e posto que debayxo desta clausula as  
hey por incluidas todas, me pareceo que se uos denia  
especificar huã queixa sua de que enuiou autos em que  
se contem a resistencia que Francisco Ferreira, pro-  
curador do numero naquella cidade, fez ás justicas ec-  
clesiasticas que o queriaõ prender por culpas muy gra-  
ues em que dizem soy comprehendido nas nistacoes, e  
que o Ouvidor da cidade Pedralnrez d'Abrantes sendo  
requerido pello Bispo naõ deu a ajuda do braço secular  
que era obrigado, e que a deraõ os officiaes da Camara  
para o tal delinquent e escapar outra vez das maõs  
das justicas ecclesiasticas, e que se presumia que com  
favor de Francisco da Sylva, Capitaõ da fortaleza, soy  
o dito Francisco Ferreira d'asuada com maõ armada a  
casa do Bispo para o prender e embarcar, e lhe disseraõ  
e fizeraõ todos muitas injurias desonresando as excomu-  
nhões e mandados do dito Bispo, e porque se yto assy  
fosse, seria justo que se castigasse com o rigor que mere-  
ce, uos encomendo que sabida a uerdade façaes pro-  
ceder contra os culpados como for iusticia. e sayba o  
Bispo de uós como nollo assy mando, e do que se li-  
zer me adiareys, e ao Arcebispo de Goa communicareis  
isto, e que passando estas cousas assy resguardo se po-  
ste dar ás informações de Malaca contra o Bispo; mas  
naõ para elle deixar de uir, como nollo escreuo na outra

carta, por assy cumprir para tudo, e ser conforme ao que me elle tem pedido. Escrita em Lisboa a 11 de Março de 1598.

## PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, VisoRey da India.—2.<sup>o</sup> via.

(No Sobrescripto)

Por ElRey.

A. Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu Conselho, Almirante, e VisoRey da India.—Segunda via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 456. )

---

*Copia para o Conde, que hade yr nas vias ( a )*

Per Carta de Domingos Toscano pera Sua Magestade de 24 de fevreiro de 97.

O Bispo de Malaca tem dado muitas opresões por querer ser absoluto em tudo, e ter usurpado a jurdição de Vossa Magestade. Da inquisição me foi mandado do Arcebispo que prendesse a Izabel Ferreira que elle tinha em sua casa, e a mandasse presa á cidade de Goa, e o Arcebispo e VisoRey o tinham mandado chamar por suas cartas, o que elle não quis cumprir, e vendo eu que passaria a monção me foi forçado, sendo elle dia de Santo Estevão na freiguezia, illa prender com todo o resguardo, o que fiz como Vossa Magestade será informado, com toda a quietação e outra, mas não foi bastante que dandolhe rebate, não deixasse a missa estando ao evangelho, vindo pelas ruas com muitas armas, negros,

---

( a ) Pomo aqui este papel, por tratar de materia connexa com a da Carta antecedente, e não acharmos aquella em que elle veio que talvez fosse da monção seguinte.

e clérigos, e eu que me recolhia á fortaleza com ella, era elle já comigo, de que puderaõ succeder trabalhos se me não recolhera tam depressa, e tendoa metida na camara do capitaõ a quizera elle tirar, e o pedia afincadamente que lha dessem, e porque he muito apaixonado não tem respeito a nhuã pessoa, dizendo que não conhesia nhũ senhorio venãõ o do Papa, pello que logo se detriminou e embarcou para a cidade de Goa trabalhando que não mandasse Izabel Ferreira este anno, pello que ella ficou até vinda desta não da China em que agora a embarquei como era mandado, elle vai danado contra este pouo, avendo de tornar creio será necessario fugiremhe, porque não vive de rezaõ nem de justiça senão de querer e poder e força. Agora está esta cidade quieta, e em tudo se faz o serviço de Deos e de vossa Magestade: a alfandega rende agora seíenta e quatro mil cruzados á fazenda de Vossa Magestade, e renderá muito mais sem opeçaõ nhuã de vasalos de Vossa Magestade avendo quem o-lhe por ella, e como são partes longincas, os feitores são supremos e fazem seus proueitos, e a fazenda de Vossa Magestade perresse, e nunca ha dinheiro pera se pagarem as ordinarias não avendo armadas no mar; das maes cousas dará o capitaõ conta a Vossa Magestade; eu faço todas as lembranças ao VisoRey do serviisso de Vossa Magestade.

( Livro 2.º fl. 444 )

## 328.

Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que eu sou informado que depois de ter mandado defender per muitos respeito de serviço de Deos e meu, e bem do estado da Imdia, o comércio dele pera as Felipinas e das ditas Felipinas para outros lugares do mesmo estado, se não goarda esta minha defessa tão inteiramente como nela he declarado, de que me averia por mui des-servido se así fosse, que não acabo de crer, pelo que mamdo ao meu Visorrey e Gouvernador da Imdia, que

ora he e ao diante for, que faça tirar devassa cadanno das pessoas culpadas no dito commercio, e proceder contra elles breve e sumariamente, como for justiça, fazendo-se com effeito execuçaõ nos culpados pelas penas de sua condemnaçaõ e em especial se perguntará na dita devassa se em correçaõ na dita culpa os capitães de Malacã depois da dita defessa, ora tenhaõ acabado seu tempo, ou estem ainda atualmente na dita capitania, ou a situaõ depois pelo tempo em diante, e nos capitulos de sua residencias se acrescentará este para nelas se perguntar por este caso em particular alem das devassas que conforme a esta prouisaõ mando que se tirem cada anno. E esta se registará nos livros da Rolaçaõ e contos de Goa, e nos de minha fazenda, e cassa da India, e valerá como se fosse carta começada em meu nome e passada por minha chancelaria, posto que por ela naõ passe sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Livro, titolo xx, que o contrario dispoem. Mahuel de Torres o fez em Lisboa a 12 de Março de 1595. E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Sobre a devassa que Vossa Magestade manda que se tire cada anno na India do caso acima declarado. Perç Vossa Magestade ver.—2.ª via

( Livro 4.º fl. 592 )

### 329.

Conde Almirante, Viescorrey amigo. En El Rey vos envio muito saudar, como aquella que amo. Por parte dos cristãos nouamente convertidos me foi pedido lhes fizesse merce de os escusar de pagarem dizimos, e porque por minhas promissões ouue por bem que por tempo de quinze annos os naõ pagassem, que depois lha mandey reformar, ey por bem que os ditos cristãos já convertidos e os que nouamente se converterem naõ paguem dizimos em sua vida, para com esta occasiaõ se persoa-

direm melhor os gentios a se conuuerterem a nossa sancta fé e receberem a agoa do sancto baptismo.

II. Foi-me apresentado que deuia mandar obrigar aos mouros e gentios que pagassem dizimos, pelo que vos emcomendo que consulteis esta materia com o Arcebispo de Goa, e com alguns theologos emformandonos muito particularmente se os foros e tributos que eles pagão das terras que trazem são de tal qualidade que sofraõ pagarem alem deles os dizimos, e se he assy como sou informado que lhe foraõ antigamente dadas estas terras pelos Rey's da India com os foros e tributos que ora pagão, separan'lose delas ontras terras para a sustentacão dos pagodes de seus ydolos e de seus sacerdotes, e acham'dosse ser isto assy, se se podem cobrar estes dizimos dos mouros e gentios que tinerem as ditas terras, emformandouos tambem se ha inda as que se separaraõ para os pagodes, e o que rendem, e quem as tem, e com que titolo; e de tudo o que se achar e vos parecer me emuiareis hũa relacão por vias por todos assinada para eu ver e tomar final asiento e resoluçãõ no que nesta materia se ouuer de fazer dali por diante.

III. E porque por cartas do Viso Rey Matias de Albuquerque e do Arcebispo de Goa entemdy que os Imquisidores dessas partes se entremetiaõ nas coussas de minha jurdiçãõ, mandey avisar djto ao Bispo d'Eluas, Imquisidor mór destes Reynos, pera lhes escrever o naõ fizessem pelos incomuenientes que disso podiaõ reeultar, o qual escreue aos ditos Imquisidores sobre esta materia, e que tratem somente do que conuem a seus officios, e vos emcomendo que assy como he rezaõ que eles se naõ entremetiaõ nestas materias, que nas que forem de sua obriguacão os ajudeis e fauorçoes para melhor poderem cumprir com ela, e ordeneis que assy eles como os mais menistros do sancto officio sejaõ bem pagos de seus ordenados, e se tenha com eles a conta que he rezaõ e de uida aos carregos que seruem. Escrita em Lisboa a 16 de Março de 1598.



E sobre a ultima parte deste Capitulo acima tenho mandado escrever já algumas vezes nas vias dos annos passados.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India.—2.º via.

(*No Sobrescripto*).

Por ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigueira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 484)

## 330.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emvio muito saudar, como aquele que amo. Eu huã das cartas que vaõ nestas vias vos mando escrever sobre as Instrucções que aveis de dar ao capitão mór e capitães das náos desta armada para a torna viagem conforme as dos annos passados, e no fim da dita carta depois da data dela vos trato de outra Instrucção que tambem lhes aveis de dar para em caso que emuernem sem passar o Cado de Boa Esperança, cuja sostancia he que da paragem das Ilhas dos Açores para este Reyno naueguem sem as tomar por altura de trinta e sete grãos, e porque depois de a dita carta feita torney a mandar praticar esta derradeira parte dela. e tomey nela outra resolução, vola declaro por esta carta, e vos emcomendo que na dita vossa segunda Instrucção (que será feita na forma e modo que na dita carta se contém) dignaes de minha parte ao dito Capitão mór e capitães destas náos, que em caso que innuernem (com que não possam passar o anno que vem ao Reyno) naueguem para elle sem tomar as Ilhas dos Açores por altura de corenta e hum para corenta e dous grãos, que he ao contrario do que na dita carta vos

dizia que viessem por 37 grãos, e em tudo o mais seguiréis a ordem da dita carta, salvo neste só ponto, como dito he. Escrita em Lisboa a 17 de Março de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India.—2.º via.  
(Livro 2.º fl. 472)

## 331.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu ElRey vos emuo muito saudar, como aquele que amo. Depois de vos ter escrito nestas vias o que vereis sobre a materia do os Olandesses nauégarem para as partes do sul desse estado, domde vieraõ o anno passado, me pareceo que posto que creio que com o aviso que vos viria de Malaca desta viagem dos ditos Olandesses tereis provido com emuiar logo áquelas partes armada bastante para os consumir se tratassem de lá tornâr, como sou informado que o procuraõ proseguir, seria muito meu seruiço mandar este anno huã não a Malaca, e que fora melhor serem duas se as ouuera (porque tirar duas das cinco que saõ as que este anno vaõ, não me pareceo que comuinha) e que Cosmo de Lafetã (que este anno torna a essas partes, como volo escreuo por outra carta em resposta da lembrança que sobre ele me fazeis na vossa de Monbaça) deuia ir na dita não de Malaca emcarreguado de acudir a esta necessiua de tão presente; e de tanta importancia como he o castigo dos ditos Olandesses, que vos deue dar o ouidado que deueis a meu seruiço, com que avereis que não vos falta huã não de cinco que puderaõ chegar todas á barra de Goa, senaõ que avendo vós de reforçar as partes do sul nesta tão importante necessidade, temdes já nelas o socorro da dita não, e com hum bom capitaõ e gento que leua, com mais brevidade do que podia aver tomando a dita não primeiro Goa que Malaca, e para terdes inteira informaçã do que lla

mando que faça remetido tudo á vossa ordem irá com esta carta a copia (assinada pelo Secretario Diogo Velho) da Instrução que lhe mandey dar (a); pelo que vos encomendo que na conformidade dela e do mais que vos parecer que comuem a meu serviço sem terdes nisto outro algum respeito senão comprirse inteiramente com o mesmo meu serviço, ajudeis, fauoreças, e animeis Como de Lafetá imuiamdo-lhe tanto que estas náos cheguarem na monção de Setembro tudo aquilo que virdes que lhe será necessario de nauios, gente, e monições, ordens, e recados, alem do que tiuerdes pronido, temdo por certo, que este será hum dos mais particulares serviços que me podeis fazer em vosso tempo, para que de todo se estinga e acabe a nouidade desta nauegação de tanto perjuizo a meu serviço e a esse estado, em que não he necessario dizermos mais que o que esta materia por sy mesma fala. Escrita em Lisboa a 17 de Março de 1598.

### PRINCIPE.

Miguel de Moura.

Pera o Conde Almirante, Visorrey da India—2.<sup>a</sup> via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.—Segunda via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 462 )

## 332.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos envio muito sandar, como aquele que amo. Antes de ter as vossas cartas de Monbaça mandey fazer huã para o Vi-

---

( a ) Não apparece este papel.

soRey Matias de Albuquerque posto que esperaua que Deos vos tiuesse leuado a saluamento a essas partes, e porisso todas as cartas e despachos destas vias á vós fossem derigidos, para em caso (o que Deos não permittee) que não fosses cheguado á India, ele ficasse no gouerno dela até eu nisso prouer, a qual carta não deixa de ir nestas vias, porque estando feita não se perde nisso nada; e querera Deos, como nele espero, que não aja caso pe-que ela seja necessaria, e que todas as quatro vias dela me tornareis a emuiar cerradas, como vos emcomendo que o façaes; e pareceome dizeruos, o que nisto passa para o entemderdes quando virdes as ditas cartas. pera que acontecendo caso (o que Deos não mande) que aja de abrir estas vias Matias de Albuquerque se tire ele da duuida que teue nas outras vias das náos em que fostes quando lhe foraõ dadas. Escrita em Lisboa a 30 de Março de 598.

Asino esta carta per ordem dos senhores Governadores, por não aver tempo. pera se hir asinar por Sua Magestade.—*Diogo Velho.*

Para o Conde Almirante, VisoRey da India.—2.º via.

(*No Sobrescripto*)

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 478)

### 333.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos emuiou muito saudar, como aquele que amo. Sobre a carga das náos quando vem da India para este Reino vós tenho escrito particularmente em outras cartas que vão nestas vias; e imda que o não fizera, a mesma materia falla per sy, mas entemdendo agora depois de as ditas cartas

feitas o que constou de huã devassa que tirou o Licenciado Gilianes da Silveira, Juiz das causas da India e Guiné, me pareceo meu serniço avissarvos da relação que disto me foi feita, que he que na carga das quatro náos que vieraõ o anno passado ouue muita culpa da parte do Vedor da fazenda naõ somente em vir pouca pimenta podendo as náos trazer mais nos lugares deputados para ella, mas em elle naõ acodir aos roubos que os goardas faziaõ ás partes e que queixamdoesse o adirnaõ(?) da não São Felipe ao dito Vedor da fazenda de alguãs destas cousas lhe responderem que contentasse os goardas, e que o dito Vedor da fazenda dana nas náos a fidalgos e a pessoas que vinhaõ para o Reyno para despensas certos guasalhados na ponte que eraõ reservados para soldados pobres, a que se tirava para os que tenhaõ mais fauor na repartição dos ditos guasalhados, e que nesta desordem se naõ compria a defesa que sobre este particular estava feita pelo Senhor Rey Dom Emrique, meu tio, que Deos tem; e posto que eu naõ acabo de crer que Dom Antonio de Noronha tiuese taõ pouca aduertencia em cousas de tanta importancia, bem será que lha façaes, se depois de vos emformardes particularmente do que nisto passou achardes que ele tem esta culpa, e em quanto naõ tenho esta emformação por vós, inda que conste da devassa, lhe escrevo sobre esta matéria por termos geraes remetendome ao que vós nela lhe direis de minha parte, que será precedendo a diligencia acima declarada.

II. A cidade de Damaõ me pede confirmação dos preuilegios que diz lhe concederaõ os Vissoreys passados para se poder chamar cidade, e ussar dos que tem a cidade d'Evora, e antes de lhe mandar responder me pareceo ter emformação e parecer vosso sobre isto, pelo que vos emcomendo mo emriçays.

III. Antonio d'Azevedo, que Deos perdoe, me escreueo da Ormuz (quando aly estava por capitão, por carta de sete de febreiro do anno passado de 97, que veio

por terra) os annos que tivera de corte do Mogor, que tereis bem sabido, e imda que se não deve aver por certo que elle se resolua em empreza por mar, devese crer que a desejará e procurará quanto lhe for possível; e así o mais seguro he preucnir pera tudo, como o escreueo ao capitão de Ormuz ( sem o nomear na carta pelo seu nome, porque não sei agora quem estará naquella fortaleza ) e sobre isto vos não digo mais porque vós sabeis como nisto deveis proceder por meu serviço

IV. Também me escreueo o dito Antonio d'Azedo sobre o máo tratamento que achou no Reyno do Timor ( quando por aly passou ) que se fazia aos Portugueses, e que tinha animado o Visorey Matias de Albuquerque do que ordenou para remedio desta vexação de que esperava sua reposta; emcomendouos que saibais o que nisto passa e se fez, para prouerdes em tudo como virdes que mais courem,

V. Por outra carta vos escreueo como mando nuá nuó a Malacca e nela Cosmo de Lafetá para os efeitos que pela dita carta vereis; e nesta me pareceo dizeruos mais como mando que pela via das Felipinas se dem sendo necessario toda ajuda que puder ser para se bem conseguirem os ditos efeitos. Escrita em Lisboa a 30 de Março de 1598.

Asino esta carta por ordem dos Senhores Governadores, por não aver tempo pera se hir asinar por Sua Magestade.—*Diogo Velho.*

Para o Conde Almirante, VisoRey da India—2.º via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Guama, Conde da Vidigueira, do seu conselho, Almirante e VisoRey da India.

( *Livro 2.º f. 524* )

## 334.

Mandon Sua Magestade tomar alguãs emformações sobre a fortificação da Ilha de Sancta Ilena, por ser demandada de alguns annos a esta parte de cossarios, e se deuer, tratar da segurança dos seus portos para as náos da India, e porque nesta materia averá alguã contrariedade de pareceres, os mamda Sua Magestade comunicar a Vossa S. e vaõ para isto com esta carta (a) que por seu mandado faço, por naõ aver já tempo para ir em carta asinada por Sua Magestade, que escreueo aos Senhores Gouernadores que disto avissasem a Vossa S.ª para que veja e comunique isto com pessoas praticas daquelle Ilha, que nesse estado naõ faltaraõ, e que ordene Vossa S.ª ao Capitaõ mór e capitaães destas náos nas instruções (que conforme a outra carta de Sua Magestade lhe hade dar pera a torna viagem) que quando chegarem a Santa Ilena vejaõ toda aquella Ilha, e os portos e aguadas que tem em que se possa surgir, e tragaõ huã relação deles e huã pranta da Ilha para Sua Magestade ver tudo com o que Vossa S.ª lhe escrever sobre esta materia. Deos goarde a V. S. de Lisboa a 30 de Março de 1598.—*Diogo Velho.*

2.ª via.

(No. Sobrescripto.)

Ao Conde Almirante, VisoKey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 480.)

## 335.

ElRey nosso Senhor he informado que de poucos anos a esta parte (como de dez ou omze para cá) mudãas náos da carreira da India quando partem de Cochim a derrota que antiguamente sempre trouxeraõ pelo canal das Ilhas de Maldiva, e nauegaõ agora em partindo

(a) Naõ apparecem.

contra o sul demandando a ponta de Guale na Ilha de Ceilaõ, e que seria melhor tornarem a derrota antiga dos canais das Ilhas de Maldina, o que Sua Magestade mandou ver e praticar com pilotos e outras pessoas que nesta materia tem diferentes pareceres, e os que são de opiniao que he melhor a derrota moderna, dizem que ela se tomou por se liurarem dos baixos dantre as Ilhas, a que se responde pola outra parte que isto tem remedio com aver boa vegia, e que o caminho por elas he mais curto e sem as tromentas que ha nos mates cruzados da noua derrota em que se achão as náos muito pessadas com a carga de que ainda não tem aliviado nada, e que alguas delas comessão por esta causa no principio de sua nauegaçaõ abrir, por omle quando chegaõ ao Cabo de Boa Esperança ficaõ menos capazes de resistir ao mór trabalho e perigo de toda a viagem que casi sempre aly ha, que he causa de imvernarem ou se perderem, podendo-se presumir que alguas que tem desaparecido se perderiaõ antes de chegar ao Cabo, e que quando isto acontece ás que nauegaõ pelos canais das Ilhas de Maldina se salva muitas vezes a gente, e finalmente se sabem novas do seu acontecimento, e nesta duuida de rezoõs por ambas as opinioes em que se apontaõ outras mais que V. S. lá deue entemder, quer Sua Magestade que V. S. as pratique todas com pessoas de experiencia desta carreira asy fidalgos como homens do mar, sendo tambem presentes o capitão mór e capitães, mestres, e pilotos destas náos, e o que se resolver se ponha em efeito vindo estas náos ou pelos canaes de antre as Ilhas de Maldina conforme a derrota antiga, ou indo demandar a ponta de Guale em Ceilaõ, como agora fazem, e que V. S. o declare por instrucçaõ aos capitães das ditas náos na que lhe hade dar pera a torna viagem conforme ao que Sua Magestade este creue a V. S. que faça.

II. Tambem emcomenda Sua Magestade a V. S. que quando as náos estiuerm no porto de Cochim e Goa,



depois de lá chegarem até a partida delas para o Reyno tenhaõ pessoas obrigadas á guarda delas afora os officiaes das náos, porque he informado que ha nisto muitos descuidos de grande perjuizo, de que podem resultar outros maiores.

III. E que faltando letrados para as ouvidorias das fortalezas da India dos que de quá forem providos nelas, ou de outros aprouados pelo desembargo do Paço e admetidos nele para o serviço de Sua Magestade, se prouejão as ditas ouvidorias em quanto não ouner outro remedio em homens não letrados de talento e partes suficientes para estes cargos, como antiguamente se fazia, por que he Sua Magestade informado que ha na India letrados cristãos novos e outros reprovados que se admitem por falta dos aptos a cargos em que não deuerão entrar se ounerão letrados que os precedem.

IV. He Sua Magestade informado que a Companhia impetrou hum Breue para não irem a Japão Religiosos de outras Ordens mais que da sua, e porque Sua Magestade escreue nestas vias a V. S. e ao Arcebispo de Goa o que nisto ha por serviço de Deos e seu permitindo-se que os Religiosos Franciscos possam aly hir na forma das cartas de Sua Magestade, lhe parece que se não dene ussar do dito Breue, em que manda fazer diligencia para saber se quando se inpetrou se deu disso conta a Sua Magestade, como deuera ser, que he outro ponto de consideração, e me mandou que por não aver tempo de isto ir em carta sua avisasse V. S. do que nisto ha de fazer conforme ao que assim fica dito. Deos guarde a V. S. de Lisboa a 30 de Março de 1598.—*Diogo Velho.*

( *No Sobrescripto* )

Ao Conde Almirante, VisoRey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º f. 417)

## 336.

El Rey nesso Senhor escreue a V. S. nestas vias como o cabedal pera a compra da pimenta da carga destas náos vay este anno prouido per conta de sua fazenda; mas não se declara na carta isto mais em particular, por inda se não ter entendido em que modo se faria a repartição do dito cabedal; e estando agora as náos pera partir não ha tempo pera esta declaração ir em carta de Sua Magestade que venha a tempo assinada de Madrid, e assi por seu mandado e com ordem dos Senhores Governadores auiso disto a V. S. como fago de algũs cousas que lhe escreue per outras cartas.

II. Entendesse pella conta que se fez na Casa da Índia que os uinte mil quintaes de pimenta (que quando menos podem uir nestas cinco náos) podem custar a rezaõ de doze xerafins e meo por quintal, hum por outro, em que se montaõ nos uinte mil quintaes dosentos e cincoenta mil xerafins; pera os quays uaõ nestas náos por conta da fazenda de Sua Magestade cento e uinte e seis mil cruzados de dez Reales o cruzado, a rezaõ de cincoenta por cento.

III. E assy vaõ mais uinte mil cruzados de dez Reales o cruzado, pera com elles se perfazerem os trinta mil cruzados que se haõ de emprestar aos contratadores das náos pera concerto dellas, ao mesmo respeito de sincoenta por cento.

IV. Que soma todo cento e corenta e seis mil cruzados de dez Reales o cruzado, os quays uaõ repartidos nas ditas sinquo náos pella maneira seguinte:

Na náo Capitaina trinta e seis mil e quinhentos cruzados, a saber, trinta hum mil e quinhentos cruzados pera o cabedal da pimentá de cinco mil quintaes que nella se podem carregar, e sinco mil cruzados pera o empréstimo das naos.

Na náo Conceição outros trinta seis mil e quinhentos cruzados repartidos pella maneira asima.

E na não Nossa Senhora da Paz corenta tres mil e ottocentos cruzados, a saber, trinta sete mil e outtocentos cruzados pera cabedal de seis mil quintaes de pimenta que nella se podem earregar, e seis mil cruzados pera o emprestimo do concerto das náos.

Na não São Simão desoito mil duzentos e sincoenta cruzados, a saber, quinze mil setecentos e cincoenta crudados pera o cabedal de dous mil e quinhentos quintaes de pimenta que nella se podem carregar, e dous mil e quinhentos cruzados pera concerto das náos.

Na não Sam Matteus dez mil novecentos e cincoenta cruzados, a saber, nove mil quatrocentos e sincoenta cruzados pera o cabedal de mil e quinhentos quintaes de pimenta que nella se podem carregar, e mil e quinhentos cruzados para o emprestimo do concerto das náos.

As quais cinco adições fazem soma dos ditos cento corenta seis mil cruzados de dez Reales o cruzado, como atrás fica ditto.

V. E ainda que pella carta geral da casa da India se entenderão estas somas e repartições, he materia de calidade pera V. S. ser auisado della por carta de Sua Magestade, e por isso em falta de não poder ser como no principio desta digo, se lhe faz esta de sua parte, os quais cabedaes uão entregues aos mestres das náos sobre quem ha de uir tambem a carga da pimenta, conforme ao que se custuma quando estas cargas se fazem per conta da fazenda de Sua Magestade, em que os mestres ficão sendo feitores da embarcação da pimenta, pera o qual negocio ofereço(sic) a Sua Magestade mandar nestas náos huã pessoa de confiança e partes a cuja conta fosse este cabedal, e viesse a dita pimenta comprada carregada, e beneficiada por elle, o que deixou de ser por não se afigurar algũa desconfiança aos ministros per que isto corresse nesse estado, e que indo isto particularmente emcomendado a V. S. seria de mais efeito que ordenandosse por qualquer outra uia, e que V. S. auisasse ao Vedor da fazenda de Cochim de como nisto conuem que proceda como

Sua Magestade delle confia, ao qual se hade entregar o dito cabedal segundo ordenança, e metesse neste cargo logo debaixo das chaues para isso ordenadas, sem por nhũ caso se bolir em huã só moeda delle inda que seja por emprestimo, e com presuposto de se tornar logo antes de ser necessario, e que indo alguã não ou náos a Goa, e não estando naquella cidade ho Vedor da fazenda de Cochim, se entregue o cabedal da tal não ou náos ao Vedor da fazenda de Goa pera elle fazer outra tal entrega ao do Cochim a que pertence.

VI. Sobre o cabedal da não Sam Simaõ, que uai em direitura a Mallaca, se procederá conforme a ordem que pera isso se dara a Cosmo de Lefetia. que uai por Capitão nella, de que por outra carta ou no fim desta avisarey V. S. e elle tambem o fará depois que chegar a Malaca conforme a relação ( sic ) que se tomar com a dita não de uir pera o Reino com carga, ou ficar em Mallaca, ou se enuiar á India. Deos guarde V. S. de Lisboa 30 de março de 598.—*Diogo Velho.*

( *No Sobrescripto* )

Ao Conde Almirante. Viso Rey da Imdia.—Segunda via.

(Livro 2.º fl 450)

## 337.

Por estarem as vias cerradas, e eu não ser lembrado se as cousas que nesta direi vão nellas, pareceo aos Senhores Governadores que era melhor duplicaremse que deixar V. S. de ser avisado da resolução que Sua Magestade nelas tem tomado, sobre que lhe escreueo em suas cartas pera se fazerem outras pera V. S.

II. Foi Sua Magestade enformado dos inconvenientes que aua sobre a materia da pimenta que vai ás fortalezas de Ormuz e Mascatto, e que requerem remedio com que se atalhasse esta desordem, e tomadas as enformações necessarias se resolveo Sua Magestade em deue

mandar executar as penas que sobre isto estaõ postas, e samente releuarem-se os culpados de alguã pena de morte se por isso se lhes dá, e que o principal remedeo que isto lerá he mandar Sua Magestade que aja armada no estreito pera visitar as náos e nauios que vaõ pera aquellas fortalezas, e asi pera o estreito de Mecca, e que na fortaleza de Mascatte deue aver pessoa particular que busque os nauios que forem ter a ella pera se não poder lenar por terra.

III. E que sobre os cartazes que se daõ na fortaleza de Ormuz pera Maçua e outros lugares da Persia, posto que se entende que vaõ a Baçorá, e se dissimullaõ pelo muito proueito que disso resulta á fazenda de Sua Magestade, parece a Sua Magestade que se não deuem proibir por ora por alguãs rezoës que pera isso se apontaõ, mas que V. S. o veja e pratique, e avisse Sua Magestade da enformaçaõ que tiuer com seu parecer.

IV. Agora á partida destas náos veyo das Ilha da Madeira, aonde foi ter, o roteiro da viagem que os Olandeses fizeraõ ás partes do sul, do qual se tiraraõ os pontos mais importantes de que pareceo aos Senhores Governadores que V. S. deuia ser avissado, e vaõ com esta carta em todas as quatro vias destas náos; e no primeiro capitulo que trata da bahia de Antaõ Gil na Ilha de Saõ Lourenço lhes parece que V. S. se deue aduertir de quando ouuer occasiaõ pera isso mandar ali fazer alguã dilligencia, e que do que se trata no ultimo capitulo de culpas cometidas pelos Portugezes na Jaoa maior deue V. S. ter já enformaçaõ e mandado acodir a isso, e proceder contra os culpados, e em especial com o nomeado no ultimo capitulo, mas que todavia o lembraõ e aduierem disso a V. S. da parte de Sua Magestade a quem escreuem sobre isso, e de como se faz este officio com V. S.; e outra copia como a que aqui vay que se tirou do dito roteiro se deu a Cosmo de Lafetá pera por sua parte fazer nesta materia o que lhe foi ordenado, e avisar a V. S.

V. Taõbem aviso da parte de Sua Magestade que he

necessario que mande nas primeiras nãos ou o mais brevemente que puder ser a traça de todas as fortalezas desse estado pera Sua Magestade as ver, e aver quã noticia do sitio e forma delas quando se offerecer tratar-se de alguã, como agora quando se tratou com Cosmo de Lafetã do forte que dizem a Sua Magestade que he necessario fazer-se em Mallaqa pera defensão do porto. de que ele dará conta a V. S. e quando as traças se não pudrem fazer logo todas juntas pela distancia das fortalezas, e as não ouner feitas em Goa, as irá V. S. mandando huãs agora e outras depois, así como se forem acabando.

VI. E porque Sua Magestade he informado que por o cargo de escriuaõ da matricula desse estado ser de tanta emportancia como se tem entendido. e que como por elle se faz a principal despesa do rendimento delle, seria seu seruiço prover-se em vida e não cada tres annos, posto que na dita matricula aja quatro contadores de experiencia pera fazerem os descontos e contas dos soldos e ordenados que se pagaõ por ella; e antes de Sua Magestade tomar nesta materia resoluçaõ, quer que Vossa S. a trate e pratique com pessoas que a bem entendaõ, e tome dela as informaçoẽs necessarias, e avise a Sua Magestade com seu parecer pera nisto mandar o que ouner por mais seu seruiço. Nosso Senhor guarde a V. S. De Lisboa a cinco dabrill de 93.—*Diogo Velho.*

( *No Sobrescripto* )

Ao Conde Almirante, VisoRey da India.—Segunda via.

( Livro 2.º fl. 425 )

*Extracto do Roteiro da viagem dos Holandeses ( a )*

Neste Roteiro da viagem que fizeraõ os Holandeses á Jaoa. he de consideraçaõ.

---

( a ) He o papel de que falla o Cap. IV desta Carta.

A Bahya de Antaõ Gil da Ilha de S. Lourenço a qual está em altura de 16 grãos na costa de leste da dita Ilha, e he muy grande e capaz, tendo de largo 10 legoas e dentro alguã Ilhas pequenas, e entre ellas huã maior muito alta detrás da qual ha bom fundo pera surgir; he esta ilha pouoada; tem muitas fruitas, laranjas, limoões, e cidras, e galinhas, vacas, carneiros, e cabritos, do alto da serra dese huã ribeyra. de agoa e por ella acima hum quarto de legoa está huã pouoação de duzentos casas, e outras menores.

Fóra desta Bahya está a ilha de Santa Maria, na qual acharaõ os Holandeses as mesmas fruitas e mantimentos, e muito peixe.

No estreito que fica entre a Jaoa menor e a ilha de Bale encontraraõ taõ grande corrente de agoa ao norte, que com grande trabalho desembarcaraõ.

Da ilha de Bale fizeraõ sempre o caminho a oessueste sem encontrarem terra, pello que não pode ser a Jaoa grande taõ larga como a fazem as ordinarias descripções daquellas partes, não sendo até agora descuberta a costa do sul desta ilha da Jaoa mayor.

Chegados á cidade de Bantaõ na Jaoa mayor (na qual carregaraõ o que trouxeraõ) acharaõ nella muitos Portugueses que os agasalharaõ e banquetearaõ, e deraõ informação da pimenta que havia na terra, e da nonidade que se esperava pera carregarem suas náos, e entre estes Portugueses ouue hum por nome Pedro de Attaide, de Malaca, o qual os auison de tudo o que se tratava na ditte cidade contra elles, e aconselhou que com breuidade tomassem carga antes que os Jaos effeituassem seus máos intentos, os quaes pode ser que puzeraõ em execução, e que não tornaraõ estes Olandeses á sua terra se este Portugues não fora, e outros que no Roteiro se não nomeaõ.

1598.

## SEGUNDA SERIE.

MONÇÃO DO REINO.

338.

Dom Francisquo da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c. Faço saber aos que este aluará virem que auendo respeito aher oje em dia nas partes do norte muitas fianças perdidas que estão em mortorio de muitos annos a esta parte sem se pôr cobro niso nem fazeremse diligencia pera se arrecada-rem pera a fazenda de Sua Magestade. e querendo niso prouer pelo que cumpre ao serviço do dito Senhor e bem da dita sua fazenda, ey por bem e me praz que o Licenciado Ruy Machado Barbossa, que naquellas partes do norte anda por Ouvidor geral com alçada, conheça das causas das ditas fianças sumariamente abreuando os termos dellas, e as que julgar que pertencem á fazenda de Sua Magestade mandeas pôr logo em arrecadação, e avissandome da contia dellas para nisso mandar o que ouuer que he mais serviço do dito Senhor. Noteficoo assi ao dito Ouvidor geral para que o cumpra, e faça cumprir inteiramente sem duuida ou embargo algum, posto que naõ passe pola chancelaria por ser do serviço de Sua Magestade. Bertolamen Velho o fez em Goa a 18 de Janeiro de 598.—O Conde VisoRey.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 145 )

339.

Dom Francisquo da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c Mando a vós Antonio Pires d'Aguiar, Ouvidor de S. Thomé, que tanto que este virdes que logo tireis a denasa que se mandou tirar dos Rapossos, e das insolencias e cousas mal feitas que



fazem na terra, e se são perjudiciaes nella, e dos mais que o são, e dos que fazem carcere privado em suas casas, e se Antonio de Sousa prendeo o adigar (?) da terra, e se os ditos Raposos e suas cunhadas ferirão aos piaës do capitaõ, e tirada a dita deuasa com todo o segredo possivel emviãlaeys a esta corte cerrada e mutrada per pessoa segura, e sem sospeita pera na Relação ser vista pelos desembargadores della; e assi preguntareis e sabereis do Ouvidor passado que foi da deuasa que tirou dos ditos Raposos por mandado do VissoRey Mathias d'Albuquerque, e fareis muito por abreniades a vós (a) e envialaeis tambem com a outra fazendo niso todas as diligencias necessarias para que appareça: e se saber a culpa que niso ouue. Cumpro assi sem duvida alguã, posto que não seja passada pela chancelaria sem embargo da Ordenação em contrario. Bertolameu Velho o fez em Goa a 18 de Janeiro de 598. O *Conde VisoRey*.

(Livro 1.º do Alvaras fl. 145 v.)

## 340.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VissoRey da India &c. mando a vós o Licenciado Francisco de Campos Tauares, Ouvidor da cidade de Cochim, que tanto que este virdes com toda brevidade possivel vades tirar deuasa do capitaõ do Coulaõ pellos capitulos que vos seraõ dados com este, e sobre todos preguntareis por todas as cousas que fez e faz contra serviço de Sua Magestade, e seu regimento, e em perjuizo de pono, e sua avexação, e esta deuasa não escusará que se lhe tome residencia a seu tempo, a qual tirada emvialaeis serrada e mutrada a esta corte á Relação pera nella pellos desembargadores se detreminar o que for justiça. Cumpro assy sem

---

(a) Assim está no registo; mas parece que a verdadeira lloçã deve ser—por a haverdes a vós—

dunida algũa posto que não vá passado pola chancelaria, e sem embargo da Ordenaçã em contrario. Bertolamen Velho a fez em Goa a 18 de Janeiro de 598.  
—O Conde VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 146 )

## 341.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este alvará virem que eu sou informado que na armada do Malauar andaõ alguãs pessoas que foraõ degradados para Ceylaõ por casos e culpas que cometeraõ sem quererem ir cumprir seus degredos, e porque cumpre ao seruiço de Sua Magestade e bem da justiça que o façaõ, ey por bem e me praz que Dom Luis da Gama, capitaõ mór da dita armada, mande apregoar por ella este alvará, para que todos os sobreditos degradados vaõ cumprir seus degredos ao dito Ceylaõ, e se embarquem em companhia de Dom Francisco da Gama, Capitaõ de Gualc, sob pena que não o fazendo terem o dito degredo em dobro, e seraõ leuados em ferros para lá, e da dita publicaçã se fará termo nas costas deste que o dito Capitaõ mór enviará ao juizo do Ouvidor geral do crime do estado para se proceder e se executar a pena acima contra os que não cumprirem o que asey mando. Notifico asey ao dito Capitaõ mór, e mais justiça, officiaes e pessoas a que pertencer pera que o cumprã, e façaõ inteiramente cumprir e goardar da maneira que dito he sem dunida nem embargo algum. Bertolamen Velho o fez em Goa a 26 de Janeiro de 598.—E outroy perderã as fianças que tiuerem dadas.—O Conde VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 146 v.)

## 342.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c. faço saber aos que

este meu Alvará virem que por justos respetos que me a isto mouem do serviço de Deus e de Sua Magestade ey por bem e mando que nhum Christão de qualquer calidade e condiçãõ que seja vá por terra de Cochim pera Santomé ou Negapataõ, nem venha das ditas partes pera o dito Cochim por terra sem licença minha por escrito, ou de Dom Antonio de Noronha, capitaõ que ora he da dita cidade e quem fizer o contrario emcorretaõ em pena de cem cruzados para acusador e captiuos, e hum anno de degredo pera a conquista de Ceylaõ; e este será publicado na dita cidade de Cochim e pouoçaõ de Sam Thomé e Negapataõ pera a todos ser notorio. Noteficoo assi ao dito Dom Antonio de Noronha, Ouvidores, e mais juizes a que este for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, pera que o cumprãõ e goardem, e façãõ inteiramente cumprir e goardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo. Joãõ de Freitas o fez em Goa a 18 de fenereiro de 598. Aluoro Monteiro do Canto a fez escrever.—*O Conde VisoKey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 148 )

### 343.

Dom Francisquo da Gama. Conde da Vidigueira, Almirante e VisoKey da India &c. faço saber aos que este meu Alvará virem que em poder de Jadu Malemo, Baneane, se depositaraõ por mandado de Mathias de Albuquerque, VisoKey que soy deste estado, setecentos e corenta e dous xerafins e huã tanga e corenta e dous reia procedidos de hum caixaõ de coral de hum mouro por nome Pusay, que faleceo nestas partes em terra de Sua Magestade, o qual deposito o Licenciado Ruy Machado Barbosa, Ouvidor geral do cinel, passou por minha ordem a poder de Pero Rodrigues de Lisboa, como parece dos autos que estaõ em poder de Francisco Lopes, escrivãõ do Juiz dos feitos de Sua Magestade, e ora quando respeito ao dito Senhor ter applicado o dinheiro

de abintestados pera as obras de Sé noua desta cidade, e auer mais de seis annos que he falecido o dito mouro sem constar de erdeiros seus na forma de direito, ey por bem e me praz que os ditos setecentos corenta e dous xerafins huã tanga corenta e dous reis sejaõ entregues a Dom Frey Aleixo de Meneses, Arcebispo Primaz, administrador da dita Sé noua, com declaração que pera seguranga dos erdeiros, se em algum tempo vierem, dará primeiro fiança a lhes entregar o dito dinheiro sendo-lhe julgado por sentença, e depois de o ter recebido o fará carregar em receita com as declarações necessarias sobre a pessoa que corre com a despesa das ditas obras, e com este, e con. a obrigação de fiança e conhecimento do dito Arcebispo Primaz, que tudo se ajuntará aos autos da dita deposito, ey por desabrigado delle a Pero Rodrigues de Lisboa, depositario da dita conta. Notificação assy ao Jyiz dos feirys da Sua Magestade, mais officiaes e pessoas a que este for apresentado, e o conhecimento delle com direito pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se nella contem sem duvida nem embargo algum. João de Freitas a fez em Goa a 18 de feuerreiro a 598. Alvaro Monteiro do Canto a fez crecreuer.—O Conde VisoRay

(Livro 1 de Alvarás fl. 147)

## 344.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRay da India &c faço saber aos que este alvara virem que eu sou informado que estando prouido por regimento que todas as fazendas do Cabo de Comorim venhaõ a esta cidade de Goa pera nalfandega della pagarem os direitos denidos a Sua Magestade, os mercadores descarregã em Cochim muitas fazendas das naos de Malaca e da China a fim de pagar menos direitos ao dito Senhor, e as despachã nalfan-

déa daquelle cidade sem o Juiz e officiaes della lhõ impedirem, como sãõ obrigados; e querendo atalhar a perda que a fazenda de Sua Magestade recebe nos fa-vores dos despachos da dita alfandega, e por outros justos respeitoos que de nouo acrescerãõ aos que o dito Regimento considerou, ey por bem e por este mando e defendo que nhuã pessoa de qualquer calidade e condiçãõ que seja descarreguem no dito Cochim fazenda das náos que de Malaca e da China aly chegarem em tempo que ajaõ de partir para passar a esta cidade, sob pena das ditas fazendas pagarem os direitos em dobro per entrada na alfandega desta cidade, alem dos que deue-rem por saída, e a seus donos naõ ficará direito algum pera repetirem da fazenda de Sua Magestade os que já lhe teriam pago no dito Cochim, e os officiaes que na dita alfandega derem despacho das taes fazendas emcorreraõ em pena de perdimento de seus cargos, e pagaraõ cada hum cem cruzados pera o ospital desta cidade, como o Regimento declara; e isto se naõ entenderá nas fazendas que verdadeiramente constar que das ditas partes vieraõ per conta e risco de casados de Cochim, porque as taes se poderaõ descarregar e despachar na dita alfandega na forma ordenada, saluo cobre e crano que vierem no galeaõ de Maluquo, a que os dítos officiaes naõ daraõ despacho algum posto que sejaõ de casados sãõ as ditas penas, por quanto o dito crano hade passar todo a esta cidade pera segurança dos terços e choques que deue, e o cobre pera se comprar ás partes pera fundir em artelbaria, e bater em moeda, e sendo caso que alguã das ditas náos da China, e Malaca naõ possaõ passar a Goa por de todo ser acabada a monçaõ, se poderaõ descarregar em Cochim e alfandega se recolherãõ as fazendas que trouxer, mas naõ se despacharaõ outras senãõ as que forem de casados da dita cidade como dito he, e a todas as mais pessoas que deuem direitos a Sua Magestade se naõ dê despacho sem especial mandado meu, o que assi se cumprirá sob as penas aly declaradas assi a respeito dos mercadores como dos officiaes da alfandega.

dega, e do dito meu mandado, ( per'virtude do qual se fizer o tal despacho ) se fará menção nas certidões que se passarem ás partes, porque não trazendo esta declaração mando aos officiaes dalfandega desta cidade as não guardem, e sem embargo dellas arrecadem os direitos em dobro das ditas fazendas pello modo que atrás declaro; e esta se publicara nos lugares publicos na cidade de Cochim, e se registara nalfandega della, e na desta cidade pera se saber o que assi mando e ordeno. Notifico assy ao Vedor da fazenda geral da India, Juiz dos feitos de Sua Magestade, Juizes e mais officiaes das ditas alfandegas pera qua o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar muito inteiramente o que dito he sem duvida nem embargo algum. Bertolameu Velho o fez em Goa a 23 de feueireiro de 598. Alvaro Monteiro do Canto a fez escreuer.—O *Conde VisoRey*.

( Livro 1.º de Alvarás fl. 148 v.)

## 345.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e VisoRey da India &c faço saber aos este algará virem que por justos respeito do seruico de Sua Magestade que me a isto mouem ey por bem que o livro da receita e despesa dos tisonreiros do dinheiro do hum por cento da dita cidade de dez annos a esta parte ( a ) pera por ella se saber o que rendeo no dita tempo e o que está despendido, e em que se despendeo, os quaes entregará ao capitão da primeira não que vier para esta cidade, e em falta os emviara na galie de Dom Diogo Coutinho dentro em hum caixaõ fechado com declaração de quantos livros são pera quã se entregarem á mesma pessoa que eu pera iso ordenar, e estando os ditos livros, ou alguns delles dentro na

---

( a ) Assim está no registo, mas claramente se vê que falta a palavra, e fica o sentido incompleto.

Camara da dita cidade, mando aos Vereadores della os entreguem ao dito Ouvidor pera este effeito, e tendo ella alguma duvida a mandaraõ alegar a esta corte e sem embargo della se cumprirá o que assi mando. Notifico assi aos ditos Versadores, Procuradores, e mais officiaes da dita cidade, e ao tiscoureiro, do dito hum por cento pera que o cumprãõ, façãõ cumprir e guardar da maneira que dito he sem duvida nem embargo algum. Bertolameu Velho a fez em Goa a xxij de febreiro de 598. Alvaro Monteiro do Canto a fez escrever.—  
*O Conde Viso Rey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 149 v. )

## 346.

Dom Francisco da Gama &c. faco saber aos que esta meu aluará virem, que avendo eu respeito aos VisoReys e Governadores deste estado por suas prouisoões terem applicado o dinheiro dos abimtestados para as obras da Sé noua desta cidade de Goa, e Sua Magestade por seu aluará feito em Lisboa a doze de março do anno de oitenta e tres mandar que se cumprãõ todas as ditas prouisoões pelo modo nellas declarado, ey por bem e me praz que o Provedor mór dos defuntos faça entregar ao feitor que ora he de Sua Magestade nesta dita cidade de Goa, e aos que pelo tempo em diante forem todo o dinheiro de abimtestados que por qualquer via na forma de direito pertencerem á fazenda do dito Senhor, o qual dinheiro o dito feitor fará carregar sobre sy em receita pelo escriuaõ de seu cargo no liuro que para esse effeito mandei fazer, de que passara conhecimentos em forma para a conta dos Provedores e officiaes a que pertencer, e tanto que assy lhe for carregada qualquer adiçaõ do dito dinheiro de abimtestados sem mais com elle entender o dito feitor o entregará logo á pessoa que o Arcebispo Primaz tiver ordenado pera correr com as despesas das obras da dita Sé que primeiro apresentar carta ou prouisaõ do seu proximo, e qual sera

registada no mesmo liuro, e nelle ao pé de cada uma receita a dita pessoa asinará conhecimento feito pelo escriuaõ da feitoria de como recebeu o dinheiro da dita receita, para por este modo a todo tempo constar quanto tem recebido e que o podia receber, e tudo o que o dito feitor lhe entregar na forma que requiere este meu alvará, que taõbem será registado no dito liuro, lhe será leuado em conta pelos seus conhecimentos feitos ao pé das receitas, como dito he. Notificoos assy ao Vedor da fazenda geral, Provedor mór dos defuntos, feitor, e mais officiaes e pessoas a que pertencer para que o guardem e cumprãõ, e façãõ comprir e guardar taõ inteiramente como se neste contem sem duuida nem embargo algum, o qual valerá como carta passada em nome de Sua Magestade, sellada de seu sello pendente, posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ do Liuro 2.º, titulo xx, que o contrario dispõe. Gnomez Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 28 de feuerreiro de 98. Alvaro Monteiro do Canto o fez escrever. — O Conde Viso Rey.

( Livro 1.º de Alvaras fl. 153 )

## 347.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu alvará virem que eu sou informado que em Diu custumaõ os senherios das náos arrecadar logo os fretes das fazendas que carregãõ para Ormuz, o qual além de ser opressão para os mercedõres que por esse respeito navegaõ menos fazendas, he taõbem occasiã dos donos das ditas náos as sobrecarregarem, e não trazem taõ aparelhadas do necessario como convem para seguranca da viagem; e querendo atalhar o perjuizo que deste máo costume resulta contra o seruiço de Sua Magestade e bem de seus vassallos, ey por bem e por este mando e defendo que das fazendas que em Diu se carregarem para Ormuz em qualquer náõ que seja se não arrecade mais que metade dos fretes em Diu ( sendo



disso os mercadores contentes ) e a outra metade se não poderá arrecadar senão depois da não em que forem carregadas as fazendas ser chegada a saluamento á dita fortaleza de Ormuz, posto que os mercadores digão que de sua liure vontade querem pagar logo todo o frete en. Diu, sob pena de quem o contrario fizer por cada vez cem pardãos de cinco larin, metade para o acusador, e a outra metade para a ribeira de Sua Magestade desta cidade de Goa, e se sem embargo da dita pena contra forma desta defesa receber mais em Diu que a metade do dito frete pelo modo declarado, o dono das ditas fazendas lhe não será obrigado a pagar fiete algum dellas, e lhe poderá repetir em juizo dentro de dous annos tudo o que lhe tiver pago; e este será apregoado nos lugares publicos de Diu, e se registará nos liuros dalfandega e feitoria da fortaleza. Notefiquo asy ao capitaõ da dita fortaleza, ouvidor, juiz dalfandega, feitor, e mais officiaes e pessoas a que asy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, o qual valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do 2.º Liuro, titulo xx, que e contrario dispoẽ. Luis Gonçalues o fez em Goa a 6 de março de MDLRbiiij. ( 1598 ). Alvaro Monteiro de Canto o fez escrever—*O Conde VisoRey,*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 151 )

## 348.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu aluará virem que eu sou informado que tanto que chegão á fortaleza de Diu as fazendas que haõ de ir para Ormuz, Mequa, e outras partes os nãcodás ( sic ) e senhorios das náos custumaõ por-lhe logo a sua marca para se auerem de carregar na sua não, e que depois de posta em nenhuma outra se recebem as taes fazendas asy marcadas, nem outro algum nãcodá as

aireue a entender com ellas; e para atalhar a vexação que recebem os mercadores neste costume, pelo qual lhe he forçado pagarem de frete quanto lhe pedirem quem marcou a sua fazenda, ou não a navegar, ey por bem e por este mando e defendo que nenhuma pessoa, christão nem gentio, de qualquer nação, calidade, e condição que seja, ponha marca alguma em fazenda alheia sem consentimento de seu dono, e sem primeiro estar concertado com elle no preço do frete, sob pena de quem o contrario fizer emcorrerá por cada vez em pena de cem pardãos de cincoo larins pagos do tronco, ametade para o accusador e ametade para a ribeira de Sua Magestade desta cidade de Goa, e se sem embargo da dita pena carregar na sua não fazendas marcadas contra a forma desta defesa, o dono dellas lhe não será obrigado a pagar frete algum, e tendolho pago lho poderá repetir em juizo dentro de dous annos; e este se publicará nos lugares publicos da dita fortaleza de Diu, e se registará nos liuros dalfandega e feitoria della. Notefiquoo assy ao capitão da dita fortaleza, Juiz da dita alfandega, feitor, e Ouvidor della, mais justicas, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e o qual valerá como carta passada em nome de Sua Magestade, sellada de seu sello pendente sem embargo da Ordenação do 2.º Liuro, titulo 20, que o contrario dispoê. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 6 de março de 1598. Aluare Monteiro do Canto o fez escrever—O Cende Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 152)

## 349.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber que avemdô respeito a na hida que os Mogos (sít) fizeraõ ao Reino do Pegú soceder aos Portugeses que lá estanaõ o ruym successo que tineraõ de perdas de suas fazendas e vidas,

em tanto descredito deste estado, como he notorio, por atalhar ao mais que lhes pode succeder, e ao perigo certo a que se arrisquaõ por sua muita cobiça, ey por serviço de Sua Magestade e em seu nome defendo e mando que nenhum Portuguez nem christaõ de qualquer calidade e condiçaõ que seja vá ao dito Pegú em não nem naúio, nem outra alguã embarcaçaõ sua nem alhea da cidade de Cochim, São Thomé, Negapataõ, nem das mais fortalezas e lugares deste estado, nem de Bemgala, nem de nenhuma outra parte em quanto eu não mandar o contrario por outro alvará que reuoge este, que será depois de o dito Reino de Pegú estar de todo quieto, e se acabar a guerra dos Mogos ( sic ), sob pena que quem o contrario fizer, e for em alguma cousa contra esta defesa, perderá em dobro a valia da embarcaçaõ e fazenda que lhe for achada, ou se prouar que leuou ou mandou ao dito Pegú, a terça parte para o acusador, e as duas para a fazenda de Sua Magestade, e alem disso emcorrerá nas penas de caso maior, ás quaes se executaraõ nos culpados sem remiçaõ alguma, e para que a todos seja notorio, e não possam alegar ignorancia será este apregoado nesta cidade de Goa, e na de Cochim, e no dito São Thomé, e Negapataõ, e Bemgala, e na fortaleza de Manar, e em todas as mais, para o qual efeito emviará o Chanceler do estado os treslados desta defeza sellados com o sello das armas reaes assinados por elle aos ditos lugares, e mando aos capitães e ouvidores das sobreditas cidades, fortalezas, e povoaçoẽs mandem fazer em cada hum a dellas a dita diligencia, e disso passem certidoẽs autenticas na forma ordinaria, que emviaraõ a esta corte ao juizo do Ouvidor geral do crime para a todo tempo se proceder contra os ditos culpados, como dito he. Notefiquão assy ao dito Ouvidor geral, capitães e ouvidores acima declarados, e mais justiças, officiaes, e pessoas a que pertencer, para que o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar sem duvida nem embargo algum; e valerá como carta posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ do 2.º Livro, título

xx, em contrario. Esteuaõ Nunes o fez em Goa a 8 de abril de 1598. Alvaro Mõnteiro do Canto o fez escrever.—*O Conde VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 154 )

## 350.

Dom Francisco da Gama, Comde da Vidigeira, Almirante e VisoRey da India &c. faço saber aos que este aluará virem como o Doutor Pero da Silva, Chanceler deste estado, e o Licenciado Ruy Machado Barbosa, Ouvidor geral do crime, e o Licenciado José Paes, juiz dos feitos, em Relaçãõ assentaraõ perante mim que todõs os degradados de Ceilaõ se embarquem nesta monçaõ presente deste abril na não que pera lá vay, sob pena que naõ imdo, perderem suas fiamças, e lhe serem dobrados os degredos, e emcorretem nas mais penas que per direito merecerem, e outrossy as pessoas que forem perdoadas pello dito perdaõ geral com condiçaõ de irem a Ceilaõ, se embarquem nesta dita monçaõ, sob pena de de lhe naõ valer o dito perdaõ, e isto se naõ entenderá nas pessoas que tiverem espaço ou soprimento meu, pelo que mando que se cumpra e guarde inteiramente o dito assento; e para que a todos seja notorio será este apregoado nesta cidade pelos lugares publicos e acostumados de que se fará termo nas costas delle. Notefiquo assy ao dito Ouvidor geral do crime, mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumprãõ e guardem, e inteiramente façãõ cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 18 de abril de 1598. Luis da Gama o fez escrever.—*O Conde VisoRey.*

( Livro 1.º de Alvarás fl. 155 )

## 351.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este meu alvará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do serviço de Sua Magestade, bem e proueito da sua fazenda, ey por bem e me praz, defemdo e mando em nome de Sua Magestade que nenhuã embarcaçã vá de Negapataõ a Perá sem primeiro ir despachar nalfandega de Malaqua, e pagar á fazenda de Sua Magestade nella os direitos das fazendas que leuar, e despachar nella per saida as que ouer de tirar, como he costume, sob pena de toda a pessoa que o contrario fizer perder a embarcaçã e fazendas que nella se acharem para cativos e acusador, e de se proceder contra elle os que naõ saõ obedientes. (a.) aos mandados de seus principaes; e para que a todos seja notorio e naõ possaõ alegar ignorancia será este apregoado em Malaqua e na dita pouoaçã do Negapataõ, e se registará na dita alfandega, de que se fará termo nas costas delle. Noteficoo assy a todas as justiças de Sua Magestade, e lhes mando que o cumprã e guardem e façã inteiramente cumprir e guardar da maneira que se neste contem, sem duvida nem embargo algum, o qual valerá como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo da Ordenaçã do Liuro 2.º titulo xx, que o contrario dispoẽ. Joaõ de Freitas o fez em Goa a xx dabrill de 598. Luis da Gama q fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás ff. 155 v.)

## 352.

A xx dabrill de 98 passou alvará avendo resperto a alguns omisiados que andaõ por terras dos infieis, e outros nas armadas naõ se poderem vir apresentar no juizo da Ouvidoria geral do crime para se liurarem das culpas

---

(a.) Assim está no registo; mas deve ler-se—e de se proceder contra elle como contra os que naõ saõ obedientes—

que tem na forma do perdaõ geral no tempo que lhes foi asinalado, e por assy o aver por serviço de Deos e de Sua Magestade, ouue por bem que os ditos omisiados se possaõ vir apresentar no dito juizo por todo este mes de abril thé quinze de maio que vem, e vindo no dito termo gosaraõ do dito perdaõ; e para a todos ser notorio será este apregoado nesta cidade pelos lugares publicos ( a ).

( Livro 1.º de Alvarás fl. 156 )

### 353.

Dom Francisco &c. faço saber aos que este aluará virem que por justos respeitos que me a isto mouem do serviço de Sua Magestade, ey por bem e mando que do porto da cidade de Cochim não parta para Bengala embarcação alguã se não for não d'alto bordo, na qual não e em cada huã das que daly partir se poderaõ embarcar dez Portugeses casados e maradores na dita cidade, e estes com licença por escrito do capitaõ da dita cidade, e d'outra maneira não, e o capitaõ ou senhorio da dita não dará fiança de mil pardões perante o Ouvidor da dita cidade a levar e tornar a trazer na propria não os ditos dez casados, ou certidaõ de como algum delles he falecido, para sua descarga, e se obrigará a não levar outra alguã pessoa, de que se fará termo por elle asinado, e antes que as ditas náos partaõ o Ouvidor as irá buscar, e não consentirá ir em cada huã mais que os ditos dez homens, como dito he, e partidas, ou quando as ditas náos tornarem á dita cidade tirará o dito ouvidor deuassa para saber se emcorreraõ nesta defesa. e procederá contra os culpados como for justiça damdo em todo a sua deuida execução este meu aluará. Noteficoo assy ao dito Ouvidor, mais justiçaes, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumpraõ e guardem como se neste contem sem duuida nem embargo algum. Antonio da Cu-

nha o fez em Goa a 22 d'abril de 1598. E para vir á notícia de todos, e não aver quem alegue ignorancia este será apregoado pelos lugares publicos e acostumados da dita cidade de Cochim, de que se fará termo nas costas. Luis da Gama o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 156 )

## 354.

Dom Francisco &c. aos que, este alvará virem faço saber que por assi o aver por serviço de Sua Magestade, bem e prouito de sua fazenda, e y por bem e me praz que daqui em diante as embarcações que vão com fazendas ao porto de Negumbo da costa de São Thomé, Choramandel, Negapataõ, e de quaesquer outras partes, vão primeiro a Columbo pagar os direitos á fazenda de Sua Magestade das taes fazendas, de que apresentaraõ certidaõ dos officiaes da feitoria, e apresentandoas não seraõ obrigados aos pagar em Negumbo por entrada senão por saida; e fazendo o contrario seraõ as ditas embarcações e fazendas perdidas, ametade pera a fazenda de Sua Magestade, e a outra pera ho acusador, e pera que a todos seja notorio mando que se apregoe este alvará nas ditas pouoações para omde se emuiará o traslado delle justificado pelo Ouvidor de Columbo, e se registará na dita feitoria de que se fará termo. Notefiquoo asy a todos os capitaes, e ao dito Ouvidor, mais justicas, officiaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprã e guardem, e fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duuida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenaçã do 2.º Livro, título xz, que o contrario despoem. Luis Gonçaves o fez em Goa a xxliij de abril de 598. Luis da Gama o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvaras fl. 157 )

## 355.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que esta aluará virem que eu ey por bem e me praz por justos respeitos do seruiço de Sua Magestade com parecer dos desembargadores da mesa da Relaçã que os Portuguezes que estaõ comdenados per semtemça para sempre para as gallés, em que emtrará Francisco da Moura Lobo, vaõ degradados para sempre para Maluquo, tirado Jorge Deniz, que por rezaõ particular que para iso ha vá degradado para sempre para a conquista de Ceylaõ, e os degradados por dez annos para as gallés vaõ para sempre para a dita conquista, e os que forem degradados por menos tempo vaõ comprir na dita conquista o seu degredo em dobro, e isto sem embargo de suas sentenças os comdenarem para as gallés por quoaesquer palauras que nelas aja, sob pena que todo o degradado que for achado fóra da dita conquista morra morte natural remesinel (*sic*), e para effeito de se comprir todo o sobredito se tresladará este aluará nos feitos de seus liuramentos para o Ouvidor geral do crime conforme a elle fazer declaração do degredo que amde ir comprir e para omde vaõ, e outrosy mamdará o dito Ouvidor geral noteficar aos ditos degradados do que asy ey por bem para que não posão alegar ignorancia, e da dita noteficação se fará termo, a quem o notefico asy, e a todas as mais justiçaes, officaes, e pessoas a que pertencer, e lhes mando que asy o cumprã e guardem, e inteiramente fação comprir e guardar da maneira que se neste contém sem duvida nem embatgo algum. Gomes Rôdrigues de Santa Cruz o fez em Goa a xxvij de abril de 1598. Luis da Gama o fez escreuer. — O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás ff. 157v.)

## 356.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira; Almirante e Viso Rey da India &c. faço saber aos que



este aluará virem que auendo eu respeito aos desembargadores destas partes da India em Relaçã assentarem perante mim que Manoel Barreto da Silva, Capitã de Manar, mande pello Juiz ordinario daquella fortaleza notificar ao Padre Gregorio dos Reis, Vigario da Vara, venha a esta corte por todo o mez de outubro deste anno presente pera nella me dar rezaõ das causas que teue para proceder comtra Francisco Ramgel Castelobramquo, Ouvidor da dita fortaleza de Manar, e por lhe impedir sernir seu cargo, e perturbar a juridicaõ de Sua Magestade, e da dita notificaçaõ e reposta que o Vigario a ella der mamdarã o Juiz fazer termo pelo escriuaõ do judicial de que imuiarã o treslado em modo que faça fé ao Juiz dos feitos de Sua Magestade, pelo que mando ao dito capitã o faça cumprir e guardar da maneira que neste se contem sem duuida nem embargo algum. Joã de Freitas o fez em Goa a 23 de abril de 1598. Luis da Gama o fez escreuer. E sendo presente o Ouvidor da dita fortaleza elle fará esta diligencia, e em sua auzencia o Juiz ordinario.—*O Conde VisoRey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 160)

## 357.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos este meu aluará virem que auendo eu respeito ao muito que importa ao seruiço de Sua Magestade estarem os almozars que tem nesta cidade prouidos de artilharia para o prouimento das ordinarias armadas que neste estado traz contra imigos de nosa santa fee, e para fortificaçaõ he defensaõ das fortalezas que Sua Magestade tem nestas partes da India, e a muita necessidade que ha de cobre, e as mais rezoẽs em que se fando o Viso Rey que foy Matias d'Albuquerque para dar licença em abril do anno passado de nouemta e sete pera todos os mercadores e pessoas outras poderem tratar em cobre

de China para estas partes na forma que declara a dita prouisaõ, e, por bem de a confirmar, e por esta confirmo, e dou. licença a qualquer pessoa que quizer posa trazer ou mandar trazer da China cobre, e tratar nelle liurementemente com declaração que o trazaõ ou mandaraõ todo a esta cidade de Goa, e o naõ desembarcaraõ nem leuaraõ a outra parte alguã sob pēna d'emcorrer no perdimento do cobre e da sua fazenda, e nas mais penas pessoaes que parecer justiça, e depois de trazido o dito cobre e outras mercadorias pagaraõ na alfandega desta cidade em cobre os direitos que deuerem do dito cobre e das outras mercadorias e fazendas que despacharem em Malaqua ou nesta cidade, e depois que tiuerem pagos os direitos na forma que dito he, sendo necessario mais algum cobre para o serviço de Sua Magestade, os ditos mercadores e pesosas outras o daraõ pelo preço que nesta terra valer com se lhe pagar primeiro da fazenda de Sua Magestade a valia do dito cobre, e todo o mais cobre que lhe sobejar depois de pagarem os direitos o poderaõ os ditos mercadores e pesosas outras levar liurementemente para suas casas sem per nhun caso lhe ser tomado por Sua Magestade sem primeiro se lhe pagar a valia delle, como dito he, nem lhe ser feito força ou agrauo algum antes muitos fauõres, e com estas condiçoẽs e declaraçoẽs ey por confirmada a dita prouisaõ e licença. Notifiquo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, capitão mor da China, capitão da fortaleza de Malaqua, feitor della, juizes das alfandegas, mais justiças, officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar como se neste contem sem duuida nem embargo algum, o qual sera apregoado pelas ruas publicas desta cidade, e em Malaqua, e na China para a todos ser notorio, e se registara nos liuros das camaras, feitorias, e alfandegas para se saber como asy o ey por bem pelos ditos respeito, e este valera como carta passada em nome de Sua Magestade sem embargo

da Ordenação do 2.<sup>o</sup> Livro, título 20, em contrário. Antonio da Cunha o fez em Goa a 24 de abril de 1598. Luis da Gama o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.<sup>o</sup> de Alvarás fl. 159)

## 358.

Dom Francisco da Gama &c. faço saber aos que este alvará virem que por justos respeitoes que me a isto mouem do seruiço de Sua Magestade ey por bem e me praz que nenhuã pessoa de qualquer calidade e comdição que seja possa por sy nem interpostas pessoas fazer na Ilha de Ceylaõ canela alguã sem expecial licença de Sua Magestade e minha, sob pena de quem o contrario fizer perder toda a canela que lhe for achada, e outrosy ey por bem que depois que a não da carreira partir do porto de Ceylaõ para esta cidade com a sua carga nenhuã outra embarcação de qualquer sorte que seja carrega canela no dito Ceylaõ nem a leue pera fora, e sendo caso que a canela das pessoas que tiuerem licença de Sua Magestade ou minha não caiba na não da carreira, por não ser capaz, a que sobejar se meterã em outra não ou qualquer outra embarcação para Cochim, e depois de partidas as ditas duas embarcações leuara (sic) da dita Ilha de Ceylaõ nhuã canela pera fora, porque sou informado que se leua aos portos dos inimigos onde Sua Magestade não tem alfandegas, sob pena da embarcação que for achada com canela ser perdida, e a canela que nela se achar, ametade pera a fazenda de Sua Magestade, e a outra pera o acusador, e pera que a todos seja notorio sera este apregoado na cidade de Cochim e em Columbo, e nos mais lugares onde for necessario, e se registará nos livros das feitorias dela, doque se fará termo nas costas deste. Notifico asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, Capitão de Cochim e Columbo, e a todos os maes capitães ouvidores, justicas, officiaes, e pessoas a que pertence

e lhes mando que asy o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem sem duvida nem embargo algum, o qual valerá como carta pasada em nome de Sua Magestade selada do seu selo, podendo sem embargo da Ordenação do Luro 2.º título 26.º que o contrario despoem. João de Freitas o fez em Goa, a 24 de abril de 598. Luis da Gama o fez escrever.—*O Conde Viso Rey.*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 160 v.)

### 359.

Dom Francisco da Gama, &c. faco saber aos que este alvará virem, que avendo eu respeito ao muito que importa ao serviço de Deos e de Sua Magestade que os doentes que ao hospital da fortaleza de Columbo se vão curar sejam bem curados, e lhes não falte o necesario para sua saúde, e para o dito ospital de todo se alienantar para bom recolhimento dos ditos doentes, ey por bem e me praz que todo o rendimento dellandega da dita fortaleza se despenda na cura dos ditos doentes, e o que sobejar se gaste na obra do dito ospital, e para este effeito mando ao feitor daquela fortaleza, que ora he e pelo tempo em diante for, que tanto que a dita alandega for remdendo ás somanas por certidão assinada pelos officiaes della entregue a conta que for aos mordomos do dito ospital, ou a pessoa que o Provedor da Misericordia tiver ordenado para correr com esta obra, de que cobrará conhecimento em forma para sua conta pelos quaes e este alvará que será registado no liuro da receita do dito feitor se lhe leuara em conta na que der de seu cargo, o que se niso montar. Notefiquo asy ao Vedor da fazenda de Sua Magestade, e ao dito feitor, e mais officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que o cumprão e guardem, e inteiramente fação cumprir e guardar da maneira que se neste contem, sem duvida nem embargo algum, e valerá como carta sem embargo da Ordenação do 2.º Livro, título xx, ao contrario. Estenão Nuncas o

fez em Goa a 25 d'abril de 1598. Luis da Gama o fez escrever.—O Conde Viso Rey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 163.)

## 360.

Dom Francisco da Gama &c. Faço saber aos que este meu alvará virem que auemdo en respetto ao muito que importa ao serviço de Deos e de Sua Magestade que o ospital da fortaleza de Golumbo de todo se conserte e se aleanante.....

..... (a)  
que valerá como carta sem embargo da Ordenação do Livro 2.º título xx, que o contrario dispõe. Gomes Rodrigues de Santa Cruz o fez em Goa a 25 d'abril de 1598. Luis da Gama o fez escrever.—O Conde Viso Rey

(Livro 1.º de Alvarás fl. 163 v.)

## 361.

Dom Francisco da Gama &c. Faço saber aos que este alvará virem que por justos respektos que me a isto monem do serviço de Sua Magestade ey por bem e me praz que o Licenciado Ruy Machado Barbosa, Ouvidor geral do crime, vá pessoalmente ou mande pessoa de confiança ás náos e embarcações que nesta monção presente partem da barra para Bengala e mais lugares do Cabo de Comorim pera fora omde não ouner fortalezas de Sua Magestade notificar asy aos capitães e senhores das ditas náos e embarcações que não leuam Portuguezes alguns de qualquer calidade que seja, salvo os que tiuerem licença minha por escrito, e os capitães das ditas náos e embarcações darão fiança de mil pardãos a não leuarem outras pessoas senão as que tiuerem a dita licença, e se obrigaraõ a tornar a trazer sendo

(a) A falta de uma folha no livro deixou o registro desta Provisão truncado.

viuos, ou certidão de como, faleceraõ, e da dita noteficação (sic), este aluará e o dito termo se registara no Livro das fianças para se proeeder contra os culpados. Notefiquo asy ao dito Ouvidor geral pera que o cumpra e guarde, e faça comprir e guardar como se neste comtem sem duuida nem embargo algum; e para vir á noticia de todos este aluata, será apregoado pelos lugares publicos desta cidade, de que se fará termo nas costas, e sy por bem que se use desta pronisaõ todo o tempo do meu governo. Luis da Gama o fez escrever. — *O Conde Viso Rey (a)*

(Livro 1.º de Alvaras fl. 158.)

## 362.

Dom Felipe &c. aos que esta minha carta virem faço saber que auendo eu respeito aos Vereadores, Procurador, e mais officiaes da minha cidade de Goa me enviarem dizer por sua petição que eu mandara passar huã ley em vinte e nove de outubro do anno passado de nouenta e sete, per que defendera que não entrassem nella Pagodes pelos respeitoos que entaõ pareceraõ justos e necessarios; e que a experiencia tinha mostrado ser a dita defesa em muito prejuizo do pouo como se via das rezoões que apresentauaõ, me pediaõ mandasse não se fizesse obra pela dita defeza, e que os ditos Pagodes corresseem como dantes, e visto por mim seu pedir e dizer mandey que os desembargadores da mesa da Relação vissem a dita petição, e conformandome com seu parecer, sy por bem que de hoje por diante não se use nem pratique a dita ley, e a derogo, e por esta a sy por nulla e derogada, e mando que os ditos Pagodes corraõ asy e da maneira que dantes corriaõ na dita cidade, auendo respeito ao tempo ter mostrado não ser prejuizo do bem commum, nem da minha saemta, correrem os ditos Pagodes por moueda pella

(a) O registo elumite a data, mas he de Abril de 1598.

presso e valia que damtes tinhad. Notefiquoo assy ao Chanceler do estado, Ouvidor geral do crime, mais justicias, officiaes, e pessoas a que pertencem, e lhes mandando que a cumprad e guardem, e inteiramente façao cumprir e guardar como se nesta conlem, sem duuida, nem embargo algum, e esta se apregoara na praca e lugares publicos da cidade de Goa para a todos ser notorio. Dada na minha cidade de Goa sob o sello das minhas armas Reaes da Coroa de Portugal a quatro de mayo. ElRey nosso Senhor o mandou por Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, Almirante e Viso-Rey da India &c. Antonio da Cunha a fez anno de MDLXliij.º (1598). Luis da Gama a fez escrever.—O Conde Almirante VisoRey.

(Livro 1.º de Alvarás fl. 163 bis)

1599.

MONÇÃO-DO REINO.

363.

Eu ElRey faco saber aos que este aluará virem que por justas respeitoes que me a isso mouem fundados em enformações de muito meu serviço, ey por bem e mando que da publicação desta minha prouisaõ na India em diante Capitaõ algum das fortalezas nem outro menistro meu daquelas partes ou officios das Camaras dos lugares e povoações delas que por meus regimentos puderem prouer seruentras de cargos da justica ou da minha fazenda ou da república, não possaõ por nhum caso dar as taes seruentrias por muito nem pouco tempo a pessoas da nação dos Cristãos novos, e que os capitaes e officiaes que o contrairem fizerem (o que não steio deles) incorraõ nas penas que emcorrem aqueles que não cumprem minhas desleitas e mandados, que se executará nelle sem apelação nem agrauo, nem poderão os meus VisoReys e Governadores da India por nhum caso que seja perdoar a dita pena, nem par-

te dela, nem dispensar em cousa alguma desta prouisaõ, e mando que nas residências que se tomarem aos ditos Capitães se pergunte nelas por este particular que se ajuntam para isso dos capitulos delas, e que dos outros ministros e officiaes se tire de uassa se saõ culpados neste caso, e mando aos ditos Vissores e Governadores que em tudo cumprão e goardem esta minha prouisaõ, e a façãõ cumprir e goardar inteiramente como se nela contem, e tenham cuidado de me avisar dos capitães, ministros, e officiaes que se acharem comprehendidos neste caso para eu alem das ditas penas mandar proceder contra eles com as mais que ouper por bem; e esta se registará nos liuros de minha fazenda deste Reyno e casa da India, e nos da Relaçãõ de Goa, e feitorias das ditas partes, e huã das vias dela se lançará na torre do tombo de Goa, e valerá como carta começada em meu nome, e passada pela chancelaria, posto que por ela não passe sem embargo das Ordenaçõs do 2.º Liuro, titulo xx, que o contrairo dispoem. Mafuel de Torres o fez em Lisboa a xx de nouembro de 1598 (a). E eu o Secretario Diogo Velho o fiz escreuer.

REV.

Miguel de Moura.

Sobre os capitães das fortalezas da India, ministros, e officiaes daquelas partes não prouerem há seruentia

(a.) Este Documento, e os seguintes, dos n.ºs 364 e 365 foram primeiramente escriptos deixando-se em branco o dia e mez, e pondo-se o anno de 1599; mas depois por letra diversa da do texto do Documento se encheo a lacuna do dia e do mez; e emendou o anno de 1599 em 1598. De alguns ogares do texto se conhece que verdadeiramente foram escriptos a depois de entrado o anno de 1599.

Não se facili saber hoje qual fosse a causa destas lacunas e emendas, que todavia não influem sobre a validade e veracidade dos Documentos.



dos cargos da justiça, fazenda, e republica. Aduã pes-  
soa da nação, sob as penas acima declaradas.

Para Vossa Magestade ver.—2.ª via.

( Livro 1.º fl. 87 )

## 364.

Conde Almirante, VisoRey amigo. Eu ElRey vos em-  
nio muito saudar, como aquele que amo. Pelas tres náos  
que o anno passado de 98 vieraõ dessas partes da India,  
em que de cá foi por capitaõ mór Dom Afonso de No-  
ronha, e veio o Vissorrey Matias de Albuquerque, rece-  
by as vias de vossas cartas, e por elas vy o que tinheis  
feito depois de vossa oheguada, e que procuraneis de  
proceder em tudo conforme a vossa obrigação e á muita  
e particular confiança que de vós tenho, que muito vos  
agradeço esperando de vós que asy o façaes sempre.

II. Tiue contentamento do que me dizeis sobre o bom  
procedimento do Arcebispo de Goa Dom Frei Aleixo  
de Meneses, como já o tinha entendido de todos os an-  
nos passados depois que de quá foi, e asy o receby de  
saber como tinha vissitado todo seu arcebispado, e que á  
pártida destas náos ficaua pera ir vissitar a cristandade  
da Serra de Amgamale; é porque tenho emtemdido que  
nestas vissitações tem despendido muito, e que tambem  
avia de fazer despesa na visitaçaõ que hia fazer, ey  
por bem por todos estes respeitos de lhe fazer merce de  
cinco mil pardãos por huã vez, e vos emcomendo lhos  
façaes logo pagar com efeito.

III. E vos agradeço o cuidado que me dizeis que ten-  
des de se fazer pagamento aos Inquisidores desse esta-  
do de seus ordenados, e vos emcomendo que asy vades  
procedendo com eles, e foi bem feita a aduertencia que  
fizestes a Antonio de Barros, hum dos Inquisidores, so-  
bre os seiscentos pardãos que mandou gastar do dinhei-  
ro do fisco no concerto das obras da casa do Sancto  
Officio.

IV. E quanto ao que me dizeis que averia quatro an-

pos qua ElRey de Melimde reside na cidade de Monbaça, e se entemde dele que procede em meu seruico com cuidado e fidelidade, e que achastes que tinha a a terça parte do rendimento dalfandegua daquela cidade, e que alem disso lhe comsedereis alguãs liberdades justas, emcomendonos que me emueis a copia das ditas liberdades, e que sempre assy o façaes, de quaesquer coussas que comcederdes que forem desta calidade, sem esperardes que eu volo mande, como agora faço; e eu lhe mando escreuer por huã carta minha que vay nestas vias que quando me forem apresentados os papeis de suas pretenções lhe farey com vossa emformaçã e parecer a merce que ouuer lugar, e posto que em outra carta vossa me dizeis que esta alfandegua de Monbaça vay em crescimento, e por o tempo adiante pode remder muito mais, e que seria meu seruico ficaremhe somente nela os mil e quinhentos cruzados cadano que lhe ora remde esta terça parte, e vejo o respeito que nesta vossa lembrança temdes a meu seruico, todavia vemdo que tem bem e lealmente seruido, não será justo darselhe occasiã de queixa, e assy hey por bem que aja em sua vida a terça parte do rendimento da dita alfandegua de Monbaça posto que renda maes que os mil e quinhentos cruzados, e darlheys a entender a vontade que lhe tenho como nisto lha mostro.

V. E asy me daes conta que por faltarem Reys na Ilha da Pemba da linha dos que a possuiã em tempo que Francisco Barreto governou aquella costa, ele tomára posse desta Ilha, e pusera nella hum Rey com nome de vassallo e obrigaçã de pagar certas pareas, e que hum filho seu dera grande ajuda quando se fez a fortaleza de Monbaça, e que arreceandosse no anno de 95 que poderiã vir Turcos a ela, se viera meter na dita Ilha com a melhor gente que tinha e com muitos mantimentos, e que tendo escrito ao Arcebispo de Goa lhe mandasse quem os baptisasse o materal os seus com peçonha, e que por lhe não ficarem filhos, recolheres hum irmaõ seu que leuareis com vosco a India, e ordenareis o governo da-

queila Ilha por regedores que a tinhaõ quieta, e que por este moço ser bom sogeito e dar mostras de se converter a nossa sancta fé, que fazendoo, detreminauéis casalo, e fazelo Rey da dita Ilha de l'emba, e que naõ se convertendo vos parece que denõ fazer merce daquella Ilha a ElRey de Melimde, e vindo como o Rey irmaõ deste moço foi morto com peçonha por se queter fazer christão, ey por bem que ele seja Rey desta Ilha, posto que se naõ faça christão, tratandosse com ele que o seja pelos modos que nestas cousas se deuem ter, porque sendo sen, irmaõ benemerito pelos seruiços que tinha feitos, é por morrer por aquelle modo, naõ he justo que este Rey ho passe a outro estranho.

VI. E sobre o que dizeis que ElRey da Persia he moço e ponto afeiçoado a guerra, e que depois que o Turco fora roto polo Emperador meu tio fargára duas cidades a este Rey de que a principal era a de Tabriz, e lhe mandara hum embaixador com hum grande presente que fora dele bem recebido, e partira da corte do mesmo Rey muito satisfeito, e que por terdes este aviso emcomendareis muito emtarreguadamente a Dom Antonio de Lima, que entãõ partira para Ormuz, procurasse quanto lhe fosse possivel por impedir esta comunicação, e a que tambem pretendia ter com o mesmo Rey o Mogor, que lhe mandara outro embaixador com pessas ricas, e que até naõ saberdes em certo por cartas do dito Dom Antonio como achatta as cousas da Persia detreminareis sobreestar com a embaixada que vos mandey lhe emuiaseis, o que tambem deixastes de fazer por naõ achardes em Goa o seu embaixador neim outro nhum recado, como se esperaua. Pareceme que tendes procedido em tudo isto como conuem a meu seruiço, e creio que conforme ao que mais ounesse nesta materia terei feito o que ela requeresse, de que espero aviso com as primeiras cartas que me escreuerdes.

VII. Folgei de saber por vossas cartas que tirheis entendido que ElRey de Ormuz compra com sua obrigação em meu seruiço, e receby desprazer de inda durarem

as diferenças entre ele e o Guazil, ao que dizeis que mandastes áquella fortaleza o Lecenceado Francisco Monteiro, desembargador da Relação de Goa, emcarregnaundolhe que procurasse de os compôr para a terra ficar mais quieta e eu melhor servido, o que me pareceo aprovaruos, e tudo o mais que nisto fizestes, e emcomendaruos que tenhaes cuidado de tudo o que nisto comprir, e de me emviar a emformação que achar este desembargador, e avisardes-me do que com ela mais fizerdes.

VIII. Nas cousas do Mogor não pode deixar de aver muitas variedades conforme aos intentos que tem nelas, e a dos muitos navios que os annos passados se entendeo que mandava fazer, posto que parecia de pouco sumdamento, folgei de saber por vossas cartas que já o não prosegia, e assy o que mais se deue arrecear-se as suas empresas de terra, e não desistir, como dizeis, dos Reynos do Decão, por a gente de seu filho Xamorado ir a-vante do Reyno de Varara, e que vos dissera o embaixador do Ydalcá, que ha muitos annos que reside em Goa, que o Mogor tinha mandado embaixador ao seu Rey, e que vos avissaria do que soubesse de suas pretensões e como estas cousas são de tanta importancia não será necessario emcomendaruolas para que tenhaes muita vigilancia nelas, e procureis que o Mogor não leue seus intentos avante, porque por muy certo tenho que vos será tão presente, como vedes, a consideração de visinhamça de hum imigo tão poderasso, e que tanto procura de o ser de cada vez mais.

IX. Tambem me dizeis que o Reyno de Melique está muito enfraquecido por causa das guerras que teve e inconstancias que se conhecem em Chamdebaby e no anno do Rey menino que governa aquelle Reyno, pelo que se cuida que não poderá resistir ao Mogor muito tempo, e defenderse do Idalcão, que dá a entender que intenta meter de posse daquelle Reyno hum dos pretendores dele, e com esta dissimulação procurar de o aver para sy, e que o Melique vos mandara hum carta, e que posto que tem commercio, e está em paz com esse estado, não

são juradas as pazes que se quebrarão com a guerra passada, pelo que vos emcomendo trabalheis por as concluir de todo, e que se jurem, e que nas cousas do Mogor procedaes na forma que vos mandey escrever nas vias dos annos de 97 e 98, e emtendereis destas.

X. Bem he que façaes conta de o Ydalxá correr bem com esse estado, posto que não vos mandasse até estaõ visstar, como he costume, e que corraes com ele nas lembranças necessarias do muito que importa ligarse com os Reys vezinhos e defemderemse todos do Mogor, e de efeito será que o Rey de Musalapataõ vos mandasse visstar por seu embaixador com môstras de desejar de conseruar a amizade que tem com esse estado, e foi bem feito emuiardeslhe o capitaõ para o seu porto que vos ele pedio.

XI. O que dizeis que a Rainha de Baticalá ha muitos annos que não paga as pareas que lhe obriguada. por a ter posto em grande aperto hum Naique aleuamtado, vasalo que foi del Rey de Narsingua, que dá mostras de senhorear todos aqueles Reys vezinhos, e que por ser materia de muito perjuizo para a fortaleza de Onor procuraes de ter muito amende aviso de todas suas cousas contrainando seus desenhos, vos emcomendo que assey o façaes. pelo que importa á segurança daquela fortaleza e ás mais cousas que desta materia podem depemder.

XII. Tambem me daes conta que o Samorim vos significara o contentamento das pazes que eraõ feitas com ele, e quanto deseiaua que fosse crescendo a sua amizade com esse estado com promessas de entregar Unhale, e que tinheis entemido que fauorece os Religiosos e pessoas que vão a Calecú, o que lhe mandareis agradecer pelo capitaõ mór da armada do Malauar, e fazer lembrança da obriguação em que está pelo contrato das pazes, o que tudo tenho por acertado, como o será aver tal firmeza e continuação nestas pazes, que não aja nelle a sospeita dos tempos passados, em que sempre se desejiaraõ com o Malauar para se poder melhor acodir ás outras necessidades desse estado mais afastadas.

**XIII.** Dizeis que não estaes satisfeito do procedimento del Rey de Cochim nas materias da cristandade a que mostra grande aborrecimento e aos menistros que correm com ella, e que procura com todas suas forças desviar o Arceediago da Serra de Angamale da communicaçaõ dos Religiosos da Companhia para se não reduzir á Igreja Romana, temendo que se ouuer esta reduçaõ fiquem os Cristãos da Santhomé, que são muitos em numero, mais emcaminhados em meu seruiço, e que posto que lhe escreuestes sobre esta materia, duuidaes que aja nela melhoria, mas que não deixareis de lhe fazer sempre as aduertencias necessarias; e tambem me dizeis que o Principe em tudo se mostra muito ao contrario da natureza de seu tio pelo gosto com que publicamente favorece e agasalha aos cristãos, posto que não manifesta isto tanto como deseja pelas espias que trás junto dele El Rey de Cochim, e lhe mandareis a carta que lhe escreuy, e da vossa parte hum presente, e o persuadieis a se melhorar em seus bons intentos, e esperaueis que socedendo naquello Reyno avia a cristandade de receber dele muito fauor, e eu muitos seruiços; e receby muito contentamento de o Principe de Cochim ir continuando no seu bom procedimento dos annos passados, e de o assey entemderdes que he demostraçaõ do seu animo, e de que se pode esperar muito melhoramento nas coussas daquelle Reyno depois que succeder nelle. E asy tenho por muito acértado os bons officios que com ele fizestes, com o qual procedereis na mesma forma daqui em diante, e com El Rey de Cochim como volo tenho mandado escrever nas vias do anno passado, dissimulando huas coussas, e vintilando outras, e fazendo em todas o que virdes que mais convem conforme aos successos delas, deste tio e sobrinho, tendo muita consideraçaõ a se eles não desauirem nem descontentarem hum do outro, que sera de grande perjuizo para tudo.

**XIV.** Tambem me dizeis que a Rainha de Coulaõ, procede bem nesse estado, e vos fizera queixas por sua carta do capitão daquela fortaleza, o que tinheis remediado, e

a persuadiéis a continuar com o que fazia em meu serviço, e que fazendo El Rey de Trauancor hum pagode perto daquela fortaleza, entendendo vós que lhe podia prejudicar, lhe mandareis fazer sobre isso as lembranças necessárias, com que disistira da obra. E assy, me dizeis que he morto Dom Joaõ Rey de Ceilaõ que residia na cidade de Columbo, e que por seu falecimento tomara Dom Jeronimo d'Azenedo posse daquelle Reyno em meu nome, e em tudo o que nestas materias se fez me ey por bem servido, aduertindouos, como já o deveis saber, que o dito Rey Dom Joaõ muitos annos antes de seu falecimento me fez Uoçaõ do dito seu Reyno, que eu acceitey, e a mandey lançar na torre do tombo, de que tambeem deve aver escreturas autenticas ngasas partes; pelo que conforme a isto procedereis em tudo o que tocar ao mesmo Reyno avendoo por tão meu *in solidum*, no que pertencia ao dito Rey Dom Joaõ, como são todos os outros de minha coroa, e quando se dele tratar em quaisquer escreturas e papeis assy ordenareis que se faça continuandosse com a posse que dele he já tomada, de que fareis fazer autos com toda a solenidade, se já não forem feitos, que me emuiareis por vias em todas as náos, e outros taes se lançaraõ na torre do tombo de Goa, e ordenareis como no lugar onde o dito Rey faleceo se façaõ hnãs exequias com a solenidade que puder sei.

XV. E assy me dizeis que procurastes de vos informar em Moçaõbique da guerra que Dom Pedro de Sousa, Capitão de Sofala, foi fazer ao Tondo, para o deitar fóra dos Rios de Cuama, e que achareis que no encontro que tiuera com este negro se retirou com perda de soldados e artelharía, e com pouco credito seu, e que querendo vós prouer nesta desordem o achareis livre e sentenciado em sua residencia; e porque tendo El Rey meu Senhor, que está em gloria, mandado por hum prouisoõ sua que todas as residencias que se tomassem aos capitães desse estado se emuiassem a este Reyno depois de despachadas na Relaçãõ de Goa, e nas náos que vie-

não o anno passado não veyo esta de Dom Pedro de Sousa, nem nhuã outra, vos emcomendo que guardéis inteiramente a dita prouisaõ, e me emuiéis todos os annos as ditas residencias depois de sentenciados na Relacaõ, e me escreueas a chusa que ouue para assy se não fazer este anno, e em especial no que tocara ao dito Dom Pedro, pois o seu caso sobte que me escreuestes ajudana a lembrar isto.

XVI. Tambem me daes conta como na corte do Mogor estã dous Religiosos da Companhia, e que posto que até agora não fizessem fructo, vos parecia necessaria sua assistencia nela para avissarem de tudo daquelle Rey como o fazem, o que aprovo por estas rezoës que daes, de que tenho outras emformaçoës na mesma conformidade, e tambem se deue principalmente considerar que o fructo que atégora se não mostrou poderá aver quando Deos disse for servido, que será quando ouuer para isso menos esperanças humanas, e assy será acertado tratardes com o Provincial da Companhia que falecendo estes Religiosos, ou sendo necessario mandalos vir, emue outros de maneyra que sempre aly os aja como agora ha.

XVII. Foi bem feito ordenardes a Dom Antonio de Lima quando foi entrar na fortaleza de Ormuz que não deixasse passar a esse estado Venezzeanos, Armenios, nem outra gente estrangeira, por eu o ter assy mandado, e bem será que vades continuando com sempre lembrardes ao dito Dom Antonio as cousas de Ormuz, e em especial as que tocarem á guarda e defenssaõ daquelle fortaleza.

XVIII. Tambem me dizeis que tiuestes aviso por dous Portuguezes como o Preste Joã, chamado Rimpador da Ethiopia, era falecido de doemça, e vos pediaõ que acodisse a mil almas descendentes dos Portuguezes que todo este tempo estineraõ a cargo de hum Religioso da Companhia, que tambem era morto, por cujo falecimento falta do Preste se temia que os naturaes executassem neles o antigo odio que lhes tinhaõ, e que tinheis assentado com o Arcebispo de Goa mandar lá hum cle-



rigo natural da terra em quanto não fossem os da Companhia para lhe administrar os sacramentos, e lhe emuiar-des por via de Luis de Mendoça os 500. cruzados que lhe mando dar cada ano. E porque he rezaõ que se acuda a estes cristaõs que estaõ no Preste, vos emcomendo que muito particularmente tenhaes conta com eles, e os fa-uoreças e animeis em tudo o que ouuer lugar, e saibaõ eles qantõ volo tenho emcomendado, porque com isso se comeolaraõ tanto como com lhe acodirdes. E porque dous Abexins que vieraõ por terra daquelas partes emuiados pelo Preste, e por os Portugesses que lá residem, me apresentaraõ huns apontamentos e petiçaõ que vaõ nestas vias, em que dizem que dos desendentes dos Por-tugesses averá tres mil almas crinstans (a), volos torno de noço a emcomendar, e assy os ditos Abexins que iraõ nestas náos, e por constar poreles que os Turcos tem nos portos da Ilha de Masuá e de Arquicó muito pouca gente, parece que se assy for será facil deitalos delas com qualquer armada que aly se emuiar, pois não tem gualés nem nauios com que se defender, o que tam-bem será de muito efeito para se quebrantar o credito do Turco por aquelas partes, e se poder acodir áquela cris-tandade com menos trabalho, e dar animo ao Preste como sempre se procurou em todos os tempos passados, damdo principio a esta obra o Senhor Rey Dom Manuel, meu vis-sauõ, e continuandoa El Rey Dom Joaõ, meu tio, que san-cta gloria ajaõ, de que ficou memoria nos antecessores dos ditos Portugesses que agora lá estaõ, que foraõ em com-panhia de Doin Christouaõ da Gama, vossõ tio; pelo que vos emcomendo que com a breuidade que puderdes sem fazer falta a outras obrigações mais precisas emuleis hñã armada para este feito de numero de nauios que vos parecer, e com tal capitaõ mór como conuem, apres-tandoa com segredo para tomar os Turcos desapareebi-dos, e entre tanto que a não mandardes podereis socorrer

---

(a) Não apparecem estes apontamentos.

aqueles cristaõs e enuiardes Religiosos pela via de B. na e Magadaxo, como se trata nos ditos apontamentos sem lhe tratardes nada da armada, cujo segredo deue durar até a fazer vela, polo que assima vos digo. Escrita em Lisboa a xxi de nouembro de 1598. (a)

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India.—2.ª via  
( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

\* Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho.—2.ª via.

( Livro 2.º fl. 419 )

## 365.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu ElRey vos em-  
nho muito saudar, como aquele que amo. Em huã de  
vossas cartas das vias que vieraõ o anno passado me da-  
es conta como minha fazenda desse estado está imposs-  
bilitada pera á custa dela se poderem casar as orfãs que  
vaõ deste Reyno, e por estarem todos os cargos prouidos  
por muitos annos, que he causa de se naõ acomodarem os  
homens a casarem com elas, de que resultaõ ás mesmas  
orfãs os danos que apontaes, e que fica sendo tambem  
impedimento para se naõ poderem casar as muitas que  
ha na India, filhas de homens benemeritos em meu ser-  
uiço, que como naturaes será maes facil acomodalas, e  
seus parentes folgaraõ de lhe buscar pessoas que se a-  
comodem melhor, e me pedis seja seruido de mandar que  
naõ vaõ deste Reyno orfãs; e porque nas vias do anno  
de 97 vos tenho mandado escrever o que ey por meu  
seruiço que façaes sobre o casamento e emparo das or-

faus naturaes desse estado, me remeto áquellas cartas, e suposto o que dizeis, de que já tinha algumas informações, mandarey que deste Reyno não vão nhuas pelas razões que sobre isto apontaes.

II. E o que dizeis que tanto que as náos chegaraõ á barra de Goa aduertireis os menistros a cuja conta está prouenerem os Religiosos dessas partes das ordinarias de vinho e azeite, de que lhe faço merce em cada hum anno, para o não comprarem ao capitão mor e capitães delas, e que imda que os prouenistes neste modo elles o fizeraõ por serem melhores, e que por atalhardes esta occasiã de mormuraçã ficaeis em concerto com estes Religiosos para lhe dardes a dinheiro estas ordinarias, aprouo isto que ordenastes.

III. Ao Arcebispo de Goa, e ao Bispo de Cochim quando forem visstar seus bispados fareis dar embarcações para isso, e assy os dous mil. pardãos de que tenho feito merce ao dito Arcebispo para se despendem em vestidos dos que se baptizaõ, e vos emcomendo que em humã cousa e outra não aja falta.

IV. Tive contentamento de me escreneirdes que guardaez inteiramente a Prouisaõ que he passada, per que vos defendo que não perdoeis nem despenseis com os que emcorrerem nas penas postas na ley dos desafios que logo mandareis publicar, e tenho por acertado a declaração que fizestes na mesma ley com parecer da Relaçã que emcorreriaõ nas mesma penas os que leuasem escritos ou recados, posto que não fosse com bastante clareza, de que dizeis que resultou passarse o inuerno com quietaçã, o que vos aprouo, e mandey que desta declaração se fizesse prouieessã para todos meus Reynos e senhorios que se vos emuiará nestas vias, e que o contendo nela se lancasse na copilaçã noua das Ordenaçõs.

V. E no que toca a se vos não ter mandado de meus almagens os officiaes e gento do mar para a náõ que se avia de armar nessas partes, nem as vitolas das náos que nelas mando fazer, lembrança ha disso, e para este effeito se estáõ ordenando para irem nas primeiras náos, e assy

a mais gente do mar de sobrasalento que se puder achar, da qual ha muita falta principalmente agora que hañ de ir mais náos que em nhum dos annos passados.

VI. E assy me daes conta que o Vigario geral de Saõ Domingos que serue de Commissario da Bula da Cruzada, vos disera que tinha emuiado a este Reyno alguã contia de dinheiro nas náos dos annos passados que cá não chegarañ, e que de presente não tinha nhum para poder mandar, e que esperava ir ao norte tomar conta aos tisoureiros, e que tudo o que recolhesse empregaria a quem vós ordenasseis, e que empregareis a contia que dêsse em pimenta, o que ey por acertado, e vos emcomendo que assy vades procedendo nesta materia, e me auiseis em que modo se emuiou o dito dinheiro que cá não chegou, se por letras, ou empregado em fazenda, e a cujo risco veyo.

VII. E no que dizeis que antes da chegada das náos a essas partes em que vos escreuy que não concedesseis bares de craun a nhuã pessoa contra forma do Regimento, estaueis taõaduertido nisso que não quisiereis confirmar alguns que estauão dados antes de vossa chegada, me ey por muito bem seruido de vós, e volo torno de nouo a encomendar, e porque no dito Regimento em que se defende que se não dem, se declara que em caso que se concedaõ alguãs licenças de bares se avaliem a dinheiro e se descontem da contia que está concedida aos Vissoreys para repartirem em merces, o que não basta para se evitar esta desordem, ey por bem que em lugar desta defessa se declare que os Vissorreys e Governadores que derem os taes bares os pagem de sua fazenda, e que nas cartas geraes que se emuiarem aos contos deste Reyno e casa da India se avisse disto declarandosse as contias dos bares que assy derem, e assy o fareis pôr no dito Regimento omde se tresladará este capitulo, e se registará nos contos dessas partes, de que nas primeiras vns me emuiareis certidões de como assy fica feito.

VIII. E quanto ao que dizeis que achistes arrendada a alfamdega de Dio, e que aueis por meu serviço continuarsse com estes arrendamentos por os rendeiros passados satisfazerem por emcheo o que eraõ obriguados, vos emcomendo que minhas remdas desse estado se deem a rendeiros abonados e com boas fianças e se declare em todos que as cousas que se comprarem para meus almazens e ribeira não pagem direitos alguns, nem se desconte aos rendeiros a valia deles.

IX. E tenho por de muito meu serviço dizerdesme que estaes advertido em não dardes suprimimento de soldos e outras despesas, como tenho defesso, mas que depois de vossa chegada, dereis alguãs de pouca importancia a tres pessoas que me nomeaes por serem feitas antes do nouo Regimento per que o defendo, que vos emcomendo goardeis inteiramente sem exceiçaõ alguã, e foi bem feito terdes mandado registrar a prouisaõ dos trinta mil cruzados que ey por bem que se possaõ despende em merces no liuro dos contos, e vos emcomendo me emueis em todos os annos certidaõ do que esse estado rende em cada hum deles, que me escreueis que tinheis mandado ordenar pelo Proueder mór dos contos, o que virá em distincões bem declaradas com declaraçaõ do crescimento que ouuer em cada renda no nouo arrendamento que dela se fizer, e avêndo abatimento, que não creio, das caussas que para isso ouue.

X. E no que toca aos dous mil pardãos que o Bispo de Malaca deue do tempo que foi Commissario da Bula da Cruzada, e que pede se lhe desmontem do que lhe for devido de seus ordenados, ey por bem que se faça o dito desconto com declaraçaõ que estes dous mil pardãos não fiquem lá, e os emueis por letra a este Reyno para se entregarem ao Commissario geral a quem toca a recadaçaõ deles.

XI. E assy me dizeis que tratareis de se vender a viagem da China de que tenho feito merces para as obras da cidade de Goa, e que tanto que ounesse dinheiro da procedido dela mandarieis continuar com elas, e que

quando chegareis a esse estado estana paga a terça parte das cassas que mandey que se comprasem para os Religiosos de Saõ Francisco, e que as mais mandareis avaliar e satisfazer, o que vos emcomendo façaes assy, e em especial procureis que se faça a obra do Ospital de Goa com toda a breuidade que for possivel, e me auisseis se está acabado, ou quando o poderá ser de todo.

XII. Tambem me daes conta que quando chegareis a esse estado achareis desfeito de todo o Colegio que os Religiosos de Saõ Domingos tinhaõ em Pamgim, e o de Sanct Thomas, que avia dous annos que começaraõ, em grande crescimento, e que vos parecera esta obra muy necessaria por ser tão doentio o conuento de Goa que se não tiuserem em que possaõ convalecer estes Religiosos o mais do tempo estaraõ doentes, ey por bem que aja este Colegio as ordinarias que se dauaõ ao de Pamgim.

XIII. E assy vy e que me dizeis sobre o officio de corretor dos caualos de Ormuz deuer ser prouido por aquele Rey em vassalo seu, e não em Portuges, e pelas rzoões que sobre isto apontaes, ey por meu serviço que se sirua este cargo por mouro vasalo do mesmo Rey, e não se proueja em Portuges, e em caso que esteja prouido dele alguã pessoa lhe dareis satisfação dele iquivalente antes de se lhe tirar.

XIV. Tambem me dizeis que emuiareis pelas náos que na monçaõ dagosto de 97 foraõ a Bemguala copias autenticas do perdaõ geral que concedy ás pessoas que andaõ naquelas partes, e esperaueis que com isso se reduzissem ao serviço de Deos e meu, o que vos emcomendo procureia por todas as vias que vos parecerem necessarias, tendo a mesma lembrança dos meos Portugesses que estinerem em quaisquer outras partes fora do meu serviço, porque sou informado que avendõ bom cuidado desta reduçaõ não faltará gente nessas partes, assy como tambem não faltará nelas dinheiro por donde se minhas rendas em boa arrecadaçaõ.

XV. E posto que me dizeis que não tendes inda noti-

cia das cousas de Pegú, e que tanto que souberdes o estado delas, e o em que lhe podeis valer, fareis nisto o que vos tenho mandado, e que estaveis aduertido para que os Turcos não leuem madeira daquelle Reyno nem do Dachem, e que inda que não estão em tanta reputação naquelas partes vos não descubriais de atalhar seus reyna intentos, vos torno de nouo a emcontundar estas cousas, e que particularmente tenhais muito euidado das do Reyno de Pegú que pela importancia de que são folguey de saber que estaveis tão presto para lhe dar remedio.

XVI. E no que toca ás do Reyno do Dachem de que me daes conta que as dereis por regimento a Lourenço de Brito por quem escreuereis áquele Rey persuadindoo a continuar com a amissade que deseja ter com esse estado, por terdes entendido que se foraõ seus embaixadores de Goa pouco fauorecidos e mal agassalhados, e receaeis que se tivesse estriado na amizade que pretendia, mas que esperaeis de emuaminhar este particula de maneira que se tornasse a reduzir aos primeiros principios; materia he esta de muito meu serviço e das importantes que pode aver nesse estado, e como tal vola encomendo muito emcarecidamente, e que vades continuando nisto na forma que me escreueis, de que me avisareis lembrandonos da diligencia que aveis de fazer na Dachem no tempo em que o commercio desse estado com aquele Reyno correr liurementemente para as cousas que ao diante se podem ofrecer que desagora se denem ante-  
tever.

XVII. E assy me dizeis que das cousas da China somente temdes sabido que o Ouvidor que está naquelas partes não proceda bem, e que detreminaeis mandalo vir pera a India, e que as prouisoões que en avia de emuiar para de todo se proibir o commercio das Indias occidentaes com esse estado vos não foraõ, mas que não fore isso parte para deixardes de cumprir o que vos tinha mandado, porque cada vez se lia entendendo mais quanto ficava sendo este commercio em prejuizo de mi-

das fazendas do bem de meus vassallos dessas partes, e por entender que bastaõ as que ja foraõ passadas sobre esta materia, assy por esta coroa de Portugal como pela de Castela, vos emcomendo que as façaes comprir inteiramente, e avendo nisto alguã falta por parte dos menistros castelhanos, que não he de orer, me avisareis particularmente desso.

XVIII. Tambem me dizeis que os fortes de Cerna e Tete são de importancia, e que não estão fortificados, mas que logo emuiareis a Nuno da Cunha as cousas necessarias para os prover como conuem, e que ele vos pedia licença com muita instancia para poder ir dar hum castigo ao Tondo, porque depois que desbaratou a Dom Pedro de Sousa ficara demasiadamente insolente, e que se crida que depois de destruido poderaõ ficar a esse Estado as minas de prata, e com pouca despesa; mas que arreceaveis que por falta de gente se não pudesse pôr isto em effeito, e porque esta materia assy como tem rezoõs por huã parte tem inconuenientes por outra, vos emcomendo a pouhaas em conselho, e façaes o que nele se assentar que será mais meu serviço conformando uos com o estado em que as cousas dessas partes estiverem, porque quando se não pode acodir a todas se deue dar precedendia de huã a outras acodiado logo ás mais necessarias, e deixando as que imda tem tempo para quando ele as depusser melhor.

XIX. E assy me daes conta que a fortaleza de Mascato tem defrente de sy hum padrao muito alto, e que os Turcos poderaõ subir sem os da fortaleza lho poderem impedir, e bateia daly com facilidade, pelo que sendo Dom Jeronimõ Mascarenhas capitão de Ormuz ordenára hum forte nele por o não occuparem os inimigos, e que vñhes sabido que na moaçõ em que se esperavaõ gualdes de Turcos se tñ meter nele o feitor daquella fortaleza com alguns amigos, e que vos affirmavaõ que se pela parte em que pñem deparar os Turcos se portar ao piquet o lugar por onde se sobe ao padrao, posto que seja de idõ despesa, se occuparia aquella forte hum por-



zidio ordinario, e ficaria aquella fortaleza mais segura; mas que sobre esta materia tomeis as emformações necessarias e me avisareis do que se tivesse por mais conueniente, e ordenareis como este forte estivesse bastantemente provido de gente; e tudo isto me parece muito bem, assy o que tinheis feito como o que esperaveis fazer, e para me resolver no que ouuer por mais meu seruiço, espero pelas primeiras cartas vossas em que me deueis dar mais larga conta desta materia depois de feita a diligencia em que ficaveis determinado.

XX. E no que toca á fortaleza de Dio em que me dizeis que está a gente que tem por ordenança, e que esperaveis por hum Luis Alures Camelo, que seria de Superintendente de minha fazenda no norte, para antes da chegada das náos o mandardes áquella fortaleza, e terdes emformaçã de todas as cousas locantes a ella, e que o capitão da mesma fortaleza vos avissara de aver alguns parós de Malauares naquella costa que desembarcava as embarcações que hiaõ para a alfandegua dela, pelo que mandareis dous navios d'armada que vindo com alguns navios encontraraõ com duas gualiotas de tarquete e hum paró, que tomaraõ ambos os navios e matareaõ neles perto de cincoenta Portugesses, ilhe desprazer deste desastre, mormente por me parecer que os ditos dous navios naõ deviaõ ir bem providos, pois duas gualiotas e hum paró os tomaraõ em que se arrisca mais que a perda nos mesmos navios, que tambem naõ he pequena; pelo que vos emcomendo que tenhaes aduertencia que este caso pede para que naõ aconteçaõ mais semelhantes desastres, e quanto á fortaleza de Dio bem sabeis quanta conta se deue ter com ella, e naõ trateis de superintendentes de minha fazenda nas fortalezas tendo eu defesso que os naõ aja que o mesmo he que Veedores da fazenda.

XX. Tambem me dizeis que pela ordem que leuastes para naõ nauegarem os navios de chatins semão armados e em cafile tinheis passado sobre isso hum provimento que estava apregoada, e que por os navios que de ordinario

amdação nas armadas desse estado serem menos ligeiros que os dos inimigos, dereis a Luis da Silva capitão mór da armada do norte alguns sangireis que eraõ do mesmo porte, feição, e ligeireza, e de que se tinha já usado o anno atrás, e se achou serem de muito efeito, o que tudo folgei de saber, e não ha duvida senão que muitas cousas deixaõ de ter remedio porque se lhe não procura de proposito.

XXII. E asy me dizeis que depois que chegastes a esse estado continuareis em persuadir ao Ydalcão quanto lhe compinha deixar os regualos e passatempos a que era afeiçãoado, e tratar do governo do seu Reyno mostrando-lhe por rezoões caõ certa estapa sua ruina se não favorecesse as cousas do Melique, ao que vos respondera com agardcimentos, e mandara logo tomar mostras da gente de seu Reyno, e posto que achara muita, até então não tinha saído de Vissapor, e que os seus vassallos vesinhos dessa Ilha de Goa corriaõ bem com ella, e que vos não descuidariéis de procurar a união destes Reys, e muito vos agradeço o vosso bom enuidado em todas estas cousas em que ele he bem empregado, por que muitas se governaõ e dispoem melhor por estes modos prudentes e suaves que por outros de que se colhe menos fructo.

XXIII. E foi bem feito ordenardes como os officiaes da Camera da cidade de Goa vencessem soldo o tempo que nela servissem na forma em que volo tenho mandado, e folgei de eles entenderem a merce que nisso lhes faço, e de me dizerdes caõ prontos estão os moradores da mesma cidade para meu serviço, e que ficatis advertido para os capitães das fortalezas não terem feitores dos da nação, em que avia muitos mais inconvenientes dos que se podiaõ apontar, e vos parecia que se podia disso passar prouisaõ acrescentando nela que os capitães os não possaõ ocupar nos officios da justiça e fazenda e da republica, o que ey por bem que ey se faya comessantissas na dita prouisaõ por esta derradeira parte que he a primeira, porque se eu deffendo não

sarem os da nação feitores dos Capitães, muito mais se lhe deu defender não serem officiaes meos; e assy a dita prouisaõ rita nestas vias, e a fareis cumprir, e vos emcomendo me enuieys por escrito estes incomvenientes de que trataes (a.). A prouisaõ que acyma digo que vai nestas vias he para veem d poderem dar sermentas de officios a algumas a pessoas da nação, e não vay nella o outro caso d'elles não serem feitores dos capitaes, porque disso he já passada prouisaõ feita a 16 de Janeiro de 98.

XXIV. E assy me dizeis que os moradores de Cochitã não procedem nas cousas que tocam á alfamdegua da quella cidade de modo para se lhe deuer deferir as queixas que tem de El Rey de Cochim, a quem eles seruerã e respeitaõ de maneira que parecem mais vassallos senõ que meus, e que procurãis remedear seus agrãos, e os que este Rey faz aos nouamente conuertidos, porque não cesaua de impedir por todos os meios a conuersão, como o tinheis entendido por cartas de Dom Antonio de Noronha de Christonaõ de Castro, e Jorge de Castro, Religiosos da Companhia, a quem tinheis escrito largo sobre esta materia conforme ao que vos mandey escrever, que por ser de muita importancia vos emcomendo procureis de lhe dar o remedio necessario, e por modo que se não escandalize este Rey, mas que com satisfação sua damposse lhe no que forzezaõ se conseguia isto que dele se pretende.

XXV. Tambem me dizeis que propussereis em conselho o que vos mandey escrever sobre se fazer em Guaymoteiro de freiras, ou Recolhimento de donzellas, e folgei de ver o assento que se nisto tomou, e que o Arcebispo Dom Frey Aleixo tem tomado esta obra á sua conta, e vos emcomendo que de vossa parte ponhais os meios possiveis como me escreueis que o avéis de fazer.

XXVI. E assy me daes conta como Frei Jeronimo do Espirito Santo acabou os tres annos de Custodio da Ordem de São Francisco, e que comecou a servir de

(a.) As palavras que se seguem neste capitulo são postas depois da conclusão da carta.

Commissário geral da mesma Ordem com exemplo e vertude, e tinha posto as cousas d'ella em muita reformação, e que fôra a Cella e cumprira bem com a obrigação de seu cargo, e que hia continuando em mandar Religiosos todas as vezes que se offerecia necessidade d'elles, e que ao capitão geral e Veedor da fazenda naquella conquista tinheis ematreguado o empato e fauor destes Religiosos, e que lhe deixassem possuir certas aldeas que fôra dos pagodes de que lhe passara patente Dom Jeronimo d'Azevedo, e tenho por advertido vosso procedimento em cassy todas estas cousas de que me dais conta, mas vemdo o que me escreueis sobre o dito Dom Jeronimo ter dado a remda dos pagodes a estes Religiosos, não hey por bem que a tenham nem outras cousas que em effeito sejam remdas, por ser contra sua regra, mas averão as ordinarias esmolae que costumão e deuem aver, e em caso que ja estem em posse das ditas aldeas as largarão logo, e não consentireis que tenham remda alguma, e elles se deuem consolar muito com esta resolução sendo tão propria de sua proficção.

XXVII. E ao que dizeis que communicastes com o Archebispo de Goa e com Francisco Paes. Prouedor mór dos contos, os apontamentos que vos emitey nas vias do anno passado, e que se ficauão fazendo as diligencias necessarias para se tomar asento na arrecadação de minha fazenda, e que Francisco Paes corria bem com as obrigações de seu cargo, e lhe agradeceis as lembranças que vos fazia, posto que esperaveis mais dele: folgei de saber o estado em que isto ficava, e vos encomiando que tireis pelas diuidas de que tratao os ditos apontamentos, de que espero me tentaeis avisando quando esta receberdes, e que deis ao dito Prouedor mór dos contos o fauor necessario para bem cumprir com sua obrigação.

XXVIII. Tambem folgei de saber que a aduocacia que fizera Dom Diego Lobo sobre iram nos galloes de Maluco capitulos de patesca muito necessaria, e que avendeos o fariis assy.

**XXIX.** E no que toca a El Rey das Ilhas e seu irmão ficarem em Goa, e que inda não estauão liures, e que procurando vós por saber do Ouvidor geral do crime o estado de suas cousas, vos dissera que eraõ taõ exorbitantes e escandalossas as que tinhaõ feito em Cochim, que seia melhor não se tratar delas, e que entendieis que se poderiaõ remeðear em parte com os terdes em Goa, como vòlo tinha mandado, e fareis nisto o que virdes que mais commem. Escrita em Lisboa a xxi de novembro de 1598. (a)

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India—2.ª via.

(No Sobrescripto)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—2.ª via.

( Livro 2.º fl. 438 )

366.

Conde Almirante, Visorrey amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar, como aquele que amo. Em huã de vossas cartas para mim de 15 de Dezembro de 97 em que trataes da conquista de Ceilaõ me dizeis que emformandouos do particular desta empreza de que vos tenho emcarregado com tanto emdarecimento assy nas Instruções que leuastes como no que vos mandey dizer por Miguel de Moura e depois vos escreuy, procuraeis emeaminhar esta materia de modu que fosse em bom seruido nela, e que vos ficaua isto mais a cargo que todas as cousas desse estado, e que detreminaeis meter nela todo o cabedal posto que com a guerra que o Mogor viaha continuanda nos reynos do Decaõ em que estava muito avante pela pouca defenõa do Reyno de

Melique e desemoções dele, e não quizerem os Reis vizinhos unirse por mais que o tinheis procurado, não seria conveniente tirar desse estado grande poder, mas que por cima de tudo isto tinheis asentado de continuar de preposito esta conquista, e mandar por geral dela André Furtado de Mendoça por suas partes e experiencia, e por os naturaes daquelas partes o temerem pelo bom successo que teue em Jafapapataõ, e por ser bemquisto dos soldados, e para Dom Jeronimo d'Azevedo que lá estaua se poder vir descansar por o pedir com muita instancia, e ser algum tanto aspero aos soldados, e que detreminauis mandar com o mesmo André Furtado quinhentos soldados Portugesses afóra os que lá estauão, e da gente dos Topazes cristãos da Serra a mais que se pudesse fazer, e o dinheiro que fosse possivel, imda que tudo era menos do que Amdré Furtado pedia, mas muito mais do que Dom Jeronimo apontaua para continuar a conquista, e que todas as pessoas de importancia e experiencia daquela Ilha vos deziaõ que não comuinha dar asaltos grandes e com muita gente por terra por ser montuosa e incapaz de exercito formado, antes era melhor conselho proseguir a conquista com continua guerra e lenta lançando mão das occasioens conforme ao que dessem de sy, e com isto ir cansando e quebrando os animos aos Chingalás, e que por este modo com pouco risco e com facilidade se poderia sogetar aquella Ilha, e muito vos agradeço o que tendes feito nesta materia, e as considerações e descursos deste vosso procedimento dela que de novo vos torno muito a emcomendar remetendome a tudo o que nisto vos tenho expressamente mandado como atrás volo refiro, e por os bons successos que Dom Jeronimo d'Azevedo tem anido nesta conquista, experiencia que dela tem, e bom modo com que nisto tem servido, e nas mais cousas de que foi encarregado, ey por meu serviço que vá continuando na mesma empresa, e que se não for ido a ella André Furtado deixei ficar Dom Jeronimo nela, e lhe simpliei a gente e prouimentos necessarios para for-

me a como vós mandou pedir, e sendo partido André Paredão fareis com ele o mesmo, e com Dom Jeronimo tereis a conta que por seus serviços merece.

II. E porque tenho por informado que o Modeliar Dom Fernando, que ouve a vitoria de que tratais na dita carta que me escrevestes, tem bem servido, e por bem de lhe fazer mercedo do abito da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo nomina a aldea em Ceilão que lhe renda cada anno quinhentos pardões, e que lá se lance o abito, e para isso irá prouida nestas vias, e da aldea lhe mandareis pagar a necessaria assinada por vós em que irá incorporado este Capitolo. Escrita em Lisboa a 10 de Dezembro de 1598.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante Viso Rey da India.—2.ª via.

(No Sobrescrito)

Por El Rey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Visorrey da India, do seu conselho.—2.ª via.

(Livro 2.º fl. 492)

367.

Conde Almirante, Viso Rey amigo. En El Rey vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Por alguns cartas desse estado se me dá conta que elle está muito falta de fidalgos de experiencia por serem mortos huns e anorem vindo outros para este Reino, que he causa de os Viso Reis occuparem em materias de importancia fidalgos inanechos com pouca ou nenhuma experiencia, e de outras pessoas que a tem da callidade e parte que sempre serão admitidas a este estado pelo que vos heo comendo que trateis esta materia com o Arcebispo da

Goa e algumas pessoas que a vós e a elle parecer, e entendendo que me deuo servir destas pessoas das cousas que cobrem na sua callidade e experiencia, e que disso se conseguirá o bom efeito das mesmas cousas, os occupéis nellas, porque sou informado que assi se fazia nos tempos attas com muita satisfação do que cumpria a esse estado.

II. A Camara de Goa me pede que lhe mande confirmar bom assento que se fez della em tempo do Governador Antonio Moniz Barreto sobre as pennas dadas aos moradores della que não aceitassett servir os cargos da mesma Camara, que dizem que o dito Governador lhe confirmou; e antes de lhe conceder esta confirmação me pareceo que deua de preceder noua informação, que vos encomendo que tomeis, para com ella e vosso parecer lhe mandar responder a este particullar, e ey por bem que em quanto ma enuiaes, e eu vos não mandar o contrario; se use do dito assento.

III. A mesma cidade me escreue que lhe foi concedido hum privilegio para que todas suas causas que nella se moverem venhão a mim por agrauo, e que de alguns annos a esta parte se introduzião na casa da moeda della hums novos direitos; e porque em hũa cousa e outra me pareceo lhe não deuer mandar responder sem vosso parecer, vos encomendo que vos informeis do que sobre estas cousas requerem, e me avizeis. Escrita em Lisboa a 19 de Dezembro de 598.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Visorrey da India.—2.ª viz.

(No Sobrescripto)

Por El Rey.

Ao Dom Francisco de Gama, Conde da Vidigueira, Alcaide-mor e Visorrey da India, do seu conselho.—Segunda vez.

(Livro 2.º f. 482)



## 368.

Conde Almirante, Vissorrey amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar, como aquele que amo. A cidade de Damaõ me apresentou por sua carta as sem rezoões e injustiças que dizem que lhe eraõ feitas por Christouãõ de Tauora, capitão daquela fortaleza, de que vos tinhaõ dado conta, e porque de muitos annos a esta parte, e em especial do tempo em que nela estene por capitão Dom Luis de Meneses sou informado que vão continuando estes desordens tanto contra o serviço de Deos e meu, vos emcomendo deis nisto o remedio que connem, e taes podem elas ser que seja rezaõ naõ se goardar o castigo delas pera o tempo em que os capitães derem suas residencias, por que assy como he de muito inconueniente verem os que succedem nesta fortaleza que se suspende o castigo de taes delitos, será de exemplo castigarensẽ logo.

II. E tambem me daõ conta como a fortificação da fortaleza está em muito bons termos, e que esperaõ ajudeis a despesa da obra dela com o resto do dinheiro que se fez da viagem da China, de que lhe foi merce para a dita fortificação que dizem está depossitada no mosteiro de São Francisco, o que vos emcomendo muito particularmente, e que lhe deis para isto todo o favor e ajuda que comuem com a lembrança de ser fronteira de hum taõ poderoso imigo como he o Mogor.

III. O Licenciado Pero da Silva, Chanceler da Relação de Goa, me escreueo que os officiaes da Camara dela prouem alguns officios em meu nome em pascas que os seruem sem irem tomar juramento na chancelaria, e entende que a mesma cidade os naõ pode prouer, e lhe mando responder que vos dê disso conta como e dene ter feito, para que vistas as prouisoões e privilegios da dita cidade, que sempre sãẽ bem que se lhe guardem (no que for justiça e rezaõ) trateis disto em Relação sendo o dito Chanceler presente, e com vossa emfior-

nação e parecer que me emuiareis mandarey nisto o que ouuer por meu seruiço.

IV. Thomé de Soussa d'Arronches, que está seruido de capitão da fortaleza de Columbo, me escreueo que por se darem muitas licenças para se tirar canela daquelle Ilha recebia tanta perda nos proueitos pertencentes áquella capitania, que não poderia comprír com a obrigação dos mil e quinhentos quintaes de canela que estaua obrigado a dar por o contrato que tinha feito com minha fazenda; emcomendouos que o ouçaes sobre isto, e no que tiuer rezaõ e justiça lha façaes goardar, e me aviseis se se detreminou que a tinha ou não.

V. O Prouedor e Irmãos da Misericordia de Goa me pedem: lhe mande fazer pagamento de alguãs diuidas que minha fazenda deue nesse estado a pessoas que por sua morte as deixaõ áquella cassa para as despenderem por suas almas, e em especial mande que se lhe pagem quatrocentos mil reis que em cada hum anno dizem que aviaõ em soldos; e porque pelo Regimento nouo da matricula o defendo, lhe mamdo respomder que vos dem conta disto para me informardes do modo em que dizem que podem aver os ditos quatrocentos mil reis sem se quebrar o dito Regimento, e tambem me pedem que o dinheiro das condemnações dèssas partes que se mandar applicar para o resguate dos catiños deste Reyno se dê para o resguate dos que se catinaõ em minhas armadas desse estado, pelo que vos emcomendo que de huã coussa e outra vos emformeis e me aviseis com vosso parecer.

VI. André Furtado vos deue ter dado conta do que me escreueo sobre a materia dos taurins de Canbaia, que parece de importancia, e assy vos emcomendo que trateis do remedio dela, e me aviseis do que nisto fizerdes.

VII. Defendereis em Relação aos Desembargadores que não fação certidoes de abonação a pessoa alguã secular nem ecclesiastica, e ás mesmas pessoas direis tambem que as não dem, porque não he esta o modo porque

me deem ser apresentados seus serviços, senão o que vós sobre eles me escreuerdes.

VIII. A Camara da Cidade de Columbo da Ilha de Ceilão me escreueo sobre Dona Isabel, mulher d'ElRey Dom João de Ceilão, de que tambem tiue huã carta, e porque não sey o estado em que ela e suas cousas estaõ, lhe não mando responder com outra minha, nisto fareis o que bem vos parecer, e se entenderdes que deue ter reposta, lha mandareys de minha parte escrevemdo-lhe vós com pessoa que faça esta visitaçaõ dizemdo-lhe o officio que mando fazer pela alma do Rey defunto, sobre que vos escreuo em outra carta, e com as cousas de sua mulher tereis a conta que vos parecer que conuem. Escrita em Lisboa a 27 de Dezembro de 1598.

REY:

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India.—3.<sup>o</sup> via.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vissorrey da India, do seu conselho.—2.<sup>o</sup> via.

( Livro 2.<sup>o</sup> fl. 414 )

**369.**

Eu ElRey faço saber aos que este virem que eu ey por serviço de Deos e meu que todo o dinheiro que ouuer nas cassas das Misericordias das partes da India ou Provedorias dos defuntos delas de abintestados a que em dez annos não sairem erdefros, say do dinheiro que já tiverem em poder como do que sobraem daqui em diante, se entregue ao thesoureiro ou recebedor das obras da Sé de Goa em quanto ellas durarem para ajuda de

poderem correr as ditas obras, de que se lhe fará receita com declaração que a todo o tempo que parecer pessoa a que pertença a erança do dito dinheiro se lhe entregará de qualquer outro que ouuer da fabrica das ditas obras; e esta prouissaõ se encorporará nas ditas receitas de que se passaraõ conhecimentos em forma aos officiaes a quem pertencer, e mando ao meu Visorrey e Governador da India, que ora he e ao diante for, que faça comprar e guardar inteiramente esta prouisaõ como se nella contem, e valerá como se fosse carta começada em meu nome, e passada por minha chancelaria, posto que por ella não passe sem embargo da Ordenaçã do 2.º Liuro, Tit. xx, que o contrario dispoem. João de Torres a fez em Lisboa a xxbij de dezembro de mil quinhentos noventa e oito.

REY.

Miguel de Moura.

Prouisaõ sobre se entregar o dinheiro dos abintestados da India pera ajuda das obras da Sé de Goa com a declaração que se nella contem.—Pera Vossa Magestade ver.

(Livro 1.º fl. 93)

370.

Conde Almirante, Viso Rey amigo. Eu El Rey vos emnio muito saudar, como aquele que amo. Nas vias do anno passado de 98 (que viaõ nas náos que não partiraõ o dito anno, e vão nestas, como já vós tenho escrito nestas segundas vias em que me remeto ás outras) vos tratana das Instruçõs que avieis de dar ao capitão mór e capitaes das ditas náos para a torna viagem, por que nas que leuanaõ particulares lhe mandava que na dita viagem á tornada courega de tomarem Santa Ylena ou não, seguissem a ordem que lhe deseis, e por que esta mesma Instruçã lhes mando dar agora para a viagem deste anno de 99, me remeto ao que vos assy to-

nho escrito nas ditas vias de 98 como se agora volo tornara a referir nesta carta que he somente para vos aduertirdes que neste ponto me remeto, como dito he, ás ditas minhas cartas. Escrita em Lisboa a 12 de Janeiro de 1599.

REY.

Miguel de Moura.

Para o Conde Almirante, Vissorrey da India—2.ª via.

( No Sobrescripto )

Por ElRey.

A Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigeira, de seu conselho, Almirante e Vissorrey da India.—Segunda via.

(Livro 2.º fl. 495)

371.

Eu ElRey faço saber aos que este virem que sendo eu informado de alguãs cousas que conuinha a meu seruisso proueremse nos Contos da India pera boa arrecadação de minha fazenda nelles, as mandey ver e praticar neste Reino por alguns menistros della, e semdome de tudo feitto rellação, ey por meu seruico o seguinte.

1. Que sobre materia dos ditos Contos se naõ possa intentar suspeissaõ alguã ao Provedor mór nem a uhum official delles, por que asi comuem a meu seruico, e se uza e pratica neste Reino por meus regimentos e prouisões.

2. Que alem do Contador que o regimento dos Contos ordena pera reuer as contas e prouer as ementas dellas aja outro dos mais antigos e de mais sufficiencia pera que ambos reuejaõ as ditas contas, e prouejã as ementas.

3. Que o Contador que por bem do Regimento dos ditos Contos ouuer de assistir na massa do despacho del-

se seja sempre o mais antigo tendo a sufficiencia que comueem, ou entre em seu lugar o contador que mais sufficiencia tiver inda que não seja tão antigo.

4. Que o Prouedor mór dos ditos Contos repartta as contas delles como se custuma fazer nas contas dos Contos do Reino, e que as contas que forem dadas contra forma do Regimento se tornem de nouo a tomar e reuer, e se ponha em arrecadação tudo o que se achar que se leuou em conta contra forma do dito regimento, posto que tenhaõ suprimentos e despachos em contrario.

5. Que as contas de Belchior de Lemos e Jorge da Costa, que foraõ feitores de Basaim, e as de Simaõ Caõ, que foi feitor de Damaõ, se estinerem inda por acabar e reuer, como sou informado, se acabem e reuejaõ logo com effeito, e se ponha em arrecadação tudo o que se achar que nellas se deue a minha fazenda, e escolha para isso o Prouedor mór os Contadores que melhor o saibão fazer, e o mesmo se fará em quoaesquer outras comtas que agnora ou ao diante estiuerm no mesmo estado, ou se entender que ha nellas alguã cousa que requeira reuista.

6. E mando ao meu Visorrey e ao Vedor da fazenda que reside em Goa, e Prouedor mór dos Contos, que asi o cumpraõ e fassaõ inteiramente guoardar, e esta promissão se registará nos liuros da dita fazenda, e Contos, e valerá como cartta, e se cumprirá posto que não seja passada pela Chancelaria sem embargo das Ordenações do segundo Liuro que o contrario dispoem. Antonio da Rocha a fez em Lisboa a omze de Janeiro de 99.

Vay comcertada esta provisão da seista via que ElRey noso Senhor mandou escreuer ao Senhor Comde Visorrey com as que vão asinadas por elle nas primeiras nãos per mim o Secretario Diogo Velho por mandado de Sua Magestade.—*Diogo Velho. (a)*

Sobre as cousas acima declaradas tocantes aos Contos da India, e boa arrecadação da fazenda de Sua

Magestade nellas.—Pera Vossa Magestade ver toda!  
(Livro 1.º fl. 21)

## 372.

Eu ElRey faço saber aos que este Aluará virem que eu sou informado que na cidade de Goa e nas outras cidades e fortalezas e lugares das partes da Índia os escravos captivos são castigados por seus senhores com muito rigor, dandolhe graues e peñosos tormentos por modos crueis e exquesitos, de que muitos morem no mesmo tormento, ou depois delles vem a morrer, e que por encobrirem o mal que fazem, os enterraõ em casas e quintaes, de que ha grande escandalo, e querendo pro- uer de remedio competente pera tantos homisidios e de- sumanidade se evitarem, e se castigarem os delinquentes como por direito merecem, ey por bem e mandô ao meu Vissorrey do estado da Índia, que ora he e ao di- ante for, que em cada hum anno fação tirar devassa geral de todas as pessoas que com os ditos castigos e tormentos, ou por qualquer outro modo matarem seus escravos, quer sejaõ cristaõs, quer mouros ou gentios, as quaes devassas tiraraõ na cidade de Goa o Chancarel da Relaçã que na dita cidade reside, e nas outras cidades, lugares, e fortalezas as tiraraõ os Ouvidores dellas, e a- chando culpados procederá contrá elles conforme as Or- denaçõs e leis do Reino, dandolhe as penas que confor- me a ellas tem os que mataõ pessoas liures, e isto con- tra todas as pessoas culpadas de qualquer estado e con- diçã que forem, assi homens como mulheres; e os ditos Vissorreis teraõ cuidado de saberse o Chancarel e Ou- nidores tiraraõ as taes devassas, e nas residencias que se lhes tomarem se saberá se as tiraraõ, e achando que niso foraõ negligentes ou remissos procederá contra os cul- pados, e os castigará como for direito; e outrosy mando a todas as justiças do dito estado que sendo informados que alguãs pessoas trataõ os ditos escravos com crue- lidade regarosa intoleravel, ou os mataõ de fome, ou lhe

fazem injurias insufructu e vergonhosas, e quasi andes-  
 os ditos escrauos disso, e achando ser assy, constrangido  
 aos senhores delles aos vender a pessoas que os tiatem  
 bem como deuem, com condiçã que não tornem nunca  
 mais ao poder dos ditos senhores, e o conhecimento que  
 tomarem as ditas justiças neste caso, será sumario e bre-  
 ue, e entretanto que a verdade judicialmente se julgar  
 os ditos escrauos serão tirados do poder de seus senhores,  
 ha custa dos quaes se lhe dará alimentos até se determinar  
 finalmente se deuem ser constrangidos a vendellos ou não.  
 E este meu Alvará quero que valha, e tenha força e vigor  
 como se fosse carta feita em meu nome, per mym assinada,  
 e passada pela Chancelaria sem embargo da Ordenaçã  
 do segundo Livro, titelo vinte, que diz que as cousas cujo  
 efeito quierem (*sic*) de durar mais de hum anno passem  
 per cartas, e passando por alvarás não valhañ; o qual se re-  
 gistrará no livro da Relaçã da Casa da dita cidade de  
 Goa, publicandosse nos lugares publicos della pera que  
 venha á noticia de todos. Francisco Matezo o fez em  
 Madrid a vinte seis de Janeiro de M. D. noventa e nove.  
 Antonio Moniz dasonsequa o fez escrever.

REY,

Alvará pera Vossa Magestade ver.—3.º via (a)

( Livro 1.º fl. 95 )

1600.

MONÇÃO DO REINO.

373.

Viso Rey amigo. Eu El Rey vos emuo muito saudar.  
 Pelas informações que tiue de ser morto o Arcebispo da  
 da Serra de Anguamale, e ser muyto necessario prouesse  
 naquella Igreja de Prelado Catholico, antes que lhe pu-

---

( 2 ) Em baixo da primeira pagina tem estas assignaturas—Pero  
 Barboza—Francisco Nogueira.



desse ir outro prouido pelo Patriarca d'Armenia, mandey pedir ao Sancto Padre que extinguisse naquella Igreja a dinidade e titolo de Arcebispo, e a reduzisse a Bispado sufreganeo ao Arcebispo de Goa, e promettesse neste Bispado a minha apresentaçã a Francisco Rodriguez, Religioſso da Companhia, que fui emformado que tinha as partes necessarias por estar entre os cristaõs da dita Serra de Angamale, e saber a sua lingoa e escreturas, e lhas rer enmendadas, e se entender que será bem recebido deles, e que pudesse ser consagrado na India por hum Bispo somente, como vereis pelas Letras, que vaõ nestas vias, deregidas a Dom Frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa, e ouue por bem que o dito Bispo aja duzentos mil reis de dote pera a dita Igreja á custa de minha fazenda, de que lhe mandey passar a prouissãõ que vay nestas vias, e por ser esta materia de tanto seruiço de Deos é meu, e em prol daquela cristandade, vos encomendo que a fauoreçaes e ajudeis em tudo o que a vós tocar como comfio que fareis. Escrita em Lisboa a 18 de Março de 1600.

REY.

Para o VissoRey da India.

( *No Sobrescripto* )

Por ElRey.

A Aires de Saldanha, do seu conselho, Visorrey da India.—1.ª via.

( Livro 1.º fl. 97—3.ª via Livro 7.º fl. 2 )

1600.

374.

*Doaçã do Principe de Cochim ao ViceRey Ayres de Saldanha pera cercar a cidade de Cochim.*

Eu o Principe Odone (sic) do Reyno de Cochim e nos limites, que ora em auzencia de Dom Thio Tharmarmo gouernã este Reyno como herdeiro delle e futuro suces-

sor, dou e concedo licença ao muito alto e muito poderoso Rey Dom Phelipe, meu Irmão, em mais de seu Viso Rey Ayres de Saldanha que ele possa cercar a cidade de Cochim toda em ródá por mar e por terra, e por segurança da mesma cidade e de meus Reynos, a qual licença concedo liurément e sem constrangimento algum, mais que pela boa amizade e firme entre mim e El Rey meu Irmão, e dou minha fee e palavra Real de nunca em nenhum tempo por mym nem por dito meo Thio, nem meus herdeiros hir contra esta doação que faço, havendo outroy respeito a huma certa Instrução que mostrou o dito Viso Rey da India de El Rey meu Irmão pela qual diz que cumpre a seu serviço e ao bem do meu Reyno cercar-se para impedimento do asento que os Ingleses querem fazer neste Estado, e impedir com isso e nos tolher o commercio da pimenta que tanto he em defraude de nossos estados. Dada nesta Cidade de Cochim de soma aos treze dias do mez de Dezembro do anno de mil seiscentos.

E assim lhe concedo licença ao dito Viso Rey para que possa fazer huma Igreja na barra de Paliporto de pedra e cal, e despejar della os mouros, para que assim fiquem os christãos mais fauorecidos e ajudados de mim.

Ao pe estavão dous sinaes da letra Malavar, hum do Principe, e outro do seo Regedor mór, como se vê desta justificação.

O Licenciado Francisco de Campos Tavares, desembargador da Casa da Suplicação, e Ouvidor Geral do crime e civil côm alçada por Sua Magestade nesta Cidade de Santa Cruz de Cochim, a todos os Corregedores, Ouvidores, juizes, justicas, officiaes, e pessoas do dito Senhor de todos os seus Reinos e Senhorios que esta minha certidão de justificação viem, faço saber que o sinal ao pé da Doação atraz e acima escripta he de Codorno (sic) Rey que ora he de Cochim, o qual sinal he o .. (?) .. cercado, e outro de letra Malavar em comprido, do seu Regedor mór do dito Reyno Pandarã Parano; o que assim

certifico por me constar da feo do escrivaõ que esta fez, pelo que hey os ditos minas por justificados, e por certeza dello mandey passar a presente sellada do sello das aas Reaes da Côrõa de Portugal, e assinada por mim em quinze de Dezembro de mil seiscentos annos. Bras Luis, escrivaõ da Ouvidoria a fez — *Francisco de Campos.* (a)

## 375.

*Anno de posse que o Viso Rey Ayres de Saldanha tomou da Donçõ que fez o Rey de Cochim para a obra dos muros e fortificaçõ da mesma cidade*

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos annos aos quinze do mez de Dezembro do dito anno nesta cidade de Santa Cruz de Cochim o Senhor Ayres de Saldanha, do Conselho de Sua Magestade, e Viso Rey da India, e os Vereadores e mais officiaes da Camara da dita cidade, e bem assim Garcia de Mello Capitaõ della, e o Reverendo Frei Nicolão da Cruz Presidente e Governador do Bispado, e os mais Prefados e fidalgos que presentes se acharaõ, e o Regedor mor d' El Rey de Cochim Pandara Paramo, foraõ junitamente ao sitio assinado para effeito de se fazer baluarte, e se principiarem por elle os muros pela banda do mar da dita cidade, e logo aly o dito Regedor mor em nome d' El Rey de Cochim, e por virtude da doaçaõ que fez a Sua Magestade para o tal effeito, mandou se abrisse o dito alicerse, o que se fez, e com sua propia maõ deitou a primeira pedra para o alicerse do dito baluarte juntamente com o Senhor Viso Rey, tomando posse em nome de Sua

---

(a) Este documento não pertence á serie dos outros que compoem este *Fasciculo*; mas por tratar da mesma, que muitas vezes nelles tem sido tratada, o ponho aqui. — Achei-me em um caderno de trasladas tirados da Torre do Tombo da India, authepticados pelo Guarda-mór della, Salgador Luis dos Santos Passanha, em 5 de Janeiro de 1758.

Magestade da entrega que o dito Regedor lhe fazia em nome de ElRey de Cochim, conforme a doaçaõ que fizera ao dito Senhor. e por elle ao Capitaõ, Prelados, e fidalgos, e officiaes da Camara abaixo. assinados, e satisfeito se começou a obra; e o dito Senhor VisoRey mandou a mim Amaro da Rocha, Secretario do Estado, que fizesse este assento por me achar presente. ao pé do qual o VisoRey, Cidade, Capitaõ, Prelados, e fidalgos se asinaraõ. Amaro da Rocha, Secretario do Estado, que o escrevy.—*VisoRey*—*Fr. Nicoláo*—*Fr. Ignacio de Castelbranco*, Custodio, Comissario geral—*Fr. Hieronimo de Saõ Domingos*, Vigario geral—*Fr. Pedro da Cruz*, Provincial—*Garcia de Mello*—*Nicoláo da Cunha*—*Dom Jorge de Castelbranco*—*Dom Diogo de Vasconcellos de Menezes*—*Francisco de Campos Tavares*—*Antonio Ichipani* (sic) Reitor da Companhia de Jeau—*Pedro de Almeida*—*Thomé de Sousa d'Arronches*—*Francisco de Miranda Henriques*—*Dom Nuno Alvares Pereira*—*Ruy de Mello*—*Dom Diogo Coutinho*—*Domingos Moniz Barreto*—*André Furtado de Mendonça*—*Belchior Malheiro*—*Rodrigo de Abreu*—*Francisco Barbosa*—*Pantaliaõ Alvares*—*Francisco Correa*.

A qual Provisaõ (sic) vay conforme a propria, e concertada comigo Amaro Fernandes, escripta da Torre do Tombo, e asinada pelo Guarda mór della, Diogo do Couto. Antonio Gomes a fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e seis, em Goa aos vinte e sete de Janeiro do dito anno. Eu Amaro Fernandes a fiz escrever e sobrescrevi.—*Diogo do Couto.* (a)

**FIM**

**DO TERCEIRO FASCICULO.**



# INDICE DOS DOCUMENTOS

## DO 2.º FASCICULO.

Data		Núm
27 Fevereiro.	1568 .....	1
15 Fevereiro	1583 .....	2
11 Fevereiro.	1594 .....	3
14 Março.	.....	4
16 Março	.....	5
17 Março	.....	6
19 Março	.....	7
24 Março	.....	8
11 Fevereiro	1585 .....	9
20 Fevereiro	.....	10
22 Fevereiro	.....	11
15 Março.	.....	12
.....	.....	13
.....	.....	14
16 Março	.....	15
.....	.....	16
30 Março.	.....	17
2 Abril	.....	18
13 Janeiro	1586 .....	19
31 Janeiro	.....	20
7 Fevereiro	.....	21
2 Março	.....	22
10 Janeiro	1587 .....	23
21 Janeiro.	.....	24
6 Fevereiro	.....	25
12 Fevereiro	.....	26
2 Março	.....	27
8 Março	.....	28
6 Março	.....	29
13 Março	.....	30
24 Março	.....	31
31 Janeiro	1588 .....	32
.....	.....	33

Data		Num
28 Janeiro	.....	34
5 Fevereiro	.....	35
(1) Fevereiro	.....	36
23 Fevereiro	.....	37
23 Fevereiro	.....	38
26 Fevereiro	.....	39
1.º Março	.....	40
12 Março	.....	41
14 Março	.....	42
—	.....	43
—	.....	44
16 Março	.....	45
—	.....	46
(1) Março	.....	47
22 Março	.....	48
25 Março	.....	49
—	.....	50
29 Março	.....	51
29 Janeiro	1589 .....	52
28 Janeiro	.....	53
24 Janeiro	.....	54
6 Fevereiro	.....	55
—	.....	56
—	.....	57
—	.....	58
—	.....	59
16 Fevereiro	.....	60
—	.....	61
22 Fevereiro	.....	62
7 Março	.....	63
8 Março	.....	64
11 Março	.....	65
30 Março	.....	66
28 Março	.....	67
—	.....	68
24 Março	.....	69
25 Março	.....	70

Data

Nº

—	—	71
26	Março	72
—	—	73
1.º	Abril	74
19	Março	75

## Menção do Reino

12	Janeiro	1591	76
—	—	—	77
(?)	Janeiro	—	78
8	Fevereiro	—	79
16	Fevereiro	—	80
—	—	—	81
19	Fevereiro	—	82
22	Fevereiro	—	83
20	Março	—	84
26	Março	—	85
27	Março	—	86
—	—	—	87
28	Março	—	88

## Alvarás do Vice-Rei

21	Maio	1591	89
21	Junho	—	90
22	Junho	—	91
—	—	—	92
7	Julho	—	93
3	Agosto	—	94
6	Agosto	—	95
14	Agosto	—	96
12	Outubro	—	97
13	Outubro	—	98
18	Outubro	—	99
20	Outubro	—	100
4	Novembro	—	101
2	Dezembro	—	102
1	?	—	103



Data

## Mencão do Reino

18 Janeiro	1592 .....	104
------------	------------	-----

## Alvarás do Vice-Rei

12 Fevereiro	1592 .....	105
10 Março	.....	106
—	.....	107
—	.....	108
7 Abril	.....	109
20 Abril	.....	110
24 Abril	.....	111
12 Maio	.....	112
23 Julho	.....	113
30 Julho	.....	114
26 Novembro	.....	115
10 Dezembro	.....	116

## Mencão do Reino.

13 Fevereiro	1593 .....	117
—	.....	118
10 Março	.....	119
14 Março	.....	120
—	.....	121
15 Março	.....	122
31 Março	.....	123
—	.....	124
1 Abril	.....	125
2 Abril	.....	126
6 Agosto	.....	127

## Alvarás do Vice-Rei

8 Março	1593 .....	128
20 Março	.....	129
30 Março	.....	130
17 Abril	.....	131
22 Junho	.....	132

Data	Num
23 Julho	133
17 Agosto	134
20 Agosto	135
6 Outubro	136
18 Outubro	137
3 Novembro	138

**monção do Reino**

3 Fevereiro	1594	139
1.º Março	—	140
3 Março	—	141
—	—	142
—	—	143
—	—	144
5 Março	—	145
—	—	146
9 Março	—	147
—	—	148
11 Março	—	149
12 Março	—	150
14 Março	—	151
—	—	152
26 Março	—	153

**Alvarás do Vice-Rei**

4 Janeiro	1594	154
18 Março	—	155
4 Março (?)	—	156
18 Maio	—	157
27 Agosto	—	158
29 Agosto	—	159
11 Outubro	—	160
12 Novembro	—	161

**Monção do Reino**

18 Fevereiro	1595	162
—	—	163

Data		Num
22 Fevereiro	— .....	164
24 Fevereiro	— .....	165
25 Fevereiro	— .....	166
—	— .....	167
26 Fevereiro	— .....	168
27 Fevereiro	— .....	169
28 Fevereiro	— .....	170
	— .....	171
	— .....	172
7 Março	— .....	173
—	— .....	174
26 Fevereiro	— .....	175
8 Março	— .....	176
13 Março	— .....	177
15 Março	— .....	178
—	— .....	179
21 Março	— .....	180
—	— .....	181
27 Março	— .....	182
28 Março	— .....	183

## Alvarás do Vice-Rei ..

11 Março	1595 .....	184
	— .....	185
	— .....	186
19 Março	— .....	187
13 Abril	— .....	188
14 Abril	— .....	189
18 Abril	— .....	190
29 Maio	— .....	191
23 Junho	— .....	192
1.º Julho	— .....	193
13 Outubro	— .....	194
14 Outubro	— .....	195
25 Outubro	— .....	196
26 Outubro	— .....	197
9 Novembro	— .....	198



Data		Num
21. Março	— . . . . .	231
3 Abril	— . . . . .	232
—	— . . . . .	233
20 Agosto	— . . . . .	234
9 Outubro	— . . . . .	235
29 Novembro.	— . . . . .	236
6 Dezembro	— . . . . .	237

**Monção do Beino**

30 Janeiro	1597 . . . . .	238
5. Fevereiro	— . . . . .	239
—	— . . . . .	240
—	— . . . . .	241
—	— . . . . .	242
12 Fevereiro	— . . . . .	243
13 Fevereiro	— . . . . .	244
15 Fevereiro	— . . . . .	445
25 Fevereiro	— . . . . .	246
24 Fevereiro	— . . . . .	247
1.º Março	— . . . . .	248
—	— . . . . .	249
6 Março	— . . . . .	250
—	— . . . . .	251
7 Março	— . . . . .	252
8 Março	— . . . . .	2 3
15 Março	— . . . . .	254
—	— . . . . .	255
22 Março	— . . . . .	256
—	— . . . . .	257
—	— . . . . .	258
26 Março	— . . . . .	259
—	— . . . . .	260
2 Abril	— . . . . .	261
4 Abril	— . . . . .	262

**Alvarás do Vice-Rei**

12 Janeiro	1597 . . . . .	263
14 Janeiro	— . . . . .	264

Data

N.ºm

21 Fevereiro	265
22 Fevereiro	266
26 Março	267
28 Março	268
14 Abril	269
15 Abril	270
—	271
—	272
—	273
16 Abril	274
—	275
17 Abril	276
18 Abril	277
14 Junho	278
20 Junho	279
21 Junho	280
9 Agosto	281
18 Setembro	282
20 Setembro	283
—	284
3 Outubro	285
11 Outubro	286
25 Outubro	287
29 Outubro	288
30 Outubro	289
6 Novembro	290
—	291
—	292
—	293
—	294
7 Novembro	295
12 Novembro	296
—	297
18 Novembro	298
21 Novembro	299
24 Novembro	300

Data	Número
9 Dezembro	301
? ?	302
Mencão do Reino	
5 Janeiro	1598 ..... 303
8 Janeiro	..... 304
— —	..... 305
— —	..... 306
15 Janeiro	..... 307
— —	..... 308
— —	..... 309
16 Janeiro	..... 310
26 Janeiro	..... 311
— —	..... 312
10 Fevereiro	..... 313
— —	..... 314
— —	..... 315
18 Fevereiro	..... 316
— —	..... 317
29 Fevereiro	..... 318
— —	..... 319
3 Março	..... 320
6 Março	..... 321
7 Março	..... 322
10 Março	..... 323
— —	..... 324
— —	..... 325
— —	..... 326
11 Março	..... 327
12 Março	..... 328
16 Março	..... 329
17 Março	..... 330
— —	..... 331
20 Março	..... 332
— —	..... 333
— —	..... 334

Data

Num

— ———	— .....	335
— ———	— .....	336
5 Abril	— .....	337

**Alvarás do Vice-Rei**

18 Janeiro	1598 .....	338
— ———	— .....	339
— ———	— .....	340
26 Janeiro	— .....	341
19 Fevereiro	— .....	342
— ———	— .....	343
23 Fevereiro	— .....	344
— ———	— .....	345
28 Fevereiro	— .....	346
5 Março	— .....	347
6 Março	— .....	348
8 Abril	— .....	349
18 Abril	— .....	350
20 Abril	— .....	351
— ———	— .....	352
22 Abril	— .....	353
23 Abril	— .....	354
— ———	— .....	355
— ———	— .....	356
24 Abril	— .....	357
— ———	— .....	358
25 Abril	— .....	359
— ———	— .....	360
1 Abril	— .....	361
4 Maio	— .....	362

**[Menção do Reino]**

20 Novembro	1593 .....	363
21 Novembro	— .....	364
— ———	— .....	365
10 Dezembro	— .....	366
19 Dezembro	— .....	367



Data		Núm
27 Dezembro	.....	368
.....	.....	369
12 Janeiro	1599 .....	370
11 Janeiro	.....	371
26 Janeiro	.....	372
18 Março	1600 .....	373
	<i>Varios documentos</i>	
15 Dezembro	1600 .....	374
.....	.....	375



THE ASIATIC SOCIETY  
Calcutta—700 010

